



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3530

Segunda-feira - 14 de Junho de 2021

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abelardo Luz.....	3	Cordilheira Alta	303	Lages	614
Agrolândia	4	Coronel Freitas.....	315	Laguna	617
Agronômica	6	Correia Pinto.....	316	Lajeado Grande.....	620
Água Doce.....	7	Cunha Porã.....	319	Lauro Muller	622
Águas Frias.....	8	Cunhataí.....	322	Lebon Regis.....	623
Alfredo Wagner	12	Descanso.....	327	Lindóia do Sul	628
Alto Bela Vista.....	16	Dionísio Cerqueira	328	Lontras.....	629
Anchieta.....	19	Doutor Pedrinho.....	329	Luiz Alves	630
Angelina	24	Entre Rios.....	349	Luzerna	641
Antônio Carlos	25	Ermo	353	Mafra	644
Apiuna.....	42	Erval Velho	354	Major Gercino	647
Arabutã	53	Flor do Sertão	375	Major Vieira	648
Araranguá.....	57	Formosa do Sul	377	Maracajá	650
Arroio Trinta.....	58	Forquilha.....	380	Massaranduba.....	654
Aurora	61	Fraiburgo.....	386	Matos Costa.....	656
Balneário Camboriú	63	Galvão.....	391	Meleiro	666
Balneário Gaivota	68	Garopaba.....	394	Mirim Doce	669
Balneário Piçarras.....	70	Garuva	400	Modelo	670
Balneário Rincão	74	Gaspar	401	Mondaí	672
Barra Bonita.....	91	Grão Pará	402	Monte Castelo.....	673
Barra Velha.....	93	Guabiruba.....	456	Morro da Fumaça	675
Belmonte.....	95	Guaramirim.....	462	Navegantes.....	697
Benedito Novo	97	Guarujá do Sul	463	Nova Erechim.....	721
Biguaçu	99	Herval d'Oeste	464	Nova Trento	730
Blumenau	106	Ibiam	466	Nova Veneza.....	737
Bom Jardim da Serra	111	Ibicaré.....	491	Novo Horizonte	741
Bom Retiro	112	Ibirama	495	Otacílio Costa.....	742
Botuvera.....	115	Ilhota	497	Ouro	744
Braço do Trombudo	116	Imarui	499	Palhoça	746
Brunópolis	138	Imbituba	501	Palma Sola.....	758
Brusque.....	139	Indaial.....	504	Palmeira	773
Caçador.....	144	Iomerê.....	522	Palmitos	774
Caibi	152	Iporã do Oeste.....	523	Paraíso	775
Calmon.....	153	Ipuacú.....	524	Passo de Torres.....	781
Camboriú.....	154	Ipumirim	527	Passos Maia	785
Campo Alegre	156	Iraceminha	538	Paulo Lopes	786
Campo Belo do Sul	176	Irani.....	539	Penha.....	788
Campos Novos.....	177	Irineópolis	541	Peritiba.....	795
Canelinha	193	Itá	545	Petrolândia	806
Canoinhas.....	195	Itapema	552	Pinhalzinho	807
Capinzal	203	Itapiranga.....	559	Pinheiro Preto	815
Capivari de Baixo.....	205	Itapoá	561	Piratuba.....	819
Catanduvas.....	206	Ituporanga	565	Planalto Alegre.....	823
Caxambu do Sul.....	207	Jaborá	569	Pomerode.....	824
Celso Ramos.....	211	Jacinto Machado	573	Ponte Alta.....	833
Chapadão do Lageado	212	Jaguaruna	575	Ponte Alta do Norte	835
Chapecó	284	Jaraguá do Sul	576	Ponte Serrada	836
Cocal do Sul.....	289	Jardinópolis	599	Porto Belo.....	848
Concórdia	292	Joaçaba	605	Porto União.....	853

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3530

Segunda-feira - 14 de Junho de 2021

Florianópolis/SC

Sumário

Pouso Redondo	855	São Bento do Sul.....	939	Taió.....	1076
Praia Grande.....	857	São Bernardino	955	Tangará	1082
Presidente Castello Branco	860	São Bonifácio	958	Tigrinhos	1090
Presidente Getúlio	861	São Carlos	961	Tijucas	1091
Presidente Nereu.....	864	São Domingos.....	965	Timbé do Sul	1092
Princesa	865	São Francisco do Sul.....	969	Timbó	1093
Quilombo.....	869	São João Batista.....	980	Treviso	1116
Rio das Antas.....	876	São João do Oeste	989	Treze de Maio	1119
Rio do Campo	877	São João do Sul	991	Treze Tilias	1125
Rio do Oeste.....	883	São Joaquim	992	Tunápolis	1126
Rio dos Cedros.....	899	São José.....	995	União do Oeste	1133
Rio do Sul.....	885	São José do Cerrito	1007	Urussanga	1136
Rio Negrinho.....	915	São Lourenço do Oeste.....	1012	Vargeão.....	1153
Rodeio.....	917	São Miguel da Boa Vista	1018	Vidal Ramos.....	1154
Santa Cecília	918	São Miguel do Oeste.....	1019	Videira.....	1167
Santa Helena	925	Schroeder	1059	Vitor Meireles.....	1171
Santa Rosa do Sul	926	Seara	1070	Xanxerê.....	1179
Santa Terezinha do Progresso	928	Serra Alta	1071	Xaxim.....	1184
Santiago do Sul.....	930	Siderópolis.....	1074		
Santo Amaro da Imperatriz	932	Sul Brasil	1075		

Consórcios

CIS/AMOSC	1187
-----------------	------



Abelardo Luz

PREFEITURA

DECRETO Nº 231, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092716

DECRETO Nº. 231/2021
"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO".

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Complementar Municipal n. 036/2003;

CONSIDERANDO, que o(a) presente servidor(a) foi submetido ao edital de teste seletivo nº 001/2021, e o mesmo ficará contratado até que haja necessidade de seus serviços, não excedendo a data de 31/12/2021.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante as normas gerais de direito público e em especial do art. 69, I, VI e XIV da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art.1º. – Fica contratada em caráter temporário a servidora Sra. VERANICE DA SILVA RG nº 5.519.749 SSP/SC e CPF nº 067.670.659-27 para exercer o Cargo Temporário de Professor III ACT- 20 horas, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 036 de 28 de novembro de 2003 e Lei Complementar nº 079 de 11 de dezembro de 2009, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2.º - Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Abelardo Luz – SC, em 11 de junho de 2021.
NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra, na forma da lei.

PORTARIA Nº 141, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095891

PORTARIA Nº.141/2021
REVOGA A PORTARIA 240/2021 QUE DETERMINA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, disposições da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar Municipal n. 135/2016, de 22/03/2016 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CONSIDERANDO a recomendação 01/2021/Procuradoria, referente ao processo administrativo 011/2021, instaurado em face a servidora DANIELA GROSBELLI MACIEL;

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar a Portaria 140/2021 de 10 de junho de 2021, que determina o afastamento da servidora pública no prazo de até 60 (sessenta) dias até que sejam concluídos os trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar n. 011/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Abelardo Luz – SC, em 11 de junho de 2021.
NERCI SANTIN
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

Agrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº 080, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092460

DECRETO Nº 080, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, nos termos do inciso VI do art. 79 da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO o inciso III do artigo 8º da Lei nº 2.782, de 08 de dezembro de 2020, que autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar;

CONSIDERANDO a solicitação de Alteração Orçamentária nº 006/2021, na forma da Instrução Normativa nº 001, de 30 de abril de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Abre Crédito Adicional Suplementar na seguinte dotação orçamentária:

0401 – Secretaria do Desenvolvimento Educacional Cultural e Esportivo	R\$
12.0365.0018 2014 – Manutenção, Construção e Ampliação de Creches	
(xxx) 4.4.90.00.00.00.00.0.3.01.00 – Aplicações Diretas	204.230,81

Art. 2º Utilizar-se-á para a suplementação criada no art. 1º deste decreto o recurso proveniente do Superávit Financeiro do Exercício anterior na fonte:

Vínculo	Especificação	R\$
0.3.00.00	Recursos Ordinários	204.230,81

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Agrolândia/SC, 11 de junho de 2021.

José Constante
Prefeito MunicipalValmir Batista
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

EXTRATO CONTRATO Nº 33/2021/FMS - HORIZONTE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - AGROLÂNDIA/SC

Publicação Nº 3092780

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

PROCESSO Nº 05/2021

EDITAL Nº 05/2021

MODALIDADE: PREGÃO - 2/2021

CONTRATO Nº 33/2021/FMS

CONTRATADO: HORIZONTE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 30.941.270/0001-68

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOIS (02) VEÍCULOS (TIPO POPULAR) COMPACTO PARA 05 PASSAGEIROS, ZERO QUILOMETRO, COR BRANCA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA USO NO TRANSPORTE DE PACIENTES PARA TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR: R\$ 113.240,00 (CENTO E TREZE MIL E DUZENTOS E QUARENTA REAIS).

VIGÊNCIA: 09 DE OUTUBRO DE 2021.

Agrolândia, 11 de Junho de 2021.

JOSÉ CONSTANCE
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 37/2021

Publicação Nº 3093741

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D8DF218A8137C5A85ED7559DD34C3879FD2BC622

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2021.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, PLANIMÉTRICO, SEGUIDO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DOS IMÓVEIS CORTADOS PELA AVENIDA 25 DE JULHO, SITUADOS A PARTIR DA RUA OTTO GRIM ATÉ ENCONTRAR A RUA DOS PIONEIROS, NO IMÓVEL DE DOMÍCIO E JOSÉ ZEFERINO, COM A FINALIDADE DE REGULARIZAR PROJEÇÃO EXISTENTE DA AVENIDA 25 DE JULHO NESTE TRECHO.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 09:00 horas do dia 25(vinte e cinco) de Junho de 2021, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Dos Pioneiros, Nº. 109, Centro de Agrolândia/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3534-4212 ou no site: www.agrolandia.sc.gov.br.

Agrolândia, 11 de junho de 2021.

JOSÉ CONSTANTE

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 021**

Publicação Nº 3093090

PORTARIA Nº 021/2021, de 11 de junho de 2021.

"Dispõe sobre a participação de vereadores no Fórum Nacional dos Municípios, que se realizará nos dias 15 a 19 de junho de 2021, na cidade de Curitiba - PR".

A Presidente da Câmara Municipal de Agrolândia, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO - o Art. 4º da Lei 2.774, de 30 de setembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os Vereadores Jefferson Daboit e Arlindo Dias, a participar do Fórum Nacional dos Municípios, que se realizará nos dias 15 a 19 de junho de 2021, na cidade de Curitiba – PR, conforme folder anexo.

Parágrafo Único. Os participantes ficarão autorizados a se entender diretamente com a organização sobre assuntos pertinentes ao evento, obrigando-se a defender, na ocasião oportuna, os interesses do Município que representa.

Art. 2º Os participantes após regresso apresentarão relatório de Viagem, conforme Anexo III da Lei 2.774, de 30/09/2020.

Art. 3º As despesas com a execução desta Portaria correrão por conta das verbas próprias do Orçamento vigente.

Parágrafo Único. Havendo impedimento ou impossibilidade de participação dos Vereadores, os mesmos arcarão com qualquer despesa decorrente de inscrição no Evento, transferência e/ou cancelamento das passagens aéreas, bem como das reservas em hotel.

Art. 4º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Vereador Emil Jansen

Agrolândia, em 11 de junho de 2021.

Solange Esser Martins

Presidente da Câmara Municipal de Agrolândia

Agrônômica

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 33/2019

Publicação Nº 3092791

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E9B83E4721B03C623586518100CD8EF2C2644275

02º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 33/2019 de 13/06/2019

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, a PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA, pessoa jurídica de direito publico interno, com sede a Rua 7 de setembro, 215, centro em Agrônômica / SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.590/0001-90, neste ato representada pelo Sr Prefeito Municipal Sr CESAR LUIZ CUNHA , adiante denominado CONTRATANTE, e a empresa Lider Sul Engenharia Obras e Serviços Ltda Me, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 25.328.044/0001-76, com Sede na Rua 23 de Julho, 40 – sala 3, Centro, Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Rogério Américo, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 064.810.039-11, residente e domiciliado na Rua 23 de Julho, s/n, Centro, Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, a seguir denominada CONTRATADA, tem justo e acertado o seguinte.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS

Considerando-se possível realizar a alteração do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores , em seu Artigo 65, Inciso I, letra "b" , e inciso II, letra " d" parágrafo 1º., E alterações ao Artigo 57, Inciso II, previstos no Processo Licitatório n.º 29/2019, na Modalidade Pregão Presencial 22/2019, do dia 13/06/2019, e homologado no dia 13/06/2019.

Conforme Art 57, Inciso II, da Lei 8.666 de 21/06/1993, § 1 – II.

FICA PRORROGADA A VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 33/2019, POR UM PERIODO DE UM MÊS, SENDO DO DIA 13/06/2021 A 13/07/2021.

O valor do aditivo permanece o mesmo do contrato original. Sendo, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais.

CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato terá vigência ate 13 de julho de 2021.

As demais cláusulas e disposições do contrato original nº 33/2019, de 13 de junho de 2019, permanecem em vigor.

CLAUSULA QUARTA: - DO FORO

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca da Contratante, para dirimir duvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agrônômica, 11 de junho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA

Contratante

ROGÉRIO AMÉRICO ME

Contratada

Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

CPF : 595.245.459-34

GABRIELA CAROLINA DA SILVA

CPF: 098.778.479-06

Visto: _____

Advogado: JOEL KORB

OAB/SC Nº 32561

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 325/2021

Publicação Nº 3095585

PORTARIA Nº 325/2021 – DE 11 DE JUNHO DE 2021

“CONTRATA POR TEMPO DETERMINADO MÉDIO CLÍNICO GERAL 40 HORAS, O SERVIDOR QUE MENCIONA”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Contratar em caráter temporário para atender excepcional interesse público, LUCAS DA SILVEIRA LEITE COELHO, inscrito no CPF sob o nº 071.201.606-64, no cargo Médico Clínico Geral, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 011/2021 até a realização do novo Processo Seletivo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de junho de 2021.

Nelci Fátima Trento Bortolini
Prefeita de Água Doce

Camila Luiza Lucian Bedin
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Águas Frias

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2021

Publicação Nº 3092482

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata Nº:	25/2021
Detentora da Ata:	DIRCEU BIRKEUR PNEUS LTDA ME

Objeto	Prestação de serviços para lavagem, lubrificação de veículos/máquinas, conserto, desmontagem e montagem de pneus pertencentes a frota municipal, com fornecimento de todos os insumos necessários para a execução dos serviços. Mantendo assim os veículos limpos, conservados e em condições de uso desses bens públicos
Processo Nº	34/2021
Modalidade	Pregão Nº 18/2021

Vigência da Ata	Início: 14/06/2021 Fim: 13/06/2022
-----------------	------------------------------------

PREÇOS REGISTRADOS				
Lote Nº	Item Nº	Produto	Unidade	Valor em reais
1	1	Lavagem completa de veículos leves	un	37,3000
1	4	Lavagem Completa de Micro-ônibus	un	77,4500
1	6	Lavagem de retroescavadeira	un	141,8000
1	15	Serviços de lubrificação completa de retroescavadeira	un	54,5000
1	17	Conserto de pneus de veículos leves	un	17,5000
1	18	Troca (montagem e desmontagem) de pneus veículos leves	un	13,5000
1	23	Conserto de pneu de micro-ônibus	un	38,5000
1	24	Troca de pneu de micro-ônibus (desmontagem e montagem)	un	28,8500
1	27	Conserto de pneu traseiro de trator e retroescavadeira	un	79,5000
1	28	Troca de pneu traseiro de trator e retroescavadeira (desmontagem e montagem)	un	67,9500
1	29	Conserto de pneu dianteiro de trator e retroescavadeira	un	60,3000
1	30	Troca de pneu dianteiro de trator e retroescavadeira (desmontagem e montagem)	un	53,5000

Águas Frias – SC, 11 de junho de 2021.
LUIZ JOSÉ DAGA
Prefeito

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº26/2021

Publicação Nº 3092488

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata Nº:	26/2021
Detentora da Ata:	IVAIR JOSÉ SANTIN 63695642904

Objeto	Prestação de serviços para lavagem, lubrificação de veículos/máquinas, conserto, desmontagem e montagem de pneus pertencentes a frota municipal, com fornecimento de todos os insumos necessários para a execução dos serviços. Mantendo assim os veículos limpos, conservados e em condições de uso desses bens públicos
Processo Nº	34/2021
Modalidade	Pregão Nº 18/2021

Vigência da Ata	Início: 14/06/2021 Fim: 13/06/2022
-----------------	------------------------------------

PREÇOS REGISTRADOS				
Lote Nº	Item Nº	Produto	Unidade	Valor em reais
1	2	lavagem completa de vans e ambulâncias	un	54,0000
1	3	Lavagem completa de ônibus	un	106,1000



1	5	Lavagem completa de caminhão	un	124,0000
1	7	Lavagem de máquinas pesadas	un	185,4500
1	8	lavagem de rolo compactador	un	127,5000
1	9	Lavagem de trator de pneus	un	83,5000
1	10	Lavagem de Motoniveladora	un	148,9700
1	11	Serviços de lubrificação completa de caminhões	un	56,2000
1	12	Lubrificação completa de ônibus e micro-ônibus	un	41,2000
1	13	Serviços de lubrificação completa de trator de pneus	un	38,7000
1	14	serviços de lubrificação completa de escavadeira hidráulica, trator de esteira	un	53,3000
1	16	Serviço de lubrificação completa de motoniveladora	un	54,9000
1	19	Conserto de pneus de vans e ambulâncias	un	27,2200
1	20	Troca de Pneus de Vans e Ambulâncias (desmontagem e montagem)	un	18,1000
1	21	Conserto de Pneu de ônibus	un	49,1500
1	22	Troca de Pneu de ônibus (desmonstagem e montagem)	un	31,2000
1	25	Conserto de pneu de caminhão	un	49,1500
1	26	Troca de pneu de caminhão (desmonategm e montagem)	un	31,2000
1	31	Conserto de pneu motoniveladora e rolo compactador	un	89,7000
1	32	Troca de pneu motoniveladora e rolo compactador	un	77,2000

Águas Frias – SC, 11 de junho de 2021.

LUIZ JOSÉ DAGA

Prefeito

EXTRATO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2021

Publicação Nº 3095531

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2F9F1E315E11CB7A8131EC30F3AF808207F5AAD8

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO

Processo Adm. Nº.: 40/2021

Edital: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 19/2021

Tipo : Menor preço - Unitário

Objeto : Aquisição de materiais de limpeza, higiene, copa, cozinha, sinalização visual , proteção e segurança,

Para conhecimento dos interessados, o Município de Águas Frias estará realizando o PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2021, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br em conformidade com as disposições da lei 10.520/2002, Decreto 10.024/2019, Decreto Municipal nº204/2020, e, subsidiariamente a Lei nº8.666/93, Lei Complementar nº123/2006, cuja proposta deve ser apresentada até o dia e hora abaixo especificados:

Recebimento das propostas até: às 08:30 horas do dia 25/06/2021.

Abertura da sessão pública: às 08:31 horas do dia 25/06/2021.

Início da sessão de disputa de preços: às 08:45 horas do dia 25/06/2021.

As informações e esclarecimentos poderão ser solicitadas por e-mail ou telefone, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00 min,. Fone 49 3332 0019 ou licitacoes@aguasfrias.sc.gov.br.

Águas Frias -SC, 11 de junho de 2021

LUIZ JOSÉ DAGA

PREFEITO

PORTARIA Nº 18/2021

Publicação Nº 3095873

PORTARIA Nº 18/2021

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ JOSÉ DAGA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 002/2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Concedida licença de 30 (trinta) dias, a Servidora Pública Municipal Senhora Alcione Regina Colla, ocupante do cargo Publico de Professora de Educação Física, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, por motivo de doença em pessoa da família, conforme preceitua o Art. 71, da Lei Municipal Complementar nº 002/2001, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 14 de junho de 2021.

LUIZ JOSÉ DAGA
Prefeito Municipal

Registrada em data supra e publicada no DOM/SC.

OLDAIR NATAL CITADELLA
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº7/2021

Publicação Nº 3092393

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Administrativo: 39/2021

Licitação: Inexigibilidade nº 7/2021 para Aquisição de Sementes, Insumos Agrícolas e Ferramentas Agrícolas, em conformidade com a Lei Municipal nº1.255/2019, Decreto Municipal nº226/2019 e Edital de Credenciamento nº1/2021

Homologo o resultado do julgamento, proferido pela comissão de licitações, na sua exata ordem de classificação e Adjudico o objeto/itens do presente processo licitatório à(s) seguinte(s) empresa(s):

Empresa	Itens	Objeto	Descrição	Qtde	Valor Unitário	Valor Homologado
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	1-	Adubo 09-21-13	Saca de 25kg	1,00	75,0000	75,0000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	2	Adubo 09-20-15	saca de 50kg	79,00	150,0000	11.850,0000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	3	Arame Liso nº14		12,00	14,0000	168,0000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	4	Facão		1,00	24,0000	24,0000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	5	Foice		2,00	29,9000	59,8000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	6	Martelo		4,00	30,0000	120,0000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	7	Sal Comum		225,00	0,8000	180,0000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	8	Semente de Aveia Preta		673,00	2,3000	1.547,9000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	9	Ureia plus. Saco com 50kg		24,00	135,0000	3.240,0000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	1	Adubo 09-20-15	Saca de 25kg	216,00	75,0000	16.200,0000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	2	Arame Liso nº14		45,00	14,0000	630,0000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	3	Enxada		2,00	20,0000	40,0000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	4	Facão		3,00	24,0000	72,0000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	5	Foice		2,00	29,9000	59,8000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	6	Martelo		2,00	30,0000	60,0000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	7	Pá		2,00	27,0000	54,0000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	8	Sal Comum		975,00	0,8000	780,0000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	9	Semente de Aveia Preta		240,00	2,3000	552,0000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	10	Ureia plus. Saco com 50kg		42,00	135,0000	5.670,0000
COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI	1	Adubo 09-21-13	Saca com 50kg	240,00	166,5000	39.960,0000
COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI	2	Alicate		8,00	31,3000	250,4000
COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI	3	Arame Farpado	Rolo com 500m	15,00	431,9200	6.478,8000
COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI	4	Arame liso nº16		20,00	23,8000	476,0000
COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI	5	Carrinho de mão com capacidade para 90 litros		8,00	360,3400	2.882,7200
COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI	6	Facão		5,00	26,6600	133,3000
COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI	7	Martelo		2,00	36,1800	72,3600
COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI	8	Pá		3,00	32,1000	96,3000
COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI	9	Pulverizador Costal 20 litros		3,00	330,0000	990,0000

COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI	10	Machado		6,00	52,5000	315,0000
COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI	11	Sal Comum		1.500,00	0,8400	1.260,0000
COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI	12	Semente de Aze- vem		700,00	5,2300	3.661,0000
COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI	13	Semente de Nabo Forrageiro		3.000,00	4,8100	14.430,0000
COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI	14	Ureia plus. Saco com 50kg		166,00	161,9000	26.875,4000
DIOGO GALERA ME	1	Semente de Aveia Preta		3.885,37	2,4700	9.596,8600
DIOGO GALERA ME	2	Arame liso nº16		92,00	23,8000	2.189,6000

Sendo os totais por fornecedor:

Fornecedor	Valor Total Homologado
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	17.264,7000
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	24.117,8000
COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE EIRELI	97.881,2800
DIOGO GALERA ME	11.786,4600

Intime-se

Aguas Frias, 11 de junho de 2021

LUIZ JOSÉ DAGA
Prefeito

Alfredo Wagner

PREFEITURA

CONTRATO Nº67/2021

Publicação Nº 3095516

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D9C1B5402F22C7F59B0375B4F6C7DB9864E331F9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER
EXTRATO DO CONTRATO Nº67/2021

Código de Registro D9C1B5402F22C7F59B0375B4F6C7DB9864E331F9

Contrato Número 67/2021.

Processo Licitatório Número 19/2021.

Contratante: Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner

Contratado: IAGO HAMES 0924257924- CNPJ Número 40.960.612/0001-40.

Objeto: Referente a contratação de serviço de transporte escolar para estudantes da rede municipal de ensino do Município de Alfredo Wagner – SC.

Valor do Contrato: R\$ 54.450,00 (Cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta reais)

Período de Vigência: Início em 11/06/2021; Término em 13/06/2021.

Alfredo Wagner – SC, 11 de Junho de 2021

Gilmar Sani
Prefeito
CONTRATANTE

Iago Hames
CONTRATADA

CONTRATO Nº68/2021

Publicação Nº 3095520

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 13B30159FC441480889A664572CF5E4F7736CD99

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER
EXTRATO DO CONTRATO Nº68/2021

Código de Registro 13B30159FC441480889A664572CF5E4F7736CD99

Contrato Número 68/2021.

Processo Licitatório Número 19/2021.

Contratante: Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner

Contratado: Maicon Douglas da Silva 08327861956- CNPJ Número 42.026.925/0001-51.

Objeto: Referente a contratação de serviço de transporte escolar para estudantes da rede municipal de ensino do Município de Alfredo Wagner – SC.

Valor do Contrato: R\$ 60.310,00 (sessenta mil trezentos e dez reais)

Período de Vigência: Início em 11/06/2021; Término em 13/06/2021.

Alfredo Wagner – SC, 11 de Junho de 2021

Gilmar Sani
Prefeito
CONTRATANTE

Iago Hames
CONTRATADA

CONTRATO Nº69/2021

Publicação Nº 3095524

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0B48552535E993CFB9842362C2A7DCDF4B315310

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER
EXTRATO DO CONTRATO Nº69/2021

Código de Registro 0B48552535E993CFB9842362C2A7DCDF4B315310

Contrato Número 69/2021.

Processo Licitatório Número 19/2021.



Contratante: Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner

Contratado: VANDERLEI BORGES DOS SANTOS – CNPJ Número 020.477.459-42

Objeto: Referente a contratação de serviço de transporte escolar para estudantes da rede municipal de ensino do Município de Alfredo Wagner – SC.

Valor do Contrato: R\$ 63.257,04 (sessenta e três mil duzentos e cinquenta e sete reais e quatro centavos)

Período de Vigência: Início em 11/06/2021; Término em 13/06/2021.

Alfredo Wagner – SC, 11 de Junho de 2021

Gilmar Sani

Prefeito

CONTRATANTE

Iago Hames

CONTRATADA

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°13/2021

Publicação N° 3095505

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F9EB8FEAF47D30FD18FD0E4A75BF4DAFD79EEE98

Aviso de Resultado do Pregão Presencial n13/2021

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner

O Município de Alfredo Wagner HOMOLOGA e AJUDICA o Pregão Presencial nº13/2021, no dia 11 de Junho de 2021 Referente a Contratação de serviço de transporte escolar para a Secretaria de Educação do Município de Alfredo Wagner, divididos por rotas. O valor do certame foi de R\$179.960,00 (Cento e setenta e nove mil novecentos e sessenta reais). Informações pelo site: alfredowagner.sc.gov.br.

Alfredo Wagner, em 11 de Junho de 2021.

Gilmar Sani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 232/2021

Publicação Nº 3095463



Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 **3276.1211**
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 232/2021****CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JONAS HILLESHEIN**

GILMAR SANI, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias ao servidor **JONAS HILLESHEIN**, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, referente ao período de 01/03/2020 a 28/02/2021, a contar do dia 01 de julho de 2021.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Santa Catarina.

11 de junho de 2021

GILMAR SANI
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA



PORTARIA Nº 233/2021

Publicação Nº 3095507



Município de Alfredo Wagner
R. Anitápolis, 250 | Centro | 88450-000
Alfredo Wagner - SC | 48 3276.1211
CNPJ 83.102.608/0001-54
prefeitura@alfredowagner.sc.gov.br
www.alfredowagner.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 233/2021****CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA MARCELI MARIOTE DALAGNELO**

GILMAR SANI, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

1º - Conceder de acordo com o artigo 93 da Lei Complementar nº 005/2003, de 25/11/2003 – Estatuto dos Servidores Municipais de Alfredo Wagner, 30 (trinta) dias de férias à servidora **MARCELI MARIOTE DALAGNELO**, ocupante do cargo de Agente Comunitário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, referente ao período de 03/08/2019 à 02/08/2020, a contar do dia 30 de junho de 2021.

2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, Santa Catarina.

11 de junho de 2021

GILMAR SANI
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NESTA DATA



PREFEITURA

Publicação Nº 3092699



Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC
CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>



Licitações Adjudicadas

Licitação: TP5/2021	Modalidade: Tomada de Preço	Julgamento: Global	Registro de preço: Não	Controla quantidade: Sim
Objeto: Contratação de Pessoa Física ou Jurídica especializada para prestação de serviços de Psicologia, totalizando 40 horas semanais, sendo 8 horas diárias, que deverão ser prestados no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, conforme especificações constantes no Termo de Referência.				

Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	23909 - Execução de serviços de Psicologia, totalizando 40 horas semanais, sendo 8 horas diárias, que deverão ser prestados no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS	Meses	6,00000	5.190,00000	31.140,00
2	23910 - Execução de serviços de Psicologia, totalizando 40 horas semanais, sendo 8 horas diárias, que deverão ser prestados no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, segundo normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, para o profissional para exercer as atribuições inerentes à formação técnica-profissional, junto ao CRAS do Município, com atuação fundamentada nas ações preventivas e de assistência social; participar efetivamente na elaboração e na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja participante ou que os desenvolva; atuar em todas as ações em que haja a necessidade de intervenção do Psicólogo; participar de equipes de trabalho e em comissões, inclusive multidisciplinares e multiprofissionais; participar de eventos públicos ou coletivos promovidos pela Administração; participar em cursos de capacitação e aperfeiçoamento; atender designações, quando legais; e outras inerentes à especialidade do cargo e à formação profissional, preferencialmente profissional com experiência de atuação e/ou gestão em programas, projetos, serviços e ou benefícios socioassistenciais; conhecimento da legislação referente à política nacional de assistência social; domínio sobre os direitos sociais; experiência com grupos e atividades coletivas, trabalho interdisciplinar; boa capacidade operacional e de escuta com famílias.				
CPF (CNPJ): 23.713.690/0001-21					Valor total (R\$):
Valor total (R\$)					31.140,00

Total Adjudicado (R\$):	31.140,00
Total de licitações adjudicadas: 1	31.140,00

ELTON MATTES
PREFEITO

ATA DE JULGAMENTO PROCESSO DE LICITAÇÃO DE TP05/2021

Publicação Nº 3092698

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO, PROPOSTAS DE PREÇOS E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2021.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA, TOTALIZANDO 40 HORAS SEMANAIS, SENDO 8 HORAS DIÁRIAS, QUE DEVERÃO SER PRESTADOS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS.

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às nove horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 3.174/2021, sob a presidência do Sr. Alguerth Heris Rollwagen, membros, Senhor Marcelo Contessotto, e a Senhora Jacqueline Milena De Borba Weirich, além das licitantes a Sra. Sônia Kirsten Gossenheimer, Secretária de Assistência Social e Habitação, com a finalidade de efetuar o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e propostas de preços, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame na condição de Pessoas Físicas a Sra. Maria Caroline Batista da Silva e a Srta. Eden Carolina Crhist de Col, inscrita sob o CPF nº 915.554.779-68. E na condição de Pessoa Jurídica a empresa: VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI, inscrita sob o CNPJ nº: 23.713.690/0001-21, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Antonio Wunder Jacovas. Aberta a sessão pública pelo Presidente da Comissão, foram rubricados pelos seus membros e representante presente, Envelopes 01 – Documentação, o Envelopes 02 – Proposta de Preços, verificando-se que a licitante VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI protocolou os envelopes dentro do prazo estipulado nos subitens 1.2 e 1.3 do edital. Destaca-se que a licitante MARIA CAROLINE BATISTA DA SILVA, protocolou os Envelope 01 – Documentação e o Envelope 02 – Proposta de Preços sob o número 240, datado de 08 de junho de 2021 às dezesseis horas, quarenta minutos e vinte e dois segundos. Destaca-se que a licitante EDEN CAROLINA CRHIST DE COL, protocolou os Envelope 01 – Documentação e o Envelope 02 – Proposta de Preços sob o número 245, datado de 11 de junho de 2021 às oito horas e vinte e oito minutos e dezenove segundos. A Comissão Permanente de Licitações, procedeu a verificação junto aos Certificados de Registro Cadastrais - CRC do Município se as licitantes MARIA CAROLINE BATISTA DA SILVA e EDEN CAROLINA CRHIST DE COL possuíam os mesmos, porém, constatou-se que as licitantes não possuem cadastro vigente no Município. Desta forma as referidas licitantes somente poderiam participar do certame na condição de NÃO CADASTRADOS, caso os envelopes tivessem sido protocolados até às 08h40 do dia 08 de junho de 2021, no Setor de Protocolo Geral desta Prefeitura, conforme previsto no subitem 1.2 do Edital, o que não ocorreu. Isto posto, apenas a empresa VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI foi credenciada, restando às licitantes MARIA CAROLINE BATISTA DA SILVA e EDEN CAROLINA CRHIST DE COL a condição de não credenciadas. Em ato contínuo, procedeu-se a abertura dos Envelope 01 – Documentação de Habilitação empresa VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI credenciada, sendo que os documentos nele contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes, após averiguada a regularidade dos documentos apresentados, verificou-se que a licitante atende adequadamente os requisitos de Habilitação, sendo assim julgada habilitada. Através de seu representante, a licitante VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI, renunciou ao direito de recorrer do julgamento da fase de habilitação, bem como ao respectivo prazo. Dando continuidade ao certame, a Comissão procedeu então à abertura do Envelope 02 – Proposta de Preços da licitante habilitada, sendo que a proposta foi conferida e rubricada pelos membros da Comissão e pelo representante presente, constatando-se o seguinte resultado: a licitante VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI, apresentou o valor de R\$ 5.190,00 (cinco mil cento e noventa reais), mensais, totalizando para os seis meses o valor global de R\$ 31.140,00 (trinta e um mil cento e quarenta reais), valor que atende ao disposto no subitem 9.1 do Edital. Assim sendo, a Comissão Permanente de Licitações declara como vencedora a empresa VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI. Deixada a palavra livre, ninguém fez uso da mesma. Novamente através de seu representante, a licitante VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI, renunciou ao direito de recorrer do julgamento da fase de classificação das propostas, bem como ao respectivo prazo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e pelo representante presente.

ALGUERTH HERIS ROLLWAGEN Presidente	MARCELO CONTESSOTO Membro
MARCELO ANTONIO WUNDER JACOVAS Representante VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI	JACQUELINE MILENA DE BORBA WEIRICH Membro
SÔNIA KIRSTEN GOSSENHEIMER Secretária de Assistência Social e habitação	EDEN CAROLINA CRHIST DE COL Representante EDEN CAROLINA CRHIST DE COL

DECRETO Nº 3.282, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093852

Abre crédito suplementar por conta da Anulação Parcial de dotações e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 5º, Letra "a", da Lei Municipal nº 823, de 02 de dezembro de 2020 e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64. DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

Órgão: 6000 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Unidade: 6001 – Coordenadoria de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.38 – Atividades de Assistência Social Geral

Modalidade: 92 – 3.3.90.00.00.1.0100 – Outras Despesas Correntes R\$ 45.000,00

TOTAL: R\$ 45.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

Órgão: 6000 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Unidade: 6001 – Coordenadoria de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.38 – Atividades de Assistência Social Geral

Modalidade: 89 – 3.1.90.00.00.1.0100 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 45.000,00

TOTAL: R\$ 45.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista-SC, 11 de junho de 2021.

ELTON MATTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

VÂNIA PEDROSO

Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

DESISTENCIA DE VAGA

Publicação Nº 3092903

Ilmo. Senhor
Ivan José Canci
DD. Prefeito Municipal
Anchieta – Sc.

Rejane Soder Cali, aprovada no Processo Seletivo nº. 001/2020 para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a qual fui convocada para assumir a vaga, venho através do presente comunicar a minha desistência da vaga a qual fui convocada, sendo que não tenho interesse em assumir a vaga por já estar trabalhando.

Anchieta (SC), 07 de junho de 2021.
Rejane Soder Cali

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO PP 004/2021-FMS

Publicação Nº 3095876

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO
Processo nº 014/2021 – Pregão Presencial nº 004/2021

O Fundo Municipal de Saúde de Anchieta - SC, por meio do Gestor Municipal, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 014/2021, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial – Menor Preço Por Item, para: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO, PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS E PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAL REMOVÍVEL, DESTINADA AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC, PELO PERÍODO DE ATÉ 12 MESES DA DATA DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO.

EMPRESA VENCEDORA:

NOVO HORIZONTE PROTESES - EIRELI - ME.

Valor Total Estimado R\$: 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais).

Sendo:

Quantidade de 300 - Prótese Dentária Total Superior ou Inferior, incluindo placa base para registro de mordida.

Valor Unitário R\$: 200,00 (Duzentos Reais).

Quantidade de 300 - Prótese Dentária Parcial Removível, com estrutura metálica fundida em cromo cobalto, incluindo rolete cera para mordida e acrilização de superior ou inferior. Valor Unitário R\$: 300,00 (Trezentos Reais).

Anchieta, 14 de Junho de 2021.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor FMS.

PORTARIA Nº 259/2021

Publicação Nº 3092917

PORTARIA nº. 259/2021

De, 11 de junho de 2021.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Revogar Portaria nº 252/2021,

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 252/2021 de 08/06/2021 a qual concedia férias à servidora Marieli Wendling, ocupante do cargo efetivo de Auditora de Tributos, lotada na Secretaria Municipal da fazenda.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 11 de junho de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 260/2021

Publicação Nº 3092919

PORTARIA nº. 260/2021
De, 11 de junho de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 62 da Lei Complementar nº 033/2011 e

Considerando a Comunicação Interna nº 029/2021;

RESOLVE:
Alterar Portaria nº 121/2021 – pagamento Aulas Excedentes,

Art. 1º - Fica alterada a Portaria nº 121/2021 para o pagamento de 03 (três) aulas excedentes para o servidor senhor Rafael Schenkel, ocupante do cargo de Professor de Educação Física.

Art. 2º - O período do pagamento da aula excedente será no período de maio a dezembro de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC
Em, 11 de junho de 2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PORTARIA Nº 261/2021

Publicação Nº 3092923

PORTARIA N. 261/2021
De, 11 de junho de 2021.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a impossibilidade do retorno ao trabalho, tendo em vista o sério problema de saúde da servidora efetiva;

Considerando a necessidade da continuidade no tratamento de saúde, impossibilitando assim o retorno ao trabalho;

Considerando o acúmulo de 04 (quatro) férias vencidas;

Considerando o direito do gozo das referidas férias;

RESOLVE:
Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Gessi Fátima Meneghini, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, matrícula 1921, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, relativas aos períodos de 2017/2018, 2018/2019, 2019/2020, para serem gozadas no período de 11/06/2021 à 08/09/2021, perfazendo um total 90 (noventa) dias de férias.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta, SC.
Em, 11 de junho de 2021.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Endereço Eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL 046/2021-PM

Publicação Nº 3093412

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 275B267A4A0653D7787059B3843A8786B87CADC8

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 029/2021

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial – Menor Preço, para: Contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de peças, materiais e mão de obra necessária para realizar a Transformação de veículo Renault Master L2H2 de propriedade do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, em ambulância padrão Auto Socorro de Urgência - ASU, do Corpo de Bombeiros Militar de Anchieta. Pagos com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 13:30 horas do dia 28/06/2021. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30hrs às 11:30hrs e das 13:00hrs às 17:00hrs, de Segunda à Sexta – feira, ou pelo site: www.anchieta.sc.gov.br

Anchieta, 11 de Junho de 2021.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 047/2021-PM

Publicação Nº 3093548

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 27DB1136427FDF26A3EC0890F3B78CEBB2852D79

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 030/2021

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial - Menor Preço, para: Contratação de empresa visando a prestação de serviços para curso de corte e costura e modelagem de tecidos, em conformidade com Termo de Referência do Edital. Pagos com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 29/06/2021. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30hrs às 11:30hrs e das 13:00hrs às 17:00hrs, de Segunda à Sexta – feira, ou pelo site: www.anchieta.sc.gov.br

Anchieta, 11 de Junho de 2021.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

DANC Nº 781/2021

Publicação Nº 3095523

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE – DANC****PROTOCOLO Nº 781 /2021**

O Município de Anchieta/SC em parceria técnica com o **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar Federal nº 140/2011 de 08 de Dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675 de 13 de abril de 2009, Lei 6.938 de 31 de Agosto de 1981, Resolução CONAMA nº 237 de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 101 de 06 de Julho de 2017, Resolução CONSEMA nº 117 de 01 de Dezembro de 2017 e Resoluções CONSEMA nºs 98/17, 99/17, 162/2019 e suas alterações, bem como as Leis Municipais Complementares ns. 080/2019, 089/2019, 092/2020, Decretos Municipais ns. 200/2019 e 201/2019 e Resolução **CONSEMA nº 145/2019** de 06 de Dezembro de 2019, declara para os devidos fins que o empreendedor: **GILBERTO ANTONIO PANSERA**, inscrito no CPF nº **777.101.779-72** – informou no pedido ao Conder para atividade de **BOVINOCULTURA DE CORTE PARA SISTEMA EXTENSIVO**.

A atividade será desenvolvida na **Linha Medianeira, sem número, interior do município de Anchieta – Sc**, com **matricula de nº 4.899**, com as seguintes **Coordenadas Geográficas com Latitude 26° 29' 07,90"S e Longitude 53° 19' 19,20"W**, o qual não integra a Listagem de Atividades Sujeitas ao Licenciamento Ambiental aprovada pela Resolução CONSEMA nºs 98/2017 e 99/2017, com suas alterações, portanto **não sujeito ao licenciamento ambiental, o que não eximirá o empreendimento ou atividade em atender às demais disposições da legislação ambiental e florestal vigente**.

Esta declaração está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo empreendedor. O órgão ambiental licenciador poderá, a qualquer momento, exigir o licenciamento ambiental caso verifique discordância entre as informações prestadas e as características reais do empreendimento ou da atividade.

Esta declaração não desobriga o empreendedor a obter, quando couber, as certidões, alvarás, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

*A presente certidão foi emitida sem rasura e/ou colagem sendo vinculada exclusivamente à atividade acima referenciada, constante do pedido que instruiu o processo protocolado **nº 781/2021** e é **válida até 11/06/2022**.

Anchieta - SC, 11 de Junho de 2021.

CARLOS AUGUSTO ANTONIETTI**Engenheiro Agrônomo Municipal – Matrícula 267****Responsável Técnico pelo Licenciamento Ambiental – Município de Anchieta - SC**

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
E-mail: licenciamentoambiental@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.

Assinado por 1 pessoa: CARLOS AUGUSTO ANTONIETTI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://conder.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 0E46-336C-BE86-24ED





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0E46-336C-BE86-24ED

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CARLOS AUGUSTO ANTONIETTI (CPF 464.208.780-04) em 11/06/2021 11:12:11 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://conder.1doc.com.br/verificacao/0E46-336C-BE86-24ED>

Angelina

PREFEITURA

CONTRATO N°: 084/2021

Publicação N° 3092800

CONTRATO N°: 084/2021

CONTATANTE: Município de Angelina

CONTATADA: JMM Elétrica Eireli - EPP

CNPJ n° 13.226.152/0001-59

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais para manutenção do sistema de iluminação pública, no município de Angelina/SC.

VALOR: R\$ 103.680,80 (cento e três mil e seiscentos e oitenta reais e oitenta centavos)

DATA: 11/06/2021

PROCESSO LICITATÓRIO n° 022/2021

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 111/2021 - TOMADA DE PREÇOS N. 08/2021

Publicação Nº 3092701

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo n. 111/2021. Tomada de Preços n. 08/2021. Tipo: Empreitada por Menor Preço Global. Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada para a execução da ampliação da Escola Municipal Dom Afonso Niehues, do município de Antônio Carlos/SC, através dos recursos recebidos mediante LOA 2021 do Governo do Estado de Santa Catarina (nº 1462, 892,1739, 1925,941), de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no anexo I e nas condições previstas neste edital. Entrega dos envelopes: Dia 01 de julho de 2021, até as 08h45min, no Setor de Protocolos da Prefeitura de Antônio Carlos/SC. Abertura da sessão: Dia 01 de julho de 2021, as 09h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações Municipal, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos/SC, 10 de junho de 2021.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 112/2021 - PREGÃO PRESENCIAL N 86/2021

Publicação Nº 3092747

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo n.112/2021. Pregão Presencial n. 86/2021. Tipo: Menor preço por Item. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição parcelada de placas de caráter educativo e informativo para as ruas do município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no anexo I e nas condições previstas neste edital. Entrega dos envelopes: Dia 25 de junho de 2021, até as 08h30min, no Setor de Protocolos da Prefeitura de Antônio Carlos/SC. Abertura da sessão: Dia 25 de junho de 2021, as 09h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações Municipal, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos/SC, 11 de junho de 2021.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

CONVITE - AUDIÊNCIA PÚBLICA PPA 2022/2025

Publicação Nº 3093868

AUDIÊNCIA PÚBLICA PPA 2022/2025

CONVOCAÇÃO

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, em cumprimento ao disposto no Artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, CONVOCA as entidades civis organizadas e a população em geral para a AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada às 18:00 horas do dia 28 de junho de 2021, no Auditório da Câmara Municipal de Antonio Carlos, para discutir e definir as diretrizes, objetivos e metas da Administração Municipal que constarão do PLANO PLURIANUAL 2022/2025.

A sua participação é muito importante.

Antônio Carlos, 11 de junho de 2021.

GERALDO PAULI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 89/2021

Publicação Nº 3092545

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 89/2021. Origem Processo Administrativo n. 90/2021, Pregão Presencial n. 71/2021; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Julio Silvestre Filho; Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição parcelada de óleos para a frota de veículos do município de Antônio Carlos/SC. Valor: Empresa vencedora do certame, para os itens 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 13, 15 com valor total de R\$ 143.740,00 (cento e quarenta e três mil, setecentos e quarenta reais). Vigência:

28/05/2021 - 28/05/2022.
Antônio Carlos, 11 de junho de 2021.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 90/2021

Publicação Nº 3092546

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 90/2021. Origem Processo Administrativo n. 90/2021, Pregão Presencial n. 71/2021; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Trator Peças Comércio de Peças para Trator LTDA; Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição parcelada de óleos para a frota de veículos do município de Antônio Carlos/Sc. Valor: Empresa vencedora do certame para os itens 04, 09, 10, 11, 12,17 com valor total de R\$ 91.900,00(Cento e um mil, novecentos reais). Vigência: 28/05/2021 - 28/05/2022.

Antônio Carlos, 11 de junho de 2021.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 91/2021

Publicação Nº 3092547

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 91/2021. Origem Processo Administrativo n. 86/2021, Pregão Presencial n. 67/2021; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Amarini Construções LTDA; Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada na elaboração de projetos preventivos contra incêndio das unidades escolares pertencentes à rede de ensino do município de Antônio Carlos/Sc. Valor: Empresa vencedora do item 01, com valor total de R\$ 10.575,27 (dez mil, quinhentos e setenta e cinco reais com vinte e sete centavos). Vigência: 01/06/2021- 01/06/2022

Antônio Carlos, 11 de junho de 2021.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 93/2021

Publicação Nº 3092549

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 93/2021. Origem Processo Administrativo n. 97/2021, Pregão Presencial n. 75/2021; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Devt Dhont dos Reis Fernando; Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para aquisição parcelada de máscaras de tecido reutilizáveis para uso dos alunos da rede de ensino do município de Antônio Carlos/Sc. Valor: Empresa vencedora do certame, para o item 01 com valor total de R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais). Vigência: 10/06/2021- 10/06/2022

Antônio Carlos, 11 de junho de 2021.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 94/2021

Publicação Nº 3092551

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 94/2021. Origem Processo Administrativo n. 96/2021, Pregão Presencial n. 74/2021; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Formula Pavimentação Urbana EIRELI; Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços de retirada e colocação de lajota sextavada nas ruas do município de Antônio Carlos/Sc. Valor: Empresa vencedora do certame, para o lote 01 com valor total de R\$ 91.250,00 (noventa e um mil, duzentos e cinquenta reais). Vigência: 10/06/2021- 10/06/2022

Antônio Carlos, 11 de junho de 2021.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 92/2021

Publicação N° 3092548

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N. 92/2021. Origem: Processo Administrativo 87/2021, Pregão Presencial nº 38/2021. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratado: ZAMPIERI & LUFT ADVOGADOS ASSOCIADOS SS; Objeto: O presente contrato tem por objeto a reforma das unidades escolares do município de Antônio Carlos/SC objeto a contratação de empresa especializada para revisão e elaboração de plano de cargos, carreiras e salários do Magistério do Município de Antônio Carlos/SC, conforme projetos, ART, cronograma físico financeiro, planilha orçamentária e anexos, parte integrante deste edital. Valor: O preço total estipulado para este serviço, é de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), pagos em 07 (sete) parcelas, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) cada. Vigência: A vigência do contrato será de 12 meses, a contar da assinatura.

Antônio Carlos, 11 de junho de 2021.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 406/2021

Publicação N° 3092478

PORTARIA N° 406/2021
Concede insalubridade.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de ANTÔNIO CARLOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei 558/1992;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder insalubridade, a servidora ALBA PAMELA CORREIA MONTEIRO DE ARAUJO, ocupante do cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 10 de junho de 2021.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10/06/2021.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 11 de junho de 2021.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 14 de junho de 2021.

PORTARIA N 407/2021

Publicação N° 3092582

PORTARIA N° 407/2021
Conceder estabilidade funcional aos servidores públicos municipais aprovados no estágio probatório.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/1992;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder estabilidade funcional aos servidores abaixo relacionados que foram aprovados no Estágio Probatório por atender satisfatoriamente os requisitos exigidos para aptidão ao cargo, conforme o parecer da comissão encarregada da Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, nomeada através da portaria nº 299/2021.

MATRÍCULA	NOME	CARGO
1878	FERNANDA APARECIDA PEPPLER SIMONES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 11 de junho de 2021.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 14 de junho de 2021.

PORTARIA N 408/2021

Publicação Nº 3092583

PORTARIA Nº 408/2021
Concede Férias a servidores.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
VERALDINA GUESSER VALÕES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	01/08/2019 a 31/07/2020	19/07/2021 a 17/08/2021
MICHELLE AZEVEDO DE MENEZES	MÉDICO GINECOLOGISTA	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	20/03/2020 a 19/03/2021	20/07/2021 a 29/07/2021

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 11 de junho de 2021.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 14 de junho de 2021.

PORTARIA N 409/2021

Publicação Nº 3092599

PORTARIA Nº 409/2021
Admite servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o Processo Seletivo 001/2019;

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir em caráter temporário SABRINA GUESSER, para o cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 30H, a partir de 14 de junho de 2021 a 17 de dezembro de 2021.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 11 de junho de 2021.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 14 de junho de 2021.

PORTARIA Nº 410/2021

Publicação Nº 3093816

PORTARIA Nº 410/2021
NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o Decreto Municipal n. 177, de 1º de novembro de 2019;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo designados para compor a Comissão de Farmácia e Terapêutica do Município de Antônio Carlos, conforme segue:

I - Farmacêuticas do Componente Básico da Assistência Farmacêutica:

- Maria Eduarda R. Corrêa

- Aleksandra Becker;

II – Enfermeira Responsável Técnica do corpo de Enfermagem:

- Letícia Martins;

III – um (01) representante do corpo de enfermagem da Unidade Básica de Saúde:
- Suzana Prim Petry;

IV – Diretor(a) Técnico(a):
- Jardel Jacinto;

V – um (01) representante do corpo médico da Unidade Básica de Saúde:
- Jackson André Siqueira;

VI – um (01) representante da Vigilância Epidemiológica:
- Marcieli Koerich

VII – uma (01) Técnica de Vigilância Sanitária:
- Maria Carolina Mannes;

VIII – um (01) representante da área de Odontologia e Saúde Bucal:
- Márcio Cavalli Lagreca;

IX - um (01) representante do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF):
- Alexandra Invitti da Silva

X - uma (01) Auxiliar Técnica de Informática ou outro cargo da área administrativa:
- Kátia Coelho

XI – uma (01) representante do setor de compras:
- Edilane Néis Gelschlechter

Artigo 2º - O mandato dos membros efetivos que compõem a Comissão será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada.

Artigo 3º - Art. 9º Serão membros natos e consultivos o Presidente e o Secretário Executivo do Conselho Municipal de Saúde.

Artigo 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 11 de junho de 2021
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 113/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 12/2021

Publicação Nº 3093084

PROCESSO ADMINISTRATIVO 113/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO 12/2021

MIRLENE MANES presidente da Comissão de Licitações, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de Dispensa de Licitação através da fundamentação legal e pelos fatos e considerações que seguem:

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal Educação e Cultura de Antônio Carlos/SC solicitou abertura de processo licitatório cujo objeto é a "contratação de empresa especializada com mão de obra e fornecimento de material para a instalação de rede de gás desde o quadro de comando até o ponto de consumo na cozinha da escola CEIM João Juvenal de Amorim, no Centro de Antônio Carlos/SC".

CONSIDERANDO que, a Secretaria de Educação, através da Comunicação Interna n. 40/2021, justificou a urgência e relevância na contratação, conforme se transcreve: "A diretora do CEIM Solicitou reparos no fogão industrial na instituição educativa, pois as chamas estavam muito fracas demorando o cozimento da alimentação escolar. O responsável pela manutenção da escola, Lúcio tentou fazer o reparo acreditando ser as bocas do fogão entupidas, mas não teve sucesso. Desta forma, realizamos a compra de um novo fogão de alta pressão. Para nossa surpresa ele também não tinha chamas suficientes para o bom cozimento, realizamos a troca da válvula para uma de alta pressão e mesmo assim não tivemos o resultado esperado. A escola solicitou um técnico para verificação e este indicou uma empresa especializada no serviço. A empresa veio em loco e verificou que havia um vazamento de gás embaixo da escola. Informamos a Secretaria de planejamento e fui junto ao Engenheiro Rodrigo para verificar o local. O mesmo informou da necessidade de fazermos buracos em volta do CEIM e ventilarmos para retirada do possível gás que possa ter. Logo, chamei o Bombeiro Sargento Roberto, contei sobre o ocorrido e o mesmo orientou a realizar o serviço com urgência, e também solicitar para que a empresa que fizesse o serviço da nova instalação realizasse uma estanqueidade da pressurização da rede. Em contato com as empresas para solicitar os orçamentos também realizamos esse pedido. Por esse motivo, solicito urgência na realização do serviço."

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Planejamento, através do parecer, datado de 11 de junho de 2021, apresentou explicação técnica quanto a necessidade e o serviço que será executado, o que faz parte integrante do presente processo.

RESOLVE: Autorizar a contratação do objeto abaixo descrito.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA A INSTALAÇÃO DE REDE DE GÁS DESDE O QUADRO DE COMANDO ATÉ O PONTO DE CONSUMO NA COZINHA DO CEIM JOÃO JUVENAL DE AMORIM, NO CENTRO DE ANTÔNIO CARLOS/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/1993. "É dispensável a licitação: para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

Contratado: TUBOGAS – CRISTOVÃO ANTÔNIO GOEDERT EIRELI

CNPJ: 06.300.299/0001-86

Endereço: Avenida Presidente Kennedy, n. 261, Campinas, São José, CEP: 88.101-001.

CONSIDERANDO que após pesquisa de preços verificou que a empresa apresentou como valor a quantia de R\$ 2.150,00 (dois mil cento e cinquenta reais) para realização do serviço.

VALOR: R\$ 2.150,00 (dois mil cento e cinquenta reais).

FUNDAMENTO DA DESPESA: As despesas correrão por conta das dotações orçamentárias do ano de 2021:

Órgão: 04 – Secretária de Educação e Cultura

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação Básica

Projeto/Atividade: 2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental

Despesa: 180 – 4.4.90.00.00.00.00.0.3.36

Antônio Carlos/SC, 11 de junho de 2021.

MIRLENE MANES

Presidente da Comissão de Licitações

LEI Nº 1689/2021

Publicação Nº 3092399

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS****LEI N.º 1689/2021**

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (FMHIS)**

**SEÇÃO I
DA FINALIDADE**

Art. 1º Fica criado e instituído o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, destinado a propiciar apoio e suporte financeiro aos programas, projetos e atividades relacionadas com as construções e financiamento de unidades habitacionais para a população de baixa renda do Município, bem como a instalação de equipamentos comunitários, infra-estrutura e conjuntos habitacionais, desfavelização e implantação de lotes urbanizados.

Parágrafo Único. As fontes de recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social são constituídas na forma do Art. 2º desta Lei.

**SEÇÃO II
DOS RECURSOS E APLICAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

Art. 2º Constituem recursos incorporados ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social:

- I - As dotações constantes do Orçamento do Município;
- II - As contribuições, subvenções e auxílios específicos de órgãos ou Entidades da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;
- III - Recursos provenientes do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS);
- IV - Recursos provenientes de empréstimos internos e externos;
- V - Remuneração oriunda de aplicações financeiras;

Rua 6 de Novembro, nº 186 - CEP: 88180-000, Centro, Antônio Carlos/SC

Fone: (48) 3272-1613 - E-mail: camara@cmac.sc.gov.br

Página 1

www.cmac.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

VI - O valor total das prestações recebidos, provenientes das aplicações do FMHIS, em financiamentos de programas habitacionais;

VII - Outras receitas destinadas ao FMHIS;

VIII - Operações junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

IX - Transferências de recursos consignados no Orçamento Geral da União;

X - Captação de recursos junto a entidades públicas e privadas;

XI - Doações, transferências, créditos, contribuições, auxílios e subvenções, efetivados por pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas;

XII - Recursos financeiros oriundos de organismos internacionais de cooperação, recebidos diretamente ou por meio de convênios;

XIII - Produto da arrecadação de taxas e de multas ligadas a licenciamentos de atividades e infrações às normas urbanísticas em geral, de Zoneamento Municipal ou Código de Obras, e outras ações tributáveis ou penalizáveis que guardem relação com o desenvolvimento em geral.

Art. 3º Os recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social serão aplicados em:

I - Construção e recuperação de habitações;

II - Implantação de lotes urbanizados e infra-estrutura de conjuntos habitacionais;

III - Implantação e melhoria de equipamentos comunitários;

IV - Urbanização e regularização de habitações subnormais;

V - Aquisição de material de construção;

VI - Regularização fundiária;

VII - Aquisição de imóveis para locação social;

VIII - Serviços de assistência técnica e jurídica para implementação de programas habitacionais, de saneamento básico e de promoção humana;

IX - Serviços de apoio à organização comunitária em programas habitacionais;

X - Serviços de apoio técnico para realização de levantamento sócio-econômico;

Rua 6 de Novembro, nº 186 - CEP: 88180-000, Centro, Antônio Carlos/SC

Fone: (48) 3272-1613 - E-mail: camara@cmac.sc.gov.br

Página 2

www.cmac.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

XI - Revitalização de áreas degradadas para uso habitacional, projetos experimentais de aprimoramento de tecnologia na área habitacional e de saneamento básico;

XII - Aquisição, construção, reforma e melhoria de unidades habitacionais para as famílias de baixa renda do município;

XIII - Execução de obras de saneamento, infra-estrutura urbana e equipamentos urbanos complementares aos programas habitacionais;

XIV - Estudos e pesquisas voltados para detectar as necessidades habitacionais, bem como para a implantação de métodos e tecnologias que possibilitem a melhoria da qualidade e a redução dos custos das unidades habitacionais;

XV - Capacitação dos beneficiários e agentes promotores, objetivando implementar os projetos de política de habitação.

SEÇÃO III
DA GESTÃO DOS RECURSOS DO FMHIS

Art. 4º A gestão dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social caberá ao Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, sendo executada com base nas decisões colegiadas do Conselho.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social é o responsável pelas deliberações e gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, vinculado como Órgão Assessor da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Art. 5º À Gestão do FMHIS caberão tarefas técnico-administrativas inerentes às competências do Conselho, estabelecidos no regimento interno.

Art. 6º São atribuições do gestor:

I - Gerir o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos em consonância com as diretrizes emanadas no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;

II - Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas na Política Municipal de Habitação;

III - Submeter ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social o plano de aplicação, a cargo do FMHIS, em consonância com a Política Municipal de Habitação e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

Rua 6 de Novembro, nº 186 - CEP: 88180-000, Centro, Antônio Carlos/SC

Fone: (48) 3272-1613 - E-mail: camara@cmac.sc.gov.br

Página 3

www.cmac.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

IV - Submeter ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social as demonstrações mensais de receita e despesas do FMHIS;

V - Encaminhar à contabilidade geral do Município demonstrações mensais de receita e despesas do FMHIS;

VI - Assinar cheques, juntamente com os responsáveis pela Tesouraria, quando for o caso;

VII - Ordenar empenho e pagamentos das despesas do FMHIS;

VIII - Firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, juntamente com o Prefeito, referentes a recursos que serão administrados pelo FMHIS;

IX - Submeter ao Conselho os critérios de seleção de famílias a serem beneficiadas com os programas de habitação e a relação das famílias selecionadas, bem como o planejamento financeiro dos benefícios recebidos pelos moradores de baixa renda contemplados;

X - Submeter ao Conselho as normas para gestão do patrimônio, resultante dos investimentos com recursos do FMHIS e critérios para a transferência definitiva de imóveis;

XI - Submeter ao Conselho Gestor do FNHIS os relatórios de gestão correspondentes.

SEÇÃO IV
DOS BENEFICIÁRIOS DOS RECURSOS DO FMHIS

Art. 7º São beneficiários dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social as famílias de baixa renda do Município de Antônio Carlos e as entidades comunitárias, organizações públicas não estatais e os sindicatos e associações representativas de trabalhadores, que desenvolvam projetos habitacionais para os segmentos mais carentes da população do Município de Antônio Carlos.

Art. 8º As famílias a serem beneficiadas pela presente Lei serão selecionadas, observando as situações sócio-econômicas em que se encontram, tendo prioridade as que melhor preencherem as seguintes condições básicas:

- a) maior tempo de residência no Município;
- b) renda familiar inferior a 03 (três) salários mínimos;
- c) famílias com maior número de dependentes;

Rua 6 de Novembro, nº 186 - CEP: 88180-000, Centro, Antônio Carlos/SC

Fone: (48) 3272-1613 - E-mail: camara@cmac.sc.gov.br

Página 4

www.cmac.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

d) Não possuir bem(ns) imóvel(is) para uso residencial.

Parágrafo Único. Estes critérios não serão observados no caso de remoção de áreas de risco ou interesse social.

SEÇÃO V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social terá vigência ilimitada.

Capítulo II
DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

SEÇÃO I
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 10 Compete ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social os seguintes exercícios:

I - Elaborar os programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do FMHIS nas áreas sociais, tais como de habitação, saneamento básico e promoção humana;

II - Definir políticas de subsídios na área de financiamento habitacional;

III - Definir as condições de retorno dos investimentos e, conseqüentemente, as prestações a serem pagas pelos beneficiários dos programas de habitação;

IV - Definir os critérios e as formas para a transferência dos imóveis vinculados ao FMHIS, tanto dos equipamentos sociais às instituições responsáveis por seu funcionamento, como das habitações aos beneficiários dos programas habitacionais;

V - Propor medidas de aprimoramento do desempenho do FMHIS, bem como outras visando à consecução dos objetivos dos programas sociais;

VI - Deliberar sobre a alocação de recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social definindo prioridades, dispondo sobre sua aplicação, bem como aprovar a disponibilidade de recursos do FMHIS;

VII - Aprovar parâmetros e critérios de distribuição de recursos, considerando as necessidades habitacionais da população do Município - déficit quantitativo e qualitativo - e a estrutura de

Rua 6 de Novembro, nº 186 - CEP: 88180-000, Centro, Antônio Carlos/SC

Fone: (48) 3272-1613 - E-mail: camara@cmac.sc.gov.br

Página 5

www.cmac.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

renda da população;

VIII - Definir as prioridades da Política Municipal de Habitação;

IX - Estabelecer as diretrizes a serem observadas no plano de ação;

X - Definir critérios para celebração de convênios e contratos entre o Município, entidades governamentais e não-governamentais, e pessoa física;

XI - Aprovar Plano Municipal de Habitação elaborado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano;

XII - Normatizar as ações e regulamentar as prestações de serviços de natureza pública e privada, no campo da habitação;

XIII - Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços voltados especialmente para habitação de interesse social;

XIV - Aprovar as diretrizes e normas para gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

XV - Aprovar a aplicação e liberação dos recursos do FMHIS;

XVI - Fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do FMHIS, solicitando, se necessário, auxílio do órgão de finanças do executivo;

XVII - Propor medidas de aprimoramento de desenvolvimento do FMHIS, bem como outras formas de atuação, visando o financiamento da Política Municipal de Habitação;

XVIII - Aprovar os critérios para programação e execução orçamentária do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e fiscalizar a movimentação dos recursos;

XIX - Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como o desempenho dos programas e projetos aprovados;

XX - Convocar ordinariamente a cada dois anos, ou extraordinariamente, por maioria dos seus membros, a Conferência Municipal de Habitação, que terá a atribuição avaliar a situação da habitação, especialmente a de interesse social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento da

Rua 6 de Novembro, nº 186 - CEP: 88180-000, Centro, Antônio Carlos/SC

Fone: (48) 3272-1613 - E-mail: camara@cmac.sc.gov.br

Página 6

www.cmac.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

Política de Habitação;

XXI - Divulgar todas as decisões, os respectivos pareceres, bem como suas resoluções, no mural da Prefeitura;

XXII - Divulgar extrato da aprovação das contas do FMHIS no Diário Oficial dos Municípios ou em órgãos de circulação regional;

XXIII - Elaborar o regimento interno do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;

XXIV - Dar cumprimento à Política Municipal de Habitação, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela legislação em vigor.

SEÇÃO II
DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 11 O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social será composto de 10 (dez) membros efetivos, 5 (cinco) do poder público municipal e 5 (cinco) da sociedade civil ou de entidades sociais, e seus respectivos suplentes, respeitando a Lei 11.124/05 que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o FNHIS, possibilitando que pelo menos 25% dos membros do Conselho devem ser de representantes de movimentos populares, e respeitando também os seguintes critérios:

I - 5 (cinco) representantes do poder público municipal (entidades governamentais e seus respectivos suplentes;

II - 5 (cinco) representantes da sociedade civil ou de entidades sociais, e seus respectivos suplentes;

Parágrafo Único. Os membros do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social exercerão mandato por 2 (dois) anos, sendo permitida sua recondução.

Art. 12 O Conselho será presidido pelo Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Art. 13 - O Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social desempenhará as seguintes atividades relativas ao cargo:

I - Coordenar todos os trabalhos relativos às sessões plenárias e extraordinárias do Conselho;

II - Representar oficialmente o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social quando necessário;

Rua 6 de Novembro, nº 186 - CEP: 88180-000, Centro, Antônio Carlos/SC

Fone: (48) 3272-1613 - E-mail: camara@cmac.sc.gov.br

Página 7

www.cmac.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

III - Responsabilizar-se pela informação e publicação de todas as resoluções do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;

IV - Gerir especificamente o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 14 A Mesa Diretora do Conselho Municipal da Habitação de Interesse Social será composta pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário.

§ 1º - O Vice-Presidente e o Secretário serão escolhidos entre os membros titulares do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social.

§ 2º - O Vice-Presidente deverá acumular as funções de Tesoureiro do referido Conselho, sendo suas funções específicas:

I - Substituir o Presidente nos seus impedimentos;

II - Executar atribuições confiadas pelo Conselho Municipal e sua Mesa Diretora;

III - Auxiliar o Gestor do Fundo, Presidente do Conselho, no controle dos recursos financeiros, das suas origens e destinos.

§ 3º - O Secretário do Conselho, escolhido por votação interna do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, deverá se responsabilizar pela execução das seguintes atividades:

I - Secretariar as reuniões;

II - Manter os registros da Secretaria do Conselho atualizados e ordenados;

III - Executar atividades confiadas pelo Conselho do Fundo e sua Mesa Diretora.

Art. 15 As funções dos membros do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social não serão remuneradas, sendo o seu desempenho considerado como serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas suas ausências a quaisquer outros serviços, quando convocados a comparecer às sessões do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e reuniões de Comissões ou participação em diligências.

Art. 16 Somente será admitida a participação no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de entidades juridicamente constituídas, sem fins lucrativos e em regular funcionamento no âmbito do Município.

Rua 6 de Novembro, nº 186 - CEP: 88180-000, Centro, Antônio Carlos/SC

Fone: (48) 3272-1613 - E-mail: camara@cmac.sc.gov.br

Página 8

www.cmac.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

Art. 17 Cumpre ao poder Executivo Municipal providenciar a locação de recursos humanos e materiais necessários à instalação e funcionamento do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 18 O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social reunir-se-á ordinariamente trimestralmente, e extraordinariamente na forma que dispuser o regimento interno.

§ 1º - A convocação será feita com antecedência mínima de 5 (cinco) dias para as sessões plenárias ordinárias, e de 24 (vinte e quatro) horas para as sessões extraordinárias;

§ 2º - As sessões plenárias somente poderão ser instaladas e iniciadas com maioria absoluta dos membros e as decisões deverão ser tomadas pelo voto da maioria relativa dos seus membros, cabendo ao Presidente o voto de desempate;

§ 3º - O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social poderá solicitar a colaboração de servidores públicos da Prefeitura para assessoramento em suas reuniões;

§ 4º - A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social é composta pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário;

§ 5º - O Vice-Presidente e Secretário serão escolhidos entre os membros titulares do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;

§ 6º - As Comissões poderão ser integradas por entidades ou pessoas de notório saber, homologadas pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, sem direito a voto, com a finalidade de estudar e assessorar o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, em temas específicos, visando o cumprimento da Política de Habitação.

Art. 19 A Sessão Plenária é composta por todos os conselheiros efetivos ou, na ausência desses, pelos suplentes especialmente convocados:

I - A pauta das sessões plenárias extraordinárias do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social deverá estar expressa no instrumento de convocação;

II - Nas sessões plenárias ordinárias poderão ser tratados todos os assuntos atinentes aos objetivos do Conselho, bem como seu funcionamento e normatização;

III - As deliberações do plenário do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social dar-se-á sempre por maioria relativa dos conselheiros titulares ou suplentes convocados para tal fim;

IV - As decisões do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social deverão constar de resoluções do próprio Conselho, quando se tratar de caráter deliberativo ou normativo, as quais servirão de embasamento legal para as ações do mesmo.

Rua 6 de Novembro, nº 186 - CEP: 88180-000, Centro, Antônio Carlos/SC

Fone: (48) 3272-1613 - E-mail: camara@cmac.sc.gov.br

Página 9

www.cmac.sc.gov.br



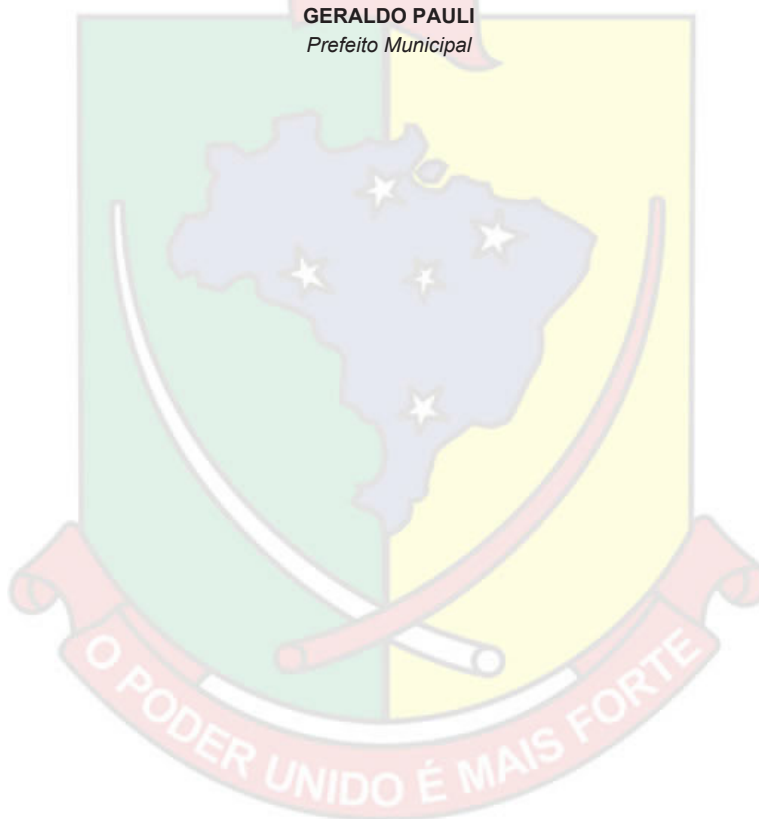
ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS

Art. 20 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Municipal nº 1.150/2007 e todas as demais disposições em contrário.

Art. 21 Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 10 de junho de 2021.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal



Rua 6 de Novembro, nº 186 - CEP: 88180-000, Centro, Antônio Carlos/SC

Fone: (48) 3272-1613 - E-mail: camara@cmac.sc.gov.br

Página 10

www.cmac.sc.gov.br

LEI Nº 1690/2021

Publicação Nº 3092403

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS****LEI N.º 1690/2021****“RATIFICA PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA GRANDE
FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, como associação pública, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – CIM-GRANFPOLIS, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, na forma do Código Civil Brasileiro e da Lei Federal nº 11.107/05 e seus regulamentos.

Art. 2º Fica ratificado o protocolo de intenções do CIM-GRANFPOLIS, na forma do Anexo Único, integrante desta Lei.

§ 1º Fica autorizado o ingresso, no Consórcio Público de que trata esta Lei, de ente da Federação não mencionado no protocolo de intenções como possível integrante do consórcio público, desde que este seja associado da GRANFPOLIS - Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, e que sua inclusão seja aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos em Assembleia Geral do CIM-GRANFPOLIS.

§ 2º Ocorrendo à hipótese de que trata o parágrafo anterior, caberá a Assembleia Geral aprovar a alteração necessária no respectivo contrato de consórcio público na forma estabelecida no Estatuto do CIM-GRANFPOLIS.

§ 3º O produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Consórcio Público constitui recurso financeiro deste, para custeio de suas atividades.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 10 de junho de 2021.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Rua 6 de Novembro, nº 186 - CEP: 88180-000, Centro, Antônio Carlos/SC

Fone: (48) 3272-1613 - E-mail: camara@cmac.sc.gov.br

Página 1

www.cmac.sc.gov.br

Apiuna

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 19/2021 - PE 53/2021

Publicação Nº 3092382

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE AREIA, PEDRA E BRITA.

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna/SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor MARCELO DOUTEL DA SILVA, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 53/2021, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO PARCELADA DE AREIA, PEDRA E BRITA, conforme quantitativos e condições a seguir:

34029 - MONDINI EXTRACAO DE AREIA LTDA EPP

Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	AREIA FINA	MONDINI	300	R\$70,0000	R\$ 21.000,00
3	AREIAO	MONDINI	2000	R\$40,0000	R\$ 80.000,00
4	SEIXO 1 - PEDRISCO	MONDINI	200	R\$70,0000	R\$ 14.000,00
5	SEIXO 2 - PEDRA FINA	MONDINI	100	R\$50,0000	R\$ 5.000,00
6	SEIXO 3 - PEDRA MEDIA	MONDINI	100	R\$35,0000	R\$ 3.500,00
7	SEIXO 4 - PEDRA GROSSA	MONDINI	100	R\$35,0000	R\$ 3.500,00
8	BRITA 1	MONDINI	200	R\$42,0000	R\$ 8.400,00
9	BRITA 2	MONDINI	300	R\$35,0000	R\$ 10.500,00
10	PO/PEDRISCO/BRITA 0	MONDINI	500	R\$35,0000	R\$ 17.500,00
Total Fornecedor:			R\$ 163.400,00		
Total Geral:			R\$ 163.400,00		

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de quaisquer obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto a prestação dos serviços objeto do edital.

1.4 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Eletrônico nº 53/2021 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 10/06/2022.

4 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

4.1 – Se a sede da empresa vencedora estiver LOCALIZADA ATÉ 50 QUILOMETROS de distância do Centro do Município de Apiúna/SC a Prefeitura de Apiúna/SC se compromete a retirar o material no pátio da licitante vencedora. A contratada obrigatoriamente deverá prestar o serviço de carregar com o material solicitado às caçambas municipais ou contratadas por esta Prefeitura. A aquisição será feita após a emissão de Ordem de Compra. A empresa deverá ter o material solicitado para Prefeitura buscas em ATÉ 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS após a emissão da Ordem de Compra feita pela Secretaria de Transportes e Obras.

4.2 Se a sede da empresa vencedora estiver LOCALIZADA A MAIS DE 50 QUILOMETROS de distância do Centro do Município de Apiúna/SC a empresa deverá entregar os produtos conforme solicitação na garagem da Prefeitura de Apiúna/SC, Rua Quintino Bocaiúva, 204, fundos, Apiúna/SC, cep: 89.135-000, ATÉ 02 (DOIS) DIAS ÚTEIS após emissão da ordem de compra feita pela Secretaria de Transportes e Obras.

4.3 A entrega do objeto licitado deverá ser efetivada PARCELADAMENTE, conforme a necessidade do suprimento.

4.4 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente às quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.5 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximos de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.6 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do contrato.

4.78 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - O pagamento será efetuado em 30 dias após o recebimento do produto, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.2 O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Edital.

5.3 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.4 Em caso de inadimplência o pagamento por parte da administração, os valores serão atualizados monetariamente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias, conforme disciplina o artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

5.5 Deverá ser emitida Nota Fiscal para o CNPJ 11.195.905/0001-08, quando se tratar do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE APIÚNA, ou para o CNPJ 79.373.767/0001-16, quando se tratar das demais secretarias.

5.6 A empresa deverá emitir nota fiscal idêntico ao apresentado na proposta e consequentemente lançado Nota de Empenho, devendo constar também o número do processo licitatório e a modalidade, e da Ordem de Compra à fim de acelerar o trâmite de recebimento do produto(s)/serviço(s) e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

5.7 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.8 Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.9 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.10 - Os recursos necessários à presente contratação, acham-se classificados na dotação orçamentária que se segue:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
6	Secretaria de Transportes e Obras
1	Secretaria de Transportes e Obras
2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
1390100	Fundo Especial do Petróleo
Código Dotação	Descrição
6	Secretaria de Transportes e Obras
1	Secretaria de Transportes e Obras
2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
1070000	Contrib Interv Domínio Econ. - Cide
Código Dotação	Descrição
8	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo
1	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo
2081	Implantação e Conservação de Praças, Jardins e Canterios.
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
8	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo
1	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo
2081	Implantação e Conservação de Praças, Jardins e Canterios.
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
1390300	Comp Financ Expl Rec Nat - Rec Hidricos
Código Dotação	Descrição
6	Secretaria de Transportes e Obras
1	Secretaria de Transportes e Obras
2063	Manutenção, Cosntrução e Reformas de Pontes, Pontilhões e Bueiros
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
9	Fundo Municipal da Assistencia Social

Dotação Utilizada	
1	Funco Municipal da Assistencia Social
2091	Manutenção do Fundo Municipal de Assistencia Social
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
4	Secretaria de Educacao e Cultura
1	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Medio e Superior
2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
1190000	Transf.fundeb/fundef(out.desp.ensino)
Código Dotação	Descrição
13	Secretaria de Esporte e Lazer
1	Secretaria de Esporte e Lazer
2131	Manutenção Geral da Secretaria de Esporte e Lazer
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
6	Secretaria de Transportes e Obras
1	Secretaria de Transportes e Obras
2062	Manutenção do Cemitério Municipal
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
8	Secretaria da Industria, Comercio e Turismo
1	Secretaria da Industria, Comercio e Turismo
2087	Promoção e Realização Fima, Tangefest e Baile da Rainha
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
3	Secretaria de Administração e Financas
1	Secretaria de Administração e Financas
2034	Reforma do Prédio do Paço Municipal
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
6	Secretaria de Transportes e Obras
1	Secretaria de Transportes e Obras
2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
7	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
1	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2070	Assistencia e Apoio ao Produtor Rural
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
4	Secretaria de Educacao e Cultura
1	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Medio e Superior
2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
6	Secretaria de Transportes e Obras
1	Secretaria de Transportes e Obras
2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
1390300	Comp Financ Expl Rec Nat - Rec Hidricos
Código Dotação	Descrição
8	Secretaria da Industria, Comercio e Turismo
1	Secretaria da Industria, Comercio e Turismo
1082	Ampliação, Manutenção e Reforma do Centro de Eventos.
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
1000000	Recursos Ordinários
Código Dotação	Descrição
4	Secretaria de Educacao e Cultura
1	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Medio e Superior
2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil
3339030510000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo
1010000	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ

6 DO REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 - Reajuste de Preços:

6.1.1.1 - Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 - Revisão de preços:

6.1.2.1 - A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 - A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 - O pedido de revisão que majore o preço Contratado deverá ser instruído com comprovante dos fatos que dão ensejo a alteração pretendida, e esta somente poderá ser feita após a análise dos elementos apresentados (notas fiscais dos seus fornecedores habituais que comprovem aumento de seu custo de compra) e da comparação do preço base de Mercado com o preço final a ser praticado (o qual não poderá ultrapassar o preço praticado na praça pela concorrência).

6.1.2.1.3 - A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 - Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 - À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 - Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.2.3 - Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 - Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 - A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

8.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

I) fornecer os objetos licitados de acordo com a qualidade exigida pelos órgãos de controle governamental;

II) responsabilizar-se integralmente pelos objetos ora contratados, nos termos da legislação vigente;

III) comunicar a Prefeitura, por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas no Contrato Social, durante o prazo de vigência do Contrato, bem como apresentar documentos comprobatórios;

IV) sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor autorizado da Prefeitura, encarregado de acompanhar a execução do Contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

V) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato nos termos do artigo 71 da Lei nº 8666/93.

VI) A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto CONTRATADA, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

8.2 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- I) oferecer todas as informações necessárias para que a empresa possa realizar a do objeto licitado dentro das especificações solicitadas;
- II) realizar o pagamento na forma estipulada no Edital;
- III) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- IV) rejeitar no todo ou em parte os objetos entregues em desacordo com o objeto deste Contrato.

9 CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

- a) Advertência para cumprimento do contrato no prazo de 05 (cinco) dias;
 - b) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias.
- 9.1.1 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.1.2 - A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

9.2 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;
- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Apiúna pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior, podendo o Município incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

9.2.1 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

9.2.2 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

9.3 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.4 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.5 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

9.5.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.6 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.7 - Serão aplicadas também a seguinte penalidade para a infração abaixo descrita:

- a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

10 CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

10.1 - A inexecução total ou parcial deste Ata de Registro de Preço, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

10.1.1 - No caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da lei 8.666/93, fica assegurado e reconhecido o direito do CONTRATANTE ao ressarcimento de eventuais prejuízos ou ônus adicionais decorrentes de novas contratações ou outros gastos imprevistos, além do atraso na entrega dos objetos, conforme art. 55, inciso IX da lei 8.666/93.

10.2 - A rescisão do Ata de Registro de Preço poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79, da Lei nº 8.666/93.

11 DO FORO

11.1 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais assinam para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 11 de junho de 2021.

MUNICÍPIO DE APIÚNA

MARCELO DOUTEL DA SILVA

CONTRATANTE

MONDINI EXTRACAO DE AREIA LTDA EPP

CONTRATADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 20/2021 - PE 52/2021

Publicação Nº 3092518

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LARVICIDA BIOLÓGICO BACILLUS THURINGIENSIS ISRAELENSES, COM CONCENTRAÇÃO DE 1,2%, 1200 UTI (UNIDADE TÓXICAS INTERNACIONAIS)/MG, CEPA AVALIADA E RECOMENDADA PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (CEPA AM65-52) E REGISTRO NA ANVISA, EMBALAGEM DE 10 LITROS, COM LACRE INTERNO. O PRODUTO DEVE ATENDER À EXIGÊNCIA DE SER SEGURO SUA UTILIZAÇÃO EM ÁGUA POTÁVEL DESTINADA A CONSUMO HUMANO E ANIMAL, INCLUSIVE SEM OFERECER RISCOS À SAÚDE AQUÁTICA, VISTO QUE O PRODUTO SERÁ UTILIZADO EM ÁGUA CORRENTE DE LEITO DE RIO. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ PRESTAR SERVIÇOS DE ORIENTAÇÕES, TREINAMENTO E PALESTRAS SOBRE APLICAÇÃO DO PRODUTO EM CAMPO, SEMPRE QUE ESTA SECRETARIA SOLICITAR, NAS LOCALIDADES INDICADAS PELO RESPECTIVO ÓRGÃO, DURANTE O TEMPO NECESSÁRIO PARA CONSUMIR A TOTALIDADE DO PRODUTO SOLICITADO. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE APIUNA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiuna/SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor MARCELO DOUTEL DA SILVA, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 52/2021, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO DE LARVICIDA BIOLÓGICO BACILLUS THURINGIENSIS ISRAELENSES, COM CONCENTRAÇÃO DE 1,2%, 1200 UTI (UNIDADE TÓXICAS INTERNACIONAIS)/MG, CEPA AVALIADA E RECOMENDADA PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (CEPA AM65-52) E REGISTRO NA ANVISA, EMBALAGEM DE 10 LITROS, COM LACRE INTERNO. O PRODUTO DEVE ATENDER À EXIGÊNCIA DE SER SEGURO SUA UTILIZAÇÃO EM ÁGUA POTÁVEL DESTINADA A CONSUMO HUMANO E ANIMAL, INCLUSIVE SEM OFERECER RISCOS À SAÚDE AQUÁTICA, VISTO QUE O PRODUTO SERÁ UTILIZADO EM ÁGUA CORRENTE DE LEITO DE RIO. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ PRESTAR SERVIÇOS DE ORIENTAÇÕES, TREINAMENTO E PALESTRAS SOBRE APLICAÇÃO DO PRODUTO EM CAMPO, SEMPRE QUE ESTA SECRETARIA SOLICITAR, NAS LOCALIDADES INDICADAS PELO RESPECTIVO ÓRGÃO, DURANTE O TEMPO NECESSÁRIO PARA CONSUMIR A TOTALIDADE DO PRODUTO SOLICITADO. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, conforme quantitativos e condições a seguir:

207110 - AGRO LÍDER LTDA					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	LARVICIDA BIOLÓGICO BACILLUS THURINGIENSIS ISRAELENSES, COM CONCENTRAÇÃO DE 1,2%, 1200 UTI (UNIDADE TÓXICAS INTERNACIONAIS)/MG, CEPA AVALIADA E RECOMENDADA PELA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (CEPA AM65-52) E REGISTRO NA ANVISA, EMBALAGEM DE 10 LITROS, COM LACRE INTERNO - VECTOBAC 12AS. O PRODUTO DEVE ATENDER À EXIGÊNCIA DE SER SEGURO SUA UTILIZAÇÃO EM ÁGUA POTÁVEL DESTINADA A CONSUMO HUMANO E ANIMAL, INCLUSIVE SEM OFERECER RISCOS À SAÚDE AQUÁTICA, VISTO QUE O PRODUTO SERÁ UTILIZADO EM ÁGUA CORRENTE DE LEITO DE RIO. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ PRESTAR SERVIÇOS DE ORIENTAÇÕES, TREINAMENTO E PALESTRAS SOBRE APLICAÇÃO DO PRODUTO EM CAMPO, SEMPRE QUE ESTA SECRETARIA SOLICITAR, NAS LOCALIDADES INDICADAS PELO RESPECTIVO ÓRGÃO, DURANTE O TEMPO NECESSÁRIO PARA CONSUMIR A TOTALIDADE DO PRODUTO SOLICITADO. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.	VECTOBAC	30	R\$1.620,00	R\$ 48.600,00
Total Fornecedor:				R\$ 48.600,00	
Total Geral:				R\$ 48.600,00	

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de quaisquer obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto a prestação dos serviços objeto do edital.

1.4 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Eletrônico nº 52/2021 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 10/06/2022.



4 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

4.1 Os materiais deverão ser fornecidos no prazo de 10 (dez) dias a contar da emissão e entrega da ordem de compra

4.2 O local de entrega será: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente: Rua Cuiabá, 201, Centro, Apiúna/SC – CEP: 89.135-000

4.3 Os produtos deverão ser novos intactos, sem amassados, danificados, riscados, arranhados ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade dos mesmos, respeitando as embalagens primárias e secundárias.

4.4 No ato da entrega do objeto de serviços, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente às quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável;

4.5 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município;

4.6 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do contrato;

4.7 Correrão por conta da contratada todas as despesas de frete, carga, descarga, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, diárias e hospedagem decorrentes da entrega.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - O pagamento será efetuado em 30 dias após a entrega da mercadoria, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Deverá ser emitida Nota Fiscal para o CNPJ 79.373.767/0001-16 – PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA.

5.2 - Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.3 - O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada uma vez satisfeitas às condições estabelecidas no Edital.

5.4 - Para a efetuação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.5 - Em caso de inadimplência de pagamento por parte da administração, os valores serão atualizados monetariamente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias, conforme disciplina o artigo 117 da constituição do Estado de Santa Catarina.

5.6 - A empresa deverá apresentar Nota Fiscal com CNPJ idêntico ao apresentado na proposta e consequentemente lançado na Nota de Empenho, devendo constar também o número do processo licitatório e a modalidade, e da Ordem de Compra à fim de acelerar o trâmite de recebimento do produto(s)/serviço(s) e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

5.7 - Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.8 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.9 - Os recursos necessários à presente contratação, acham-se classificados na dotação orçamentária que se segue:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
7	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
1	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
2070	Assistencia e Apoio ao Produtor Rural
33390304000000000000	Material biológico
1000000	Recursos Ordinários

6 DO REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 - Reajuste de Preços:

6.1.1.1 - Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 - Revisão de preços:

6.1.2.1 - A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 - A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 - O pedido de revisão que majore o preço Contratado deverá ser instruído com comprovante dos fatos que dão ensejo a alteração pretendida, e esta somente poderá ser feita após a análise dos elementos apresentados (notas fiscais dos seus fornecedores habituais que comprovem aumento de seu custo de compra) e da comparação do preço base de Mercado com o preço final a ser praticado (o qual não poderá ultrapassar o preço praticado na praça pela concorrência).

6.1.2.1.3 - A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 - Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 - À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 - Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.2.3 - Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 - Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 - A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

8.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

I) fornecer os objetos licitados de acordo com a qualidade exigida pelos órgãos de controle governamental;

II) responsabilizar-se integralmente pelos objetos ora contratados, nos termos da legislação vigente;

III) comunicar a Prefeitura, por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, quaisquer alterações ocorridas no Contrato Social, durante o prazo de vigência do Contrato, bem como apresentar documentos comprobatórios;

IV) sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor autorizado da Prefeitura, encarregado de acompanhar a execução do Contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

V) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato nos termos do artigo 71 da Lei nº 8666/93.

VI) A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto CONTRATADA, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

8.2 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

I) oferecer todas as informações necessárias para que a empresa possa realizar a do objeto licitado dentro das especificações solicitadas;

II) realizar o pagamento na forma estipulada no Edital;

III) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

IV) rejeitar no todo ou em parte os objetos entregues em desacordo com o objeto deste Contrato.

9 CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

a) Advertência para cumprimento do contrato no prazo de 05 (cinco) dias;

b) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias.

9.1.1 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.1.2 - A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

9.2 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Apiúna pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c.1) Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior, podendo o Município incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

9.2.1 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

9.2.2 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

9.3 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.4 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.5 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

9.5.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.6 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9.7 - Serão aplicadas também a seguinte penalidade para a infração abaixo descrita:

a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

10 CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

10.1 - A inexecução total ou parcial deste Ata de Registro de Preço, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

10.1.1 - No caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da lei 8.666/93, fica assegurado e reconhecido o direito do CONTRATANTE ao ressarcimento de eventuais prejuízos ou ônus adicionais decorrentes de novas contratações ou outros gastos imprevistos, além do atraso na entrega dos objetos, conforme art. 55, inciso IX da lei 8.666/93.

10.2 - A rescisão do Ata de Registro de Preço poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79, da Lei nº 8.666/93.

11 DO FORO

11.1 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente instrumento para um só jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 11 de junho de 2021.

MUNICÍPIO DE APIÚNA
MARCELO DOUTEL DA SILVA
CONTRATANTE
AGRO LÍDER LTDA
CONTRATADA

DECRETO Nº 3843

Publicação Nº 3093135

DECRETO Nº3843/2021
De 02/06/2021

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA

MARCELO DOUTEL DA SILVA, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 945/2020 de 01/12/2020:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, o valor de até R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil Reais), da seguinte dotação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	12.000,00
	Subtotal	12.000,00
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
300000000000	Despesas Correntes	
310000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
319000000000	Aplicações Diretas	
11.800	Transf.fundeb/fundef(Remu.Magistério)	38.000,00
	Subtotal	38.000,00
	TOTAL	50.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado suplementar no orçamento vigente na Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil Reais), na seguinte dotação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
400000000000	Despesas de Capital	
440000000000	Investimentos	
449000000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-educ	12.000,00
	Subtotal	12.000,00
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
400000000000	Despesas de Capital	
440000000000	Investimentos	
449000000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf.Fundeb/Fundef(Out.Desp.Ensino)	38.000,00

	Subtotal	38.000,00
	TOTAL	50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 02 de Junho de 2021.

MARCELO DOUTEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA 505/2021

Publicação Nº 3095477

PORTARIA Nº 0505/2021
De 11 de junho de 2021

ALTERA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA SILVANA DELUCA AMARANTE

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 22 da Lei Complementar nº 122/2012 de 23/03/2012,
RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora efetiva, SILVANA DELUCA AMARANTE, contrato 88820-5, ocupante do cargo de PROFESSOR – 40H semanais passando a exercer o total de 20H semanais a partir de 07 de junho de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de junho de 2021.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 506/2021

Publicação Nº 3095480

PORTARIA Nº 0506/2021
De 11 de junho de 2021
EXONERAR SERVIDORA EFETIVA FERNANDA HARTMANN SCHEID

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 64 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE

Art. 1º - Exonerar em 31 de maio de 2021, FERNANDA HARTMANN SCHEID, servidora efetiva ocupante do cargo de FARMACEUTICO, sem justa causa, por iniciativa do servidor.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de junho de 2021.

Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 507/2021

Publicação Nº 3095484

PORTARIA Nº 0507/2021
De 11 de junho de 2021

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE JOSEANE DA SILVA PELENTIR PETERS

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso I do artigo 2º e o §1º do artigo 4º da Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017 e considerando o Decreto nº 3697/2020 de 18/12/2020,
RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar o contrato de trabalho até 17 de dezembro de 2021, ou enquanto durar a situação de emergência no Município de JOSEANE DA SILVA PELENTIR PETERS, servidora contratada temporariamente na função de ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO P.S.F. – 40h, em substituição a servidora Glaucia Denise Schmitz da Silva que está afastada em auxílio-doença.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de junho de 2021.
Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 508/2021

Publicação Nº 3095485

PORTARIA Nº 0508/2021
De 11 de junho de 2021
DESIGNA NICANOR NUNES JUNIOR COMO FISCAL DE CONTRATO Nº 57/2021

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,
RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor NICANOR NUNES JUNIOR, matrícula n. 114243, ocupante do cargo de ASSESSOR DE MEIO AMBIENTE, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
57/2021	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E RE-CUPERAÇÃO DE CALHAS, PORTAS E COBERTURA METÁLICA DO GALPÃO/QUADRA NA COMUNIDADE DE SANTA ROSA.	PRO ENG ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA – R\$ 25.375,81

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização da ata acima mencionada a servidora a seguir:
SETOR DE ENGENHARIA

Servidor: Letícia Luiza Lange
Cargo: Assessor de Planejamento
Matricula: 134376

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- I. Ter conhecimento dos termos contratuais;
- II. Acompanhar a execução contratual;
- III. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- IV. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- V. Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- VI. Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor Letícia Luiza Lange, matrícula n. 134376, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de junho de 2021.
Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

PORTARIA 509/2021

Publicação Nº 3095487

PORTARIA Nº 0509/2021
De 11 de junho de 2021
REVOGA PORTARIA 0469/2021

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 17 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

Art. 1º - Revoga a portaria 0469/2021 de 21 de maio de 2021, que concedia gratificação a servidora JACIANE HOEPERS, por ser responsável pela Escola Victoria Cerutti Petters, a partir do dia 12 de junho de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de junho de 2021.
Marcelo Doutel da Silva
Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

2879

Publicação Nº 3095893

DECRETO Nº 2881, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Abre crédito adicional especial no valor de R\$ 22.671,00 no orçamento do MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, e dá outras providências. Wellington Berner Pereira, Prefeito em exercício do município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos da Lei 972 de 21 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2021 – LDO e dá outras providências, e Lei 975 de 23 de dezembro de 2020, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã - SC, para o exercício de 2021 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e Lei Municipal Nº 988, de 11 de junho de 2021 DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais especiais:

Órgão	12	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
Unidade	01	Gerência de Administração e Fazenda		
Projeto Atividade	2.004	Atividades Burocráticas, Administrativas e Finanças		
Modalidade	221	31710000000000000000000000000000	Transf. Consórcios Púb.	12.404,16
Órgão	12	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
Unidade	01	Gerência de Administração e Fazenda		
Projeto Atividade	2.004	Atividades Burocráticas, Administrativas e Finanças		
Modalidade	222	33710000000000000000000000000000	Transf. Consórcios Púb.	6.450,17
Órgão	12	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
Unidade	01	Gerência de Administração e Fazenda		
Projeto Atividade	2.004	Atividades Burocráticas, Administrativas e Finanças		
Modalidade	223	44710000000000000000000000000000	Transf. Consórcios Púb.	3.816,67
TOTAL				22.671,00

Art. 2º O crédito adicional especial constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior na seguinte fonte de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro

Descrição da Fonte: Recursos Ordinários – Superávit Financeiro

0.3.0000 – Recursos Ordinários - Sup. Financeiro R\$ 22.671,00

TOTAL R\$ 22.671,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 11 de junho de 2021.

Wellington Berner Pereira

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Glaucia Pottratz - Responsável pelas publicações

2880

Publicação Nº 3095894

DECRETO Nº 2880, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 166.000,00 no orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARABUTÃ, e dá outras providências.

Wellington Berner Pereira, Prefeito em exercício do município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos da Lei 972 de 21 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2021 – LDO e dá outras providências, e Lei 975 de 23 de dezembro de 2020, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã - SC, para o exercício de 2021 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e Lei Municipal Nº 989, de 11 de junho de 2021 DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementar:

Órgão	09	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS		
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde – FMS		
Projeto Atividade	2.077	Concessão de Subvenções Sociais		
Modalidade	71	335000000000000000030000	Transf. Insti. Priv. sem fins lucrativos	166.000,00
TOTAL				166.000,00

Art. 2º O crédito adicional especial constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior na seguinte fonte de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro

Descrição da Fonte: Recursos Ordinários – Superávit Financeiro

0.3.0000 – Recursos Ordinários - Sup. Financeiro R\$ 166.000,00

TOTAL R\$ 166.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 11 de junho de 2021.

Wellington Berner Pereira

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Glaucia Pottratz - Responsável pelas publicações

2881

Publicação Nº 3095895

DECRETO Nº 2881, DE 11 DE JUNHO DE 2021

DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 02/2021.

WELLINGTON BERNER PEREIRA, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º- Fica designada Comissão Especial Organizadora do Processo Seletivo Público nº 002/2021, conforme Edital, composta pelos seguintes membros:

I – RUBIA CRISTINA PATZLAFF KIEKOW, presidente;

II- MICHELE MARCIANE WASEM,

III- DELSI DRIEMEIER.

IV- ELIZABETH SIGRID WALLMANN.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã - SC, 11 de junho de 2021.

Wellington Berner Pereira

Prefeito Em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Glaucia Pottratz

Responsável pelas publicações

LO 988

Publicação Nº 3095902

LEI ORDINÁRIA Nº 988 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Abre crédito adicional especial no valor de R\$ 22.671,00 no orçamento do MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARABUTÃ NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 972 de 21 de outubro de 2020, que dispõe sobre as

Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2021 – LDO e dá outras providências, e 975 de 23 de Dezembro de 2020, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã/SC, para o exercício de 2021 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova e ela sanciona a seguinte Lei Ordinária.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais especiais:

Órgão	12	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
Unidade	01	Gerência de Administração e Fazenda		
Projeto Atividade	2.004	Atividades Burocráticas, Administrativas e Finanças		
Modalidade	221	3171000000000000000030000	Transf. Consórcios Púb.	12.404,16
Órgão	12	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
Unidade	01	Gerência de Administração e Fazenda		
Projeto Atividade	2.004	Atividades Burocráticas, Administrativas e Finanças		
Modalidade	222	3371000000000000000030000	Transf. Consórcios Púb.	6.450,17
Órgão	12	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
Unidade	01	Gerência de Administração e Fazenda		
Projeto Atividade	2.004	Atividades Burocráticas, Administrativas e Finanças		
Modalidade	223	4471000000000000000030000	Transf. Consórcios Púb.	3.816,67
TOTAL				22.671,00

Art. 2º O crédito adicional especial constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior na seguinte fonte de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro

Descrição da Fonte: Recursos Ordinários – Superávit Financeiro

0.3.0000 – Recursos Ordinários - Sup. Financeiro R\$ 22.671,00

TOTAL R\$ 22.671,00

Art. 3º. Esta lei ordinária entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã, SC, em 11 de junho de 2021.

WELLINGTON BERNER PEREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores no Exercício do Cargo de Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Em 11 de junho de 2021

Gláucia Pottratz - Responsável pelas Publicações

LO 989

Publicação Nº 3095904

LEI ORDINÁRIA Nº 989 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 166.000,00 no orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARABUTÃ, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARABUTÃ NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 972 de 21 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2021 – LDO e dá outras providências, e 975 de 23 de Dezembro de 2020, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã/SC, para o exercício de 2021 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova e ela sanciona a seguinte Lei Ordinária.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementar:

Órgão	09	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS		
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde – FMS		
Projeto Atividade	2.077	Concessão de Subvenções Sociais		
Modalidade	71	3350000000000000000030000	Transf. Insti. Priv. sem fins lucrativos	166.000,00
TOTAL				166.000,00

Art. 2º O crédito adicional especial constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior na seguinte fonte de recursos:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro

Descrição da Fonte: Recursos Ordinários – Superávit Financeiro

0.3.0000 – Recursos Ordinários - Sup. Financeiro R\$ 166.000,00

TOTAL R\$ 166.000,00

Art. 3º. Esta lei ordinária entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã, SC, e 11 de junho de 2021.

WELLINGTON BERNER PEREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores no Exercício do Cargo de Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Em 10 de junho de 2021

Glaucia Pottratz - Responsável pelas Publicações

LO 990

Publicação Nº 3095906

LEI ORDINÁRIA Nº 990 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Autoriza a realização de serviços de infraestrutura de empreendimentos empresariais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARABUTÃ NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, faz saber que a Câmara de vereadores de Arabutã decreta e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária

Art. 1º.Com a finalidade de propiciar o desenvolvimento econômico, principalmente na área da indústria, comércio e serviços, o Poder Executivo do Município de Arabutã poderá conceder serviços de terraplanagem, aterramento, nivelamento, abertura de vias públicas, e outros que sejam necessários para a infraestrutura do empreendimento.

Parágrafo único. Os incentivos de que trata o art 1º, poderão ser concedidos independentemente de ampliação ou expansão da beneficiada.

Art. 2º. O interessado em obter incentivos poderá efetuar solicitação ou mediante a participação de certames ou editais expedidos para esta finalidade.

Art. 3º. Todo pedido de incentivo de que trata o art. 1º, será apreciado inicialmente pela Secretaria competente que se manifestará a respeito e, só terá seguimento se houver a certificação de haver previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e da existência de recursos para o seu custeio, previstos na Lei Orçamentária.

Art. 4º. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico ou órgão equivalente efetuará avaliação do pedido de incentivo e se manifestará, inclusive quanto ao seu deferimento, seu montante e a escolha dos beneficiados, quando não for possível atender todos.

Art. 5º. Os incentivos cujo valor não ultrapasse a R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) por ano, por beneficiado, independem de licitação e autorização legislativa específica, devendo o ato ser devidamente justificado quanto à razão da escolha do beneficiado e os deferimentos efetuados.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã, SC, e 11 de junho de 2021.

WELLINGTON BERNER PEREIRA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores no Exercício do Cargo de Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Em 10 de junho de 2021

Glaucia Pottratz - Responsável pelas Publicações

Araranguá

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº75/2021 - RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 3093875

AVISO DE LICITAÇÃO - RETIFICAÇÃO

EDITAL Nº 75/2021

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – SRP

No Aviso de Licitação nº 75/2021, Pregão Presencial para Registro de Preços, Publicado no dia 01 de Junho de 2021 no DOM SC, que tem como objeto: Registro de preços objetivando a aquisição, sob demanda, de paes estilo cachorro quente, a serem consumidos pelos alunos da rede municipal de ensino de Araranguá, tudo em conformidade com termo de referência anexo ao edital de licitação:

No termo de referencia (Anexo I) do edital onde se lê:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
1	PAO TIPO CACHORRO QUENTE COM NO MIN. 50 GRAMAS ELABORADO COM FARINHA DE TRIGO, SEM OVOS, SEM LEITE E SEM GORDURA TRANS. ENTREGA EM EMBALAGEM PLASTICA RESISTENTE TRANSPARENTE, COM ROTULAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE CONTENDO 20 PAES.	LT	80.000	8,40

Leia-se:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
1	PAO TIPO CACHORRO QUENTE COM NO MIN. 50 GRAMAS ELABORADO COM FARINHA DE TRIGO, SEM OVOS, SEM LEITE E SEM GORDURA TRANS. ENTREGA EM EMBALAGEM PLASTICA RESISTENTE TRANSPARENTE, COM ROTULAGEM CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE CONTENDO 20 PAES.	UN	80.000	0,45

Reabre- se os prazos legais, ficando estabelecidas as datas abaixo para entrega e abertura dos envelopes:

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até às 13h45min do dia 24 de Junho de 2021, no Serviço de Protocolo Geral da Prefeitura, sito à Rua Dr. Virgulino de Queiróz, 200, centro.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h00 do dia 24 de Junho de 2021, na sala de reuniões do Departamento de Licitações da Prefeitura.

REGIMENTO: Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e Decreto Municipal nº 2.676/05.

EDITAL COMPLETO E INFORMAÇÕES: Está à disposição dos interessados no horário de expediente da Prefeitura, no endereço eletrônico; www.ararangua.sc.gov.br, e afixado no mural, localizado no hall de entrada da sala do Departamento de Licitações da Prefeitura. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone 0XX48 3521-0929 ou pelo e-mail: licitacao@ararangua.sc.gov.br.

Araranguá, SC, 11 de Junho de 2021.

Cesar Antonio Cesa
Prefeito Municipal

Liliane Silva de Souza
Pregoeira

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 2150

Publicação Nº 3093695

DECRETO Nº 2150, de 11 de junho de 2021.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Anulação de Dotações Orçamentárias, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item I da Lei nº 1957 de 16/12/2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.875,00 (dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

SERVIÇOS URBANOS

2000.2006.6.181.4.2.7.1 MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLICIA MILITAR

44900000-0100 Aplicações Diretas R\$ 2.875,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 2.875,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, será feita anulação no mesmo valor o seguinte recurso:

SERVIÇOS URBANOS

2000.2006.6.181.4.2.7.1 MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLICIA MILITAR

33900000-0100 Aplicações Diretas R\$ 2.875,00

TOTAL ANULADO R\$ 2.875,00

Art. 3º Este decreto entra em vigência na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 11 de junho de 2021.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 11 de junho de 2021.

Valcir Afonso Serighelli

Supervisor de Finanças

PORTARIA Nº 230

Publicação Nº 3095473

PORTARIA Nº 230, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Nomeia Membros da Comissão de Avaliação do Processo Seletivo nº 005/2021, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Nomear os seguintes Servidores Municipais, para fazerem parte da Comissão de Avaliação do Processo Seletivo nº 005/2021:

- FABIANA HOELTGBAUM – Secretária de Assistência Social
- JULIANA SERIGHELLI – Secretária de Saúde
- MURIEL FERREIRA DA SILVA CORRÊA – Diretora de Gestão de Pessoal
- SANTO POSSATO - Advogado

Artigo 2.º - A Comissão seguirá o disposto no Edital do Processo Seletivo nº 005/2021.

Artigo 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 11 de abril de 2021.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 231

Publicação Nº 3095475

PORTARIA Nº 231, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Prorroga Licença Para Tratamento de Saúde à Servidora que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 96 da Lei Complementar Municipal nº 1.713/2014 – Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Artigo 1.º - Prorrogar licença para tratamento de saúde à servidora municipal MARILENI SILVA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na forma do art. 96 da Lei Complementar Municipal nº 1.713/2014, pelo período compreendido entre 28/05/2021 a 28/08/2021.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28/05/2021.

Arroio Trinta – SC, 11 de junho de 2021.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 232

Publicação Nº 3095479

PORTARIA Nº 232, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Exonera Servidora que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR, a pedido, a servidora municipal VANIA CARLA KOSLOWSKI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 058.876.209-19 e Identidade nº 4.948.790, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, admitida por concurso público, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, através da Portaria nº 214, de 01 de agosto de 2013, a partir de 11 de junho de 2021.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 11 de junho de 2021.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 0039/2021

Publicação Nº 3093766

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo Nº 0080/2021 - DL
Dispensa por Justificativa Nº 0039/2021 - DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Alcidir Felchilcher, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 003/2020, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo como objeto. Aquisição de peças para manutenção corretiva do Caminhão FORD CARGO 2422 ano 2008 MGA 5914 e da Pá Carregadeira Michigan Clark 45C em atendimento as necessidades da Secretaria de Infraestrutura., nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

4370 - CLAUDEMIR MESSIAS RODRIGUES AUTO ELÉTRICA (20.979.817/0001-60)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
5	27479 - Chave Partida Massey	Un	1	140,00	140,00
6	36339 - Chave Geral Universal c/ Trava	Un	1	160,00	160,00
7	36340 - Motor Partida	Un	1	900,00	900,00
Valor Total					1.200,00

1782 - MECANICA GEMELI LTDA - ME (05.453.882/0001-64)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	36332 - Cubo de Roda Aplicação Caminhão	Un	1	1.270,00	1.270,00
2	36333 - Prisioneiros	Un	8	14,00	112,00
3	33901 - Retentor Cubo	Un	1	80,00	80,00
4	6609 - Junta da Ponta de Eixo	Un	1	12,00	12,00
Valor Total					1.474,00

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta 10 de Junho de 2021.

Alcidir Felchilcher.
Prefeito de Arroio Trinta.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 0040/2021

Publicação Nº 3093815

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo Nº 0081/2021 - DL
Dispensa por Justificativa Nº 0040/2021 - DL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Alcidir Felchilcher, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 003/2020, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. IV da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Aquisição de peça necessária para manutenção corretiva do distribuidor de água (tanque) 4000L Ipacol, utilizado pela Secretaria de Agricultura, em atendimento das necessidades dos Agricultores Arroiotrintenses. nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

4349 - CAMAJUR MANGUEIRAS E VEDAÇÕES HIDRÁULICAS LTADA (00.785.034/0001-39)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	
1	36341 - Registro Completo Tanque de Distribuidor Líquido Medida da Rosca 04 Polegadas.	Un	1	1.700,00	1.700,00	
Valor Total				1.700,00		

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 10/06/2021.

Alcidir Felchilcher.
Prefeito de Arroio Trinta.

Aurora

PREFEITURA

DECRETO N° 032, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3095879

DECRETO N° 032, de 10 de junho de 2021.

“DISPÕES SOBRE A CONFIGURAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA DO CONCURSO PÚBLICO 01/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Fica configurada a Comissão Municipal Coordenadora do Concurso Público para preenchimento de vagas da administração municipal.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo primeiro deste Decreto fica assim composta:

Presidente: Neusa Pinto Ferreira

Secretário: Joabe Weber Pitz

Vogal: Mariléia Gunther

Vogal: Gustavo Hoffman Rosar

Vogal: Valdecir Corrêa

Parágrafo Único: A Comissão poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º À Comissão Municipal Coordenadora compete o acompanhamento e fiscalização desde a publicação dos editais até a aplicação e conclusão do certame.

Art. 4º As decisões da Comissão Coordenadora serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo a Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 5º Compete a Presidente da Comissão Coordenadora acima mencionada presidir as reuniões e a todos os membros nomeados em conjunto coordenar o exame de documentação apresentada, propor as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

Art. 6º As reuniões serão realizadas na Prefeitura Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, na Rodovia SC 350, Km 267, nº 408, Centro, Cep: 89186-000, Fone: (47) 3524-144, Home page: www.aurora.sc.gov.br, E-mail: prefeitura@aurora.sc.gov.br e compete ao Secretário nomeada lavrar as atas dos trabalhos da Comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;

Art. 7º A Comissão não será remunerada, exercendo suas funções em caráter de grande relevância pública.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Aurora(SC), 10 de junho de 2021.

ALEXSANDRO KOHL

Prefeito Municipal

LEI 1.675 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3095875

LEI 1.675 DE 10 DE JUNHO DE 2021.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR A TÍTULO ONEROSO FRAÇÕES DE BENS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir onerosamente, em nome do Município de Aurora, as seguintes frações de bens imóveis:

Uma área de terras situada à localidade de Santa Tereza, Município de Aurora, contendo a área de 619,10m² (seiscentos e dezenove metros e dez décimos quadrados), de uma área maior de 48.524,00m² (quarenta e oito mil, quinhentos e vinte e quatro metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Norte em 42,90m com área remanescente, Leste em 21,56m com terras de Lauro Klaumann e Valmor Cesar Klaumann, Sul em 30,50m em divisa do terras do próprio Município de Aurora, e Oeste em 14,70m também com terras do Município de Aurora. Imóvel este matriculado no Cartório de Registro e Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul sob o nº 66.459, de propriedade de Mitra Diocesana de Rio do Sul-SC.

Uma área de terras situada à localidade de Santa Tereza, Município de Aurora, contendo a área de 397,64m² (trezentos e noventa e sete metros e sessenta e quatro décimos quadrados), de uma área maior de 38.038,002 (trinta e oito mil e trinta e oito metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Norte termina em um ponto agudo, Leste em 40,05m com terras de Luiz Carlos Prim, Sul em 937,68m em divisa com terras de Leogídio Martins e Almir José Mees, e Oeste em 40,05m, com as terras descritas na área anterior. Imóvel este matriculado no Cartório de Registro e Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul sob o nº 60.414, de propriedade de Valmor Cesar

Klaumann e Regina Maia Klaumann.

§1o A área total das duas frações é de 1.016,74m² (um mil, dezesseis metros e setenta e quatro decímetros quadrados) e será unificada ao imóvel já de propriedade do Município de Aurora de matrícula 66.458 do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul-SC e que limita com ambas as áreas objeto da aquisição.

§2o A Comissão de Avaliação de Imóveis de que trata o Decreto Municipal no 024, de 14 de abril de 2021, procedeu a análise das áreas de que trata esta lei emitindo Relatório Circunstanciado segundo o qual o valor das áreas foi estimado em:

R\$ 86.674,00 (oitenta e seis mil, seiscentos e setenta e quatro reais) para a área de 619,10m² de propriedade da Mitra Diocesana de Rio do Sul e

R\$ 55.608,00 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e oito reais) para a área de 397,64m² de propriedade de Valmor Cesar Klaumann e Regina Maia Klaumann.

§3o A aquisição será formalizada por intermédio da lavratura de escrituras públicas de compra e venda para cada área e posterior registro na matrícula no imóvel.

§4o O Poder Executivo incorporará, por ato próprio, ao patrimônio da municipalidade os bens de que trata esta Lei.

Art. 2o Dada a singularidade das áreas objeto, limítrofes a imóvel do Município, a aquisição será perfectibilizada sem concorrência pública e com amparo no inciso X do art. 24 da Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3o A aquisição de dará mediante o pagamento pelo Município de montante inferior a média de mercado e avençado em R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), sendo R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a serem pagos à Mitra Diocesana de Rio do Sul-SC e R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) para Valmor Cesar Klaumann e Regina Maia Klaumann a ser adimplidos no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do documento de perfectibilização dos negócios jurídicos.

Art. 4o As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6o - Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora(SC), 10 de junho de 2021.

ALEXSANDRO KOHL

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.676 DE 10 DE JUNHO DE 2.021

Publicação Nº 3095872

LEI Nº 1.676 DE 10 DE JUNHO DE 2.021.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE PSICULTORES”

O Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais. Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o Fica declarado de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PSICULTORES DE AURORA”, inscrita no CNPJ nº 02.569.470/0001-04, com sede e foro na cidade de Aurora – SC, fundada em 05 de novembro de 1997.

Art. 2º Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública caso a entidade:

I – substituir os fins estatutários, deixar de cumprir as disposições nele contidas ou negar-se a prestar os serviços nele compreendidos;

II – alterar sua denominação e, dentro de 90 (noventa) dias contados da averbação no Registro Público, não comunique a ocorrência ao departamento competente do Município de Aurora - SC.

Parágrafo único. A referida entidade vem atuando desde o dia 22/04/2002, e se enquadra nas exigências das leis específicas, em relação a sua finalidade social, assistencial e cultural

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4o - Revogam-se as disposições em contrário.

Aurora(SC), 10 de junho de 2021.

ALEXSANDRO KOHL

Prefeito Municipal

Balneário Camboriú

PREFEITURA

1º ADT CT 290/2020 - PMBC

Publicação Nº 3095514

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO

TERMO Nº 290/2020

CONTRATADA: FRIGO RESTAURANTE E COMÉRCIO LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Buffet Livre e fornecimento de marmitas, na forma do edital, termo de referência.

I - DA ALTERAÇÃO DE PRAZO – Fica acrescido 06 (seis) meses, passando o prazo contratual para 12 (doze) meses, alterando a cláusula 5.1 do contrato originário.

II – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Fica acrescido o valor de R\$ 64.280,00 (sessenta e quatro mil e duzentos e oitenta reais), passando a importar o presente contrato, o valor global de R\$ 353.330,00 (trezentos e cinquenta e três mil e trezentos e trinta reais), alterando a cláusula 4.1 do contrato originário.

III – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 10 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET

2º ADT CT 191/2018 - PMBC

Publicação Nº 3095529

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS ELEVADORES DO PAÇO MUNICIPAL – TERMO Nº. 191/2018 PMBC

CONTRATADA: ELEVACON ELEVADORES CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA

OBJETO: a contratação de empresa especializada para execução de serviço de modernização e manutenção dos elevadores do Paço Municipal, conforme termo de referência.

I – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO: Ao prazo de execução das obras do objeto contratual, acrescentará o prazo 12 (doze) meses, ficando alterada a vigência do contrato para 42 (quarenta e dois) meses, alterando a cláusula nona do contrato originário.

II – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Diante da proposta apresentada e do acréscimo supracitado fica acrescido o valor de R\$ 6.276,00 (seis mil, duzentos e setenta e seis reais), passando a importar o presente contrato, o valor global de R\$ 182.551,97 (cento e oitenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e um reais e noventa e sete centavos), alterando a cláusula 7.1 do contrato originário.

III – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 10 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET

4º ADT CT 071/2017 - PMBC

Publicação Nº 3095530

QUARTO ADITIVO DE RENOVAÇÃO DA LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AS INSTALAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA ARTESANAL - TERMO Nº 071/2017 – PMBC

CONTRATADA: COLONIA DE PESCADORES Z07

OBJETO: locação, um imóvel em alvenaria, situado na Rua JOSÉ FRANCISCO VICTOR, Nº 40 – Bairro da Barra, Balneário Camboriú/SC, destinado ao departamento de economia artesanal.

I - DA ALTERAÇÃO DO PRAZO - Fica acrescido 12 (doze) meses, passando o prazo contratual para 60 (sessenta) meses, alterando a cláusula segunda do contrato originário.

II – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Diante dos valores a acrescentar, conforme acima ajustados, ficará acrescido á cláusula terceira do contrato, a cifra de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), passando a importar o presente contrato, o valor global de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), alterando cláusula terceira do contato originário.

III - Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 11 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET

4º ADT CT 214/2020 - PMBC

Publicação Nº 3093748

QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TERMO Nº 214/2020 - ETAPA 003/ FASE I – PMBC

CONTRATADA: INCORPORADORA GRAN-PARA LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada nos serviços de construção, manutenção e reforma de calçadas estampada em concreto armado.

I – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO - Ao prazo de vigência dos serviços do objeto contratual, acrescentará o prazo 3 (três) meses. Diante do acréscimo fica alterada a alterado a vigência contratual para 13 (treze) meses alterando a clausula 5.1 do contrato.

II - Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 04 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET

CONTRATO 064/2021

Publicação Nº 3092665

Contrato nº 064/2021-PMBC.

Pregão Eletrônico nº 042/2020 – RP.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ.

CONTRATADA: INCORPORADORA GRAN-PARA LTDA.

CNPJ: 13.419.654/0001-04.

Objeto: Contratação de empresa especializada nos serviços de construção, manutenção e reforma de calçadas estampadas em concreto armado no PROLONGAMENTO DA 4ª AVENIDA – LADO ESQUERDO – ESQUINA COM AS RUAS 3.020, 3.30 E 3100.

Valor Global: R\$ 60.322,68 (sessenta mil e trezentos e vinte e dois reais e sessenta e oito centavos).

Despesa:608.

Prazo Contratual: 05 meses.

Balneário Camboriú – SC, 04/05/2021.

Quadro Societário:

JEFERSON BEVERVANSO- CPF Nº 003.745.009-32; E

ORLANDO BEVERSANSO NETO – CPF Nº 015.373.499-02.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

Portaria nº 25.245/2018.

CONTRATO 065/2021

Publicação Nº 3092675

Contrato nº 065/2021-PMBC.

Pregão Eletrônico nº 042/2020 – RP.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ.

CONTRATADA: INCORPORADORA GRAN-PARA LTDA.

CNPJ: 13.419.654/0001-04.

Objeto: Contratação de empresa especializada nos serviços de construção, manutenção e reforma de calçadas estampadas em concreto armado no PROLONGAMENTO DA 4ª AVENIDA – LADO DIREITO – ESQUINA COM AS RUAS 3.020, 3.30 E 3100.

Valor Global: R\$ 63.256,59 (sessenta e três mil e duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos).

Despesa:608.

Prazo Contratual: 05 meses.

Balneário Camboriú – SC, 04/05/2021.

Quadro Societário:

JEFERSON BEVERVANSO- CPF Nº 003.745.009-32; E

ORLANDO BEVERSANSO NETO – CPF Nº 015.373.499-02.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

Portaria nº 25.245/2018.

CONTRATO 066/2021

Publicação Nº 3092688

Contrato nº 066/2021-PMBC.

Pregão Eletrônico nº 042/2020 – RP.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ.

CONTRATADA: INCORPORADORA GRAN-PARA LTDA.

CNPJ: 13.419.654/0001-04.

Objeto: Contratação de empresa especializada nos serviços de construção, manutenção e reforma de calçadas estampadas em concreto armado na Praça Onze – 4ª Avenida (Lado Direito).

Valor Global: R\$ 283.967,51(duzentos e oitenta e três mil e novecentos e sessenta e sete reais e cinquenta e um centavos).

Despesa:608.

Prazo Contratual: 05 meses.

Balneário Camboriú – SC, 10/05/2021.

Quadro Societário:

JEFERSON BEVERVANSO- CPF Nº 003.745.009-32; E

ORLANDO BEVERSANSO NETO – CPF Nº 015.373.499-02.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

Portaria nº 25.245/2018.

CONVOCAÇÃO 22 CHAMADA 02

Publicação Nº 3092806

CONVOCAÇÃO 22 CHAMADA 02

MARILENE ROSANA SEVERINO CARDOSO, Diretora Geral do Colegiado da Secretaria Municipal de Educação de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Resolve: Convocar os pais e/ou responsável legal da(s) criança(s) abaixo relacionadas para que se dirijam ao Setor de Vagas da Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Camboriú, esquina com 5ª Avenida, bairro dos Municípios, no dia e horários especificados para retirada do Encaminhamento de matrícula para o Núcleo de Educação Infantil. Após a retirada do Encaminhamento no Setor de Vagas, os pais e/ou responsável legal munido dos documentos relacionados nesta convocação, deverão dirigir-se ao Núcleo determinado para efetivar a matrícula da criança.

Salientamos que os pais e/ou responsável legal da(s) criança(s) abaixo relacionada(s) que não se apresentarem na data e hora estipulada terão sua inscrição cancelada no Programa Fila Única.

Segue a relação com os nomes e respectivas Unidades:

COMPARECIMENTO DIA: 14/06/2021 ÀS 08:00 h

POSIÇÃO	PROTOCOLO	CRIANÇA	RESPONSÁVEL	TURMA	NÚCLEO	OBSERVAÇÃO
02	5527	J.C.Z.	SANDRIELLI LETICIA M.S ZAMBRANO	MI	ANJO DA GUARDA	2ª CHAMADA
01	5482	A.F.W.V.	GRAZIELE RODRIGUES WEBER	MII	ARIRIBÁ	2ª CHAMADA
01	8423	M.B.S.	ROBERT DOS SANTOS	BI	BRILHO DO SOL	2ª CHAMADA
01	8414	A.G.C.	FRANCINE CARVALHO GAMEIRO	MIII	IATE CLUBE	2ª CHAMADA
01	6855	L.R.O.	MUNIKE DA SILVA	MI	NOVO TEMPO	2ª CHAMADA
01	7620	H.C.M.M.	ROSEMIR MENDES	MII	SEI (VOUCHER)	2ª CHAMADA
01	8476	A.M.F.	JESSICA DIVA ALVES MENDES PEREIRA	MI	PIONEIROS	2ª CHAMADA
02	8481	M.S.L.	VANESSA DA SILVA LOCOCO	MI	PIONEIROS	2ª CHAMADA
01	8172	M.K.V.S.	NATHALIA VARGAS	BII	ODACIA	2ª CHAMADA
02	8488	A.G.P.	ALICE GONÇALVES DE PAULA	BII	ODACIA	2ª CHAMADA

COMPARECIMENTO DIA: 14/06/2021 ÀS 14:00 h

04	8492	W.J.J.M.	ROSMELYS JOSE MEDINA REYES	BII	ODACIA	PRIORIDADE LEI.4.366/2019
01	8411	V.B.S.M.	MARIELE AMARAL DOS SANTOS	MII	ODACIA	2ª CHAMADA
02	8443	E.R.A.	KESSIA RAMOS PINHEIRO	MII	ODACIA	2ª CHAMADA
01	6129	L.A.P.	VIVIANE ALVES PEREIRA PIETENISKA	BII	SEMENTES DO AMANHÃ	2ª CHAMADA
01	7045	M.E.M.L.	RAFAELA GERALDINI MARQUES	MI	SEMENTES DO AMANHÃ	2ª CHAMADA
01	7319	M.R.A.M.	TAMIRES LARANJEIRA RODRIGUES AREIA	BII	SONHO DE CRIANÇA	2ª CHAMADA
01	7935	M.F.C.G.O	NAIARA SANTOS DE OLIVEIRA	MII	CONEXÃO BABY (VOUCHER)	2ª CHAMADA
04	6899	G.H.S.S.	HERIKA ANDRESSA DAMASCENO DE SOUSA	MII	CRESCER FELIZ (VOUCHER)	2ª CHAMADA
02	8421	A.L.O.	FABIANA DE LIMA	MI	VOVÔ ALÉCIO	2ª CHAMADA
01	8314	O.S.C.	FABIA SCHALY COUSSEAU	MII	VOVÔ ALÉCIO	2ª CHAMADA

ÁREA	NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL
ÁREA 1	NEI ESTALEIRINHO
ÁREA 2	NEI BRILHO DO SOL - NEI TAQUARAS
ÁREA 3	NEI BOM SUCESSO - NEI ODÁCIA TEREZA DAMÁZIO
ÁREA 4	NEI RIO DAS OSTRAS - NEI SÃO JUDAS TADEU
ÁREA 5	NEI CRIANÇA ESPERANÇA - NEI NOVA ESPERANÇA - NEI PEQUENO MUNDO
ÁREA 6	NEI ANJO DA GUARDA - NEI PÃO E MEL
ÁREA 7	NEI IATE CLUBE - NEI PEQUENO NAVEGADOR
ÁREA 8	NEI CRISTO LUZ - NEI NOVA GERAÇÃO - NEI SANTA CLARA - NEI SANTA INÊS - NEI SEMENTES DO AMANHÃ
ÁREA 9	NEI NOVO TEMPO
ÁREA 10	CARROSSEL - SONHO DE CRIANÇA
ÁREA 11	MEU PRIMEIRO PASSO - RECANTO DOS PASSARINHOS
ÁREA 12	NEI ARIRIBÁ - NEI VOVÔ ALÉCIO
ÁREA 13	NEI PIONEIROS

BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 11 DE JUNHO DE 2021
MARILENE ROSANA SEVERINO CARDOSO
DIRETORA GERAL DO COLEGIADO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DISPENSA LICITATÓRIA TERMO Nº 012/021 - JSM

Publicação Nº 3093097

DISPENSA LICITATÓRIA - TERMO Nº 012/2021 – JSM

Objeto: Dispensa de licitação para locação de imóvel sala 302 comercial com área total de 85,9535 m², no Edifício Comercial Ricardo, situado na Rua. Dinamarca, 175 - Nações, Balneário Camboriú - SC, Sala 302 - 3º Andar, constituído por 03 salas, 03 banheiros e uma sacada, para instalação do departamento de Junta de Serviço Militar, conforme memorando 017/2021 - JSM.

Locador: VALMIR DA CUNHA TICO

CPF nº 073.949.500-34

Prazo da locação: 12 (doze) meses.

Valor mensal: R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais)

Valor total: R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais).

Amparo legal: art. 24, inciso "X" da Lei Federal nº 8.666/93.

Motivação/anexos: Ofício 017/2021/JSM; Requisição 1857/2021 –JSM, Dotação Orçamentária nº 867-JSM; Proposta do Locador; Ata nº 009/2021 da Reunião da COMUNVAL, Declaração de Aceitação de Avaliação; Avaliações de imobiliárias/corretores; Matrículas dos Imóveis nº 95.766 e Prova de Regularidade Fiscal do Proprietário com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal.

Balneário Camboriú, 11 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

EXTRATO INEXIGIBILIDADE

Publicação Nº 3095615

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A Secretaria do Meio Ambiente, considerando o interesse público e relevância social, torna público o interesse de firmar o Termo de Colaboração nº 001/2021, por meio de inexigibilidade de chamamento público, nos termos do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, com "ASSOCIAÇÃO VIVA BICHO DE PROTEÇÃO AOS ANIMAIS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ", entidade sem fins lucrativos, para a testagem e imunização de doenças infecto-contagiosas para os animais acolhidos no abrigo e construção de canil específico para quarentena., conforme plano de trabalho.

Abre-se o prazo de cinco dias corridos, após a publicação deste extrato para qualquer impugnação, que deve ser dirigida à Secretária de Meio Ambiente, na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

A justificativa estará disponível no endereço eletrônico: <http://controladoria.balneariocamboriu.sc.gov.br>

Balneário Camboriú (SC), 14 de junho de 2021.

Maria Heloísa B. C. Furtado Lenzi

Secretária Municipal do Meio Ambiente

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS – CONVÊNIO Nº 898280/2020

Publicação Nº 3095611

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS – CONVÊNIO Nº 898280/2020

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS – CONVÊNIO Nº 898280/2020

Em cumprimento à cláusula contratual e ao artigo 2º da Lei nº 9.452, de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste município, os recursos a título de transferência alocada no orçamento da CONCEDENTE, proveniente de Emenda Parlamentar nº 39440008 de indicação do Deputado Coronel Armando, para execução do objeto: Promover ações para a população idosa que estimulem o envelhecimento ativo e saudável ampliando a participação social e comunitária no Município de Balneário Camboriú- Santa Catarina, consignado no Convênio nº 898280/2020.

Data de Recebimento: 09 de junho de 2021 – Valor: 380.000,00 (trezentos e oitenta mil)

Município: Balneário Camboriú/SC

Fabício José Sátiro de Oliveira

Prefeito Municipal

PAD 11/2021

Publicação Nº 3092888

PORTARIA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Nº 11/2021

A Corregedoria da Guarda Municipal de Balneário Camboriú, por intermédio de seu Corregedor IKARO SOARES COSTA DAS NEVES, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 10-D da Lei Municipal 3.029/2009 (Alterada pela Lei Complementar 10/2015) e no

disposto no inciso II, do item 6, do Anexo B, da Lei Complementar n. 10/2015.

RESOLVE:

1º – Determinar, com base nos artigos 108 e 109 da Lei Complementar 10/2015, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a prática das transgressões disciplinares tipificadas no artigo 94, incisos LVIII, do Estatuto da Guarda Municipal, pelos Guardas Municipais C.L.S.A. e C.A.R.

2º - Provocar, nos termos do art. 1º do Decreto Municipal no 9.774/2020, a Comissão de Sindicância e Processo Administrativo da Guarda Municipal, constituída pelos funcionários Felipe Boaventura (presidente), Ramon Hugentobler Mota (secretário) e Rafael João Rosa (membro), para APURAR a ocorrência dos fatos supra.

Balneário Camboriú, 11 de junho de 2021.

Ikaro Soares Costa das Neves
Corregedor da Guarda Municipal
Portaria nº 26.208/201

PORTARIA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Nº 12/2021

A Corregedoria da Guarda Municipal de Balneário Camboriú, por intermédio de seu Corregedor IKARO SOARES COSTA DAS NEVES, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 10-D da Lei Municipal 3.029/2009 (Alterada pela Lei Complementar 10/2015) e no disposto no inciso II, do item 6, do Anexo B, da Lei Complementar n. 10/2015.

RESOLVE:

1º – Determinar, com base nos artigos 108 e 109 da Lei Complementar 10/2015, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a prática das transgressões disciplinares tipificadas nos artigos 94, incisos XXVIII, do Estatuto da Guarda Municipal, pelo Guarda Municipal D.O.M.

2º - Provocar, nos termos do art. 1º do Decreto Municipal no 9.774/2020, a Comissão de Sindicância e Processo Administrativo da Guarda Municipal, constituída pelos funcionários Felipe Boaventura (presidente), Ramon Hugentobler Mota (secretário) e Rafael João Rosa (membro), para APURAR a ocorrência dos fatos supra.

Balneário Camboriú, 11 de junho de 2021.

Ikaro Soares Costa das Neves
Corregedor da Guarda Municipal
Portaria nº 26.208/201

PORTARIA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Nº 13/2021

A Corregedoria da Guarda Municipal de Balneário Camboriú, por intermédio de seu Corregedor IKARO SOARES COSTA DAS NEVES, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 10-D da Lei Municipal 3.029/2009 (Alterada pela Lei Complementar 10/2015) e no disposto no inciso II, do item 6, do Anexo B, da Lei Complementar n. 10/2015.

RESOLVE:

1º – Determinar, com base nos artigos 108 e 109 da Lei Complementar 10/2015, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a prática das transgressões disciplinares tipificadas nos artigos 94, incisos XXII, do Estatuto da Guarda Municipal, pelo Guarda Municipal G.P.C.L.

2º - Provocar, nos termos do art. 1º do Decreto Municipal no 9.774/2020, a Comissão de Sindicância e Processo Administrativo da Guarda Municipal, constituída pelos funcionários Felipe Boaventura (presidente), Ramon Hugentobler Mota (secretário) e Rafael João Rosa (membro), para APURAR a ocorrência dos fatos supra.

Balneário Camboriú, 11 de junho de 2021.

Ikaro Soares Costa das Neves
Corregedor da Guarda Municipal
Portaria nº 26.208/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021 - FMAS

Publicação Nº 3093021

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021 - FMAS

COMPASNET Nº 100/2021

OBJETO: Contratação de empresa para execução de reforma do telhado da Casa de Passagem e Lar do Adolescente.

VALOR ESTIMADO: R\$ 25.558,60.

DATA DA SESSÃO ELETRÔNICA: 01 de julho de 2021. HORÁRIO: 13h30min.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br. Código UASG: 988039.

Balneário Camboriú, 10 de junho de 2021.

SAMARONI BENEDET
Secretário de Compras

Balneário Gaivota

PREFEITURA

PORTARIA 236/2021

Publicação N° 3093765

PORTARIA N. 236, De 02 DE JUNHO de 2021.

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO PROCESSO SELETIVO EDITAL N. 001/2018.

O Prefeito Municipal de Balneário Gaivota, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal combinado com as Leis nº 045/1997 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeadas em caráter temporário aos candidatos aprovados no Processo Seletivo Edital nº 001/2018, no cargo abaixo discriminado:

Cargo	Carga Horária	Nome
Agente de Saúde	40 horas	Igor Feil Correa
Agente de Saúde	40 horas	Simone da Silva Macedo Martins
Agente de Saúde	40 horas	Alexsandra Pina Monteiro da Cunha
Assistente Social	30 horas	Cristiane Aparecida Borghezán Sobieranski
Farmacêutico	40 horas	Perla Fernanda Biniek Martins
Fisioterapeuta	30 horas	Rafael Jeronimo Pereira
Psicóloga	40 horas	Thais dos Santos Pereira

Art. 2º A posse deverá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias de acordo com o Art. 16, § 1º, incisos I e II da Lei 045 de 24 de julho de 1997.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 02 de Junho de 2021.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

cintia aparecida silveira brigido

Secretaria de Administração e Finanças

PORTARIA 238/2021

Publicação N° 3093770

PORTARIA N. 238, DE 04 DE JUNHO DE 2021.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido no inciso V do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, combinado Lei nº 045/97 e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias aos servidores abaixo especificados, com gratificação especial de 1/3 a mais do que seus vencimentos normal.

Matricula	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
2952	Alan Borges Batista	08/05/2020 a 07/05/2021	01/06/2021 a 30/06/2021
3336	Amanda Tomaz Tedeschi	07/03/2020 a 06/03/2021	07/06/2021 a 06/07/2021
1280	Daniel de Bitencourt Ayres	06/05/2019 a 05/05/2020	07/06/2021 a 06/07/2021
21	Eveline Gonçalves Borges	31/07/2019 a 21/01/2021	03/05/2021 a 01/06/2021
1245	Irineu Pedro da Luz	17/03/2020 a 16/03/2021	01/06/2021 a 30/06/2021
1248	Ivo Andrino	17/03/2020 a 16/03/2021	01/06/2021 a 30/06/2021
2505	Katiane Cunha Amorim	06/07/2019 a 05/07/2020	07/06/2021 a 06/07/2021
2784	Maria das Graças F. Isoppo	04/07/2019 a 03/07/2020	07/06/2021 a 06/07/2021
1720	Pauline da Silva dos Santos	01/08/2019 a 31/07/2020	03/05/2021 a 01/06/2021
2758	Rafael da Silva Santos	23/05/2020 a 22/05/2021	31/05/2021 a 29/07/2021
3456	Rejane Franco da Silva Luz	10/01/2020 a 09/01/2021	01/06/2021 a 30/06/2021
2472	Renata Marinho Scandolara	20/04/2019 a 19/04/2020	03/06/2021 a 02/07/2021
696	Valdir Alves	05/07/2019 a 04/07/2020	01/05/2021 a 30/05/2021

Balneário Gaivota, 04 de Junho de 2021.

EVERALDO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

CINTIA APARECIDA SILVEIRA BRIGIDO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA 032/2021 PMPB

Publicação Nº 3092797

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DE855454ECA7A61BFBD3CAC573C5B94C842C8768

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 023/2021 PMPB
PREGÃO PRESENCIAL 017/2021 PMPB
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
HOMOLOGADO 08/06/2021

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a), pessoa jurídica de direito público, situado na Emanuel Pinto nº 1655, Centro, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ. nº 83.102.335/0001-48, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do Sistema de Registro de Preços nº 017/2021, resolve registrar os valores oferecidos para futura contratação de empresa especializada para realização de técnica médica pericial, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do Pregão Presencial nº 017/2021, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, o referido valor, oferecido pela empresa cuja proposta foi classificada no certame.

TOTAL LIFE ASSISTÊNCIA À VIDA LTDA - CNPJ. 09.079.572/0001-82 - R\$ 98.000,00

Balneário Piçarras, 11 de junho de 2021.

TIAGO MACIEL BALTT - Prefeito Municipal

ATAS 012 A 027 FMS

Publicação Nº 3095644

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 27C4A908EF60D371D0D83FD12DE42334AC2BCF84

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
PROCESSO ADMINISTRATIVO 014/2021 FMS
PREGÃO PRESENCIAL 008/2021 FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
HOMOLOGADO 10/06/2021

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um o Município de Balneário Piçarras por meio do (a) Fundo Municipal de Saúde de Balneário Piçarras, pessoa Jurídica de direito público, inscrito no CNPJ Nº. 04.402.872/0001-37, situado à Rua: Emanuel Pinto nº 1655, Centro, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial Sistema de Registro de Preços nº 008/2021, RESOLVE registrar os valores oferecidos para aquisição de medicamentos, para atender as necessidades da assistência farmacêutica da secretaria municipal de saúde do Município de Balneário Piçarras, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I - Termo de Referência do Edital do (a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - CNPJ. 02.816.696/0001-54 - R\$ 464.588,00

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ. 00.802.002/0001-02 - R\$ 199.832,30

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ. 05.531.725/0001-20 - R\$ 654.439,80

LICIMED DIST. MEDICAMENTOS CORRELATOS E PROD. MED. HOSPITALARES LTDA - CNPJ. 04.071.245/0001-60 - R\$ 49.388,80

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - CNPJ. 81.706.251/0001-98 - R\$ 544.842,40

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA - CNPJ. 44.734.671/0001-51 - R\$ 173.221,00

PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ. 04.355.394/0001-51 - R\$ 24.302,00

A G KIENEN & CIA LTDA - PROMEDIC - CNPJ. 82.225.947/0001-65 - R\$ 48.480,00

L A DALLA PORTA JUNIOR - CNPJ. 11.145.401/0001-56 - R\$ 62.115,00

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES - CNPJ. 07.752.236/0001-23 - R\$ 234.169,00

CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA - CNPJ. 94.516.671/0002-34 - R\$ 197.377,00

MEDICAMENTOS DE AZ - CNPJ. 09.676.256/0001-98 - R\$ 10.800,00

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - CNPJ. 76.386.283/0001-13 - R\$ 83.601,80

CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ. 05.782.733/0003-00 - R\$ 51.600,00

DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ. 02.520.829/0003-02 - R\$ 233.355,00

CENTERMEDI FILIAL - CNPJ. 03.652.030/0003-32 - R\$ 133.806,00

Balneário Piçarras, 11 de junho de 2021

Gladys Brodersen - Secretária Municipal de Saúde.

PREGÃO PRESENCIAL 010/2021 FMS

Publicação N° 3093706

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1056DE681FE7F5EC76ED917AC03ED41CBE6176E6

PROCESSO LICITATÓRIO N° 018/2021 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2021 – FMS

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a futura aquisição de lancetas e tiras reagentes com comodato de aparelhos de glicose-glicosímetros, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Piçarras, conforme condições e especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I. Valor total estimado R\$ 288.000,00 (Duzentos e oitenta e oito mil reais). Recebimento dos Envelopes até: 29/06/2021 às 14h. Data da Sessão Pública: 29/06/2021 às 14h, na Secretaria de Administração, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Registrado no TCE com a chave: 1056DE681FE7F5EC76ED917AC03ED41CBE6176E6. Balneário Piçarras (SC), 11 de junho de 2021. Gladys Brodersen – Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Piçarras.

PORTARIA 490/2021 IPRESP

Publicação Nº 3092540

**PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**
Secretaria de Administração
Departamento de Recursos Humanos**PORTARIA N.º 490/2021**

TIAGO MACIEL BALTT, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e por estar em conformidade com o Art. 3º da EC 47/05 da C.F. e considerando o que consta no Processo nº 1718/2021.

RESOLVE:

Art. 1. Conceder **APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, à servidora, Sra. **MARIA DE FÁTIMA PEREIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 552.118.109-10, portadora do RG sob o nº 1994493 SSP/SC, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO III**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com proventos integrais, com paridade de acordo com a legislação.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE e

CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 18 de maio de 2021.



Assinado digitalmente por:
TIAGO MACIEL BALTT
032.474.959-75
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Tiago Maciel Baltt
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.



Assinado digitalmente por:
MARCELO ALVES CRIVELATTI
801.318.089-15
Prefeitura Municipal de
Balneário Piçarras

Adm. Marcelo A. Crivelatti
Secretária Municipal de Administração

Avenida Emanuel Pinto, nº 1655 - Centro - Balneário Piçarras - Santa Catarina - 88380-000
CNPJ: 83.102.335/0001-48 - Tel.: (47) 3347-4747 - E-mail: rh2@picarras.sc.gov.br

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/05/2021 10:54 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/p60a5188a8c53>



CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE TERMO ADITIVO 003/2021 - CMP**

Publicação Nº 3092474

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 003/2021

Estado de Santa Catarina

Município de Balneário Piçarras

CÂMARA MUNICIPAL DE PIÇARRAS

Contrato nº: 07/2018

Contratante: Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras

Contratado: SOFTCAM SOLUCOES LTDA

CNPJ: 24.092.271/0001-82

Objeto: O presente contrato tem como objeto a contratação, de empresa especializada para a prestação de serviços de locação de software legislativo para esta casa legislativa.

Valor: R\$ R\$ 21.238,52 (vinte e um mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e dois centavos)

Vigência: Início: 13/06/2021 Término: 12/06/2022

Licitação: Pregão Presencial Nº 011/2018

Balneário Piçarras/SC, 11/06/2021

Jorge Luiz da Silva

Presidente da Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras.

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº 052/2021

Publicação Nº 3092926

Decreto nº 52 de 31 de maio de 2021.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 463, de 16 de setembro de 2020 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 676.000,00 (seiscentos e setenta e seis mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	03	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	03.01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	10	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5002	Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	1.008	Investimentos em Ações e Estrutura de Saúde
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	01	

Valor: R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.04	Secretaria de Educação e Cultura
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	04	Gestão da Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	5001	Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação
PROJETO/ATIVIDADE	2.011	Manutenção do Transporte Escolar
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	67	

Valor: R\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos no valor de R\$ 676.000,00 (seiscentos e setenta mil reais), conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei nº 463, de 16 de setembro de 2020 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 31 de maio de 2021.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 31 de maio de 2021.

RAMIRES LINO
Secretário de Administração e Finanças

ATA 022/PMBR/2021 - PP 045/PMBR/2021

Publicação Nº 3093778

Página: 1/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2021

Número do Registro de Preços: 22/2021		Data do Registro: 11/06/2021		Válido até: 11/06/2022			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CÂMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODIZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ALINHAMENTO, CÂMBAGEM, GEOMETRIA; (7595)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	117,0000	1
2	BALANCEAMENTO; (7596)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	40,0000	1
3	BICO ; (7597)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	TR414	0	40,0000	1
4	CONCERTO PNEU DE AUTOMÓVEIS; (7598)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	35,0000	1
5	CONCERTO PNEU DE RETRO DIANTEIRO TRAÇADA; (7599)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	82,0000	1
6	CONCERTO PNEU DE RETRO TRASEIRA; (7600)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	110,0000	1
7	CONCERTO PNEU DE CAMINHÃO; (7601)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	80,0000	1
8	CONCERTO PNEU DE TRATOR AGRÍCOLA DIANTEIRO; (7602)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	100,0000	1
9	CONCERTO PNEU DE TRATOR AGRÍCOLA TRASEIRO; (7603)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	135,0000	1
10	CONCERTO PNEU DE MOTO NIVELADORA; (7604)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	105,0000	1
11	CONCERTO PNEU DA MINI CARREGADEIRA; (7605)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	80,0000	1
12	CONCERTO PNEU DA CARRETINHA AGRÍCOLA; (7606)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	45,0000	1

Página: 2/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2021

Número do Registro de Preços: 22/2021			Data do Registro: 11/06/2021		Válido até: 11/06/2022		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODÍZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	CONSERTO PNEU DE CARRINHO DE MÃO ; (7607)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	20,0000	1
14	CONSERTO PNEU DE MICRO ÔNIBUS ; (7608)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	77,0000	1
15	COLARINHO ; (7609)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	VIPAL	0	102,0000	1
16	MANCHÃO ; (7610)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	VIPAL	0	77,0000	1
17	MONTAGEM DE PNEU DE AUTOMÓVEL ; (7611)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	22,5000	1
18	MONTAGEM DE PNEU DE CAMINHÃO ; (7612)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	47,0000	1
19	MONTAGEM DE PNEU DE RETRO DIANTEIRO ; (7613)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	77,0000	1
20	MONTAGEM DE PNEU DE RETRO TRASEIRO ; (7614)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	105,0000	1
21	MONTAGEM DE PNEU DE MOTO NIVELADORA ; (7615)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	87,0000	1
22	MONTAGEM DE PNEU DE TRATOR AGRÍCOLA DIANTEIRO ; (7616)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	85,0000	1
23	MONTAGEM DE PNEU DE TRATOR AGRÍCOLA TRASEIRO ; (7617)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	90,0000	1
24	MONTAGEM DE PNEU DA MINI CARREGADEIRA ; (7618)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	70,0000	1

Página: 3/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2021

Número do Registro de Preços: 22/2021		Data do Registro: 11/06/2021		Válido até: 11/06/2022			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONsertos, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODÍZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	RODÍZIO DE PNEU; (7619)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	37,0000	1
26	TROCA DE PNEU DE AUTOMÓVEL; (7620)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	22,0000	1
27	TROCA DE PNEU DE CAMINHÃO; (7621)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	57,0000	1
28	TROCA DE PNEU DE RETRO DIANTEIRO; (7622)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	70,0000	1
29	TROCA DE PNEU DE RETRO TRASEIRO; (7623)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	102,0000	1
30	TROCA DE PNEU DE MOTO NIVELADORA; (7624)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	90,0000	1
31	TROCA DE PNEU DE TRATOR AGRÍCOLA; (7625)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	80,0000	1
32	TROCA DE PNEU DE ÔNIBUS; (7626)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	78,0000	1
33	TROCA DE PNEU DE MICRO ÔNIBUS; (7627)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	70,0000	1
34	TROCA DE PNEU DE MINI CARREGADEIRA ; (7628)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	60,0000	1
35	VULCANIZAÇÃO PNEU DE AUTOMÓVEL; (7629)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	102,0000	1
36	VULCANIZAÇÃO PNEU DE CAMINHÃO; (7630)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	207,0000	1

Página: 4/16

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2021

Número do Registro de Preços: 22/2021 Data do Registro: 11/06/2021 Válido até: 11/06/2022

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORNIM, PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODÍZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	VULCANIZAÇÃO PNEU DE RETRO DIANTEIRO; (7631)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	240,0000	1
38	VULCANIZAÇÃO PNEU DE RETRO TRASEIRO; (7632)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	335,0000	1
39	VULCANIZAÇÃO PNEU DE MOTO NIVELADORA; (7633)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	320,0000	1
40	VULCANIZAÇÃO PNEU DE TRATOR AGRÍCOLA DIANTEIRO; (7634)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	260,0000	1
41	VULCANIZAÇÃO PNEU DE TRATOR AGRÍCOLA TRASEIRO; (7635)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	295,0000	1
42	VULCANIZAÇÃO PNEU DA MINI CARREGADEIRA; (7636)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	210,0000	1
43	SOCORRO; (7637)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	95,0000	1
44	CONSERTO PNEU DE ÔNIBUS; (7638)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	105,0000	1
45	MONTAGEM DE PNEU DE ÔNIBUS; (7639)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	50,0000	1
46	VULCANIZAÇÃO PNEU DE ÔNIBUS; (7640)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	STOLK	0	195,0000	1
47	BATERIA 60 AMPERE; (7550)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	ZETTA	0	232,7500	1
			MECANICA SANGALLETI LTDA - ME (2792)	ELO FORTE	0	232,3000	2
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	244,6072	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 22/2021

Página: 5/16

Número do Registro de Preços: 22/2021		Data do Registro: 11/06/2021		Válido até: 11/06/2022			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONsertos, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODÍZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	BATERIA MOTO ; (7551)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	ZETTA	0	148,6100	1
			MECANICA SANGALETTLTDA - ME (2792)	PIONEIRO	0	148,3537	2
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	156,1859	3
49	BATERIA 70 AMPARE; (7552)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	ZETTA	0	290,0400	1
			MECANICA SANGALETTLTDA - ME (2792)	EO FORTE	0	288,7469	2
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	303,9748	3
50	BATERIA 100 AMPARE; (7553)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	ZETTA	0	352,3600	1
			MECANICA SANGALETTLTDA - ME (2792)	ELO FORTE	0	353,1542	2
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	370,3118	3
51	BATERIA 110 AMPARE (7554)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	ZETTA	0	359,7700	1
			MECANICA SANGALETTLTDA - ME (2792)	ELO FORTE	0	360,3909	2
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	377,8692	3
52	BATERIA DE 180 AMPARE; (7555)	UN	STOLK BORRACHARIA E LAVACÃO LTDA (61)	ZETTA	0	530,9400	1
			MECANICA SANGALETTLTDA - ME (2792)	ELO FORTE	0	531,9023	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 22/2021

Página: 6/16

Número do Registro de Preços: 22/2021		Data do Registro: 11/06/2021		Válido até: 11/06/2022		Objeto da Compra:	
						REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA, PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CÂMBIO, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODÍZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	CÂMARA DE AR ARO 1300 X 24; (7556)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	JABUTI	0	300,4000	1
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	557,9889	3
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	343,0000	2
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	TORTUGA	0	381,0000	3
54	CÂMARA DE AR ARO 1400 X 24; (7557)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	JABUTI	0	308,2700	1
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	352,0000	2
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	TORTUGA	0	391,0000	3
55	CÂMARA DE AR ARO 1000 X 20; (7558)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	JABUTI	0	177,0900	1
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	TORTUGA	0	190,0000	2
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	202,5000	3
56	CÂMARA DE AR ARO 900 X 16; (7559)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	JABUTI	0	146,9200	1
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	TORTUGA	0	125,0000	2
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	168,0000	3
57	CÂMARA 12.5 - 80 - 18 D; (7560)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	JABUTI	0	177,0900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2021

Página: 7/16

Número do Registro de Preços: 22/2021		Data do Registro: 11/06/2021		Válido até: 11/06/2022			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONsertos, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODÍZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
58	CÂMARA 12 - 16.5 D; (7561)		LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	TORTUGA	0	162,0000	2
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	202,5000	3
		UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	JABUTI	0	162,6600	1
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	TORTUGA	0	166,0000	2
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	186,0000	3
		UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	JABUTI	0	171,8400	1
59	CÂMARA 12 X 16.5 D (BOB CAT) ; (7562)		LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	TORTUGA	0	166,0000	2
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	196,5000	3
		UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	DURABLE	0	1.784,0300	1
60	PNEU 1000 X 20 - BORRACHUDO - LISO (1807)		LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	2.040,0000	2
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	ANTEO	0	2.145,0000	3
		UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	ROADGUIDEF	0	3.505,1000	1
61	PNEU 1400 X 24 - CONVENCIONAL - 14 LONAS; (7564)		LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	4.008,0000	2
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	PIRELLI	0	4.453,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2021

Página: 8/16

Número do Registro de Preços: 22/2021		Data do Registro: 11/06/2021		Válido até: 11/06/2022			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODÍZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
62	PNEU 1300 X 24 - CONVENCIONAL - 14 LONAS; (7565)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	ROADGUIDEF	0	2.754,7600	1
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	3.150,0000	2
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	PIRELLI	0	3.500,0000	3
63	PNEU 12.5 - 80 - 18 D; (7566)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	FARMBOY	0	1.833,8800	1
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	2.097,0000	2
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	PIRELLI	0	2.330,0000	3
64	PNEU 12 X 16.5 D (3818)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	FARMBOY	0	1.259,3200	1
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	1.440,0000	2
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	FORERUNER	0	1.600,0000	3
65	PNEU RADIAL 185 X 70 - R 14; (7569)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	WATERFALL	0	326,6300	1
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	373,5000	2
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	FIRESTONE	0	415,0000	3
66	PNEU RADIAL 185 X 65 - R 15; (7570)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	TRIANGLE	0	344,9900	1
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	394,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 22/2021

Página: 9/16

Número do Registro de Preços: 22/2021			Data do Registro: 11/06/2021			Válido até: 11/06/2022		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CÂMBIO, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODÍZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
67	PNEU RADIAL 195 X 60 - R 15; (7571)	UN	LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	GODYEAR	0	422,0000	3	
			DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	XBRI	0	363,3600	1	
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	415,5000	2	
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	FIRESTONE/K	0	460,0000	3	
68	PNEU RADIAL 215X70 - R 14; (7572)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	GOODYEAR	0	1.519,0500	1	
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	GOODYEAR	0	767,0000	2	
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	4.779,0000	3	
69	PNEU 185X60 - R15; (7573)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	TRIANGLE	0	288,5900	1	
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	330,0000	2	
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	GOODYEAR	0	366,0000	3	
70	PNEU 60/100 R 17 DIANTEIRO ; (7574)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	TECHNIC	0	152,1600	1	
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	174,0000	2	
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	RINALDI	0	190,0000	3	
71	PNEU 80/100 R 14 TRAZEIRO ; (7575)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	TECHNIC	0	162,6600	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2021

Página: 10/16

Número do Registro de Preços: 22/2021		Data do Registro: 11/06/2021		Válido até: 11/06/2022			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODÍZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
72	PNEU 10 X 16,5 SEMI-MACIÇO (1011642)	UN	LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	186,0000	2
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	RINALDI	0	206,0000	3
			DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	TORNEL	0	1,191,1000	1
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	FORERUNER	0	1,347,0000	2
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	1,362,0000	3
73	CAMARA DO PNEU 60/100 R 17 DIANTERIO; (7576)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	JABUTI	0	92,8700	1
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	RINALDI	0	55,0000	2
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	148,5000	3
74	CAMARA DO PNEU 80/100 R 14 TRAZEIRO; (7577)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	JABUTI	0	92,8700	1
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	RINALDI	0	55,0000	2
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	159,0000	3
75	PNEU RADIAL 205X70-R15; (7578)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	TRIANGLE	0	481,4300	1
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	550,0000	2
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	GOODYEAR	0	610,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2021

Página: 11/16

Número do Registro de Preços: 22/2021		Data do Registro: 11/06/2021		Válido até: 11/06/2022			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONsertos, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODÍZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	PNEU RADIAL 205X75 - R16; (7579)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	XBRI	0	606,0400	1
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	693,0000	2
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	FIRESTONE/C	0	770,0000	3
77	PNEU RADIAL 225X65 - R16. (7580)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	TRIANGLE	0	700,4900	1
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	GOODYEAR	0	627,0000	2
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	801,0000	3
78	PNEU RADIAL 245X75 - R 16 (1014231)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	GOODYEAR	0	1.086,1600	1
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	FIRESTONE/C	0	1.178,0000	2
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	1.242,0000	3
79	PNEU RADIAL 175X70 - R 14; (7582)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	WATERFALL	0	337,1200	1
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	385,5000	2
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	FIRESTONE/K	0	428,0000	3
80	PNEU RADIAL 195X65 - R15; (7583)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	TRIANGLE	0	369,9200	1
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	423,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2021

Página: 12/16

Número do Registro de Preços: 22/2021 Data do Registro: 11/06/2021 Válido até: 11/06/2022						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA, PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODIZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	BRIDGESTON	0	470,0000
81	PNEU TRASEIRO 120/80 - 18 ; (7584)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	TECHNIC	0	348,3100
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	396,0000
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	RINALDI	0	440,0000
82	PNEU DIANTEIRO 80/90 - 21 ; (7585)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	RINALDI	0	225,6300
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	258,0000
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	RINALDI	0	286,0000
83	PNEU 195 X 55 - R15; (7586)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	TRIANGLE	0	363,3600
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	415,5000
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	GOODYEAR	0	425,0000
84	PNEU 175X65 - R14; (7587)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	WATERFALL	0	298,4600
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	339,0000
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	FIRESTONE/C	0	376,0000
85	PNEU 185X60 - R14; (7588)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	GOODRIDE	0	309,5800

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2021

Página: 13/16

Número do Registro de Preços: 22/2021		Data do Registro: 11/06/2021		Válido até: 11/06/2022			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONsertos, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODÍZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
86	PNEU 195X70 - R14; (7589)		LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	354,0000	2
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	KELLY	0	393,0000	3
		UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	TRIANGLE	0	439,4400	1
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	LAUFEN	0	443,0000	2
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	502,5000	3
87	PNEU 215X75 - R17.5; (7590)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	DOUBLESTAF	0	1.055,9900	1
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	1.207,0000	2
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	STEELMARK/I	0	1.341,0000	3
88	PNEU 7.50 - 16; (7591)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	JK	0	804,1300	1
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	919,5000	2
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	ANTEO/GOOL	0	1.017,0000	3
89	PNEU 275/80 R 22.5 LISO; (7592)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	STEELMARK	0	1.940,1400	1
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	221,0000	2
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	GOODYEAR/S	0	2.456,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2021

Página: 14/16

Número do Registro de Preços: 22/2021 Data do Registro: 11/06/2021 Válido até: 11/06/2022						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA, PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CÂMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODÍZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
90	PNEU 275/60 R 22.5 BORRACHUDO ; (7593)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	KELLY	0	2.122,4800
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	242,7000
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	BRIDGESTON	0	2.896,0000
91	PNEU 19.5 L /24 ; (7594)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	TORNEL	0	3.804,1900
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	4.350,0000
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	FORERUNER	0	4.832,0000
92	PNEU 235/70 R16 (1014232)	UN	DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP (2464)	GOODRIDE	0	635,9500
			LUDA PNEUS LTDA ME (1684)	GOODYEAR	0	621,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2021

Página: 15/16

Número do Registro de Preços: 22/2021		Data do Registro: 11/06/2021		Válido até: 11/06/2022			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CÂMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODÍZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI (2791)		0	727,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 22/2021

Página: 16/16

Número do Registro de Preços: 22/2021		Data do Registro: 11/06/2021		Válido até: 11/06/2022	
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODÍZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2021
PROCESSO Nº 45/2021

- (61) - STOLK BORRACHARIA E LAVAGÃO LTDA
- (1684) - LUDA PNEUS LTDA ME
- (2464) - DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI EPP
- (2791) - LESSA COMERCIO DE PNEUS EIRELI
- (2792) - MECANICA SANGALETTI LTDA - ME

Balneário Rincão, 11 de Junho de 2021.

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 66/2021

Publicação Nº 3095012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 69/2021

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de TOMADA DE PREÇO, objetivando a Contratação de empresa com plataforma de transação via web para venda de bens do Município de Barra Bonita/SC. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08h30min do dia 05 de julho de 2021, iniciando-se a Sessão Pública às 08:30 horas do dia 05 de julho de 2021. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av. Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 11 de junho de 2021.

AGNALDO DERESZ
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 313 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093710

PORTARIA Nº 313, de 10 de junho de 2021
"Concede diária e das outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Maximino da Silva Dias, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinq-enta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de Saúde até a cidade de Chapecó/SC, no dia 11.06.2021 conforme Memorando Nº 146/2021 e Roteiro de Viagem nº 120/2021 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 10 de junho de 2021.

Aginaldo Deresz
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA 314 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093713

PORTARIA Nº 314, de 10 de junho de 2021
"Concede diária e das outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5(meia) diária ao servidor Luiz Antonio Zaccaron, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes até a cidade de Chapecó/SC no dia 14.06.2021, conforme Memorando Nº 148/2021 e Roteiro de Viagem nº 122/2021 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 10 de junho de 2021.

Aginaldo Deresz
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA 315 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093715

PORTARIA Nº 315, de 10 de junho de 2021
"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 1,0 (uma) diária ao servidor Maximino da Silva Dias, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de Saúde até a cidade de Cascavel/PR, nos dias 14 e 15.06.2021 conforme Memorando Nº 147/2021 e Roteiro de Viagem nº 121/2021 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 10 de junho de 2021
Agnaldo Deresz
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA 316 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093716

PORTARIA Nº 316, de 10 de junho de 2021
"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 2 (duas) diárias ao servidor Luiz Antonio Zacaron, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 346,00 (trezentos e quarenta e seis reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de Saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº 150/2021 e Roteiro de Viagem nº 123/2021 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC conforme Memorando nº 149/2021, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 10 de junho de 2021.
Agnaldo Deresz
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA 317 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093717

PORTARIA Nº 317, de 11 de junho de 2021
"Convoca servidor em Licença Prêmio e da outras providências".

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município;

Resolve.

Art.1º. Fica convocado a voltar as suas atividades a servidora Sirlei Bernat, matrícula nº111302, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo que se encontra em licença prêmio nos dias 14, 15, 21, 22, 23, 24 e 25 de junho de 2021, sendo que o período interrompido será usufruído em data a ser definida posteriormente.

Art.2º.Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, 11 de junho de 2021.
Agnaldo Deresz
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

004/019/2018

Publicação Nº 3092614

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato de Aditivo ao Contrato nº 019/2018
Contratada: MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA
Processo Administrativo nº 049/2017 Pregão Presencial nº 034/2017
Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de manutenção elétrica do município.
Prorrogação de Prazo
Data da assinatura: 17/05/2021
Data do vencimento: 17/05/2022
Barra Velha, 17 de maio de 2021
LUIZ BUNKI OTSUKA
Pela Empresa Contratada
Douglas Elias da Costa -
Prefeito

01/027/2020

Publicação Nº 3093127

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato de Aditivo ao Contrato nº 027/2020
Contratada: LAHIS HELFRICH ME
Licitação: Proc. Administrativo 85/2020 Tomada de Preço nº 019/2020
Objeto: Construção de Campo de Futebol com grama sintética, cobertura metálica, destinado a Escola B.M. Prof. Antônia Gasino de Freitas - Bairro São Cristóvão, incluindo o fornecimento de material e mão de obra. Em estrita observância ao Projeto Arquitetônico, Memorial Descritivo da Obra, Orçamentos e Cronograma Físico Financeiro (sintético e analítico), anexo ao Processo.
Prorrogação de Prazo
Data da assinatura: 11/03/2021
Data do vencimento: 11/09/2021
Barra Velha, 11 de março de 2021
GILBERTO RONCALIO
Pela Empresa Contratada
Douglas Elias da Costa -
Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO 046/2021

Publicação Nº 3092959

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Processo Administrativo nº 061/2021 - Pregão Eletrônico nº 046/2021
A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.024/2019 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo Menor Preço por ITEM para Aquisição de um Trator de Esteira. Conforme Proposta 054040/2019, Concedente 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Convenio Mapa nº 892410/2019, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital. Recebimento das propostas até: 28/06/2021 às 13:30 horas. Data da Sessão Pública: 28/06/2021 às 13:45 horas, A abertura das propostas será através do Endereço eletrônico www.bnc.org.br. O edital, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados para download nos sites: www.barravelha.sc.gov.br e www.bnc.org.br. Barra Velha, 14 de junho de 2021. DOUGLAS ELIAS DA COSTA – Prefeito.

PREGÃO ELETRÔNICO 047/2021

Publicação N° 3092973

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 062/2021 - Pregão Eletrônico nº 047/2021

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.024/2019 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO do tipo Menor Preço por ITEM Aquisição de 01(um) Veículo, 0 (zero) KM, para atender as necessidades da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto. Parte dessa aquisição será através de Recursos de Emenda Parlamentar Impositiva - Transf. Especial Educação - Banco do Brasil, Agência 1498-2, C/c nº 24226-8. Lei 17.875/2020. conforme memorial descritivo e especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento das propostas até: 09/06/2021 às 08:00 horas. Data da Sessão Pública: 09/06/2021 às 08:15 horas, A abertura das propostas será através do Endereço eletrônico www.bnc.org.br. O edital, em inteiro teor, estará à disposição dos interessados para download nos sites: www.barravelha.sc.gov.br e www.bnc.org.br. Barra Velha, 14 de junho de 2021. DOUGLAS ELIAS DA COSTA – Prefeito.

Belmonte

PREFEITURA

DECRETO Nº 79/2021

Publicação Nº 3095899

DECRETO Nº 079/2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu art. 67, VI, e Lei nº 1974/2018.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores a seguir relacionados para comporem Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar:

- Leila Maria Beviláqua Moreschi – Presidente
- Laércio Bernardi – Suplente
- Lurdes Fatima Ribeiro – Membro
- Lucas Pancotte – Suplente
- Marcelo Giumbelli – Membro
- Melânia Elisa Wronski Frozza – Suplente

Art. 2º Os membros suplentes substituirão os membros titulares da comissão em caso justificado de impedimento, afastamento, suspeição ou falta.

PARÁGRAFO ÚNICO. Havendo substituição, o suplente substituto funcionará até o final do processo em lugar do titular.

Art. 3º Compete à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo autuar, instruir e processar, no âmbito do Município, os processos de sindicância, processos administrativos disciplinares e todo e qualquer processo administrativo instaurado pelo Prefeito Municipal, sem prejuízo da competência de eventuais comissões especiais.

Art. 4º Os membros titulares da Comissão, pelo exercício do encargo, farão jus a uma gratificação mensal no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), sendo que o pagamento da gratificação será feito conjuntamente com a remuneração mensal do servidor, mas não integrará sua base cálculo, valendo apenas como verba indenizatória.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Belmonte, SC, 27 de maio de 2021.

JAIR ANTÔNIO GIUMBELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

Rosangela Sigulin Pelissari

Sec. De Administração

DECRETO Nº 80/2021

Publicação Nº 3095916

DECRETO Nº 080/2021, DE 27 DE MAIO DE 2021.

CONSTITUI E DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O COMITÊ DIRETOR LOCAL DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Jair Antônio Giumbelli, Prefeito Municipal de Belmonte, Santa Catarina, usando de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituído Comitê Diretor Local, com a incumbência de operacionalizar o processo de Elaboração do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, juntamente com a empresa Líder Engenharia e Gestão de Cidades LTDA - ME.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referido Comitê, os seguintes servidores:

I – Coordenadora Fanciele Pancotte, ocupante do cargo de Arquiteta, responsável pelo setor de engenharia;

II – membros:

- a) Rosangela Sigulin Pelissari, ocupante do cargo de Secretária de Administração;
b) Rosane dos Santos A. Sousa, ocupante do cargo de Agente de Endemias;
c) Rosicléia dos Reis Lopes, ocupante do cargo de Gerente de Ajardinamento e Urbanismo;
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, 27 de maio de 2021.

Jair Antônio Giumbelli
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 81/2021

Publicação Nº 3095917

DECRETO Nº 081/2021 DE 27 DE MAIO DE 2021.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O COMITÊ DIRETOR DO PLANO REGIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

JAIR ANTÔNIO GIUMBELLI, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Para compor o Comitê Diretor Regional, com a incumbência de operacionalizar o processo de Elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, juntamente com a empresa Líder Engenharia e Gestão de Cidades LTDA - ME, ficam do Município de Belmonte nomeados os seguintes membros:

- I - Titular: Franciele Pancotte, ocupante do cargo de Arquiteta, responsável pelo setor de engenharia;
II - Suplente: Catiani Girardi Orso, ocupante do cargo de Gerente de Convênios.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte/SC, 27 de maio de 2021.

Jair Antônio Giumbelli
Prefeito Municipal

Benedito Novo**PREFEITURA****ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 78/2021**

Publicação Nº 3092753

ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78/2021
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 78/2021
DATA: 08/06/2021 - HORA DE INÍCIO: 15 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2021 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação acima citado, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DA EMBREAGEM DO VEÍCULO CAMINHÃO N.33. Iniciados os trabalhos, foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa. Da análise destes documentos, observa-se que a empresa WS COMÉRCIO E AUTO PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.163.957/0001-06 se encontra com a documentação de habilitação regular. Cabe ressaltar que esta Comissão de Licitações não analisa o mérito e a motivação da contratação, limita-se apenas a analisar os documentos acostados ao processo licitatório. Nada mais havendo, a Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI
Presidente
JOICE APARECIDA COSTA
Membro
MARCIO GURSKE
Membro

DIVULGAÇÃO DE LOCAIS DATAS E HORÁRIOS DAS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021

Publicação Nº 3092663

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2021
DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS E HORÁRIOS DAS
PROVAS PRÁTICAS E DAS ENTREVISTAS

ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA, Prefeita do Município de Benedito Novo, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público conforme segue:

1. As datas, locais e horários das provas práticas estão marcadas conforme descrito no ANEXO I deste ato.
2. Os candidatos devem comparecer ao local divulgado no ANEXO I deste ato com 15 minutos de antecedência.
3. As datas, locais e horários das entrevistas estão marcadas conforme o ANEXO II deste ato.
4. Os candidatos devem comparecer ao local divulgado no ANEXO II deste ato com 15 minutos de antecedência.

Município de Benedito Novo, 11 de junho de 2021.
ARRABEL ANTONIETA LENZI MURARA
Prefeita de Benedito Novo

**ANEXO I
DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS, DATAS E HORÁRIOS DAS PROVAS PRÁTICAS**

CARGO	LOCAL	DATA	HORÁRIO
Auxiliar de Serviços Gerais I	CEI Professora Marina Alves Maus	13/06/2021	08:00
Auxiliar de Serviços Gerais II	Rua Cruz e Souza, 849, Centro		
Instrutor de Modalidades II	Benedito Novo (ao lado da antiga Marisol)		
Motorista	Centro de Eventos	13/06/2021	08:00
Operador de Máquinas	Rua Cruz e Souza, 175, Centro		
Operário	Benedito Novo (ao lado da Sociedade Cruz e Souza)		
Servente	Secretaria de Saúde Rua Hans Schleifer, 136, Centro Benedito Novo (antigo Posto de Saúde do Centro)	13/06/2021	08:30

ANEXO II

DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS, DATAS E HORÁRIOS DAS ENTREVISTAS

DATA: 13/06/2021 - DOMINGO				
LOCAL: CEI Professora Marina Alves Maus, Rua Cruz e Souza, 849, Centro, Benedito Novo (ao lado da antiga Marisol)				
HORÁRIO	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	CARGO
08:00	3	CRISLAINE APARECIDA LOURENÇO	120.816.659-05	AUXILIAR DE CRECHE
08:15	13	GESSICA DOS SANTOS	104.923.539-80	AUXILIAR DE CRECHE
08:30	25	NICOLLY DE MOURA BELAUS	023.033.160-22	AUXILIAR DE CRECHE
08:45	26	MAXIANE MERIEN ARIAS LENZ	060.473.379-88	AUXILIAR DE CRECHE
09:00	31	ISABELLE CECILIA EVARISTO	085.887.989-13	AUXILIAR DE CRECHE
09:15	39	JANAINA FERNANDA BRANDT	080.544.689-38	AUXILIAR DE CRECHE
09:30	40	MICHELI CARINA CRUZ VASCONCELO	891.783.602-00	AUXILIAR DE CRECHE
09:45	41	LETICIA EVARISTO	104.922.109-50	AUXILIAR DE CRECHE
10:00	47	VANESSA RODRIGUES DOS SANTOS	089.156.219-21	AUXILIAR DE CRECHE
10:15	48	VANESSA MILENA REBLIN CALABREZ RIBEIRO	088.555.759-02	AUXILIAR DE CRECHE
10:30	68	AMANDA FRANCIELI PINTO TESSMANN	089.586.009-00	AUXILIAR DE CRECHE
10:45	74	NICOLI CRISTINE RUPRECHT	080.597.479-24	AUXILIAR DE CRECHE
11:00	15	ADOLAR BERTRAM	806.968.809-20	VIGIA
11:15	61	TARCIO TEIXEIRA	527.960.350-34	VIGIA
11:30	87	ALIDO ENGEL	743.947.549-68	VIGIA
11:45	104	ALAN DIEGO DE PIN HAGER	080.732.339-08	VIGIA
13:30	73	ELAINE MARGARET LENZ	026.395.239-88	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
14:00	97	ANA PAULA SESTARI	071.526.599-74	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
14:30	99	FERNANDO CARLOS BORINELLI	850.439.829-34	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
15:00	108	ANDRESSA ROEDER LOEWEN	073.400.839-28	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
15:30	112	FABIOLA ODORIZZI UBER	089.922.819-43	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
16:00	122	JULIANA MEIRA GENSKE	005.008.919-66	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
16:30	139	MAICON MILKE	105.930.579-88	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
17:00	144	AMILTON DE SOUZA SANTANA	014.051.172-57	TÉCNICO EM ENFERMAGEM

ANEXO II

DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS, DATAS E HORÁRIOS DAS ENTREVISTAS

19/06/2021 - SÁBADO				
LOCAL: CEI Professora Marina Alves Maus, Rua Cruz e Souza, 849, Centro, Benedito Novo (ao lado da antiga Marisol)				
HORÁRIO	Nº DA INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	CARGO
08:00	82	VERA APARECIDA GOETTEN SCHULZ	837.454.679-49	AUXILIAR DE CRECHE
08:15	84	ESTER SERAPHIM DA SILVA SOARES	278.995.758-42	AUXILIAR DE CRECHE
08:30	86	CARLA CAROL VENTURI	095.010.769-70	AUXILIAR DE CRECHE
08:45	95	JENIFER LIMA	067.141.509-38	AUXILIAR DE CRECHE
09:00	111	SCHIRLEI FRANCIELE KROENKE	040.927.489-57	AUXILIAR DE CRECHE
09:15	116	INGRID PEREIRA DA SILVA	080.148.609-26	AUXILIAR DE CRECHE
09:30	123	MURIELLE LUZIA ROSA	093.048.919-57	AUXILIAR DE CRECHE
09:45	125	FABIA ANTÔNIA MACIEL STAFFORTI	997.574.351-04	AUXILIAR DE CRECHE
10:00	127	LUANA PATRÍCIA CARARA JANKE	078.901.489-09	AUXILIAR DE CRECHE
10:15	136	TATIANE TENORIO DOS SANTOS	704.938.994-30	AUXILIAR DE CRECHE
10:30	137	GABRIELA KOSLOWSKI	096.696.419-50	AUXILIAR DE CRECHE
10:45	143	SUSAN ADRIANO HELFENSTELLER	947.360.909-44	AUXILIAR DE CRECHE
11:00	147	ROSANGELA CRISTINE LINK GIOVANELLA	080.093.349-44	AUXILIAR DE CRECHE
11:15	148	CINTHIA BRUNA BRANCO PICAÑO	025.129.912-02	AUXILIAR DE CRECHE
11:30	149	VITORIA CAMILLE ROSA	114.414.939-80	AUXILIAR DE CRECHE
11:45	151	MAIRA MATHIAS PAGANELLI	075.066.599-80	AUXILIAR DE CRECHE
14:00	19	GABRIELA MAHLSTEDT	096.584.129-47	AUXILIAR DE VETERINÁRIO
14:20	20	MARCIELI POKRYWESCKI	104.896.389-61	AUXILIAR DE VETERINÁRIO
14:40	72	SUELEN LEAL DOS SANTOS	107.955.199-90	AUXILIAR DE VETERINÁRIO
15:00	117	ANDRE LUIZ AMARAL	081.763.979-97	AUXILIAR DE VETERINÁRIO
15:20	150	WILSON VIEIRA CRUZ	633.935.373-85	AUXILIAR DE VETERINÁRIO

Biguaçu**PREFEITURA****EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA 61 DO RP 45/2021 PMB**

Publicação Nº 3092655

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2021 RP 45/2021 PMB
OBJETO: AQUISIÇÃO POR COMODATO E RECARGA DE GASES MEDICINAIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E PARA A TERCEIRA COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE BIGUAÇU
VENCEDOR: OXIGENIO PALHOCA COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 3.128.479,00
VIGÊNCIA: 10/06/2021 A 10/06/2022

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 11 de junho de 2021.
SALMIR DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4041/2021

Publicação Nº 3095673

LEI Nº 4041/2021 DE: 11 DE JUNHO DE 2021.
Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2021.

SALMIR DA SILVA, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar em ação de Governo do Orçamento da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde no montante de até R\$ 1.670.000,00 (Um milhão seiscentos e setenta mil reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotação de ação de Governo da Unidade Gestora Prefeitura e, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
0902.12.365.0003.2093	Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – Pré -Escola	1.670.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.670.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	1.670.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	1.670.000,00
TOTAL		1.670.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
1001.10.302.0004.2034	Manutenção da UPA	1.670.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	570.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	570.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.100.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	1.100.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	1.670.000,00
TOTAL		1.670.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.
SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal
Lei nº 4041/2021, de 11/06/2021
Sancionada em 11/06/2021
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

LEI Nº 4042/2021

Publicação Nº 3095677

LEI Nº 4042/2021 DE: 11 DE JUNHO DE 2021.
ALTERA O ART. 16, INCISO II DA LEI Nº 1.619/2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores, com fundamento no art. 9º, §2º da Emenda Constitucional nº 103/2019, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 16, inciso II da Lei nº 1619/2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 O RPPS compreende as seguintes prestações, expressas em benefícios:

- I -
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)

II - quanto ao dependente: pensão por morte.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.
SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

Lei nº 4042/2021, de 11/06/2021
Sancionada em 11/06/2021
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

LEI Nº 4043/2021

Publicação Nº 3095680

LEI Nº 4043/2021 DE: 11 DE JUNHO DE 2021.
DENOMINA VIA PÚBLICA “RUA OTÍLIA BESEN GUESSER” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SALMIR DA SILVA, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de “Rua Otília Besen Guesser”, a via pública com extensão de aproximadamente 1.650 (mil seiscentos e cinquenta) metros, largura aproximada de 6,00 (seis) metros a 8,00 (oito) metros. Logradouro a ser denominado parte da Rua Argentina Silva, com coordenadas 27°27'23.9S, 48°44'44.5”O e segue em direção a Estrada Geral da Guiomar até o Bar e Mercaria Guesser, com coordenadas 27°28'09.2”S,, 48°45'04.8”O, bairro Limeira.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.
SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

Lei nº 4043/2021, de 11/06/2021
Sancionada em 11/06/2021
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

PORTARIA Nº 2228/2021

Publicação Nº 3093071

PORTARIA nº 2228 de 11 de junho de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, GREICY CONCEIÇÃO ROSA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ENSINO, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2229/2021

Publicação Nº 3093072

PORTARIA nº 2229 de 11 de junho de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, ROSA MARIA ZANCHET, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2230/2021

Publicação Nº 3093074

PORTARIA nº 2230 de 11 de junho de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, ANA LUCIA DUTRA TAVARES DE SOUZA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2231/2021

Publicação Nº 3093076

PORTARIA nº 2231 de 11 de junho de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, ROSEMARA MARIA ROSSO CADORE, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL,

com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2232/2021

Publicação Nº 3093077

PORTARIA nº 2232 de 11 de junho de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, BRUNO CANDIDO DA SILVA ANDRADE, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2233/2021

Publicação Nº 3093078

PORTARIA nº 2233 de 11 de junho de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, GUSTAVO AUGUSTO AMORIM, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA III (CARTEIRA D – ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2234/2021

Publicação Nº 3093768

PORTARIA nº 2234 de 11 de junho de 2021

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, MARITA SCHLEMPER, brasileiro (a) para exercer o cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE PESCA E MARICULTURA – nível CC5, na Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Aquicultura, a partir de 07/06/2021.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/06/2021.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2235/2021

Publicação Nº 3093769

PORTARIA nº 2235 de 11 de junho de 2021

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ELIANI MARCHINHAKI, brasileiro (a) para exercer o cargo de COORDENADOR DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL – nível CC4, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 10/06/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/06/2021.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2236/2021

Publicação Nº 3093771

PORTARIA nº 2236 de 11 de junho de 2021

Nomeia servidor (a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, ALLANA CAROLINE DÁVILA SILVA, brasileiro (a) para exercer o cargo de GERENTE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – nível CC4, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a partir de 04/06/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/06/2021.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2237/2021

Publicação Nº 3093773

PORTARIA nº 2237 de 11 de junho de 2021

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) BRUNA SCHMITZ DA SILVA, ocupante do cargo temporário de PROFESSOR II – EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/06/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/06/2021.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2238/2021

Publicação Nº 3093774

PORTARIA nº 2238 de 11 de junho de 2021

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) LUCIANA IRACEMA PEREIRA GESSER, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/06/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/06/2021.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2239/2021

Publicação Nº 3093775

PORTARIA nº 2239 de 11 de junho de 2021

Admitir o (a) Servidor (a), e acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOSILENE FERREIRA ARAUJO CARDOSO, através da Chamada Pública nº 001/2020, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de ENFERMEIRO II, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços no Drive Thru da Covid-19, da Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01/06/2021 a 31/12/2021, para atuar nos dois polos de vacinação contra a Covid-19 (Univali e Igreja Matriz).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2021.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.

BRUNO CÉLIO DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2240/2021

Publicação Nº 3093870

PORTARIA nº 2240 de 11 de junho de 2021

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, em caráter temporário, de acordo com o artigo 1º da Lei 1563/2001 para atuar no Programa Saúde da Família, vinculado ao Governo Federal, do (a) funcionário (a), PRISCILA CARDOSO, para desempenhar as funções do cargo de ENFERMEIRO II, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços na UBS - PRADO, da Secretaria Municipal de Saúde, através da Chamada Pública nº 001/2020, no período de 04/06/2021 a 03/12/2021, para manter-se em funcionamento os serviços da UBS Prado que no momento encontra-se sem profissional enfermeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/06/2021.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.

BRUNO CÉLIO DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 2241/2021

Publicação Nº 3095640

PORTARIA nº 2241 de 11 de junho de 2021

Designar Servidor (a) para ocupar aula excedente, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) RODRIGO KAUFMANN TEIXEIRA, para ocupar 02 (duas) aulas excedentes de PROFESSOR III – EDUCAÇÃO FÍSICA, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/06/2021 a 14/12/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 14/06/2021.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2242/2021

Publicação Nº 3095682

PORTARIA nº 2242 de 11 de junho de 2021

Exonera servidor efetivo de Função de Confiança, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) ALISON ANDERSON, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA I (B – VEÍCULOS LEVES), da função de GERENTE DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES, da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, a partir de 14/06/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 14/06/2021.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.

VINICIUS HAMILTON DO AMARAL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2243/2021

Publicação Nº 3095683

PORTARIA nº 2243 de 11 de junho de 2021

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) JORGE LUIZ COUTINHO, detentor do cargo de provimento efetivo de FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, para exercer a Função de Confiança de GERENTE DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Participativa, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 14/06/2021.

Biguaçu, 11 de junho de 2021.

SALMIR DA SILVA
Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 9.030/2021

Publicação Nº 3094344

LEI Nº 9.030, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à:

I – Fundação Universidade Regional de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 82.662.958/0001-02, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 1.774 de 11/08/1971, no valor de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), destinados a custear despesas com a implantação e manutenção do Centro de Referência para pacientes Pós COVID-19, garantindo o acesso ao serviço na integralidade da assistência, com consultas especializadas, exames e tratamentos clínicos aos munícipes de Blumenau, conforme Plano de Trabalho e Termo de Convênio, e de acordo com a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC.

Art. 2º As despesas previstas no artigo 1º desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0059.2385 – MAC – Média e Alta Complexidade - Produção

Modalidade 3.3.50 (175) Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 1.400.000,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Art. 3º A entidade beneficiada prestará contas da aplicação dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do repasse.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de junho de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.344/2021

Publicação Nº 3094470

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.344, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

CRIA GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA PELA ATUAÇÃO DE MÉDICOS NO SERVIÇO DE PLANTÃO DOS ATENDIMENTOS AOS CASOS DE COVID-19 DURANTE A VIGÊNCIA DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECLARADO PELO DECRETO ESTADUAL N. 562, DE 17 DE ABRIL DE 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criada gratificação temporária a ser concedida, mediante ato do titular da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde (SEMUS), aos servidores ocupantes dos cargos efetivos de Médico designados para atuar no serviço de plantão do Ambulatório Referência para Casos Suspeitos de Covid-19 e dos Atendimento Rápidos Covid-19, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por hora efetivamente trabalhada.

§1º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se serviço de plantão aquele prestado pelo Médico, fora da sua carga horária semanal, de segunda a sexta-feira, das 18h às 24h, aos sábados, domingos ou feriados.

§2º As horas cumpridas pelo Médico no serviço de plantão serão acrescidas do adicional pela prestação de serviço extraordinário.

§3º Serão designados para atuar no serviço de plantão até trinta e cinco Médicos.

Art. 2º A gratificação temporária de que trata esta Lei Complementar:

I – será concedida aos admitidos em caráter temporário, na forma desta Lei Complementar;

II – não será devida aos ocupantes de cargo em comissão nem aos detentores de função de confiança;

III – não será incorporada aos vencimentos e aos proventos de aposentadoria e sobre o seu valor não incidirá contribuição para o regime próprio de previdência do Município;

IV – não integrará o cálculo das férias.

Art. 3º Esta Lei Complementar, que entra em vigor na data de sua publicação, tem vigência limitada à duração do estado de calamidade pública declarado pelo Decreto estadual n. 562, de 17 de abril de 2020.

PREFEITURA DE BLUMENAU, em 11 de junho de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

INTIMAÇÃO - COMEX PEEP Nº 013/2020

Publicação Nº 3094658

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
COMISSÃO DE EXONERAÇÃO – COMEX

INTIMAÇÃO DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - COMEX
PEEP Nº 013/2020

SERVIDORA: A.L.

ADVOGADO: DR. MARCELO SCHUSTER BUENO – OAB/SC nº 14.948

DESPACHO: Intime-se o advogado da servidora avaliada para tomar ciência dos documentos juntados nas fls. 42-46 dos autos e, querendo, manifestar-se no prazo de 5 dias. O processo está disponível na sede da COMEX, na Praça Victor Konder, n. 02, 3º andar, sala 32 (PMB), Blumenau (SC).

DECRETO Nº 13.243/2021

Publicação Nº 3095469

DECRETO Nº 13.243, DE 04 DE JUNHO DE 2021.

TORNA OBRIGATÓRIA A APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTE DE VACINAÇÃO CONTRA O VÍRUS INFLUENZA PARA A MANUTENÇÃO DA FREQUÊNCIA PRESENCIAL NO ANO DE 2021 EM CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL OU ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições conferidas pelos incisos II, V e VII artigo 59, e na forma do artigo 75, I, "a" e "f", ambos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e

CONSIDERANDO a manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, realizada através do Memorando nº 042/2021/SEMUS, no sentido de que a ampliação da campanha de vacinação contra o vírus Influenza no público infantil, no corrente ano, constitui importante medida para o combate à Pandemia da COVID-19, vez que reduz a circulação daquele vírus e, portanto, de internações dele decorrentes,

CONSIDERANDO a necessidade de colaboração entre os órgãos responsáveis pelas políticas de educação e de saúde visando à efetiva observância do calendário de vacinação de crianças, medida que prestigia o direito à saúde dos mesmos,

RESOLVE:

Art. 1º É obrigatória, no corrente ano, às crianças entre 6 meses e 5 anos, 11 meses e 29 dias, a apresentação do comprovante de vacinação contra o vírus Influenza para a manutenção da frequência presencial nos centros de educação infantil ou nas escolas da rede pública municipal de ensino do Município de Blumenau.

Art. 2º A comprovação da vacinação deve se dar até o dia 01 de julho do corrente ano, mediante a apresentação única da carteirinha de vacinação junto à secretaria da unidade de ensino, que anexará cópia do comprovante ao cadastro da criança.

§ 1º Só será dispensado da apresentação do comprovante de vacinação o aluno que apresentar atestado médico de contraindicação explícita da aplicação da vacina.

§ 2º A comprovação da vacinação poderá ser feita mediante apresentação da carteirinha de vacinação ou de declaração emitida através do sistema PRONTO, requerida junto à unidade de saúde referência da criança.

Art. 3º Caso não haja apresentação do comprovante de vacinação no prazo estabelecido no art. 2º deste Decreto, será realizado pelo educandário comunicado formal imediato ao Conselho Tutelar da área de abrangência da escola informando a situação do aluno para as devidas providências e reparação de direitos, sem prejuízos à efetivação ou manutenção da matrícula.

Art. 4º A inclusão da presente medida no Plano de Contingência Municipal para a Educação, para ampliação a toda a rede de ensino, deverá ser avaliada pelo Comitê Municipal de Gerenciamento do Retorno às Aulas Presenciais, instituído pelo Decreto nº 12.860, de 12 de outubro de 2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de junho de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 13.251/2021

Publicação Nº 3095481

DECRETO N. 13.251, DE 08 DE JUNHO DE 2021.

TORNA OBRIGATÓRIA, DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19, A APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTE DE VACINAÇÃO CONTRA O NOVO CORONAVÍRUS E CONTRA O VÍRUS INFLUENZA PARA A FREQUÊNCIA PRESENCIAL NAS ATIVIDADES PROMOVIDAS NAS DEPENDÊNCIAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA – PRÓ-FAMÍLIA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, V e VII do artigo 59, na forma das alíneas “a” e “o” do inciso I do artigo 75, todos da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento nos artigos 38 e 8º do Anexo Único da Lei Complementar n. 84, de 09 de junho de 1995, que “institui o Código de Saúde do Município de Blumenau”,

DECRETA:

Art. 1º Enquanto perdurar o estado de calamidade pública no Estado de Santa Catarina declarado pelo Decreto n. 562, de 17 de abril de 2020, a frequência presencial nas atividades promovidas nas dependências da Secretaria Municipal da Família – PRÓ-FAMÍLIA fica condicionada à apresentação de comprovante do esquema completo de vacinação contra o novo coronavírus e da vacinação contra o vírus influenza.

Parágrafo único. Só será dispensado da apresentação dos comprovantes de vacinação o cidadão que apresentar atestado médico de contra-indicação explícita da aplicação de uma delas ou de ambas as vacinas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de junho de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 13.257/2021

Publicação Nº 3095488

DECRETO Nº 13.257, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 9.029, de 09 de junho de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional especial no orçamento da Administração Direta, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício – fonte de recursos 0179 (Emendas Parlamentares Impositivas – Transferências do Estado) – no valor de R\$ 175.400,01 (cento e setenta e cinco mil, quatrocentos reais e um centavo), na dotação orçamentária abaixo discriminada:

17 – INTENDÊNCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA

1703 – Centro Turístico e Cultural de Vila Itoupava

Projeto 17.03.23.695.0080.1216 – Projetos Especiais para Execução de Ações de Turismo/Cultura/Lazer na Vila Itoupava

Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas R\$ 175.400,01

Fonte de Recursos 0179.00093

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 11 de junho de 2021.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

CONCORRÊNCIA Nº 03-006/21

Publicação Nº 3095490

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
CONCORRÊNCIA Nº 03-006/21

OBJETO: Contratação empresa especializada para execução de obra de recuperação da Ponte Santa Catarina e construção de passarela em concreto para ampliação do passeio e ciclovia, Bairro: Itoupava Norte, Blumenau/SC, conforme especificações constantes neste edital, sendo que os recursos para pagamento serão arcados por meio da Operação de Crédito Banco do Brasil - Contrato de Financiamento nº 40/00022-2 - SEMOB. ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 14 de julho de 2021 às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas no site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e alterações e legislação complementar. Informações (47) 3381-6277/(47) 3381-6724. Blumenau, 10/06/2021. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO. Registrado no TCE/SC sob nº 3929574CDA3E48237AE41E917710C973B11A1FCD

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2021

Publicação Nº 3095498

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2021

OBJETO: RP - para locação e instalação de estruturas feitas de chapas de Oktanorme, revestido com alumínio, com revestimento térmico, para funcionamento de consultórios de atendimento de usuários com suspeita de contaminação com o Covid-19 e container metálico para uso como ponto de vacinação contra o Covid-19, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 (um) ano - FMS/SE-MUS. Data de encerramento do envio de proposta eletrônica: até o dia 24 de junho de 2021, às 14:25hs. Data início da sessão eletrônica: dia 24 de junho de 2021, às 14:30hs. Local: Sistema COMPRASBR. Edital disponível no Portal <https://comprasbr.com.br/>, via e-mail: flavio-araujo@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do Município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Registro no TCE/SC código: 538A6BC586D92AE77AF456B03AF281FBC2276BCA Blumenau, 11/06/2021 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2021

Publicação Nº 3095500

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2021

OBJETO: Registro de preços para confecção de agendas escolares, conforme especificações no edital, aos alunos da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo 2022, pelo período de 01 (um) ano. SEMED.

Registrado no TCE/SC sob o código: 7BB80E41DE97C6F444E46E9564D6B5D4AAAC803B

Data de encerramento do envio de proposta eletrônica: até o dia 24 de junho de 2021, às 08:55hs. Data início da sessão eletrônica: dia 24 de junho de 2021, às 09:00hs. Local: Sistema COMPRASBR. Edital disponível no Portal <https://comprasbr.com.br/>, via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do Município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e nº 7732/04, nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 14/06/2021 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

PROCESSO DE DISPENSA 81/2021

Publicação Nº 3095504

DISPENSA 81/2021

Objeto: Aquisição de equipamento de som para a secretaria municipal de cultura e relações institucionais com a utilização do saldo remanescente, conforme contrato de repasse nº. 833778/2016, firmado entre o Município de Blumenau e o Ministério da Cultura, através da caixa econômica federal – GAPREF

Homologação:

Apreciada a classificação final da licitação modalidade Dispensa, com o objeto acima mencionado, HOMOLOGO seu resultado final como sendo aquele transcrito na Ata da Comissão Permanente de Licitações, ou seja:

Vencedora: WE SOL MAIOR COMERCIO E MANUTENCAO DE SOM LTDA, no valor total de R\$ 4.246,80 (quatro mil duzentos e quarenta e sei reais e oitenta centavos)

Adjudicação:

Pelas razões expostas ADJUDICO o objeto da licitação modalidade Dispensa 81/2021 conforme classificação acima mencionada.

BASE LEGAL: Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações.

REPUBLIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2021

Publicação Nº 3095511

MUNICÍPIO DE BLUMENAU

REPUBLIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2021

Objeto: Registro de Preços de caçambas estacionárias (leva entulho) para armazenamento, coleta e destinação final para apoiar atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Turismo e Lazer, pelo período de 01 ano - SECTUR. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 24 de junho de 2021, até às 09h00min. Início da sessão: dia 24 de junho de 2021, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: flavioaraujo@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/portal> transparência. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Registro no TCE/SC código: 7C1726840404DB1D9544B0DD3FF10B79266329C7
Blumenau, 11/06/2021 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

EXTRATO – CONTRATO Nº. 149/2021

Publicação Nº 3095542

EXTRATO – CONTRATO Nº. 149/2021

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB.

OBJETO: Prestação de serviços de curso/treinamento para 01 (uma) turma de servidores efetivos da administração municipal, na área de gerenciamento de projetos (Projeto PMAT – Proposta nº 64060439013), com o objetivo de desenvolver competências e habilidades dos servidores públicos para atuarem como gerente de projetos em suas respectivas áreas. O curso terá a nomenclatura de Gestão de Projetos: Agilidade e Indicadores - SEGG.

PROCESSO: Dispensa nº 08-69/2021.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, XIII, Lei Federal nº 8.666/1993.

VALOR: R\$ 46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos reais).

PRAZO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

DATA DE ASSINATURA: 31 de maio de 2021.

PORTARIA SMTT Nº 14/2021

Publicação Nº 3095557

PORTARIA SMTT Nº 14, DE 10 DE JUNHO DE 2021.

EXTINGUE A PERMISSÃO Nº 177/2016 PARA O SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL POR TÁXI.

FABRIZIO TERENCE REIF BARBIERI, Secretário Municipal de Trânsito e Transportes do Município de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF nº. 25.114, de 29 de março de 2021, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

EXTINGUIR

A permissão para o serviço de transporte individual por táxi nº 177/2016, concedida a EDONI RENGEL, decorrente da ausência de interesse do permissionário, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 1033/2015.

Esta Portaria entra em vigor no dia da sua publicação.

FABRIZIO TERENCE REIF BARBIERI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

DL 12/2021

Publicação N° 3092920

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 12/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N° 37/2021

HOMOLOGAÇÃO 10/06/2021

CONTRATO: 86/2021

CONTRATADO: INGÁ CAMINHÕES LTDA.

CNPJ/CPF: 23.008.729/0001-00

Objeto: Dispensa de licitação para aquisição de 01 (uma) Van Escolar com capacidade para 15+1 pessoas, ano/modelo 2021/2021 (mínimo aceitável) para atendimento dos alunos do Município de Bom Jardim da Serra e 01 (uma) Ambulância para remoção Tipo A atendimento dos pacientes do Município de Bom Jardim da Serra, na Secretaria de Saúde, através de Compra Compartilhada do Cincatarina, através da Solicitação de Fornecimento 0001/2021 e 0002/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA

VALOR DA DESPESA: R\$ 367.279,00 (Trezentos e Sessenta e Sete Mil Duzentos Setenta e Nove Reais)

Pedro Luiz Ostetto
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

59.21 - DEC. HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO 02.21

Publicação Nº 3092397

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 59/21 de 10.06.21
HOMOLOGA RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS DE TÍTULOS Nº 02/2021

O Prefeito de Bom Retiro/SC, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Processo Seletivo nº 02/21, TORNA PÚBLICO o presente Decreto que HOMOLOGA o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária no Município de Bom Retiro.

Considerando, a conclusão do Processo Seletivo Simplificado, visando a contratação temporária de servidores para atender à necessidade temporária da Administração Pública Municipal e que foram observados todos os tramites legais, que regem a matéria, os quais foram cumpridos integralmente, os quais foram cumpridos integralmente, e após, análise e aprovação da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 02/21;

Considerando, por fim que o Processo Seletivo Simplificado para contratação de servidores para a Administração Pública Municipal, encontra-se encerrada, não havendo recursos pendentes de julgamento, e/ou a possibilidade de interposição de qualquer recurso administrativo, tampouco qualquer pendência a ser resolvida, e via de consequência, o atendimento de todos os princípios que regem a Administração Pública;

Art. 1º. Fica homologado o Resultado do Final Processo Seletivo Simplificado nº 02/21 para contratação de servidores, com provas de títulos, conforme anexo I.

Art. 2º. Os candidatos que foram classificados no referido Processo Seletivo, observada rigorosamente a ordem de classificação, deverão atender a convocação, para investidura no cargo de Agente de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Médico, Motorista, Motorista Socorrista, Operador de Máquina Agrícola, Operador de Máquina Rodoviária, Técnico de Enfermagem Socorrista, Trabalhador Braçal e Vigilante Sanitário, sob pena de perderem o direito da classificação.

Art. 3º. A convocação será feita de acordo com o interesse e necessidade da Administração, respeitando a disponibilidade orçamentaria e financeira da Administração.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 11 de junho de 2021.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal
Registrado e Publicado
Na Data Supra

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES N. 02/2021

Classificação	Inscrição	Nome	Data Nasc.	Pontuação
1º	10	Sandra Maria Rossini	29/09/64	53,0
2º	26	Rosa Maria de Liz	13/02/75	29,0
3º	18	Taynara Floriano Prestes	15/10/00	29,0
4º	59	Maria Eduarda Lepkaln	17/03/97	28,5
5º	33	Anna Flávia Cabral Scotti ■	12/03/01	28,5
6º	42	Marília Kuntze Eger	03/06/03	28,5
7º	61	Mayara Ferreira■	18/06/93	28,0
8º	43	Bruno Rodolfo Becker Bastos■	16/12/95	28,0
9º	07	Camila Zapelini Capistrano Rosa	04/01/99	28,0
10º	14	Caroline Andreza de Brida	29/06/00	27,5
11º	44	Eduarda da Silva	07/06/95	17,5
12º	48	Simone da Rosa	07/10/91	0,0

CARGO – Agente de Saúde - Bela Vista

Classificação	Inscrição	Nome	Data Nasc.	Pontuação
1º	16	Eli Aparecida B. Althoff	08/08/62	44,5
2º	29	Ana Carla Farias Pereira	09/10/99	28,5
3º	58	Jéssica Alessandra Borba	03/07/93	17,0

CARGO – Agente de Saúde – Campo Novo do Sul

Classificação	Inscrição	Nome	Data Nasc.	Pontuação
1º	35	Gabriele Branger	30/10/98	28,0

CARGO – Agente de Saúde – Capistrano

Classificação	Inscrição	Nome	Data Nasc.	Pontuação
1º	28	Elisandra Letícia Mazzuchetti	14/03/77	41,5
2º	06	Cristina dos Santos	16/05/99	28,5
3º	27	Aline França Mendes	30/05/89	28,0
4º	50	Gabriel Biondo	08/04/98	27,5
5º	54	Micheli A. M. B. de Oliveira	18/12/88	26,5
6º	53	Dejelaine S. B. de Oliveira*	19/01/90	0,0

CARGO – Agente de Saúde – Entrada

Classificação	Inscrição	Nome	Data Nasc.	Pontuação
1º	37	Silvia Batista Correa	23/12/75	0,0

CARGO – Agente de Saúde – Bairro São José

Classificação	Inscrição	Nome	Data Nasc.	Pontuação
1º	17	Namir Aparecida de Andrade	01/08/68	38,5
2º	55	Graziela Uzanir Flor	05/01/82	18,0

CARGO – Agente de Saúde – Três Pontas

Classificação	Inscrição	Nome	Data Nasc.	Pontuação
1º	49	Laura de Andrade Schlosser	16/05/01	28,5

CARGO – Auxiliar de Enfermagem

Classificação	Inscrição	Nome	Data Nasc.	Pontuação
1º	11	Marlene Hinckel Almeida	19/11/59	54,0
2º	05	Delma Aparecida Bueno	20/10/61	54,0
3º	30	Eliane Capistrano Pereira	18/11/69	53,0
4º	13	Scheila Aparecida de Souza	13/11/97	37,5
5º	09	Luiz Gustavo Xavier do Nascimento	17/09/95	28,0

CARGO – Médico

Classificação	Inscrição	Nome	Data Nasc.	Pontuação total
1º	19	Camila Andrade Marques Gerent	22/03/87	65,0
2º	15	Nadja Smiljanic Andrade	17/09/87	10,0
3	62	Wagner Westphal	02.03.82	5,0

CARGO – Motorista Socorrista

Classificação	Inscrição	Nome	Data Nasc.	Pontuação
1º	03	Alexandre Sousa	21/10/79	67,5
2º	24	Fernanda Battisti	18/03/89	66,5
3º	56	Toni Jerri dos Santos	26/02/89	53,5
4º	38	Ackson Bertotto	04/08/92	52,0
5º	36	Gabriel Darde Huber	18/10/84	47,5

CARGO – Motorista

Classificação	Inscrição	Nome	Data Nasc.	Pontuação
1º	46	Oseias de Liz Rosa	21/09/77	28,5

CARGO – Trabalhador Braçal

Classificação	Inscrição	Nome	Data Nasc.	Pontuação
1º	60	Jaisonei Pereira	09/03/84	6,0
2º	12	Alvacir do Nascimento	28/12/63	5,0
3º	51	Jailson de Alencar dos Santos	29/01/01	0,0

CARGO – Técnico de Enfermagem Socorrista

Classificação	Inscrição	Nome	Data Nasc.	Pontuação
1º	47	Alexandre Ferreira Correia	05/09/76	77,0
2º	57	Ana Luiza Bernardino	28/02/97	68,0
3º	08	Ragna Garcia	23/03/98	33,5
4º	20	Luane dos Santos	07/10/85	28,0
5º	04	Juliana da Cruz do Amarante	06/02/94	27,0

CARGO – Vigilante Sanitário

Classificação	Inscrição	Nome	Data Nasc.	Pontuação
1º	01	Tamires Nedel Baesso	12/04/94	115,0
2º	34	Cristina Rosa Rosar	28/06/00	53,5
3º	22	Maria Margarete da Silva Gorges	15/06/65	52,5
4º	23	Greici Kelly Grobe	04/03/03	29,5
5º	21	Bruna Gorges	21/11/01	28,5
6º	25	Mariane Rovaris de Melo	31/10/96	28,0
7º	02	Célio Luciano Pereira■	25/02/77	27,5
8º	45	Bruno Henrique Cordeiro Perroni■	01/10/96	27,5
9º	52	Matheus Castanheiro dos Passos■	17/09/94	27,5
10º	31	Ronei Antônio da Cruz	06/03/97	27,5
11º	32	Juliana Pinho Lins	05/04/88	26,5

CARGO – Operador de Trator Agrícola

Classificação	Inscrição	Nome	Data Nasc.	Pontuação
1º	41	Leonor Lorenzi	04/06/74	22,0
2º	40	Irmo Schuller	30/06/83	17,0

CARGO – Operador de Máquinas Rodoviárias

Classificação	Inscrição	Nome	Data Nasc.	Pontuação
1º	39	Francisco Leandro Neto	04/08/58	33,0

Critérios desempate:

- ◆ Candidatos com maior tempo de serviço, devidamente comprovado por certidão de tempo de serviço emitida pelo órgão empregador;
- Candidato maior idade.

Bom Retiro, 11 de junho de 2021.

Albino Gonçalves Padilha
Prefeito Municipal

Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

Botuvera

PREFEITURA

EDITAL P.A. Nº 035/2021 - P.E. Nº 27/2021 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA CRECHE

Publicação Nº 3092653

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6C3EC88A4A619D3FBA8A039E0F122000479034A8

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2021- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2021

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberta Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico Nº 27/2021, para AQUISIÇÃO DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA CRECHE, para a Secretaria de Educação. Início de envio propostas das 10:00H do dia 14/06/2021, Finalização de envio de propostas data de 24/06/2021 às 09:30 H, sessão de abertura será em 24/06/2021 às 10:00 H, (horário de Brasília) no portal www.bll.org.br, conforme especificado no Edital. Edital encontra-se disponível nos sites www.bll.org.br e botuvera.atende.net Informações pelo telefone (47) 3359-3200 e e-mail: licitacao2@botuvera.sc.gov.br. Botuverá, 14 de Junho de 2021.

Marilene Maurizio Assini

Secretária de Educação

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2021 FMAS

Publicação Nº 3093108

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 1/2021 FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL BRAÇO DO TROMBUDO /SC

CNPJ 13.554.908/0001-99,

Sito a Rua Leopoldo Joeck, 119, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME

CNPJ 21.593.746/0001-26

Valor: R\$ 78.180,00

Licitação: 02/2021 FMAS

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Cestas Básicas para as famílias em situações de Vulnerabilidade do Município de Braço do Trombudo/SC.

Vigência: 10.06.2021 até 10.06.2022.

Braço do Trombudo, 10.06.2021

DECRETO Nº 83/2021

Publicação Nº 3093153

DECRETO Nº 083/2021

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DO NÚCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar nº 061/2007 de 11/07/2007 e Lei Complementar nº 153/2021 de 31/05/2021, etc...

DECRETA :

Art. 1º – Fica constituído o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Braço do Trombudo, para atender às normas e condições da Lei Complementar nº 061/2007 de 11/07/2007 e Lei Complementar 153/2021 de 31/05/2021, o qual terá a seguinte composição:

I – Representantes do Poder Executivo Estadual, 1 efetivo e 1 suplente:

Efetivo: Iara Karine Zimmermann de Souza (Epagri)

Suplente: Letícia Vogel Pedro (EEB Adolfo Böving)

II – Representantes do Poder Público Municipal, 3 efetivos e 3 suplentes:

Efetivo: Mônica Dalila Sell Dalmarco

Suplente: Juliana do Nascimento

Efetivo: Giovanni Carneiro da Silva Santana

Suplente: Jean Heidrich

Efetivo: Conrado Rinnert Neto

Suplente: Gean Carlos Cavilia

III – Representantes dos movimentos populares, 2 efetivos e 2 suplentes:

Efetivo: Frida Weiss (Sindicato dos Trabalhadores Rurais)

Suplente: Scharlene Vanessa Machado (Sindicato dos Trabalhadores Rurais)

Efetivo: Luciane Bertelli Kniss (APP EB Adriano Mosimann)

Suplente: Arlei Everaldo Larsen (Cabanha Três J)

IV – Representantes das Entidades Empresariais, 2 efetivos e 2 suplentes:

Efetivo: Luciano Felipe Weiss (Câmara de Dirigentes Lojistas)

Suplente: Mônica Neu Heinz (Câmara de Dirigentes Lojistas)

Efetivo: Rafaela Zulmira Larsen (Isolete Larsen ME)

Suplente: Anderson Domiciano Pereira (Industrial Rex LTDA)

V – Representantes de Entidades de Trabalhadores e Sindicais, 1 efetivo e 1 suplente:

Efetivo: Jonatan Koenig Truppel (AFUMBRAÇO)

Suplente: Denilson Joenck (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais)

VI – Representantes de Instituições acadêmicas e de pesquisa, 1 efetivo e 1 suplente:

Efetivo: Cátia Regina Marangoni Geremias

Suplente: Joselito Smaniotto

VII – Representantes das ONG's, 1 efetivo e 1 suplente:

Efetivo: Moisés da Silva (Lar Beneficente João 3:16)

Suplente: Márcia Lourenço Paterno (Lar de Idosos Recanto do Sossego)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especificadamente o Decreto nº 067/2017 de 09/08/2017.

Braço do Trombudo, 11 de junho de 2021.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 84/2021

Publicação Nº 3093838

DECRETO Nº 084/2021

Renuncia de Conselheira Tutelar

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Municipal nº 0794/2014 de 12/05/2014.

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o pedido de Renuncia da Conselheira Tutelar MIRIÃ NATANI MACHADO PINHEIRO, a partir de 08/06/2021, nos termos do requerimento.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 08/06/2021.

Braço do Trombudo em 11 de Junho de 2021.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

EDITAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2021

Publicação Nº 3095632

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2021

NILDO MELMESTET, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso IX do art. 37 da CF/88, a Lei Orgânica Municipal, os Decretos Municipais nº 25/2020 e nº 26/2020, a Lei Complementar nº 08/1999, a Lei Complementar nº 107/2012; e

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede básica de saúde - para provimento de vaga no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde;

CONSIDERANDO que, no dia 3 de fevereiro de 2020, o Ministro da Saúde editou a Portaria n. 188, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e, em 17 de março de 2020, foi editada a Portaria Interministerial nº 5, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a "compulsoriedade das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública";

CONSIDERANDO que, no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO que o Presidente da República, em 18 de março de 2020, através da Mensagem n. 93, encaminhou requerimento de reconhecimento de calamidade pública com efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO a urgência em aumentar o quadro de Técnicos em Saúde para atender a demanda ocasionada pela Pandemia;

CONSIDERANDO a necessidade técnica e as estratégias de isolamento comunitário com a descentralização de alguns serviços básicos de saúde, onde exige o aumento do efetivo;

CONSIDERANDO a ausência de profissional fisioterapeuta em cargo efetivo, cujo processo de convocação encontra-se em andamento;

CONSIDERANDO o afastamento de enfermeira de suas funções em decorrência da pandemia do Coronavírus e período gestacional;

Torna público que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, VAGA TEMPORÁRIA PARA O QUADRO DA SAÚDE:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 O processo seletivo simplificado emergencial será regido pelo presente Edital, coordenado pela Secretaria da Saúde de Braço do Trombudo;

1.2 A seleção dos candidatos será publicada no portal online oficial do município, bem como nos murais da Prefeitura e Secretaria da Saúde, e consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada;

1.3 O processo seletivo simplificado emergencial destina-se à seleção de profissional para contratação temporária pelo período de até 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período de acordo com o interesse público;

1.4 O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação;

1.5 O Contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da administração pública; e

III - por iniciativa do contratado, por escrito, com 10 (dez) dias de antecedência.

2. DAS VAGAS

2.1 Será oferecida a seguinte vaga, respeitados os requisitos de comprovação presentes no item 3 deste edital:

Cargo	Habilitação/Escolaridade	Remuneração Mensal	Carga Horária	Vagas
Fisioterapeuta	Portador de certificado de conclusão de curso de ensino superior, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	R\$ 5.392,59	20 horas semanais	01

2.2 A vaga disponível terá lotação na Unidade Básica de Saúde, situada no centro da cidade e clínica de fisioterapia;

2.3 As atribuições do cargo encontram-se no anexo I do presente Edital.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão recebidas entre os dias 15.06.2021 a 17.06.2021, das 08h às 17h, nas dependências da Unidade de Saúde, Rua Leopoldo Joenck - 119, Centro de Braço do Trombudo/SC.

3.2 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item anterior munidos dos seguintes documentos, original e fotocópias:

3.2.1 Documentos pessoais (Cédula de Identidade e CPF);

3.2.2 Comprovação de escolaridade (DIPLOMA DE GRADUAÇÃO) e REGISTRO NO RESPECTIVO CONSELHO DA CLASSE;

3.2.3 Comprovação do tempo de serviço exercido na profissão de Fisioterapeuta;

3.2.3.1 Em função da pandemia os serviços presenciais estão limitados, podendo desta forma, o candidato apresentar atestados e declarações de tempo de serviço obtido de forma online.

3.3 As inscrições que não satisfizerem as exigências contidas neste Edital serão indeferidas.

4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 A classificação do Processo Seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada;

4.2 Para contagem de títulos e experiência comprovada na função serão considerados os descritos nos quadros abaixo:

TÍTULOS:

Graduação: 4,0 (quatro)

Especialização: 1,0 (um vírgula zero)

Mestrado: 2,0 (dois vírgula zero)

Doutorado: 3,0 (três vírgula zero)

EXPERIÊNCIA COMPROVADA:

De 06 meses até 12 meses: 1,0 (um vírgula zero)

De 12 meses até 30 meses: 1,5 (um vírgula cinco)

De 31 meses até 42 meses: 2,0 (dois vírgula zero)

De 43 meses até 60 meses: 2,5 (dois vírgula cinco)

De 61 meses até 72 meses: 3,0 (três vírgula zero)

Acima de 72 meses: 3.5 (três vírgula cinco)

4.3 Fica estabelecido o limite de 1 (um) curso de Especialização para fins da pontuação expressa no quadro acima.

4.4 Para fins de pontuação por experiência será considerado todo o período de experiência apresentado na função principal e especialidade, quando for o caso, sendo os períodos trabalhados de forma concomitante serão contabilizados uma única vez.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada;

5.2 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação serão utilizados os fatores de desempate na seguinte ordem:

- 1- Maior pontuação por experiência comprovada;
- 2 - Maior pontuação por títulos;
- 4 - Maior idade;
- 4 - Maior número de dependentes;

5.3 A classificação preliminar será publicada, no dia 18.06.2021, no portal online oficial do município, bem como nos murais da Prefeitura e Secretaria da Saúde, quando concluída a conferência e avaliação de toda a documentação de inscrição, após a data limite do item 3.1.

5.4 Após a publicação da Portaria de Classificação, os candidatos terão direito de recurso sobre o resultado final, nos termos do item 7 deste edital.

6. CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

6.1 São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- a) a nacionalidade brasileira ou visto de permanência;
- b) o gozo dos direitos políticos;
- c) a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- e) a idade mínima de 18 (dezoito);
- f) aptidão física e mental adequada ao exercício do cargo;
- g) habilitação específica para as funções atribuídas ao cargo.

6.2 Para a contratação o candidato deverá apresentar antecipadamente toda a documentação solicitada pelo setor de recursos humanos do município.

6.3 A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, impedirá a contratação do candidato e o mesmo será eliminado da lista de classificação.

6.4 Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados.

7. DOS RECURSOS

7.1 Da classificação preliminar, os candidatos poderão interpor recurso escrito, uma única vez, considerando o caráter emergencial da necessidade de contratação, o qual será recebido nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, Rua Leopoldo Joenck - 119, Centro de Braço do Trombudo/SC, ou, ainda, através do e-mail: saude@bracodotrombudo.sc.gov.br, no dia 21.06.2021;

7.2 O recurso deverá conter a perfeita identificação do recorrente e as razões do pedido recursal;

7.3 Será possibilitada vista de documentos apresentados pelo candidato na presença da Comissão, permitindo-se anotações.

7.4 Havendo a reconsideração da decisão classificatória, o nome do candidato passará a constar no rol de selecionados.

8. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

8.1 Ao contratado, através do presente Processo, aplicar-se-á o regime administrativo especial previsto na Lei Complementar nº 107/2012, de 11/04/2012 e suas alterações, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e serão segurados do Regime Geral da Previdência Social - INSS.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A homologação do resultado final será publicada no dia 22.06.2021 no portal online oficial do município, bem como nos murais da Prefeitura e Secretaria da Saúde, antes da chamada dos candidatos;

9.2 O não comparecimento dos chamados em até 48 (quarenta e oito) horas, em dias úteis, após o chamado caracterizará desistência;

9.3 A não observância dos prazos e a inexatidão das informações ou a constatação, mesmo que posterior, de irregularidades nos documentos, eliminarão o candidato do processo seletivo emergencial;

9.4 Os candidatos serão contratados em regime emergencial e temporário por prazo determinado, conforme item 1.3 do presente edital;

9.5 Os casos omissos deste Edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado;

9.6 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde que, julgando necessário, poderá submetê-los ao Prefeito;

9.7 Demais informações ou dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria Municipal de Saúde, Unidade Básica de Saúde, município de Braço do Trombudo /SC, ou pelo telefone (47) 3547-0481, em horário comercial.

Braço do Trombudo/SC, 11 de junho de 2021.

Nildo Melmestet
Prefeito Municipal

ANEXO I

ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

FISIOTERAPEUTA: Planejar, executar, acompanhar e controlar os serviços fisioterápicos promovendo atividades de assistência à saúde; tratamento de meningites, encefalites, doenças reumáticas, paralisias, sequelas de acidentes vascular-cerebrais e outros, empregando ginástica corretiva, cinesioterapia, eletroterapia e demais técnicas especiais de reeducação muscular, para obter o máximo de recuperação funcional dos órgãos e tecidos afetados; avaliar e reavaliar o estado de saúde de doentes e acidentados, realizando testes musculares, funcionais, de amplitude articular, de verificação de cinética e movimentação, de pesquisa de reflexos, provas de esforço, de sobrecarga e de atividades, para identificar o nível de capacidade funcional dos órgãos afetados; planejar e executar tratamentos de afecções reumáticas, osteoartroses, sequelas de acidentes vascular-cerebrais, poliomielite, meningite, encefalite, de traumatismos raquimedulares, de paralisias cerebrais, motoras, neurogenias e de nervos periféricos, miopatias e outros, utilizando-se de meios físicos especiais como cinesioterapia e hidroterapia, para reduzir no mínimo as consequências dessas doenças; atender amputados, preparando o coto e fazendo treinamento com prótese, para possibilitar sua movimentação ativa e independente; ensinar exercícios corretivos de coluna, defeitos dos pés, afecções dos aparelhos respiratórios e cardiovascular, orientando e treinando o paciente em exercícios ginásticos especiais, para promover correções de desvios de postura e estimular a expansão respiratória e a circulação sanguínea; fazer relaxamento, exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os de forma sistemática, para promover a descarga ou liberação da agressividade e estimular a sociabilidade; supervisionar e avaliar atividades do pessoal auxiliar de fisioterapia, orientando-os na execução de tarefas, para possibilitar a execução correta de exercícios físicos e a manipulação de aparelhos mais simples; assessora autoridades superiores em assuntos de fisioterapia, preparando informes, documentos e pareceres, para avaliação da política de saúde; emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados com a sua formação profissional; planejar e executar as políticas locais relacionadas com a sua formação profissional; executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL

EDITAL Nº 03/2021

Número de Inscrição:

Cargo Pretendido:

Nome do Candidato:

Nº RG: CPF:

Data de Nascimento:

Sexo: M () F ()

Estado Civil:

E- mail:

Escolaridade:

Endereço:

Município: Estado de Santa Catarina - SC

Telefone:

Declaro que concordo e aceito as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo Simplificado, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.

Local e Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do (a) Candidato (a)

EXTRATO COMPRA DIRETA Nº 4298/2021

Publicação Nº 3092804

EXTRATO COMPRA DIRETA Nº 4298/2021

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Alessandra Wanzuita Gioseli Burato

Cidade: Rio do Sul – SC

CNPJ: 10.935.946/0001-01

Objeto: Despesa referente a aquisição de serviço de impressão de material gráfico, através da Secretaria de Administração e Finanças do Município de Braço do Trombudo/SC

Valor: R\$ 1.412,55 (um mil e quatrocentos e doze reais e cinquenta e cinco centavos)

Data da autorização de fornecimento: 08/06/2021

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

EXTRATO COMPRA DIRETA Nº 4302/2021

Publicação Nº 3092972

EXTRATO COMPRA DIRETA Nº 4302/2021

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Danilo Barca Carrara Materiais Hidráulicos

Cidade: Londrina - PR

CNPJ: 22.245.660/0001-75

Objeto: Despesa referente a aquisição de cisterna de 1000 litros para ser utilizada na Escola Nucleada KM 15, através da Secretaria da Educação do Município de Braço do Trombudo/SC.

Valor: R\$ 2.390,00 (dois mil e trezentos e noventa reais)

Data da autorização de fornecimento: 08/06/2021

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 11/2021 FMAS

Publicação Nº 3095608

EXTRATO DE CONTRATO 10/2021 FMAS

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Braço do Trombudo

CNPJ 13.554.908/0001-99,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, nº 119, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: ESQUADRIAS DE ALUMÍNIO BRUSQUE INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA

CNPJ 73.379.026/0001-66

Rua do Cedro, Nº 989, Bairro Dom Joaquim,

Brusque - SC

Objeto: Aquisições de materiais diversos referente adequação do Lar de Idosos Recanto do Sossego do Município de Braço do Trombudo/SC, de acordo com a Portaria 369/2020 que dispõe acerca do atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, conforme orientação do Ministério da Saúde –MS para o enfrentamento do COVID-19.

Valor: R\$ 13.431,00 (treze mil, quatrocentos e trinta e um reais),

Vigência: de 11/06/2021 até 09/10/2021.

Data da assinatura: 11/06/2021

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 10/2021 FMAS

Publicação Nº 3095603

EXTRATO DE CONTRATO 10/2021 FMAS

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Braço do Trombudo

CNPJ 13.554.908/0001-99,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, nº 119, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: CARLOS ALBERTO DEMARCHI

CNPJ 86.949.922/0001-65

Rua Presidente Nereu, Nº 579, Sala bairro Centro,

Ituporanga - SC

Objeto: Aquisições de materiais diversos referente adequação do Lar de Idosos Recanto do Sossego do Município de Braço do Trombudo/SC, de acordo com a Portaria 369/2020 que dispõe acerca do atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, conforme orientação do Ministério da Saúde –MS para o enfrentamento do COVID-19.

Valor: R\$ 58.381,40

Vigência: de 11/06/2021 até 09/10/2021.

Data da assinatura: 11/06/2021

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 078/2021

Publicação N° 3093867

PORTARIA N° 078/2021

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Nildo Melmestet, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99, etc.

RESOLVE:

Art.1º Nomear ANDERSON RAFAEL ANTULINI, para exercer o cargo de FISIOTERAPEUTA, por ter sido aprovado em Concurso Público nº 02/2019, com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 11.06.2021.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 11 de Junho de 2021.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2021

Publicação Nº 3090367

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 9/2021

Número do Registro de Preços: 9/2021 Data do Registro: 12/03/2021 Válido até: 12/03/2022
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventuais aquisições de GLP para as diversas secretarias do município de Braco do Trombudo/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	LIQUIGAS	0	85,0000	1
2	Recarga de gás (GLP) para cilindro de 45kg (8548)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	LIQUIGAS	0	350,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 9/2021

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 9/2021 Data do Registro: 12/03/2021 Válido até: 12/03/2022

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventuais aquisições de GLP para as diversas secretarias do município de Braco do Trombudo/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Botijão de gás para carga de 13 kg vazia. (21449)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	LIQUIGAS	0	135,0000	1

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021

Publicação Nº 3090371

Página: 1/7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2021

Número do Registro de Preços: 10/2021		Data do Registro: 12/03/2021		Válido até: 12/03/2022		Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee break, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braco do Trombudo/SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pão caseiro alvim fatiado, com peso aproximado 500gr, fresco dia entrega. (22578)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	6,0000	1
2	Orelha de gato, doce polvilhado no açúcar e canela, macio fresco, feito no dia da entrega. (22579)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	18,2000	1
3	Bolacha tipo caseira, nos sabores de polvilho e coco. Sendo fresco dia entrega. (22580)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	24,9000	1
4	Rosca de polvilho redonda, peso aproximado de 400gr a 500gr. Fresco, macio, feito no dia da entrega. (22581)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	6,5000	1
5	Bolo de bolacha tipo wafer, polvilhado no açúcar e canela. Fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. (13479)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	1,8000	1
6	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande no sabor de chocolate ou laranja, fresco dia entrega. (22582)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	20,0000	1
7	Pão francês, unidade de 50gr. Sendo fresco, macio, feito no dia da entrega (22583)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	9,5000	1
8	Sanduíche com pão francês (50gr), queijo, presunto cozido e maionese. Feitos no dia da entrega. Embalado com plástico atóxico individualmente. (22584)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	3,2000	1
9	Sorrito com recheio de brigadeiro, com peso aproximado de 100gr a 120gr, frito no dia da entrega, macio, polvilhado no açúcar e canela, feito dia entrega. (22585)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	3,5000	1
10	Massinha com recheio creme e fatia, peso aproximado de 100gr, sendo fresco, macio, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. (22586)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	2,4500	1
11	Mini cachorro quente (mini pão francês (25gr), com molho de tomate, salpicão picado, milho e ervilha. Embalado com plástico atóxico individualmente. (22587)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	3,1000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2021

Página: 2/7

Número do Registro de Preços: 10/2021		Data do Registro: 12/03/2021		Válido até: 12/03/2022		Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee break, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braco do Trombudo/SC	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Pão integral fatiado, sendo fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. (22588)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	7,0000	1
13	Cuca integral, macia, fresca, sem sujidades, nos sabores (farofa, banana com farofa, maçã e farofa, abacaxi com farofa, uva passas com farofa). (22589)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	18,1500	1
14	Cuca caseira de banana com farofa, macia, fresca, sem sujidade, peso aproximado de 1kg. (22590)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	17,2500	1
15	Cuca caseira de queijo branco, fresca, peso aproximado de 1kg (22591)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	17,2500	1
16	Cuca caseira de amendoim e nata, macia, fresca, peso aproximado de 1 kg. (22592)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	17,2500	1
17	Cuca caseira de nata e coco, macia, fresca, peso aproximado de 1 kg. (22593)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	17,2500	1
18	Pão de queijo, peso aproximado 50 a 60 gr, fresco, sem presença de sujidade, feitos no dia da entrega. (22594)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	26,9000	1
19	Mini pastel, recheado de frango, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (22595)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	1,2000	1
20	Mini pastel, recheado de carne, massa sequinha, sem sujidade. Feitos 1 hora antes da entrega. (22596)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	1,2000	1
21	Sanduche de pão francês (50gr) fresco, (queijo prato, presunto, alface, tomate, maionese industrializada). Embalado com plástico atóxico individualmente. (22597)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	3,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2021

Página: 3/7

Número do Registro de Preços: 10/2021		Data do Registro: 12/03/2021		Válido até: 12/03/2022			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee break, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braço do Trombudo/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	Sanduíche com pão pulmann com pickles (duas fatias de pão, presunto, queijo, maionese, pepino e cenoura), fresco no dia entrega. Embalado com plástico atóxico individualmente. (22598)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	4,1500	1
23	Enrolado misto (salsicha) (22599)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	3,9000	1
24	Enrolado misto (queijo e presunto) (22600)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	3,9000	1
25	Salada de fruta (banana, mamão, melancia, maçã e uva), peso aproximado de 125 a 150 gr, servido em pote plástico descartável e acompanhado de colher descartável. (22601)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	4,1000	1
26	Mini risoles recheado com carne moída, fresco dia entrega (22602)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	1,1000	1
27	Mini risoles recheado com carne frango, fresco dia entrega (22603)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	1,1000	1
28	Mini risoles recheado com queijo e palmito, fresco dia entrega (22604)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	1,1300	1
29	Sanduíches em mini pão francês (25gr) fresco, com queijo, presunto, tomate, alface. Feitos no dia da entrega e embalados individualmente. (22605)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	3,4000	1
30	Bolo de cenoura com cobertura de chocolate, fresco (22607)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	19,8000	1
31	Bolo nega maluca, com cobertura de chocolate, fresco (22606)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	19,8000	1
32	Fatias de pão de sanduíche, cortada diagonal, com cobertura de patê frango (22608)	fatia	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	2,8000	1
33	Fatias de pão de sanduíche, cortada diagonal, com cobertura de pickles (22609)	fatia	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	2,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2021

Página: 4/7

Número do Registro de Preços: 10/2021 Data do Registro: 12/03/2021 Válido até: 12/03/2022						
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee break, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braco do Trombudo/SC						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
34	Garrafas de refrigerante embalagem pet 2 litros, diversos sabores:cola, limão, guaraná e laranja. (22610)	LT	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAC	0	6,8000
35	Suco néctar de frutas pronto para beber diversos sabores (uva, morango, laranja, maracujá e abacaxi) (22611)	LT	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAC	0	8,3000
36	Café pronto adoçado com açúcar e com leite (22612)	LT	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAC	0	6,0500
37	Café pronto sem açúcar com leite (22613)	LT	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAC	0	5,2500
38	Café pronto sem açúcar preto (22615)	LT	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAC	0	5,2500
39	Café pronto com açúcar preto (22614)	LT	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAC	0	5,2500
40	Bolo mármole, fresco com aproximadamente 1 kg (22616)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAC	0	20,9000
41	Bolo formigueiro, fresco com peso aproximado de 1 kg (22617)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAC	0	20,9000
42	Sanduíche com 2 fatias de pão (pão pullmann, queijo prato, alface, tomate e maionese). (22618)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAC	0	4,1500
43	Sanduíche natural com 2 fatias de pão (pão pullmann, frango desfiado, queijo prato, alface, tomate e maionese). (22619)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAC	0	4,5500
44	Empada palmito com queijo assado, peso aproximado de 60 a 80 gr. (22620)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAC	0	1,8000
45	Empada carne moída assada, peso aproximado de 60 a 80 gr. (22621)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAC	0	1,5000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2021

Página: 5/7

Número do Registro de Preços: 10/2021		Data do Registro: 12/03/2021		Válido até: 12/03/2022		Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee breack, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braço do Trombudo/SC		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
46	Empada carne frango esfiado com azeitonas assada, peso aproximado de 60 a 80 gr. (22622)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	1,5000	1	
47	Mini pizza sabores (frango, calabresa, bacon e carne), peso aproximado de 60 a 80 gr (22623)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	2,2000	1	
48	Touchinho do céu fresco, peso aproximado de 1 kg. (22624)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	18,5000	1	
49	Biscoito finos sabor amantigados (22625)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	28,9000	1	
50	Biscoitos finos sabor coco c/aranjua (22626)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	28,9000	1	
51	Biscoitos finos com recheio de goiabada (22627)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	28,9000	1	
52	Bolacha de natal pintada (22628)	KG	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	28,9000	1	
53	Torta de frango esfiado, com queijo mussarela e requeijão, fresco feito no dia entrega, com peso aproximado de 4 a 4,5 kg (22629)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	87,7000	1	
54	Torta de carne, com queijo mussarela e requeijão, fresco no dia da entrega, com peso aproximado de 4 a 4,5 kg. (22630)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	87,7000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 10/2021

Página: 6/7

Número do Registro de Preços: 10/2021		Data do Registro: 12/03/2021		Válido até: 12/03/2022			
Objeto da Compra:		Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee break, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braço do Trombudo/SC					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	Torta de legumes, com queijo mussarela e requeijão, fresco no dia da entrega com peso aproximado de 4 a 4,5 gr. (22631)	UND	ELZITA BAADE - 75302730944 (9108)	CONF AMIZAL	0	83,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2021

Número do Registro de Preços: 10/2021		Data do Registro: 12/03/2021		Válido até: 12/03/2022			
Objeto da Compra: Registro de Preço para eventual aquisição de gêneros alimentícios para coffee break, para atender os cursos com grupos, assessoramentos, palestras, reuniões e outros eventos organizados pelas Secretarias do Município de Braço do Trombudo/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021

PROCESSO Nº 26/2021

(9108) - ELZITA BAADE - 75302730944

Braço do Trombudo, 12 de Março de 2021.

DECRETO Nº 78/2021

Publicação Nº 3092373

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL BRAÇO DO TROMBUDO**

C.N.P.J.: 95.952.230/0001-67

Município: BRAÇO DO TROMBUDO

DECRETO Nº 78/2021, de 2 de Junho de 2021.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BRAÇO DO TROMBUDO e autorização contida na Lei Municipal nº 955/2020, de 21 de Outubro de 2020.

DECRETA:**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 100.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08.000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA

08.001 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

08.001.20.606.8.2074-4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente de:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)

R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 2 de Junho de 2021.**

Nildo Mesmestet
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 79/2021

Publicação Nº 3092378

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL BRAÇO DO TROMBUDO**

C.N.P.J.: 95.952.230/0001-67

Município: BRAÇO DO TROMBUDO

DECRETO Nº 79/2021, de 8 de Junho de 2021.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BRAÇO DO TROMBUDO e autorização contida na Lei Municipal nº 955/2020, de 21 de Outubro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.500,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07.000 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

07.001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS DO PERÍMETRO URBANO

07.001.6.181.4.2073-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

R\$ 2.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)

R\$ 2.500,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de Junho de 2021.

Nildo Mesmestet
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 80/2021

Publicação Nº 3092379

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL BRAÇO DO TROMBUDO**

C.N.P.J.: 95.952.230/0001-67

Município: BRAÇO DO TROMBUDO

DECRETO Nº 80/2021, de 8 de Junho de 2021.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BRAÇO DO TROMBUDO e autorização contida na Lei Municipal nº 955/2020, de 21 de Outubro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 14.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03.000 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.004 - DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO

03.004.17.512.7.2023-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

R\$ 14.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)

R\$ 14.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de Junho de 2021.

Nildo Mesmestet
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 81/2021

Publicação Nº 3092380



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL BRAÇO DO TROMBUDO
C.N.P.J.: 95.952.230/0001-67
Município: BRAÇO DO TROMBUDO

DECRETO Nº 81/2021, de 8 de Junho de 2021.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BRAÇO DO TROMBUDO e autorização contida na Lei Municipal nº 955/2020, de 21 de Outubro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 50.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03.000 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.004 - DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO

03.004.17.512.7.2023-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)

R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de Junho de 2021.

Nildo Mesmestet
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 82/2021

Publicação Nº 3093149



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL BRAÇO DO TROMBUDO
C.N.P.J.: 95.952.230/0001-67
Município: BRAÇO DO TROMBUDO

DECRETO Nº 82/2021, de 8 de Junho de 2021.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de BRAÇO DO TROMBUDO e autorização contida na Lei Municipal nº 955/2020, de 21 de Outubro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 38.429,17, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03.000 - SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.001.4.122.3.2006-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

R\$ 38.429,17

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)

R\$ 38.429,17

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de Junho de 2021.

Nildo Mesmestet
PREFEITO MUNICIPAL

Brunópolis

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DE EDITAL PROCESSO 21-2021

Publicação Nº 3095553

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 256FEBE4D83E1115ECE34893AB1E1DC303B7DD52



Estado de Santa Catarina
Município de Brunópolis

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2021 RETIFICAÇÃO Nº 01 DO EDITAL DE PREGÃO Nº 13/2021

Contratação de Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos.

O Município de Brunópolis, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Selmo Heck, nº 2405, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000, inscrita no CNPJ sob o nº 01.613.853/0001-61, através do seu Prefeito Municipal, Exmo. Senhor Volcir Canuto, **TORNA PÚBLICO** a presente **RETIFICAÇÃO** do Edital de Pregão 13/2021, conforme a seguir:

Art. 1º Acrescenta-se no CAPÍTULO VI - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO ART. 14º inciso § 2º o seguinte item:

VI – Apresentação de prova de inscrição estadual ou municipal dos licitantes, conforme prescreve o art. 29, inciso I e II da Lei nº 8.666/93.

Art. 2º Altera-se no CAPÍTULO VI - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO ART. 14º § 3º inciso II Alínea b: passa a vigorar com a seguinte redação:

b - Certidão de acervo técnico ou atestado devidamente registrado no Conselho Regional, comprovando que a empresa proponente tenha executado serviços de características compatíveis com o objeto desta licitação **não superior a 50%**

Art. 3º Fica acrescido ao art. 14 § 3º o inciso VI:

VI - Apresentação de Licença Sanitária Municipal e/ou Estadual.

Art. 4º Fica alterado o ART. 4º do Capítulo III, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO III - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

Art. 4º - O recebimento dos envelopes nº 01 – Proposta Comercial e nº 02 – Documentação, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às **14h00min do dia 23 de junho de 2021**, a serem entregues no Setor de Compras desta Prefeitura, situado no endereço retro mencionado.

Art.5º - O inciso V do §3º do art.14, **passa a vigorar com a seguinte redação: apresentar declaração de vistoria do local dos serviços a serem prestados.**

Art. 6º Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Edital do Pregão 13/2021.

Brunópolis/SC, 11 de junho de 2021.

Volcir Canuto
Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

EDITAL Nº 004-2021- ANULAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 004 -2021-SAMAE

Publicação Nº 3095550

DESPACHO DE ANULAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2021

Despacho do Diretor Presidente:

Considerando as orientações da Chefia de Gabinete do Prefeito Municipal pela suspensão do Edital 004/2021;

Considerando questionamentos existentes frente ao Ministério Público, em especial quanto à impossibilidade de inscrição por meio eletrônico;

Considerando a iminência da abertura do prazo de inscrição para o próximo dia útil, em 14/06/2021;

Após a reanálise de todos os fatores que envolvem o processo em pauta, determino o CANCELAMENTO do edital n.º 004/2021, bem como, a imediata publicação deste ato.

Brusque/SC, 11 de junho de 2021.

Luciano Camargo

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

EXTRATO CONTRATO Nº 023-2021-FMS

Publicação Nº 3095544

EXTRATO CONTRATO Nº 023-2021-FMS

ESPÉCIE: Contrato nº 023/2021, entre o Município de Brusque e HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX CNPJ sob nº 82.986.985/0001-30 Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÕES EM CLÍNICA MÉDICA, PEDIÁTRICA, OBSTÉTRICA E CIRÚRGICA, PROCEDIMENTOS RELACIONADOS À URGÊNCIA E EMERGÊNCIA / BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA (BAU), SERVIÇO DE AUXÍLIO AO DIAGNÓSTICO E TERAPIA (SADT), PROCEDIMENTOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA, CONSULTAS MÉDICAS, SADT AMBULATORIAL, ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM ORTOPEDIA, PLANTÃO E SOBREAVISO, CIRURGIAS ELETIVAS E SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO (SVO), COM EMISSÃO DA DECLARAÇÃO DE ÓBITO, PARA OS CASOS DE MORTE EM DOMICÍLIO, SEM ASSISTÊNCIA MÉDICA. Inexigibilidade nº 004/2021 VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Osvaldo Quirino de Souza e Pe. Nélio Roberto Schwanke.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023-2021- INEXIGIBILIDADE Nº 004-2021- HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Publicação Nº 3095555

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 682A2259CF5AA73FE2BA0F5F98244A1239773CBE

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório nº 023/2021

Inexigibilidade de Licitação nº 042/2021

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÕES EM CLÍNICA MÉDICA, PEDIÁTRICA, OBSTÉTRICA E CIRÚRGICA, PROCEDIMENTOS RELACIONADOS À URGÊNCIA E EMERGÊNCIA / BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA (BAU), SERVIÇO DE AUXÍLIO AO DIAGNÓSTICO E TERAPIA (SADT), PROCEDIMENTOS DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA, CONSULTAS MÉDICAS, SADT AMBULATORIAL, ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM ORTOPEDIA, PLANTÃO E SOBREAVISO, CIRURGIAS ELETIVAS E SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO (SVO), COM EMISSÃO DA DECLARAÇÃO DE ÓBITO, PARA OS CASOS DE MORTE EM DOMICÍLIO, SEM ASSISTÊNCIA MÉDICA.

Código: 3262 chave TCE: 682A2259CF5AA73FE2BA0F5F98244A1239773CBE

O Secretário de Saúde no uso de suas atribuições legais, conforme Lei 10.520/2002, DECIDE: HOMOLOGAR E ADJUDICAR o processo licitatório supracitado, onde sagrou-se vencedora a(s) Empresa(s) que apresentou(aram) a(s) proposta(s) mais vantajosa(s), nos termos da Ata de Licitação.

DETERMINAR a adoção de medidas cabíveis para a contratação da(s) Empresa(s): HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX. Brusque, 11 de junho de 2021. OSVALDO QUIRINO DE SOUZA. Secretário de Saúde.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 065-2021-PREGÃO N° 042-2021-HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Publicação N° 3095558

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C2FE4247B06BD512C7AAABC23ED7B09BD72A89F7

EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório n° 065/2021

Pregão Presencial n° 042/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE CARIMBOS, REFIL, RESINA, CONTROLES, CÓPIAS DE CHAVES, FECHADURAS E CILINDRO.

Código: 3261 chave TCE:C2FE4247B06BD512C7AAABC23ED7B09BD72A89F7

A Secretária de Orçamento, Finanças e Patrimônio no uso de suas atribuições legais, conforme Lei 10.520/2002, DECIDE: HOMOLOGAR E ADJUDICAR o processo licitatório supracitado, onde sagrou-se vencedora a(s) Empresa(s) que apresentou(aram) a(s) proposta(s) mais vantajosa(s), nos termos da Ata de Licitação.

DETERMINAR a adoção de medidas cabíveis para a contratação da(s) Empresa(s): DEMIRIO BARTH. Brusque, 11 de junho de 2021. EDENA BEATRIS CENSI. Secretária de Orçamento, Finanças e Patrimônio.

PORTARIA N° 1461-2021

Publicação N° 3095567

Portaria n° 1461/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria n° 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto n° 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
711470	1	GERALDO FARIA	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	14/06/2021	03/07/2021	20

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Junho de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA N° 1462-2021

Publicação N° 3095569

PORTARIA N° 1462/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria n° 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto n° 8.818/2021;

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de DENTISTA, por motivo de Aposentadoria.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de DENTISTA, nos termos do inciso IV do art. 41 da lei complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pela servidora MARISE CLEONICE BORTOLUZZI SANTOS, matrícula n. 5487-0, por motivo de Aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de junho de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de junho de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1463-2021

Publicação Nº 3095570

PORTARIA Nº 1463/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.818/2021;

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por motivo de Aposentadoria.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, nos termos do inciso IV do art. 41 da lei complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pela servidora CARMEN LUCIA CABRAL ALESSIO, matrícula n. 313432-7, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de junho de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de junho de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1464-2021

Publicação Nº 3095571

PORTARIA Nº 1464/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.818/2021;

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, por motivo de Aposentadoria.

RESOLVE:

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, nos termos do inciso IV do art. 41 da lei complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pela servidora NAIR TERESINHA DELL AGNOLO, matrícula n. 16586-1, por motivo de Aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de junho de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de junho de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

WILLIAM FERNANDES MOLINA

Secretário de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1465-2021

Publicação Nº 3095572

Portaria nº 1465/2021

O Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica, designado através da Portaria nº 13.579/2021, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, III, e c/c com o Decreto nº 8.818/2021.

RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
756563	1	RAFAEL KNISS	Secretaria Municipal de Infraestrutura Estratégica	24/05/2021	02/06/2021	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 24/05/2021, revogando-se as disposições

em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Junho de 2021.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretário Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 165-2021-SAMAE

Publicação Nº 3095564

PORTARIA Nº 165/2021

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando que o SAMAE é uma autarquia municipal criada pela Lei 183/1965 alterada pela Lei nº 1970/1994, sendo responsável pelo serviço essencial de captação, tratamento e distribuição de água potável aos munícipes,

Considerando que o tratamento e distribuição de água é considerado serviço essencial nos termos do art. 10, inciso I da Lei Federal 7.783/1989, e assim sendo, não podendo ter suas atividades comprometidas ou paralisadas pela falta de profissionais;

Considerando a necessidade mão de obra para executar serviços de consertos e colocação de redes de água e ligações de água, sendo que não há aprovados em concurso público que possam ser aproveitados, as vagas necessitam ser completadas através do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 002/2020 de 30/06/2020;

Considerando que as contratações temporárias nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal estão incluídas na ressalva do art. 8º inciso IV da Lei Complementar 173/2020, que versa sobre as contratações em situações de calamidade pública, a qual estamos vivendo no presente momento;

Considerando que as contratações temporárias do presente processo seletivo se dão para assegurar a prestação de serviços essenciais, em razão de afastamento, dispensa, demissão, aposentadoria ou falecimento, bem como da inexistência de pessoal concursado, cuja ausência possa prejudicar os serviços devidos à população de acordo com a Lei nº 2.174/97, art. 1º, inciso V;

RESOLVE

Art. 1.º Admitir pelo período de 14/06/2021 à 13/06/2022, a contratação temporária oriunda do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 002/2020, conforme classificação:

Em 17º lugar, para a função de Agente de Obras: THIAGO CRISTOVÃO AZZOLINI MOTTA;

Art. 2.º Esta Portaria, entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 14/06/2021, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 11 de junho de 2021.
LUCIANO CAMARGO
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 166-2021-SAMAE

Publicação Nº 3095566

PORTARIA Nº 166/2021

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, e:

Considerando que o SAMAE é uma autarquia municipal criada pela Lei 183/1965 alterada pela Lei nº 1970/1994, sendo responsável pelo serviço essencial de captação, tratamento e distribuição de água potável aos munícipes,

Considerando que o tratamento e distribuição de água é considerado serviço essencial nos termos do art. 10, inciso I da Lei Federal 7.783/1989, e assim sendo, não podendo ter suas atividades comprometidas ou paralisadas pela falta de profissionais;

Considerando a necessidade mão de obra para executar serviços de consertos e colocação de redes de água e ligações de água, sendo que não há aprovados em concurso público que possam ser aproveitados, as vagas necessitam ser completadas através do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 002/2020 de 30/06/2020;

Considerando que as contratações temporárias nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal estão incluídas na ressalva do art. 8º

inciso IV da Lei Complementar 173/2020, que versa sobre as contratações em situações de calamidade pública, a qual estamos vivendo no presente momento;

Considerando que as contratações temporárias do presente processo seletivo se dão para assegurar a prestação de serviços essenciais, em razão de afastamento, dispensa, demissão, aposentadoria ou falecimento, bem como da inexistência de pessoal concursado, cuja ausência possa prejudicar os serviços devidos à população de acordo com a Lei nº 2.174/97, art. 1º, inciso V;

RESOLVE

Art. 1.º Admitir pelo período de 14/06/2021 à 13/06/2022, a contratação temporária oriunda do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 002/2020, conforme classificação:

Em 21º lugar, para a função de Agente de Obras: SIDNEY LEANDRO DA CUNHA;

Art. 2.º Esta Portaria, entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 14/06/2021, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 11 de junho de 2021.

LUCIANO CAMARGO
Diretor Presidente

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031-2021- HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-SAMAE

Publicação Nº 3095552

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A727949BC70379FDABEF37CEEA871122CDA45510
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO PL 031/2021

Despacho do Diretor:

Face ao constante dos autos, referente ao Processo Licitatório 031/2021, referente à modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor por lote, homologo o procedimento licitatório, com fundamento no inciso VI do artigo 43 da Lei nº 8.666/93 e incisos XXI e XXII do artigo 4º da Lei nº. 10.520/02.

Registrado no TCE/SC com a chave: A727949BC70379FDABEF37CEEA871122CDA45510

Adjudicando a empresa: Coelho Compressores Ltda ME, para os lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12; pelo critério de menor preço por lote.

Brusque, 14 de junho de 2021.

Luciano Camargo
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2021 – INEXIGIBILIDADE Nº 08/2021

Publicação Nº 3093088

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 66/2021 – INEXIGIBILIDADE Nº 08/2021 – PREFEITURA

EDITAL: INEXIGIBILIDADE Nº 08/2021
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MUNIÇÕES NÃO LETAIS E ACESSÓRIOS PARA TREINAMENTO E APARELHAMENTO DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC.

CONTRATADO: CONDOR S/A INDÚSTRIA QUÍMICA;
VALOR PREVISTO: R\$ 15.471,58 (Quinze mil quatrocentos e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos).

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195 e no site caca-dor.sc.gov.br no ícone licitações – Inexigibilidade, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 11 de maio de 2021.
SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 9.483

Publicação Nº 3095459

DECRETO Nº 9.483, de 11 de junho de 2021
Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, Incisos I, II, III, da Lei nº 3.642, de 22 de dezembro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2021,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) na seguinte dotação do Orçamento Geral do Município de Caçador:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO
2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
20.606.26.2.70 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
3.3.90.00.00 – 0.1.00 - Aplicações Diretas (160) R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º fica anulada parcialmente a dotação a seguir especificada, do Orçamento vigente do Município de Caçador:

2000 - CHEFIA DO EXECUTIVO
2007 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE
18.541.24.1.19 – PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS
3.3.90.00.00 – 0.1.00 - Aplicações Diretas (152) R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de junho de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO Nº 9.484

Publicação Nº 3095465

DECRETO Nº 9.484, de 11 junho de 2021.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, Incisos I, II, III, da Lei nº 3.642, de 22 de dezembro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2021,

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Caçador, na importância de R\$ 13.383.626,65 (treze milhões, trezentos e oitenta e três mil, seiscentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2001 – GABINETE DO PREFEITO

01.122.2.2.2 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

4.4.90.00.00 – 0.1.34 – Aplicações Diretas (14) R\$ 13.383.626,65

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do Termo de Compromisso Nº 08/2020, Fontes de Recursos TCE - 0.1.34 – Recursos de Transferências de Convênios da União – Outros, no valor de R\$ 13.383.626,65 (treze milhões, trezentos e oitenta e três mil, seiscentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos), Celebrado entre a União, por Intermédio do Ministério da Infraestrutura – MInfra, e o Município de Caçador SC, para Realização de Investimento no Aeroporto Carlos Alberto da Costa Neves – Caçador - SC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 junho de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA Nº 34.806

Publicação Nº 3095688

PORTARIA Nº 34.806, de 26 de maio de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público nº 01/2020, homologado pelo Decreto nº 9.342, de 12 de abril de 2021,

CONSIDERANDO o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR TIAGO ALCIDES SCHEMATTO para exercer a função de Motorista, referência 10, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal da Saúde, no período de 26/05/2021 à 22/12/2021, em vaga vinculada ao Servidor André Leonardo Mazotti que encontra-se em gozo de banco de horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de maio de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.860 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Publicação Nº 3093712

PORTARIA Nº 34.860, de 2 de junho de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e ainda, na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Caçador e dispõe sobre as medidas para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de aprovados no Processo Seletivo nº 01/2020 e o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR os profissionais a seguir relacionados para o preenchimento de função em caráter temporário na Secretaria Municipal da Saúde, especificando nome, função, carga horária semanal e data de início da contratação, conforme segue:

Nome	Função	Carga Horária	A contar de
Caroline Padilha Cordeiro Gonsalves	Enfermeiro	35 h	01/06/2021
Jussara Aparecida Santos Almeida	Enfermeiro	35 h	01/06/2021
Ivanir Terezinha Kuntz	Enfermeiro ESF	40 h	01/06/2021
Daniel Antonio de Moura	Técnico em Enfermagem	35 h	01/06/2021
Eloir Fogues	Técnico em Enfermagem	35 h	01/06/2021
Giosane Moreira de Almeida	Técnico em Enfermagem	35 h	01/06/2021
Jaison Leonardo França	Técnico em Enfermagem	35 h	01/06/2021
Suelen Aparecida Mendes de Oliveira	Técnico em Enfermagem	35 h	03/06/2021
Suzana Aparecida Gonçalves	Técnico em Enfermagem	35 h	01/06/2021
Tatiane Lemos de Castilho	Técnico em Enfermagem	35 h	01/06/2021
Valeria Cordeiro Salomão	Técnico em Enfermagem	35 h	01/06/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 2 de junho de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 34.875

Publicação Nº 3095689

PORTARIA Nº 34.875, de 7 de junho de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os servidores do magistério público municipal e dá outras providências, e na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR os profissionais aprovados em Processo Seletivo Público para o preenchimento de funções em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, conforme o Edital SME nº 002/2018, especificando nome, função, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período	Pagamento
Beatriz Macedo Olsen	Professor de Educação Infantil	1/A	40	CMEI Marinei Lopes	VV Andressa de Fátima De Bastiani, Lic Trat Saúde	05/05/2021 a 26/06/2021	20% regência Habilitada

Cristiane dos Santos Marchesan	Professor de Ensino Fundamental I (NOA) Projeto Novas Oportunidades de Aprendizagem	1/A	40	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Transitória	03/05/2021 a 20/12/2021	20% regência Habilitada
Eliane Aparecida Rosa	Auxiliar de Biblioteca	1/A	40	EMEB Pe. José Chamot	Vaga Excedente	17/05/2021 a 20/12/2021	--- Não habilitada
Eliziane de Fátima Vidal	Professor de Educação Infantil	1/A	40	EMEB Marcos Olsen	VV Margara Cassol de Almeida Aimi, Lic Trat Saúde	03/05/2021 a 21/06/2021	20% regência Habilitado
Ivone Aparecida da Silva	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Hilda Grane-mann de Sousa	Vaga Excedente	03/05/2021 a 20/12/2021	20% regência Habilitada
Julya Meireles da Silva	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	30	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	VV Cláudia de Sousa, Lic Prêmio	17/05/2021 a 13/09/2021	20% regência Não Habilitada
Marcele Rodrigues dos Santos	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Ir Venâncio José	VV Adriana Marlisa Campos (Lic Trat de Saúde)	17/05/2021 a 28/05/2021	20% regência Não Habilitada
Soleni Keli Vieira	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	VV Shirlei Bigarella SAbini, Lic Trat Saúde	03/05/2021 a 14/06/2021	20% regência Não Habilitada
Thaís Rocha	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Henrique Júlio Berger	VV Adeline Ferrasso, Lic Trat Saúde	03/05/2021 a 08/06/2021	20% regência Não Habilitada

Art. 2º CONTRATAR os profissionais a seguir relacionados para o preenchimento de funções em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, especificando nome, função, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Atuação	Razão	Período	Pagamento
Daniela Domingos Lemes Domingues	Fonoaudióloga	R/37	35	Secretaria Municipal de Educação- para atuar no Projeto Guarda Bem	Vaga Transitória	10/05/2021 a 20/12/2021	-
Eliana Maria Teles de Souza	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	20	EMEB Tabajara	VV Fabiana Rodrigues Moschetti, direção	17/05/2021 a 20/12/2021	10% Função de Incentivo
Juliana Velasques Ferreira	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	20	EMEB Alto Bonito	VV Aline de Lima Rocha (Lic sem ônus)	03/05/2021 a 20/12/2021	10% Função de Incentivo Habilitada
Neiva Eliana de Oliveira	Professor de Sala de Recursos Multifuncionais	1/A	40	EMEB Pierina Santin Perret	VV Graziela Bender, PMC	24/05/2021 a 20/12/2021	20% regência Habilitado

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 7 de junho de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 34.876

Publicação Nº 3095690

PORTARIA Nº 34.876, de 7 de junho de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com o art. 11 do Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, e ainda o art. 5º do Decreto nº 8.658, de 13 de abril de 2020,

CONSIDERANDO os atestados médicos decorrentes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) apresentados no Departamento de Pessoal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER afastamento do trabalho as Servidoras abaixo relacionadas, especificando código, nome, cargo, escola de atuação e período de afastamento, conforme segue:

CÓDIGO	NOME	LOCAL DE TRABALHO	CARGO	CH	CAUSA	A contar
8636,14165	Daniele Jociane Fortunato	EMEB Morada do Sol	Professor de Educação Infantil	40h	Gestante	23/05/2021

10825	Kerolyn Cristina Coronado	CMEI Marinei Lopes	Auxiliar de Creche e Berçário	40h	HAS(CID 10) Asma , Obesidade, Fibrimialgia	19/05/2021
14144	Aline Grazielle Gruchowski	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	Professor de Ensino Funda- mental II	30h	Gestante	07/05/2021
16418	Francine de Matias	EMEB Esperança	Professor de Recursos Multi- funcionais	40h	Gestante	26/05/2021
16658	Naiara Cavalett do Nasci- mento	EMEB Irmão Venâncio José EMEB Morada do Sol	Especialista em Assuntos Educacionais	40h	Gestante	05/05/2021
16777	Bruna kuntz	EMEB Ulysses Guima- rães	Professor de Ensino Funda- mental II	40h	Gestante	06/05/2021
16795	Julia Maria de Souza Czerniak de Lima	CMEI Elmar Pereira Rosa	Professor de Educação Infantil	40h	Gestante	20/05/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 7 de junho de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL. Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 34.880

Publicação Nº 3095691

PORTARIA Nº 34.880, de 7 de junho de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato em caráter temporário das profissionais abaixo relacionadas, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, local de lotação e data da rescisão, conforme segue:

CÓD	NOME	CARGO	LOCAL	A CONTAR DE
16987	Naiara Cavalett do Nascimento	Professor de Ensino Fundamental I (NOA)	EMEB Esperança	04/05/2021
16999	Salete Schissel Ferreira	Professor de Ensino Fundamental I (NOA)	EMEB Ulysses Guimarães	28/05/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 7 de junho de 2021.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.
Lenira de Cácia Carneiro Ruppel – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 34.886

Publicação Nº 3095693

PORTARIA Nº 34.886, de 8 de junho de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, § 2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496 de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER conversão em dinheiro de 1/3 (um terço), que corresponde a 10 (dez) dias de férias, ao Servidor abaixo relacionado, em exercício na Secretaria de Administração, especificando código, nome, cargo, período aquisitivo e mês de pagamento, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Mês de Pagamento
2497	Vilmar Goes	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	01/01/2018 a 31/12/2018	Maio

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, 8 de junho de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Cleony Lopes Barboza Figur – SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 34.887

Publicação Nº 3095694

PORTARIA Nº 34.887, de 10 de junho de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e ainda na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de aprovados no Processo Seletivo nº 01/2020 e o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR CARLOS MEIRELES DA SILVA para exercer o cargo de Técnico em Contabilidade, referência 30, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Fazenda, no período de 10/06/2021 à 05/09/2021, em vaga vinculada da Servidora Claudia Cristina de Quadros que encontra-se afastada em licença maternidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de junho de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA Nº 34.889 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Publicação Nº 3093714

PORTARIA Nº 34.889, de 10 de junho de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e ainda, na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Caçador e dispõe sobre as medidas para prevenção e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de aprovados no Processo Seletivo nº 01/2020 e o caráter emergencial para atuação em reforço ao efetivo da pasta,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a profissional a seguir relacionada para o preenchimento de função em caráter temporário na Secretaria Municipal da Saúde, especificando nome, função, carga horária semanal e data de início da contratação, conforme segue:

Nome	Função	Carga Horária	A contar de
Giosane Moreira de Almeida	Técnico em Enfermagem	35 h	01/06/2021
Ivanir Terezinha Kuntz	Enfermeiro ESF	40 h	01/06/2021
Thiago Bianchi	Motorista	44 h	10/06/2021

Art. 2º A vigência do contrato está vinculada à realização e publicação do resultado final de novo Concurso Público e/ou Processo Seletivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 10 de junho de 2021.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Roberto Marton Moraes – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 57, DE 07 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093099

PORTARIA Nº 57, de 07 de junho de 2021.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, da Resolução nº 04/2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador,

CONSIDERANDO o previsto no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º. Retificar a Portaria nº 46, de 12 de maio de 2021, nos seguintes termos:

Onde se lê:

“Conceder férias à Servidora ILVAITA MARIA FAORO BARON, ocupante do cargo efetivo de Contadora, pelo período de 10 (dez) dias, referente ao período aquisitivo de 22/08/2018 a 21/08/2019, a serem gozados no período de 07/06/2021 a 16/06/2021.”

Leia-se:

“Conceder férias à Servidora ILVAITA MARIA FAORO BARON, ocupante do cargo efetivo de Contadora, pelo período de 10 (dez) dias, referente ao período aquisitivo de 22/08/2018 a 21/08/2019, a serem gozados no período de 12/07/2021 a 21/07/2021.”

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 07 de junho de 2021.

Moacir Elvis D’Agostini – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 58, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093103

PORTARIA Nº 58, de 10 de junho de 2021.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, da Resolução nº 04/2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador,

CONSIDERANDO o previsto no art. 10, §2º do Decreto Municipal de Caçador nº 8.630 e art. 05, §2º do Decreto Municipal de Caçador nº 8.658,

CONSIDERANDO a declaração médica protocolada em 10/06/2021,

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR as Portarias 39/2021 e 44/2021 as quais concedem o cumprimento integral da jornada de trabalho na forma de teletrabalho para a Servidora MARYANNE MUNIZ GODINHO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 02 de junho de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 10 de junho de 2021.

Moacir Elvis D’Agostini – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 04/2021

Publicação Nº 3093876

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 04/2021
TOMADA DE PREÇO: Nº 01/2021
CONVOCAÇÃO PARA 3ª SESSÃO PÚBLICA

Considerando o julgamento do recurso apresentado e a publicação da decisão final no site da Câmara Municipal, convocamos as licitantes classificadas para a 3ª sessão pública, com o objetivo de realizar a abertura dos invólucros nºs 4 (Propostas de Preços) e divulgar o resultado do julgamento das Propostas de Preços e do julgamento final das Propostas Técnicas, no dia 16 de junho de 2021, às 15 horas, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Caçador.

Caçador, 10 de junho de 2021.

Daniel Heberle,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Caibi**PREFEITURA****350/21**

Publicação Nº 3095877

PORTARIA Nº 350/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

NOMEAR, por prazo indeterminado, em conformidade com o art. 9º, inc. II, da Lei n. 027/2013 e art. 2º da LC n. 030/2013, o Sr. LEONARDO GALLON, Vice-prefeito Municipal, para cargo de Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - Diretor Geral, CC-01, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, e carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de junho de 2021.

EDER PICOLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI

Secretário de Administração e Planejamento

351/21

Publicação Nº 3095912

PORTARIA Nº 351/21

EDER PICOLI, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, RESOLVE:

NOMEAR, por prazo indeterminado, o Sr. RENAN OLIVEIRA, em conformidade com o art. 9º, inc. II, da Lei n. 027/2013, para o cargo de SUPERVISOR I, CC-08, com lotação no Departamento de Esportes, e carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Nesta mesma data o nomeado tomou posse, bem como entrou em exercício.

E, para que produza seus efeitos reais e legais, foi expedido o presente ato.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 14 de junho de 2021.

EDER PICOLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

MIGUEL PICCOLI

Secretário de Administração e Planejamento

Calmon

PREFEITURA

178/2021

Publicação N° 3092721

PORTARIA N.º 178 DE 11 DE JUNHO DE 2021.
"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR CONFORME ESPECIFICA."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CALMON, no uso das atribuições previstas no Art. 37 da Constituição da Republica Federativa do Brasil, no Art. 87 da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 33 de 31 de maio de 2010 e demais alteração de legislação pertinente a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a servidora CLAUDIA RICHTER DOS SANTOS para exercer o cargo de ENFERMEIRO , bem como para desempenhar as funções inerentes ao cargo, com carga horária de 40 horas semanais com efeitos retroativos a contar desta data 03/06/2021.

ART. 2º esta portaria passa vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Prefeitura Municipal de Calmon, 11 de Junho de 2021.

HELIO MARCELO OLENKA
Prefeito Municipal de Calmon

Camboriú

PREFEITURA

DL 06/2021 - FMAS

Publicação N° 3095617

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5B5496CCD05BCC6007D5C0E242F3924AEB2A0A83

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA N°. 006/2021 – FMAS

Data: 11/06/2021

Objeto: ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL PARA M. C. DE O. EM SERVIÇO DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA, VISANDO O CUMPRIMENTO DA DETERMINAÇÃO JUDICIAL CONTIDA NO AUTOS N° 5002512-42-2021-8-24-0113/SC

Valor total: R\$ 36.400,00 (trinta e seis mil e quatrocentos reais).

Secretaria: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMBORIÚ

Contratado: ANJO MIGUEL RESIDENCIA INCLUSIVA E ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A SAUDE LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso IV", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 11 de junho de 2021

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESUMO DE CONTRATO 07 A 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3095606

RESUMO DE CONTRATO CONTRATO

FMS

Contrato N° 043/2021

Processo: Inexigência Licitatória N°020/2021 – Chamamento Público 011/2021

Contratado: FRATILA & FERREIRA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA EPP

Data: 08/06/2021

Prazo: 06 meses

Valor: R\$ 236.800,00 (duzentos e trinta e seis mil reais)

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS OU PESSOA FÍSICA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS EM CLÍNICA GERAL PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ NO PERÍODO DE SEIS MESES PRORROGÁVEIS POR IGUAIS OU SUCESSIVOS PERÍODOS, CONSTANTES NOS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.

Contrato N° 044/2021

Processo: Inexigência Licitatória N°020/2021 – Chamamento Público 011/2021

Contratado: JDN CLÍNICA MÉDICA LTDA

Data: 08/06/2021

Prazo: 06 meses

Valor: R\$ 236.800,00 (duzentos e trinta e seis mil reais)

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS OU PESSOA FÍSICA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS EM CLÍNICA GERAL PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ NO PERÍODO DE SEIS MESES PRORROGÁVEIS POR IGUAIS OU SUCESSIVOS PERÍODOS, CONSTANTES NOS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.

Contrato N° 045/2021

Processo: Inexigência Licitatória N°020/2021 – Chamamento Público 011/2021

Contratado: MEDCENTER CONSULTORIA E SERVIÇOS MEDICOS LTDA

Data: 08/06/2021

Prazo: 06 meses

Valor: R\$ 236.800,00 (duzentos e trinta e seis mil reais)

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS OU PESSOA FÍSICA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS EM CLÍNICA GERAL PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ NO PERÍODO DE SEIS MESES PRORROGÁVEIS POR IGUAIS OU SUCESSIVOS PERÍODOS, CONSTANTES NOS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.

ADITIVO

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

PMC

Quarto Termo Aditivo

Contrato: 008/2020

Processo: Tomada de Preços Nº. 004/2020

Contratado: INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Data: 08/06/2021

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA MONTE SERRA NEGRA, BAIRRO MONTE ALEGRE, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO

Objeto do aditivo: DO VALOR: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 15.190,69 (quinze mil cento e noventa reais e sessenta e nove centavos), considerando ter havido incompatibilidade da situação encontrada com o previsto no projeto inicial, sendo necessária a execução de mais 3 (três) poços de visita com tampas, bem como necessário a execução de muro de contenção a fim de evitar desmoronamento e deslizamento de terra nas residências próximas, conforme justificativa apresentada pela empresa e Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO HOMOLOGAÇÃO DIA 07 A 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095604

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO

FMS

Processo: Inexigência Licitatória Nº020/2021 – Chamamento Público 011/2021

O Prefeito Municipal, ELCIO ROGERIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar :

Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS OU PESSOA FÍSICA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS EM CLÍNICA GERAL PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ NO PERÍODO DE SEIS MESES PRORROGÁVEIS POR IGUAIS OU SUCESSIVOS PERÍODOS, CONSTANTES NOS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.

Data: 08/06/2021

Valor: R\$710.4000,00.

Empresas: FRATILA & FERREIRA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA EPP; JDN CLÍNICA MÉDICA LTDA E MEDCENTER CONSULTORIA E SERVIÇOS MEDICOS LTDA.

FUNDESP

Processo: Pregão Presencial Nº007/2021 – Processo Administrativo 007/2021

O Prefeito Municipal, ELCIO ROGERIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar :

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÃO (TROFÉUS, MEDALHAS E TAÇAS) PARA ENTREGA NOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAMBORIÚ

Data: 09/06/2021

Valor: R\$76.900,00

Empresas: CASA DOS TROFEUS LTDA - EPP e CLEBER BORGES BISPO-ME

FMAS

Processo: Pregão Presencial Nº005/2021 – Processo Administrativo 011/2021

O Prefeito Municipal, ELCIO ROGERIO KUHNEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve homologar :

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KIT ENXOVAL AFIM DE ATENDER GESTANTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, NA FORMA DE AUXÍLIO NATALIDADE.

Data: 10/06/2021

Valor: R\$13.002,00

Empresa: ISANETE APARECIDA PACHECO COMERCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS E PAPELARIA

ELCIO ROGERIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

Campo Alegre

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATUAL 46/2021 FMS

Publicação Nº 3092911

ADITIVO CONTRATUAL Nº 46/2021 FMS

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 561D212CE399BA816F7800282024565C618CBAA6

Considerando a disparidade evidenciada no IGP-M em relação a demais índices de mercado, fato evidenciado na negociação do reajuste anual estabelecido no Contrato 48/2020 FMS;

As partes acordam o seguinte:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE – SC (CNPJ: 01.941.360/0001-50) E DE OUTRO LADO A EMPRESA TRANSRESÍDUOS AMBIENTAL S/A - CNPJ: 77.371.789/0001-11.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO ÍNDICE DE REAJUSTE

Altera-se, a partir de 1º de julho de 2021, o índice utilizado para reajuste de contratos, passando do IGP-M para o IPCA. Sendo assim:

Altera-se a redação do item 6.6 do Contrato 48/2020:

6.6 Os preços unitários propostos poderão sofrer reajuste nos termos da legislação vigente de acordo com a variação do IGP-M, nunca, porém, em intervalo inferior a 12 (doze) meses, podendo ser revistos sempre que houver desequilíbrio econômico-financeiro devidamente comprovado e atestado pelo Contratante, mediante aferição por planilha de custos em processo administrativo.

Passando a vigorar conforme segue:

6.6 Os preços unitários propostos poderão sofrer reajuste nos termos da legislação vigente de acordo com a variação do IPCA, nunca, porém, em intervalo inferior a 12 (doze) meses, podendo ser revistos sempre que houver desequilíbrio econômico-financeiro devidamente comprovado e atestado pelo Contratante, mediante aferição por planilha de custos em processo administrativo.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta alteração se faz nos moldes da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do contrato 48/2020 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 10 de junho de 2021.

ROSANA EMÍLIA GREIPEL Gestora do Fundo Municipal de Saúde CONTRATANTE	ANGELO BRESEGHELLO FILHO Transresíduos Ambiental S/A CONTRATADO
-----------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 65/2021

Publicação Nº 3092648

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2021 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos onze dias do mês de junho de 2021, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registro de preço visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de recapagem, consertos e vulcanização de pneus, para manutenção de caminhões, ônibus e máquinas da frota do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE e J P Beleze, CNPJ: 54.054.937/0001-79, em decorrência da homologação do Processo Licitatório nº 40/2021, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

Item	Qtd	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	50	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 1400x24	Ruzi (Fab VIPAL)	1.189,00	59.450,00
2	20	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) - 17,5x25	Ruzi (Fab VIPAL)	1.499,00	29.980,00
3	20	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 12.5x80/18	Ruzi (Fab VIPAL)	830,00	16.600,00
4	20	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 19.5x24	Ruzi (Fab VIPAL)	1.930,00	38.600,00
5	300	Serviço	Vulcanização de pneus de máquinas agrícolas e terraplana-gens	Ruzi (Fab VIPAL)	179,00	53.700,00
6	200	Serviço	Conserto de pneu, tipo "TIP TOP" com numeração de 5 a 9 (MÁQUINAS)	Ruzi (Fab VIPAL)	17,00	3.400,00
7	4	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) borrachudo 18.4 - 30	Ruzi (Fab VIPAL)	2.082,00	8.328,00
8	4	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 12.4 - 24	Ruzi (Fab VIPAL)	763,00	3.052,00
Valor Total					R\$ 213.110,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epígrafado, independentemente de sua transcrição.

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretaria Municipal de Administração

J P Beleze
Jean Pierre Beleze
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 66/2021

Publicação Nº 3092651

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2021 - Modalidade Pregão
Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos onze dias do mês de junho de 2021, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registro de preço visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de recapagem, consertos e vulcanização de pneus, para manutenção de caminhões, ônibus e máquinas da frota do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE e TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA, CNPJ: 14.320.587/0001-20, em decorrência da homologação do Processo Licitatório nº 40/2021, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

Item	Qut	Unidade	Descrição	Marca	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	200	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 1000x20, radial, borrachudo	Borex	470,00	94.000,00
2	20	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 900x20, radial, borrachudo	Borex	466,00	9.320,00
3	20	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 7.50x16, comum, borrachudo	Borex	240,00	4.800,00
4	25	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 215/75R 17.5 radial, borrachudo	Borex	280,00	7.000,00
5	50	Serviço	Recapagem de pneu (à quente) 275/80R 22,5, radial, borrachudo	Borex	475,00	23.750,00
6	250	Serviço	Vulcanização de pneus para caminhões	Mão de obra	124,00	31.000,00
7	400	Serviço	Conserto de pneu, tipo "TIP TOP", com numeração de 5 a 9. (CARGA)	Vulcaflex	29,00	11.600,00
8	50	Serviço	Recapagem de pneu 295/80 R22.5	Borex	500,00	25.000,00
Valor Total					R\$ 206.470,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epígrafado, independentemente de sua transcrição.

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretaria Municipal de Administração

TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA
Jean Pierre Beleze
Representante legal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 065/2021

Publicação Nº 3095701

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 065/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 065/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos IGDBF – Índice de Gestão Benefício Financeiro do SUAS em data de 05 de maio de 2021, no valor de R\$ 1.430,00 (um mil, quatrocentos e trinta reais).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 066/2021

Publicação Nº 3095702

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 066/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 066/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Vigilância em Saúde, em data de 04 de maio de 2021, no valor de R\$ 1.472,50 (um mil quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 067/2021

Publicação Nº 3095703

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 067/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 067/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA em data de 04 de maio de 2021, no valor de R\$ 5.889,18 (cinco mil oitocentos e oitenta e nove reais, dezoito centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 068/2021

Publicação Nº 3095704

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 068/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 068/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Atenção Básica à Saúde, em data de 04 de maio de 2021, no valor de R\$ 62.470,62 (sessenta e dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais, sessenta e dois centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 069/2021

Publicação Nº 3095705

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 069/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 069/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Vigilância Sanitária Federal, em data de 04 de maio de 2021, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 070/2021

Publicação Nº 3095706

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 070/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 070/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – MAC – Média e Alta Complexidade, em data de 04 de maio de 2021, no valor de R\$ 11.295,66 (onze mil duzentos e noventa e cinco reais e sessenta e seis centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 071/2021

Publicação Nº 3095707

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 071/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 071/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Atenção Básica à Saúde, em data de 05 de maio de 2021, no valor de R\$ 29.450,00 (vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 072/2021

Publicação Nº 3095708

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 072/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 072/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Vigilância em Saúde, em data de 05 de maio de 2021, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 073/2021

Publicação Nº 3095709

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 073/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 073/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Vigilância em Saúde, em data de 05 de maio de 2021, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 074/2021

Publicação Nº 3095710

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 074/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 074/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Vigilância em Saúde, em data de 05 de maio de 2021, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 075/2021

Publicação Nº 3095711

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 075/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 075/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – Creche, em data de 06 de maio de 2021, no valor de R\$ 6.355,80 (seis mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 076/2021

Publicação Nº 3095712

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 076/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 076/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – Apoio Educação Especial, em data de 06 de maio de 2021, no valor de R\$ 74,20 (setenta e quatro reais vinte centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 077/2021

Publicação Nº 3095713

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 077/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 077/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – Pré Escolar, em data de 06 de maio de 2021, no valor de R\$ 3.628,80 (três mil, seiscentos e vinte e oito reais e oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 078/2021

Publicação Nº 3095714

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 078/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 078/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – Fundamental, em data de 06 de maio de 2021, no valor de R\$ 10.144,80 (dez mil cento e quarenta e quatro reais oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 079/2021

Publicação Nº 3095715

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 079/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 079/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – Pré Escolar, em data de 06 de maio de 2021, no valor de R\$ 3.628,80 (três mil, seiscentos e vinte e oito reais e oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 080/2021

Publicação Nº 3095716

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 080/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 080/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – Creche, em data de 06 de maio de 2021, no valor de R\$ 6.355,80 (seis mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 081/2021

Publicação Nº 3095717

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 081/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 081/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – Fundamental, em data de 06 de maio de 2021, no valor de R\$ 10.144,80 (dez mil cento e quarenta e quatro reais oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 082/2021

Publicação Nº 3095718

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 082/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 082/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – Apoio Educação Especial, em data de 06 de maio de 2021, no valor de R\$ 74,20 (setenta e quatro reais vinte centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 083/2021

Publicação Nº 3095719

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 083/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 083/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Atenção Básica á Saúde, em data de 10 de maio de 2021, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 084/2021

Publicação Nº 3095720

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 084/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 084/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Atenção Básica à Saúde, em data de 12 de maio de 2021, no valor de R\$ 9.675,00 (nove mil seiscentos e setenta e cinco reais).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 085/2021

Publicação Nº 3095721

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 085/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 084/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Atenção Primária – Estratégia de Saúde da Família, em data de 12 de maio de 2021, no valor de R\$ 9.675,00 (nove mil seiscentos e setenta e cinco reais).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 086/2021

Publicação Nº 3095722

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 086/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 086/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Vigilância em Saúde, em data de 12 de maio de 2021, no valor de R\$ 2.042,04 (dois mil, quarenta e dois reais e quatro centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 087/2021

Publicação Nº 3095723

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 087/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 087/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, em data de 12 de maio de 2021, no valor de R\$ 12.077,77 (doze mil setenta e sete reais, setenta e sete centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 088/2021

Publicação Nº 3095724

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 088/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 088/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Atenção Básica à Saúde, em data de 18 de maio de 2021, no valor de R\$ 53.897,14 (cincoenta e três mil, oitocentos e noventa e sete reais, quatorze centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 089/2021

Publicação Nº 3095725

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 089/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 089/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Atenção Básica – Estratégia Saúde na Família, em data de 18 de maio de 2021, no valor de R\$ 53.897,14 (cincoenta e três mil, oitocentos e noventa e sete reais, quatorze centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 090/2021

Publicação Nº 3095726

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 090/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 090/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – SALÁRIO EDUCAÇÃO, em data de 18 de maio de 2021, no valor de R\$ 85.544,66 (oitenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e quatro reais, sessenta e seis centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 091/2021

Publicação Nº 3095727

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 091/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 091/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNAS – BL PSB – Piso Básico Fixo - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), em data de 24 de maio de 2021, no valor de R\$ 2.754,64 (dois mil, setecentos e cinquenta e quatro reais, sessenta e quatro centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 092/2021

Publicação Nº 3095728

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 092/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 092/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos IGDBF – Índice de Gestão Benefício Financeiro do SUAS em data de 31 de maio de 2021, no valor de R\$ 1.430,00 (um mil, quatrocentos e trinta reais).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 093/2021

Publicação Nº 3095729

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 093/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 093/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – Fundamental, em data de 04 de junho de 2021, no valor de R\$ 10.144,80 (dez mil cento e quarenta e quatro reais oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 094/2021

Publicação Nº 3095730

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 094/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 094/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – Apoio Educação Especial, em data de 04 de junho de 2021, no valor de R\$ 74,20 (setenta e quatro reais vinte centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 095/2021

Publicação Nº 3095731

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 095/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 095/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – Creche, em data de 04 de junho de 2021, no valor de R\$ 6.355,80 (seis mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 096/2021

Publicação Nº 3095732

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 096/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 096/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – Pré Escolar, em data de 04 de junho de 2021, no valor de R\$ 3.628,80 (três mil, seiscentos e vinte e oito reais e oitenta centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 097/2021

Publicação Nº 3095733

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 097/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 097/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Vigilância em Saúde, em data de 02 de junho de 2021, no valor de R\$ 1.472,50 (um mil quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 098/2021

Publicação Nº 3095734

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 098/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 098/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Vigilância Sanitária Federal, em data de 02 de junho de 2021, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 099/2021

Publicação Nº 3095735

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 099/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 099/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Vigilância em Saúde – NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), em data de 04 de junho de 2021, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 100/2021

Publicação Nº 3095736

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 100/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 100/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – MAC – Média e Alta Complexidade, em data de 04 de junho de 2021, no valor de R\$ 11.295,66 (onze mil duzentos e noventa e cinco reais e sessenta e seis centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 101/2021

Publicação Nº 3095737

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 101/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 101/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA em data de 04 de junho de 2021, no valor de R\$ 5.889,18 (cinco mil oitocentos e oitenta e nove reais, dezoito centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 102/2021

Publicação Nº 3095738

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 102/2021**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 102/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Atenção Básica á Saúde, em data de 08 de junho de 2021, no valor de R\$ 29.450,00 (vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 103/2021

Publicação Nº 3095739

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 103/2021**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 103/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Atenção Básica á Saúde, em data de 08 de junho de 2021, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 104/2021

Publicação Nº 3095740

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 104/2021**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 104/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Vigilância em Saúde, em data de 08 de junho de 2021, no valor de R\$ 2.042,04 (dois mil, quarenta e dois reais e quatro centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 105/2021

Publicação Nº 3095741

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 105/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 105/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Atenção Básica à Saúde, em data de 08 de junho de 2021, no valor de R\$ 62.470,62 (sessenta e dois mil, quatrocentos e setenta reais, sessenta e dois centavos).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 106/2021

Publicação Nº 3095742

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 084/2021

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 084/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos CONVÊNIO FNS – Atenção Básica à Saúde, em data de 08 de junho de 2021, no valor de R\$ 9.675,00 (nove mil seiscentos e setenta e cinco reais).

Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

PORTARIA Nº 19.244 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092808

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 19.244 DE 11 DE JUNHO DE 2021
AUTORIZA AFASTAMENTO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando o Requerimento emitido em data de 07 de junho de 2021, devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal SIRLEI APARECIDA DERENIEVICZ MACHADO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, o qual solicita afastamento de suas atividades jornada laboral em virtude de pertencer ao "Grupo de Risco", requerimento protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de junho de 2021, sob o nº 010867;

Considerando o Atestado Médico, emitido em data de 07 de junho de 2021, devidamente assinado pela Dra. Ingrid Kurzawa Zwiener Ostermayer, CRM/SC nº 22.625, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de junho de 2021 sob o nº 010868;

A Prefeitura Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso II do art. 2º do Decreto Municipal nº 12.760 de 06 de abril de 2020; Resolve:

Art. 1º Autorizar o afastamento da Servidora Pública Municipal SIRLEI APARECIDA DERENIEVICZ MACHADO, matrícula funcional nº 000530, registro no sistema sob nº 954633, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no exercício de suas Funções em razão da mesma pertencer ao Grupo de Risco, conforme Atestado Médico, emitido em data de 07 de junho de 2021, devidamente assinado pela Dra. Ingrid Kurzawa Zwiener Ostermayer, CRM/SC nº 22.625, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 07 de junho de 2021 sob o nº 010868.

§1º A autorização de que trata o caput deste artigo, será pelo período em que perdurar a pandemia do COVID-19;

§2º As horas laborais abrangidas pelo período de afastamento de que trata o caput deste artigo, deverão ser compensadas após findada a pandemia do COVID-19.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de junho de 2021.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Campo Alegre/SC., 11 de junho de 2021.

ALICE BAYERL GROSSKOPF
Prefeita Municipal

JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 14/06/2021.

JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOVSKI
Chefe de Gabinete da Prefeita

APOSTILA 10/2021 FMS

Publicação Nº 3093096

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE - SC**APOSTILA 10/2021 FMS**

REF. CONTRATO Nº 048/2020 FMS

Considerando solicitação e negociação de reajuste dos valores pactuados no Contrato nº 048/2020 que tem por objeto a Coleta regular, transporte, tratamento e disposição final, de resíduos de serviços de saúde, da rede municipal de saúde, através de veículo devidamente equipado para coleta de Resíduos de Saúde – RSSS, sendo concedido desconto de 50% no índice estabelecido em contrato, IGP-M:

Variação IGP-M maio/2020 a abril/2021: 32,0334%

 $32,0334 \times 0,5 = 16,0167\%$ (dezesseis vírgula zero um seis sete por cento)

RESOLVE alterar o valor do mensal, a partir de 1º de julho de 2021, conforme tabela abaixo:

SERVIÇOS	UNIDADE	VALOR	VALOR REAJUSTADO
Coleta regular, transporte, tratamento e disposição final, de resíduos de serviços de saúde, da rede municipal de saúde, através de veículo devidamente equipado para coleta de Resíduos de Saúde – RSSS.	Serviço Mês	R\$ 3.250,00	R\$ 3.770,54

Campo Alegre, 10 de junho de 2021.

ROSANA EMILIA**GREIPEL:710628****74900**

Assinado de forma digital

por ROSANA EMILIA

GREIPEL:71062874900

Dados: 2021.06.11


13:15:23 -03'00'

ROSANA EMÍLIA GREIPEL

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 39/2021

Publicação Nº 3092484

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 39/2021 - PE
	CNPJ: 83.102.749/0001-77 RUA CORONEL BUENO FRANCO, 292 C.E.P.: 89294-000 - Campo Alegre - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 39/2021 Data do Processo: 07/05/2021
		Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Secretária Municipal de Administração, Srª. JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 13.747 de 16 de Abril de 2021, a vista da Ata de Julgamento da Sessão exarada pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 39/2021
- b) Licitação Nr.: 39/2021-PE
- c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
- d) Data Homologação: 11/06/2021
- e) Objeto da Licitação Contratação de cobertura securitária (seguro) para os veículos da frota da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 003419 - GENTE SEGURADORA SA	7	0,0000	1.903,30
- 003295 - MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	1	0,0000	380,00
	8		2.283,30

Campo Alegre, 11 de Junho de 2021.

Joceli de Souza Cothovisky - Sec. de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 40/2021

Publicação Nº 3092509

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE CNPJ: 83.102.749/0001-77 RUA CORONEL BUENO FRANCO, 292 C.E.P.: 89294-000 - Campo Alegre - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 40/2021 - PE Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2021 Data do Processo: 14/05/2021
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Secretária Municipal de Administração, Srª. JOCELI DE SOUZA COTHOVISKY, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 13.747 de 16 de Abril de 2021, a vista da Ata de Julgamento da Sessão exarada pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 40/2021
b) Licitação Nr.: 40/2021-PE
c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
d) Data Homologação: 11/06/2021
e) Objeto da Licitação REGISTRO DE PREÇOS, visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de recapagem, consertos e vulcanização de pneus, para manutenção de caminhões, ônibus e máquinas da frota do município de Campo Alegre/SC.

				(em Reais R\$)
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):				
	<u>Qtd de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>	
Lote: 1 - 004992 - TRANSPORTE E COMERCIO DE PNEUS OENNING	8	0,0000	206.470,00	
Total por Fornecedor:	8		206.470,00	
Lote: 2 - 005291 - J P BELEZE	8	0,0000	213.110,00	
Total por Fornecedor:	8		213.110,00	
Total:	16		419.580,00	

Campo Alegre, 11 de Junho de 2021.

Joceli de Souza Cothovisky - Sec. de Administração

Campo Belo do Sul

PREFEITURA

ANEXO 6 1º QUADRIMESTRE

Publicação N° 3095834

MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO DO SUL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2021

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida		29.261.795,76
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		29.011.537,35
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		29.010.510,82
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	15.369.583,09	52,98
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	15.665.675,84	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	14.882.392,05	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	14.099.108,26	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-6.748.461,48	-23,26
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	34.813.844,82	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.437.595,07	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.681.887,32	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.048.325,70	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 15/2021 - FMS

Publicação Nº 3092221

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 20/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2021

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 08.595.042/0001-24, torna público que fará realizar no dia 25 de junho de 2021 às 14h30min Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto a REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, BEM COMO A REPOSIÇÃO DE PEÇAS EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS EM ATENDIMENTO DA DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS/SC.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente. Campos Novos, 14 de junho de 2021.

DECRETO Nº 8.941 DE 01/06/2021 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Publicação Nº 3092971

DECRETO Nº 8.941 DE 01/06/2021

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1321/2021,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do anexo I, grupo I, da Lei nº 10/2011, que dispõe sobre o plano de carreiras, cargos e salários dos servidores do poder executivo do município de Campos Novos e da outras providências, em decorrência da aposentadoria por invalidez da titular ANA MARIA VASEN DOS SANTOS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em 01 de junho de 2021.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 1322/2021

Publicação Nº 3092824

PORTARIA Nº 1322 DE 01/06/2021

DISPÕE SOBRE A CESSÃO DO SERVIDOR KLEBER MERCIO NORA PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO DE CAMPOS NOVOS.

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica e art. 108 do Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Complementar n. 03/2000, RESOLVE:

Art. 1º - Fica cedido o servidor KLEBER MERCIO NORA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, para prestar serviços em caráter temporário ou por determinação do Poder Executivo Municipal, junto ao Departamento de Contabilidade da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio de Campos Novos-SC.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 01 de junho de 2021.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 1323/2021

Publicação Nº 3092826

PORTARIA Nº 1323 DE 01/06/2021

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) GRACIELE APARECIDA DE MELLO CARLESSO

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o (a) servidor (a) GRACIELE APARECIDA DE MELLO CARLESSO do cargo de GERENTE EXECUTIVA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos na data de 11/05/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 01 de junho de 2021.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 1325/2021

Publicação Nº 3092827

PORTARIA Nº 1325 de 07/06/2021

DESIGNA GESTORA DE PARCERIAS CELEBRADAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 que estabelece normas para as parcerias voluntárias envolvendo ou não recursos financeiros entre a administração pública e as organizações da sociedade civil;

Considerando o disposto no artigo 2º, inciso VI da Lei Federal nº 13.019/2014, que define o gestor como agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;

Considerando o Decreto Municipal nº 8.089/2018, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Municipal, o regime jurídico das parcerias instituído pela Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Designar como Gestora das parcerias firmadas entre o Município e Organizações da Sociedade Civil a Sra. Camila Girardi Borges.

Art. 2º São atribuições da Gestora de Parceria, conforme art. 61 da Lei nº 13.019/2014:

I. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria

II. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos,

III. Indicar as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar eventuais problemas detectados;

IV. Emitir parecer técnico conclusivo de análise das prestações de contas parcial e final, de acordo com o relatório técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, quando houver, sendo este parecer parte integrante da prestação de contas e devendo possuir:

a) os resultados já alcançados e seus benefícios;

b) os impactos econômicos ou sociais;

c) o grau de satisfação do público-alvo; e

d) a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

V. Cumprir e fazer cumprir as demais determinações contidas na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 8.089/2018.

VI. Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que deverá conter, conforme art. 59 da Lei nº 13.019/2014:

a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;

d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

e) análise de eventuais auditorias, realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 1.000/2020.

Campos Novos, 07 de junho de 2021.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 1326/2021

Publicação Nº 3092828

PORTARIA Nº 1326 DE 07/06/2021

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 1172 DE 30/04/2021, DO (A) SERVIDOR (A) MARCOS RODRIGUES

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

Art. 1º - ONDE SE LÊ:

Art. 1º. - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) MARCOS RODRIGUES referente ao período aquisitivo de 01/03/2017 a 28/02/2018 a serem gozadas no período de 01/05/2021 a 30/05/2021

LEIA-SE:

Art. 1º. - Conceder Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias ao (à) servidor (a) MARCOS RODRIGUES referente ao período aquisitivo de 01/03/2017 a 28/02/2018 a serem gozadas no período de 01/04/2021 a 01/05/2021

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos a 30 de abril de 2021.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 07 de junho de 2021.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 1327/2021

Publicação Nº 3092829

PORTARIA Nº 1327 DE 07/06/2021

CONCEDE RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL APÓS IMUNIZAÇÃO CONTRA COVID - 19, AO (A) SERVIDOR (A) JANETE VIEIRA DE CASTRO

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO a Orientação Técnica – saúde da FECAM – Federação Catarinense de Municípios, firmada pelo Dr. Jailson Lima da Silva, CRM 4437- MTB 18.543, especialista em Saúde Pública, Medicina do Trabalho e Reumatologia para retorno das atividades presenciais dos servidores portadores de morbidades ou acima de 60 anos após 30 dias da realização da segunda dose da vacina;

CONSIDERANDO que o Município de Campos Novos através da Secretaria Municipal de Saúde já deu início à vacinação das pessoas com comorbidade,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder retorno ao trabalho ao (a) servidor (a) JANETE VIEIRA DE CASTRO, após 30 (trinta) dias da segunda dose da imunização contra Covid-19, conforme Decreto n. 8.931/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 07 de junho de 2021.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 1328/2021

Publicação Nº 3092831

PORTARIA Nº 1328 DE 07/06/2021

CONCEDE RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL APÓS IMUNIZAÇÃO CONTRA COVID - 19, AO (A) SERVIDOR (A) MARIA ELIANE DE MORAIS LIMA

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO a Orientação Técnica – saúde da FECAM – Federação Catarinense de Municípios, firmada pelo Dr. Jailson Lima da Silva, CRM 4437- MTB 18.543, especialista em Saúde Pública, Medicina do Trabalho e Reumatologia para retorno das atividades presenciais dos servidores portadores de morbidades ou acima de 60 anos após 30 dias da realização da segunda dose da vacina;

CONSIDERANDO que o Município de Campos Novos através da Secretaria Municipal de Saúde já deu início à vacinação das pessoas com comorbidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder retorno ao trabalho ao (a) servidor (a) MARIA ELIANE DE MORAIS LIMA, após 30 (trinta) dias da segunda dose da imunização contra Covid-19, conforme Decreto n. 8.931/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 07 de junho de 2021.

GILMAR MARCO PEREIRA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 1329/2021

Publicação Nº 3092834

PORTARIA Nº 1329 DE 07/06/2021

CONCEDE RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL APÓS IMUNIZAÇÃO CONTRA COVID - 19, AO (A) SERVIDOR (A) LUCILA FOSCARINI RIBEIRO

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO a Orientação Técnica – saúde da FECAM – Federação Catarinense de Municípios, firmada pelo Dr. Jailson Lima da Silva, CRM 4437- MTB 18.543, especialista em Saúde Pública, Medicina do Trabalho e Reumatologia para retorno das atividades presenciais dos servidores portadores de morbidades ou acima de 60 anos após 30 dias da realização da segunda dose da vacina;
CONSIDERANDO que o Município de Campos Novos através da Secretaria Municipal de Saúde já deu início à vacinação das pessoas com comorbidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder retorno ao trabalho ao (a) servidor (a) LUCILA FOSCARINI RIBEIRO, após 30 (trinta) dias da segunda dose da imunização contra Covid-19, conforme Decreto n. 8.931/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 07 de junho de 2021.

GILMAR MARCO PEREIRA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 1330/2021

Publicação Nº 3092836

PORTARIA Nº 1330 DE 08/06/2021

CONCEDE RETORNO AO TRABALHO AO (A) SERVIDOR (A) THAISE SANTOS

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder retorno ao trabalho ao (a) servidor (a) THAISE SANTOS, conforme regras previstas no Decreto n. 8.831/2021, que dispõe sobre a responsabilidade dos servidores que integram o grupo de risco ao COVID-19.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, revogando a portaria n. 1313 de 01 de junho de 2021.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 08 de junho de 2021.

GILMAR MARCO PEREIRA
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 1331/2021

Publicação Nº 3092838

PORTARIA Nº 1331 DE 08/06/2021

EXONERA A PEDIDO O (A) SERVIDOR (A) EMANUELI CARISE FRANÇA

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o (a) servidor (a) EMANUELI CARISE FRANÇA do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos na data de 01/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 08 de junho de 2021.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 1332/2021

Publicação Nº 3092840

PORTARIA Nº 1332 DE 08/06/2021

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAR RELATÓRIO CONCLUSIVO REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA EVENTUAIS RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para apresentação de relatório final dos trabalhos oriundos da Comissão do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 873 de 26/02/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 08 de junho de 2021.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 1333/2021

Publicação Nº 3092841

PORTARIA Nº 1333 DE 08/06/2021

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAR RELATÓRIO CONCLUSIVO REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA EVENTUAIS RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para apresentação de relatório final dos trabalhos oriundos da Comissão do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 473 de 08/02/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 08 de junho de 2021.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 1334/2021

Publicação Nº 3092843

PORTARIA Nº 1334 DE 08/06/2021

AUTORIZA O (A) SERVIDOR (A) LINDAMIR TAVARIOLI DE OLIVEIRA A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

GILMAR MARCO PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica e, considerando que, eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas às exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores de veículos oficiais outros Servidores Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o (a) servidor (a) LINDAMIR TAVARIOLI DE OLIVEIRA, portador (a) da CNH nº 04574218139, categoria B, ocupante do

cargo de fiscal de tributos a conduzir, eventualmente, veículos oficiais da prefeitura Municipal de Campos Novos, com o prazo determinado até 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente portaria em 08 de junho de 2021.

GILMAR MARCO PEREIRA

Prefeito Municipal em exercício

ATA DE RG 33/2021 CONCRETO ASFALTICO

Publicação Nº 3095685

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/8

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 76/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 37/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/2021

No dia 11 do mês de Junho do ano de 2021, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) Subsecretário de Obras, Transportes e Urbanismo, o Sr(a). APARÍCIO VALÉRIO BORBA DUARTE, inscrito no CPF sob o nº. 194.978.069-49, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 37/2021, Processo Licitatório nº. 76/2021, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE E DE MISTURA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO, QUE SERÁ UTILIZADA PARA TAPA BURACOS EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11863	PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - EPP	3
11955	PEDREIRA TRIANGULO EXTRACAO E COMERCIALIZACAO DE P	1
12916	TRACADO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - EPP	18.375.607/0001-11		.. -
PEDREIRA TRIANGULO EXTRACAO E COMERCIALIZACAO D	02.081.239/0001-69		.. -
TRACADO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	00.472.805/0003-08		.. -

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE E DE MISTURA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO, QUE SERÁ UTILIZADA PARA TAPA BURACOS EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/8

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 76/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 37/2021

Fornecedor: 11863 - PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	<p>MISTURA ASFÁTICA QUENTE PARA APLICAÇÃO A FRIO (TAPA BURACO)</p> <p>Mistura Asfáltica usinada a quente em temperatura aproximada de 119°C, no fluxo operacional normalizado para a CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), fabricado com agregados pétreos, dosado com CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo) não emulsionado e aditivado com composto químico retardador de CURA, teor de betume de aproximadamente 4 a 6,5%, modificado por polímeros e processos de mistura. A granulometria do produto deve ser 95 a 100% das partículas passem em peneira 3/8" (9,575 mm). O produto a ser fornecido a Secretaria de Obras deve manter o equilíbrio entre a termoplasticidade do CAP e ótimo grau adesivo e hidrofugante.</p> <p>O fluxo operacional do produto deve atender às normas regulatórias para Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) estabelecidas em padrões regulatórios do Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transporte (DNIT) e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), sempre dosado por aditivo com composto químico exclusivo retardador de cura construído em projeto granulométrico fino com alta trabalhabilidade e com garantia em qualquer temperatura e/ou situação climatológica.</p> <p>A composição final da mistura asfáltica será constituída por pedra britada e CAP 50/70 (como nos asfaltos comuns).</p> <p>A proposta de mistura asfáltica com tais características deve ser comprovada NA PROPOSTA TÉCNICA, que a mesma proporciona melhora das características de resistência, permeabilidade e aderência, diminui a suscetibilidade térmica, aumenta a estabilidade do pavimento e altas temperaturas e diminui o risco de fraturas e trincamentos em baixas temperaturas. Ainda assim o asfalto deve ter maior resistência à ação de chuvas e proporcionar melhor adesão ao agregado asfáltico e dispensar o uso de emulsão. Ter densidade aparente da massa entre 2,0 e 2,50g/m³, Fluência entre 2,7 à 4,1 e Estabilidade entre 5,5 à 10,31.</p> <p>2. Aplicação</p> <p>O produto será aplicado a frio para manutenção de pavimentos asfálticos (tapa buracos) e deverá ter características tais que permitam a sua estocagem por períodos de até vinte e quatro (24) meses em ambiente fechado, sem a ocorrência de qualquer perda de sua capacidade de utilização. Ainda assim o produto deverá ter capacidade para aplicação em buracos, mesmo com água, em períodos de chuva, sem que perda suas propriedades de coesão e aderência ao pavimento existente e dispensando pintura de ligação. O produto deve ser embalado em sacos de 25kg cada.</p>	SC		3.500,000	28,0000	98.000,00

Fornecedor: 11955 - PEDREIRA TRIANGULO EXTRACAO E COMERCIALIZACAO DE P

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	<p>CONCRETO ASFALTICO USINADO A QUENTE (C.A.U.Q) EM CONFORMIDADE COM A NORMA DNIT 031/2006-ES, LIGANTE (CIMENTO) BETUMINOSO CAP 50 - 70 (ITEM 5.1.1 DA NORMA) E COMPOSIÇÃO GRANULOMÉTRICA QUE ATENDA A FAIXA "C", ITEM 5.2 DA NORMA PARA APLICAÇÃO A QUENTE</p>	T		500,000	400,0000	200.000,00

Fornecedor: 12916 - TRACADO CONSTRUÇOES E SERVIÇOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	EMULSÃO ASFALTICA RR - 1C TAMBOR DE 200 LITROS	UN		14,000	1.750,0000	24.500,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/8

Processo Nº.: 76/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 37/2021

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/8

Processo N°.: 76/2021
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 37/2021

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/8

Processo Nº.: 76/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 37/2021

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/8
Processo Nº.: 76/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 37/2021

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/8
Processo Nº.: 76/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 37/2021

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/8

Processo Nº.: 76/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 37/2021

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 11 de Junho de 2021.

APARÍCIO VALÉRIO BORBA DUARTE
Subsecretário de Obras, Transportes e Urbanismo

Empresas Participantes:

PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTACOES LTDA - EPP	CNPJ: 18.375.607/0001-11	_____
PEDREIRA TRIANGULO EXTRACAO E COMERCIALIZACAO DE	CNPJ: 02.081.239/0001-69	_____
TRACADO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	CNPJ: 00.472.805/0003-08	_____

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N° 52/2021**

Publicação N° 3092534

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

Rua Coronel Lucidoro, 1301
Fone: (49) 3541-0599
89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina

PORTARIA N° 52/2021

**EXONERA RAQUEL DA COSTA VIEIRA DO CARGO
EM COMISSÃO DE ASSESSORA JURIDICA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS
NOVOS/SC.**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Senhora **RAQUEL DA COSTA VIEIRA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SC sob o n° 22.751, portadora do RG n° 4.244.592 - SSP/SC, CPF n° 036.636.029-90, do cargo em comissão de **Assessora Jurídica - AJ - 01** da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 09 de Junho de 2021.

Marciano Dalmolin
Presidente da Mesa

e-mail: administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br
www.camaracamposnovos.sc.gov.br



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site www.legislador.com.br/verifica, informe o código: 2#1#36#2#5#5#2#2021#0#0#1

SAMAE - CAMPOS NOVOS**ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 14/2021**

Publicação Nº 3095483

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4603C453C92A7CF03BBBFADAF01D3C8D164B3BC2

ERRATA

Levamos ao conhecimento dos interessados a CORREÇÃO no extrato de Aviso de Licitação (Pregão Presencial 14/2021) publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC) Edição Nº 3524 - do dia 08/06/2021

1 - LICITAÇÃO Nº 11/2021 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LEITURA INFORMATIZADA DE HIDRÔMETROS, EMISSÃO E ENTREGA SIMULTÂNEA DE FATURAS DE ÁGUA/ESGOTO E DE FATURA REPASSE POR COLETOR DE DADOS PORTÁTIL, ENTREGA DE DOCUMENTOS NAS RESIDÊNCIAS DOS USUÁRIOS DO SAMAE, ATUALIZAÇÃO CADASTRAL, CORTE, RELIGAÇÃO DE ÁGUA E TROCA DE HIDRÔMETROS, conforme especificações e quantidades estimadas no Anexo I e Termo de Referência Anexo IX do Edital.

2 - Data/Horário de Abertura: As 09h00min do dia 25/06/2021, para abertura de invólucros. Credenciamento até 08h30min do dia 25/06/2021. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações do SAMAE, sito a Rua Caetano Carlos, nº 466, centro em Campos Novos/SC, no seguinte horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h:00min.

Campos Novos – SC, 14 de junho de 2021.

ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 030/PMC/2021

Publicação Nº 3093107

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANELINHA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

EXTRATO CONTRATO nº 030/PMC/2021

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Canelinha

CONTRATADO: A2L GESTÃO DE NEGÓCIOS E CONTRUÇÕES EIRELLI

OBJETO: O presente contrato tem por objeto, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para reforma e ampliação da Creche Osvaldina de Souza Orlandi, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, ART, Projetos e condições previstas no Edital.

VALOR R\$ 155.708,42 (cento e cinquenta e cinco mil setecentos e oito reais e quarenta e dois centavos).

Canelinha/SC, 11 de junho de 2021.

Fernanda Dias Jacintho

Secretaria De Educação, Cultura, Esporte E Juventude

EXTRATO CONTRATO 031/PMC/2021

Publicação Nº 3093113

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANELINHA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

EXTRATO CONTRATO nº 031/PMC/2021

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Canelinha

CONTRATADO: JOSE SOARES RIBEIRO

OBJETO: É objeto deste contrato, a locação do espaço físico da empresa, além de todo os equipamentos e insumos para a realização dos cursos de Costura em Tecidos e Costura em Calçados ministrados pelo SENAI – Serviço Nacional da Indústria.

VALOR R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

Canelinha/SC, 11 de junho de 2021.

Antonio Carlos Machado Junior

Secretário de Assistência Social e da Cidadania

EXTRATO CONTRATO 032/PMC/2021

Publicação Nº 3093115

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANELINHA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

EXTRATO CONTRATO: CONTRATO N º 032/PMC/2021

CONTRATO N º 007/SEMAIS/2021

CONTRATO N º 010/FMS/2021

CONTRATO N º 005/FHMC/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA – SEMAIS

CONTRATADO: RHEMA CONCURSOS PUBLICOS LTDA

OBJETO: O presente Pregão Presencial tem por objeto, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços para elaboração, aplicação, execução, correção e divulgação dos resultados para a realização do processo seletivo para cadastro de reserva, para o exercício 2021, para a Administração Direta, Indireta e Autarquia do Município de Canelinha, conforme especificações e quantidades descritas nos anexos do Edital.

VALOR R\$ 10.600,00 (Dez mil e seiscentos reais).

Canelinha/SC, 11 de junho de 2021.

Diogo Francisco Alves Maciel

Prefeito Municipal

Édio Carlos Pereira Antonio Carlos Machado
Secretário de Administração e Finanças. Secretário de Assistência Social.

Fernanda Dias Jacintho Sueli Grimm
Secretária de Educação, Cultura e Esportes. Secretária de Saúde.

Martinho Luiz Tomazzia Vanderléia Rosa Grimm
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente. Diretora da Fundação Hospitalar.

Silvio Reis Ricardo Orlandi
Secretário de Transportes Obras e Serviços Urbanos. Diretor Semais.

EXTRATO CONTRATO 033/PMC/2021

Publicação N° 3093117

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANELINHA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

EXTRATO CONTRATO nº 033/PMC/2021

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Canelinha

CONTRATADO: EMPRESA FABRICA DAS LETRAS COMÉRCIO DE LIVROS LTDA

OBJETO: A Dispensa de Licitação tem por objeto, a contratação de empresa fornecedora de brinquedos pedagógicos e materiais de educação física para manutenção das escolas e creches da rede municipal de ensino de Canelinha, de acordo com especificações e quantidades descritas no Edital.

VALOR R\$ 16.930,00 (Dezesseis mil e novecentos e trinta reais).

Canelinha/SC, 11 de junho de 2021.

Fernanda Dias Jacintho
Secretaria De Educação, Cultura, Esporte E Juventude

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 004/SMS/2021

Publicação Nº 3092456

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº SMS/004/2021

O Prefeito Municipal de Canoinhas-SC, torna público que se encontram abertas as inscrições ao Processo Seletivo para Contratação Temporária de profissionais que irão atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.528/2015.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. Compreende-se como Processo Seletivo Simplificado: a inscrição, a classificação, e a contratação para o exercício temporário das atribuições do cargo.
- 1.2. O Processo Seletivo Simplificado será realizado por intermédio de Comissão designada por Portaria Específica.
- 1.3. Durante toda a realização deste Processo Seletivo Simplificado serão prestigiados, sem prejuízos de outros, os princípios estabelecidos no "caput" do art. 37 da Constituição Federal.

2. DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO

2.1. O número de vagas a serem preenchidas através deste Processo Seletivo compreende:

Nº de Vagas	Função	Requisitos	Remuneração	Carga Horária Semanal	Tipo de Prova
03	Médico Ginecologista/Obstetra	Graduação em Medicina; Registro no CRM/SC. RQE (Registro de Qualificação de Especialidade).	R\$ 3.628,94	10h	Títulos; Análise Curricular.
02	Médico	Graduação em Medicina; Registro no CRM/SC.	R\$ 3.628,94	10h	Títulos; Análise Curricular.
02	Médico ESF 40h	Graduação em Medicina; Registro no CRM/SC.	R\$ 15.024,36	40h	Títulos; Análise Curricular.
01	Médico Clínico Geral	Graduação em Medicina; Registro no CRM/SC.	R\$ 7.257,93	20h	Títulos; Análise Curricular.

3. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1. Será admitida a inscrição via internet, por meio do link <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdW089hHptC-gExdqYpNwH3I3s-6NhEZQmMCOQgTajAxMWKyA/viewform> ou pessoalmente na Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Felipe Schmidt nº 10 – Centro, Canoinhas/SC, no período entre 08h do dia 14 de junho de 2021 e 17h do dia 18 de junho de 2021.
- 3.2. As inscrições serão requeridas através do preenchimento do formulário disponibilizado por meio eletrônico através do link informado no item 3.1, ou através do preenchimento da Ficha de Inscrição constante do Anexo I deste Edital, que deverá ser preenchida de forma clara, com letra legível, não podendo haver rasuras ou emendas, nem omissão de dados solicitados.
- 3.3. O preenchimento do formulário de forma incompleta ou incorreta implicará a eliminação do candidato do Processo Seletivo.
- 3.4. No caso de inscrição pessoalmente, juntamente com o formulário, no ato da inscrição o candidato deverá entregar os seguintes documentos: documento de identificação (RG e CPF), comprovante da graduação exigida para o cargo e do registro no respectivo Conselho Profissional, bem como deverá anexar a documentação digitalizada para comprovação dos títulos, experiência profissional e participação em cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios, conforme critérios estabelecidos neste edital.
- 3.5. No caso de inscrição via internet o candidato deverá anexar os documentos listados no item 3.4 digitalizados em resolução legível, por intermédio do link de inscrição, de forma organizada, observado cada campo pertinente.
- 3.5. As inscrições serão gratuitas.
- 3.6. O candidato somente será considerado inscrito neste Processo Seletivo Simplificado, após ter cumprido todas as instruções descritas neste Edital.
- 3.7. As informações prestadas na Ficha de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo a Comissão Organizadora excluí-lo deste Processo Seletivo se o preenchimento for feito com dados incorretos, bem como, se constatado posteriormente que as referidas informações são inverídicas.
- 3.8. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições e/ou entrega de documentos.
- 3.9. Havendo inscrições indeferidas é facultada ao candidato a interposição de recurso dirigido à Comissão Organizadora do presente Processo Seletivo, no prazo de 24 horas após a publicação das relações das inscrições deferidas no diário oficial, o qual poderá ser protocolado pessoalmente junto à Secretaria de Saúde no horário de expediente ou via protocolo no site do Município de Canoinhas.

4. DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

- 4.1. Ter idade mínima de 18 anos;
- 4.2. Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (para candidatos do sexo masculino);
- 4.3. No ato da contratação o candidato deverá apresentar os documentos originais ou cópia autenticada daqueles apresentados digitalmente

no ato da inscrição, além dos seguintes:

- 4.3.1. Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- 4.3.2. Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 4.3.3. Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades, emitida pelo respectivo órgão;
- 4.3.4. Cédula de Identidade (RG);
- 4.3.5. CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- 4.3.6. Comprovante de regularidade de inscrição no CPF;
- 4.3.7. Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- 4.3.8. Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- 4.3.9. Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- 4.3.10. Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- 4.3.11. Número de inscrição no PIS/PASEP;
- 4.3.12. Fotografia 3X4 recente;
- 4.3.13. Comprovante de residência atual;
- 4.3.14. Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- 4.3.15. Certidão de Antecedentes Criminais junto ao TJSC;
- 4.4.16. Exame médico admissional.
- 4.4. O prazo de vigência da contratação será de até seis meses, prorrogável por igual período, nos moldes da Lei nº 5.528/2015.

5. DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO CURRICULAR E DOS TÍTULOS

5.1. A avaliação consistirá na Análise Curricular e de Títulos, com pontuação máxima de 10 (dez) pontos.

5.2. No processo de análise e avaliação curricular e dos títulos serão observadas, para fins de classificação, a formação escolar ou acadêmica, a experiência profissional na área para a qual concorre, a participação em cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios, com as respectivas cargas horárias e conteúdos na área de habilitação ao cargo pretendido, com certificados expedidos por Instituição devidamente autorizada, sendo que a pontuação do candidato será estabelecida conforme os critérios da tabela abaixo:

TÍTULOS	
Título	Pontuação por Certificado
Comprovação de preenchimentos dos requisitos para o cargo, quais sejam: Graduação em Medicina e Registro no CRM/SC e RQE (Registro de Qualificação de Especialidade), se for o caso.	1,00
Certificado de Conclusão de Curso de Graduação em área diversa da exigida como requisito para o cargo.	0,25
Certificado de Conclusão de Curso de Pós Graduação em nível de Especialização, na área de conhecimento do Processo Seletivo ou em áreas afins, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.	0,50
Certificado de Conclusão de Curso de Pós Graduação em nível de Mestrado, na área de conhecimento do Processo Seletivo ou em áreas afins.	0,75
Certificado de Conclusão de Curso de Pós Graduação em nível de Doutorado, na área de conhecimento do Processo Seletivo ou em áreas afins.	1,00
Pontuação máxima por títulos	3,00
PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E SIMPÓSIOS	
Certificados	Pontuação por Certificado
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária de no mínimo 08 (oito) até o máximo de 20 (vinte) horas.	0,10
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 20 (vinte) até o máximo de 40 (quarenta) horas.	0,20
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 40 (quarenta) até o máximo de 80 (oitenta) horas.	0,30
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 80 (oitenta) até o máximo de 120 (cento e vinte) horas.	0,40
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 120 (cento e vinte) horas.	0,50
Pontuação máxima por participação em cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios	3,00
EXERCÍCIO PROFISSIONAL COMPROVADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	
Exercício profissional na área para a qual concorre.	01 (um) ponto para cada 06 (seis) meses completos, não sendo considerada a fração de períodos menores.
Pontuação máxima para experiência profissional comprovada na área de atuação	4,00
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL	10 (dez) pontos

5.3. Só serão considerados e pontuados os certificados, declarações e/ou certidões devidamente anexados na Ficha de Inscrição.

5.4. Para comprovação dos títulos, o candidato deverá anexar, no momento da inscrição, a documentação pertinente digitalizada.

5.5. As informações prestadas e/ou não comprovadas de forma devida não serão computadas para fins de pontuação.

5.6. Não serão considerados na pontuação documentos ilegíveis ou incompletos.

- 5.7. Os Certificados de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio que não constarem a carga horária não serão pontuado;
- 5.8 Não serão pontuados certificados e declarações de estágios.
- 5.9. A comprovação da experiência de trabalho se dará: pela apresentação de cópia da CTPS, página de identificação e contrato de trabalho (com início e fim); pela apresentação de declaração expedida pelo Setor de Recursos Humanos do Órgão Público onde trabalhou, com informação acerca das atividades desenvolvidas e respectivo período e/ou Portarias de Nomeações e Exonerações.
- 5.10 No caso de experiência profissional comprovada em dois locais diferentes em período concomitante será considerado somente um dos vínculos para fins de tempo de experiência na área de atuação;
- 5.11. Cada certificado será pontuado uma única vez e para um único critério.
- 5.12. Os comprovantes de escolaridade e formação que constam como requisitos obrigatórios para o cargo, relacionados no item 2.1, não serão computados ou considerados na fase de Análise Curricular e Títulos, por se tratarem de requisito de ingresso.

6. DA CLASSIFICAÇÃO, RECURSOS E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 6.1. O Resultado e classificação do Processo Seletivo Simplificado será a soma dos pontos obtidos no processo de análise e avaliação curricular e dos títulos, conforme os critérios de pontuação estabelecidos na tabela do item 5.2.
- 6.2. Os candidatos serão classificados de acordo com a pontuação obtida na ordem decrescente de pontos obtidos.
- 6.3 A pontuação mínima será de 1,00 ponto.
- 6.3. Ocorrendo empate, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
- a) O candidato com maior tempo de experiência profissional comprovada;
- b) O candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.
- 6.4. O candidato poderá interpor recurso, mediante documento escrito e protocolado junto à Comissão do Processo Seletivo, na Secretaria Municipal de Saúde no horário de expediente ou via protocolo no site do Município de Canoinhas, no prazo máximo de 24 horas, contados a partir do dia da divulgação do resultado preliminar e classificação no Diário Oficial dos Municípios, anexando à documentação comprobatória.
- 6.5. Caberá a Comissão proceder à análise e julgamento.
- 6.6. A classificação dos candidatos será válida enquanto prevalecer à situação de necessidade excepcional e temporária de interesse público, limitado ao prazo de vigência deste certame.
- 6.7. A convocação do primeiro candidato classificado será realizada pessoalmente ou por telefone, meio eletrônico ou qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado;
- 6.8. Não comparecendo o candidato convocado ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação, serão convocados os demais classificados, observando-se a ordem de classificação.

7. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

- 7.1 Médico Clínico Geral – 20h e Médico 10h: Realizar o tratamento integral à população adstrita da unidade de saúde do Município a ser definida, bem como nas demais unidades de saúde do Município de Canoinhas. Realizar ainda, conforme vagas, o tratamento dos detentos da Unidade Prisional Avançada de Canoinhas, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e/ou Programa Psicossocial para Crianças e Adolescentes – PPCA. Prestar atividades de assistência integral ao cidadão, efetuando exames médicos, diagnóstico, prescrevendo medicamentos e aplicando recursos de medicina preventiva e/ou terapêutica para promover a saúde e bem estar ao paciente, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área, como realizar exames médicos, solicitar exames complementares ao diagnóstico, encaminhamentos para internação ou transferência para especialidade, emitir diagnósticos, prescrever e ministrar tratamentos para as diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano; definir instruções; emitir laudos e pareceres; aplicar as leis e regulamentos da saúde pública; desenvolver ações de saúde coletiva; participar de processos educativos, de ensino, pesquisa e de vigilância em saúde.
- 7.2 Médico Ginecologista/Obstetra – 10h: Consulta clínica em ginecologia e obstetrícia; anamnese e exame físico; prescrição médica para tratamento conservador; solicitação de exames complementares ao diagnóstico; encaminhamentos para internação ou transferência; emissão de diagnóstico médico; notificação de agravos de notificação compulsória; realização de cauterização, implante de DIU, planejamento familiar, acompanhamento de pré-natal, acompanhamento no puerpério e outras atividades pertinentes a especialidade.
- 7.3 Médico Generalista – ESF – 40h: Realizar consultas clínicas na área adstrita; Executar ações de assistência integral às crianças, adolescentes, adultos e idosos; Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde e quando necessário no domicílio; Realizar atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias de intervenção na atenção básica definidas na NOAS; Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; Fomentar criação de grupos de patologias específicas; Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; Encaminhar aos serviços de maior complexidade, garantindo a continuidade do tratamento na Unidade de Saúde da Família, por meio do sistema de referência a contrarreferência; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Indicar internação hospitalar perante avaliação; Solicitar exames complementares; Atestar óbitos; Identificar os problemas e os fatores de risco aos quais a população adstrita está exposta; Participar junto à equipe na elaboração das ações para a promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação; Valorizar a relação médico-paciente e médico-família a fim de criar vínculo, afeto e respeito; Prestar assistência integral ao indivíduo sob sua responsabilidade; Conhecer a realidade das famílias pelas quais é responsável, em relação aos fatores sociais, culturais, religiosos, econômicos, demográficos e epidemiológicos; Participar junto à equipe nos procedimentos de vigilância à saúde e vigilância epidemiológica; Discutir com a comunidade e com a equipe sobre o conceito de cidadania, enfatizando os direitos à saúde e as bases legais; Participar do processo de programação, planejamento das ações e organização do processo de trabalho das Unidades de Saúde da Família; Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, diabéticos, saúde mental, entre outros; Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1 A inscrição do candidato importará na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, bem como das normas e procedimentos que venham a ser editadas e publicadas durante a preparação e execução do certame.
- 8.2. O candidato que fizer sua declaração falsa ou inexata e que não satisfizer as condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.3. O candidato aprovado deverá manter atualizado o seu endereço e dados para contato.

8.4. A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no programa/cargo especificado neste Edital.

8.5. Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente neste Edital, conforme dispuser a legislação local.

8.6. Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

Canoinhas, 11 de junho de 2021

GILBERTO DOS PASSOS
PREFEITO

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO/CURRICULUM VITAE

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome do(a) Candidato(a): _____
Número do CPF: _____ Número do RG: _____
Cargo pretendido: _____ Número de filhos: _____
Endereço: _____ Número: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____
Telefone fixo: _____ Telefone celular: _____
E-mail: _____

CURRICULUM VITAE

TÍTULOS

Título/Instituição	

PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E SIMPÓSIOS

Certificado	Carga Horária	

EXERCÍCIO PROFISSIONAL COMPROVADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO

Empresa/Órgão/Instituição	Tempo em Meses	

ASSINATURA DO CANDIDATO

PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS Nº FMEL 01/2021

Publicação Nº 3092595

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº FMEL 01/2021
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas, por meio da Fundação Municipal de Esportes de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 03.914.543/0001-02, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que, alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 29/06/2021, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h15min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Nelson Varela de Oliveira
Presidente FMEL

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 57/2021 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 3093119

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 57/2021 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 28/06/2021, às 09h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE EMULSÃO ASFÁLTICA FORMULADA COM ÓLEO DE XISTO, COM COMODATO DE TANQUE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 LITROS, PARA SER UTILIZADO EM VIAS MUNICIPAIS SECUNDÁRIAS COM REVESTIMENTO EM SAIBRO. Recebimento de propostas até às 08h00min, no endereço eletrônico www.bll.org.br do dia 28/06/2021. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 69/2021 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 3093120

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 69/2021 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 28/06/2021, às 14h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MOBILIÁRIOS TAIS COMO POLTRONAS, MESAS EM L, ARMARIOS, CADEIRAS, GAVETEIROS, LONGARINAS, ENTRE OUTROS, DESTINADOS A UTILIZAÇÃO DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES, POLICIA CIVIL E MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até às 13h00min, no endereço eletrônico www.bll.org.br do dia 28/06/2021. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS 08/2021

Publicação Nº 3093114

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
Dispensa de Licitação n.º FMS 08/2021

O Município de Canoinhas através do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, aquisição através de Dispensa de Licitação, Art. 24, inc. V, da lei 8.666/93.

Contratado: HOMINUM COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA EPP (CNPJ: 05.888.881/0001-42).

Objeto: AQUISIÇÃO DE 500 EQUIPOS PARA BOMBA DE INFUSÃO SAMTRONIC, SENDO 250 FOTOSSENSIVEIS, E OUTROS 250 NORMAIS, E 500 EQUIPOS PARA BOMBA DE ROLDANA.

Valor: R\$ 18.275,00 (dezoito mil e duzentos e setenta e cinco reais).

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO ITEM 2 DO PREGÃO Nº FMS 17/2021 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 3092470

 Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 11.206.680/0001-10 Fone: (47) 3621-7700 saude@pmc.sc.gov.br https://www.pmc.sc.gov.br		Usuário: Maurício Afonso	Chave de Autenticação Digital 1413-7829-464	Página 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: PE17/2021 **Modalidade:** Pregão **Julgamento:** Por item **Registro de preço:** Sim **Controla quantidade:** Sim

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, FISIOTERÁPICOS, DE LABORATÓRIO E AUXILIARES INSTALADOS NAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES, MATERIAIS E ACESSÓRIOS.

Fornecedor: 12678 - BIOMEDICS ENGENHARIA CLINICA CONSULTORIA E SERVICOS LTDA **CPF/CNPJ:** 39.381.296/0001-73 **Valor total (R\$):** 30.000,00

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
08/06/2021	2	66699 - PEÇAS, COMPONENTES, MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, FISIOTERÁPICOS, DE LABORATÓRIO E AUXILIARES INSTALA	UNIDADE	1,00000	30.000,00000	30.000,00

Complemento do item: Instalados nas unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Canoinhas

Total Adjudicado (R\$): 30.000,00

Total de licitações adjudicadas: 1


Total Geral Adjudicado (R\$): 30.000,00

Winston Beyersdorff Lucchiarri
Assessor Jurídico

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 60.2021 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 3092457

 Prefeitura Municipal de Canoinhas Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700 https://www.pmc.sc.gov.br	Usuário: Maurício Afonso	Chave de Autenticação Digital 1689-1908-659	Página 1 / 1
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------------------------	------------------------

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: PE60/2021 **Modalidade:** Pregão **Julgamento:** Por item **Registro de preço:** Sim **Controla quantidade:** Sim
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE GASOLINA COMUM ABASTECIDA NOS VEÍCULOS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS DE CANOINHAS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Fornecedor: 10096 - STANG & STANG LTDA				CPF/CNPJ: 08.033.253/0017-30		Valor total (R\$):	
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)	Valor total (R\$)
07/06/2021	1	27466 - GASOLINA COMUM	LITRO	200.000,00000	5,11000	1.022.000,00	1.022.000,00
Marca: STANG				Total Adjudicado (R\$):		1.022.000,00	

Total de licitações adjudicadas: 1


Total Geral Adjudicado (R\$): 1.022.000,00

Winston Beyersdorff Lucchiarri
Assessor Jurídico

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 64.2021 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 3092461

 Prefeitura Municipal de Canoinhas Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700 https://www.pmc.sc.gov.br		Usuário: Maurício Afonso Chave de Autenticação Digital 1824-6120-223	Página 1 / 1
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: PE64/2021 **Modalidade:** Pregão **Julgamento:** Por item **Registro de preço:** Sim **Controla quantidade:** Sim
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL S-10 ENTREGUE NO POSTO DA CONTRATADA, DIRETAMENTE NO TANQUE DOS CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS E CAMINHONETES DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Fornecedor: 10096 - STANG & STANG LTDA			
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	CPF/CNPJ: 08.033.253/0017-30
10/06/2021	1	40490 - ÓLEO DIESEL S-10	Valor total (R\$): 1.720.000,00
		Marca: STANG	Valor unitário (R\$) 4,30000
			Valor total (R\$) 1.720.000,00
Total Adjudicado (R\$):			1.720.000,00

Total de licitações adjudicadas: 1**Total Geral Adjudicado (R\$): 1.720.000,00**

Winston Beyersdorff Lucchiarri
Assessor Jurídico

Gilberto dos Passos
Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 0047/2021

Publicação Nº 3093699

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0078/2021

Pregão Presencial Nº 0047/2021

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 82.939.406/0001-07, com sede Administrativa localizada na Rua Carmelo Zócolli, n. 155, Centro, CEP 89.665-000, no Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, por meio de seu Secretário de Infraestrutura, Sr. PAULO RODRIGO RIBEIRO, TORNA PÚBLICO para conhecimento de todos os interessados que, conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nº 012/2014 e 013/2014, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, fará realizar licitação pública, modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, para possível Contratação de Empresa especializada para realização de serviços de Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Domiciliares, Comerciais e Institucionais do Município de Capinzal, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL observadas as condições estabelecidas a seguir:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. DA OBTENÇÃO DO EDITAL

1.1.1. O presente Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados junto ao Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, em horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, munidos de mídia digital ou mediante solicitação para envio por e-mail, ou ainda, mediante acesso ao sítio oficial do Município de Capinzal, no seguinte endereço eletrônico: www.capinzal.sc.gov.br.

1.2. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

1.2.1. Eventuais pedidos de esclarecimentos relacionados ao presente Edital, poderão ser obtidos junto à Diretoria de Licitações do Município de Capinzal ou por intermédio do e-mail licitacoes@capinzal.sc.gov.br, em até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para entrega dos envelopes. Já quanto ao fornecimento do objeto, eventuais pedidos de esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Secretaria Competente.

1.3. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

1.3.1. O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO e 02 – PROPOSTA, contendo, respectivamente, a proposta dos interessados e a documentação de habilitação, dar-se-á até às 07h55min do dia 24 de junho de 2021, mediante protocolo junto ao Setor de Protocolo Geral deste Município, situado no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmelo Zócolli, n. 155, Centro, no Município de Capinzal-SC.

1.4. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

1.4.1. O início da abertura dos Envelopes 01 – PROPOSTA e 02 –DOCUMENTAÇÃO dar-se-á às 08h00min do dia 24 de junho de 2021, na Sala de Licitações do Município de Capinzal, situada no endereço supracitado.

Capinzal, 11 de junho de 2021.

PAULO RODRIGO RIBEIRO
SECRETARIO DE INFRAESTRUTURA

TOMADA DE PREÇOS 0005/2021

Publicação Nº 3093927

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0080/2021

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0005/2021

LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 82.939.406/0001-07, com sede Administrativa localizada na Rua Carmelo Zócolli, n. 155, centro, CEP 89.665-000, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, por intermédio Secretária de Educação, Cultura e Esportes, Sra. VERANICE MARIA LOVATEL, TORNA PÚBLICO para conhecimento de todos os

interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes, e demais legislações aplicáveis, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, fará realizar licitação pública, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a Contratação de empresa especializada no ramo de construção civil, para execução da obra de Reforma, Adequação e Ampliação, da Creche Primeiros Passos, conforme Projetos e Memorial Descritivo. Com Recursos de Emenda Parlamentar e FUNDEB, conforme especificado nos respectivos projetos, observadas as condições a seguir:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. DA OBTENÇÃO DO EDITAL

1.1.1. O presente Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados junto ao Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado no Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos (Prefeitura de Capinzal), situado na Rua Carmelo Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, em horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, munidos de mídia digital ou mediante solicitação para envio por e-mail, ou ainda, mediante acesso ao sítio oficial do Município de Capinzal, no seguinte endereço eletrônico: www.capinzal.sc.gov.br.

1.1.2. Eventuais pedidos de esclarecimentos e informações complementares relacionados ao presente Edital poderão ser obtidos junto à Diretoria de Licitações do Município de Capinzal, em horário de expediente, conforme discriminado no item acima, ou por intermédio de contato telefônico 49 3555 8778 diretamente na Secretaria de Educação, até o 2º (segundo) dia útil, antes da data fixada para abertura da documentação.

1.2. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

1.2.1. O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, contendo a documentação de habilitação dos interessados CADASTRADOS junto ao Município de Capinzal, dar-se-á até às 07h55min do dia 29 de junho de 2021, mediante protocolo no Setor de Protocolo Geral deste Município, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos (Prefeitura de Capinzal), na Rua Carmelo Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal.

1.2.2. O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO dos interessados NÃO CADASTRADOS, dar-se-á até a data de 23 de junho de 2021, respeitado o horário de expediente, mediante protocolo no Setor de Protocolo Geral deste Município, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos (Prefeitura de Capinzal), na Rua Carmelo Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal.

1.2.3. O recebimento do Envelope 02, contendo a PROPOSTA DE PREÇOS dos proponentes CADASTRADOS, bem como dos NÃO CADASTRADOS, dar-se-á até às 07h55min do dia 29 de junho de 2021, no Setor de Protocolo Geral deste Município.

1.3. DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

1.3.1. O início da abertura da presente licitação dar-se-á às 08h00min do dia 29 de junho de 2021, na Sala de Licitações do Município de Capinzal, situada no endereço supracitado.

Capinzal/SC, 11 de junho de 2021.

VERANICE MARIA LOVATEL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Capivari de Baixo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 23/2021/PMCB

Publicação N° 3092404

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9D733278CA0F250669B056C0F98994E08D96C8DB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPIVARI DE BAIXO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 23/2021/PMCB

Contratada.: CMM ASSESSORIA TRIBUTÁRIA E PROJETOS LTDA

Vigência : Início: 24/05/2021 Término: 31/12/2021.

Valor: R\$ 106.400,00 (cento e seis mil e quatrocentos reais)

Dotação Orçamentária: 28/2021 e 38/2021 (cód. Reduzido)

Licitação : Pregão Presencial N° 33/2021/PMCB

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de auditoria preventiva, com intuito de análise técnica, operacional, gestão e parecer acerca dos processos executados pela administração municipal, com emissão de relatório fundamentados em análise técnico-jurídica, para atender as demandas da secretaria de administração e finanças do Município de Capivari de Baixo-SC

Capivari de Baixo, 11 de junho de 2021.

Catanduvas

PREFEITURA

ATA DE RETIFICAÇÃO DE PROPOSTA PROCESSO DE SELEÇÃO DE TAXISTAS 2021

Publicação Nº 3095743

ATA DE RETIFICAÇÃO DE PROPOSTA PROCESSO DE SELEÇÃO DE TAXISTAS 2021

Aos 08 (oito) dias do mês de junho de 2021, o Município de Catanduvas – SC, retifica a ata de proposta técnica referente ao processo de Seleção de Taxistas, emitida em 26 de abril de 2021, quanto a pontuação dos participantes. A classificação final atualizada é a seguinte: Marcolino Alves de Lima (138 pontos); Osmar da Silva (138 pontos); Eder Reato (128 pontos); Renato Luiz Magnabosco (128 pontos); Nilson Pelentir (118 pontos); Santo João Furiti (118 pontos); Edson Rossi (108 pontos); Marcos Specart (106 pontos) e Sueli Fátima de Lima (96 Pontos). O participante Pedro Ribeiro (36 pontos), já havia sido inabilitado por não apresentar nenhum curso de especialização na área, descumprindo o artigo 03, inciso II, da Lei Federal nº 12.486/2011, que regulamenta a profissão de taxista. Nada mais havendo, lavra-se a presente ata e publique-se para que surta seus efeitos legais.

Leandro Guerra
Presidente da CPL

CONVOCAÇÃO PROCESSO DE SELEÇÃO DE TAXISTAS 2021

Publicação Nº 3095744

CONVOCAÇÃO PROCESSO DE SELEÇÃO DE TAXISTAS 2021

Aos 09 (nove) dias do mês de junho de 2021, o Município de Catanduvas – SC, convoca para o próximo dia 15 de junho de 2021 (terça-feira) as 09h00min, nas dependências da Sala de Licitação deste Município, os seguintes interessados para escolha dos pontos e vagas, referente ao processo de Seleção de Taxistas, seguindo a seguinte ordem de classificação: Marcolino Alves de Lima (138 pontos); Osmar da Silva (138 pontos); Eder Reato (128 pontos); Renato Luiz Magnabosco (128 pontos); Nilson Pelentir (118 pontos); Edson Rossi (108 pontos); Marcos Specart (106 pontos) e Sueli Fátima de Lima (96 Pontos). O participante Santo João Furiti (118 pontos) foi desclassificado uma vez que não conseguiu comprovar regularização junto a Receita Estadual. O não comparecimento dos citados no local e horário previsto, perde o direito de escolha pela ordem de classificação. Ficando com as vagas remanescentes. Nada mais havendo, lavra-se a presente ata e publique-se para que surta seus efeitos legais.

Leandro Guerra
Presidente da CPL

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 05/2021 FMS

Publicação Nº 3092900

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: JUVIELI LONGO

CPF da Contratada: 105.707.839-50

Contrato nº: 005/2021 FMS.

Objeto: TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, NA MICRO-ÁREA 09, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Data da assinatura: 10/06/2021

Vigência: 14/06/2021 a 25/11/2021

Valor Mensal do Contrato: 1.550,00 (Mil e quinhentos e cinquenta reais)

Valor Total; 8.339,00 (Oito mil e trezentos e trinta e nove reais)

DISPENSA LICITAÇÃO Nº 04/2021 FMS - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 3092885

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL**

Pág 1 / 1

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação Próprio

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 17990 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -
Minuta - Licitação: 5 código Cliente: 17990 ano Minuta: 2021 cota Credenciamento: 0**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Dispensa de Licitação
Para Contratação de Serviços
4/2021
Processo Administrativo: 4/2021**

Ao Sr(a), tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela TEXTO JURÍDICO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO NÃO CADASTRADO..

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Dispensa de Licitação nº. 4/2021, o(s) participante(s):

124109 - JUVIELI LONGO						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, NA MICRO-ÁREA 09, COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS.	MES		5,38	R\$1.550,00	R\$8.339,00
Total do Fornecedor:						R\$8.339,00
Total Geral:						R\$8.339,00

Caxambu do Sul, 10 de junho de 2021.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004-2021 - MODALIDADE DL 004-2021 FMS - AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE

Publicação Nº 3092878

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2021 FMS

MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2021 FMS

RESUMO DO SERVIÇO:

CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, NA MICRO-ÁREA 09, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

CONTRATADO:

JUVELI LONGO

VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO:

Valor Mensal do Contrato: R\$ 1.550,00 (Mil e quinhentos e cinquenta reais).

Valor total do Contrato: R\$ 8.339,00 (Oito mil trezentos e trintas e nove reais).

Dotação: 05.01.2.026.3.3.90.34.01 – Secretaria de Saúde.

FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:

Lei 8.080/90, artigo 24;

Lei 8.666/93, artigo 24, inciso II:

Aduz o artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, que é dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Lei 13.979/20, artigo 4º, § 1º:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição ou contratação de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

A ratio de tal dispositivo é evitar que a população seja especialmente atingida pela demora inerente à realização de processo de contratação.

Considerando que a profissional que desempenhava função atualmente está em licença maternidade, o que resta um prazo considerável sem atendimento a população;

Considerando também que foi chamado as últimas duas pessoas classificada no processo seletivo para a micro área 09 - Edital 002/2019 para esta vaga e as duas desistiram da vaga;

Considerando que no atual momento mundial, diante da Pandemia do COVID-19, é imprescindível o acompanhamento profissional aos moradores e pacientes de nosso município, e ainda, ocorre baixa produção diante dos programas e recursos, sendo necessário locar nova profissional;

Considerando o Ofício n. 043/2021, elaborado pela secretaria solicitante.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR/EXECUTANTE:

Contratada apresenta critérios e características que habilitam desempenhar função de acompanhamento da população, através de visitas diárias. Profissional possui boa comunicação, entendimento de preenchimento de documentos e disponibilidade para exercer a função.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

De acordo com o salário base para a função no Município de Caxambu do Sul.

Caxambu do Sul - SC, em 10 de junho de 2021.

IVANOR SFREDDO

Secretária Municipal de Saúde de Caxambu do Sul

À vista de exposição do Secretário Municipal de Saúde do Município de Caxambu do Sul, referente à realização da despesa independente de Licitação, com fundamento nos motivos expostos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

(X) Homologo a realização da despesa.

() Indefiro a realização da despesa.

Caxambu do Sul - SC, em 10 de junho de 2021.

GLAUBER BURTET
Prefeito Municipal

Celso Ramos**PREFEITURA****CONTRATO DE ADITIVO 95/2020 - 2/2021**

Publicação Nº 3090552

MINUTA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO
DE QUANTITATIVO E VALOR DO OBJETO DO CONTRATO DE Nº 95/2020

CONTRATO: 95/2020
PROCESSO: 37/2020

ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS E A EMPRESA KLEBER SALMORIA ME

CLÁUSULA PRIMEIRA– O presente aditivo de quantitativo e valor tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO E CONECTIVIDADE COM INTERNET ATRAVÉS DE FIBRA ÓPTICA COM IP DEDICADO (FIXO), COM 100% DE GARANTIA DE BANDA FULLDUPLEX E VIA RÁDIO PARA O INTERIOR DE CELSO RAMOS (TORRE USUÁRIOS, ESCOLAS E POSTO DE SAÚDE) COM 100% DE GARANTIA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL, conforme disposição no Termo de Referência (Anexo I do Edital 37/2020.)

CLÁUSULA SEGUNDA – Este aditivo é objeto do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, e processo: 37/2020, será regido especialmente nos casos omissos, pelas normas da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – Pela prestação do serviço objeto deste termo aditivo, correspondente ao mês de JULHO DE 2021, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a quantia mensal de R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais).

CLÁUSULA QUARTA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02(duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Celso Ramos, 10 de junho de 2021.

.....
Prefeitura Municipal de Celso Ramos
Contratante

.....
KLEBER SALMORIA ME
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 19-2021 - PROCESSO N. 68-2021 - PREGÃO PRESENCIAL N. 45-2021

Publicação Nº 3092622

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2021

No dia 27 do mês de Maio do ano de 2021, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.613.120/0001-27, com sede administrativa localizada na Rua Allan Régis Inácio, 15, bairro Centro, CEP nº. 88407-000, nesta cidade de Chapadão do Lageado/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). ABEL DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº. 511.590.319-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 45/2021, Processo Licitatório nº. 68/2021, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços com vistas a eventual aquisição de Materiais e Contratação de mão de Obra para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva do Sistema de Iluminação Pública do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
4330	CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17,
		18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31,
		32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 68/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
----------	------------	-----------------------	-----

CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA 17.861.039/0001-04 MARCIO LUIZ ANTUNES 822.725.229-04

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços com vistas a eventual aquisição de Materiais e Contratação de mão de Obra para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva do Sistema de Iluminação Pública do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

0.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 4330 - CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Arruela quadrada 5/8" galvanizada a fogo	Un	OLIVO/38X3M	30,000	1,2097	36,29
2	Base para relé fotoelétrica 10a, 220V, tomada giratória 360º, ligação a 3 fios, com suporte de fixação em aço galvanizado a fogo.	Un	EXATRON/NF	100,000	12,5632	1.256,32
3	Braço p/ iluminação pública, galvanizada a fogo, com 1,00MT de comprimento, reto e com espessura da chapa 1,99MM. Diâmetro do tubo de 25,4MM, com sapata de fixação.	Un	OLIVO/1M7	20,000	57,0351	1.140,70
4	Braço p/ iluminação pública, galvanizada a fogo, com 3,00MT de comprimento, curvo e com espessura da chapa 3,0MM. Diâmetro do tubo de 48,3MM, com sapata de fixação.	Un	OLIVO/3M	10,000	248,0015	2.480,02

5 Chave automática p/ comando de iluminação pública, involucro em alumínio com tomada embutida para instalação de rede fotoelétrica, base giratória 360º. Suporte de fixação em aço galvanizado a fogo. Contato na corrente nominal: 50 amperes, proteção através de disjuntor termomagnético, tensão 220 Volts.		Un	EXATRON/1X	5,000	335,9042	1.679,52
6 Cabo flexível cobre Seção 2,5MM (em metros).		Mt	CORFIO/2,5m	200,000	3,6291	725,82
Fornecedor: 4330 - CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Uni- tário	Preço Total
7	Cabo multiplexado 4x10MM2 Homologado CELESC (em metros).	Mt	NEO CABLE/	300,000	25,9890	7.796,70
8	Cabo multiplexado 2x10MM2 Homologado CELESC (em metros).	Mt	NEO CABLE	300,000	5,2652	1.579,56
9	Cabo flexível cobre 4MM Homologado CELESC (em metros).	Mt	CORFIO/4MM	100,000	5,6024	560,24
10	Cinta circular Galvanizada 180MM para poste circular com 02 parafusos e porca	Un	ROMAGNOLE	10,000	52,5929	525,93
11	Cinta circular Galvanizada 220MM para poste circular com 02 parafusos e porca	Un	ROMAGNOLE	10,000	63,7084	637,08
12	Cinta circular Galvanizada 240MM para poste circular com 02 parafusos e porca	Un	ROMAGNOLE	10,000	66,6632	666,63
13	Cinta circular Galvanizada 260MM para poste circular com 02 parafusos e porca	Un	ROMAGNOLE	10,000	69,2909	692,91
14	Cinta circular Galvanizada 280MM para poste circular com 02 parafusos e porca	Un	ROMAGNOLE	10,000	66,2270	662,27
15	Cinta circular Galvanizada 300MM para poste circular com 02 parafusos e porca	Un	ROMAGNOLE	10,000	67,6152	676,15
16	Conector de derivação perfurante piercing 10x95MM2 - 1,5-10,0MM2. PRODUTO HOMOLOGADO CELESC/DVEN	Un	JOARP/1,5X1	50,000	9,9058	495,29
17	Conector de cunha BT, tipo A padrão CELESC Colorido	Un	JOARP/TIPO	50,000	9,4001	470,01
18	Conector de cunha BT, tipo B padrão CELESC Colorido	Un	JOARP/TIPO	50,000	9,7075	485,38
19	Conector de cunha BT, tipo 1 padrão CELESC Colorido	Un	JOARP/TIPO	50,000	10,1735	508,68
20	Conector de cunha BT, tipo 2 padrão CELESC Colorido	Un	JOARP/TIPIO	50,000	7,0798	353,99
21	Conector de cunha BT, tipo 3 padrão CELESC Colorido	Un	JOARP/TIPO	50,000	4,6901	234,51
22	Fita isolante 19MM X 20mts - Cor: Preto	Un	PRYSMIAN/2	50,000	9,4497	472,49
23	Fita Isolante de Autofusão 19MM X 10mts.	Un	LORENZETTI	10,000	35,7362	357,36
24	Lâmpada Vapor de sódio 70W, do tipo Tabular, base E-27, Vida Mediana Mínima 32.000 horas, Fluxo Luminoso Mínimo de 6.600 Lumens	Un	DEMAPE/SO	100,000	56,2518	5.625,18
25	Lâmpada Vapor de sódio 250W, do tipo Tabular, base E-40, Vida Mediana Mínima: 32.000 horas, Fluxo Luminoso Mínimo de 31.000 Lumens	Un	DEMAPE/SO	80,000	71,4029	5.712,23
26	Luminária Pública Aberta, com refletor em alumínio estampado e adonizado, com soquete de porcelana E-27, para lâmpada Vapor de Sódio 70W. Encaixe para braço 25,4MM. Dimensões: 360x282x150MM (CXLA)	Un	OLIVO/ABER	20,000	229,5088	4.590,18
27	Luminária Pública Aberta, com refletor em alumínio estampado e adonizado, com soquete de porcelana E-40, para lâmpada Vapor de Sódio 150/250W. Encaixe para braço 25,4MM. Dimensões: 360x282x105MM (CXLA)	Un	OLIVO/ABER	10,000	281,9826	2.819,83
28	Parafuso máquina M16X150MM com porca padrão CELESC	Un	ROMAGNOLE	10,000	9,4893	94,89
29	Parafuso máquina M16X200MM com porca padrão CELESC	Un	ROMAGNOLE	10,000	11,5518	115,52
30	Parafuso máquina M16X250MM com porca padrão CELESC	Un	ROMAGNOLE	10,000	13,4556	134,56
31	Parafuso máquina M16X300MM com porca padrão CELESC	Un	ROMAGNOLE	10,000	16,6286	166,29
32	Parafuso M16X45X38MM com porca padrão CELESC	Un	ROMAGNOLE	10,000	5,8899	58,90
33	Parafuso M16X70X60MM com porca padrão CELESC	Un	ROMAGNOLE	10,000	7,4963	74,96
34	Porta Lâmpada de porcelana para iluminação pública - base E-27	Un	DECORLUX/E	20,000	5,6817	113,63
35	Porta Lâmpada de porcelana para iluminação pública - base E-40	Un	DECORLUX/E	20,000	13,2077	264,15
36	Projetor de led em alumínio, 30W, 100 A 240 VAC, 50/60HZ, Temperatura da cor: 5.000K. Fluxo Luminoso mínimo: 2.700 Lumens, IRC maior ou igual a 80, Grau de proteção: IP-65	Un	OLIVO/LED30	10,000	274,4665	2.744,67
37	Projetor de led em alumínio, 50W, 100 A 240 VAC, 50/60HZ, Temperatura da cor: 5.000K. Fluxo Luminoso mínimo: 2.700 Lumens, IRC maior ou igual a 80, Grau de proteção: IP-65	Un	OLIVO/LED50	10,000	302,8651	3.028,65
38	Reator Externo Vapor de Sódio, 70W, 220V, Fator de potência maior ou igual a 0,93 baixas perdas com ignitor e capacitor incorporados, acabamento zincado a fogo, norma NBR-13593.	Un	DEMAPE/RVS	100,000	102,2705	10.227,05
39	Reator Externo Vapor de Sódio, 250W, 220V, Fator de potência maior ou igual a 0,93 baixas perdas com ignitor e capacitor incorporados, acabamento zincado a fogo, norma NBR-13593	Un	DEMAPE/RVS	80,000	129,9948	10.399,58
40	Reator Externo Vapor de Sódio, 150W, 220V, Fator de potência maior ou igual a 0,93 baixas perdas com ignitor e capacitor incorporados, acabamento zincado a fogo, norma NBR-13593	Un	DEMAPE/RVS	80,000	105,7708	8.461,66

41 Reator Externo Vapor de Sódio, 400W, 220V, Fator de potência maior ou igual a 0,93 baixas perdas com ignitor e capacitor incorporados, acabamento zincado a fogo, norma NBR-13593		Un	DEMAPE/RVS	50,000	145,7905	7.289,53
Fornecedor: 4330 - CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
42	Lâmpada Vapor de Sódio 150W, do tipo tubular. Base E-40 vida mediana mínima 32.000 horas. Fluxo Luminoso mínimo de 6.600 lumens.	Un	DEMAPE/SO	80,000	61,2394	4.899,15
43	Lâmpada Vapor de Sódio 400W, do tipo tubular. Base E-40 vida mediana mínima 32.000 horas. Fluxo Luminoso mínimo de 6.600 lumens	Un	DEMAPE/SO	50,000	74,0108	3.700,54
44	Rele FotoEletrônico pra iluminação pública, NF, 220VAC, 50/60HZ, capacidade de carga até 1000W, constituído em policarbonato com proteção UV, contatos carga de alta durabilidade, faixa de operação de 105 a 305V, temperatura de operação de -5 a +50 Cº.	Un	EXATRON/NF	150,000	23,5300	3.529,50
45	Hora técnica para manutenção preventiva e corretiva do sistema de iluminação pública do Município de Chapadão do Lageado/SC, contemplando a disponibilização de um eletricitista e um ajudante de eletricitista, devidamente treinados, capacitados e autorizados de acordo com os requisitos da NR-10 (Segurança e serviços de eletricidade), camionete equipada com cesto aéreo com alcance mínimo de 10 metros de altura, devidamente adequada a NR-12 (Segurança em máquinas e equipamentos, fornecimentos de EPI's (Equipamento de Proteção Individual) e EPC's (Equipamento de proteção Coletiva), e ferramentas necessárias para realização dos serviços.	Hr	CERVALE	200,000	347,2775	69.455,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

1.1.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

1.1.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

1.1.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

1.1.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

1.1.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

1.1.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

1.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

1.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

1.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

1.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseq-ente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

2.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

2.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

3.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

3.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

3.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

3.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

4.0.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

4.0.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

4.0.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

4.0.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

4.0.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

4.1.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

4.1.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

4.2.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

4.2.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

4.2.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

4.2.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

4.2.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

5.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

6.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

6.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

6.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

6.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

6.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

6.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

6.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

6.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

6.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

6.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

6.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

6.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

6.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

6.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

8.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

10.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.0.2.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.0.2.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

10.0.2.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

10.0.2.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

10.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapadão do Lageado para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Chapadão do Lageado, 27 de Maio de 2021.

ABEL DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

E mpresas Participantes:
CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA CNPJ: 17.861.039/0001-04

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 20-2021 - PROCESSO N. 67-2021 - PREGÃO PRESENCIAL N. 44-2021

Publicação Nº 3092660

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Página: 1/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2021

No dia 1 do mês de Junho do ano de 2021, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.613.120/0001-27, com sede administrativa localizada na Rua Allan Régis Inácio, 15, bairro Centro, CEP nº. 88407-000, nesta cidade de Chapadão do Lageado/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). ABEL DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº. 511.590.319-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 44/2021, Processo Licitatório nº. 67/2021, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços com vistas a eventual aquisição de Materiais Hospitalares e Equipamentos para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
603	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	5, 7, 8, 9, 15, 30, 31, 38, 44, 45, 46, 48, 49, 52, 54, 58, 61, 62, 70, 71, 73, 74, 99, 107, 118, 120, 122, 130, 132, 134, 142, 145, 153, 154, 168, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 197, 199, 201, 207, 210, 216, 219, 223
5418	DENTAL SHOW COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPI	6, 10, 11, 12, 35, 36, 56, 67, 69, 79, 80, 81, 85, 94, 100, 101, 113, 117, 123, 124, 125, 126, 144, 146, 160, 161, 162, 163, 164, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 205, 206, 222
4853	LA DALLA PORTA JUNIOR	4, 16, 17, 22, 26, 28, 41, 47, 51, 53, 65, 68, 78, 83, 84, 86, 88, 97, 102, 103, 108, 110, 111, 112, 115, 121, 127, 147, 148, 152, 159, 180, 203, 212
4891	MEDILAR IMPORTAÇÃO E DIST DE PRODUTOS MEDICO HOSPI	109
772	METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	1, 13, 21, 24, 27, 33, 37, 42, 43, 59, 60, 63, 72, 76, 82, 90, 91, 93, 96, 98, 104, 105, 106, 129, 135, 136, 138, 140, 141, 149, 150, 151, 165, 166, 167, 172, 173, 179, 181, 198, 209, 213, 217
1852	PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLÓGICO LTD	3, 18, 20, 23, 25, 29, 50, 55, 57, 66, 75, 77, 87, 89, 92, 95, 114, 116, 128, 131, 139, 215
5419	SISNAC PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	208

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 68/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	JOSE CARLOS MALKOWSKI	534.467.989-00
DENTAL SHOW COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E H	11.776.334/0001-78	GEISSON LUIS DE PAULA GONÇALVE	098.361.709-01
LADALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	ALEXANDRE PEDRON	899.402.370-49
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DIST DE PRODUTOS MEDICO HO	07.752.236/0001-23		-----
METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA	83.157.032/0001-22	ROBSON TACIANO DA SILVA	003.937.599-46
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLÓGICO L	05.077.346/0001-01	LUIS CARLOS DOS SANTOS	027.505.689-94
SISNAC PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	10.444.624/0001-51	BRUNO CECETTO ARAUJO	034.603.439-66

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços com vistas a eventual aquisição de Materiais Hospitalares e Equipamentos para atender à demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II.

Tido em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 2/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 603 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Água oxigenada 10 vol., com 1000ml - AFE Saneantes	Lt	FARMAX-AMA	20,000	4,0500	81,00
7	Agulha descartável tamanho 13 x 4,5mm, caixa com 100 unidades, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável, protetor plástico estéril, embalagem unitária em papel grau cirúrgico com abertura asséptica, deve constar externamente dados de identificação e procedência, tipo de esterelização, data de validade, número do lote e registro no MS.	Cx	SR	30,000	11,8300	354,90
8	Agulha descartável tamanho 20 x 5,5mm, caixa com 100 unidades, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável, protetor plástico estéril, embalagem unitária em papel grau cirúrgico com abertura asséptica, deve constar externamente dados de identificação e procedência, tipo de esterelização, data de validade, número do lote e registro no MS.	Cx	SR	20,000	13,3600	267,20
9	Agulha descartável tamanho 25 x 6 mm, caixa com 100 unidades, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável, protetor plástico estéril, embalagem unitária em papel grau cirúrgico com abertura asséptica, deve constar externamente dados de identificação e procedência, tipo de esterelização, data de validade, número do lote e registro no MS.	Cx	SR	10,000	13,3600	133,60
15	Álcool hospitalar líquido 70%, 100ml. almotolia descartável. Seguindo as normas regulamentadoras em vigor, para uso hospitalar, com alto índice de desinfecção, líquido, prazo de validade mínimo deve ser de 2/3 a partir da data de entrega, embalagem com 100ml. Apresentar AFE de saneantes.	Frs	VIC PHARMA	300,000	1,5800	474,00
30	Balança portátil digital capacidade mínima de 200 kg	Un	G-TECH	3,000	95,4600	286,38
31	Bloqueador solar FPS 30 pele normal, Alta Proteção contra os raios UVA/UVB, Oil Free, Hidratação prolongada. Textura leve. Rápida absorção. Resistente à água. Previne o envelhecimento da pele causado pela exposição solar. - Apresentar AFE de Cosméticos Higiene Pessoal.	Un	NUTRIEX	30,000	8,6500	259,50
38	Caixa porta lâmina para 3 lâminas, com etiquetas	Un	J PROLAB	100,000	0,5200	52,00
44	Cateter periférico nº 18, com sistema de proteção total da agulha após a punção, sem risco de contaminação por resíduos biológicos, mantendo agulha e sangue encapsulados. Cânula de 45 mm de comprimento. Dispositivo de poliuretano, com parede fina e ponta levemente afunilada, radiopaco, agulha siliconizada, bisel curto e trifacetado, conector Luerlock, adaptação universal, atóxico, estéril, embalado individualmente, papel grau cirúrgico, com abertura asséptica. Contendo externamente dados de identificação, sendo: procedência, tipo e data de esterelização, validade, número do lote, Registro no Ministério da Saúde, seguindo a NR 32, atendendo a portaria federal 485 de 11/11/2005. Validade de 5 anos.	Un	POLYMED	100,000	2,3400	234,00
45	Cateter periférico nº 20, com sistema de proteção total da agulha após a punção, sem risco de contaminação por resíduos biológicos, mantendo agulha e sangue encapsulados. Cânula de 45 mm de comprimento. Dispositivo de poliuretano, com parede fina e ponta levemente afunilada, radiopaco, agulha siliconizada, bisel curto e trifacetado, conector Luerlock, adaptação universal, atóxico, estéril, embalado individualmente, papel grau cirúrgico, com abertura asséptica. Contendo externamente dados de identificação, sendo: procedência, tipo e data de esterelização, validade, número do lote, Registro no Ministério da Saúde, seguindo a NR 32, atendendo a portaria federal 485 de 11/11/2005. Validade de 5 anos.	Un	POLYMED	100,000	2,0700	207,00
46	Cateter periférico nº 22, com sistema de proteção total da agulha após a punção, sem risco de contaminação por resíduos biológicos, mantendo agulha e sangue encapsulados. Cânula de 45 mm de comprimento. Dispositivo de poliuretano, com parede fina e ponta levemente afunilada, radiopaco, agulha siliconizada, bisel curto e trifacetado, conector Luerlock, adaptação universal, atóxico, estéril, embalado individualmente, papel grau cirúrgico, com abertura asséptica. Contendo externamente dados de identificação, sendo: procedência, tipo e data de esterelização, validade, número do lote, Registro no Ministério da Saúde, seguindo a NR 32, atendendo a portaria federal 485 de 11/11/2005. Validade de 5 anos.	Un	POLYMED	100,000	2,3500	235,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 3/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

Fornecedor: 603 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
48	Clorexidina Alcoólica 0, 5% 100ml, almotolia descartável - Apresentar AFE de saneantes.	Frs	VIC PHARMA	200,000	1,9200	384,00
49	Clorexidina Aquoosa 0,2% 100ml, almotolia descartável - Apre	Frs	VIC PHARMA	150,000	1,4700	220,50
52	Colar cervical resgate 4 em 1 adulto	Un	VNO	2,000	35,0100	70,02
54	Coletor para material pérfuro cortante contaminado com capacidade total para 7 litros, confeccionado em material apropriado, rígido, impermeável e resistente a perfuração em condições de uso e descarte, com fundo rígido e reforçado, sem que ocorra transfixação e resistente a queda, mantendo a integridade com relação a montagem e fechamento, isento de ruptura, deformação ou perfuração, com sistema de abertura e fechamento prático e seguro ao manuseio, com orientações de uso do fabricante, colocadas de forma que permita fácil visualização e compreensão em cada coletor. Abertura que facilite a colocação dos objetos, alças resistentes para transporte, fixas ao coletor, posicionadas de forma funcional, tampa afixada ao coletor com dispositivo que assegure a inviolação do mesmo após o uso.	Un	DESCARBOX	250,000	4,7400	1.185,00
58	Cuba rim em inox medindo 26 x 12 cm, capacidade para 700 ml	Un	AÇONOX	3,000	35,9000	107,70
61	Curativo adesivo tipo Band-aid, tamanho médio 19 X 75 mm com bordas arredondadas, tira com microfuros, caixa contendo 35 unidades.	Cx	HIGIE TOPP	40,000	3,5100	140,40
62	Detector fetal portátil digital com visor	Un	JUMPER	2,000	481,0000	962,00
70	Escalpe nº 19 para infusão intravenosa, descartável, estéril, com trava de segurança, haste em aço inoxidável, parede fina, bisel curto, trifaceado, cortante com fácil introdução, siliconizado, sem colagem entre o tubo vinículo, transparente, atóxico e apirogenico, flexível, com protetor rígido de conectores de agulha e asas, asa de empunhadura flexível com identificação do calibre na asa, proteção na porção distal, cor universal, embalagem individual, papel grau cirúrgico com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número do lote, registro no MS.	Un	GRUPO LABO	100,000	0,3400	34,00
71	Escalpe nº 21 para infusão intravenosa, descartável, estéril, com trava de segurança, haste em aço inoxidável, parede fina, bisel curto, trifaceado, cortante com fácil introdução, siliconizado, sem colagem entre o tubo vinículo, transparente, atóxico e apirogenico, flexível, com protetor rígido de conectores de agulha e asas, asa de empunhadura flexível com identificação do calibre na asa, proteção na porção distal, cor universal, embalagem individual, papel grau cirúrgico com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número do lote, registro no MS.	Un	GRUPO LABO	1.000,000	0,3400	340,00
73	Escalpe nº 25 para infusão intravenosa, descartável, estéril, com trava de segurança, haste em aço inoxidável, parede fina, bisel curto, trifaceado, cortante com fácil introdução, siliconizado, sem colagem entre o tubo vinículo, transparente, atóxico e apirogenico, flexível, com protetor rígido de conectores de agulha e asas, asa de empunhadura flexível com identificação do calibre na asa, proteção na porção distal, cor universal, embalagem individual, papel grau cirúrgico com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número do lote, registro no MS.	Un	GRUPO LABO	120,000	0,3400	40,80
74	Escova endocervical ginecológica, com 22 centímetros, com 0,3 cm de cerdas macias em formato cônico com apce no polo superior, tipo de embalagem e acondicionamento adotados segue as normas da Anvisa. apresentando na embalagem dados de identificação, lote, procedência, fabricação e validade. Embalagem contendo 100 unidades.	Pct	KOLPLAST	7,000	23,3000	163,10
99	Hastes flexíveis tipo cotonete, caixa contendo 75 unidades	Cx	HIGIE TOPP	100,000	1,1500	115,00
107	Lençol descartável, medindo 1,90 x 0,90 com elástico pacote com 10 unidades	Un	MEDGAUZE	300,000	2,0600	618,00
118	Manta aluminizada, medindo 2,10 X 1,40 metros, embalagem unitária e impermeável, manta confeccionada em polipropileno biorientado metalizado.	Un	RESGATE SP	10,000	6,2800	62,80
120	Máscara de Venturi adulto, kit completo com 01 máscara com tubo flexível (corrugado), 06 conectores para fluxo diferenciado por cores 24%, 28%, 31%, 35%, 40%, 50%, 01 extensão para oxigênio 2,1m, 01 copo de umidificação azul 24% 4l/min, amarelo 28% 4l/min, branco 31% 4l/min, verde 35% 6l/min, vermelho 40% 8l/min, laranja 50% 12l/min.	Un	FOYOMED	2,000	13,7000	27,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 4/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

Fornecedor: 603 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
122	Kit adulto para nebulizador com exclusiva proteção antibacteriana, mesmo durante o uso, inibe continuamente o crescimento de fungos e bactérias, reduzindo a contaminação e mantendo as superfícies mais limpas por mais tempo. Incluindo chicote com rosca para acoplar no nebulizador, Máscara para Inalação e copo.	Un	PROTEC	10,000	10,8300	108,30
130	Papel Crepado branco com gramatura 60g/m². 30x30 cm caixa com 500 unidades	Cx	HOSPFLEX	40,000	56,7000	2.268,00
132	Pera precordial para ECG	Un	VEPEX-EPEX	6,000	11,4500	68,70
134	Pinça anatômica dente de rato 14cm, embalagem plástica individual, constando os dados de identificação e procedência	Un	ABC	1,000	14,8900	14,89
142	Pinça mosquito curva 12 cm, embalagem plástica individual, constando os dados de identificação e procedência	Un	ABC	5,000	25,9000	129,50
145	Preservativo masculino em látex de borracha natural lubrificado, formato liso, lados paralelos e extremidade com reservatório, sem aroma, largura nominal 52 mm, caixa com 144 unidades	Cx	MADEITEX-IN	10,000	42,9000	429,00
153	Saco de lixo branco hospitalar 30/40 litros, pacote com 100 unidades	Pct	NEKPLAST	30,000	15,1200	453,60
154	Saco de lixo branco hospitalar 100 litros, pacote com 100 unidades	Pct	NEKPLAST	10,000	31,6200	316,20
168	Soro fisiológico 0,9% 1000ml, sistema fechado - Apresentar AFE de Medicamentos	Frs	FRESENIUS	100,000	5,0500	505,00
169	Soro fisiológico 0,9% 100 ml, sistema fechado - Apresentar AFE de Medicamentos	Frs	FRESENIUS	1.800,000	2,2900	4.122,00
170	Soro fisiológico 0,9% 250ml, sistema fechado - Apresentar AFE de Medicamentos	Frs	FRESENIUS	1.000,000	2,6000	2.600,00
171	Soro fisiológico 0,9% 500ml, sistema fechado -	Frs	FRESENIUS	150,000	2,9600	444,00
174	Termômetro de mínima e máxima para vacina	Un	SUPERMEDY	3,000	60,4000	181,20
175	Termômetro Digital Axilar Clínico, possui beep sonoro ao final da medição, com memória para a última medição realizada. Caso o paciente tenha febre, soa alarme alertando o cuidador. Possui display de fácil visualização. Ponta flexível para maior conforto. Testado e aprovado pelo INMETRO, possuindo Registro na ANVISA. Resistente à água, proporcionando maior durabilidade ao medidor. Desliga automaticamente. Possui alerta para o caso de baixa bateria.	Un	ACCUMED	20,000	17,5900	351,80
176	Tesoura cirúrgica reta 15cm	Un	ABC	6,000	28,4500	170,70
177	Tesoura iris curva 11,5cm	Un	CASSIFLEX	6,000	18,7000	112,20
178	Tesoura iris reta 11,5cm	Un	CASSIFLEX	6,000	18,7000	112,20
197	Umidificador de 250ml para Oxigênio Tampa em nylon, Tubo com borbulador para permitir o arraste das partículas; Copo translúcido com indicação de nível mínimo e máximo	Un	IFAB	8,000	20,6000	164,80
199	Sonda de alimentação enteral nº 10 com fio guia, tubo de sonda em poliuretano radiopaco com escala e graduação; Estéril; Dupla entrada em Y, permite acesso separado para nutrição ou medicação com tampas; Fio guia em aço inox pré-lubrificado com resistência e flexibilidade. Comprimento: 1,07 m.	Un	SOLUMED	10,000	9,6200	96,20
201	Seringa 01 ml Insulina com agulha 26g 1/2 - 13 x 0,45 Mm; Caixa com 100 unidades.	Un	SR	1.000,000	0,2700	270,00
207	Lâmina de bisturi nº15 caixa com 100 unidades	Un	MAXICOR	2,000	34,0000	68,00
210	Mandril para intubação endotraqueal infantil	Un	OXIGEL	1,000	44,0000	44,00
216	Nebulizador Inalador Hospitalar com 4 saídas, portátil e silencioso, bivolt automático, deve funcionar com dois motores elétricos de alto rendimento com pistão oscilante, proporcionando uma inalação contínua suave; com válvulas de ar com 4 saídas que podem ser utilizadas simultaneamente; contendo 4 máscara adulta; 4 máscara infantil; 4 copos modelo turbo capacidade 10ml cada; 4 Mangueira de PVC atóxico com 1,5 metros, encaixe e rosca; Folheto com manual de instruções; Cabo de força; Tensão: 127/220V-Bivolt automático com plugue 3 pinos; frequência: 60 Hz; fusível: 5 A - Ação rápida - 2 cm; Proteção térmica: <150°C; Compressor com Pistão oscilante (isento de óleo); Potência nominal total: 150W ou 1/5CV; Pressão máxima: >30 PSI; Corrente elétrica nominal total: >127V: <1,4A; Tempo de Nebulização: em torno de 15 minutos (para 5ml) podendo variar dependendo do medicamento a ser utilizado; Tipo de proteção contra choque elétrico: Equipamento de classe I; Grau de proteção contra choque elétrico: Parte aplicada de tipo B; Grau de proteção contra penetração nociva de água: IPX0	Un	HR	1,000	1.490,0000	1.490,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADOPágina: 5/24
Processo N°.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL N° 44/2021

Fornecedor: 603 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
219	Kit testesiômetro para Avaliação da Sensibilidade. É constituído por 7 monofilamentos (Semmes-Weinstein) calibrados, montados em suportes e protegidos dentro de tubos transparentes. Seis tubos servem como hastes para segurar e manter o filamento na posição correta para aplicação. Deve possuir um sétimo tubo que serve de reservatório para outros dois filamentos dos mais delicados, e serve também para apoiar convenientemente sobre uma superfície, as demais hastes, uma vez montadas para utilização. O produto deve ser reconhecido pelo Ministério da Saúde. Os monofilamentos possuem comprimentos iguais, cores e diâmetros diferentes. Os monofilamentos exercem forças de 0,05g a 300g quando aplicados sobre a pele. Deve conter as seguintes intensidades: - Verde: 0,05g; - Azul: 0,2g; - Violeta: 2,0g; - Vermelho: 4,0g; - Laranja: 10,0g; - Rosa: 300,0g.	Un	ARKTUS	1,000	286,0000	286,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 6/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

Fornecedor: 603 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
223	<p>Desfibrilador externo automático dea; equipamento portátil, compacto, leve, microprocessado, com alça para transporte incorporada ao gabinete, adaptável a pacientes adultos e pediátricos, de tamanho reduzido, tecnologia de onda bifásica exponencial truncada em conformidade com a guideline 2015, possibilidades de atualização futura de protocolo no próprio local onde o equipamento estiver instalado. projetado para atendimento em emergências cardíacas e aplicação com uso de pás adesivas, com indicação ilustrativa para o correto posicionamento. suporte básico de vida com identificação visual através de etiquetas com leitura simbólica e numérica indicando passo a passo a sequência da rcp. alarmes sonoros e visuais: alarmes de bateria fraca. auxílio ao socorrista: indicação sonora para o ritmo da massagem cardíaca. o equipamento emitirá um bip orientando o socorrista a velocidade adequada da massagem cardíaca a ser aplicada no tórax do paciente. auto-teste: realiza auto teste ao ser ligado periodicamente. informa o percentual da carga da bateria, quando detectada que a bateria está com percentual baixo os alarmes serão iniciados emitindo um sinal sonoro e visual.</p> <p>alimentação: 110/220 volts anula carga: descarga interna após 30 segundos se não houver sido acionado o botão luminoso de tratamento. bateria: de lítium - recarregável de longa duração - pack de baterias que possibilita tanto a utilização de baterias recarregáveis quanto baterias descartáveis. bateria recarregável lítium-ion standard: capacidade para 200 choques ou 10 horas de monitoramento, 5 anos em stand-by. tipo: lítium-polymer (li-po) recarregável, 11,1 vdc, 2200mah. alimentação interna (bateria interna). tempo de carga completa da bateria (completamente descarregada): 4 horas. temperatura de 10°C a 60°C. carregador de bateria: entrada: 100 - 240 vac/ 50 - 60 hz saída: 12,6vdc - 800mA. a combinação do carregador com o equipamento compõe um sistema. modo de desfibrilação infantil de fábrica: uso infantil de 01 a 08 anos de idade - com limite de 50 joules - 50 - 50 - 50 joules. Modo de desfibrilação adulto disponíveis: 150-200-200 joules, 150-150-150 joules, 150, 200, 360 joules ou outras configurações de acordo com a necessidade do cliente. comandos: comandos de voz, texto, sinais visuais. dispõe de comando de voz e texto apresentados em display, que instrui o socorrista/profissional durante a sequência da rcp. conexão das pás: as pás ficam conectadas ao equipamento e enquanto esta não é conectada o dea informa por comando de voz e texto, indicando a necessidade de conectá-las. conectores: conector das pás de choque (eletrodos) na parte frontal do equipamento. detecções: detecta automaticamente arritmias malignas, tv e fv, que necessitam de desfibrilação automática. dados visualizados no display: visualiza a curva, o número de choques, cronômetro, indicador do nível de bateria, bpm, as mensagens de texto e desenhos explicativos. display de cristal líquido colorido: 4,3" - colorido com ângulo superior a 30% (trinta) por cento de inclinação que permite ao socorrista a perfeita visualização da monitorização do ecg. ecg: sistema automático de avaliação de ecg que detecta complexos qrs, apresentando a curva do ecg no display do equipamento. entrada usb: conexão usb para transferência de dados frequência cardíaca: 10-300 bpm com apresentação numérica no display. gabinete: em polímero de alto impacto - totalmente isolado. grau de proteção: ip 56 - proteção contra entrada de sólidos e líquidos. grau de proteção contra choque elétrico: aplicável a cada módulo: grau de proteção contra choque elétrico spo2 - parte aplicada de tipo bf à prova de desfibrilação dea - parte aplicada de tipo cf à prova de desfibrilação. impedância: medidas da impedância para ajuste da fase 1 e 2 da onda bifásica (20-200ohms), ajustando o tempo de duração, o nível de corrente elétrica do choque, aumentando a eficácia na desfibrilação e reduzindo o risco de danos causados ao paciente não permitindo disparo com pás abertas ou em curto-circuito. idioma: português - opcionais: inglês e espanhol pás descartáveis: pás descartáveis adulto e/ou infantil. softwares: possui software dedicado, compatível com ambiente windows para comunicação e interpretação dos dados coletados para pc, com cabos interface, licença de software, quando solicitado com esta versão. software phoenix: através deste software é possível visualizar todos os eventos ocorridos durante a toda utilização do equipamento. através do cartão de memória ou do cabo usb será possível a transferência dos dados para o software phoenix que permitirá uma análise detalhada dos eventos gravados durante a utilização do dea. permite visualização de todos os dados armazenados; exibição das curvas, eventos, informações gerais, impressão de dados, alteração de idioma, visualização de eventos ocorridos, data e hora, descrição da ocorrência. com capacidade de armazenamento de 4 gigabytes ou mais de 1000 eventos. tempo de</p>	Un	INSTRAMED	1,000	8.245,0000	8.245,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 7/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

30 segundos na energia máxima. tempo de carga completa da bateria: 4 horas quando completamente descarregada. tempo descarga: menor que 240 ms. tipo de onda: bifásica exponencial truncada. softwares: possui software dedicado, compatível com ambiente windows para comunicação e interpretação dos dados coletados para pc, com cabos interface, licença de software, quando solicitado com esta versão. temperatura ambiente: 0°C a 50°C
umidade relativa do ar: 05% a 95% - sem condensação
classificação: cf

Fornecedor: 772 - METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Abaxador de língua, espátula confeccionada em madeira resistente com pontas arredondadas, acabamento uniforme e liso em toda extensão, descartável, não estéril, pacote com 100 unidades.	Un	THEOTO/MA	30,000	4,2900	128,70
13	Aguilhas para coleta a vácuo 25X7MM caixa c/ 100 unidades. Siliconizadas, com bisel trifacetado com corte a laser, para um melhor deslizamento da agulha na veia e apresentam medidas recomendadas para obtenção de amostras de qualidade	Cx	INJEX/COLET	2,000	39,2500	78,50
21	Atadura de crepe 13 fios tipo i, 08 cm de largura x 1,80 mt de comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão/23% poliéster/8% elastano, com peso 18 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfiamento, enrolada uniformemente, em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a nbr 14056.	Un	MEDI HOUSE	1.500,000	0,5900	885,00
24	Atadura de crepe 13 fios tipo i, 15 cm de largura x 1,80 mt de comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão/23% poliéster/8% elastano, com peso 32,7 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfiamento, enrolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a nbr 14056.	Un	MEDI HOUSE	1.000,000	1,0800	1.080,00
27	Avental descartável branco com manga curta, gr40, tamanho único, pacote contendo 10 unidades	Pct	DEJAMARO/D	60,000	39,9000	2.394,00
33	Bobina papel grau cirúrgico medindo 12cm x 100 metros.	Un	PACK GC/GR	25,000	55,6500	1.391,25
37	Cadarço fixação tubo endotraqueal rolo com 10 metros	RI	TECNIL/FIXA	5,000	3,1000	15,50
42	Cateter periférico nº 14, com sistema de proteção total da agulha após a punção, sem risco de contaminação por resíduos biológicos, mantendo agulha e sangue encapsulados. Cânula de 45 mm de comprimento. Dispositivo de poliuretano, com parede fina e ponta levemente afunilada, radiopaco, agulha siliconizada, bisel curto e trifacetado, conector Luerlock, adaptação universal, atóxico, estéril, embalado individualmente, papel grau cirúrgico, com abertura asséptica. Contendo externamente dados de identificação, sendo: procedência, tipo e data de esterelização, validade, número do lote, Registro no Ministério da Saúde, seguindo a NR 32, atendendo a portaria federal 485 de 11/11/2005. Validade de 5 anos. A empresa vencedora deverá proporcionar treinamento e acompanhamento deste produto.	Un	LABOR IMPO	10,000	2,2200	22,20
43	Cateter periférico nº 16, com sistema de proteção total da agulha após a punção, sem risco de contaminação por resíduos biológicos, mantendo agulha e sangue encapsulados. Cânula de 45 mm de comprimento. Dispositivo de poliuretano, com parede fina e ponta levemente afunilada, radiopaco, agulha siliconizada, bisel curto e trifacetado, conector Luerlock, adaptação universal, atóxico, estéril, embalado individualmente, papel grau cirúrgico, com abertura asséptica. Contendo externamente dados de identificação, sendo: procedência, tipo e data de esterelização, validade, número do lote, Registro no Ministério da Saúde, seguindo a NR 32, atendendo a portaria federal 485 de 11/11/2005. Validade de 5 anos.	Un	LABOR IMPO	30,000	2,1300	63,90
59	Cuba para assepsia, redonda em inox dimensões 8x4 cm, capacidade para 150 ml	Un	FAMITA/INOX	5,000	12,8700	64,35
60	Curativo adesivo tipo Band-aid pequeno redondo, diâmetro médio de 22mm, caixa contendo 500 unidades.	Cx	CIEX/ADESIV	15,000	12,7700	191,55
63	Detergente enzimático frasco com 5000ml com 5 enzimas. -Apresentar AFE de saneantes	Un	KELLDRIN/EN	15,000	69,4000	1.041,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 8/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

Fornecedor: 772 - METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
72	Escalpenº23 para infusão intravenosa, descartável, estéril, com trava de segurança, haste em aço inoxidável, parede fina, bisel curto, trifaceado, cortante com fácil introdução, siliconizado, sem colagem entre o tubo vinículo, transparente, atóxico e apirogenico, flexível, com protetor rígido de conectores de agulha e asas, asa de empunhadura flexível com identificação do calibre na asa, proteção na porção distal, cor universal, embalagem individual, papel grau cirurgico com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número do lote, registro no MS.	Un	SOLIDOR/INT	1.000,000	0,3300	330,00
76	Esfignomanometro obeso (16 x 42 cm), mecanismo aneróide livre de mercúrio, de precisão de +/- 3mmHg, acessórios isentos de látex (antialérgicos), resistente a queda, pêra grande para rápida insuflação do manguito, braçadeira com fechamento em velcro resistente e lavável, manômetro moldado em ABS ou liga termoplástica, acompanhar os acessórios: 01 braçadeira com manguito, 01 bolsa com zíper para acondicionamento e manual de instruções em língua portuguesa, provação do Inmetro, garantia de equipamento 2 anos e calibração 5 anos.	Un	ACCUMED/P	2,000	91,9900	183,98
82	Estetoscópio profissional, fabricado em aço inoxidável, melhor acústica que permita auscultar sons de baixa e alta frequência, girando o lado do auscultador, revestimento da borda anti-frio para maior conforto do paciente, mola do ângulo flexível e interna ao tubo de PVC, isento de látex, acompanha ao equipamento identificador de propriedade para encaixe do Y no tubo, além de dois pares de olivas e uma membrana para campânula. Garantia de no mínimo 3 anos, comprovado por registro na Anvisa	Un	PREMIUM/ES	5,000	64,3000	321,50
90	Fralda geriátrica tamanho EG (extra grande), (pacote com no mínimo 7 fraldas), cintura com aproximadamente 110 até 165 centímetros, atende a usuários de peso aproximado acima de 90 Kg e com capacidade mínima de absorção de 1.800ml, com as seguintes especificações mínimas: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras para proporcionar mais segurança contra vazamentos laterais; elásticos nas pernas para conforto e liberdade de movimentos, núcleo de absorção com alta concentração de gel para absorção e retenção imediata de líquidos e com formato anatômico, interior de não tecido e aloe vera para que a fralda proporcione cobertura macia ao toque na pele deixando- a seca e protegida; camada externa de toque com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança, conforto e maciez ao produto; indicador de umidade com duas tiras, com faixa colorida que mude de cor em contato com a urina so o horário de troca de fralda sem a necessidade de abrir e fechar o produto; controlador de odor com extrato natural; componentes atóxicos e pré-testados. Composição mínima: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes (tipo dry gel), barreiras protetores de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação reposicionais de camada dupla que possam ser coladas e descoladas quantas vezes forem necessárias.	Pct	TENA CONFO	250,000	14,4500	3.612,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 9/24
Processo N°.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL N° 44/2021

Fornecedor: 772 - METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
91	Fralda geriátrica tamanho M(média), (pacote com no mínimo 10 fraldas), cintura com aproximadamente 70 até 120 centímetros, atende a usuários de peso aproximado de 40 até 70 Kg e com capacidade mínima de absorção de 1.600ml, com as seguintes especificações mínimas: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras para proporcionar mais segurança contra vazamentos laterais; elásticos nas pernas para conforto e liberdade de movimentos, núcleo de absorção com alta concentração de gel para absorção e retenção imediata de líquidos e com formato anatômico, interior de não tecido e aloe vera para que a fralda proporcione cobertura macia ao toque na pele deixando- a seca e protegida; camada externa de toque com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança, conforto e maciez ao produto; indicador de umidade com duas tiras, com faixa colorida que mude de cor em contato com a urina sinalizando o horário de troca de fralda sem a necessidade de abrir e fechar o produto; controlador de odor com extrato natural; componentes atóxicos e pré-testados. Composição mínima: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes (tipo dry gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação reposicionais de camada dupla que possam ser coladas e descoladas quantas vezes forem necessárias	Pct	TENA CONFO	150,000	14,2500	2.137,50
93	Fralda Infantil tamanho "XXG" (indicado para bebês acima de 15 kg) Possui camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, diminuindo o tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; Barreiras anti-vazamento nas laterais e formato anatômico proporcionando maior conforto, com até 12 horas de proteção. Camada externa macia, dando aparência de tecido. Apresentar controlador de odor com extrato natural, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação. Os componentes deverão ser atóxicos e pré-testados, Camada externa de polietileno, fibras de celulose, barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano. Devidamente acondicionadas de acordo com o fabricante, respeitando as exigências. Pacote contendo 20 fraldas	Pct	MILI/INFANTI	150,000	17,8000	2.670,00
96	Gel hidratante e absorvente para feridas, não-estéril, composto de alginato de cálcio e sódio e carboximetilcelulose sódica num excipiente aquoso, transparente e viscoso; Frasco com 85g.	Tb	CASEX/85G	80,000	21,7000	1.736,00
98	Hastes flexíveis com algodão nas extremidades (tipo cotonete) caixa com 200 unidades.	Cx	HIGIETOP/FL	20,000	3,1000	62,00
104	Lanceta para coleta de sangue capilar: Confeccionada em plástico rígido com design ergonômico, possui protetor plástico e dispositivo de segurança onde a agulha retrátil é acionada por contato para fácil manuseio e segurança na punção; Lâmina com 2,0mm de profundidade em acordo com a NCCLS (CLSI)/ H4-A4, Vol 19 n° 16 pág 06, e 1,5mm de largura, retrátil acionada por contato, estéril, uso-único e com número de lote impresso no produto. Esterilizado a Radiação Gama. Apresentação: caixas com 200 unidades cada, contendo número de lote, prazo de validade e instruções de uso.	Cx	MEDLEVENS	3,000	52,0200	156,06
105	Lancetas esterilizadas para lancetador próprio para caneta, apresentando na embalagem dados de identificação, lote, data de esterilização, providência, validade, e apresentar registro no Ministério da Saúde. Acondicionada em caixas com 100 unidades.	Cx	MEDLEVENS	200,000	4,4100	882,00
106	Lanterna clínica profissional para avaliação do reflexo da pupila e exames clínicos, construída em material bronze ou aço inoxidável, luz branca para melhor visualização da cor do tecido, acionamento para ligar e desligar sem a necessidade de manter o dedo pressionando, lâmpada de LED, vida útil aproximadamente 10.000 horas	Un	BIOLAND/CLÍ	2,000	21,9000	43,80
129	Oxímetro de pulso portátil de dedo	Un	STRAMEDICA	10,000	98,5000	985,00
135	Pinça anatômica dissecação 16cm, embalagem plástica individual, constando os dados de identificação e procedência	Un	ABC/DISSEC	1,000	14,9800	14,98
136	Pinça de Allis medindo 20cm, embalagem plástica individual, constando os dados de identificação e procedência	Un	ABC/ALLIS	1,000	53,3600	53,36
138	Pinça Kelly 16cm curva, embalagem plástica individual, constando os dados de identificação e procedência	Un	RICHARDS/K	5,000	25,2300	126,15
140	Pinça Koher 14 cm curva, embalagem plástica individual, constando os dados de identificação, procedência	Un	ABC/KOCHE	1,000	31,3800	31,38
141	Pinça Koher 14cm reta, embalagem plástica individual, constando os dados de identificação e procedência.	Un	MUGHAL/KO	1,000	25,4600	25,46

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 10/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

Fornecedor: 772 - METROMED COM. DE MATERIAIS MED.HOSP.LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
149	Ressuscitador manual kit adulto em silicone com reservatório 1600ml	Un	PHARMATEX	1,000	181,9000	181,90
150	Ressuscitador manual kit infantil em silicone com reservatório 1000ml	Un	PHARMATEX	1,000	181,9000	181,90
151	Ressuscitador manual kit neonatal em silicone com reservatório 600ml	Un	PHARMATEX	1,000	181,9000	181,90
165	Sonda uretral de alívio nº 10 descartável, em PVC siliconizado, embalagem unitária, estéril	Un	BIOSANI/URE	300,000	0,4800	144,00
166	Sonda uretral de alívio nº 12 descartável, em PVC siliconizado, embalagem unitária, estéril	Un	BIOSANI/URE	1.000,000	0,4800	480,00
167	Sonda uretral de alívio nº 14 descartável, em PVC siliconizado, embalagem unitária, estéril.	Un	BIOSANI/URE	1.000,000	0,5300	530,00
172	Soro ringer com lactato, sistema fechado 1000 ml - Apresentar AFE de Medicamentos	Frs	EQUIPLEX/C	3,000	5,4600	16,38
173	Termômetro clínico infravermelho de testa. Com material: Plástico ABS, Resolução da tela: 0.1 °c (0.1 °f), Medição da temperatura do corpo: 32.0-43 °c/90-109.4 °f, com Precisão: (+/-) 0.2 °c (erro de 0.6 °c é permitido devido ao teste infravermelho e efeito ambiental). Distância de medição: 1 a 15cm. Fonte de alimentação: 2x1.5 Pilhas AAA (com pilhas incluídas)	Un	STRAMEDICA	10,000	110,0000	1.100,00
179	Tira reagente para detecção de glicose no sangue, determinação quantitativa por qualquer química enzimática, com leitura em monitor portátil, de calibração fácil e rápida, fornecendo resultados precisos, com sensibilidade na faixa de 20 a 600mg/dl, aceitando valores inferiores ou superiores, utilizando amostra de sangue capilar, com tecnologia fotométrica ou amperométrica, com registro na Anvisa, acondicionado em frasco com 50 unidades. A empresa vencedora deverá entregar em comodato 50 aparelhos medidores, que sejam compatíveis com as tiras	Un	ON CALL PLU	100,000	25,7500	2.575,00
181	Tubo de Silicone (extensor) transparente para oxigenioterapia	Mt	TAYLOR/SILI	50,000	14,9000	745,00
198	Sonda de aspiração Traqueal nº 08, Espessura da sonda: 03mm; Estéril; Atóxico; Descartável (uso único); Composta de Tubo de PVC atóxico flexível com modelo de furação específica e conector com tampa.	Un	BIOSANI/ASP	8.000,000	0,5100	4.080,00
209	Mandril para intubação endotraqueal adulto	Un	PROTEC/ADU	1,000	39,9000	39,90
213	Sonda uretral de alívio nº 08 descartável, em PVC siliconizado, embalagem unitária, estéril.	Un	BIOSANI/URE	600,000	0,4800	288,00
217	Aspirador de líquidos e secreções, ideal para uso clínico, odontológico, veterinário e cirúrgico. O Aspirador deve possuir um bomba de vácuo com acionamento elétrico que permite uma pressão negativa, criando uma sucção. Possuir uma mangueira que direciona a secreção aspirada e destinada a um recipiente. Deve ter capacidade de aspiração de 1,3 litro; Sucção dos líquidos aspirados de 0 a 592 mmHg; Possuir protetor térmico que atua como dispositivo de segurança; ser portátil e silencioso, com baixo consumo de energia; deve possuir garantia por defeitos de materiais e de fabricação que apareçam em até 1 ano.	Un	NEVONI/STA	2,000	287,7800	575,56

Fornecedor: 1852 - PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Água deionizada, frasco com 5000ml - AFE Saneantes	Lt	CLAVE H2O	100,000	10,0000	1.000,00
18	Algodão hidrófilo, sendo fibras 100% algodão alveado, macio, livre de impurezas, boa capacidade de absorção e retenção de líquidos. Embalado em rolos, pesando 500 gramas, com camadas sobrepostas formando uma manta com espessura uniforme entre 01 a 1,50 cm e regularmente compacto, enrolado em papel azul apropriado em toda sua extensão, medindo aproximadamente 22 cm de largura, com pH no intervalo entre 5,0 e 8,0, conforme dados constantes nas normas ABNT NBR 14.635/00. Validade de sessenta meses. Deverá conter nº de lote, constando o produto interno e os dados externos de identificação conforme portaria Inmetro nº 01/98. Para este item os proponentes deverão apresentar os seguintes documentos: registro do produto conforme RDC 185/01 emitido pela ANVISA dentro do prazo de validade.	Pct	MEDIHOUSE	40,000	11,0000	440,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 11/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

Fornecedor: 1852 - PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
20	Atadura de crepe 13 fios tipo i, 06 cm de largura x 1,80 mt de comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão/23% poliéster/8% elastano, com peso 13,35 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfiamento, enrolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a nbr 14056.	Un	MEDIHOUSE	1.000,000	0,5000	500,00
23	Atadura de crepe 13 fios tipo i, 12 cm de largura x 1,80 mt de comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão/23% poliéster/8% elastano, com peso 26 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfiamento, enrolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a nbr 14056.	Un	MEDIHOUSE	1.500,000	0,8600	1.290,00
25	Atadura de crepe 13 fios tipo i, 20 cm de largura x 1,80 mt de comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão/23% poliéster/8% elastano, com peso 42,8 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfiamento, enrolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a nbr 14056.	Un	MEDIHOUSE	100,000	1,4500	145,00
29	Bacia redonda Inox 30x6,5cm, com bom acabamento, capacidade de 3000ml	Un	IKINCI	3,000	50,0000	150,00
50	Clorexidina Aquoosa 0,12% 100ml, frasco descartável - Apresentar AFE de saneantes.	Frs	RIOQUIMICA	150,000	10,0000	1.500,00
55	Coletor para material perfuro cortante contaminado com capacidade total para 13 litros, confeccionado em material apropriado, rígido, impermeável e resistente a perfuração em condições de uso e descarte, com fundo rígido e reforçado, sem que ocorra transfixação e resistente a queda, mantendo a integridade com relação a montagem e fechamento, isento de ruptura, deformação ou perfuração, com sistema de abertura e fechamento prático e seguro ao manuseio, com orientações de uso do fabricante, colocadas de forma que permita fácil visualização e compreensão em cada coletor. Abertura que facilite a colocação dos objetos, alças resistentes para transporte, fixas ao coletor, posicionadas de forma funcional, tampa afixada ao coletor com dispositivo que assegure a inviolação do mesmo após o uso.	Un	DESCARBOX	250,000	7,0000	1.750,00
57	Compressa de gaze 10 x 10 constituída de tecido 100% algodão, com densidade de 13 fios por cm2, 20 cm x 40 cm quando aberta, com 5 dobras e 8 camadas de modo a medir 10 x 10 cm quando dobrada, com as bordas voltadas para parte interna e sem fios soltos. a compressa deverá ter boa capacidade de absorção, ser macia, isenta de impurezas, amido, alvejantes ópticos, ou substâncias alergênicas. pacotes com 500 unidades, não estéril. com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica. abnt nbr 13843 e possuir registro ms	Pct	MEDIHOUSE	250,000	50,5000	12.625,00
66	Envelope auto-selante, tamanho médio de 09 X 26 cm, caixa contendo 200 unidades	Cx	ZERMATT PA	50,000	25,0000	1.250,00
75	Esfigmomanômetro adulto, mecanismo aneróide livre de mercúrio, de precisão de +/- 3mmHg, acessórios isentos de látex (antialérgicos), resistente a queda, pêra grande para rápida insuflação do manguito, braçadeira com fechamento em velcro resistente e lavável, manômetro moldado em ABS ou liga termoplástica, acompanhar os acessórios: 01 braçadeira com manguito, 01 bolsa com zíper para acondicionamento e manual de instruções em língua portuguesa, provação do Inmetro, garantia de equipamento 2 anos e calibração 5 anos	Un	SOLIDOR	8,000	73,0000	584,00
77	Esparadrapo impermeável, medindo 10 cm X 4,5 metros, com capa.	Un	MISSNER	25,000	7,5000	187,50
87	Fita microporosa branca 5,0cm x 10 mts, com capa.	RI	MISSNER AD	750,000	3,6500	2.737,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 12/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

Fornecedor: 1852 - PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
89	Fralda geriátrica tamanho G (grande), pacote com no mínimo 8 fraldas, cintura com aproximadamente 100 até 150 centímetros, atende a usuários de peso aproximado de 70 até 90 Kg e com capacidade mínima de absorção de 1.800ml, com as seguintes especificações mínimas: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras para proporcionar mais segurança contra vazamentos laterais; elásticos nas pernas para conforto e liberdade de movimentos, núcleo de absorção com alta concentração de gel para absorção e retenção imediata de líquidos e com formato anatômico, interior de não tecido e aloe vera para que a fralda proporcione cobertura macia ao toque na pele deixando-a seca e protegida; camada externa de toque com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança, conforto e maciez ao produto; indicador de umidade com duas tiras, com faixa colorida que mude de cor em contato com a urina sinalizando o horário de troca de fralda sem a necessidade de abrir e fechar o produto; controlador de odor com extrato natural; componentes atóxicos e pré-testados. Composição mínima: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes (tipo dry gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação reposicionais de camada dupla que possam ser coladas e descoladas quantas vezes forem necessárias. (19539)	Pct	BIOFRAL TEN	350,000	14,5000	5.075,00
92	Fralda geriátrica tamanho P (pequena), (pacote com no mínimo 11 fraldas), cintura com aproximadamente 40 até 80 centímetros, atende a usuários de peso aproximado de 20 até 40 Kg e com capacidade mínima de absorção de 1.100ml, com as seguintes especificações mínimas: camadas de distribuição para rápida distribuição do líquido, menor tempo de contato com a pele e redução do retorno do líquido; barreiras para proporcionar mais segurança contra vazamentos laterais; elásticos nas pernas para conforto e liberdade de movimentos, núcleo de absorção com alta concentração de gel para absorção e retenção imediata de líquidos e com formato anatômico, interior de não tecido e aloe vera para que a fralda proporcione cobertura macia ao toque na pele deixando-a seca e protegida; camada externa de toque com aparência de tecido e sem o ruído típico do plástico, proporcionando maior segurança, conforto e maciez ao produto; indicador de umidade com duas tiras, com faixa colorida que mude de cor em contato com a urina sinalizando o horário de troca de fralda sem a necessidade de abrir e fechar o produto; controlador de odor com extrato natural; componentes atóxicos e pré-testados. Composição mínima: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros super absorventes (tipo dry gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação reposicionais de camada dupla que possam ser coladas e descoladas quantas vezes forem necessárias	Pct	BIOFRAL TEN	100,000	14,2500	1.425,00
95	Gaze em rolo "tipo queijo", medindo 91cm x 91 m, com 13 fios por cm², não estéril, confeccionada em tecido 100% algodão, 04 dobras, 08 camadas, massa por unidade "peso" 1.987kg com variação de 5% isento de embalagem, com trama fechada, textura uniforme, adequada, alvejada e hidrofiliada, isenta de resíduos, manchas, falhas, devem ser branqueadas, purificadas, isenta de alvejante óptico e amido, possuir ph com intervalo entre 5,0 e 8,0 apresentar hidrofiliada menor ou igual a 15 segundos, sem filamento radiopaco, conforme normas ABNT NBR 14.108, acondicionada em embalagem plástica com 01 unidades, garantindo a integridade do produto. validade do produto: sessenta meses, conter nº de lote, constando produto interno e dados externos de identificação e procedência conforme portaria INMETRO 106/2003	RI	MEDIHOUSE	5,000	97,5000	487,50
114	Luva para procedimentos, tamanho grande "G", não estéril, confeccionada em látex natural flexível, com bainha, ambidestra, com perfeita adaptação ao formato anatômico da mão e ajuste ao antebraço, material resistente, sem furos, que permita sensibilidade tátil, levemente lubrificadas com pó bioabsorvível atóxico, deve apresentar conformidade com a RDC Nº 5 de 19 fevereiro de 2008, estar de acordo com a norma técnica NBR 13392, portaria nº 233, de 30 de junho de 2008 do Inmetro e NR 6 do Ministério do trabalho, embalada em caixas com 100 unidades, com abertura que permita retirada das luvas uma a uma, com identificação em língua portuguesa da marca, fabricante, lote e prazo de validade.	Cx	GLOMED	10,000	63,4500	634,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 13/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

Fornecedor: 1852 - PRO HOSPITAL SUL COM MAT MEDICO E ODONTOLOGICO LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
116	Luva para procedimentos, tamanho pequeno "P", não estéril, confeccionada em látex natural flexível, com bainha, ambidestra, com perfeita adaptação ao formato anatômico da mão e ajuste ao antebraço, material resistente, sem furos, que permita sensibilidade tátil, levemente lubrificadas com pó bioabsorvível atóxico, deve apresentar conformidade com a RDC Nº 5 de 19 fevereiro de 2008, estar de acordo com a norma técnica NBR 13392, portaria nº 233, de 30 de junho de 2008 do Inmetro e NR 6 do Ministério do trabalho, embalada em caixas com 100 unidades, com abertura que permita retirada das luvas uma a uma, com identificação em língua portuguesa da marca, fabricante, lote e prazo de validade.	Cx	GLOMED	100,000	63,4500	6.345,00
128	Otoscópio Adulto com lâmpada Halógena, 2,5v, com 05 espelhos e estojo, cabo em metal recartilhado para uso com 02 pilhas tamanho "C" e regulagem de intensidade de luz, conexão para otoscopia pneumática, com cabeçote em metal cromado, com lupa, lente giratória com aumento de 4 vezes. Controle de intensidade da luz e liga/desliga. Contém 05 espelhos de diferentes medidas, cabo recartilhado em metal antiderrapante para melhor empunhadura, isento de borracha e plástico, com garantia de um ano contra defeitos de fabricação.	Un	MIKATOS	2,000	300,0000	600,00
131	Papel lençol descartável, rolo com 50cm x 50mts, branco	RI	Fortclean Med	50,000	6,5000	325,00
139	Pinça Kelly 16cm reta, embalagem plástica individual, constando os dados de identificação e procedência.	Un	ABC	2,000	37,2000	74,40
215	Inalador portátil; Compressor com pistão oscilante, Compressão de 30 libras(máxima), Motor Universal; Consumo de energia de até 45 Watts; Vazão de ar livre de no mínimo 18 litros/min; Vazão de ar com nebulizador de no mínimo 12 litros/min; Tamanho de partículas de 0,3-8 microns, Voltagem de 220 Volts (50/60 Hz).	Un	SUPERMEDY	3,000	130,0000	390,00

Fornecedor: 4853 - LA DALLA PORTA JUNIOR

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Água destilada 10 ml - AFE Saneantes	Amp	SANTEC	150,000	0,3200	48,00
16	Álcool hospitalar líquido 70%, 1000ml. Frasco descartável. Seguindo as normas regulamentadoras em vigor, para uso hospitalar, com alto índice de desinfecção, líquido, prazo de validade mínimo deve ser de 2/3 a partir da data de entrega, embalagem com 1000ml. Apresentar AFE de saneantes.	Frs	VIC PHARMA	250,000	5,9000	1.475,00
17	Álcool hospitalar líquido 70%, 5000ml. Frasco descartável. Seguindo as normas regulamentadoras em vigor, para uso hospitalar, com alto índice de desinfecção, líquido, prazo de validade mínimo deve ser de 2/3 a partir da data de entrega, embalagem com 5000ml. Apresentar AFE de saneantes.	Frs	CICLOFARMA	60,000	33,9900	2.039,40
22	Atadura de crepe 13 fios tipo i, 10 cm de largura x 1,80 mt de comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão/23% poliéster/8% elastano, com peso 21,86 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfiamento, enrolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto deverá estar de acordo com a nbr 14056	Un	MEDI HOUSE	2.000,000	0,7200	1.440,00
26	Atadura elástica, medindo 15cm x 2,2m, confeccionada em tecido sintético misto, absorvente, alta resistência e elasticidade no sentido longitudinal para utilização em grandes queimaduras, pós operatório de orelha de abano e cirurgias vasculares. Embalagem individual contendo externamente dados de rotulagem conforme RDC 185 de 22/10/2001. Pacote com 12 unidades	Pct	polar fix	100,000	16,5000	1.650,00
28	Avental descartável branco com mangalonga, gr40, tamanho único, pacote com 10 unidades	Pct	anadona	350,000	57,7000	20.195,00
41	Cateter nasal tipo óculos, adulto, com extensão de aproximadamente 2,1m em PVC, flexível, com ajuste e adaptação confortável no paciente, sendo que o conector da cavidade nasal deverá ser composto por PVC de alta qualidade, flexível, que não cause ferimentos no paciente. Embalagem individual em papel grau cirúrgico e filme plástico, contendo externamente dados de rotulagem conforme RDC 185 de 22/10/2001.	Un	medsonda	100,000	0,7900	79,00
47	Catgut cromado nº 3,0, com agulha 2,5 cm, caixa contendo 24 unidades	Cx	ace	1,000	85,0000	85,00
51	Clorexidina Degermante 2% 100ml, almotolia descartável - Apresentar AFE de saneantes.	Frs	vicpharma	150,000	2,8000	420,00
53	Coletor de fezes/urina com capacidade para 80ml, fechamento com tampa de rosca.	Un	cral	100,000	0,3000	30,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 14/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

Fornecedor: 4853 - LA DALLA PORTA JUNIOR

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
65	Eletrodo para monitorização cardíaca para procedimentos de curta ou longa duração (04 dias). Indicado para eletrocardiograma e monitorização cardíaca em pronto-socorro, emergências, procedimentos cirúrgicos e ITI. Embalagens com 50 unidades cada.	Pct	maxicor	200,000	15,8300	3.166,00
68	Equipo macro gotas para infusão de solução parenteral, medindo no mínimo 1,5 metros, com câmara de gotejamento flexível com filtro de partículas, contendo respiro com filtro bacteriológico, injetor lateral na câmara e no tubo com borracha autocicatrizante para administração de soluções parenterais, tubo maleável, transparente e isento de memória de dobras, com pinça corta fluxo em rolete plástico resistente, uma ponta perfurante e na outra conector com calibre de conexões adequadas, atóxico, apirogênico, estéril em embalagem unitária com abertura asséptica em papel grau cirúrgico, contendo dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, número do lote e registro no MS.	Un	tkl	700,000	0,9800	686,00
78	Espátula de Ayre, espátula de madeira lisa, cor natural, superfície e bordas perfeitamente acabadas com 18 centímetros, de comprimento, uma extremidade arredondada e a outra afilada, espessurada e largura uniformes em sua extensão, tipo de embalagem e acondicionamento adotados segue as normas vigentes da Anvisa, apresentando na embalagem dados de identificação, lote, procedência, fabricação e validade. Embalagem contendo 100 unidades	Pct	estilo	10,000	6,7500	67,50
83	Fita adesiva hospitalar 16mm x 50 m. Embalada individualmente	RI	masterfix	100,000	2,8300	283,00
84	Fita adesiva para autoclave, medindo 19mm X 30 metros, com marcas para comprovação da esterilização. Embalada individualmente. Utilizada para fechamento de pacotes de papel e de pano que serão esterilizados em autoclave. Apresenta-se na cor bege com listras amarelas diagonais, que se tornam marrom intensa após a esterilização. Confeccionada com dorso de papel crepado à base de celulose. Recebe, em uma de suas faces, massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resinas e, na outra face, uma fina camada impermeabilizante de resina acrílica. Descola-se sem rasgar. Não mancha o pano	RI	masterfix	100,000	3,2200	322,00
86	Fita microporosa branca 2,5cm x 10 mts, com capa.	RI	missner adpel	30,000	2,1200	63,60
88	Fixador citológico aerossol, frasco com 100ml.	Frs	cral	6,000	5,7500	34,50
97	Gel para aparelho de ultrassonografia, embalagem com 1kg. Embalagem individual que contenha externamente dados de rotulagem	Un	multigel	5,000	6,4500	32,25
102	Lâmina de bisturi nº11 caixa com 100 unidades	Cx	medix	8,000	31,5700	252,56
103	Lâmina de bisturi nº24 caixa com 100 unidades	Cx	medix	6,000	31,5700	189,42
108	Loção oleosa a base de girassol, vitamina A e ácido linoleito, ácido caprílico, ácido caprílico, lecitina de soja e ácidos graxos essenciais/TCM que revitaliza a pele, auxiliando na prevenção de escaras, frasco com 100ml. - Apresentar AFE de saneantes.	Un	nutriex	400,000	3,7400	1.496,00
110	Luva cirúrgica estéril nº 7,5 confeccionada em látex natural, com alta sensibilidade tátil, impermeável, boa elasticidade e resistência, formato anatômico, acabamento com punho, textura uniforme, sem falhas, lubrificadas com pó bioabsorvível, envelopadas aos pares, embalagem com dados de identificação, procedência, data, tipo de esterilização e prazo de validade	Pares targa		200,000	1,5900	318,00
111	Luva cirúrgica estéril nº 8,0 confeccionada em látex natural, com alta sensibilidade tátil, impermeável, boa elasticidade e resistência, formato anatômico, acabamento com punho, textura uniforme, sem falhas, lubrificadas com pó bioabsorvível, envelopadas aos pares, embalagem com dados de identificação, procedência, data, tipo de esterilização e prazo de validade	Pares targa		20,000	1,7000	34,00
112	Luva ginecológica plástica descartável, polipropileno, não siliconada, com cinco dedos, tamanho único, transparente, matéria prima não reciclada e atóxica, selagem uniforme, embalagem unitária, pacote contendo 100 unidades	Pct	luplast	3,000	12,3800	37,14
115	Luva para procedimentos, tamanho médio "M", não estéril, confeccionada em látex natural flexível, com bainha, ambidestra, com perfeita adaptação ao formato anatômico da mão e ajuste ao antebraço, material resistente, sem furos, que permita sensibilidade tátil, levemente lubrificadas com pó bioabsorvível atóxico, deve apresentar conformidade com a RDC Nº 5 de 19 fevereiro de 2008, estar de acordo com a norma técnica NBR 13392, portaria nº 233, de 30 de junho de 2008 do Inmetro e NR 6 do Ministério do trabalho, embalada em caixas com 100 unidades, com abertura que permita retirada das luvas uma a uma, com identificação em língua portuguesa da marca, fabricante, lote e prazo de validade.	Cx	medix	500,000	63,4500	31.725,00
121	Máscara descartável tripla com elástico, caixa com 50 unidades	Cx	gandam	400,000	14,1300	5.652,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 15/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

Fornecedor: 4853 - LA DALLA PORTA JUNIOR

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
127	Oculos proteção individual, com lente acrílica e haste incolor	Un	supermedy	20,000	3,7500	75,00
147	PVPI degermante, frasco com 100ml, almotolia descartável - Apresentar AFE de saneantes.	Lt	vic pharma	50,000	2,9400	147,00
148	PVPI tópico frasco com 100ml, almotolia descartável - Apresentar AFE de saneantes	Lt	vic pharma	50,000	2,9500	147,50
152	Saco de lixo branco hospitalar 15/20 litros, pacote com 100 unidades	Pct	azeplast	30,000	10,7700	323,10
159	Seringa descartável para insulina para insulina, medido 1ml x 0,30, ultra fine, com trava de segurança, em polipropileno, estéril, siliconizada, descartável, com bico rosca, conector universal, embolo com anel interno. Graduada em escala numérica para ml com números visíveis e gravados ao longo do corpo da seringa. Embalagem individual em papel grau cirúrgico contendo as informações: tipo, data e validade da esterilização, procedência, fabricante, número do lote, registro no MS (na caixa e na embalagem individual). Seringa dotada de dispositivo de segurança retrátil para a agulha em retração mecânica da agulha para dentro do corpo da seringa de tal forma que o profissional não entre em contato com a mesma. que atenda a NR32.	Un	cral	18.000,000	0,3800	6.840,00
180	Touca branca descartável 100 % polipropileno, hipoalergênicas, no tamanho 45 x 52 cm com elástico revestido, na cor branca, pacote com 100 unidades.	Pct	sp odonto	50,000	13,1000	655,00
203	Atadura elástica, medindo 10cm x 2,2m, confeccionada em tecido sintético misto, absorvente, alta resistência e elasticidade no sentido longitudinal para utilização em grandes queimaduras, pós operatório de orelha de abano e cirurgias vasculares. Embalagem individual contendo externamente dados de rotulagem conforme RDC 185 de 22/10/2001. Pacote com 12 unidades	Pct	polar fix	100,000	11,0400	1.104,00
212	Sonda uretral de alívio nº 06 descartável, em PVC siliconizado, embalagem unitária, estéril	Un	biosani	1.500,000	0,4800	720,00

Fornecedor: 4891 - MEDILAR IMPORTAÇÃO E DIST DE PRODUTOS MEDICO HOSPI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
109	Luva cirúrgica estéril nº 7,0 confeccionada em látex natural, com alta sensibilidade tátil, impermeável, boa elasticidade e resistência, formato anatômico, acabamento com punho, textura uniforme, sem falhas, lubrificadas com pó bioabsorvível, envelopadas aos pares, embalagem com dados de identificação, procedência, data, tipo de esterilização e prazo de validade	Pares	LEMGRUBER	200,000	1,5970	319,40

Fornecedor: 5418 - DENTAL SHOW COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	Agulha descartável 25 x 8MM, caixa com 100 unidades, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável, protetor plástico estéril, embalagem unitária em papel grau cirúrgico com abertura asséptica, deve constar externamente dados de identificação e procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote e registro no MS.	Cx	DESCARPAC	10,000	11,8400	118,40
10	Agulha descartável tamanho 25x7mm, caixa com 100 unidades, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável, protetor plástico estéril, embalagem unitária em papel grau cirúrgico com abertura asséptica, deve constar externamente dados de identificação e procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote e registro no MS.	Cx	DESCARPAC	20,000	11,8400	236,80
11	Agulha descartável tamanho 30 x 7mm, caixa com 100 unidades, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável, protetor plástico estéril, embalagem unitária em papel grau cirúrgico com abertura asséptica, deve constar externamente dados de identificação e procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote e registro no MS.	Cx	DESCARPAC	20,000	11,8400	236,80
12	Agulha descartável tamanho 40 x 12mm, caixa com 100 unidades, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável, protetor plástico estéril, embalagem unitária em papel grau cirúrgico com abertura asséptica, deve constar externamente dados de identificação e procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote e registro no MS.	Cx	DESCARPAC	50,000	13,2300	661,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 16/24
Processo N°.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL N°. 44/2021

35	Cabo parabisturi nº 3, embalagem plástica individual, constando os dados de identificação, procedência.	Un	GOLGRAN	6,000	8,1900	49,14
----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	---------	-------	--------	-------

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 17/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

Fornecedor: 5418 - DENTAL SHOW COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
36	Cabo parabisturinº4, embalagem plástica individual, constando os dados de identificação, procedência	Un	GOLGRAN	6,000	8,1900	49,14
56	Compressa de gaze 7,5 x 7,5 constituída de tecido 100% algodão, com densidade de 13 fios por cm², 15 cm x 30 cm quando aberta, com 5 dobras e 8 camadas de modo a medir 7,5 x 7,5 cm quando dobrada, 500 g por pacote no mínimo com as bordas voltadas para parte interna e sem fios soltos. a compressa deverá ter boa capacidade de absorção, ser macia, isenta de impurezas, amido, alvejantes ópticos, ou substâncias alergênicas, pacotes com 500 unidades, não esteril. com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica. ABNT NBR 13843 e possuir registro ms.	Pct	MELHORMED	1.000,000	28,4500	28.450,00
67	Equipo de conexão com duas vias, com clamp para infusão nas duas vias, e proteção, equipo para infusão parenteral, com derivação em "Y", com conector universal, com tampas protetoras nas extremidades e nas tampas, tubo maleável, transparente e atóxico medindo de 18 a 25 cm. Esteril, embalagem unitária, com abertura asséptica, contendo dados de identificação, procedência, tipo e data de esterelização, validade, número do lote e registro no MS.	Un	VITAL GOLD	150,000	0,7900	118,50
69	Equipo Macrogotas para Alimentação Enteral Equipo de infusão gravitacional esteril e de uso único; Somente para infusão por gravidade; Esterilizado por Óxido de Etileno; Atóxico e apirogênico; Ponta perfurante; Câmara gotejadora flexível; Pinça Roleta de alta precisão; Conector Escalonado. Validade de 05 anos.	Un	DESCARPAC	250,000	1,1800	295,00
79	Espéculo vaginal descartável grande, lubrificado, esteril, embalado em papel grau cirurgico	Un	VAGISPEC	100,000	1,4400	144,00
80	Espéculo vaginal descartável médio, lubrificado, esteril, embalado em papel grau cirurgico.	Un	VAGISPEC	800,000	1,2300	984,00
81	Espéculo vaginal descartável pequeno, lubrificado, esteril, embalado em papel grau cirurgico.	Un	VAGISPEC	100,000	1,2000	120,00
85	Fita microporosa branca 10,0cm x 10 mts, com capa	RI	MISSNER	30,000	7,7000	231,00
94	Frasco de alimentação enteral; Permite tratamento térmico (aquecimento, resfriamento) de soluções Livre de Bisfenol-A; Tampa com membrana perfurável, adaptada aos equipos de alimentação enteral. Frasco em PE de 300ml graduado com escala de 50ml; Com dispositivo para fixação em suporte; Atóxico; Volume: 300ml.	Un	BIOBASE	200,000	0,8700	174,00
100	Hipoclorito de sódio 2,5%, frasco com 1000ml. -Apresentar AFE de saneantes.	Un	ASFER	50,000	8,3000	415,00
101	Indicador biológico para autoclave tipo auto - contido, com tempo de resposta de no máximo 48 horas, composto por uma tira de papel contendo uma população microbiana mínima de 100.000(cem mil) esporos secos e calibrados de Geobacillus stearothermophilus (ATCC 7953, com Certificado de Qualidade Assegurada), para controle biológico dos processos de esterilização a vapor saturado. A tira contendo esporos está armazenada em uma ampola plástica que também acondiciona uma ampola de vidro, contendo um caldo nutriente próprio para o cultivo dos microorganismos. A ampola plástica é fechada por uma tampa marrom perfurada e protegida por um papel de filtro hidrofóbico. Cada ampola possui um rótulo externo que informa o lote e a data da fabricação do produto, contendo campos para identificação da ampola e um indicador químico externo que diferencia as ampolas processadas das não processadas. Caixa com 10 ampolas.	Cx	2I	20,000	24,5000	490,00
113	Luva para procedimento em vinil, tamanho médio, sem amido, antialérgica, ambidextra, caixa com 100 unidades	Cx	DESCARPAC	100,000	51,6600	5.166,00
117	Malha Tubular 15 cm x 25 m, tecido cru, elástico, não deformável, não esteril, em rolo simétrico. Embalagem individual que contenha externamente dados de rotulagem conforme Portaria MS-SVS, nº 01 de 23/01/96.	Un	POLARFIX	3,000	14,9900	44,97
123	Nylon 3-0, agulha com 2,0cm, caixa com 24 unidades	Cx	TECHNOFIO	4,000	33,7000	134,80
124	Nylon 4-0, agulha com 2,0cm, caixa com 24 unidades	Cx	TECHNOFIO	4,000	33,7000	134,80
125	Nylon 5-0, agulha com 2,0cm, caixa com 24 unidades	Cx	TECHNOFIO	3,000	33,7000	101,10
126	Nylon 6-0, agulha com 2,0cm, caixa com 24 unidades	Cx	TECHNOFIO	2,000	33,7000	67,40
144	Porta agulhas mayohegar 15 cm, embalagem plástica individual, constando os dados de identificação e procedência	Un	GOLGRAN 14	3,000	32,2500	96,75
146	Protetor ocular adulto, contendo 20 unidades	Cx	COPERTINA	50,000	11,5800	579,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 18/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

Fornecedor: 5418 - DENTAL SHOW COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
160	Sondafoley2 vias calibre nº 14, em borracha natural, siliconizada, esteril, com balao capacidade 5 cc, com 2 vias, número do calibre estampado em local visível, embalada em material que garanta a integridade do produto. As informações deverão estar de acordo com a RDC 185 da ANVISA e ter registro no Ministério da Saúde	Un	SOLIDOR	5,000	3,7800	18,90
161	Sondafoley2 vias calibre nº 16, em borracha natural, siliconizada, esteril, com balao capacidade 5 cc, com 2 vias, número do calibre estampado em local visível, embalada em material que garanta a integridade do produto. As informações deverão estar de acordo com a RDC 185 da ANVISA e ter registro no Ministério da Saúde	Un	SOLIDOR	20,000	3,7200	74,40
162	Sondafoley2 vias calibre nº 18, em borracha natural, siliconizada, esteril, com balao capacidade 5 cc, com 2 vias, número do calibre estampado em local visível, embalada em material que garanta a integridade do produto. As informações deverão estar de acordo com a RDC 185 da ANVISA e ter registro no Ministério da Saúde	Un	SOLIDOR	40,000	3,7800	151,20
163	Sondafoley2 vias calibre nº 20, em borracha natural, siliconizada, esteril, com balao capacidade 5 cc, com 2 vias, número do calibre estampado em local visível, embalada em material que garanta a integridade do produto. As informações deverão estar de acordo com a RDC 185 da ANVISA e ter registro no Ministério da Saúde	Un	SOLIDOR	10,000	3,7800	37,80
164	Sondafoley2 vias calibre nº 22, em borracha natural, siliconizada, esteril, com balao capacidade 5 cc, com 2 vias, número do calibre estampado em local visível, embalada em material que garanta a integridade do produto. As informações deverão estar de acordo com a RDC 185 da ANVISA e ter registro no Ministério da Saúde	Un	SOLIDOR	2,000	3,5300	7,06
182	Tubo endotraqueal com balão nº 3,0 siliconizado, atóxico, curvado anatomicamente com marcação e numeração ao longo do tubo, curvado anatomicamente, para assegurar a insuflação simétrica do balão e a centralização da ponta no interior da traquéia, Ponta proximal com conector de 15 mm (universal).	Un	SOLIDOR	2,000	4,7500	9,50
183	Tubo endotraqueal com balão nº 3,5 siliconizado, atóxico, curvado anatomicamente com marcação e numeração ao longo do tubo, curvado anatomicamente, para assegurar a insuflação simétrica do balão e a centralização da ponta no interior da traquéia, Ponta proximal com conector de 15 mm (universal).	Un	SOLIDOR	2,000	4,9100	9,82
184	Tubo endotraqueal com balão nº 4,0 siliconizado, atóxico, curvado anatomicamente com marcação e numeração ao longo do tubo, curvado anatomicamente, para assegurar a insuflação simétrica do balão e a centralização da ponta no interior da traquéia, Ponta proximal com conector de 15 mm (universal).	Un	SOLIDOR	2,000	4,7900	9,58
185	Tubo endotraqueal com balão nº 4,5 siliconizado, atóxico, curvado anatomicamente com marcação e numeração ao longo do tubo, curvado anatomicamente, para assegurar a insuflação simétrica do balão e a centralização da ponta no interior da traquéia, Ponta proximal com conector de 15 mm (universal).	Un	SOLIDOR	2,000	4,6600	9,32
186	Tubo endotraqueal com balão nº 5,0 siliconizado, atóxico, curvado anatomicamente com marcação e numeração ao longo do tubo, curvado anatomicamente, para assegurar a insuflação simétrica do balão e a centralização da ponta no interior da traquéia, Ponta proximal com conector de 15 mm (universal).	Un	SOLIDOR	2,000	4,7900	9,58
187	Tubo endotraqueal com balão nº 5,5 siliconizado, atóxico, curvado anatomicamente com marcação e numeração ao longo do tubo, curvado anatomicamente, para assegurar a insuflação simétrica do balão e a centralização da ponta no interior da traquéia, Ponta proximal com conector de 15 mm (universal).	Un	SOLIDOR	2,000	4,7900	9,58
188	Tubo endotraqueal com balão nº 6,0, siliconizado, atóxico, curvado anatomicamente com marcação e numeração ao longo do tubo, curvado anatomicamente, para assegurar a insuflação simétrica do balão e a centralização da ponta no interior da traquéia, Ponta proximal com conector de 15 mm (universal).	Un	SOLIDOR	3,000	4,9000	14,70
189	Tubo endotraqueal com balão nº 6,5 siliconizado, atóxico, curvado anatomicamente com marcação e numeração ao longo do tubo, curvado anatomicamente, para assegurar a insuflação simétrica do balão e a centralização da ponta no interior da traquéia, Ponta proximal com conector de 15 mm (universal).	Un	SOLIDOR	3,000	4,9000	14,70
190	Tubo endotraqueal com balão nº 7,0 siliconizado, atóxico, curvado anatomicamente com marcação e numeração ao longo do tubo, curvado anatomicamente, para assegurar a insuflação simétrica do balão e a centralização da ponta no interior da traquéia, ponta proximal com conector de 15 mm (universal).	Un	SOLIDOR	5,000	4,9000	24,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 18/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

Fornecedor: 5418 - DENTAL SHOW COM. DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E HOSPI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
191	Tuboendotraqueal com balão nº7,5siliconizado, atóxico, curvado anatômicamente com marcação e numeração ao longo do tubo, curvado anatomicamente, para assegurar a insuflação simétrica do balão e a centralização da ponta no interior da traquéia, Ponta proximal com conector de 15 mm (universal).	Un	SOLIDOR	5,000	4,7300	23,65
192	Tuboendotraqueal com balão nº8,0siliconizado, atóxico, curvado anatômicamente com marcação e numeração ao longo do tubo, curvado anatomicamente, para assegurar a insuflação simétrica do balão e a centralização da ponta no interior da traquéia, Ponta proximal com conector de 15 mm (universal).	Un	SOLIDOR	3,000	4,9000	14,70
193	Tuboendotraqueal com balão nº8,5siliconizado, atóxico, curvado anatômicamente com marcação e numeração ao longo do tubo, curvado anatomicamente, para assegurar a insuflação simétrica do balão e a centralização da ponta no interior da traquéia, Ponta proximal com conector de 15 mm (universal).	Un	SOLIDOR	2,000	4,9000	9,80
194	Tuboendotraqueal com balão nº9,0siliconizado, atóxico, curvado anatômicamente com marcação e numeração ao longo do tubo, curvado anatomicamente, para assegurar a insuflação simétrica do balão e a centralização da ponta no interior da traquéia, Ponta proximal com conector de 15 mm (universal).	Un	SOLIDOR	2,000	5,2900	10,58
205	Porta agulhas mathieu 15 cm, embalagem plástica individual, constando os dados de identificação e procedência.	Un	GOLGRAN 14	5,000	55,4000	277,00
206	Nylon 4-0, agulha com 2,0cm 3/8 de circulo, caixa com 24 unidades	Un	TECHNOFIO	15,000	34,6000	519,00
222	Atadura de rayon 7,5cmx5m estéril.	RI	POLARFIX	10,000	4,7900	47,90

Fornecedor: 5419 - SISNAC PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
208	Monitor Multiparâmetro, ECG, respiração, SpO2, temperatura, e PNI. Tela em TFT LCD colorida de no mínimo 10 polegadas; Display fonte e processador em bloco único; Bateria interna recarregável, com autonomia mínima de 4 horas; exibição de até 13 curvas simultâneas, revisão de tendências gráficas e numéricas de até 120 horas, com resolução a min, 200 conjuntos de eventos de alarmes, 1200 conjuntos de medições de PNI e 200 conjuntos de arritmias; indicadores com alarmes, rede elétrica, status da bateria, bip de QRS; Alarmes audiovisuais máximo e mínimo para todos os parâmetros; Alarme para arritmias, taquicardia e para apnéia, todos sistemas de alarmes de acordo NBR IEC 60601-1-2-49; Tecla de Congelamento; ter comunicação via rede e ou por Wi-Fi, Comunicação protocolo HL7; Idioma em Português, instruções software, autoteste; Bvult Automático sem chave para redirecionamento; grau de proteção IPX1 no mínimo; peso máximo 4,1 kgs; Tela do ECG: 3/5 vias, com no mínimo 7 derivações na tela; Velocidade de varredura: 6,25mm/s, 12,5 mm/s e 50 mm/s; Alarme de eletrodo soldo; Faixa de frequência cardíaca mínima de 0 a 350 bpm; Detecção de pulso de marca-passo; Análise no mínimo de 33 tipos de arritmias distintas; PNI: por oscilometria; intervalo de medição no modo automático de 1 a 480 min; modo contínuo 5 min, com intervalo de 5 segundos; Medindo pressão arterial sistólica, Diastólica, Média e FP, com faixa de pressão de mínima de 0 a 200 mmHG, erro médico mínimo de mais ou menos 5 mmHg; Apresentar na proposta Catálogo e Registro na Anvisa; Respiração: Detecção e alarme de apnéia ajustável, faixa de medição mínima 0 a 200 rpm; Manual do usuário em português; SpO2: curva de plestmografia, saturação e pulso e índice de perfusão em gráfico e numérico; intervalo de medição de 0 a 100%; Temperatura: por resistência térmica; cavidade oral, pele ou reto; 2 canais; medindo de 0 a 55 graus centígrados; Acessórios que acompanham: 1 cabo tronco com rabicho de ECG 5 vias não descartável; 1 sensor de temperatura de pele adulto não descartável; 1 sensor SpO2 clip adulto não descartável; 1 cabo extensor de oximetria não descartável; 01 tubo extensor de PNI não descartável; Um cabo de Alimentação; uma bateria interna recarregável.	Un	COMEN	1,000	10.900,0000	10.900,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 24/24
Processo N°.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL N° 44/2021

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 25/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 26/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 27/24
Processo Nº.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2021

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
 - b) cancelamento do preço registrado;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:
- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
 - b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.
- 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
 - b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
 - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Página: 28/24
Processo N°.: 67/2021
PREGÃO PRESENCIAL N°. 44/2021

temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapadão do Lageado para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Chapadão do Lageado, 1 de Junho de 2021.

ABEL DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 00.802.002/0001-02	_____
DENTAL SHOW COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HO	CNPJ: 11.776.334/0001-78	_____
LADALLA PORTA JUNIOR	CNPJ: 11.145.401/0001-56	_____
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DIST DE PRODUTOS MÉDICO HOS	CNPJ: 07.752.236/0001-23	_____
METROMED COM. DE MATERIAIS MED. HOSP. LTDA	CNPJ: 83.157.032/0001-22	_____
PRO HOSPITAL SUL COM MAT MÉDICO E ODONTOLÓGICO LT	CNPJ: 05.077.346/0001-01	_____
SISNAC PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	CNPJ: 10.444.624/0001-51	_____

DECRETO N° 047/2021

Publicação N° 3092618

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO N° 047/2021

"HOMOLOGA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO, DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REFERENTE AOS CONCURSOS PÚBLICOS N° 02/2014, E 02/2017 DA PREFEITURA DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, usando de sua competência que lhe confere o art. 70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no art.17 e seguintes da Lei Complementar n° 007 de 23.12.99, arts. 36 e 37 da Lei Complementar n°008 de 23.12.99 e Decreto Municipal n° 050/2009 que Regulamenta os Processos de Avaliação de Desempenho Funcional e Estágio Probatório dos Servidores do Município de Chapadão do Lageado.

DECRETA:

Art. 1º Homologa e torna público o resultado da Avaliação do Estágio Probatório, de acordo com o Anexo Único deste Decreto, dos servidores nomeados em decorrência dos Concursos Públicos n° 02/2014, e 02/2017, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, conforme relatório da Comissão de Avaliação, nomeada pela Portaria n° 286/2021 de 10.05.2021, para este fim.

Art. 2º Considerando o resultado final da avaliação dos servidores em Estágio Probatório, ficam declarados APROVADOS, passando a situação de "Estáveis" no Serviço Público Municipal, os servidores constantes do Anexo único.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de junho de 2021.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CHAPADÃO DO LAGEADO
RELAÇÃO DA 5ª (Última) AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO
CONCURSO N° 02/2014 E 02/2017.

AVALIAÇÃO	NOME	CARGO	DATA DA POSSE	CONCEITO OBTIDO
5ª	Anélia Hinckel Heinz (02/2014)	Agente de Serviços Gerais	11/06/2018	Excelente
5ª	Carla Floriano Batisti (02/2017)	Controlador Interno	11/06/2018	Excelente

PARECER CONCLUSIVO DA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

De acordo com os dados constantes, os servidores abaixo obtiveram no final do período de Avaliação do Estágio Probatório as médias abaixo listadas. Com base nestes dados, conclui-se que os Servidores abaixo estão APROVADOS no Estágio Probatório, adquirindo portanto, a partir desta data, a ESTABILIDADE, na forma disposta nos §§ 1º e 4º, inciso III, do artigo 41, da Constituição Federal.

NOME	CARGO	MÉDIA FINAL
Anélia Hinckel Heinz	Agente de Serviços Gerais	9,64
Carla Floriano Batisti	Controlador Interno	9,42

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 75/2021

Publicação N° 3090560

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7D6087CB8DB09E9D78BCF287B89030DF1E6D7B45

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 75/2021
INEXIGIBILIDADE N° 09/2021

O Município de Chapadão do Lageado - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando inscrição para o PROCESSO DE CREDENCIAMENTO, no período de 14 de junho a 14 de julho de 2021, a título precário e sem vínculo empregatício sendo que o prestador de serviço não é exclusivo do município, nos termos e condições constantes neste Edital e na Lei n. 8.666/1993. Objeto: Constitui objeto do presente Edital o Credenciamento de pessoa jurídica e pessoa física, para prestação de Serviços de Mão de Obra de Pedreiro e Servente de Pedreiro, para reforma, manutenção predial, construção, recuperação e reconstrução de obras públicas, bem como todo e qualquer trabalho relacionado às profissões, localizadas no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência – Anexo I. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, estarão disponíveis no site do município: www.chapadaodolageado.sc.gov.br, ou poderão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 14 de junho de 2021.

ABEL DE SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 338/2021

Publicação Nº 3092391

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 338/2021

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 09 (nove) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º Conceder em favor do servidor Público ALESSANDRO DE SOUZA, licença para tratamento de Saúde, pelo período de 09 (nove) dias, a contar de 10.06.2021 a 18.06.2021, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de junho de 2021.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 339/2021

Publicação Nº 3092455

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 339/2021

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico para tratamento de saúde;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público GERALDO SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo, licença por motivo de doença, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, de 08.06.2021 à 05.10.2021, conforme atestado médico, sendo os primeiros 15 (quinze) dias remunerados pelo município e os remanescentes pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir 08.06.2021.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de junho de 2021.

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 341/2021

Publicação Nº 3092730

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 341/2021

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico para tratamento de saúde;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde a servidora pública SILVIA KERSCHBAUM MACIEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, licença por motivo de doença, no período de 02.06.2021 à 02.09.2021, conforme atestado médico, sendo os primeiros 15 (quinze) dias remunerados pelo município e os remanescentes pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir 02.06.2021.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de junho de 2021.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 342/2021

Publicação N° 3092792

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 342/2021

CONSIDERANDO o atestado médico por tempo indeterminado da Servidora Eloiza da Silva Bettoly;
CONSIDERANDO o comprovante do Protocolo de requerimento n° 688319430 da Perícia Inicial.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC n° 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Prorrogar em favor da servidora pública, ELOIZA DA SILVA BETTOLY, Licença para Tratamento de Saúde, a ser remunerado pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 01.06.2021.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de junho de 2021.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 340/2021

Publicação N° 3092707

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 340/2021

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78 da Lei Complementar n° 008/99;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 13.06.2017 à 12.06.2018, ao servidor JAISON INÁCIO, ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar 15 (quinze) dias de férias, na data de 14.06.2021 à 28.06.2021, referente ao segundo período.

Art. 3º De acordo com o § 6º do art. 78 da Lei Complementar 008/99, o adicional de 1/3 da remuneração é pago integralmente quando da concessão do primeiro período.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 11 de junho de 2021.

ABEL DA SILVA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 40-2021 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 06-2021 - CREDENCIAMENTO - ATA 01

Publicação Nº 3092410

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO CNPJ: 01.613.120/0001-27 Rua Allan Régis Inácio, 15 C.E.P.: 88407-000 - Chapadão do Lageado - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 6/2021 - IL
	Processo Administrativo: 40/2021 Processo de Licitação: 40/2021 Data do Processo: 01/03/2021
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto do presente Edital o Credenciamento de pessoa jurídica e pessoa física, para prestação de Serviços de Mão de Obra de Pedreiro, Servente de Pedreiro, Eletricista e pintor, para reforma, manutenção predial, construção, recuperação e reconstrução de obras públicas, bem como todo e qualquer trabalho relacionado às profissões, localizadas no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência - Anexo I.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr.

Ao(s) 3 de Março de 2021, às 08:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 190/2021, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 40/2021, Licitação nº. 6/2021 - IL, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

Dando início a Sessão de Credenciamento, foi recebido pela Comissão a documentação dos proponentes, na seguinte ordem:

1º) ALCIDES VIEIRA, em 02/03/2021, para serviços de mão de obra de pedreiro; 2º) CELSO ANGORELI, em 02/03/2021, para serviços de mão de obra de servente de pedreiro;

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Dando início a Sessão, a Presidente da Comissão, no uso de suas atribuições, iniciou a 1ª Fase do Credenciamento - Habilitação, com a análise da documentação. Após análise, verificando-se que os mesmos apresentaram a documentação de acordo com as exigências do edital, julgou-se habilitados e credenciados: 1º) ALCIDES VIEIRA e 2º) CELSO ANGORELI. Nesses termos e nos demais estabelecidos no edital de credenciamento a Comissão Permanente de Licitação declara credenciados os profissionais acima arrolados. O presente processo será encaminhado para o Prefeito para deliberações quanto à homologação do mesmo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata segue assinada pelos presentes.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Chapadão do Lageado, 3 de Março de 2021

COMISSÃO:

Claudirene Ferreira	- - Presidente da Comissão de Licitação
Rosicleide Sipriani Pereira	- - MEMBRO TITULAR
Diego Fernando Chiquio	- - MEMBRO TITULAR E SECRETÁRIO
Jaison Inácio	- - MEMBRO SUPLENTE
Neusa Francisco Luckmann	- - MEMBRO SUPLENTE

PROCESSO LICITATÓRIO N. 40-2021 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 06-2021 - CREDENCIAMENTO - ATA 02

Publicação Nº 3092412

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO</p> <p>CNPJ: 01.613.120/0001-27 Rua Allan Régis Inácio, 15 C.E.P.: 88407-000 - Chapadão do Lageado - SC</p>	<p>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 6/2021 - IL</p> <p>Processo Administrativo: 40/2021 Processo de Licitação: 40/2021 Data do Processo: 01/03/2021</p>
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto do presente Edital o Credenciamento de pessoa jurídica e pessoa física, para prestação de Serviços de Mão de Obra de Pedreiro, Servente de Pedreiro, Eletricista e pintor, para reforma, manutenção predial, construção, recuperação e reconstrução de obras públicas, bem como todo e qualquer trabalho relacionado às profissões, localizadas no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência - Anexo I.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. _____

Ao(s) 8 de Março de 2021, às 08:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 190/2021, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 40/2021, Licitação nº. 6/2021 - IL, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

Dando início a Sessão de Credenciamento, foi recebido pela Comissão a documentação dos proponentes, na seguinte ordem: 3º) FABIO LUCIANO FEDENCIO, em 04/03/2021, para serviços de mão de obra de pintor; 4º) MARCIO VON PARASKI, em 05/03/2021, para serviços de mão de obra de pedreiro; 5º) ROBERTO LEANDRO BATISTA, em 05/03/2021, para serviços de mão de obra de eletricista; 6º) ALCIDES KLETTENBERG, em 05/03/2021, para serviços de mão de obra de pedreiro, eletricista e pintor;

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Dando início a Sessão, a Presidente da Comissão, no uso de suas atribuições, iniciou a Fase do Credenciamento - Habilitação, com a análise da documentação. Após análise, verificando-se que os mesmos apresentaram a documentação de acordo com as exigências do edital, julgou-se habilitados e credenciados: 3º) FABIO LUCIANO FEDENCIO, 4º) MARCIO VON PARASKI, 5º) ROBERTO LEANDRO BATISTA e 6º) ALCIDES KLETTENBERG. Nesses termos e nos demais estabelecidos no edital de credenciamento a Comissão Permanente de Licitação declara credenciados os profissionais acima arrolados. O presente processo será encaminhado para o Prefeito para deliberações quanto à homologação do mesmo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata segue assinada pelos presentes.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Chapadão do Lageado, 8 de Março de 2021

COMISSÃO:

Claudirene Ferreira	- - Presidente da Comissão de Licitação
Rosicleide Sipriani Pereira	- - MEMBRO TITULAR
Diego Fernando Chiquio	- - MEMBRO TITULAR E SECRETÁRIO
Jaison Inácio	- - MEMBRO SUPLENTE
Neusa Francisco Luckmann	- - MEMBRO SUPLENTE

PROCESSO LICITATÓRIO N. 40-2021 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 06-2021 - CREDENCIAMENTO - ATA 03

Publicação Nº 3092415

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO CNPJ: 01.613.120/0001-27 Rua Allan Régis Inácio, 15 C.E.P.: 88407-000 - Chapadão do Lageado - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 6/2021 - IL
	Processo Administrativo: 40/2021 Processo de Licitação: 40/2021 Data do Processo: 01/03/2021

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto do presente Edital o Credenciamento de pessoa jurídica e pessoa física, para prestação de Serviços de Mão de Obra de Pedreiro, Servente de Pedreiro, Eletricista e pintor, para reforma, manutenção predial, construção, recuperação e reconstrução de obras públicas, bem como todo e qualquer trabalho relacionado às profissões, localizadas no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência - Anexo I.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr.

Ao(s) 18 de Março de 2021, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 190/2021, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 40/2021, Licitação nº. 6/2021 - IL, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

Dando início a Sessão de Credenciamento, foi recebido pela Comissão a documentação dos proponentes, na seguinte ordem:

7º) CLODOALDO ELOAR DA ROSA, em 18/03/2021, para serviços de mão de obra de servente de pedreiro;

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Dando início a Sessão, a Presidente da Comissão, no uso de suas atribuições, iniciou a Fase do Credenciamento - Habilitação, com a análise da documentação. Após análise, verificando-se que o mesmo apresentou a documentação de acordo com as exigências do edital, julgou-se habilitado e credenciado: 7º) CLODOALDO ELOAR DA ROSA. Nesses termos e nos demais estabelecidos no edital de credenciamento a Comissão Permanente de Licitação declara credenciado o profissional acima arrolado. O presente processo será encaminhado para o Prefeito para deliberações quanto à homologação do mesmo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata segue assinada pelos presentes.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Chapadão do Lageado, 18 de Março de 2021

COMISSÃO:

Jaqueline Francisco	- - Presidente da Comissão de Licitação
Rosicleide Sipriani Pereira	- - MEMBRO TITULAR
Diego Fernando Chiquio	- - MEMBRO TITULAR E SECRETÁRIO
Jaison Inácio	- - MEMBRO SUPLENTE
Neusa Francisco Luckmann	- - MEMBRO SUPLENTE

PROCESSO LICITATÓRIO N. 40-2021 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 06-2021 - CREDENCIAMENTO - ATA 04

Publicação Nº 3092416

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO CNPJ: 01.613.120/0001-27 Rua Allan Régis Inácio, 15 C.E.P.: 88407-000 - Chapadão do Lageado - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 6/2021 - IL
	Processo Administrativo: 40/2021 Processo de Licitação: 40/2021 Data do Processo: 01/03/2021

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto do presente Edital o Credenciamento de pessoa jurídica e pessoa física, para prestação de Serviços de Mão de Obra de Pedreiro, Servente de Pedreiro, Eletricista e pintor, para reforma, manutenção predial, construção, recuperação e reconstrução de obras públicas, bem como todo e qualquer trabalho relacionado às profissões, localizadas no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência - Anexo I.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr.

Ao(s) 29 de Março de 2021, às 10:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 190/2021, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 40/2021, Licitação nº. 6/2021 - IL, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

Dando início a Sessão de Credenciamento, foi recebido pela Comissão a documentação dos proponentes, na seguinte ordem:

8º) RONALDO RIBEIRO, em 29/03/2021, para serviços de mão de obra de servente de pedreiro;

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Dando início a Sessão, a Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições, iniciou a Fase do Credenciamento - Habilitação, com a análise da documentação. Após análise, verificando-se que o mesmo apresentou a documentação de acordo com as exigências do edital, julgou-se habilitado e credenciado: 8º) RONALDO RIBEIRO. Nesses termos e nos demais estabelecidos no edital de credenciamento a Comissão Permanente de Licitação declara credenciado o profissional acima arrolado. O presente processo será encaminhado para o Prefeito para deliberações quanto à homologação do mesmo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata segue assinada pelos presentes.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Chapadão do Lageado, 29 de Março de 2021

COMISSÃO:

Jaqueline Francisco	- - Presidente da Comissão de Licitação
Rosicleide Sipriani Pereira	- - MEMBRO TITULAR
Diego Fernando Chiquio	- - MEMBRO TITULAR E SECRETÁRIO
Jaison Inácio	- - MEMBRO SUPLENTE
Neusa Francisco Luckmann	- - MEMBRO SUPLENTE

PROCESSO LICITATÓRIO N. 40-2021 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 06-2021 - CREDENCIAMENTO - ATA 05

Publicação Nº 3092418

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO CNPJ: 01.613.120/0001-27 Rua Allan Régis Inácio, 15 C.E.P.: 88407-000 - Chapadão do Lageado - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 6/2021 - IL
	Processo Administrativo: 40/2021 Processo de Licitação: 40/2021 Data do Processo: 01/03/2021
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto do presente Edital o Credenciamento de pessoa jurídica e pessoa física, para prestação de Serviços de Mão de Obra de Pedreiro, Servente de Pedreiro, Eletricista e pintor, para reforma, manutenção predial, construção, recuperação e reconstrução de obras públicas, bem como todo e qualquer trabalho relacionado às profissões, localizadas no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência - Anexo I.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr.

Ao(s) 31 de Março de 2021, às 13:15 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 190/2021, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 40/2021, Licitação nº. 6/2021 - IL, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Dando início a Sessão de Credenciamento, foi recebido pela Comissão a documentação dos proponentes, na seguinte ordem: 9º) EDIVAL DE OLIVEIRA FILHO 03423815981, em 31/03/2021, para serviços de mão de obra de pedreiro; Dando início a Sessão, a Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições, iniciou a Fase do Credenciamento - Habilitação, com a análise da documentação. Após análise, verificando-se que o mesmo apresentou a documentação de acordo com as exigências do edital, julgou-se habilitado e credenciado: 9º) EDIVAL DE OLIVEIRA FILHO 03423815981. Nesses termos e nos demais estabelecidos no edital de credenciamento a Comissão Permanente de Licitação declara credenciado o profissional acima arrolado. O presente processo será encaminhado para o Prefeito para deliberações quanto à homologação do mesmo. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata segue assinada pelos presentes.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Chapadão do Lageado, 31 de Março de 2021

COMISSÃO:

Jaqueline Francisco	- - Presidente da Comissão de Licitação
Rosicleide Sipriani Pereira	- - MEMBRO TITULAR
Diego Fernando Chiquio	- - MEMBRO TITULAR E SECRETÁRIO
Jaison Inácio	- - MEMBRO SUPLENTE
Neusa Francisco Luckmann	- - MEMBRO SUPLENTE

RGF_1QUADRIMESTRE_2021_CHAPADAO_DO_LAGEADO

Publicação Nº 3092616

Município de Chapadão do Lageado - SC - Poder Executivo
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DESPESAS COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	
		LÍQUIDADAS												TOTAL (Últimos 12 meses) (e)	NÃO PROCESSADOS (b)
		Mar/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	Sep/2020	Out/2020	Nov/2020	Dez/2020	Jan/2021	Fev/2021	Mar/2021	Abr/2021		
DISPESA BRUTA COM PESSOAL (I) Pessoal Ativo Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis Obrigações Patronais Pessoal Inativo e Pensionistas Aposentadorias, Reservas e Reformas Pensões Outras disp. de pessoal decorrentes de lei ou contratação formal (art. 1º do art. 18 da LRF) Outras disp. de pessoal decorrentes de lei ou contratação formal (art. 1º do art. 18 da LRF) Outras disp. de pessoal decorrentes de lei ou contratação formal (art. 1º do art. 18 da LRF) Outras disp. de pessoal decorrentes de lei ou contratação formal (art. 1º do art. 18 da LRF) DISPESAS LÍQUIDAS COM PESSOAL (II) Descontos em folha Descontos por Contribuição e Benefícios a Demissão Voluntária Descontos de Dívidas Descontos de período anterior ao da apuração Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	634.779,22	646.218,67	603.435,70	614.369,24	626.336,38	588.455,90	1.065.426,25	708.220,97	708.220,97	554.113,61	549.627,35	618.463,33	637.271,45	7.879.317,27	0,00
	501.029,27	511.231,11	474.212,74	484.795,90	483.046,03	469.257,20	876.193,79	572.038,81	572.038,81	445.653,96	429.693,99	488.622,09	500.686,37	6.236.729,86	0,00
	133.750,25	137.487,56	129.222,96	129.582,34	133.290,35	129.189,70	219.227,46	136.182,16	136.182,16	108.560,65	119.933,36	128.841,24	136.585,08	1.642.291,51	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DISPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	634.779,22	646.218,67	603.435,70	614.369,24	626.336,38	588.455,90	1.065.426,25	708.220,97	708.220,97	554.113,61	549.627,35	618.463,33	637.271,45	7.879.317,27	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LÍQUIDO		VALOR		% SOBRE ARCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		16.343.422,41		-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		300.389,51		-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)		0,00		-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)		16.043.032,90		-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)		7.879.317,27		49,11	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		8.663.248,57		54,00	
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		8.230.086,14		51,30	
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		7.796.623,71		48,50	

Chapadão do Lageado, 11/06/2021

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

Júlio Machado
Conselheiro - CRC/SC 025.1030-0

Edmar da Silveira
Secretário da Fazenda

FONTE:

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Unidade: R\$ Mil)											
	LÍQUIDAS											
	Maio/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	Sep/2020	Out/2020	Nov/2020	Dez/2020	Jan/2021	Fev/2021	Mar/2021	Abr/2021
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	667.738,96	690.725,88	649.762,02	614.386,24	638.068,39	714.751,69	1.139.887,44	802.024,77	598.343,63	596.022,48	690.147,81	692.107,80
Pessoal Ativo	667.738,96	690.725,88	649.762,02	614.386,24	638.068,39	714.751,69	1.139.887,44	802.024,77	598.343,63	596.022,48	690.147,81	692.107,80
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	333.980,71	346.639,83	311.027,85	484.765,90	482.370,03	576.409,43	913.139,24	651.037,49	462.131,70	467.817,76	529.249,96	539.066,53
Obrigações Patronais	133.730,25	142.067,05	138.134,17	129.582,34	145.692,36	158.342,26	228.729,20	150.967,28	116.211,93	128.234,72	130.697,83	133.009,17
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reservas e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de lei ou contrato firmado (art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fórmula Indiciada (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com Pessoal não Exercedida Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF (II))	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	667.738,96	690.725,88	649.762,02	614.386,24	638.068,39	714.751,69	1.139.887,44	802.024,77	598.343,63	596.022,48	690.147,81	692.107,80
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.343.422,41											
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	300.369,51											
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	16.043.052,90											
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III) + (I) + (II)	8.463.946,11											
LIMITE MÁXIMO (IX) (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)	9.625.831,74											
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.144.540,15											
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	8.663.248,57											

Chapadão do Lageado, 11/06/2021

ABRIL DA SILVA
Prefeita Municipal

Jenildo Machado
Contador - CRCSC 026.103/0-0

Edvânio da Silveira
Secretário da Fazenda

FONTE:

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.903.232,07	4.813.472,79	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	2.903.232,07	4.813.472,79	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.012.485,69	5.675.733,64	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	109.253,62	862.260,85	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-2.903.232,07	-4.813.472,79	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.458.985,75	16.343.422,41	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	213,95	300.369,51	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	15.458.771,80	16.043.052,90	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-18,78%	-30,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	18.550.526,16	19.251.663,48	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	16.695.473,54	17.326.497,13	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	46.527,80	46.527,80	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	7.654,65	125.749,33	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	1.305.350,41	1.728.236,03	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021

Continuação 2/2

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

Chapadão do Lageado, 11/06/2021

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Edivanio da Silveira
Secretário da Fazenda

FONTE:

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2021

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	15.458.985,75	16.343.422,41	0,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	213,95	300.369,51	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	15.458.771,80	16.043.052,90	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	3.400.976,87	3.595.552,93	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	3.060.879,18	3.235.997,64	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Chapadão do Lageado, 11/06/2021

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Edivanio da Silveira
Secretário da Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	16.343.422,41	—
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	300.369,51	—
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	16.043.052,90	—
OPERAÇÕES VEDADAS(VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.566.888,46	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.310.199,62	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.123.013,70	7,00
OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA		
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Notas:

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

Chapadao do Lageado, 11/06/2021

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Edivanio da Silveira
Secretário da Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)	(i) = (g - h)		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	2.258.003,26	50.831,63	643.408,07	335.873,91	96.665,85	0,00	1.131.223,80	258.468,46	0,00	872.755,34	
Recurso Ordinário	2.242.391,78	50.831,63	643.408,07	335.873,91	96.665,85	0,00	1.115.612,32	258.468,46	0,00	857.143,86	
Outros Recursos não Vinculados	15.611,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.611,48	0,00	0,00	15.611,48	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	3.417.730,38	34.036,75	133.981,40	623.640,61	29.083,48	0,00	2.596.985,14	510.253,05	0,00	2.086.732,09	
Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB	394.688,59	0,00	112.412,73	230,00	15.829,45	0,00	266.216,41	0,00	0,00	266.216,41	
Outros Recursos Vinculados à Educação	481.255,60	21.574,40	9.802,91	305.393,31	0,00	0,00	144.484,98	76.131,77	0,00	68.353,21	
Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Sai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Vinculados à Saúde	255.379,73	1.463,76	4.248,76	23.263,10	13.254,03	0,00	213.150,08	55.631,43	0,00	157.518,65	
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Mov	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Vinculados	2.286.406,46	11.001,59	7.517,00	294.754,20	0,00	0,00	1.973.133,67	378.489,85	0,00	1.594.643,82	
TOTAL (III) = (I + II)	5.675.733,64	84.871,38	777.389,47	959.514,52	125.749,33	0,00	3.728.208,94	788.721,51	0,00	2.939.487,43	

R\$ 1,00

Chapadão do Lageado, 11/06/2021

ABEL DA SILVA
Prefeito MunicipalJoelso Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0Edivano da Silveira
Secretário da Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2021

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	16.343.422,41	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	16.043.052,90	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	16.043.052,90	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.463.949,11	52,76
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.625.831,74	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.144.540,15	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	8.663.248,57	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-4.813.472,79	-30,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	19.251.663,48	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.595.552,93	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.614.947,59	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.144.039,57	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

Chapadão do Lageado, 11/06/2021

ABEL DA SILVA
 Prefeito Municipal

Joelsio Machado
 Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Edivanio da Silveira
 Secretário da Fazenda

RREO_2BIMESTRE_2021_CHAPADAO_DO_LAGEADO

Publicação Nº 3092619

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

R\$ 1,00

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b", do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES						
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	11.733.251,90	11.733.251,90	3.612.464,86	30,79	6.645.882,05	5.087.369,85
IMPOSTOS	11.725.978,90	11.725.978,90	2.938.989,86	25,06	5.854.847,05	5.871.131,85
TAXAS	329.000,00	329.000,00	188.599,63	57,33	261.095,92	67.904,08
CONTRIBUIÇÕES	244.300,00	244.300,00	152.419,04	62,39	215.377,55	28.922,45
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	84.700,00	84.700,00	36.180,59	42,72	45.718,37	38.981,63
RECEITA PATRIMONIAL	65.000,00	65.000,00	18.189,76	27,98	34.722,09	30.277,91
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	65.000,00	65.000,00	18.189,76	27,98	34.722,09	30.277,91
VALORES MOBILIÁRIOS	115.020,00	115.020,00	6.074,90	5,28	8.480,25	106.539,75
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	-100,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	115.020,00	115.020,00	6.074,90	5,28	8.380,25	106.639,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1,00	1,00	3.950,00	395.000,00	3.950,00	-3.949,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	11.173.955,90	11.173.955,90	2.713.273,87	24,28	5.536.798,10	5.637.157,80
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	6.748.954,90	6.748.954,90	1.310.547,80	19,42	3.040.244,60	3.708.710,30
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	3.125.001,00	3.125.001,00	1.088.575,59	34,83	1.852.967,32	1.272.033,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.300.000,00	1.300.000,00	314.150,48	24,17	643.586,18	656.413,82
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	43.002,00	43.002,00	8.901,70	20,70	9.800,69	33.201,31
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	1,00	1,00	8.901,70	890.170,00	9.620,69	-9.619,69
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	18.001,00	18.001,00	0,00	0,00	180,00	17.821,00
RECEITAS DE CAPITAL	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.273,00	7.273,00	673.475,00	9.259,93	791.035,00	-783.762,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	6,00	6,00	0,00	0,00	0,00	6,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	3,00
ALIEÇÃO DE BENS	3,00	3,00	0,00	0,00	0,00	3,00
ALIEÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	4.267,00	4.267,00	673.475,00	15.783,34	791.035,00	-786.768,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	4.133,00	4.133,00	3.475,00	84,08	121.035,00	-116.902,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	134,00	134,00	670.000,00	500.000,00	670.000,00	-669.866,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)						
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	11.733.251,90	11.733.251,90	3.612.464,86	30,79	6.645.882,05	5.087.369,85

Continua 1/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIESTRIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	11.733.251,90	11.733.251,90	3.612.464,86	30,79	6.645.882,05	56,64	5.087.369,85
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	11.733.251,90	11.733.251,90	3.612.464,86	30,79	6.645.882,05	56,64	5.087.369,85
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	722.901,02	—	—	722.901,02	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	722.901,02	—	—	722.901,02	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	11.733.251,90	12.528.931,26	3.231.326,67	5.276.621,63	7.252.309,63	2.731.847,33	4.507.900,12	8.021.031,14	3.730.501,65
DESPESAS CORRENTES	10.764.451,90	10.921.376,97	2.794.188,17	4.764.958,89	6.156.419,08	2.660.615,83	4.431.124,72	6.490.252,25	3.661.930,25
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.204.210,00	5.285.588,24	1.354.060,61	2.549.672,44	2.735.915,80	1.354.060,61	2.549.672,44	2.735.915,80	2.020.584,14
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.560.240,90	5.635.787,73	1.440.127,56	2.215.286,45	3.420.501,28	1.306.555,22	1.881.452,28	3.754.335,45	1.641.346,11
DESPESAS DE CAPITAL	908.800,00	1.547.554,29	437.138,50	511.662,74	1.035.891,55	71.231,50	76.775,40	1.470.778,89	68.580,40
INVESTIMENTOS	908.799,00	1.547.553,29	437.138,50	511.662,74	1.035.890,55	71.231,50	76.775,40	1.470.777,89	68.580,40
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (l)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	11.733.251,90	12.528.931,26	3.231.326,67	5.276.621,63	7.292.309,63	2.731.847,33	4.507.900,12	8.021.031,14	3.730.510,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	11.733.251,90	12.528.931,26	3.231.326,67	5.276.621,63	7.292.309,63	2.731.847,33	4.507.900,12	8.021.031,14	3.730.510,65
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	1.369.260,42	—	—	2.137.981,93	—	2.915.371,40
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	11.733.251,90	12.528.931,26	3.231.326,67	6.645.882,05	—	2.731.847,33	6.645.882,05	—	6.645.882,05
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Nota: O Déficit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 4.507.900,12

Chapadão do Lageado, 11/06/2021

ABEL DA SILVA Prefeito Municipal	Joelcio Machado Contador - CRC/SC 026.103/O-0	Edivanio da Silveira Secretário da Fazenda
-------------------------------------	--------------------------------------------------	-----------------------------------------------

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021 BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			Nº Bimestre	Até o Bimestre (b)		Nº Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)								
Legislativa	11.733.251,90	12.528.931,26	3.231.326,67	5.276.621,63	100,00	2.731.847,33	4.507.900,12	8.021.031,14
Ação Legislativa	760.000,00	760.000,00	119.171,79	230.662,46	4,37	119.221,79	230.662,46	5,12
Administração	760.000,00	760.000,00	119.171,79	230.662,46	4,37	119.221,79	230.662,46	5,12
Administração Geral	2.179.312,00	2.179.312,00	553.030,88	1.032.397,10	19,57	543.256,18	976.903,14	21,67
Administração Financeira	1.239.208,00	1.239.208,00	387.692,47	692.572,73	13,13	373.545,16	639.028,94	14,18
Defesa Nacional	940.104,00	940.104,00	165.338,41	339.824,37	6,44	169.711,02	337.874,20	7,50
Defesa Civil	3.003,00	3.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	3.003,00	3.003,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento	37.500,00	37.500,00	322,20	686,45	0,01	220,09	561,45	0,01
Assistência Social	37.500,00	37.500,00	322,20	686,45	0,01	220,09	561,45	0,01
Assistência ao Idoso	505.754,25	522.253,04	103.031,66	167.363,53	3,17	88.729,18	151.399,88	3,36
Assistência à Criança e ao Adolescente	7.750,00	7.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	72.500,00	72.500,00	22.483,37	25.826,95	0,49	13.043,37	16.386,95	0,36
Saúde	425.504,25	442.003,04	80.548,29	141.536,58	2,68	75.685,81	135.012,93	3,00
Administração Geral	1.706.251,00	1.763.299,04	628.441,88	1.255.658,44	23,80	507.640,60	1.159.157,51	25,71
Atenção Básica	0,00	46.071,31	22.272,25	28.575,75	0,54	17.495,56	28.205,75	0,63
Vigilância Sanitária	1.663.651,00	1.674.627,73	604.181,45	1.208.178,69	22,92	465.449,04	1.114.114,06	24,71
Trabalho	42.600,00	42.600,00	1.988,18	17.904,00	0,34	24.696,00	16.837,70	0,37
Fomento ao Trabalho	20.001,00	20.001,00	1.300,00	2.600,00	0,05	1.300,00	2.600,00	0,06
Educação	20.001,00	20.001,00	1.300,00	2.600,00	0,05	1.300,00	2.600,00	0,06
Educação Infantil	3.569.728,00	4.051.320,19	1.040.897,86	1.405.091,69	26,63	595.106,74	941.786,63	20,89
Educação Fundamental	2.209.129,00	2.690.721,19	854.868,84	1.131.025,06	21,43	443.832,67	705.161,23	15,64
Educação Especial	1.330.599,00	1.330.599,00	179.629,02	286.066,63	5,04	144.874,07	228.625,40	5,07
Cultura	30.000,00	30.000,00	6.400,00	8.000,00	0,15	6.400,00	8.000,00	0,18
Difusão Cultural	88.507,00	88.507,00	0,00	670,00	0,01	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	88.507,00	88.507,00	0,00	670,00	0,01	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	697.006,00	697.006,00	203.555,00	275.674,28	5,22	227.662,29	275.046,42	6,10
Saneamento	697.006,00	697.006,00	203.555,00	275.674,28	5,22	227.662,29	275.046,42	6,10
Saneamento Básico Urbano	12.500,00	12.500,00	850,00	850,00	0,02	850,00	850,00	0,02
Gestão Ambiental	12.500,00	12.500,00	850,00	850,00	0,02	850,00	850,00	0,02
Preservação e Conservação Ambiental	117.006,00	117.006,00	20.330,83	30.509,83	0,58	20.330,83	30.509,83	0,68
Agricultura	117.006,00	117.006,00	20.330,83	30.509,83	0,58	20.330,83	30.509,83	0,68
Extensão Rural	566.843,00	776.983,00	175.805,74	267.789,15	5,08	158.121,40	237.652,01	5,27
Transporte Rodoviário	564.832,00	774.972,00	175.805,74	267.789,15	5,08	158.121,40	237.652,01	5,27
	2.011,00	2.011,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Correio e Serviços	11.733.251,90	12.528.931,26	3.231.326,67	5.276.621,63	7.252.309,63	2.731.847,33	4.507.900,12	8.021.031,14
Turismo	152.006,00	182.406,34	2.880,00	35.780,34	146.626,00	2.880,00	5.380,00	177.026,34
Transporte	152.006,00	182.406,34	2.880,00	35.780,34	146.626,00	2.880,00	5.380,00	177.026,34
Transporte Rodoviário	1.118.832,65	1.118.832,65	375.664,06	561.735,57	557.097,08	305.451,49	486.238,00	632.594,65
Desporto e Lazer	1.118.832,65	1.118.832,65	375.664,06	561.735,57	557.097,08	305.451,49	486.238,00	632.594,65
Desporto Comunitário	139.002,00	139.002,00	6.044,77	9.152,79	129.849,21	6.044,77	9.152,79	129.849,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	139.002,00	139.002,00	6.044,77	9.152,79	129.849,21	6.044,77	9.152,79	129.849,21
	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	11.733.251,90	12.528.931,26	3.231.326,67	5.276.621,63	7.252.309,63	2.731.847,33	4.507.900,12	8.021.031,14

FONTE:

Chapadão do Lageado, 11/06/2021

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

Joelão Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Edvânio da Silveira
Secretário da Fazenda

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2020 A ABRIL/2021

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2021	
ESPECIFICAÇÃO		Maio/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	Sep/2020	Out/2020	Nov/2020	Dez/2020	Jan/2021	Fev/2021	Mar/2021	Abr/2021	TOTAL (últ. 12 Mes.)	
RECEITAS CORRENTES (I)		1.221.889,92	1.382.832,11	1.514.289,61	1.338.439,08	1.497.363,83	1.444.250,99	1.476.098,24	2.133.234,76	1.624.048,07	1.772.580,06	1.516.650,81	1.586.932,07	18.890.589,55	13.801.878,90
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		83.060,88	70.296,69	44.479,26	58.559,58	46.546,99	55.009,81	47.746,32	227.962,53	30.016,88	42.477,41	81.027,33	107.572,30	897.761,98	339.000,00
I.P.T.U.		28.901,47	22.929,10	5.003,99	2.665,42	585,30	0,00	7.926,31	99,83	579,72	375,03	7.525,08	36.349,22	112.938,47	41.000,00
I.R.R.F.		4.717,14	0,00	3.744,83	0,00	8.577,19	2.709,69	0,00	173.084,66	0,00	17.469,49	39.005,62	9.475,02	256.797,64	100.000,00
I.S.S.		8.741,54	17.784,70	25.229,76	33.476,16	27.898,41	35.053,68	21.632,00	36.962,79	18.694,30	11.341,34	13.219,54	12.474,42	262.468,64	71.800,00
I.T.B.I.		15.280,73	5.575,10	5.121,80	3.275,20	4.513,22	5.105,06	10.501,74	5.440,00	5.014,10	9.474,53	8.226,00	26.144,14	102.679,62	31.100,00
Outras Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		25.420,00	24.003,79	5.376,86	20.140,80	7.974,87	12.146,36	7.087,27	12.375,25	5.740,76	3.797,02	13.051,09	23.129,90	160.857,61	84.700,00
Contribuições		7.254,43	6.487,01	5.584,13	5.826,35	6.046,88	6.317,44	6.290,97	5.376,75	7.344,18	9.188,15	8.998,81	9.190,95	84.711,83	65.000,00
Recita Patrimonial		17.553,19	3.479,17	3.105,49	12.838,55	6.196,75	138,99	1.631,94	5.376,75	1.509,92	898,43	2.460,23	3.564,67	56.781,80	115.020,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira		17.531,91	3.479,17	3.105,49	12.838,55	6.196,75	138,99	1.631,94	5.376,75	1.409,92	898,43	2.460,23	3.564,67	56.681,80	115.020,00
Recita Agropecuária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.820,00	15.117,50	0,00	0,00	0,00	3.950,00	0,00	21.887,50	1,00
Transferências Correntes		1.103.602,44	1.277.597,51	1.856.671,24	1.258.702,25	1.432.241,02	1.360.082,56	1.404.568,22	1.891.239,57	1.584.615,25	1.719.679,92	1.415.539,24	1.464.327,65	17.777.862,87	13.249.655,90
Cota-Parte de FPM		568.932,49	456.057,60	784.375,24	468.254,06	401.346,03	540.052,44	715.799,61	1.067.311,01	776.525,74	862.141,02	713.125,74	821.152,06	8.211.520,06	7.125.000,00
Cota-Parte do ICMS		27.437,14	308.723,07	374.580,80	383.166,64	407.220,84	434.917,92	400.333,88	467.052,66	485.856,63	428.411,11	407.874,10	446.331,70	4.817.841,09	3.500.000,00
Cota-Parte do PVA		26.182,75	29.280,03	23.087,98	20.027,61	25.450,94	17.038,30	10.483,61	4.289,70	12.195,26	25.856,59	41.006,21	30.378,68	265.277,66	150.000,00
Cota-Parte do ITR		12,40	27,71	0,00	0,00	2.382,75	1.339,38	79,15	41,98	0,00	44,01	33,34	4,30	400,42	1.500,00
Outras Transferências Correntes		138.463,95	372.308,27	540.045,09	223.695,59	469.666,39	226.098,02	135.294,35	191.276,55	141.365,10	87.007,95	130.080,52	115.700,80	2.761.024,58	1.161.155,90
Transferências da LC 87/1995		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996		105.619,11	111.200,83	134.582,13	133.558,35	136.172,07	146.636,50	142.574,62	161.265,67	168.772,82	160.663,08	154.404,05	159.746,43	1.718.195,46	1.300.000,00
Outras Receitas Correntes		10.440,26	4.971,73	4.429,49	2.512,35	3.197,54	11.149,75	718,82	2.362,94	562,84	336,15	4.645,20	4.256,50	49.553,57	43.002,00
DEDUÇÕES (II)		172.705,17	156.541,79	173.726,08	161.291,76	168.463,22	200.072,10	226.821,68	246.270,92	256.234,98	295.497,42	227.512,07	238.069,95	2.547.167,14	2.075.700,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		172.705,17	159.541,79	173.726,08	161.291,76	168.463,22	200.072,10	226.821,68	246.270,92	256.234,98	295.497,42	227.512,07	238.069,95	2.547.167,14	2.075.700,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.049.184,75	1.203.290,32	1.340.563,53	1.157.147,32	1.328.901,61	1.244.228,89	1.249.276,56	1.886.963,84	1.367.813,09	1.477.082,64	1.289.138,74	1.348.861,12	16.343.422,41	11.725.578,90
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A § 1º da CF) (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	105,98	0,00	96,55	11,42	0,00	0,00	155,56	300.000,00	300.389,51	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE EMPENDIMENTO (V) = (III - IV):		1.049.184,75	1.203.290,32	1.340.563,53	1.157.147,32	1.328.795,63	1.244.228,89	1.249.180,01	1.886.952,42	1.367.813,09	1.477.082,64	1.288.983,18	1.048.861,12	16.043.032,90	11.725.578,90
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166 § 1º, da CF) (V):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (V - V):		1.049.184,75	1.203.290,32	1.340.563,53	1.157.147,32	1.328.795,63	1.244.228,89	1.249.180,01	1.886.952,42	1.367.813,09	1.477.082,64	1.288.983,18	1.048.861,12	16.043.032,90	11.725.578,90
FONTE:															
Chapadão do Lageado, 11/06/2021															
ABEL DA SILVA Prefeito Municipal															
Joelso Michado Contador - CRC/SC 026.103-0-0															
Edvaldo da Silveira Secretário da Fazenda															



Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2021
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	
RECEITAS CORRENTES (I)	11.725.978,90	5.854.847,05
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	329.000,00	261.095,92
I.P.T.U.	41.600,00	44.829,05
I.S.S.	71.600,00	55.719,60
I.T.B.I.	31.100,00	48.858,77
I.R.R.F.	100.000,00	65.970,13
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	84.700,00	45.718,37
Contribuições	65.000,00	34.722,09
Receita Patrimonial	115.020,00	8.480,25
Aplicações Financeiras (II)	115.020,00	8.380,25
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	100,00
Transferências Correntes	11.173.955,90	5.536.798,10
Cota-Parte do FPM	5.790.000,00	2.551.512,55
Cota-Parte do ICMS	2.800.000,00	1.413.978,93
Cota-Parte do IPVA	120.000,00	87.549,60
Cota-Parte do ITR	1.200,00	96,55
Transferências da LC 87/1995	9.600,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	1.300.000,00	643.586,18
Outras Transferências Correntes	1.153.155,90	840.074,29
Demais Receitas Correntes	43.003,00	13.750,69
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	43.003,00	13.750,69
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-III)	11.610.958,90	5.846.466,80
RECEITAS DE CAPITAL (V)	7.273,00	791.035,00
Operação de Crédito (VI)	6,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	3.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2021				
		RECEITAS REALIZADAS(a)				
Outras Alienações de Bens	3.000,00					0,00
Transferências de Capital	4.267,00					791.035,00
Convênios	2.137,00					117.560,00
Outras Transferências de Capital	2.130,00					673.475,00
Outras Receitas de Capital	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00					0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	7.267,00					791.035,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	11.618.225,90					6.637.501,80

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	Até o Bimestre/2021	
						LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS CORRENTES (XIII)	10.921.376,97	4.764.958,89	4.431.124,72	3.661.930,25	2.604,60	75.345,89	75.345,89
Pessoal e Encargos Sociais	5.285.588,24	2.549.672,44	2.549.672,44	2.020.584,14	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.635.787,73	2.215.286,45	1.881.452,28	1.641.346,11	2.604,60	75.345,89	75.345,89
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	5.635.787,73	2.215.286,45	1.881.452,28	1.641.346,11	2.604,60	75.345,89	75.345,89
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	10.921.375,97	4.764.958,89	4.431.124,72	3.661.930,25	2.604,60	75.345,89	75.345,89
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.547.554,29	511.662,74	76.775,40	68.580,40	21.777,64	270.490,00	270.490,00
Investimentos	1.547.553,29	511.662,74	76.775,40	68.580,40	21.777,64	270.490,00	270.490,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	1.547.553,29	511.662,74	76.775,40	68.580,40	21.777,64	270.490,00	270.490,00

Continua 2/4

Continuação 2/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2021					RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	12.528.929,26	5.276.621,63	4.507.900,12	3.730.510,65	24.382,24	345.835,89	345.835,89	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]								
2.536.773,02								
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO								
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	VALOR CORRENTE							
	1.960.576,00							
JUROS NOMINAIS								
	Até o Bimestre/2021							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	VALOR INCORRIDO							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	8.380,25							
	0,00							
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	2.545.153,27							
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL								
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	VALOR CORRENTE							
	1.960.575,00							
ABAIXO DA LINHA								
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL								
	Em 31 Dez 2020(a)			Até o Bimestre/2021(b)				
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00			0,00				
DEDUÇÕES (XXIX)	2.903.232,07			4.813.472,79				
Disponibilidade de Caixa	2.903.232,07			4.813.472,79				
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.012.485,69			5.675.733,64				
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	109.253,62			862.260,85				
Demais Haveres Financeiros	0,00			0,00				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-2.903.232,07			-4.813.472,79				
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	1.910.240,72							

Continua 3/4

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2021
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	-753.007,23
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.663.247,95
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	2.654.867,70
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	722.901,02
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	722.901,02
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Chapadão do Lageado, 11/06/2021

ABEL DA SILVA
Prefeito MunicipalJoelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0Edvânio da Silveira
Secretário da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (e+h) - (c+d)	Inscritos		Liquidadados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (h+i)	Saldo Total L = (e+k)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2020 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2020 (g)					
EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA Fundo de Assistência Social GABINETE DO PREFEITO E VICE SECRETARIA DA AGRICULTURA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE SECRETARIA DA FAZENDA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CHAPADÃO DO LAGEADO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	86.541,36	22.712,26	24.382,24	-	84.871,38	109.833,48	1.195.516,93	345.835,89	345.835,89	-	959.514,52	1.044.385,90
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	86.541,36	22.712,26	24.382,24	0,00	84.871,38	109.833,48	1.195.516,93	345.835,89	345.835,89	0,00	959.514,52	1.044.385,90
	Fundo de Assistência Social	81.631,28	15.462,38	24.218,50	0,00	72.875,16	71.446,25	1.160.193,93	340.336,31	340.336,31	0,00	881.303,87	964.179,03
	GABINETE DO PREFEITO E VICE	867,72	0,00	0,00	0,00	867,72	5.948,18	3.067,04	0,00	0,00	0,00	8.915,22	9.782,94
	SECRETARIA DA AGRICULTURA	473,00	50,25	0,00	0,00	50,25	1.340,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1.340,95	1.391,20
	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	37.249,72	2.000,00	0,00	0,00	2.473,00	2.541,26	273.290,45	270.490,00	270.490,00	0,00	5.341,71	7.814,71
	SECRETARIA DA FAZENDA	1.211,37	336,80	326,80	0,00	37.883,53	15.593,52	390.107,67	1.888,00	1.888,00	0,00	403.833,19	441.716,72
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	402,33	0,00	0,00	0,00	402,33	8.478,60	1.727,90	0,00	0,00	0,00	9.469,18	10.710,55
	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	21.842,44	2.086,46	23.737,30	0,00	191,60	5.122,22	65.246,55	22.100,00	22.100,00	0,00	8.660,30	9.062,63
	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	19.594,70	10.365,06	154,40	0,00	29.795,36	24.750,04	421.259,51	40.595,00	40.595,00	0,00	48.368,77	48.460,37
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CHAPADÃO DO LAGEADO	4.910,08	7.249,88	163,74	0,00	11.596,22	38.387,23	35.323,00	5.499,58	5.499,58	0,00	68.210,65	80.206,87
	Fundo Municipal de Saúde	4.910,08	7.249,88	163,74	0,00	11.596,22	38.387,23	35.323,00	5.499,58	5.499,58	0,00	68.210,65	80.206,87
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
	TOTAL (III) = (I + II):	86.541,36	22.712,26	24.382,24	0,00	84.871,38	109.833,48	1.195.516,93	345.835,89	345.835,89	0,00	959.514,52	1.044.385,90

FONTE:

Chapadão do Lageado, 11/06/2021

ABEL DA SILVA
Prefeito MunicipalJoelão Machado
Contador - CRC/SC 028.1030-0Edvando da Silveira
Secretário da Fazenda

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	224.300,00	215.377,55
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	41.600,00	44.829,05
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	31.100,00	48.858,77
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	71.600,00	55.719,60
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	80.000,00	65.970,13
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.338.500,00	5.066.421,51
2.1- Cota-Parte FPM	6.675.000,00	3.189.390,58
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.675.000,00	3.189.390,58
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.500.000,00	1.767.473,54
2.3- Cota-Parte IP-Estação	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte ITR	1.500,00	120,65
2.5- Cota-Parte IPVA	150.000,00	109.436,74
2.6- Cota-Parte IOF- Ouro	0,00	0,00
2.7- Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	12.000,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.562.800,00	5.281.799,06
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5))	2.065.300,00	1.013.284,30
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	575.400,00	307.165,47
FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.309.000,00	643.971,07
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.309.000,00	643.971,07
6.1.1- Principal	1.300.000,00	643.586,18
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	9.000,00	384,89
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)1	-765.300,00	-369.698,12
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		0,00
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		0,00
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (8 + 8)		643.971,07

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	939.951,35	307.693,73	307.693,73	230.209,51	-
10.1- Educação Infantil	357.980,00	111.089,15	111.089,15	86.668,33	-
10.1.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	-
10.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	-
10.2- Ensino Fundamental	581.971,35	196.604,58	196.604,58	143.541,18	-
11- OUTRAS DESPESAS	392.700,00	93.712,28	93.712,28	58.783,77	-
11.1- Educação Infantil	167.500,00	61.305,21	61.305,21	37.247,71	-
11.1.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	-
11.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	-
11.2- Ensino Fundamental	225.200,00	32.407,07	32.407,07	21.536,06	-
12- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (10 + 11)	1.332.651,35	401.406,01	401.406,01	288.993,28	-

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (SEM DISP. DE
13- Total das Despesas do FUNDEB com Profissionais da Educação Básica	284.042,38	284.042,38	206.558,16	-	-
14- Total das Despesas custeadas com FUNDEB-Impostos e Transferências de Impostos	377.754,66	377.754,66	265.341,93	-	-
15- Total das Despesas custeadas com FUNDEB-Complementação da União-VAAT	0,00	0,00	0,00	-	-
16- Total das Despesas custeadas com FUNDEB-Complementação da União-VAAT	0,00	0,00	0,00	-	-
17- Total das Despesas custeadas com FUNDEB-Complementação da União-VAAT Aplicadas na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	-	-
18- Total das Despesas custeadas com FUNDEB-Complementação da União-VAAT Aplicadas em Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00	-	-

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (i)	VALOR APLICADO (j)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (k)	% APLICADO (l)
19- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	450.779,75	284.042,38	284.042,38	44,11
20 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
21- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (m)	VALOR NÃO APLICADO (n)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (o)	% NÃO APLICADO (p)
22- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	64.397,11	266.216,41	266.216,41	41,34

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (q)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (r)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (s)	VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL (t)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR NÃO APLICADO (v) = (r) - (s) - (u)
23- Total das Despesas custeadas com Superávit do FUNDEB	0,00	0,00	23.651,35	0,00	0,00	-23.651,35
23.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB-Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	23.651,35	0,00	0,00	-23.651,35
23.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB-Complementação da União (VAAT+VAAT)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
24- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	-
24.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	-
24.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	-
25- ENSINO FUNDAMENTAL	1.066.001,00	361.126,85	348.233,67	262.837,42	-
26- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (24 + 25)	1.066.001,00	361.126,85	348.233,67	262.837,42	-

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL

	VALOR
27- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS (FUNDEB E RECEITA DE IMPOSTOS) = (L14(d ou e) + L26(d ou e) + L23.1(t))	725.988,33
28 (-) RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (L7)	-369.698,12
29 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB IMPOSTOS4 = (L14h)	-
30 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4 e 7	0,00
31 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L34.1(ac) + L34.2(ac))	0,00
32- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (27 - (28 + 29 + 30 + 31))	1.095.686,45

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)	% APLICADO (y)
33- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	1.320.449,76	1.095.686,45	20,74

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS E DO FUNDEB	SALDO INICIAL (z)	RP LIQUIDADOS (aa)	RP PAGOS (ab)	RP CANCELADOS (ac)	SALDO FINAL (ad) = (z) - (ab) - (ac)
34- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre
35- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	235.000,00	100.260,11
35.1 - Salário-Educação	155.000,00	65.708,16
35.2- PDDE	0,00	0,00
35.3- PNAE	30.000,00	15.118,40
35.4 - PNATE	50.000,00	19.433,55
35.5- Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00
36- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1,00	0,00
37- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
38- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	2,00	0,00
39- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00
40- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO = (35 + 36 + 37 + 38 + 39)	235.003,00	100.260,11

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Área de Atuação) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
41- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	-
41.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	-
41.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	-
42- ENSINO FUNDAMENTAL	669.818,95	459.518,86	46.548,21	40.430,27	-
43- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	-
44- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	-
45- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	-
46- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (41 + 42 + 43 + 44 + 45)	669.818,95	459.518,86	46.548,21	40.430,27	-

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
47- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (12 + 26 + 46)	3.068.471,30	1.222.051,72	796.187,89	592.260,97	-
47.1- Despesas Correntes	2.411.905,35	813.466,02	775.229,19	576.002,27	-
47.1.1- Pessoal Ativo	0,00	628.878,00	628.878,00	454.528,64	-
47.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-
47.1.3- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	1,00	0,00	0,00	0,00	-
47.1.4- Outras Despesas Correntes	2.411.904,35	184.588,02	146.351,19	121.473,63	-
47.2- Despesas de Capital	656.565,95	408.585,70	20.958,70	16.258,70	-
47.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	-
47.2.2- Outras Despesas de Capital	656.565,95	408.585,70	20.958,70	16.258,70	-

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ae)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (af)
48- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	81.608,24	27.152,74
49- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	643.971,07	65.708,16
50- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	330.890,72	15.902,36
51- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	394.688,59	76.958,54
52- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
53- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
54- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	394.688,59	76.958,54

Chapadão do Lageado, 11/06/2021

ABEL DA SILVA
Prefeito MunicipalJoelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0Edvanio da Silveira
Secretário da Fazenda

FONTE:

¹ SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) > 0 = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB, SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (7) < 0 = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

³ Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁶ As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

⁷ Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não deve ser considerado na apuração dos indicadores e limites

⁸ Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.

Município de Chapadao do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
----------	-------------------------------	----------------------------	-----------------------------------------

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	6,00	0,00	6,00
----------------------------------------------	-------------	-------------	-------------

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.547.554,29	511.662,74	1.035.891,55
Investimentos	1.547.553,29	511.662,74	1.035.890,55
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	1,00	0,00	1,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.547.554,29	511.662,74	1.035.891,55
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	1.547.548,29	511.662,74	1.035.885,55

FONTE:

Chapadao do Lageado, 11/06/2021

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Edivanio da Silveira
Secretario da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)					R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			SALDO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)						
Receita de Alienação De Bens Móveis	3.100,00				3.099,98	
Receita de Alienação De Bens Imóveis	3.000,00				3.000,00	
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00				0,00	
	100,00				99,98	
DESPESAS						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)						
Despesas de Capital	2.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.999,00
Investimentos	2.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.999,00
	2.999,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.999,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2020 (i)	Em 2021 (j) = (b - (IIif + IIg))			SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)	
Valor(III)	15.611,46				15.611,48	
FONTE:						

Chapadão do Lageado, 11/06/2021

ABEL DA SILVA
Prefeito MunicipalJoelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0Edvanto da Silveira
Secretário da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2021/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
								Até o Bimestre(b)		% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				244.300,00		244.300,00		284.897,57		116,62
Recita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				41.600,00		41.600,00		60.021,94		144,28
IPTU				40.000,00		40.000,00		56.163,59		140,41
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do IPTU				1.600,00		1.600,00		3.858,35		241,15
Recita Resultante do Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI				31.100,00		31.100,00		73.715,08		237,03
ITBI				30.000,00		30.000,00		73.351,57		244,51
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ITBI				1.100,00		1.100,00		363,51		33,05
Recita Resultante do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				71.600,00		71.600,00		71.023,55		99,19
ISS				70.000,00		70.000,00		70.906,28		101,29
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ISS				1.600,00		1.600,00		117,27		7,33
Recita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF				100.000,00		100.000,00		80.137,00		80,14
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				10.430.252,90		10.430.252,90		6.476.801,32		62,10
Cota-Parte FPM				6.675.000,00		6.675.000,00		4.046.470,74		60,62
Cota-Parte ITR				1.500,00		1.500,00		120,65		8,04
Cota-Parte IPVA				150.000,00		150.000,00		155.665,58		103,78
Cota-Parte ICMS				3.500.000,00		3.500.000,00		2.210.535,17		63,16
Cota-Parte IPI-Exportação				40.000,00		40.000,00		31.514,39		78,79
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				63.752,90		63.752,90		32.494,79		50,97
Desoneração ICMS (LC 87/96)				12.000,00		12.000,00		0,00		0,00
Outras				51.752,90		51.752,90		32.494,79		62,79
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = I + II				10.674.552,90		10.674.552,90		6.761.698,89		63,34
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
				Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)		1.276.670,00	1.692.258,61	1.224.093,85	72,33	1.176.843,09	69,54	1.066.312,96	63,01	-
Despesas Correntes		1.170.565,00	1.475.565,00	1.220.756,05	82,73	1.173.505,29	79,53	1.062.975,16	72,04	-
Despesas de Capital		106.105,00	216.693,61	3.337,80	1,54	3.337,80	1,54	3.337,80	1,54	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)		12.500,00	12.500,00	8.180,82	65,45	8.180,82	65,45	8.180,82	65,45	-
Despesas Correntes		10.500,00	12.500,00	8.180,82	65,45	8.180,82	65,45	8.180,82	65,45	-
Despesas de Capital		2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2021/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	1.289.170,00	1.704.758,61	1.232.274,67	72,28	1.185.023,91	69,51	1.074.493,78	63,03	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS									
			DESPESAS EMPENHADAS (d)		DESPESAS LIQUIDADAS (e)		DESPESAS PAGAS (f)		
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)			1.232.274,67		1.185.023,91		1.074.493,78		
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			0,00		0,00		0,00		
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			0,00		0,00		0,00		
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			0,00		0,00		0,00		
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)			1.232.274,67		1.185.023,91		1.074.493,78		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)							1.014.254,83		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)							0,00		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)			218.019,84		170.769,08		-		
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			0,00		-		-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)			18,22		17,53		-		

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012						LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado)¹ (= h - (ou i))		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)
Diferença de limite não cumprido em 2021	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	-	-	-	-

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2021/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Insc. Indevidamente no Exercício sem Disp. Financeira q = (XIII d)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + p)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS										
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))					
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)						
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a compensar(XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO										
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% (b/a)*100					
			Até o Bimestre (b)							
Proveniente da União - Fundo a Fundo	417.062,00	417.062,00	276.632,10		66,33					
Proveniente dos Estados	417.062,00	417.062,00	276.632,10		66,33					
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00		0,00					
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00		0,00					
OUTRAS RECEITAS (XXX)	6,00	6,00	6,00		0,00					
	1.612.130,00	1.612.130,00	1.066.965,94		66,18					
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.029.198,00	2.029.198,00	1.343.598,04		66,21					

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2021/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	386.981,00	447.957,73	344.463,30	76,90	336.869,20	75,20	293.859,99	65,60	-
Despesas Correntes	386.349,00	442.665,73	344.463,30	77,82	336.869,20	76,10	293.859,99	66,38	-
Despesas de Capital	20.632,00	5.292,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	30.100,00	30.100,00	20.333,18	67,55	9.723,18	32,30	9.723,18	32,30	-
Despesas Correntes	23.600,00	30.100,00	20.333,18	67,55	9.723,18	32,30	9.723,18	32,30	-
Despesas de Capital	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	46.071,31	28.385,55	61,61	28.385,55	61,61	28.385,55	61,61	-
Despesas Correntes	0,00	46.071,31	28.385,55	61,61	28.385,55	61,61	28.385,55	61,61	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	417.081,00	524.129,04	393.182,03	75,02	374.977,93	71,54	331.968,72	63,34	-

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2021/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Página 5/5

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XI) = (IV + XXXII)	1.663.651,00	2.140.216,34	1.568.557,15	73,29	1.513.712,29	70,73	1.360.172,95	63,55	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	42.600,00	42.600,00	28.514,00	66,93	17.904,00	42,03	17.904,00	42,03	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	46.071,31	28.385,55	61,61	28.385,55	61,61	28.385,55	61,61	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	1.706.251,00	2.228.887,65	1.625.456,70	72,93	1.560.001,84	69,99	1.406.462,50	63,10	-
(c) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	1.706.251,00	2.228.887,65	1.625.456,70	72,93	1.560.001,84	69,99	1.406.462,50	63,10	-

FONTE:

¹ Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
² Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).
³ Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

Chapadão do Lageado, 11/06/2021

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Edvânio da Silveira
Secretário da Fazenda

Município de Chapadão do Lageado - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCEIRIAS PÚBLICO - PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021 BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PRRO - Anexo 13 (Lei nº 11.079 de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 26)

R\$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2021		2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
		Nº Bimestre	Ano o Bimestre									
TOTAL DE ATIVOS	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações contratuais	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Provisões	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE PPP	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuintes (I.1)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuintes (I.2)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuintes (II.1)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuintes (II.2)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	-	-	16.343.422,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (V) = (I) / (IV)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Chapadão do Lageado, 11/05/2021

ABEL DA SILVA
 Prefeito Municipal

Josélio Machado
 Contador - CRCSC 028.1030-0

Edmar de Siqueira
 Secretário da Fazenda

Município de Chapadao do Lageado - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		11.733.251,90		
Previsão Atualizada		11.733.251,90		
Receitas Realizadas		6.645.882,05		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		722.901,02		
DESPESAS				
Dotação Inicial		11.733.251,90		
Dotação Atualizada		12.528.931,26		
Despesas Empenhadas		5.276.621,63		
Despesas Liquidadas		4.507.900,12		
Despesas pagas		3.730.510,65		
Superavit Orçamentário		2.137.981,93		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		5.276.621,63		
Despesas Liquidadas		4.507.900,12		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		16.343.422,41		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		16.043.052,90		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		16.043.052,90		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal - Acima da Linha		1.960.575,00	2.545.153,27	1,30
Resultado Primário - Acima da Linha		1.960.576,00	2.536.773,02	1,29
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.305.350,41	0,00	345.835,89	959.514,52
EXECUTIVO	1.305.350,41	0,00	345.835,89	959.514,52
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	109.253,62	0,00	24.382,24	84.871,38
EXECUTIVO	109.253,62	0,00	24.382,24	84.871,38
TOTAL:	1.414.604,03	0,00	370.218,13	1.044.385,90

Continua 1/2

Município de Chapadao do Lageado - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2021/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.095.686,45	25%	20,74	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	284.042,38	70%	44,11	
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%	0,00	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		0,00	6,00	
DESPESAS DE CAPITAL		511.662,74	1.035.891,55	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2021	2031	2041	2056
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,02	3.099,98	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	2.999,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	917.831,96	15,00	17,20	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercicio corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Chapadao do Lageado, 11/06/2021

ABEL DA SILVA
Prefeito Municipal

Joelsio Machado
Contador - CRC/SC 026.103/O-0

Edivanio da Silveira
Secretario da Fazenda

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO 40.798

Publicação Nº 3095626

DECRETO Nº 40.798, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Revoga o Decreto nº 40.313, de 24 de fevereiro de 2021, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os incisos IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó, e CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.151, de 12 de maio de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto 40.313, de 24 de fevereiro de 2021, que instituiu o regime de teletrabalho, por prazo indeterminado, para os servidores e empregados públicos municipais efetivos vinculados aos órgãos da administração direta e autárquica do Município de Chapecó/SC.

Art. 2º Excetuam-se do artigo 1º os seguintes servidores e empregados públicos municipais:

I. As gestantes;

II. Aqueles que estão afastados por prescrição médica, devidamente comprovado por atestado médico e homologado pelo Serviço de Atendimento à Saúde do Servidor Municipal – SASSM.

Parágrafo único. Os servidores e empregados públicos municipais dispostos nos incisos supracitados ficarão à disposição para exercer as atividades em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó,
Estado de Santa Catarina, em 11 de junho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 710

Publicação N° 3094212

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ****LEI COMPLEMENTAR N° 710, DE 11 DE JUNHO DE 2021**

Dispõe sobre alteração de dispositivo da Lei Complementar n° 529, de 19 de março de 2014 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 3º da Lei Complementar n° 529, de 19 de março de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 3º Regulamentação e operacionalização do pagamento por desempenho será definida por Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei Complementar, com efeitos retroativos a competência de janeiro de 2021.”

Art.2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó,
Estado de Santa Catarina, em 11 de junho de 2021.

JOÃO RODRIGUES

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 711

Publicação N° 3094453

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ****LEI COMPLEMENTAR N° 711, DE 11 DE JUNHO DE 2021**

Altera a Lei Complementar n° 629, de 14 de junho de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado o artigo 1-A, da Lei Complementar n° 629, de 14 de junho de 2018, com a seguinte redação:

“Art. 1º-A Fica autorizada a desafetação da área objeto da matrícula imobiliária n° 135.101, com área de 2.783,37m², ocupada pela Estrada Municipal Antiga, que passa a ser de propriedade de Verginio Onghero e respectiva afetação da área equivalente a 2.903,38m², correspondente à Estrada Municipal Nova, em favor do Município de Chapecó, para fins de permuta de áreas da Estrada Antiga e Nova.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó,
Estado de Santa Catarina, em 11 de junho de 2021.

JOÃO RODRIGUES

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 712

Publicação Nº 3094561

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ****LEI COMPLEMENTAR Nº 712, DE 11 DE JUNHO DE 2021**

Dispõe sobre remissão e anistia de créditos tributários e não tributários e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Chapecó aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica concedida remissão de créditos tributários sobre os imóveis localizados no Bairro Bom Pastor, constante do Anexo Único da presente Lei Complementar, cujos fatos geradores tenham ocorrido até o exercício de 2021, inclusive, e aqueles que se encontrarem em cobrança judicial.

Art. 2º Fica concedida anistia de multas e juros incidentes sobre créditos tributários sobre os imóveis localizados no Bairro Bom Pastor, constante do Anexo Único da presente Lei Complementar, cujos fatos geradores tenham ocorrido até o exercício de 2021, inclusive, e aqueles que se encontrarem em cobrança judicial.

Art. 3º A remissão e a anistia previstas nesta Lei Complementar compreendem, inclusive, os créditos tributários que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores.

Art. 4º A extinção do crédito tributário, com os benefícios previstos nos artigos 1º e 2º desta Lei Complementar, não importa, em qualquer hipótese na restituição ou compensação das importâncias devidas e já pagas.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó,
Estado de Santa Catarina, em 11 de junho de 2021.

JOÃO RODRIGUES
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 92/21**

Publicação Nº 3095631

Portaria Nº 92/21

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear o senhor JOÃO CELSO KREIMER para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento de R\$ 3.689,88 (Três mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 11 de junho de 2021.

Gabinete do Presidente, em 11 de junho de 2021

JOÃO MARIA MARQUES ROSA

Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 411/21

Publicação Nº 3095885

DECRETO SAF/Nº. 411/21, de 09 de junho de 2021.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE COCAL DO SUL (CMHIS).

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº. 867, de 18 de dezembro de 2007, e suas alterações, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Cocal do Sul, tem a seguinte composição:

I – CONSELHEIROS DA ÁREA GOVERNAMENTAL:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Rural:

Titular: Vanderlei Figueiredo

Suplente: Jucemar Francisco Macari.

b) Representantes da Fundação Municipal do Meio Ambiente:

Titular: : Karla Pezente de Souza

Suplente. Sandra Maria de Souza

c) Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Patrícia de Lucca Baschiroto

Suplente: Paula A. Thomaz Zavarise

d) Representantes da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Fazendária e Planejamento:

Titular: Nelson Rosso

Suplente: Fabiano Bolsoni Francisco

e) Representantes do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Cocal do Sul - SAMAE:

Titular: Rita Romagna Quarezemin

Suplente: Nilsionei Maffioletti

f) Representantes da Procuradoria Geral do Município:

Titular: Luis Carlos de Melo

Suplente: Eduardo.Rocha Souza

g) Representantes do Poder Legislativo:

Titular: Maria Luiza da Rolt

Suplente: Roseny Cittadin Barbosa

II – CONSELHEIROS DA ÁREA NÃO GOVERNAMENTAL:

a) Representantes da Classe de Engenheiros Civis de Cocal do Sul:

Titular: James Périco Neto

Suplente: André Burato Brunato.

b) Representantes das organizações não governamentais voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico-social:

Titular: Jordana de Souza Bortolotto de Fáveri

Suplente: Marisa de Souza

c) Representantes das Associações de Moradores do município de Cocal do Sul:

Titular: Aldo Candido Morona

Suplente: Samir Roberto Issa

d) Representantes das Associações de Aposentados do município de Cocal do Sul:

Titular: Fernando Gama

Suplente: Vicente de Paulo Acácio

e) Representantes dos Clubes de Mães do município de Cocal do Sul:

Titular: Lourdete Cechinel Maccari;
Suplente: Maria de Lourdes M. Cristiani.

f) Representantes da COOPERCOCAL:

Titular: Vanessa Teixeira
Suplente: Mirian Regina Jeremias

g) Representantes das autoridades religiosas do Município:

Titular: Moacir Lorenzon
Suplente: Vitalina M. Lorenzon

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto SAF/Nº. 467/20, de 07 de agosto de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de junho de 2021.

FERNANDO DE FAVERI MARCELINO
Prefeito Municipal

JUAREZ DE SOUZA MEDEIROS
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,
Fazendária e Planejamento

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

PORTARIA N.º 14/2021

Publicação Nº 3092426

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Convênio com a Fundação Nacional de Saúde
CNPJ: 95.778.502/0001-54
COCAL DO SUL - SC
E-mail: compras@samaecocaldosul.sc.gov.br
Fone: (48)3447-6350/3447-088PORTARIA SAMAE COC N.º 14/2021, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

O Sr. Adenilson Ghisi, Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Cocal do Sul (SC), no uso de suas atribuições, RESOLVE:

1º) - Revogar os efeitos da Portaria anterior (PORTARIA SAMAE COC N.º 06/2020, DE 03 DE JUNHO DE 2020),
2º) - Com fundamento no art. 3º, inciso IV, da Lei n.º 10.520/2002, designar os servidores abaixo relacionados como Pregoeiro e Equipe de Apoio:

Pregoeiro: RITA ROMAGNA QUAREZEMIN

Auxiliar: NATANAEL CANDIOTTO

Auxiliar: NILSIONEI MAFFIOLETTI

3º) - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio ora designados tem como atribuições o lançamento de licitações na modalidade pregão, podendo praticar todos os atos necessários, desde a fase preparatória até a fase externa do pregão, na forma prevista na Lei n.º 10.520/2002.

4º) - Esta Portaria tem validade pelo período de 12 (doze) meses e entra em vigor na data de sua assinatura, podendo ser alterada a qualquer momento por ordem da Direção desta Autarquia.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Cocal do Sul, 11 de Junho de 2021.

Adenilson Ghisi
Diretor do SAMAE

PORTARIA N.º 15/2021

Publicação Nº 3093093

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Convênio com a Fundação Nacional de Saúde
CNPJ: 95.778.502/0001-54
COCAL DO SUL - SC
E-mail: compras@samaecocaldosul.sc.gov.br
Fone: (48)3447-6350/3447-088PORTARIA SAMAE COC N.º 15/2021 DE 11 DE JUNHO DE 2021.

O Sr. Adenilson Ghisi, Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Cocal do Sul (SC), no uso de suas atribuições, RESOLVE:

1º) - Revogar os efeitos da Portaria anterior (PORTARIA SAMAE COC N.º 07/2020, DE 03 DE JUNHO DE 2020),

2º) - Constituir Comissão Permanente de Licitação de acordo com o Art.51 Parágrafo 4º da lei 8.666 de 21 de junho de 1993, que a partir dessa data passará a ter a seguinte composição.

Presidente: NATANAEL CANDIOTTO

Vice Presidente: RITA ROMAGNA QUAREZEMIN

Secretário: NILSIONEI MAFFIOLETTI

3º) - Esta Portaria tem validade pelo período de 12 (doze) meses e entra em vigor na data de sua assinatura, podendo ser alterada a qualquer momento por ordem da Direção desta Autarquia.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Cocal do Sul, 11 de Junho de 2021.

Adenilson Ghisi

Diretor do SAMAE

PREGÃO PRESENCIAL 01/2021

Publicação Nº 3095464

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0C1F2F7401DD97244E516958EEE87470F1D88C26

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09h00min do dia 24 de junho de 2021, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL nº 01/2021, para contratação de empresa na prestação de SERVIÇOS DE PEDREIRO E SERVENTE/AUXILIAR DE PEDREIRO, na Manutenção e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto da sede e comunidades, dentro do município de Cocal do Sul quando solicitado e conforme a necessidade, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas neste Edital e seus Anexos. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 08h45min do dia 24 de junho de 2021. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 – Bairro Jardim Bela Vista – Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site www.samaecocaldosul.sc.gov.br. Cocal do Sul-SC, 11 de junho de 2021. Adenilson Ghisi. Diretor do SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO 02 AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 03/2021 – FMS

Publicação N° 3095147

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – SC

ADENDO 02 AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 03/2021 FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, do Município de Concórdia - SC, por intermédio de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de Credenciamento em referência, cujo objeto é o Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para consultas especializadas, exames ambulatoriais e procedimentos cirúrgicos eletivos, sofreu alterações.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Credenciamento Público". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Marechal Deodoro, 1.280. Edifício Golden Office, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3030-0700.

Concórdia, SC, 11 de maio de 2021.

LEIDE MARA BENDER

Gestora do FMS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 15/2021 – FMS

Publicação N° 3094804

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C0DF599DE58EB0B102FB82587A1D502CBC2224CF

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 15/2021 - FMS

Aquisição de Bens

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de materiais de consumo médico e equipamentos médico-hospitalares, com vistas a atender e equipar ambulâncias do tipo "UTI Móvel" e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até às 08 h e 15 min do dia 28/06/2021.

Início da Sessão: dia 28/06/2021 às 08 h e 30 min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167. Registrado no TCE com a chave: C0DF599DE58EB0B102FB82587A1D502CBC2224CF.

Concórdia, SC, 11 de junho de 2021.

LEIDE MARA BENDER

Gestora do FMS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 34/2021 – PMC

Publicação N° 3093897

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C0DF599DE58EB0B102FB82587A1D502CBC2224CF

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N° 34/2021 - PMC

Objeto: Registro de preço para possível aquisição de materiais esportivos em atendimento as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Diretoria de Esportes e Fundo Municipal de Assistência social, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15 min do dia 25/06/2021.

Início da Sessão: dia 25/06/2021 às 08h30min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164. Registrado no TCE com a chave: C0DF599DE58EB0B102FB82587A1D502CBC2224CF.

Concórdia, SC, 11 de junho de 2021.

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2021 – PMC

Publicação Nº 3093821

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A70CBBC1DD98760E6270E93A4CF51E885EE81270

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2021 - PMC
Aquisição de Bens

Objeto: Aquisição de móveis sob medida, mobiliários, climatizadores e material de decoração para atendimento das necessárias das Rede Escolar do Município, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até às 08 h e 15 min do dia 25/06/2021.

Início da Sessão: dia 25/06/2021 às 08 h e 30 min.

No endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link [Licitações](#). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Chave TCE/SC nº: A70CBBC1DD98760E6270E93A4CF51E885EE81270

Concórdia, SC, 11 de junho de 2021.

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2021 – PMC

Publicação Nº 3095462

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D45B1AE323FB18F228F007AF0A2525EDF9B58EEA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2021 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas, caminhão pipa, guindaste com cesta aérea e guindaste com munck, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até às 10h00min do dia 24/06/2021.

Abertura: dia 24/06/2021 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link [Licitações](#). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Chave TCE/SC nº: D45B1AE323FB18F228F007AF0A2525EDF9B58EEA.

Concórdia, SC, 11 de junho de 2021.

CLAITON CASAGRANDE
Secretário Municipal de Gestão Urbana

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2021 – PMC

Publicação Nº 3095357

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4BE5112FCFF381EFAE484BF3C471C0D2A7BF0B28

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2021 - PMC
Aquisição de Bens

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de máscaras de tecido para atender as necessidades da Diretoria de Esporte, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 28/06/2021.

Abertura: dia 29/06/2021 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link [Licitações](#). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2198.

Registrado no TCE com a chave: 4BE5112FCFF381EFAE484BF3C471C0D2A7BF0B28.
Concórdia, SC, 10 de junho de 2021.

ALEXANDRE TREVISAN SCHNEIDER
Secretário Municipal de Desporto e Cultura

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2021 – FMS

Publicação Nº 3094389

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 94D8A6971E1C90B2EE3E5D3D8844DAE8CF85B215

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2021 - FMS

Objeto: Contratação de empresa para prestação dos serviços de radiografias odontológicas digitais com laudo, para os pacientes do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, do Fundo Municipal de Saúde, com recursos próprios e recursos oriundos federais, conforme especificações constantes nos anexos “A” e “B” deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 24/06/2021.

Abertura: dia 24/06/2021 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link [Licitações](#). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Chave TCE/SC nº: 94D8A6971E1C90B2EE3E5D3D8844DAE8CF85B215.

Concórdia, SC, 11 de junho de 2021.

LEIDE MARA BENDER
Gestora FMS

DECRETO Nº 505/2021, DE 4 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093124

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 505/2021, DE 4 DE JUNHO DE 2021.

Altera dispositivos do inciso II do art. 1º do Decreto nº 923/2019, de 4 de dezembro de 2019 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.567, de 9 de setembro de 2013 e alterações e no Decreto nº 5.882, de 8 de abril de 2014 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O inciso II do art. 1º do Decreto nº 923/2019, de 4 de dezembro de 2019 e alterações, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, terá os seguintes dispositivos alterados:

I – o item 2 da alínea “a” passa a vigorar com a seguinte redação:

“2. ADINAN DANRLEI DA SILVA PANSERA, representando a Associação de Portadores de Deficiência Física – Águias de Concórdia;” (NR)

II – o item 2 da alínea “b” passa a vigorar com a seguinte redação:

“2. WELLINGTON CHRISTIAN RENOSTO, representando a Associação de Portadores de Deficiência Física – Águias de Concórdia;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

JAIME ESTEVÃO BERNARDI
Secretário Municipal de Assistência Social

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de junho de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 507/2021, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093125

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 507/2021, DE 7 DE JUNHO DE 2021.

Designa membros para integrar o Conselho Municipal de Saneamento Básico – CMSB.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 11, III e 18 a 20 da Lei Complementar nº 661, de 26 de dezembro de 2013 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, para integrar o Conselho Municipal de Saneamento Básico – CMSB, as pessoas abaixo mencionadas, com os respectivos órgãos e entidades que representam, pelo período de dois anos, a partir de 16 de junho de 2021:

I – representantes do Poder Executivo Municipal:

- a) presidente: DANIEL FAGANELLO;
- b) membros:

1. ALAN CASSIO BORSUK;
2. DENILSON KROETZ;
3. GABRIELE SIEGA;
4. JULIANA LUPATO ZUCCHI;

II – representantes da sociedade civil:

- a) ANDRÉ CARLOS PAGOTTO, representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil e de Artefatos de Cimento Armado do Alto Uruguai Catarinense;
- b) FERNANDO GIRARDI, representante da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL;
- c) JANETE FARENZENA, representante da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN;
- d) RAFAEL LEÃO, representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Concórdia e Microrregião – AECOM;
- e) MARILU MATIELLO, representante do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga e Bacias Contíguas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de junho de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 508/2021, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093126

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 508/2021, DE 7 DE JUNHO DE 2021.

Exonera, a pedido, a servidora KAROLINE GONÇALVES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, I, e 42 da Lei

Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora KAROLINE GONÇALVES, do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, a partir de 7 de junho de 2021.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de junho de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 509/2021, DE 7 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093130

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 509/2021, DE 7 DE JUNHO DE 2021.

Designa a servidora NAIR KOPPE VOGT para responder pelo cargo de Chefe Administrativa e Financeira.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e considerando a CI SEMURB 271/2021, emitida pela Secretaria Municipal de Gestão Urbana.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora NAIR KOPPE VOGT, ocupante do cargo de Chefe Administrativa, para exercer o cargo de Chefe Administrativa e Financeira – Secretaria Municipal de Gestão Urbana, no período de 7 a 13 de junho de 2021, em face do afastamento do titular, percebendo remuneração própria do cargo, nível FG3.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

CLAITON CASAGRANDE
Secretário Municipal de Gestão Urbana

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de junho de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 510/2021, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093132

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 510/2021, DE 8 DE JUNHO DE 2021.

Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 814/2019, de 14 de outubro de 2019 e alterações, que designam membros para compor o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – COMDECON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 621, de

16 de fevereiro de 2012 e alterações e no Decreto nº 4.514, de 8 de outubro de 2002 e alterações.

DECRETA :

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 814/2019, de 14 de outubro de 2019 e alterações, que designam membros para compor o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – COMDECON, terá dispositivos alterados na forma abaixo:

I – o inciso I passa a vigorar com a seguinte redação:

“I – membro nato: Chefe do Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor –PROCON: LEVI ELOI DOS SANTOS;” (NR)

II – o inciso XIII passa a vigorar com a seguinte redação:

“XIII – representantes do Poder Legislativo Municipal:

a) efetivo: HELENA FURLANETTO DREYER;

b) suplente: EDERSON CARPEGGIANI VILAS BOAS.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO Prefeito Municipal	NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração
-----------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de junho de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 514/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093136

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 514/2020, DE 10 DE JUNHO DE 2021.

Dá nova redação ao item 2 da alínea “a” do inciso I do art. 1º do Decreto nº 480/2021, de 28 de maio de 2021, que nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação – COMCITI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 5.029, de 13 de dezembro de 2017 e no Decreto nº 6.394, de 15 de julho de 2019.

DECRETA:

Art. 1º O item 2 da alínea “a” do inciso I do art. 1º do Decreto nº 480/2021, de 28 de maio de 2021, que nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Incentivo à Ciência, Tecnologia e Inovação – COMCITI, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

2. suplente: RAFAEL PIOVEZAN;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de junho de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 6.663, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093138

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.663, DE 10 DE JUNHO DE 2021.

Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 9º e 11 da Lei nº 5.479, de 22 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2020, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão	04	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária	04.01	Secretaria Municipal de Administração – SEMAD
Projeto/Atividade	0004.0122.0011.1002	Modernização e Organização Administrativa – SEMAD
Elemento	4.4.90.00.00.00.00.00	Investimentos – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	03.000001	Recursos Ordinários – Prefeitura – Superávit do Exercício Anterior
TOTAL SUPLEMENTADO		R\$ 19.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO
Prefeito Municipal

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA Secretária Municipal de Administração	ENORI ANTONIO BOLSI Secretário Municipal da Fazenda
----------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de junho de 2021.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FEAS BASICA CUSTEIO Nº 01/2021

Publicação Nº 3093158

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FEAS BASICA CUSTEIO nº 01/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Repasse Fundo a Fundo – SST/FEAS/Básica Custeio, no valor de R\$ 9.183,67 (nove mil, cento e oitenta e três reais e sessenta e sete centavos).

Concórdia SC, 11 de junho de 2021.

JAIME ESTEVÃO BERNARDI
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FEAS BASICA INVESTIMENTO Nº 1/2021

Publicação Nº 3093159

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FEAS BASICA INVESTIMENTO
nº 1/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Repasse Fundo a Fundo – SST/FEAS/Básica Investimento, no valor de R\$ 21.428,57 (vinte e um mil quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos).

Concórdia SC, 11 de junho de 2021.

JAIME ESTEVÃO BERNARDI
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FEAS BE Nº 01/2021

Publicação Nº 3093161

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FEAS BE nº 01/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Repasse Fundo a Fundo – SST/FEAS/Benefícios

Eventuais, no valor de R\$ 40.816,32 (quarenta mil, oitocentos e dezesseis reais e trinta e dois centavos).

Concórdia SC, 11 de junho de 2021.
JAIME ESTEVÃO BERNARDI
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FEAS CREAS Nº 01/2021

Publicação Nº 3093162

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FEAS CREAS nº 01/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Repasse Fundo a Fundo – SST/FEAS/CREAS Media Complexidade - Investimento, no valor de R\$ 7.600,00 (Sete mil e seiscentos reais).

Concórdia SC, 11 de junho de 2021.
JAIME ESTEVÃO BERNARDI
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 29/2021

Publicação Nº 3092930

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 29/2021

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Convênio CASAN 611-2013/Tapa Buraco, no valor de R\$ 29.908,12 (vinte e nove mil novecentos e oito reais e doze centavos).

Concórdia SC, 11 de junho de 2021.
ENORI ANTONIO BOLSI.
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2021 - PMC

Publicação Nº 3093793

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2021 - PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 05A7495E6F722BB05B8EAB2877DD9AF4D3C0DD03

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para reforma de ambientes do Centro Administrativo Municipal, localizado neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: até 02/07/2021 às 08h30min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: até 29/06/2021 às 17h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: até 02/07/2021 às 08h30min.

Abertura: dia 02/07/2021 às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link [Licitações](#). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Chave TCE/SC nº: 05A7495E6F722BB05B8EAB2877DD9AF4D3C0DD03

Concórdia, SC, 11 de junho de 2021.
DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Planejamento

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 37-2021 - PMC

Publicação Nº 3092552

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 37-2021 - PMC

Na publicação do Extrato do Contrato nº 37/2021 - PMC publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, edição nº 3482, de 26 de abril de 2021, página 278, corrige-se a seguinte informação:

Onde lê-se: “a partir de 11 de maio de 2021”

Leia-se: “a partir de 17 de maio de 2021”.

EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2021

Publicação Nº 3092387

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2021

OBJETO: O Município de Concórdia por intermédio do Fundo Municipal de Infância e Adolescência com esteio na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei 13.204/2015, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de fomento que tenha por objeto a execução de projeto voltados a criança e ao adolescente do município de Concórdia

PRAZO: para envio das propostas pelas OSCs de 10 de junho de 2021 a 15 de julho de 2021.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link “Estrutura de Governo – Secretaria Municipal de Assistência Social”. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 926, 3º Andar, Edifício Office Concórdia, Centro, 2ª a 6ª feira, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3442 1532.

Concórdia – SC, 10 de junho de 2021

JAIME ESTEVÃO BERNARDI
Gestor do Fundo Municipal de Infância e Adolescência

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2021 FMAS

Publicação Nº 3092535

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 001/2021 FMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Artigo 29 da Lei Municipal 5.035/2017, de 13 de dezembro de 2017,

TORNA PÚBLICO

O resultado final do processo de seleção das organizações da sociedade civil do Edital de Chamamento Público nº 001/2021 de 1º de abril de 2021, onde não houveram entidades classificadas.

Concórdia - SC, 10 de junho de 2021.

JENIFER DE LIMA WILLRICH
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

PORTARIA Nº 104/2021, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093122

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 104/2021, DE 8 DE JUNHO DE 2021.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alterações, e considerando:

- o Adendo nº 20/2021, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural – SEMUR;

- a CI DSMT 122/2021, emitida pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento (salário base), ao servidor PAULO ADRIANO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, a partir do mês de junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 105/2021, DE 8 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093123

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 105/2021, DE 8 DE JUNHO DE 2021.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 82/2017, de 19 de janeiro de 2017 e alterações, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando:

- o Adendo nº 13/2021, ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;

- a CI DSMT 119/2021, emitida pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor CLEITON FRANCISCO PICCINI, ocupante do cargo de Médico, matrícula 1211099-01, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a maio de 2021.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 510/2021

Publicação Nº 3092432

RESOLUÇÃO Nº 510, DE 10 DE JUNHO DE 2021.

Constitui comissão de representação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IV do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão de representação com a missão de realizar os trâmites necessários para a organização da homenagem especial em comemoração aos cinquenta anos dos 11º Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC realizados em Concórdia, evento que fará parte das comemorações oficiais do 87º aniversário do Município de Concórdia no mês de julho do ano de 2021.

Art. 2º Nomear para comporem a Comissão os Vereadores:

I – Vilmar Comassetto – Presidente;
II – Fernando Busetto – Vice-Presidente;
III – Fábio Ferri – Relator;
IV – André Rizelo – Membro.

Art. 3º A Comissão funcionará nas dependências da Câmara Municipal de Concórdia, podendo se reunir em outro local de acordo com a necessidade.

Art. 4º A Comissão terá o prazo de vigência até 31 de julho de 2021.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta das dotações do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 10 de junho de 2021.

Fabiano Caitano
Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 96/2021 PREGÃO PRESENCIAL 35/2021 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO E REFORMA DO TRATOR DE PNEU VALTRA A 950, ANO 2013 PATRIMONIO 4323 PERTECENTE A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC

Publicação Nº 3093850

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal em exercício, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n. 96/2021
Pregão Presencial n. 35/2021
Tipo: Menor preço por lote

Objeto: A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO E REFORMA DO TRATOR DE PNEU VALTRA A 950, ANO 2013 PATRIMONIO 4323 PERTECENTE A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 25/06/2021.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 25/06/2021.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 11 de maio de 2021.
LAURO TECCHIO
Prefeito Municipal

AVISO DE NOVA DATA PARA LICITAÇÃO PROCESSO 93/2021 PREGÃO 32/2021

Publicação Nº 3095225

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal em exercício, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n. 93/2021
Pregão Presencial n. 32/2021
Tipo: Menor preço por lote

Objeto: A presente licitação tem por objeto a REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 24/06/2021.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 24/06/2021.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 11 de junho de 2021.
LAURO TECCHIO
Prefeito Municipal, em exercício

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO 93/2021 PREGÃO PRESENCIAL 32/2021

Publicação Nº 3095014

EDITAL DE PROCESSO Nº 93/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2021

LAURO TECCHIO, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO a RETIFICAÇÃO 02/2021 ao Edital de Processo Licitatório nº 93/2021, conforme segue:

RETIFICAÇÃO 02/2021

Por este instrumento, no item 6.1, retifica-se as alíneas "m" "n" do edital, conforme segue:

ONDE-SE LÊ:

m) Certidão de pessoa jurídica (emitida pelo CREA/CFT) com a devida comprovação do vínculo entre o profissional e a empresa licitante, através do quadro de responsáveis técnicos.

n) Certidão de pessoa física do profissional responsável técnico da licitante (emitida pelo CREA/CFT).

LEIA-SE:

m) Prova de Inscrição/Registro e Regularidade da empresa e dos seus Responsáveis Técnicos, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), da localidade da sede da licitante, pessoa Jurídica e Física em vigência;

n) A proponente que não é sediada no Estado de Santa Catarina deverá apresentar o Registro no CREA do estado em que está sediada e apresentar no ato da assinatura do Contrato, o visto do CREA de Santa Catarina;

NOTA: A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

· No caso de ser sócio proprietário da empresa: através da apresentação do contrato social ou outro documento legal, devidamente registrado no Órgão competente.

· No caso de empregado da empresa: através da apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS comprovando o vínculo empregatício do profissional com a empresa licitante.

· No caso de profissionais que detenham vínculo através de Contrato de Prestação de Serviços: através da apresentação do Instrumento Particular de Prestação de Serviços celebrado entre o profissional e a empresa licitante até a data da apresentação da documentação.

Tendo em vista a alteração feita, conforme Artigo 21 §4 da Lei 8.666/93, a nova data para a abertura da licitação será dia 24 de junho de 2021, sendo o credenciamento até as 08:30, iniciando a sessão no mesmo dia às 09:00. Os demais itens deste edital permanecem inalterados. Maiores informações e a íntegra do Edital e Anexos, poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal sito à Rua Celso Tozzo, n.º 27, Fone (49) 3358-9100 ou e-mail licitacoes@pmcordi.sc.gov.br

Cordilheira Alta, 11 de junho de 2021.

LAURO TECCHIO

Prefeito Municipal, em exercício

AVISO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO 96/2021 PREGÃO PRESENCIAL 35/2021

Publicação Nº 3093841

LAURO TECCHIO, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO a RETIFICAÇÃO 01/2021 ao Processo Licitatório 96/2021, conforme segue:

RETIFICAÇÃO 01/2021

Por este instrumento, retifica-se o objeto do presente edital, conforme segue:

ONDE SE LÊ:

AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS PARA MANUTENÇÃO E REFORMA DO TRATOR DE PNEU VALTRA A 950, ANO 2013 PATRIMONIO 4323 PERTECENTE A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC

LEIA-SE:

AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO E REFORMA DO TRATOR DE PNEU VALTRA A 950, ANO 2013 PATRIMONIO 4323 PERTECENTE A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC

Tendo em vista a alteração feita, conforme Artigo 21 §4 da Lei 8.666/93, a nova data para a abertura da licitação será dia 25 de junho de 2021, sendo o credenciamento até as 08:30, iniciando a sessão no mesmo dia às 09:00. Os demais itens deste edital permanecem inalterados. Maiores informações e a íntegra do Edital e Anexos, poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal sito à Rua Celso Tozzo, n.º 27, Fone (49) 3358-9100 ou e-mail licitacoes@pmcordi.sc.gov.br

Cordilheira Alta, 11 de junho de 2021.

LAURO TECCHIO

Prefeito Municipal, em exercício

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 46/2021

Publicação Nº 3092862

PROCESSO Nº: 95/2021	PREGÃO PRESENCIAL Nº: 34/2021
-------------------------	----------------------------------

EXTRATO CONTRATUAL DA CONTRATO Nº 46/2021
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC
CNPJ: 95.990.198/0001-04
CONTRATADA: L&G POÇOS ARTESIANOS LTDA
CNPJ: 24.475.164/0001-33

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE REDE ADUTORA DE ÁGUA E ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES EMERGENCIAIS DO MUNICÍPIO DEVIDO A SITUAÇÃO ANORMAL PROVOCADA POR ESTIAGEM, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL N. 198/2021.

VALOR: R\$ 99.900,00 (Noventa e nove mil e novecentos reais).
VIGÊNCIA = INÍCIO: 11/06/2021 TÉRMINO: 31/12/2021

Cordilheira Alta, 11 de junho de 2021.

EXTRATO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO 95/2021 PREGÃO PRESENCIAL 34/2021

Publicação Nº 3092874

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme abaixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 34/2021

JULGAMENTO: Menor preço por Lote

PROCESSO: 95/2021.

SOLICITANTE: SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

OBJETO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE REDE ADUTORA DE ÁGUA E ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES EMERGENCIAIS DO MUNICÍPIO DEVIDO A SITUAÇÃO ANORMAL PROVOCADA POR ESTIAGEM, NOS TERMOS DO DECRETO MUNICIPAL N. 198/2021

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 99.900,00 (Noventa e nove mil e novecentos reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Pregoeira e a Equipe de Apoio declara vencedora a empresa: L&G POÇOS ARTESIANOS LTDA para o lote 1 no valor total R\$ 99.900,00, adjudicado em favor da empresa o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir.

Cordilheira Alta, SC, em 11 de junho de 2021.

MARIA EDUARDA NICHETTI

Pregoeira

PORTARIA Nº 364/2021

Publicação Nº 3092732

PORTARIA Nº 364/2021

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LAURO TECCHIO, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e artigo 71 da Lei Complementar nº 018/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, a servidora municipal TÂNIA MARA MAGGIONI DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07/06/2021.

Cordilheira Alta/SC, 10 de junho de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

LAURO TECCHIO

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 365/2021

Publicação Nº 3092731

PORTARIA Nº 365/2021

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LAURO TECCHIO, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal MIRIAN LAIS GUOLO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/06/2021.

Cordilheira Alta/SC, 10 de junho de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

LAURO TECCHIO

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 366/2021

Publicação Nº 3092729

PORTARIA Nº 366/2021

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LAURO TECCHIO, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE

Art. 1º Conceder à servidora pública SALETE VARNIER ZANLUCHI, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 02 (dois) dias de dispensa de serviço, com base no artigo 98, da Lei 9.504-97, Resolução TCE nº 23.554/2017 por ter prestado serviço no Processo de Eleição em 15/11/2020, que será usufruído nos dias 02 e 04 de junho 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/06/2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 10 de junho de 2021.

LAURO TECCHIO

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 367/2021

Publicação Nº 3092728

PORTARIA Nº 367/2021

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LAURO TECCHIO, Prefeito Municipal em exercício de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal ALCINEI APARECIDA BREANCINI, matrícula nº 13405-01, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 27/05/2021.

Cordilheira Alta/SC, 10 de junho de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

LAURO TECCHIO

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 368/2021

Publicação Nº 3092724

PORTARIA Nº 368/2021

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LAURO TECCHIO, Prefeito Municipal em exercício de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor municipal SILVANO ANDREIS GABRIEL, matrícula nº 1336901, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 07/06/2021.

Cordilheira Alta/SC, 10 de junho de 2021.
Registrada e publicada em data supra.

LAURO TECCHIO
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 369/2021

Publicação Nº 3092722

PORTARIA Nº 369/2021

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LAURO TECCHIO, Prefeito Municipal em exercício de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde à servidora municipal JENIFER UEKER FELICIO, matrícula nº 1375901, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/06/2021.

Cordilheira Alta/SC, 10 de junho de 2021.

Registrada e publicada em data supra.

LAURO TECCHIO
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 370/2021

Publicação Nº 3092949

PORTARIA Nº 370/2021

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LAURO TECCHIO, Prefeito Municipal em exercício de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora municipal ANGÉLICA ANSELMINI GOMES, matrícula nº 1373601, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 07/06/2021.

Cordilheira Alta/SC, 11 de junho de 2021.
Registrada e publicada em data supra.

LAURO TECCHIO
Prefeito Municipal em exercício

TF 05/2021

Publicação Nº 3092489

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2021

Data do Recebimento: 04/05/2021

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		34.857,20
4.1.7.1.8.03.11.51.00	Incent. Fin. da APS - Capitação Ponderada	23.946,52
4.1.7.1.8.03.21.02.00	Atenção a Saúde da Pop. p/ Proced. MAC - SUS União	3.729,63
4.1.7.1.8.03.31.07.00	Assist. Financ Agente de Comb. Endemias - Vig. em Saúde	1.550,00
4.1.7.1.8.03.41.01.00	Promoção da AF e Ins. Estratégicos na ATB - SUS União	2.189,39
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	2.065,00
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.376,66

Cordilheira Alta, 09/06/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2021

Data do Recebimento: 05/05/2021

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		18.027,53
4.1.7.1.8.03.11.02.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	9.300,00
4.1.7.1.8.03.31.09.00	Inc. Financ. Vig Sanitária - SUS União	3.000,00
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	3.436,52
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	2.291,01

Cordilheira Alta, 09/06/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2021

Data do Recebimento: 06/05/2021

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		10.664,65
4.1.7.1.8.05.31.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	6.803,60
4.1.7.1.8.12.11.02.00	Transf. de Recurso FNAS- IGD-BF	1.430,00
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.458,63
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	972,42

Cordilheira Alta, 09/06/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2021

Data do Recebimento: 07/05/2021

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.909,20
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.145,52
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	763,68

Cordilheira Alta, 09/06/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2021

Data do Recebimento: 10/05/2021

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		458.417,15
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	315.295,13
4.1.7.1.8.01.21.02.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	131.372,97
4.1.7.1.8.01.21.03.00	Cota Parte Fundo de Participação dos Municípios	78.823,78
4.1.7.1.8.01.51.01.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	10,97
4.1.7.1.8.01.51.02.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	4,57
4.1.7.1.8.01.51.03.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	2,74
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	22.805,40
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	15.203,60
9.1.7.1.8.01.21.01.00	Dedução Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios	-105.098,36
9.1.7.1.8.01.51.00.00	Dedução Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territ	-3,65

Cordilheira Alta, 09/06/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2021

Data do Recebimento: 11/05/2021

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		5.974,54
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	3.584,72
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	2.389,82

Cordilheira Alta, 09/06/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2021

Data do Recebimento: 12/05/2021

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		85.581,35
4.1.7.1.8.02.21.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minera	12.577,56
4.1.7.1.8.03.11.01.00	Incentivo para Ações Estratégicas	14.191,79
4.1.7.1.8.03.11.50.00	Incent. Fin. da APS - Desempenho	6.450,00
4.1.7.1.8.03.31.08.00	Inc. Financ. Vig em Saúde - Desp. Diversas - SUS União	856,89
4.1.7.1.8.05.41.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	6.880,57
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	26.774,72
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	17.849,82

Cordilheira Alta, 09/06/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2021

Data do Recebimento: 13/05/2021

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		98.102,14
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	58.861,28
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	39.240,86

Cordilheira Alta, 09/06/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2021

Data do Recebimento: 14/05/2021

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.194,86
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.916,92
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.277,94

Cordilheira Alta, 09/06/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2021

Data do Recebimento: 20/05/2021

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		88.759,05
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	47.100,49
4.1.7.1.8.01.21.02.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	19.625,21
4.1.7.1.8.01.21.03.00	Cota Parte Fundo de Participação dos Municípios	11.775,12
4.1.7.1.8.05.11.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	25.958,38
9.1.7.1.8.01.21.01.00	Dedução Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios	-15.700,15

Cordilheira Alta, 09/06/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2021

Data do Recebimento: 21/05/2021

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		20.098,99
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	12.059,39
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	8.039,60

Cordilheira Alta, 09/06/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2021

Data do Recebimento: 25/05/2021

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		53.191,55
4.1.7.1.8.02.61.01.00	Cota parte fundo especial do petróleo - FEP	15.469,56
4.1.7.1.8.12.11.03.00	Transf. de Recurso FNAS-PSB PROTEÇÃO SOCIAL BÁS	2.754,64
4.1.7.1.8.12.11.05.00	Transf. de Recurso FNAS-SCFV	2.214,24
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	19.651,87
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	13.101,24

Cordilheira Alta, 09/06/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2021

Data do Recebimento: 31/05/2021

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		301.771,25
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	151.852,47
4.1.7.1.8.01.21.02.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	63.271,87
4.1.7.1.8.01.21.03.00	Cota Parte Fundo de Participação dos Municípios	37.963,12
4.1.7.1.8.01.51.01.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	30,34
4.1.7.1.8.01.51.02.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	12,64
4.1.7.1.8.01.51.03.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	7,59
4.1.7.1.8.02.61.01.00	Cota parte fundo especial do petróleo - FEP	517,67
4.1.7.1.8.99.11.01.00	Transf Rec. COVID-19 - SUS União	31.986,12
4.1.7.1.8.99.11.06.00	Outras Transferências da União - ADO PLP133/2020	4.350,34
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	37.444,01
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	24.962,67
9.1.7.1.8.01.21.01.00	Dedução Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios	-50.617,48
9.1.7.1.8.01.51.00.00	Dedução Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territ	-10,11

Cordilheira Alta, 09/06/2021

CLODOALDO BRIANCINI
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8

Coronel Freitas

PREFEITURA

TERMO ADITIVO N° 20/2021

Publicação N° 3092437

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO N° 20/2021

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO N° 20/2021 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 27/2020.

Contratado: BUGRE COMERCIAL EIRELI

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES da Ata Registro de Preço nº 27/2020 passa a ter a seguinte redação:

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR UN.
67	1.000,00 L	Leite Longa Vida UHT Integral, embalagem Tetra Pak, de 1 litro	BUGRE COMERCIAL EIRELI	4,09

Vigência: 06/08/2021.

Correia Pinto**PREFEITURA****EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2021**

Publicação Nº 3095833

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2021

O Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, tendo em vista que foram esgotados e chamados todos os classificados na área, segundo a classificação final do Processo Seletivo realizado através do Edital nº 001/2019 da Secretaria Municipal de Educação, bem como, pela existência temporária de vagas para o cargo de PROFESSOR, torna público pelo presente Edital, as normas para CHAMADA PÚBLICA, que será regida pela Lei Complementar nº 019/2007 e Lei Municipal nº 1010/2001, que trata das contratações temporárias por excepcional interesse público.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Pelo presente edital ficam convocados os interessados em assumir as vagas temporárias existentes, para comparecerem junto à Secretaria Municipal de Educação, com sede na Rua Av. Tancredo Neves, nº 1879, Loteamento Gracilio Felipe, Município de Correia Pinto/SC – Fone: (49) 3243-1426, munidos da documentação exigida, a fim de participarem de PROVA DE TÍTULOS e TEMPO DE SERVIÇO, nos dias e horários estabelecidos abaixo:

CARGO	DATA	HORÁRIO
Professor de Educação Física	16/06/2021	14:00 Horas

1.2. O número de vagas/aulas, os valores dos respectivos vencimentos, a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

2. Requisitos Básicos para Contratação

- 2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- 2.2. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- 2.3. Quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- 2.4. Nível de escolaridade e capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;
- 2.5. Idade mínima de 18 anos;
- 2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício e atribuições do cargo;
- 2.7. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente; registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- 2.8. Apresentar declaração firmada de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Constituição Federal;
- 2.9. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão a bem do serviço público no exercício de função pública qualquer.

3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 3.1. É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art.º 4º, do Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, comprovada através de laudo médico com data inferior a 01 (um) ano, garantida a sua participação desde que a sua deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.
- 3.2. Os candidatos com deficiência participarão da Chamada Pública em igualdade de condições com os demais candidatos.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA CHAMADA PÚBLICA

- 4.1. A participação na presente Chamada Pública implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital e das demais informações que porventura venham a ser divulgadas, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- 4.2. É de inteira responsabilidade do candidato à conferência da documentação exigida, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes do horário da chamada, pois não será permitida apresentação de documentos após o encerramento do prazo.
- 4.3. Não há possibilidade de alteração/troca de cargos após a escolha.

5. TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO

- 5.1. Serão atribuídos pontos, mediante comprovação de tempo de serviço e aos títulos apresentados pelos candidatos aos cargos de Professor mediante apresentação de documentação original e cópia (a ser autenticada no ato da apresentação) ou cópia autenticada em cartório.
- 5.2. Os pontos referidos no item anterior obedecerão aos critérios a seguir:
 - Formação continuada: Cursos de capacitação com certificado de conclusão com registro no MEC, Secretarias Estaduais ou Municipais, desde que sejam relacionados à área de atuação e que realizados nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Serão creditados 04 (quatro) pontos a cada 40 horas de curso. Máximo a ser considerado: 200 horas.
 - Curso de Magistério – 10 (dez) pontos.
 - Comprovante de matrícula, a partir do 2º semestre, em curso de licenciatura na área, sendo considerado 0,5 ponto para cada período já concluído.
 - Diploma de conclusão de licenciatura na área, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, ou Declaração/Atestado de conclusão de licenciatura na área com a respectiva colação de grau: 20 (vinte) pontos.
 - Especialização lato sensu: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, desde

que não seja requisito para provimento, e que seja afim a área de atuação: 15 (quinze) pontos. Somente será considerado um certificado.

- Mestrado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, desde que não seja requisito para provimento, e que seja afim a área de atuação: 20 (vinte) pontos.

- Tempo de Serviço: Certidão de tempo de serviço emitida por órgão público municipal, estadual ou federal e ou declaração firmada por estabelecimento de ensino particular, certificando o tempo de serviço no exercício de Magistério do requerente, em qualquer nível de escolaridade e ou disciplina, expresso em meses e dias, sendo considerado 01 (um) ponto por período de 12 (doze) meses completos, limitado ao máximo de 120 meses.

- Será considerada como válida a experiência comprovada a partir do mês de janeiro de 2007.

- O tempo de serviço será contado em meses até o dia da Chamada Pública, sendo arredondado para 01 mês quando superior a 15 dias.

- Se duas, ou mais, certidões de tempo de serviço corresponder ao mesmo período, uma única será computada para atribuição de pontuação.

- Não será computado o tempo de estágio ou de serviço em Secretaria, Direção ou Coordenação de qualquer natureza.

5.3. Não serão pontuados os documentos que não atenderem estritamente o disposto neste Edital, não entregues no prazo e local determinados, borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível ou ainda não entregue pelo próprio candidato.

6. CONTAGEM DOS PONTOS

6.1. A contagem dos pontos será obtida pela soma dos pontos atribuída aos Títulos e ao Tempo de Serviço.

6.2. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a nota final obtida.

7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

1º) maior número de filhos;

2º) maior idade;

3º) sorteio.

8. RECURSOS E REVISÕES

8.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do Processo de Chamada.

8.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) Seja dirigido ao Presidente da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Chamada Pública e protocolado no setor de Recursos Humanos da Prefeitura, Avenida Duque de Caxias, 3601 - Centro horário das 8h às 11h 30 min e das 13h30min às 17h, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação;

b) Conste obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, denominação do cargo o qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos.

8.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender ao estabelecido no item 7.2.

8.4. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

8.5. Será dada publicidade às decisões dos recursos.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A presente Chamada Pública será processada pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

9.2. O resultado e demais atos da Chamada Pública será homologado pelo Prefeito em exercício e publicado no Mural da Prefeitura de Correia Pinto, no Diário Oficial dos Municípios e no site www.correiapinto.sc.gov.br.

9.3. No ato de contratação o candidato deve apresentar os documentos exigidos, bem como os exames médicos admissionais solicitados, sob pena de perda da vaga.

9.4. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação da presente Chamada Pública, nomeados pelo Decreto nº 1319 em 28 de maio de 2018.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A contratação gerada através da Chamada Pública terá vigência até a publicação do decreto de homologação da classificação final do Processo Seletivo do Edital nº 002/2019 da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, o qual foi aberto para a contratação de professores para preencher as vagas vinculadas a Secretaria Municipal de Educação ou enquanto perdurar o afastamento do titular, ou condicionado à existência de aluno especial, conforme o caso.

10.2. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de retorno do titular, por abandono ao serviço sem justificativa, pelo não cumprimento do horário, pelo excesso de faltas ou por problemas de ordem pedagógica e/ou administrativa, desde que devidamente justificado e registrado em Ata de reunião da equipe gestora da Unidade Escolar e Conselho Municipal de Educação.

10.3. Será partes integrantes deste Edital o anexo I e II.

Correia Pinto, 11 de junho de 2021.

Edilson Germiniani dos Santos
Prefeito

ANEXO I

DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA e VENCIMENTO.

1.1 – Os cargos, vagas, carga horária e vencimento, estão definidos no quadro abaixo:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
Professor de Educação Física.	01	30h/s – Matutino /Vespertino – EBM Olintho D'Ávila Mesquita	R\$ 2.262,52

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA RECURSO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Candidato: _____

Cargo Pretendido: _____ Fone: (____) _____

E-mail: _____

À COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA

O PRESENTE RECURSO REFERE-SE À: _____

RAZÕES DO RECURSO:

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do candidato

CÂMARA MUNICIPAL

RATIFICAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2021 – PMCP

Publicação Nº 3095700

AVISO DE LICITAÇÃO - RATIFICAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO
EM LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2021 – PMCP

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BEF8D68A6BD48917CAD74B0DADA2FFEAAD7BA8C6

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA EM AMBIENTE WEB, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES PRESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E MINUTA CONTRATUAL, TODA PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL. O PRESENTE PROCESSO JUSTIFICA-SE PELA NECESSIDADE DE SISTEMA PARA GERENCIAR TODOS OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO. COM O INTUITO DE PADRONIZAÇÃO, REALIZA-SE O PROCESSO JUNTAMENTE COM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.

Menor Preço Global.

Abertura dos envelopes: 21/06/2021 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislações pertinentes a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em www.correiapinto.sc.gov.br, bem como no sítio eletrônico da Câmara de Vereadores de Correia Pinto: www.camaracorreiapinto.sc.gov.br.

Publicado originalmente pela Prefeitura Municipal de Correia Pinto, em 09/06/2021, na edição nº 3525, publicação nº 3087923, página 353 do Diário Oficial Dos Municípios (DOM/SC).

Correia Pinto/SC, 11 de junho de 2021.

Osni Antonio do Amaral Duarte

Presidente da Câmara de Vereadores de Correia Pinto

Cunha Porã

PREFEITURA

DECRETO Nº 087, DE 07 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095892

DECRETO MUNICIPAL Nº 087/2021.

“DISPOE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO 2021 APROVADO PELA LEI Nº 2.873 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art. 7º, I e II da Lei Municipal nº 2.873, de 23 de novembro de 2020, e as disposições da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto, efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação de despesa, no órgão, Projeto e Atividade, conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 – DPTO. DE PLANEJAMENTO E OBRAS

Proj./Ativ.: 06.181.0014.2.022 – Manutenção de Ações de Segurança Pública

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

(1412) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do presente Remanejamento, que trata o artigo anterior, será proveniente da anulação parcial das dotações orçamentárias, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), conforme especificação a seguir:

ORGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 – DPTO. DE PLANEJAMENTO E OBRAS

Proj./Ativ.: 06.181.0014.2.022 – Manutenção de Ações de Segurança Pública

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas

(270) Fonte: 0.1.00.00.00 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, 07 de junho de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra,

SILVIO RICHARDT

Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 362, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093109

PORTARIA Nº 362, de 11 de junho de 2021.

EXONERAR PATRICIA TATIANE KÜTTNER DO CARGO EM COMISSAO DE DIRETOR DE ATENÇÃO BASICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 077/2020.

CONSIDERANDO o pedido de exoneração apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a pedido, em 11 de junho de 2021, PATRICIA TATIANE KÜTTNER, do Cargo Comissionado de Diretor de Atenção Básica, com Lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 11 de junho de 2021.
LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA N° 363, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3093139

PORTARIAN° 363 , de 11 de Junho de 2021.

EXONERA A PEDIDO MAURISETE BACKENDORF CONTRATADA EM CARATER TEMPORÁRIO PARA AS FUNÇÕES DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 077/2020.

CONSIDERANDO o pedido de exoneração apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, em 11 de junho de 2021, MAURISETE BACKENDORF, contratada em caráter temporário para as funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 3923-3, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Prefeita, 11 de Junho de 2021.
LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N° 364, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3095901

PORTARIAN° 364, 11 de Junho de 2021 .

EXONERA A SERVIDORA CARLA ENGLER CONTRATADA TEMPORARIAMENTE PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE TECNICO EM ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 077/2020.

CONSIDERANDO o pedido de exoneração da servidora

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a pedido, em 16 de junho de 2021, CARLA ENGLER , matricula 3864-4, contratada temporariamente pela Portaria 305/2020, para as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 11 de Junho de 2021.
LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

PORTARIA N° 365, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3095908

PORTARIANº 365, 11 de Junho de 2021 .

EXONERA A SERVIDORA DAIANE NEUMANN CONTRATADA TEMPORARIAMENTE PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE TECNICO EM ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUZIA ILIANE VACARIN, Prefeita Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 077/2020.

CONSIDERANDO o pedido de exoneração da servidora

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a pedido, em 11 de junho de 2021, DAIANE NEUMANN, matrícula 3760-5, contratada temporariamente pela Portaria 024/2020, para as funções do cargo de Técnico em Enfermagem, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 11 de Junho de 2021.

LUZIA ILIANE VACARIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

Cunhataí

PREFEITURA

LEI 978

Publicação Nº 3092861

LEI MUNICIPAL Nº 978/2021 DE 11 DE JUNHO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A LIMPEZA DE TERRENOS DE PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Para efeitos desta Lei, entende-se por limpeza de terrenos:

I – a capinagem mecânica e/ou manual, roçagem do mato manual e/ou mecânica, eventualmente crescido no terreno;

II – remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.

Parágrafo único. Fica proibido o emprego de fogo como forma de limpeza na vegetação, lixo ou de quaisquer detritos e objetos, nos imóveis edificadas e não edificadas.

Art. 2º. Qualquer munícipe ou servidor público poderá reclamar por escrito, através de requerimento endereçado ao Setor de Tributação, a existência de terrenos baldios que necessitem de limpeza.

Parágrafo único. O requerimento será protocolado e isento de taxas de expediente e sua reclamação deverá ser comprovada por fiscalização in loco pelo Fiscal do Município.

Art. 3º. A fiscalização será exercida através dos fiscais de tributos e obras, que ficarão incumbidos de realizar inspeções, lavrar notificações, autuar e multar, além de outros procedimentos administrativos que se tornarem necessários.

CAPÍTULO II

DA LIMPEZA DOS TERRENOS

Art. 4º. O proprietário de terreno, edificado ou não, deverá preservar a estética e higiene do seu imóvel, mantendo-o limpo, não abrigando águas estagnadas, lixo ou materiais e vetores nocivos à saúde pública, sendo proibido o uso de fogo para a limpeza dos terrenos dentro do perímetro urbano.

§1º. Para preservar a estética e a higiene dos terrenos também é proibido:

I – permitir o escoamento de águas servidas das edificações para os passeios ou leito dos logradouros públicos;

II – danificar, assorear, impedir, dificultar ou obstruir com resíduos de qualquer espécie, terra, detritos ou quaisquer outros materiais, cursos d'água, valas, valetas, sarjetas, canalização e elementos de drenagem de qualquer tipo;

III – aterrar vias públicas, quintais e terrenos baldios com lixo, materiais deteriorados ou quaisquer outros;

IV – queimar, mesmo em propriedades particulares, lixo, detritos ou quaisquer materiais capazes de molestar a vizinhança ou produzir odor ou fumaça nociva à saúde;

V – descartar nos passeios, sarjetas e logradouros públicos, papéis, embalagens, produtos da varrição, terra, detritos e tudo o mais que constitua lixo ou atente contra a higiene e o asseio da cidade.

§2º. As obrigações contidas neste artigo são extensivas às pessoas jurídicas de direito público e privado.

Art. 5º. Os terrenos não poderão ter partes em desnível, em relação a logradouros públicos ou lotes lindeiros, com características capazes de ocasionar erosão, desmoronamento, carreamento de lama, pedras e detritos ou outros riscos para as edificações e propriedades vizinhas, ou para os logradouros e canalizações públicas.

§1º. Para evitar os riscos citados neste artigo, a prefeitura poderá exigir dos proprietários de terrenos com desníveis, obras de drenagem, fixação, estabilização ou sustentação das terras.

§2º. As exigências deste artigo aplicam-se também aos casos em que movimentos de terra, ou quaisquer outras obras, tenham modificado as condições de estabilidade existentes.

§3º. Os proprietários aos quais forem exigidas obras nos termos deste artigo as realizarão sob suas próprias custas, não lhes cabendo quaisquer direitos de restituições ou compensações perante o poder público.

§4º. As obrigações contidas neste artigo são extensivas às pessoas jurídicas de direito público.

Art. 6º. Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos proprietários no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou outros meios adequados.

Art. 7º. Para efeitos desta Lei, entende-se por terrenos baldios, os terrenos sem construções, os terrenos com construções e desabitados, os imóveis e os terrenos que embora habitados, permanecem sujos, colocando em risco a saúde da vizinhança.

Parágrafo único. Não será permitida, em qualquer outra hipótese a existência de terrenos cobertos de matos ou servindo de depósito de resíduos ou entulhos.

CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES

Art. 8º. Constatada pela fiscalização a existência de terreno que infrinja ao disposto no art. 4º desta Lei, inicia-se processo administrativo próprio para apuração da infração com a lavratura de auto de infração, observando-se o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei e seus regulamentos.

Parágrafo único. Do Auto de Infração, lavrado com clareza, sem omissões e abreviaturas, sem entrelinhas ou rasuras, não ressalvas, constarão obrigatoriamente:

I – a menção do local, data e hora da lavratura;

II – a qualificação do infrator ou infratores e, se existirem, das testemunhas presenciais e denunciante;

III – a localização do imóvel e a descrição do fato e dos elementos que caracterizam a infração;

IV – o dispositivo legal infringido e as possíveis sanções a serem aplicadas;

V – prazo para adequação do imóvel de acordo com a legislação e no mesmo prazo, apresentar recurso;

VI – a intimação do autuado, quando for possível, em havendo recusa ou impossibilidade deverá conter assinatura de duas testemunhas;

VII – a assinatura, o nome legível e o cargo da autoridade fiscal que constatou a infração e lavrou o Auto.

Art. 9º. Lavrado o Auto de Infração o proprietário do imóvel ou possuidor será notificado para proceder à limpeza do terreno baldio, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de aplicação de multa.

Parágrafo único. O prazo fixado para limpeza do terreno baldio é improrrogável.

Art. 10. Quando o notificado tomar as providências exigidas, fica ele obrigado a comunicar o setor competente do Município para que efetue nova vistoria no local e ateste a execução do serviço em campo, o que deverá constar na própria notificação.

Art. 11. O proprietário ou possuidor do terreno será considerado regularmente notificado seguindo a referida ordem:

I – notificação por escrito e pessoalmente ao infrator, quando feita pelo fiscal competente;

II – notificação por via postal com aviso de recebimento (AR);

III – notificação por edital público divulgada no Diário Oficial dos Municípios;

§1º. A notificação será feita por edital, quando o proprietário ou possuidor do imóvel a qualquer título não for identificado, não for encontrado ou recusar-se a receber a intimação.

§2º. O edital referido no inciso III deste artigo será publicado uma única vez, na Imprensa Oficial, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

§3º. O prazo para o cumprimento da obrigação subsistente poderá ser reduzido ou aumentado, em casos excepcionais, por motivos de interesse público, mediante despacho fundamentado;

Art. 12. O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração no mesmo prazo de adequação do imóvel, contados da sua notificação.

Parágrafo único. Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o auto de infração será julgado pelo dirigente do órgão sanitário competente.

Art. 13. Das decisões condenatórias poderá o infrator recorrer, dentro de igual prazo fixado para a defesa, inclusive quando se tratar de multa.

§1º. Mantida a decisão condenatória, caberá recurso para a autoridade superior, no prazo de dez dias de sua ciência ou publicação.

§2º. Os recursos interpostos das decisões não definitivas somente terão efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação.

Art. 14. Ultimada a instrução do processo, uma vez esgotados os prazos para recurso sem apresentação de defesa ou apreciados os recursos, a autoridade de saúde proferirá a decisão final, dando o processo por concluso após a publicação desta última na Imprensa Oficial.

Art. 15. Findo o prazo concedido para limpeza do terreno e não sendo apresentada defesa, ou sendo esta julgada improcedente, fica o Município autorizado a executar os serviços através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Urbanos, Desenvolvimento e Turismo diretamente ou através da contratação de serviços, sem prévio aviso ou interpelação e sem qualquer direito a reclamações ficando o proprietário ou possuidor do respectivo terreno obrigado a ressarcir aos cofres públicos municipais as despesas efetuadas.

§1º. O infrator não poderá opor qualquer resistência à execução dos serviços referido neste artigo, por parte do Município, sob pena de ser requerida força policial e/ou autorização judicial.

§2º. Em caso de terreno não habitado, cercado por qualquer modalidade de construção, poderá o Município, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Urbanos, Desenvolvimento e Turismo, efetuar rompimento do cadeado ou outro tipo de tranca/lacre, podendo ainda, proceder o rompimento de qualquer obstáculo (muro e/ou cerca) para efetuar o serviço, objeto da notificação.

§3º. Caso seja efetivado qualquer das medidas do §2º deste artigo, o Município de Cunhataí, não será obrigado a reparar ou restituir em valores qualquer dano causado, mediante prévia notificação.

§4º. Fica estabelecido o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) pelos serviços de limpeza descritos na presente Lei.

§5º. Na hipótese de os custos dos serviços desempenhados pela municipalidade serem superiores ao fixado na presente Lei, fica autorizada a municipalidade a proceder com a cobrança dos valores adicionais, devidamente comprovados.

Art. 16. Concluídos os trabalhos pelo Município, o infrator será notificado a efetuar o pagamento do débito no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Se o pagamento não se realizar no prazo determinado, o mesmo estará sujeito à multa de 20% (vinte por cento).

Art. 17. O débito não pago nos prazos previstos nesta Lei será inscrito em dívida ativa e processada a cobrança administrativa e/ou judicial, acrescido de juros de mora e correção monetária, nos termos da Lei.

Art. 18. Para efeitos desta Lei, os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Art. 19. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias previstas no orçamento municipal.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, em 11 de junho de 2021.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento
Registrada e publicada em data supra.

POR 073

Publicação Nº 3092868

PORTARIA Nº 073/2021 DE 11 DE JUNHO DE 2021

“DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Artigo 100, Inciso II, alínea “c” da Lei Orgânica Municipal, combinado com os artigos 176, da Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO o relatório conclusivo de Sindicância Administrativa Investigatória (SAI) nº 041/2021 de 14 de maio de 2021;

CONSIDERANDO que o servidor (agente político) Denilson Diel, Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Urbanos, Desenvolvimento e Turismo, matrícula de nº 3369701, nada data de 25 de Fevereiro de 2021, autorizou o uso de maquinário do município, a servidor não lotado e designado para tal e, considerando que o servidor Caspar Both, Gerente de Estradas de Rodagem e Turismo, matrícula de nº 1640103, utilizou de maquinário do Município para prestar serviço urgente, não sendo lotado no cargo de motorista e ocasionando sinistro com o referido, causando danos ao erário público;

CONSIDERANDO que, se comprovados os fatos acima, estará configurada infração disciplinar sujeitando o infrator à penalidade imposta do

Estatuto dos Servidores (Artigo 154, caput e Parágrafo único, incisos II; Lei Complementar nº 002/2007);

CONSIDERANDO os fatos a seguir expostos, ao qual, permitem a abertura do competente processo disciplinar administrativo para apurar os fatos e possível penalidade:

“No dia 25 de fevereiro de 2021, o servidor envolveu-se em acidente com o maquinário placas QHD 3585, de propriedade da municipalidade, durante realização de trabalhos na Linha Barra Pequena, na propriedade do munícipe Rene Feil (B.O 0160790/2021-BO006-13.2021.003178), o fato necessitava de investigação considerando que o servidor envolvido exerce o cargo de Gerente junto a Secretaria de Infraestrutura, Obras, Serviços Urbanos, Desenvolvimento e Turismo, e não de Motorista, e ainda, por prever o estatuto dos servidores a responsabilidade por eventuais prejuízos ou danos causados por servidor”.

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a abertura do competente Processo Administrativo Disciplinar, na forma do Artigo 176 da lei Complementar Municipal nº 002, de 14 de setembro de 2007, a fim de apurar a possível prática de tais fatos atribuídos aos servidores

Parágrafo único. O Processo Administrativo Disciplinar obedecerá ao rito próprio, estabelecido na Lei Complementar Municipal nº 002, de 14 de setembro de 2007, e será assegurado o contraditório e a ampla defesa ao servidor.

Art. 2º. Fica constituída a Comissão Disciplinar, composta pelos membros e cargos a seguir identificados:

I – Giannina Amabile Weber, presidente, matrícula nº 7101, fiscal de saúde e saneamento;

II – Camila Azevedo Eloy, secretária, matrícula nº 3376801, psicóloga;

III – Mosael Megail Mallmann, membro, matrícula nº 3378401, assessor nível I – SECEL.

§1º. A Comissão de que trata o caput do Artigo 2º é de caráter temporário, prestando o seu serviço somente durante a realização do processo disciplinar para o qual foi constituída.

§2º. A Comissão Disciplinar exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurando o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

§3º. Os integrantes da Comissão Disciplinar deverão dedicar-se, prioritariamente, aos trabalhos inerentes à condução do processo.

Art. 3º. A Comissão deverá concluir os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação desta Portaria, podendo o prazo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí, Santa Catarina em 11 de junho de 2021.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PORTARIA Nº 071/2021

Publicação Nº 3088973

PORTARIA Nº. 071/2021 DE 09 DE JUNHO DE 2021.

“REGULAMENTA A CONCESSÃO DE FÉRIAS DE SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, inciso VI, e artigo 100, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Municipal 002/2007, RESOLVE:

Art. 1º. Regulamenta a concessão de férias a servidores públicos, estabelecendo o nome do servidor, o período aquisitivo e o período de gozo, dos ocupantes do cargo de provimento efetivo, conforme segue:

NOME DO SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
FERNANDA NUNES DA SEILVA WERLE	14/03/2021 A 13/03/2022	15/06/2021 A 29/06/2021	15
OSNEI WAGNER	13/03/2020 A 12/03/2021	16/06/2021 A 30/06/2021	15

KATIA BARBARA HEINZEN BARON	05/03/2019 A 04/03/2020 05/03/2020 A 04/03/2021	16/06/2021 A 15/07/2021	30
-----------------------------	----------------------------------------------------	-------------------------	----

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí, Santa Catarina em 09 de junho de 2021.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

Descanso

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO Nº 01 - PRORROGAR AS INSCRIÇÕES DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 15/2021, PARA SELEÇÃO DE MÉDICOS

Publicação Nº 3092499

RETIFICAÇÃO Nº 01

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais nos termos do artigo 303, da Lei nº 086/91, 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 354/2001, de 18.12.2001, alterada pela Lei nº 1009/2010, de 22.11.2010 e Lei nº 1281/2013, de 25.11.2013, Lei nº 1379/2017, de 16.11.2014, Lei 827/2009, Lei nº 04/90, de 02.03.90 e Lei Orgânica do Município, torna público aos interessados, que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para contratação/admissão de servidores por prazo determinado, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, TORNA PÚBLICO aos interessados, que o Edital De Processo Seletivo Simplificado nº 15/2021, para seleção de Médicos sofreu alteração, a saber:

1. Prorrogar a data de inscrição prevista no Capítulo II, Das Inscrições do Edital, item 2.1, que passa a vigorar com a seguinte redação:
2.1 As inscrições estarão abertas no período de 11 a 16 junho de 2021, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 16h00min, junto a Centro Municipal de Saúde Iria Lourdes Daltoé, sito à Rua José Bonifácio, nº 1215, nesta cidade de Descanso – SC.

2. Alterar os prazos previstos no Cronograma do Capítulo IV, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CRONOGRAMA	DATA	HORÁRIO
Recebimento das inscrições	11 a 16 de junho de 2021	07h30min às 11h30min e 13h00min às 16h00min
Resultado da homologação das inscrições e Divulgação do Resultado de Classificação Preliminar - concomitante	17.06.2021	A partir das 10h00min
Resultados dos Recursos (se houver)	17.06.2021	A partir das 13h00min
Divulgação do Resultado Final.	18.06.2021	A partir das 08h00min

As demais informações constantes no referido edital permanecem inalteradas.

Descanso – SC, 11 de junho de 2021.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei a presente Retificação

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CCA - CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL PROTOCOLO CONDER 778/2021

Publicação Nº 3092506

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA – CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL
PROCESSO DE LICENCIAMENTO/CCA PROTOCOLO Nº 778/2021 CONDER

O Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.026.773/0001-74 com sede Rua: Santos Dumont, nº 413, Centro, CEP: 89950-000, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de CCA – CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, com prazo de validade até 28/maio/2025, formulado pelo empreendedor, de acordo com a Resolução CONSEMA nº 150/2019, declara para os devidos fins o empreendimento/atividade: Criação de animais confinados de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc). Pot. Poluidor/ Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M Porte Pequeno: $100 \leq C_{\text{máxC}} \leq 500$ (RAP), porte menor que P, - Capacidade máx cabeças -CmáxC: 66, atividade de bovinocultura, coordenadas geográficas, Latitude 26°19'14.4"S e Longitude 53°35'20.4"W, matrícula C.R.I sob nº 6.949, situado na Linha Campinho, zona rural no Município de Dionísio Cerqueira, estado de Santa Catarina sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Dionísio Cerqueira, Santa Catarina, em 11 De junho De 2021.
Prefeito(a) Municipal

EDERSON MIGUEL SCHNEIDER

Agente Municipal de Licenciamento Ambiental, Programa Gestão Ambiental, Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira – SC

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 65-2021 - PMDC

Publicação Nº 3092794

PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/21
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/21
HOMOLOGAÇÃO: 11/06/21

CONTRATADO: SERVICE CENTER GL COMERCIO DE PECAS - EIRELI - EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MAO-DE-OBRA E PEÇAS, PARA REALIZAR O CONserto DO MOTOR DO CAMINHAO, PLACA: MCE-6182,

UTILIZADA NO SETOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.790,03 (quinze mil setecentos e noventa reais e três centavos)

DATA: 11/06/21 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO

GONÇALVES - Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2021

Publicação Nº 3092395

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA, ELÉTRICA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES - ITENS DESERTOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2021.

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, CEP: 89.126-000, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa CENTRAL AUTO CENTER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 23.814.929/0001-50, situada à Rua Celso Ramos, nº 4350, Bairro Centro, cidade de Benedito Novo - SC, CEP: 89.124-000, neste ato representado pelo(a) representante legal, senhor(a) JANIO CARLOS DA SILVEIRA, CPF sob nº 047.898.039-61, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital de Pregão Presencial nº 23/2021, e disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, do Decreto Municipal nº 56/2015, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA, ELÉTRICA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES - ITENS DESERTOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2021 - conforme segue:

Item	Unid.	Quant.	Descrição do Objeto	Valor Proposto	
				Unitário	Total
2	HORA	600	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA AUTOMOTIVA PARA MANUTENÇÃO GERAL DE VEÍCULOS DA LINHA LEVE COM MOTOR A GASOLINA.	R\$ 37,00	R\$ 22.200,00
3	UNID	300	SERVIÇO DE BALANCEAMENTO AUTOMOTIVO.	R\$ 10,00	R\$ 3.000,00
4	UNID	100	SERVIÇO DE GEOMETRIA AUTOMOTIVA.	R\$ 40,00	R\$ 4.000,00
TOTAL DO FORNECEDOR:				R\$ 29.200,00	

1.2 - Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 23/2021 e seus Anexos, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto deste Contrato correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2021 do MUNICÍPIO, como segue:

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – GABINETE DO PREFEITO

2005 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

1000001 – RECURSOS PRÓPRIOS - FUNREBOM

1100000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO - MILITAR

1110000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO - CIVIL

3000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

3000001 – RECURSOS PRÓPRIOS - FUNREBOM

3100000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO - MILITAR

3110000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO - CIVIL

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS
01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS
2006 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL
33903917 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS
01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS
2013 – MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO
33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL
01 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
2009 – MANUTENÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR
33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
1010000 – RECEITA DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO
1620200 – TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO
3620200 – TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2024 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
1020000 – RECEITA DE IMPOSTOS – SAÚDE
1381100 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA – FEDERAL
1780100 – EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS – PAB INCREMENTO
3381100 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA – FEDERAL
3380400 – PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB INCREMENTO – INDIVIDUAL

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2035 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
1350100 – BOLSA FAMÍLIA
3350100 – BOLSA FAMÍLIA

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2036 – MANUTENÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
1650100 – COFINANCIAMENTO ASSISTÊNCIA SOCIAL
3650100 – COFINANCIAMENTO ASSISTÊNCIA SOCIAL

07 – SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
01 – SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
2026 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL
33903917 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA
02 – DESPORTO
2018 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR
33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O preço unitário e o valor total deste contrato é aquele previsto no quadro de preços por item da Cláusula Primeira (1.1).

3.1.1 - Somente após 12 (doze) meses da vigência contratual, poderá ser concedido reajuste ao preço do(s) serviço(s), conforme índice acumulado do INPC/IBGE, mediante solicitação e demonstração pela empresa contratada da ocorrência de efetiva perda inflacionária no período alusivo e da manutenção de preço competitivo em relação ao preço corrente de mercado.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas

de qualquer natureza, fretes, transporte, seguros e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.2 - Os pagamentos se darão da seguinte forma:

3.2.1 - Em relação ao objeto do presente Contrato, o pagamento será realizado ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE após a aprovação de cada serviço prestado e/ou fornecimento de peças, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do controle de horas realizadas para a execução dos serviços, devidamente atestado pelo Gestor/Fiscal do contrato.

3.2.1.1 - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário na Conta Corrente nº 862.729-0, Agência nº 0101 do Banco Viacredi de titularidade da CONTRATADA, conforme dados informados na Proposta Comercial.

3.2.1.2 - Havendo erro no documento de cobrança, ou qualquer circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a CONTRATADA se obriga a fazer as correções no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ficando pendente o pagamento até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso quaisquer ônus para o Município de Doutor Pedrinho.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 - A Secretaria responsável efetuará a solicitação de cada serviço ou de cada inspeção, por escrito à CONTRATADA (preferencialmente por e-mail ou mensagem de whats app), sendo que, esta deverá atender ao chamado em até 24 (vinte e quatro) horas, enviando profissional técnico para análise e possibilidade de manutenção no local.

4.2 - Não havendo a possibilidade de manutenção no local, o Município de Doutor Pedrinho providenciará o transporte dos veículos, máquinas e/ou equipamentos defeituosos até a oficina da empresa contratada, se esta estiver localizada na distância máxima estabelecida no Edital, ou estando em maior distância a própria proponente contratada deverá providenciar tal transporte até sua sede (oficina), em caminhão guincho adequado para isso, em tempo adequado para realização do reparo no prazo máximo previsto neste Contrato, bem como a devolver logo após na sede da Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos em Doutor Pedrinho/SC, de igual forma, sem qualquer custo adicional para o MUNICÍPIO (além daquele proposto para realização da manutenção).

4.3 - Após o recebimento dos veículos, máquinas e/ou equipamentos, a CONTRATADA realizará exame, vistoria, e quando for o caso, desmontagem de partes defeituosas, devendo desenvolver e submeter, por escrito, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento dos veículos, máquinas e/ou equipamentos, à aprovação do MUNICÍPIO, diagnóstico dos serviços a serem realizados, e indicará inclusive, o número de horas-profissional estimadas a serem utilizadas, relacionando ainda, o prazo no qual o serviço será finalizado e todas as peças e componentes que devam ser substituídos.

4.4 - A CONTRATADA deverá executar, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos serviços em sede própria, facultada a terceirização em, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento), devendo a CONTRATADA apresentar laudo dos serviços objeto de terceirização, bem como relatório e orçamento de peças para aprovação do MUNICÍPIO.

4.5 - As peças e componentes que precisem ser trocadas e/ou insumos necessários deverão ser adquiridas diretamente pela Secretaria correspondente do MUNICÍPIO, podendo a CONTRATADA apresentar orçamento próprio para participar da competição de fornecimento.

4.5.1 - A CONTRATADA poderá fornecer peças, componentes e/ou insumos acaso apresente o menor orçamento na pesquisa de preços feito pela municipalidade, sendo tal fornecimento limitado ao valor estimado para isso em cada item da licitação e deste Contrato. O MUNICÍPIO poderá realizar licitação específica para aquisição das peças, componentes e/ou insumos necessários, conforme o caso.

4.6 - As peças, componentes e/ou insumos fornecidos e instalados ou aplicados pela CONTRATADA ficam por ela garantidos como isentos de quaisquer vícios ou defeitos, por um prazo mínimo não inferior ao concedido pelos fabricantes de veículos, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal.

4.7 - Faculta-se à Secretaria requisitante do MUNICÍPIO averiguar, junto aos fabricantes os prazos de garantia das peças/componentes/insumos, constituindo inadimplência contratual o fato de a CONTRATADA oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.

4.8 - A reexecução de serviços e a substituição de peças, componentes e/ou insumos que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para a Secretaria requisitante do MUNICÍPIO e acarretarão a reabertura dos respectivos prazos de garantia.

4.9 - Quando as peças, componentes e/ou insumos forem fornecidas pela Secretaria requisitante do MUNICÍPIO, a CONTRATADA ficará obrigada a prestar garantia sobre os serviços executados.

4.10 - As peças necessárias à execução dos serviços, independente de quem as forneça, deverão ser genuínas, originais ou paralelas, de acordo com a necessidade da manutenção, conforme significado abaixo:

- a) PEÇAS GENUÍNAS: são aquelas fornecidas pelo fabricante do veículo, máquina e/ou equipamento. Suas embalagens se destacam com as marcas das montadoras;
- b) PEÇAS ORIGINAIS: são fornecidas pelo mesmo fabricante que atende a linha de montagem, de reposição e de montadora. As peças são encontradas no mercado com a sua própria marca;
- c) PEÇAS PARALELAS: são produzidas por terceiros, e nem sempre obedecem aos padrões produtivos e os parâmetros estabelecidos pelas montadoras, referentes à conformidade do projeto do veículo ou máquina.

4.11 - As peças deverão ser fornecidas apenas de um fornecedor, sempre que possível, devido à garantia pela montagem e compatibilidade das mesmas.

4.12 - A Secretaria requisitante do MUNICÍPIO indicará funcionário técnico para acompanhar os consertos/manutenções realizados nos veículos, máquinas e/ou equipamentos, bem como avaliação dos materiais utilizados, tanto novos quanto retificados, o qual deverá providenciar registro, inclusive fotográfico, do antes e depois, se for o caso.

4.13 - Qualquer serviço, seja de manutenção preventiva ou corretiva, bem como qualquer substituição de peças ou componentes, só poderá ser executado após aprovação, por parte da Secretaria requisitante do MUNICÍPIO, através do diagnóstico mencionado no item 4.3 e/ou 4.4.

4.13.1 - O agente da municipalidade poderá se valer de orientação das tabelas AUDATEX/CÍLIA ou similares para controle do objeto licitado.

4.14 - Após aprovação do diagnóstico e/ou orçamento e autorização dos serviços, qualquer necessidade superveniente de outros itens, mão-de-obra e/ou peças e componentes ficará sujeita aos mesmos procedimentos definidos nos itens 4.3, 4.4 e 4.13.

4.15 - Os reparos deverão, preferencialmente, ser realizados na sede da Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos do MUNICÍPIO, na cidade de Doutor Pedrinho/SC, ou havendo comprovada necessidade e autorização da solicitante, o serviço poderá ser executado na sede (oficina) da CONTRATADA, sendo de responsabilidade do Município de Doutor Pedrinho providenciar o transporte dos veículos, máquinas e/ou equipamentos até a oficina da empresa CONTRATADA e a retirá-los quando da execução completa dos serviços, se esta estiver localizada na distância máxima estabelecida no Edital, ou estando em maior distância a própria CONTRATADA deverá providenciar tal transporte até sua sede (oficina), em caminhão guincho adequado para isso, em tempo adequado para realização do reparo no prazo máximo previsto no Edital e/ou neste Contrato, bem como a devolver logo após na sede da Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos em Doutor Pedrinho/SC, de igual forma, sem qualquer custo adicional para municipalidade (além daquele proposto para realização da manutenção).

4.15.1 - A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelos danos eventualmente sofridos pelos veículos, máquinas e/ou equipamentos que venha a efetuar o transporte, bem como por seguro dos mesmos por qualquer dano ou sinistro que sofram dentro da sua oficina, sem qualquer custo adicional para o MUNICÍPIO.

4.15.2 - No deslocamento do veículo, máquina e/ou equipamento para recuperação, conserto ou manutenção na sede (oficina) da licitante CONTRATADA, esta deverá disponibilizar local coberto e protegido para guarda durante o prazo de permanência no local, sem qualquer custo adicional para o MUNICÍPIO, inclusive nos casos em que seja necessário aguardar a aquisição de peças, componentes e/ou insumos para prestação de seus serviços.

4.16 - Todo o deslocamento para verificação, orçamentação, levantamento dimensional, transporte até sua sede e retorno, e execução dos serviços solicitados pelo MUNICÍPIO de Doutor Pedrinho, são de responsabilidade da CONTRATADA e seus custos devem estar absorvidos neste contrato, levando-se em consideração para fins de pagamento o valor da hora efetivamente trabalhada, ou seja, será computado para fins de pagamento, o momento em que o agente técnico chegar ao local designado pelo MUNICÍPIO para a referida manutenção e iniciar a prestação do serviço.

4.17 - A CONTRATADA fica obrigada, em caso de defeito nos veículos, máquinas e/ou equipamentos mencionados, a recebê-los e transportá-los (se for o caso) a qualquer hora, em qualquer dia da semana, em horário normal de funcionamento.

4.18 - A CONTRATADA deverá refazer às suas expensas todo o serviço que apresentar problemas decorrentes da execução, fornecendo garantia dos serviços pelo prazo mínimo de 03 (três) meses após a respectiva prestação.

4.19 - Todo ferramental e equipamento empregado na manutenção dos veículos será, obrigatoriamente, de primeira qualidade, próprio para o tipo de serviço/peça, e será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, às suas expensas.

4.20 - O MUNICÍPIO reserva-se ao direito de realizar as manutenções possíveis na sua oficina da Secretaria de Obras, Estradas e Serviço Urbanos e/ou outra Unidade, remetendo à manutenção ora contratada apenas os serviços que não puderem ser executados diretamente pelo MUNICÍPIO.

4.21 - Os veículos novos que por ventura estiverem em garantia de fábrica, assim como as primeiras revisões, poderão ter manutenções realizadas em concessionárias da marca dos veículos.

4.22 - A inobservância aos prazos estabelecidos para atendimento, prestação do serviço e/ou apresentação de orçamento e/ou entrega do bem, caracteriza descumprimento as regras do Edital/Contrato, sujeitando o infrator as penas previstas no mesmo.

4.23 - Fica estabelecido que os serviços prestados serão recebidos:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e a consequente aceitação.

4.24 - Os serviços somente serão aceitos se prestados de acordo com as especificações técnicas do fabricante do veículo e/ou as disposições contidas no Edital e neste Contrato.

4.25 - O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

4.26 - Por ocasião do recebimento dos serviços, a Secretaria responsável do MUNICÍPIO, por intermédio de funcionários designados, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações contidas na proposta, no Edital ou neste Contrato, obrigando-se a CONTRATADA a promover as devidas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência do presente contrato vigorará a partir da data de sua assinatura estendendo-se por 12 (doze) meses, podendo ter seu prazo de vigência e execução prorrogado ou renovado mediante termo aditivo, conforme a Lei Federal nº 8.666/93.

5.1.1 - Considerando que a duração do prazo deste Contrato não fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, no início de cada exercício o MUNICÍPIO deverá fazer simples apostilamento ao mesmo para registro das dotações orçamentárias necessárias para empenho das despesas do respectivo ano, dispensando a celebração de aditamento para esta finalidade.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso da execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 - O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado e/ou contratado, sendo este um estimativo para o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 23/2021 e neste Contrato, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Realizar a execução dos serviços, objeto desta licitação, nas especificações contidas no Edital da licitação;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;
- c) Manter, durante a execução do contrato e/ou prestação dos serviços, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer todo material, pessoal e equipamentos necessários para a execução dos serviços, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, sendo única responsável pelos mesmos;
- f) Fornecer o objeto e/ou prestar os serviços previstos com pontualidade e boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, e nos locais contratados;
- g) Aceitar que sejam prestados os serviços de forma parcial ou fracionada, conforme necessidades do MUNICÍPIO;
- h) Permitir o livre acesso aos agentes do Município de Doutor Pedrinho para acompanhamento e fiscalização dos serviços em execução, inclusive os realizados na sede da CONTRATADA, fornecendo ainda todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados;
- i) Comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução dos serviços (por escrito);
- j) Fornecer a seus funcionários e fazer com que estes utilizem todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários a segurança dos mesmos, de acordo com o exigido pelas normas relativas à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, previstas na legislação em vigor, arcando com qualquer responsabilidade, custo ou ônus advindos, decorrentes ou relacionados aos mesmos;
- k) Arcar única e exclusivamente com todas e quaisquer despesas de pessoal, sejam elas de alimentação, transporte, deslocamento, hospedagem ou quaisquer outros custos, relacionados aos membros de sua equipe;
- l) Ressarcir ao MUNICÍPIO do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- m) Manter seus dados para contato (endereço físico, e-mail e telefones) atualizados perante o MUNICÍPIO;
- n) Firmar o contrato resultante desta licitação em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da convocação para fazê-lo, sob pena de decair do direito de contratar com o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no Edital da licitação e/ou no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato poderá ensejar a suspensão do cadastro da CONTRATADA e/ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO, cumuladas em ambas as hipóteses, com multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso na entrega do objeto ou cumprimento de obrigação contratual, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

8.1.2 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.3 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.1.4 - Os pagamentos referentes a serviços que estejam sendo objeto de discussão em Processo Administrativo ficarão suspensos até a conclusão do mesmo.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar a gestão e fiscalização deste Contrato, pelo MUNICÍPIO, ficam designados os Secretários Municipais de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, de Educação e Promoção Social, de Saúde e Assistência Social ou de Administração e Finanças, que atuarão isoladamente em relação aos veículos, máquinas e/ou equipamentos de cada Unidade Administrativa.

11.2 - Fica nomeado(a) como preposto da CONTRATADA para o presente contrato o(a) Sr.(a) Janio Carlos da Silveira, o(a) qual poderá ser contatado(a) através do telefone (47) 3385-4804, whats app (47) 99640-0252 e e-mail janio@batistaimoveis.com.br, que serão utilizados para todos os atos referentes a execução deste Contrato, inclusive para citações e intimações em caso de instauração de Processo Administrativo.

11.2.1 - Qualquer mensagem encaminhada ao e-mail e/ou whats app fornecido pela CONTRATADA será considerada como recebida para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 09 de junho de 2021.

MUNICÍPIO CONTRATADA

HARTWIG PERSUHN – Prefeito JANIO CARLOS DA SILVEIRA

GESTOR/FISCAL DO CONTRATO

Exame e aprovação da minuta deste Contrato pela Assessoria Jurídica (Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666/93):

LUIZ CLAUDIO KADES

Advogado - OAB/SC 17.692

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2021

Publicação Nº 3095466

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2021

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA, ELÉTRICA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES - ITENS DESERTOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2021.

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, CEP: 89.126-000, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa RALF WILLI MAUS - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.056.529/0001-90, situada à Rua Leopoldo Koprowski, nº 1335, Bairro Alto Benedito Novo, cidade de Benedito Novo - SC, CEP: 89.124-000, neste ato representado pelo(a) representante legal, senhor(a) RALF WILLI MAUS, CPF sob nº 533.530.489-87, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital de Pregão Presencial nº 23/2021, e disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, do Decreto Municipal nº 56/2015, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA, ELÉTRICA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES - ITENS DESERTOS DO PROCESSO LICITATÓRIO

Nº 17/2021 - conforme segue:

Item	Unid.	Quant.	Descrição do Objeto	Valor Proposto	
				Unitário	Total
1	HORA	600	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA/ELETRÔNICA PARA MANUTENÇÃO GERAL DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA LINHA PESADA.	R\$ 66,66	R\$ 39.996,00
TOTAL DO FORNECEDOR:				R\$ 39.996,00	

1.2 - Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 23/2021 e seus Anexos, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto deste Contrato correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2021 do MUNICÍPIO, como segue:

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – GABINETE DO PREFEITO

2005 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

1000001 – RECURSOS PRÓPRIOS - FUNREBOM

1100000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO - MILITAR

1110000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO – CIVIL

3000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

3000001 – RECURSOS PRÓPRIOS - FUNREBOM

3100000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO - MILITAR

3110000 – CONVÊNIO DE TRÂNSITO – CIVIL

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS

01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS

2006 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL

33903917 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS

01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS

2013 – MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO

33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

01 – DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

2009 – MANUTENÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR

33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS

1010000 – RECEITA DE IMPOSTOS – EDUCAÇÃO

1620200 – TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO

3620200 – TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2024 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS

1020000 – RECEITA DE IMPOSTOS – SAÚDE

1381100 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA – FEDERAL

1780100 – EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS – PAB INCREMENTO

3381100 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA – FEDERAL

3380400 – PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB INCREMENTO – INDIVIDUAL

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2035 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
1350100 – BOLSA FAMÍLIA
3350100 – BOLSA FAMÍLIA

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2036 – MANUTENÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
1650100 – COFINANCIAMENTO ASSISTÊNCIA SOCIAL
3650100 – COFINANCIAMENTO ASSISTÊNCIA SOCIAL

07 – SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
01 – SEC. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE TURISMO
2026 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL
33903917 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA
02 – DESPORTO
2018 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR
33903919 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 - O preço unitário e o valor total deste contrato é aquele previsto no quadro de preços por item da Cláusula Primeira (1.1).

3.1.1 - Somente após 12 (doze) meses da vigência contratual, poderá ser concedido reajuste ao preço do(s) serviço(s), conforme índice acumulado do INPC/IBGE, mediante solicitação e demonstração pela empresa contratada da ocorrência de efetiva perda inflacionária no período alusivo e da manutenção de preço competitivo em relação ao preço corrente de mercado.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, fretes, transporte, seguros e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.2 - Os pagamentos se darão da seguinte forma:

3.2.1 - Em relação ao objeto do presente Contrato, o pagamento será realizado ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE após a aprovação de cada serviço prestado e/ou fornecimento de peças, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do controle de horas realizadas para a execução dos serviços, devidamente atestado pelo Gestor/Fiscal do contrato.

3.2.1.1 - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário na Conta Corrente nº 6117-4, Agência nº 3087 do Banco Sicoob de titularidade da CONTRATADA, conforme dados informados na Proposta Comercial.

3.2.1.2 - Havendo erro no documento de cobrança, ou qualquer circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a CONTRATADA se obriga a fazer as correções no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ficando pendente o pagamento até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso quaisquer ônus para o Município de Doutor Pedrinho.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

4.1 - A Secretaria responsável efetuará a solicitação de cada serviço ou de cada inspeção, por escrito à CONTRATADA (preferencialmente por e-mail ou mensagem de whatsapp), sendo que, esta deverá atender ao chamado em até 24 (vinte e quatro) horas, enviando profissional técnico para análise e possibilidade de manutenção no local.

4.2 - Não havendo a possibilidade de manutenção no local, o Município de Doutor Pedrinho providenciará o transporte dos veículos, máquinas e/ou equipamentos defeituosos até a oficina da empresa contratada, se esta estiver localizada na distância máxima estabelecida no Edital, ou estando em maior distância a própria proponente contratada deverá providenciar tal transporte até sua sede (oficina), em caminhão guincho adequado para isso, em tempo adequado para realização do reparo no prazo máximo previsto neste Contrato, bem como a devolver logo após na sede da Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos em Doutor Pedrinho/SC, de igual forma, sem qualquer custo adicional para o MUNICÍPIO (além daquele proposto para realização da manutenção).

4.3 - Após o recebimento dos veículos, máquinas e/ou equipamentos, a CONTRATADA realizará exame, vistoria, e quando for o caso, desmontagem de partes defeituosas, devendo desenvolver e submeter, por escrito, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas após o

recebimento dos veículos, máquinas e/ou equipamentos, à aprovação do MUNICÍPIO, diagnóstico dos serviços a serem realizados, e indicará inclusive, o número de horas-profissional estimadas a serem utilizadas, relacionando ainda, o prazo no qual o serviço será finalizado e todas as peças e componentes que devam ser substituídos.

4.4 - A CONTRATADA deverá executar, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos serviços em sede própria, facultada a terceirização em, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento), devendo a CONTRATADA apresentar laudo dos serviços objeto de terceirização, bem como relatório e orçamento de peças para aprovação do MUNICÍPIO.

4.5 - As peças e componentes que precisem ser trocadas e/ou insumos necessários deverão ser adquiridas diretamente pela Secretaria correspondente do MUNICÍPIO, podendo a CONTRATADA apresentar orçamento próprio para participar da competição de fornecimento.

4.5.1 - A CONTRATADA poderá fornecer peças, componentes e/ou insumos acaso apresente o menor orçamento na pesquisa de preços feito pela municipalidade, sendo tal fornecimento limitado ao valor estimado para isso em cada item da licitação e deste Contrato. O MUNICÍPIO poderá realizar licitação específica para aquisição das peças, componentes e/ou insumos necessários, conforme o caso.

4.6 - As peças, componentes e/ou insumos fornecidos e instalados ou aplicados pela CONTRATADA ficam por ela garantidos como isentos de quaisquer vícios ou defeitos, por um prazo mínimo não inferior ao concedido pelos fabricantes de veículos, devendo tal prazo ser contado a partir da data de emissão da respectiva nota fiscal.

4.7 - Faculta-se à Secretaria requisitante do MUNICÍPIO averiguar, junto aos fabricantes os prazos de garantia das peças/componentes/insumos, constituindo inadimplência contratual o fato de a CONTRATADA oferecer garantias com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.

4.8 - A reexecução de serviços e a substituição de peças, componentes e/ou insumos que estejam acobertados pela garantia não implicarão ônus para a Secretaria requisitante do MUNICÍPIO e acarretarão a reabertura dos respectivos prazos de garantia.

4.9 - Quando as peças, componentes e/ou insumos forem fornecidas pela Secretaria requisitante do MUNICÍPIO, a CONTRATADA ficará obrigada a prestar garantia sobre os serviços executados.

4.10 - As peças necessárias à execução dos serviços, independente de quem as forneça, deverão ser genuínas, originais ou paralelas, de acordo com a necessidade da manutenção, conforme significado abaixo:

- a) PEÇAS GENUÍNAS: são aquelas fornecidas pelo fabricante do veículo, máquina e/ou equipamento. Suas embalagens se destacam com as marcas das montadoras;
- b) PEÇAS ORIGINAIS: são fornecidas pelo mesmo fabricante que atende a linha de montagem, de reposição e de montadora. As peças são encontradas no mercado com a sua própria marca;
- c) PEÇAS PARALELAS: são produzidas por terceiros, e nem sempre obedecem aos padrões produtivos e os parâmetros estabelecidos pelas montadoras, referentes à conformidade do projeto do veículo ou máquina.

4.11 - As peças deverão ser fornecidas apenas de um fornecedor, sempre que possível, devido à garantia pela montagem e compatibilidade das mesmas.

4.12 - A Secretaria requisitante do MUNICÍPIO indicará funcionário técnico para acompanhar os consertos/manutenções realizados nos veículos, máquinas e/ou equipamentos, bem como avaliação dos materiais utilizados, tanto novos quanto retificados, o qual deverá providenciar registro, inclusive fotográfico, do antes e depois, se for o caso.

4.13 - Qualquer serviço, seja de manutenção preventiva ou corretiva, bem como qualquer substituição de peças ou componentes, só poderá ser executado após aprovação, por parte da Secretaria requisitante do MUNICÍPIO, através do diagnóstico mencionado no item 4.3 e/ou 4.4.

4.13.1 - O agente da municipalidade poderá se valer de orientação das tabelas AUDATEX/CÍLIA ou similares para controle do objeto licitado.

4.14 - Após aprovação do diagnóstico e/ou orçamento e autorização dos serviços, qualquer necessidade superveniente de outros itens, mão-de-obra e/ou peças e componentes ficará sujeita aos mesmos procedimentos definidos nos itens 4.3, 4.4 e 4.13.

4.15 - Os reparos deverão, preferencialmente, ser realizados na sede da Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos do MUNICÍPIO, na cidade de Doutor Pedrinho/SC, ou havendo comprovada necessidade e autorização da solicitante, o serviço poderá ser executado na sede (oficina) da CONTRATADA, sendo de responsabilidade do Município de Doutor Pedrinho providenciar o transporte dos veículos, máquinas e/ou equipamentos até a oficina da empresa CONTRATADA e a retirá-los quando da execução completa dos serviços, se esta estiver localizada na distância máxima estabelecida no Edital, ou estando em maior distância a própria CONTRATADA deverá providenciar tal transporte até sua sede (oficina), em caminhão guincho adequado para isso, em tempo adequado para realização do reparo no prazo máximo previsto no Edital e/ou neste Contrato, bem como a devolver logo após na sede da Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos em Doutor Pedrinho/SC, de igual forma, sem qualquer custo adicional para municipalidade (além daquele proposto para realização da manutenção).

4.15.1 - A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelos danos eventualmente sofridos pelos veículos, máquinas e/ou equipamentos que venha a efetuar o transporte, bem como por seguro dos mesmos por qualquer dano ou sinistro que sofram dentro da sua oficina, sem qualquer custo adicional para o MUNICÍPIO.

4.15.2 - No deslocamento do veículo, máquina e/ou equipamento para recuperação, conserto ou manutenção na sede (oficina) da licitante CONTRATADA, esta deverá disponibilizar local coberto e protegido para guarda durante o prazo de permanência no local, sem qualquer

custo adicional para o MUNICÍPIO, inclusive nos casos em que seja necessário aguardar a aquisição de peças, componentes e/ou insumos para prestação de seus serviços.

4.16 - Todo o deslocamento para verificação, orçamentação, levantamento dimensional, transporte até sua sede e retorno, e execução dos serviços solicitados pelo MUNICÍPIO de Doutor Pedrinho, são de responsabilidade da CONTRATADA e seus custos devem estar absorvidos neste contrato, levando-se em consideração para fins de pagamento o valor da hora efetivamente trabalhada, ou seja, será computado para fins de pagamento, o momento em que o agente técnico chegar ao local designado pelo MUNICÍPIO para a referida manutenção e iniciar a prestação do serviço.

4.17 - A CONTRATADA fica obrigada, em caso de defeito nos veículos, máquinas e/ou equipamentos mencionados, a recebê-los e transportá-los (se for o caso) a qualquer hora, em qualquer dia da semana, em horário normal de funcionamento.

4.18 - A CONTRATADA deverá refazer às suas expensas todo o serviço que apresentar problemas decorrentes da execução, fornecendo garantia dos serviços pelo prazo mínimo de 03 (três) meses após a respectiva prestação.

4.19 - Todo ferramental e equipamento empregado na manutenção dos veículos será, obrigatoriamente, de primeira qualidade, próprio para o tipo de serviço/peça, e será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, às suas expensas.

4.20 - O MUNICÍPIO reserva-se ao direito de realizar as manutenções possíveis na sua oficina da Secretaria de Obras, Estradas e Serviço Urbanos e/ou outra Unidade, remetendo à manutenção ora contratada apenas os serviços que não puderem ser executados diretamente pelo MUNICÍPIO.

4.21 - Os veículos novos que por ventura estiverem em garantia de fábrica, assim como as primeiras revisões, poderão ter manutenções realizadas em concessionárias da marca dos veículos.

4.22 - A inobservância aos prazos estabelecidos para atendimento, prestação do serviço e/ou apresentação de orçamento e/ou entrega do bem, caracteriza descumprimento as regras do Edital/Contrato, sujeitando o infrator as penas previstas no mesmo.

4.23 - Fica estabelecido que os serviços prestados serão recebidos:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e a consequente aceitação.

4.24 - Os serviços somente serão aceitos se prestados de acordo com as especificações técnicas do fabricante do veículo e/ou as disposições contidas no Edital e neste Contrato.

4.25 - O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

4.26 - Por ocasião do recebimento dos serviços, a Secretaria responsável do MUNICÍPIO, por intermédio de funcionários designados, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações contidas na proposta, no Edital ou neste Contrato, obrigando-se a CONTRATADA a promover as devidas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1 - O prazo de execução e vigência do presente contrato vigorará a partir da data de sua assinatura estendendo-se por 12 (doze) meses, podendo ter seu prazo de vigência e execução prorrogado ou renovado mediante termo aditivo, conforme a Lei Federal nº 8.666/93.

5.1.1 - Considerando que a duração do prazo deste Contrato não fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, no início de cada exercício o MUNICÍPIO deverá fazer simples apostilamento ao mesmo para registro das dotações orçamentárias necessárias para empenho das despesas do respectivo ano, dispensando a celebração de aditamento para esta finalidade.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso da execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 - O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo licitado e/ou contratado, sendo este um estimativo para o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 23/2021 e neste Contrato, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Realizar a execução dos serviços, objeto desta licitação, nas especificações contidas no Edital da licitação;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;
- c) Manter, durante a execução do contrato e/ou prestação dos serviços, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta

licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

e) Fornecer todo material, pessoal e equipamentos necessários para a execução dos serviços, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, sendo única responsável pelos mesmos;

f) Fornecer o objeto e/ou prestar os serviços previstos com pontualidade e boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, e nos locais contratados;

g) Aceitar que sejam prestados os serviços de forma parcial ou fracionada, conforme necessidades do MUNICÍPIO;

h) Permitir o livre acesso aos agentes do Município de Doutor Pedrinho para acompanhamento e fiscalização dos serviços em execução, inclusive os realizados na sede da CONTRATADA, fornecendo ainda todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados;

i) Comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução dos serviços (por escrito);

j) Fornecer a seus funcionários e fazer com que estes utilizem todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários a segurança dos mesmos, de acordo com o exigido pelas normas relativas à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, previstas na legislação em vigor, arcando com qualquer responsabilidade, custo ou ônus advindos, decorrentes ou relacionados aos mesmos;

k) Arcar única e exclusivamente com todas e quaisquer despesas de pessoal, sejam elas de alimentação, transporte, deslocamento, hospedagem ou quaisquer outros custos, relacionados aos membros de sua equipe;

l) Ressarcir ao MUNICÍPIO do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;

m) Manter seus dados para contato (endereço físico, e-mail e telefones) atualizados perante o MUNICÍPIO;

n) Firmar o contrato resultante desta licitação em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da convocação para fazê-lo, sob pena de decair do direito de contratar com o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no Edital da licitação e/ou no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato poderá ensejar a suspensão do cadastro da CONTRATADA e/ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO, cumuladas em ambas as hipóteses, com multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso na entrega do objeto ou cumprimento de obrigação contratual, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

8.1.2 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.3 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.1.4 - Os pagamentos referentes a serviços que estejam sendo objeto de discussão em Processo Administrativo ficarão suspensos até a conclusão do mesmo.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar a gestão e fiscalização deste Contrato, pelo MUNICÍPIO, ficam designados os Secretários Municipais de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, de Educação e Promoção Social, de Saúde e Assistência Social ou de Administração e Finanças, que atuarão isoladamente em relação aos veículos, máquinas e/ou equipamentos de cada Unidade Administrativa.

11.2 - Fica nomeado(a) como preposto da CONTRATADA para o presente contrato o(a) Sr.(a) Ralf Willi Maus, o(a) qual poderá ser

contatado(a) através do telefone (47) 3385-0005 e e-mail recepcao.asconbn@gmail.com, que serão utilizados para todos os atos referentes a execução deste Contrato, inclusive para citações e intimações em caso de instauração de Processo Administrativo.

11.2.1 - Qualquer mensagem encaminhada ao e-mail e/ou whats app fornecido pela CONTRATADA será considerada como recebida para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 09 de junho de 2021.
MUNICÍPIO CONTRATADA
HARTWIG PERSUHN – Prefeito RALF WILLI MAUS

GESTOR/FISCAL DO CONTRATO

Exame e aprovação da minuta deste Contrato pela Assessoria Jurídica (Parágrafo Único do Art. 38 da Lei nº 8.666/93):

LUIZ CLAUDIO KADES
Advogado - OAB/SC 17.692

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2021

Publicação Nº 3095522

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34, DE 11 DE JUNHO DE 2021.
LICITAÇÃO COMPARTILHADA Nº 010/2020
PREGÃO PRESENCIAL PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
LICITAÇÃO COMPARTILHADA PARA ENTES DA FEDERAÇÃO CONSORCIADOS

AQUISIÇÃO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS PARA COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS
As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2- Centro, Doutor Pedrinho - SC, representado por seu prefeito, Sr. Hartwig Persuhn, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa FACES EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.501.272/0001-29, com sede a Rua Dona Francisca, nº 7796, Galpão 03 – Zona Industrial Norte, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina – CEP: 89.219-600, neste ato representada por sua procuradora Daniel Christian Bosi, inscrita no CPF sob o nº 026.390.029-02, doravante denominada simplesmente CONTRATADA e considerando:

- a existência de dotações orçamentárias consignadas para esta finalidade;
- a Lei nº 8.666/93 e 10.520/02;

RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS PARA COLETA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO decorrente da Licitação – Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços nº 010/2020 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), para atendimento das necessidades do CONTRATANTE, conforme segue:

Item	Quantidade Estimada	Unidade	Descrição	Valor (R\$)	
				Unitário	Total
01	53.000	Unidade	-Embalagem plástica para Coleta Seletiva de Materiais, produzida em polietileno reciclado de aparas industriais, confeccionado com solda reta contínua, homogênea e uniforme na cor amarelo claro - Capacidade 100 L - Medidas 75 x 100 cm , com espessura de 0,08 mm (80 microns) - Arte impressa em somente uma cor conforme modelo a ser elaborado pelo Cimvi (e disponibilizado ao contratado) - Embalagem com total de 100 unidades, dobrados de 5 em 5 unidades e o tamanho da dobra deverá ficar aproximadamente: 30 x 20 cm	R\$ 0,46	R\$ 24.380,00

1.2. As quantidades acima descritas são máximas e não obrigam a CONTRATANTE a firmar aquisição do montante integral podendo, durante a vigência do contrato haver aquisições parciais, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie à CONTRATADA.

1.3. Toda a prestação do serviço e o fornecimento de todo o equipamento, material, mão de obra e pessoal necessários a plena e total

execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes do presente contrato, será total, exclusiva e integralmente executados, fornecidos e cumpridos, sem restrições, pela CONTRATADA.

1.4. É de plena, exclusiva e total responsabilidade da CONTRATADA arcar, de forma única e exclusiva, com todo e qualquer encargo trabalhista, fiscal, securitário, previdenciário, social, comercial ou de outra natureza, resultante de qualquer vínculo empregatício ou não. Tais responsabilidades, ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao CONTRATANTE ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro.

1.5. Nos casos omissos, aplicar-se-á a Lei 8.666/93.

1.6. O presente contrato, a Licitação nº 010/2020 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI) e anexos são complementares entre si, de forma que qualquer especificação, obrigação ou responsabilidade constante em um e omitido em outro, será considerado existente para todos os fins.

1.7. Fica o (a) FORNECEDOR (a) obrigado (a) a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele(a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, as importâncias previstas na Cláusula 1.1 deste Contrato, a título de pagamento pelo fornecimento dos produtos, constantes no presente instrumento, conforme proposta(s) vencedora(s) da Licitação nº 010/2020 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI).

2.2. No referido preço deverão estar inclusos todos os custos advindos, decorrentes e relacionados à responsabilidade técnica, licenças, autorizações, alvarás, mão de obra, pessoal, produtos, materiais, transportes, seguros, equipamentos (inclusive os de proteção individual), fretes, deslocamentos, alimentação, tributos, encargos sociais e trabalhistas e demais custos necessários à plena e total execução do objeto.

2.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega do(s) produto(s), condicionado à apresentação ao CONTRATANTE dos documentos fiscais para liquidação, devendo-se cumprir, ainda, todas as demais disposições e obrigações constantes da Licitação nº 010/2020 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI).

2.4. Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal (is) emitida(s) pela CONTRATADA, os tributos decorrentes de expressa disposição legal, os quais serão retidos na fonte, conforme o caso.

2.5. As despesas decorrentes do presente instrumento serão custeadas com dotações próprias do CONTRATANTE, consignadas no Orçamento-Programa para esta finalidade, conforme segue:

04 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
01 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social
2013 – Manutenção da Coleta de Lixo
333903019 – Material de Acondicionamento e Embalagem
1000000 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1. O fornecimento do(s) produto(s) deverá ter início na data de assinatura do presente contrato estendendo-se até o termo da vigência deste instrumento, em conformidade com as regras previstas no Edital e seus anexos.

3.1.1. Para a aquisição/contratação dos materiais descritos na cláusula primeira será emitida Ordem de Compra em favor da empresa FORNECEDORA, a qual terá até 15 (quinze) dias para produzir e entregar os materiais requisitados, a contar da emissão da ordem de compra de serviço/compras.

3.2. O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser alterado e/ou renovado, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de termo aditivo, de acordo com a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES

4.1. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes no Pregão Presencial nº 010/2020 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), anexos e no presente contrato, fica a CONTRATADA desde já responsável:

a) Prestar e cumprir fielmente todo o objeto e demais serviços, atribuições e prazos constantes deste instrumento, arcando com todos os custos, ônus e obrigações advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos;

b) Disponibilizar todo e qualquer recurso seja ele de que natureza for, necessário à execução do objeto deste instrumento, arcando com todo e qualquer custo advindo, decorrente ou relacionado ao mesmo;

c) Enviar ao CONTRATANTE, nota fiscal e os demais documentos constantes da Cláusula Segunda, para recebimento dos valores;

d) Responsabilizar-se civil, criminal e por toda e qualquer indenização ou reparação que surgir em virtude de dano causado ao CONTRATANTE

e a qualquer terceiro, decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia e imprudência ou por dolo praticado, inclusive por seus empregados, profissional ou preposto, ficando assegurado o direito de regresso;

e) Responsabilizar-se única e exclusivamente quanto a quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, fiscais, securitárias, previdenciárias, comerciais e de qualquer outra natureza, bem como quanto a quaisquer despesas advindas, decorrentes ou relacionadas à execução do objeto do presente instrumento;

f) Assumir todos e quaisquer custos e ônus relativos a pessoal, mão de obra, tributos, material e equipamentos, sejam eles de que natureza forem, necessários à execução deste contrato;

g) Providenciar, por sua exclusiva e total responsabilidade, todos os alvarás, taxas, anotações, licenças e autorizações necessárias à execução do objeto do presente instrumento;

h) Por todos os serviços, materiais e equipamentos necessários a execução do objeto deste contrato;

i) Por fornecer pessoal habilitado para a execução do objeto, ARTs e demais atribuições constantes deste instrumento;

j) Comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução destes serviços (por escrito);

k) responsabilizar-se por todos os encargos e honorários advocatícios de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

l) Facilitar que o CONTRATANTE acompanhe e fiscalize todas as atividades inerentes a execução do objeto do presente instrumento, fornecendo ao mesmo todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

4.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento nos termos estipulados na Cláusula Segunda;

b) Fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento;

c) Fazer a publicação resumida deste instrumento, na forma da Lei.

CLÁUSULA QUINTA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

5.1. O CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CONTRATADA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, securitárias, fiscais, penais, comerciais ou outras relacionadas à execução do objeto e demais atribuições constantes deste instrumento e do Pregão Presencial nº 010/2020 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI).

5.2. As orientações da fiscalização a ser efetuada pelo CONTRATANTE serão por escrito, onde constarão instruções, ordens e reclamações, bem como decisões acerca dos casos omissos.

5.3. A fiscalização e o acompanhamento acima descritos não eximem a CONTRATADA, de nenhuma forma, de sua plena, total e exclusiva responsabilidade quanto à execução do objeto deste instrumento e perante quaisquer terceiros e o CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. Além das demais disposições constantes do Pregão Presencial nº 010/2020 (Licitação Compartilhada promovida pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI), anexos e presente contrato e ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados) e aqueles que porventura possam ser apresentados pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA incorrerá na penalidade de 10,0% (dez por cento) do valor do contrato, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas, condições, obrigações, prazos constantes do presente instrumento, descumprimento das normas e outras determinações expedidas pelos órgãos técnicos (NBR, ABNT, entre outros) e departamentos do Poder Público, ou qualquer outra violação contratual, editalícia, legal, inclusive quanto à boa fé e probidade contratuais, além de ficar sujeito a rescisão unilateral, segundo critério do Poder Público.

6.2. A CONTRATADA será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 03 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade, tudo de conformidade com as disposições constantes do edital e do contrato em questão, independentemente das demais medidas legais cabíveis. A penalidade deverá ser paga junto à Tesouraria do CONTRATANTE, em até 15 dias da sua aplicação e notificação, podendo ser objeto de cobrança administrativa ou judicial após este prazo. Caso a CONTRATADA não efetive o pagamento espontâneo da penalidade até o dia estabelecido, ficará sujeita a suspensão do contrato e compensação nos créditos que eventualmente detenha junto ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO QUANTO AO SERVIÇO PRESTADO

7.1. A CONTRATADA executará única e exclusivamente as disposições constantes deste instrumento, por seus próprios empregados e meios, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A rescisão contratual poderá ser:

- determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I à XII e XVII a XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE ou aos Municípios consorciados.

8.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pelo CONTRATANTE, com as consequências previstas na Cláusula Sexta.

8.3. Constituem também motivos para rescisão do Contrato, as demais disposições constantes do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.4. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

8.5. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretará as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

8.6. Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do CONTRATANTE, a rescisão importará em:

- aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com o CONTRATANTE, quaisquer dos municípios que o compõem, seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestidas de má fé (a juízo do CONTRATANTE). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A CONTRATADA não poderá transferir delegar ou ceder, de qualquer forma a terceiros, as atribuições e responsabilidades constantes deste instrumento, sem que haja prévio consentimento por escrito do CONTRATANTE.

9.2. A CONTRATADA declara para os devidos fins que as alterações decorrentes do presente instrumento não acarretam desequilíbrio da equação econômico financeira do contrato, assumindo o dever de bem e fielmente executá-los nos moldes da contratação, pelos valores ora consignados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Doutor Pedrinho, 11 de junho de 2021.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

Prefeito: HARTWIG PERSUHN

MARCOS GADOTTI

Assessor Jurídico - OAB/SC 9390

CONTRATADA

FACES EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA

DANIEL CHRISTIAN BOSI

PORTARIA Nº 108/2021

Publicação Nº 3092685

PORTARIA nº 108, de 13 de maio de 2021.

Substitui membro da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 98/2021.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c artigo 72, II, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado no artigo 125 e seguintes da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; e

Considerando-se que:

- é dever da Administração Pública apurar fatos que contenham indícios de infrações disciplinares cometida por servidores públicos municipais, observando-se estritamente a aplicação dos preceitos legais e os princípios do contraditório, da ampla defesa, da proporcionalidade e da razoabilidade;
- a apuração dos fatos é atribuição da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, a qual deve funcionar com sua composição completa;

- haverá o afastamento de membro designado pela Portaria nº 98/2021 para gozo de licença maternidade, sendo necessário sua substituição;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica substituída a servidora GERONEIA CORDEIRO, ocupante do emprego público efetivo de Agente Administrativo II, pela servidora SIMONE MAAS KUNKEL, ocupante do emprego público efetivo de Educadora Infantil, na Comissão que trata a Portaria nº 98, de 15/04/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 13 de maio de 2021; 330º ano de Fundação; 31º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 110/2021

Publicação Nº 3092695

PORTARIA no 110, de 13 de Maio de 2021.

Promove a recomposição do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, designado pela Portaria nº 149, de 03/09/2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c artigo 72, II, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, fundamentado na Lei Municipal nº 666, de 08 de março de 2007; e Considerando-se a alternância na gestão municipal, o desligamento de alguns colaboradores e a necessidade de recomposição/readequação dos membros do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR;

RESOLVE:

O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR, designado pela Portaria nº 149, de 03/09/2019, para o mandato de dois (02) anos, no período de 03 de setembro de 2019 à 02 de setembro de 2021, fica recomposto, passando a atuar com os seguintes membros:

I - Representante do Poder Executivo Municipal:

Titular	Suplente
MILENA LENFERS	MARIO BENÍCIO VIVIANI

II - Representante do Poder Legislativo Municipal:

Titular	Suplente
ALTAIR MARCARINI	TONY TADEU NONES

III - Representante do Setor da Indústria, Comércio e Similares:

Titular	Suplente
ROSANE KROENKE MARCARINI	JAMES PEGORETTI

IV - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular	Suplente
ROBISON PURIM	VANUZA KERTISCHKA

V - Representante das Secretarias Municipais de Educação e Promoção Social e de Desporto e Cultura:

Titular	Suplente
EVANIR DE CASTILHO	PATRÍCIA GESSNER

VI - Representante da Associação do Desenvolvimento Comunitário:

Titular	Suplente
PAÔLA CESÁRIO	TANIA TOMELIN GIOVANELA

VII - Representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI:

Titular	Suplente
JACKSON RODRIGO DE CASTILHO	VALDIR ANDRÉ BAGIO

VIII - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Titular	Suplente
JULIANO HINSCHING	GERONEIA CORDEIRO

IX - Representante da Associação Vale das Águas:

Titular	Suplente
OTTO HASSLER	FABIANO PASQUALI

X - Representante de Empreendimentos Turísticos:

Titular	Suplente
ALINE LANGA BENECKE	JAQUELINE MARIA DAS GRAÇAS SOBRAL TONOLLI

XI - Representante do Setor de Hotelaria e Transportes Coletivos:

Titular	Suplente
KARIM DENISE VIVIANI	FABRÍCIO MAAS

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 13 de maio de 2021; 33o ano de Fundação; 31o ano de Emancipação Política.
HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

LEI COMPLEMENTAR Nº 162/2021

Publicação Nº 3092463

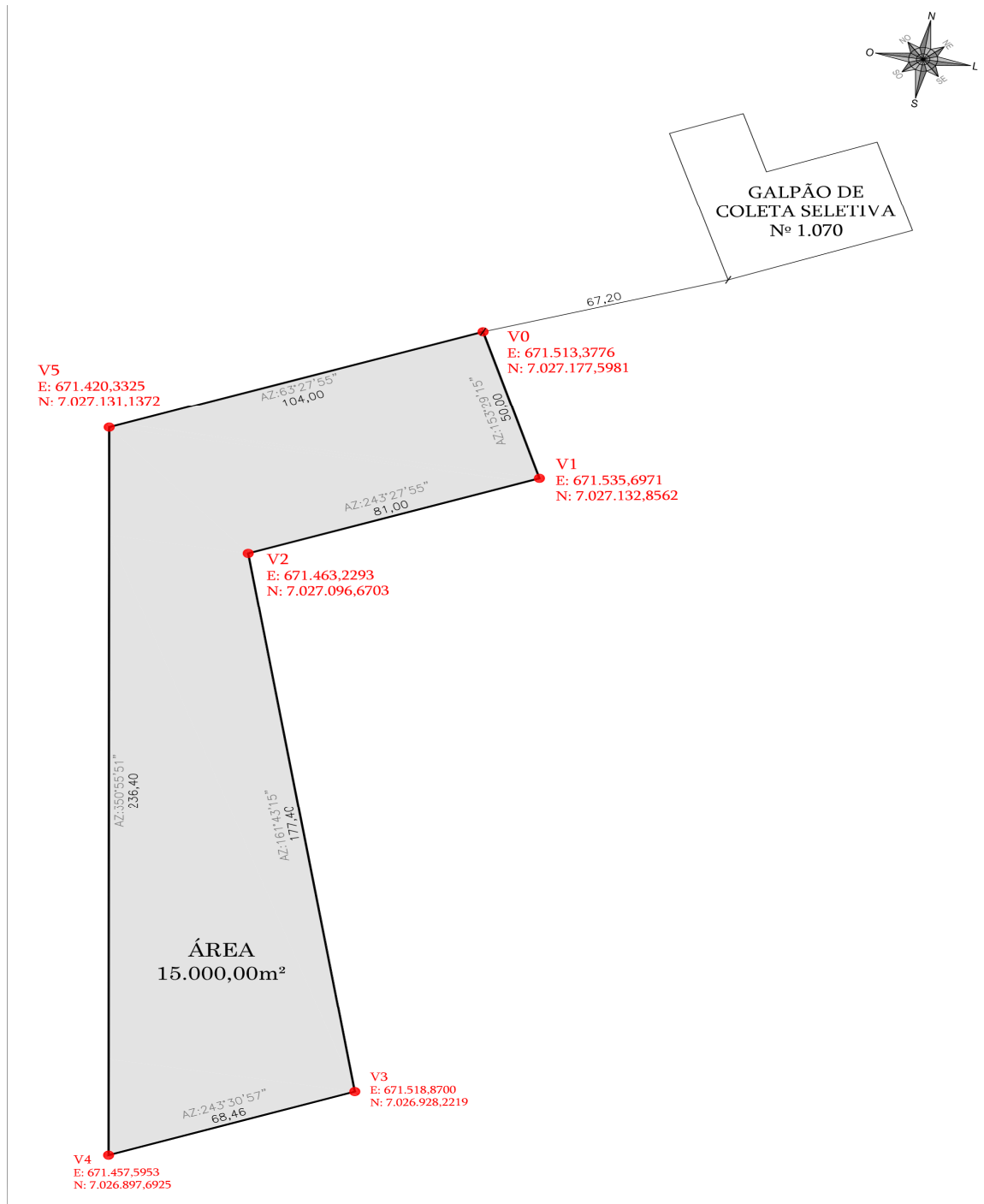
LEI COMPLEMENTAR Nº 162, de 10 de junho de 2021.

Autoriza o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale Do Itajaí – CIMVI a promover a concessão de direito real de uso de parte dos imóveis de sua propriedade para os fins que disciplina, e dá outras providências.

O PREFEITO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Zona Rural, Cidade de Timbó – Santa Catarina, autorizado a promover, mediante licitação pública, a concessão de direito real de uso de parte dos imóveis de sua propriedade, objeto das matrículas nº 9.969, nº 21.758 e nº 21.759, todas do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, com a área de 15.000,00 m² (quinze mil metros quadrados) e as seguintes descrições:

“Uma área de 15.000,00 m² (quinze mil metros quadrados), sem benfeitorias, distando 67,20 metros do Galpão de Coleta Seletiva nº 1.070; inicia-se a descrição do perímetro da área no vértice V0, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, Datum – SIRGAS 2000, MC 51ºW, com coordenadas UTM, (E= 671.513,3776 e N= 7.027.177,5981), deste segue com azimuth de 153º29’15”, com a distância de 50,00 metros até o vértice V1 (E= 671.535,6971 e N= 7.027.132,8562), deste segue com azimuth de 243º27’55”, com a distância de 81,00 metros até o vértice V2 (E= 671.463,2293 e N= 7.027.096,6703), deste segue com azimuth de 161º43’15”, com a distância de 177,40 metros até o vértice V3 (E= 671.518,8700 e N= 7.026.928,2219), deste segue com azimuth de 243º30’57”, com a distância de 68,46 metros até o vértice V4 (E= 671.457,5953 e N= 7.026.897,6925) deste segue com azimuth de 350º55’51”, com a distância de 236,40 metros até o vértice V5 (E= 671.420,3325 e N= 7.027.131,1372), deste segue com azimuth de 63º27’55”, com a distância de 104,00 metros até o vértice V0, início da descrição da área.”



Art. 2º - A concessão de direito real de uso será vinculada a construção, instalação e operação de todas as benfeitorias necessárias, assim como edificações e equipamentos, no território concedido, afim de promover processamento e transformação dos Resíduos e Rejeitos da coleta domiciliar ou de características afins, com a necessária geração de produtos Termoplásticos, Energia Elétrica e Compostagem, e, ainda, poderá promover aproveitamento de recicláveis de toda espécie e outros produtos derivados.

§ 1º - A licitante vencedora não poderá utilizar a área concedida para outros fins que não os que se enquadrem no objeto da licitação sob pena de revogação da concessão de direito real de uso e reversão de todo o patrimônio e equipamentos para o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, sem indenização.

§ 2º - Todo processo de operação, custeio, manutenção, insumos, pessoal necessário, bem como responsabilidades ambientais, sociais, previdenciárias, infortunisticas, trabalhistas, acidentárias, civis, penais, entre outras, serão de única e exclusiva da CONCESSIONÁRIA, assegurado o direito de regresso contra esta e seus sócios em caso de condenação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI.

Art. 3º - Todas as edificações e equipamentos instalados pelo vencedor do certame licitatório, descritos no edital de licitação como condicionantes mínimos para a operação do objeto da atividade para a qual se outorgará a concessão de direito real de uso, reverterão ao patrimônio do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI ao final do prazo da contratação decorrente do certame licitatório, independentemente de indenização.

Art. 4º - O prazo da concessão administrativa poderá ser de até 20 (vinte) anos, inclusive, prorrogável por igual período.

Art. 5º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 10 de junho de 2021; 33º ano de Fundação; 32º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Entre Rios

PREFEITURA

DECRETO 069/2021

Publicação Nº 3092371

DECRETO MUNICIPAL Nº 069, 10 DE JUNHO DE 2021

REVOGA, NA ÍNTEGRA, OS DECRETOS EXECUTIVOS MUNICIPAIS Nº 066, DE 2 DE JUNHO DE 2021, E 068, DE 9 DE JUNHO DE 2021, QUE TRATAM DAS MEDIDAS RESTRITIVAS PARA O ENFRENTAMENTO DO COVID-19

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Artigo 1º. Ficam revogados, na íntegra, os Decretos Executivos Municipais nº 066, de 2 de junho de 2021, e 068, de 9 de junho de 2021, que tratam das medidas restritivas para o enfrentamento da epidemia de Covid-19, estabelecidas por este Município.

Artigo 2º Permanecem em pleno vigor as restrições e condutas impostas pelo Decreto Estadual nº 1.276/2021.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, 10 de junho de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 302/2021

Publicação Nº 3092360

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 302 de 01 de junho de 2021

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARCIA SAMARA MILIORANZA GIACOMETTI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Marcia Samara Milioranza Giacometti, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 01 de junho de 2021 e terminar em 30 de junho de 2021.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de maio de 2021.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 12 de abril de 2020 a 11 de abril de 2021.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 01 de junho de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 303/2021

Publicação Nº 3092361

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 303 de 01 de junho de 2021

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIZANGELA KERLI DOS SANTOS CHIAMENTI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Elizangela Kerli dos Santos Chiamenti, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 01 de junho de 2021 e terminar em 30 de junho de 2021.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de maio de 2021.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 19 de abril de 2020 a 18 de abril de 2021.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 01 de junho de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 304/2021

Publicação N° 3092362

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 304 de 01 de junho de 2021

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCIO MILIORANZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Marcio Milioranza, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 03 de junho de 2021 e terminar em 02 de julho de 2021. Retorno em 03 de julho.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de maio de 2021.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 08 de abril de 2020 a 07 de abril de 2021.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 01 de junho de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 305/2021

Publicação N° 3092364

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 305 de 01 de junho de 2021

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PAULO CEZAR RIBAS FIGUEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Paulo Cezar Ribas Figueira pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 03 de junho de 2021 e terminar em 02 de julho de 2021. Retorno em 03 de julho.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de maio de 2021.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 01 de abril de 2019 a 31 de março de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 01 de junho de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 306/2021

Publicação Nº 3092365

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 306 de 07 de junho de 2021
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CRISTIANO MORESCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 07 de junho de 2021 e terminar em 06 de julho de 2021. Retorno em 07 de julho.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de maio de 2021.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 03 de fevereiro de 2019 a 02 de fevereiro de 2020.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 07 de junho de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 307/2021

Publicação Nº 3092366

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 307 de 07 de junho de 2021
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIZA TURATTI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 07 de junho de 2021 e terminar em 06 de julho de 2021. Retorno em 07 de julho.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de maio de 2021.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 03 de fevereiro de 2020 a 02 de fevereiro de 2021.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 07 de junho de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 308/2021

Publicação Nº 3092367

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 308 de 07 de junho de 2021
CONCEDE FÉRIAS AO CONSELHEIRO TUTELAR MUNICIPAL VOLNEI GIACOMETTI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 01 de junho de 2021 e terminar em 30 de junho de

2021. Retorno em 01 de julho.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de maio de 2021.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 10 de janeiro de 2020 a 09 de janeiro de 2021.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 07 de junho de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 309/2021

Publicação N° 3092368

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº309 de 07 de junho de 2021

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARCIA REGINA TOSATI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente;

Resolve

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2006, para a servidora Marcia Regina Tosati, por um período de 30 dias a partir de 07 de junho de 2021 a 06 de julho de 2021. Retorno em 07 de julho de 2021.

Artigo 2º. O período de Licença Prêmio é referente aos dois períodos de seu cargo efetivo: outubro de 2016 a outubro de 2019.

Artigo 3º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 07 de junho de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 310/2021

Publicação N° 3092369

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 310 de 07 de junho de 2021.

“AUTORIZA O VIGIA QUE TRABALHA NO PERÍODO NOTURNO CONDUZIR VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JOÃO MARIA ROQUE, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente faz saber:

Considerando, que os Vigias ficam no período noturno lotados no mesmo lugar e necessitam de veículo para realizar rondas nos demais prédios públicos;

Considerando, que todos tem habilitação exigida para conduzir veículos leves;

Resolve:

Art. 1º Fica autorizado o vigia Edson Ribeiro Lemos a conduzir o veículo:

Art.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Entre Rios/SC, 07 de junho de 2021.

JOÃO MARIA ROQUE

Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 048, DE 02 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092623

DECRETO N.º 048, de 02 de Junho de 2021.

Suplementa Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

PAULO DELLA VECCHIA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 482/2020, de 04/12/2020 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 965.000,00 (novecentos e sessenta e cinco mil reais), a saber:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0020.2.003 – Manut. Da Sec. De Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (8) – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

04.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.1000.2.005 – Manut. Da Sec. De Agricultura e Meio Ambiente

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (79) – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

06.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0032.2.016 – Manut. e Ampliação da Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0017 (51) – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (52) – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

26.782.0033.2.021 – Manut. da Sec. De Infraestrutura

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (55) – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (60) – Aplicações Diretas R\$ 215.000,00

Art. 2º. As suplementações de que tratam o Art.1º, ocorreram por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0080 (Recursos Próprios) no valor de R\$ 865.000,00 e excesso de arrecadação de recursos da fonte 0017 (COSIP) no valor de R\$ 100.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de Junho de 2021.

PAULO DELLA VECCHIA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAYTON NAZÁRIO AMÉRICO

Secretário de Administração e Finanças

Erval Velho

PREFEITURA

DECRETO 2761/2021

Publicação Nº 3092659

DECRETO N. 2761/2021
DE 27 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Erval Velho e autorização contida no Art. 5º. da Lei Municipal nº.1534/20 de 07 de dezembro de 2020.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.1534/20 de 07/12/2020, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05 – SECRETARIA DE TRANSP. OBRA E SERVIÇOS URBANOS
Unidade Orçamentária: 05.01 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
Funcional 26.782.0009.2.027 – Manut.do Depto de transportes e Obras
Despesa: 3.3.90.00 – 0.1.064 – (101) Aplicações Diretas R\$ 14.765,39

Órgão: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO AMBIENTAL
Unidade Orçamentária: 06.01 – SEC. AGRIC. E SANEAMENTO AMBIENTAL
Funcional 20.606.0011.2.030 – Manut.das Atividades Agropecuárias
Despesa: 3.3.90.00 – 0.1.064 – (190) Aplicações Diretas R\$ 35.234,61

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Excesso de Arrecadação da Medida Provisória nº 232, de 23 de Dezembro de 2020..

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 27 de Maio de 2021.
SEVERINO JAIME SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 2762/2021

Publicação Nº 3092676

DECRETO 2762, de 31 de maio de 2021.

Decreta Feriado e Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º. Fica decretado Feriado Corpus Christi no dia 03 de junho e Ponto Facultativo no dia 04 de junho de 2021 em todas as Repartições Públicas Municipais, retornando as atividades normais no dia 07/06/2021:

Parágrafo único - Os serviços de saúde serão mantidos através de plantão e nos casos de urgência e emergência serão encaminhados a UPA – Unidade de Pronto Atendimento, na cidade de Herval d' Oeste e ao Hospital Universitário Santa Terezinha, na Cidade de Joaçaba – SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 31 de maio de 2021.
Severino Jaime Schmidt
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 31 de maio de 2021.

DECRETO 2763/2021

Publicação Nº 3092680

DECRETO N. 2763 /2021
DE 31 DE MAIO DE 2021

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ERVAL VELHO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Erval Velho e autorização contida no Art. 5º. da Lei Municipal nº.1534/20 de 07 de dezembro de 2020.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.1534/20 de 07/12/2020, no valor de R\$ 86.306,75(oitenta e seis mil trezentos e seis reais e setenta e cinco centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 07 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Funcional: 08.244.14.2.036 Proteção Social Básica
Despesa: 3.3.90.00 – 03.035 – (191) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Exercício Anterior referente a recursos do FEAS – União – PSB e Benefícios Eventuais

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de Maio de 2021.
SEVERINO JAIME SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 2764/2021

Publicação Nº 3092687

DECRETO 2764, de 01 de Junho de 2021.

Nomeia Pregoeiros e Equipe de Apoio para as licitações na modalidade de Pregão e dá outras providências.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, e de acordo com a Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para comporem o grupo de Pregoeiros e Equipe de Apoio de Licitações na modalidade de pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito deste Município, a partir desta data.

Ivone de Fátima Pereira – Pregoeira Oficial
Ana Maria Zanella – 1º Pregoeiro Substituto
Fernanda Trentin – 2º Pregoeiro Substituto

Equipe de Apoio:
Francine Assmann Trombetta
Camila Storti Recalcatti

Art. 2º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 01 de Junho de 2021.
Severino Jaime Schmidt
Prefeito Municipal
Registrado e publicado o presente Decreto, em 01 de Junho de 2021.

DECRETO 2765/2021

Publicação Nº 3092693

DECRETO 2765, de 01 de Junho de 2021.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências;

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1534 de 11 de dezembro de 2020 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação, no valor de R\$ 20.000,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.019 – Manutenção da Educação Infantil - Creche

71 – 3.3.90.00.00.00.00.0001- Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.019 – Manutenção da Educação Infantil - Creche

69 – 3.1.90.00.00.00.00.0001- Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 01 de Junho de 2021.

Severino Jaime Schmidt

Prefeito Municipal

DECRETO 2766/2021

Publicação Nº 3092696

DECRETO 2766, de 01 de junho de 2021.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho e dá outras providências;

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, Inciso II da Lei Municipal n. 1534 de 11 de dezembro de 2020 - LOA, e Lei Municipal 1535 de 21 de janeiro de 2021 e, tendo presentes razões de interesse público,

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito suplementar do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 09.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.060 - Manutenção do Bloco de Atenção Básica

Modalidade: 56 – 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0038 – Aplicação Direta

Valor a Suplementar: R\$ 30.000,00

Art. 2º Para o atendimento da Suplementação que trata o Artigo 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 31/12/2020.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 01 de Junho de 2021.

Severino Jaime Schmidt

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 005/2021 FMS

Publicação Nº 3095539

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº 016/2021

Edital de Dispensa de Licitação nº 005/2021

O Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Dispensa Processada e Julgada em conformidade com Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviços médicos, sendo a contratação de profissional formado na área da Medicina, para desenvolver atividades profissionais e exercer suas funções de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretária Municipal de Saúde, pelo período de 02 (dois) meses,

passível de prorrogação de acordo com a Lei nº 8.666/1993.
Contratado: AMPLHO - ASSOCIAÇÃO MÉDICA E DE PLANEJAMENTO HOSPITALAR
Valor do Contrato: R\$ 104.000,00 (Centro e quatro mil reais).
Substrato Jurídico: Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.
O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Neimar Luiz Tonial
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA 4034/2021

Publicação Nº 3092428

PORTARIA 4034, de 01 de junho de 2021.

Nomeia por Concurso Servidor que menciona e dá outras providências.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009 e em especial o disposto no Edital n. 002, de 01 de outubro de 2019 do Concurso Público Municipal n. 002/2019,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear por Concurso ANA MARIA ZANELLA, brasileira, solteira, nascida em 21 de novembro de 1990, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Tesouraria, nível 08 – A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos de R\$ 3.673,93 (Três mil e seiscentos e setenta e três reais e noventa e três centavos).

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC, em 01 de junho de 2021.

Severino Jaime Schmidt
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Camila Storti Recalcatti
Diretor de Administração e Finanças

PORTARIA 4035/2021

Publicação Nº 3092429

PORTARIA 4035, de 01 de junho de 2021.

Nomeia servidor que menciona para cargo específico e dá outras providências.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear o Senhor WESLEY FELIPE DA SILVA, brasileiro, solteiro, no cargo de provimento comissionado de Diretor de Esportes, nível CC-2 do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho/SC.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 01 de junho de 2021.

Severino Jaime Schmidt
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Camila Storti Recalcatti
Diretor de Administração e Finanças

PORTARIA 4036/2021

Publicação N° 3092430

PORTARIA 4036, de 01 de junho de 2021.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal em consonância com art. 51 da Lei de Licitações 8.666/93,

RESOLVE:

Art.1º. Ficam nomeados servidores para Comissão temporária de Licitações e Registros Cadastrais da Prefeitura Municipal de Erval Velho, para que passe a constar com os seguintes nomes:

Titulares:

Gelson Claudir Lorenzetti - Presidente

Ivone de Fátima Pereira - Secretária

Fernanda Trentin - Membro

Ana Maria Zanella- Membro

Suplentes:

Gessica Nunes da Silva

Francine Assmann Trombetta

Art.2º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 01 de junho de 2021.

Severino Jaime Schmidt

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Camila Storti Recalcatti

Diretora de Administração e Finanças

PORTARIA 4037/2021

Publicação N° 3092433

PORTARIA 4037, de 01 de junho de 2021.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 01 a 30 de junho de 2021, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Alfrindo Telles	Agente de Serviços Gerais I	11/12/2019	à	10/12/2020
Altair dos Santos Camargo	Agente de Serviços Gerais I	18/02/2020	à	17/02/2021
Clarice Bernadete Marques	Agente de Serviços Gerais II	15/10/2019	à	14/10/2020
Gelson Camassola	Agente de Serviços Gerais I	03/02/2020	à	02/02/2021
José Primo	Operador de Máquinas	19/03/2020	à	18/03/2021

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 01 de junho de 2021.

Severino Jaime Schmidt

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Camila Storti Recalcatti

Diretora de Administração e Finanças

PORTARIA 4038/2021

Publicação Nº 3092562

PORTARIA 4038, de 01 de junho de 2021.

Designa Comissão Especial para acompanhamento dos Processos de Chamamento Público, conforme disposto no art. 2º, inciso X da Lei 13.019/2014.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Designar os servidores abaixo relacionados para integrarem a Comissão Especial de Seleção, Monitoramento e Avaliação dos documentos propostos pelas organizações da sociedade civil, conforme previsto no art. 2º, inciso X da Lei 13.019/2014 firmadas através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

1. Loreli Pinto– Secretária de Educação, Cultura e Esportes;
2. Wesley Felipe da Silva – Diretor de Esportes;
3. Francine Assmann Trombetta – Téc. em Atividades Administrativas.

Art. 2º. Após a análise da documentação a comissão deverá emitir parecer e encaminhar ao Executivo para homologação e formalização do Termo de Parceria.

Art. 3º. Fica ainda a citada comissão responsável para acompanhar a execução das Parcerias emitindo parecer sobre as mesmas.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 01 de Junho de 2021.

Severino Jaime Schmidt
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e Publicada em data supra

Camila Storti Recalcatti
Diretora de Administração e Finanças

PORTARIA 4039/2021

Publicação Nº 3092563

PORTARIA 4039, de 02 de Junho de 2021.

Nomeia Membros para Integrar Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 e Comissão Escolar de Gerenciamento da Pandemia De Covid-19, nos termos e competências do item 1 das Diretrizes Sanitárias para retorno das aulas presenciais no Município de Erval Velho e dá outras providências.

SEVERINO JAIME SCHMIDT, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Ficam conforme estabelece o art. 1º do Decreto Municipal nº 2665/2020 nomeados membros do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 nos termos e competências das Diretrizes Sanitárias para retorno das aulas presenciais, abaixo relacionados:

I) Representantes da Secretaria de Educação;

Titular: Loreli Pinto;

Suplente: Giseli Dondel;

II) Representantes da Secretaria de Saúde;

Titular: Neimar Luiz Tonial;

Suplente: Bruna Primo Ferreira Lopes;

III) Representantes da Secretaria de Assistência Social;

Titular: Amanda Einsfeld;

Suplente: Aline Telles;

IV) Representantes da Secretaria Municipal de Administração;

Titular: Camila Storti Recalcatti;

Suplente: Ana Maria Zanella;

V) Representantes dos Profissionais e Trabalhadores de Educação;

Titular: Josiane Regina Habeck;

Suplente: Lúcia de Giacometti;

VI) Representantes dos Estudantes da Educação Básica;

Titular: Giuliana Ganzer;

Suplente: Tamara Rizzoto Favaro;

VII) Representantes do Conselho Municipal de Educação;

Titular: Laura Aparecida Fattori;

Suplente: Taynara Telles Segolini;

VIII) Representantes da Escola da Rede Estadual;

Titular: Márcia Aparecida Bulla de Sordi;

Suplente: Sirineu Denti;

IX) Representantes do Conselho Municipal dos Direitos das crianças e adolescentes – CMDCA;

Titular: Adriana Canci;

Suplente: Andressa Cristina Busacro;

X) Representantes do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB;

Titular: Juliana Klein;

Suplente: Vanessa Baratieri;

XI) Representantes do Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

Titular: Flávia Girardi Mocelin;

Suplente: Daniela Terezinha de Mattos;

XII) Representantes das Comissões Escolares;

Titular: Jackson Nunes Bresola;

Suplente: Patricia Cristina Provensi Reinaldo;

Art.2º. Ficam conforme estabelece o art. 4º do Decreto Municipal nº 2665/2020 nomeada Comissão Escolar de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19, composto pelos seguintes representantes:

I) Gestores;

Loreli Pinto;

Simara Pedroso Vettori;

II) Representantes do quadro de professores;

Josiane Regina Habech;

III) Representantes de alunos;

Giuliana Ganzer;

IV) Representantes das famílias dos alunos;

Patrícia Cristina Provensi Reinaldo;

V) Representantes das entidades colegiadas;

Aline Telles;

VI) Representantes de outros trabalhadores, (higienização/administrativo/alimentação);

Daniela Mattos;

Giseli Dondel;

Angela Carla Foresti;

Franciane Assmann;

Rosângela Ferreira Mendes;

Dulcinei Cardoso de Aguiar;

Norberto Conte.

Art.3º. O Comitê de que trata esta Portaria, bem como a nomeação de seus membros será pelo tempo que perdurar o estado de emergência da referida situação.

Art.4º. Fica revogado a Portaria nº. 3951, de 28 de janeiro de 2021.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 02 de junho de 2021.

Severino Jaime Schmidt

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Camila Storti Recalcatti

Diretora de Administração e Finanças

PORTARIA 4040/2021

Publicação N° 3092565

PORTARIA 4040, de 02 de junho de 2021.

Altera Membros para Integrar Comitê para enfrentamentos da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Corona Vírus – COVID-19 e dá outras providências.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear os membros do Comitê do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Corona Vírus – COVID-19 de que trata o Parágrafo Único do Art. 4º do Decreto Municipal nº 2578/2020 abaixo relacionados:

I- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Neimar Luiz Tonial
Amanda Moreira Vieira
Alesandra Kruehl Goebel

II- REPRESENTANTE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

Dra. Andressa Cristina Bussacro

III- REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

Camila Recalcatti

IV- REPRESENTANTES DO GABINETE DO PREFEITO:

Severino Jaime Schmidt
Hilário Adenilson Pires

V- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Loreli Pinto
Giseli Dondel

VI- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Amanda Einsfeld
Daiana Bertotti

VII- REPRESENTANTE DA POLICIA MILITAR

3º Sgto. Natalicio Poster de Ávila – Cmte do GPPM Erval Velho

VIII – REPRESENTANTE DA DEFESA CIVIL:

Gelson Lorenzetti

Art.2º. O Comitê terá incumbência de operacionalizar, monitorar e articular ações para enfrentamento e resposta imediata à emergência de saúde pública em consequência ao Corona Vírus - COVID-19.

Art.3º. O Comitê de que trata o Art. 4º do Decreto Municipal nº 2578, de 17 de março de 2020, bem como a nomeação de seus membros será pelo tempo que perdurar o estado de emergência da referida situação.

Art.4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Art.5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, 02 de junho de 2021.

Severino Jaime Schmidt
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Camila Storti Recalcatti
Diretora de Administração e Finanças

PORTARIA 4041/2021

Publicação Nº 3092567

PORTARIA 4041, 02 de junho 2021.

Altera Membros da Comissão Permanente para Avaliação Técnica de Processos de Pedidos de Incentivos Fiscais, Econômicos e Estruturais e dá outras providências.

Severino Jaime Schimdt, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, combinados com o artigo 11, da Lei Complementar n. 030, de 19/08/2011 e Decreto n.1292, de 11 de fevereiro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º. A Comissão Permanente para Avaliação Técnica de Processos de Pedidos de Incentivos Fiscais, Econômicos e Estruturais, passa a ser integrada pelos seguintes membros:

- Camila Storti Recalcatti, Diretora de Administração e Finanças - Presidente;
- Ronaldo Piovesan, Secretário de Transportes e Obras - Membro;
- Gelson Lorenzetti, Representante da Secretaria de Agricultura e Saneamento Ambiental – Membro;
- Guilherme Clamer Teles, Representante de Planejamento – Membro;
- Gisele Heckler, Representante do Setor de Tributação – Membro.

Art.2º. Após ter recebido os Processos de solicitação de Incentivos encaminhados pelo Chefe do Executivo ou quem de direito, compete a comissão analisá-los e no prazo mínimo de 03 (três) dias e máximo 15 (quinze) dias, devolvê-los acompanhado de parecer conclusivo, positivo ou negativo com as devidas justificativas.

Parágrafo único - Quando se tratar de incentivos para implantações ou instalações de empresas que envolvam investimentos de grande monta, a comissão poderá requerer prorrogação desse prazo para melhor análise.

Art.3º. Todas as decisões da comissão, deverão ser registradas em ata e os documentos arquivados juntamente com o pedido original para quaisquer consultas ou esclarecimentos futuros.

Art.4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Art.5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 02 de junho de 2021.

Severino Jaime Schimdt
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Camila Storti Recalcatti
Diretora de Administração e Finanças

PORTARIA 4042/2021

Publicação Nº 3092570

PORTARIA 4042, de 02 de junho de 2021.

Constitui e nomeia a Comissão Municipal responsável pelo processo de elaboração do Plano Municipal de Assistência Social de Erval Velho para o exercício de 2022 a 2025.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO ser condição aos municípios para o repasse de recursos, a efetiva instituição do Plano Municipal de Assistência Social, conforme a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Art. 30;

CONSIDERANDO as orientações da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/2012, em seu capítulo III, que trata especificamente sobre o PMAS;

CONSIDERANDO o processo democrático e participativo, no qual deve ser elaborado o Plano Municipal de Assistência Social, por meio de reuniões com a equipe técnica da gestão municipal, representação do conselho municipal de assistência social, com usuários e trabalhadores;

CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza regula e norteia a execução da Política Municipal de Assistência Social na perspectiva do SUAS, com referência a PNAS, Plano Decenal (2016-2026), o qual deve ser elaborado a cada 4 anos;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano é de responsabilidade do órgão gestor da Política que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social, reafirmando o princípio democrático e participativo;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir e nomear a Comissão responsável pela elaboração do Plano Municipal de Assistência Social - 2022 a 2025, conforme segue:

I - REPRESENTANTE DA GESTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Gestora Municipal: Amanda Einsfeld

Diretora: Angelita dos Prazeres Boeira Girardi

Gestora do PBF: Franciela Rita Davoglio

II - REPRESENTANTE DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Assistente Social: Daiana Bertotti

Orientadora Social: Grasielle Coratto

III - REPRESENTANTE DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Assistente Social: Adriana Canci

IV - REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Não governamental: Nair Maria Tonial Facin

Governamental: Daniela Foiatto

Art. 2º. A Comissão definirá um coordenador e um vice coordenador entre os nomeados, os quais ficarão responsáveis pelo agendamento e registro das reuniões.

Art. 3º. A Comissão definirá o Plano de Trabalho definindo o processo de elaboração do PMAS.

Art. 4º. A Comissão terá o prazo de até 15/12, conforme pactuado na CIB, para finalizar a elaboração do Plano Municipal, agendando a Audiência Pública para sua socialização e apresentação a comunidade.

Art. 5º. Após a finalização da elaboração do PMAS e aprovação pelo CMAS, a Comissão se extinguirá.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 02 de junho de 2021.

Severino Jaime Schmidt

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra

Camila Storti Recalcatti

Diretora de Administração e Finanças

PORTARIA 4043/2021

Publicação Nº 3092572

PORTARIA 4043, de 07 de junho de 2021.

Exonera Servidor do Cargo e dá outras providências.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1o. Exonerar a pedido a Senhora Geovana Mayara Meisterlin, do cargo de provimento temporário de Médico 40 horas, nível 13-A, contratada pela Portaria n. 3981, de 15 de março de 2021, lotada no Quadro de Pessoal do Município.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 07 de junho de 2021.

Severino Jaime Schmidt

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Camila Storti Recalcatti

Diretor de Administração e Finanças

PORTARIA 4044/2021

Publicação Nº 3092577

PORTARIA 4044, de 07 de junho de 2021.

Exonera Servidor do Cargo que especifica e dá outras providências.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1o. Exonerar a pedido a Senhora Camila Karen Fillipiaki, do cargo comissionado de Diretor de Saúde Pública, nomeada pela Portaria n. 3932, de 05 de janeiro de 2021, lotada no Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 07 de junho de 2021.

Severino Jaime Schmidt

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Camila Storti Recalcatti

Diretor de Administração e Finanças

PORTARIA 4045/2021

Publicação Nº 3092578

PORTARIA 4045, de 07 de junho de 2021.

Exonera Servidor do Cargo que especifica e dá outras providências.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1o. Exonerar a Senhora Bruna Primo Ferreira Lopes, do cargo comissionado de Coordenador de Programas Especiais, nomeada pela Portaria n. 3937, de 06 de janeiro de 2021, lotada no Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 07 de junho de 2021.

Severino Jaime Schmidt

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Camila Storti Recalcatti

Diretor de Administração e Finanças

PORTARIA 4046/2021

Publicação Nº 3092581

PORTARIA 4046, de 08 de junho de 2021.

Nomeia servidor que menciona para cargo específico e dá outras providências.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear a Senhora Bruna Primo Ferreira Lopes, brasileira, casada, no cargo de provimento comissionado de Diretor de Saúde Pública, nível CC-2 do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho/SC.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 08 de junho de 2021.

Severino Jaime Schmidt

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Camila Storti Recalcatti
Diretor de Administração e Finanças

PORTARIA 4047/2021

Publicação Nº 3092585

PORTARIA 4047, de 08 de junho de 2021.

Concede licença maternidade à servidora que menciona e dá outras providências.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Maternidade à Senhora Gizelle Fornari, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Técnico Contabilidade, pelo período de 120 (cento e vinte) dias a contar de 08 de junho de 2021, com término previsto para 05 de outubro de 2021, sem prejuízos no seu vencimento.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 08 de junho de 2021.

Severino Jaime Schmidt
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Camila Storti Recalcatti
Diretor de Administração e Finanças

PORTARIA 4048/2021

Publicação Nº 3092586

PORTARIA 4048, de 10 de junho de 2021.

Exonera Servidor, Declara Vacância do Cargo e dá outras providências.

Severino Jaime Schmidt, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1o. Exonerar a pedido o Senhor Naimo Balestrin, do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Física, matrícula nº. 869, nomeada pela Portaria nº. 2548, de 06 de janeiro de 2012, lotado no Quadro de Pessoal do Município, e em consequência disso, declarar vacância do referido cargo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 10 de junho de 2021.

Severino Jaime Schmidt
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Camila Storti Recalcatti
Diretor de Administração e Finanças

CONTRATO ADMINISTRATIVO PM 0031/2021

Publicação Nº 3092708

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE ATR Nº 0031/2021

Termo de contrato de **Prestação de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural**, em Conformidade com a Lei Federal Nº 8.666/1993 e suas Alterações Supervenientes às Licitações Públicas que fazem entre si o Município de Erval Velho, SC e a empresa EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI vencedora da **Dispensa nº 009/2021 (Processo Licitatório nº 0024/2021)**

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.422/0001-91, sito a Rua Nereu Ramos, 204, Centro da Cidade de Erval Velho, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Severino Jaime Schmidt, CPF nº 486.487.449-20.

CONTRATADA: **EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI**, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social e pelo art. 81 da Lei Complementar Estadual nº741/2019, neste ato representada por **Claudemir Durli**, inscrito no CPF nº 614.961.209-06 e portador(a) do RG nº 1.074.805, órgão expedidor SSP/SC, Gerente Regional da Epagri de Campos Novos, CNPJ nº 83.052.191/0008-39, com endereço na Rod. BR 282 Km 338,2, Bairro Boa Vista, CEP 89620-000, Cidade de Campos Novos, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

Resolvem de comum acordo, celebrar o presente **Contrato de Prestação de Serviços**, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente contrato está fundamentado no art. 24, VIII e XXX; 54 e 55 da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 8.171/1991 e vinculado à **Dispensa de Licitação nº 009/2021**, com origem na negociação entre as partes e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Campos Novos, unidade da **CONTRATADA**.

Parágrafo único. O presente instrumento tem como dotação orçamentária os seguintes códigos:

Órgão/Unidade: 06.01 / Secretaria de Agricultura e Saneamento Ambiental
Proj/Ativ: 2030 /Manutenção das Atividades Agropecuárias

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela **CONTRATADA** para a **CONTRATANTE**, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho (PAT), parte integrante este instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – São obrigações da **CONTRATADA**:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano Anual de Trabalho (PAT);
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de Trabalho (PAT), nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano Anual de Trabalho (PAT);
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município

CONTRATANTE;

5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano Anual de Trabalho (PAT) no Município **CONTRATANTE**;
6. Implementar os trabalhos de interesse do **CONTRATANTE** e os que lhe couberem no Plano Anual de Trabalho (PAT);
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo **CONTRATANTE**;
8. Responsabilizar-se pela execução dos programas da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR) e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição na esfera Municipal;
9. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação legalmente exigidas.
10. Ficar responsável pela limpeza do Escritório Municipal da **CONTRATADA**;
11. Fornecer vaga de estacionamento na sede da Prefeitura ou em local por ela indicado que forneça a segurança necessária aos veículos utilizados na execução dos serviços de ATER, especialmente após o expediente e nos finais de semana e feriados.

II – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Repassar para **CONTRATADA** o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente à prestação dos serviços objeto do presente instrumento,
2. Permitir o acesso dos técnicos da **CONTRATADA** às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela **CONTRATADA**;
4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.
6. Ficar responsável pela lavagem interna e externa dos veículos utilizados nas atividades de **ATER** no território da **CONTRATANTE**, podendo, a seu exclusivo critério, proceder ao desconto dos valores pagos à **CONTRATADA** decorrentes dos custos do serviço, conforme tabela de valores aprovada pela Diretoria Executiva da Epagri.
7. Ficar responsável pela limpeza do Escritório Municipal da **CONTRATADA**;
8. Fornecer vaga de estacionamento na sede da Prefeitura ou em local por ela indicado que forneça a segurança necessária aos veículos utilizados na execução dos serviços de ATER, especialmente após o expediente e nos finais de semana e feriados

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS

O prazo para a prestação execução dos serviços contratados, sob o regime de execução de empreitada por preço global, com início em 24/05/2021 até **31/12/2021**, facultada a sua continuidade, por acordo e interesse das partes, mediante termo aditivo, de acordo com o artigo 57, II e § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, legislação municipal e suas alterações supervenientes às licitações e contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DO REAJUSTE

O **CONTRATANTE** pagará para a **CONTRATADA** pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de **R\$ 25.307,52 (vinte e cinco mil trezentos e sete reais e cinquenta e dois centavos)**, divididos em 8 (oito) parcelas, repassado no período de vigência desse contrato.

Parágrafo primeiro. Dos valores das parcelas serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme legislação federal e municipal que regulamente este tributo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

bem como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente de acordo com a tabela abaixo.

Parc	Valor Bruto	ISS a reter	IR a reter	Valor líquido	Vencimento
1ª	R\$ 3.312,50	R\$ 99,37	R\$ 49,69	R\$ 3.163,44	30/05/2021
2ª	R\$ 3.312,50	R\$ 99,37	R\$ 49,69	R\$ 3.163,44	30/06/2021
3ª	R\$ 3.312,50	R\$ 99,37	R\$ 49,69	R\$ 3.163,44	30/07/2021
4ª	R\$ 3.312,50	R\$ 99,37	R\$ 49,69	R\$ 3.163,44	30/08/2021
5ª	R\$ 3.312,50	R\$ 99,37	R\$ 49,69	R\$ 3.163,44	30/09/2021
6ª	R\$ 3.312,50	R\$ 99,37	R\$ 49,69	R\$ 3.163,44	30/10/2021
7ª	R\$ 3.312,50	R\$ 99,37	R\$ 49,69	R\$ 3.163,44	30/11/2021
8ª	R\$ 3.312,50	R\$ 99,37	R\$ 49,69	R\$ 3.163,44	30/12/2021

Parágrafo segundo. O reajuste dos preços dos serviços prestados e ora contratados se dará após 12 (doze) meses de vigência do contrato, em conformidade com o artigo 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.192/2001, e será medido pela variação anual do INPC (IBGE) ou de acordo com outro índice oficial que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo Município **CONTRATANTE** para a **CONTRATADA**, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme acordado nesse instrumento jurídico. A quitação do pagamento, será dada pela **CONTRATADA** imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo primeiro. A nota fiscal deverá ser emitida até o 5º (quinto) dia útil de cada mês da prestação do serviço, com vencimento, conforme tabela cláusula 5ª

Parágrafo segundo. Os valores pagos com atraso serão atualizados monetariamente entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento, conforme índice previsto na legislação federal e municipal vigente, com a incidência de juros de mora, de acordo com os artigos 54, caput e 55, III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e artigos 394, 395 e 397 do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado, correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e em conformidade com os artigos 57 e 65 da Lei Federal nº 8.666/1993 e legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes, caso ocorra



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato, observado o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93, cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas – Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo único. Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da Certidão Negativa de Débito (CND), até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Herval d'Oeste/SC, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente contrato.

Parágrafo único. A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Erval Velho, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo qualificadas.

Erval Velho, 24/05/2021

Severino Jaime Schmidt
Prefeito Municipal

Claudemir Durlí
Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e
Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

TESTEMUNHAS:

Nome: Luciana Falcão Cristofoli
CPF: 036.998.949-08

Nome: Sergio Luis Simon
CPF: 024.578.539-66

Davisson Garcia Westphal
Visto do Advogado da Unidade Gestora

CONTRATO ADMINISTRATIVO PM 0032/2021

Publicação Nº 3092715

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO**

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0032/2021

Termo de contrato de Contratação de Empresa para Implantação e Treinamento, Locação de Software e Suporte para Implementação do Controle Interno e Apresentação das Audiências Públicas de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, que fazem entre si o Município de Erval Velho, SC e a empresa FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, vencedora vencedora da Dispensa nº 010/2021 (Processo Licitatório nº 0025/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.422/0001-9, sito a Rua Nereu Ramos, 204, Centro da Cidade de Erval Velho, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Severino Jaime Schmidtr CPF nº 486.487.449-20.

CONTRATADA: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 07.753.029/0001-93, com sede a Rua da consolação, n 317, Bairro Matinho, Xanxêre - SC, neste ato representada pela, Sra. Giovana Carla Cassol Felippe, CPF n.º 796.630.879-00.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA prestará serviços de *Implantação e Treinamento, Locação de Software e Suporte para Implementação do Controle Interno e Apresentação das Audiências Públicas de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais*, conforme **Processo Licitatório nº 025/2021 na modalidade de Dispensa nº 010/2021**.

1.2. Havendo necessidade e interesse público, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 48 (quarenta e oito) meses, na forma que dispõe o inciso IV do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

1.3. Sistema em Plataforma Web (nuvens). Linguagem de Programação Java e Banco de Dados Postgres;

1.4. Permitir cadastro da estrutura administrativa do ente.

1.5. Possuir rotina de integração com o sistema de Gestão da Prefeitura Municipal e seus Fundos de forma automática e/ou através da importação via arquivos intermediários (txt);

1.6. Emitir relatório gerencial mensal e anual com índices constitucionais, legais e gerenciais consolidado ou por entidade gestora. (Educação, FUNDEB, Saúde, Pessoal, Execução Orçamentária e etc.);

1.7. Disponibilizar acompanhamento com rotina de verificações via web pelo controlador e os responsáveis pelas informações prestadas;

1.8. Emitir Relatórios de Controle Interno Mensal, Bimestral, Anual, e Relatório Circunstanciado (Parecer de Balanço);

1.9. Permitir cadastro de verificações (check list), execução de auditorias com base em check list;

1.10. Gerar Notificações, Recomendações, Comunicados, Ofícios, Pareceres, Solicitações, Instruções Normativas;

1.11. Cadastro agenda de obrigações com rotina de lançamentos para acompanhamento;

1.12. Disponibilizar uma base de dados de verificações pré-cadastradas no sistema.

1.13. Disponibilizar a geração de Pareceres diversos, tais como, Atos de Pessoal, Compras, Transferência de Recursos, etc).

1.14. Possuir anexos que possibilitem a emissão mensal para acompanhamento da Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ nº 82.939.422/0001-91

- a) *Resumo Geral da despesa;*
- b) *Acompanhamento físico e financeiro dos projetos/atividades previstas na LDO;*
- c) *Acompanhamento das Metas de Arrecadação;*
- d) *Acompanhamento do Cronograma de desembolso;*
- e) *Demonstrativos de despesas por funções e sub-funções;*
- f) *Demonstrativo de despesas por órgãos;*
- g) *Comparativo da receita orçada com a Arrecadada;*
- h) *Comparativo da despesa Autorizada com a Realizada;*
- i) *Demonstrativo de Gastos de pessoal do Executivo, Legislativo e Consolidado;*
- j) *Demonstrativo de gastos com Saúde;*
- k) *Demonstrativo de gastos com Educação;*
- l) *Demonstrativo de gastos com FUNDEB 60 % e 100%*
- m) *Demonstrativos diversos do Poder Legislativo*
- n) *Balanço Orçamentário;*
- o) *Balanço Financeiro;*
- p) *Balanço Patrimonial;*
- q) *Demonstração das Variações Patrimoniais;*
- r) *Demonstrativo da Dívida Fundada Interna;*
- s) *Demonstração da Dívida Flutuante;*
- t) *Demonstrativos diversos do Poder Legislativo;*
- u) *Controle de Execução Orçamentária por Fonte de Recurso;*

1.15. *Permitir cadastro de usuários com permissões definidas pelo Administrador – Banco de Dados multiexercício e multi-entidades;*

1.16. *Possuir segurança de banco de dados (confiabilidade) que rode tanto em Windows quanto em Linux;*

1.17. *Gerar relatórios do sistema em diversas extensões (ex: PDF, WORD);*

1.18. *Permitir configurações de Assinaturas de Relatórios que possam ser parametrizadas pelos próprios usuários;*

1.19. *Emitir Anexos do SICONFI;*

1.20. *Possuir módulo de Audiência Pública, com apresentação em modo texto e gráficos com no mínimo os seguintes anexos:*

- a) *Acompanhamento da Evolução da Execução Orçamentária dos últimos 4 anos;*
- b) *Acompanhamento da Evolução da Receita Corrente Líquida nos últimos quatro anos;*
- c) *Acompanhamento das Metas de Arrecadação;*
- d) *Acompanhamento do Cronograma de Desembolso;*
- e) *Acompanhamento do Resultado Nominal e Primário;*
- f) *Acompanhamento dos Índices de Educação, Saúde e FUNDEB;*
- g) *Acompanhamento dos Gastos de Pessoal (Executivo, Legislativo e Consolidado);*
- h) *Acompanhamento dos Restos a Pagar, Alienação de bens;*
- i) *Acompanhamento das ações previstas na LDO;*
- j) *Disponibilizar o Convite, bem como Ata da Audiência Pública;*

1.21. *Todos os relatórios exigidos pelo Tribunal de Contas, devem ser gerados com exatidão, com destaque para a Instrução Normativa 20 do TCE-SC. 20. Ressalta-se a importância dos Relatórios gerados, conterem dados dos anos anteriores, ou no mínimo do exercício anterior.*

1.22. RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, conforme Portaria Municipal 322/2019, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

1.23. PROCEDIMENTO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

A empresa contratada deverá atender todos os requisitos estabelecidos, bem como cumprir com as normas exigidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

As despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem no caso da implantação, treinamento e assistência técnica, são por conta da contratada.

1.24. A contratada deverá realizar treinamento para os servidores municipais acerca do uso dos sistemas, sem custo adicional. O treinamento deverá ser dado no Centro Administrativo Municipal.

1.25. A contratada deverá realizar a implantação dos sistemas e a conversão do banco de dados existentes. Se a vencedora já FORNECE OS SERVIÇOS, não haverá qualquer custo adicional para implantação do sistema, devendo apenas realizar o treinamento. No entanto, se for vencedora e que não venha prestando esses serviços, a mesma deverá cotar o preço referente ao custo com instalação do sistema e conversão do banco de dados existentes.

1.26. O Sistema poderá ser web ou desktop, ou, ainda, web e desktop, desde que atenda as especificações solicitadas, sendo o armazenamento da base de dados e seus backups de responsabilidade da contratada. A base de dados original e seus backups devem ficar disponíveis por 12 meses após o término do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.2 Os serviços serão prestados por 12(doze) meses, realizados de forma presencial e a distância. Todos os demais

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 Em pagamento ao objeto da contratação, conforme consta na proposta a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o corresponde ao valor total de **R\$ 7.000,00(sete mil)** sendo o primeiro mês **R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)** referente: **R\$ 1.000,00(hum mil reais), implantação do sistema e R\$500,00 (quinhentos reais) locação de software, posteriormente R\$ 500,00(quinhentos reais) ao mês por 11 (onze) meses, referente locação de software (Quinze mil e setecentos reais).**

5.2 O pagamento ocorrerá após entrega do Relatório e mediante apresentação da Nota Fiscal, e será efetuado através depósito em conta bancária indicada pela CONTRATADA em nome desta.

5.3 É obrigação da contratada em manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.4 Não haverá reajuste nem atualização de valores.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

O contrato terá prazo de vigência até **26 de maio de 2022**.

Para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos mesmos e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução a **Diretora de administração e Finanças Camila Storti Recalcatti** a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral deste Contrato, do edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA QUINTA – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes do presente termo de contrato correrão por conta do orçamento da Prefeitura Municipal de Erval Velho, SC para o exercício de 2021, aprovado através da Lei nº 1.534/2020, através da seguinte classificação:

Órgão/Unidade: 03.01 / Secretaria de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, Nº 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000
FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras@ervalvelho.sc.gov.br
CNPJ nº 82.939.422/0001-91

Proj/Ativ: 2.005 / Manutenção do Departamento de Administração

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA

1.1. O Contratado deverá arcar com a garantia na prestação dos serviços, com repetição dos mesmos, se necessário e se por deficiência, sem ônus a municipalidade e atraso na prestação dos serviços.

1.2. A Contratante reserva-se o direito de efetuar a mais ampla fiscalização na prestação dos serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não excluindo a contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. A CONTRATADA deverá:

7.1.1. Disponibilizar os serviços, objeto do presente termo de contrato, conforme pactuado com a Contratante.

7.1.2. Promover todas as ações para a boa execução e eficiência no serviço, principalmente no cumprimento de todas as normas e exigências legais, regulamentares e normativas.

7.1.3. Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, para atendimento ao art. 55, XIII da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2. A contratada não poderá sublocar ou transferir o presente contrato, sob pena de rescisão automática.

7.3. No caso de danos causados a contratante ou a terceiros, durante a execução do contrato, por dolo ou culpa, serão suportados exclusivamente pela Contratada.

7.4. O atraso injustificado no início da execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora de 0,33% ao dia, até o limite de 20%, calculado sobre o saldo contratual.

7.4.1. A multa que alude este artigo não impede que a administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas no artigo seguinte.

7.5. Pela inexecução total ou parcial do contrato a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

7.5.1. Advertência por escrito.

7.5.2. Multa de 10%, calculado sobre o saldo contratual.

7.5.3. Suspensão temporária de participar em licitações e contratar com o Município de Erval Velho, SC, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

7.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, observados os dispositivos legais.

7.6. Os encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do presente contrato ficarão integralmente ao encargo da Contratada nos termos do artigo 71 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

7.7. O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

7.7.1. Não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;

7.7.2. Cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;

7.7.3. Lentidão de seu cumprimento;

7.7.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

a. A inexecução total ou parcial deste Contrato poderá ensejar a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à Contratada direito a qualquer indenização.

b. A rescisão contratual poderá ser:

i. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

ii. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo



PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

RUA NEREU RAMOS, N° 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000

FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras@ervalvelho.sc.gov.br

CNPJ n° 82.939.422/0001-91

licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração;

CLÁUSULA NONA – DA SUCESSÃO

9.1. O contrato obriga as partes intervenientes e seus sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

12.3 Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Herval D' Oeste - SC.

CLÁUSULA DÉCIMA- PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

12.4 Celebram o presente contrato nos termos da Lei Federal n° 8.666 de 21 de junho de 1993 (atualizada pelas Leis Federais n.ºs 8.883 de 08.06.94 e 9.648 de 27.05.1998).

12.5 Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93, e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 testemunhas que também assinam.

Erval Velho, SC, 26 de maio de 2021.

Severino Jaime Schmidt
Prefeito Municipal

Faae Suprimentos e Locação de sistemas Ltda
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Guilherme Clamer Teles
CPF: 022.338.530-16

Nome: _____
CPF: _____

Visto do Advogado da Unidade Gestora
Davisson Garcia Westphal

Flor do Sertão

PREFEITURA

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 38/2021

Publicação Nº 3093121

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 038/2021

PROCESSO Nº. 1996/2020

INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº. 10/2020

O MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 01.566.621/0001-08, com sede na Av. Flor do Sertão, 696, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa JUARES FERREIRA DA SILVA - ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Sul Brasil, nº. 583, na cidade de Maravilha - SC, inscrita no CNPJ sob nº 00.245.916/0001-01, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Sr. Juares Ferreira da Silva, brasileiro, do comércio, inscrito no CPF nº 741.968.479-00, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Credenciamento tem por objetivo CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE LENTES PARA ÓCULOS DE GRAU PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE PARA O ANO DE 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor a ser pago pelo Município por lentes será conforme preços da tabela abaixo:

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNITÁRIO
01	UND	VS LENTE ORGÂNICA	R\$ 100,00
02	UND	VS LENTE ANTI - REFLEXO	R\$ 100,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO

Os produtos e serviços serão realizados na sede da empresa, conforme necessidade do município, e mediante Autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

O prazo de vigência do Termo de Credenciamento começa a contar de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO

Os produtos contratados por este Termo de Credenciamento serão pagos, de acordo com a quantidade de produtos entregues acompanhada de Nota Fiscal de Prestação de Serviço.

Os valores serão pagos a CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município ou em conta corrente em nome da Credenciada.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de aquisição de produtos;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

- a) Não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE;
- b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo.

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste Termo de Credenciamento a Secretaria da Saúde – Maristela Valer.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

103010012.2.022000 – Manutenção de Atividades de Saúde Pública.

3.3.90.32.99.0000 – Outros Materiais de Distribuição Gratuita

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO

Este Termo de Credenciamento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 10/2020, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termo final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO;
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em cinco vias de igual teor e forma.

Flor do Sertão (SC), aos 11 dias do mês junho de 2021.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		JUARES FERREIRA DA SILVA
CPF: 503.319.819-04		CPF: 741.968.479-00
CREDENCIANTE		CREDENCIADO
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

Formosa do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº55/2021

Publicação Nº 3093756

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8B43085ADA5410EC66240ABF2055B8C0EDACEE5C

EXTRATO CONTRATUAL Nº 55/2021

OBJETO: LOCAÇÃO DE TERRENO ABERTO PARA ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS, CONFORME O LAUDO DE AVALIAÇÃO 005/2021.

CONTRATADO: GILMAR LAZZAROTTO

VALOR: R\$ 350,00 (trezentos e cinq-enta reais)

Vigência: Início: 11/06/2021 Término: 31/12/2021

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 45/2021

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 23/2021

Formosa Do Sul, 11 de Junho de 2021

JORGE ANTÔNIO COMUNELLO

PREFEITO MUNICIPAL

Chave relatório TCE-SC: 8B43085ADA5410EC66240ABF2055B8C0EDACEE5C

EXTRATO DE DISPENSA Nº45/2021

Publicação Nº 3093749

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CCE216E4B32B99ED57DE31FF6037DECE965005A0

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº.: 45/2021

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 23/2021

OBJETO: LOCAÇÃO DE TERRENO ABERTO PARA ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS, CONFORME O LAUDO DE AVALIAÇÃO 005/2021.

CONTRATADO: GILMAR LAZZAROTTO

VALOR: R\$ 350,00 (trezentos e cinq-enta reais)

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24. É DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO:

X - PARA A COMPRA OU LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO ATENDIMENTO DAS FINALIDADES PRECÍPUAS DA ADMINISTRAÇÃO, CUJAS NECESSIDADES DE INSTALAÇÃO E LOCALIZAÇÃO CONDICIONEM A SUA ESCOLHA, DESDE QUE O PREÇO SEJA COMPATÍVEL COM O VALOR DE MERCADO, SEGUNDO AVALIAÇÃO PRÉVIA; (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 8.883, DE 1994)

FORMOSA DO SUL, 11 de Junho de 2021

JORGE ANTÔNIO COMUNELLO

PREFEITO MUNICIPAL

Chave relatório TCE-SC: CCE216E4B32B99ED57DE31FF6037DECE965005A0

EXTRATO DE DISPENSA Nº46/2021

Publicação Nº 3093753

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 94EB5A3C3B6DC4AE37F1393E0DBA1ED2B0B43D58

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº.: 46/2021

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 24/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VEICULADO AO PROGRAMA DA FARMÁCIA POPULAR

CONTRATADO: CLOVIS BUSS & CIA LTDA

VALOR: R\$ 7.006,80 (sete mil e seis reais e oitenta centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24. É DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO:

II - PARA OUTROS SERVIÇOS E COMPRAS DE VALOR ATÉ 10% (DEZ POR CENTO) DO LIMITE PREVISTO NA ALÍNEA "A", DO INCISO II DO ARTIGO ANTERIOR E PARA ALIENAÇÕES, NOS CASOS PREVISTOS NESTA LEI, DESDE QUE NÃO SE REFIRAM A PARCELAS DE UM MESMO SERVIÇO, COMPRA OU ALIENAÇÃO DE MAIOR VULTO QUE POSSA SER REALIZADA DE UMA SÓ VEZ;

FORMOSA DO SUL, 11 de Junho de 2021

JORGE ANTÔNIO COMUNELLO

PREFEITO MUNICIPAL

Chave relatório TCE-SC: 94EB5A3C3B6DC4AE37F1393E0DBA1ED2B0B43D58

TERMO CONVÊNIO 01/2021 PARA A CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OU ESTAGIÁRIO, LAVRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL/SC E O ESTADO DE SANTA CATARINA/SC, COM ÔNUS PARA O MUNICÍPIO

Publicação Nº 3092486

TERMO DE CONVÊNIO N.º 001/2021

Termo Convênio para a cessão de Servidor Público Municipal ou Estagiário, lavrado entre o MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL/SC e o ESTADO DE SANTA CATARINA/SC, com ônus para o Município.

Por este instrumento, em que figura de um lado o MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL/SC, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JORGE ANTONIO COMUNELLO, inscrito no CPF sob o n.º 369.252.330-00, doravante denominado de CONCEDENTE, e de outro, o ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC –, inscrito no CNPJ n.º 06.096.391/0001-76, neste ato representado por seu Comandante Geral, Coronel BM CHARLES ALEXANDRE VIEIRA, inscrito no CPF sob o n.º 822.869.149-15, doravante denominado de CONVENENTE, com fundamento contido na Lei Municipal n.º 788, de 26 de maio de 2021, firmam o presente instrumento de convênio, visando à cessão de servidor público municipal ou estagiário para prestar serviço junto ao Órgão CONVENENTE, o que fazem sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Convênio para a cessão de servidor público municipal ou estagiário para prestar serviços junto ao CONVENENTE, sem ônus para este, serviços que serão prestados na 2ª Companhia do 14º Batalhão de Bombeiro Militar, com sede no Município de Quilombo-SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR OU ESTAGIÁRIO, DO INÍCIO DO EXERCÍCIO, DA CARGA HORÁRIA E DA AUSÊNCIA

2.1. A designação do servidor público municipal ou estagiário será precedida das seguintes exigências:

2.1.1. O CONVENENTE expedirá ofício ao CONCEDENTE encaminhando o pedido de cedência, nos termos da autorização contida na Lei Municipal n.º 788, de 26 de maio de 2021, consignando, ainda, a justificativa quanto a necessidade de sua realização.

2.1.2. O início do exercício junto ao CONVENENTE somente ocorrerá a partir da publicação do respectivo Decreto Municipal expedido pelo Poder Executivo, ora CONCEDENTE.

2.2. A carga horária servidor público municipal ou estagiário, que será definida pelo CONCEDENTE, deverá ser compatível com a dos servidores ou estagiários do CONVENENTE, resguardando-se, tanto quanto possível, a jornada de trabalho prevista pela Municipalidade.

2.2.1. A frequência do servidor ou estagiário cedido será controlada pelo CONVENENTE na qual estiver lotado e será mensalmente remetida ao departamento responsável do Município de Formosa do Sul/SC, arquivando-se cópia dela para simples controle e comunicação de eventuais irregularidades cometidas.

2.3. As faltas no serviço deverão ser comunicadas juntamente com a frequência do servidor ou estagiário, assim como as ausências, férias, licença-saúde ou qualquer espécie de ocorrência que resulte na irregularidade da frequência.

2.4. As faltas de caráter disciplinar, após formalmente constatada pelo CONVENENTE, serão imediatamente comunicadas ao CONCEDENTE para as providências cabíveis.

2.5. É facultada a substituição ou a devolução do servidor ou estagiário, mediante prévia comunicação.

2.5.1. Aplicam-se, para os casos de substituição, as cautelas constantes dos subitens 2.1.1 e 2.1.2.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

3.1. Zelar pela observância da jornada de trabalho do servidor ou estagiário a fim de evitar, tanto quanto possível, carga horária total superior ao previsto junto ao Município.

3.2. Estar ciente de que o servidor ou estagiário cedido não poderá executar serviços ou praticar atos que não estejam relacionados às atribuições funcionais do cargo em que nomeado.

3.3. Cumprir rigorosamente o disposto no subitem 2.3.

3.4. Estar ciente de que o CONCEDENTE, após formal comunicação, poderá solicitar a substituição ou o retorno do servidor ou estagiário, segundo seu alvedrio, nos termos do item 3.8.

3.5. O CONVENENTE não poderá, sob qualquer pretexto, alterar a designação do servidor ou estagiário para posto de trabalho que não esteja compreendido nas atribuições do cargo para o qual fora nomeado.

3.6. Promover os esclarecimentos que por ventura vierem a ser solicitados pela CONCEDENTE.

3.7. Fiscalizar para que os serviços desenvolvidos pelo servidor ou estagiário cedido estejam em conformidade com o disposto neste convênio.

3.8. Comunicar, com antecedência de 30 (trinta) dias, o seu interesse em promover a substituição do servidor ou estagiário cedido, sem prejuízo do disposto nos subitens 2.1.1 e 2.1.2.

3.9. Fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual necessários para a necessária segurança do servidor ou estagiário no desempenho de suas atribuições.

3.10. Responsabilizar-se objetivamente, quando no exercício das funções, pelos atos funcionais irregulares praticados pelo servidor ou estagiário cedido.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

4.1. Responsabilizar-se pelo ônus do vencimento e/ou remuneração do servidor ou bolsa auxílio do estagiário cedido.

4.2. Certificar-se de que o servidor ou estagiário cedido está ciente de que deverá cumprir, sem qualquer reserva, todos os regulamentos internos do CONVENENTE.

4.3. Acolher ou recusar justificadamente, em 30 (trinta) dias, a comunicação do CONVENENTE para os fins do subitem 3.8 da cláusula anterior.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. A vigência e validade do presente convênio dar-se-á até o dia 31 de dezembro do ano de 2022, podendo ser prorrogado, a critério de ambas as partes, mediante anuência formal e expressa.

5.2. A prorrogação do presente convênio deverá ser requerida em até 30 (trinta) dias anteriores ao término do prazo de vigência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1. Este termo de convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes nele envolvidas, mediante comunicação escrita do interessado com antecedência mínima de trinta (30) dias.

6.2. Considerar-se-á antecipadamente rescindido este termo no caso de descumprimento injustificado de quaisquer de suas cláusulas, oportunidade na qual o servidor ou estagiário deverá de ser devolvidos, após prévio ajuste, ao CONCEDENTE.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

7.1. Fica eleito, desde já, o Foro da Comarca da Quilombo/SC, com renúncia expressa de qualquer outro Juízo, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões que porventura surgirem em função do presente instrumento.

Nada mais. Lido e achado conforme pelas partes, lavrou-se este instrumento de convênio para a cessão de servidor ou estagiário municipal, em duas (02) vias assinadas, visto que foram atendidas as formalidades legais.

Formosa do Sul - SC, 10 de junho de 2021.

JORGE ANTONIO COMUNELLO

Prefeito Municipal de Formosa do Sul

Coronel BM CHARLES ALEXANDRE VIEIRA

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/PMF/2021

Publicação Nº 3092466

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/PMF/2021
(Referente Pregão Presencial nº. 70/PMF/2021)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3.400, Paço Municipal 26 de Abril, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ nº. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 1746727, e inscrito no CPF sob o nº 551.394.269-00, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa EDEMILSON MICHELS PADARIA E CONFEITARIA ME inscrita no CNPJ nº. 24.382.164/0001-99 estabelecida na Rua dos Cravos, nº78, Saturno, em Forquilha - SC, neste ato representada pelo Sr. Edemilson Michels, brasileiro, CI 3735799, CPF 040.224.289-02, Telefone nº: 48 99661-7590, doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 70/PMF/2021, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de alimentos e afins (coffe break) para diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.3. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 05 (cinco) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da DETENTORA DA ATA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição imediatamente, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.
 - 1.1. O CERTIFICO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.
 - 1.2. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.
 - 1.2.1. A CONTRATADA deverá destacar na nota fiscal/fatura, os dados bancários: Banco, Agência e nº Conta-Corrente.
 - 1.3. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.
2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.
3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.
 - 1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:
 - 1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
 - 1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;
 - 1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;
 - 1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;
 - 1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.
2. Da Detentora da Ata:
 - 2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;
 - 2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;
 - 2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;
 - 2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;
 - 2.5. Fornecer o objeto dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
 - A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - B) apresentar documentação falsa;
 - C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - D) ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - E) não manter a proposta;
 - F) cometer fraude fiscal;
 - G) comportar-se de modo inidôneo.
2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - I - advertência;
 - II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):
 - A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido no Contrato ou documento equivalente.
 - B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
 - C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
 - D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.
 - E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.
4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:
 - 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
 - 1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
 - 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;
2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.
3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.
 - 3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. O Sr. DEIVIDE JOAQUIM DANIELSKI será o Fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.
2. O Sr. RICARDO ALEXANDRE XIMENES, Secretário de Administração e finanças, será o Gestor desta Ata, sendo dele a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 70/PMF/2021, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.
2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018 (microempresa), no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 11 de junho de 2021.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
JOSÉ CLAUDIO GONÇALVES
Prefeito Municipal
EDEMILSON MICHELS PADARIA E CONFEITARIA ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: EDEMILSON MICHELS
DEIVIDE JOAQUIM DANIELSKI
Fiscal da Ata

DECISÃO ADMINISTRATIVA: PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/PMF/2021

Publicação Nº 3092891

PARECER E DECISÃO ADMINISTRATIVA**RELATÓRIO**

O Município de Forquilha abriu processo licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 51/PMF/2021 que teve por objetivo a contratação de empresa especializada para execução de serviços de rastreamento para atender às necessidades da frota do Município de Forquilha/SC.

Realizada a sessão do Pregão foi habilitada e sagrada como vencedora a empresa Trace Tecnologia e Gestão de Frota Ltda. Irresignada com o resultado, a empresa Transitar Soluções Veiculares apresentou intenção de recurso na ata da sessão de pregão, arguindo em suma que os documentos da licitante Trace seriam incompatíveis, bem como que o contrato de prestação de serviços não corresponderia às informações do balanço.

A empresa Virtuale também apresentou em ata sua intenção de recorrer, no entanto não apresentou eventuais razões ou motivações de seu intento.

Tempestivamente, a licitante Transitar Soluções Veiculares apresentou suas razões de recurso arguindo incompatibilidade do contrato de prestação de serviços do Engenheiro Elétrico com o balanço patrimonial e demonstrativo de resultados, relativo a 2019, apontando incoerência destes, pugnando pela inabilitação/desclassificação da licitante vencedora.

No devido prazo, apresentou a empresa Trace Tecnologia e Gestão de Frota Ltda. suas contrarrazões ao recurso da empresa Transitar Soluções Veiculares, arguindo pela correção de seus docs. e balanços, bem como pela improcedência do recurso.

É o relatório.

DO MÉRITO

O Município de Forquilha abriu processo licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 51/PMF/2021 que teve por objetivo a contratação de empresa especializada para execução de serviços de rastreamento para atender às necessidades da frota do Município de Forquilha/SC.

Ocorre que, em razão dos lances, irresignada com o resultado, a empresa Transitar Soluções Veiculares apresentou intenção de recurso e posterior razões escritas do recurso argumentando a incompatibilidade do contrato de prestação de serviços do Engenheiro Elétrico e seus valores com o balanço patrimonial e demonstrativo de resultados, relativo ao ano de 2019, apontando incoerência destes, pugnando pela inabilitação/desclassificação da licitante vencedora.

Em contrarrazões a licitante Trace argumentou que os contratos apresentados e a certidão emitida pelo CREA-SC vinculam o profissional engenheiro eletricitista à empresa. Ainda, quanto ao balanço patrimonial apresentado, cumpre o exigido no edital.

Quanto ao item em questão destaca-se:

7.1.4. Regularidade Econômico-Financeira:

A) Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

A.1) Para as empresas sediadas em Santa Catarina, a certidão deverá ser apresentada em duas vias: SISTEMA E-SAJ (<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>) e SISTEMA EPROC (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br/>). As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade. A.2) Para as empresas sediadas em outros estados, a emissão da certidão deverá obedecer a determinação do Tribunal de Justiça correspondente.

B) Balanço Patrimonial e Demonstrativo dos Resultados do Exercício (DRE) correspondente ao último exercício social da empresa (ou balanço de abertura para licitantes com menos de 01 ano de exercício), na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, devidamente certificado por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, mencionando obrigatoriamente o número do livro diário e folha em que o mesmo se acha transcrito, bem como cópia dos termos de abertura e encerramento, com a numeração do registro na Junta Comercial.

A irrisignação recursal não encontra qualquer amparo, uma vez que o balanço exigido e a ser necessariamente apresentado é o do último exercício, ou seja, 2020 e não 2019.

Foram avaliados todos os documentos pertinentes e declarados por aptos, não havendo qualquer incompatibilidade na proposta apresentada pela licitante vencedora.

Ademais, essencialmente comprovou sua regularidade e garantias a firmar contrato com a administração pública, o que também é condição para adjudicação do bem licitado.

Desta forma, entende-se que acertada a decisão exarada na ata de pregão quanto à habilitação e classificação como vencedora da licitante Trace.

Quanto à intenção de recorrer da licitante Virtuale, tal não deve ser conhecida, ante à falta de sua ratificação com a apresentação de suas razões no prazo legal.

Desta forma e de todos os argumentos e análise expostas, entende-se que não merece prosperar o recurso apresentado pela recorrente.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Procuradoria manifesta-se pela possibilidade de conhecimento do recurso administrativo do licitante TRANSITAR e por seu improvimento, devendo-se manter a decisão atacada, bem como a habilitação e classificação e proposta da empresa Trace Tecnologia e Gestão de Frota Ltda.

Esclarece-se ainda que o conteúdo do presente parecer se trata de interpretação jurídica da questão trazida à análise, podendo haver, em tese, interpretação diversa da pronunciada nas razões expostas, não tendo o presente caráter vinculante.

S.M.J, é o parecer, sujeito à censura.

Forquilha/SC, 08 de junho de 2021.
MAICON HENRIQUE ALÉSSIO
OAB/SC 21.070

ADEMIR MARIOT DA SILVA
OAB/SC 39.730

DECISÃO

Em consonância ao parecer jurídico supra e demais elementos apresentados, bem como documentação, conhecemos e indeferimos o recurso administrativo formulado por TRANSITAR SOLUÇÕES VEICULARES, contra a decisão do Pregão Presencial nº 51/PMF/2021.

Forquilha/SC, 08 de junho de 2021.

JOSE CLAUDIO GONÇALVES	
Prefeito Municipal	

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/FMS/2021

Publicação Nº 3092912

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/FMS/2021

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Impugnante: DIAMOND ACESSÓRIOS LTDA.

RELATÓRIO

O Município de Forquilha lançou o Edital nº 19/FMS/2021, na modalidade de Pregão Eletrônico, cujo objetivo é REGISTRAR PREÇO para aquisição de testes Antígeno (Swab), para detecção do CORONAVÍRUS (COVID-19), frente as variantes do SARS-COV-2, afim de atender as necessidades do Município de Forquilha/SC no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da referida infecção humana, para período de 12 meses.

A empresa DIAMOND ACESSÓRIOS LTDA. apresentou impugnação ao referido edital, arguindo em suma que existe insuficiência nas especificações técnicas do objeto licitado, também para adoção de padrões extremamente rigorosos, apontando ainda que o instrumento convocatório não exige ou se adequa aos padrões de qualidade esperados à contratação, bem como de controle de qualidade pelo instituto nacional de controle de qualidade em saúde.

Ao final, requereu que sejam julgados procedentes os pedidos formulados, com a retificação do edital para incluir normas e exigências de seu interesse.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

PRELIMINARMENTE – DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO

- Da Tempestividade, Representação e Interesse

Preliminarmente, observa-se a tempestividade da presente impugnação, em respeito aos prazos legais.

No entanto, quanto à representação da impugnante, totalmente carente e sem fundamento, uma vez que não apresenta qualquer documentação correspondente à empresa, tal como contrato social e/ou certidão simplificada da junta comercial, onde seria possível ainda a verificação da legitimidade do subscritor do documento "IMPUGNAÇÃO DE EDITAL", bem como verificar a regularidade empresarial, razão pela qual sequer deve ser conhecida à impugnação, ante à ausência de regularidade de representação.

Nenhum documento relativo à empresa licitante ou de seu representante legal (não o procurador) foram anexados à impugnação, sendo assim carente de regularidade e representação, impossibilitando o seu conhecimento.

Assim, ante à falta de pressupostos, entende-se que não deve ser conhecida e tampouco provida a presente impugnação.

No entanto, apenas por cautela, passa-se à análise do mérito, ainda que prejudicado.

DAS ALEGAÇÕES DO IMPUGNANTE

O Município de Forquilha lançou o Edital nº 19/FMS/2021, na modalidade de Pregão Eletrônico, cujo objetivo é REGISTRAR PREÇO para aquisição de testes Antígeno (Swab), para detecção do CORONAVÍRUS (COVID-19), frente as variantes do SARS-COV-2, afim de atender as necessidades do Município.

A empresa interessada apresentou impugnação ao referido edital, arguindo em suma que existe insuficiência nas especificações técnicas do objeto licitado, bem como insuficiência de exigências em qualidade em saúde, o que deveria ser retificado para incluir maiores exigências, aliás não previstas na legislação.

Em razão do conteúdo técnico foi submetida a irrisignação à avaliação técnica em saúde do Município, sendo exarado o parecer de que:

[...]a impugnação feita ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2021 não está de acordo com a necessidade apresentada nesse pregão, sendo que o mesmo já requer o registro da Anvisa e tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de testes Antígeno (Swab), para detecção do

CORONAVÍRUS (COVID-19), frente às variantes do SARS-COV-2.

Diante do parecer técnico elaborado, verifica-se que o termo de referência e as exigências editalícias preenchem os requisitos estipulados e necessários à ação e conservação do produto, bem como seu registro e qualidade, o que de fato é a finalidade, assim estando adequada aos requisitos estabelecidos no certame para o respectivo item.

Segundo dispõe o princípio da vinculação ao edital, o próprio ato administrativo é restringido pelo princípio em questão, vinculando-se às regras editalícias.

Segundo jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. ISONOMIA ENTRE OS LICITANTES.

O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório (grifei). O afastamento dos requisitos estabelecidos no edital privilegia a agravante em detrimento dos demais interessados no certame, ferindo o princípio da isonomia dos concorrentes.

(TRF4, AG 5027458-64.2014.404.0000, Quarta Turma, Relatora p/ Acórdão Vivian Josete Pantaleão Caminha, juntado aos autos em 13/02/2015)

Ainda:

ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO. 1. A observância do princípio da vinculação ao edital de licitação é medida que se impõe, interpretado este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os requisitos estabelecidos nas regras editalícias devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do concorrente, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei nº 8666/93. 2. Agravo de instrumento improvido. (TRF4, AG 5013232-54.2014.404.0000, Terceira Turma, Relator p/ Acórdão Fernando Quadros da Silva, juntado aos autos em 21/08/2014)

A Licitação é um Processo Administrativo formal prévio ao Contrato Administrativo, com procedimentos determinados em lei, prevista e obrigatória constitucionalmente, para selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, através de julgamento objetivo, previamente estabelecido em instrumento convocatório, visando igualdade de competição e isonomia no tratamento dos concorrentes, em atendimento aos princípios constitucionais previstos no art. 37, caput, CF 1988 e art. 3º, da Lei nº 8.666/93, precipuamente ao princípio da legalidade, norteador do interesse público.

Determina o princípio da legalidade que o agente público somente pode agir no que expressamente determinar a lei, visto que sua subjetividade é substituída obrigatoriamente pelo interesse público previamente estabelecido na lei.

Nesse caso, tem-se que a Administração Pública Municipal de Forquilha, por meio da respectiva comissão/pregoeira e agora, pelo parecer técnico da farmacêutica, agiu corretamente, porquanto dentro dos limites da legalidade, conforme também expresso quanto às exigências editalícias descritas na legislação pertinente.

DO DISPOSITIVO

Diante do exposto, entendemos que o Pedido de Impugnação formulado por DIAMOND ACESSÓRIOS LTDA, não merece ser conhecido e tampouco provido, nos termos fundamentação.

Forquilha/SC, 08 de junho de 2021.

MAICON HENRIQUE ALÉSSIO	ADEMIR MARIOT DA SILVA
Procurador Geral Municipal	Procurador Adjunto Municipal
OAB nº. 21070	OAB nº. 39.730

DA DECISÃO

Em consonância ao parecer jurídico supra e demais elementos amealhados, indeferimos o Pedido de Impugnação do Processo Licitatório/Pregão, Edital nº 19/FMS/2021, formulado por DIAMOND ACESSÓRIOS LTDA.

Forquilha/SC, 08 de junho de 2021.

JOSE CLAUDIO GONÇALVES	NELI SEHNEM DOS SANTOS
Prefeito Municipal	Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 150 - 2021

Publicação Nº 3093818

DECRETO Nº 150, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE FRAIBURGO– FUNDEB.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020 e Lei Complementar nº 275 de 25 de março de 2021.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação de Fraiburgo– FUNDEB:

I – Representantes do Poder Executivo:

Titular: Adriana Chelli

Suplente: Giovana Oliva de Carli

Titular: Mônica Campanharo Zanella

Suplente: Maria Odete Vanz Pedroso

II – Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Helena Silva Frigotto (vice-presidente)

Suplente: Tatiana Rezzadori

III - Representantes dos Servidores Técnico Administrativo das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Elizete Aparecida Girardi

Suplente: Leila Terezinha Lucas Fernandes

IV – Representantes das Escolas do Campo:

Titular: Rodrigo Pinheiro

Suplente: Agnaldo Cordeiro

V – Representantes dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular: Roberto Rivelino Lemos (presidente)

Suplente: Maria Cristina Silva

IV – Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular: Juceli Alves de Oliveira

Suplente: Ana Cristina Inácio Machado

Titular: Adriana Aparecida Machado

Suplente: Maria Aparecida Teodoro de Araújo

VII – Representantes do Conselho Municipal de Educação (CME):

Titular: Osni Gomes

Suplente: Ana Paula Cordeiro

VIII – Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

Titular: Rosenilda de Fátima Ribeiro

Suplente: Eliane de Mellos

Titular: Juliana Padilha Ribeiro

Suplente: Sintia Lucas

IX – Representantes do Conselho Tutelar:

Titular: Auciléia Bado
Suplente: Cenelância Valin Lopes

X – Representantes das Entidades da Sociedade Civil:

Titular: Ediane Barros de Lima Luchesi
Suplente: Ilso Werlich

Titular: Mara Caldart
Suplente: Denise Correia de Mello

Art. 2º. Os membros do Conselho possuem o mandato até 31 de dezembro de 2022.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 11 DE JUNHO DE 2021.
WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3530 de 14/06/2021, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

DECRETO Nº 151 - 2021

Publicação Nº 3093819

DECRETO Nº 151, DE 11 DE JUNHO DE 2021.
ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – CMI.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº. 1684/2003:

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Decreto nº 251, de 08 de novembro de 2019, que nomeou os membros do Conselho Municipal do Idoso – CMI:

[...]

Representantes da Secretaria de Ação Social
Titular – Ana Paula Burghardt Marques
Suplente – Salete dos Passos Rodrigues

Representantes da Associação Fraiburguense de Saúde Coletiva – AFSC

Titular – Izabelle Bruschi
Suplente – Mariane Aparecida Carletto

Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
Titular – Deize maria Baretta
Suplente – Sandro Emanuel Caripuna

[...]

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 11 DE JUNHO DE 2021.
WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3530 de 14/06/2021, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

PORTARIA 16582021

Publicação N° 3095491

PORTARIA N° 1658, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - SANEFRAI, homologado pelos decretos 184/2017 e 191/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROBBIN ALEX REYES ZANOTTI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 089.839.939-44, no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO SANITARISTA E AMBIENTAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 14 de junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de junho de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR

Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 16592021

Publicação N° 3095492

PORTARIA N° 1659, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Complementar Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital n° 0010 de 04 de novembro de 2020 e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna n° 01300/2021 oriunda da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a Lei 2294/2015, em sua Meta 2, estratégia 2.16 cita "Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região";

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados no Concurso Público ao cargo de Auxiliar de Alimentação e Nutrição e que ainda assim, há falta de servidores para desempenhar esta função;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA ANGELA TOMIN, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o n.º 020.445.419-04, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de junho de 2021 até 17 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de junho de 2021.

WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR

Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 16602021

Publicação Nº 3095493

PORTARIA Nº 1660, DE 11 DE JUNHO DE 2021.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Complementar Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 08 de abril de 2021, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 046/2021 oriunda da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente;

Em face da vacância de cargo que era ocupado por Lauro Rodrigues;
RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JOSÉ MOACIR DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 027.135.569-70, na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 14 de junho de 2021 até 30 de novembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de junho de 2021.
WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 16612021

Publicação Nº 3095494

PORTARIA Nº 1661, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º; e em conformidade com a comunicação interna nº 001328/2021, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, PAULO ROBERTO BALESTRIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 446.488.479-20, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SUPERINTENDÊNCIA, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME, a partir de 11 de junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de junho de 2021.
WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN
Secretário de Administração e Planejamento

TERMO DE CONVOCAÇÃO REGIANE LOUISE BEHER

Publicação Nº 3093822

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): REGIANE LOUISE BEHER

Endereço: Rua Nereu Ramos, 677 Edifício Atenas AP 303 - Centro

Fraiburgo/SC - 89580-000

(49) 99926-9197 (49) 3246-2202

CARGO: PSICÓLOGO

Classificação: 6º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
 - I – Hemograma Completo;
 - II – Glicemia;
 - III – Creatinina,
 - IV – Parcial de Urina;
 - V – TGO e TGP;
 - VI – Triglicerídio;
 - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
 - VIII – TSH (acima de 45 anos);
 - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
 - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
 - XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
 - XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
 - XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
 - XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
 - XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
 - XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
 - XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.
- u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
- v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);
- x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens “a” a “u” supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 20 de abril de 2021.
WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR
Prefeito Municipal

RUI CARLOS BRAUN
Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

REGIANE LOUISE BEHER

Galvão

PREFEITURA

DECRETOS 2021 - 178 A 183

Publicação Nº 3093823

DECRETO Nº 178/2021

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 516/2005, 520/2005 e 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2020;

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Hellen Fernanda Marques, contratada por tempo determinado para ocupar o cargo de Professor, junto ao Magistério Público do Município de Galvão-SC, com início no dia 01 de junho de 2021 e término em 17 de dezembro de 2021, sendo as especificações contratuais conforme segue:

Carga Horária Semanal: 40 horas;

Habilitação: Magistério;

Área de Atuação: Ensino Infantil;

Disciplina: Educação Infantil;

Local de Trabalho: Centro Municipal de Educação Infantil.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de maio de 2021.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 179/2021

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, o encerramento do período de férias dos conselheiros tutelares titulares do cargo, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Sidinéia Basi Pedroso, nomeada através do Decreto Municipal nº 025/2021 de 04/02/2021, exonerada do seu cargo de Conselheiro Tutelar, junto ao Município de Galvão-SC, com efeito, retroativo ao dia 22 de maio de 2021.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 31 de maio de 2021.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 180/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso IV da Lei Orgânica do Município, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada uma Comissão Especial com vistas ao acompanhamento/fiscalização dos trâmites legais decorrentes do Processo de Licitação nº 035/2021, Modalidade Concorrência nº 001/2021, concessão de espaço público, na forma de concessão de direito real de uso de bem imóvel de propriedade do Município de Galvão, conforme Lei Municipal 954/2021, para entidades privadas, filantrópicas e ou sem fins lucrativos prestadores de serviços na área de educação superior, interessadas em participar com vistas a ofertar cursos de graduação e

pós-graduação a distância, sendo sua composição conforme segue:

- 01 – Leonidio Levinski;
- 02 – Zoleide Fatima Marconssoni;
- 03 – Roberval Dalla Cort;
- 04 – Ronie Marcelo Toigo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de junho de 2021.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 181/2021

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE EXONERAÇÃO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais 519/2005 e 520/2005;

Considerando o requerimento formulado pela servidora, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida exoneração para a servidora Salustiana dos Santos Gusthmann, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, nomeada através do Decreto Municipal nº 050/2010 de 01/02/2010, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 09 de junho de 2021.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 182/2021

ALTERA ENQUADRAMENTO FUNCIONAL DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 721/2012, Art. 11, § 1º;

Considerando o requerimento formulado pela servidora, juntamente com a apresentação do seu diploma de conclusão de curso de pós-graduação, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o enquadramento funcional da servidora Queila Elis Mariani, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por conclusão de curso de pós-graduação, passando o referido enquadramento para especialista, com efeitos a partir do mês de junho de 2021.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 10 de junho de 2021.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Roberval Dalla Cort

DECRETO Nº 183/2021

NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Admir Edi Dalla Cort, Prefeito do Município de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso V, da Lei Orgânica do Município, de acordo com as Leis Municipais nº 520/2005 e nº 721/2012;

Considerando o resultado final do Edital de Concurso Público nº 001/2020, resolve e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica a senhora Leticia Maria Piassoli, nomeada para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor, na área de Informática, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, regime jurídico estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, junto ao Município de Galvão-SC, com efeitos a partir desta data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 11 de junho de 2021.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Roberval Dalla Cort

LEIS 2021 - 959 A 959

Publicação Nº 3093828

LEI Nº 959/2021

AUTORIZA A ADMINISTRAÇÃO A EFETUAR SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM COM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO EM PROPRIEDADE DE PARTICULAR, ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 878/2017 DE 11/07/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

Faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar serviços de terraplanagem com máquinas e equipamentos do Município em Granjas de Matrizes de Recria e Produção de Aves, localizadas no território do Município de Galvão-SC, mediante o pagamento de horas máquina, observados os valores e critérios dispostos na Lei Municipal nº 878/2017 de 11/07/2017.

Art. 2º. Fica incluído o Parágrafo Único, junto ao Art. 5º, da Lei Municipal nº 878/2017 de 11/07/2017, conforme segue:

Parágrafo Único: Fica definido que nenhum impedimento dos benefícios previstos nesta Lei será posto aos agentes políticos e servidores públicos municipais que paralelamente desenvolvam atividades agrícolas, comerciais, industriais ou pecuaristas, dentre outras, independente do vínculo empregatício que possuam com o Município.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 11 de junho de 2021.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito do Município

Roberval Dalla Cort

Registrado e Publicado

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE004/2021

Publicação N° 3093871

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2021
PROCESSO N° 007/2021

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP – Atendimento ao inciso I do Artigo 48 da LC147/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços pretendendo a contratação de empresa para prestar o serviço de arbitragem em diversas competições organizadas pela Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Desenvolvimento. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.com> até as 14h00min do dia 24/06/2021. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 24/06/2021, no endereço eletrônico <http://bllcompras.com>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 11 de junho de 2021.
Junior de Abreu Bento
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PE005/2021

Publicação N° 3095686

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2021
PROCESSO N° 008/2021

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços pretendendo a contratação de empresa para prestar o serviço de arbitragem para competições de futebol de campo organizadas pela Secretaria de Turismo, Esporte e Desenvolvimento. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.com> até as 16h00min do dia 24/06/2021. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 24/06/2021, no endereço eletrônico <http://bllcompras.com>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 11 de junho de 2021.
Junior de Abreu Bento
Prefeito Municipal

DECRETO N° 136/2021

Publicação N° 3095676

DECRETO N.º 136, DE 11 DE JUNHO DE 2021.
ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,
Art. 1º. Fica determinada, a anulação do saldo dos empenhos a pagar do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, abaixo relacionados:

Nº EMPENHO	CREDOR	VALOR
2906/2020	STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R\$ 3.479,56
2907/2020	STOKMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	R\$ 2.119,44
TOTAL		R\$ 5.599,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de junho de 2021.
JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 14/06/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA
Secretário de Administração

DECRETO Nº 137/2021

Publicação Nº 3095679

DECRETO N.º 137, DE 11 DE JUNHO DE 2021
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$40.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.269 de 03/12/2020 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	40.000,00
1545100312.052 - Func. E Manut. Da Secretaria de Infraestrutura	40.000,00
3.3.90.0.3.64.000017 - Aplicações Diretas	40.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) correrão por conta do superávit do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de junho de 2021.
JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada o presente decreto no DOM/SC em 14/06/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LUIZ HENRIQUE CASTRO DE SOUZA
Secretário de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2021

Publicação Nº 3093163

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 103/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2021
PMG/FMS

ATA Nº: 103/2021; PROCESSO Nº: 064/2021; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: FOX COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA; CNPJ Nº: 15.435.299/0001-84; OBJETO: Registro de Preços pretendendo a aquisição de equipamentos de rede e demais peças para uso das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; VALOR TOTAL: R\$ 79.565,27; DATA DA ASSINATURA: 09/06/2021.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2021

Publicação Nº 3093164

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 104/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2021
PMG/FMS

ATA Nº: 104/2021; PROCESSO Nº: 064/2021; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: WA TECNOLOGIA LTDA ME; CNPJ Nº: 06.001.050/0001-70; OBJETO: Registro de Preços pretendendo a aquisição de equipamentos de rede e demais peças para uso das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; VALOR TOTAL: R\$ 114.660,00; DATA DA ASSINATURA: 09/06/2021.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105/2021

Publicação Nº 3093165

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 105/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2021
PMG/FMS

ATA Nº: 105/2021; PROCESSO Nº: 064/2021; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: LS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICA LTDA-EPP; CNPJ Nº: 10.793.812/0001-95; OBJETO: Registro de Preços pretendendo a aquisição de equipamentos de rede e demais peças para uso das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba; VALOR TOTAL: R\$ 65.350,00; DATA DA ASSINATURA: 09/06/2021.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2021

Publicação Nº 3093167

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 106/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2021
PMG/FMS

ATA Nº: 106/2021; PROCESSO Nº: 072/2021; CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GAROPABA/PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: SERGIO DA SILVA-ME; CNPJ Nº: 24.817.911/0001-74; OBJETO: Registro de Preços pretendendo a prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva nos veículos pertencentes à frota da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, com o fornecimento de peças e acessórios de linha de montagem; VALOR TOTAL: R\$ 350.000,00; DATA DA ASSINATURA: 10/06/2021.

PORTARIA Nº 1023/2021

Publicação Nº 3092750

PORTARIA Nº. 1023, DE 10 DE JUNHO DE 2021
DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº. 1043/2020.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, Portaria nº. 1043/2020.

RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, Portaria nº. 1043/2020, nos seguintes termos:

I – julgamento: FICA nos termos do art. 193 da Lei Municipal n.º 1.000/2005, ACATADO o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, Portaria nº. 1043/2020, que concluiu pelo arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar de acordo com o Artigo 173 inciso I da Lei Municipal 1000/2005 e pela instauração do processo administrativo disciplinar em desfavor ao servidor Ricardo Coelho Bosco.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Junho de 2021.
JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 14/06/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº 1024/2021

Publicação Nº 3092751

PORTARIA Nº. 1024, DE 10 DE JUNHO DE 2021.
DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº. 649/2021

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Administrativo, Portaria nº. 649/2021.

RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a Conclusão do Relatório da Comissão de Processo Administrativo, Portaria nº. 649/2021, nos seguintes termos:

I – julgamento: FICA nos termos do art. 193 da Lei Municipal n.º 1.000/2005, ACATADO o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo, Portaria nº. 649/2021, que concluiu:

- Segundo a lei 9.784/99, Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
- O Município adquiriu e recebeu as mercadorias que encomendou a empresa RODA BRASIL e não lhe pagou, é procedente a cobrança por parte da empresa, o município deve efetuar o pagamento, sob pena de enriquecimento sem causa em prejuízo do fornecedor.
- O valor do empenho (Nº3142/19) cancelado deve ser empenhado novamente para que a empresa seja paga.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Junho de 2021.
JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 14/06/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº 1025/2021

Publicação Nº 3092752

PORTARIA Nº. 1025, DE 10 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 488/2021

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Sindicância Administrativa, Portaria nº. 488/2021.
RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a Conclusão do Relatório da Comissão de Sindicância Administrativa, Portaria nº. 488/2021, nos seguintes termos:

I – julgamento: FICA nos termos do art. 193 da Lei Municipal n.º 1.000/2005, ACATADO o Relatório Final da Comissão de Sindicância Administrativa, Portaria nº. 488/2021, que concluiu:

- a) Que a servidora faria jus a receber o valor de R\$118,41 (cento e dezoito reais e quarenta e um centavos) – Relativo aos meses de Julho/2018 R\$23,25 (vinte ter reais e vinte e cinco centavos), dezembro/2019 R\$46,54 (quarenta e seis reais e cinq-enta e quatro centavos) e julho/2020 R\$ 48,62 (quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos).
- b) Que a servidora não ira receber o valor de R\$118,41 (cento e dezoito reais e quarenta e um centavos), pois recebeu indevidamente o valor de R\$145,86 (cento e quarenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), valor relativo ao salário família pago indevidamente nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020;
- c) Que o valor que a servidora faria jus a receber seja abatido do valor já recebido, e que a diferença de R\$27,45 (vinte sete reais e quarenta e cinco centavos) seja descontado da folha de pagamento da servidora com a sua devida autorização;
- d) Que caso a servidora discorde, seja aberto, nos termos do inciso III, do art. 173 da lei 1000/2005, processo administrativo disciplinar, objetivando o direito ao contraditório e ampla defesa.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Junho de 2021.
JUNIOR DE ABREU BENTO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 14/06/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº 1026/2021

Publicação Nº 3092754

PORTARIA Nº. 1026, DE 10 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CONCLUSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INSTITUIDA PELA PORTARIA Nº. 489/2021

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

Considerando a Conclusão do Relatório da Comissão de Sindicância Administrativa, Portaria nº. 489/2021.

RESOLVE,

Art. 1º. Publicar a Conclusão do Relatório da Comissão de Sindicância Administrativa, Portaria nº. 489/2021, nos seguintes termos:

I – julgamento: FICA nos termos do art. 193 da Lei Municipal n.º 1.000/2005, ACATADO o Relatório Final da Comissão de Sindicância Administrativa, Portaria nº. 489/2021, que concluiu pela a instalação de PAD em desfavor da EX- Secretária de Planejamento Territorial e Meio Ambiente DILCÉIA DE ABREU LUIZ MOREIRA, na forma do inciso III do art. 173 da Lei nº. 1000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Junho de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 14/06/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº 1027/2021

Publicação Nº 3092755

PORTARIA Nº. 1027, DE 10 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUNIOR DE ABREU BENTO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal n.º 1.374/2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 10, "caput" da Lei nº. 1374, de 2009, JOÃO BATISTA DA SILVA, CPF n.º ***.***.059-53, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO da Secretaria Municipal de Infraestrutura, com atribuições de: Assessorar na elaboração da política administrativa e organizacional, minutar despachos, documentos e expedientes em geral, prestar assessoria na elaboração de relatórios atender e responder pedidos e protocolos, prestar informações sobre as suas atividades, gerir e manter registro atualizado das ações executadas., a partir de 01/06/2021.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/06/2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de Junho de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 14/06/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA Nº 1029/2021

Publicação Nº 3092764

PORTARIA Nº 1029, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Retifica a Portaria nº 1.660/2020 que concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, ao servidor ENÉAS GUIMARÃES NETO, a partir de 01/12/2020, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos do Relatório DAP 2300/2021 – Processo @ APE 21/00046491 que tramita perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina,

RESOLVE:

Art.1º Fica retificado o Preâmbulo da Portaria nº 1.660/2020, nos seguintes termos:

"Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c

art. 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103/2019, declara a vacância do cargo público do servidor ENÉAS GUIMARÃES NETO, a partir de 01/12/2020, e dá outras providências.”

Art. 2º Fica retificado o art. 1º da Portaria nº 1.660/2020, nos seguintes termos:

“Conceder Aposentadoria Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 36, inciso II da Emenda Constitucional nº 103/2019, ao servidor ENÉAS GUIMARÃES NETO, detentor da matrícula funcional nº 265, inscrito no CPF nº 766.244.988-20 e no PASEP nº 1008043683-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Datilógrafo - 40 horas, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado no Gabinete do Prefeito.”

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, e estabelece seus efeitos a partir de 01/12/2020, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de junho de 2021.

JUNIOR DE ABREU BENTO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 14/06/2021, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO PMG 019/2021

Publicação N° 3092807

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG N° 019/2021

MODALIDADE: Pregão - Processo PMG nº 019/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal

CONTRATADA: CAROLINE DE MEDEIROS EPP

CNPJ: 21.265.369/0001-04

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de uma caçamba basculante 10 m3, com tampa traseira de bascular e abrir, instalada, para substituição da caçamba do caminhão Ford Cargo 2622 E Placa MIU 5279, conforme Termo de Referência.

VALOR: R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 10/06/2021 - 08/10/2021

DATA DE ASSINATURA: 10/06/2021

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

PORTARIA N° 6.805, DE 08 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3092845

PORTARIA N° 6.805, DE 08 DE JUNHO DE 2021.

DESIGNA FERNANDA MORAES RAMOS ALEXI PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO N° 30112/2019.

SALÉSIO ANTONIO DA CONCEIÇÃO, Secretário Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto n° 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e no Decreto n° 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 08 de junho de 2021, a servidora FERNANDA MORAES RAMOS ALEXI, inscrita no CPF sob o n° 059.047.429-40, ocupante do cargo de Coordenadora de Secretaria, para atuar como Fiscal do Contrato n° 30112/2019, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa ELEVADORES BLUMENAU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 08 de junho de 2021.

Gaspar, 08 de junho de 2021.

SALÉSIO ANTONIO DA CONCEIÇÃO

Secretário Municipal de Assistência Social

Grão Pará

PREFEITURA

ERRATA AO CONTRATO 21-2021 IMBRAULINO

Publicação Nº 3093001

ERRATA AO CONTRATO N. 21/2021, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E IMBRAULINO DOMINGOS ALEXANDRE 25235958934, NOS TERMOS DA LEI N. 8.666, DE 21/06/1993, E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES, E NOS TERMOS DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 05/2021-PR, PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 23/2021, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MÁQUINAS PESADAS, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor HELIO ALBERTON JUNIOR, portador do CPF n. 056.885.919-78.

TENDO EM VISTA que houve um erro de digitação contratual, faz-se necessária esta ERRATA, conforme termos adiante descritos:

• ONDE SE LÊ: "[...] CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue: [...]";

LEIA-SE: "[...] CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da contratante, como segue:[...]";

• ONDE SE LÊ: "[...] CLÁUSULA IX – DA DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 23/2021 – Edital de Pregão Presencial n. 05/2021 PR, de 15 de fevereiro de 2021. [...]";

LEIA-SE: "[...] CLÁUSULA IX – DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 23/2021 – Edital de Pregão Presencial n. 05/2021 PR, de 15 de fevereiro de 2021. [...]".

Grão-Pará/SC, 10 de junho de 2021.

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

ERRATA AO CONTRATO 25-2021 BCL (NEREU RAMOS

Publicação Nº 3093015

ERRATA AO CONTRATO N. 25/2021, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E BCL EMPREENDIMENTOS LTDA, NOS TERMOS DA LEI N. 8.666, DE 21/06/1993, E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES, E NOS TERMOS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 02/2021-TP, PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 15/2021, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MICRODRENAGEM, CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA NEREU RAMOS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL.

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor HELIO ALBERTON JUNIOR, portador do CPF n. 056.885.919-78.

TENDO EM VISTA que houve um erro de digitação contratual, faz-se necessária esta ERRATA, conforme termos adiante descritos:

ONDE SE LÊ: "[...] CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE. [...]";

LEIA-SE: "[...] CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 056.885.919-78, doravante denominado CONTRATANTE. [...]".

Grão-Pará/SC, 10 de junho de 2021.

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

ERRATA AO CONTRATO 26-2021 BCL (INVERNADA)

Publicação Nº 3093020

ERRATA AO CONTRATO N. 26/2021, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E BCL EMPREENDIMENTOS LTDA, NOS TERMOS DA LEI N. 8.666, DE 21/06/1993, E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES, E NOS TERMOS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 03/2021-TP, PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 18/2021, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MICRODRENAGEM, CALÇADAS COM ACESSIBILIDADE E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM TRECHO DA ESTRADA GERAL INVERNADA DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR MENOR PREÇO GLOBAL.

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor HELIO ALBERTON JUNIOR, portador do CPF n. 056.885.919-78.

TENDO EM VISTA que houve um erro de digitação contratual, faz-se necessária esta ERRATA, conforme termos adiante descritos:
ONDE SE LÊ: "[...] CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87, doravante denominado CONTRATANTE. [...]";
LEIA-SE: "[...] CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor HELIO ALBERTON JUNIOR, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 056.885.919-78, doravante denominado CONTRATANTE. [...]".

Grão-Pará/SC, 10 de junho de 2021.
HELIO ALBERTON JUNIOR
Prefeito Municipal

ERRATA AO CONTRATO DE RATEIO N. 01-2021 CIACA

Publicação Nº 3093041

ERRATA AO CONTRATO DE RATEIO N. 01/2021, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ABRIGO PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CIACA, NOS TERMOS DA LEI N. 8.666, DE 21/06/1993, E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor HELIO ALBERTON JUNIOR, portador do CPF n. 056.885.919-78.

TENDO EM VISTA que houve um erro de digitação contratual, faz-se necessária esta ERRATA, conforme termos adiante descritos:
ONDE SE LÊ: "[...] CONTRATO DE RATEIO 001/2020
Pelo presente CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2020 (Contrato de Rateio), e conforme Cláusula Oitava do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Abrigo para Criança e Adolescente, CIACA – oriundo da ratificação, por lei, do Protocolo de Intenções, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ do MF sob o nº 82.558.194/0001-55, com sede na Avenida Rio Branco, nº 187, Grão Pará, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. HELIO ALBERTON JUNIOR, e de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ABRIGO PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CIACA [...]";
LEIA-SE: "[...] CONTRATO DE RATEIO 001/2021
Pelo presente CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2021 (Contrato de Rateio), e conforme Cláusula Oitava do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Abrigo para Criança e Adolescente, CIACA – oriundo da ratificação, por lei, do Protocolo de Intenções, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ do MF sob o nº 82.558.194/0001-55, com sede na Avenida Rio Branco, nº 187, Grão Pará, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. HELIO ALBERTON JUNIOR, e de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ABRIGO PARA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CIACA [...]".

Grão-Pará/SC, 10 de junho de 2021.
HELIO ALBERTON JUNIOR
Prefeito Municipal

EXTRATO ATA N. 11-2021 MATERIAIS DE GRÁFICA - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3093055

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ
CNPJ N. 82.558.149/0001-55
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2021
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2021
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2021

OBJETO: "REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE GRÁFICA PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE

GRÃO-PARÁ."

Participante: EXTERVAL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA - ME

Endereço: Rua Reonilda Machiolo Volpato, nº 40, INSS, Braço do Norte/SC, CEP 88750-000.

CNPJ nº 04.600.614/0001-65

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
13	Pasta Protocolo. Tamanho 33x54cm, papel cartolina 240g azul, impressão 1x0, vincada, dobrada, plastificada, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: EXTERVAL	UN	1.000,00	R\$ 1,95	R\$ 1.950,00
14	Envelope. Tamanho 11x15cm, papel branco em off-set 75g, impressão 1x0, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: EXTERVAL	UN	500,00	R\$ 0,40	R\$ 200,00
17	Bloco Autorização de abastecimento e manutenção. Tamanho 12,7x14,5cm, papel autocopiativo, 1ª via branca, 2ª via verde, colado em blocos 50x2, numerado, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: EXTERVAL	BL	100,00	R\$ 7,98	R\$ 798,00
22	Envelope. Tamanho 11x22cm, papel branco em off-set 75g, impressão 1x0, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: EXTERVAL	UN	1.000,00	R\$ 0,32	R\$ 320,00
23	Envelope. Tamanho 18x24cm, papel branco em off-set 75g, impressão 1x0, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: EXTERVAL	UN	500,00	R\$ 0,35	R\$ 175,00
24	Envelope. Tamanho 25x35cm, papel branco em off-set 75g, impressão 1x0, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: EXTERVAL	UN	1.000,00	R\$ 0,40	R\$ 400,00
29	Bloco Ficha de Combustível. Tamanho 21x15,5cm, impressão 1x1, papel off-set branco 180g, colado em blocos 50x1, arte final inclusa - Marca: EXTERVAL	BL	10,00	R\$ 25,30	R\$ 253,00
Total do Participante					R\$ 4.096,00

Participante: GRAFICA GRGRAF EIRELI

Endereço: Rua Doutor Telmo Vergara, nº 100, Partenon, Porto Alegre/RS, CEP 91530-300.

CNPJ nº 14.481.040/0001-07

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	Adesivo vinil, branco fosco, impressão 1x0, tamanho 4x7, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará. - Marca: GRGRAF	U	5.000,00	R\$ 0,16	R\$ 800,00
2	Bloco agendamento dentista. Tamanho 7x6 cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos 100x1, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará. - Marca: GRGRAF	BL	100,00	R\$ 1,40	R\$ 140,00
3	Bloco solicitação de exames laboratoriais. Tamanho 14,6x22,4cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos com 100 folhas, numerado e arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	50,00	R\$ 5,00	R\$ 250,00
4	Bloco atestado médico. Tamanho 13x15cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, arte final inclusa, colado em blocos com 100 folhas. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará. - Marca: GRGRAF	BL	50,00	R\$ 4,10	R\$ 205,00
5	Bloco atestado de comparecimento, tamanho 13x15cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, arte final inclusa, colado em blocos com 100 folhas. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará. - Marca: GRGRAF	BL	50,00	R\$ 4,00	R\$ 200,00

6	Bloco agendamento psicóloga. Tamanho 7x9,5cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, arte final inclusa, colado em blocos 100x1. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	80,00	R\$ 2,50	R\$ 200,00
7	Bloco consulta nutricionista. Tamanho 7x8,5cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, arte final inclusa, colado em blocos 100x1. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	50,00	R\$ 3,00	R\$ 150,00
8	Bloco Dengue/Entomologia n.º de amostra. Tamanho 6,2x6,2cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos de 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	10,00	R\$ 9,80	R\$ 98,00
9	Bloco Requisição de exames. Tamanho 13x18,5cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, arte final inclusa, colado em blocos com 100 folhas. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	50,00	R\$ 4,00	R\$ 200,00
10	Bloco declaração de comparecimento. Tamanho 13x12,5cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, arte final inclusa, colado em blocos com 100 folhas. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	50,00	R\$ 4,00	R\$ 200,00
11	Bloco Controle/Tratamento fora de domicílio. Tamanho 12x19cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, arte final inclusa, colado em blocos com 100 folhas. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	100,00	R\$ 3,00	R\$ 300,00
12	Bloco Empenhos. Tamanho 15,5x12,3cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, arte final inclusa, colado em blocos com 100 folhas. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	50,00	R\$ 4,00	R\$ 200,00
15	Declaração de coleta de exame Papanicolau. Tamanho 10x21cm, impressão 1x0, colado, blocos com 100 folhas, papel off-set 56g, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	6,00	R\$ 19,60	R\$ 117,60
16	Caderneta de vacinação. Tamanho 12,5x27cm, papel branco off-set 240g, impressão 1x1, vincado, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	UN	1.000,00	R\$ 0,20	R\$ 200,00
18	Bloco Autorização farmácia. Tamanho 10x12cm, papel autocopiativo, 1ª via branca, 2ª via rosa, colado em blocos 50x2, impressão 1x0, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	40,00	R\$ 4,80	R\$ 192,00
19	Cartão de vacinação do adulto. Tamanho 7,3x28,5cm, papel branco off-set 180g, impressão 1x1, corte e vinco, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	UN	1.000,00	R\$ 0,17	R\$ 170,00
20	Ficha de visita controle da Febre amarela e Dengue. Tamanho 10x15, papel off-set 180g branco, impressão 1x0, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	UN	200,00	R\$ 0,70	R\$ 140,00
21	Cartão da família. Tamanho 8x11cm, papel branco off-set 180g, impressão 1x0, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	UN	1.000,00	R\$ 0,15	R\$ 150,00
25	Bloco declaração de vacina. Tamanho 10x21cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos 100x1, arte final inclusa.	BL	6,00	R\$ 20,00	R\$ 120,00

	Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará. - Marca: GRGRAF				
26	Bloco Declaração de vacina, Tétano, Hepatite B, Febre amarela e VTV. Tamanho 10x21cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos 100x1, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	6,00	R\$ 20,00	R\$ 120,00
27	Bloco Notificação de receita B (receita azul). Tamanho 9,3x21,2cm, papel autocopiativo, colado em blocos 50x2, as duas vias em papel azul, grampeado, numerado e picotado. Arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	250,00	R\$ 4,70	R\$ 1.175,00
28	Bloco Laudo médico, tratamento fora do domicílio. Tamanho 19,2x24,5cm, impressão 1x0, papel autocopiativo, 1ª via branca, 2ª via amarela, blocos 50x2, colado, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	100,00	R\$ 9,00	R\$ 900,00
30	Ficha de Assistência Médica. Tamanho 21,5x29cm, papel off-set 240g branco, impressão 1x1, acabamento com corte e vinco. Arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	UN	200,00	R\$ 0,70	R\$ 140,00
31	Bloco atendimento odontológico. Tamanho 14,5x19,5cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado, blocos 100x1. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	50,00	R\$ 4,30	R\$ 215,00
32	Bloco Receituário Controle Especial. Tamanho 15,5x20cm, papel autocopiativo, 1ª via branca, 2ª via amarela, bloco 50x2, colado, impressão 1x0, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	120,00	R\$ 5,50	R\$ 660,00
33	Bloco Receituário simples. Tamanho 14,5x20,8cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos 100x1, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	200,00	R\$ 3,00	R\$ 600,00
34	Bloco Palestra. Tamanho 15x20,5cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos 100x1, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	20,00	R\$ 8,70	R\$ 174,00
35	Bloco Requisição de compras. Tamanho 15x21cm, 50x2, 1ª via branca off-set 56g, 2ª via amarela super bond, impressão 1x0, colado, grampeado, picotado e numerado, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	100,00	R\$ 6,00	R\$ 600,00
36	Bloco Ficha de atendimento individual. Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 75g, impressão 1x1, colado em blocos com 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	50,00	R\$ 8,00	R\$ 400,00
37	Bloco Ficha de atividade coletiva. Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 75g, impressão 1x1, colado em blocos de 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	50,00	R\$ 8,00	R\$ 400,00
38	Bloco Ficha de visita domiciliar e territorial. Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos de 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	20,00	R\$ 9,40	R\$ 188,00
39	Bloco Ficha de procedimentos. Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 75g, impressão 1x1, colado em blocos de 100 folhas, arte final	BL	24,00	R\$ 10,00	R\$ 240,00

	inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAAF				
40	Bloco Cadastro individual. Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 75g, impressão 1x1, colado em blocos com 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAAF	BL	24,00	R\$ 10,00	R\$ 240,00
41	Bloco Boletim de produção ambulatorial - BPA-I. Tamanho 21x30cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos de 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAAF	BL	24,00	R\$ 8,60	R\$ 206,40
42	Bloco Registro diário do serviço antivetorial. Tamanho 21x30cm, papel off-set 75g, impressão 1x1, colado em blocos de 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAAF	BL	2,00	R\$ 50,00	R\$ 100,00
43	Bloco Programa de controle da dengue (Resumo semanal). Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 75g, impressão 1x0, colado em blocos de 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAAF	BL	2,00	R\$ 50,00	R\$ 100,00
44	Bloco cadastro de inclusão/alteração de localidade. Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 75g, impressão 1x0, colado em blocos de 100 folhas, arte final. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAAF	BL	2,00	R\$ 50,00	R\$ 100,00
45	Bloco Programa de controle da dengue (Boletim de reconhecimento geográfico) Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 75g, impressão 1x0, colado em blocos com 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAAF	BL	2,00	R\$ 50,00	R\$ 100,00
46	Bloco Controle de imóveis. Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 75g, impressão 1x0, colado em blocos de 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAAF	BL	2,00	R\$ 50,00	R\$ 100,00
47	Bloco PNCD (Vigilância entomológica). Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos com 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAAF	BL	2,00	R\$ 50,00	R\$ 100,00
48	Agenda de Viagem. Tamanho 29,7x17,8cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, acabamento com espiral, encadernado com 100 folhas, capa em triplex 250g na base, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAAF	UN	15,00	R\$ 53,00	R\$ 795,00
49	Bloco Pedido de tratamento fora domicílio. Tamanho 21x30cm, papel autocopiativo, 1ª via branca, 2ª via verde, impressão 1x1, colado em blocos 50x2, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAAF	BL	10,00	R\$ 23,00	R\$ 230,00
50	Bloco Laudo médico para solicitação de procedimentos BPA-I. Tamanho 21x30cm, papel autocopiativo, 1ª via branca, 2ª via amarela, impressão 1x0, colado em blocos 50x2, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAAF	BL	100,00	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
Total do Participante					R\$ 12.916,00
Total Geral					R\$ 17.012,00

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas demais alterações e lei 10.520/2002.



Mais informações Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC.

Grão-Pará/SC, 08 de junho de 2021.

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO N. 41-2021 - MATERIAIS GRÁFICOS

Publicação N° 3093857

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ CNPJ: 82.558.149/0001-55 RUA BARAO DO RIO BRANCO, 187 C.E.P.: 88890-000 - Grão Pará - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2021 - PR Processo Administrativo: 41/2021 Processo de Licitação: 41/2021 Data do Processo: 10/05/2021
	Folha: 1/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, HELIO ALBERTON JUNIOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 41/2021
b) Licitação Nr.: 11/2021-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 08/06/2021
e) Objeto da Licitação REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE GRÁFICA PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

INTERVAL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA - ME (8717)

13 Pasta Protocolo. Tamanho 33x54cm, papel cartolina 240g azul, impressão 1x0, vincada, dobrada, plastificada, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: INTERVAL	UN	1.000,00	0,0000	1,95	1.950,00
14 Envelope. Tamanho 11x15cm, papel branco em off-set 75g, impressão 1x0, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: INTERVAL	UN	500,00	0,0000	0,40	200,00
17 Bloco Autorização de abastecimento e manutenção. Tamanho 12,7x14,5cm, papel autocopiativo, 1ª via branca, 2ª via verde, colado em blocos 50x2, numerado, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: INTERVAL	BL	100,00	0,0000	7,98	798,00
22 Envelope. Tamanho 11x22cm, papel branco em off-set 75g, impressão 1x0, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: INTERVAL	UN	1.000,00	0,0000	0,32	320,00

Grão Pará, 8 de Junho de 2021.

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</p> <p>CNPJ: 82.558.149/0001-55 RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 187 C.E.P.: 88890-000 - Grão Pará - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2021 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 41/2021 Processo de Licitação: 41/2021 Data do Processo: 10/05/2021</p>
	Folha: 2/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

EXTERVAL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA - ME (8717)

23 Envelope. Tamanho 18x24cm, papel branco em off-set 75g, impressão 1x0, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: EXTERVAL	UN	500,00	0,0000	0,35	175,00
24 Envelope. Tamanho 25x35cm, papel branco em off-set 75g, impressão 1x0, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: EXTERVAL	UN	1.000,00	0,0000	0,40	400,00
29 Bloco Ficha de Combustível. Tamanho 21x15,5cm, impressão 1x1, papel off-set branco 180g, colado em blocos 50x1, arte final inclusa - Marca: EXTERVAL	BL	10,00	0,0000	25,30	253,00
Total do Fornecedor:					4.096,00

GRAFICA GRGRAF EIRELI (10551)

1 Adesivo vinil, branco fosco, impressão 1x0, tamanho 4x7, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	U	5.000,00	0,0000	0,16	800,00
2 Bloco agendamento dentista. Tamanho 7x6 cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos 100x1, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	100,00	0,0000	1,40	140,00
3 Bloco solicitação de exames laboratoriais. Tamanho 14,6x22,4cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos com 100 folhas, numerado e arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	50,00	0,0000	5,00	250,00
4 Bloco atestado médico. Tamanho 13x15cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, arte final inclusa, colado em blocos com 100 folhas. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	50,00	0,0000	4,10	205,00
5 Bloco atestado de comparecimento, tamanho 13x15cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, arte final inclusa, colado em blocos com 100 folhas. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	50,00	0,0000	4,00	200,00
6 Bloco agendamento psicóloga. Tamanho 7x9,5cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, arte final inclusa, colado em blocos 100x1. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	80,00	0,0000	2,50	200,00

Grão Pará, 8 de Junho de 2021.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ CNPJ: 82.558.149/0001-55 RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 187 C.E.P.: 88890-000 - Grão Pará - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2021 - PR <hr/> Processo Administrativo: 41/2021 Processo de Licitação: 41/2021 Data do Processo: 10/05/2021 <div>Folha: 3/7</div>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

GRAFICA GRGRAF EIRELI (10551)

7	Bloco consulta nutricionista. Tamanho 7x8,5cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, arte final inclusa, colado em blocos 100x1. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará. - Marca: GRGRAF	BL	50,00	0,0000	3,00	150,00
8	Bloco Dengue/Entomologia n.º de amostra. Tamanho 6,2x6,2cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos de 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	10,00	0,0000	9,80	98,00
9	Bloco Requisição de exames. Tamanho 13x18,5cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, arte final inclusa, colado em blocos com 100 folhas. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	50,00	0,0000	4,00	200,00
10	Bloco declaração de comparecimento. Tamanho 13x12,5cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, arte final inclusa, colado em blocos com 100 folhas. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	50,00	0,0000	4,00	200,00
11	Bloco Controle/Tratamento fora de domicílio. Tamanho 12x19cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, arte final inclusa, colado em blocos com 100 folhas. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	100,00	0,0000	3,00	300,00
12	Bloco Empenhos. Tamanho 15,5x12,3cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, arte final inclusa, colado em blocos com 100 folhas. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	50,00	0,0000	4,00	200,00
15	Declaração de coleta de exame Papanicolau. Tamanho 10x21cm, impressão 1x0, colado, blocos com 100 folhas, papel off-set 56g, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	6,00	0,0000	19,60	117,60
16	Caderneta de vacinação. Tamanho 12,5x27cm, papel branco off-set 240g, impressão 1x1, vincado, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará. - Marca: GRGRAF	UN	1.000,00	0,0000	0,20	200,00
18	Bloco Autorização farmácia. Tamanho 10x12cm, papel autocopiativo, 1ª via branca, 2ª via rosa, colado em blocos 50x2, impressão 1x0, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará. - Marca: GRGRAF	BL	40,00	0,0000	4,80	192,00

Grão Pará, 8 de Junho de 2021.

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</p> <p>CNPJ: 82.558.149/0001-55 RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 187 C.E.P.: 88890-000 - Grão Pará - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2021 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 41/2021 Processo de Licitação: 41/2021 Data do Processo: 10/05/2021</p>
	Folha: 4/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

GRAFICA GRGRAF EIRELI (10551)

19	Cartão de vacinação do adulto. Tamanho 7,3x28,5cm, papel branco off-set 180g, impressão 1x1, corte e vinco, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	UN	1.000,00	0,0000	0,17	170,00
20	Ficha de visita controle da Febre amarela e Dengue. Tamanho 10x15, papel off-set 180g branco, impressão 1x0, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	UN	200,00	0,0000	0,70	140,00
21	Cartão da família. Tamanho 8x11cm, papel branco off-set 180g, impressão 1x0, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	UN	1.000,00	0,0000	0,15	150,00
25	Bloco declaração de vacina. Tamanho 10x21cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos 100x1, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	6,00	0,0000	20,00	120,00
26	Bloco Declaração de vacina, Tétano, Hepatite B, Febre amarela e VTV. Tamanho 10x21cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos 100x1, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	6,00	0,0000	20,00	120,00
27	Bloco Notificação de receita B (receita azul). Tamanho 9,3x21,2cm, papel autocopiativo, colado em blocos 50x2, as duas vias em papel azul, grampeado, numerado e picotado. Arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	250,00	0,0000	4,70	1.175,00
28	Bloco Laudo médico, tratamento fora do domicílio. Tamanho 19,2x24,5cm, impressão 1x0, papel autocopiativo, 1ª via branca, 2ª via amarela, blocos 50x2, colado, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	100,00	0,0000	9,00	900,00
30	Ficha de Assistência Médica. Tamanho 21,5x29cm, papel off-set 240g branco, impressão 1x1, acabamento com corte e vinco. Arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	UN	200,00	0,0000	0,70	140,00
31	Bloco atendimento odontológico. Tamanho 14,5x19,5cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado, blocos 100x1. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	50,00	0,0000	4,30	215,00

Grão Pará, 8 de Junho de 2021.

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ</p> <p>CNPJ: 82.558.149/0001-55 RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 187 C.E.P.: 88890-000 - Grão Pará - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2021 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 41/2021 Processo de Licitação: 41/2021 Data do Processo: 10/05/2021</p>
	Folha: 5/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

GRAFICA GRGRAF EIRELI (10551)

32 Bloco Receituário Controle Especial. Tamanho 15,5x20cm, papel autocopiativo, 1ª via branca, 2ª via amarela, bloco 50x2, colado, impressão 1x0, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	120,00	0,0000	5,50	660,00
33 Bloco Receituário simples. Tamanho 14,5x20,8cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos 100x1, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	200,00	0,0000	3,00	600,00
34 Bloco Palestra. Tamanho 15x20,5cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos 100x1, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	20,00	0,0000	8,70	174,00
35 Bloco Requisição de compras. Tamanho 15x21cm, 50x2, 1ª via branca off-set 56g, 2ª via amarela super bond, impressão 1x0, colado, grampeado, picotado e numerado, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	100,00	0,0000	6,00	600,00
36 Bloco Ficha de atendimento individual. Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 75g, impressão 1x1, colado em blocos com 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	50,00	0,0000	8,00	400,00
37 Bloco Ficha de atividade coletiva. Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 75g, impressão 1x1, colado em blocos de 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	50,00	0,0000	8,00	400,00
38 Bloco Ficha de visita domiciliar e territorial. Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos de 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	20,00	0,0000	9,40	188,00
39 Bloco Ficha de procedimentos. Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 75g, impressão 1x1, colado em blocos de 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	24,00	0,0000	10,00	240,00
40 Bloco Cadastro individual. Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 75g, impressão 1x1, colado em blocos com 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	24,00	0,0000	10,00	240,00

Grão Pará, 8 de Junho de 2021.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

CNPJ: 82.558.149/0001-55
 RUA BARAO DO RIO BRANCO, 187
 C.E.P.: 88890-000 - Grão Pará - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 11/2021 - PR

Processo Administrativo: 41/2021
 Processo de Licitação: 41/2021
 Data do Processo: 10/05/2021

Folha: 6/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

GRAFICA GRGRAF EIRELI (10551)

41	Bloco Boletim de produção ambulatorial - BPA-I. Tamanho 21x30cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos de 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	24,00	0,0000	8,60	206,40
42	Bloco Registro diário do serviço antivetorial. Tamanho 21x30cm, papel off-set 75g, impressão 1x1, colado em blocos de 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	2,00	0,0000	50,00	100,00
43	Bloco Programa de controle da dengue (Resumo semanal). Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 75g, impressão 1x0, colado em blocos de 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	2,00	0,0000	50,00	100,00
44	Bloco cadastro de inclusão/alteração de localidade. Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 75g, impressão 1x0, colado em blocos de 100 folhas, arte final. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	2,00	0,0000	50,00	100,00
45	Bloco Programa de controle da dengue (Boletim de reconhecimento geográfico) Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 75g, impressão 1x0, colado em blocos com 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	2,00	0,0000	50,00	100,00
46	Bloco Controle de imóveis. Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 75g, impressão 1x0, colado em blocos de 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	2,00	0,0000	50,00	100,00
47	Bloco PNCD (Vigilância entomológica). Tamanho 21x29,7cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, colado em blocos com 100 folhas, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	2,00	0,0000	50,00	100,00
48	Agenda de Viagem. Tamanho 29,7x17,8cm, papel off-set 56g, impressão 1x0, acabamento com espiral, encadernado com 100 folhas, capa em triplex 250g na base, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	UN	15,00	0,0000	53,00	795,00

Grão Pará, 8 de Junho de 2021.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ**

CNPJ: 82.558.149/0001-55
RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 187
C.E.P.: 88890-000 - Grão Pará - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 11/2021 - PR**

Processo Administrativo: 41/2021
Processo de Licitação: 41/2021
Data do Processo: 10/05/2021

Folha: 7/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**GRAFICA GRGRAF EIRELI (10551)**

49	Bloco Pedido de tratamento fora domicílio. Tamanho 21x30cm, papel autocopiativo, 1ª via branca, 2ª via verde, impressão 1x1, colado em blocos 50x2, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	10,00	0,0000	23,00	230,00
50	Bloco Laudo médico para solicitação de procedimentos BPA-I. Tamanho 21x30cm, papel autocopiativo, 1ª via branca, 2ª via amarela, impressão 1x0, colado em blocos 50x2, arte final inclusa. Conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará - Marca: GRGRAF	BL	100,00	0,0000	10,00	1.000,00

Total do Fornecedor: 12.916,00**Total Geral: 17.012,00**

Grão Pará, 8 de Junho de 2021.

SAMAE - GRÃO PARÁ**PORTARIA 08/2021**

Publicação N° 3093166

GRÃO-PARÁ, SC, 11 DE JUNHO DE 2021.

PORTARIA N.º 08/2021.

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Grão-Pará, SC., no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Designar os senhores: Adriana Ghizoni Kafka, Gilson Muller Bratti, e Marcio Soetter Perin para sob a Presidência do primeiro, constituir a comissão de Licitação para abertura e julgamento das Licitações durante o exercício de 2021.

Esta Portaria entra em vigor a partir de 11/06/2021, revogando-se as disposições em contrário.

ENIO JOÃO ZANELATTO BAGIO

Diretor do SAMAE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N. 04-2021 MEDICAMENTOS-MAT.MÉDICO E MAT.ODONTO (REGISTRO DE PREÇOS)**

Publicação Nº 3095591

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A99EA06CD0F92849E905B5824A6158CEB01995D0

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

PROCESSO LICITATÓRIO N. 18/2021**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 04/2021**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Grão-Pará, sediada na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:00 h do dia 15/06/2021 às 18:00 h do dia 29/06/2021.

LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL: ATÉ AS 18:00 horas do dia 25/06/2021.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: às 14:00 horas do dia 30/06/2021.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

1. DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL MÉDICO E MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no **ANEXO I** deste edital.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Objetivando à abertura de maior concorrência entre interessados do ramo aquisição de EPIs e tencionando obter propostas de preços em todos os itens postos em licitação, inclusive, é que o Município abre o presente Edital para participação de licitantes interessados, nos termos da Cláusula 3.1 acima, eis que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, limitando a participação destas nas Linhas de valores globais de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não é, na atual conjuntura, vantajoso para a administração e pode representar prejuízo ao conjunto e ao complexo do objeto a ser contratado, nos termos do artigo 49, inciso III, da Lei Complementar n. 123/2006.

1.4. As empresas vencedoras dos itens : **7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17**, do Edital de Pregão Eletrônico 04/2021, terão o Prazo de 3 dias úteis, após o certame para apresentação das amostras dos produtos para a análise da equipe técnica na unidade Central de Saúde do Município de Grão-Pará, para emissão de parecer de aprovação, quanto a qualidade dos produtos ofertados, caso os produtos estiverem fora do estabelecido no Edital a empresa será desclassificada passando o item para a segunda colocada, que deverá também fornecer amostra para análise para parecer de aprovação da equipe técnica responsável, do FMS. Somente será adjudicada os itens deste Edital de Pregão Presencial 04/2021 do FMS, após emissão de parecer técnico, aprovando os produtos conforme o estabelecido no Edital

1.4.1. Após a amostragem será emitido um parecer técnico, referente aos produtos, caso os produtos não sejam de qualidade, o fornecedor será desclassificado, ficando o item para o próximo colocado que cumprir o estabelecido no Edital, com produtos de qualidade.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas pertinentes do objeto do presente Edital correrão por conta da dotação orçamentária vigente do exercício de 2021.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

3.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

3.4 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

3.5 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

3.6 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (ANEXO 04)

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil (ANEXO 04) e

c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. “A empresa participante do certame não deve ser identificada”. Decreto 5.450/05 art.24 Parágrafo 5º.

O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará à Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, anexo 04.

3.7 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 09 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;

k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

4.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 4.6 “a”, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

4.3 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

4.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO:

4.8 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

4.9 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.10 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.11 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.13 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.14 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.14.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.14.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.14.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.14.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.14.5 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.14.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.14 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.6.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.7.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1.** Valor unitário (com no máximo quatro casas decimais);
- 6.1.2.** Marca;
- 6.1.3.** Fabricante;
- 6.1.4.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6.** O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BLL, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.
- 6.7.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.7.1.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor *unitário do item*.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 1% (um por cento).

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o pregão e objeto licitado, quando o pregoeiro definir uma margem de lance para esse lote.

7.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 O Critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.28.1 no país;

7.28.2 por empresas brasileiras;

7.28.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.29 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.30 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1412/2021 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7 Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos do(s) Decreto(s) nº 7.816, de 28/09/2012.

8.8 O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.8.1 Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.11.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.12 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.4 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.4.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.5 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada no **ANEXO II**, para fins de habilitação:

9.6 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.7 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.9 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas.) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**12.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

15 DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 2(dois) dias úteis.

15.2. A ata de registro de preços será formalizada, com observância das disposições do Decreto Municipal nº 14/2021, e será subscrita pela autoridade que assinou/rubricou o edital.

15.3. A licitante que convocada para assinar a ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída.

15.4. Colhidas as assinaturas, o Órgão Gerenciador providenciará a imediata publicação da ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata o subitem anterior.

15.5. Este processo por se tratar de Pregão com Registro de Preço não está obrigado a consumir ou executar todas as quantidades mencionadas no ANEXO III do Edital, por se tratar de mera expectativa prevista de consumo/execução pelo Departamento solicitante, podendo ser superior ou inferior ao informado, conforme previsto no art. 3, inciso IV e art. 9, incisos II e III e art. 22, Parágrafos 3º e 4º do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

15.6. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participantes, conforme art. 22, parágrafo 3º do Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013.

15.7. O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da assinatura da respectiva Ata.

15.8. O cancelamento do registro de preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas no artigo 13 do Decreto Municipal nº 14/2021.

16 DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19 DO PAGAMENTO

As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 20.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 20.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 20.1.3 apresentar documentação falsa;
- 20.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 20.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.6 não manter a proposta;
- 20.1.7 cometer fraude fiscal;
- 20.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

20.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 20.4.1** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 20.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 20.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 20.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

- 20.10** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.11** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.12** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.13** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 20.14** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 21.1** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 21.2** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoes@graopara.sc.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Barão do rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, setor de Licitações.
- 21.3** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 21.4** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 21.5** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 21.6** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 21.7** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 21.7.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 21.8** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 22.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 22.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 22.4** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 22.5** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.6** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.7** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.8** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico WWW.BLL.ORG.BR, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.12.1 ANEXO I - Termo de Referência;

22.12.2 ANEXO II – Exigências para Habilitação;

22.12.3 ANEXO III – Modelo de proposta;

22.12.4 ANEXO IV – Termo de Adesão – BLL

22.12.5 ANEXO V – Custo pela utilização do sistema;

22.12.6 ANEXO VI – Declaração Inidoneidade

22.12.7 ANEXO VII – Declaração Habilitação

22.12.8 ANEXO VIII – Declaração menor de idade;

22.12.9 ANEXO IX – Declaração ME/EPP

22.12.10 ANEXO X – Declaração Responsabilidade

22.12.11 ANEXO XI – Declaração Vínculo

22.12.12 ANEXO XII – Ata de Registro de Preços

22.12.13 ANEXO XIII – Minuta do Contrato

Grão-Pará, 11 de junho de 2021.

**HELIO ALBERTON
JUNIOR:
05688591978**

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por HELIO ALBERTON
JUNIOR:05688591978
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla
v5, OU=82895970000167, OU=Presencial,
OU=Certificado PF A3, CN=HELIO ALBERTON
JUNIOR:05688591978
Razão: Prefeito Municipal
Data: 2021-06-11 16:38:22

ANEXO 01**OBJETO / JUSTIFICATIVA:**

O presente Pregão tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL MÉDICO E MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ**, conforme condições e especificações constantes no Edital e neste Termo de Referência.

Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descrito no site da BLL e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.

PREGÃO ELETRONICO Nº 04/2021 - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIDA	QTD.	VALOR MÁX. UNITÁRIO	VALOR MÁX. TOTAL
1	AMPICILINA 500MG, COMPRIMIDO OU CÁPSULA EM BLISTER.	UNIDADE	1.000	R\$ 0,40	R\$ 400,00
2	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 25MG, COMPRIMIDO OU CÁPSULA.	UNIDADE	4.000	R\$ 0,50	R\$ 2.000,00
3	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50MG, COMPRIMIDO OU CÁPSULA.	UNIDADE	4.000	R\$ 0,80	R\$ 3.200,00
4	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50MG, COMPRIMIDO OU CÁPSULA EM BLISTER.	UNIDADE	70.000	R\$ 0,26	R\$ 18.200,00
5	DOXICICLINA 100MG, COMPRIMIDO OU CÁPSULA EM BLISTER.	UNIDADE	1.000	R\$ 0,29	R\$ 290,00
6	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 400MG + 80MG, COMPRIMIDO OU CÁPSULA EM BLISTER.	UNIDADE	3.000	R\$ 0,23	R\$ 690,00
7	ABAIXADOR DE LINGUA - ABAIXADOR DE LÍNGUA DESCRIÇÃO TÉCNICA: ESPÁTULA DE MADEIRA DESCARTÁVEL, FORMATO CONVENCIONAL COM EXTREMIDADES ARREDONDADAS, PRAZO DE VALIDADE E ATENDER A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA VIGENTE E PERTINENTE AO PRODUTO. PACOTE COM 100 UNIDADES. REG. ANVISA.	PACOTE	50	R\$ 6,25	R\$ 312,50

8	CATETER VENOSO PERIFERICO DE SEGURANÇA Nº 14 (C/50 UNI.) DESCRIÇÃO TÉCNICA: CATETER PERIFÉRICO DO TIPO POR-FORA-DA-AGULHA, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA C/ BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL VIALON; PROTETOR DO CONJUNTO AGULHA /CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO NA COR CINZA E COM RANHURAS PARA FIXAÇÃO; CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL; TAMPA/FILTRO DA CÂMARA DE REFLUXO DO TIPO "BIO-SELETIVO"; INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM BLISTER ESTÉRIL E REEMBALADO EM CAIXA COM 50 PEÇAS. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE. COM REGISTRO NA ANVISA	CAIXA	5	R\$ 113,00	R\$ 565,00
9	CATETER VENOSO PERIFERICO DE SEGURANÇA Nº 16 (C/50 UNI.) DESCRIÇÃO TÉCNICA: CATETER PERIFÉRICO DO TIPO POR-FORA-DA-AGULHA, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA C/ BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL VIALON; PROTETOR DO CONJUNTO AGULHA /CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO NA COR CINZA E COM RANHURAS PARA FIXAÇÃO; CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL; TAMPA/FILTRO DA CÂMARA DE REFLUXO DO TIPO "BIO-SELETIVO"; INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM BLISTER ESTÉRIL E REEMBALADO EM CAIXA COM 50 PEÇAS. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE. COM REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA	5	R\$ 117,00	R\$ 585,00

10	CATETER VENOSO PERIFERICO DE SEGURANÇA Nº 18 (C/50 UNI.) DESCRIÇÃO TÉCNICA: CATETER PERIFÉRICO DO TIPO POR-FORA-DA-AGULHA, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA C/ BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL VIALON; PROTETOR DO CONJUNTO AGULHA /CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO NA COR CINZA E COM RANHURAS PARA FIXAÇÃO; CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL; TAMPA/FILTRO DA CÂMARA DE REFLUXO DO TIPO "BIO-SELETIVO"; INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM BLISTER ESTÉRIL E REEMBALADO EM CAIXA COM 50 PEÇAS. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE. COM REGISTRO NA ANVISA	CAIXA	5	R\$ 103,00	R\$ 515,00
11	CATETER VENOSO PERIFERICO DE SEGURANÇA Nº 24 (C/50 UNI.) DESCRIÇÃO TÉCNICA: CATETER PERIFÉRICO DO TIPO POR-FORA-DA-AGULHA, CONSTITUÍDO POR: AGULHA SILICONIZADA C/ BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO CATETER (OU CÂNULA) EM BIOMATERIAL VIALON; PROTETOR DO CONJUNTO AGULHA /CATETER; CONECTOR LUER-LOK, TRANSLÚCIDO NA COR CINZA E COM RANHURAS PARA FIXAÇÃO; CÂMARA DE REFLUXO EM CRISTAL; TAMPA/FILTRO DA CÂMARA DE REFLUXO DO TIPO "BIO-SELETIVO"; INDICADO NA TERAPIA INTRAVENOSA PERIFÉRICA PARA INFUSÕES DE MÉDIA DURAÇÃO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM BLISTER ESTÉRIL E REEMBALADO EM CAIXA COM 50 PEÇAS. EMBALAGEM CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO LOTE. COM REGISTRO NA ANVISA.	CAIXA	5	R\$ 190,00	R\$ 950,00
12	DEXAMETASONA CREME 0,1% (BISNAGA C/ 10G) CAIXA COM 100 UNIDADES.	CAIXA	2	R\$ 212,80	R\$ 425,60
13	ELETRODO DESCARTAVEL PARA ELETROCARDIOGRAMA ADULTO, CAIXA COM 50 UNIDADES.	CAIXA	300	R\$ 26,20	R\$ 7.860,00
14	FITA CIRURGICA HIPOALERGICA MICROPOROSA 10CM/10M, COR BEGE. CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA	2	R\$ 185,00	R\$ 370,00
15	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL TRIPLA CAMADA COM FILTRO, COM CLIPE NASAL AJUSTÁVEL E FIXADA POR ELÁSTICO ROLIÇO, 100% POLIPROPILENO (NÃO TECIDO), SOLDADA ELETRONICAMENTE POR ULTRASSOM, NÃO ESTÉRIL, HIPOALERGÊNICA, TRÊS PREGAS HORIZONTAIS, EFICIÊNCIA DE FILTRAGEM BACTERIOLÓGICA (EFB): > 98%	UNIDADE	20000	R\$ 0,47	R\$ 9.400,00
16	SERINGA P VACINA BCG 0,05ML, COM AGULHA. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	60	R\$ 53,20	R\$ 3.192,00

17	SORO GLICOSADO (C/ 500ML)- SISTEMA FECHADO SORO GLICOSADO - SOLUÇÃO GLICOSADA A 5% 500 ML TIPO BOLSA DESCRIÇÃO TÉCNICA: SORO GLICOSADO A 5%, INJETÁVEL, ESTÉRIL E SEM CONSERVANTES. ACONDICIONADO EM FRASCOS PLÁSTICOS TRANSPARENTES, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE. REGISTRO NA ANVISA.CAIXA COM 20 UNIDADES	CAIXA	7	R\$ 161,00	R\$ 1.127,00
18	ADESIVO PARA DENTINA E ESMALTE 2 EM 1 COM TAMPA "FLIP & FLOP". CARGA NANOPARTICULADA E SOLVENTE DE ÁGUA E ALCOOL (10% EM PESO DE CARGA)	UNIDADE	5	R\$ 345,00	R\$ 1.725,00
19	BICARBONATO DE SODIO EM PÓ. PACOTE COM 15 SACHES DE 40G.	PACOTE	5	R\$ 28,00	R\$ 140,00
20	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO DOURADA PARA ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA	KIT	5	R\$ 58,80	R\$ 294,00
21	BRUNIDOR N 29 OITAVADO SIMPLES	UNIDADE	5	R\$ 18,85	R\$ 94,25
22	CIMENTO DE FOSFATO DE ZINCO – PÓ E LIQUIDO	KIT	2	R\$ 26,60	R\$ 53,20
23	CIMENTO DE HIDROXIDO DE CALCIO	CAIXA	6	R\$ 26,90	R\$ 161,40
24	CONDENSADOR WARD N 03	UNIDADE	5	R\$ 11,85	R\$ 59,25
25	CONDENSADOR HOLLEMBACK N 06	UNIDADE	5	R\$ 11,85	R\$ 59,25
26	CUBA DE UTRASOM PARA LAVAGEM DE INSTRUMENTOS / CAPACIDADE DE 2 LITROS	UNIDADE	1	R\$ 931,00	R\$ 931,00
27	CURETA DE DENTINA N 05	UNIDADE	10	R\$ 15,15	R\$ 151,50
28	DESTILADOR DE AGUA COM RESERVATORIO DE 4 LITROS	UNIDADE	2	R\$ 1.280,00	R\$ 2.560,00
29	DISCO DE LIXA PARA CONTRA ÂNGULO. COSTADO EM POLIESTER, COM CENTRO METALICO, PARA ACABAMENTO E FINALIZAÇÃO DE RESINA COMPOSTA. CAIXA COM 60 UNIDADES.	CAIXA	5	R\$ 132,50	R\$ 662,50
30	ENXAGUANTE BUCAL PLAX SOFT SEM ALCOOL 2 LITROS, FRASCO COM PUMP	UNIDADE	10	R\$ 42,70	R\$ 427,00
31	FIO RETRATOR FINO (N 0)	UNIDADE	4	R\$ 19,45	R\$ 77,80
32	HEMOSPON (ESPONJA HEMOSTATICA)	CAIXA	2	R\$ 47,90	R\$ 95,80
33	MACRO MODELO ARTICULADO DA ARCADA DENTÁRIA (DENTES PERMANENTES) COM MACRO ESCOVA	UNIDADE	2	R\$ 234,00	R\$ 468,00
34	PORTA AGULHA MAYO HEGAR	UNIDADE	5	R\$ 177,00	R\$ 885,00
35	DESCOLADOR DE MOLT 9	UNIDADE	10	R\$ 67,34	R\$ 673,40
36	TESOURA IRIS RETA	UNIDADE	10	R\$ 21,45	R\$ 214,50
37	TESOURA GOLDMAN FOX RETA	UNIDADE	10	R\$ 41,10	R\$ 411,00
38	SELADORA MANUAL PARA GRAU CIRURGICO	UNIDADE	2	R\$ 454,00	R\$ 908,00
39	CARTELA PARA RADIOGRAFIA COM FURO PARA 1 PELÍCULA - ADULTO. CAIXA COM 100.	CAIXA	8	R\$ 5,95	R\$ 47,60
TOTAL MÁXIMO GERAL				R\$ 61.181,55	

As mercadorias deverão ser entregues somente no local indicado na ORDEM DE FORNECIMENTO e obrigatoriamente acompanhada da cópia da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento e Declaração de responsabilidade (modelo anexo 10).

Entende-se por recebimento o descarregamento e acomodação dos produtos no local acima indicado;

- a) O produto cotado deverá obedecer às normas padrões da ABNT ou ANVISA, ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor;
- b) Caso fiquem constatadas irregularidades em relação ao objeto, ou mesmo não se enquadrar nas exigências mínimas, resultará na não aceitação do objeto e imediata rescisão do contrato.
- c) O não cumprimento da obrigação, ocorrerá em penalidade, nos termos da Lei 8.666/93, Lei Municipal 8.393/2005 e Decreto 1.990/2008.
- d) As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e nos casos em que se encontram presentes os requisitos do Artigo 55 da Lei 8.666/93, há substituição do instrumento do contrato, na forma do artigo 62 da mesma Lei já mencionada.

Prazo para Entrega

Após a homologação do resultado, será a vencedora notificada e convocada, através da devida nota de empenho, para, no prazo de até 07(sete) dias, entregar o objeto desta licitação, nas quantidades e locais indicados.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As contratadas ficarão obrigadas a:

- a) entregar, na Secretaria da Saúde e Saneamento da Prefeitura Municipal de Grão-Pará/SC, **DENTRO DE, NO MÁXIMO, 07 (SETE) DIAS**, os produtos com as especificações e marcas estipuladas contratualmente, após homologação e adjudicação da licitação e após a assinatura dos Contratos ou ATA;
- b) emitir notas fiscais dos produtos a serem entregues;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos referentes aos produtos a serem adquiridos e verificar se os mesmos encontram-se em conformidade com as especificações técnicas estipuladas contratualmente

DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Contratação de Empresa(s) para fornecimento parcelado de medicamentos, material médico-hospitalar e material odontológico deve-se à necessidade de abastecimento do estoque dos produtos para atendimento básico na unidade Sanitária da Secretaria de saúde e saneamento da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, para suprir as demandas com a finalidade de promover um atendimento de qualidade aos Municípios.

ANEXO 02**PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA N° 04/2021****1. HABILITAÇÃO****1.1 EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO**

A empresa vencedora do Pregão deverá apresentar, imediatamente após o encerramento da disputa, os seguintes documentos comprobatórios de habilitação, sendo que tais documentos deverão ser **encaminhados pelo e-mail: licitacoes@graopara.sc.gov.br**, com posterior encaminhamento do original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por cópia não autenticada, mediante a exibição dos originais para conferência por parte do Pregoeiro ou através de exemplares publicados em órgão da Imprensa Oficial e com validade na data de realização da licitação, para a Prefeitura Municipal de Grão-Pará, na Rua Barão do Rio Branco, n.187, Centro, Grão-Pará/SC, CEP: 88890-000, aos cuidados da Comissão de Licitação, observando o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da data da realização do pregão.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**1.2.1 Habilitação Jurídica**

- a) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

1.2.2. Regularidade Fiscal

- a) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- d) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- e) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS;
- f) **Alvará de Localização;**
- g) **Alvará Sanitário válido na data da licitação;**
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

1.2.2.2. Declaração, assinada por representante legal da proponente, de que:

- a) Não foi declarada **inidônea** para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal, conforme modelo do anexo 6;
- b) Não há **superveniência** de fato impeditivo para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo do Anexo 7;

c) **A empresa atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (Lei 9.854 de 27/10/99), conforme modelo do Anexo 8;**

d) **Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal – Art. 9º inciso III da Lei 8.666/93 e Art. 8º, do Decreto Municipal nº 6615, conforme Anexo 11.**

1.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) **Certidão negativa falência e concordata** (emitida no e-Saj e acompanhada da certidão emitida no e-Proc);

1.2.4. Qualificação do produto e licitante

a) O licitante deverá apresentar, AFE - **Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA** - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. O licitante que deixar de apresentar AFE, será inabilitado. Observação: Serão aceitos Protocolos de Renovação Junto à ANVISA.

1.3. Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais, não sendo aceito qualquer documento em papel termo sensível (Fac-símile). As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

1.4. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

1.5. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

1.6. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

1.7. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

1.8. **Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.**

1.9. **A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.**

ANEXO 03**PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA N° 04/2021****MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)**

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica n° 04/2021 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:	CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE e CARGO:	CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:
ENDEREÇO e TELEFONE:	AGÊNCIA e N° DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia deverá ser da seguinte forma: Para todos os **Itens** de no mínimo, **12 (doze) meses** a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA.**

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.

ANEXO 04

**TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA
BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL**

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Telefone Celular:	
Whatsapp:	
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
E-mail para informativo de edital	
ME/EPP: () SIM () Não	

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de pregão Eletrônico da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- i. Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.I
- v. Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

4. O Licitante autoriza a BLL – Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

5. O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.

O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Local e data: _____

**(Assinaturas autorizadas com
firma reconhecida em cartório)**

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).

ANEXO 4.1

**ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA
BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL
INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA**

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	Whatsapp	

O Licitante reconhece que:

- i. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- ii. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- iii. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;

- iv. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

ANEXO 05**CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA****– SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR**

Editais publicados pelo sistema de aquisição:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

Editais publicados pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil. A corretagem será pactuada entre os o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.

DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).

ANEXO 06**PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2021****DECLARAÇÃO**

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF N° _____, sediada.

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 04/2021 instaurada pela Prefeitura Municipal de Grão-Pará, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO 07**PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2021****DECLARAÇÃO**

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF N° _____, sediada

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO 08**PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2021****DECLARAÇÃO**

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF N° _____, sediada

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

- 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

ANEXO 09**PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2021****DECLARAÇÃO**

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
(Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa), CNPJ / MF n°, sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante

ANEXO 10**PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2021****DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão Eletrônico n.04/2021 da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, que a empresa.....tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:

ANEXO 11**PREGÃO ELETRÔNICO N° 04/2021****DECLARAÇÃO**

(Razão Social) _____

CNPJ/MF N° _____

Sediada _____

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Eletrônico nº04/2021, instaurada pelo Município de **Grão-Pará** não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Data _____

Local _____

Nome do declarante _____

RG _____

CPF _____

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO 12**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

Aos 00 () dias do mês de _____ do ano de 2021, o Município de Grão-Pará, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designada pelo Decreto Municipal nº 18/2021 de 12 de Janeiro de 2021., lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Pregão Eletrônico n. 04/2021 – Processo Licitatório n. 18/2021, que objetiva **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL MÉDICO E MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ**, observados as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação supracitada, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz das regras insertas no Decreto nº 14, de 12/06/2021.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL MÉDICO E MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o Município de Grão-Pará não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo **assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.**

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitada no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93, no Decreto nº 7.892/13, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico n. 04/2021 – Processo Licitatório n. 18/2021.

Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico n. 04/2021 – Processo Licitatório n. 18/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago é o constante da proposta apresentada, no Pregão Eletrônico n. 04/2021 – Processo Licitatório n. 18/2021, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLÁUSULA V – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

Os produtos deste edital devem ser entregues conforme ordem de fornecimento no prazo máximo de 07 (sete) dias.

Caso não seja entregue o objeto do certame no prazo estipulado; a empresa licitante será multada em R\$500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso e mais as penalidades cabíveis na lei de licitação, contrato e demais disposições deste Edital.

CLÁUSULA VI – DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 dias após a entrega do objeto da presente licitação ou conforme disponibilidade financeira. Para se efetivar o pagamento, a CONTRATADA, deverá apresentar na Secretaria da Administração, a nota fiscal/fatura devidamente atestada por servidor encarregado da fiscalização da entrega dos produtos.

CLÁUSULA VII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento da ordem de fornecimento pelo fornecedor

O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento.

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

Constatada a inveracidade de quaisquer informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

- Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória.
- Cancelamento do registro na Ata.
- Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos.
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuário, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:
 - Advertência
 - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, após decorridos cinco dias, a contar da data do inadimplimento.
 - Multa de mora sobre o valor total do pedido, de 0,33% por dia de inadimplência, no caso de inexecução total.
 - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 5 (cinco) anos.
 - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

CLÁUSULA IX – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Considerando o prazo de validade estabelecido na Cláusula II da presente Ata, e em atendimento ao § 1º, art. 28 da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação, é vedado quaisquer reajustamentos de preços. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis a espécie.

CLÁUSULA X – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Os produtos objeto desta Ata de Registro de Preços serão recebidos pelo requisitante consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito: Pela Administração, quando:
a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
b) a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

- c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- g) a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 17 do edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso do recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;
- h) no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 1 (um) dia da publicação;

Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

- a) a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceite as razões do pedido.

CLÁUSULA XII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo responsável relativo a pasta solicitante. A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela CONTRATANTE, diante do que dispõe o art. 109, inciso I, da Constituição Federal. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

Grão-Pará/SC, ____ de _____ de 2021.

JOSIANE KÜLKAMP MEURER	PREGOEIRA	
DOUGLAS BIANCO BÖGER	EQUIPE DE APOIO	
ABNER ULISSES MAZZARO	EQUIPE DE APOIO	
MARILETI BADZIACK PERIN	EQUIPE DE APOIO	

NOME DO PARTICIPANTE	EMPRESA E CNPJ	ASSINATURA

ANEXO 13

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO N° XX/2021

(XX DE XXXXXX DE 2021)

Pelo presente instrumento de Contrato de Prestação de serviços, Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2021-PE, Processo Licitatório nº 17/2021, nos termos do art. 24 Inc. II da Lei 8.666/93, regido em todos os seus termos pela Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações posteriores Contrato, que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ**, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ/ MF sob n. 02.073.207/0001-11, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **HELIO ALBERTON JUNIOR**, e a empresa -----, empresa estabelecida na Rua -----, N.-----, (BAIRRO), -----/-----, CEP -----, inscrita no CNPJ/MF sob n. -----, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada por seu administrador, Sr. -----, (nacionalidade), inscrita no CNPJ n. -----, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL MÉDICO E MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ**, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 18/2021 - Edital de Pregão Eletrônico n. 04/2021-PE, de 11 de junho de 2021, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará, no valor total de **R\$ -----** (-----).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os produtos serão fornecidos, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em ----- de ----- de 2021 e o seu vencimento será em ----- de ----- de -----.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos materiais licitados.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos materiais, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os materiais fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 07 (sete) dias.

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

----- Aplicações Diretas (Código reduzido: xx).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 18/2021 - Edital de Pregão Eletrônico n. 04/2021-PE, de 11 de junho de 2021, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não manter a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará/ SC, ----- de ----- de 2021.

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ

HELIO ALBERTON JUNIOR

Prefeito Municipal

(RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA)

**(NOME DO REPRESENTANTE DA
CONTRATADA)**

Função do Representante da Contratada

TESTEMUNHAS

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

NOTA ANULAÇÃO PROCESSO N. 18-2021 - TESTES COVID-19

Publicação Nº 3095594

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F714D649B2509F70279B28894F0F40B2A653A1F6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARACNPJ: 02.073.207/0001-11
RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 187
C.E.P.: 88890-000 - Grão Pará - SC**PREGÃO ELETRÔNICO**
Nr.: 3/2021 - PEProcesso Administrativo: 17/2021
Processo de Licitação: 17/2021
Data do Processo: 24/05/2021**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TESTES DE COVID-19 PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ.**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 4 / 2021****Motivo:** TODOS OS PARTICIPANTES FORAM INABILITADOS.

Grão Pará, 11 de Junho de 2021

HELIO
ALBERTON
JUNIOR:
05688591978Assinado digitalmente por HELIO
ALBERTON JUNIOR:05688591978
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
SOLUTI Multipla v5,
OU=82895970000167, OU=Presencial,
OU=Certificado PF A3, CN=HELIO
ALBERTON JUNIOR:05688591978
Razão: Prefeito Municipal
Data: 2021-06-11 17:04:19

Guabiruba

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2021

Publicação Nº 3093830

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2021
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2021
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE LAJOTA, MEIA LAJOTA E BLOCOS DE CONCRETO
 DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 11/06/2021
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2021
 DATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 11/06/2021
 VIGÊNCIA: 12 MESES
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUABIRUBA
 CONTRATADAS CONFORME TABELA ABAIXO:

ITEM	FORNECEDOR	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
001	DILUCCA COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	BLOCO DE CONCRETO 20 X 20 X 40CM - APRESENTAR ART DE FORNECIMENTO. ATENDER A NBR 7173	UNID	10.000	3,80	38.000,00
002	DILUCCA COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	BLOCO DE CONCRETO 40 X 10 X 20CM - APRESENTAR ART DE FORNECIMENTO. ATENDER A NBR 7173	UNID	6.000	2,60	15.600,00
003	DILUCCA COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	BLOCO DE CONCRETO 40 X 15 X 20CM - APRESENTAR ART DE FORNECIMENTO. ATENDER A NBR 7173.	UNID	10.000	3,60	36.000,00
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR - DILUCCA COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA						89.600,00
004	ASTER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	LAJOTA SEXTAVADA DE CONCRETO 25 X 25 X 08CM - RESISTÊNCIA MÍNIMA A COMPRESSÃO DE 35 MPA CONFORME NBR 9780/87. TOLERÂNCIA MÁXIMA DA ESPESSURA +- 5MM. NÃO SERÃO TOLERADAS PEÇAS DISFORMES E DE BAIXO ACABAMENTO SUPERFICIAL, OU QUE APRESENTAREM BICHEIRAS E TRINCAS.	M2	50.000	37,90	1.895.000,00
005	ASTER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	MEIA LAJOTA DE CONCRETO 25 X 25 X 8CM - RESISTÊNCIA MÍNIMA A COMPRESSÃO DE 35 MPA CONFORME NBR 9780/87. CASO SEJA NECESSÁRIO OU EXIGIDO, DEVERÁ SER APRESENTADO UM ENSAIO A CADA 1000M² FORNECIDOS. TOLERÂNCIA MÁXIMA DA ESPESSURA +- 5MM. NÃO SERÃO TOLERADAS PEÇAS DISFORMES E DE BAIXO ACABAMENTO SUPERFICIAL, OU QUE APRESENTAREM BICHEIRAS E TRINCAS.	M2	5.000	43,60	218.000,00
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR - ASTER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME						2.113.000,00
VALOR TOTAL GERAL						2.202.600,00

VALMIR ZIRKE
 Prefeito

CONVÊNIO N.002/2021

Publicação Nº 3092420

CONVÊNIO N.002/2021

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GUABIRUBA E VIACREDI, VISANDO A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO SOB CONSIGNAÇÃO.

Ao dia vinte do mês de abril do ano de 2021, por este instrumento, o MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, com endereço na Rua Brusque, nº 344, Centro, Município de Guabiruba/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.368/0001-98, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VALMIR ZIRKE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 584.741.619-91, residente e domiciliado no Município de Guabiruba/SC, doravante designado CONVENIENTE, e VIACREDI, sociedade cooperativa de crédito, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.639.451/0001-38, com sede na rua Hermann Hering nº 1125, Bairro Bom Retiro, CEP 89.010-971, na cidade de Blumenau/SC, neste ato representado por seu representante legal, Sr. José Bonifácio Rodrigues de Sousa Junior, inscrito no CPF nº 649.701.247-87, e portador do RG nº 10042574-3, e Adelino Sasse, inscrito no CPF nº 557.812.419-49, e portador do RG nº 580913, doravante denominada CONVENIADA(O), resolvem celebrar o presente CONVÊNIO, sujeitando-se aos termos da Lei Municipal n. 810, de 28 de junho de 2002, com as alterações das leis municipais 870/04 e 1.502/15 e demais normas pertinentes, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES DE NOMENCLATURA:



- a) Conveniada – A instituição consignatária autorizada a conceder empréstimo com desconto em folha de pagamento – Crédito Pessoal Consignado – aos servidores da CONVENIENTE.
- b) Conveniente – Município de Guabiruba – SC, que por meio deste termo estabelece condições de oferecer Crédito Pessoal Consignado aos seus servidores, desde que, associados da CONVENIADA.
- c) Crédito Pessoal Consignado – É a modalidade de empréstimo pessoal, com desconto consignado em folha de pagamento oferecida pela CONVENIADA, autorizado pelo TOMADOR e disponível para servidores da CONVENIENTE, nos termos do presente termo.
- d) Margem consignável – É o percentual (%) ou o valor expresso em reais (limite máximo) da prestação mensal que o TOMADOR do empréstimo pode assumir junto à CONVENIADA, ou seja, é a parcela da renda do TOMADOR que pode ser comprometida com descontos mensais em folha de pagamento.
- e) Margem disponível – Parcela da MARGEM CONSIGNÁVEL que ainda não foi comprometida com descontos consignados, passível de novas consignações.
- f) Redução de margem – É a diminuição da MARGEM DISPONÍVEL do TOMADOR em razão de determinadas consignações compulsórias e facultativas, determinadas em lei, que têm preferência em relação aos descontos das prestações de empréstimo consignado.
- g) Proponente – Servidor público efetivos e comissionados – para operações de crédito destes servidores será necessário reforço de garantia fidejussória (avalista) e não poderá exceder o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, observado o período final do mandato eletivo do atual prefeito –, regidos pelo regime Jurídico do Servidor Público, que pretende contrair Crédito Pessoal Consignado junto à CONVENIADA, preenchendo a respectiva documentação e as condições do empréstimo.
- h) Tomador – PROPONENTE aprovado, que emite Cédula de Crédito Bancária em favor da CONVENIADA, responsável pelo pagamento das parcelas que serão descontadas em sua folha de pagamento, que ao anuir às condições comerciais e assinar os instrumentos próprios da CONVENIADA, obriga-se a cumpri-los e respeitá-los.
- i) Registro da consignação (averação) – É o registro junto à STTÓRICO SISTEMAS LTDA (INFOCONSIG), a qual será enviado pela área de recursos humanos da CONVENIENTE que informará a existência de MARGEM CONSIGNÁVEL da PROPONENTE via sistema.
- j) Relatório "Envio Consignado_Cobrança" – Relatório gerado pelo Sistema da STTÓRICO SISTEMAS LTDA (INFOCONSIG), o qual deverá ser a partir do 20 (vinte) de cada mês.
- k) Relatório "Retorno Consignado_Cobrança" – Relatório gerado pelo Sistema da STTÓRICO SISTEMAS LTDA (INFOCONSIG), contendo os valores das parcelas que "foram" e das que "não foram" descontadas na folha de pagamento dos TOMADORES. A CONVENIENTE deverá enviar este relatório de retorno à STTÓRICO SISTEMAS LTDA (INFOCONSIG) até o dia 09 (nove) de cada mês, validando as consignações efetuadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

Constitui objeto do presente convênio, operações de Crédito Pessoal Consignado aos servidores públicos da CONVENIENTE conforme legislação vigente, desde que associados da CONVENIADA, que atendam aos requisitos exigidos internamente pela Instituição Financeira para a realização de operações de crédito.

Parágrafo Primeiro: A CONVENIADA, de acordo com a sua política de crédito, poderá conceder empréstimos a cada PROPONENTE que atender as condições operacionais, com base nas MARGENS CONSIGNÁVEIS e MARGENS DISPONÍVEIS informadas pela CONVENIENTE, cabendo unicamente a CONVENIADA a fixação e alteração deste limite, assim como a definição das taxas de juros a serem cobradas nas operações contratadas.

Parágrafo Segundo: O TOMADOR do Crédito Pessoal Consignado deverá autorizar expressamente a CONVENIENTE, de forma irrevogável e irretratável, o desconto incidente sobre sua remuneração para pagamento das parcelas do empréstimo contratado, por meio de consignação em folha de pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

- a) Prestar informações à empresa STTÓRICO SISTEMAS LTDA (INFOCONSIG), que por sua vez repassará à CONVENIADA, sobre o(s) PROPONENTE(S) do Crédito Pessoal Consignado, inclusive com a indicação da MARGEM CONSIGNÁVEL e da MARGEM DISPONÍVEL, nos limites autorizados em lei, respondendo pela exatidão dos dados.
- b) A CONVENIENTE fornecerá aos seus servidores um cartão Servfácil da empresa STTÓRICO SISTEMAS LTDA (INFOCONSIG), onde o servidor terá o acesso ao sistema e nele estará contida as informações necessárias da composição dos valores disponíveis da Margem Consignável através da chave de segurança e senha do servidor.
- c) A CONVENIENTE informará a empresa STTÓRICO SISTEMAS LTDA (INFOCONSIG), o motivo de não consignação de parcelas devidas.
- d) A CONVENIENTE informará a empresa STTÓRICO SISTEMAS LTDA (INFOCONSIG), as ocorrências de REDUÇÃO DE MARGEM para que este tome as providências em tempo hábil.
- e) Informar aos TOMADORES no demonstrativo de seus rendimentos, de forma discriminada, o valor da prestação mensal descontada, decorrente das amortizações do Crédito Pessoal Consignado contratado com a CONVENIADA.
- f) Encaminhar à STTÓRICO SISTEMAS LTDA (INFOCONSIG), até o dia 09 (nove) de cada mês, o RELATÓRIO RETORNO CONSIGNADO_COBRANÇA, com as informações analíticas das parcelas descontadas. O total das prestações consignadas no mês deverá ser idêntico ao total dos recursos financeiros enviados à CONVENIADA por meio de transferência eletrônica.
- g) Quando solicitado pela CONVENIADA, reincluir as parcelas na folha de pagamento quando da ocorrência de REDUÇÃO DE MARGEM.
- h) Informar à CONVENIADA, nos prazos da Cláusula Sexta do presente termo, os casos de extinção do vínculo com o município, falecimento e/ou afastamento por licença médica dos TOMADORES, deverão ser comunicados através do sistema STTÓRICO SISTEMAS LTDA (INFOCONSIG).
- i) Manter o sigilo e a confidencialidade das informações e dados da CONVENIADA, que tenha acesso por força deste instrumento, assim como as condições deste termo, não podendo divulgá-las a terceiros, salvo por determinação de autoridade competente, tornando-se responsável pelo seu uso indevido e pelos atos praticados por seus prepostos.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

Será responsabilidade da CONVENIADA:

- a) Analisar e aprovar empréstimo (s) solicitado (s) pelo(s) PROPONENTE(S) com base nos dados fornecidos pela CONVENIENTE.
- b) Recepcionar o arquivo "RELATÓRIO RETORNO CONSIGNADO" realizar a conferência dos valores constantes no relatório com os valores recebidos da CONSIGNANTE e efetuar quitação das respectivas parcelas.

- c) Informar a STTÓRICO SISTEMAS LTDA (INFOCONSIG) quando ocorrer divergência de informação dos valores depositados em relação aos arquivos enviados e recebidos.
- d) Efetuar a gestão do contrato do seguro prestamista do TOMADOR junto à Seguradora quando este for contratado e aceito pelo TOMADOR.
- e) Informar a CONVENIENTE/ STTÓRICO SISTEMAS LTDA (INFOCONSIG) sobre a liquidação antecipada dos empréstimos para baixas dos valores consignados na folha dos TOMADORES.
- f) Efetuar a cobrança ordinária das prestações mensais de acordo com o cronograma de vencimento fixado com a CONVENIENTE, inclusive, comunicando- a e/ou notificando-a formalmente sobre eventuais atrasos de envio à CONVENIADA de informações e/ou recursos financeiros.
- g) Efetuar a cobrança, diretamente ao TOMADOR, das prestações não descontadas na folha de pagamento por insuficiência de margem ou por seu desligamento da CONVENIENTE.
- h) Efetuar a restituição à CONVENIENTE do (s) valor (es) repassado (s) em duplicidade.

CLÁUSULA QUINTA – REPASSE DOS RECURSOS E INFORMAÇÕES PARA A CONVENIADA

A CONVENIENTE enviará até o dia 09 (nove) de cada mês, para a conta nº. 85.000-4, agência 0101-5, Banco 085, de titularidade da CONVENIADA, por meio de transferência eletrônica, os recursos financeiros correspondentes ao pagamento das respectivas prestações mensais do Crédito Pessoal Consignado contratado pelos TOMADORES, a partir dos dados informados no relatório ENVIO CONSIGNADO_COBRANÇA, enviado pela STTÓRICO SISTEMAS LTDA (INFOCONSIG), devendo o valor transferido ser igual ao total dos valores constantes no relatório RETORNO CONSIGNADO_COBRANÇA que foram consignados na folha de pagamento.

Parágrafo Primeiro: Em caso de divergência entre o total dos recursos financeiros recebidos e o total dos valores informados no relatório RETORNO CONSIGNADO_COBRANÇA, a CONVENIADA fará a retenção do montante financeiro até que a CONVENIENTE informe o motivo da diferença apurada, bem como quais as parcelas e respectivos valores a serem liquidados.

Parágrafo Segundo: A CONVENIADA somente efetuará a baixa das parcelas se não houver diferença entre o total financeiro recebido e o total informado no relatório RETORNO CONSIGNADO_COBRANÇA ou se atendido o disposto no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro: Em caso de atraso ou não envio à CONVENIADA dos arquivos magnéticos e/ou dos recursos financeiros, até a data de vencimento das prestações, bem como de divergências entre os valores apontados no relatório RETORNO CONSIGNADO_COBRANÇA e o repasse financeiro, a CONVENIENTE será comunicada pela CONVENIADA sobre a pendência.

Parágrafo Quarto: Não sendo a pendência sanada até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao vencimento das prestações, a CONVENIADA notificará a CONVENIENTE sobre o atraso.

Parágrafo Quinto: Sendo a pendência superior a 10 (dez) dias, a CONVENIADA suspenderá, por prazo indeterminado, a liberação de novos empréstimos, até a regularização de toda(s) a(s) pendência(s) pela CONVENIENTE.

CLÁUSULA SEXTA – EXTINÇÃO DO VÍNCULO COM O MUNICÍPIO, AFASTAMENTO DO TOMADOR AO TRABALHO OU IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO

Ocorrendo extinção do vínculo com o município, afastamento do tomador ao trabalho ou impossibilidade de desconto, a CONVENIENTE deverá informar à CONVENIADA através da declaração de afastamento conforme modelo disponibilizado pela CONVENIADA, ou através de informação através do sistema STTÓRICO SISTEMAS LTDA (INFOCONSIG).

Parágrafo Primeiro: Em caso de desligamento do TOMADOR, seja por exoneração, dispensa, demissão ou qualquer outra forma prevista em lei, cabe à CONVENIENTE proceder aos devidos descontos, por ocasião do pagamento das respectivas verbas rescisórias, observados os limites legais de 30% (trinta por cento), encaminhando o respectivo recurso financeiro juntamente com o montante do próximo repasse financeiro mensal à CONVENIADA.

Parágrafo Segundo: Para atendimento ao disposto no parágrafo primeiro desta cláusula, a CONVENIENTE deverá acionar a CONVENIADA, para obtenção do saldo devedor do TOMADOR, visando o desconto nas verbas rescisórias em montante correto para quitação da dívida.

Parágrafo Terceiro: A CONVENIENTE também deverá informar à CONVENIADA em até 03 (três) dias úteis após o fato, os casos em que ocorra com o TOMADOR algum dos eventos cobertos pelas garantias contratadas junto à seguradora (morte natural ou acidental), a fim de solicitar o pagamento referente ao seguro prestamista, de indenização e quitação do saldo devedor do empréstimo quando este tenha sido contratado e aceito pelo TOMADOR.

Parágrafo Quarto: Os casos de afastamento do TOMADOR por licença médica, em período superior a 15 dias (quinze) dias, deverão ser comunicados através do sistema STTÓRICO SISTEMAS LTDA (INFOCONSIG).

Parágrafo Quinto: Os casos de férias e/ou férias prêmio não eximirão o TOMADOR do pagamento da prestação devida, referente ao mês correspondente devendo a CONVENIENTE efetuar o desconto do valor da parcela em folha de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E RESCISÃO

O presente termo de convênio entra em vigor na data de sua assinatura e tem prazo de 12 (doze) meses, sendo renovado automaticamente, por prazo indeterminado, caso as partes não manifestem por escrito a intenção de rescindi-lo em até 30 (trinta) dias antes do seu término.

Parágrafo Primeiro: As partes poderão rescindir o presente termo, sem qualquer ônus, mediante aviso prévio escrito enviado a outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias corridos, todavia as obrigações das partes permanecerão intangíveis em relação aos empréstimos em vigor.

Parágrafo Segundo: O termo de convênio será considerado resolvido, única e exclusivamente, após o cumprimento pelas partes de todos os deveres e obrigações.

Parágrafo Terceiro: Este termo estará rescindido de pleno direito, independentemente de notificação, interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) Se ocorrer o não cumprimento das obrigações aqui estipuladas por qualquer das partes, nos prazos e formas acordados;
- b) Pelo advento de lei ou ato normativo originário do Poder Público que proíba a celebração ou a continuidade da execução de termos iguais ou semelhantes ao presente;
- c) Na hipótese de ocorrer falência, liquidação ou decretação de insolvência de qualquer uma das partes.

CLÁUSULA OITAVA – INFRAÇÕES

Consideram-se infrações o descumprimento de toda e qualquer obrigação expressamente prevista neste termo e/ou a prática de ato ou fato que, embora não expressamente relacionado, impossibilite a qualquer das partes a sua plena implementação e manutenção. Da mesma forma, o não repasse dos recursos descontados da remuneração do TOMADOR pela CONVENIENTE, no prazo estipulado, implicará na

rescisão do presente termo.

Parágrafo Único: É facultado à parte prejudicada, caso uma infração torne insuportável a manutenção do presente termo, promover a sua imediata rescisão, independentemente da adoção de qualquer medida judicial ou extrajudicial que vise resguardar direitos e ressarcir prejuízos.

CLÁUSULA NONA – ADITIVOS

Este termo de convênio poderá ser retificado ou ratificado no todo ou em parte, por meio de aditivo assinado pelas partes, que passará a integrá-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORO Para dirimir eventuais dúvidas ou litígios oriundos do presente termo, as partes de comum acordo elegem o Foro da Comarca de Brusque – SC, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, justos e contratados, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, a fim de que o mesmo produza os seus jurídicos efeitos de direito.

Guabiruba, 20 de abril de 2021.

MUNICÍPIO DE GUABIRUBA CNPJ/MF nº 83.102.368/0001-98

VALMIR ZIRKE

CPF nº 584.741.619-91

Representante Legal da CONVENIADO

VIACREDI SOCIEDADE COOPERATIVA DE CRÉDITO

CNPJ/MF nº 82.639.451/0001-38

JOSÉ BONIFACIO RODRIGUES DE SOUSA JUNIOR

CPF nº 649.701.247-87

ADELINO SASSE

CPF nº 557.812.419-49

Representantes da Cooperativa

TESTEMUNHAS:

EDIMAR MARCOS ALBINO

CPF N. 018.248.099-21

ALEXANDRE SCHLOEGEL

CPF N. 732.633.389-00

DECRETO N. 1.256, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3094768

DECRETO N. 1.256, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE O RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL PARA OS SERVIDORES QUE PERMANECEM NO SISTEMA DE TRABALHO REMOTO OU DISPENSADOS DO REGISTRO PONTO, INTEGRANTES DO GRUPO DE RISCO E QUE JÁ RECEBERAM A SEGUNDA DOSE DA VACINA CONTRA O COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMIR ZIRKE, Prefeito Municipal de Guabiruba, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e ainda:

CONSIDERANDO a Orientação Técnica – saúde da FECAM – Federação Catarinense de Municípios, firmada pelo Dr. Jailson Lima da Silva, CRM 4437- MTB 18.543, especialista em Saúde Pública, Medicina do Trabalho e Reumatologia para retorno das atividades presenciais dos servidores portadores de comorbidades ou acima de 60 anos após 30 dias da realização da segunda dose da vacina, que faz parte integrante deste Decreto;

CONSIDERANDO que o Município de Guabiruba através da Secretaria Municipal de Saúde já deu início à vacinação das pessoas com comorbidades;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado aos servidores públicos municipais integrantes do grupo de risco o retorno às atividades de forma presencial após 30 (trinta) dias da realização da segunda dose da vacina contra a COVID-19.

§1º Qualquer disposição em contrário à presente determinação deverá se dar por meio de apresentação de Laudo Médico circunstanciado, contendo as razões para o não retorno ao trabalho, que justifique a manutenção de seu enquadramento no grupo de risco e a manutenção do seu afastamento.

§2º Comprovada a necessidade de manutenção do servidor público no grupo de risco, será ele dispensado do retorno às atividades presenciais, e quando não aplicável o teletrabalho, será aplicada a dispensa de ponto, até ulterior deliberação ou nova avaliação.

§3º Ficam excluídos da determinação prevista no art. 1º, as gestantes e servidores que ainda não tenham recebido as duas doses do imunizante contra COVID-19 e que pertencem ao “grupo de risco” para a infecção do vírus Sars-CoV-2 (COVID-19), os quais permanecerão afastados das atividades presenciais.

§4º Os servidores que apresentarem contraindicação formalizada por profissional médico para iniciar ou concluir o processo vacinal deverão se submeter à avaliação junto ao Médico do Trabalho da prefeitura de Guabiruba, mediante agendamento prévio.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde prestará informações por e-mail, pelo menos uma vez na semana, ao Setor de Recursos Humanos do Município, a respeito da vacinação dos servidores públicos municipais que encontrarem-se afastados do trabalho presencial em razão de pertencerem a grupo de risco para covid-19.

Art. 3º No caso em que o servidor público municipal integrante do grupo de risco não tenha interesse na imunização, deverá apresentar-se no Setor de Recursos Humanos para assinatura do Termo de Recusa de Imunização e deverá retornar imediatamente ao trabalho presencial.

Art. 4º O servidor que não retornar ao regime de trabalho presencial, terá os dias computados como faltas injustificadas, terá sua conduta apurada administrativamente, e, se for o caso, será realizada a devida comunicação ao Ministério Público da Comarca.

Art. 5º Compete ao Setor de Recursos Humanos e aos Chefes de Setores a adoção das medidas necessárias à ciência dos servidores e ao fiel cumprimento, no âmbito de suas unidades, das normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 6º A prestação de informação falsa sujeitará o servidor público municipal às sanções penais e administrativas previstas em Lei.

Art. 7º As medidas de distanciamento social, uso de máscara facial, higienização frequente de mãos com água e sabão e/ou a assepsia com álcool a no mínimo 70%, dentre outras medidas, deverão ser mantidas e reforçadas em todos os espaços de convívio laboral.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guabiruba/SC, 11 de junho de 2021.

VALMIR ZIRKE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

VANESSA DE BORBA

Chefe de Gabinete

DECRETO N. 1.258, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3094980

DECRETO N. 1.258, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

REVOGA DISPOSITO DO DECRETO 1.233, DE 23 DE MARÇO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS ADICIONAIS NO CONTROLE DE ACESSO AOS PONTOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO DE GUABIRUBA.

VALMIR ZIRKE, Prefeito Municipal de Guabiruba, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do artigo 69, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o inciso I, do Decreto 1.233, de 23 de março de 2021, que dispõe sobre as medidas adicionais no controle de acesso aos pontos turísticos do município de Guabiruba, a saber:

I - O acesso aos pontos turísticos somente poderá ser realizado a pé ou de bicicleta;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guabiruba/SC, 11 de junho de 2021.

VALMIR ZIRKE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

VANESSA DE BORBA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1.257 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3094880

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUABIRUBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****DECRETO Nº 1.257 de 11 de junho de 2021.****“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUABIRUBA, usando da competência que lhe confere o art. 08º da Lei nº 1.732/2020 de 03 de dezembro de 2020, a Lei nº 1.728/2020 de 23 de outubro de 2020, o inc. IV do art. 69 da LOM, e a Lei Federal nº 4320/1964.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município, Crédito Adicional Suplementar no valor total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para atender as programações abaixo especificadas:

5	SECR. ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E EMPREGO
	Fundo Municipal de Assistência Social
5.1	
8.244.35.2037	APOIO AOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO ESPECIAL
33390000000000000000	Aplicações diretas
03000000	
Valor	60.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender o crédito especificado no art. 1º deste Decreto, decorreram do Superávit, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº 4.320/64, conforme abaixo especificados:

Fonte de Recursos	Valor R\$
03000000	60.000,00
60.000,00	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guabiruba, 11 de junho de 2021.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, do dia 14 de junho de 2021.

VALMIR ZIRKE
Prefeito

ALINE ZEM
Secretária de Administração e
Finanças

VANESSA DE BORBA
Chefe de Gabinete

Guaramirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 282/2021

Publicação Nº 3092892

PORTARIA Nº. 282/2021

Instaura Processo Administrativo Disciplinar nº. 06/2021.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com a Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a instauração do processo administrativo disciplinar nº. 06/2021, em face da servidora C. M. C., matrícula nº. 2924579, para apurar as condutas descritas na Comunicação Interna nº. 33/2021 e documentos anexos, expedida pelo Coordenador do Serviço de Acolhimento Institucional.

Parágrafo único. As infrações a serem apuradas estão previstas no art. 49, incisos I, III (Lei Federal nº. 8069/1990, art. 15, 17, 18, 18-A) e XI, art. 50 e art. 50-K, inciso VI, todos da Lei Complementar nº. 007/2001.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pela Portaria nº. 563/2017, alterada pela Portaria nº. 069/2018.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entenderem pertinentes.

Art. 4º. A Comissão terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de junho de 2021.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 283/2021

Publicação Nº 3093023

PORTARIA Nº. 283/2021

Altera a Portaria nº. 276/2021, que instaura Processo Administrativo Disciplinar nº. 05/2021.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com a Lei Complementar nº. 007/2001;

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº. 276/2021 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 4º. A Comissão terá dedicação prioritária para apurar a falta e aplicação de sanção administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.” (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de junho de 2021.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jiuvani Assis Assing
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

91/2021

Publicação Nº 3092889

DECRETO Nº 91/2021

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.693/2020 de 26 de novembro de 2020.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.726,00 (cinco mil, setecentos e vinte e seis reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2021, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

06- SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO:

01- Departamento de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo:

Atividade: 0601.20.606.0026.2.112

3.3.90.00-00.00.267 - Aplicações Diretas R\$ 5.726,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido o Superavit Financeiro do Exercício de 2020, referente aos recursos próprios o valor de R\$ 5.726,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 11 de junho de 2021.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 17/2021

Publicação Nº 3092884

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 17/2021

PROCESSO LICITATORIO Nº. 25/2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.03/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: COMPOMOS ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: Contratação de empresa de elaboração de projetos de galpões industriais (conforme Termo de Referência em anexo) no Loteamento Industrial Alcides Volkweis, Guarujá do Sul, visando a geração de empregos e renda, bem como o desenvolvimento econômico social do nosso município.

VALOR TOTAL R\$ 26.250,00

VIGENCIA: 31/12/2021

Guarujá do Sul, SC, 11 de junho de 2021.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO AIRTON JOSÉ BRANDALISE

Publicação Nº 3094468

Convocação

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, o Senhor AIRTON JOSÉ BRANDALISE, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 799.985.349-68, eleito como 2º (segundo suplente) em que trata o Edital nº 002/2019/CMDCA/HO, para o Cargo de Conselheiro Tutelar, 40 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D'Oeste para apresentar Documentos e Laudo Médico Admissional, requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012, alterado pelo Decreto nº 3483/2015.

Art. 3º A posse do candidato ora convocado, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se no Conselho Tutelar de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta a convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste em 11 de Junho de 2021.

JAIR DA ROSA

Prefeito em Exercício

Ciente em ____/____/_____
AIRTON JOSÉ BRANDALISE

CONVOCAÇÃO MARCOS BARBOSA

Publicação Nº 3093705

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar MARCOS BARBOSA, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 245.709.308-24, aprovado em 10º (décimo) lugar no Processo Seletivo nº 001/2021/HO, homologado 30 de janeiro de 2021, na função de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE - 40 horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste a fim de manifestar-se sobre a vaga e, para apresentar a relação de documentos necessários a contratação.

Art. 3º - A contratação dos aprovados, ora convocadas, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d'Oeste/SC, 11 de Junho de 2021.

JAIR DA ROSA

Prefeito em Exercício

Ciente em / /
MARCOS BARBOSA

PORTARIA Nº 755/2021

Publicação Nº 3094801

PORTARIA Nº 755/2021

JAIR DA ROSA, Prefeito em Exercício do Município de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a contar de 10 de junho de 2021, por 30 (TRINTA) DIAS, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora MARIA ANGELA DE FARIAS SILVA COLLET MOREIRA (MATRÍCULA 3866), ocupante

do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência “B”, Anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 11 de junho de 2021.

Jair da Rosa

Prefeito em Exercício

TERMO DE DESISTÊNCIA AIRTON JOSÉ BRANDALISE

Publicação Nº 3094573

AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Eu, AIRTON JOSÉ BRANDALISE, brasileira, residente e domiciliada na Rua Emílio Hall, nº 207, Bairro Jardim José Rupp, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CPF sob o nº 799.985.349-68, eleito como 2º (segundo) suplente para o cargo de Conselheiro Tutelar, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar DESISTÊNCIA DA POSSE DO CARGO, por motivos particulares e em caráter irrevogável.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

AIRTON JOSÉ BRANDALISE

Herval d'Oeste/SC, 11 de Junho de 2021.

Testemunha

Matheus Luis Geuster

Testemunha

Neusa Aparecida Campos

TERMO DE DESISTÊNCIA VERA LÚCIA RODRIGUES

Publicação Nº 3092877

AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.

Eu, VERA LÚCIA RODRIGUES, brasileira, residente e domiciliada na Rua Marechal Deodoro, nº 442, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Herval d'Oeste - SC, inscrita no CPF sob o nº 573.643.979-49, eleita como 1º (primeiro) suplente para o cargo de Conselheiro Tutelar, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar DESISTÊNCIA DA POSSE DO CARGO, por motivos particulares e em caráter irrevogável.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

VERA LÚCIA RODRIGUES

Herval d'Oeste/SC, 11 de Junho de 2021.

Testemunha

Matheus Luis Geuster

Testemunha

Júlio Carlos Guedes

Ibiam

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 024 2021- GTMED DIST. DE MATERIAIS E EQ. HOSPITALARES

Publicação Nº 3095546

Página: 1 / 5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE IBIAMProcesso Nº 27/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24 / 2021

No dia 7 do mês de Maio do ano de 2021 compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL SAÚDE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede administrativa localizada na Tv. Leoniza Carvalho Agostini, 20, bairro Centro, CEP nº 89652000, nesta cidade de Ibiam, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JOARES TREVISOL inscrito no cpf sob o nº 894.420.249-49, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 12/2021, Processo licitatório nº 27/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Referente a aquisições de máscaras cirúrgicas descartáveis e testes para detecção de COVID 19, atendendo as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, pelo período de 12 meses, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
GTMED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES 3,4 E ODONTOLOGICOS LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
GTMED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA	39.707.683/0001-57		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Referente a aquisições de máscaras cirúrgicas descartáveis e testes para detecção de COVID 19, atendendo as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, pelo período de 12 meses.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: GTMED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS

Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
3	Respirador purificador de ar, com tiras elásticas duplas, tipo peça semifacial filtrante de partículas, formato dobrável, com clipe nasal, sem válvula, classe PFF2, para proteção das vias respiratórias contra poeira, névoas e fumos. Com registro na ANVISA, Inmetro número do CA (Cadastro de Aprovação).	UN'	DELTAPLUS	1000	2,50	2500,00
4	TESTE RÁPIDO COMPLETO IGM/IGG PARA COVID-19, contendo lanceta, reagente, e álcool swab cada unidade de teste, validade de no mínimo 06 meses. Com registro na ANVISA. Deve possuir manual de instruções.	KIT	WAMA DIAGNOSTICA	1000	9,60	9600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser

revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntado-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificadora não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ibiam, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Ibiam, 7 de Maio de 2021

GTMED DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS E
CNPJ: 39.707.683/0001-57

JOARES TREVISOL
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 025 2021- SR TERRAPLANAGEM EIRELI

Publicação Nº 3095548

Página: 1 / 5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAMProcesso Nº
30/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2021**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25 / 2021**

No dia 11 do mês de Maio do ano de 2021 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede administrativa localizada na Tv. Leoniza Carvalho Agostini, 20, bairro Centro, CEP nº 89652000, nesta cidade de Ibiã, SC, representado pelo PREFEITO em exercício, o Sr(a) Edecarlos Zanin inscrito no cpf sob o nº 854.357.169-34, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 13/2021, Processo licitatório nº 30/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA, INCLUINDO-SE OPERADOR, COMBUSTÍVEL E TUDO QUE FOR NECESSÁRIO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE IBIAM, listados no Termo de Referência (Anexo I), em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
SR TERRAPLENAGEM EIRELI	1,2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
SR TERRAPLENAGEM EIRELI	34.279.982/0001-14		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA, INCLUINDO-SE OPERADOR, COMBUSTÍVEL E TUDO QUE FOR NECESSÁRIO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE IBIAM, listados no Termo de Referência (Anexo I).

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: SR TERRAPLENAGEM EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	HORAS DE MOTONIVELADORA	hrs	n/c	500	302,00	151000,00
2	HORAS DE RETROESCAVADEIRA	H	n/c	500	157,00	78500,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da

proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo

assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele,

deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

Página: 5 / 5

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

- 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

- 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ibiam, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.
E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Ibiam, 11 de Maio de 2021

SR TERRAPLENAGEM EIRELI
CNPJ: 34.279.982/0001-14

Edecarlos Zanin
PREFEITO em exercício

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 026 2021- TRANS MAESTRI

Publicação Nº 3095551

Página: 1 / 5

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAMProcesso Nº
18/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26 / 2021

No dia 19 do mês de Maio do ano de 2021 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede administrativa localizada na Tv. Leoniza Carvalho Agostini, 20, bairro Centro, CEP nº 89652000, nesta cidade de Ibiã, SC, representado pelo PREFEITO em exercício, o Sr(a) Edecarlos Zanin inscrito no CPF sob o nº 854.357.169-34, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 6/2021, Processo licitatório nº 18/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA E CAMINHÃO PRANCHA, INCLUINDO-SE OPERADOR, COMBUSTÍVEL E TUDO QUE FOR NECESSÁRIO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE IBIAM, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
TRANS MAESTRI LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
TRANS MAESTRI LTDA	09.367.994/0001-53		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA E CAMINHÃO PRANCHA, INCLUINDO-SE OPERADOR, COMBUSTÍVEL E TUDO QUE FOR NECESSÁRIO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE IBIAM.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: TRANS MAESTRI LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA COM ROMPEDOR	H	HYUNDAI R160	500	375,00	187500,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios

disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do

município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não

Página: 5 / 5

executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ibiam, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Ibiam, 19 de Maio de 2021

TRANS MAESTRI LTDA
CNPJ: 09.367.994/0001-53

Edecarlos Zanin
PREFEITO em exercício

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 22 2021 - CR VIEIRA PRODUTOS HOSPITALARES

Publicação Nº 3095534

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE IBIAM

Página: 1 / 5

Processo Nº

27/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

12/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22 / 2021

No dia 7 do mês de Maio do ano de 2021 compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL SAÚDE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede administrativa localizada na Tv. Leoniza Carvalho Agostini, 20, bairro Centro, CEP nº 89652000, nesta cidade de Ibiã, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JOARES TREVISOL inscrito no CPF sob o nº 894.420.249-49, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 12/2021, Processo licitatório nº 27/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Referente a aquisições de máscaras cirúrgicas descartáveis e testes para detecção de COVID 19, atendendo as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, pelo período de 12 meses, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
C R VIEIRA PRODUTOS HOSPITALARES	2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº.8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
C R VIEIRA PRODUTOS HOSPITALARES	37.970.604/0001-70		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Referente a aquisições de máscaras cirúrgicas descartáveis e testes para detecção de COVID 19, atendendo as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, pelo período de 12 meses.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: C R VIEIRA PRODUTOS HOSPITALARES						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
2	Máscara cirúrgica tripla, infantil, gramatura 80g, com clipe nasal, duplo elástico, tecido antialérgico, material descartável, com registro na ANVISA, com no mínimo 50 unidades cada caixa. Cor a definir.	CX	PROTECT YOU	150	19,00	2850,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios

disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do

município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei n° 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO..

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não

Página: 5 / 5

executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ibiam, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Ibiam, 7 de Maio de 2021

C R VIEIRA PRODUTOS HOSPITALARES
CNPJ: 37.970.604/0001-70

JOARES TREVISOL
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23 2021- ENIO DELAZERI EIRELI

Publicação Nº 3095535

Página: 1 / 5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE IBIAMProcesso Nº
27/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2021**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23 / 2021**

No dia 7 do mês de Maio do ano de 2021 compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL SAÚDE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede administrativa localizada na Tv. Leoniza Carvalho Agostini, 20, bairro Centro, CEP nº 89652000, nesta cidade de Ibiã, SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) JOARES TREVISOL inscrito no CPF sob o nº 894.420.249-49, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 12/2021, Processo licitatório nº 27/2021 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Referente a aquisições de máscaras cirúrgicas descartáveis e testes para detecção de COVID 19, atendendo as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, pelo período de 12 meses, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa	Itens
ENIO DELAZERI EIRELI	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s)	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ENIO DELAZERI EIRELI	07.383.088/0001-17		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Referente a aquisições de máscaras cirúrgicas descartáveis e testes para detecção de COVID 19, atendendo as necessidades das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, pelo período de 12 meses.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: ENIO DELAZERI EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd	Preço	Preço Total
1	MÁSCARAS CIRÚRGICAS TRIPLA DESCARTÁVEL	CX	DESCARPACK	200	19,70	3940,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea 'd' do inciso II do caput e do §5º do art. 64 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuárias, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:
- 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:
- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
 - b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
 - c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
 - d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
 - e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
 - f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.
- 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.
- 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntado-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.
- 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.
- 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n.º 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não

Página: 5 / 5

superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ibiam, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e comprometidas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas

Ibiam, 7 de Maio de 2021

ENIO DELAZERI EIRELI
CNPJ: 07.383.088/0001-17

JOARES TREVISOL
PREFEITO MUNICIPAL

Ibicaré

PREFEITURA

ATA DE TRANSMISSÃO DE CARGO DO PREFEITO PARA O VICE - PREFEITO

Publicação Nº 3095584

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO DO PREFEITO PARA O VICE - PREFEITO.

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, na sala do gabinete do Prefeito Municipal do município de Ibicaré - SC, estando presentes os Senhores: Gianfranco Volpato, Prefeito Municipal; Adriano Sartori, Vice-Prefeito Municipal; Secretários Municipais e demais presentes, realizou-se a solenidade de Transmissão de Cargo do Prefeito Municipal para o Vice-Prefeito Municipal para o período de catorze de junho à vinte e três de junho de dois mil e vinte e um, referente ao período de férias do Prefeito Municipal que será gozada. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se o presente Termo de Transmissão, que vai assinado por mim, João Nelson Antes e pelos demais presentes. Ibicare – SC, 11 de junho de 2021.

ERRATA DE ALTERAÇÃO ATA 023/2020 PMI

Publicação Nº 3092689

MUNICÍPIO DE IBICARÉ
ESTADO DE SANTA CATARINA
ERRATA DE ALTERAÇÃO:

Onde se lê:

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 023/2021

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 018/2021, Pregão Presencial nº 010/2021.

OBJETO: Aquisição eventual e futura, de materiais elétricos, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos e secretarias municipais.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ/SC

FORNECEDOR: TRANSPORTES RODAPINEM LTDA – EPP

CNPJ: 81.310.989/0001-31

Valor Total: R\$ 119.410,00 (cento e dezenove mil, quatrocentos e dez reais),

VIGÊNCIA: 24 de maio de 2022.

Ibicaré, SC, em 24 de maio de 2021.

Gianfranco Volpato

Prefeito

Leia-se:

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 023/2021

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 018/2021, Pregão Presencial nº 009/2021.

OBJETO: Aquisição eventual e futura, de materiais elétricos, visando à manutenção e reparos dos prédios públicos e secretarias municipais.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ/SC

FORNECEDOR: TRANSPORTES RODAPINEM LTDA – EPP

CNPJ: 81.310.989/0001-31

Valor Total: R\$ 119.410,00 (cento e dezenove mil, quatrocentos e dez reais),

VIGÊNCIA: 24 de maio de 2022.

Ibicaré, SC, em 24 de maio de 2021.

Gianfranco Volpato

Prefeito

EXTRATO CONTRATO 027/2021

Publicação Nº 3093681

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Contrato nº 027/2021

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 022/2021, Pregão Presencial nº 012/2021.

OBJETO: Aquisição de Tubos de Concreto, destinados à execução e reparos da drenagem pluvial das vias públicas do perímetro urbano e das estradas do interior do município de Ibicaré (SC).

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC)

FORNECEDOR: CONCRETOS AGUA DOCE LTDA ME

Valor Total: R\$ 81.300,00 (Oitenta e um mil e trezentos reais)

VIGÊNCIA: 14 de junho de 2022.

Ibicaré, SC, em 14 de junho de 2021.

Adriano Sartori;

Prefeito em Exercício.

EXTRATO CONTRATO 028/2021

Publicação Nº 3093683

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Contrato nº 028/2021

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 022/2021, Pregão Presencial nº 012/2021.

OBJETO: Aquisição de Tubos de Concreto, destinados à execução e reparos da drenagem pluvial das vias públicas do perímetro urbano e das estradas do interior do município de Ibicaré (SC).

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC)

FORNECEDOR: CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COM. LTDA

Valor Total: R\$ 69.200,00 (Sessenta e nove mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: 14 de junho de 2022.

Ibicaré, SC, em 14 de junho de 2021.

Adriano Sartori;

Prefeito em Exercício.

EXTRATO CONTRATO 029/2021

Publicação Nº 3093685

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Contrato 029/2021

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 022/2021, Pregão Presencial nº 012/2021.

OBJETO: Aquisição de Tubos de Concreto, destinados à execução e reparos da drenagem pluvial das vias públicas do perímetro urbano e das estradas do interior do município de Ibicaré (SC).

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC)

FORNECEDOR: DELCIR BOESING ME

Valor Total: R\$ 36.765,00 (Trinta e seis mil e setecentos e sessenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 14 de junho de 2022.

Ibicaré, SC, em 14 de junho de 2021.

Adriano Sartori;

Prefeito em Exercício.

EXTRATO CONTRATO 030/2021

Publicação Nº 3093688

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Contrato nº 030/2021

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 022/2021, Pregão Presencial nº 012/2021.

OBJETO: Aquisição de Tubos de Concreto, destinados à execução e reparos da drenagem pluvial das vias públicas do perímetro urbano e das estradas do interior do município de Ibicaré (SC).

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC)
FORNECEDOR: DERIVADOS DE CIMENTO PATO BRANCO LTDA
Valor Total: R\$ 41.600,00 (Quarenta e um mil e seiscentos reais).
VIGÊNCIA: 14 de junho de 2022.
Ibicaré, SC, em 14 de junho de 2021.
Adriano Sartori;
Prefeito em Exercício

EXTRATO CONTRATO 031/2021

Publicação Nº 3093694

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Contrato nº 031/2021

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 022/2021, Pregão Presencial nº 012/2021.

OBJETO: Aquisição de Tubos de Concreto, destinados à execução e reparos da drenagem pluvial das vias públicas do perímetro urbano e das estradas do interior do município de Ibicaré (SC).

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC)

FORNECEDOR: ELIMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

Valor Total: R\$ 17.770,00 (dezesete mil, setecentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: 14 de junho de 2022.

Ibicaré, SC, em 14 de junho de 2021.

Adriano Sartori;

Prefeito em Exercício.

PORTARIA Nº 097-2021

Publicação Nº 3092679

PORTARIA Nº 097, de 11 de junho de 2021.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o artigo 96, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Ibicaré, artigo 53 da Lei Complementar nº 1.230/00 de 15 de março de 2000.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares ao servidor LINDOMAR MACHADO ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 9, Classe “A”, Anexo II- Quadro de Pessoal Efetivo, Grupo II – Atividades e Serviços Operacionais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 10 de junho de 2021 à 19 de junho de 2021, referentes ao período aquisitivo de 09 de maio de 2020 a 08 de maio de 2021, a que faz jus.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 10 de junho de 2021, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 11 de junho de 2021.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

PORTARIA Nº 098-2021

Publicação Nº 3092681

PORTARIA Nº 098, de 11 de junho de 2021.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR QUE MENCIONA”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e, de conformidade com o Artigo 129 e Artigo 130, Inciso I da CLT e Artigo 7º, Inciso XVII da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Férias Regulamentares ao servidor VANESSA BENDER FOPPA, ocupante do emprego público de Farmacêutico, na execução

do Programa Saúde da Família- PSF.

Parágrafo único. O período de gozo será compreendido entre 14 de junho de 2021 à 28 de junho de 2021, referentes ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2020 a 01 de janeiro de 2021, a que faz jus.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 11 de junho de 2021.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

Ibirama**PREFEITURA****CONTRATO Nº : 114/2019 ADITIVO Nº : 3/2021**

Publicação Nº 3093789

MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contrato Nº : 114/2019

Aditivo Nº : 3/2021

Tipo Aditivo : Objeto

Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada : PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS – número de inscrição 61.198.164/0001-60

Licitação : Pregão Presencial 102/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE SEGURADORA PARA SEGURAR VEICULOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL DE IBIRAMA.

Vigência : Início: 11/06/2021 Término: 11/12/2021

Assinatura : 11/06/2021

Valor R\$: 416,62 (Quatrocentos e Dezesesseis Reais e Sessenta e Dois Centavos)

Dotação : 57 - 05.001.2021.3339039190000000000.01000000

FISCAL: Marcelo de Souza Vieira

DECRETO Nº 4.694, DE 11 DE JUNHO DE 2021 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2021 DA UNIDADE MUNICÍPIO DE IBIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3093814

DECRETO nº 4.694, de 11 de junho de 2021.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO EXERCÍCIO DE 2021 DA UNIDADE MUNICÍPIO DE IBIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe é conferida pela Lei Orgânica e fundamentada no artigo 8º, da Lei nº 3.464, de 15 de Dezembro de 2020:

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) no orçamento vigente do exercício de 2021 da Unidade Município de Ibirama as seguintes dotações orçamentárias:

07	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	Valor
001	Departamento de Supervisão Pedagógica	
0012.0361.0051.2064	Manutenção do Ensino Fundamental	
30000000	Despesas Correntes	
31000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000	Aplicações Diretas	
01010000	Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação	R\$ 130.000,00
0012.0365.0050.2058	Manutenção do ensino Pré Escolar	
30000000	Despesas Correntes	
31000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000	Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00
Total da Anulação		R\$ 280.000,00

Art. 2º Por conta das anulações do Art. 1º fica suplementado no orçamento vigente da Unidade Município de Ibirama o valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) a seguinte dotação orçamentária:

07	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	Valor
001	Departamento de Supervisão Pedagógica	
0012.0361.0051.2064	Manutenção do Ensino Fundamental	
300000000	Despesas Correntes	
33000000	Outras Despesas Correntes	
33900000	Aplicações Diretas	
01010000	Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação	R\$ 130.000,00
0012.0365.0050.2058	Manutenção do ensino Pré Escolar	

300000000	Despesas Correntes	
33000000	Outras Despesas Correntes	
33900000	Aplicações Diretas	
01010000	Receitas de Impostos e Transf. de Impostos - Educação	R\$ 150.000,00
Total da Suplementação		R\$ 280.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 11 de junho de 2021.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.695, DE 11 DE JUNHO DE 2021 - CONVOCA A III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE IBIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3093833

DECRETO nº 4.695, de 11 de junho de 2021.

“CONVOCA A III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE IBIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ibirama,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a III Conferência Municipal de Cultura de Ibirama, a realizar-se no dia 06 de julho de 2021, na Comunidade Evangélica de Ibirama, das 18 horas às 22 horas, sob a coordenação do Departamento Municipal de Cultura de Ibirama e Conselho Municipal de Cultura de Ibirama.

§1º A participação na III Conferência Municipal de Cultura de Ibirama estará condicionada ao preenchimento completo de Ficha de Inscrição online, a ser disponibilizada em sítios e redes sociais do Poder Público Municipal, entre os dias 15 de junho e 02 de julho.

§2º Em decorrência de atualização das políticas sanitárias de combate ao COVID-19, a III Conferência Municipal de Cultura de Ibirama poderá ser convertida em evento online, sendo disponibilizado os canais de participação com 48 (quarenta e oito horas) de antecedência com os dados fornecidos nas Fichas de Inscrição.

Art. 2º A III Conferência Municipal de Cultura de Ibirama terá como tema “Fundo Municipal de Cultura e Sistema Municipal de Incentivo à Cultura” e realizará as eleições de membros do Conselho Municipal de Cultura de Ibirama, nos termos da Lei nº 2.735, de 2010, atendendo ainda aos demais dispositivos do Artigo 11º, da Lei nº 3.408, de 2019.

Art. 3º A plenária da III Conferência Municipal de Cultura de Ibirama aprovará seu Regimento Interno, previamente elaborado pelo Departamento Municipal de Cultura e Conselho Municipal de Cultura.

Art. 4º As despesas com a realização da III Conferência Municipal de Cultura correrão por conta dos recursos orçamentários da manutenção de serviços culturais.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 11 de junho de 2021.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

Ilhota

PREFEITURA

CONTRATO 2019-043 - ADITIVO 002 - TP 06-2019 - ASSESSORIA E CONSULTORIA - LLN CONSULTORIA GOVERNAMENTAL LTDA

Publicação Nº 3095896

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 043/2019 FIRMADO EM 14 DE JUNHO DE 2019. TENDO A ORDEM DE SERVIÇO EMITIDO DIA 19 DE JUNHO DE 2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88.320-000, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATANTE E DE OUTRO LADO A EMPRESA LLN CONSULTORIA GOVERNAMENTAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.525.120/0001-66 com sede na Rua Machado e Assis, nº 54, no bairro: Praia dos Amores na cidade de Balneário Camboriú, estado de SC, DORAVANTE DENOMINADO CONTRATADA, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: 057/2019
Tomada de Preço 006/2019 - PMI
Contrato: 043/2019 - PMI

Objeto: CONTRATAÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA APLICADA AO SETOR PÚBLICO ABRANGENDO CAPACITAÇÃO CONTÍNUA ATRAVÉS DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS, ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO PARA AS ÁREAS DE: PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANÇAS PÚBLICAS, CONTABILIDADE, GESTÃO DE RECURSOS E ATOS ADMINISTRATIVOS AOS RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DESTA ENTIDADE, DE FORMA A ATENDER AS NORMAS LEGAIS QUE REGEM A MATÉRIA E INDISPENSÁVEIS AO BOM DESEMPENHO DAS ATIVIDADES DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA PRORROGAÇÃO – O presente aditivo terá sua prorrogação a partir de 14/06/2021 até 13/06/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR - Em decorrência do convencionado na cláusula Décima Segunda do contrato, os valores poderão ser reajustados a cada 12 meses pelo IGP-DI, sendo solicitado pela empresa e não aceito pelo município devido a atual situação que estamos vivendo de pandemia, mantendo assim o mesmo valor de R\$ 12.411,23 (doze mil e quatrocentos e onze reais e vinte e três centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – Para as despesas previstas neste termo aditivo, serão utilizados recursos do seguinte crédito orçamentário:

Cód.	Órgão	Unidade	Funcional	Proj. /Ativ.	Categoria	Recurso	Descrição do Proj. /Ativ.
13632	05	05001	04.0005.0123	2.005	339035010000	100	Assessoria e Consultoria

CLÁUSULA QUARTA – As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA QUINTA - E, por estarem em pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA SEXTA - As partes elegem um FORÚM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 11 de junho de 2021.
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA
CONTRATANTE

LLN CONSULTORIA GOVERNAMENTAL LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Aline Michele Deschamps
CPF: 065.787.169-98
Secretária de Finanças

Nome: Anderson kniess
CPF: 008.510.529-59
Agente Administrativo

CONTRATO 2021-021 - ADITIVO 001 - INEX 004-2021 - CREDENCIAMENTO DE EXAMES - CLINICA SÃO MARCOS LTDA

Publicação Nº 3093070

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E2800C02EF2438631983784DD922423DB6ECE365

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 021/2021 – FMS.

ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 021/2021 QUE FAZEM ENTRE SI DE UM LADO MUNICIPIO DE ILHOTA/SC E DE OUTRO LADO CLINICA SÃO MARCOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE ILHOTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.301/0001-53, com sede na Rua Dr. Leoberto Leal, 160, Centro, Ilhota, SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Erico de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado CLINICA SÃO MARCOS LTDA, com sede na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, na Rua Anibal

Gaya, 154 - Bairro Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 17.171.566/0001-89, neste ato representado pelo senhor Rodolpho Luiz de Faria Mar-sico, portador do CPF nº 304.309.528-64, doravante denominado CONTRATAD, resolvem, de comum acordo, firmar o presente ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 021/2021 (Processo licitatório na Modalidade de Inexigibilidade N° 004/2021 – FMS), mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – As partes concordam com alteração da cláusula terceira do contrato, para exclusão do item 48 – RADIOGRAFIAS da lista de procedimentos contratados, tendo em vista o desinteresse da CONTRATADA de manter o credenciamento de tal serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota (SC), 11 de junho de 2021.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito

CONTRATANTE

CLINICA SÃO MARCOS LTDA

CNPJ sob o nº 17.171.566/0001-89

CONTRATADA

Testemunhas:

Lucas Assini Elias Lavino

CPF: 105.334.489-99

Diretor de Departamento-Saúde

Miguel Nunes

CPF: 437.957.229-34

Secretário de Saúde

PORTARIA 91/2021

Publicação N° 3092880

PORTARIA N° 91/2021

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

NOMEAR a Sra. Mayra Miranda Rossetti, no cargo de DIRETOR GERAL - SAMAE, em caráter comissionado, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de junho de 2021.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 07 de junho de 2021.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 92/2021

Publicação N° 3092882

PORTARIA N° 92/2021

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

NOMEAR, o Sr. José Pelegrino Castelain, no cargo de GERENTE DE OPERAÇÕES - SAMAE, em caráter comissionado, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de junho de 2021.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 07 de junho de 2021.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Imarui**PREFEITURA****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO PMI Nº 016/2021**

Publicação Nº 3092839

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7D6B926C9DD19AEB05D320F1EE2EF9711914B160

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PMI Nº 016/2021

PREGÃO ELETRONICO PMI Nº 008/2021

ADJUDICAÇÃO DIA: 11/06/2021

HOMOLOGAÇÃO DIA: 11/06/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUI – CNPJ 82.538.851/0001-57

OBJETO: Aquisição de um trator agrícola e equipamentos para o município de Imaruí, para atendimento ao convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Imaruí e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA Nº 892354/2019.

Vencedor Item 01: ITUARA LTDA - CNPJ 18.057.523/0001-30

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR
1	TRATOR AGRÍCOLA NOVO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 65 CV, TRAÇÃO 4 X 4, com no mínimo 3 (três) cilindros, transmissão com no mínimo 8 (oito) marchas a frete e no mínimo 2 (duas) marchas a ré, pneus novos, com todos os itens de série e do fabricante e com garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: LS U60R	UN	01	121.500,00

Valor Total R\$: 121.500,00 (Cento e vinte e um mil e quinhentos reais).

DATA: 11/06/2021 – Patrick Corrêa – Prefeito Municipal.

LEI Nº. 2.171, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092790

LEI Nº. 2.171, DE 10 DE JUNHO DE 2021.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE IMARUÍ A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE INSERÇÃO DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL, PRELIMINAR À EMISSÃO DA CÉDULA INDIVIDUAL DE IDENTIFICAÇÃO.

PATRICK CORRÊA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso das atribuições legais que confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Imaruí autorizado a firmar Acordo de Cooperação Técnica com o Estado de Santa Catarina, através do Instituto Geral de Perícias visando a descentralização da atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da cédula individual de identificação.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 10 de junho de 2021.

PATRICK CORRÊA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

LEI Nº. 2.172, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092799

LEI Nº. 2.172, DE 10 DE JUNHO DE 2021.

ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI Nº. 1.964, DE 08 DE março DE 2017, QUE CRIA O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PATRICK CORRÊA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A alínea “e” do inciso II do Art. 5º da Lei nº. 1.964, de 08 de março de 2017, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 5º
.....

II –
.....

e) 01 (um) titular e 01 (um) suplente do Piquete do Tio Docha de Imaruí.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 10 de junho de 2021.

PATRICK CORRÊA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 288, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020

Publicação Nº 3095634

DECRETO PMI Nº 288, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020.

Cria Comitê Executivo e Comitê de Coordenação para Supervisão e Controle da Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Imbituba, nomeia membros e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO a Licitação nº 10/20 do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Sul para Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico,

DECRETA:

Art. 1º Ficam criados o Comitê Executivo e o Comitê de Coordenação para Supervisão e Controle da Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Imbituba, conforme a Licitação nº 10/20 do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Sul para Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 2º O Comitê Executivo é a instância responsável pela operacionalização dos processos de revisão do PMSB, cabendo a ele:

I - Supervisionar todas as atividades previstas no Termo de Referência, apreciando as atividades de cada fase da revisão do PMSB, submetendo à avaliação do Comitê de Coordenação;

II - Observar os prazos indicados no cronograma de execução para finalização dos produtos.

Art. 3º O Comitê Executivo será composto pelos seguintes servidores:

I - Coordenador: Fillipe Souza Miranda de Oliveira - Engenheiro Civil da SEINFRA;

II - Membros:

Eduardo dos Passos Nunes - Engenheiro Civil da SEDURB

Eduardo Canarin - Engenheiro Ambiental da SEMA

Art. 4º O Comitê de Coordenação é a instância de articulação técnica e política, tendo natureza consultiva e deliberativa, sendo responsável pela condução dos trabalhos de revisão do PMSB, analisando e aprovando os produtos entregues pelo Comitê Executivo, cabendo ainda:

I - Discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo;

II - Criticar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

Art. 5º O Comitê de Coordenação será composto pelos seguintes servidores:

I - Coordenador: Leandro de Souza Ribeiro - Procuradoria Geral do Município;

II - Membros:

I- Gilnei Cardoso - Superintendência de Saneamento – SEINFRA;

II- Vilmar Tadeu Boinetti – Engenheiro Civil CISAM Sul;

III- Felipe Souza Fagundes – Engenheiro Ambiental CISAM Sul.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data sua edição.

Imbituba, 30 de dezembro de 2020.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

EXTRATO ADITIVO 04 - CONTRATO 2017-07 - PROCESSO 28-2017

Publicação Nº 3095629

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D4FDAEACA1FCC8B410CD363DF7B7C022C56692EE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO

Aditivo : 04

Contrato : 2017/07

Processo : 28/2017

Modalidade : Dispensa 07/2017



Contratante : Secretaria Municipal de Administração

Contratada : Roberto Lenio Teixeira

Valor : R\$ 2691,52

Objeto : "É objeto deste Termo Aditivo o reajuste contratual pelo índice IPCA conforme cálculo apresentado no parecer contábil que segue abaixo

O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEAD 2017/07 – A/00, cujo objeto é "LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 450M2, SITUADO À RUA: ESTRADA GERAL DA IBIRAQUERA, S/Nº, BAIRRO IBIRAQUERA, PARA ATENDER AS ATIVIDADES DA SUB-AGÊNCIA DE CORREIOS VINCULADA A SEAD - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA.."

PAULO MARCIO DE SOUZA

EXTRATO CONTRATO 12-2021 - PROCESSO 16-2021 - ROGERIO PEDRO

Publicação Nº 3095630

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 84FFB08D51370BFF44F4121E251D7FCF6F9EDF51

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Contrato : 15/2021

Processo : 21/2021

Modalidade : Dispensa 09/2021

Contratante : Fundo Municipal de Saúde

Contratada : ROBSON CARVALHO FERNANDES

Vigência : 12 meses

Valor : R\$ 36.000,00

Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL MEDINDO NO TOTAL 120,00M² SITUADA NA RUA PAULINO MARTINS, Nº286, BAIRRO: CENTRO - IMBITUBA; PARA ALUGUEL DA BASE DA SAMU- SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA

Imbituba, 09 de junho de 2021.

Graciela Wiemes Ribeiro

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO 53-2020 - PROCESSO 12-2020

Publicação Nº 3095620

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 08F70252787E453EED0C0A8B459B1EA09B4A5834

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE ADITIVO

Aditivo : 02/2020 – Aditivo de acréscimo

Contrato : 53/2020

Processo : 12/2020

Modalidade : Tomada de Preço 01/2020

R\$: R\$ 32.246,69

Contratante : Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Contratada : VANIO GRAMAS E URBANIZAÇÃO EIRELI

Objeto : "CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIOS C/ ACESSIBILIDADE DA RUA VENINA BARRETO FAVASSA, VILA NOVA ALVORADA, IMBITUBA/SC".

Imbituba, 09 de junho de 2021.

Edilson Misael Antunes da Silva

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REABERTURA PROCESSO Nº 62/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2021 - PMI/ SEDUCE

Publicação Nº 3093081

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 65CCDA6D413B71785006128764116DF4452F1420

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEDUCE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2021

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 43/2021

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial COMUNICA a todos os interessados, que fica agendada a Reabertura

do Edital de Pregão Presencial nº 43/2021, Processo Licitatório nº 62/2021 para o dia 29/06/2021 às 14:00 hs horário de Brasília.

Imbituba, 14 de junho de 2021
Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 04/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2021 - PMI/SEFIC

Publicação Nº 3093847

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9F7DA26640574A8E24AFF00A2407C68B4839451B

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº (SRP) 02/2021
PMI - SEFIC

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEFIC – Secretaria Municipal de Mobilidade, Fiscalização e Controle Urbano comunica, que realizará, às 16:30 horas do dia 29 de JUNHO de 2021, licitação na modalidade de Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo disposto na lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, pela lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a possível “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE VEÍCULO AUTOMOTOR ZERO KM CARROCERIA TIPO CAMINHONETE, ANO/MODELO (2020/2021 OU 2021/2021), E VEÍCULO TIPO HATCH ZERO KM ANO/MODELO (2020/2021 ou 2021/2021) PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO ATRAVÉS DA SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO DE IMBITUBA”.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na diretoria de licitações, situada à Rua Ernani Cotrim, 601, centro, das 13:00 às 19:00 horas, de segunda à sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link portal da transparência.

Imbituba, 14 de junho de 2021.
Douglas Silva de Melo
Secretário Municipal de Mobilidade, Fiscalização e Controle Urbano.

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 3682/2021

Publicação Nº 3093098

. DECRETO Nº 3682/21

. De 09 de junho de 2021

ALTERA DECRETO 3673 DE 2021 - NOMEIA DIRETORA ESCOLAR DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL LEOPOLDO SIMÃO, CELINE POLTRONIERI (COMISSONADA DAE-3)

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei 3309/09, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 01 de junho de 2021, para exercer o cargo de Diretor Comissionado DAE-3, na Escola Básica Municipal Leopoldo Simão, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, Celine Poltronieri.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2021.

Município de Indaial, em 09 de junho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 3683/2021

Publicação Nº 3093095

. DECRETO Nº 3683/21

. De 09 de junho de 2021

HOMOLOGAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA Nº 039/2021 / PROCESSO SELETIVO Nº 003/2020/EDUCAÇÃO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto nº 2672 de 2020 que nomeia a Comissão e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o presente Edital de Chamada Nº 039/2021 decorrente o Processo Seletivo Nº 003/2020/EDUCAÇÃO cujo objeto é a convocação dos candidatos aprovados para escolha de vagas, conforme documentos anexos a este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de junho de 2021.

Município de Indaial, em 09 de junho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE CHAMADA Nº 039/2021

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2020/EDUCAÇÃO

Considerando que a Lei Municipal nº 4.724/2012 estabelece que a contratação de profissionais em caráter temporário e por prazo determinado destina-se ao atendimento de eventuais necessidades de excepcional interesse público;

Considerando que a Secretaria Municipal de Educação identificou a necessidade de realizar contratações de profissionais decorrentes do Processo Seletivo nº 003/2020 para o atendimento aos alunos nas aulas presenciais em âmbito escolar; e

Considerando o cronograma de escolha de vagas para o ano letivo de 2021, publicado em 09 de junho de 2021.

Art. 1º. Face ao exposto, torna-se público o presente Edital de Chamada Nº 039/2021 decorrente do Processo Seletivo Nº 003/2020/EDUCAÇÃO cujo objeto é a convocação dos candidatos aprovados para escolha de vagas, conforme Anexos I, II e III deste documento.

Art. 2º. Os candidatos convocados deverão comparecer nos locais, datas e horários para escolha das vagas conforme estabelecido no Anexo I deste edital.

Art. 3º. Importante destacar algumas orientações aos candidatos convocados referentes ao processo de chamada e escolha de vaga dos profissionais ACTs, conforme Edital do Processo Seletivo nº 003/2020/EDUCAÇÃO, são elas:

I. A Secretaria Municipal de Educação publicará cronograma de escolha de vagas e as vagas disponíveis, no site <https://indaial.atende.net/> e Diário oficial. É imprescindível o comparecimento do candidato no horário inicial determinado no cronograma, caso contrário o mesmo

será excluído da referida escolha (Item 16.2 do PS nº 003/2020);

II. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, porém caso o candidato esteja impossibilitado de comparecer na data da escolha, esta poderá ser realizada por meio de Procurador devidamente constituído para esse fim, neste caso o procurador deverá portar documento original válido de identificação e instrumento de Procuração pública ou particular (com firma reconhecida), outorgando-lhe poderes específicos para escolha de vagas, o representante do candidato será responsável pela tomada de decisão no ato da escolha, sem prejudicar o andamento do processo (Item 16.3 do PS nº 003/2020);

III. O candidato somente poderá escolher vaga mediante a apresentação de um Documento de Identidade Oficial com foto (original) e comprovante de escolaridade (Item 16.4 do PS nº 003/2020);

IV. A chamada dos candidatos aprovados obedecerá a ordem de classificação, mediante a existência de vaga (Item 16.5 do PS nº 003/2020);

V. Após a 1ª chamada, conforme o surgimento de novas vagas, a Secretaria Municipal de Educação, no decorrer do ano de 2021, publicará todas as vagas e cronograma de escolhas no site da Prefeitura (<https://indaial.atende.net/>) e Diário Oficial (Item 16.6 do PS nº 003/2020);

VI. O candidato que não comparecer ao evento de escolha de vagas ou que comparecer, mas ao ser convocado e no ato optar por não escolher alguma das vagas disponíveis, será reclassificado para o final da listagem, podendo ser convocado novamente somente após terem sido convocados todos os candidatos que antecedem a sua nova classificação (Item 16.7 do PS nº 003/2020);

VII. O candidato que por três vezes em sequência não se apresentar nos dias e horários determinados para escolha de vaga, bem como, aquele que presente por três vezes em sequência, não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, será excluído do processo seletivo (Item 16.8 do PS nº 003/2020);

VIII. O candidato que já escolheu vaga, com disponibilidade para aumentar a sua jornada de trabalho, poderá ampliá-la dentro do limite previsto de até 40 horas semanais, com aulas da disciplina da vaga escolhida ou com aulas de disciplinas de áreas afins de acordo com as habilitações exigidas para cada cargo, desde que integrante da mesma área de conhecimento, conforme empregada pelo MEC no ENEM (somente se for comprovado que não há mais candidatos classificados para a determinada disciplina), sem a necessidade de realização de nova chamada, na sua unidade escolar ou em qualquer outra unidade escolar da municipalidade. O critério a ser utilizado para ampliação da carga horária, caso haja mais de 1 (um) candidato pleiteando as aulas, é exclusivamente a classificação dos candidatos deste processo seletivo na disciplina das aulas. Ou seja, para ampliação do número de aulas contratuais também deverá ser respeitada a sequência da ordem de classificação de candidatos (Item 16.9 do PS nº 003/2020);

IX. A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas todas às possibilidades de admissão dos candidatos habilitados (Item 16.10 do PS nº 003/2020);

X. Após a escolha da vaga, conforme datas e horários estabelecidos no Cronograma de Escolha de Vagas (Anexo I), o candidato terá 48 (quarenta e oito) horas, considerando-se os dias úteis, para apresentar os documentos admissionais. Passado o prazo e não tendo sido apresentados os documentos em sua integralidade, fica a Secretaria Municipal de Educação autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação (Item 16.12 do PS nº 003/2020);

XI. A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para a Secretaria Municipal de Educação de Indaial, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados. A classificação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na escolha de vagas, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo (Item 16.15 do PS nº 003/2020);

XII. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar os cronogramas de chamada disponibilizados no site da Prefeitura Municipal de Indaial <https://indaial.atende.net/> e Diário Oficial (Item 16.16 do PS nº 003/2020);

XIII. O candidato somente poderá escolher vaga se não estiver vinculado a nenhum tipo de benefício previdenciário (Salário Maternidade, Auxílio Doença, Auxílio Doença Acidentário). Nesse caso o candidato poderá, mediante requerimento próprio, devidamente munido de documentação comprobatória, solicitar à Secretaria Municipal de Educação a manutenção de sua classificação enquanto permanecer recebendo o benefício previdenciário. Tão logo cessar a vigência do benefício, o candidato deverá comunicar formalmente a Secretaria Municipal de Educação, para poder participar de uma nova escolha de vaga, assegurada a ordem de sua classificação original (Item 16.20 do PS nº 003/2020);

XIV. O candidato inscrito como não habilitado, mesmo que no ato de admissão apresente certificado de habilitação, será admitido com os vencimentos do cargo para qual prestou o processo seletivo e que tenha sido aprovado (Item 16.21 do PS nº 003/2020);

XV. Os profissionais do magistério classificados para os cargos de Professor para atuação em área de conhecimento ou componente curricular, poderão atuar, se houver interesse e disponibilidade de vagas, de forma multidisciplinar de acordo com as habilitações exigidas para cada cargo, de acordo com as habilitações exigidas para cada cargo, desde que integrante da mesma área de conhecimento, conforme empregada pelo MEC no ENEM (somente se for comprovado que não há mais candidatos classificados para a determinada disciplina - Item 16.22 do PS nº 003/2020); e

XVI. Os Candidatos que já escolheram vaga, poderão ser realocados a qualquer tempo e de acordo com as necessidades das Unidades Escolares do Município. Fica a Secretaria Municipal de Educação responsável pela reorganização das vagas abertas em virtude das necessidades temporárias que vierem a surgir durante o prazo estipulado no contrato administrativo firmado no ato de admissão (Item 16.23 do PS nº 003/2020).

Art. 4º. Havendo excesso de candidato(s) para as vagas ofertadas no Anexo II, fica assegurada a manutenção da classificação do candidato

convocado que comparecer no ato da escolha de vaga e nesta ocasião não for contemplado devido ao preenchimento da vaga por outro melhor classificado.

Parágrafo único. Os candidatos excedentes de que trata o Caput serão convocados para as eventuais vagas abertas posteriores a publicação desta chamada, as quais serão publicadas em novo edital e respeitará a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

Art. 5º. No caso de não comparecimento de algum candidato convocado conforme o Anexo III deste edital, as vagas não preenchidas serão objeto de novo edital de chamada para convocação de candidatos, respeitada a ordem de classificação.

Art. 6º. As escolhas das vagas para os cargos abaixo relacionados, serão realizadas nos dias 11/06/2021, conforme constam nos Anexos I, II e III deste edital.

Art. 7º. Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I – CRONOGRAMA DE ESCOLHA DE VAGAS

ÁREA DE ATUAÇÃO	DATA	HORÁRIO
Professor de Educação Física + Arte	11/06/2021	9h
Atendimento Educacional Especializado (AEE) Professor de Educação Especial II	11/06/2021	9h20
Professor de Educação Especial	11/06/2021	9h20
Professor de Anos Iniciais + Apoio Pedagógico	11/06/2021	9h30
Professor de Educação Infantil	11/06/2021	10h
Auxiliar de Sala	11/06/2021	10h10
Auxiliar de Creche	11/06/2021	10h20

ATENÇÃO:

- O candidato deverá comparecer no horário inicial da chamada conforme cronograma, munido do comprovante de escolaridade e de documento oficial de identificação com foto;
- Segue endereço do local onde serão realizadas as escolhas das vagas: Rua Leoberto Leal, número 191 fundos, bairro Tapajós – Indaial/SC – Secretaria de Educação.

ANEXO II – RELAÇÃO DAS VAGAS

Área de Atuação	Número de vagas	Período	Escolas/ Unidades
Educação Física + Arte	2 vagas	Mat./Vesp.	Encano Central/ Úrsula/ Mário Bonessi/ Maria Helena/ Anna Alves/ Curumim/ Encano do Norte
Atendimento Educacional Especializado (AEE) - Professor de Ed. Especial II	1 vaga	Mat/Vesp	Hilário + Brilho do Sol + São Judas
Professor de Educação Especial	1 vaga	Vesp.	Colégio Municipal
Professor de Anos Iniciais + Apoio Pedagógico	4 vagas	Mat./Vesp.	Mulde/ Ana Lúcia/ Arapongas/ Anna Alves/ Encano Central
Professor de Educação Infantil	2 vagas	Mat./Vesp.	Elsa S +Aquarela/ Augusto Moser
Auxiliar de Sala	3 vagas	Mat./Vesp.	Úrsula/ Anna Alves/ Leopoldo
Auxiliar de Creche	5 vagas	Mat./Vesp.	Encano do Norte/ Elsa Schreiber

ANEXO III – LISTAGEM DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

Conforme classificação Processo Seletivo Nº 003/2020/EDUCAÇÃO

Professor de Educação Física | Ensino Superior

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
69	589	11/02/1993	RAFAEL PEROSSO
70	1598	30/04/1992	JENNIFER RICARDO PEREIRA
71	1952	17/09/1998	JAQUELINE ROBERTA FISCHER
72	1922	21/01/1988	MAIKON JOSÉ CANDIDO
73	657	10/01/1981	CARLOS ALEXANDRE MALAQUIAS DA SILVA
74	2089	18/08/1992	RODRIGO DOS REIS RIBEIRO

Professor de Educação Especial II (habilitado) | Ensino Superior + (AEE)

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
86	713	30/11/1979	ROSILENE BONOMINI CESARINO - reclassificado

87	1350	23/06/1983	FLAVIO DIAS DE ALMEIDA - reclassificado
88	1760	08/06/1965	MARACI CONCEIÇÃO PINHO - reclassificado
89	718	11/06/1982	JULIA GRASIELA DA SILVA GAVIOLI - reclassificado
90	526	13/07/1995	FRANCIELE MOREIRA DOS SANTOS - reclassificado
91	358	23/09/1976	JOANARA GRACIELA POSSAMAI MATUSZAKI - reclassificado
92	2404	29/09/1961	WILMA APARECIDA CHAVES - reclassificado
93	1406	24/01/1975	EVA DA APARECIDA SILVA - reclassificado
94	700	28/09/1981	PATRICIA LOES - reclassificado
95	1395	17/03/1990	CARLA SEMAN WEBER - reclassificado
96	1569	12/04/1981	MARLI DA SILVA ALONÇO DOS REIS - reclassificado
97	2131	30/12/1981	DÉBORA ANDREA LEAL DOS SANTOS DE ANDRADE- reclassificado
98	795	20/11/1977	ELIANE APARECIDA TEIXEIRA MEDEIROS KUHN - reclassificado
99	883	05/02/1994	SILMARA NASCIMENTO DE CARVALHO - reclassificado

Professor de Anos Iniciais | Ensino Superior

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
144	1576	29/11/1986	KELLY CRISTINA EBERT
145	808	18/08/1962	CLARICE KOGLIN
146	1806	01/05/1989	ANGELA PANDINI
147	288	29/01/1990	SAMILA COUTINHO SANTOS MARQUES
148	905	30/08/1979	JOSEANE JACQUES
149	2722	13/01/1982	JOSIANE APARECIDA RAMOS
150	2130	02/04/1983	LIOMAR VALDIR FORTUNATO
151	2067	22/02/1982	KATHIA MAHS WEISS
152	1182	16/09/1981	LETÍCIA DA SILVA PORTO ANGIOLETTI
153	1548	27/12/1985	ANA PAULA GEBHARDT SCHLINDWEIN
154	360	28/06/1977	MARIA CLAUDIA DA VEIGA FELIZARI
155	777	29/05/1978	JANAÍNA MARIA DE OLIVEIRA
156	1480	09/08/1994	SAMARA LUIZA RIOLA GEBIEN
157	2498	07/12/1982	FERNANDA AMORIM
158	2452	05/06/1966	NEUSA FRANCISCA DO CARMO

Professor de Educação Infantil | Ensino Superior

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
184	1832	02/05/1989	VANESSA VIGARANI
185	1234	15/04/1995	TASSIANA BEATRIZ LESSA
186	1165	13/11/1999	ESTEFANI WARMEILING
187	2008	18/02/1983	ANA CAROLINA DOS SANTOS OLIVEIRA
188	192	10/09/1998	EDUARDA DE BARROS
189	832	03/09/1978	CLAUDINÉIA KRAINZ RODRIGUES

Auxiliar de Creche | Ensino Médio Completo

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
210	2263	18/12/1987	ALESSANDRA FRANCIELE NAUMANN
211	763	05/12/1991	LISANDRA HILDA DOS SANTOS
212	355	04/01/1990	MAIARA RICHTER ESSER
213	328	13/02/1963	MARIA TERESINHA PEREIRA
214	1738	04/01/1988	FRANCIELY FARIAS
215	271	11/08/1989	JAQUELINE DA CRUZ ROSA SACHETTI
216	1470	10/05/1994	LENY GABRIELE DA SILVA
217	1773	21/02/1999	SARAH FERNANDES DE OLIVEIRA
218	2320	04/04/1998	LUANA HEIDERSCHIEDT

219	2650	18/04/1993	BRENDA SANSÃO
220	474	18/07/1983	DAYSE BARBOSA DA SILVA E SILVA
221	1493	25/06/1990	SCHEILA MOREIRA DO PRADO

Auxiliar de Sala | Ensino Médio Completo

Ordem	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
83	837	13/12/2002	DANIELA BURG
84	529	08/04/1980	ANABEL MARA WERNER
85	1796	01/10/1999	LAURO SAMUEL DE FARIAS RIBEIRO
86	1400	21/11/1966	SONIA ELIZIA REINERT
87	1750	25/04/1995	JESSICA ALINE PUGSLEY
88	2470	10/08/2002	GABRIELE MARTINS DE SOUZA
89	2351	10/02/2000	LARISSA NIENKOTTER
90	1543	14/02/1961	ARMELINDA VANDERLINDE
91	2122	13/10/1990	JONATHAN MIKAELL WANZUITA SIRONI
92	161	24/06/1996	ISA GARDENIA SILVA BATISTA

Obs: Exclusivamente para o ano de 2021, as atividades de Apoio Pedagógico serão destinadas aos estudantes do 1º ao 9º ano. O Apoio Pedagógico será mediado por um professor com habilitação em Pedagogia e/ou habilitação em Letras. Serão disponibilizadas vagas com jornada semanal de 40 horas, prioritariamente, abrindo-se para 20 horas no caso do não preenchimento destas vagas, conforme o quadro de vagas. As vagas serão disponibilizadas para o professor ACT conforme a lista de classificação do Edital do Processo Seletivo Nº 003/2020 e Nº 004/2021. O professor que atuar no atendimento de Apoio Pedagógico terá previsto como hora atividade em sua carga horária 7 (sete) aulas com duração de 45 min a cada 20 horas semanais, cumpridas integralmente na instituição. Essas aulas serão destinadas ao planejamento individual e/ou com o professor regente, elaboração de relatórios avaliativos, confecção de materiais, reuniões com a equipe diretiva, entre outras demandas relacionadas ao desempenho da função.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 3685/2021

Publicação Nº 3093094

. DECRETO Nº 3685/21
. De 10 de junho de 2021

RELACIONA OS PROFISSIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO COM JORNADA SUPLEMENTAR EXERCÍCIO 2021.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 113/2011 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam relacionados os Profissionais da Rede Municipal de Educação, com Jornada Suplementar Exercício 2021, com data inicial em 01 de junho de 2021 e vigência até 30 de junho de 2021, conforme Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Ato da Secretaria Municipal de Educação poderá cessar a execução da jornada suplementar antes do fim do período estabelecido no artigo anterior, conforme o caso, se não houver mais motivo justificador de sua execução pelos profissionais relacionados no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de junho de 2021.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

JORNADA SUPLEMENTAR EXERCÍCIO 2021

De 01 a 30 de junho de 2021.

Nº	Servidor	Motivo	Disciplina	Vinculado
01	HELENA LERNER	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 2º ANO	Vaga aberta para efetivação

02	ELIENE LAGO MARTINS	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 4º ANO	Substituindo a professora Marineusa Cunha de Sá 20h- Coordenadora Geral da Secretaria de Educação
03	DANIELA LEOPOLDO DA SILVA OLIVEIRA	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 3º ANO	Turma provisória para 2020 (mediante demanda, necessidade de desdobramento de turma)
04	JOELMA DEMONTI TISO	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 4º ANO	Vaga aberta para efetivação
05	ROSE MARY DALPIAZ CORREA	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 2º ANO	Vaga aberta para efetivação
06	KELLY CRISTINA NERI	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 3º ANO	Substituindo Thiciana Poltronieri Nocetti 20h – Espaço Educa +
07	NILVA MARIA MIGUEL	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 2º ANO	Vaga aberta para efetivação
08	ELAINE CHRISTINA REBOUÇAS DE ARAUJO	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 2º ANO	Vaga aberta para efetivação
09	NILZA STEFEN	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 4º ANO	Substituindo a professora Janaina Thais Traebert 20h - Diretora EBM Tancredo de Almeida Neves
10	ADRIANE MARIA MARCHIORATO	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 3º ANO	Substituindo Vitor Arthur Dietrich 20h – Diretor EBM Encano Central
11	JAQUELINE ANDRESSA KROEGER SCHMITZ	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 2º ANO	Vaga aberta para efetivação
12	VIVIAN GEISLER WENDORF	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	HISTÓRIA	Vaga aberta para efetivação
13	FELIPE NUNES NOBRE	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	HISTÓRIA	Vaga aberta para efetivação
14	ITAMAR DELLANI	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	HISTÓRIA	Substituindo Luciana Suely Vehmuth 10h – Diretora EBM Mulde Baixa
15	JANAINA DA SILVA CANDIDO	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	PORTUGUÊS	Vaga aberta para efetivação
16	TAMARA BEIMS G. ALTENBURG	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	PORTUGUÊS	Vaga aberta para efetivação
17	BIANCA SULIEE KORC CORREA	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	PORTUGUÊS	Vaga aberta para efetivação
18	MARIA ZENILDA DA LUZ	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	MATEMÁTICA	Vaga aberta para efetivação
19	JULIA DALRI PINHEIRO	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	MATEMÁTICA	Vaga aberta para efetivação
20	ROSE MARY ANACLETO	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	MATEMÁTICA	Vaga aberta para efetivação
21	VIVIANE APARECIDA PEDRO SIMÃO	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	MATEMÁTICA	Vaga aberta para efetivação
22	DEBORA CARLINE REINECKE	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ARTE	Substituindo Lidiane Aparecida Sabino 20h – Diretora da EBM Rudolfo Alfarth
23	MARCIA DE AMORIM DRAEGER	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ARTE	Vaga aberta para efetivação
24	SABRINA ISAURA CARLINI	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ARTE	Vaga aberta para efetivação
25	GABRIELA BENTO PORTO	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	ARTE	Substituindo o professor Daniel Reis 10h – Diretor do Colégio Municipal de Indaial
26	PATRÍCIA REGIANE TOMASELLI	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	ARTE	Vaga aberta para efetivação
27	MANOEL TAVARES FILHO	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	INGLÊS	Substituindo a professora Joselice Lemes de Oliveira – readaptada como Atendente de Biblioteca
28	QUESIA SILVA DOS SANTOS	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	INGLÊS	Vaga aberta para efetivação
29	CATIANE HENN	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	INGLÊS	Vaga aberta para efetivação

30	ANGELA APARECIDA POYER	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	CIÊNCIAS	Substituindo a professora Dirce Devigili – readaptada como Atendente de Biblioteca
31	ALEXANDRE TAKIO KITAGAWA	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	CIÊNCIAS	Vaga aberta para efetivação
32	FELIPE GALVÃO DUARTE	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	CIÊNCIAS	Substituindo Dirce Devigili – Readaptada
33	ANA PAULA FONSECA ALKIMIN ASSIS	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Vaga aberta para efetivação
34	LAERTE FLORIANI NETO	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Substituindo o professor Adalberto Salvino Castellain Filho 10h – FME Substituindo a professora Elke Dalabrida 10h – Diretora de Ensino – Secretaria de Educação
35	LEANDRO FERREIRA GANG	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Vaga aberta para efetivação
36	PRICILA CAROLINA DOEGE	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Vaga aberta para efetivação
37	DENISE REZENDE FLORA	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Vaga aberta para efetivação
38	ELIZANDRA COLPANI DE OLIVEIRA	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Substituindo a professora Maria Aparecida Machado Krauss – Professora responsável pelo Projeto Escola Integral - EBM Encano Central
39	JOACIR TASCHNER	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Vaga aberta para efetivação
40	DANIELA SOARES GIOVANELLA	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Vaga aberta para efetivação
41	MARIA APARECIDA MACHADO KRAUSS	JORNADA SUPLEMENTAR 10 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Professora responsável pelo Projeto Escola Integral - EBM Encano Central
42	FABIO ELISIO	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Vaga aberta para efetivação
43	BIAFRA SPINDOLA PEREIRA	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Substituindo o professor Adalberto Salvino Castellain Filho 10h – FME + vaga aberta para efetivação
44	MARIA ANGÉLICA BLOCK	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	EDUCAÇÃO FÍSICA	Substituindo a professora Bruna Deodona Ferrari 20h - SED
45	JOICE MARIANA WITHOEFT	JORNADA SUPLEMENTAR 20 HORAS	ENSINO FUNDAMENTAL 2º ANO	Vaga aberta para efetivação

Observação: os professores em Jornada Suplementar também possuem 1/3 de hora atividade, conforme a sua respectiva carga horária.

Silvio Cesar da Silva
Indaial, SC, 10 de junho de 2021.

DECRETO Nº 3687/2021

Publicação Nº 3093101

. DECRETO Nº 3687/21
. De 10 de junho de 2021

ALTERA O DECRETO Nº 1.074/2019 / NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 5.714/19 e demais dispositivos legais em vigor, DECRETA:

Art. 1º - Altera o Decreto nº 1.074/2019 que nomeia o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, gestão 2013/2014, de acordo com o que determina a Lei 4.210/10, as pessoas a seguir relacionadas:

a) Um representante titular e suplente do Poder Executivo Municipal;
Titular: Rafael Nagel
Suplente: Jacqueline Ebert Bogo

b) Um profissional titular e suplente, habilitado, com atuação na área ambiental, credenciado pelo respectivo conselho profissional, indicado pelo Prefeito Municipal;

Titular: Sérgio Feuser
Suplente: Alexandre Tamanini

c) Um representante titular e suplente do Departamento de Meio Ambiente;
Titular: Leonardo Campagnolo Agostini
Suplente: Maria Pires Prates

d) Um representante titular e suplente da Secretaria Municipal de Agricultura;
Titular: Walfredo Haag
Suplente: Marcela Peixe

e) Um representante titular e suplente da Secretaria Municipal de Educação;
Titular: Sheila Milene Gebien Vargas
Suplente: Shirlei Cavila Camilotti

f) Um representante titular e suplente da Secretaria Municipal de Planejamento;
Titular: Eduardo Henrique Dallabona Kruczinski
Suplente: Patricia Nickhorn e Silva

g) Um representante titular e suplente do Departamento da Vigilância em Saúde;
Titular: Aline Machado dos Santos
Suplente: Nicolý Morgana Vogel

h) Um representante titular e suplente da Defesa Civil do Município de Indaial;
Titular: Ivo Ockner
Suplente: Felipe Fortes

i) Um representante titular e suplente da Associação Comercial e industrial de Indaial ACIDI;
Titular: Almir Rogério do Carmo
Suplente: Rosângela Cristina de Paula

j) Um representante titular e suplente da Associação de Micro e Pequenos Empresários de Indaial AMPE;
Titular: Roseli Nascimento Monteiro
Suplente: Carlos Roberto Grippa

k) Um representante titular e suplente da instituição de ensino de nível superior no município;
Titular: Luis Augusto Ebert
Suplente: Marquiel Duarte Vidal

l) Um representante titular e suplente de Clubes de Serviços no Município de Indaial;
Titular: Adelor Eduardo Schuster
Suplente: Edson Roberto Mibratz

m) Um representante titular e suplente do Corpo de Bombeiros Voluntários do Município de Indaial;
Titular: Evandro Vinotti
Suplente: Edson Schneider

n) Um representante titular e suplente dos produtores rurais, indicado pelo Conselho de Desenvolvimento Rural de Indaial, CONDRI;
Titular: Carma Ladevig
Suplente: Cláudio Bartolome

o) Um representante titular e suplente de ONGs e OSCIPs, legalmente constituídas e sediadas no município de Indaial;
Titular: Heinz Beyer
Suplente: Erileni Duve Doege

p) Um representante titular e suplente de associações de moradores sediadas e legalmente constituídas no Município de Indaial
Titular: Regiane Nafin Backes
Suplente: Valdir Cristovão

q) Um representante titular e suplente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Indaial CDL;
Titular: Carlos Eduardo Schwanz
Suplente: Rafael Waldrich

r) Um representante titular e suplente da subseção da OAB/Indaial.
Titular: Lauri Possamai
Suplente: André Pereira

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1.074/2019.

Município de Indaial, em 10 de junho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 3688/2021

Publicação Nº 3093102

. DECRETO Nº 3688/21

. De 10 de junho de 2021

HOMOLOGA O RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ESPORTE – LISTA DE TÉCNICOS 001/2021.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

CONSIDERANDO a Lei Municipal 5855 de 2021 que institui o Programa Bolsa-Esporte Municipal e dá outras providências.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 3347 de 2021 que homologa o edital que regulamenta o processo de inscrição, seleção e desligamento referente ao Programa Bolsa-Esporte, instituídos pela lei 5855 de 2021, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Divulga as Listas de Técnicos e Atletas selecionados no Programa Bolsa Esporte Municipal, listas constantes dos anexos, integrando para efeitos legais o presente decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de maio de 2021, revogando os decretos 3622, 3623 e 3665 de 2021.

Município de Indaial, em 10 de junho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

LISTA DE TÉCNICOS 001/2021

Nº	NOME	MODALIDADE	Valor Disponibilizado	SITUAÇÃO
01	DOUGLAS EDUARDO THEISS	KICKBOXING	R\$ 800,00	CONTEMPLADO
02	VALMIR THEISS	KICKBOXING	R\$ 1.600,00	CONTEMPLADO
03	ROMEU MAZZOLI	KARATÊ	R\$ 2.400,00	CONTEMPLADO
04	DOUGLAS JOSÉ TORQUATO	KARATÊ	R\$ 2.400,00	CONTEMPLADO
05	PABLO MANOEL BATISTA	JUDO	R\$ 800,00	CONTEMPLADO
06	MATHEUS DOS SANTOS	JUDO	R\$ 800,00	CONTEMPLADO
07	JAISON PEDRO FUSINATO	JIU JITSU	R\$ 800,00	CONTEMPLADO
08	ALCINO SEIBT	JIU JITSU	R\$ 800,00	CONTEMPLADO
09	CARLOS GERMANO DOEGE	CICLISMO	R\$ 2.400,00	CONTEMPLADO
10	LUIZ EDUARDO BORTOLINI	BASQUETE	R\$ 2.400,00	CONTEMPLADO
11	TAUANA CRISTINA DIAS TOMAZINI	PATINAÇÃO	R\$ 800,00	CONTEMPLADO
12	KELVIN EITON DOS SANTOS	FUTEBOL	R\$ 2.400,00	CONTEMPLADO
13	LEANDRO DA SILVA FRANÇA	FUTEBOL	R\$ 2.400,00	CONTEMPLADO
14	DANIEL STEDILE	FUTSAL FEMININO	R\$ 2.400,00	CONTEMPLADO
15	JOSELIO FLRESCH	FUTEBOL	R\$ 2.400,00	CONTEMPLADO
16	MARCONDES FAGGIANI	VÔLEI DE AREIA	R\$ 800,00	CONTEMPLADO
17	LAILA GABRIELE REETZ	VÔLEI	R\$ 1.600,00	CONTEMPLADO
18	JOICE MARILEIA CORREIA	TÊNIS DE MESA	R\$ 2.400,00	CONTEMPLADO
19	IGOR DE OLIVEIRA INSAURRIAGA SILVA	PARADESPORTO	R\$ 2.400,00	CONTEMPLADO
20	JURANDIR DE SOUZA CAMPOS ECRHARDT	NATAÇÃO/ HIDRO	R\$ 2.400,00	CONTEMPLADO
21	AMANDA CAROLINA CAETANO	HIDROGINÁSTICA	R\$ 2.400,00	CONTEMPLADO
22	DANIELA CRISTINA FINK	GR	R\$ 800,00	CONTEMPLADO
23	GISELE M. DA SILVA DE MELO	GR	R\$ 2.400,00	CONTEMPLADO
24	GUILHERME BRAATZ VETTER	HANDEBOL	R\$ 2.400,00	CONTEMPLADO
25	ELISANDERSON MARIOTTO	HANDEBOL	R\$ 1.600,00	CONTEMPLADO
26	EVERALDO PAULO FERRARI	ATLETISMO	R\$ 1.600,00	CONTEMPLADO
27	PAULO ROMEU PEREIRA DE MORAES	JIUJITSU	R\$ 800,00	CONTEMPLADO
28	RICARDO DA SILVA	JIU JITSU		CADASTRO RESERVA
29	VALDELIO ADRIANO DE OLIVEIRA	JIU JITSU		CADASTRO RESERVA
30	SANDRO RICARDO MALKOWSKI	JUDO		CADASTRO RESERVA

31	BRIAN WILLIAN SCHMOEGEL	ATLETISMO		CADASTRO RESERVA
32	PEDRO HONÓRIO NASCIMENTO	ATLETISMO		CADASTRO RESERVA
33	CARLOS CEZAR MORASTONI	ATLETISMO		CADASTRO RESERVA
34	EVERALDO PAULO FERRARI	ATLETISMO		CADASTRO RESERVA
35	MARLON CRISTIANO RAHN	XADREZ		CADASTRO RESERVA
36	ERLIEL GONÇALVES DE ALMEIDA	FUTEBOL / FUTSAL		CADASTRO RESERVA
37	HIGARO PAPION DA SILVA RAMOS	FUTEBOL / FUTSAL		CADASTRO RESERVA
38	ELISANDRO R. P. DA SILVA	FUTEBOL / FUTSAL		CADASTRO RESERVA
39	RAFAEL PEROSSO	FUTEBOL / FUTSAL		CADASTRO RESERVA
40	CARLOS FELIPE BARTH	FUTEBOL FEMININO		CADASTRO RESERVA
41	PAULO MURAROLLI DOS SANTOS	FUTEBOL / FUTSAL		CADASTRO RESERVA
42	MATEUS RAMIRES COSTA	FUTSAL		CADASTRO RESERVA
43	MARCOS BURG	FUTSAL		CADASTRO RESERVA
44	ELTON JHON CARVALHO DA SILVA	FUTEBOL		CADASTRO RESERVA
45	LAERT FLORIANI NETO	DESPORTO ESCOLAR		CADASTRO RESERVA
46	LUDIMILA DARIO MONTEIRO	ATIV. GRUPOS ESPECI.		CADASTRO RESERVA
47	MARCELO SABEL	BOCHA		CADASTRO RESERVA
48	LUCAS AUGUSTO BRANDÃO	TÊNIS DE MESA/ PARADES- PORTO		CADASTRO RESERVA
49	LUIZ CARLOS MACEDO	DESPORTO 3º IDADE		CADASTRO RESERVA
50	GILBRAN ZARDI DOS SANTOS	ATIV. GRUP. ESPEC.		CADASTRO RESERVA
51	ATENIR PAULO RIBEIRO	KARATÊ		CADASTRO RESERVA
52	LUIZ MILMERSTED DE MATOS	PARADESPORTO		CADASTRO RESERVA
53	GUIOVANA KELLY SORDI	DESPORTO ESCOLAR		CADASTRO RESERVA
54	BIAFRA SPINDOLA PEREIRA	DESPORTO ESCOLAR		CADASTRO RESERVA
55	CARLOS EDUARDO SCHURE	DESPORTO ESCOLAR		CADASTRO RESERVA
56	BENJAMIN SCHMAL	FUTSAL/ DESP. ESC./ ATLE- TISMO/ BASQUET		CADASTRO RESERVA
57	ALINE DE FREITAS MAAS	DESPORTO ESCOLAR		CADASTRO RESERVA
58	TATIANA ESPINDOLA BRANDES	GR		CADASTRO RESERVA
59	BRUNA LEITE DE ABREU	GR/ ATIV RITMICA/ PREPA- RAÇÃO/ GRU ES		CADASTRO RESERVA
60	ALEXANDRE TIAGO VASCINESKI	HANDEBOL		CADASTRO RESERVA
61	OSWALDO RODRIGUES GOES NETO	HANDEBOL		CADASTRO RESERVA
62	VANDERLEI WATERSTRADT	HANDEBOL		CADASTRO RESERVA
63	DIEGO KONKEVITZ	HANDEBOL		CADASTRO RESERVA
64	FERNANDO MILLARÉ	PREPARAÇÃO/ REABILITA- ÇÃO FÍSICA		CADASTRO RESERVA
65	ANDERSON INACIO MIGLIORINI	PREPARAÇÃO/ REABILITA- ÇÃO FÍSICA		CADASTRO RESERVA
66	GISELE CRISTINA MARCIEL FLORES	RECREAÇÃO/ GRUP. ESPC		CADASTRO RESERVA
67	GIOVANA KELLY SORDI	NATAÇÃO		CADASTRO RESERVA

Lista de ATLETAS 001/2021

Nº	Nome	Modalidade	Valor	SITUAÇÃO
01	ISABEL BEATRIZ BONFIN	JIU JITSU	R\$ 300,00	APROVADO
02	ANA PAULA LOPES DE MORAES	JIU JITSU	R\$ 300,00	APROVADO
03	ANISIO FUCK	PARADESPORTO	R\$ 450,00	APROVADO
04	DANIEL BERRI	TÊNIS DE MESA	R\$ 300,00	APROVADO
05	RAFAEL PEREIRA VELLWOCK	TÊNIS DE MESA	R\$ 300,00	APROVADO
06	YASMIM PEREIRA	NATAÇÃO	R\$ 450,00	APROVADO
07	BRUNA MASSON DO SANTOS	PATINAÇÃO	R\$ 450,00	APROVADO
08	ELOIZA MASSON DOS SANTOS	PATINAÇÃO	R\$ 300,00	APROVADO
09	CAROLINE RIBEIRO UZEIKA	KICK BOXING	R\$ 450,00	APROVADO
10	ELDA FREITAS THEIS	KICK BOXING	R\$ 450,00	APROVADO
11	GUSTAVO HENRIQUE GIOVANELLA	KICK BOXING	R\$ 450,00	APROVADO
12	CIBELY BARTH	PATINAÇÃO		NÃO HABILITADO
13	VALTER TORRES DELPINO	JIU JITSU		NÃO HABILITADO
14	PIETRA LETICIA BUSS LOPES	JIU JITSU		NÃO HABILITADO
15	BARBARA REGINA DA SILVA	JIU JITSU		NÃO HABILITADO
16	JOÃO PAULO LOPES DE MORAES	JIU JITSU		NÃO HABILITADO
17	ELOÁ LOPES	JIU JITSU		NÃO HABILITADO
18	ANDRE CELESTINO	JIU JITSU		NÃO HABILITADO
19	LUIZA GABRIELLI ELIAS	CICLISMO		NÃO HABILITADO

20	GUSTAVO HENRIQUE LADEVIG	NATAÇÃO		NÃO HABILITADO
21	SIDNEI REDEL JR.	NATAÇÃO		NÃO HABILITADO
22	VICTOR HUGO DA SILVA	KARATÊ PAULO		NÃO HABILITADO
23	EMILY CAROLINE MARIANO	KARATÊ PAULO		NÃO HABILITADO
24	IVAN LUCAS MARIANO	KARATÊ PAULO		NÃO HABILITADO
25	KEMELY EDUARDA MARIANA	KARATÊ PAULO		NÃO HABILITADO
26	MARIA EDURDA SCHNEIDER	KARATÊ PAULO		NÃO HABILITADO
27	ANA FLÁVIA SCHNEIDER RIBEIRO	KARATÊ PAULO		NÃO HABILITADO
28	BRUNO GABRIEL VOIGT	JIU JITSU		NÃO HABILITADO
29	OSMAIR CARDOSO	JIU JITSU		NÃO HABILITADO
30	SAMUEL FRANÇA CHAVES	KARATE PAULO		NÃO HABILITADO
31	TIAGO DA SILVA	JIU JITSU / JUDO		NÃO HABILITADO
32	HENRIQUE CARIOCA DOS SANTOS	KARATE DOUGLAS		NÃO HABILITADO
33	MAYCOW L. MACHADO	JIU JITSU / JUDO		NÃO HABILITADO
34	SARA ALVES DE JESUS	JIU JITSU / JUDO		NÃO HABILITADO
35	MAICOM MABA	KARATE PAULO		NÃO HABILITADO
36	HENRIQUE WOLFF DOS SANTOS	KARATE DOUGLAS		NÃO HABILITADO
37	JAINE EHMKE	KARATE DOUGLAS		NÃO HABILITADO
38	THIAGO HENRIQUE HABECH	CICLISMO SAPO VERDE		NÃO HABILITADO
39	HEITOR ALGUSTO KOESCH	CICLISMO AVEC		NÃO HABILITADO
40	MARIE ESLOMP	PATINAÇÃO		NÃO HABILITADO
41	BEATRIZ ELENA SCHWARZ	PATINAÇÃO		NÃO HABILITADO
42	MATHEUS HENRIQUE BASTOS	MOTOCICLISMO		NÃO HABILITADO
43	JEAN LUCAS FERREIRA GIELANT	FUTEBOL		NÃO HABILITADO

DECRETO Nº 3689/2021

Publicação Nº 3093106

. DECRETO Nº 3689/21
. De 11 de junho de 2021
CANCELA GRATIFICAÇÃO /MAICON FABRICIO BENTO DE OLIVEIRA CHAVES

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica cancelada a gratificação Nível II, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) do servidor Maicon Fabricio Bento de Oliveira Chaves, auxiliar de serviços gerais do quadro de funcionários desta prefeitura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de junho de 2021.

Município de Indaial, em 11 de junho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 3690/2021

Publicação Nº 3093064

. DECRETO Nº 3690/21
. De 11 de junho de 2021
RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR / MUNICÍPIO DE INDAIAL.

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecida, pelo Município de Indaial, as seguintes despesas, de competência de Exercício anterior, conforme abaixo:

ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDAIAL
O.U.	09.001
P.A.	2350
ELEMENTO/CTA	333909239000000
VINCULO	1000000

CREDOR	GUIA VEICULOS LTDA
VALOR	R\$ 2.410,00
N.FISC/FAT./REC.	120231

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de junho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 3692/2021

Publicação Nº 3093856

. DECRETO Nº 3692/21

. De 11 de junho de 2021

ALTERA O DECRETO Nº 654/14 QUE REGULAMENTA O SISTEMA E REGISTRO DE PREÇOS PREVISTO NO ARTIGO 15 DA LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E ARTIGO 11 DA LEI FEDERAL Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

André Luiz Moser, Prefeito de Indaial, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 92, VIII, da Lei Orgânica Municipal

:

CONSIDERANDO o Ofício nº 400-21-3ºBBM do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, encaminhado pelo Comandante do 1º Grupo (Indaial), 3º Sargento BM Maykel Artino Campestrini;

CONSIDERANDO o disposto no inciso II e § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e recentemente o artigo 40 da LEI Federal nº 14.133/2021, que dispõe sobre o Sistema de Registro de Preços;

CONSIDERANDO a Decisão nº 69/2020 do TCE/SC, datada de 19/02/2020, originada a partir de consulta efetuada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, dando conta da possibilidade de adesão por parte dos municípios na condição de órgão não participante, desde que cumpridos os requisitos específicos para tal (Processo n.: @CON 17/00808114). Nesse sentido, no caso sob exame (aquisição de 15 EPRs por meio de "carona" à Ata de Registro de Preços nº 17/2020, Edital nº 21/2020/SENASP);

CONSIDERANDO, o Convênio nº 006/2018, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, o Município de Indaial e o Corpo de Bombeiros Militar, que visa a execução dos serviços de bombeiros estabelecidos no art. 108 da Constituição Estadual, particularmente os de prevenção, combate a sinistros, busca e salvamentos de pessoas e bens, em consonância ao Art. 3º da Lei nº 13.425 de 30 de março de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade de aquisição dos bens e serviços cujos preços foram registrados e que estes geralmente atendem o binômio custo/benefício;

DECRETA:

Art.1º Fica alterado o §6º do artigo 22, do Decreto nº 654/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22 ...

§ 6º É facultado aos órgãos e entidades da administração pública municipal a adesão por meio de "carona" à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade federal, distrital, estadual ou municipal.”

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de junho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 3693/2021

Publicação Nº 3093874

. DECRETO Nº 3693/21

. De 11 de junho de 2021

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2021 DO MUNICÍPIO DE INDAIAL, PROVENIENTE DE RECURSOS DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.837/20, em especial o art. 11, inciso II,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do Município de Indaial, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) destinados a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Destinação / Vínculo	Valor do Crédito Adicional
05.001.0012.0361.0005.1201 – Aquisição de Equipamentos – Informática Pedagógica 3449000000000000 – Despesas de Capital / Investimentos / Aplicações diretas	03360000 – Salário Educação – Exerc. Anterior	32.000,00

Dotação	Destinação / Vínculo	Valor do Crédito Adicional
05.001.0012.0361.0005.1202 – Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes – Ensino Fundamental 3449000000000000 – Despesas de Capital / Investimentos / Aplicações diretas	03360000 – Salário Educação – Exerc. Anterior	50.000,00

Dotação	Destinação / Vínculo	Valor do Crédito Adicional
05.002.0012.0365.0005.1222 – Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes – Educação Infantil 3449000000000000 – Despesas de Capital / Investimentos / Aplicações diretas	03360000 – Salário Educação – Exerc. Anterior	50.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo 1º, serão cobertas com recursos provenientes do Superávit Financeiro da ordem de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) apurados na disponibilidade da destinação de recursos 03360000 – Salário Educação – Exercício anterior proveniente do Exercício Financeiro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de junho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 3694/2021

Publicação Nº 3093889

. DECRETO Nº 3694/21

. De 11 de junho de 2021

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR /MUNICÍPIO DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas pelo Município de Indaial as despesas empenhadas não processadas e inscritas em restos a pagar, conforme segue:

ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDAIAL
Nº EMPENHO	30/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	SIGMAFONE COM TELECOM E INFORMÁTICA LTDA
VALOR EMPENHADO	R\$ 3.305,00
VALOR A CANCELAR	R\$ 3.305,00
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDAIAL
Nº EMPENHO	28/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	MACIEL WARMEING 06609946906
VALOR EMPENHADO	R\$ 315,00
VALOR A CANCELAR	R\$ 315,00
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA

ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
Nº EMPENHO	1542/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	LOJAS PRESIDENTE LTDA
VALOR EMPENHADO	R\$ 89,90
VALOR A CANCELAR	R\$ 89,90
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
Nº EMPENHO	2460/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP
VALOR EMPENHADO	R\$ 2.419,00
VALOR A CANCELAR	R\$ 2.419,00
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
Nº EMPENHO	2555/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	COMPANHIA ULTRAGAZ SA
VALOR EMPENHADO	R\$ 116,00
VALOR A CANCELAR	R\$ 116,00
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
Nº EMPENHO	2659/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP
VALOR EMPENHADO	R\$ 30.048,00
VALOR A CANCELAR	R\$ 30.048,00
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
Nº EMPENHO	3854/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	ISABELA SCHARF BARACUHY ME
VALOR EMPENHADO	R\$ 93,12
VALOR A CANCELAR	R\$ 93,12
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
Nº EMPENHO	5976/2020

ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	COMERCIAL ISABEL E NEUSA LTDA
VALOR EMPENHADO	R\$ 159,80
VALOR A CANCELAR	R\$ 159,80
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
Nº EMPENHO	6999/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	TOMIO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA
VALOR EMPENHADO	R\$ 52,20
VALOR A CANCELAR	R\$ 52,20
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
Nº EMPENHO	6996/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	ELETRO MECÂNICA SCHROEDER EIRELI
VALOR EMPENHADO	R\$ 62,00
VALOR A CANCELAR	R\$ 62,00
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
Nº EMPENHO	6995/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	ELETRO MECÂNICA SCHROEDER EIRELI
VALOR EMPENHADO	R\$ 75,00
VALOR A CANCELAR	R\$ 75,00
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
Nº EMPENHO	7177/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	INDALOG PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA
VALOR EMPENHADO	R\$ 21,82
VALOR A CANCELAR	R\$ 21,82
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
Nº EMPENHO	7162/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	ISABELA SCHARF BARACUHY ME

VALOR EMPENHADO	R\$ 116,40
VALOR A CANCELAR	R\$ 116,40
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
Nº EMPENHO	7187/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	COMERCIAL ISABEL E NEUSA LTDA
VALOR EMPENHADO	R\$ 109,99
VALOR A CANCELAR	R\$ 109,99
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
Nº EMPENHO	7839/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	INOVA TECH INFORMÁTICA EIRELI
VALOR EMPENHADO	R\$ 1.199,20
VALOR A CANCELAR	R\$ 1.199,20
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
Nº EMPENHO	8295/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	CLIMA VALE CLIMATIZAÇÃO E AQUECEDORES LTDA ME
VALOR EMPENHADO	R\$ 600,00
VALOR A CANCELAR	R\$ 600,00
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
Nº EMPENHO	8684/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	DOKARA COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA – ME
VALOR EMPENHADO	R\$ 199,50
VALOR A CANCELAR	R\$ 199,50
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDIAIAL
Nº EMPENHO	9207/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	LUAN MACIEL BASSANI 04707827900
VALOR EMPENHADO	R\$ 220,00

VALOR A CANCELAR	R\$ 220,00
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA
ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDAIAL
Nº EMPENHO	9114/2020
ESPÉCIE	ORDINÁRIO
CREDOR	COMERCIAL MULTIVILLE LTDA ME
VALOR EMPENHADO	R\$ 115,80
VALOR A CANCELAR	R\$ 115,80
MOTIVO	DESPESA NÃO EFETUADA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de junho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PORTARIA Nº 86/2021

Publicação Nº 3093100

. PORTARIA Nº 86/21

. De 09 de junho de 2021

DISPÕE SOBRE O COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO – COA | FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, o artigo 13 da Lei 5.811/2020,
RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão de Organização e Acompanhamento – COA, que será responsável pelo recebimento de documentos, trâmites internos para execução dos editais, organização de toda documentação relacionada ao Fundo Municipal de Incentivo à Cultura (FMIC) e fiscalização, composta pelos seguintes membros:

Dayse Cristina Lang

CPF: 059.426.209-70

Elaine Pickler Moser

CPF: 57.114.549-35

Thiago Campi Sperb

CPF: 041247059-48

Indicadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural de Indaial:

Tatiane Viana Mota

Sabrina Lance

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 66/2021.

Município de Indaial, em 09 de junho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpra-se.

PORTARIA Nº 87/2021

Publicação Nº 3093104

. PORTARIA Nº 87/21

. De 11 de junho de 2021

COLOCA A DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS / MAICON FABRICIO BENTO DE OLIVEIRA CHAVES.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos II, VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Colocar à disposição da Secretaria de Obras, a partir de 14 de junho de 2021, o servidor Maicon Fabricio Bento de Oliveira Chaves, lotado atualmente na Secretaria de Governo do Município de Indaial.

Art. 2º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 11 de junho de 2021.

André Luiz Moser

Prefeito

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 2037/21

Publicação Nº 3092975

DECRETO Nº. 2037 DE 11 DE JUNHO DE 2021
Homologa classificados da Chamada Pública 06/2021

A PREFEITA MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a classificação da Chamada Pública 06/2021, conf. relação abaixo.

MOTORISTA DE AMBULÂNCIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO
1.	LINDOMAR DOS SANTOS OLIVEIRA	09	10 ANOS
2.	MARCOS BOECKE WILLI	08	09 ANOS
3.	DANILO RODRIGUES DOS SANTOS	10	04 ANOS
4.	MATEUS ANTUNES	06	03 ANOS E 8 MÊSES
5.	ROGERIO ALVES DE LECA	03	-
6.	JUVANILDO JOSE RODRIGUES	02	-
7.	SEVERINO JERCI PAGANINI	04	-
8.	LAUDENIR XAVIER	05	-
9.	JONAS ALVES DA COSTA	07	-
10.	TIAGO DA SILVA	11	-
11.	DESCCLASSIFICADO	01	DESCCLASSIFICADO

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 11 de Junho de 2021

LUCI PERETTI

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iporã do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO 070/2021

Publicação Nº 3092377

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC

EXTRATO CONTRATO nº 070/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0101/2021

Dispensa de Licitação Nº 044/2021

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: "AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO DESTINADO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES E UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA"

DO VALOR TOTAL: R\$ 13.004,40 (Treze mil quatro reais e quarenta centavos) DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC – CNPJ 78.485.554/0001-13

DO CONTRATADO: COMÉRCIO DE CONFECÇÕES SIMON E BALBINOT LTDA CNPJ nº. 74.129.875/0001-24

DA VIGÊNCIA: Da data da assinatura até o dia 21/7/2021.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC.

Iporã do Oeste/SC, 14 de Junho de 2021.

ADELIO MARX

Prefeito Municipal.

CONTRATO 071/2021

Publicação Nº 3092381

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC

EXTRATO CONTRATO nº 071/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0101/2021

Dispensa de Licitação Nº 044/2021

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: "AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO DESTINADO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES E UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA"

DO VALOR TOTAL: R\$ 2.835,00 (Dois mil oitocentos e trinta e cinco reais) DA CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC – CNPJ 78.485.554/0001-13

DO CONTRATADO: ROSIMERI FACCIO PISATTO ME CNPJ nº. 00.389.393/0001-77

DA VIGÊNCIA: Da data da assinatura até o dia 21/7/2021.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC.

Iporã do Oeste/SC, 14 de Junho de 2021.

ADELIO MARX

Prefeito Municipal.

Ipuacú

PREFEITURA

CONTRATO PREF Nº. 121.2021

Publicação Nº 3093844

CONTRATO PREF Nº. 121 DE 11 DE JUNHO DE 2021.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ASSESSORIA JURÍDICA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC E A EMPRESA BURTET & MAROCCO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C NA FORMA ABAIXO:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC, inscrito no CNPJ nº. 95.993.028/0001- 83.

CONTRATADA: BURTET & MAROCCO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, inscrita no CNPJ nº. 04.472.519/0001-23

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório Pref. nº. 34/2021, modalidade Tomada de Preço Pref. nº. 02/2021, e que se regerá pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei nº 8.078/93 – Código do Consumidor, e alterações posteriores.

DO OBJETO: Contratação de uma sociedade de advogados devidamente registrada na OAB, para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica, abrangendo demandar todos os processos judiciais, trabalhistas, recuperação de créditos atos administrativos com emissão de pareceres e demais acompanhamentos técnico de interesse do Município de Ipuacú/SC.

DO VALOR DO CONTRATO: O valor global estimado do presente Contrato é de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).

DA VALIDADE DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato a ser assinado com a licitante vencedora será de 12 meses a contar da data da assinatura deste, ou seja, de 11 de junho de 2021 até a data de 11 de junho de 2022.

DECIMO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020

Publicação Nº 3095508

DECIMO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020.

A Prefeita do Município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 91 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com os artigos 14 a 21 da Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, faz saber a todos, que fica convocado a se apresentar junto ao setor de recursos humanos da Prefeitura Municipal, até o dia 30 de junho de 2021, para a posse e exercício de cargo de provimento temporário do Poder Executivo Municipal, o seguinte candidato classificado no supramencionado processo seletivo:

Servidor:	C.H:	Função:	Disponibilidade:
EMERSON ARTUSO	40hs	Motorista	Matutino/Vespertino
CLAUDEMIR CORREIA DA SILVA	40hs	Motorista	Matutino/Vespertino

O candidato supra relacionado deverá se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal com cópia dos seguintes documentos:

- I – Carteira de Identidade;
- II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- III – Título de Eleitor e comprovante da última votação;
- IV – Certidão de Nascimento ou Casamento;
- V – Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
- VI – Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
- VII – 01 (uma) foto 3 x 4 recente;
- VIII – Número de Inscrição no PIS/PASEP;
- IX – Carteira de Trabalho – CTPS;
- X - Comprovante de escolaridade;
- XI – Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
- XII - Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
- XIII - Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo expedida por médico do trabalho;
- XIV – Certidão Cível e Criminal disponível no site do TJSC e Justiça Federal da 4ª Região;
- XV - Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
- XVI – Conta Bancária (Bancos: Brasil ou Cresol);
- XVII - Declaração de bens e fontes de rendas;
- XVIII – Comprovante de residência.
- XIX – Declaração de disponibilidade de horários para atuar conforme carga horária aprovada;
- XX – Para os cargos de agente comunitário de saúde deve ser comprovado residência na área para qual se candidatou no processo seletivo

conforme item 2.5.20 do edital e art. 6º, I da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do (a) candidato (a) aprovado (a) e convocado (a).

Caso o (a) candidato (a), por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito manter a mesma posição da lista para novo chamamento ou a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 11 de junho de 2021.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

DECRETO Nº 182 DE 10 DE JULHO DE 2021. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2021 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3093779

DECRETO Nº 182

DE 10 DE JULHO DE 2021.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2021 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos Inc. VI e XXVII do artigo 91 da Lei Orgânica do Município, Art. 9º da Lei 932, de 03 de dezembro de 2020 – Lei Orçamentária para o exercício de 2021;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar pelo superávit financeiro no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) na seguinte programação de despesa:

04.00 Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

Projeto/Atividade n. 12.361.1201.1.005 – Construção, Ampliação e Reforma das Unidades de Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 0.3.63.0008 – Superávit Emenda Parlamentar 286 Portaria 358/SEF - 18/12/2020

Despesa: 24 – R\$ 150.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da fonte de recursos 0.3.63.0008 Superávit Emenda Parlamentar 286 Portaria 358/SEF - 18/12/2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu-SC, em 10 de junho de 2021.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios-www.diariomunicipal.sc.gov.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA

Publicação Nº 3095847

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS PREFEITOS DA REGIÃO NORTE DO ALTO IRANI PARA ASSEMBLEIA DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO REGIONAL DE INFRA ESTRUTURA RODOVIÁRIA E APROVAÇÃO DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES. Art. 1º - A Coordenadora para implantação do Consórcio Intermunicipal de Infraestrutura Rodoviária Norte do Alto Irani, convoca os Prefeitos dos Municípios de Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Ipuauçu, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde e São Domingos e demais Municípios limítrofes para Assembleia com discussão e aprovação do Protocolo de Intenções no dia 21/06/2021 às 19:00 horas tendo como Local a sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Ipuauçu, sito à Rua Zanela nº 818 Município de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - A Assembleia Geral, atenderá todas as normas restritivas vigentes em plenário.

Ipuauçu - SC, 14 de junho de 2021.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município de Ipuauçu

Coordenadora

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREF Nº. 34.2021 TOMADA DE PREÇOS PREF Nº. 02.2021

Publicação Nº 3093809

DATA DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 11/06/2021

PROCESSO LICITATÓRIO PREF Nº. 34/2021
TOMADA DE PREÇOS PREF Nº. 02/2021

OBJETO: Contratação de uma sociedade de advogados devidamente registrada na OAB, para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica, abrangendo demandar todos os processos judiciais, trabalhistas, recuperação de créditos atos administrativos com emissão de pareceres e demais acompanhamentos técnico de interesse do Município de Ipuacu/SC.

VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO:

EMPRESA: BURTET & MAROCCO ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, CNPJ sob nº. 04.742.519/0001-23.

VALOR: R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).

Ipuacu/SC, 11 de junho de 2021.

CLORI PEROZA

PREFEITA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 095 DE 08 DE JUNHO DE 2021. CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

Publicação Nº 3092931

PORTARIA Nº 095

DE 08 DE JUNHO DE 2021.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente artigo 93 da Lei Complementar Municipal nº 011, de 14 de junho de 2005, com alterações previstas na Lei Complementar Municipal nº 026, de 09 de junho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, para a Servidora abaixo relacionada, no período que especifica, conforme atestado médico apresentado nesta data junto ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal:

Servidora:	Cargo:	Período:
IVANIA PAULA ROVANI SARI	Professor II	08/06/2021 a 04/12/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 08 de junho de 2021.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

CERTIFICO que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios- www.diariomunicipal.sc.gov.br**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 44.2019**

Publicação Nº 3093783

DATA DE ADITAMENTO: 11/06/2021.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 44 DE 17 DE JUNHO DE 2019.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 44/2019 QUE CONTRATA EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPITAL/CLÍNICA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS MÉDICAS DE PEQUENO PORTE E PEQUENOS PROCEDIMENTOS HOSPITALARES PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO ROGACIONISTA EVANGÉLICA DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE, inscrita no CNPJ sob Nº 28.238.944/0001-10.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 07/2019, Pregão Presencial FMS 05/2019 e Ata de Registro de Preços FMS n.º 04/2019 datada de 17/06/2019.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO: O Contrato Fms n.º 44 de 17 de junho de 2019 firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até a data de 16 de junho de 2022.

Ipumirim

PREFEITURA

LEI Nº 1873 DE 12 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092438

LEI Nº 1873 de 12 de junho de 2021.

Ratifica protocolo de intenções do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Alto Uruguai Catarinense – CIDAUC.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Faço saber que a Câmara de Vereadores de Ipumirim decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificados os termos do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Alto Uruguai Catarinense - CIDAUC, assinado em 06 de julho de 2016, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º Fica autorizado o ingresso e participação do Município de Ipumirim no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CIDAUC.

Parágrafo único. O Consórcio tem por finalidade o desenvolvimento urbano e rural dos Municípios consorciados através da gestão associada de serviços públicos de infraestrutura rodoviária e mobilidade urbana e rural, saneamento básico, inspeção sanitária, iluminação pública, serviços de proteção social especial, educação, cultura e lazer.

Art. 3º O Consórcio de que trata esta Lei é constituído sob a forma de Associação Pública, com personalidade de direito público interno de natureza autárquica e integrante da administração pública indireta do conjunto dos municípios consorciados.

Art. 4º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta lei, serão utilizados recursos consignados no orçamento municipal, disciplinados através de Contrato de Rateio (art. 8º da Lei 11.107/2005).

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim, aos 12 dias do mês de junho de 2021

Hilário Reffatti

Prefeito de Ipumirim

ATA DE JULGAMENTO DO PL Nº 37, PP Nº 15-2021-PM-LAJOTA E CONCRETO USINADO

Publicação Nº 3092560

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2021 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 37/2021 Data do Processo: 25/05/2021
<div>Folha: 1/2</div>	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

registro de preço para possível aquisição de ladrilhos (lajotas) e concreto usinado para reforma e construção de calçadas e demais obras da administração pública municipal, para a formação de REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE PARA 12 (DOZE) MESES para eventuais e futuras aquisições, conforme descrição do anexo II e Termo de Referência do anexo III do edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 16/2021 (Sequência: 2)

Ao(s) 11 de Junho de 2021, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2568, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 37/2021, Licitação nº 15/2021 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos onze dias do mês de junho de 2021, às nove horas, a Pregoeira Jucilene Goldoni Caliar e o servidor Laudecir Francio, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 2568/2021 de 06 de janeiro de 2021, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP e LUCIANE APARECIDA MARTINI ME. Inicialmente as partes foram advertidas de que a licitação será gravada, através do sistema audiovisual. Aberta a sessão pública pela Pregoeira, a mesma solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Srº LINDOMAR JOSÉ DA SILVA sócio proprietário da empresa TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP e o Srº ROBERTO BATISTA MERTINS representante credenciada da empresa LUCIANE APARECIDA MARTINI ME. Indagados pela Pregoeira sobre a opção de microempresa, todas as empresas acima transcritas se credenciam como microempresas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pela Pregoeira, sua equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Entretanto para o item 03 do anexo II do edital, referente a proposta comercial, não houve empresa interessada em participar. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira sua equipe de apoio e os representante legais das licitantes presentes. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. A Comissão de licitação, procedeu a verificação no cadastro, sendo que as empresas participantes não apresentaram qualquer espécie de restrição. As consultas passam a integrar a documentação do certame, conforme o item 6.1.6 do edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pela Pregoeira, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

Participante: 10027 - LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Ladrilho hidraulico 33x33 x2,5cm- na cor cinza	Mt2	500,00	LUC. A. MARTINI LTDA	0,0000	32,50	16.250,00
2	Ladrilho hidraulico podotatil 33 x33x2,5cm-direcional (barra) vermelho	Mt2	250,00	LUC. A. MARTINI LTDA	0,0000	42,50	10.625,00
Total do Participante ----->							26.875,00
Total Geral ----->							26.875,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 15/2021 - PR****Processo Administrativo:****Processo de Licitação:****37/2021****Data do Processo:****25/05/2021**

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 11 de Junho de 2021

COMISSÃO:

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - Pregoeiro(a)

LAUDECIR FRANCO

- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

TATIANE ZANELLA

- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

SUZANA GIOMBELLI

- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DO PL Nº 38, PP Nº 16-2021/PM

Publicação Nº 3093089

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 16/2021 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 38/2021 Data do Processo: 25/05/2021
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

registro de preços, para prestação de serviço, mão de obra e material, para pintura horizontal de faixa de pedestre, lombada, setas, dizeres na pista e pintura mecanizada de eixo e bordas, com tinta acrílica a base de solvente, para a formação de REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE PARA 12 (DOZE) MESES para eventuais e futuras aquisições, conforme descrição do anexo II e Termo de Referência do anexo III do edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 17/2021 (Sequência: 2)

Ao(s) 11 de Junho de 2021, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2568, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 38/2021, Licitação nº 16/2021 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos onze dias do mês de junho de 2021, às quatorze horas, a Pregoeira Jucilene Goldoni Callari e o servidor Laudecir Francio, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 2568/2021 de 06 de janeiro de 2021, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: WILLIAN PABLO LAMPERTI - ME, GP SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DA PLACAS EIRELI neste ato sem representante presente, e GBP SERVIÇOS DE PINTURAS E SINALIZAÇÕES EIRELI. A empresa GP SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DA PLACAS EIRELI, encaminhou os envelopes contendo Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação via transportadora EXPRESSO SÃO MIGUEL e recebido pelo setor de protocolos da Prefeitura Municipal no dia nove de junho do ano em curso, sob o protocolo nº 665/2021 às 16:hs02min. Inicialmente as partes foram advertidas de que a licitação será gravada, através do sistema audiovisual. Aberta a sessão pública pela Pregoeira, a mesma solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 2.7, e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Srº ANDERSON JOSÉ PALUDO representante credenciado da empresa GBP SERVIÇOS DE PINTURAS E SINALIZAÇÕES EIRELI e o Srº WILLIAN PABLO LAMPERTI sócio proprietário da empresa WILLIAN PABLO LAMPERTI - ME. Indagados pela Pregoeira sobre a opção de microempresa, todas as empresas acima transcritas se credenciam como microempresas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pela Pregoeira, sua equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira sua equipe de apoio e os representante legais das licitantes presentes. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. A Comissão de licitação, procedeu a verificação no cadastro, sendo que as empresas participantes não apresentaram qualquer espécie de restrição. As consultas passam a integrar a documentação do certame, conforme o item 6.1.6 do edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pela Pregoeira, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

Participante: 10813 - WILLIAN PABLO LAMPERTI-ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Prestação de serviço, mão de obra e material, para pintura horizontal de faixa de pedestre, lombada, setas, dizeres na pista e pintura mecanizada de eixo e bordas, com tinta acrílica a base de solvente, de acordo com a norma ABNTR NBR 11862 e micro esfera de vidro drop-on. Apresentar atestado de conformidade NR 13 em acordo com a norma ABNT NBR 12274.	M	4.000,00		0,0000	14,45	57.800,00
Total do Participante ----->							57.800,00
Total Geral ----->							57.800,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 16/2021 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 38/2021
Data do Processo: 25/05/2021

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 11 de Junho de 2021

COMISSÃO:

JUCILENE GOLDONI CALIARI	- - Pregoeiro(a)
LAUDECIR FRANCO	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
TATIANE ZANELLA	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
SUZANA GIOMBELLI	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 16/2021 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 38/2021
Data do Processo: 25/05/2021

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

registro de preços, para prestação de serviço, mão de obra e material, para pintura horizontal de faixa de pedestre, lombada, setas, dizeres na pista e pintura mecanizada de eixo e bordas, com tinta acrílica a base de solvente, para a formação de REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE PARA 12 (DOZE) MESES para eventuais e futuras aquisições, conforme descrição do anexo II e Termo de Referência do anexo III do edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 17/2021 (Sequência: 2)

Ao(s) 11 de Junho de 2021, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2568, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 38/2021, Licitação nº 16/2021 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos onze dias do mês de junho de 2021, às quatorze horas, a Pregoeira Jucilene Goldoni Caliani e o servidor Laudecir Francio, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 2568/2021 de 06 de janeiro de 2021, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: WILLIAN PABLO LAMPERTI - ME, GP SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DA PLACAS EIRELI neste ato sem representante presente, e GBP SERVIÇOS DE PINTURAS E SINALIZAÇÕES EIRELI. A empresa GP SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DA PLACAS EIRELI, encaminhou os envelopes contendo Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação via transportadora EXPRESSO SÃO MIGUEL e recebido pelo setor de protocolos da Prefeitura Municipal no dia nove de junho do ano em curso, sob o protocolo nº 665/2021 às 16:hs02min. Inicialmente as partes foram advertidas de que a licitação será gravada, através do sistema audiovisual. Aberta a sessão pública pela Pregoeira, a mesma solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 2.7, e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Srº ANDERSON JOSÉ PALUDO representante credenciado da empresa GBP SERVIÇOS DE PINTURAS E SINALIZAÇÕES EIRELI e o Srº WILLIAN PABLO LAMPERTI sócio proprietário da empresa WILLIAN PABLO LAMPERTI - ME. Indagados pela Pregoeira sobre a opção de microempresa, todas as empresas acima transcritas se credenciam como microempresas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pela Pregoeira, sua equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira sua equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. A Comissão de licitação, procedeu a verificação no cadastro, sendo que as empresas participantes não apresentaram qualquer espécie de restrição. As consultas passam a integrar a documentação do certame, conforme o item 6.1.6 do edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pela Pregoeira, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

Participante: 10813 - WILLIAN PABLO LAMPERTI-ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Prestação de serviço, mão de obra e material, para pintura horizontal de faixa de pedestre, lombada, setas, dizeres na pista e pintura mecanizada de eixo e bordas, com tinta acrílica a base de solvente, de acordo com a norma ABNT NBR 11862 e micro esfera de vidro drop-on. Apresentar atestado de conformidade NR 13 em acordo com a norma ABNT NBR 12274.	M	4.000,00		0,0000	14,45	57.800,00

Total do Participante -----> 57.800,00

Total Geral -----> 57.800,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 16/2021 - PR****Processo Administrativo:****Processo de Licitação:****38/2021****Data do Processo:****25/05/2021**

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 11 de Junho de 2021

COMISSÃO:

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - Pregoeiro(a)

LAUDECIR FRANCO

- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

TATIANE ZANELLA

- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

SUZANA GIOMBELLI

- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 16/2021 - PR
Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 38/2021
Data do Processo: 25/05/2021

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

registro de preços, para prestação de serviço, mão de obra e material, para pintura horizontal de faixa de pedestre, lombada, setas, dizeres na pista e pintura mecanizada de eixo e bordas, com tinta acrílica a base de solvente, para a formação de REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE PARA 12 (DOZE) MESES para eventuais e futuras aquisições, conforme descrição do anexo II e Termo de Referência do anexo III do edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 17/2021 (Sequência: 2)

Ao(s) 11 de Junho de 2021, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2568, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 38/2021, Licitação nº 16/2021 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos onze dias do mês de junho de 2021, às quatorze horas, a Pregoeira Jucilene Goldoni Calari e o servidor Laudecir Francio, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 2568/2021 de 06 de janeiro de 2021, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: WILLIAN PABLO LAMPERTI - ME, GP SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DA PLACAS EIRELI neste ato sem representante presente, e GBP SERVIÇOS DE PINTURAS E SINALIZAÇÕES EIRELI. A empresa GP SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DA PLACAS EIRELI, encaminhou os envelopes contendo Propostas Comerciais e Documentação de Habilitação via transportadora EXPRESSO SÃO MIGUEL e recebido pelo setor de protocolos da Prefeitura Municipal no dia nove de junho do ano em curso, sob o protocolo nº 665/2021 às 16:hs02min. Inicialmente as partes foram advertidas de que a licitação será gravada, através do sistema audiovisual. Aberta a sessão pública pela Pregoeira, a mesma solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 2.7, e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Srº ANDERSON JOSÉ PALUDO representante credenciado da empresa GBP SERVIÇOS DE PINTURAS E SINALIZAÇÕES EIRELI e o Srº WILLIAN PABLO LAMPERTI sócio proprietário da empresa WILLIAN PABLO LAMPERTI - ME. Indagados pela Pregoeira sobre a opção de microempresa, todas as empresas acima transcritas se credenciam como microempresas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pela Pregoeira, sua equipe de apoio e os representantes legais das licitantes presentes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira sua equipe de apoio e os representante legais das licitantes presentes. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. A Comissão de licitação, procedeu a verificação no cadastro, sendo que as empresas participantes não apresentaram qualquer espécie de restrição. As consultas passam a integrar a documentação do certame, conforme o item 6.1.6 do edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pela Pregoeira, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

Participante: 10813 - WILLIAN PABLO LAMPERTI-ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Prestação de serviço, mão de obra e material, para pintura horizontal de faixa de pedestre, lombada, setas, dizeres na pista e pintura mecanizada de eixo e bordas, com tinta acrílica a base de solvente, de acordo com a norma ABNT NBR 11862 e micro esfera de vidro drop-on. Apresentar atestado de conformidade NR 13 em acordo com a norma ABNT NBR 12274.	M	4.000,00		0,0000	14,45	57.800,00

Total do Participante -----> 57.800,00

Total Geral -----> 57.800,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 16/2021 - PR****Processo Administrativo:****Processo de Licitação:****38/2021****Data do Processo:****25/05/2021**

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 11 de Junho de 2021

COMISSÃO:

JUCILENE GOLDONI CALIARI

- - Pregoeiro(a)

LAUDECIR FRANCO

- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

TATIANE ZANELLA

- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

SUZANA GIOMBELLI

- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

RELATÓRIO DE LANCES DO PL Nº 37, PP Nº 15-2021-LAJOTA E CONCRETO USSINADO

Publicação Nº 3092561

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Página: 1/1
 Data: 11/06/2021

Histórico do Pregão (Lances/Item)

Processo/Ano: 37/2021	Data de Abertura: 11/06/2021
Pregoeiro: JUCILENE GOLDONI CALIARI	

ITEM: 1 - Ladrilho hidraulico 33x33 x2,5cm cor cinza

Código	Classificados	
10027	LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI	CNPJ: 11.967.625/0001-43
9286	TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP	CNPJ: 04.900.138/0001-06

Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP	35,0000	11/06/2021 09:15:16
1	LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI	35,0000	11/06/2021 09:15:16
2	TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP	34,5000	11/06/2021 09:15:46
2	LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI	34,0000	11/06/2021 09:15:50
3	TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP	33,9000	11/06/2021 09:16:01
3	LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI	33,5000	11/06/2021 09:16:06
4	TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP	33,4500	11/06/2021 09:16:16
4	LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI	33,2000	11/06/2021 09:16:24
5	TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP	33,0000	11/06/2021 09:16:32
5	LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI	32,5000	11/06/2021 09:16:38
6	TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP	Desistiu 33,0000	11/06/2021 09:16:43

Foi declarado vencedor do item 1 deste Pregão o fornecedor LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI pelo valor de R\$ 32,5000 (trinta e dois reais e cinquenta centavos).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: JUCILENE GOLDONI CALIARI

LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI

TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP

ITEM: 2 - Ladrilho podotatil 33 x33x2,5cm-direcional (barra) vermelho

Código	Classificados	
10027	LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI	CNPJ: 11.967.625/0001-43
9286	TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP	CNPJ: 04.900.138/0001-06

Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI	45,0000	11/06/2021 09:16:52
1	TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP	45,0000	11/06/2021 09:16:52
2	LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI	44,7500	11/06/2021 09:17:13
2	TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP	44,7000	11/06/2021 09:17:34
3	LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI	44,5000	11/06/2021 09:17:39
3	TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP	44,0000	11/06/2021 09:17:45
4	LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI	43,5000	11/06/2021 09:17:53
4	TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP	43,0000	11/06/2021 09:17:58
5	LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI	42,5000	11/06/2021 09:18:06
5	TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP	Desistiu 43,0000	11/06/2021 09:18:11

Foi declarado vencedor do item 2 deste Pregão o fornecedor LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI pelo valor de R\$ 42,5000 (quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: JUCILENE GOLDONI CALIARI

TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP

LUCIANE APARECIDA MARTINI-MI

ITEM: 3 - CONCRETO USINADO 25 MPa BOMBEADO

RELATÓRIO DE LANCES DO PL Nº 38, PP Nº 16-2021-PM

Publicação Nº 3093091

Página: 1/1
Data: 11/06/2021

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Histórico do Pregão (Lances/Item)

Processo/Ano: 38/2021 Data de Abertura: 11/06/2021

Pregoeiro: JUCILENE GOLDONI CALIARI

ITEM: 1 - Prestação de serviço, mão de obra e material, para pintura

Código	Classificados	CNPJ
10814	GBP SERVIÇOS DE PINTURA E SINALIZAÇÕES EIRELI-ME	CNPJ: 32.446.351/0001-17
10812	GP SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRE	CNPJ: 09.314.355/0001-20
10813	WILLIAN PABLO LAMPERTI-ME	CNPJ: 25.203.392/0001-17

Nº Lance	Fornecedor	Valor (R\$)	Data/Hora
1	WILLIAN PABLO LAMPERTI-ME	16,0000	11/06/2021 14:16:03
1	GBP SERVIÇOS DE PINTURA E SINALIZAÇÕES EII	15,0000	11/06/2021 14:16:03
1	GP SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PL	14,5000	11/06/2021 14:16:03
2	WILLIAN PABLO LAMPERTI-ME	14,4900	11/06/2021 14:16:41
2	GBP SERVIÇOS DE PINTURA E SINALIZAÇÕES EII	14,4800	11/06/2021 14:16:48
2	GP SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PL	Desistiu	14,5000 11/06/2021 14:16:54
3	WILLIAN PABLO LAMPERTI-ME	14,4700	11/06/2021 14:17:06
3	GBP SERVIÇOS DE PINTURA E SINALIZAÇÕES EII	14,4600	11/06/2021 14:17:13
4	WILLIAN PABLO LAMPERTI-ME	14,4500	11/06/2021 14:17:20
4	GBP SERVIÇOS DE PINTURA E SINALIZAÇÕES EII	Desistiu	14,4600 11/06/2021 14:17:26

Foi declarado vencedor do item 1 deste Pregão o fornecedor WILLIAN PABLO LAMPERTI-ME pelo valor de R\$ 14,4500 (quatorze reais e quarenta e cinco centavos).

Assinatura do representante de cada empresa relacionada abaixo, que participaram do lance do item citado acima:

Pregoeiro: JUCILENE GOLDONI CALIARI
-
GP SINALIZAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EIRE
-
GBP SERVIÇOS DE PINTURA E SINALIZAÇÕES EIRELI-ME
-
WILLIAN PABLO LAMPERTI-ME
-

Iraceminha

PREFEITURA

PORTARIA 190 2021

Publicação Nº 3092965

PORTARIA Nº 190/2021, 10 DE JUNHO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Iraceminha.

RESOLVE

Art.1º - CONCEDER Licença Tratamento de Saúde por 15 (QUINZE) dias, a Sra. LISETE BERTILA DEFAVERI, contratada em Caráter Temporário (ACT) conforme classificação do Teste Seletivo 003/2019, para atuar como TÉCNICA DE ENFERMAGEM, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais. A partir desta data, conforme atestado médico.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 10 de Junho de 2021.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA 191 2021

Publicação Nº 3092969

PORTARIA Nº 191/2021, 11 DE JUNHO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Iraceminha.

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR, conforme abaixo nomeado as AGENTES COMUNITÁRIAS DE SAÚDE - ACS, contratadas em Caráter Temporário (ACT) conforme classificação do Teste Seletivo 002/2019 e 003/2019, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, A PARTIR DESTA DATA.

ACS - MICRO ÁREA 03

LENIR MARIA FINK

ACS - MICRO ÁREA 06

DIANA PAULA EMKE BIASOLI

ACS - MICRO ÁREA 08

SILVANE HELENA MASS SALING

ACS - MICRO ÁREA 09

CLEIDE DENISE MASS

ACS - MICRO ÁREA 10

JERONI LEMOS DA SILVA

ACS - MICRO ÁREA 11

CARLA ADRIANE KOCH

ACS - MICRO ÁREA 12

EDIVÂNIA BOLF LANZA

ACS - MICRO ÁREA 13

FERNANDA TOSSATTI

ACS - MICRO ÁREA 14

INES IZABEL DURLI

ACS - MICRO ÁREA 15

ILENA NORONHA

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 11 de Junho de 2021.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Irani**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 033/2021**

Publicação Nº 3093018

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 035/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 033/2021

Contratante: MUNICÍPIO DE IRANI

Contratada: KOLF SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 07.555.412/0001-37, Rua 14 de setembro, nº 3755, sala 02, centro, Chopinzinho – PR, CEP: 85.560-000.

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para a elaboração e aprovação de projeto elétrico de melhoria do sistema de iluminação pública contemplando a substituição de tecnologia do parque da iluminação pública municipal por LED, bem como os memoriais de cálculo, estudos e consultoria junto a concessionária Celesc para a aprovação do referido projeto para a adequação da taxa da Cosip e especificações constantes no Anexo "I" deste Edital.

Valor: R\$14.960,00 (catorze mil novecentos e sessenta reais).

Vigência: 31 de dezembro de 2021

Irani, SC, 11 de junho de 2021.

Vanderlei Canci-Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2019 - CHAMADA 020/2021

Publicação Nº 3095541

CHAMADA 020/2021

CONVOCAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2019

COM VIGÊNCIA PARA O ANO 2021

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES CONVOCA A TODOS OS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO 001/2019, COM VIGÊNCIA PARA 2021, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 120, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020, PARA A ESCOLHA DE AULA, CONFORME CRONOGRAMA ABAIXO:

VAGAS ABERTAS

TOTAL DE VAGAS	ESCOLAS	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TURNOS	TIPO DE VAGA	OBSERVAÇÃO
01 vaga	EBM. Sebastião Rodrigues de Souza	Educação Física	20 horas	Matutino e vespertino	Vaga vinculada	15/06 a 14/07/21

LOCAL = Secretaria Municipal de Educação

DIA = 14/06/2021

HORÁRIO = 7h30min

As vagas serão disponibilizadas para os candidatos inscritos no processo seletivo 001/2019, com vigência para 2021, homologada na data de 14/06/2019.

Os inscritos na área de Educação Física que tiverem interesse em assumir as vagas em CARÁTER TEMPORÁRIO, deverão comparecer na data acima mencionada, sendo que a escolha se dará conforme classificação do processo seletivo.

Os candidatos também serão convocados via e-mail, conforme endereço informado no ato da inscrição e de acordo com o item 16.1 do edital do Processo Seletivo 001/2019 da Secretaria de Educação Cultura e Esporte e também será disponibilizado o edital via Facebook da Educação e Facebook da Prefeitura Municipal de Irani.

Observação: Não comparecendo nenhum candidato na convocação da chamada do seletivo acima citado, será feita, neste mesmo dia, uma Chamada Pública às 7h45min, na sala da Secretaria de Educação.

Serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

2) CLASSIFICAÇÃO

- Graduação na área específica;
- Pós-graduação lato sensu na área específica ou afim;
- Mestrado na área específica ou afim;
- Doutorado na área específica ou afim;
- Cursando na área específica ou afim;
- Maior tempo de serviço na área específica ou afim, exercido na iniciativa pública ou privada, devidamente comprovados.
- Graduado em curso superior na área da educação;
- Cursando curso superior na área da educação;
- Magistério;
- Ensino Médio;

k) Caso de empate, maior tempo de serviço no magistério.

Irani - SC, 11 de junho de 2021.

MARIA INEZ DE BASTIANI

Secretária Municipal de Educação, Cultura

Irineópolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 240/2021

Publicação Nº 3093825

PORTARIA Nº 240/2021.

"CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença Paternidade ao servidor efetivo CHRISTOPHER NIGRIN, no período de 07/06/2021 a 11/06/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07/06/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 09 de Junho de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 241/2021

Publicação Nº 3093831

PORTARIA Nº 241/2021.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até a data de 19/06/2021, os efeitos da Portaria nº 177/2021 de 26/04/2021, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora MARIANE BINDER, para exercer as atividades de Técnica de Enfermagem (44h/sem), conforme classificação em Teste Seletivo nº 001/2018/PMI homologado em 03/07/2018 e Contrato de Trabalho Temporário nº 12/2021, visando o atendimento temporário e excepcional na área da Saúde motivado pela Pandemia do Coronavírus, tendo em vista a necessidade de suprir as vagas de servidores efetivos em atestado, e em virtude da inexistência de aprovados em Concurso Público para o referido cargo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20/05/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 09 de Junho de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 242/2021

Publicação Nº 3093834

PORTARIA Nº 242/2021.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até a data de 30/07/2021, os efeitos da Portaria nº 419/2020 de 19/11/2020, com redação dada pelas Portarias nºs. 034/2021, 155/2021 e 191/2021, que dispõem sobre a contratação em caráter Temporário da servidora JOSIANE MACHADO MACIEL, para exercer as atividades de Técnica de Enfermagem (44h/sem), visando o atendimento temporário e excepcional na área da saúde, para atuar em substituição a servidores em Atestados Médicos e, em situações emergenciais, em decorrência da Pandemia do Coronavírus e em virtude

da inexistência de aprovados em Concurso Público para o referido cargo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/07/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 09 de Junho de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 243/2021

Publicação Nº 3093837

PORTARIA N.º 243/2021.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até a data de 21/06/2021, os efeitos da Portaria nº 178/2021 de 26/04/2020, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora CRISTIANE DE BRITO VIEIRA, para exercer as atividades de Médica ESF (40h/sem), visando o atendimento temporário e excepcional na área da saúde, em virtude da ausência de habilitados em Concurso Público vigente e, em razão da necessidade de suprir a demanda verificada na Secretaria de Saúde, em decorrência da Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22/05/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 09 de Junho de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 244/2021

Publicação Nº 3093840

PORTARIA N.º 244/2021.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até a data de 25/06/2021, os efeitos da Portaria nº 130/2021 de 18/03/2021, com redação dada pela Portaria nº 211/2021, que dispõem sobre a contratação em caráter Temporário da servidora ROSÂNGELA MARIA SENFF WILLE, para exercer as atividades de Agente Sanitária (44h/sem), na forma de Contratação Direta, tendo em vista a ausência de habilitados em Teste Seletivo vigente, e com vistas ao atendimento temporário e excepcional na área da Saúde – Vigilância Sanitária, atuando em substituição a servidores efetivos em licença para tratamento de saúde e atendimento a situação emergenciais em decorrência da Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26/05/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 09 de Junho de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 245/2021

Publicação Nº 3093842

PORTARIA N.º 245/2021.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até a data de 12/07/2021, os efeitos da Portaria nº 206/2021 de 17/05/2021, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora VALDETE TEREZINHA VOIGT, para exercer as atividades de Técnica de Enfermagem (44h/sem), na forma de Contratação Direta, visando o atendimento temporário e excepcional junto ao Hospital Municipal Bom Jesus, para atendimento à demanda e tendo em vista a necessidade de suprir vaga de servidora exonerada a pedido. .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/06/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 09 de Junho de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 246/2021

Publicação Nº 3093845

PORTARIA N.º 246/2021.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até a data de 17/07/2021, os efeitos da Portaria nº 220/2021 de 26/05/2021, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora ALINE BARBARA LOPES, para exercer as atividades de Técnica de Enfermagem (44h/sem), na forma de Contratação Direta, em virtude de não haver candidatos habilitados em Concurso Público ou Teste Seletivo, visando ao atendimento temporário e excepcional junto ao Hospital Municipal Bom Jesus, para atendimento à demanda decorrente da Pandemia do Coronavírus (COVID-19) e tendo em vista a necessidade de suprir vaga de servidora exonerada a pedido.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18/06/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 09 de Junho de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 247/2021

Publicação Nº 3093849

PORTARIA N.º 247/2021.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR até a data de 12/07/2021, os efeitos da Portaria nº 207/2021, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário do servidor VALDERI BRAGA, para exercer as atividades de Agente Sanitário (44h/sem), na forma de Contratação Direta, em virtude de não haver candidatos habilitados em Concurso Público ou Teste Seletivo vigente, e com vistas ao atendimento temporário e excepcional na área da Saúde – Vigilância Sanitária, nas ações diretas de enfrentamento a pandemia no Município.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/06/2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 09 de Junho de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 248/2021

Publicação Nº 3093851

PORTARIA N º 248/2021.

“SUSPENDE TEMPORARIAMENTE O ANDAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão LADEMIR FERNANDO ARCARI, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001, e,

CONSIDERANDO o afastamento da servidora JULIANA PATRÍCIA ALVES, em licença maternidade,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender até a data de 13/09/2021, os trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 02/2021, instaurado através da Portaria nº 061/2021 de 25/01/2021, que tem como indiciada a servidora JULIANA PATRÍCIA ALVES, Matrícula nº 2620, ocupante do emprego público de Agente Comunitária de Saúde.

Art. 2º - A suspensão temporária dá-se em razão de que a servidora encontra-se em Licença Maternidade no período de 17/05/2021 a 13/09/2021, conforme Portaria nº 215/2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 09 de Junho de 2021.

LADEMIR FERNANDO ARCARI
Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021

Publicação Nº 3093069

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2021 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos onze dias do mês de junho de dois mil e vinte e um às 09h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 012 de 08 de janeiro de 2021, senhor Pregoeiro Delso Minski, Silviane Carla Mertins e Jocias André Kurmann, Equipe de Apoio, para recebimento de impugnação enviado via email no dia dez de junho de dois mil e vinte e um pela empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A; lido e analisado o pedido, verifica-se que o mesmo está um pouco confuso, pois na solicitação inicial consta "carro reserva para ônibus", acontece que para os itens "ônibus" o município não solicita carro reserva, somente para os itens 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23 e 24, os quais são veículos de passeio que prestam serviços para a Secretaria de Assistência Social e Fundo de Saúde, com o transporte de pacientes para tratamento em outros centros especializados, desta forma o pregoeiro resolve em não dar provimento ao pedido de impugnação por entender que a exigência contida no edital de carro reserva no mesmo modelo ou superior ao sinistrado se faz necessário para melhor atender a demanda das secretarias municipais. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, www.ita.sc.gov.br.

Delso Minski
Pregoeiro

Silviane Carla Mertins
Equipe de Apoio

Jocias André Kurmann
Equipe de Apoio

DECRETO Nº 114/2021

Publicação Nº 3093755

DECRETO Nº 114, DE 08 DE JUNHO DE 2021.

"DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL PARA CONDUZIR SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DESTINADA A APURAR RESPONSABILIDADE SOBRE FATO QUE ENVOLVE DANO EM VEÍCULOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o Inciso VII do artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, e demais legislação aplicável;

Considerando que no dia 03 de março de 2021, houve dano ao veículo VW/Gol placas LWV5H77, de propriedade de VIVIANE LUVIZON DE LIMA, causado por Máquina conduzida por operador do município – Ederson Marcos Rosa de Oliveira, danificando: tampa do porta-malas, carroceria, para choque traseiro, teto e lateral esquerda.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada Comissão Especial, para conduzir a Sindicância Administrativa destinada a apurar se houve responsabilidade ou não, nas avarias descritas no veículo.

Art. 2º - Ficam nomeados para compor a comissão especial os seguintes servidores:

Presidente: FELIPE UBA CHUPEL
Secretário: JULCIMAR ZOTTI
Membro: CLAUDIOMIRO ROCHA

Parágrafo único: Os trabalhos deverão ser concluídos no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do presente decreto, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do parágrafo único do Art. 119, da Lei Complementar Nº 035/2006.

Art. 3º - Para a realização dos trabalhos a comissão poderá requerer assessoria técnica e jurídica.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revoga-se o Decreto Nº 067 de 10 de março de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá (SC), 10 de Março de 2021.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

VILMARIZE FÁTIMA APPELT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 115/2021

Publicação Nº 3093757

DECRETO Nº 115, DE 08 DE JUNHO DE 2021

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR COMO OUVIDOR DO MUNICÍPIO DE ITÁ (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI, Prefeito Municipal em Exercício de Itá, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e, considerando a edição do Decreto Nº 039 de 21 de maio de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica designado a servidora VILMARIZE FÁTIMA APPELT, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração e Fazenda, para a função de Ouvidor do Município de Itá-SC.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 018/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá (SC), CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

VILMARIZE FÁTIMA APPELT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 117/2021

Publicação Nº 3093758

DECRETO Nº 117, DE 10 DE JUNHO DE 2021

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, e Lei nº 2.553 de 16 de agosto de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR os seguintes membros, sob a Presidência do Secretário Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Moacir Roberto Sartoretto

Suplente: Beatriz Soares

Titular: Deborah Maria Tombini Sartoretto

Suplente: Samuel Biondo

Titular: Nilvo Berticelli

Suplente: Rozimari Salete Dezordi de Lima

II – Representante do Poder Legislativo Municipal

Titular: Ana Carla Porn Lopes da Silva

Suplente: Silvana Colossi

III – Representante da Associação Cultural Itá

Titular: Jucinei Lugarini

Suplente: Everton Antônio Battisti

IV – Representante do Consórcio Itá

Titular: Luiz Gustavo Ferreira de Souza

Suplente: Anaí Giane de Souza Cadore

V – Representante da Associação Comercial, Industrial de Itá – ACITA

Titular: Veroni Sandra Steffani Dallelaste

Suplente: Dione Mara Somensi

VI – Representante da Câmara de Diretores Logistas de Itá-CDL

Titular: Maroa Puhl

Suplente: Aldenir Minski Zandonai

VII – Representantes da Associação dos Agentes de Turismo de Itá - Agetur

Titular: Altir Pedro Göedert

Suplente: Sérgio Maroso Júnior
Titular: Flávio Calgaro
Suplente: Fernando Mocelin

VIII - Representantes da Rede Hoteleira, Bares e similares

Titular: Rodrigo Agostinho de Quadros
Suplente: Darci Kolakowski
Titular: Tamires Ernesta Glaner
Suplente: Jacson Luis Sartoretto

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 064, de 26 de Outubro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá (SC), em 10 de junho 2021.

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

VILMARIZE FÁTIMA APPELT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 119/2021

Publicação Nº 3093777

DECRETO Nº 119, DE 11 DE JUNHO DE 2021

“ESTABELECE NOVAS MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO CORONAVÍRUS - COVID 19, POR PERÍODO INDETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI, Prefeito Municipal de Itá, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 70 c/c o artigo 69, Incisos VII, IX, XV e XXIV da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Decreto Estadual Nº 1.276/2021 de 17 de maio de 2021, que instituem novas regras para organização das medidas para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal Nº 128 de 14 de Junho de 2016, que institui o Código Sanitário do Município de Itá;

CONSIDERANDO a necessidade de intensificar medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública diante da ampliação do número de pacientes sintomáticos que tem recorrido à Central COVID e ao hospital para atendimento;

CONSIDERANDO que a capacidade de atendimento das estruturas da saúde estabelecidas no município e na região, estão com profissionais exaustos e insuficiência de leitos para atendimento dos pacientes;

CONSIDERANDO que tal situação demanda emprego urgente de medidas de prevenção, controle, autuação e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;

DECRETA:

Art. 1º - O município segue o Decreto Estadual Nº 1.218/2021 de 19 de março de 2021;

Art. 2º - Fica OBRIGATÓRIO o uso de MÁSCARA em todo o território municipal, exceto crianças menores de dois anos, pessoas com problemas respiratórios ou inconscientes, incapacitadas ou incapazes de remover a máscara sem assistência de terceiros.

Art. 3º - Fica PROIBIDA a circulação de pessoas POSITIVADAS ou que estejam em isolamento, devendo as mesmas permanecerem em casa, podendo ser autuadas com o Art. 268 do Código Penal, que prevê multa e detenção de um mês a um ano.

Art. 4º - Os pontos turísticos e locais públicos permanecem fechados para permanência de pessoas das 18:30hs às 06:00hs.

Art. 5º - Recomenda-se que as pessoas com mais de 60 (sessenta) anos ou com comorbidades restrinjam seus deslocamentos às atividades estritamente necessárias.

Art. 6º - Todos os serviços e estabelecimentos comerciais ficam obrigados a disponibilizar álcool 70% ou solução antisséptica similar para higienização de mãos, exigir o uso de máscara, proibir o uso bebedouros com jato inclinado, manter preferencialmente ventilação natural nos ambientes fechados, manter rigorosamente a higienização de utensílios, superfícies e equipamentos com álcool 70%, ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, nos utensílios, equipamentos, maçanetas, mesas, corrimãos, interruptores, sanitários, elevadores, entre outros.

Art. 7º - As agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito situadas no Município deverão assegurar que

permaneçam no interior do estabelecimento quantidade segura para evitar aglomerações e proximidade de usuários, com distanciamento mínimo de 1,5m entre cada pessoa, restringindo a entrada quando necessário, havendo restrição de acesso, deverão ser organizadas filas seguras preferencialmente em local arejado, com acesso à álcool em gel e com o espaçamento adequado entre os usuários, impedir o acesso de usuários ao interior do estabelecimento sem o uso de máscaras, fiscalizando a sua utilização durante a permanência no local, assegurar que os usuários utilizem álcool em gel antes de ingressarem no estabelecimento, orientar aos clientes a comparecerem aos referidos estabelecimentos de maneira individualizada, sem a companhia de familiares e que, preferencialmente, não se enquadre no grupo de risco, proibir o uso de bebedouros com tampo inclinado, manter preferencialmente ventilação natural nos ambientes fechados e indicar um funcionário do estabelecimento como a pessoa responsável pela fiscalização e o controle das medidas impostas.

Art. 8º - Continuam liberadas práticas esportivas, com almoço ou jantar, desde que o evento esteja previamente autorizado pela Vigilância Sanitária, seguindo todas as normas de segurança.

Art. 9º - Indústrias, rede hoteleira e pousadas deverão seguir os protocolos e deliberações estaduais;

Art. 10º - Ficam estabelecidas as Normas e Recomendações a serem adotadas pós óbito, velórios, funerais e serviços fúnebres:

I - Dos óbitos não decorrentes do COVID-19, com o objetivo de diminuir a probabilidade de contágio e como medida para controlar os casos de COVID-19, os funerais deverão ocorrer com o menor número possível de pessoas, preferencialmente apenas os familiares mais próximos, evitando-se, assim, as aglomerações. A duração do velório será de no máximo 04 (quatro) horas, a contar da chegada do corpo no local, no horário compreendido entre 07:00hs e 22:00hs, devendo haver revezamento para velar o corpo, sendo que a capela mortuária permanecerá fechada das 22:00hs às 7:00hs,

§ 1º - Fica expressamente proibido o velório em residências;

§ 2º - Fica proibida a aglomeração de pessoas pelas áreas internas e externas dos espaços destinados aos velórios;

§ 3º - Os participantes do funeral devem seguir as medidas de higiene das mãos, de etiqueta respiratória e uso obrigatório de máscaras em todas as circunstâncias, evitando-se apertos de mão, abraços e outros tipos de contato físico;

§ 4º - As pessoas que se encontram em isolamento social, quarentena ou que apresentam sintomas respiratórios estão proibidas de participar de funeral, independentemente do grau de parentesco com o falecido;

§ 5º - Nos locais de realização do funeral deve ser disponibilizado água, sabonete líquido, papel toalha e álcool gel 70% para higienização das mãos;

§ 6º - Manter sempre os ambientes ventilados, evitar o uso de ar condicionado ou ventiladores, bem como intensificar a frequência de higienização das salas, copas, banheiros, maçanetas, mesas, balcões, cadeiras, entre outros;

§ 7º - A missa de corpo presente deve ser, preferencialmente, realizada no espaço aberto do Cemitério Municipal;

II – Com referência aos Óbitos suspeitos ou confirmados decorrentes de COVID19 com transmissão ativa do vírus (que se encontram em isolamento ou quarentena), fica estabelecido o sepultamento imediato, mantendo a urna funerária fechada durante todo o tempo, evitando qualquer contato com o corpo do falecido.

Art. 11º - O descumprimento das medidas estabelecidas no presente decreto sujeitará o infrator às penalidades previstas no Art. 268 do Código Penal, que prevê multa e até detenção de um mês a um ano e nos itens I e II do Art.33 da Lei Complementar Municipal nº128 de 14 de Junho de 2016, que institui o Código Sanitário do Município de Itá.

§ 1º - A multa será estabelecida baseada nos incisos I e II do Art. 33 do Código Sanitário do Município de Itá, podendo variar de R\$ 365,40 (trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos) para infração leve, até R\$ 12.180,00 (Doze mil, cento e oitenta reais) para infrações graves.

§ 2º - A classificação da infração se baseia no Art. 37 do Código Sanitário do Município de Itá, sendo considerado leve (quando o autuado for beneficiado por circunstância atenuante) e grave (quando for verificada uma circunstância agravante).

Art. 12º - Fica determinado a Vigilância Sanitária Municipal, com apoio da Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros Militares e Secretaria de Urbanismo, para atuar quanto à fiscalização das medidas aplicadas decorrentes do Covid.

Art. 13º - Este Decreto poderá sofrer alterações de acordo com as orientações dos órgãos técnicos internacionais, nacionais, estaduais e/ou do Comitê Intersetorial, com ampliação ou diminuição das medidas de contenção social, entrando em vigor na data de sua publicação.

Art. 14º - Este Decreto estará em vigor a partir da data de sua publicação, por período indeterminado, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 072/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá (SC), em 11 de junho 2021.
CLEMOR ANTÔNIO BATTISTI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

VILMARIZE FÁTIMA APPELT
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 02

Publicação N° 3093133

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 002/2021

Extrato

Acordo de cooperação técnica n.º 002/2020.

Celebrado entre o Município de Itá, Fundo do Idoso e a Associação Clube da Amizade Itá.

Objeto: O presente instrumento tem finalidade a conjugação de esforços visando estabelecer a forma de execução e gestão do Projeto Manutenção e Readequação no Centro de Convivência da Terceira Idade do Município de Itá – SC.

Vigência: 12 meses – junho/2021 a maio/2022.

Valor Total: R\$ 20.067,40 (vinte mil e sessenta e sete reais e quarenta centavos).

Clemor Antonio Batistti
Prefeito Municipal

EXTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 03

Publicação N° 3093137

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 003/2021

Extrato

Acordo de cooperação técnica n.º 003/2020.

Celebrado entre o Município de Itá, Fundo do Idoso e a Associação Cultural Itá.

Objeto: O presente instrumento tem finalidade a conjugação de esforços visando estabelecer a forma de execução e gestão do Projeto Canta Feliz Itá – Ano 05.

Vigência: 12 meses – junho/2021 a maio/2022.

Valor Total: R\$ 42.803,20 (quarenta e dois mil oitocentos e três reais e vinte centavos).

Clemor Antonio Batistti
Prefeito Municipal

REPÚBLICAÇÃO 02

Publicação N° 3092842

Republicação

PROJETOS FIA

Município de Itá - SC

Fundo Municipal da Infância e Adolescência

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itá

Projeto Aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itá

Número do Projeto: 002/2021

Proponente: Município de Itá-SC

CNPJ: 83.024.240/0001-53

Título: "Projeto Equoterapia e Equitação Lúdica"

Valor Autorizado para Captação: R\$ 194.522,50 (cento e oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta reais).

Data da Aprovação: 07/06/2021

Número da Ata: 232/2021

Número da Resolução: 006/2021

Prazo de Captação: 31/12/2022

Dados para a Captação:

Nome: Fundo da Infância e Adolescência de Itá

CNPJ: 17.827.375/0001-22

Banco: 001- Banco do Brasil

Agência: 3635-8

Conta-Corrente: 16.217-5

Patricia Perone Gheno
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itá

RESOLUÇÃO 01/2021

Publicação N° 3092944

RESOLUÇÃO Nº. 01, DE 02 DE JUNHO DE 2021.

Aprova o Regimento Interno do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB DE ITÁ.

O CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB DE ITÁ, através desta faz saber:

Art. 1º Fica aprovado , que o Regimento Interno de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB de Itá;

Art. 2º O Regimento que esta Resolução trata ficará arquivado juntamente com a documentação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB desta municipalidade, devidamente assinado por todos os membros titulares;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itá – SC, 02 de junho de 2021.

MARA SUHRE

PRESIDENTE DO CONSELHO – FUNDEB – CACS DO MUNICÍPIO

Decreto nº 079/2021 de 31/03/2021

Membros titulares:

EDITAL CIDAUC

Publicação Nº 3093157

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ALTO URUGUAI
CATARINENSE - CIDAUC**

Convocamos os Associados do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CIDAUC** para participarem da Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 18 de junho de 2021, as 13:30 (treze e trinta) horas, em primeira convocação com a presença da maioria dos entes consorciados em segunda convocação, as 14:00 (quatorze horas) horas, com qualquer número de entes consorciados presentes, tendo como local a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Ita, sito a Rua um, numero 357, Município de Itá, Santa Catarina, para as seguintes deliberações:

- 1 – Adequações Legais da Entidade
- 2 - Eleição e Posse da Diretoria e Conselho Fiscal;
- 3 – Assuntos Gerais.

Ita – SC, 11 de junho de 2021.

CLEMOR ANTONIO BATTISTI
Prefeito Municipal de Ita - SC

Itapema

PREFEITURA

DECRETO Nº 033 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO

Publicação Nº 3093728

DECRETO Nº 33/2021

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação judicial ou amigável o imóvel que especifica, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XIV, do art. 42, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando as decisões judiciais proferidas nos autos n. 5010579-52.2010.4.04.7200 e 5000537-41.2015.4.04.7208, que tramitam na Justiça Federal e têm como objeto a recuperação de área destinada à criação do Parque Municipal Padre Raulino Reitz pelo Decreto Municipal n. 47, de 05 de junho de 2007;

Considerando a proposta de criação de uma Unidade de Conservação na modalidade Área de Relevante Interesse Ecológico, formulada pelo Município de Itapema nos autos n. 5000537-41.2015.4.04.7208;

Considerando, a destinação de uma faixa non aedificandi no "Trecho situado entre o Canal das Oliveiras e a Rua 203, numa profundidade de 18,0m (dezoito metros), para a implantação de paisagismo e urbanização da orla marítima (...)", pelo Plano Diretor do Município de Itapema (art. 8º, V, 'a', da LC 11/2002);

Considerando, por fim, a estruturação em curso de Operação Urbana Consorciada, com o propósito de implantar uma via de tráfego um parque linear na orla dos bairros Meia Praia e Morretes, ligando as Ruas 321 e 165;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fim de desapropriação judicial ou amigável, a área de terras discriminada no Anexo Único deste Decreto, com 4.612,075m², situada no Bairro Morretes.

§ 1º A área declarada de utilidade pública será utilizada para a criação de unidade de conservação, abertura via pública beira-mar e implantação de parque linear;

§ 2º Nos imóveis da União a desapropriação restringir-se-á ao domínio útil, com indenização aos enfiteutas nos termos do art. 100, § 2º do Decreto-Lei n. 9.760/946;

§ 3º Alternativamente à indenização poderão os proprietários ou enfiteutas utilizarem o potencial construtivo das áreas desapropriadas no remanescente dos imóveis, nos termos do art. 34 da Lei Complementar n. 11, de 06 de fevereiro de 2002.

Art. 2º A área atingida pela desapropriação será avaliada administrativamente pela Comissão de Avaliações do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Executivo, por previsão orçamentária própria.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema(SC), 31 de maio de 2021.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

DECRETO Nº 034 - CONVOCA CONFERÊNCIA DA CIDADE

Publicação Nº 3093743

DECRETO Nº 34/2021

Convoca Conferência da Cidade para a formação do Conselho da Cidade e deflagração do processo de revisão do Plano Diretor de Itapema(SC), e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XIV do art. 42 da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de revisão do Plano Diretor do Município de Itapema – LC 07/2002, conforme determina o art. 40, § 3º do Estatuto da Cidade – Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001;

Considerando as normas dos arts. 12 e 28 da Lei Complementar n. 79, de 19 de setembro de 2019, o último com redação dada pela Lei Complementar n. 102, de 08 de junho de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Conferência da Cidade para a formação do Conselho da Cidade, de que trata a Lei Complementar n. 79, de 19 de setembro de 2019, e deflagração do processo de revisão do Plano Diretor de Itapema(SC), a realizar-se no dia 14 de julho de 2021, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, a partir das 19:00 horas.

Art. 2º A Conferência da Cidade será organizada e dirigida por Comissão Especial, formada pelos seguintes membros:

I - Valdemiro Adauto de Souza, Assessor Especial de Governo e Planejamento Estratégico;

II - Marcelo Márcio Correia - Assessor Especial de Captação de Recursos e Projetos;

III - João José da Cruz Neto - Assessor Especial Legislativo.

Parágrafo Único. Caberá à Comissão definir o formato de realização da Conferência, a fim de garantir o cumprimento das normas sanitárias destinadas ao combate da pandemia da COVID-19.

Art. 3º A Comissão deverá publicar edital, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei Complementar n. 79, de 19 de setembro de 2019, com a definição das regras de cadastramento das entidades interessadas em compor o Conselho da Cidade e de escolha dos seus membros.

Parágrafo único. O edital deverá ser publicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM-SC), jornal de circulação em Itapema e local destacado no site oficial do Município.

Art. 4º A Conferência da Cidade e o Conselho da Cidade serão presididos pelo Assessor Especial de Governo e Planejamento Estratégico, sendo em suas ausências ou impedimentos, substituído pelo Vice-Presidente eleito pelo colegiado, nos termos dos arts. 18 e 19, da Lei Complementar n. 79, de 19 de setembro de 2019.

Art. 5º A metodologia de trabalho para a revisão do Plano Diretor e o funcionamento do Conselho da Cidade serão regulamentados mediante Resolução do próprio órgão.

Art. 6º Fica revogado o Decreto n. 62, de 31 de outubro de 2019.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema SC, 09 de junho de 2021.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

DECRETO Nº 035- DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA

Publicação Nº 3093759

DECRETO Nº 35/2021

Declara de utilidade pública para fins de servidão administrativa os imóveis que se especificam, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XV, do art. 42, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a servidão administrativa é o direito real público que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel privada para permitir a execução das obras e serviços de interesse coletivo;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de uma faixa de servidão para passagem de rede pública coletora de esgoto sanitário, conforme correspondência nº 063/JUR/2021, encaminhado pela empresa COMPANHIA ÁGUAS DE ITAPEMA, concessionária de serviços públicos de água e esgotamento sanitário de Itapema (SC).

DECRETA:

Art.1º Fica declarado de utilidade pública, mediante instituição de servidão administrativa a seu favor, amigável e não onerosa, parte dos imóveis descritos no Anexo Único deste Decreto, compreendendo as inscrições imobiliárias nº 01.03.326.0960 de propriedade de Vicente Bernadino de Oliveira e inscrição imobiliária nº 01.03.326.2127 de propriedade de Maurina de Oliveira Silva, ambos localizados nas extremidades das Ruas 616-A, 620, 622 e 622-A, localizadas no Bairro Tabuleiro dos Oliveiras, neste Município.

§ 1º A área declarada de utilidade pública será utilizada para a constituição de servidão administrativa, necessária para a implantação de uma faixa de passagem de rede pública coletora de esgoto sanitário.

Art. 2.º Fica reconhecida a conveniência da constituição de servidão administrativa em favor do Município de Itapema, para o fim indicado, a qual compreende o direito atribuído ao Município de praticar todos os atos de construção, operação e manutenção, bem como sua possível alteração e reconstrução, sendo-lhe assegurado, ainda, o acesso à área de servidão sempre que necessário, podendo, inclusive, autorizar tais atos aos seus delegados e concessionários de serviços públicos.

Art. 3º A servidão administrativa será instituída por escritura pública, em havendo acordo ou anuência do proprietário, ou judicialmente na hipótese contrária.

Art. 4º Havendo comprovada necessidade de indenização o preço não poderá ultrapassar o laudo de avaliação.

Parágrafo único. O ônus da prova do prejuízo/indenização cabe ao proprietário, não o provando, presume-se que a servidão não produz qualquer prejuízo.

Art. 5.º Os proprietários das áreas atingidas pelo ônus da servidão administrativa se limitará ao uso e gozo da mesma no que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se, conseqüentemente, da prática dentro da referida área, de quaisquer atos que causem danos à mesma.

Art. 6º A área atingida pela servidão administrativa será avaliada administrativamente pela Comissão de Avaliações do Município.

Art. 7º As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Executivo, por previsão orçamentária própria.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema(SC), 9 de junho de 2021.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

EDITAL - CONVOCAÇÃO DA CONFERÊNCIA DA CIDADE

Publicação Nº 3093891

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - CONFERÊNCIA DA CIDADE DE ITAPEMA/SC

A Comissão Especial designada pelo Decreto n. 34, de 07 de junho de 2021, com amparo no art. 9º, § 1º da Lei Complementar n. 79, de 19 de setembro de 2019, TORNA PÚBLICO os critérios de credenciamento e seleção das entidades interessadas em indicar representante a participar da Conferência da Cidade e compor o Conselho da Cidade. A Conferência da Cidade e a escolha dos membros do Conselho da Cidade obedecerá às seguintes regras:

1. A Conferência da Cidade realizar-se-á no dia 14 de julho de 2021, às 19:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Itapema;

2. A participação presencial na Conferência da Cidade limitar-se-á aos representantes das entidades definidas pelo art. 9º da LC 79/2019, previamente credenciadas, dos seguintes segmentos:

- a) Movimentos sociais;
- b) Associações de bairros;
- c) Setor empresarial (da indústria, comércio e serviços);
- d) Sindicatos de trabalhadores;
- e) Organizações Não Governamentais – ONG's;
- f) Entidades profissionais;
- f) Entidades acadêmicas e de pesquisa.

2.1. Para os fins das alíneas do item 2, considera-se:

- a) MOVIMENTOS SOCIAIS: associações de bairro, clubes de serviço, clubes sociais e esportivos, entidades de cunho social, associações de pais e mestres, associações ligadas à pessoas com deficiência, entidades religiosas e afins;
- b) SETOR EMPRESARIAL: sindicatos e associações representativas;
- c) ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA: universidades e instituições de nível superior de ensino e pesquisa;
- d) ENTIDADES PROFISSIONAIS: grupos de profissionais liberais regulados por autarquias e conselhos, associações ou sindicatos;
- e) ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGS: grupos sociais organizados, sem fins lucrativos, constituídos formalmente e autonomamente, caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania - Terceiro setor.

3. Também poderão participar de forma presencial da Conferência da Cidade, nos termos do art. 13 da LC 79/2019, com direito a voz e sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, dos poderes executivo, legislativo e judiciário, e ainda:

- a) 2 (dois) representantes de órgãos estaduais com atuação regional;
- b) 1 (um) representante da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI;
- c) 1 (um) representante da Federação Catarinense dos Municípios - FECAM;
- d) 2 (dois) representantes de órgãos federais com atuação regional;
- e) 1 (um) representante do Observatório Social de Itapema;
- f) 1 (um) representante do Poder Legislativo;
- g) 1 (um) representante de cada concessionária.

4. As entidades, órgãos ou empresas definidas nos itens 2 e 3, que pretendam integrar o Conselho da Cidade e/ou participar da Conferência da Cidade deverão se cadastrar até o dia 13/07/2021, através do e-mail: concidade@itapema.sc.gov.br.

4.1. O pedido de cadastramento das entidades, órgãos ou empresas deverá ser instruído com o ato constitutivo e/ou alteração contratual vigente.

4.2. A candidatura e a posterior representação no Conselho será por entidade, a qual, inclusive, poderá a qualquer momento substituir seu representante;

5. Os pedidos de cadastramento das entidades, órgãos ou empresas serão analisados pela Comissão Especial, a qual, inclusive, poderá solicitar informações ou documentos complementares aos interessados;

6. De acordo com o art. 9º da LC 79/2019, "A representação da sociedade civil [no Conselho da Cidade] (60%) será composta por 15 membros titulares e 15 membros suplentes, organizados por segmentos, com direito a voz e voto, observando-se a seguinte disposição sendo:

- I - 4 (quatro) membros representantes dos movimentos sociais;
- II - 4 (quatro) membros representantes de associações de bairros;
- III - 2 (dois) membros representantes do setor empresarial, sendo no mínimo 1 (da indústria) e 1 (comércio e serviços);
- IV - 2 (dois) membros representantes dos trabalhadores, por suas entidades sindicais;
- V - 1 (um) membro de ONGs;
- VI - 1 (um) membro de entidades profissionais;
- VII - 1 (um) membro de entidades acadêmicas e de pesquisa.

7. A escolha das entidades, cadastradas conforme o segmento que representam, será realizado mediante sorteio, realizado na Conferência da Cidade.

8. PROGRAMA DA CONFERÊNCIA:

- a) Abertura;
- b) Identificação das entidades, órgãos e empresas (concessionárias) representadas;
- c) Escolha das entidades que indicarão os membros do Conselho da Cidade;
- d) Definição da data de instalação do Conselho da Cidade e posse dos seus membros;
- e) Encerramento.

9. Dúvidas poderão ser enviadas ao e-mail concidade@itapema.sc.gov.br.

Itapema(SC), 10 de junho de 2021.

Valdemiro Adauto de Souza
Membro de Comissão

Marcelo Márcio Correia
Membro de Comissão

João José da Cruz Neto
Membro de Comissão

EXTRATO - PÍER

Publicação N° 3095532

EXTRATO – EDITAL DA CONCORRÊNCIA N° 01/CGPPP/2021

OBJETO: CONCESSÃO COMUM DE ESPAÇO PÚBLICO PARA ESTABILIZAÇÃO DA FOZ DO RIO PEREQUÊ MEDIANTE IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO, GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PÍER TURÍSTICO DA FOZ DO RIO PEREQUÊ, NO MUNICÍPIO DE ITAPEMA(SC).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR VALOR DE OUTORGA FIXA

PRAZO DA CONCESSÃO: 30 (TRINTA) ANOS

O Município de Itapema(SC), por intermédio do Conselho Gestor de Concessões e Parcerias Público-Privadas (CGPPP), com sede na Avenida Nereu Ramos, 134, Centro, Itapema(SC), torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Concorrência, do tipo maior valor de outorga fixa da concessão, para a seleção de proposta mais vantajosa e contratação de concessão para estabilização da Foz do Rio Perequê através da execução de molhe(s) e implantação, operação, gestão e manutenção do Píer Turístico da Foz do Rio Perequê, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.928, de 28 de novembro de 2019, e, subsidiariamente, com a Lei Federal nº 8.987/1995, a Lei Federal nº 9.074/1995, a Lei Federal nº 8.666/1993, e demais normas que regem a matéria, observadas as regras do presente Edital.

Será adotado, para fins de julgamento, o critério do MAIOR VALOR DE OUTORGA FIXA DA CONCESSÃO, conforme o disposto no art. 15, II da Lei Federal nº 8.987/1995 e suas alterações, observados os parâmetros definidos neste Edital e nos seus anexos.

Os envelopes contendo a habilitação e a proposta comercial deverão ser entregues até às 12h00min (horário de Brasília), do dia 15 de julho de 2021, no endereço: Avenida Nereu Ramos, 134, Centro Itapema(SC) – Gabinete – A/C: Marcelo Marcio Correia.

A sessão de abertura dos envelopes ocorrerá no dia 15 de julho de 2021 a partir 13h, no endereço: Avenida Nereu Ramos, 134, Centro, Itapema(SC), observadas as condições do presente Edital.

O edital e demais documentos estão publicados no site da Prefeitura Municipal de Itapema – www.itapema.sc.gov.br – e qualquer dúvida pode ser sanada através do e-mail ppp@itapema.sc.gov.br

Itapema(SC), 11 de junho de 2021.

Conselho Gestor de Concessões e Parcerias Público-Privadas

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 04.043.2021

Publicação N° 3095610

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.043.2021.

Objeto: Registro de Preços – Contratação de empresa para execução de pavimentação dos passeios em diversas vias do Município de Itapema com fornecimento de materiais e mão de obra, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital nº. 04.043.2021.

Entrega dos envelopes: Até às 12:30 (doze horas e trinta minutos) do dia 25 (vinte e cinco) de junho de 2021.

Abertura do Pregão: 25 (vinte e cinco) de junho de 2021, às 12:31 (doze horas e trinta um minutos).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “licitações – pregão – pasta 04.043.2021.” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3267-1495.

Itapema, 11 de junho de 2021.

Oswaldo Batista Neto
Secretário de Obras e Transportes

DECRETO Nº 031 - SUPLEMENTAÇÃO

Publicação Nº 3093721

DECRETO nº. 31/2021

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente e dá Outras Providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições Legais e com fundamento na Lei Municipal nº 4.048, de 18 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 9.425.872,62 (nove milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil oitocentos e setenta e dois reais e sessenta e dois centavos) conforme segue:

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**Unidade: 01 - Diretoria Administrativa****Atividade: 2.106 - Manutenção dos Programas CIM-AMFRI****Elemento: 3.3.71.00.00.00.03.0000/316 - Transf Consórcios Públicos** R\$ 62.633,56**Elemento: 4.4.71.00.00.00.03.0000/317 - Transf Consórcios Públicos** R\$ 8.031,72**Total da Secretaria:** R\$ **70.665,28****Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS****Unidade: 02 - Diretoria Administrativa****Atividade: 2.015 - Cumprimento de Sentenças Judiciais - PRECATÓRIOS****Elemento: 3.1.90.00.00.00.03.0000/314 - Aplicações diretas** R\$ 300.000,00**Total da Secretaria:** R\$ **300.000,00****Órgão: 06 - SEC MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO****Unidade: 01 - Assessoria Especial de Planejamento Urbano****Projeto: 1.005 - Coordenação e Manutenção do Plano de MACRO DRENAGEM****Elemento: 4.4.90.00.00.00.03.0000/312 - Aplicações diretas** R\$ 377.207,34**Total da Secretaria:** R\$ **377.207,34****Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****Unidade: 06 - Assessoria Especial de Esporte****Atividade: 2.066 - Incentivo aos Atletas Locais e a Terceira Idade na Prática esportiva****Elemento: 3.3.90.00.00.00.03.0000/313 - Aplicações diretas** R\$ 78.000,00**Total da Secretaria:** R\$ **78.000,00****Órgão: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA****Unidade: 01 - Assessoria de Segurança Pública****Atividade: 2.017 - Manutenção dos Serviços Administrativos - DETRAMI****Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0034/318 - Aplicações diretas** R\$ 250.000,00**Atividade: 2.109 - Gestão e Administração da Secretaria de Segurança Pública****Elemento: 3.1.90.00.00.00.03.0000/264 - Aplicações diretas** R\$ 350.000,00**Total da Secretaria:** R\$ **600.000,00****Órgão: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****Unidade: 07 - Diretoria de Atenção Especializada****Atividade: 2.081 - Operação e Manutenção Assist Hospitalar e do Serv Urg e Emergência****Elemento: 3.3.50.00.00.00.01.0002/45 - Transf a Instituições Privadas** R\$ 8.000.000,00**Total da FMS:** R\$ **8.000.000,00****Total Geral:** R\$ **9.425.872,62**

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, incisos I e II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo para o inciso I, Superavit Financeiro a importância de R\$ 1.175.872,62, para o inciso II, Excesso de Arrecadação a importância de R\$ 8.250.000,00.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Itapema, 26 de maio de 2021.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 032 - CRIA NOVO ELEMENTO DE DESPESA

Publicação Nº 3093724

DECRETO Nº 032/2021

CRIA NOVO ELEMENTO DE DESPESA NA ATIVIDADE 2.064 - GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE E SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DENTRO DA MESMA ATIVIDADE, ÓRGÃO 08.00 - SEC MUNIC DE TURISMO CULTURA, ESPORTE E DESENV ECONÔMICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições Legais que lhe confere a Lei Municipal nº 4.111, de 19 de maio de 2021,

D E C R E T A

Art. 1º Cria novo elemento de despesa na atividade 2.064 - Gestão e Administração do Departamento de Esportes, do Órgão 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO CULTURA, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, conforme a seguir:

Órgão: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO CULTURA, ESPORTE E DESENV ECONÔMICO

Unidade: 06 - ASSESSORIA ESPECIAL DE ESPORTE

Atividade: 2.064 - Gestão e Administração do Departamento de Esportes

Elemento: 3.3.50.00.00.00.01.0000.0/315 - Aplicações diretas R\$ 300.000,00

Total da Secretaria: R\$ 300.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Especial e Suplementar de que trata o artigo primeiro será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na mesma importância, conforme segue:

Órgão: 08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO CULTURA, ESPORTE E DESENV ECONÔMICO

Unidade: 06 - ASSESSORIA ESPECIAL DE ESPORTE

Atividade: 2.064 - Gestão e Administração do Departamento de Esportes

Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0000.0/150 - Aplicações diretas R\$ 300.000,00

Total da Secretaria: R\$ 300.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Itapema, 26 de maio de 2021.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2021 - FMS

Publicação Nº 3092390

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2021 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA USO EM TRATAMENTO MEDICO EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, AMBULÂNCIAS, SAMU E RESIDÊNCIAS

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento de Propostas: até as 14h00min do dia 24/06/2021.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga - SC, 11 de junho de 2021.

CLAIR MARIA HECK HEINEN

Secretária Municipal de Saúde

DECRETO Nº 139, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095560

DECRETO Nº 139, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

APROVA A IMPLANTAÇÃO DO TRAÇADO E INFRAESTRUTURA DO "LOTEAMENTO VÔ ANTÔNIO" SITUADO NO MUNICÍPIO ITAPIRANGA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 51, de 16 de agosto de 2012 e alterações,

Decreta:

Art. 1º Fica com o presente Decreto, aprovada a implantação do traçado e as obras de infraestrutura do "Loteamento Vô Antônio", localizado na Estrada Municipal ITG-070, município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, objeto da matrícula nº 15.709 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga/SC, de propriedade de Antônio Preis, inscrito no CPF sob o nº 423.024.479-72 e RG nº 423.024.479-72, e esposa Lucia Wink Preis, inscrita no CPF sob o nº 941.882.899-53 e RG nº 13/R-2.207.857, residentes e domiciliados na Rua São Francisco, nº 166, Bairro Rainha da Paz, nesta cidade de Itapiranga/SC.

Art. 2º O parcelamento do solo da área de que trata o presente Decreto, é de uso predominantemente residencial (Zona de Interesse Residencial 2- ZIR-2).

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga/SC, 11 de junho de 2021.

ALEXANDRE GOMES RIBAS

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artêmio Antônio Scalón

Secretaria Municipal de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA Nº 12/2021

Publicação Nº 3092823

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA Nº 12/2021.

O CHEFE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA da Secretaria Municipal da Saúde de Itapiranga, no uso de suas atribuições que lhe conferem o parágrafo único do art. 186 e inciso II do art. 194 da Lei Complementar Municipal Nº 63/2013, notifica os autuados identificados no Anexo Único, deste Edital, a tomarem ciência quanto aos Autos de Imposição de Penalidades abaixo relacionados.

Poderá ser interposto recurso contra a autuação no prazo de 30 (trinta) dias, contados da efetiva notificação, na forma dos artigos 190 e 191 da Lei Complementar Municipal Nº 63/2013. A documentação relativa à autuação encontra-se à disposição do autuado na Vigilância Sanitária, na Rua São José, 735, sala 1, Centro, Itapiranga/SC.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito às penalidades previstas em lei.

Itapiranga, 11 de junho de 2021.

ALCENIR BENACHIO – Chefe da Vigilância Sanitária

ANEXO ÚNICO:

1. AUTUADO: ANGELA ESTEFANIA CHAKER BARRETO

CPF: 708.535.902-14

PROCESSO: 159.2021/SMS/VS

AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 6469302339/21

2. AUTUADO: JULLY HERMES MORAIS DE OLIVEIRA

CPF: 115.790.504-84

PROCESSO: 160.2021/SMS/VS

AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE DE 1ª INSTÂNCIA: 6469302338/21

EXTRATO DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2021

Publicação Nº 3095881

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5F4BBA8E542A702D7EC7CBA697FB8A83DA6B95B5

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRONICO Nº 52/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICO PEDAGÓGICOS PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das Propostas: até às 07h55min do dia 25/06/2021.

Início da Sessão: dia 25/06/2021, às 08h00min, no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:00 às 13:00.

Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7714.

Itapiranga, SC, 11 de junho de 2021.

Alexandre Gomes Ribas

Prefeito

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2020

Publicação Nº 3092837

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 404BFDA47D8F59FEE5603F938BE80EF4025D4FBD

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 046/2020

Aditivo Nº: 3 T.A 046/2020

Tipo Aditivo: Supressão

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: QUANTUM ENGENHARIA LTDA

Licitação: Pregão Presencial 89/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, EXECUÇÃO POR PREÇO UNITÁRIO, PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS INTEGRANTES DO CONVÊNIO Nº 007/2019, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Vigência: Início: 07/06/2021 Término: 07/08/2021

Assinatura: 07/06/2021

Valor R\$: 2.575,40 (Dois Mil, Quinhentos e Setenta e Cinco Reais e Quarenta Centavos)

Itapiranga, 11 de junho de 2021.

Itapoá

PREFEITURA

ATA SESSÃO PÚBLICA - TOMADA DE PREÇO Nº 05/2021

Publicação Nº 3092600

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9205A93B1C8522F42E4C581E06BBB683EF556817

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

Data	11/06/2021	Horário início: 09h00min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 05/2021 Nº 33/2021

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUTAR REFORMA E ADEQUAÇÕES DAS UNIDADES: CEI PEQUENO APRENDIZ, EMEF AYRTON SENNA, EMEF MONTEIRO LOBATO, EMEF FREI VALENTIM, SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CRECHE LUA DE CRISTAL, COMPREENDENDO UMA ÁREA DE 907,76 M², CONFORME PROJETO ARQUITETÔNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 4522/2020. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial da União, Jornal de Grande Circulação, Diário Oficial dos Municípios e Site Oficial do Município, no dia 26/05/2021 a fim de ampla divulgação. Exatamente às 08h30min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de habilitação e proposta. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
10/06/2021	60	08:17	DEEP ENGENHARIA E PROJETOS LTDA	17.688.120/0001-26
11/06/2021	62	07:32	MW – AMAZÔNIA SERVIÇOS LTDA	10.700.757/0001-41

Iniciada a sessão, os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado pela CPL o disposto a seguir:

Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
1	REF.: DEEP ENGENHARIA E PROJETOS LTDA
1.1 Apresentou Documentos de identificação sem autenticação, apesar de haver QR Code para consulta trata-se de uma cópia simples não sendo possível validar a autenticidade do documento, descumprindo o item 2.6.1 do Edital.	
1.2. Apresentou o cálculo de solvência geral assinado apenas pelo contador, sem assinatura do representante legal da empresa, e o mesmo cálculo apresentado estando incorreto, descumprindo o item 2.4.6 do Edital.	
Neste quesito, a CPL considera a empresa INABILITADA.	
Considerações: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	
2	REF.: MW – AMAZÔNIA SERVIÇOS LTDA
2.1 Apresentou Documentos de identificação sem autenticação, sendo cópia simples descumprindo o item 2.6.1 do Edital;	
2.2 Apresentou Certidão Municipal vencida e sem autenticação, descumprindo o item 2.6.1 do Edital.	
Neste quesito, a CPL considera a empresa INABILITADA.	

Sendo assim, as empresas DEEP ENGENHARIA E PROJETOS LTDA e MW – AMAZÔNIA SERVIÇOS LTDA foram consideradas INABILITADAS. Tendo em vista o Decreto Estadual nº 1276/2021 e Decreto Executivo nº 5069/2021, os documentos de habilitação serão escaneados e disponibilizados no Site Oficial do Município para acesso aos interessados. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e no qual fica aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, até o dia 21/06/2021, em horário de expediente da Prefeitura, das 07:30 às 13:30. As empresas que quiserem postergar seu direito de recurso deverão fazer através de protocolo no site <https://itapoa.atende.net/> ou pelo e-mail protocolo@itapoa.sc.gov.br. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	ELASIO FRISANCO MEMBRO
RICARDO LASTRA MEMBRO	CARLOS RAMOS JUNIOR MEMBRO

PORTARIA Nº 0012/2021

Publicação Nº 3092822

PORTARIA MUNICIPAL Nº 0012/2021

Data: 11 de junho de 2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO – PA Nº007/2021
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.JONECIR SOARES, Secretário de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, considerando:
· Comunicação Interna nº 440/2021 – Secretaria de Municipal de Educação;Resolve:
Art.1º Tornar público que será instaurado Processo Administrativo – PA nº 007/2021 para apurar possíveis descumprimento de cláusulas contratuais relativo a Tomada de Preço 15/2020 – Processo Licitatório 67/2020 – Contrato nº 66/2020, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:MONICA ALVARENGA.....Presidente
FLAVIO ELIAS GELAMO CUSTODIO.....Secretário
ARTHUR BORDIN SBRISIA.....Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar os fatos, apontando providências cabíveis.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá (SC), 11 de junho de 2021

JONECIR SOARES

Secretário de Administração

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmaria M. da Silva

Agente Administrativo I

TERMO ADITIVO Nº 51/2021 - CONTRATO ADM Nº 64/2019 - 2º ADITIVO

Publicação Nº 3092872

TERMO ADITIVO Nº 51/2021 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 64/2019 (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 206, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário De Segurança Pública e Trânsito, Sr. THOMAZ WILLIAM PALMA SOHN, brasileiro, solteiro, portador do CNPF/MF nº 062.080.289-81 e CI.RG nº 5526172 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Lourival Jansen, nº 775, Bairro: Pontal do Norte, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado a Sra. ANTONIA MARLENE BRAGA PACHECO, brasileira, viúva, do lar, portadora do CI.RG nº 6.730.472, SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 085.905.359-83, residente e domiciliado à Rua 1790, nº 57, Balneário: Mariluz, CEP: 89.249-000, neste Município de Itapoá,, CEP: 89249-000, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), ajustam o presente Termo Aditivo em caráter consensual, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2019 - PROCESSO Nº 52/2019, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 64/2019, em 06 (seis) meses contados a partir do dia 11/06/2021, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 06 (seis) parcelas mensais no valor de R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais), resultando em um valor total de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais) para o período.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 64/2019, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 64/2019, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Itapoá/SC, 11 de julho de 2021.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ THOMAZ WILLIAM PALMA SOHN SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	LOCADOR ANTONIA MARLENE BRAGA PACHECO
Testemunhas: Nome: CNPJ/MF:	Nome: CPF/MF:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ - IPESI**EXTRATO CONTRATO 05/2021**

Publicação Nº 3092436

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 05/2021

Estado de Santa Catarina	
IPESI – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itapoá	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	05/2021
Contratante	IPESI
Contratado	INSTITUTO DE CERTIFICAÇÃO QUALIDADE BRASIL
CNPJ Contratada	01.659.386/0001-00
Objeto	Constitui objeto do presente contrato a certificação, pelo ICQ BRASIL, do Programa Pró Gestão - RPPS em conformidade com os requisitos aplicáveis para certificação, para o nível I.
Valor do serviço	R\$ 4.950,00 (quatro mil, novecentos e cinquenta reais)
Vigência	Início 01/06/2021 Término : o final do período de validade da Certificação.
Itapoá/SC, 10/06/2021	
Wilmara Jaqueline Madeira Pitta – Diretora Executiva IPESI	

EXTRATO CONTRATO 06/2021

Publicação Nº 3092422

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 06/2021

Estado de Santa Catarina	
IPESI – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Itapoá	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	06/2021
Contratante	IPESI
Contratado	SIRLEI BRAZ WEGRZYNOSKI RECHETELO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
CNPJ Contratada	30.952.646/0001-30
Objeto	O objeto do presente contrato consiste Prestação de serviços jurídicos para atuação junto aos Autos nº 5000532-21.2021.8.24.0126/SC que tramitam na 2ª Vara da Comarca de Itapoá, em que figura no polo ativo JOSÊNIO VIEIRA BERNARDI e no pólo passivo o IPESI, incluindo: 0.1. Apresentação de Contestação, nos termos da Lei nº 13.105/2015- Código de Processo Civil. 0.2. Atuação no processo até 2ª instância, incluindo elaboração do recurso de apelação, caso necessário.
Valor do serviço	R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Valor diária de visita técnica solicitada	R\$ 900,00 (novecentos reais)
Vigência	Início 07/06/2021 Término : encerramento do processo na 2ª instância
Itapoá/SC, 10/06/2021	
Wilmara Jaqueline Madeira Pitta – Diretora Executiva IPESI	

PORTARIA 1.501/2021 CORREÇÃO DE FALHA FORMAL

Publicação Nº 3092477

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

PORTARIA IPESI N.º 1.501/2021

"Dispõe sobre a correção da falha formal da Portaria IPESI Nº 1.498/2020 que concedeu o benefício de PENSÃO POR MORTE ao Sr. JOSÉ SARTOR

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Regularizar a falha formal detectada no Ato nº 1.498/2020 de 03/05/2021, onde se lê " PORTARIA IPESI Nº 1.498/2020", leia-se " PORTARIA IPESI Nº 1.498/2021".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOÁ - SC, 10 de junho de 2021.

Wilmara Jaqueline Madeira Pitta

Diretora Executiva

Decreto Municipal 3882/2019

Homologo:

Marlon Roberto Neuber

Prefeito Municipal

PORTARIA 1500/2021 BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Publicação Nº 3092400

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

PORTARIA IPESI N.º 1.500/2021

"Dispõe sobre a concessão do benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ao servidor LUIZ PEREIRA.

A Diretora Executiva do IPESI - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 67, § 1º, inciso I, e Artigo 69 da Lei Complementar Municipal 41/2014. Artigo 40, § 1º, inciso I da C.F., com redação dada pelo Artigo 6º da EC nº 41/2003, EC nº 70/2012 e, Artigo 3º C/C Artigo 36, incisos II e III da EC 103/2019, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Por Invalidez ao servidor LUIZ PEREIRA, efetivo no cargo de Supervisor Escolar, Nível II, referência J, lotado na Secretaria de Educação, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição no valor de R\$ 10.377,14 (dez mil, trezentos e setenta e sete reais e catorze centavos), conforme processo administrativo do IPESI, nº 2021.03.05712 P a partir de 15 de junho de 2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOÁ - SC, 08 de junho de 2021.

Wilmara Jaqueline Madeira Pitta

Diretora Executiva

Decreto Municipal 3882/2019

Homologo:

Marlon Roberto Neuber

Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

ERRATA DA PUBLICAÇÃO LEI Nº 2.839

Publicação Nº 3092683

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA LEI Nº 2.839, DE 09 DE JUNHO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito de Ituporanga, no uso de suas atribuições legais, torna pública a retificação da LEI MUNICIPAL Nº 2.839, DE 09 DE JUNHO DE 2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios na data de 10 de junho de 2021, edição nº 3526, página 803, em virtude de ter constado "Parágrafo único: Os pagamentos serão realizados em 10 parcelas, iguais e sucessivas, de R\$ 180.000,00 cada, não sujeita a atualização.

Fica republicada a Lei Municipal nº 2.839/2021 com a retificação, a qual passa a ter a seguinte redação:

LEI Nº 2.839, DE 09 DE JUNHO DE 2021.

☐ Autoriza a formalização de acordo para pagamento da empresa RESTA AUTO GUINCHOS LTDA ME ☐.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito de Ituporanga, Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica O Chefe do Poder Executivo autorizado a formalizar acordo de pagamento de débito no valor de R\$ 180.000,00 à RESTA AUTO GUINCHOS LTDA ME, inscrita no CNPJ n. 09.306.398/0001-63 para quitação do Contrato n. 45/2014 da Concorrência Pública n. 02/2014, que tinha por objeto a prestação de serviços de guarda, depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação, bem como serviço de remoção de veículos.

Parágrafo único: Os pagamentos serão realizados em 10 parcelas, iguais e sucessivas, de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) cada, não sujeita a atualização.

Art. 2º. A Secretaria da Fazenda dará cumprimento ao acordo.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 09 de junho de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

GERSON WALTER KRAEMER

Secretário da Administração

NILSON WERTER

Secretário da Fazenda

HOMOLOGAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 28/2021

Publicação Nº 3092453

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE ITUPORANGA****CNPJ: 83.102.640/0001-30****CENTRO ADMINISTRATIVO ANTONIO CARLOS KONDE REIS - 40 Prédio****CEP: 88400000 - Ituporanga - SC****PREGÃO NULL****Nr.: 28/2021****Processo Administrativo: 54 / 2021****Processo de Licitação: 28 / 2021****Data do Processo: 21/05/2021****TERMO DE HOMOLOGAÇÃOATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 54/2021
b) Licitação Nr.: 28/2021
c) Modalidade: Pregão
d) Data Homologação: 11/06/2021
e) Objeto da Licitação: OBJETIVANDO A SEGUNDA TENTATIVA, A SECRETARIA DE URBANISMO DE ITUPORANGA VEM SOLICITAR A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CARNEIRAS PRÉ FABRICADAS DE CONCRETO DUPLAS COM TAMPAS, SENDO CONSTRUÍDA EM PLACAS MACIÇAS COM ESPESSURA DE 4CM EM CONCRETO ARMADO DE 25 MPA COMPOSTA POR MALHA DE AÇO, CONTENDO AS DIMENSÕES INTERNAS COM 0,80 METROS DE LARGURA, 2,20 METROS DE COMPRIMENTO E ALTURA MÍNIMA DE 1,10 METROS. TAL PEDIDO SE JUSTIFICA COM BASE NA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, QUE CONDICIONA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DOS ITENS SOLICITADOS. A ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE CARNEIRAS SE FAZ NECESSÁRIO DEVIDO E DEMORA NA FABRICAÇÃO E CURA DA CARNEIRA CONVENCIONAL CONSTRUÍDA COM TIJOLOS, ALÉM DA ESTRUTURA PRÉ-FABRICA SER MAIS RÁPIDA NA SUA MONTAGEM DEMANDANDO ASSIM MENOR NUMERO DE PESSOAL PARA SUA MONTAGEM, A NECESSIDADE DE TER ESTE ITEM SE FAZ NECESSÁRIO AINDA DEVIDO AO ALTO ÍNDICE DE MORTES QUE VEM OCORRENDO EM NOSSA REGIÃO DEVIDO A COVID19, PORTANTO É DE SUMA IMPORTÂNCIA QUE SUAS NECESSIDADES ESTEJAM SUPRIDAS DESTE TIPO DE MATERIAL PARA NÃO HAVER ATRASO NA REALIZAÇÃO DOS ENTERROS.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores:

1226223 - EDEMAR GARDOLIN 05651752978						
Sem lote						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CARNEIRA PRÉ FABRICADA DUPLA COM MEDIDADES INTERNAS DE 2,20 METROS DE COMPRIMENTO, 0,80 DE LARGURA E 1,10 DE ALTURA, COM TAMPAS.	UNIDADE		200	R\$ 790,0000	R\$ 158.000,0000

Total do Fornecedor: R\$ 158.000,0000

Total da Homologação: R\$ 158.000,0000

Ituporanga, 11 de junho de 2021.

GERVASIO JOSE MACIEL
PREFEITO
CPF: 121.340.239-53

WILMAR VANDRESEN
SECRETARIO DE URBANISMO
CPF: 659.805.739-68

PORTARIA Nº 1.103, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092773

PORTARIA Nº 1.103, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 557, de 10 de março de 2021, que designou a servidora ANA CARLA GRAH ROSA.

Onde se lê:

Art. 1º Designar a servidora ANA CARLA GRAH ROSA, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE, para desempenhar suas funções na Secretaria de Educação – CEI Luciane Haverroth, a partir de 08.03.2021.

Leia-se:

Art. 2º Designar a servidora ANA CARLA GRAH ROSA, no cargo de SERVENTE, com desempenho de suas funções na Secretaria de Educação – CEI Luciane Haverroth, a partir de 08.03.2021.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 11 de junho de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

GERSON WALTER KRAEMER

Secretário da Administração

SANDRA REGINA BERNS CLASEN

Secretária da Educação

PORTARIA Nº 1.104, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092592

PORTARIA Nº 1.104, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, e de conformidade com a Lei Complementar 20, de 17 de dezembro de 2008 e Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, em caráter temporário, HUGO TEIXEIRA DA SILVA, ocupante do Cargo em Comissão de Procurador Geral do Município para responder CUMULATIVAMENTE pelo cargo em comissão de SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, em razão do afastamento para tratamento de saúde do titular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 11 de junho de 2021.

GERVÁSIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

PORTARIA Nº 1.105, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092771

PORTARIA Nº 1.105, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

GERVASIO MACIEL, Prefeito de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa com o que estabelece a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar procedimento de Tomada de Contas Especial com a finalidade de analisar as despesas da FEXPONACE empenhadas e não empenhadas do exercício de 2019 e anteriores, bem como outras situações do município, que necessitem de procedimentos desta natureza.

Art. 2º - Constituir Comissão formada pelos servidores, RICARDO HENN - matrícula nº 193120, LUIS RICARDO DE SOUZA - matrícula nº

201855, JOSEMARA KUSTER SCHEIDT - matrícula nº 198400, e AGLAIS MORAES matrícula nº 198743 para, sob a presidência do primeiro, realizar, a partir da publicação deste ato, no prazo de até 90 dias, tomada de contas especial, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa n. TC 13/2012, visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente.

Art. 3º- Aos membros da referida Comissão será paga a gratificação prevista no Art. 2º, II, da Lei Complementar nº 81, de 10 de setembro de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria nº 1.281 de 26 de maio de 2020.

Ituporanga, 11 de junho de 2021.

GERVASIO MACIEL

Prefeito de Ituporanga

GERSON WALTER KRAEMER

Secretário da Administração

Jaborá

PREFEITURA

AVISO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 29/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2021

Publicação Nº 3095882

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 84B1361C33ACB7CF94BFF8CEE283C3D3E37757AA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2021

CÓD. DE REG. E-SFINGE: 84B1361C33ACB7CF94BFF8CEE283C3D3E37757AA O MUNICÍPIO DE JABORÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor CLEVSON RODRIGO FREITAS, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 25 de junho de 2021, às 09 horas, destinado a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS. A presente licitação será do tipo EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL – EXECUÇÃO INDIRETA, e forma de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo o processo é MULTIENTIDADES, tendo como participantes o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE inscrito no CNPJ sob o nº 10.478.051/0001-87 e a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JABORÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 07.733.746/0001-53, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Jaborá (SC), 14 de junho de 2021.
Clevson Rodrigo Freitas
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2021 - SR TERRAPLENAGEM EIRELI

Publicação Nº 3095900

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Município de Jaborá.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 18/2021
Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.
Processo de Licitação Nº: 28/2021.
Registro de Preço Nº: 12/2021
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL, DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE ESCAVADEIRA, MOTONIVELADORA, CAMINHÃO, ROMPEDOR, TRATOR DE ESTEIRAS E RETROESCAVADEIRA PARA A MANUTENÇÃO EM ESTRADAS VICINAIS DO INTERIOR E RUAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC
Valor: R\$ 510.750,00 (quinhentos e dez mil e setecentos e cinquenta reais).
Vigência: O presente contrato terá vigência até 14 de junho de 2022.
Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC).
Contratada: SR TERRAPLENAGEM EIRELI inscrita no CNPJ 34.279.982/0001-14.

Jaborá (SC), 14 de junho de 2021.
Clevson Rodrigo Freitas
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2021 - AR SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA

Publicação Nº 3095897

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Município de Jaborá.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 18/2021
Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.
Processo de Licitação Nº: 28/2021.
Registro de Preço Nº: 12/2021
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES,

ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL, DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE ESCAVADEIRA, MOTONIVELADORA, CAMINHÃO, ROMPEDOR, TRATOR DE ESTEIRAS E RETROESCAVADEIRA PARA A MANUTENÇÃO EM ESTRADAS VICINAIS DO INTERIOR E RUAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC

Valor: R\$ 415.500,00 (quatrocentos e quinze mil e quinhentos reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 14 de junho de 2022.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC).

Contratada: AR SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ 14.719.979/0001-67.

Jaborá (SC), 14 de junho de 2021.

Clevson Rodrigo Freitas

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2021 - ITÁ RENTAL

Publicação Nº 3095905

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 18/2021

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 28/2021.

Registro de Preço Nº: 12/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL AQUISIÇÃO PELO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL, DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE ESCAVADEIRA, MOTONIVELADORA, CAMINHÃO, ROMPEDOR, TRATOR DE ESTEIRAS E RETROESCAVADEIRA PARA A MANUTENÇÃO EM ESTRADAS VICINAIS DO INTERIOR E RUAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC

Valor: R\$ 247.200,00 (duzentos e quarenta e sete mil e duzentos reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 14 de junho de 2022.

Contratantes: MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC).

Contratada: ITÁ RENTAL, inscrita no CNPJ 03.602.601/0001-62.

Jaborá (SC), 14 de junho de 2021.

Clevson Rodrigo Freitas

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2021

Publicação Nº 3095890

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 778D9BDACB6941A180872275B7F5D6DBC1BAA12E

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, CLEVSON RODRIGO FREITAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº

8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:

d) Data Homologação:

e) Objeto da Licitação

28/2021

18/2021-PR

PREGÃO PRESENCIAL

14/06/2021

REGISTRO DE PREÇOS de EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE ESCAVADEIRA, MOTONIVELADORA, CAMINHÃO, ROMPEDOR, TRATOR DE ESTEIRAS E RETROESCAVADEIRA para a manutenção em estradas vicinais do interior e ruas urbanas do Município.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário

Total do Item

AR SERVICOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA - (13672)

1	Contratação de hora/máquina para caminhão basculante, trucado e traçado com capacidade mínima de 12 m³, ano igual ou superior à 2010 para a prestação de serviços ao município para atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Gestão Ambiental. As despesas com óleo diesel, operador, despesas com óleos lubrificantes, manutenção e conexos, bem como as despesas de locomoção do equipamento de sua sede até o município de Jaborá e retorno serão por conta da contratada bem como o deslocamento até o local do serviço dentro do município. Valor da hora efetivamente trabalhada. - Marca: VW 26 220	HR	1.000,00	0,0000	144,00	144.000,00
---	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	----------	--------	--------	------------

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

AR SERVICOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA - (13672)

2	Contratação de hora/máquina para escavadeira hidráulica com rompedor de rocha, mínimo de 24 toneladas ano igual ou superior à 2015 para a prestação de serviços ao município para atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Gestão Ambiental. As despesas com óleo diesel, operador, despesas com óleos lubrificantes, manutenção e conexos, bem como as despesas de locomoção do equipamento de sua sede até o município de Jaborá e retorno serão por conta da contratada bem como o deslocamento até o local do serviço dentro do município. Valor da hora efetivamente trabalhada. - Marca: HYUNDAI R260C9S/EDT	HR	500,00	0,0000	543,00	271.500,00
---	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	--------	--------	--------	------------

Total do Fornecedor: 415.500,00

ITA RENTAL LTDA (14951)

5	Contratação de hora/máquina para rolo compressor de no mínimo 12 toneladas e impacto de 34 toneladas dinâmico ano igual ou superior à 2010 para a prestação de serviços ao município para atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Gestão Ambiental. As despesas com óleo diesel, operador, despesas com óleos lubrificantes, manutenção e conexos, bem como as despesas de locomoção do equipamento de sua sede até o município de Jaborá e retorno serão por conta da contratada bem como o deslocamento até o local do serviço dentro do município. Valor da hora efetivamente trabalhada.	HR	500,00	0,0000	288,00	144.000,00
7	Contratação de hora/máquina para motoniveladora de no mínimo 12 toneladas, ano igual ou superior à 2010 para a prestação de serviços ao município para atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Gestão Ambiental. As despesas com óleo diesel, operador, despesas com óleos lubrificantes, manutenção e conexos, bem como as despesas de locomoção do equipamento de sua sede até o município de Jaborá e retorno serão por conta da contratada bem como o deslocamento até o local do serviço dentro do município. Valor da hora efetivamente trabalhada.	HR	400,00	0,0000	258,00	103.200,00

Total do Fornecedor: 247.200,00

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

SR TERRAPLENAGEM EIRELI (14949)

3	Contratação de hora/máquina para escavadeira hidráulica com concha, mínimo de 24 toneladas ano igual ou superior à 2015 para a prestação de serviços ao município para atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Gestão Ambiental. As despesas com óleo diesel, operador, despesas com óleos lubrificantes,	HR	500,00	0,0000	299,50	149.750,00
---	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	--------	--------	--------	------------

	manutenção e conexos, bem como as despesas de locomoção do equipamento de sua sede até o município de Jaborá e retorno serão por conta da contratada bem como o deslocamento até o local do serviço dentro do município. Valor da hora efetivamente trabalhada. - Marca: CAT 323 ANO 2021					
4	Contratação de hora/máquina para trator de esteira de no mínimo 14 toneladas ano igual ou superior à 2015 para a prestação de serviços ao município para atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Gestão Ambiental. As despesas com óleo diesel, operador, despesas com óleos lubrificantes, manutenção e conexos, bem como as despesas de locomoção do equipamento de sua sede até o município de Jaborá e retorno serão por conta da contratada bem como o deslocamento até o local do serviço dentro do município. Valor da hora efetivamente trabalhada. - Marca: CAT D4 ANO 2021	HR	1.000,00	0,0000	279,00	279.000,00
6	Contratação de hora/máquina para retroescavadeira acima de 7 toneladas, ano igual ou superior à 2015 para a prestação de serviços ao município para atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Gestão Ambiental. As despesas com óleo diesel, operador, despesas com óleos lubrificantes, manutenção e conexos, bem como as despesas de locomoção do equipamento de sua sede até o município de Jaborá e retorno serão por conta da contratada bem como o deslocamento até o local do serviço dentro do município. Valor da hora efetivamente trabalhada. - Marca: CAT 416 F2 2017	HR	500,00	0,0000	164,00	82.000,00

Total do Fornecedor: 510.750,00

Total Geral: 1.173.450,00

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 47/2021 TP RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 3093428

Estado de Santa Catarina

Município de Jacinto Machado

AVISO DE LICITAÇÃO - RETIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 47/2021 - Tomada de Preços - Menor Preço Global

Objeto: execução das obras de melhoria do sistema elétrico para iluminação geral e adequações PPCI do Complexo Esportivo Municipal, localizado na Avenida Egídio Tomasi, esquina com a Rua Prefeito Pool Jorge Zacca - Centro, município de Jacinto Machado/SC.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 08h do dia 29/06/2021.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h30min do dia 29/06/2021.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@jacintomachado.sc.gov.br. Fone (48) 3535-1133. João Batista Mezzari - Prefeito Municipal

PORTARIA 006 2021 FERIAS - ADRIANO

Publicação Nº 3092580

PORTARIA N. 006, DE 31 DE MAIO DE 2021.

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, Sr. AMILTON GHELLERE, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto da Lei Municipal n. 837/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS a Servidor ADRIANO PINTO, ocupante do cargo de ENCANADOR desta Autarquia, pelo período aquisitivo de 01/01/2020 a 31/12/2020, que serão usufruídas de 01/06/2021 a 30/06/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Jacinto Machado/SC, 31 de Maio de 2021.

AMILTON GHELLERE

DIRETOR GERAL DO SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

PORTARIA 007 2021 TESOUREIRO INTERINO - ADILTON

Publicação Nº 3092584

PORTARIA N. 007, DE 31 DE MAIO DE 2021.

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, Sr. AMILTON GHELLERE, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto da Lei Municipal n. 837/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - RESPONDE INTERINAMENTE o Servidor. ADILTON ROCHA, CPF n. 713.305.859-68, ocupante do cargo de ENCANADOR desta Autarquia, pelo período de 01/06/2021 a 30/06/2021, a função de TESOUREIRO (interino), em conformidade com as referências do ANEXO VII, ANEXO VIII E ANEXO IX da lei Nº 837 de Maio de 2017.

Art. 2º - Fica suspensa sua responsabilidade por outra função exercida este servidor, enquanto perdurar a vigência desta portaria. Reenquadrando imediatamente no dia 01/07/2021 a função anteriormente exercida.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Jacinto Machado/SC, 30 de Maio de 2021.

AMILTON GHELLERE

DIRETOR GERAL DO SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2021

Publicação Nº 3093141

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Termo de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório nº 48/2021 - Dispensa de Licitação

Objeto: Execução de capa asfáltica CBUQ com fornecimento de materiais da Rua Olímpio Just e Rua Projetada 30, no município de Jacinto Machado/SC, tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro anexo.

Contratante: MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, com sede na Rua Pool Jorge Zacca, nº 75, no centro do município de Jacinto Machado, inscrito no CNPJ sob o nº 82.960.758/0001-36.

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DA AMESC – CINFRA, Associação Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 32.113.845/0001-80, com sede na Rua Nereu Ramos, 595 - Centro, no município de Turvo/SC.

Valor: O valor global estimado para execução dos serviços é de R\$ 95.140,00 (noventa e cinco mil, cento e quarenta reais).

Base legal: Inciso III, § 1º do Art. 2º da Lei nº 11.107 de 06/04/2005, art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007 e Art. 24, Inciso XXVI da Lei 8666/93.

Justificativa: Justifica-se tal contratação por tratar-se de Consórcio Público criado exclusivamente para prover serviços de desenvolvimento da infraestrutura rodoviária, formado pelos municípios de Jacinto Machado, Timbé do Sul e Turvo, visando prestação mais racional, eficiente e econômica de serviços públicos de interesse comum, num compartilhamento de servidores, máquinas e equipamentos, saber tecnológico e capacidade administrativa, fundamentado pela Lei 11.107/2005.

Jacinto Machado/SC, 11 de junho de 2021.

Ana Arleth Belletini Citadin

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

Jaguaruna

PREFEITURA

CR 01/2021-FMAS

Publicação Nº 3092704

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO Retificado

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2021-FMAS, CREDENCIAMENTO Nº 01/2021-FMAS. O Secretário Municipal de Assistência Social de Jaguaruna/SC, Sr. Hugo Zago da Silva, torna público que realizará "Credenciamento de Instituições sem fins lucrativos para prestação de serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial de Alta Complexidade de privadas e/ou Instituições de Longa Permanência sem fins lucrativos para prestação de serviço de Acolhimento de Idosos a partir de 60 (sessenta) anos de idade.". (Fica retificado o anexo I do edital). Sendo os envelopes contendo a proposta e documentação deverão ser entregues diretamente no Departamento de Licitação e Contratos, a partir do dia 05 de julho de 2021, a partir das 10:00 horas. O Edital e seus anexos na íntegra encontram-se a disposição para obter através do endereço Av. Duque de Caxias, 290 Centro, Jaguaruna/SC. Telefone (48) 3624-8400. E-mail: licitacao@jaguaruna.sc.gov.br. Horário das 07:00 horas às 13:00 horas. Jaguaruna (SC), 11 de junho de 2021. Hugo Zago da Silva– Secretário do Fundo Municipal de Assistência Social

PR 09/2021-SAMAE

Publicação Nº 3092394

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JAGUARUNA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

RETIFICADO E REPUBLICADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2021-SAMAE, PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2021-SAMAE. Cujo critério de julgamento é o de MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 24 de Junho de 2021, às 08h30min, tendo como objeto: "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA SEREM UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DO SAMAE. "FICA RETIFICADO O ANEXO I DO EDITAL". O Edital e seus anexos na íntegra encontram-se a disposição para obter através do endereço: Rua Laguna, 235, Centro, Jaguaruna/SC, por e-mail: director2.samae@jaguaruna.sc.gov.br ou ainda no site: www.samaejaguaruna.sc.gov.br, telefone: (48) 3624-0089, horário das 07:00 às 13:00 horas. Jaguaruna (SC), 11 de Junho de 2021. Giliard Raimundo Goulart - Diretor do SAMAE.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 082/2021

Publicação Nº 3092626

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2020
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2020
Contratada: LOCAÇÕES E TRANSPORTES HANEMANN LTDA – CNPJ/MF nº 20.986.583/0001-89

APOSTILA Nº 082/2021

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 057/2020/SEMAD/DA, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
05.001.04.122.0300.2050	Manutenção das atividades administrativas - Administração	3.3.90 – Aplicações Diretas	47	0.1.00.0080
05.001.04.122.0300.2057	Manutenção das atividades do Patrimônio	3.3.90 – Aplicações Diretas	55	0.1.00.0080
05.001.04.122.0300.2059	Manutenção patrimonial - Administração	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	0.1.00.0080
05.001.04.122.0300.2059	Manutenção patrimonial - Administração	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	0.3.00.0080

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2021.

Argos José Burgardt – Secretário Municipal de Administração

Valderlei Balsanelli – Ordenadora do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Marcos Voltolini – Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura – Froagro

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 083/2021

Publicação Nº 3092628

APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2021
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2021
Contratada: LOCAÇÕES E TRANSPORTES HANEMANN LTDA – CNPJ/MF nº 20.986.583/0001-89

APOSTILA Nº 083/2021

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 057/2020/SEMAD/DA, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
05.001.04.122.0300.2050	Manutenção das atividades administrativas - Administração	3.3.90 – Aplicações Diretas	47	0.1.00.0080
05.001.04.122.0300.2057	Manutenção das atividades do Patrimônio	3.3.90 – Aplicações Diretas	55	0.1.00.0080
05.001.04.122.0300.2059	Manutenção patrimonial - Administração	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	0.1.00.0080
05.001.04.122.0300.2059	Manutenção patrimonial - Administração	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	0.3.00.0080

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2021.

EMANUELA CHRISTIAN WOLFF – Chefe de Gabinete

CONVOCAÇÕES DE PROCESSO SELETIVO 002_2021_SEMSA

Publicação Nº 3093781

CONVOCAÇÃO

Pelo presente, fica Vossa(s) Senhoria(s) convocada(s) para comparecer junto a Diretoria de Gestão de Pessoas desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até as 16h do dia 16 de junho de 2021, na Rua Walter Marquardt, nº 1111, Barra do Rio Molha, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo nº 002/2021/SEMSA, conforme segue:

Nome: GIANI APARECIDA GAIGUER

Cargo: PSICÓLOGO – 40h

Secretaria: SEMSA

Classificação: 1º lugar

Nome: BENEDITO WENCESLAU DE SOUSA

Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 40h

Secretaria: SEMSA

Classificação: 1º lugar

Nome: ANA PAULA MAIA TOVAR GAMBATO

Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 40h

Secretaria: SEMSA

Classificação: 2º lugar

Nome: ISABELA MARA CAMPOS

Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 40h

Secretaria: SEMSA

Classificação: 3º lugar

Nome: MARCELA CORIOLANO CRUZ MATOS

Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 40h

Secretaria: SEMSA

Classificação: 4º lugar

Nome: GERSON DONIZETE DE ARAUJO

Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 40h

Secretaria: SEMSA

Classificação: 5º lugar

Nome: MÁRCIO HENRIQUE FERREIRA DE ARAJUO

Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 40h

Secretaria: SEMSA

Classificação: 6º lugar

Nome: THIAGO SEBOLD

Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 40h

Secretaria: SEMSA

Classificação: 7º lugar

Nome: GLENIO MOTA RODRIGUES

Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 20h

Secretaria: SEMSA

Classificação: 1º lugar

Nome: ERIKA TAVARES FERREIRA

Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 20h

Secretaria: SEMSA

Classificação: 2º lugar

Nome: MARCIA NIPPES GASPARINI

Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 20h

Secretaria: SEMSA

Classificação: 3º lugar

Nome: MERRY ELIZABETH GOEDERT

Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 20h

Secretaria: SEMSA

Classificação: 4º lugar

Nome: VANESSA PILLON ENGROFF COSTA

Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 20h

Secretaria: SEMSA

Classificação: 5º lugar

Nome: KARINA BAGGIO WRUBEL

Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 20h

Secretaria: SEMSA

Classificação: 6º lugar

Nome: GUILHERME HUMBERTO SCHMID PROBST
Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 20h
Secretaria: SEMSA
Classificação: 7º lugar

Nome: MAICON FERNANDO EGER
Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL – 20h
Secretaria: SEMSA
Classificação: 8º lugar

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 098/2021/GABSECR/SEMED

Publicação Nº 3092814

DECISÃO/GABSECR

Decisão Administrativa nº 098/2021/GabSecr/Semed

Processo nº 002/2021

Processo Administrativo Geral

Requerente: Secretaria Municipal de Educação (Município de Jaraguá do Sul)

Requerido: Contrato nº 142/2017 (Edital Pregão Presencial nº 015/2017)

DECISÃO ADMINISTRATIVA

I - Trata-se da tomada de decisão a partir da constatação de irregularidades na prestação de serviços referente ao Contrato nº 142/2017 (fls. 05/12).

A empresa Auto Viação Lux Tur Ltda Me, participou do Pregão Presencial nº 15/2017, cujo objeto é “contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 33 (trinta e três) passageiros sentados, (incluído motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Jaraguazinho - Serra, fazendo trajeto 3 x ao dia até a escola Municipal de Ensino Básico Santo Estevão, localizada na Rodovia Municipal JGS 466, nº 1315, no Bairro Garibaldi, neste município”, no qual sagrou-se vencedora.

Em 26/04/2017 celebrou o Contrato nº 142/2017 com o Município de Jaraguá do Sul.

Seguiu-se, desde a época da celebração do instrumento, 06 (seis) Termos Aditivos (fls. 13/50) voltados à renovação contratual, em síntese, pretendendo a continuidade dos serviços de transporte escolar, prorrogação dos prazos, reajuste de valores pactuados, bem como adicional de monitor.

No Quinto Termo aditivo 109/2020, assinado em 05/02/2020, o Gestor do Contrato, Sr. Pedro Guilherme Grossklags dos Santos, por não ter conhecimento dos valores que seriam repassados ao Município pelo Governo Federal para esse fim, baseou-se nos recursos já disponíveis do Salário Educação e PNATE para fazer o aditivo. Dessa forma, dilatou o prazo do contrato por apenas 134 dias (de 10/02/2020 até dia 03/09/2020), mesmo sabendo que o ano letivo tem 200 dias, eis que quando anunciado quais valores seriam repassados pelo Governo Federal, realizaria novo termo aditivo com os dias remanescentes.

No entanto, devido à pandemia da Covid-19, os serviços de transporte foram suspensos no período de 23/03/2020 a 04/11/2020, o que equivocadamente fez com que o gestor pensasse que não seria necessário fazer novo aditivo pois teria recurso suficiente para o restante do ano.

Ocorre que, o Quinto Termo Aditivo findou-se em 13/09/2020 e os serviços continuaram a ser executados até 16/04/2021, sem renovação do contrato, o que impossibilita a utilização dos recursos destinados anteriormente para esse fim.

É o relatório.

II. FUNDAMENTO E DECIDO

II.1 – Análise Preliminar

A Administração Pública contrata obras, serviços, compras e alienações através de procedimento licitatório obedecendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme estabelecido pelo inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal. XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Além disso, a Lei 10.520/2002, em seu artigo 1º, determina que para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão. No parágrafo único do artigo supracitado fica regulamentado: “Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”, que é o caso do Transporte Escolar neste Município.

III. Ao mérito

Trata-se da tomada de decisão a partir da constatação de prestação dos serviços referentes ao Contrato nº 142/2017 sem a renovação do instrumento.

Da análise dos autos verificou-se que a irregularidade na gestão do contrato ocasionou débitos referentes aos serviços prestados de transporte escolar neste Município de 08/02/2021 a 16/04/2021.

Entretanto, não se pode omitir, que o Gestor equivocou-se no seu modus operandi, pois não percebeu, que deveria renovar o contrato antes do prazo de vencimento do 5º Termo Aditivo em 03/09/2020, que devido ao Decreto Municipal nº 13.715 (fls. 39/40) foi encerrado em 13/09/2020 (fl.04).

Enfim, de forma alguma, como comprovado nos autos, houve dolo e, tampouco, má-fé do servidor. No entanto, sabe-se que a ausência de novo termo aditivo não exime a Administração do pagamento pelo serviço efetivamente prestado, nos termos do art. 59 da Lei nº 8.666/1993, veja-se:

Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

Jamais um Órgão público pode valer-se de prestação de serviços de maneira irregular, é inadmissível. Nesse liame, o ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles explica:

[...] mesmo no caso de contrato nulo pode tornar-se devido o pagamento dos trabalhos realizados ou dos fornecimentos feitos à Administração, uma vez que tal pagamento não se funda em obrigação contratual, e sim no dever moral de indenizar toda obra, serviço ou material recebido e auferido pelo Poder Público, ainda que sem contrato ou com contrato nulo, porque o Estado não pode tirar proveito da atividade do particular sem a correspondente indenização (2002, p. 231).

A propósito o Tribunal de Justiça Catarinense entende que:

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. COBRANÇA. MUNICÍPIO DE ILHOTA. FORNECIMENTO DE MACADAME. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. DECRETO DE CALAMIDADE EM VISTA DAS FORTES CHUVAS DE 2008. CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO VERBAL EM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA. PROVA DOS AUTOS SEGURA A RESPEITO DO FORNECIMENTO DO MATERIAL. BOA-FÉ DA EMPRESA EVIDENCIADA. CONTRAPRESTAÇÃO DEVIDA. IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS QUE NÃO AFASTAM A RESPONSABILIDADE DA FAZENDA PÚBLICA, SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. PRECEDENTES. ADEQUAÇÃO DOS CONECTIVOS LEGAIS EM VISTA DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO TEMA 810/STF. MODULAÇÃO AFASTADA. APLICAÇÃO DO IPCA-E. HONORÁRIOS. VALOR EXCESSIVO. FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO EQUITATIVA. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO E REEXAME PROVIDOS EM PARTE. (TJSC, Apelação / Remessa Necessária n. 0001132-23.2013.8.24.0025, de Gaspar, rel. Vilson Fontana, Quinta Câmara de Direito Público, j. 18-08-2020).

Na mesma toada:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. LABORATÓRIO CONTRATADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES CLÍNICAS, E EXAMES LABORATORIAIS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. VEREDICTO DE PROCEDÊNCIA. APELO DO MUNICÍPIO. ALEGAÇÃO DE QUE AS NOTAS FISCAIS APRESENTADAS NÃO FAZEM PROVA DA EFETIVA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, PORQUANTO NÃO EMPENHADAS. ASSERÇÃO IMPROFÍCUA. MERA IRREGULARIDADE QUE NÃO EXIME A COMUNA DA CONTRAPRESTAÇÃO DEVIDA, SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. "[...] comprovadas a prestação de serviços e o fornecimento das mercadorias, ainda que não tenha havido licitação, contrato ou empenho, impõe-se a condenação do ente público ao pagamento dos respectivos valores, sob pena de enriquecimento ilícito à custa do trabalho e dos bens de outrem, sendo irrelevante o fato de o compromisso ser originário da administração anterior." (TJSC, Apelação Cível n. 2006.035487-7, Rel. Des. Jaime Ramos, j. 24/10/06) (Apelação Cível n. 0001751-47.2003.8.24.0010, de Braço do Norte, Des. Rel. Francisco Oliveira Neto, j. 10/07/2018). PROVA, ADEMAIS, DA QUITAÇÃO DE PARTE DA DÍVIDA, EMBORA AINDA PENDENTE O PAGAMENTO DE JUROS E CORREÇÃO, A CONTAR DA DATA DO VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO, ATÉ O SEU EFETIVO ADIMPLEMENTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 0302118-38.2014.8.24.0163, de Capivari de Baixo, rel. Luiz Fernando Boller, Primeira Câmara de Direito Público, j. 13-11-2018).

Além disso, considerando que a prorrogação da prestação dos serviços é nula, pelo fato da execução ocorrer após o término do prazo do quinto termo aditivo, não há como isentar o Poder Público do pagamento da contraprestação devida, sob pena de enriquecimento ilícito.

Sabe-se que atos que ensejam enriquecimento ilícito, são atos de Improbidade Administrativa, no entanto, não é o caso aqui falar em Improbidade, conquanto, comprovadamente, houve a prestação do serviço (fls. 59/70). Ademais, o servidor em questão foi diligente ao ter cuidado com a coisa pública, visto que na época da emissão do 5º Termo Aditivo se preocupou em prorrogar o contrato com base no montante que tinha disponível para o pagamento naquele momento, não se atendo, apenas, ao prazo do instrumento. Nesse sentido, entende o STJ:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROPINA PAGA A OFICIAIS DE JUSTIÇA. RECONHECIMENTO DO ELEMENTO SUBJETIVO. REEXAME DAS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICO-PROBATÓRIAS. IMPOSSIBILIDADE. SANÇÃO IMPOSTA. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. OBSERVÂNCIA.

1. A tipologia dos atos de improbidade se subdivide em: (a) atos que implicam enriquecimento ilícito (art. 9º da LIA); (b) atos que ensejam dano ao erário (art. 10 da LIA); e (c) atos que vulneram princípios da administração (art. 11 da LIA), com seus respectivos elementos subjetivos (necessários à imputação da conduta ao tipo) divididos da seguinte maneira: exige-se dolo para que se configurem as hipóteses típicas dos arts. 9º e 11, ou pelo menos culpa, nas situações do art. 10.

[...]

(AgInt nos EDcl no REsp 1579040/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/04/2021, DJe 28/04/2021)

Pois muito bem.

Em virtude do princípio da autotutela administrativa, a Administração Pública tem a prerrogativa de anular ou rever seus atos. Quando eivados de ilegalidade tem-se a anulação e por conveniência e oportunidade tem-se a revogação.

Conquanto, saiba-se que o exercício da autotutela é um poder-dever da administração, eis que ao tomar conhecimento da situação o Poder Público deve rever e anular o ato administrativo que deu ensejo à ela.

Ademais, a sustentação jurídica dá-se pela Lei nº 9.784/99, em cujo art. 53 assim se registra: "A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos".

E continuo.

Segundo Odete Medauar:

Em virtude desse princípio, a Administração deve zelar pela legalidade de seus atos e condutas e pela adequação deles ao interesse público. Se a Administração verificar que atos e medidas contém ilegalidades, poderá anulá-los por si própria; se concluir no sentido da inoportunidade e inconveniência, poderá revogá-los. (grifo nosso)

Com o mesmo teor, a Súmula nº 473 do Superior Tribunal Federal enuncia:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Assim, verificou-se nos autos que todos os serviços correlacionados ao Contrato nº 142/2017 (fls. 05/12) e termos aditivos (fls. 13/34 e 47/50), acima citados, foram prestados. Diante da fundamentação jurídica supracitada constatou-se que há respaldo legal suficiente para

anular todos os atos do Gestor do Contrato, Sr. Pedro Guilherme Grossklags dos Santos, que ensejaram a inadimplência do Poder Público, mas, por certo, adimplir a execução já feita.

Bem por isso, entende-se que no caso em tela a quitação das dívidas pelo Poder Público é a medida cabível e justa.

Dito isso, sem delongas, decido:

IV - DETERMINO o pagamento por esta Secretaria, de todas as pendências constantes às fls. 68/70 no valor de R\$26.198,15 (vinte e seis mil, cento e noventa e oito reais e quinze centavos).

Assim:

a) dá-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação da decisão para que a Diretora Administrativa Financeira, Jacira Rozza Buzzarello efetue o pagamento das pendências acima citadas, juntando-se nestes autos comprovantes do pagamento;

b) feita a juntada dos comprovantes, retornem ao Gabinete da Secretária;

Publique-se. Cumpra-se nos termos da decisão.

Só depois de cumpridos e comprovados todos os atos, arquivem-se os trâmites legais.

Jaraguá do Sul, 19 de maio de 2021.

Ivana Atanásio Dias

Secretária Municipal de Educação

Portaria nº 005/2021

ORDEM DE PARALISAÇÃO – Nº 01/2021

Publicação Nº 3093860

ORDEM DE PARALISAÇÃO – nº 01/2021

Contrato nº 313/2020

Determinamos por meio desta, a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, a Paralisação dos serviços referentes a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica (capeamento), drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e serviços complementares das Rua Arthur Wittholf – Bairro Ilha da Figueira e Rua Carlos Eggert - Bairro Vila Lalau, em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 993,00 m (novecentos e noventa e três metros), objeto do Edital de Concorrência nº 43/2019, e formalizada pelo Contrato nº 313/2020, a partir da data de 01/04/2021, justificada pela necessidade de revisão de projeto de sinalização e quantitativos.

Jaraguá do Sul, 01 de abril de 2021.

Nilton Fazolo Junior

Engenheiro Civil – Fiscal Designado

Recebi em ____/____/____

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

CNPJ/MF 03.620.927/0001-12

OBS:- Será lavrada em 4 (quatro) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Licitações; d) Controladoria;

ORDEM DE REINICIO – Nº 01/2020 CONTRATO Nº 477/2020

Publicação Nº 3093862

ORDEM DE REINICIO – nº 01/2020

Contrato nº 477/2020

Determinamos por meio desta, a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, a paralisação dos serviços referentes à prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, Terraplenagem e serviços complementares na Rua 810 – Francisco Fodi, no bairro Chico de Paulo, em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 176,16m (cento e setenta e seis metros e dezesseis centímetros), objeto do Edital de Concorrência nº 326/2019, e formalizada pelo Contrato nº 477/2020, a partir da data do recebimento desta Ordem, por prazo indeterminado, conforme solicitação da fiscalização, por não mais existirem os motivos que ocasionaram a paralisação da obra.

Salientamos que o prazo de execução original foi suspenso em 25/01/2021 através da Ordem de Paralisação – nº 01/2021 – Contrato nº 477/2020, conforme justificativas técnicas acostadas ao processo, que o prazo de execução não havia encerrado, havendo prazo remanescente de obra de mais 17 (dezessete) dias para execução, a contar da data de recebimento deste documento pela empresa.

Jaraguá do Sul, 10 de junho de 2021.

MARCUS ALESSI

Engenheiro Civil – Fiscal Designado

OTONIEL DA SILVA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Recebi em ____/____/____

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF 03.620.927/0001-12

OBS:- Será lavrada em 3 (quatro) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Licitações;

ORDEM DE REINICIO – Nº 01/2021 CONTRATO Nº 315/2020

Publicação Nº 3093863

ORDEM DE REINICIO – nº 01/2021

Contrato nº 315/2020

Determinamos por meio desta, a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., a paralisação dos serviços referentes à prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica (Capeamento), drenagem pluvial, sinalização viária, Terraplenagem, serviços preliminares e serviços complementares e nas Ruas: 49 – João Marcatto, 68 – Clemente Baratto, 58, Erich Doubrawa, 66 José Albus, 65 Josef Fontana e 67 – Carlos Haffermann no bairro Centro, em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 1.159,02,00m (um mil e cento e cinquenta e nove metros e dois centímetros), objeto do Edital de Concorrência nº 67/2020, e formalizada pelo Contrato nº 315/2020, a partir da data do recebimento desta Ordem, por prazo indeterminado, conforme solicitação da fiscalização, por não mais existirem os motivos que ocasionaram a paralisação da obra.

Salientamos que o prazo de execução original foi suspenso em 17/03/2021 através da Ordem de Paralisação – nº 01/2021 – Contrato nº 315/2020, conforme justificativas técnicas acostadas ao processo, que o prazo de execução não havia encerrado, havendo prazo remanescente de obra de mais 7 (sete) dias para execução, a contar da data de recebimento deste documento pela empresa.

Jaraguá do Sul, 10 de junho de 2021.

MARCUS ALESSI

Engenheiro Civil – Fiscal Designado

OTONIEL DA SILVA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Recebi em, ____/____/____

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF 61.550.497/0001-06

OBS:- Será lavrada em 3 (quatro) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Licitações;

- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

PORTARIA Nº 166/2021/SEMSA

Publicação Nº 3095861

PORTARIANº 166/2021/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo Nº 002/2019/Semsa;

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR CARMEN LUCIA PINTO DE LIMA MELLE, para em Caráter Temporário atuar como Cirurgiã Dentista, a partir de 02 de junho de 2021 até 28 de novembro de 2021, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Unidade Básica de Saúde Ricardo Roeder (Rio Cerro II)	200 horas/mês

Art.2º A servidora poderá ser realocada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de junho de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de junho de 2021.

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 167/2021/SEMSA

Publicação Nº 3095862

PORTARIANº 167/2021/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo Nº 001/2020/Semsa;

RESOLVE :

Art.1º ADMITIR DAIANE ORTIZ, para em Caráter Temporário atuar como Enfermeira, a partir de 07 de junho de 2021 até 03 de dezembro de 2021, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Unidade Básica de Saúde Dr. Agostinho Luís Bianchi (Santo Antonio)	200 horas/mês

Art.2º A servidora poderá ser realocada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de junho de 2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de junho de 2021.

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 286/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3092443

PORTARIANº 286/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as regras de isolamento social instituídas pelo Decreto Estadual Nº 515, de 17/03/2020, e pelo Decreto Estadual Nº 525, de 23/03/2020, e alterações posteriores;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal Nº 13.723/2020, de 18/03/2020, declarou Situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e estabelece medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a motivação dos Decretos Municipais Nºs 13.709/2020, de 16/03/2020; 13.715/2020, de 17/03/2020; 13.723/2020, de 18/03/2020; e 13.729/2020, de 23/03/2020;

CONSIDERANDO, ainda, o teor dos Decretos Municipais Nºs 13.731/2020, de 25/03/2020; 13.740/2020, de 03/04/2020; e 13.744/2020, de 09/04/2020; e 14.624/2021, de 05/02/2021; e alterações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Vanderleia Martinelli Suszek	7416	Atendente de Berçário	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer	23/05/2021 a 26/05/2021
Jose Carlos Portz	114482	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	25/05/2021 a 26/05/2021
Rosalina Bilibio	7885	Auxiliar de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	20/05/2021 a 24/05/2021
Valdete Ines Muller Brugnago	7905	Recreador	Secretaria Municipal de Educação	22/05/2021 a 25/05/2021
Eliana Valim Lopes Rodrigues de Miranda	9171	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	24/05/2021 a 25/05/2021
Mirtis da Silva	114060	Administrador Escolar	Secretaria Municipal de Educação	27/05/2021 a 07/06/2021

Marlene Goetten de Souza	7544	Atendente de Berçário	Secretaria Municipal de Educação	28/05/2021 a 01/06/2021
Jose Anderle	10389	Motorista de Veículos Pesados e Ambulâncias	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	22/05/21 a 26/05/21 30/05/21 a 06/06/21
Dhian Carlos Castilho	8512	Agente de Endemias	Secretaria Municipal de Saúde	17/05/21 a 20/05/21 28/05/21 a 31/05/21
Gisele Aparecida Morriesen Pereira	9673	Agente Comunitário de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	27/05/2021 a 31/05/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 287/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3092448

PORTARIANº 287/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as regras de isolamento social instituídas pelo Decreto Estadual Nº 515, de 17/03/2020, e pelo Decreto Estadual Nº 525, de 23/03/2020, e alterações posteriores;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal Nº 13.723/2020, de 18/03/2020, declarou Situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e estabelece medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a motivação dos Decretos Municipais Nºs 13.709/2020, de 16/03/2020; 13.715/2020, de 17/03/2020; 13.723/2020, de 18/03/2020; e 13.729/2020, de 23/03/2020;

CONSIDERANDO, ainda, o teor dos Decretos Municipais Nºs 13.731/2020, de 25/03/2020; 13.740/2020, de 03/04/2020; e 13.744/2020, de 09/04/2020; e 14.624/2021, de 05/02/2021; e alterações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Maria de Fatima Santos Stein	113944	Enfermeiro	Secretaria Municipal de Saúde	28/05/2021 a 31/06/2021
Daiane Fuerst	11175	Agente de Logística	Secretaria Municipal da Administração	26/05/2021 a 31/05/2021
Iria Stange Tremea	9810	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	27/05/2021 a 04/06/2021
Elisabete Colaco	8560	Técnico de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	27/05/2021 a 30/05/2021

Vanessa Freitas Puff Bobrzyk	9697	Médico	Secretaria Municipal de Saúde	28/05/2021 a 02/06/2021
Maria Eduarda Stahelin	113902	Auxiliar em Saúde Bucal	Secretaria Municipal de Saúde	26/05/2021 a 28/05/2021
Olivia Dias Lima	10838	Educador Social de Nível Superior	Secretaria Municipal de Saúde	27/05/2021 a 28/05/2021
Eneas Valcir de Medeiros	82155	Chefe – CC 4	Secretaria Municipal da Administração	17/05/2021 a 21/05/2021
Andrea Maria de Quadros Taques	113718	Enfermeiro	Secretaria Municipal de Saúde	24/05/2021 a 31/05/2021
Lorena dos Passos Pereira	10958	Recepcionista	Secretaria Municipal de Saúde	29/05/2021 a 02/06/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 288/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3092445

PORTARIANº 288/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº154/2014, art.78, que trata do Auxílio por Incapacidade Temporária para o Trabalho;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial, designada pela Portaria nº 198/2021, de 1º/02/2021, e com efeitos desde 18/01/2021;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Telma Deise Freiberg de Oliveira	7903	Recreador	Secretaria Municipal de Educação	07/06/2021 a 09/06/2021
Rosimere Aparecida Chiste Clementino	3994	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	05/06/2021 a 11/06/2021
Andreza dos Santos Oliveira	114078	Coordenador Pedagógico	Secretaria Municipal de Educação	01/06/2021 a 07/06/2021
Maria Salete Wilbert	10224	Secretario de Unidade Escolar	Secretaria Municipal de Educação	02/06/2021 a 06/06/2021
Mary Agatha Pereira Caldas Maia	10849	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	04/06/2021 a 07/06/2021
Ana Efigenia da Veiga Rech	7188	Agente Operacional	Secretaria Municipal de Educação	07/06/2021 a 11/06/2021

Rosana Batista de Souza	8598	Auxiliar de Enfermagem	Secretaria Municipal de Educação	07/06/2021 a 11/06/2021
Vera Lucia de Jesus	10435	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	07/06/2021 a 09/06/2021
Marli Scheuermann Pereira	7640	Atendente de Berçário	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	07/06/2021 a 09/06/2021
Ivania Diniz de Souza Maggioni	11076	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	07/06/2021 a 09/06/2021
Marina Marques Fogaça Freitas	11139	Enfermeiro	Secretaria Municipal de Saúde	07/06/2021 a 11/06/2021
Stella Maris Tavares Macedo	10736	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	02/06/2021 a 08/06/2021
Ines Hudema de Paula	10050	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	07/06/2021 a 08/06/2021
Hilda Alves Tavares	9169	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	07/06/2021 a 08/06/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 289/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3092449

PORTARIANº 289 /2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as regras de isolamento social instituídas pelo Decreto Estadual Nº 515, de 17/03/2020, e pelo Decreto Estadual Nº 525, de 23/03/2020, e alterações posteriores;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal Nº 13.723/2020, de 18/03/2020, declarou Situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e estabelece medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a motivação dos Decretos Municipais Nºs 13.709/2020, de 16/03/2020; 13.715/2020, de 17/03/2020; 13.723/2020, de 18/03/2020; e 13.729/2020, de 23/03/2020;

CONSIDERANDO, ainda, o teor dos Decretos Municipais Nºs 13.731/2020, de 25/03/2020; 13.740/2020, de 03/04/2020; e 13.744/2020, de 09/04/2020; e 14.624/2021, de 05/02/2021; e alterações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Joel Martins Cavalheiro	10149	Agente Operacional	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	27/05/2021 a 30/05/2021
Sueli Cubas Muller	114562	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	30/05/2021 a 04/06/2021
Carlos Roberto Silveira Neto	10363	Operador de Maquinas Leves	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento	03/06/2021 a 06/06/2021
Daiane Cristina Castioni	10073	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	01/06/2021 a 04/06/2021
Ana Carolina Gorges Porath	10578	Técnico de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	01/06/2021 a 03/06/2021
Marciana Andreia Marchioro	114539	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	03/06/2021 a 09/06/2021
Cristiane Liebl Palhoni	8261	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	26/05/2021 a 02/06/2021
Soane de Jesus da Silva	114352	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	24/05/2021 a 01/06/2021
Indianara Pereira Batista	11180	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	01/06/2021 a 02/06/2021
Cicero dos Santos	9490	Motorista de Veículos Leves	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	31/05/2021 a 02/06/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 290/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3092450

PORTARIANº 290/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as regras de isolamento social instituídas pelo Decreto Estadual Nº 515, de 17/03/2020, e pelo Decreto Estadual Nº 525, de 23/03/2020, e alterações posteriores;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal Nº 13.723/2020, de 18/03/2020, declarou Situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e estabelece medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a motivação dos Decretos Municipais Nºs 13.709/2020, de 16/03/2020; 13.715/2020, de 17/03/2020; 13.723/2020, de 18/03/2020; e 13.729/2020, de 23/03/2020;

CONSIDERANDO, ainda, o teor dos Decretos Municipais Nºs 13.731/2020, de 25/03/2020; 13.740/2020, de 03/04/2020; e 13.744/2020, de 09/04/2020; e 14.624/2021, de 05/02/2021; e alterações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Francieli Stringari Bona	114428	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	01/06/2021 a 02/06/2021
Jociane Martins dos Santos	10083	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	01/06/2021 a 07/06/2021
Cibelli Karina Scarantti Possamai	11118	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	12/05/2021 a 14/05/2021
Sidnei Wilson Zapella	11258	Fiscal de Atividades Urbanas	Secretaria Municipal da Administração	20/05/2021 a 28/05/2021
Carlos Antonio Bussarello	8574	Chefe – CC 4	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	16/05/2021 a 23/05/2021
Adriana Escanhola	10028	Técnico de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	24/05/2021 a 25/05/2021
Tatieli Maria Mallmann	10388	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	24/05/2021 a 26/05/2021
Bianca Rebouças de Oliveira	113735	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	18/05/2021 a 20/05/2021
Deise de Souza Wachholz	8885	Assistente de TI	Secretaria Municipal da Administração	02/06/2021 a 06/06/2021
Eliane Sirlei da Silva	108426	Agente Comunitário	Secretaria Municipal de Saúde	03/06/2021 a 06/06/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de junho de 2021.
ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 291/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3092452

PORTARIANº 291/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as regras de isolamento social instituídas pelo Decreto Estadual Nº 515, de 17/03/2020, e pelo Decreto Estadual Nº 525, de 23/03/2020, e alterações posteriores;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal Nº 13.723/2020, de 18/03/2020, declarou Situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e estabelece medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a motivação dos Decretos Municipais Nºs 13.709/2020, de 16/03/2020; 13.715/2020, de 17/03/2020; 13.723/2020, de 18/03/2020; e 13.729/2020, de 23/03/2020;

CONSIDERANDO, ainda, o teor dos Decretos Municipais Nºs 13.731/2020, de 25/03/2020; 13.740/2020, de 03/04/2020; e 13.744/2020, de 09/04/2020; e 14.624/2021, de 05/02/2021; e alterações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Jonas Bremer	11007	Técnico de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	02/06/2021 a 06/06/2021
Aleksandra Aparecida Cole Ballock	114049	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	06/06/2021 a 15/06/2021
Juliana Carolina da Silva Kanzler Miodutzki	9650	Agente Comunitário de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	31/05/2021 a 02/06/2021
Maria de Nazare Araujo Lima	10213	Assistente Social	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	02/06/2021 a 06/06/2021
Lucineia Praxedes Nunes	10070	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	04/06/2021 a 06/06/2021
Dyulie de Araujo	113920	Médico	Secretaria Municipal de Saúde	07/06/2021 a 16/06/2021
Girley Balieiro Martins	114265	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	06/06/2021 a 07/06/2021
Jose Acyr de Cristo Junior	10594	Técnico de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	01/06/2021 a 07/06/2021
Emerson de Oliveira França	7694	Motorista de Veículos Pesados e Ambulâncias	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	04/06/2021 a 11/06/2021
Josinei Cardozo	7924	Agente Operacional	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	31/05/2021 a 03/06/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 292/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3092447

PORTARIANº 292/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as regras de isolamento social instituídas pelo Decreto Estadual Nº 515, de 17/03/2020, e pelo Decreto Estadual Nº 525, de 23/03/2020, e alterações posteriores;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal Nº 13.723/2020, de 18/03/2020, declarou Situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e estabelece medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a motivação dos Decretos Municipais Nºs 13.709/2020, de 16/03/2020; 13.715/2020, de 17/03/2020; 13.723/2020, de 18/03/2020; e 13.729/2020, de 23/03/2020;

CONSIDERANDO, ainda, o teor dos Decretos Municipais Nºs 13.731/2020, de 25/03/2020; 13.740/2020, de 03/04/2020; e 13.744/2020, de 09/04/2020; e 14.624/2021, de 05/02/2021; e alterações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Juliana Vicente Marcelino	9847	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	30/05/2021 a 02/06/2021
Tsendy Patricia Pedri Pereira	114518	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	30/05/2021 a 04/06/2021
Tatiane Nascimento da Silva	10540	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	06/06/2021 a 13/06/2021
Rosana de Oliveira Rodrigues	9572	Técnico de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	06/06/2021 a 13/06/2021
Edivania Cristina Dallacqua Nogueira	114203	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	04/06/2021 a 11/06/2021
Silmara Vieira Alves dos Santos	10799	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	04/06/2021 a 04/06/2021
Anilce da Cunha Gonçalves	10079	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	31/05/2021 a 06/06/2021
Daysi Cristina Ruediger Minatti	10144	Agente Tributário	Secretaria Municipal da Fazenda	02/06/2021 a 06/06/2021
Francielle Olini	11216	Fisioterapeuta	Secretaria Municipal de Saúde	31/05/2021 a 06/06/2021
Susana Antunes França	10246	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	04/06/2021 a 10/06/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 293/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3095849

PORTARIANº 293/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº154/2014, art.78, que trata do Auxílio por Incapacidade Temporária para o Trabalho;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial, designada pela Portaria nº 198/2021, de 1º/02/2021, e com efeitos desde 18/01/2021;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Deise Mara Estevão Schutz	113875	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	07/06/2021 a 08/06/2021
Marli Aparecida Prudencio	9409	Auxiliar em Saúde Bucal	Secretaria Municipal de Saúde	31/05/2021 a 09/06/2021
Margaret Borck Borges	7546	Recepcionista	Secretaria Municipal de Saúde	02/06/2021 a 09/06/2021
Katia da Silva Villa	9862	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	07/06/2021 a 11/06/2021
Ionara Rott Linn	8270	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	07/06/2021 a 11/06/2021
Erondina Leite	8784	Agente de Endemias	Secretaria Municipal de Saúde	07/06/2021 a 20/06/2021
Regiane Mett	9771	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	07/06/2021 a 16/06/2021
Leonir Aparecida Jungton Capistrano	8160	Recreador	Secretaria Municipal de Educação	07/06/2021 a 10/06/2021
Jéssica Teixeira	11057	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	07/06/2021 a 09/06/2021
Francieli Stringari Bona	114428	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	04/06/2021 a 13/06/2021
Eluiza Francieli Baltazar	114247	Coordenador Pedagógico	Secretaria Municipal de Educação	08/06/2021 a 11/06/2021
Katia Regina de Oliveira	7829	Recreador	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer	08/06/2021 a 11/06/2021
Francieli Volpi	114472	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	07/06/2021 a 10/06/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 294/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3095850

PORTARIANº 294/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº154/2014, art.78, que trata do Auxílio por Incapacidade Temporária para o Trabalho;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial, designada pela Portaria nº 198/2021, de 1º/02/2021, e com efeitos desde 18/01/2021;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Elfi Bachmann	8588	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal de Educação	09/06/2021 a 13/06/2021
Juliane Nunes da Silva	8437	Auxiliar de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	08/06/2021 a 11/06/2021
Ana Lucia Baptista de Lima	114396	Agente de Endemias	Secretaria Municipal de Saúde	08/06/2021 a 11/06/2021
Izolina Maria da Silva Kreutzfeld	8921	Recepcionista	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer	09/06/2021 a 23/06/2021

Juremir Oliveira Fernandes	273	Chefe de Redes e Ramais	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	10/06/2021 a 30/06/2021
Isalete dos Santos Meura	8273	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	10/06/2021 a 24/06/2021
Joel Martins Cavalheiro	10149	Agente Operacional	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	05/06/2021 a 11/06/2021
Alcebiades Alves Pires	7013	Mecânico I	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	09/06/2021 a 23/06/2021
Cleonir Lucia do Carmo	8325	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal de Saúde	09/06/2021 a 15/06/2021
Meriane Gabriel de Oliveira Machado	9241	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	08/06/2021 a 11/06/2021
Milton Pereira Junior	80062	Fiscal Tributaria	Secretaria Municipal da Fazenda	07/06/2021 a 10/06/2021
Ana Maria Franco Prosdocimo	8603	Auxiliar de Enfermagem	Secretaria Municipal de Educação	09/06/2021 a 11/06/2021
Alberto Luis Chaves	9547	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	08/06/2021 a 10/06/2021
Nara Marlene Schuastz Haupt de Lima	114033	Coordenador Pedagógico	Secretaria Municipal de Educação	09/06/2021 a 11/06/2021
Ida Caroline de Andrade Eichenberger	8972	Recepcionista	Secretaria Municipal de Saúde	08/06/2021 a 11/06/2021
Elizangela da Maia	7918	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Saúde	09/06/2021 a 09/06/2021
Lindomar Soares	580	Pedreiro	Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	09/06/2021 a 11/06/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 295/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3095851

PORTARIANº 295/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 08/06/2021 à 11/06/2021, à servidora pública municipal MARISA APARECIDA VIZINTANHE, matrícula 10007, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/06/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2021.
ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 296/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3095852

PORTARIANº 296/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 08/06/2021 à 11/06/2021, à servidora pública municipal KELIN LUCIANE GIOTTO SCHALLENBERGER, matrícula 8947, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/06/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2021.
ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 297/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3095853

PORTARIANº 297/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, com remuneração integral no período de 09/06/2021 à 13/06/2021, e com 70% da remuneração no período de 14/06/2021 à 15/06/2021, à servidora pública municipal SANDRA MARIA HRECZUCK, matrícula 7641, ocupante do cargo efetivo de Secretário de Centro de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/06/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2021.
ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 298/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3095854

PORTARIANº 298/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 09/06/2021 à 11/06/2021, à servidora pública municipal ROSANA REGINA KLUGE BORTOLOTTTO, matrícula 10767, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/06/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 299/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3095855

PORTARIANº 299/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 07/06/2021 à 11/06/2021, à servidora pública municipal CASSIA MERI KONELL HARING, matrícula 8162, ocupante do cargo efetivo de Recreador, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/06/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 300/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3095856

PORTARIANº 300/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 07/06/2021 à 09/06/2021, à servidora pública municipal LISLEI CARLA BECKER DA ROSA, matrícula 8079, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/06/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 301/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3095857

PORTARIANº 301/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 154/2014, art. 125 que trata da licença por motivo de doença em pessoa da família;

CONSIDERANDO a avaliação da Junta Médica Oficial;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 08/06/2021 à 10/06/2021, à servidora pública municipal MARIA DE LURDES SILVERIO, matrícula 9513, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/06/2021.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2021.

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 302/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3095858

PORTARIANº 302/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 266/2020, art. 140, que trata da licença à gestante e ao adotante;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA À GESTANTE, no período de 07/06/2021 à 03/12/2021, à Servidora Pública Municipal, Sra. FERNANDA FAURO, matrícula 11013, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2021

ALESSANDRO BUOZI MARTINS

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 303/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3095859

PORTARIANº 303 /2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as regras de isolamento social instituídas pelo Decreto Estadual Nº 515, de 17/03/2020, e pelo Decreto Estadual Nº 525, de 23/03/2020, e alterações posteriores;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal Nº 13.723/2020, de 18/03/2020, declarou Situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e estabelece medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a motivação dos Decretos Municipais Nºs 13.709/2020, de 16/03/2020; 13.715/2020, de 17/03/2020; 13.723/2020, de 18/03/2020; e 13.729/2020, de 23/03/2020;

CONSIDERANDO, ainda, o teor dos Decretos Municipais Nºs 13.731/2020, de 25/03/2020; 13.740/2020, de 03/04/2020; e 13.744/2020, de 09/04/2020; e 14.624/2021, de 05/02/2021; e alterações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Jeana Danielly Miskiewicz	9089	Coordenador Pedagógico	Secretaria Municipal de Educação	07/06/2021 a 13/06/2021
Maria Alice de Andrade Schwanz	7055	Secretário de Escola	Secretaria Municipal de Educação	31/05/2021 a 02/06/2021
Janete Boing Waltrick	7205	Agente Operacional	Secretaria Municipal da Administração	08/06/2021 a 12/06/2021
Wolnei Kruger	10000	Engenheiro	Gabinete do Prefeito	04/06/2021 a 07/06/2021
Gesiane Aparecida Strelow Lucio	10557	Secretario de Unidade Escolar	Secretaria Municipal de Educação	04/06/2021 a 08/06/2021
João Carlos Lucio	7522	Soldador	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	04/06/2021 a 08/06/2021
Angelina Antunes	114460	Técnico de Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	04/06/2021 a 08/06/2021
David Porto Correa	10414	Operador de Maquinas Pesadas	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	07/06/2021 a 13/06/2021
Simoni Mundstock Nunes	114211	Tradutor e Intérprete de Libras de Nível Médio	Secretaria Municipal de Educação	07/06/2021 a 08/06/2021
Ana Cristina Hillesheim Pulga	8881	Recepcionista	Secretaria Municipal de Saúde	06/06/2021 a 08/06/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2021.
ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 304/2021/SEMAD/DGP

Publicação Nº 3095860

PORTARIANº 304/2021/SEMAD/DGP

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal Nº 14.747/2021, de 25/02/2021, e
CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus, que configura Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO as regras de isolamento social instituídas pelo Decreto Estadual Nº 515, de 17/03/2020, e pelo Decreto Estadual Nº 525, de 23/03/2020, e alterações posteriores;

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal Nº 13.723/2020, de 18/03/2020, declarou Situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e estabelece medidas para enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a motivação dos Decretos Municipais Nºs 13.709/2020, de 16/03/2020; 13.715/2020, de 17/03/2020; 13.723/2020, de 18/03/2020; e 13.729/2020, de 23/03/2020;

CONSIDERANDO, ainda, o teor dos Decretos Municipais Nºs 13.731/2020, de 25/03/2020; 13.740/2020, de 03/04/2020; e 13.744/2020, de 09/04/2020; e 14.624/2021, de 05/02/2021; e alterações;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196, da Constituição da República Federativa do Brasil;

RESOLVE :

Art. 1º CONCEDER afastamento do exercício do cargo para tratamento da própria saúde aos servidores públicos municipais a seguir relacionados:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO DE AFASTAMENTO
Leonir Aparecida Jungton Capistrano	8160	Recreador	Secretaria Municipal de Educação	23/05/21 a 30/05/21 01/06/21 a 06/06/21
Cleuza Dias Caetano	10679	Professor de Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	08/06/2021 a 08/06/2021
Simone Campos Nascimento	9482	Agente Administrativo	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	09/06/2021 a 15/06/2021
Deise Mara Estevão Schutz	113875	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	31/05/2021 a 06/06/2021
Ingelore Kohler Vitorino	10770	Agente de Alimentação e Nutrição	Secretaria Municipal de Educação	08/06/2021 a 13/06/2021
Edina Aparecida da Silva Godoi	10721	Auxiliar de Sala	Secretaria Municipal de Educação	03/06/2021 a 08/06/2021
Edimar Ribeiro	10384	Professor de Ensino Fundamental	Secretaria Municipal de Educação	05/06/2021 a 11/06/2021
Cleci Fatima dos Santos Albrecht	8046	Agente de Limpeza e Conservação	Secretaria Municipal de Educação	06/06/2021 a 13/06/2021
Marcelo Martins	10034	Cuidador Social	Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	06/06/2021 a 08/06/2021
Larissa Maestri Brognoli	114372	Médico	Secretaria Municipal de Saúde	07/06/2021 a 08/06/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de junho de 2021.
ALESSANDRO BUOZI MARTINS
Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA SAMAESJSU Nº 437/2021

Publicação Nº 3093746

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO

PORTARIA SAMAESJSU Nº 437/2021 DE 9 de junho de 2021.

Instaura Sindicância a fim de apurar sobre a veracidade dos fatos apresentados no memorando 222/2021.

Comissão Responsável: Os servidores públicos municipais FERNANDO JESUÍNO DE ABREU, matrícula 607, DILSON LIPKE, matrícula 382 e, DÉBORAH MELLO ALFLEN, matrícula 697, designados pela Portaria SAMAESJSU nº 265/2021 de 9 de abril de 2021, compõem, sob a presidência do primeiro, a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa.

A presente publicação está de acordo com o Decreto Municipal Nº 12.885/2019 de 24 de maio de 2019.

Jaraguá do Sul, 9 de junho de 2021.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 264/2021 CONTRATO Nº 199/2020

Publicação Nº 3092631

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 264/2021 AO CONTRATO Nº 199/2020

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020.

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL e o FMS.

CONTRATADA: INSTALADORA ELETRICA E TELECOMUNICAÇÕES OSVALDO EIRELI

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de instalação e manutenção preventiva e corretiva da estrutura física de rede de computadores, telefonia e centrais telefônicas da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, em conformidade com o Anexo VII – Termo de Referência do edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 7.1 da cláusula sétima do contrato original, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses a contar de 16/04/2021 com término em 15/04/2022. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com a CONTRATADA, o valor pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, fica inalterado, sendo da seguinte forma:

Descrição do Serviço	Quant. de Equipes	Valor da prestação de serviços/mensal	Valor global para 12 meses
Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da estrutura física de rede de computadores e telefonia da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, com todo ferramental incluso, que atenderão ao Centro Administrativo e todas as repartições públicas, em conformidade com o Termo de Referência – Anexo VII do Edital.	02	R\$ 22.990,00	R\$ 275.880,00

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos dos exercícios de 2021 e 2022, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
05.001.04.722.0300.2060	Manutenção das atividades de Telecomunicações	3.3.90 – Aplicações Diretas	59	0.1.00.0080
05.001.04.722.0300.2060	Manutenção das atividades de Telecomunicações	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2022	0.1.00.0080
08.002.12.361.0350.2109	Manutenção das atividades e serviços do Ensino Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	148	0.1.01.0001
08.002.12.361.0350.2109	Manutenção das atividades e serviços do Ensino Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2022	0.1.01.0001
10.001.08.122.0300.2801	Manutenção patrimonial - Social	3.3.90 – Aplicações Diretas	327	0.1.00.0080
10.001.08.122.0300.2801	Manutenção patrimonial - Social	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2022	0.1.00.0080
08.003.12.365.0351.2118	Manutenção das atividades e serviços da Educação Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	192	0.1.36.0066
08.003.12.365.0351.2118	Manutenção das atividades e serviços da Educação Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2022	0.1.36.0066
15.001.10.122.0300.2651	Manutenção patrimonial - Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	004	0.1.02.0002 0.2.06.0366
15.001.10.122.0300.2651	Manutenção patrimonial - Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2022	0.1.02.0002 0.2.06.0366
15.002.10.122.0300.2651	Manutenção patrimonial - Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	019	0.1.02.0002 0.2.38.0090 0.2.67.0094

15.002.10.122.0300.2651	Manutenção patrimonial - Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2022	0.1.02.0002 0.2.38.0090 0.2.67.0094
15.003.10.122.0300.2651	Manutenção patrimonial - Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	035	0.1.02.0002
15.003.10.122.0300.2651	Manutenção patrimonial - Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2022	0.1.02.0002
15.004.10.122.0300.2651	Manutenção patrimonial - Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	053	0.1.02.0002 0.2.06.0366 0.2.38.0175
15.004.10.122.0300.2651	Manutenção patrimonial - Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2022	0.1.02.0002 0.2.06.0366 0.2.38.0175

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 31/05/2021.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Alceu Gilmar Moretti e Osvaldo Bridaroli.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2021

Publicação Nº 3092471

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 48C2189D5449AF44A1C8DF2E17CF1F3015F4BE02

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2021

Contrato Nº 02/2021

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Jaraguá do Sul

CONTRATADO: PAULO HENRIQUE SCHLEMPER CLIMATIZAÇÃO EIRELI

OBJETO: Contratação de empresa especializada, para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos de ar condicionado de janela e Split, instalados no edifício sede da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul.

VALOR DO TOTAL DO CONTRATO: R\$ 20.100,00 (Vinte mil e cem reais)

VIGÊNCIA: 01/07/2021 A 30/06/2022

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: ONÉSIMO SELL e PAULO HENRIQUE SCHLEMPER

Jaraguá do Sul, 10 de junho de 2021.

ONÉSIMO SELL
Presidente

Jardinópolis

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/21

Publicação Nº 3092532

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/21

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e de conformidade com a Legislação em vigor, em especial o Edital de Concurso Público 01/20, decreto de Homologação nº 5.872/21 de 08 de Junho de 2021.

CONVOCA as candidatas abaixo relacionadas para em até 30 dias da convocação, apresentar-se na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento do Município de Jardinópolis SC, munidas de todos os documentos constantes no Edital 01/20, sendo as seguintes candidatas:

Odontóloga
DANIELE BET CONTE.

Fiscal de Vigilância Sanitária
ANDREIA SERAFINI DISARZ.

Esta convocação entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardinópolis 08 de Junho de 2021.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 54/2021

Publicação Nº 3093092

**MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 2105 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número -
Minuta - Licitação: 54 códigoCliente: 2105 anoMinuta: 2021 cotaCredenciamento: 0

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**Pregão**
Para Contratação de Serviços
38/2021
Processo Administrativo: 54/2021

Ao Sr(a). MAURO FRANCISCO RISSO tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Decreto nº 5755/2021.

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 38/2021, o(s) participante(s):

73040 - SHOPPING TRUCK CHAPECÓ PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇO DE RETÍFICA E MONTAGEM COMPLETA DE UM MOTOR CUMINS MODELO FPT 4CC, INCLUSO O FORNECIMENTO SEM CUSTOS A MAIS PARA A CONTRATANTE DE 1 ADESIVO, 1 BRONZINA BIELA 050, 1 BRONZINA MANCAL 050, 1 BUCHA DE COMANDO, 4 BUCHA DE BIELA PINO 34, 4 CAMISA, 1 FILTRO DE COMBUSTÍVEL, 1 FILTRO DO LUBRIFICANTE, 1 JOGO DE JUNTA, 10 LITROS DE ÓLEO ITS, 4 PISTÃO PA, 1 BOMBA DE ÁGUA, 10 SELOS, 8 TUCHOS, ARRUELAS E PARAFUSOS QUE FOREM NECESSÁRIOS, E TODO O MATERIAL PARA LIMPEZA E PINTURA DO MOTOR.	UNIDADE		1	R\$8.800,00	R\$8.800,00
Total do Fornecedor:						R\$8.800,00

Jardinópolis, 11 de junho de 2021.

MAURO FRANCISCO RISSO
Prefeito(a) Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 097//2021, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095887

LEI COMPLEMENTAR Nº 097//2021, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

INSTITUI BANCO DE HORAS E DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA O SISTEMA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA E JORNADA DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO FRANCISCO RISSO, Prefeito Municipal de Jardinópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Jardinópolis aprovou e EU sanciono a seguinte LEI.

CAPÍTULO I**DO SISTEMA DE CONTROLE ELETRÔNICO DE FREQUÊNCIA**

Art. 1º Fica instituído o sistema de registro eletrônico da efetividade funcional dos servidores públicos da Câmara de Vereadores de Jardinópolis, que será regulamentado conforme as disposições desta lei.

Art. 2º O Ponto é o registro de entrada e saída do servidor público legislativo em serviço, por meio do qual é apurada a sua frequência, sendo esta a base para a composição da folha de pagamento mensal.

Art. 3º O registro eletrônico da efetividade funcional será realizado por sistema eletrônico com identificação biométrica pela impressão digital que registrará os horários de início e término do expediente além das saídas e retornos intermediários.

§ 1º A apuração da efetividade observará o tempo efetivamente trabalhado, seja em expediente interno, externo, teletrabalho ou atendimento ao público.

§ 2º A Câmara de Vereadores de Jardinópolis funcionará nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no período compreendido entre as 13h00 horas às 19h00min horas, salvo, em período de Pandemia onde horário será reduzido para 13h00 às 17h00, e estendido até as 19h00 em dia de sessão.

§ 3º Não haverá atendimento ao público no período matutino, período destinado a realização de atividades internas.

§ 4º O horário de início ou término da jornada diária de trabalho, bem como de saída ou retorno do período de almoço, poderá ser antecipado ou adiado mediante compensação, desde que comprovado pelo sistema de controle de ponto.

§ 5º O exercício de trabalho em horário diverso do padrão poderá ser autorizado no caso de imperiosa necessidade ou por motivo justificável ou a requerimento do servidor, sendo permitido o cumprimento da jornada via teletrabalho, quando possível, ou em horários especiais, ou a redução de carga horária com proporcional redução de vencimentos quando requerido pelo servidor e mediante autorização expressa do Presidente da Câmara.

Art. 4º Não serão descontados eventuais atrasos no registro de ponto de entrada inferiores a 10 minutos diários.

Art. 5º Do relatório de registro do ponto eletrônico deverá constar:

- I – o nome e registro geral do servidor;
- II – o cargo ou função do servidor;
- III – a carga horária semanal a ser cumprida pelo servidor;
- IV – os horários de entrada e saída no serviço;
- V – o horário de intervalo para alimentação e descanso;
- VI – os afastamentos e licenças previstos em lei;
- VII – as horas-crédito adquiridas e horas-folga utilizadas;
- VIII – assinatura do servidor e do responsável pelo controle.

§ 1º Havendo discordância do servidor em relação à folha de registro do ponto, esta deverá ser formalizada por escrito e encaminhada ao servidor responsável pelo setor de recursos humanos, que decidirá a questão em até 48 horas.

§ 2º Caso discorde da decisão, o servidor poderá apresentar recurso escrito, instruído com as provas de seu direito, ao Presidente da Câmara que o apreciará em 48 horas.

Art. 6º – Na impossibilidade de ser efetuado registro funcional eletrônico nos termos do Art. 3º e Art. 5º, será admitido o uso de folha-ponto ou meio similar para registro manual, até que o fator do impedimento seja sanado, como nos seguintes casos:

- I – o equipamento de registro eletrônico estiver danificado;
- II – na falta de energia elétrica;
- III – nos departamentos ou aos servidores para os quais seja tecnicamente inviável ou dispensável o registro de ponto eletrônico.
- IV – nos casos de servidores designados ou autorizados a realizar atividades fora das instalações da Câmara de Vereadores de Jardinópolis.

Parágrafo Único – Casos excepcionais ou esporádicos de dispensa do controle biométrico poderão ser autorizados ou regulamentados por ato do Presidente da Câmara.

Art. 7º Ficam dispensados do registro do ponto os Vereadores.

Parágrafo único. O registro de ponto poderá ainda ser dispensado caso as condições específicas do servidor possibilitem ou justifiquem, mediante requerimento escrito e decisão fundamentada do Presidente da Câmara.

CAPÍTULO II

DAS JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA

Art. 8º O servidor que comparecer no órgão após o horário de início de seu turno de trabalho ou sair antes do horário previsto para o término ou atribuir esquecimento no registro do ponto, poderá requerer abono de falta por escrito, que será apreciado pelo servidor designado ou pelo Presidente, em caso de recurso.

§ 1º No caso de jornadas especiais ou diferenciadas, as quais observarão as situações que exijam adequação da jornada de trabalho e do controle ponto, em razão da natureza e das peculiaridades das atividades desenvolvidas, desde que justificado, se aplica o horário estabelecido em regulamento próprio ou aquele definido por ato do Presidente da Câmara.

§ 2º É vedado compensar dos dias de férias do servidor as faltas injustificadas ao serviço.

§ 3º As ausências poderão ser justificadas mediante requerimento escrito instruído com documentos comprobatórios e protocolado na Secretaria da Câmara de Vereadores, no prazo de até dois dias úteis da data da ausência.

Art. 9º Para fins de composição da folha de pagamento mensal serão considerados faltas justificadas ou atrasos justificados aqueles autorizados ou deferidos pelo Presidente da Câmara, nos termos da presente lei e das normas que a regulamentem, além da legislação vigente que institui e disciplina o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jardinópolis.

Art. 10º As ausências ou atrasos não justificados, não previstos em lei, não autorizados e não compensados por horas-crédito serão descontados proporcionalmente da remuneração do servidor.

Parágrafo único. Não serão descontadas da remuneração do servidor público legislativo as ausências ou atrasos permitidos por lei, bem como aquelas que compõem o banco de horas.

CAPÍTULO III

HIPÓTESES DE ABONO DE FALTAS E ATRASOS

Art. 11 A chefia imediata, o servidor designado ou o Presidente da Câmara é responsável por efetuar o abono da falta, atraso, erro ou ausência de registro de ponto do servidor nas seguintes hipóteses:

I – cursos, eventos e treinamentos autorizados, indicados ou custeados pelo Poder Legislativo;

II – greve do Transporte Coletivo, sendo o interessado usuário desse serviço;

III – congestionamento anormal de trânsito, bloqueio ou danificação de estrada que represente impedimento para chegar ao local de trabalho;

IV – calamidade pública ou cataclismo que impeça ou torne perigoso o deslocamento até o local de trabalho;

V – falha de registro, nos casos em que constatado erro de registro pelo servidor que implique em ausência ou indevida inserção do horário de entrada ou saída;

VI – viagem a serviço;

VII – ausência do serviço por questões de saúde, a exemplo de tratamentos ou consultas médicas, odontológicas, psicológicas e terapêuticas, além de exames clínicos;

VIII – ausência para prestação de serviços ao Poder Judiciário como jurado e mesário eleitoral, para a realização de atos judiciais na condição de parte ou testemunha, para prestar depoimentos ou esclarecimentos e para consultar autoridades públicas;

IX – Caso fortuito ou de força maior.

Art. 12 O atestado ou declaração de comparecimento deve ser entregue ou enviado ao setor de recursos humanos da Câmara de Vereadores em até dois dias úteis contados após a ausência do servidor.

§ 1º Quando o servidor residir em outro município ou estiver impossibilitado de entregar o documento pessoalmente, por qualquer motivo, o atestado poderá ser apresentado por correio eletrônico, fac-símile ou sistema de transmissão de dados equivalente.

§ 2º Em casos de intersetamento do servidor ou impossibilidade, quando não tiver o atestado, uma pessoa de sua família ou terceiro deverá comunicar formalmente o setor de recursos humanos do Poder Legislativo.

Art. 13 Os atestados e declarações de comparecimento protocolados serão posteriormente apresentados ao Presidente do Poder Legislativo, para sua ciência.

Art. 14 Os atestados Médicos e Odontológicos, que forem superiores a 15 (quinze) dias, serão encaminhados ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme as providências normais da Lei Federal 8.213/1991.

Art. 15 Para fins de abono da ausência ao trabalho, os atestados médicos e odontológicos devem conter as seguintes informações:

I- tempo de repouso necessário para a recuperação do paciente,

II- diagnóstico da doença com indicação do Código Internacional de Doenças - apenas no caso de acidente ou doença relacionada ao Trabalho ou na suspeita destes;

III- Identificação do:

a) Nome do profissional de saúde emissor do atestado, mediante assinatura;

b) Órgão de Classe e respectivo número de inscrição;

c) Assinatura e carimbo, se possuir.

Parágrafo único: Trabalhadores vítimas de qualquer doença que enseje afastamento temporário, diferente de acidente de trabalho ou

doença a ele relacionada, podem autorizar os médicos que os assistem, de forma expressa em atestado médico, para inserção do código da CID, conforme o disposto no artigo 102 do Código de Ética Médica.

Art. 16 No caso de acidente de trabalho ou doença decorrente de acidente de trânsito, o atestado médico deverá informar se este decorreu de:

- a) atropelamento
- b) colisão
- c) outro tipo de acidente.

Art. 17 Não serão aceitos atestados rasurados, ilegíveis ou sem a identificação do nome do servidor.

Art. 18 O servidor responsável pelo setor de recursos humanos manterá controle sobre:

- a) CPF do Trabalhador;
- b) NIS do Trabalhador (exceto para Estagiários, Bolsista, participante de curso de formação, como etapa de concurso, sem vínculo de emprego ou /estágio)
- c) Matrícula atribuída ao trabalhador no Sistema de Administração de Recursos Humanos do órgão, exceto para trabalhador registrado como TSVE - Trabalhador Sem Vínculo de Emprego/Estatutário;
- d) Código da categoria do trabalhador, conforme Tabela 1 do eSocial;
- e) Data no início do afastamento;
- f) Código do motivo do afastamento temporário conforme tabela 18 do eSocial;
- g) Controlar se o afastamento decorre de mesmo motivo de afastamento anterior
- h) Se tratasse de acidente de trânsito: 1 – Atropelamento 2 – Colisão 3 – Outro tipo de acidente

CAPÍTULO IV

DO BANCO DE HORAS

Art. 19 - O Banco de Horas é um acordo de compensação em que as horas excedentes trabalhadas em um dia são compensadas com a correspondente diminuição da jornada em outro dia.

§1º As horas excedentes ao horário normal serão computadas como horas-crédito, sendo compensadas em horas-folga nas seguintes proporções:

I – As horas executadas além do horário normal de expediente, entendidas como jornada estendida ou antecipada, serão compensadas na mesma proporção, observadas a jornada semanal de cada servidor do Poder Legislativo.

II – A compensação do banco de horas prevista nesta lei deve ser feita dentro do período de até quatro meses contados do dia subsequente a realização.

III – O desempenho das atividades do servidor em horários diversos das atribuições do cargo público será convertido em horas-crédito que poderão ser utilizados para compensação, de acordo com os incisos anteriores.

IV – O servidor deverá requerer a compensação com no mínimo 10 dias úteis de antecedência.

V - Caso não haja solicitação a concessão será feita por determinação do Presidente da Casa.

§ 2º Em caso de férias, licença ou afastamentos legais, o prazo previsto no inciso II será suspenso pelo período do afastamento.

Art. 20 As horas-folga serão concedidas mediante autorização do chefe imediato e comunicadas ao servidor responsável pela folha de pagamento para registro e controle.

CAPÍTULO V

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Art. 21 O servidor responsável pela folha de pagamento, ou outro designado, fará o acompanhamento e o controle da frequência dos servidores e adotará as medidas administrativas cabíveis para garantir a fiel execução desta lei e demais normas regulamentadoras, inclusive determinando o cumprimento do art. 10º desta Lei.

Art. 22 É dever de cada servidor observar o fiel cumprimento das normas estabelecidas para o registro de frequência e utilização do banco de horas.

Art. 23 Compete a Secretaria da Câmara de Vereadores ou a servidor designado:

- I – Emitir os relatórios da secretaria observando as normas desta lei;
- II - Orientar, cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas para o controle e apuração de frequência dos servidores;
- III - Zelar pela manutenção e bom funcionamento dos equipamentos e programas utilizados para o controle e apuração de frequência;
- IV - Tratar com transparência e segurança as informações da base de dados do Sistema de Ponto Eletrônico;
- V – Emitir declarações referentes ao controle de frequência dos servidores, sempre solicitados ou quando ocorrer falha no aparelho ou no sistema eletrônico.

Art. 24 As horas extras de trabalho, se necessárias, serão prestadas mediante convocação ou autorização prévia do Presidente do Poder Legislativo, em conformidade com o Estatuto do Servidor Público Municipal vigente.

§1º Não havendo autorização do Presidente, as horas excedentes ou faltantes serão automaticamente inseridas no Banco de horas.

Art. 25 Esta lei poderá ser regulamentada pelo Presidente do Poder Legislativo por ato próprio e específico.

Art. 26 Esta lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

MAURO FRANCISCO RISSO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

NILSON JOSÉ ZATTI.
Chefe de Gabinete.

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03/2021 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2021

Publicação Nº 3095499

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 183FA999C4F6D653A5F99D2007ED1C24A0B5F1EA

Estado de Santa Catarina
Município de Jardinópolis – SC
AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº 59/2021.
Edital: Concorrência Nº 03/2021.
Tipo: Maior Lance ou Oferta – Preço Global
Objeto: CONCESSÃO ONEROSA DE DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL PARA UTILIZAÇÃO INDUSTRIAL, SENDO UM TERRENO COM ÁREA DE 3900,82 m², situado em Parte dos Lotes Coloniais nº 254 e 255, matrícula do Imóvel no ORI de Chapecó-SC nº 119.878, com área total de 62.572,70 m², localizado na Linha Alto Jardinópolis, interior do Município de Jardinópolis-SC, de acordo com croqui/mapa. ALTERAÇÕES: No item 4.1 do edital, Onde se lê: "Data de abertura: 05/07/2021" Leia-se: "Data de abertura: 15/07/2021".
Entrega dos Envelopes até: 14:00 horas do dia 15 de julho de 2021.
Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 15 de julho de 2021.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: pelo SITE www.jardinopolis.sc.gov.br ou jardinopolis.atende.net ou Prefeitura de Jardinópolis localizada na Avenida Getúlio Vargas, 815, nos dias úteis, das Segundas à Sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3337-0004.
Jardinópolis, 11 de junho de 2021
MAURO FRANCISCO RISSO PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2021

Publicação Nº 3093148

Termo de Revogação
Despacho de Revogação de licitação nº. 36/2021, processo administrativo nº. 51/2021 na modalidade de Pregão Presencial
Finalidade: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE AUTOMAÇÃO COM TECNOLOGIA DIGITAL PARA PORTAS DESLIZANTES DE VEÍCULOS DO TIPO VAN DA SECRETARIA DE SAÚDE DE JARDINÓPOLIS - SC.
A comissão de licitações no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações.
Considerando: Que a comissão de pregão se reuniu as 08:00 horas do dia 9 de junho de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Jardinópolis - SC, com a finalidade de realizar a abertura do processo licitatório nº 51/2021. A comissão esperou até as oito horas e cinco minutos para abrir o processo, mas não se apresentou nenhum licitante para concorrer na licitação. A pregoeira declarou assim, a licitação como deserta, e encerrou a presente sessão anulando o processo licitatório, e consequentemente a licitação em seu todo, cujo objeto mencionado acima. Para futuras contratações de acordo com a conveniência e as necessidades da administração pública.
Jardinópolis, 9 de junho de 2021

DIANA MIGLIAVACA
Pregoeira

EDSON MARCOS MARIA
Equipe de apoio

EDILES PROVENSE MARIA
Equipe de Apoio

Joaçaba

PREFEITURA

EDITAL 05-2021 SMS

Publicação N° 3095649

CHAMADA PÚBLICA N° 05/2021

CHAMADA PÚBLICA DESTINADA À CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM, AUXILIAR EM ENFERMAGEM E TERAPEUTA OCUPACIONAL, POR PRAZO DETERMINADO, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N° 97/2005, DO DECRETO MUNICIPAL N° 5.702 de 27 de junho de 2019, Decreto Municipal N° 5909 DE 24 DE MARÇO DE 2020 e a Resolução 01/2020(FMS).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições e com base nas LC n° 97/2005, do Decreto Municipal n° 5.702 de 27 de junho de 2019, Decreto Municipal n° 5.909 de 24 de março de 2020 e a Resolução 01/2020 da Secretaria Municipal de Saúde. TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições da Chamada Pública para contratação de pessoal por prazo determinado, em caráter emergencial, por se tratar de serviços essenciais compondo assim o quadro de pessoal faltante na Secretaria de Saúde e para formação de Cadastro de Reserva – CR.

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a disseminação comunitária do COVID-19 em todos os Continentes caracteriza pandemia;

CONSIDERANDO a ampla velocidade do supracitado vírus em gerar pacientes graves, levando os sistemas de saúde a receber uma demanda muito acima de sua capacidade de atendimento adequado;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria n° 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO, ainda, a Portaria n° 356, de 11 de Março de 2020 do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) no Brasil;

CONSIDERANDO, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Joaçaba (SC),

CONSIDERANDO a necessidade pelos serviços de um Terapeuta Ocupacional, visando suprir a demanda de atendimentos da Secretaria de Saúde, sendo que há vacância de cargo quanto à função e não há possibilidade de preenchimento por outro servidor;

CONSIDERANDO a necessidade de técnico em enfermagem a realização de 03 chamadas públicas consecutivas infrutíferas, bem como convênio com o Hospital Universitário Santa Terezinha que disponibilizou profissionais para habilitação de leitos de UTI Covid-19, neste período de pandemia.

CONSIDERANDO, por fim, que a última Chamada Pública n° 04.2021 não foi suficiente para suprir a demanda desta Secretaria de Saúde e a urgência de contratação de profissionais no presente momento.

Apresenta-se justificada a presente, de forma excepcional de contratação de profissionais da saúde para a Secretaria de Saúde apenas para as situações estritamente necessárias, nos termos desta Chamada pública.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A Chamada Pública será regida pelo presente Edital, coordenado pela Comissão da Chamada Pública, designada pelo Secretário Municipal de Saúde, nomeada pelo Secretário Municipal de Saúde.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site joacaba.sc.gov.br.

1.3. A Chamada Pública destina-se à seleção de profissional para contratação em caráter emergencial de profissionais para atuar nas Estratégias de Saúde da Família, Centro de Triagem e Cadastro Reserva – CR, em contrato temporário, enquanto durar o estado de emergência instituído pelos decretos supracitados e o estado de pandemia do coronavírus, pelo período máximo de um ano conforme Lei Complementar 97/2005.

1.4. O Cadastro de Reserva destina-se a reposição de pessoal para suprir eventual déficit de pessoal no quadro.

1.5. O período do contrato temporário destinado à reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público ou decretado fim de pandemia.

- 1.6. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem de classificação.
 1.7. No caso da desistência dos profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados.
 1.8. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a indenizações pelo prazo descrito na contratação;
 1.9. O prazo para chamamento desta Chamada Pública será de 01 (um ano).
 1.10. Os profissionais de saúde trabalharão nos serviços de saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

2. INSCRIÇÕES E LISTA DE DOCUMENTOS

2.1 As inscrições poderão ser efetuadas a partir do dia 14 de junho de 2021 até 18 de junho de 2021 das 8:30h as 11h das 13:30 as 16h, no Departamento de Recursos Humanos, na Secretaria de Saúde de Joaçaba – SC, situada na Rua : Getulio Vargas, 205- Sala 01- Centro – Edifício Trevisan devendo, o servidor responsável, proceder a devido protocolo de inscrição.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer cópias devidamente rubricadas dos documentos que comprovem os requisitos específicos referente ao cargo e os documentos a seguir:

- RG;
- CPF;
- Cópia dos requisitos específicos listados no item 3;
- Cópia dos títulos que deseja apresentar;

2.3 ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição.

2.4 A autenticidade dos documentos entregues (para fins de inscrição e pontuação) são de inteira responsabilidade do candidato, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e criminal. De acordo com o Art. 299 da Código Penal.

3. VAGAS

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS ESPECÍFICOS
1. Técnico em enfermagem	40h	01+CR	R\$ 2.029,96	Ensino Médio completo e curso Técnico em Enfermagem e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional - Coren.
2. Auxiliar de Enfermagem*	40H	CR	R\$ 1.964,30	Formação: Ensino Médio Completo e Curso de Auxiliar de Enfermagem e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.
3. Terapeuta Ocupacional *	35H	01+CR	R\$ 2.592,47	Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

*Em caso de inexistência de Técnicos em Enfermagem classificados serão chamados os Auxiliares de Enfermagem.

*OBSERVAÇÃO: (Terapeuta Ocupacional: carga horária: 35h

A carga horária será de 30h semanais com redução proporcional da remuneração – Conforme decisão da Vara Federal – Autos nº 50024155520114047203.)

4. CLASSIFICAÇÃO

4.1 A classificação final e o chamamento dos candidatos consistirá obedecendo à ordem de classificação conforme seguinte tabela de pontuação:

4.2 O número de vagas será de acordo com a necessidade do município, dentro do prazo de validade da Chamada pública.

CARGO: Técnico em Enfermagem

Títulos para cargo Técnico em Enfermagem	Pontuação	Valor Máximo
Curso Básico de Informática Mínimo 30h	1,0 (um) ponto	1,0
Tempo de atuação em atendimento Covid	1,0 a cada 4 (quatro) meses	2,0
Cursos, treinamentos, seminários na área da saúde.	0,5 a cada 40 horas de cursos	1,0
Total máximo de pontuação		4,0

OBS 1: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com CARGO PRETENDIDO, devendo os candidatos fornecer cópias dos documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

OBS 2: O tempo de serviço poderá ser comprovado, por meio de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa, informando o tempo de serviço prestado naquela instituição, pelo responsável pelo setor de recursos humanos.

CARGO: Auxiliar de Enfermagem

Títulos para cargo Auxiliar de Enfermagem	Pontuação	Valor Máximo
Curso Básico de Informática Mínimo 30h	1,0 (um) ponto	1,0
Tempo de atuação em atendimento Covid	1,0 a cada 4 (quatro) meses	2,0
Cursos, treinamentos, seminários na área da saúde.	0,5 a cada 40 horas de cursos	1,0
Total máximo de pontuação		4,00

OBS 1: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com CARGO PRETENDIDO, devendo os candidatos fornecer cópias dos documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

OBS 2: O tempo de serviço poderá ser comprovado, através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa, informando o tempo de serviço prestado naquela instituição, pelo responsável pelo setor de recursos humanos.

CARGO: Terapeuta Ocupacional

Títulos para cargo Terapeuta Ocupacional	Pontuação	Valor Máximo
Tempo de atuação na área de terapeuta ocupacional	1,0 (um) ponto a cada 6 (seis) meses	2,0
Cursos, treinamentos, seminários na área.	0,5 a cada 40 horas de cursos	1,0
Pós-graduação na área em qualquer tipo	1,0 (um) ponto	1,0
Tempo de formação na área de Terapeuta Ocupacional	0,5 a cada 6 (seis) meses	1,0
Total máximo de pontuação		5,00

OBS 1: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com CARGO PRETENDIDO, devendo os candidatos fornecer cópias dos documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

OBS 2: O tempo de serviço poderá ser comprovado, por meio de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa, informando o tempo de serviço prestado naquela instituição, pelo responsável pelo setor de recursos humanos.

5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

5.2 Serão classificados os candidatos que apresentarem a documentação requisitada no ato da inscrição bem como os requisitos específicos;

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate: - maior tempo de formação, maior idade. Em caso de permanecer o empate entre candidatos será realizado sorteio.

5.5. A data da divulgação da classificação final é a constante no cronograma previsto no Anexo II desse edital e será divulgada no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba (www.joacaba.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>).

6 . DA CHAMADA PÚBLICA

6.1 A Chamada Pública dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e documentos,

6.2 Entendem-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora e sem o número da carga horária total.

6.3 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado por meio de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou declaração, em papel com timbre, da instituição/empresa, informando o tempo de serviço prestado naquela instituição, pelo responsável pelo setor de recursos humanos.

6.4. Não será admitida a juntada de novos documentos depois de realizada a inscrição.

6.5. O resultado dos candidatos aprovados será publicado oficialmente conforme Anexo II no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba (www.joacaba.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

6.6 Para efeito de início da contagem do prazo de validade da Chamada Pública será considerada a data da publicação da homologação do

resultado final.

7. DOS RECURSOS

7.1 Os recursos poderão ser interpostos até o dia subsequente, a contar da divulgação resultado final, conforme anexo II do edital. ´

7.2 Os mesmos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Saúde, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Nº da Chamada Pública;
- b) Cargo a que concorre;
- c) Sucinta exposição dos motivos;
- d) Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

8. CLASSIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL

8.1 Encerrada a fase de inscrições, a Secretaria Municipal de Saúde tornará pública a classificação dos candidatos que atenderam os requisitos, conforme ordem de classificação, através de Edital que será publicado no Diário Oficial do Município de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, e disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.joaçaba.sc.gov.br>,

8.2 Dada a celeridade ante a urgência da contratação diante das situações de prejuízo à saúde e/ou risco de morte prevista em lei que precedem a autorização para contratação de modo direto.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1 A contratação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação e ficará condicionada à comprovação dos seguintes requisitos:

- Classificação da Chamada Pública;
- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar;
- Escolaridade em conformidade com habilitação exigida;
- Apresentar registro no respectivo órgão de classe – registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.
- Declaração de Não Acumulação de Cargos com outro ente da Administração Pública direta e indireta;
- Conta corrente individual em banco designado pelo Município.
- Demais documentos exigidos pelo setor de recursos humanos para cumprimento das exigências de contratação perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE

9.2 O candidato convocado terá prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para assumir ou desistir da vaga sendo o contato feito através do email indicado pelo candidato na ficha de inscrição. Serão convocados os candidatos para assinatura do contrato e início imediato, no prazo de 01 (um) dia após os 02 (dois) dias úteis iniciais, tendo em vista a urgência nesta chamada. Passado este prazo, o candidato passará automaticamente para o final da lista.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto desta Chamada pública são as constantes no Anexo I.

10.2 A homologação do resultado preliminar da chamada pública será publicada no Diário Oficial dos Municípios e no site www.joaçaba.sc.gov.br;

10.3 Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

10.4 Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão da Chamada Pública.

10.5 Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir questões oriundas da presente Chamada Pública.

10.6 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 11 de junho de 2021.

Dioclésio Ragnini Prefeito		Valmor João Reisdorfer Secretário Municipal de Saúde	
ANEXO I			
FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES		HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Técnico em enfermagem	<p>Lavar, acondicionar e esterilizar material, segundo técnicas adequadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> · Administrar sangue e plasma, controlar pressão venosa. · Monitorar e aplicar respiradores artificiais. · Prestar cuidados de conforto, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal aos pacientes. · Aplicar gasoterapia, instilações, lavagens estomacais e vesicais e outros tratamentos, valendo-se dos seus conhecimentos técnicos para proporcionar o maior grau possível de bem-estar físico, mental e social aos pacientes. · Efetuar testes de sensibilidade, aplicando substâncias alérgicas e fazendo leituras das reações, para obter subsídios aos diagnósticos. · Fazer curativos, imunizações, imobilizações especiais e ministrar medicamentos e tratamentos de emergência. · Adaptar o paciente ao ambiente hospitalar e aos métodos terapêuticos que lhes são aplicados, realizando entrevistas de admissão, visitas diárias e orientando-o para reduzir sua sensação de insegurança e sofrimento e obter a sua colaboração no tratamento. · Prestar cuidados no post-mortem como enfeixamentos e tamponamentos, utilizando algodão, gaze e outros materiais para evitar a eliminação de secreções e melhorar a aparência do cadáver. · Realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e às famílias de risco, conforme planejamento da US. · No nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária. · Realizar busca ativa de casos, como tuberculose, hanseníase e demais doenças de cunho epidemiológico bem como de gestantes e crianças para imunização. · Zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamento e de dependências da US, garantindo o controle de infecção. · Realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes da US e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçado pela equipe. <p>Executar outras tarefas afins.</p>	Ensino Médio completo e curso Técnico em Enfermagem e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional - COREN.
-----------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Terapeuta ocupacional	<ul style="list-style-type: none"> · Coordenar e executar programas, projetos e políticas sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos Profissionais. · Promover a saúde e integração social dos usuários, através da avaliação das habilidades funcionais do indivíduo, elaborando, planejando e executando atividades terapêuticas, individuais e/ou grupais, que objetivem o desenvolvimento e reabilitação de usuários acometidos por algum distúrbio de ordem física e/ou psíquica. · Estudar os fenômenos fisiológicos, psicológicos e sociais relacionados ao envelhecimento do ser humano. · Desenvolvimento Infantil e Saúde Física do Adulto, exercer atividades em unidades de saúde, centros de convivência, ambulatórios, hospital-dia, instituições gerais especializadas, creches, centros de reabilitação, domicílios e outros. · Realizar supervisão, coordenação, programação ou execução especializada em grau de maior complexidade. · Realizar trabalhos relativos a utilização de métodos e técnicas terapêuticas e recreacionais, para a reabilitação física mental do indivíduo, elaborar diagnóstico e conduzir tratamento em unidades de atendimento apropriado. · Atuar em extrema colaboração com os demais profissionais, além de realizar outras atividades inerentes ao cargo. · Estudar casos e contribuir na sua área de atuação, preventiva e corretivamente, participando de equipes multidisciplinares. · Contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos, participando das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar. · Promover a melhoria e aperfeiçoamento das equipes multiprofissionais, subsidiando decisões e ações bem como, participando efetivamente dos processos de planejamento e avaliação das mesmas. · Realizar o acompanhamento técnico, através de visitas a pacientes do sistema público em hospitais, escolas, domicílios, sempre que necessário, bem como promover adaptações estruturais nestes ambientes. · Adotar e cumprir procedimentos e/ou instruções elaboradas pelos profissionais da equipe técnica da Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado referente à sua área de atuação, fornecendo subsídios para o planejamento e execução das Políticas de Saúde. · Preparar informes e documentos referentes à sua formação técnica, sempre que solicitado. · Emissão de laudos e pareceres na área afim. · Executar outras tarefas afins. 	Formação: Ensino Superior completo na área de atuação e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
--------	-------------	--------------------------

Auxiliar de enfermagem	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar o paciente para consultas, exames e tratamentos. • Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas, ao nível de sua qualificação. • Executar tratamentos especificamente prescritos, ou de rotina. • Ministrar medicamentos via oral e parenteral. • Realizar controle hídrico, fazer curativos, aplicar oxigenioterapia, nebulização, enterocisma, enema, calor ou frio. • Executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas. • Efetuar o controle de pacientes e comunicantes em doenças transmissíveis. • Realizar testes e proceder à sua leitura, para subsídio de diagnóstico. • Colher material para exames laboratoriais. • Prestar cuidados de enfermagem pré e pós operatórios. • Circular em sala de cirurgia, se necessário. • Instrumentalizar; • Executar atividades de desinfecção e esterilização. • Fazer visita domiciliar. • Prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente e zelar por sua segurança, inclusive, alimentá-lo ou auxiliá-lo a alimentar-se. • Proceder à limpeza e ordem do material, de equipamentos e de dependências de unidades de saúde. • Integrar a equipe de saúde e participar de atividades de educação em saúde, inclusive, orientar os pacientes na pós consulta, quanto ao cumprimento das prescrições de enfermagem e médicas. • Auxiliar o Enfermeiro e Técnico de Enfermagem na execução dos programas de educação para a saúde. • Executar os trabalhos de rotina vinculados à alta de pacientes. • Participar dos procedimentos pós-morte. • Participar efetivamente da política de saúde do Município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde. • Executar procedimentos de enfermagem, de acordo com as normas técnicas da instituição. • Participar na orientação à saúde do indivíduo e grupos da comunidade e participar de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade. • Fazer notificações de doenças transmissíveis. • Participar das atividades de vigilância epidemiológica. • Lavar, empacotar e esterilizar material utilizando técnicas apropriadas. • Desenvolver atividades de pré e pós consulta médica, odontológica, de enfermagem e de atendimento de enfermagem. • Participar da prestação de assistência à comunidade em situações de calamidade e emergência. • Solicitar material de consumo e permanente, necessários a suas atividades. • Realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios. • Promover a melhoria das condições sanitárias do meio ambiente. • Atender ao telefone, campainha e sinais luminosos. • Manter a ordem e a limpeza no local de trabalho. • Remover aparelhos e outros objetos utilizados pelos pacientes. • Executar outras tarefas afins. 	<p>Formação: Ensino Médio Completo e Curso de Auxiliar de Enfermagem e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do Exercício da Profissão.</p>
------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FICHA DE INSCRIÇÃO – CHAMADA PÚBLICA nº 05/2021

Nome:		
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	Estado:
CEP:	Data de Nasc:	
CPF:	Estado Civil:	
e-mail:		
Telefone Residencial: ()		Celular: ()
Vaga para a qual está se inscrevendo: () Técnico em Enfermagem () RG () CPF () Cópia dos requisitos específicos listados no item 3; () Comprovante de tempo de trabalho; () Cópia dos títulos que deseja apresentar;		
Títulos (assinalar com X)		

Curso Básico de Informática Mínimo 30h - 1,0 (um) ponto	()
Tempo de atuação em atendimento Covid - 1,0 a cada 4 (quatro) meses	()
Cursos, treinamentos, seminários na área da saúde - 0,5 (zero virgula cinco) a cada 40 horas de cursos	()

Quadro de pontuação

Títulos		Pontuação
Curso Básico de Informática Mínimo 30h	()	1,0
Tempo de atuação em atendimento Covid	()	2,0
Cursos, treinamentos, seminários na área da saúde	()	1,0
Total máximo de pontuação		4,0

Data de entrega da documentação: ____/____/____

Assinatura do responsável pela entrega da documentação: _____

Recebido por: _____ em: _____

FICHA DE INSCRIÇÃO – CHAMADA PÚBLICA nº 05/2021

Nome:		
Endereço:		
Bairro:	Cidade:	Estado:
CEP:	Data de Nasc:	
CPF:	Estado Civil:	
e-mail:		
Telefone Residencial: ()		Celular: ()
Vaga para a qual está se inscrevendo: () Auxiliar de Enfermagem () RG () CPF () Cópia dos requisitos específicos listados no item 3; () Comprovante de tempo de trabalho; () Cópia dos títulos que deseja apresentar;		
Títulos (assinalar com X)		
Curso Básico de Informática Mínimo 30h - 1,0 (um) ponto	()	
Tempo de atuação em atendimento Covid - 1,0 a cada 4 (quatro) meses	()	
Cursos, treinamentos, seminários na área da saúde - 0,5 (zero virgula cinco) a cada 40 horas de cursos	()	

Quadro de pontuação

Títulos		Pontuação
Curso Básico de Informática Mínimo 30h	()	1,0
Tempo de atuação em atendimento Covid	()	2,0
Cursos, treinamentos, seminários na área da saúde	()	1,0
Total máximo de pontuação		4,0

Data de entrega da documentação: ____/____/____

Assinatura do responsável pela entrega da documentação: _____

Recebido por: _____ em: _____

FICHA DE INSCRIÇÃO – CHAMADA PÚBLICA nº 05/2021

Nome:					
Endereço:					
Bairro:		Cidade:		Estado:	
CEP:		Data de Nasc:			
CPF:		Estado Civil:			
e-mail:					
Telefone Residencial: ()			Celular: ()		
Vaga para a qual está se inscrevendo: () Terapeuta Ocupacional () RG () CPF () Cópia dos requisitos específicos listados no item 3; () Comprovante de tempo de trabalho; () Cópia dos títulos que desja apresentar;					
Formação Acadêmica (assinalar com X)					
Tempo de atuação na área de terapeuta ocupacional 1,0 (um) ponto a cada 6 (seis) meses					()
Cursos, treinamentos, seminários na área 0,5 a cada 40 horas de cursos					()
Pós-graduação na área em qualquer tipo 1,0 (um) ponto					()
Tempo de formação na área de Terapeuta Ocupacional 0,5 a cada 6 (seis) meses					()

Quadro de pontuação

Títulos		Pontuação
Tempo de atuação na área de terapeuta ocupacional 1,0 (um) ponto a cada 6 (seis) meses	()	2,0
Cursos, treinamentos, seminários na área 0,5 a cada 40 horas de cursos	()	1,0
Pós-graduação na área em qualquer tipo 1,0 (um) ponto	()	1,0
Tempo de formação na área de Terapeuta Ocupacional 0,5 a cada 6 (seis) meses	()	1,0
Total máximo de pontuação		5,0

Data de entrega da documentação: ____/____/____

Assinatura do responsável pela entrega da documentação: _____

Recebido por: _____ em: _____

ANEXO II - CRONOGRAMA

ITEM	ATO	DATAS
1.	Divulgação e publicação do edital	14/06/2021
2.	Período de inscrições Horário das (08:30 as 11h das 13:30h as 16h)	14/06/2021 a 18/06/2021
3.	Divulgação da classificação preliminar dos candidatos	21/06/2021
4.	Prazo para recursos quanto à classificação preliminar dos candidatos	22/06/2021
5.	Divulgação da classificação final dos candidatos	23/06/2021

TERMO DE RESCISÃO 135/202019/PMJ

Publicação Nº 3095696

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 135/2019/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: BARREIRAS PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI.

Fica rescindido, em conformidade com o disposto no art. 78, I e II e no art. 79, I, da Lei 8.666/93, o Contrato nº 135/2019/PMJ, celebrado com a CONTRATADA em 22 de julho de 2019, decorrente do Processo de Licitação nº 55/2019/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 38/2019/PMJ, cujo objeto era a prestação de serviços gerais junto a Secretaria de Municipal de Infraestrutura, no Município de Joaçaba – SC.

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir de sua data de publicação.

DATA ASSINATURA: 11/06/2021.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

VILSON SARTORI - SECRETÁRIO

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**RESUMO CONTRATO 48/2021**

Publicação Nº 3092746

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0048/2021

SEXTO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 0032/2015

PROCESSO LICITATÓRIO JHL 0019/2015

DIPSENSA 01/2015

PROTOCOLO Nº 0980/2015

Data: 08/05/2021

Objeto: O pagamento estabelecido na Cláusula Terceira do Contrato Aditado, a partir de 08/05/2021 passa a ser o seguinte: O valor do aluguel será de R\$ 3.000,00 (três mil reais) mensais, que serão pagos ao Locador até o 5º (quinto) dia de cada mês subsequente ao vencido, através de Ordem Bancária/Cheque e depositado no Banco pelo mesmo indicado

Contratado: Etrex Empreendimentos e Participações Ltda Órgão/Unidade: 14.01

Prazo de vigência: 08/05/2021 a 07/05/2021

Patrícia Callegari Warken- Diretora-Presidente

Lages

PREFEITURA

DECRETO Nº 19.239/2021

Publicação Nº 3095870

DECRETO Nº 19.239, de 09 de junho de 2021.
Aprova projeto de Desmembramento.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 94 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Projeto de Desmembramento de uma área urbana de propriedade de ADEMIR ANTONIO DE JESUS, localizada no lado ímpar da Rua Valter Kuster, esquina formada com as Ruas Olga Donaria de Moraes e José Miguel Sobrinho, bairro Vista Alegre, com a área superficial de 1.500,00m² (um mil e quinhentos metros quadrados) constante da Matrícula nº 5.686 do Cartório do Primeiro Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Lages - SC, em 04 (quatro) Áreas menores, denominadas: Área 01, Área 02, Área 03 e Área 04, com superfícies de 375,00m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados) cada área, conforme Plantas e Memorial Descritivo, apresentados através do requerimento de nº 3102/2021, aprovados e arquivados na Secretaria do Planejamento e Obras.

Art. 2º. O Desmembramento ora aprovado será submetido ao Registro Imobiliário, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do Art. 18 da Lei nº. 6.766 de 19.12.79.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 09 de junho de 2021; 255º ano da Fundação e 161º da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

DECRETO Nº 19.240/2021

Publicação Nº 3095869

DECRETO Nº 19.240, de 09 de junho de 2021.
Aprova projeto de Desmembramento.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 94 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Projeto de Desmembramento de uma área urbana de propriedade de JOÃO NERY RODRIGUES, localizado no lado par da Rua 6428, esquina com a Rua 6429, bairro Cruz de Malta, com a área superficial de 1.440,00m² (um mil quatrocentos e quarenta metros quadrados) constante da Matrícula de nº 2.620 do Cartório do Primeiro Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Lages - SC, em 04 (quatro) áreas menores, denominadas: Lote 24, Lote 36, Lote 48 e Lote 90, com superfície de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados) cada área, conforme Plantas e Memorial Descritivo, apresentados através do requerimento de nº 993/2021, aprovados e arquivados na Secretaria do Planejamento e Obras.

Art. 2º. O Desmembramento ora aprovado será submetido ao Registro Imobiliário, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do Art. 18 da Lei nº. 6.766 de 19.12.1979.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 09 de junho de 2021; 255º ano da Fundação e 161º da Emancipação.

Antonio Ceron
Prefeito

DECRETO Nº 19.241/2021

Publicação Nº 3095867

DECRETO Nº 19.241, de 09 de junho de 2021.
Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGES, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 94, da Lei Orgânica do Município de Lages, e de acordo com a Lei nº 4500/2021,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o saldo parcial/total da dotação constante do orçamento da Prefeitura do município de Lages, no valor de R\$ 6.800.000,00 (seis milhões e oitocentos mil reais), na seguinte dotação:

--	--

Entidade:	Prefeitura Municipal de Lages
Órgão Unidade:	04.001 – Secretaria Municipal do Planejamento e Obras
Ação:	1.271 - SANEAMENTO INTEGRADO DO PONTE GRANDE
Modalidade/Valor:	(22) 4.4.90.00 – Investimentos – Aplicações Diretas Fonte: Recursos Ordinários (0) R\$ 6.800.000,00

Art. 2º. Por conta da anulação prevista no artigo 1º, abre crédito suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 6.800.000,00 (seis milhões e oitocentos mil reais) na seguinte dotação:

Entidade:	Fundo Municipal de Saúde de Lages
Órgão Unidade:	20.0001 – Fundo Municipal de Saúde de Lages
Ação:	2.440 - MUNIC - AÇÕES DE ATENÇÃO BASICA A SAUDE
Modalidade/Valor:	(44) 3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas Fonte: ASPS – Ações e Serviços Públicos de Saúde (2) R\$ 6.800.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Lages, 09 de junho de 2021; 255º ano da Fundação e 161º da Emancipação.

Antonio Ceron

Prefeito

LEI Nº 4497/2021

Publicação Nº 3095863

LEI Nº 4497

De 08 de junho de 2021.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar, para utilização exclusiva no 5º Batalhão de Bombeiros Militar dos seguintes equipamentos:

I – Um veículo marca Chevrolet, modelo Onix 1.0 Turbo AT HB, tipo Passageiro Automóvel, combustível, Álcool/Gasolina, ano de fabricação/ modelo 2020/2021, cor vermelha, chassi nº 9BGEA48H0MG172612, placa RKW-5C61, com todos os equipamentos obrigatórios, avaliado em R\$ 65.520,00 (sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte reais);

II - Um Grupo Gerador a diesel 168/151KVA, avaliado em R\$ 86.732,24 (oitenta e seis mil, setecentos trinta e dois reais e vinte e quatro centavos).

Parágrafo único. Os equipamentos, objeto desta Lei, foram adquiridos com recursos conforme convênio nº 009/2016, firmado entre o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e o município de Lages e destinam-se a manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar.

Art. 2º. A cessão de uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quantos necessários para o atendimento do respectivo convênio e desde que haja interesse das partes.

Art. 3º. As ações decorrentes da execução do objeto desta Lei, não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 08 de junho de 2021; 255º ano da Fundação e 161º da Emancipação.

Antonio Ceron

Prefeito

LEI Nº 4499/2021

Publicação Nº 3095864

LEI Nº 4499

De 08 de junho de 2021.

Institui a "Semana da Economia de Luz" no município de Lages.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica instituída a última semana do mês de maio como a Semana da Economia de Luz, a ser realizada anualmente no Município.

Art. 2º. A "Semana da Economia de Luz" passa a fazer parte do Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará a presente lei no que couber.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 08 de junho de 2021; 255o ano da Fundação e 161o da Emancipação.

Antonio Ceron

Prefeito

LEI Nº 4500/2021

Publicação Nº 3095865

LEI Nº 4500

de 09 de junho de 2021.

Autoriza o Poder Executivo a Abrir Crédito Suplementar e dá outras providências.

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º. Fica anulado o saldo parcial/total da dotação constante do orçamento da Prefeitura do município de Lages, no valor de R\$ 6.800.000,00 (seis milhões e oitocentos mil reais), na seguinte dotação:

Entidade:	Prefeitura Municipal de Lages
Órgão Unidade:	04.001 – Secretaria Municipal do Planejamento e Obras
Ação:	1.271 - SANEAMENTO INTEGRADO DO PONTE GRANDE
Modalidade/Valor:	(22) 4.4.90.00 – Investimentos – Aplicações Diretas Fonte: Recursos Ordinários (0) R\$ 6.800.000,00

Art. 2º. Por conta da anulação prevista no artigo 1º, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 6.800.000,00 (seis milhões e oitocentos mil reais) na seguinte dotação:

Entidade:	Fundo Municipal de Saúde de Lages
Órgão Unidade:	20.0001 – Fundo Municipal de Saúde de Lages
Ação:	2.440 - MUNIC - AÇÕES DE ATENÇÃO BASICA A SAUDE
Modalidade/Valor:	(44) 3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas Fonte: ASPS – Ações e Serviços Públicos de Saúde (2) R\$ 6.800.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Lages, 09 de junho de 2021. 255o ano da Fundação e 161o da Emancipação.

Antonio Ceron

Prefeito

PE 91/2021-PML

Publicação Nº 3093859

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 82063BA595F64A2D54295D34BAA33FC1C24A0ECA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 91/2021- PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Sementes e Insumos para cultivo de hortaliças e outras espécies junto ao horto municipal, subordinado à Secretaria de Agricultura e Pesca.

Abertura: 24/06/2021 às 09:00h

Valor Estimado: R\$ 43.841,38

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 14 de junho de 2021.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA N. 005/2021 - INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 3095562

PORTARIA N. 005/2021 - INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE LAGUNA, Sr. Samir Ahmad, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e o disposto no artigo 93 e seguintes da Lei Complementar n. 136/2006;
CONSIDERANDO que 2 (dois) membros da Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria n. 04/2020, que tramita nos autos do Processo Administrativo n. 0125.0000047/2021, não são mais servidores públicos do município de Laguna/SC;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão de Inquérito criada pela Portaria n. 04/2020, que tramita nos autos do Processo Administrativo n. 0125.0000047/2021, e apura eventuais causas e responsabilidades referentes a fatos relacionados ao instituto da prescrição, previsto no inciso V do art. 156 da lei 5.172/1966, ocorridos em procedimentos de lançamento e cobrança no âmbito da Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos.

Art. 2º Ficam designados para compor a comissão de que trata o art. 1º desta Portaria os servidores ADRIANO TEIXEIRA MASSIH, SYLLAS MARIZ e AROÍSA GUEDES DE ARAÚJO.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos e tomar todas as medidas que entender pertinentes.

Art. 4º Em razão da alteração de membros da comissão, fica renovado o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da presente Portaria, para apresentar relatório conclusivo quanto à autoria dos fatos, nos termos do parágrafo único do art. 94 da Lei Complementar n. 136/2006.

Art. 5º Após a apuração dos fatos, deverá ser dado ciência ao Prefeito e à Coordenadoria de Controle Interno.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

Laguna, 10 de junho de 2021.

SAMIR AHMAD

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 751/2021

Publicação Nº 3093692

PORTARIA RH Nº 751/2021

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

R E S O L V E:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora EMYLE BRITO DE SOUZA, Médica, do dia 31.05.2021 a 29.06.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 01 de Junho de 2021.

GABRIELLE SIQUEIRA DA CUNHA

Secretário Municipal

PORTARIA Nº 754/2021

Publicação Nº 3093693

PORTARIA RH Nº 754/2021

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 07.06.2021 a 06.07.2021.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Cleide Rodrigues de Souza	2020/2021
Emilene da Rosa	2020/2021
Elisabeth Freitas Figueiredo	2020/2021
Giseli de Oliveira Fernandes	2020/2021
Margarete Camilo Henrique Martins	2018/2019

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Junho de 2021.
GABRIELLE SIQUEIRA DA CUNHA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 768/2021

Publicação Nº 3093687

PORTARIA RH Nº 768/2021

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0003843/2021;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 07 de Junho de 2021 a 06 de Julho de 2021, a Servidora ALINE RODRIGUES MARTINS, Auxiliar de Consultório Dentário, referente ao período 2012/2017 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 07 de Junho de 2021.
GABRIELLE SIQUEIRA DA CUNHA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 783/2021

Publicação Nº 3095525

PORTARIA RH Nº 783/2021

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora GISELE DE PIERI MEDEIROS Assistente Social, do dia 24.05.2021 a 22.06.2021, referente ao período aquisitivo 2020/2021.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Junho de 2021.
ENIVALDO TORRES RAMOS
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 784/2021

Publicação Nº 3093893

PORTARIA RH Nº 784/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

Designar KETLYN SÔNIA DE MELLO, Assistente Social do NASF, de provimento efetivo, com lotação na Secretaria de Saúde, para desempenhar suas funções junto à Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, durante o período da vigência do Decreto nº 6.490, de 09 de junho de 2021.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Junho de 2021.
SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 785/2021

Publicação Nº 3093896

PORTARIA RH Nº 785/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

Ceder ALINE TRICHES SAVI, Bióloga, de provimento efetivo, com lotação na Fundação Lagunense do Meio Ambiente, para desenvolver o Programa de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos junto a Secretaria de Pesca e Agricultura, por tempo indeterminado, com efeitos retroativos a 01/06/2021.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Junho de 2021.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 787/2021

Publicação Nº 3094551

PORTARIA RH Nº 787/2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

Retificar a Portaria RH Nº 759/2021, na parte que se refere a lotação, sendo que o correto é com lotação na Secretaria de Transportes e Obras, com efeitos a partir de 07/06/2021.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 10 de Junho de 2021.

SAMIR AZMI IBRAHIM MUHAMMAD AHMAD

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 02/2021 FMS - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 3093040

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 02/2021 – FMS Republicação

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com que estabelece a lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial, pelo critério menor preço por lote, para o Registro de Preços para eventual aquisição de materiais e equipamentos odontológicos para os pacientes atendidos pela Secretaria de Saúde, no dia 24 de junho de 2021 às 09:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição, conforme edital disponível no portal www.laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à Av. Colombo Machado Salles – 145 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, 11 de junho de 2021.

SAMIR AHMAD

PREFEITO MUNICIPAL

Lajeado Grande

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2021

Publicação Nº 3092629

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 011/2021

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de hora máquina com escavadeira hidráulica, para atender as necessidades das Secretarias de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente e Transportes, Obras e Serviços Urbanos de Lajeado Grande

EMPRESA REGISTRADA	ITENS REGISTRADOS
RAÍZES SERVIÇOS TERRAPLENAGEM EIRELI	1

Valor Total da Ata: R\$ 167.500,00 (cento e sessenta e sete mil e quinhentos reais).

Vigência do Registro de Preço: 11/06/2021 a 11/06/2022.

Licitação: Processo de Licitação nº 029/2021 - Pregão Presencial para Registro de Preços 015/2021.


Lajeado Grande/SC, 11 de junho de 2021. ANDERSON ELIAS BIANCHI. Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº 029/2021

Publicação Nº 3092419

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5943EAE1E19141DE2B3E015537846CFA94737A36

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE CNPJ: 95.993.077/0001-16 Telefone: (49) 3355-0012 Endereço: Rua Vitória., 503 - Centro CEP: 89828-000 - Lajeado Grande	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2021
	Processo Adm.: 29/2021 Data do Processo: 25/05/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 29/2021
b) Nr. Licitação: 15/2021 - PR
c) Modalidade: Pregão presencial
d) Data de Homologação: 11/06/2021
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E TRATOR DE ESTEIRAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DE LAJEADO GRANDE.

Participante: RAIZES SERVICOS TERRAPLENAGEM EIRELI

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, COM PESO MÍNIMO DE 22 TONELADAS, CAPACIDADE DA CONCHA DE NO MÍNIMO 1,25M³ - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, COM PESO MÍNIMO DE 22 TONELADAS, CAPACIDADE DA CONCHA DE NO MÍNIMO 1,25M³	500,000	HS	335,00	167.500,00
Total do Participante:					167.500,00
Total Geral:					167.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manut. das Atividades Rodoviárias	09.001.26.782.2601.2020.3.3.90.00.00	R\$ 1,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manut. das Ativ. de Apoio ao Agricultor	08.001.20.608.2001.2018.3.3.90.00.00	R\$ 1,00

Lajeado Grande, 11/06/2021

ANDERSON ELIAS

BIANCHI:06627976986

Assinado de forma digital por ANDERSON ELIAS
BIANCHI:06627976986
DN: cn=ELIAS, ou=AC SOLUTI Multiplás v/s,
ou=20181735000176, ou=Presencial, ou=Certificado
PF A1, cn=ANDERSON ELIAS BIANCHI:06627976986
Data: 2021.06.11 09:25:35 -03'00'

ANDERSON ELIAS BIANCHI

PREFEITO

Assinatura do Responsável

Lauro Muller

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N° 084/PMLM/2021

Publicação N° 3093028

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A93D9D9A96690EAEA283C8F611EA564632F80D3C

PREGÃO PRESENCIAL N° 084/PMLM/2021

Data e horário da sessão de abertura: 25/06/2021 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição parcelada de kits de Gêneros Alimentícios para alunos da Rede Municipal de Ensino do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2021.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 11 de junho de 2021.

Diezom Silva da Luz

Pregoeiro

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO Nº 040 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093846

DECRETO Nº 040 DE 10 DE JUNHO DE 2021.

“DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR FALTA DE ENERGIA E ÁGUA, COBRADE - TEMPESTADE LOCAL/CONVECTIVA – VENDAVAL – 13215, ALTERA DECRETO 037 DE 30 DE MAIO DE 2021”.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o evento climático ocorrido em nossa região, deixando os Municípios em volta, assim como Lebon Régis em situação de falta de energia elétrica e água.

CONSIDERANDO Evento 13215 – COBRADE - Tempestade Local/Convectiva - Vendaval;

CONSIDERANDO o Art. 5º da Instrução Normativa nº 02/2016, do Ministério da Integração Nacional, conforme considerações abaixo:

Evento adverso de origem natural e súbita. A aproximação de uma frente fria e a atuação de um sistema de baixa pressão provocaram temporais no Estado de Santa Catarina entre a tarde de sexta-feira (28) e manhã de sábado (29) atingindo também a região meio oeste do Estado. Conforme relatório da DC/SC foram registrados ventos de 123 Km/h e deslocamento de uma supercélula na região de Campos Novos. Esse evento causou danos nas torres de transmissão de energia elétrica que atende a região causando a interrupção acidental do fornecimento de energia elétrica desde a madrugada do dia 29 de

maio. Em decorrência da falta de energia elétrica também ocorreram a interrupção dos serviços de comunicação e de fornecimento de água potável.

CONSIDERANDO o evento registrado no município de Campos Novos, causando danos na estrutura de transmissão de energia elétrica de nossa região, deixando o município de Lebon Régis com o fornecimento de energia elétrica comprometida por período superior a 48 horas no centro do Município e superior a 72 horas no interior do Município;

CONSIDERANDO os prejuízos reportados pelos setores Industriais, Agropecuários e Comerciantes do Município de Lebon Régis onde registram aproximadamente R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

CONSIDERANDO relatórios da Defesa Civil Regional e Municipal cujo quais confirmam o evento acontecido nas datas de 28 de maio de 2021;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município de Lebon Régis - SC, conforme informações contidas nos Formulários de Informações dos Desastres – FIDE's, em virtude do desastre classificado e codificado como COBRADE - Tempestade Local / Convectiva – Vendaval – 13215.

Art. 2º Solicita-se a mobilização de todos os órgãos estaduais para atuarem sob a coordenação da Defesa Civil Estadual e Municipal, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Fica alterado parcialmente o Decreto de nº 037 de 30 de maio de 2021.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Lebon Régis, 10 de junho de 2021.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº: 13/2021. LICITAÇÃO: CR01/2021

Publicação Nº 3092650

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 13/2021. Licitação: CR01/2021.

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Credenciamento de Pessoas Físicas ou Jurídicas especializadas, para prestação de Serviços nas especialidades de Ortopedia, Ginecologia, Pediatria e Fonoaudiologia, para atendimentos aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS deste Município, a serem realizadas nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Lebon Régis, em local disponibilizado pelo Fundo Municipal de Saúde, conforme Termo de Referência ANEXO I deste Edital.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis

Contratado: JOSIANE DE ARAUJO DOMINGOS - 089.475.826-89.

Valor: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

Vigência: 12/03/2021. Término: 31/12/2021

Lebon Régis, 12/03/2021.

DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2021 PREGÃO PRESENCIAL NºPE12/2021_RP11 PROCESSO LICITATÓRIO Nº22/2021

Publicação Nº 3092851

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2021

PREGÃO PRESENCIAL NºPE12/2021_RP11 PROCESSO LICITATÓRIO Nº22/2021

OBJETO: O presente pregão tem como objeto o Registro de preços, para eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de horas máquinas conforme especificações presentes termo de referência – Anexo I do Edital. O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS resolve através desta registrar os preços do seguinte fornecedor: 130 - COMERCIAL RAMOS LTDA ME (83.081.364/0001-70) Valor total de R\$R\$ 455.450,00. Vigência a partir de 11/06/2021 até 11/06/2022.

Lebon Régis, 11/06/2021.

DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº PE12/2021_RP11. PROCESSO Nº 22/2021

Publicação Nº 3092850

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº PE12/2021_RP11. PROCESSO Nº 22/2021.

OBJETO: O presente pregão tem como objeto o Registro de preços, para eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de horas máquinas conforme especificações presentes termo de referência – Anexo I do Edital.. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 11/06/2021.

LICITANTES HOMOLOGADOS: COMERCIAL RAMOS LTDA ME - CNPJ: 83.081.364/0001-70, com o valor total de R\$ 455.450,00.

Lebon Régis, 11 de junho de 2021.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 163/21 DE 02 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095837

PORTARIA Nº 163/21 DE 02 DE JUNHO DE 2021.

RETIFICA PORTARIA 146/21

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria de numero 146/21 de 17 de maio de 2021, a qual contrata MARIZETE FERREIRA DA SILVA, para que o Art. 1º fique alterado e com a seguinte redação:

Art. 1º. CONTRATAR MARIZETE FERREIRA DA SILVA, para ocupar o cargo de PROFESSOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 17/05/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação alterando a Portaria 146/21 de 17 de maio de 2021.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de junho de 2021.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 164/21 DE 07 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095838

PORTARIA Nº 164/21 DE 07 DE JUNHO DE 2021.

CONCEDE AUXILIO DOENÇA A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária MARLI GROBE BEZ, Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, AUXILIO DO-ENÇA (INSS), a partir de 07/06/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 07 de junho de 2021.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 165/21 DE 07 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095839

PORTARIA Nº 165/21 DE 07 DE JUNHO DE 2021.

ALTERA CARGA HORARIA DE FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, a(o) Servidor(a) ADEMIR BATISTA COSTA, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ALTERAÇÃO de carga horária de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 07/06/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 07 de junho de 2021.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 166/21 DE 07 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095840

PORTARIA Nº 166/21 DE 07 DE JUNHO DE 2021.

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, ALEX MOREIRA ALVES, Assessor Especial de Merenda e Transporte Escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 04/06/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 07 de junho de 2021.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO
Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 167/21 DE 08 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095841

PORTARIA Nº 167/21 DE 08 DE JUNHO DE 2021.

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR POR MORTE, ELZA GRANEMANN PIERDONÁ, Professora Aposentada, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 08/06/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 08 de junho de 2021.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 168/21 DE 08 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095842

PORTARIA Nº 168/21 DE 08 DE JUNHO DE 2021.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) MAIRON LEONAM RIBEIRO, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, LICENÇA PRÊMIO, conforme cronograma abaixo:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
07/01/2018 A 06/01/2019	24/05/2021 A 10/06/2021	18

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 08 de junho de 2021.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 169/21 DE 08 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095843

PORTARIA Nº 169/21 DE 08 DE JUNHO DE 2021.

DESIGNA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, CRISTIANE NAGINSKI, ocupante do cargo de DIRETOR DE VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, nomeada através da Portaria de nº 039/21 de 21 de janeiro de 2021, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer temporariamente as atividades inerentes ao cargo de FISCAL EM VIGILANCIA SANITÁRIA.

Art. 2º. A Servidora acima citada fica a partir desta data impedida de exercer as atribuições do cargo de DIRETOR DE VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 08 de junho de 2021.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 170/21 DE 08 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095844

PORTARIA Nº 170/21 DE 08 DE JUNHO DE 2021.

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, AMILTON DIAS DE LIMA, Diretor de Transporte, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir de 04/06/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 08 de junho de 2021.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO

Secretário de Adm. E Finanças

PORTARIA Nº 171/21 DE 08 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095845

PORTARIA Nº 171/21 DE 08 DE JUNHO DE 2021

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR AMILTON DIAS DE LIMA, para ocupar o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DE MERENDA E TRANSPORTE ESCOLAR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 07/06/2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 08 de junho de 2021.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

JULIANO RAFAEL PEREGO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 71/2021

Publicação N° 3094495

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 97AE87D437E3777DA749FAA065701F69C6F4716F

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 71/2021

Código registro TCE: 97AE87D437E3777DA749FAA065701F69C6F4716F

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: AGROINOX INDUSTRIA E COMERCIO DE RESFRIADORES E ORDENHADEIRAS LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 24/2021 PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2021

Objeto: Objetivando a aquisição de aquisição e instalação de tanque rodoviário em inox, usado, para transporte de água para produtores rurais, a ser acoplado sob chassi, no caminhão mercedes 1718 ano/modelo 2011.

Valor: R\$ 54.400,00

Vigência: 09 de setembro de 2021.

Assinatura: 11 de junho de 2021.

Neudi Angelo Bertol - Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

EDITAL 62/2021

Publicação N° 3092434

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 62/2021
REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS, MATERIAL ESPORTIVO E CORRELATOS PARA AS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE LONTRAS.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 horas do dia 14/06/2021 às 08:30 horas do dia 29/06/2021.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:31 às 08:59 horas do dia 29/06/2021.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 29/06/2021.

LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL: www.bll.org.br. Lontras, 11 de junho de 2021. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE CONTRATO 1124/2021

Publicação N° 3092690

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
EXTRATO DE CONTRATO 1124/2021

OBJETO: Contratação Emergencial de profissional de enfermagem, para suprir a demanda de atendimentos da Secretaria de Saúde.

CONTRATADO: HELEN ALINE MOIK, CPF sob nº 091.131.809-75. Valor: R\$ 22,20 (vinte e dois reais e vinte centavos) por hora. Prazo: até 13/12/2021.

Lontras, 11 de junho de 2021. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luiz Alves**PREFEITURA****DECRETO N.º 118/2021**

Publicação Nº 3092517

DECRETO N.º 118/2021

Regulamenta a forma de pagamento dos tributos e demais receitas municipais por meio de cartão de débito ou crédito, na forma estabelecida em lei.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Nos termos do artigo 69 do Código Tributário Municipal de 16 de novembro de 1998, Lei Complementar Municipal n.º 01/1998, fica autorizado o recebimento dos tributos e demais receitas municipais por meio de cartão de débito ou crédito.

§ 1º O pagamento por meio de cartão de crédito ou débito é facultativo, sendo que o contribuinte que desejar utilizar este mecanismo ficará sujeito as regras e determinações deste Decreto.

§ 2º Em nenhuma hipótese o contribuinte pode ser obrigado a realizar o pagamento por meio de cartão de crédito ou débito e nem ter limitado o seu acesso ao pagamento por meio de guia municipal de arrecadação (boleto bancário).

§ 3º O pagamento por meio de guia de arrecadação municipal continua a ser o meio oficial de recebimento, sendo que a forma de pagamento por cartão é uma opção destinada a facilitar o recolhimento.

§ 4º O pagamento do tributo e demais receitas por meio de cartão de crédito ou débito tem o mesmo valor legal que os demais meios e o recibo da operação, regularmente emitido, servindo de comprovante de pagamento.

§ 5º Em razão dos mecanismos de confirmação e recebimento, a baixa definitiva dos tributos e demais receitas ocorrerá somente com o ingresso dos valores pagos nos cofres públicos.

Art. 2º Poderão ser pagos por meio de cartão de crédito ou débito:

I – os impostos municipais (IPTU, ITBI e ISSQN);

II – as taxas tributárias;

III – as multas tributárias aplicadas sobre o descumprimento de obrigações acessórias;

IV – as multas não tributárias, como de posturas, ambientais, da vigilância sanitária e outras;

V – demais débitos lançados, gerados ou cobrados pelo Município.

Art. 3º O pagamento por meio de cartão de crédito ou débito ocorrerá por meio de terminal físico disponível no Departamento de Tributação.

Art. 4º Os terminais estarão vinculados a uma ou mais operadoras, que tenham contrato com o Município para ofertar este tipo de pagamento, nos termos do Edital de Credenciamento n.º 001/2019 realizado pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

§ 1º Considera-se operadora, neste Decreto, a empresa responsável pelo terminal ou plataforma de pagamento e, consequentemente, pelo recebimento dos dados do titular do cartão, pela validação das informações do titular e pelo depósito do valor do tributo ou outras receitas na conta bancária do Município.

§ 2º Os trâmites estabelecidos no § 1º deste artigo envolvem operadoras, bandeiras, credenciadoras e instituições financeiras, sendo que a empresa credenciada que responderá integralmente pelo fluxo de pagamento e deverá assegurar o ingresso do valor na conta bancária do Município.

§ 3º O credenciamento da operadora seguirá os trâmites estabelecidos nas normas legais que regulam a contratação pelo Poder Público.

Art. 5º O valor devido ao Município e que será pago pelo contribuinte por meio de cartão de crédito ou débito corresponderá ao montante atualizado do débito no dia em que se realizar a operação, considerando-se:

I – os juros, multas e acréscimos legais incidentes, nas situações de pagamento após a data de vencimento original;

II – os descontos ou reduções, previstos na legislação municipal, para o pagamento antecipado ou em cota única.

§ 1º O valor do débito indicado no caput deve ser repassado integralmente ao Município pela operadora, sem qualquer redução, nos prazos estipulados no contrato ou edital de credenciamento.

§ 2º Mesmo nas situações de parcelamento pelo contribuinte via cartão, o recebimento do valor pelo Município será integral, em um único depósito, nos prazos estipulados no contrato ou edital de credenciamento.

Art. 6º Além do valor estabelecido no artigo 5º serão acrescidos no montante a ser pago pelo contribuinte as tarifas e/ou juros cobrados diretamente pela operadora, com base nas seguintes regras:

I – nos pagamentos a débito, será cobrada a tarifa pela operação, em valor fixo ou percentual;

II – nos pagamentos a crédito, á vista ou de forma parcelada, poderão ser cobradas tarifas pela operação, em valor fixo ou percentual, além de juros.

§ 1º As tarifas e juros previstas neste artigo devem ser informadas, obrigatoriamente, ao contribuinte no ato de pagamento.

§ 2º Os valores das tarifas e juros devem ficar expostos, de forma visível a todos, nos locais em que se encontram os terminais para pagamento.

§ 3º Os recursos arrecadados por meio de tarifas e juros mencionados neste artigo não pertencem ao Município, por isso não devem ser transferidos para a conta bancária do Poder Público e nem consideradas como receita orçamentária, já que são cobradas diretamente pela operadora.

Art. 7º Quando optar pelo pagamento por meio de cartão de crédito ou débito o contribuinte deverá escolher o formato, se débito ou crédito, e no caso de crédito se á vista ou em parcelas.

Art. 8º Nos tributos ou preços públicos com possibilidade de pagamento com desconto em cota única e/ou com parcelamento por meio de guia de arrecadação municipal, conforme estabelecido pela legislação municipal, o contribuinte deve se atentar que:

I – ao optar pelo pagamento por cartão da cota única com desconto sofrerá os acréscimos de tarifas e ou juros cobrados pela operadora, especialmente nos casos de parcelamento da cota única via cartão de crédito, em que incidirão tarifas e juros explicitados neste Decreto;

II – se não efetuar o pagamento em cota única e/ou se o tributo ou outras receitas permitir o parcelamento, poderá pagar as parcelas com o uso do cartão de crédito ou débito, incidindo normalmente as tarifas e juros descritos neste Decreto, conforme o método de pagamento escolhido.

Parágrafo único. Conforme estabelecido no caput deste artigo, a possibilidade de parcelamento estabelecida na legislação tributária municipal para os tributos ou demais receitas, especialmente para o IPTU e taxa de coleta de lixo, não deve ser confundida com o parcelamento por meio de cartão crédito, já que o parcelamento previsto na legislação municipal divide o valor dos tributos e demais receitas em parcelas menores, que deverão ser pagas, por guia de arrecadação municipal (boleto bancário) ou pelo pagamento via cartão.

Art. 9º Nos pagamentos via cartão de crédito ou débito deverá ser impresso e entregue para o contribuinte comprovante da transação, que obrigatoriamente deve mencionar:

I – o nome de cada tributo ou outras receitas pagas e o respectivo destes;

II – o valor das tarifas e dos juros cobrados pela operadora do contribuinte;

III – a quantidade de parcelas, quando for o caso.

Art. 10 O pagamento por meio de cartão de crédito ou débito somente será aceito se o cartão utilizado no pagamento seja da mesma titularidade do contribuinte para qual foi lançado o valor.

Art. 11 Nas questões relativas às tarifas e juros cobrados pelas operadoras, o contribuinte deverá entrar em contato diretamente com a empresa.

Parágrafo único. As operadoras credenciadas deverão deixar a disposição, em local visível e também nos órgãos municipais, os dados de contato, como site, e-mail e telefone, para questionamentos, dúvidas e impugnações.

Art. 12 Nas situações em que o contribuinte efetuar o estorno sem motivo do pagamento ou utilize meios fraudulentos que impeçam o recebimento do valor, o tributo ou o débito não tributário será lançado normalmente em nome do devedor, que ficará sujeito à cobrança judicial e extrajudicial, e sua conduta poderá, ser enquadrada como crime contra a ordem tributária, sujeita às penalidades da Lei.

Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 09 de junho de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves –

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorencetti da Silva

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 23/2021 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2021

Publicação Nº 3092627

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 23/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2021

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio do Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo n.º 01/2021 para provimento de função em caráter temporário, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e da Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, CONVOCA o(s) candidato(s) habilitado(s) e aprovado(s) conforme relação constante no Anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições: DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1. O candidato relacionado no Anexo I deste Edital, após receber a convocação, deverá comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 03 (três) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 12:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.1. O candidato convocado que não quiser ser admitido poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 10 (dez) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.4. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito à vaga para o qual o candidato foi aprovado.

DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido Processo Seletivo em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.1. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste Edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

DOS ATOS DO CHAMAMENTO

3. As publicações dos atos de chamamento ocorrerão por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único do artigo 13 do Decreto Municipal n.º 62, de 16 de setembro de 2014, e do Decreto Municipal n.º 50, de 21 de junho de 2017.

DA ADMISSÃO

4. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser admitido e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

5. Da data da admissão, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o empregado iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 11 de junho de 2021.

GILMAR LORENCETI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 23/2021**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2021****RELAÇÃO DE CANDIDATOS****Cargo – Atendente de Educação Infantil**

N.º inscrição	Candidato(a)
10487	Maria Eduarda Stringari
9697	Tábata Pilar Rosa Eger
9403	Thuany Teles Schmitz Gesser
9404	Deiziele Leite Navarro Grodski
10631	Jucieli Hess Gesser
9429	Sueli Carlos da Rocha Leite
9409	Rita de Cássia Diemon
9793	Alexandra Aparecida Marques

Cargo – Agente Comunitário de Saúde ESF 01

N.º inscrição	Candidato(a)
9029	Tanes Veronese Rodrigues de Lima
11423	Fabiana Sant'Ana da Silveira

Cargo – Agente Comunitário de Saúde ESF 02

N.º inscrição	Candidato(a)
9033	Edna Ribeiro Motta
11645	Luana Junkes

Cargo – Agente Comunitário de Saúde ESF 04

N.º inscrição	Candidato(a)
9038	Ana Cristina Meurer de Paula
11518	João Vitor Ricardo Junkes

Cargo – Médico Clínico Geral 30H

N.º inscrição	Candidato(a)
9154	Ana Luisa Schoeler

Cargo – Motorista (SME)

N.º inscrição	Candidato(a)
9549	Marta Natalina Rita Gonçalves

Cargo – Recepcionista

N.º inscrição	Candidato(a)
11436	Bruna Bianca Cavichioli Goedert

Cargo – Técnico em Enfermagem - Covid

N.º inscrição	Candidato(a)
11566	Claudineia Rodrigues da Silva

Cargo – Técnico em Saúde Bucal – Centro de Saúde

N.º inscrição	Candidato(a)
10632	Neuzeli da Aparecida dos Santos de Jesus

ANEXO II – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 23/2021
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2021

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;
2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS;
3. Cópia do PIS/PASEP;
4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
 - 4.1. CPF;
 - 4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF emitido pelo site: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>>);
 - 4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
 - 4.3. Título de eleitor;
 - 4.4. Certidão de quitação eleitoral (comprovante de votação 2016 ou quitação eleitoral emitido pelo site: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>);
 - 4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;
 - 4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;
 - 4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
 - 4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
 - 4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
 - 4.10. Comprovante de residência atualizado;
 - 4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
 - 4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);
 - 4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina pelo site: <<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>> e pelo site: <<https://www2.trf4.jus.br/trf4/>>>);
5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;
6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (modelo em anexo);
7. Termo de interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
8. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;
9. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (modelo anexo);
10. Documentação para abertura de conta no banco:
 - 10.1. 02 (duas) cópias do CPF;
 - 10.2. 02 (duas) cópia do RG;
 - 10.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

() Não possuo bens a declarar.

() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

FONTES DE RENDA

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de _____, deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO II

TERMO DE INTERESSE NA VAGA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo 01/2021 (Edital n.º 23/2021) da Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC, CONFIRMO O INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II

TERMO DE DESISTÊNCIA DEFINITIVA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, frente à aprovação no Processo Seletivo n.º 01/2021, do Município de Luiz Alves – SC, DECLARO NÃO TER INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de _____, no presente momento, requerendo minha desclassificação, nos termos do item 19.11, do Edital n.º 01/2021.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e inscrito(a) no CPF n.º _____, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sou penalidade disciplinares, inclusive, as previstas na Lei Complementar n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Luiz Alves, ____/____/____.

Assinatura do candidato

ANEXO III – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 23/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2021

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Tabela de Exame Medico PCMSO			
Função	Tipo de Exames		Observação
	Clinico	Complementar	
Assistente Administrativo	Sim	**	
Instrutor de Artes Artesanais	Sim	**	
Motorista	Sim	Acuidade Visual	
		Eletrocardiograma	
		Eletroencefalograma	
Psicologo	Sim	**	
Recepcionista	Sim	**	
Secretario	Sim	**	

Zeladora	Sim	**	
Conselheiro Tutelar	Sim	**	
Assistente Social	Sim	**	
Assistente Administrativo	Sim	**	
Fonoaudiologo	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Professor de Anos iniciais	Sim	**	
Professor Educação Infantil		**	
Professor Educação Física		**	
Professor Ciencias		**	
Professor Matematica		**	
Professor Hsitoria		**	
Professor Geografia		**	
Professor de Artes		**	
Professor Musica		**	
Professor Ensino Religioso		**	
Professor Ingles		**	
Professor Portugues		**	
Professor Anos Finais		**	
Diretor de Ensino	Sim	**	
Diretor de Escola	Sim	**	
Cozinheira	Sim	**	
Atendente de Educação Infantil	Sim	**	
Secretario Escola	Sim	**	
Coordenador Centro Ed Inf.	Sim	**	
Agente Comunitario Saúde	Sim	**	
Atendente consultorio Dentario	Sim	**	
Auxiliar de Enfermagem	Sim	**	
Enfermeiro	Sim	**	
Farmaceutico	Sim	**	
Medico Clinico Geral	Sim	**	
Medico Especialista		**	
Odontologo	Sim	Hemograma Completo + Plaquetas	
Atendente de Enfermagem	Sim	**	
Fisioterapeuta	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Técnico da Vugilancia Sanitária	Sim	**	
Agente Defesa Civil	Sim	**	
Mecânico	Sim	Espirometria	
		Audiometria	
		Raio X de Tórax PA - OIT	
		Urina Manganês	
		Urina Níquel	
Operario Braçal	Sim	**	
Vigia	Sim	**	
Contador	Sim	**	
Fiscal de Obra-Saude-Trib.	Sim	Acuidade Visual	
Engenheiro Florestal/Ambiental	Sim	**	
Engenheiro Agronomo	Sim	**	
Engenheiro Civil	Sim		
Medico Veterinário	Sim	**	

Operador de Maquinas	Sim	Acuidade Visual	
		Eletroencefalograma	
		Eletrocardiograma	
		Audiometria	
Tecnico Agrícola	Sim	**	

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2021 - FME

Publicação Nº 3093747

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4E73FDB8E6F3280C260B8E820B3DF9C4E2FD83B5

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2021
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2021

Após a verificação dos fatos anteriormente registrados e da adjudicação dos lotes à empresa JGM TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA – CNPJ: 39.816.245/0001-27, através da avaliação do Senhor Prefeito Municipal Marcos Pedro Veber, resta homologado o PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2021, objetivando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ESTUDANTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES QUE FREQUENTAM A EDUCAÇÃO BÁSICA (PRÉ-ESCOLA, ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO), ENSINO TÉCNICO, ENSINO SUPERIOR, EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS) E EDUCAÇÃO ESPECIAL, no valor de R\$ 1.196.539,80 (um milhão cento e noventa e seis mil quinhentos e trinta e nove reais e oitenta centavos). Dê-se ciência.

Luiz Alves, 11 de junho de 2021.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA N.º 02/2021 - FMS

Publicação Nº 3092643

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D9EFFE046D836ADD9B6FF0EB611246BB4B12D27F

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 13/2021
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2021

O Fundo Municipal de Saúde de Luiz Alves torna público que, a partir da data de 15 de junho de 2021 até 29 de junho de 2021 estará credenciando possíveis interessados (pessoas físicas e/ou jurídicas) para a prestação de serviço de saúde CREDENCIAMENTO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PRIVADAS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇO DE SAÚDE PARA AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, no município de Luiz Alves, pelo prazo de 12 (doze) meses. A abertura dos envelopes será realizada no dia 30 de junho de 2021, às 09h: 00min.

Encontram-se à disposição dos interessados o Edital de Credenciamento e Anexos.

Caso não haja interessados até o dia 29 de junho de 2021, este credenciamento ficará disponibilizado aos possíveis interessados (pessoas físicas e/ou jurídicas), até o dia 31 de dezembro de 2021.

Informações: Rua Erich Gielow, nº 35, Centro ou através dos telefones: (47) 3377-8614/ 3377-8600, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal ou no site www.luizalves.sc.gov.br, preferencialmente.

Luiz Alves, 11 de junho de 2021.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE REVOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2021 - FME

Publicação Nº 3093704

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C6D2AD267C761D35A8288E633FED77DE7E70B6EC

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES
EXTRATO DE REVOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2021
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2021

Conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Educação, tornamos REVOGADO o processo em questão por necessidade de adequações administrativas.

Luiz Alves, 10 de junho de 2021.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 271/2021

Publicação N° 3092458

PORTARIA N.º 271/2021

Rescinde contrato de servidor admitido em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir o contrato firmado com o servidor Sr. EDER DE LARA, do cargo de Motorista, admitido em caráter temporário, vinculado à Secretaria Municipal Agricultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 09 de junho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 08 de junho de 2021.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 272/2021

Publicação N° 3092508

PORTARIA N.º 272/2021

Contrata servidor em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário, o servidor Sr. FERNANDO RAYOL DE ARAUJO, Médico Auditor, com carga horária de 10 horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo n.º 01/2021, até a data de 09 de junho de 2022, sendo prorrogável nos termos da Lei n.º 1.025/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 10 de junho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC
Em, 08 de junho de 2021
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 273/2021

Publicação Nº 3092510

PORTARIA N.º 273/2021

Altera regime de trabalho de servidora pública municipal, como medida emergencial para o enfrentamento da situação de emergência decorrente da pandemia pelo coronavírus – COVID-19, nos termos do Decreto Municipal n.º 83/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à epidemia do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 1.807, de 29 de abril de 2020, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 83, de 04 de maio de 2020, que dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas no âmbito do Poder Executivo do Município de Luiz Alves para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO que a servidora se encontra no grupo de risco, conforme artigo 1º da Portaria MCTI n.º 2.858, de 08 de julho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, nos termos do parágrafo único do artigo 6º do Decreto Municipal n.º 83/2020, o regime de trabalho da servidora Sr.ª ELIETE LURDES MULLER, Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar suas funções em regime híbrido, com cumprimento de jornada laboral por meio de atividades presenciais e remotas, em consonância ao inciso I do artigo 6º do Decreto Municipal n.º 83/2020.

Art. 2º A servidora submetida ao regime de trabalho acima estabelecido deverá observar a carga horária determinada e a jornada do seu respectivo cargo, bem como apresentar relatório circunstanciado, semanalmente, das atividades desenvolvidas, ao seu superior hierárquico.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 09 de junho de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 274/2021

Publicação Nº 3092511

PORTARIA N.º 274/2021

Concede férias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Sr. RUBENS PEREIRA JUNIOR, Secretário, vinculado à Secretaria Municipal de Obras e Planejamento, no período de 10 a 15 de junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 09 de junho de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 275/2021

Publicação N° 3092512

PORTARIA N.º 275/2021

Altera lotação de servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a lotação do servidor público municipal Sr. VAGNER PASQUALI, Motorista, vinculado à Secretaria Municipal de Obras e Planejamento, que passará a exercer suas funções na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 09 de junho de 2021.MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito MunicipalPublicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.brGilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração**PORTARIA N.º 276/2021**

Publicação N° 3092514

PORTARIA N.º 276/2021

Altera regime de trabalho de servidora pública municipal, como medida emergencial para o enfrentamento da situação de emergência decorrente da pandemia pelo coronavírus – COVID-19, nos termos da Lei Municipal n.º 1.807/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à epidemia do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 1.807, de 29 de abril de 2020, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 83, de 04 de maio de 2020, que dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas no âmbito do Poder Executivo do Município de Luiz Alves para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO que a servidora se encontra no grupo de risco, conforme artigo 1º da Portaria MCTI n.º 2.858, de 08 de julho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, nos termos da alínea “d” do inciso II do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.807, de 29 de abril de 2020, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 83, de 04 de maio de 2020, o regime de trabalho da servidora Sr.ª AMANDA GONÇALVES, Atendente de Educação Infantil, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, para suspender a realização de suas atividades e formar banco de horas para compensação futura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 07 de junho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 10 de junho de 2021.MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito MunicipalPublicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.brGilmar Lorenceti da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 277/2021

Publicação N° 3092516

PORTARIA N.º 277/2021

Prorroga contrato administrativo de servidor admitido em caráter temporário, nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a servidora se encontrava com estabilidade contratual devido licença maternidade que finda na data de 11 de junho de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato administrativo da servidora Sr.ª MARIANA CAROLINA DE SOUZA OLIVEIRA GONÇALVES, Atendente de Educação Infantil, contratada em caráter temporário, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, até o dia 17 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 11 de junho de 2021.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

Luzerna

PREFEITURA

PL 041/2021 - PE 026/2021 - AQUISIÇÃO DE CARROCERIA PRANCHA - PML

Publicação Nº 3095636

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2C646437181B70CF34191ACC981DFAF44B2E07A

Processo Licitatório nº 041/2021 - PML
Pregão Eletrônico nº 026/2021 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio da SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA, representada neste ato por seu Secretário, Sr. ALCIR JOÃO DENARDI, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à aquisição de 1 (uma) carroceria prancha nova para servir a Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária do Município de Luzerna/SC, em conformidade com este Edital e Anexos que o integram.

REGIMENTO: Lei Federal nº 10.520/02, do Decreto Federal nº 10.024/2019, da Lei Complementar nº 123/06, dos Decretos Municipais nº 918/2007, 2.631/2018 e 2920/2020, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

O Pregão Eletrônico será processado através do sistema BLL: www.bll.org.br

Recebimento das propostas: do dia 15/06/2021 a partir das 13h até o dia 24/06/2021 às 13h30min.

Abertura das propostas: dia 24/06/2021 às 13h30min.

Início da sessão de disputa de lances: dia 24/06/2021 às 14h.

Referência de tempo: horário de Brasília (DF).

LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:

O Edital está disponível na íntegra nos sítios da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL (www.bll.org.br) e do Município de Luzerna (www.luzerna.sc.gov.br).

PORTARIA 095/21

Publicação Nº 3092976

PORTARIA Nº 095/21 de 11 de Junho de 2021.

“DETERMINA O AFASTAMENTO DE SERVIDORA DO GRUPO DE RISCO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO, a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPIN) pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, a Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, que, no dia 17 de abril de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 562, por meio do qual declarou “estado de calamidade pública” em todo o território catarinense, para fins de enfrentamento à COVID-19,

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto Estadual nº 562 de 17 de abril de 2020 e o disposto no Decreto Municipal nº 2904 de 18 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública no Município de Luzerna,

CONSIDERANDO, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, especialmente dos servidores municipais pertencentes ao grupo de risco,

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR a permanência do afastamento das atividades laborais em sua residência até ulterior deliberação da servidora municipal abaixo relacionada que se enquadra em grupo de risco:

Secretaria da Saúde e Assistência Social
Caroline Biazzolo Zancan

§1º- A servidora afastada por pertencer ao grupo de risco não terá qualquer prejuízo salarial e estará desenvolvendo suas atividades em Home Office, conforme prevê a Instrução Normativa da Controladoria Interna Municipal nº 003/2021 de 11 de Junho de 2021, bem como deverá permanecer em sua casa em isolamento social.

§2º- O descumprimento das determinações desta Portaria será configurado como infração funcional por desobediência à ordem superior e insubordinação.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de junho de 2021.
Luzerna(SC), 11 de Junho de 2021.

JULIANO SCHNEIDER
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 096/21

Publicação Nº 3093212

PORTARIA Nº 096/21 de 11 de Junho de 2021

“PRORROGA LICENÇA MATERNIDADE CONCEDIDA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com Lei nº 11.770 de 09 de setembro de 2008, que estabeleceu a prorrogação de 60 (sessenta) dias no tempo de duração da licença maternidade prevista no inciso XVIII do art.7º da Constituição Federal, elevando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias o prazo deste benefício, em conformidade com os arts.89 e 95 da Lei Complementar nº 164 de 27/04/2017 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e com supedâneo ainda no art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR, por mais 60 (sessenta) dias a licença maternidade da servidora FABIANA FINGER, Profissional de Educação Física, Nível IX, Classe “C”, - GRUPO IV - Grupo Ocupacional Especialista (GE), do Anexo I, da Tabela de Cargos da Parte Permanente do Quadro de Pessoal da LEI COMPLEMENTAR Nº 203 de 12 de março de 2019 e alterações posteriores, a partir de 18 de maio de 2021.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de maio de 2021.

Luzerna(SC), 11 de junho de 2021.

JULIANO SCHNEIDER
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 097/21

Publicação Nº 3093700

PORTARIA Nº 097/21 de 11 de Junho de 2021

“PRORROGA LICENÇA MATERNIDADE CONCEDIDA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com Lei nº 11.770 de 09 de setembro de 2008, que estabeleceu a prorrogação de 60 (sessenta) dias no tempo de duração da licença maternidade prevista no inciso XVIII do art.7º da Constituição Federal, elevando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias o prazo deste benefício, em conformidade com os arts.89 e 95 da Lei Complementar nº 164 de 27/04/2017 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e com supedâneo ainda no art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR, por mais 60 (sessenta) dias a licença maternidade da servidora SAIONARA REJANE PALHANO SANTOS LEMOS, Técnica em Enfermagem, Nível V, Classe “A”, do GRUPO I - Grupo Ocupacional Operacional (GO), do Anexo I da Lei Complementar nº 203 de 12 de março de 2019 e alterações posteriores, a partir de 19 de junho de 2021.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de junho de 2021.

JULIANO SCHNEIDER
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 098/21

Publicação Nº 3093707

PORTARIA Nº 098/21 de 11 de Junho de 2021

“PRORROGA LICENÇA MATERNIDADE CONCEDIDA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com Lei nº 11.770 de 09 de setembro de 2008, que estabeleceu a prorrogação de 60 (sessenta) dias no tempo de duração da licença maternidade prevista no inciso XVIII do art.7º da Constituição Federal, elevando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias o prazo deste benefício, em conformidade com os arts.89 e 95 da Lei Complementar nº 164 de 27/04/2017 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e com supedâneo ainda no art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR, por mais 60 (sessenta) dias a licença maternidade da servidora RENATA PARENTI, Professora, 20 horas - Nível III, Classe “1 - C”, da Tabela de Professor Nível III - PÓS-GRADUADO da LEI COMPLEMENTAR Nº 215, de 06 de agosto de 2019 e alterações posteriores, a partir de 08 de junho de 2021.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de junho de 2021.

Luzerna(SC), 11 de junho de 2021.

JULIANO SCHNEIDER
Prefeito de Luzerna

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 034/2018

Publicação Nº 3095503

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 034/2018

Contrato nº: 034/2018

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratada: CASA DE APOIO VIVER BEM LTDA

CNPJ: 19.417.387/0001-04

Objeto: Contratação de instituição especializada para o internamento de paciente com distúrbios psiquiátricos, de acordo com determinação judicial do Ministério Público, através do Fundo Municipal de Saúde.

Inexigibilidade nº 003/2018; Processo Licitatório n.º 278/2018.

Data de Assinatura: 07 de junho de 2021.

Prazo: Fica prorrogado o presente contrato até a data de 20 de junho de 2022.

Foro: Comarca de Mafra.

PORTARIA Nº 720/21 EM 26.05.2021

Publicação Nº 3093025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 720/21 em 26.05.2021.

TRANSFERE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o despacho constante no Ofício nº 684/2021-SME de 19 de Maio de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Transferir a Servidora Pública Municipal RONILDA DE LIMA ALVES, matrícula nº 1946101, para Secretaria Municipal de Administração, a partir de 1º(primeiro) de Junho de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 26 de Maio de 2021.

EMERSON MAAS
Prefeito MunicipalCRISLEY MARIA FUCHS VALÉRIO
Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº 721/21 EM 26.05.2021

Publicação Nº 3093030

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 721/21 em 26.05.2021.

TRANSFERE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

O Prefeito do Município de Mafra, EMERSON MAAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o despacho constante no Ofício nº 684/2021-SME de 19 de Maio de 2021;

RESOLVE

Art. 1º - Transferir a Servidora Pública Municipal NADY MOREIRA DE ALMEIDA SAUER, matrícula nº 5225601, para Secretaria Municipal de Administração, a partir de 1º (primeiro) de Junho de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 26 de Maio de 2021.

EMERSON MAAS
Prefeito Municipal

CRISLEY MARIA FUCHS VALÉRIO
Secretária Municipal Interina de Administração

DECRETO Nº. 4554

Publicação Nº 3092867

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA****DECRETO Nº. 4554****DE 10 DE JUNHODE 2021****AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO
SUPLEMENTAR COM RECURSOS
ORIUNDOS DO SUPERÁVIT
FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2020.**

O Prefeito do Município de Mafra, **EMERSON MAAS**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com art. 43, § 1º, inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964.

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o orçamento público municipal, com recursos do superávit financeiro do exercício de 2020, conforme segue:

Unidade Gestora: 2 - Fundo Municipal de Saúde de Mafra
Órgão Orçamentário: 16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 16001 - PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ação: 2.252 - Enfrentamento da Emergência de Saúde - COVID 19
Despesa: (468) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 366 - SUPERÁVIT - Vigilância em Saúde
R\$ 27.580,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 10 de junho de 2021.

EMERSON MAAS**Prefeito Municipal****CRISLEY Mª FUCHS VALÉRIO****Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento**

Major Gercino

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO PL 49

Publicação Nº 3092759

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR GERCINO CNPJ: 82.845.744/0001-71 PRAÇA GERÔNIMO SILVEIRA ALBANAES, 78 C.E.P.: 88260-000 - Major Gercino - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2021 - TP
	Processo Administrativo: 49/2021 Processo de Licitação: 49/2021 Data do Processo: 05/05/2021
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA COM O OBJETIVO DE RENOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE MAJOR GERCINO, ENVOLVENDO A DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DA RUA LUIZ PEDRO GOMES E DA ESTRADA GERAL NOVA GALÍCIA - ETAPA 2

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 13/2021 (Sequência: 2)

Ao(s) 11 de Junho de 2021, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR GERCINO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 01/2021, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 49/2021, Licitação nº 1/2021 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Não houve a presença de nenhum representante das licitantes participantes. Todas as empresas apresentaram proposta de acordo com o Edital, no entanto, a licitante AMVT Construções LTDA apresentou proposta apenas para o item I. Da análise das proposta, sagrou-se vencedora a licitante abaixo descrita. Abre-se o prazo de cinco dias úteis para a apresentação de eventuais recursos a respeito do julgamento das propostas.

Participante: 8676 - ANDRADE & AMORIM PAVIMENTACAO E DRENAGEM EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM RUA LUIZ PEDRO GOMES	POR	100,00	ANDRADE	0,0000	923,8175	92.381,75
2	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM ESTRAD NOVA GALICIA - ETAPA 2	POR	100,00	ANDRADE	0,0000	665,4005	66.540,05
Total do Participante ----->							158.921,80
Total Geral ----->							158.921,80

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Major Gercino, 11 de Junho de 2021

COMISSÃO:

Silvana Germano da Silva - - Presidente da Comissão de Licitação
PATRÍCIA SOARES BORGE - - MEMBRO
REGINA PETRY - - MEMBRO



Major Vieira

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2021 - FMS

Publicação Nº 3092952

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9E0EA39D595795BF0D0474F5E0D57A756636EE8A

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2021 - FMS

O Prefeito de Major Vieira, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Objeto A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS UTILITÁRIOS SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, PARA TRANSPORTE DOS PACIENTES QUE REALIZAM TRATAMENTO FORA DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, com capacidade mínima de 5 passageiros cada, pelo período de 90 (noventa) dias, ressaltamos que o condutor e o combustível são por conta da prefeitura. Contratada HOTEL SCHOLZE LTDA. Valor do Contrato: R\$ 10.920,00 (dez mil novecentos e vinte reais). Adilson Lisczkovski Prefeito.

DECRETO N. 1.947, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092566

DECRETO N. 1.947, DE 10 DE JUNHO DE 2021

RETIFICA O DECRETO MUNICIPAL N. 1946, DE 01 DE JUNHO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO PARA A VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON LISZKOVSKI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o artigo 1º do Decreto Municipal n. 1.946, de 01 de junho de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 15/07/2021, tendo como tema central: "Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado com Financiamento Público para enfrentar desigualdades e garantir proteção social."

Art. 2º. Permanecem inalteradas as demais disposições, devendo este Decreto entrar em vigor na data de sua publicação.

Major Vieira, SC, 10 de junho de 2021.

ADILSON LISZKOVSKI
PREFEITO

DECRETO Nº 1.948 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092571

DECRETO Nº 1.948 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Autoriza unificação de áreas de terras que especifica.

ADILSON LISZKOVSKI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a unificação das áreas de 750,00m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), objeto da matrícula 17.827 com a área de 750,00m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), objeto da matrícula n. 17.829 e a área de 750,00 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), objeto da matrícula 17.831 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas.

Parágrafo único. Com a unificação de que trata o caput deste artigo, a área total do imóvel será de 2.250,00m² (dois mil, duzentos e cinquenta metros quadrados), passando a figurar com a seguinte descrição:

I - Área de 2.250,00 metros quadrados, perímetro 190,00 inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P-01, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-51°W, de coordenadas N 7.083.138,82m e E 566.975,86m; deste segue confrontando com a propriedade de Lote 12 Adir Pereira Da Rocha Matrícula: 17.833, com azimuth de 121°17'53" por uma distância de 50,00m até o vértice P-02, de coordenadas N 7.083.112,84m e E 567.018,59m; deste segue confrontando com a propriedade de Lote 11 João Batista Ruthes Matrícula: 17.832, com azimuth de 211°16'54" por uma distância de 15,00m até o vértice P-03, de coordenadas N 7.083.100,02m e E 567.010,80m; deste segue confrontando com a propriedade de Lote 09 João Maria de Lima Matrícula: 17.830, com azimuth de 211°16'54" por uma distância de 15,00m até o vértice P-04, de coordenadas N 7.083.087,20m e E 567.003,01m; deste segue confrontando com a

propriedade de Lote 07 Janete Silveira Matrícula: 17.828, com azimuth de 211°16'54" por uma distância de 15,00m até o vértice P-05, de coordenadas N 7.083.073,70m e E 566.994,81m; deste segue confrontando com a propriedade de Lote 01 e 02 Soni Batista Simões Matrícula: 17.822 - 17.823, com azimuth de 302°10'39" por uma distância de 50,01m até o vértice P-06, de coordenadas N 7.083.100,34m e E 566.952,48m; deste segue confrontando com o Lado Impar da Rua João Florentino De Souza , com azimuth 31°17'26" por uma distância de 45,00 m até o vértice P-01, ponto inicial da descrição deste perímetro de 190,80 m.

Art. 2º A unificação autorizada no artigo anterior é realizada com fundamento no mapa e memorial descritivos que passam a fazer parte integrante do presente Decreto, sendo as informações neles constantes de integral de responsabilidade do profissional emissor e proprietário da área.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Major vieira, SC, 10 de junho de 2021.

ADILSON LISCZKOVSKI
PREFEITO

Publicado no site www.majorvieira.sc.gov da prefeitura de Major Vieira em 11 de junho de 2021.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APTOS A REALIZAR A PROVA PARA O PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE MAJOR VIEIRA (SC), CONFORME O EDITAL N° 01/2021

Publicação N° 3093058

	CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE MAJOR VIEIRA - SC
--	----------------------------------------------------------------------------------

Major Vieira - SC, 10 de Junho de 2021

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO:

A relação dos candidatos aptos a realizar a Prova para o Processo de Escolha Suplementar dos Membros do Conselho Tutelar de Major Vieira (SC), conforme o Edital N° 01/2021:

Nº	NOME
01	Cleize Urbanek
03	Janaina Maiewski
05	Marineia Paloma Fernandes Lourenço
06	Caroline Grosskopf
07	Esteffany Boreck
08	Dalton Souza Vieira

Obs: A Capacitação Prévia ocorrerá no dia 11 de junho de 2021, a partir das 18h00min na Casa da Sabedoria, sito à Rua Prefeito Otávio Tabalipa, Centro, Major Vieira – SC (ao lado do Centro Comunitário), e a aplicação da Prova ocorrerá no dia 13 de junho de 2021, das 09h00min às 11h00min, no mesmo local.

Ana Carolina Pereira Russi
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2021

Publicação Nº 3093049

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2021

OBJETIVO: Registro de preços para Aquisição parcelada de Cartuchos, Toners e Tintas de impressoras, para atendimento e funcionamento de todos os departamentos, escolas e creche do município de maracajá, de acordo com as especificações técnicas e quantitativos estimados no presente edital e seus anexos.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até 28 de junho de 2021 às 14h15min.

DATA DE ABERTURA: Dia 28 de junho de 2021 às 14h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: www.maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 11 de junho de 2021.

ANIBAL BRAMBILA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO ADM. SER. TEMP. Nº 136/2021

Publicação Nº 3093843

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 136/2021.

Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Maracajá e REJANE MINERVINA DE OLIVEIRA com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei MUNICIPAL nº 914/2012 e em concordância com o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 001/pmm/2021, EFETUADO NOS DITAMES DO TAC (IC Nº 06.2009.00004852-8).

Pelo presente instrumento, o Município de Maracajá, com sede à Av. Getúlio Vargas, nº 530, neste município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, representado por seu Prefeito, Anibal Brambila, CPF nº 274.841.906-59, Carteira de identidade nº 5.045.998, a seguir denominado CONTRATANTE e REJANE MINERVINA DE OLIVEIRA, brasileiro(a), divorciado(a), portador(a) do CPF nº 984.138.219-91, Carteira de Identidade nº 3.689.215, residente e domiciliado(a) no Município de Maracajá/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO, resolvem firmar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, especificamente na prestação de serviços no cargo de Professor de Series Iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, devidamente comprovada pelos meios utilizados para apuração e controle de freq-ência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da contratação de pessoal de que trata o presente Contrato, correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, respeitando o limite de gastos com pessoal estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará a partir de 04 de junho de 2021, podendo ser rescindido a partir de 29/06/2021 ou até 17/12/2021 (final do período letivo), de acordo com a data de retorno da Professora efetiva, Mariane Rocha Niehues Gonçalves que se encontra de Licença.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES

O Contratado exercerá as atribuições inerentes a função, comprometendo-se a executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata, conforme normas e regulamentos estabelecidos pela Administração Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DEVERES

O Contratado se compromete a desempenhar suas atribuições com atenção aos seguintes deveres:

- Ter conduta ilibada;
- Cultivar assiduidade e pontualidade no trabalho;
- Cumprir as ordens superiores, salvo se ilegais;
- Haver-se, em relação aos companheiros de trabalho, com espírito de cooperação e solidariedade;

- e) Tratar os administrados com urbanidade e sem preferências;
- f) Frequentar os cursos legalmente instituídos para seu aprimoramento;
- g) Aplicar, com constantes atualizações os processos de educação e aprendizagem que lhe forem transmitidos em decorrência de suas funções;
- h) Apresentar-se decentemente trajado;
- i) Comparecer às comemorações cívicas e participar das atividades extracurriculares;
- j) Levar ao conhecimento da autoridade superior competente as irregularidades de que tiver conhecimento em razão da função;

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

Pelo serviço acima mencionado e prestado, o Contratado receberá como retribuição pelos serviços prestados a quantia de R\$ 1.290,50 (um mil duzentos e noventa reais e cinquenta centavos) mensais, pagos em moeda corrente nacional, até o 5º dia útil de cada mês subsequente, acrescido das vantagens e adicionais que sejam inerentes a função exercida.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DISCIPLINAR

O Contratado se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do Contratante, respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao Contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO

O presente contrato extinguir-se-á na data prevista para o seu término, ou de sua prorrogação, sem qualquer indenização, podendo ser rescindido a qualquer tempo nas seguintes condições:

I - Qualquer das partes que desejar, antes de seu término previsto na cláusula terceira, mediante comunicação a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

II - Sumariamente pelo Contratante, sem que ao Contratado caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o Contratado incidir em qualquer das faltas arroladas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais puníveis com a pena de demissão.

III – Pelo Contratado, com direito à indenização no valor equivalente a um mês de remuneração a que teria direito, quando não cumprir o Contratante as obrigações do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades ao Contratado, nos casos e termos previstos na Lei Municipal que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Araranguá para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelos meios administrativos.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Maracajá/SC, 04 de Junho de 2021.

ANIBAL BRAMBILA Prefeito Municipal	REJANE MINERVINA DE OLIVEIRA cpf 984.138.219-91
---------------------------------------	----------------------------------------------------

Testemunhas:

Vladimir Borges Bitencourt CPF 518.435.289-91	Edilane Rocha Nicoleite CPF 043.217.569-52
--------------------------------------------------	-----------------------------------------------

CONTRATO ADM. SER. TEMP. Nº 140/2021

Publicação Nº 3093884

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 140/2021.

Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de Maracajá e ALESSANDRA DE OLIVEIRA DUTRA com base em permissivo constitucional (art. 37, IX, da CF/88) e o teor do disposto na Lei MUNICIPAL nº 914/2012 e em concordância com o TAC ITEM 2.4 (IC Nº 06.2009.00004852-8).

CONSIDERANDO a realização do processo seletivo simplificado nº 001/PMM/2021 e a ausência de número suficiente de candidatos aprovados para suprir a demanda de contratação por tempo determinado deste município;

CONSIDERANDO o TAC (IC Nº 06.2009.00004852-8), item 2.4 "Igualmente prescindirá de processo seletivo a administração por tempo determinado quando restar frustrada a seleção realizada anteriormente, por ausência de interessado ou aprovado", então;

Pelo presente instrumento, o Município de Maracajá, com sede à Av. Getúlio Vargas, nº 530, neste município, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, representado por seu Prefeito, Anibal Brambila, CPF nº 274.841.906-59, Carteira de identidade nº 5.045.998, a seguir denominado CONTRATANTE e ALESSANDRA DE OLIVEIRA DUTRA, brasileiro(a), Solteiro(a), portador(a) do CPF nº 053.465.480-09,

Carteira de Identidade nº 9132906083, residente e domiciliado(a) no Município de Maracajá/SC, doravante identificado simplesmente por CONTRATADO, resolvem firmar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, especificamente na prestação de serviços no cargo de Merendeira, com carga horária de 40 horas semanais, devidamente comprovada pelos meios utilizados para apuração e controle de freqüência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da contratação de pessoal de que trata o presente Contrato, correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, respeitando o limite de gastos com pessoal estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará a partir de 08 de Junho de 2021 à 17 de Dezembro de 2021, em cujo término será o mesmo extinto, independentemente de quaisquer interrupções ou suspensões.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES

O Contratado exercerá as atribuições inerentes a função, comprometendo-se a executar outras tarefas previstas no sistema a critério da chefia imediata, conforme normas e regulamentos estabelecidos pela Administração Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DEVERES

O Contratado se compromete a desempenhar suas atribuições com atenção aos seguintes deveres:

- a) Ter conduta ilibada;
- b) Cultivar assiduidade e pontualidade no trabalho;
- c) Cumprir as ordens superiores, salvo se ilegais;
- d) Haver-se, em relação aos companheiros de trabalho, com espírito de cooperação e solidariedade;
- e) Tratar os administrados com urbanidade e sem preferências;
- f) Frequentar os cursos legalmente instituídos para seu aprimoramento;
- g) Aplicar, com constantes atualizações os processos de educação e aprendizagem que lhe forem transmitidos em decorrência de suas funções;
- h) Apresentar-se decentemente trajado;
- i) Comparecer às comemorações cívicas e participar das atividades extracurriculares;
- j) Levar ao conhecimento da autoridade superior competente as irregularidades de que tiver conhecimento em razão da função;

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO

Pelo serviço acima mencionado e prestado, o Contratado receberá como retribuição pelos serviços prestados a quantia de R\$ 1.359,28 (hum mil trezentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos) mensais, pagos em moeda corrente nacional, até o 5º dia útil de cada mês subseq-ente, acrescido das vantagens e adicionais que sejam inerentes a função exercida.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DISCIPLINAR

O Contratado se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do Contratante, respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao Contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO

O presente contrato extinguir-se-á na data prevista para o seu término, ou de sua prorrogação, sem qualquer indenização, podendo ser rescindido a qualquer tempo nas seguintes condições:

- I - Qualquer das partes que desejar, antes de seu término previsto na cláusula terceira, mediante comunicação a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- II - Sumariamente pelo Contratante, sem que ao Contratado caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o Contratado incidir em qualquer das faltas arroladas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais puníveis com a pena de demissão.
- III – Pelo Contratado, com direito à indenização no valor equivalente a um mês de remuneração a que teria direito, quando não cumprir o Contratante as obrigações do contrato.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

É lícito ao CONTRATANTE aplicar as penalidades ao Contratado, nos casos e termos previstos na Lei Municipal que disciplina o regime jurídico dos servidores municipais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Araranguá para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelos meios administrativos.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Maracajá/SC, 08 de Junho de 2021.

ANIBAL BRAMBILA
Prefeito Municipal

ALESSANDRA DE OLIVEIRA DUTRA

Testemunhas:

Vladimir Borges Bitencourt
CPF 518.435.289-91

Edilane Rocha Nicoleite
CPF 043.217.569-52

Massaranduba

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1337-INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 3095496

PORTARIA Nº 1337/2021

Instaura Processo Administrativo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 189 da Lei Complementar nº 012/2005;

CONSIDERANDO a informação contida no Boletim de Ocorrência nº 0435613/2021-BO-00609.2021.0006567, que relata situação ocorrida no dia 01 de junho de 2021, na Rua Henrich Bruch, nº 40, Barro Branco, Massaranduba (SC), onde o veículo FIAT/PALIO EX – amarelo – 2000/2001, placa AJP9C83, Chassi 9BD17141312030132, Renavam 00749186437, de posse de IVAN EDUARDO ROSSI, inscrito no CPF sob o nº 003.374.889-67, que estava estacionado no local, ao lado da “Mecânica Crespo” onde este veículo estava sob responsabilidade de DIEGO CARLOS CARVALHO inscrito no CPF sob o nº 078.660.499-98 da mecânica mencionada devido estar aguardando manutenção e foi danificado quando atingido acidentalmente por uma pedra arremessada pela roda de uma máquina e ou caminhão operado por servidor público municipal;

CONSIDERANDO que foi identificado, de acordo com o Controle Diário de Viatura Municipais, que a máquina que casou o dano consiste na RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR CAT 0416 ECM MOD 3054C (código REC 06) e CAMINHÃO BASCULANTE VTB 19 PLACA MJN 9823, de fato operada por servidor público municipal que estava no local realizando trabalhos decorrentes da manutenção da via;

CONSIDERANDO que o ocorrido restou em danos materiais no veículo do particular e, considerando que o Município responde objetivamente pelos danos causados, conforme preceito Constitucional (art. 37, § 6º, CF), IVAN EDUARDO ROSSI no ato sob responsabilidade de DIEGO CARLOS CARVALHO, requereu verbalmente o ressarcimento dos danos causados;

CONSIDERANDO que o particular IVAN EDUARDO ROSSI no ato sob responsabilidade de DIEGO CARLOS CARVALHO apresentou a Prefeitura de Massaranduba Boletim de Ocorrência, orçamentos do valor do dano e demais documentos pertinentes;

CONSIDERANDO que o caso em tela foi causado pela situação criada pelo poder público, como é o caso deve ser tratado como Responsabilidade Objetiva do Estado;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a abertura do Processo Administrativo, através da Comissão composta pelas servidoras: CIBELI PAWLAK DERETTI, KASSIA ELISABETH ROHWEDER e ELAINE CRISTINA GUMS VICK, para, sob a presidência da primeira e secretaria da segunda, realizar os trabalhos com a incumbência de apurar:

I – A responsabilidade objetiva da Administração Pública em razão dos danos causados no veículo FIAT/PALIO EX – amarelo – 2000/2001, placa AJP9C83, Chassi 9BD17141312030132, Renavam 00749186437, de posse de IVAN EDUARDO ROSSI, inscrito no CPF sob o nº 003.374.889-67, que estava estacionado no local, ao lado da “Mecânica Crespo” onde este veículo estava sob responsabilidade de DIEGO CARLOS CARVALHO inscrito no CPF sob o nº 078.660.499-98 e possível ressarcimento.

Art. 2º A Comissão terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da publicação desta, podendo este ser prorrogado a pedido da Comissão por igual prazo, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art. 3º Providencie a Comissão a oitiva das testemunhas necessárias, buscando e requisitando os demais elementos que julgar necessários e convenientes à apuração dos fatos imputados, assegurando o contraditório e a ampla defesa, fundamentando o parecer final conclusivo.

Art. 4º Encaminhe-se à Presidência da Comissão os documentos que demonstram os indícios de materialidade e autoria, quais sejam: Boletim de Ocorrência nº 0435613/2021-BO-00609.2021.0006567, orçamentos do valor do dano, CRLV do veículo, documentos de identificação do terceiro prejudicado, Controle Diário de Viatura Municipais e foto do dano causado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e PUBLIQUE-SE.

Massaranduba, 11 de junho de 2021.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra.

ELTRIDA FRITZKE VOELZ

Gerente de Pessoal

PORTARIA Nº 1338/2021-EXONERAÇÃO, A PEDIDO, DE LEONARDO VOELZ-CIRURGIÃO DENTISTA

Publicação Nº 3095502

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o servidor municipal LEONARDO VOELZ , do cargo de Cirurgião Dentista, com carga horária de 20 horas semanais, a contar de 11 de junho de 2021.

COMUNIQUE-SE REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Massaranduba, 11 de junho de 2021

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

ELTRIDA FRITZKE VOELZ
Gerente de Pessoal

Matos Costa

PREFEITURA

ATO 013 -PUBLICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL -PROCESSO SELETIVO N 01/2021

Publicação Nº 3093050



Estado de Santa Catarina
Município de Matos Costa
Processo Seletivo n.º 01/2021
Publicação Legal: Edital de Abertura



ATO 013: Publicação da Classificação Final

CLASSIFICAÇÃO FINAL: ANEXO I (Ampla Concorrência)**DATA DA PROVA: 06/06/2021****DATA DE DIVULGAÇÃO: 11/06/2021**

Inexistindo recursos protocolados acerca da Classificação Provisória, torna-se oficial a Classificação Final do Processo Seletivo n.º 01/2021 do Município de Matos Costa/SC, conforme lista de classificados por cargo, representado pelo Anexo I desta publicação.

Ficam disponíveis à todos os candidatos, com acesso individual pelo site concursos.nucleobrasilsul.com.br no link "Área do Candidato", utilizando sua senha pessoal de acesso, localizando sua inscrição e clicando em "Mais Informações", a imagem do cartão resposta utilizado na prova, com o intuito de dirimir qualquer dúvida ou confirmar a correção eletrônica de suas respostas.

Também ficam disponíveis a todos os candidatos, de forma individual, a análise de seus títulos, acessado a partir da Área do Candidato, disposta de forma individual (título a título), quando da apresentação eletrônica e de forma sintética, quando da apresentação física da prova.

Legendas Utilizadas na Publicação:**POR:** Nota relativa às questões de Língua Portuguesa.**MAT:** Nota relativa às questões de Matemática.**ATU:** Nota relativa às questões de Atualidades e Conhecimentos Gerais.**ESP:** Nota relativa às questões de Conhecimentos Específicos.**NPE:** Nota da Prova Escrita Objetiva.**PRA:** Nota da Prova Prática.**TIT:** Nota da Prova de Títulos.

Matos Costa/SC, 11 de junho de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO
Prefeito do Município de Matos Costa



Estado de Santa Catarina
Município de Matos Costa
Processo Seletivo n.º 01/2021
Publicação Legal: Edital de Abertura



ANEXO I – Classificação Final (Ampla Concorrência)

Cargo: ENFERMEIRO (COVID-19) - PLANTONISTA									
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	20	JEFERSON RIBEIRO	09/01/1989	0,30	0,60	1,20	3,85	5,95
Classificado	2º	72	CLEIDE ELIANE GABARDO	31/08/1975	0,30	0,00	0,90	2,75	3,95
Classificado	3º	9	BEATRIZ APARECIDA MOY	29/10/1962	0,60	0,30	0,30	2,20	3,40
Classificado	4º	51	DIRLEI SCHEFFER DE CASTILHO	23/04/1971	0,60	0,30	0,30	2,20	3,40

Cargo: FARMACÊUTICO									
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	45	ALLAN RODRIGO HOLOVATY	16/04/1989	0,30	1,20	1,20	2,20	4,90
Classificado	2º	5	JOAO BATISTA BENDLIN JUNIOR	19/07/1991	0,30	0,90	1,20	2,20	4,60

Cargo: MÉDICO GINECOLOGISTA									
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Não houve candidato classificado									

Cargo: NUTRICIONISTA									
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	11	GABRIELA CAROLINA MISSAU ROSA	17/05/1994	0,90	0,90	0,90	3,30	6,00
Classificado	2º	3	CAMILA LETICIA DE BRITO STENZINGER	15/03/1993	0,30	0,90	1,20	3,30	5,70

Cargo: PROFESSOR DE ARTES									
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Não houve candidato classificado									

Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM (COVID-19) - PLANTONISTA									
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	2	ANGELA CORDEIRO DA SILVA	08/05/1990	0,30	0,60	0,60	3,30	4,80
Classificado	2º	35	ELISANGELA FERREIRA BECKER	21/01/1979	0,60	0,60	0,60	2,75	4,55
Classificado	3º	24	MARCELA APARECIDA CORDEIRO	09/01/1981	0,00	0,30	0,30	3,85	4,45

Cargo: TÉCNICO EM INFORMÁTICA									
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	71	CRISLAINE DOS SANTOS ROCHA	15/12/1982	0,60	1,20	0,30	4,95	7,05
Classificado	2º	66	GABRIEL GAWLOUSKI	18/04/1994	0,60	0,90	1,20	3,85	6,55
Classificado	3º	79	MAISA IZABEL BERTOTTI DE OLIVEIRA	21/03/2001	0,60	1,20	0,30	3,30	5,40
Classificado	4º	32	DIRCELI BERTOTTI DE GOIS	31/12/2000	0,60	0,30	0,90	2,75	4,55
Classificado	5º	31	JOAO VITOR PIRES	31/03/2000	0,30	0,60	0,90	2,75	4,55

Cargo: AUXILIAR AGENTE DE DEFESA CIVIL											
RESULTADO	POSIÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	PRA	NOTA FINAL
Classificado	1º	39	GILLIAN JOICE SLOMSKI	14/07/1986	0,90	0,90	0,90	3,85	6,55	10,00	8,62
Classificado	2º	14	LUANA APARECIDA ANTUNES JAKYMIU	26/12/1981	1,20	0,90	1,20	3,85	7,15	9,50	8,56
Classificado	3º	81	CLEITON CHAYKOWSKI	07/12/1991	0,90	1,50	1,50	2,20	6,10	10,00	8,44
Classificado	4º	4	GILBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA	26/11/1998	0,90	1,20	0,30	3,30	5,70	10,00	8,28
Classificado	5º	74	MARIA SEBASTIANA SEROISKA DUTSOL	20/01/1984	0,90	0,90	1,20	3,85	6,85	9,00	8,14
Classificado	6º	43	CARLOS GIOVANI SILVA	25/11/1964	0,90	0,90	1,20	4,40	7,40	8,25	7,91

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados à organizadora, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 2 de 3



Estado de Santa Catarina
Município de Matos Costa
Processo Seletivo n.º 01/2021
Publicação Legal: Edital de Abertura



Classificado	7º	52	ISAIAS DE SOUZA	01/10/1975	1,20	1,50	0,60	2,75	6,05	9,00	7,82
Classificado	8º	65	TANIA MARA BATISTA	03/08/1964	0,60	0,90	0,90	2,75	5,15	8,00	6,86
Classificado	9º	48	RIVELINO MEDEIROS DA ROSA	12/05/1974	0,60	0,90	1,20	1,10	3,80	8,50	6,62

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEMININO)

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NOTA FINAL
Classificado	1º	1	MIRIAN DE SOUZA PIRES	27/07/1987	1,20	1,50	0,60	4,40	7,70
Classificado	2º	59	SONIA APARECIDA RIBEIRO	06/08/1981	1,20	1,50	0,90	3,85	7,45
Classificado	3º	44	DIANEFER KELI VOLHANHUK DIEDRICH	06/02/1994	1,20	0,90	0,60	3,85	6,55
Classificado	4º	26	VIVIANE WALEK	24/05/1998	1,20	0,30	1,20	3,85	6,55
Classificado	5º	49	ELISANGELA SIMOES DE QUEIROZ	29/07/1998	0,90	1,20	1,50	2,75	6,35
Classificado	6º	41	DANIELI DE SOUZA MACHADO	18/06/1991	1,20	0,30	0,90	3,30	5,70
Classificado	7º	55	LARISSA ROBERTA DE CASTILHO DE MATTOS	20/03/2003	0,90	0,60	0,90	3,30	5,70
Classificado	8º	63	KEILA RAFAELI TAVARES PINHEIRO	18/09/1999	1,20	0,60	0,90	2,75	5,45
Classificado	9º	80	ROSENI FOGASSO	02/02/1981	1,20	0,60	0,60	2,75	5,15
Classificado	10º	6	LINDACIR PEREIRA	18/11/1996	0,90	0,90	0,30	2,75	4,85
Classificado	11º	19	LUCELIA EUFRASIO DOS SANTOS	10/12/1978	0,90	0,60	0,60	2,75	4,85
Classificado	12º	30	ALESSANDRA TEIXEIRA BERTOTTI	16/10/2002	0,90	0,30	0,90	2,20	4,30

Cargo: MOTORISTA (CNH D)

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	PRA	NOTA FINAL
Classificado	1º	70	MARCELO GREGORIO PASTERNAK	29/04/1981	1,20	0,90	1,20	2,75	6,05	8,75	7,67
Classificado	2º	27	RONALDO CEZAR VAZ	29/07/1994	0,90	0,90	0,90	1,65	4,35	9,75	7,59
Classificado	3º	56	JEOVANEI RIBEIRO ALVES	25/07/1988	0,30	1,50	0,60	3,30	5,70	8,00	7,08
Classificado	4º	69	VILSON FERNANDES	15/06/1983	0,30	0,90	0,90	2,75	4,85	8,25	6,89
Classificado	5º	83	CARLOS ANTONIO ABEL	31/08/1965	0,90	0,30	0,90	2,20	4,30	8,50	6,82
Classificado	6º	46	VILMAR FERREIRA DE QUEIROZ	05/08/1989	0,90	0,30	0,60	2,20	4,00	8,25	6,55

Cargo: MOTORISTA (COVID-19) - PLANTONISTA (CNH D)

RESULTADO	POSICÃO	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	POR	MAT	ATU	ESP	NPE	PRA	NOTA FINAL
Classificado	1º	8	CRISTIANE HENKEL	06/06/1985	1,20	1,50	0,60	2,75	6,05	8,25	7,37

Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados à organizadora, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 3 de 3

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 07/2021 - PMMC

Publicação Nº 3093750

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2021 - PMMC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.566/0001-51.

CONTRATADO: MARLI SALETE HUBLER EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.225.410/0001-91.

Vigência: INICIO: 07/06/2021 TÉRMINO: 06/06/2022.

LOTE 01 - Gabinete

LOTE 02 – Secretaria de Saúde

LOTE 04 – Fundo de Assistência Social

LOTE 05 – Polícia Militar

LOTE 06 – Polícia Civil

LOTE 07 – Corpo de Bombeiros

LOTE 09 – Secretaria de Indústria e Comércio

LOTE 10 – Secretaria Obras Viação e Urbanismo

OBJETO: Registro de Preços para Contratação futura e eventual de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o necessário fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos equipamento e máquinas da frota oficial do Município de Matos Costa-SC, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletrônico e hidráulico, retífica, funilaria, pintura em geral, conserto do sistema de refrigeração, balanceamento, alinhamento e geometria, alinhamento de direção, instalação de acessórios, conforme especificações contidas no edital para o período de 12 (doze) meses.

Matos Costa, SC, 07 de junho de 2020 – Paulo Bueno de Camargo - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2021 - PMMC

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.566/0001-51.

CONTRATADO: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.060.327/0001-86.

Vigência: INICIO: 07/06/2021 TÉRMINO: 06/06/2022.

LOTE 03 - Secretaria de Educação

OBJETO: Registro de Preços para Contratação futura e eventual de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o necessário fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos equipamento e máquinas da frota oficial do Município de Matos Costa-SC, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletrônico e hidráulico, retífica, funilaria, pintura em geral, conserto do sistema de refrigeração, balanceamento, alinhamento e geometria, alinhamento de direção, instalação de acessórios, conforme especificações contidas no edital para o período de 12 (doze) meses.

Matos Costa, SC, 07 de junho de 2020 – Paulo Bueno de Camargo - Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2021 - PMMC

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.566/0001-51.

CONTRATADO: ANDERSON CESAR DOS SANTOS - OFICINA DO BAIXINHO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 25.109.337/0001-62.

Vigência: INICIO: 07/06/2021 TÉRMINO: 06/06/2022.

LOTE 08 - Secretaria da Agricultura

OBJETO: Registro de Preços para Contratação futura e eventual de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o necessário fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos equipamento e máquinas da frota oficial do Município de Matos Costa-SC, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletrônico e hidráulico, retífica, funilaria, pintura em geral, conserto do sistema de refrigeração, balanceamento, alinhamento e geometria, alinhamento de direção, instalação de acessórios, conforme especificações contidas no edital para o período de 12 (doze) meses.

Matos Costa, SC, 07 de junho de 2020 – Paulo Bueno de Camargo - Prefeito Municipal

PORTARIA 317/2021

Publicação Nº 3092661

PORTARIA Nº 317/2021 – De 02 de Junho de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE

Art. 1º- CONCEDER ao servidor CRISTIANO RICARDO DE JESUS, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de MOTORISTA SOCORRISTA , 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura

Paço do Contestado, 02 de Junho de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Assistente Administrativo I

PORTARIA 318/2021

Publicação Nº 3092662

PORTARIA Nº 318/2021 – De 02 de Junho de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR a pedido do servidor JOSE DANIEL SMEK, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS, na categoria funcional de AUXILIAR DE CONSTRUÇÃO CIVIL, por motivo de aposentadoria de conformidade com o insculpido no inciso VII do art. 56, da Lei Complementar Municipal nº 023/2012 de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura

Paço do Contestado, 02 de Junho de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Assistente Administrativo I

PORTARIA 319/2021

Publicação Nº 3092664

PORTARIA Nº 319/2021 – De 04 de Junho de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;
Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1039	Samuel Everson Pasquali	Agente Auxiliar de Defesa Civil	30 Dias	2019/2020	04/06/2021 a 03/07/2021

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 04 de Junho de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

GABRIELE APARECIDA BENDLIN
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Assistente Administrativo I

PORTARIA 320/2021

Publicação Nº 3092667

PORTARIA Nº 320/2021 – De 07 de Junho de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares ao Servidor investido em cargo de provimento em carreira, designado para ocupar cargo de provimento em comissão, abaixo relacionado da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
90	Joseli Scheffer	Pedreiro	10 Dias	2019/2020	07/06/2021 a 16/06/2021

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura

Paço do Contestado, 07 de Junho de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

GABRIELE APARECIDA BENDLIN
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Assistente Administrativo I

PORTARIA 321/2021

Publicação Nº 3092668

PORTARIA Nº 321/2021 – De 07 de Junho de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

Considerando a Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012, artigo 107 e seguintes - do Estatuto dos Servidores Públicos do Município;

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER férias regulamentares as Servidoras investidas em cargos de provimento em carreira, abaixo relacionadas da Secretaria Municipal de Saúde, especificando código, nome, cargo, número de dias, período de aquisição e de gozo, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	Nº Dias	Período Aquisitivo	Período de Gozo
032	Jane Lucia Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	30 Dias	2020/2021	07/06/2021 a 06/07/2021
629	Fatima Danieli Gomes	Fisioterapeuta	15 Dias	2019/2020	10/06/2021 a 24/06/2021

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 07 de Junho de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Assistente Administrativo I
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA 322/2021

Publicação Nº 3092671

PORTARIA Nº 322/2021 – De 07 de Junho de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER o servidor JAIRO WEBER GARCIA, investido no cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional SERVIÇOS GERAIS, na categoria funcional de MOTORISTA SOCORRISTA, 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 07 de Junho de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Assistente Administrativo I
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA 323/2021

Publicação Nº 3092677

PORTARIA Nº 323/2021 – De 07 de Junho de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora VANDERLEIA APARECIDA DOS SANTOS WEILCKER, contratada no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO do Grupo Ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO para a categoria funcional de PROFESSOR, 07 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura, com efeitos retroativos ao dia 31.05.2021.

Paço do Contestado, 07 de Junho de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Assistente Administrativo I
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA 324/2021

Publicação Nº 3092678

PORTARIA Nº 324/2021 – De 07 de Junho de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora NATALINA FRAGOSO PETERS, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de ADMINISTRATIVO, na categoria funcional de AUXILIAR ADMINISTRATIVO II, Premio Especial de 25 (vinte e cinco) anos de serviço, do período compreendido de 01/03/1993 a 26/10/2019, por motivo de estar se afastando por aposentadoria, de conformidade com o insculpido no art. 114, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 07 de Junho de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Assistente Administrativo I
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA 325/2021

Publicação Nº 3092682

PORTARIA Nº 325/2021 – De 07 de Junho de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido da servidora NATALINA FRAGOSO PETERS, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de ADMINISTRATIVO na categoria funcional de AUXILIAR ADMINISTRATIVO II, por motivo de aposentadoria, de conformidade com o insculpido no inciso VII do art. 56, da Lei Complementar Municipal nº 023/2012 de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 07 de Junho de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Assistente Administrativo I
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA 326/2021

Publicação Nº 3092686

PORTARIA Nº 326/2021 – De 08 de Junho de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora VIVIANE WALEK, contratada no cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional do SERVIÇOS GERAIS para a categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 08 de Junho de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Assistente Administrativo I

PORTARIA 327/2021

Publicação Nº 3092691

PORTARIA Nº 327/2021 – De 09 de Junho de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora MARGRIETH APARECIDA MORAIS, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de TECNICO na categoria funcional de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 09 de Junho de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
GABRIELE APARECIDA BENDLIN Auxiliar Administrativo I	ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Assistente Administrativo I

PORTARIA 328/2021

Publicação Nº 3092692

PORTARIA Nº 328/2021 – De 09 de Junho de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora MARIANE GOMES, investida no cargo de provimento em carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR DE INGLES, 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 09 de Junho de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

GABRIELE APARECIDA BENDLIN
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Assistente Administrativo I

PORTARIA 329/2021

Publicação Nº 3092694

PORTARIA Nº 329/2021 – De 09 de Junho de 2021.

Paulo Bueno de Camargo, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ELIANE APARECIDA CASTILHO, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional ADMINISTRATIVO na categoria funcional de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, Designada para desempenhar a função de Fiscal da Vigilância Sanitária, 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 09 de Junho de 2021.

PAULO BUENO DE CAMARGO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

GABRIELE APARECIDA BENDLIN
Auxiliar Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Assistente Administrativo I

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº 061-2021

Publicação Nº 3092760

DECRETO nº 061/2021

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, BENS IMÓVEIS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, c/c art. 5º, XXIII e art. 170 da CF e art. 40 do Dec. 3.365/41, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. É declarado de utilidade pública para fins de aquisição por doação, compra ou desapropriação, amigável ou judicial, para aquisição de um terreno urbano para estacionamento de máquinas e veículos da Secretaria de Obras e Serviços urbanos, das seguintes áreas:

“um terreno urbano com área de quatrocentos e trinta e cinco metros quadrados (435,00m²) sito no loteamento Jardim América, cidade de Meleiro, nesta comarca, constituído pelo lote nº 05 da quadra “H”, medindo (15,00) metros de frente por (29,00) metros da frente aos fundos, confrontando: frente ao Oeste com a rua “H”; fundos ao Leste c/ terras de Júlio Squizzato; ao Sul com o lote nº 04 da Imobiliária City a ao Norte com a Rua C.”

Art. 2º. Fica o Município Expropriante autorizado a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão de posse do imóvel a que se refere este Decreto, nos termos do artigo 15 do Decreto n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária 4.4.90.00.00.00.00.00 0080 – Aplicação Direta do Orçamento Vigente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 11 de junho de 2021.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

EXTRATO ADITIVO Nº 001/2021 A ATA Nº 004/2021

Publicação Nº 3092439

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Ata

Aditivo n.º 001/2021 (Acréscimo de Valor - Quantitativo)
Ata n.º. 004/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: TECMICER MINERAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MINÉRIOS CERÂMICOS LTDA

Objeto: A presente Ata tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO, conforme especificações constantes descritas no “Anexo I – Termo de Referência” do presente edital.

Valor Acrescido: R\$ 18.675,00 (dezoito mil, seiscentos e setenta e cinco reais).

Data da assinatura: 04 de Junho de 2021.

EXTRATO ADITIVO Nº 002/2021 AO CONTRATO Nº 001/2021

Publicação Nº 3092485

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 002/2021 (Acréscimo de valor)
Contrato n.º. 001/2021
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: RIZZOTTO & CIA LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2021.
Valor Acrescido: R\$ 9.441,26 (nove mil, quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e seis centavos).
Data da assinatura: 01 de junho de 2021.

EXTRATO ADITIVO Nº 002/2021 AO CONTRATO Nº 002/2021 - SAÚDE

Publicação Nº 3092490

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 002/2021 (Acréscimo de Valor)
Contrato n.º. 002/2021
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: RIZZOTTO & CIA LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2021.
Valor Acrescido R\$ 5.198,03 (cinco mil, cento e noventa e oito reais e três centavos).
Data da assinatura: 01 de junho de 2021.

EXTRATO LEILÃO Nº 040-2021

Publicação Nº 3094225

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO N.º 040/2021

O MUNICIPIO DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 30/06/2021, às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de LEILÃO N.º 040/2021, objetivando a venda de BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS para a Administração, sendo a presente licitação do tipo Maior Lance por Item.

A integra do Edital e maiores informações poderá ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (48) 3537-8400.

A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou pelo site www.meleiro.sc.gov.br

Meleiro, 11 de junho de 2021

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO Nº 039-2021

Publicação Nº 3094257

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 039/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 28/06/2021, às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 039/2021 para o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura aquisição de tubos de concreto objetivando a manutenção de avenidas, ruas, e estradas vicinais do município de Meleiro, conforme determinação da Secretaria de Obras e conforme Termo de Referencia do Anexo I deste edital. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site www.meleiro.sc.gov.br .

Meleiro/SC, 11 de junho de 2021.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 221-2021

Publicação Nº 3092454

PORTARIA n.º 221/2021

TRATA DA PRORROGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019 - SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º O processo seletivo nº 001/2019 – Saúde até 31 de dezembro de 2021.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 11/06/2021.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 11 de junho de 2021.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Mirim Doce

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE 02/2021

Publicação Nº 3093894

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0761CCBA4740902A832536D21EC9E82CD21D42A2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE

EXTRATO – INEXIGIBILIDADE 02/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO 27/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de software para utilização na Secretaria de Assistência Social referente a plataforma TARS (Tecnologia de Acompanhamento Remoto de Serviços) que tem como objetivo centralizar e fazer a completa gestão de processos de Regularização Fundiária (REURB) e auxiliar na automação dos tramites do município, com inclusão digital de todo o processo. A prestadora do serviço a Integral Soluções em Engenharia possui Carta de Exclusividade da ABES (Associação Brasileira de Software).

Contratante: MUNICÍPIO DE MIRIM DOCE

Contratada: INTEGRAL SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EIRELI LTDA

CNPJ: 29.212.382/0001-07

Valor Total: O valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

Vigência: De 11 Junho a 31 de Dezembro de 2021.

Mirim Doce/SC, 11/06/2021.

Bernardo Peron - Prefeito municipal

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 187/2021, DE 08 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092770

DECRETO Nº 187/2021, DE 08 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TÉCNICAS EM SAÚDE PÚBLICA – ADMITIDAS(OS) EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.460/2020, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria:

Considerando o interesse e necessidade pública para atendimento das demandas no Departamento de Saúde;

Considerando a classificação no processo seletivo vigente;

Considerando que a presente contratação é temporária e visa atender demanda urgente;

Considerando que não há concurso público vigente para suprir a vacância da vaga;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas(os), a partir desta data, as(os) candidatas(os) abaixo identificadas(os), classificadas(os) na Processo Seletivo nº 01/2021, para desempenho dos Cargos citados a seguir, com lotação no Departamento Municipal de Saúde:

Cargo: Técnica em Saúde Pública		
Nome	CPF	Carga Horária
TATIANA WENDLING	050.788.429-93	40 horas semanais
NELI PANDOLFO PEREIRA	026.352.649-61	40 horas semanais

Art. 2º - A vigência do contrato é de 07.06.2021 a 17.05.2022, percebendo os vencimentos previstos na Lei Municipal nº 2525/2021, da tabela de isonomia salarial do grupo Magistério.

Art. 3º - Além dos fundamentos legais e constitucionais já citados, as contratações temporárias são feitas com base na ressalva contida no artigo 8º, IV da Lei Complementar Nacional nº 173, de 27 de maio de 2020, visto se tratar de contratação temporária de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme demonstrado acima.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de junho de 2021.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Modelo, aos 08 de junho de 2021.

DIRCEU SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado:

CLEBER EBERHART

Secretário de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 074/2021 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095578

PORTARIA Nº 074/2021 DE 11 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE LESIA SALETE CENTA BORTOLIN CLASSIFICADA PARA O CONSELHO TUTELAR - EDITAL 005/2020, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIRCEU SILVEIRA, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais nºs 971/90, 1.513/2002, 2.401/2019, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria.

Considerando o Edital 005/2019, expedido pelo CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente) de Modelo SC, que tornou publico o resultado da eleição realizada no dia 07 de outubro de 2019, para o mandato de 2020/2024,

Considerando a Portaria nº. 069/2021 que dispõe sobre a programação de férias dos Conselheiros Tutelares titulares,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para contratação e por prazo determinado a Sra. LESIA SALETE CENTA BORTOLIN, classificada como suplente no edital nº 005/2019 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo de Conselheira Tutelar no período da 14/06/2021 a 11/11/2021.

Art. 2º - A Conselheira convocada nesta Portaria deverá apresentar-se no prazo de 05 (cinco) dias a contar desta data, para apresentação dos documentos e entrada em exercício, de conformidade das disposições legais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, solicitando a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 11 de junho de 2021.

DIRCEU SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

CLEBER EBERHART
Secretária de Administração e Fazenda

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO 2º T. APOSTILAMENTO CT N° 012.2019 - FMS

Publicação N° 3092385

MUNICIPIO DE MONDAÍ/FMS

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO Processo Licitatório nº. 014/2019 Edital: Tomada de Preço nº. 002/2019 Contrato: 012/2019 – Termo de Apostilamento nº 002 Objeto: Contratação de empresa especializada em execução de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviço de saúde, para o exercício de 2019 e/ou subsequentes, conforme especificados no Anexo I deste Edital Finalidade: O presente Termo tem por objeto o reajuste do IPCA acumulado dos meses (Junho/2020 a Maio/2021), num percentual de 8,06%; conforme cláusula 8º do contrato retro mencionado e art. 40, XI e Art. 65, inc. II, alínea "d" da Lei nº 8.666/1993 e Lei Complementar nº 173 art. 8º inciso VIII Fornecedor: T. O. S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA – CNPJ/MF sob o nº 72.332.778/0001-09 Vigência: até 31/12/2021 Mondaí/SC, 14 de maio de 2021. Ginther Otto Dreher Gestor do F. M. S. Ordenador de Despesa

EXTRATO T. APOSTILAMENTO - CT 013.2019 - PMM

Publicação N° 3092740

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE MONDAÍ/PMM

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO Processo Licitatório nº. 014/2019 Edital: Dispensa de Licitação nº. 003/2019 Contrato: 013/2019 – Termo de Apostilamento nº 001 Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância eletrônica a distância das instalações, móveis, equipamentos e documentos constantes das dependências da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, com instalação, manutenção e fornecimento de equipamentos em comodato, para o exercício 2019 e/ou subsequentes. Finalidade: O presente Termo tem por objeto o reajuste do IPCA acumulado dos meses (março/2020 a fevereiro/2021), num percentual de 5,20%; conforme cláusula 8º do contrato retro mencionado e art. 40, XI e Art. 65, inc. II, alínea "d" da Lei nº 8.666/1993 e Lei Complementar nº 173 art. 8º inciso VIII Fornecedor: INVOLÁVEL SÃO MIGUEL LTDA - ME – CNPJ sob o nº 09.570.837/0001-40 Vigência: até 31/12/2021 Mondaí/SC, 11 de maio de 2021. ELISEU BOHN Secretário de Administração e Fazenda Ordenador de Despesas

Monte Castelo

PREFEITURA

ATA TP 009/2021 - PROPOSTAS

Publicação Nº 3093156



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

PROCESSO LICITATÓRIO 030/2021

Ata de Julgamento das Propostas da Tomada de Preço nº 009/2021

Aos onze dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, na sala de divisão de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Monte Castelo, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 303/2020, de 14 de Setembro de 2.020, sendo designado como Presidente neste processo a Sra. Andreza da Silveira, juntamente com demais membros, para realização do ato público para abertura dos Envelopes contendo as Propostas de Preço referentes à **TOMADA DE PREÇOS** para contratação de empresa para a execução de obras/serviços comuns de engenharia para: Item 01: CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA NO BAIRRO OLARIA, item 02: CONSTRUÇÃO DE BASE E INSTALAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE e item 03: REFORMA DA CAPELA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL. As empresas aptas e Habilitadas para a 2ª fase da licitação, abertura dos Envelopes "Proposta de Preço", são as seguintes: JONAS GONÇALVES FERNANDES e JFR ENGENHARIA LTDA, esteve presente na sessão o representante da empresa JFR Engenharia Ltda o senhor Emerson Hoffmann Guesser. Os Envelopes de nº 2 ficaram em poder da Comissão Permanente de Licitação, em envelope lacrado e rubricado pela empresa presente no ato de conferência das condições de participação e habilitação. Dando continuidade, a CPL abriu os envelopes contendo as propostas de preços, após análise de seus conteúdos, considerou-se CLASSIFICADAS as empresas no que segue:

JONAS GONÇALVES FERNANDES

ITEM	LOCAL / RUA	QUANT	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)
1	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO BAIRRO OLARIA	01	UNID	R\$ 16.475,88	R\$ 16.475,88
2	CONSTRUÇÃO DE BASE E INSTALAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE	05	UNID	R\$ 3.642,96	R\$ 18.214,80
3	REFORMA DA CAPELA DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	01	UNID	R\$ 28.428,58	R\$ 28.428,58

JFR ENGENHARIA LTDA

ITEM	LOCAL / RUA	QUANT	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)
1	CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO BAIRRO OLARIA	01	UNID	R\$ 16.155,36	R\$ 16.155,36
2	CONSTRUÇÃO DE BASE E INSTALAÇÃO DE ACADEMIAS AO AR LIVRE	05	UNID	R\$ 3.185,18	R\$ 15.875,90

Após a Comissão Permanente de Licitação, DECLARA VENCEDORA a empresa JONAS GONÇALVES FERNANDES para o ITEM 03 e a Empresa JFR ENGENHARIA LTDA para os itens 01 e 02. Resta aguardar o prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos contra a decisão da CPL. Dar ciência do resultado aos interessados que não compareceram a este Ato Público, publicando a presente ata no DOM-SC e também no site www.montecastelo.sc.gov.br, link licitações. Extrair cópia da mesma para a empresa presente. A presente Ata foi lida e aprovada pela CPL. Nada mais havendo a tratar, o Ato foi encerrado às 14 horas e 20 minutos. Monte Castelo, 11 de Junho de 2021.

Andreza da Silveira
PRESIDENTE CPL

Claudinei Fernandes
MEMBRO

Mônia Regina Krindges
MEMBRO

JFR ENGENHARIA LTDA
Emerson Hoffmann Guesser
CPF 093.686.539-33
Representante

ATA TP 010/2021 - HABILITAÇÃO

Publicação Nº 3092936

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO****PROCESSO LICITATÓRIO 031/2021****Ata de abertura e Julgamento da Tomada de Preço nº 010/2021**

Aos onze dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, na sala da divisão de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Monte Castelo, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 303/2020, de 14 de Setembro de 2020, sendo designado como Presidente neste processo a Sra. Andreza da Silveira, juntamente com demais membros, para a sessão pública de recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preço e os documentos de habilitação relativa à licitação **TOMADA DE PREÇOS para Contratação de empresa para a execução de obras/serviços de engenharia para CONSTRUÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ATENDIMENTO EM CONTAINERS**. Iniciaram-se os trabalhos verificando os PARECERES (Contábil e Jurídico), os quais legitimaram a abertura do referido processo licitatório. Participaram do presente certame, devidamente cadastradas as Empresas: 1) ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ nº 14.365.450/0001-92, não representada neste ato, optante pelos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006; 2) FRONT ESTRUTURAS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 12.219.645/0001-07, não representada neste ato, optante pelos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006. Aberta formalmente a sessão às 09h:30min, não havendo mais possibilidade de credenciar licitantes, em ato contínuo, a Comissão realiza análise dos documentos de habilitação apresentados pelas licitantes e após a Comissão decide por habilitar as empresas ROCHA E MACHADO EMPREENDIMENTOS LTDA-EPP e FRONT ESTRUTURAS EIRELI, pois as mesmas apresentaram toda documentação de acordo com o exigido no edital. Registre-se que os envelopes contendo as Propostas de Preços permanecerão em poder desta Comissão, a fim de garantir a lisura do procedimento licitatório. Desta forma, dá-se início ao transcurso de prazo para fins de interposição de eventual recurso. E, em nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pelos presentes. A presente ata será publicada no site do Município e também no Diário Oficial dos Municípios para devida publicidade. Ausentes justificadamente os membros da comissão Viviane de Fátima Ferreira do Livramento e Wilson Alves Ribeiro.

Monte Castelo, 11 de junho de 2021.

Andreza da Silveira
PRESIDENTE CPLClaudinei Fernandes
MEMBROMônia Regina Krindges
MEMBRO

Morro da Fumaça

PREFEITURA

068/2021

Publicação Nº 3094415

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2AC5128DFC64DF69B330D2E51622100EB122AC26
Morro da Fumaça. REGISTRO de Preço 068/2021. AQUISIÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO, conforme anexo. Data: 24/06/2021. Hora: 13:30.
Local: Setor de Compras, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auxílio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

DECRETO Nº 077/2021

Publicação Nº 3092717

DECRETO Nº 077, de 10 de junho de 2021.

REVOGA O DECRETO Nº 062, DE 15 DE ABRIL DE 2019 E NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CMDU E CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, DECRETA:

Art. 1º – Fica revogado o Decreto nº 062, de 15 de abril de 2019 e nomeia novos membros para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – CMDU e o Conselho de Desenvolvimento Municipal, estando abaixo nominados:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL:

1. Adriano Dozol Alexandre;
2. Deborah Accordi;
3. Fabrício Recco;
4. José Luiz da Silva Sobrinho;
5. Leilane Demo Romagna Guellere;
6. Gabriel Formentin de Aguiar – Titular; Willian Bruning – Suplente;
7. Lorena Leal da Silva;
8. Natan Felipe Souza;
9. Elias Bruno de Roche.

REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:

1. Ver. Ricardo Pacagnan da Rocha – Titular; Ver. Ricardo Guedin – Suplente;
2. Ver. Simoni Cechinel de Almeida Brina – Titular; Ver. Robson Francisconi – Suplente;

REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES:

Representantes da APAE:

1. Ocineia Maragno Maccari – Titular; Aldiete Sartor Alano – Suplente;

Representantes do Lions Clube:

2. José Luis Maccari – Titular; Maria Hilda Goulart Maccari – Suplente;

Representantes do Movimento Pela Paz:

3. Antonio Robson Rodrigues – Titular; Sinara de Rochi – Suplente;

REPRESENTANTES DE ENTIDADES SINDICAIS DOS TRABALHADORES:

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção:

1. José Gomes Rabelo – Titular; José Rodrigues de Souza – Suplente;

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

2. Joaquim Cizewski – Titular; Aldo Bortolatto – Suplente;

REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS:

Representantes da Classe Empresarial:

1. Estor Maccari – Titular; Volmir José Maccari – Suplente;

Representantes da CERMOFUL:

2. Rodney José Recco – Titular; Adelcio Cavagnoli – Suplente;

REPRESENTANTES DE COMUNIDADES E BAIRROS:

Representantes da Associação de Moradores da Linha Cabral:

1. Adenor Bortolato – Titular; Pedro Dioni Machado – Suplente;

Representantes da Associação de Moradores do Bairro Bortolato:

2. Juliano Mendes – Titular; Tiago Alves – Suplente;

Representantes da Associação de Moradores do Loteamento Recco:

3. Sulanor de Freitas – Titular; Marcelo Zanelatto - Suplente;

Representantes da Associação de Moradores da Mina Fluorita:

4. Sidney Eufrázio – Titular; Reginaldo de Jesus – Suplente;

REPRESENTANTE DO NÚCLEO DE ENGENHEIROS:

1. Marcelo Cechinel – Titular; Thamara Salvan Maccari – Suplente;

REPRESENTANTE DO NÚCLEO DE ARQUITETOS:

1. Sélvio Heleno da Silva – Titular; Eduardo Alécio Costa – Suplente;

REPRESENTANTE DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE (FUMAF):

1. Silvia Sartor Roseng – Titular; Paulo Henrique Napolini – Suplente;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial os decretos 062/2019, 112/2020 e 196/2020.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 10 de junho de 2021.

AGENOR CORAL

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO SAVIO CAETANO

SECRETÁRIO DO SISTEMA ECONÔMICO

PORTARIA 359-414 /2021

Publicação Nº 3093892

Portaria	Data	Ementa
359/2021	03/05/2021	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE ALBERTINA FRANCISCO DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA.
360/2021	03/05/2021	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE CAMILA SANTA HELENA BORGES, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA.
361/2021	03/05/2021	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE DEYSIANE GENUINO DA SILVA JOVINO, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA.
362/2021	03/05/2021	DESIGNA A PROFESSORA ANA CAROLINE ELIAS PARA RESPONDER POR MAIS 05H HORAS SEMANAIS.
363/2021	03/05/2021	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE KAREN BORTOLIN SALVAN, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
364/2021	03/05/2021	DESIGNA A PROFESSORA GABRIELA GRACIANO VIEIRA VOTRE PARA RESPONDER POR MAIS 20H HORAS SEMANAIS.

365/2021	03/05/2021	REDUZ A PEDIDO A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA JUCELMA SILVANO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
366/2021	03/05/2021	DESIGNA A PROFESSORA SUZIANE BORTOLON GONÇALVES PARA RESPONDER POR MAIS 05H HORAS SEMANAIS.
367/2021	03/05/2021	DESIGNA A PROFESSORA ROSEMARY DAGOSTIN FRASSON PARA RESPONDER POR MAIS 20H HORAS SEMANAIS EM VIRTUDE DO AFASTAMENTO DA PROFESSORA ANA NERICE DO NASCIMENTO.
368/2021	03/05/2021	DESIGNA A PROFESSORA VAEDINA LOPES FELISBINO PARA RESPONDER POR MAIS 20H HORAS SEMANAIS.
369/2021	03/05/2021	DESIGNA A SERVIDORA PAOLA APOLINÁRIO MARTINS PARA EXERCER SUAS FUNÇÕES JUNTO AO CREAS
370/2021	03/05/2021	CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR GUILHERME HENRIQUE, OCUPANTE DO CARGO DE COORDENADOR MUNICIPAL DO PROCON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
371/2021	03/05/2021	CONTRATA GRASIELA ELEOTÉRIO PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE DENTISTA ESF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
372/2021	05/05/2021	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA N° 327/2021 DE 05/04/2021 QUE NOMEOU MARIANA ALVES FERREIRA PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETOR SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE MORRO DA FUMAÇA – FUMAF.
373/2021	05/05/2021	NOMEIA SILVIA SARTOR ROSENG O PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETOR SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE MORRO DA FUMAÇA – FUMAF.
374/2021	05/05/2021	DESIGNA O SERVIDOR LUCAS BITTENCOURT FERNANDES, OCUPANTE DO CARGO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL PARA EXECER SUAS ATIVIDADES NO ESF IWALDO LUCIANO.
375/2021	05/05/2021	DESIGNA A SERVIDORA ELIETE SANTOS DE JESUS PARA EXERCER SUAS FUNÇÕES JUNTO A FARMÁCIA MUNICIPAL.
376/2021	05/05/2021	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA SUELEN JUNG PEDRO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
377/2021	05/05/2021	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE GILMARA SILVEIRA VISCARDI, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE DENTISTA ESF.
378/2021	06/05/2021	CONTRATA GILMARA SILVEIRA VISCARDI PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE DENTISTA ESF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
379/2021	06/05/2021	EXONERA A SERVIDORA JUCELIA LIMAS INÊS ABEL OCUPANTE DO CARGO DE INSTRUCTOR DE CURSO PROFISSIONALIZANTE EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
380/2021	07/05/2021	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE LUZIA SARTOR VIEIRA MADEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE DENTISTA ESF.
381/2021	10/05/2021	DESIGNA A SERVIDORA IONICE GOULART PEREIRA, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA PARA EXECER SUAS ATIVIDADES NO NA UBS MARIA MAGAGNIN MARAGNO.

382/2021	10/05/2021	CONTRATA CECILIANE GISLON MOREIRA DA ROSA PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE ENFERMEIRA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
383/2021	10/05/2021	DESIGNA A SERVIDORA CECILIANE GISLO MOREIRA DA ROSA, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA PARA EXECER SUAS ATIVIDADES NO ESF ALFREDO VALSECHI
384/2021	10/05/2021	CONTRATA JOISER DA SILVA RODRIGUES PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE DENTISTA ESF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
385/2021	10/05/2021	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE KELLEN VIEIRA DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA.
386/2021	11/05/2021	NOMEIA KELLEN VIEIRA DA SILVA PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ENFERMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
387/2021	12/05/2021	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE ANA CAROLINE ELIAS, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
388/2021	13/05/2021	CONTRATA ALINE GHIZZO BARDINI PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
389/2021	14/05/2021	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA ANA NERICE DO NASCIMENTO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
390/2021	17/05/2021	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE RAFAELA BITENCOURT THOMAZ, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA EM VIRTUDE DO AFASTAMENTO DA PROFESSORA TITULAR JANILI MARTIGNAGO CASAGRANDE.
391/2021	17/05/2021	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE VAEDINA LOPES FELISBINO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
392/2021	18/05/2021	REDUZ A CARGA HORÁRIA DA PROFESSORA BEATRIZ TEIXEIRA BACK EM VIRTUDE DO RETORNO DA TITULAR TALITA BORTOLATTO.
393/2021	18/05/2021	REDUZ A CARGA HORÁRIA DA PROFESSORA ROSANE APARECIDA SIMÃO DA ROSA EM VIRTUDE DO RETORNO DA TITULAR MARA RÚBIA DE BITENCOURT FRASSON.
394/2021	18/05/2021	REDUZ A CARGA HORÁRIA DA PROFESSORA LUCIANE BÚRIGO MATHIOLA EM VIRTUDE DO RETORNO DA TITULAR TAISE VIEIRA DELA VEDOVA.
395/2021	18/05/2021	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE GABRIELA GRACIANO VIEIRA VOTRE, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
396/2021	18/05/2021	REDUZ A PEDIDO A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA TALITA BORTOLATTO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
397/2021	18/05/2021	REDUZ A PEDIDO A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA CRISTHIE SALVAN, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
398/2021	18/05/2021	CONTRATA CAROLINE DE MORAES PENNO DA ROSA PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE MÉDICA PEDIATRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
399/2021	18/05/2021	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE FERNANDO BOM SIMON SACHI, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR

400/2021	18/05/2021	CONTRATA POLIANA MARIA DA CONCEIÇÃO PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
401/2021	18/05/2021	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, A SERVIDORA CLAUDIA MARA DE SOUZA OLIVEIRA.
402/2021	19/05/2021	CONTRATA MARILENE ROSA DE OLIVEIRA PACAGNAN PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSOR(A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
403/2021	19/05/2021	CONTRATA RENATA ZEFERINO PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSOR(A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
404/2021	19/05/2021	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE DAIANE DA SILVA COSTA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
405/2021	21/05/2021	PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO DE TRABALHO DE EVELY DOS SANTOS ROCHA, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM.
406/2021	24/05/2021	NOMEIA SAIANE STEINBACK PARA OCUPAR O CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
407/2021	24/05/2021	CONTRATA ELIZANDRA MARTINS ALVES PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
408/2021	24/05/2021	NOMEIA DAVI CIZESKI SALVAN PARA OCUPAR O CARGO COMISSIONADO DE COORDENADOR MUNICIPAL DO PROCON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
409/2021	24/05/2021	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE ARIANE ADILIA NICOLAU DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
410/2021	26/05/2021	DETERMINA O AFASTAMENTO DE SERVIDORA GESTANTE, CONFORME LEI FEDERAL Nº 14.151 DE 12 DE MAIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
411/2021	26/05/2021	CONTRATA FLAVIA ROSSO FRETTA PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSOR(A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
412/2021	26/05/2021	CONTRATA CRISTIANE CRUZ FERREIRA MUTTINI PARA OCUPAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE PROFESSOR(A) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
413/2021	26/05/2021	DETERMINA O AFASTAMENTO DE SERVIDORA GESTANTE, CONFORME LEI FEDERAL Nº 14.151 DE 12 DE MAIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
414/2021	26/05/2021	DETERMINA O AFASTAMENTO DE SERVIDORA GESTANTE, CONFORME LEI FEDERAL Nº 14.151 DE 12 DE MAIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CT FMAS MAIO/2021

Publicação Nº 3093128

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/2

CNPJ: 01.456.013/0001-32
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2021.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ALEXANDRE DE FARIAS 95114440934**CNPJ:** 19.738.247/0001-38**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 6/2021**Fundamento Legal:****Objeto:** O presente instrumento tem como OBJETO, a prestação, pela CONTRATADA, de serviços técnicos especializados em Muay Thai para o projeto REEDUCAR no município de Morro da Fumaça/SC.**Data da Assinatura:** 03/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/06/2021**Vigência:** 03/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12.005,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** SOLIMAR ESPINDOLA**CNPJ:** 25.987.531/0001-40**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 41/2021**Número do Processo:** 41/2021**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 7/2021**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇO DE ROÇADA MANUAL OU MECANIZADA, NOS LOCAIS INDICADOS NO ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 12/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 12/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.063,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/2

CNPJ: 01.456.013/0001-32

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2021.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Contrato ou Aditivo:** 7-5/2018**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Fundamento Legal:**

Objeto: 1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.
2. Bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:
a. Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado.
b. Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimento

Data da Assinatura: 24/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/06/2021**Vigência:** 24/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.959,76**Forma de Pagamento:**

CT FMS MAIO/2021

Publicação Nº 3093131

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/4

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2021.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CRISTIANE D'ACAMPORA GUAZZI**C.P.F.:** 905.874.727-15**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 3/2021**Número do Processo:** 3/2021**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 27/2021**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE ESPECIALIDADES MEDICAS conforme anexo**Data da Assinatura:** 11/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 11/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 14.850,00**Forma de Pagamento:** PARCELADO**Contratado:** DAT INFORMATICA EIRELI**CNPJ:** 04.572.854/0001-01**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 152/2019**Número do Processo:** 152/2019**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 4-40/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DAS IMPRESSORAS DO MUNICIPIO.**Data da Assinatura:** 12/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 31/12/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.428,48**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA

Folha: 2/4

CNPJ: 10.598.648/0001-65

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2021.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SOLIMAR ESPINDOLA**CNPJ:** 25.987.531/0001-40**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 41/2021**Número do Processo:** 41/2021**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 28/2021**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇO DE ROÇADA MANUAL OU MECANIZADA, NOS LOCAIS INDICADOS NO ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 12/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 12/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 30.669,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DAAMREC - CISAM**CNPJ:** 13.791.885/0001-36**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 29/2021**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATO DE RATEIO PARA APOIO FINANCEIRO E CUSTEIO DE MANUTENÇÃO PARA LEITOS DE UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA - UTI, PARA TRATAMENTO DE PESSOAS INFECTADAS PELO COVID-19, DECORRENTE DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.**Data da Assinatura:** 19/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/06/2021**Vigência:** 19/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 99.551,43**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 3/4

CNPJ: 10.598.648/0001-65

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2021.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 7-3/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** 1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.**Data da Assinatura:** 24/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/06/2021**Vigência:** 24/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.042,30**Forma de Pagamento:****Contratado:** LABORATÓRIO SANTA INÊS**CNPJ:** 01.270.095/0001-26**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 9/2021**Número do Processo:** 9/2021**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 30/2021**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇOS LABORATORIAIS (EXAMES), QUE SERÃO OFERTADOS AOS USUÁRIOS DO SERVIÇO ÚNICO DE SAÚDE - SUS. A RELAÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DO PRESENTE CREDENCIAMENTO ENCONTRA-SE NO ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 28/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/06/2021**Vigência:** 28/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 168.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

CNPJ: 10.598.648/0001-65

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Folha: 4/4

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2021.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** LABORATORIO PREVE LTDA**CNPJ:** 03.288.464/0001-33**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 9/2021**Número do Processo:** 9/2021**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 31/2021**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇOS LABORATORIAIS (EXAMES), QUE SERÃO OFERTADOS AOS USUÁRIOS DO SERVIÇO ÚNICO DE SAÚDE - SUS, A RELAÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DO PRESENTE CREDENCIAMENTO ENCONTRA-SE NO ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 28/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/06/2021**Vigência:** 28/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 72.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

CT FUMAF MAIO/2021

Publicação Nº 3093144

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

Folha: 1/2

CNPJ: 11.411.583/0001-60
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2021.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

Contratado: NOVA ERA ENGENHARIA E CONSTRUCAO EIRELI - ME
CNPJ: 27.234.456/0001-72
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
Número da Licitação: 1/2021 Número do Processo: 1/2021 Outra Entidade: Não
Número do Contrato ou Aditivo: 4/2021
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO CENTRO DE TRIAGEM, conforme anexo

Data da Assinatura: 03/05/2021
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/06/2021
Vigência: 03/05/2021 a 31/12/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 214.345,56

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: SOLIMAR ESPINDOLA
CNPJ: 25.987.531/0001-40
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Número da Licitação: 41/2021 Número do Processo: 41/2021 Outra Entidade: Sim
Número do Contrato ou Aditivo: 5/2021
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇO DE ROÇADA MANUAL OU MECANIZADA, NOS LOCAIS INDICADOS NO ANEXO I DO EDITAL.

Data da Assinatura: 12/05/2021
Data da Publicação no Diário Oficial:
Vigência: 12/05/2021 a 31/12/2021
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 2.119,50

Forma de Pagamento: À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

Folha: 2/2

CNPJ: 11.411.583/0001-60

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2021.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 124/2017**Número do Processo:** 124/2017**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 9-1/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL E EM SEU ANEXO I.**Data da Assinatura:** 24/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/06/2021**Vigência:** 24/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.769,30**Forma de Pagamento:**

CT FUMET MAIO/2021

Publicação Nº 3093151

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO**

Folha: 1/2

CNPJ: 11.411.625/0001-62
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2021.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** NOVA ERA ENGENHARIA E CONSTRUCAO EIRELI - ME**CNPJ:** 27.234.456/0001-72**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 1/2021**Número do Processo:** 1/2021**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 2/2021**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FINALIZAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL SUIÇO EM ESTAÇÃO COCAL conforme anexo.**Data da Assinatura:** 03/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/06/2021**Vigência:** 03/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 83.146,76**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** SOLIMAR ESPINDOLA**CNPJ:** 25.987.531/0001-40**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 41/2021**Número do Processo:** 41/2021**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 3/2021**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇO DE ROÇADA MANUAL OU MECANIZADA, NOS LOCAIS INDICADOS NO ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 12/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 12/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 42.978,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO**

CNPJ: 11.411.625/0001-62

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Folha: 2/2

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2021.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Contrato ou Aditivo:** 7-1/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** 1.Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Data da Assinatura:** 24/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/06/2021**Vigência:** 24/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.745,28**Forma de Pagamento:**

CT PMMF MAIO/2021

Publicação Nº 3093134

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/6

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2021.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 124/2017**Número do Processo:** 124/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 11-3/2018**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL E EM SEU ANEXO I.

Data da Assinatura: 03/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/06/2021**Vigência:** 03/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.240,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** BCL EMPREENDIMENTOS LTDA**CNPJ:** 12.218.083/0001-79**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 5/2021**Número do Processo:** 5/2021**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-18/2021**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS LIBERO FORTUNATO E TRANQUILLO SARTOR, conforme convênio Nº 013937/2020 e 0502047-87/18

Data da Assinatura: 03/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/06/2021**Vigência:** 03/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:** 04.01 15.452.0009 1.017.4.4.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.511,82**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 2/6

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2021.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** TIO ZECA TRANSPORTES DE PASSAGEIROS EIRELI**CNPJ:** 31.692.390/0001-31**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 140/2019**Número do Processo:** 140/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 3-49/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 05/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/06/2021**Vigência:** 05/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 57.592,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** EXPRESSO COLETIVO SAO JOAO EIRELI**CNPJ:** 09.144.807/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 140/2019**Número do Processo:** 140/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 5-48/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 05/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/06/2021**Vigência:** 05/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:** 05.01 12.364.0007 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 57.592,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 3/6

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2021.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MS PRESTACAO DE SERVICOS E MANUTENCAO LTDA**CNPJ:** 08.786.577/0001-82**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 40/2021**Número do Processo:** 40/2021**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 29/2021**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO CEI VANOLDA GREGORIO ESPINDOLA PAGNAN, conforme anexo**Data da Assinatura:** 10/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/05/2021**Vigência:** 10/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 332.451,72**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** SERVTEC SOLUCOES EM ENGENHARIA E SEGURANCA LTDA**CNPJ:** 00.586.327/0001-97**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 160/2020**Número do Processo:** 160/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 30/2021**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA/CAPINA MECANIZADA, VARRIÇÃO, LIMPEZA, JARDINAGEM, ORNAMENTAÇÃO E PINTURA DE MEIO FIO, NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.**Data da Assinatura:** 12/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/06/2021**Vigência:** 12/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 415.200,00**Forma de Pagamento:** mensal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 4/6

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2021.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SOLIMAR ESPINDOLA**CNPJ:** 25.987.531/0001-40**Modalidade:** PREGÃO ELETRÔNICO**Número da Licitação:** 41/2021**Número do Processo:** 41/2021**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 31/2021**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAR SERVIÇO DE ROÇADA MANUAL OU MECANIZADA, NOS LOCAIS INDICADOS NO ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 12/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/06/2021**Vigência:** 12/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 150.748,50**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** 40ITO COMUNICACAO DIGITAL LTDA**CNPJ:** 16.758.139/0001-39**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 13/2021**Número do Processo:** 13/2021**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 32/2021**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 13/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/06/2021**Vigência:** 13/05/2021 a 13/05/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 5/6

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2021.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SOM MAIOR FM LTDA**CNPJ:** 79.649.984/0001-96**Modalidade:** Outras Modalidades**Número da Licitação:** 13/2021**Número do Processo:** 13/2021**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 33/2021**Fundamento Legal:****Objeto:** CREDENCIAMENTO DE JORNAIS, REVISTA E SITE conforme anexo.**Data da Assinatura:** 13/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/06/2021**Vigência:** 13/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** RD ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA**CNPJ:** 35.060.552/0001-70**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 38/2021**Número do Processo:** 38/2021**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-26/2021**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO DA RUA ELIAS MACCARI TRECHO 2, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 24/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/06/2021**Vigência:** 24/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:** 04.01 15.452.0009 1.017.4.4.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.899,93**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 6/6

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2021.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 124/2017**Número do Processo:** 124/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 12-3/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL E EM SEU ANEXO I.**Data da Assinatura:** 24/05/2021**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/06/2021**Vigência:** 24/05/2021 a 31/12/2021**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 137.209,58**Forma de Pagamento:**

CT SAMAE MAIO/2021

Publicação Nº 3093142

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE MORRO DA FUMACA

Folha: 1/1

CNPJ: 31.739.132/0001-63
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SCMês/Ano da Assinatura:

Maio/2021.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI - ME

CNPJ: 05.931.197/0001-04

Modalidade:

Número da Licitação:

Número do Processo:

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 17/2021

Fundamento Legal:

Objeto: Constitui objeto deste contrato o fornecimento de TUBOS, HIDROMETROS e CONEXÕES aos consorciados do CISAM-SUL, com entrega na sede dos respectivos entes consorciados, com base na ata do certame do Pregão Presencial nº 01/2021 e sua Ata de Registro de Preços.

Data da Assinatura: 10/05/2021

Data da Publicação no Diário Oficial: 09/06/2021

Vigência: 10/05/2021 a 31/12/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 4.620,00

Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: BOMMOTOR COMERCIO DE BOMBAS E MOTORES LTDA

CNPJ: 85.155.703/0001-41

Modalidade:

Número da Licitação:

Número do Processo:

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 18/2021

Fundamento Legal:

Objeto: Constitui objeto deste contrato a AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS MOTOBOMBAS, a serem utilizadas na ampliação do sistema de abastecimento de água municipal, com base na ata do certame do Pregão Presencial nº 12/2020 e sua Ata de Registro de Preços, conforme segue:

Data da Assinatura: 27/05/2021

Data da Publicação no Diário Oficial: 09/06/2021

Vigência: 27/05/2021 a 31/12/2021

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 13.870,00

Forma de Pagamento: À Vista

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO ELETRÔNICO 05/2021 FMS

Publicação Nº 3095681

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 759F013B35A44D64CFAEDA4F3C1FFD96B461F5B1

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO ELETRÔNICO 05/2021 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão eletrônico para registro de preços visando a aquisição de medicamentos da listagem brasíndice de a à z (éticos, genéricos e similares) para atender a demanda assistencial e judicial da Secretaria de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde de Navegantes/SC. Disputa em meio eletrônico com uso da plataforma BNC. Interessados deveram cadastrar-se no site <http://bnc.org.br/cadastro/>. Entrega das propostas a partir do dia 14/06/2021 até as 13h30 do dia 05/07/2021. Início da sessão em meio eletrônico as 14h00 do dia 05/07/2021. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Libardoni Fronza – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO ELETRÔNICO 53/2021 PMN

Publicação Nº 3095698

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 75990DD30A9D7C4742D868C2A43824E921BCC63E

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO ELETRÔNICO 53/2021 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão eletrônico para registro de preços visando a aquisição de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis), que restaram desertos e fracassados do PP nº 19/2021 para composição do cardápio dos alunos devidamente matriculados na rede municipal de ensino (Educação Infantil e Ensino Fundamental) para o ano letivo de 2021, através da Secretaria Municipal de Educação de Navegantes/SC. Disputa em meio eletrônico com uso da plataforma BNC. Interessados deveram cadastrar-se no site <http://bnc.org.br/cadastro/>. Entrega das propostas a partir do dia 14/06/2021 até as 13h30 do dia 06/07/2021. Início da sessão em meio eletrônico as 14h00 do dia 06/07/2021. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Libardoni Fronza – Prefeito.

CONTRATO 1013 DE 07 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095656

CONTRATO Nº 1013/2021.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA, inscrito no CPF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. DITMAR ALFONSO ZIMATH, inscrito no CPF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado PATRICIA DE PAULA SANTIAGO SHIMABUKU inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de MÉDICO CLÍNICO GERAL, através do Processo Seletivo Simplificado – Edital 014/2021, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 01/06/2021, e término na data de 30/11/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 7.034,93 (sete mil e trinta e quatro reais e noventa e três centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais tendo um total mensal de 100 horas, a serem cumpridas de acordo com a necessidade do serviço, devidamente comprovado pelos meios utilizados para apuração de frequência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 07 de junho de 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza
Prefeito Municipal de Navegantes

Ditmar Alfonso Zimath
Secretário de Administração

Patricia de Paula Santiago Shimabuku
Contratado

CONTRATO 1014 DE 07 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095657

CONTRATO Nº 1014/2021.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA, inscrito no CPF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. DITMAR ALFONSO ZIMATH, inscrito no CPF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado MANOELA LUZA CAR-RARD inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de MÉDICO CLÍNICO GERAL, através do Processo Seletivo Simplificado – Edital 014/2021, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 01/06/2021, e término na data de 30/11/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 14.069,86 (quatorze mil e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais tendo um total mensal de 200 horas, a serem cumpridas de acordo com a necessidade do serviço, devidamente comprovado pelos meios utilizados para apuração de frequência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 07 de junho de 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza
Prefeito Municipal de Navegantes

Ditmar Alfonso Zimath
Secretário de Administração

Manoela Luza Carrard
Contratado

CONTRATO 995 DE 25 DE MAIO DE 2021

Publicação Nº 3095655

CONTRATO Nº 995/2021.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. LIBARDONI LAURO CLAUDINO FRONZA, inscrito no CPF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. DITMAR ALFONSO ZIMATH, inscrito no CPF sob o nº. XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado RODRIGO CAMPOS DE CASTRO inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de MÉDICO CLÍNICO GERAL, através do Processo Seletivo Simplificado – Edital 009/2021, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 25/05/2021, e término na data de 24/11/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 7.034,93 (sete mil e trinta e quatro reais e noventa e três centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais tendo um total mensal de 100 horas, a serem cumpridas de acordo com a necessidade do serviço, devidamente comprovado pelos meios utilizados para apuração de frequência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 25 de maio de 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza
Prefeito Municipal de Navegantes

Ditmar Alfonso Zimath
Secretário de Administração

Rodrigo Campos de Castro
Contratado

DISTRATO 1012 DE 01 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095658

DISTRATO Nº 1012-2021

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado ALESSANDRA PAULA DE OLIVEIRA – CPF XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO DO CONTRATADO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 1053/2020, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/06/2021.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 01 de junho de 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza Prefeito do Município de Navegantes		Ditmar Alfonso Zimath Secretário de Administração e Logística Alessandra Paula de Oliveira Contratado
------------------------------------------------------------------------	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Testemunhas:

NATHALIA ZABEL

JOSIANI DA SILVA

DISTRATO 1015 DE 08 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095661

DISTRATO Nº 1015-2021

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Libardoni Lauro Claudino Fronza, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Ditmar Alfonso Zimath, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado JOSIANE ALVES MOREIRA – CPF XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO DO CONTRATADO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 34/2021, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 04/06/2021.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de junho de 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza Prefeito do Município de Navegantes		Ditmar Alfonso Zimath Secretário de Administração e Logística Josiane Alves Moreira Contratado
------------------------------------------------------------------------	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Testemunhas:

NATHALIA ZABEL

JOSIANI DA SILVA

EDITAL DE CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO 041/2020 - SME

Publicação Nº 3095678

PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 020/2021

EDITAL DE CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO 041/2020, DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS AGENTE DE EDUCAÇÃO, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, MONITOR, PROFESSOR DE ARTE, PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA, PROFESSOR DE HISTÓRIA, PROFESSOR DE GEOGRAFIA, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PROFESSOR DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a oitava chamada do Edital do Processo Seletivo 041/2020 para o provimento da função de agente de educação, agente de serviços gerais, monitor, professor de arte, professor de língua portuguesa, professor de história, professor de geografia, professor de educação física, professor de educação infantil e professor de sala de recursos multifuncionais.

Serão chamados para o provimento a partir de 21 de JUNHO de 2021 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Processo Seletivo 041/2020 conforme segue:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
Agente de educação 20H	02	20 H	VESPERTINO
Agente de educação 30H	03	30 H	VESPERTINO
Agente de educação 40H	03	40 H	INTEGRAL
Agente de Serviços Gerais	02	40 H	INTEGRAL
Monitor de Educação Infantil	01	30 H	VESPERTINO
Professor de Arte	01	20 H	MAT/VESP
Professor de Língua Portuguesa	02	20 H	VESPERTINO
Professor de História	01	10H	VESPERTINO
Professor de Geografia	01	20 H	VESPERTINO
Professor de Educação Física	01	20 H	MAT/VESP
Professor de Educação Infantil	03	20/40 H	MAT/VESP
Professor de Sala de Recurso Multi-funcional	01	40 H	MAT/VESP

2. Das Exigências para a Contratação

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO:

- Qualificação Cadastral (<http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>)
- 1 foto 3x4 atualizada
- 1 cópias do RG – Carteira de Identidade – não pode ser habilitação
- 1 cópias do CPF
- Situação cadastral do CPF, consultar no site:
<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>
- 1 cópias do comprovante de residência – em nome do candidato, do pai ou da mãe, do cônjuge anexar cópia da certidão de casamento ou declaração de residência autenticada em cartório ou originais e cópias.
- Cópia da certidão de nascimento ou casamento ou escritura pública de união estável ou documento similar emitido por autoridade de registro civil com cópia do RG e CPF do(a) companheiro(a)
- Cópia do certificado de reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino até 45 anos)
- Cópia do Título de Eleitor
- Questionário Pré Admissional preenchido para laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; A data do exame será agendada no ato da entrega de documentos.
- 1 cópia da carteira profissional frente e verso, constando: número, série, U.F. e data de expedição
- 1 cópia do número de PIS/PASEP
- 1 cópia do conselho de registro profissional (se o cargo exigir)
- DIPLOMA ou HISTÓRICO ESCOLAR comprovando a escolaridade e a especialidade exigida para o cargo cópia e original,
- Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios
- Certidão de Nascimento dos dependentes, ou RG.
- CPF dos dependentes, (nascidos antes de janeiro de 2018).
- 1 cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos

- u. 1 cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos
- v. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente
- w. Se possuir filhos menores de 18 anos: RG ou Certidão de Nascimento
- x. Se possuir filhos entre 18 e 21 anos: RG e CPF
- y. Se possuir filhos com algum tipo de deficiência incapacitante permanente: laudo médico e documentação do dependente RG e CPF
- z. Se possui filhos dependentes em situação de guarda, tutela ou curatela: termo correspondente e documentação do dependente RG e CPF
- aa. Certidões de negativas de antecedentes criminais:
 - a) da Justiça Federal (www.trf4.jus.br) certidão cível, criminal, eleitoral 1º grau e eleitoral 2º grau
 - b) da Justiça Estadual (<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do> ou no Fórum da sua Cidade) - criminal
 - c) da Justiça Eleitoral (www.tse.gov.br) certidão de quitação e de crimes eleitorais.
- 2.1. A aprovação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.
- 2.2. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

OBS: Os itens o, p, q foram anexados os formulários para preenchimento, assinatura e apresentação com toda a documentação.

3. Dos candidatos a serem chamados

2.1. Cargo: Cargo: Agente de educação – 20 horas

Deverão comparecer todos os candidatos aprovados, QUE SOLICITARAM FINAL DE FILA OU QUE NÃO OCUPARAM VAGA, que poderão escolher vaga em ordem de classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

2.2. Cargo: Agente de educação – 30 horas

1.	CARLA DE CASTRO FRAGA
2.	MEIBEL DAIANA GODINHO GODOI
3.	DULCENEIA DOS SANTOS ALVES

2.2.1. Cargo: Agente de educação – 30 horas

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

1.	MARIA IVANI REIS DE OLIVEIRA
2.	CAMILA DA SILVA KAULE
3.	MARÍLIA MARTINS FABRICIO DA SILVA
4.	LUCIANA DA SILVA
5.	ANNELISE DOLORIS WEIRICH
6.	JOELMA FRANCISCA DA SILVA
7.	VANESSA DOS SANTOS OLIVEIRA LAGE
8.	LORENA DO NASCIMENTO MANGRICH
9.	ROSANE MARIA FRANCISCO FERNANDES
10.	CRISTIANE COSTA VICENTE

2.3. Cargo: Agente de educação – 40 horas

1.	JOÃO DA SILVA LIMA NETO
2.	JONATAS DA SILVA CHAGAS
3.	ANA FAGUNDES PINTO DO REGO

2.3.1. Cargo: Agente de educação – 40 horas

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

1.	ANA PAULA MASSIROLI DIAS
2.	GEISE DE OLIVEIRA

3.	JANIO PEREIRA DO CARMO
4.	GRAZIELA DEBARBA
5.	CAROLINE NASCIMENTO DA SILVA PRADO
6.	ANA LUISA ROCHA
7.	LILIAN COSTA DOS SANTOS
8.	ISADORA MENDONÇA
9.	JOSIANE SANTOS DA SILVA
10.	SOFIA RIBEIRO CHAVES

2.4. Cargo: Agente de Serviços Gerais

1.	JOSEFA FRANÇA DINIZ
2.	ADELIR STAMMJOHANN PEREIRA

2.4.1. Cargo: Agente de Serviços Gerais

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

1.	LENICE DOS SANTOS COELHO
2.	VALDENISE DA COSTA FELÍCIO
3.	GLAUCIMAR VIEIRA DOS SANTOS SILVA
4.	FERNANDO MARQUARDT
5.	RUTE DE MOURA BUNDE
6.	MARIA ANGELICA DA VITORIA
7.	ALBERTO JACOB WEINGARTNER
8.	MARIA VERONICA DOS SANTOS
9.	JULIANA KONINCK
10.	ELIANE CRISTINA DOS SANTOS

2.5. Cargo: Monitora de Educação Infantil

1.	MIRIAN OLIVEIRA DE SENA MANELLI
----	---------------------------------

2.5.1. Cargo: Monitora de Educação Infantil

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

1.	DANIELA FABRÍCIO
2.	MARIA ISAURA SANTOS COUTINHO BARETO
3.	TAYNARA SARTORI GONÇALVES
4.	EDIVANIA SILVA FRANÇA
5.	CARLA INFANCIA RODRIGUES
6.	MÔNICA SILVA WOUTER VERHAERT
7.	VANDERLEIA PEREIRA DE GODOI
8.	LIARA GOMES
9.	SARA DA SILVA
10.	ADRIANA PAULA MORAES BAHR

2.6. Cargo: Professor de Arte

Deverão comparecer todos os candidatos aprovados, QUE SOLICITARAM FINAL DE FILA OU QUE NÃO OCUPARAM VAGA, pois poderão escolher vaga, em ordem de classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

2.7. Cargo: Professor de Língua Portuguesa

Deverão comparecer todos os candidatos aprovados, QUE SOLICITARAM FINAL DE FILA OU QUE NÃO OCUPARAM VAGA, pois poderão

escolher vaga, em ordem de classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

2.8. Cargo: Professor de História

1.	ANA KAROLINE DONCA
----	--------------------

2.8.1. Cargo: Professor de História

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

1.	ALEXANDRE MOSER
2.	JESIEIDE PINHEIRO FERREIRA
3.	NÁDIA REGINA CECCON
4.	ROSA MARIA NUNES
5.	ISABEL DA SILVEIRA
6.	HUGO ANTONIO ZANARDI PERRONDI
7.	ANTÔNIO RAFAEL AIRICH
8.	RONALDO COSTA DE SALES

2.9. Cargo: Professor de Geografia

1.	ANA CAROLINE MACIEL PAZ
----	-------------------------

2.9.1. Cargo: Professor de Geografia

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

1.	BRUNO DE SOUSA ABREU – final de fila
2.	JULIO CESAR FERREIRA GOMES – final de fila
3.	PRISCILA FERREIRA VERCOSA XAVIER – final de fila
4.	EDSON SCHULZ - NH
5.	SUELEN DE ALENCAR LOPES - NH
6.	FLÁVIA CRISTINA MACHADO ANTUNES NEVES - NH

2.10. Cargo: Professor de Educação Física

Deverão comparecer todos os candidatos aprovados, QUE SOLICITARAM FINAL DE FILA OU QUE NÃO OCUPARAM VAGA, pois poderão escolher vaga, em ordem de classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

2.11. Cargo: Professor de Educação Infantil

1.	LETÍCIA DE PAULA ALMEIDA ROSA
2.	TÁZLA AZEREDO PEREIRA
3.	SHEILA LIMA DOS SANTOS

2.11.1. Cargo: Professor de Educação Infantil

Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas, os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

1.	ANGELA MARIA VIEIRA PASSOS
2.	CARMEN LUCIA DOS SANTOS
3.	ELIETE BORGES ALVES DA SILVA
4.	GISELE DE SOUZA
5.	IARA FRANÇA RITTER
6.	FRANCIELLI DE LIMA

7.	MICHEL SPIESS FERREIRA
8.	PATRICIA ALESSANDRA DOS SANTOS
9.	ALESSANDRA CORRÊA
10.	MARIA APARECIDA NUNES MIGUEL
11.	MARILIA MARIA DE SOUZA
12.	MÁRCIA CRISTINA DE SOUZA
13.	EDINA PAULA SLAVIERO DOS SANTOS
14.	THAYS BALBINO FERNANDEZ

3. Da entrega de documentos e escolha de vagas:

Favor chegar com apenas cinco (05) minutos de antecedência!!!!

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Agente de educação 20H	17/06	13:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Agente de educação 30H	17/06	13:05	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Agente de educação 40H	17/06	13:25	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Agente de Serviços Gerais	17/06	13:45	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Monitor de Educação Infantil	17/06	13:55	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de Arte	17/06	14:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de Língua Portuguesa	17/06	14:05	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de História	17/06	14:10	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de Geografia	17/06	14:20	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de Educação Física	17/06	14:30	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de Educação Infantil	17/06	14:35	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de Sala de Recurso Multi-funcional	17/06	14:50	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

* RH da Prefeitura Municipal de Navegantes – situado a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro – próximo ao Ferry Boat

4. Do exame médico:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Agente de educação 20H	18/06	14:00	Junta médica – Avenida Conselheiro João Gaya -996
Agente de educação 30H	18/06	14:00	Junta médica – Avenida Conselheiro João Gaya -996
Agente de educação 40H	18/06	14:00	Junta médica – Avenida Conselheiro João Gaya -996
Agente de Serviços Gerais	18/06	14:00	Junta médica – Avenida Conselheiro João Gaya -996
Monitor de Educação Infantil	18/06	14:00	Junta médica – Avenida Conselheiro João Gaya -996
Professor de Arte	18/06	14:30	Junta médica – Avenida Conselheiro João Gaya -996
Professor de Língua Portuguesa	18/06	14:30	Junta médica – Avenida Conselheiro João Gaya -996
Professor de História	18/06	14:30	Junta médica – Avenida Conselheiro João Gaya -996
Professor de Geografia	18/06	14:30	Junta médica – Avenida Conselheiro João Gaya -996
Professor de Educação Física	18/06	14:30	Junta médica – Avenida Conselheiro João Gaya -996

Professor de Educação Infantil	18/06	14:30	Junta médica – Avenida Conselheiro João Gaya -996
Professor de Sala de Recurso Multi-funcional	18/06	14:30	Junta médica – Avenida Conselheiro João Gaya -996

Favor chegar com apenas cinco (05) minutos de antecedência!!!!

5. Da retirada do encaminhamento para a unidade escolar:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Agente de educação 20H	18/06	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Agente de educação 30H	18/06	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Agente de educação 40H	18/06	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Agente de Serviços Gerais	18/06	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Monitor de Educação Infantil	18/06	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de Arte	18/06	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de Língua Portuguesa	18/06	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de História	18/06	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de Geografia	18/06	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de Educação Física	18/06	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de Educação Infantil	18/06	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
Professor de Sala de Recurso Multi-funcional	18/06	16:00	RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

6. Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, enviados por e-mail para o e-mail cadastrados pelo candidato no ato da inscrição e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Administração.

Navegantes (SC), 11 de junho de 2021.

Libardoni Lauro Claudino Fronza
Prefeito Municipal

Patrícia Duarte Cidral
Secretária de Educação

Ditmar Alfonso Zimath
Secretário da Administração e Logística
ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME _____ TELEFONE _____
RG _____ CPF _____ DATA DE NASCIMENTO ____/____/____
END _____
Nº _____
BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____
CARGO _____ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EFETIVO () ACT (X) COMISSIONADO ()

QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL MASCULINO

01 – Fumante ?

☐ Sim ☐ Não ☐ Ex fumante

02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?

☐ Sim ☐ Não

03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?

☐ Sim ☐ Não

04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?

☐ Sim ☐ Não

05- Já teve algum acidente de trabalho importante?

☐ Sim ☐ Não

06 – Tem filhos ?Quantos?

☐

07 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?

☐ Sim ☐ Não

08 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?

☐ Sim ☐ Não

09 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?

☐ Sim ☐ Não

10 – Algum problema de visão ?

☐ Sim ☐ Não

11 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?

☐ Sim ☐ Não

12 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?

☐ Sim ☐ Não

13 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?

☐ Sim ☐ Não

14 – Sente dor no peito , como : palpitação?

☐ Sim ☐ Não

15 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimenta sente alguma dor? Se sim qual?

☐ Sim ☐ Não

16 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?

☐ Sim ☐ Não

17 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?

☐ Sim ☐ Não

18 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?

☐ Sim ☐ Não

19 – Como esta sua alimentação ?

Adequada ☐ Não adequada ☐

20 – Como esta seu sono ?

De boa qualidade ☐ Sem qualidade ☐

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: _____

Data : ____/____/____

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME _____ TELEFONE _____

RG _____ CPF _____ DATA DE NASCIMENTO ____/____/____

END _____

Nº _____

BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____

CARGO _____ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EFETIVO ☐ ACT ☒ COMISSIONADO ☐

QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL FEMININO

01 – Fumante ?

☐ Sim ☐ Não ☐ Ex fumante

02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?

- () Sim () Não
03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?
() Sim () Não
04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?
() Sim () Não
05- Já teve algum acidente de trabalho importante?
() Sim () Não
06 – Já esteve grávida ?
() Sim () Não
07 – Quantos filhos?
()
08 – Parto Normal ou Cesária ?
Normal () Cesária () Normal e Cesária ()
09 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?
() Sim () Não
10 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?
() Sim () Não
11- Tem menstruação regular ?
() Sim () Não
12 – Toma algum anticoncepcional ? qual (is)?
() Sim () Não
13 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?
() Sim () Não
14 – Algum problema de visão ?
() Sim () Não
15 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?
() Sim () Não
16 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?
() Sim () Não
17 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?
() Sim () Não
18 – Sente dor no peito , como : palpitação?
() Sim () Não
19 – Sente algum tipo de dor no estômago como : azia ,queimação ou quando se alimenta sente alguma dor? Se sim qual?
() Sim () Não
20 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?
() Sim () Não
21 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?
() Sim () Não
22 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?
() Sim () Não
23 – Como esta sua alimentação ?
Adequada () Não adequada ()
24 – Como esta seu sono ?
De boa qualidade () Sem qualidade ()

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: _____

Data : ____/____/____

ANEXO III
DECLARAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO (A) ADMITIDO (A):

Nome:
Cargo:
Secretaria: Municipal de Educação

Já trabalhou com carteira assinada?

() SIM () NÃO

Se nunca teve carteira assinada, e seja o seu primeiro emprego, informar se tem:

() PIS ou () PASEP () NÃO TEM

Tem dependente para Imposto de Renda?

() SIM () NÃO

Se sim, quais os respectivos nomes dos dependentes?

E-mail do funcionário: _____

Número do telefone do funcionário: _____

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração

Navegantes, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do declarante

DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____, CPF nº. _____, declaro, junto à Prefeitura Municipal de Navegantes, não ter sofrido, no exercício da função pública, as penalidades previstas no art. 137, da Lei nº. 8.112/90, das quais tenho pleno conhecimento.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Navegantes, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do declarante

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

IDENTIFICAÇÃO DO (A) CONTRATADO (A)

Nome:
Secretaria:
Cargo:

Declaro, em cumprimento às disposições legais vigentes, que não estou em disponibilidade, em gozo de aposentadoria, em licença para tratar de interesse particular ou suspensão contratual, nem ocupo nenhum outro cargo/emprego/função em autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e controladas, fundação mantida pelo poder público ou outra entidade que se ache sob seu controle direto ou indireto, quer no âmbito federal, estadual ou municipal.

Assinatura

Navegantes, ____/____/20____.

DECLARAÇÃO DE BENS, DIREITOS, VALORES, COM INDICAÇÃO DAS FONTES DE RENDA CONFORME RESOLUÇÃO TC – 10/94	
1. IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE	
NOME:	
ORGÃO DE LOTAÇÃO:	
CARGO/FUNÇÃO:	
DATA DA POSSE: DATA DA EXONERAÇÃO:	
2. FONTES DE RENDA	
DENOMINAÇÃO:	CGC/CPF:
PREFEITURA DE NAVEGANTES	83.102.855/001-50

3. RELAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO (AQ) ALIENAÇÃO (AL)	VALOR R\$	COD: 1.2 3.4

4. CARGOS. FUNÇÕES OU CARGOS EFETIVOS OCUPADOS NOS ULTIMOS 2 (DOIS) ANOS

ENTIDADE	CARGO	PERÍODO

Atesto para os devidos fins, que os dados constantes da presente declaração são expressão da verdade.

Navegantes, _____ de _____ de 20____.

Assinatura

EXTRATO CONTRATUAL 36/2021 FMS

Publicação N° 3095695

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4FFE4C10BD1C8788CFD0CCAFDEA8C12578E821D5

EXTRATO CONTRATUAL

Prefeitura Municipal de Navegantes

Contrato N°.: 36/2021 FMS

Contratante: Secretaria Municipal de Saúde

Contratada: EVOLUTION LOCAÇÕES, CONSTRUÇÃO, COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 13.314.872/0001-76

Proprietário...: Reginaldo Francisco Moser

Vigência: Início: 11/06/2021 Término: 11/06/2022

Licitação: Dispensa Licitação n° 11/2021 FMS

Valor Total: R\$ 14.799,96

Recursos: Dotações: 05.01.2.160.3.3.90.36.16.00.00.00

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO LOCAÇÃO MENSAL DE CONTAINER REEFER DE 20 PÉS, COM INSTALAÇÃO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SÃO DOMINGOS I (CENTRO DE TRIAGEM DO COVID), ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. (589040): ARTIGO 24, INCISO II DA LEI n° 8/666/93.

Navegantes, 11 de junho de 2021.

EXTRATO – CONTRATO N° 34/2021 PMN

Publicação N° 3095699

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

EXTRATO – CONTRATO N° 34/2021 PMN

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 40/2021 PMN

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA ANÍBAL GAYA, N° 164, CENTRO, NAVEGANTES, SC - PARA SEDE DA JUNTA MÉDICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Locador: Kleis e Cia Ltda, pessoa jurídica inscrita no CNPJ n° 75.394.205/0001-06, localizada na Rua Brusque n° 29, Centro, Cidade de Itajaí, representada por sua sócia administradora Leonora Correa Kleis. Locação através da João Goedert Imóveis Ltda, pessoa jurídica inscrita no CNPJ n° 13.324.473/0001-96, com sede na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, na Avenida José Juvenal Mafra n° 1056,

Centro, Cep nº 88.371-136. Representante Legal: João Goedert Gonçalves.
VALOR TOTAL: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
Vigência: 12 meses.
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso x Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93.
Ditmar Alfonso Zimath - Secretário Municipal de Administração.
Libardoni Lauro Claudino Fronza – Prefeito do Município de Navegantes.
Navegantes, 07 de junho de 2021.

PORTARIA 2738 DE 09 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095652

PORTARIA N º 2738 DE 09 DE JUNHO DE 2021
CONCEDE AFASTAMENTO CONFORME DECRETO 23/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 23 de 28 de janeiro de 2021, artº nº2,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS a CAROLLINNE BATALHA LEITE BOE matrícula 6240503 ocupante do cargo de PROFESSORA com carga horária de 20 horas semanais, com início do afastamento em 07.06.2021 e retorno em 03.09.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 07.06.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JUNHO DE 2021

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2739 DE 09 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095653

PORTARIA N º 2739 DE 09 DE JUNHO DE 2021
CONCEDE AFASTAMENTO CONFORME DECRETO 23/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 23 de 28 de janeiro de 2021, artº nº2,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS a PRISCILA ODETE DA SILVA matrícula 63294405 ocupante do cargo de PROFESSORA com carga horária de 20 horas semanais, com início do afastamento em 04.06.2021 e retorno em 03.09.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 04.06.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JUNHO DE 2021

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2740 DE 09 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095654

PORTARIA N º 2740 DE 09 DE JUNHO DE 2021
CONCEDE AFASTAMENTO CONFORME DECRETO 23/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 23 de 28 de janeiro de 2021, artº nº2,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS a DANIEL DA CUNHA matrícula 18901 ocupante do cargo de PEDREIRO com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 08.06.2021 e retorno em 06.09.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 08.06.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JUNHO DE 2021

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2741 DE 09 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3095664

PORTARIA N ° 2741 DE 09 DE JUNHO DE 2021
CONCEDE AFASTAMENTO CONFORME DECRETO 23/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 23 de 28 de janeiro de 2021, artº nº2,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS a CLAUDIA ANGIOLETTI GABRIEL matrícula 1980702 ocupante do cargo de BIOLOGA com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 08.06.2021 e retorno em 06.08.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 08.06.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JUNHO DE 2021

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2742 DE 09 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3095665

PORTARIA N ° 2742 DE 09 DE JUNHO DE 2021
CONCEDE AFASTAMENTO CONFORME DECRETO 23/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 23 de 28 de janeiro de 2021, artº nº2,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS a ALBERI PADILHA matrícula 119702 ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 09.06.2021 e retorno em 08.09.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 09.06.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 09 DE JUNHO DE 2021

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2745 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3095670

PORTARIA Nº 2745 DE 10 DE JUNHO DE 2021
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) ROSANE DE ALMEIDA, matricula 6278201, ocupante do cargo de

PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 10.06.2021.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10.06.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH
Secretário de Administração e Logística

PORTARIA 2746 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095666

PORTARIA N º 2746 DE 10 DE JUNHO DE 2021
CONCEDE AFASTAMENTO CONFORME DECRETO 23/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 23 de 28 de janeiro de 2021, artº nº2,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS a IRINEU JOSE LUIZ matrícula 19203 ocupante do cargo de PEDREIRO com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 10.06.2021 e retorno em 09.09.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 10.06.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2021

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2747 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095662

PORTARIA N º 2747 DE 10 DE JUNHO DE 2021.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a MARCIO CLEZAR DE MELO, matrícula 17401, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de MECANICO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 02 de junho de 2021 e termina em 31 de julho de 2021.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2015/2020.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2748 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095663

PORTARIA N º 2748 DE 10 DE JUNHO DE 2021.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a VALDECI LOURENCO INOCENCIO, matrícula 307903, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de VIGIA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 09 de junho de 2021 e termina em 06 de setembro de 2021.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2015/2020.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 09/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2749 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3095659

PORTARIA N ° 2749 DE 10 DE JUNHO DE 2021.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a RENILDE LUZIA CHIAMULERA LEAL, matrícula 323901, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 10 de junho de 2021 e termina em 07 de setembro de 2021.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2014/2019.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2750 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3095660

PORTARIA N ° 2750 DE 10 DE JUNHO DE 2021.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a SILVIA MARIA GUNTHER, matrícula 5190204, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de PSICOLOGA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 09 de junho de 2021 e termina em 06 de setembro de 2021.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2013/2018.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 09/06/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2752 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3095669

PORTARIA N° 2752 DE 10 DE JUNHO DE 2021
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO n° 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSAO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO MARCIA SACAVEM, matrícula 47913 ocupante do cargo PROFESSORA, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 1004 (Um mil e quatro) dias consecutivos, com início em 11.09.2018 e termino em 10.06.2021, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10.06.2021

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH
Secretário de Administração e Logística

PORTARIA 2753 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3095668

PORTARIA N ° 2753 DE 10 DE JUNHO DE 2021

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO n° 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. READAPTAR MARCIA SACAVEM, matrícula 47913, ocupante do cargo de PROFESSORA com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 12 meses, conforme ofício n° 139/2021 da Junta Médica Oficial dos Municípios, e previsão do art. 34, §§ 1 a 3 da Lei Complementar 7 de 11 de novembro de 2003 - Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10.06.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2021

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2754 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação N° 3095667

PORTARIA N ° 2754 DE 10 DE JUNHO DE 2021
CONCEDE AFASTAMENTO CONFORME DECRETO 23/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO n° 23 de 28 de janeiro de 2021, artº nº2,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS a LETICIA KAROLINE DA CRUZ CARDOZO matrícula 63529201 ocupante do cargo de TECNICA DE ENFERMAGEM com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 09.06.2021 e retorno em 09.09.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 09.06.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JUNHO DE 2021

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2768 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095650

PORTARIA Nº 2768 DE 11 DE JUNHO DE 2021
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) NISIA MARIA PINTO, matrícula 63542601 ocupante do cargo de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 08.06.2021.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 08.06.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH
Secretario de Administração e Logística

PORTARIA 2769 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095651

PORTARIA Nº 2769 DE 11 DE JUNHO DE 2021
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes-

RESOLVE:

I – CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (a) servidor (a) ADI SCHINAIDER, matrícula 6283702, ocupante do cargo de VIGIA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 11.06.2021.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11.06.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH
Secretario de Administração e Logística

PORTARIA 2770 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095648

PORTARIA N º 2770 DE 11 DE JUNHO DE 2021
CONCEDE AFASTAMENTO CONFORME DECRETO 23/2021

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 23 de 28 de janeiro de 2021, artº nº2,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS a FABIELE FERNANDES INACIO matrícula 63274601 ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL com carga horária de 30 horas semanais, com início do afastamento em 10.06.2021 e retorno em 10.09.2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir 10.06.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2021

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2771 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095671

PORTARIA Nº 2771 DE 11 DE JUNHO DE 2021
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO ANGELA DOS SANTOS DIAS, matrícula 6331801 ocupante do cargo AGENTE DE EDUCAÇÃO, com carga horaria de 40 horas semanais, pelo período de 429 (Quatrocentos vinte nove) dias consecutivos, com início em 28.05.2021 e termino em 06.06.2021, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 06.06.2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE JUNHO DE 2021.

DITMAR ALFONSO ZIMATH
Secretário de Administração e Logística

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO -- 07/2021 FMS

Publicação Nº 3093056

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL REFERENTE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2021 FMS

Aos 10 dias do mês de junho de 2021, às 14h, reuniu-se a pregoeira com sua equipe de apoio, designados pela Portaria número 740 de 12 de fevereiro de 2021, com intuito de analisar e julgar as impugnações ao edital do Pregão Presencial n 07/2021, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EM MANUTENÇÃO, CONserto, LIMPEZA E REPARO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS (COM FORNECIMENTO DE PEÇAS) EM TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Protocoladas pelas empresas RS MÉDICA LTDA – CNPJ 05.157.606/0001-59, MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI ME – CNPJ 10.944.321/0001-06 e DEL ENGENHARIA CLÍNICA EIRELI – CNPJ 18.816.867/0001-85
PRELIMINARMENTE

A Pregoeira e a Equipe de Apoio, ao receberem as Impugnações ao Edital, verificaram que as mesmas foram protocoladas tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-las, passando a analisá-las, conforme fundamenta o artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93, que traz a seguinte redação:

“Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preço ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciaram esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.”

DA DECISÃO:

Após verificação das impugnações, esta comissão encaminhou os questionamentos à Secretaria solicitante, Secretaria de Saúde, para verificar a necessidade das exigências solicitadas, e esta encaminhou resposta que segue:

Navegantes, 01 de junho de 2021.

CI 757/2021

DE: SECRETARIA DA SAÚDE

PARA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Assunto: RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020 - REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA EM MANUTENÇÃO, CONserto, LIMPEZA E REPARO, EM EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

DA DECISÃO:

Após verificação da impugnação, decide:

a) A ausência de quantidades, qualidade das peças/componentes, se dá por ser tratar de um universo imenso de peças e componentes, levando em conta os diferentes tipos de aparelhos/equipamentos que a Secretaria de Saúde dispõe, impossibilitando tentativa de levantar quantidades de cada peça/componente, sendo que no termo de referência, foi justificado baixo da relação de itens:

OBSERVAÇÃO: Poderão, a critério da Contratante, serem incluídos equipamentos que não constam neste rol, que venham a ser adquiridos ou substituídos durante a vigência do contrato.

b) O Termo é idêntico por ser o apontado pelas necessidades do setor, haja vista que não existe um processo licitatório vigente para esse serviço e a comunidade está desassistida em virtude da não manutenção das máquinas e equipamentos;

c) A secretaria vê como necessário a empresa apresentar engenheiro mecânico como responsável técnico, haja vista, que contempla a maioria das manutenções dos equipamentos deste edital.

d) Item 2.4 – Não podemos exigir INMETRO

É de conhecimento público e notório que empresas e institutos certificadores atestam, dentro de seus respectivos critérios, a confiabilidade de produtos e serviços por eles analisados, promovendo segurança para os seus adquirentes.

Vejamos o posicionamento jurisprudencial:

“É ilegal a exigência de certificação do Inmetro como requisito de habilitação, contudo não há óbice a adoção de tal certificação como critério de pontuação técnica. Tal tese, todavia, não cabe no pregão, por ser uma modalidade focada no menor preço, e não em pontuação técnica.” (Acórdão 545/2014-Plenário | Relator: JOSÉ MUCIO MONTEIRO).

“É irregular a exigência de certificação ISO e outras assemelhadas para habilitação de licitantes ou como critério de desclassificação de propostas. (Acórdão 1542/2013-Plenário | Relator: JOSÉ JORGE).”

Dessa forma, é pacífico o entendimento de que certificados dessa natureza não podem figurar como critério de habilitação, tendo em vista que estes, por si só, não garantem à Administração Pública a certeza de contratação da proposta mais vantajosa.

e) O Item 4.13, esclarece que as peças com valores superiores a 100,00 deverão ser adquiridas após a apresentação de 3 orçamentos, porém as peças de valores inferior a 100,00 deverão ser substituídas quando necessário, porém não necessitarão de 3 orçamentos.

Sendo esclarecido tais questionamentos, solicito o andamento do processo licitatório.

Luciane Angela Nottar Nesello

Secretária Municipal de Saúde

Diante disso, as impugnações ficam assim respondidas.

RS MÉDICA LTDA

Referente a exigência de que o atestado de capacidade técnica da empresa, ou seja, atestado operacional, seja registrado no CREA, não prospera, visto o que segue.

Em se tratando de serviços que envolvam parcelas afetas à engenharia, será indispensável que tanto a pessoa jurídica como o responsável técnico sejam registrados perante o CREA (veja-se o art. 15 da Lei nº 5.194/6).

Sendo assim, é indispensável a exigência de comprovação do registro de tais pessoas perante o CREA, nos termos em que autoriza o art. 30, I, da Lei de Licitações. Por isso, foi exigido Certidão de Pessoa Jurídica.

Contudo, no que tange aos atestados, somente aqueles referentes à qualificação técnico-profissional, no caso a Certidão de Acervo Técnico, devem ser registrados no CREA.

O TCU exarou o Acórdão nº 128/2012 – 2ª Câmara, no seguinte sentido:

“1.7. Recomendar à UFRJ que exclua dos editais para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011.”

Segundo a Resolução 1.025/2009, o CONFEA, que tem competência para regulamentar os procedimentos relacionados à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Certidão de Acervo Técnico (CAT):

“(…) indica que ser o atestado do Crea o documento apto a fazer prova da capacidade técnica do profissional, mas não da empresa licitante.”

Diante disso, para a qualificação técnico-operacional, seguindo o entendimento exposto pelo CONFEA em seu Manual de Procedimentos Operacionais e pelo TCU no citado Acórdão, não será possível exigir o registro do atestado junto ao CREA.

Portanto, conforme mencionado na resposta da secretaria de saúde, será exigida a apresentação de comprovação técnica profissional, através de acervo técnico de engenheiro mecânico.

Será exigido apenas engenheiro mecânico visto que o grande vulto do objeto refere-se aos serviços de engenharia deste profissional, por isso a necessidade de comprovação de vínculo com este e acervo técnico, porém, ao participar da presente licitação e concordar com os critérios estabelecidos diante das normas vigentes, a empresa deverá estar de acordo com o que está estabelecido em lei. Exigir o vínculo empregatício com dois ou três engenheiros onera de forma considerável a empresa licitante. Porém a não exigência de apresentação de vínculo de emprego não afasta a empresa vencedora de cumprimento das exigências normativas.

MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI ME

Conforme mencionado acima será exigido apenas acervo técnico de engenheiro mecânico, visto maior vulto, o que não afasta a empresa de cumprimento das normas para a realização dos demais serviços.

DEL ENGENHARIA CLÍNICA EIRELI

Quanto a forma de envio da impugnação, o edital faz lei entre as partes, e nele está previsto o protocolo no setor de compras e licitações. Importante frisar também que a lei 8666/93 dispõe no parágrafo 1º do artigo 41, que deve ser protocolada a impugnação, e o município não possui protocolo eletrônico, somente o físico.

Outro fato importante, é que, não restringe a competição, visto que os prazos de publicação são respeitados e a empresa pode encaminhar a impugnação no endereço informado por correio. Porém, diante de tudo o que está se enfrentando, um requerimento ao sistema integrado da prefeitura já foi solicitado, e já está em fase de preparação o protocolo on-line, para que sejam recebidos os recursos e as impugnações

via eletrônica.

Em relação ao projeto básico incompleto e a ausência de discriminação das peças, isto está respondido na CI encaminhada pela secretaria de Saúde, supracitada.

Referente aos engenheiros, já respondido acima.

Inmetro e inexecutabilidade da proposta, item 4.13, também já estão fundamentadas na resposta encaminhada pela secretaria.

Pelo exposto, decide-se pela procedência, em partes, das impugnações apresentadas pelas licitantes, sendo acrescentado no edital a necessidade de comprovação de vínculo com engenheiro mecânico e acervo técnico do mesmo.

- PUBLIQUE-SE.

É a decisão.

Navegantes 10, de junho de 2021.

Pregoeira Titular: Carla Claudino

Equipe de Apoio:

Patrícia Aparecida Gualberto

Roberto Miguel Celezinski

Anderson Muller Rodrigues

Daniel Seibert Rocha

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO Nº 550/2021 DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DA SERVIDORA THAMARA CONCATTO CORREA BORGES

Publicação Nº 3095911

DECRETO Nº 550, DE 11 DE JUNHO DE 2021.
Dispõe sobre a prorrogação de Contrato de Trabalho.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei nº 885 de 19 de dezembro de 1997, combinada com a Lei Complementar 109 de 23 de junho de 2015, e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Contrato de Trabalho da Sra. THAMARA CONCATTO CORREA BORGES, Professor MAG 2, lotado na Secretaria da Educação, Cultura e Esporte, com carga horária de 40 horas semanais, até o dia 10 de agosto de 2021, tendo em vista a prorrogação do auxílio doença da professora titular Liliane Maria Schuck.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 11 de junho de 2021.

EDILSON FERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 549/2021 DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DA SERVIDORA SOLANGE FIORINI CASSOL

Publicação Nº 3095909

DECRETO Nº 549, DE 11 DE JUNHO DE 2021.
Dispõe sobre a suspensão de Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 26, da Lei Complementar nº 109, de 23 de junho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa, a partir de 15 de junho de 2021, a Função Gratificada de COORDENADORA PROGRAMA EDUCACIONAL, da Servidora Municipal SOLANGE FIORINI CASSOL, ocupante do cargo de Professor MAG 2, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se o Decreto nº 20, de 27 de janeiro de 2020.

Nova Erechim (SC), em 11 de junho de 2021.

EDILSON FERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 551/2021 DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO DA SERVIDORA ELISABETE LOPES

Publicação Nº 3095913

DECRETO Nº 551, DE 11 DE JUNHO DE 2021.
Dispõe sobre a prorrogação de Contrato de Trabalho.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei nº 885 de 19 de dezembro de 1997, combinada com a Lei Complementar 109 de 23 de junho de 2015, e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Contrato de Trabalho da Srta. ELISABETE LOPES, Professor MAG 2, lotado na Secretaria da Educação, Cultura e Esporte, com carga horária de 40 horas semanais, até o dia 14 de julho de 2021, tendo em vista as férias da professora titular Solange Fiorini Cassol.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 11 de junho de 2021.

EDILSON FERLA
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 01/2021 DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

Publicação Nº 3095874

ESTADO DE SANTA CATARINA SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 292 570/2020.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB, Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração / Desdobramento MBE1375 P02VH000JI 5010/0 12/02/2020 162 * I TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. NOVA ERECHIM/SC, 7 DE JUNHO DE 2021 SANDRA MARA PEREIRA DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO.

ESTADO DE SANTA CATARINA SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 292 571/2020.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB, Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração / Desdobramento ILF8796 P02VH000JB 6912/0 12/02/2020 232 IMR3I74 P02VH000JL 5010/0 12/02/2020 162 * I TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. NOVA ERECHIM/SC, 7 DE JUNHO DE 2021 SANDRA MARA PEREIRA DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO.

ESTADO DE SANTA CATARINA SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 292 572/2020.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB, Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração / Desdobramento ALW6010 P02VH000JK 5045/0 12/02/2020 162 * V HFN3688 P02VH000JH 5185/1 12/02/2020 167 LYM9185 P02VH000JM 5010/0 12/02/2020 162 * I LYM9185 P02VH000JN 6599/2 12/02/2020 230 * V MGB5416 P02XX0006Q 5010/0 12/02/2020 162 * I MGB5416 P02XX0006R 6599/2 12/02/2020 230 * V TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. NOVA ERECHIM/SC, 7 DE JUNHO DE 2021 SANDRA MARA PEREIRA DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO.

ESTADO DE SANTA CATARINA SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 292 573/2020.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR

DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB, Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração / Desdobramento MGJ5405 P02VH000JD 5185/1 12/02/2020 167 TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. NOVA ERECHIM/SC, 7 DE JUNHO DE 2021 SANDRA MARA PEREIRA DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO.

ESTADO DE SANTA CATARINA SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 292 574/2020.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB, Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração / Desdobramento CYO8557 P02XX00074 5185/1 01/09/2020 167 TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. NOVA ERECHIM/SC, 7 DE JUNHO DE 2021 SANDRA MARA PEREIRA DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO.

ESTADO DE SANTA CATARINA SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 292 575/2020.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB, Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração / Desdobramento MJA9869 P02XX00078 5010/0 13/09/2020 162 * I TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. NOVA ERECHIM/SC, 7 DE JUNHO DE 2021 SANDRA MARA PEREIRA DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO.

ESTADO DE SANTA CATARINA SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 292 576/2020.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB, Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração / Desdobramento HMI8147 P04GW0006U 5460/0 11/11/2020 181 * IX LZY0432 P04GW0006W 5428/1 29/11/2020 181 * V TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. NOVA ERECHIM/SC, 7 DE JUNHO DE 2021 SANDRA MARA PEREIRA DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO.

ESTADO DE SANTA CATARINA SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 292 577/2020.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB, Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração / Desdobramento QJM1149 P02XX0007J 5169/1 08/11/2020 165 QJM1149 P02XX0007M 5010/0 08/11/2020 162 * I TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. NOVA ERECHIM/SC, 7 DE JUNHO DE 2021 SANDRA MARA PEREIRA DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO.

ESTADO DE SANTA CATARINA SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET DETRAN - DEINFRA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 292 578/2020.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB, Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento Código da Infração / Desdobramento AQH5J08 P04GW0006X 5428/1 29/11/2020 181 * V MGM8I53 P02XX0007O 6599/2 13/11/2020 230 * V MJC3672 P02XX0007P 5380/0 13/12/2020 181 * I TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL. NOVA ERECHIM/SC, 7 DE JUNHO DE 2021 SANDRA MARA PEREIRA DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO.

PROCESSO 036-2021 - PREGÃO 020-2021 - EXTRATO CONTRATO BOTH

Publicação N° 3093805

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 036/2021	PREGÃO PRESENCIAL Nº: 020/2021
--------------------------------------	-----------------------------------

EXTRATO CONTRATUAL DO PREGÃO PRESENCIAL

CONTRATO nº:	041/2021PRE		
Contratante:	MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM	CNPJ:	83.021.840/0001-68
Contratada:	GABRIEL BOTH 00895500990 CNPJ: 42.144.211/0001-48		
Valor R\$:	421.640,00 (quatrocentos e vinte e um mil e seiscentos e quarenta reais)		
Vigência:	Início: 01/07/2021 Término: 01/07/2024		
Licitação:	Pregão Presencial Nº: 020/2021		
Objeto:	CONTRATAÇÃO SOB DEMANDA, DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR POR QUILOMETRO RODADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM – SC		

Nova Erechim – SC, 11 de junho de 2021.

EDILSON FERLA
Prefeito Municipal**PROCESSO 036-2021 - PREGÃO 020-2021 - EXTRATO CONTRATO NEARA**

Publicação N° 3093811

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 036/2021	PREGÃO PRESENCIAL Nº: 020/2021
--------------------------------------	-----------------------------------

EXTRATO CONTRATUAL DO PREGÃO PRESENCIAL

CONTRATO nº:	042/2021PRE		
Contratante:	MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM	CNPJ:	83.021.840/0001-68
Contratada:	NEARA TRANSPORTES E TURISMO EIRELI CNPJ: 04.732.399/0001-56		
Valor R\$:	177.936,00 (cento e setenta e sete mil e novecentos e trinta e seis reais)		
Vigência:	Início: 01/07/2021 Término: 01/07/2024		
Licitação:	Pregão Presencial Nº: 020/2021		
Objeto:	CONTRATAÇÃO SOB DEMANDA, DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR POR QUILOMETRO RODADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM – SC		

Nova Erechim – SC, 11 de junho de 2021.

EDILSON FERLA
Prefeito Municipal

PROCESSO 039-2021 - PREGÃO 022-2021 - EXTRATO CONTRATO ITAIPU

Publicação Nº 3094806

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 039/2021	PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº: 022/2021
--------------------------------------	-----------------------------------------

EXTRATO CONTRATUAL DO PREGÃO PRESENCIAL

ATA nº:	032/2021PRE		
Contratante:	MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM	CNPJ:	83.021.840/0001-68
Contratada:	COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU CNPJ: 83.220.723/0049-78		
Valor R\$:	1.412.495,00 (um milhão e quatrocentos e doze mil e quatrocentos e noventa e cinco reais)		
Vigência:	Início: 23/06/2021 Término: 23/06/2022		
Licitação:	Pregão Presencial – SRP – Nº: 022/2021		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (OLEO DIESEL S10, ÓLEO DIESEL COMUM E GASOLINA COMUM) e ARLA, PARA USO EXCLUSIVO DOS VEÍCULOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM – SC, A SEREM FORNECIDOS DE FORMA PARCELADA CONFORME DEMANDA		

Nova Erechim – SC, 11 de junho de 2021.

EDILSON FERLA
Prefeito Municipal**PROCESSO 039-2021 - PREGÃO 022-2021 - EXTRATO CONTRATO SÃO JOSÉ**

Publicação Nº 3094673

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 039/2021	PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº: 022/2021
--------------------------------------	-----------------------------------------

EXTRATO CONTRATUAL DO PREGÃO PRESENCIAL

ATA nº:	031/2021PRE		
Contratante:	MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM	CNPJ:	83.021.840/0001-68
Contratada:	SÃO JOSÉ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA CNPJ: 07.365.481/0001-88		
Valor R\$:	5.460,00 (cinco mil e quatrocentos e sessenta reais)		
Vigência:	Início: 23/06/2021 Término: 23/06/2022		
Licitação:	Pregão Presencial – SRP – Nº: 022/2021		
Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (OLEO DIESEL S10, ÓLEO DIESEL COMUM E GASOLINA COMUM) e ARLA, PARA USO EXCLUSIVO DOS VEÍCULOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM – SC, A SEREM FORNECIDOS DE FORMA PARCELADA CONFORME DEMANDA		

Nova Erechim – SC, 11 de junho de 2021.

EDILSON FERLA
Prefeito Municipal

PROCESSO 036-2021 - PREGÃO 020-2021 - HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 3093798

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE NOVA ERECHIM CNPJ: 83.021.840/0001-68 AVENIDA FRANCISCO F. LOSINA, 139 C.E.P.: 89865-000 - Nova Erechim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 20/2021 - PR Processo Administrativo: 36/2021 Processo de Licitação: 36/2021 Data do Processo: 24/05/2021
	Folha: 1/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, EDILSON FERLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 36/2021
b) Licitação Nr.: 20/2021-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 11/06/2021
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO SOB DEMANDA, DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR POR QUILOMETRO RODADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM - SC

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

GABRIEL BOTH 00895500990 (3920)

1	TRANSPORTE ESCOLAR LINHA 01	KM	26.400,00	0,0000	5,45	143.880,00
---	-----------------------------	----	-----------	--------	------	------------

Transporte Escolar Linha 01 - Locação de Veículo Tipo Escolar, com Assentos Estofados e Reclináveis, Cinto de Segurança em Todos os Assentos, Ano de Fabricação Mínimo 2000. Para Realização de Transporte Municipal. Roteiro: Sendo o Trajeto: Linha Navegantes. Período MATUTINO, Saída em Frente à ESCOLA REUNIDA MUNICIPAL, Passando pela Linha Bitarello, Seguindo para a Linha Navegantes, na Estrada Geral, com Destino ao CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL. Saindo do Centro Municipal de Educação Infantil as 11h15min Fazendo Trajeto Inverso. Com Aproximadamente 40 Km por Dia. Valor QUILOMETRO RODADO: (Todas as despesas (pessoal, encargos, tributos, manutenção, ...) para a Perfeita Execução do Objeto do Presente Processo Licitatório serão de Responsabilidade do Contratado).

Obs.: Veículo com Capacidade Mínima para 15 (quinze) Pessoas, em Bom Estado de Conservação. - Marca: Both

Nova Erechim, 11 de Junho de 2021.

EDILSON FERLA

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NOVA ERECHIM**

CNPJ: 83.021.840/0001-68
AVENIDA FRANCISCO F. LOSINA, 139
C.E.P.: 89865-000 - Nova Erechim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 20/2021 - PR**

Processo Administrativo: 36/2021
Processo de Licitação: 36/2021
Data do Processo: 24/05/2021

Folha: 2/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**GABRIEL BOTH 00895500990 (3920)**

2 TRANSPORTE ESCOLAR LINHA 02 KM 62.000,00 0,0000 4,48 277.760,00

Sendo: Transporte Escolar Linha 02 - Locação de Veículo Tipo Escolar, com Assentos Estofados e Reclináveis, Cinto de Segurança em Todos os Assentos, Ano de Fabricação Mínimo 2000. Para Realização de Transporte Municipal. Roteiro: Saída as 06h:30min da Escola Municipal, passando pela Linha Morro do Chapéu (do Meio), na propriedade do Sr. Sérgio Brescovite e Itelvino Schuck, Linha Volta Bonita e Linha Santa Lucia, retornando até a escola municipal. Saindo da Escola Municipal às 11h15min, passando pela Linha Morro do chapéu propriedade do Sr. Antonio Putlitz; retornando pela Linha Morro do Chapéu, passando pela Linha Volta Bonita e Santa Lucia, retornando até a escola municipal, Saída da Escola Reunida Municipal às 17h:15min, da escola municipal passando pela Linha Pinheirinho, até a Propriedade do Sr. Vanirio Tortelli, Linha Morro do Chapéu, Linha Volta Bonita e Linha Santa Lucia, retornando até a escola municipal, percorrendo aproximadamente 94 Km.
(Todas as despesas (pessoal, encargos, tributos, manutenção, ...) para a perfeita execução do objeto do presente processo licitatório serão de responsabilidade do contratado)

Obs.: Veículo com capacidade mínima para 22 (vinte e duas) pessoas, em bom estado de conservação. (1-3-4214) - Marca: Both

Total do Fornecedor: 421.640,00

Nova Erechim, 11 de Junho de 2021.

EDILSON FERLA

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NOVA ERECHIM**

CNPJ: 83.021.840/0001-68
AVENIDA FRANCISCO F. LOSINA, 139
C.E.P.: 89865-000 - Nova Erechim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 20/2021 - PR**

Processo Administrativo: 36/2021
Processo de Licitação: 36/2021
Data do Processo: 24/05/2021

Folha: 3/3

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**NEARA TRANSPORTES E TURISMO LTDA (1475)**

3 TRANSPORTE ESCOLAR LINHA 03 KM 26.400,00 0,0000 6,74 177.936,00

Sendo - Transporte Escolar Linha 03 Locação de Veículo Tipo Escolar, com Assentos Estofados e Reclináveis, Cinto de Segurança em Todos os Assentos, Ano de Fabricação Mínimo 2000. Para Realização de Transporte Municipal Roteiro: Saída as 06h30min da Escola Municipal, passando pela propriedade do Sr. Nicolau Skilof, passando pela propriedade de Sergio Zimmer e propriedade de Claudio Babinski, saindo na ponte do Rio Chapecó, passando pela comunidade da Linha Suspiro, retorna e vai até a propriedade de Valdenir Mario. Seguindo até a BR 282, passando pelo Bairro Pezzini, até a escola municipal, saída as 11h15min do Centro de Educação Infantil, Escola Municipal fazendo percurso inverso da manhã. Percorrendo aproximadamente 40 km

(Todas as despesas (pessoal, encargos, tributos, manutenção, ...) para a perfeita execução do objeto do presente processo licitatório serão de responsabilidade do contratado)

Obs.: Veículo com capacidade mínima para 22 (vinte e duas) pessoas, em bom estado de conservação. - Marca: Neara

Total do Fornecedor: 177.936,00**Total Geral: 599.576,00**

Nova Erechim, 11 de Junho de 2021.

EDILSON FERLA

PROCESSO 039-2021 - PREGÃO 022-2021 - HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 3094892

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE NOVA ERECHIM CNPJ: 83.021.840/0001-68 AVENIDA FRANCISCO F. LOSINA, 139 C.E.P.: 89865-000 - Nova Erechim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 22/2021 - PR Processo Administrativo: 39/2021 Processo de Licitação: 39/2021 Data do Processo: 01/06/2021
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, EDILSON FERLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 39/2021
b) Licitação Nr.: 22/2021-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 11/06/2021
e) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ÓLEO DIESEL S10, ÓLEO DIESEL COMUM E GASOLINA COMUM) e ARLA, PARA USO EXCLUSIVO DOS VEÍCULOS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM - SC, A SEREM FORNECIDOS DE FORMA PARCELADA CONFORME DEMANDA

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU (3500)

1	ÓLEO DIESEL S-10 - Marca: BR	LT	205.000,00	0,0000	3,98	815.900,00
2	ÓLEO DIESEL COMUM S-500 - Marca: BR	LT	96.000,00	0,0000	3,97	381.120,00
3	GASOLINA COMUM - Marca: BR	LT	42.500,00	0,0000	5,07	215.475,00
Total do Fornecedor:						1.412.495,00

SÃO JOSÉ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA (489)

4	ARLA - Agente Redutor Líquido de Óxido de Nitrogênio Automotivo - Reagente composto por 32,5% de ureia de alta pureza em água desmineralizada, transparente, não inflamável e não tóxico. - Marca: Ipiranga	LT	2.600,00	0,0000	2,10	5.460,00
---	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	----------	--------	------	----------

Total do Fornecedor: 5.460,00**Total Geral: 1.417.955,00**

Nova Erechim, 11 de Junho de 2021.

EDILSON FERLA

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA 292/2021(A)

Publicação Nº 3092602

PORTARIA Nº 292/2021(A)

Admissão em Caráter Temporário

Graciela Darós Piffer, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014.

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 200/2021 (A), que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 002/2020, de 23 de março de 2020, homologado em 12/02/2021, convocada conforme Decreto nº 040/2021, a Servidora Pública Municipal INDIAMARA DA LUZ, matrícula nº 8648, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, a contar de 25 de maio de 2021 a 17 de dezembro de 2021, por motivo de excepcional interesse público (Dispõe sobre a adoção de medidas aos servidores públicos no âmbito do município de Nova Trento em decorrência da situação emergencial em razão da pandemia (COVID-19) e necessidade de manutenção dos serviços considerados essenciais na Educação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de maio de 2021.

Graciela Darós Piffer
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Daniel Rongalio
Secretário Municipal de Administração e Finanças

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 172/2021

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Praça Del Comune, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, GRACIELA DARÓS PIFFER, casada, brasileira, CPF nº 030.311.319-75, residente e domiciliada na Rua Santo Inácio, nº 235, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014e a Senhora INDIAMARA DA LUZ brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Clemente Demonte, n. 382, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 045.412.879-78, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.226,12 (hum mil duzentos e vinte e seis reais e doze centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 25 de maio de 2021 a 24 de maio de 2021, por motivo de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

Nova Trento, em 25 de maio de 2021.

Graciela Darós Piffer
Secretária M. de Educação

Indiamara da Luz
Contratada

Rafael Visentainer Adami
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Jean Marcos Bunn
Assistente Administrativo
CPF: 097.284.399-03

Rafael Diego Mathias
Assistente Administrativo
CPF: 040.788.629-00

PORTARIA 328/2021 (A

Publicação Nº 3092498

PORTARIA Nº 328/2021(A)

Admissão em Caráter Temporário

Graciela Darós Piffer, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014.

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 002/2020, de 23 de março de 2020, homologado em 12/02/2021, convocada conforme Decreto nº 013/2021, a Servidora Pública Municipal, ELAINE CRISTINA BRIZOLA DE SÁ, matrícula nº 8721 para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40(quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 09 de junho de 2021 a 17 de dezembro de 2021, em substituição a titular Edite Maria Moresco, afastada para receber tratamento de saúde devido a acidente de trânsito.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de junho de 2021.

Graciela Darós Piffer
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Daniel Rongalio
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 231/2021

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Praça Del Comune, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, GRACIELA DARÓS PIFFER, casada, brasileira, CPF nº 030.311.319-75, residente e domiciliada na Rua Santo Inácio, nº 235, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ELAINE CRISTINA BRIZOLA DE SÁ, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Padre Fidalgo, nº 30, Bairro Centro, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 969.686.050-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Claraíba, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.226,12 (um mil duzentos e vinte e seis e doze centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 09 de junho de 2021 a 17 de dezembro de 2021, por motivo de desdobramento de turma e excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de

demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

(Contrato nº 231/2021)

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, totalizando 40(quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 09 de junho de 2021.

Graciéla Darós Piffer
Secretária M. de Educação

Elaine Cristina Brizola de Sá
Contratada

Daniel Rongalio
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Jean Marcos Bunn
Assistente Administrativo
CPF: 097.284.399-03

Rafael Diego Mathias
Assistente Administrativo
CPF: 040.788.629-00

PORTARIA 330/2021

Publicação Nº 3095888

PORTARIA Nº 330/2021

Concessão de Férias

Daniel Rongalio, Secretário Municipal de Administração e Finanças de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, de 10(dez) dias ao Servidor Público Municipal CELSO MITSUYOSHI FUJIHARA, matrícula nº 205, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 14/06/2021 a 23/06/2021 relativo ao período aquisitivo de 01/03/2017 a 28/02/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de junho de 2021.

Daniel Ronagelio
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA 331/2021

Publicação Nº 3095889

PORTARIA Nº 331/2021

Concessão de Férias

Marineidi Montibeller, Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 10(dez) dias, à Servidora Pública Municipal, ADRIANA BORRALHO GONÇALVES SANTOS, matrícula nº 80, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 14/06/2021 a 23/06/2021, relativo ao período aquisitivo de 18/06/2018 a 17/06/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de junho de 2021.

Marineidi Montibeller
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Daniel Rongalio
Secretário Municipal de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 11 DE JUNHO DE 2021 - CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL DE NOVA TRENTO-SC

Publicação Nº 3092816

Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

RESOLUÇÃO Nº 01/2021, DE 11 DE JUNHO DE 2021

"Dispõe sobre APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE NOVA TRENTO/SC".

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social FMHIS de Nova Trento, empossado pela Portaria Nº 763 de 25 de Setembro de 2019, alterado pela Portaria Nº 281 de 19 de maio de 2021, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto na Lei Nº 2.240/2007, alterada pela Lei Nº 2.652/2017, que cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social FMHIS.

Resolve:

Art. 1º- Em reunião do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social FMHIS de Nova Trento realizada em 08 de junho de 2021 no auditório da Casa da Cidadania de forma presencial, pela maioria dos Conselheiros (as) aprovar Relatório de Gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Nova Trento/SC referente ao ano de 2020.

Art. 2º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CRISTINA ADAMI

Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Nova Trento.

Nova Trento/SC, 11 de junho de 2021.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 041/2021

Publicação N° 3095878

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 41/2021
	Processo Adm.: 93/2021 Data do Processo: 11/05/2021

CNPJ: 82.925.025/0001-60 **Telefone:** (48) 3267-3205
Endereço: Praça del Comune, 126 - Centro
CEP: 88270-000 - Nova Trento

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 93/2021
b) Nr. Licitação: 41/2021 - PE
c) Modalidade: Pregão eletrônico
d) Data de Homologação: 09/06/2021
e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) TRATOR AGRÍCOLA, TRAÇÃO 4x4 PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO - SC

Participante: WEDER BASILIO VEICULOS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	TRATOR AGRICOLA	1,000	UND	147.999,00	147.999,00
Total do Participante:					147.999,00
Total Geral:					147.999,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Aquisição de Equipamentos Agrícolas	07.001.20.608.0007.1016.4.4.90.00.00	R\$ 1,00

Nova Trento, 09/06/2021

TIAGO DALSASSO
PREFEITO

Assinatura do Responsável

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/2021

Publicação N° 3095880

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 42/2021
	Processo Adm.: 94/2021 Data do Processo: 11/05/2021

CNPJ: 82.925.025/0001-60 **Telefone:** (48) 3267-3205
Endereço: Praça del Comune, 126 - Centro
CEP: 88270-000 - Nova Trento

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) Nr. Processo:** 94/2021
b) Nr. Licitação: 42/2021 - PE
c) Modalidade: Pregão eletrônico
d) Data de Homologação: 10/06/2021
e) Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS (BATEDOR DE FEIJÃO E CARRETA AGRÍCOLA) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DA CIDADE DE NOVA TRENTO - SC

Participante: MARCIO MARCELO ZIMMERMANN E CIA LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	BATEDOR DE FEIJÃO	1,000	UN	14.620,00	14.620,00
Total do Participante:					14.620,00

Participante: DELBA VICENTINI CREMASCO - ME

2	CARRETA AGRÍCOLA METÁLICA e HIDRÁULICA COM PNEUS	1,000	UN	21.350,00	21.350,00
Total do Participante:					21.350,00
Total Geral:					35.970,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Aquisição de Equipamentos Agrícolas	07.001.20.608.0007.1016.4.4.90.00.00	R\$ 1,00

Nova Trento, 10/06/2021

TIAGO DALSSASSO
PREFEITO

Assinatura do Responsável

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇO N° 002/2021

Publicação N° 3092733

Página: 1 / 1

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO CNPJ: 82.925.025/0001-60 Telefone: (48) 3267-3205 Endereço: Praça del Comune, 126 - Centro CEP: 88270-000 - Nova Trento	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2021
	Processo Adm.: 82/2021 Data do Processo: 30/04/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 82/2021
b) **Nr. Licitação:** 2/2021 - TP
c) **Modalidade:** Tomada de Preço
d) **Data de Homologação:** 10/06/2021
e) **Objeto da Licitação:** *EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS - ETAPA III.*

Participante: TFI ENGENHARIA LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CENTRO DE EVENTOS ETAPA III	100,000	PCEN	11.330,8907	1.133.089,07
Total do Participante:					1.133.089,07
Total Geral:					1.133.089,07

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Construção de um Centro de Eventos	10.001.27.813.0007.1017.4.4.90.00.00	R\$ 1,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Construção de um Centro de Eventos	10.001.27.813.0007.1017.4.4.90.00.00	R\$ 1,00

Nova Trento, 10/06/2021

TIAGO DALSSASSO
PREFEITO

Assinatura do Responsável

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO GP N.º 032, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092848

DECRETO GP N.º 032, DE 10 DE JUNHO DE 2021.

"NOMEIA A COMISSÃO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE NOVA VENEZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - A Comissão de Revisão do Plano Diretor de Nova Veneza será composta pelos seguintes membros:

I - membros titulares:

Nome	Entidade Representada
Felipe Niehues Furlan	Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
José Luiz Topanotti Ghisleri	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços
Carolina W. Ghislandi Hoepers	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo
Ricardo Mazzorana Albuquerque	Secretaria Municipal De Educação
Cesar Augusto Passetto	Secretaria Municipal de Saúde
Joana Maccarini Torquato	Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Silvana Ghellere Cavalheiro	Secretaria de Assistência social
Edgar Preis	Secretaria Municipal de Agricultura
José Luiz Ronconi	Conselho Municipal de Política Cultural
Ricardo Locks	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Juliano Mondardo Dal Molin	FUNDAVE
Valtenir José de Mattia	CDL
Herica Felisberto	AFAVE
Larissa Mondardo Bortolotto	AENOVE
Luana Mondardo Bortolotto	ANET
Daniel Mendonça	EPAGRI
Daniel Ghellere	COMTUR
Eduardo Kischner	Partido PSDB
Carlos Eduardo Ghislandi	Partido MDB
Fabio Bratti	Partido PP
Daniel Michels Spillere	Partido PDT
Ademar Zanelatto	Partido PSL
Eduardo Ugioni	Partido PSD
Evandro Boaroli	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Adriano Machado Santiago	Sindicato da Alimentação (SINTIACR)
Valternei Jose Milanez	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Caravaggio
Natalia D' Agostin Alano	Sindicato dos Arquitetos e Urbanismo no Estado de Santa Catarina – SASC
Elaine Lavezzo Amboni	Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Sul Catarinense
Luiz Fernando Antunes Milanez	Institutos de Arquitetos do Brasil
Vereador Aroldo Frigo Jr.	Representante do Legislativo
Vereadora Elisabete Teresa Bortolotto	Representante do Legislativo
Vereador Elton Nuernberg	Representante do Legislativo
Vereador Evandro Luis Gava	Representante do Legislativo
Vereador Zelindo Moretto	Representante do Legislativo
Vereador Edaltro Luis Bortolotto	Representante do Legislativo
Vereador João Paulo Vitali Cúnico	Representante do Legislativo
Vereador Maykon Minatto Michels	Representante do Legislativo
Vereador Sergio Ricardo Ugioni	Representante do Legislativo

II – membros suplentes:

Nome	Entidade Representada
Carlos Luciano Savi	Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
Carlos Tarcisio Mathias	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços
Izabelli Amboni Destro	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo
Sheila Pizzoni Mondardo	Secretaria Municipal De Educação
Jailson Bristot	Secretaria Municipal de Saúde
Júlia Rodrigues Gava	Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Raimunda Edvania Alcantara Correia	Secretaria Municipal de Assistência social
Caren Savio Bruneli	Secretaria Municipal de Agricultura
Pauline Teixeira Aléssio	Conselho Municipal de Política Cultural
João Paulo Gava Just	FUNDAVE
Fernanda Savio	CDL
Juliane Maravai Ferro	AFAVE
Moises Spillere	AENOVE
Donato Lucietti	EPAGRI
Romencito Jose Alessio	COMTUR
Arthur Furlan Vitali	Partido PSDB
Leandro Spillere Scotti	Partido MDB
Chanderlei Grandi	Partido PP
Fabio Mariot Dias	Partido PDT
Adailton Margoti	Partido PSL
Clovis Steiner	Partido PSD
Eduardo Granado Medeiros	Sindicato da Alimentação (SINTIACR)
Rogério Spillere	Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Caravaggio
Ana Carolina Milanez	Sindicato dos Arquitetos e Urbanismo no Estado de Santa Catarina - SASC
Tiago Henrique Stangherlin	Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Sul Catarinense
Felipe Gava Agostinho	Institutos de Arquitetos do Brasil

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial o Decreto GP n.º 022, de 08 de abril de 2021.

Nova Veneza, SC, 10 de junho de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 10 de junho de 2021.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

FELIPE NIEHUES FURLAN
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

DECRETO SAF N.º 034, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092588

DECRETO SAF N.º 034, DE 10 DE JUNHO DE 2021.

“ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 300.000,00, POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 9º, inciso I, da Lei Municipal n.º 2.841, de 09 de outubro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.841, de 09 de outubro de 2020), em favor da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), por conta de excesso de arrecadação, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV.URB.

Unidade 01: Departamento de Estradas de Rodagem

Proj./Ativ.: 2.040 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0755 (171) – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do excesso de arrecadação, decorrente a emenda parlamentar n.º 2017/2021.

Parágrafo único - As despesas por conta do crédito de que trata o caput do artigo 1º, correspondentes ao recurso da emenda parlamentar citada, ficam condicionadas e limitadas ao efetivo ingresso dos valores nos cofres do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 10 de junho 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 10 de junho de 2021.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO SAF N.º 035, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092591

DECRETO SAF N.º 035, DE 10 DE JUNHO DE 2021.

“ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 138.000,00, POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 9º, inciso III, da Lei Municipal n.º 2.841, de 09 de outubro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.841, de 09 de outubro de 2020), em favor da Secretaria Municipal Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais), por conta de superávit financeiro do exercício anterior, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.

Unidade 01: Departamento de Estradas de Rodagem

Proj./Ativ.: 2.040 Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade: 3.3.90.00.00.00.00.00 0750 (159) Aplicações Diretas R\$ 138.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do superávit financeiro verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 10 de junho 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 10 de junho de 2021.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TOMADA DE PREÇOS N.º 93/2021 - PMNV

Publicação Nº 3092396

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 93/2021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F91446BC47C1875D9F419F8F26DBA90E0A55E035

OBJETO: Contratação de empresa para construção de cabeceiras (alas) da ponte sobre o rio Cedro na comunidade de Rio Cedro Alto no Município de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 08:30 horas do dia 01/07/2021.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza, SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE: WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 11 de junho de 2021.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO
Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DO PL PM N° 034/2021 - PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2021

Publicação N° 3093722

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CCBA4CC69356E62A1239B02C62446F277DE5A90F

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório N° 034/2021-PREGÃO PRESENCIAL N° 020/2021 - Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM Objeto: A presente licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PARA O FIM DE REFORMA DE RESIDÊNCIAS. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 13h50min do dia 25.06.2021, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 14:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, N° 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:00h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024. e/ou email: licitacao@novohorizonte.sc.gov.br. Fundamentação legal: Lei Federal n° 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei N° 8.666/93, alterada pela Lei Federal N° 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 14 de junho de 2021. Vanderlei Sanagiotto - Prefeito Municipal

Otacílio Costa**PREFEITURA****DEC 3.041/2021**

Publicação Nº 3093168

DECRETO 3.041/2021

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe são atribuídas pelos artigos 86, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas, como membros do Conselho Municipal de Habitação, na conformidade com o art. 12 da Lei Municipal nº 1.862, de 25 de maio de 2010, as seguintes pessoas:

I – Representantes do Poder Público:

- a) Dirley da Rocha (titular) e Gelyana Cristina Bernardinos (suplente), como Presidente;
- b) Gelyana Cristina Bernardinos (titular) e Maribel Marchiori (suplente), como Secretária;
- c) Marcos Claudinei Moreira (titular) e José Carlos Nunes (suplente); e
- d) Luiz Carlos Marchiori (titular) e Paulo Cesar Velho (suplente).

II – Representantes da sociedade civil organizada:

- a) Claudimar Constante Andrade (titular) e Daniel Gerber Farias (suplente), como representantes da Associação de Moradores do Bairro Igaras;
- b) Lucas Rech Erthal (titular) e Scheila Regina Pereira (suplente), como representantes da APAE;
- c) Cristiano do Nascimento (titular) e Patrícia Dias Hinkel (suplente) como representantes dos beneficiários; e
- d) Gentil Dos Santos Carvalho (titular) e Maria Eliete Correia dos Santos Carvalho (suplente) como representantes dos beneficiários.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário, em especial o Decreto nº 2.938/2020.

Otacílio Costa (SC), 09 de junho de 2021.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA

Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 09 de junho de 2021.

RODRIGO BARTH PEREIRA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DEC 3.042/2021

Publicação Nº 3093170

DECRETO Nº 3.042/2021

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS PARA FINS DE ALUGUEL SOCIAL

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 86, inciso VIII e XXX-VII, e 113, inciso I, alínea "b", todos da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no artigo 12, inciso XII, e art. 121, do mesmo diploma legal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas como membros da Comissão Especial de Avaliação de Imóveis Urbanos, para fins de aluguel social, as seguintes pessoas:

- a) Presidente: DIRLEY DA ROCHA, Engº. Civil, Secretário Municipal de Habitação e Captação de Recursos;
- b) Secretária: GELYANA CRISTINA BERNARDINOS, Assistente Social, Funcionária Pública;
- c) Membro: MARCOS CLAUDINEI MOREIRA, Funcionário Público.

Art. 2º. Por tratar de serviços públicos relevantes, os trabalhos da Comissão Especial de Avaliação não serão remunerados, nem representarão

quaisquer ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Otacílio Costa (SC), 09 de junho de 2021.

FABIANO BALDESSAR DE SOUZA
Prefeito

O presente decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 09 de junho de 2021.

RODRIGO BARTH PEREIRA
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

Ouro

PREFEITURA

CONTRATO Nº 049/2021

Publicação Nº 3092480

PROCESSO LICITATÓRIO N 0063/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO N 0018/2021

CONTRATO N. 049/2021

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: ACACIO ANTUNES 06333681997.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para disponibilizar um profissional Graduado em Música para atuar como maestro e regente junto à Fanfarra Municipal de Ouro, com comprovação de experiência em aulas de Música e Regência de Fanfarra, durante ensaios e eventos, com carga horária de 12 horas mensais, nos meses de junho a dezembro de 2021.

Vigência: O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 31.12.2021.

Valor total: O valor total estimado será de R\$ 11.550,00 (onze mil, quinhentos e cinquenta reais)

Data de assinatura: 10/06/2021.

PORTARIA 2021/269

Publicação Nº 3092741

PORTARIA Nº 269/2021, DE 08 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a estabilidade de servidor público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o art. 53, VI e IX, do artigo 53 e artigo 73, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 41 da Constituição Federal e com os artigos 19 e 56-B, redação dada pela Lei Municipal nº 2.276/2011 da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992;

Considerando que a Servidora Monik Karolyne Bezerra Vidal, cumpriu estágio probatório com aproveitamento superior à média estabelecida no parágrafo 3º do Art. 3º do Decreto 087/2005, de 16 de junho de 2005;

Considerando que a Servidora Monik Karolyne Bezerra Vidal, apresentou o Certificado de Conclusão de Pós Graduação em Nível de Especialização, em Saúde Mental Coletiva, fornecido pela Universidade do Oeste de Santa Catarina;

RESOLVE:

Art. 1º Fica considerado estável no serviço público a servidora Monik Karolyne Bezerra Vidal, matrícula nº 1097-3, RG nº 2000099192528, CPF nº 050.719.633-37, no cargo de Psicólogo, Nível ATS-01, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Conceder Adicional por Grau de Instrução, pós graduação, correspondente a 10% (dez por cento), a servidora Monik Karolyne Bezerra Vidal, em atendimento ao Art. 56-B Inciso IV, redação dada pela Lei Municipal no 2.276/2011, da Lei no 1.007 de 20 maio de 1992;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
08 de junho de 2021.

Claudir Duarte
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Andréia Masson Dambros
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2021/270

Publicação Nº 3092742

PORTARIA Nº 270/2021, DE 10 DE JUNHO DE 2021.

Concede Licença Prêmio a Servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, VI e IX, e art. 77, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 83, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

RESOLVE:

Conceder período de gozo de licença prêmio ao servidor Gilberto Alves Cardoso, matrícula nº 622-4, ocupante do cargo de Operário Geral I, Nível SGM-II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, referente ao período aquisitivo de 1º de dezembro de 2011 a 31 de novembro de 2016, período de gozo de 27 de maio a 25 de agosto de 2021.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
10 de junho de 2021.

Claudir Duarte
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Andréia Masson Dambros
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA 2021/271

Publicação N° 3092743

PORTARIA N° 271/2021, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Demitir Servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade da Lei Municipal nº. 1007/92, de 20 de maio de 1992.

Considerando que a servidora Ivanilde Moraes de Souza apresentou pedido de demissão.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir a pedido a servidora Ivanilde Moraes de Souza, matrícula nº 1150-9, RG nº 3.747.564, CPF nº 032.960.379-50, do cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível SGM-01, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
11 de junho de 2021.

Claudir Duarte
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Andréia Masson Dambros
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PR N° 0038/2021

Publicação N° 3093057

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 0038/2021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 47BFA5FC964A144EBCFEF43BB58A7B77DD947824

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 25/06/2021, às 14:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0064/2021, na modalidade Pregão na forma Presencial N. 0038/2021, menor preço por item, com Execução imediata. Objeto: A presente licitação COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, tem por objeto a contratação de serviços especializados para planejamento, organização de editais, avisos, regulamentos, conteúdos programáticos, aplicação e correção de provas objetivas e práticas, avaliação de recursos, elaboração de lista de resultado provisório e final, e demais atos pertinentes ao Processo Seletivo, conforme Termo de Referência do Anexo I deste edital.

Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br; Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro/SC, 11/06/2021. Andreia Masson Dambros, Secretária Municipal da Administração e Fazenda.

Palhoça

PREFEITURA

EXTRATO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº97/2021-INFRA

Publicação Nº 3092809

EXTRATO CANCELAMENTO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2021

Anulação dos Itens nº 5 e 6 referente a ATA REGISTRO DE PREÇOS nº 97/2021 - 02/06/2021, com a Empresa PEIXER COMERCIO, SERVIÇOS E ALUGUEIS LTDA –ME. Conforme Decisão Administrativa.

PARECER JURÍDICO NORMATIVO Nº 03/2021/PGM

Publicação Nº 3095684

PARECER JURÍDICO NORMATIVO Nº 03/2021/PGM

Dispõe sobre a impossibilidade de prova de vida em relação às isenções concedidas nos casos de contribuintes com doenças graves

1. Considerando a elevada quantidade de processos administrativos que são encaminhados à Procuradoria Geral do Município para parecer em relação à possibilidade de se realizar a prova de vida nos casos de isenções concedidas em razão de doenças graves;

2. Considerando o disposto no artigo 30, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e;

3. Considerando as atribuições do Procurador Geral do Município e;

4. Resolve-se proceder à orientação jurídico-normativa do artigo 424, inciso XIV e §§ 1º e 4º, da Lei Complementar Municipal nº. 18/2002, conforme disposto no art. 27, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº. 235/2016, nos seguintes termos:

5. Dispõe o artigo 424, inciso XIV, da Lei Complementar Municipal nº. 18/2002, que:

Art. 424 Ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, os imóveis:

I - pertencentes a particular, quando cedido gratuitamente para uso da União, do Estado, do Município ou de suas autarquias;

II - pertencentes à ex-combatentes e respectivas viúvas;

III - utilizados como templos de qualquer culto;

IV - de propriedade ou alugado por Conselho Comunitário ou Associação de Moradores reconhecido de utilidade pública pelo Município de Palhoça, desde que utilizados pela entidade efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades, pela entidade;

V - pertencente a Funcionário Público Municipal, ainda que inativo, que tenha renda familiar igual ou inferior a 2,5 (dois e meio) salários mínimos, desde que utilizado como seu domicílio, e possua um único imóvel, neste ou noutro município.

VI - com edificação e valor venal do imóvel inferior a R\$ 5.320,00(cinco mil trezentos e vinte reais), desde que sirva de moradia para o sujeito passivo e não possua outro imóvel, neste ou noutro município.

VII - de propriedade do pescador ou produtor agropecuário, de valor venal inferior a R\$ 160.000,00(cento e sessenta mil reais) sem outra fonte de renda, bem como a viúva do mesmo, cuja única fonte de renda seja constituída pela pensão do cônjuge ou companheiro, enquanto ocupada como moradia própria, comprovado por laudo da Assistência Social do Município.

VIII - de propriedade de aposentados e pensionistas, por qualquer regime previdenciário, que comprove possuir renda familiar, inferiores ou iguais a 2,5 (dois e meio) salários mínimos, e cujo valor venal não ultrapasse a R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), comprovado por laudo da Assistência Social do Município.

IX - de propriedade única de Portadores de Necessidade Especial - PNE ou seus pais, tutores, ou curadores, desde que tenham renda familiar igual ou inferior a 2,5 (dois e meio) salários mínimos;

X - declarados de utilidade pública para fins de desapropriação quando ocorrer a imissão de posse;

XI - que possua valor histórico, artístico e/ou cultural, tombado por ato de autoridade competente, até 100% dos tributos, conforme definido em regulamento;

XII - pertencentes a entidades sem fins lucrativos, destinado ao exercício de atividades culturais, recreativas, esportivas ou de assistência social, reconhecidas em lei municipal, e utilizados efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades.

XIII - aos beneficiários de auxílio doença, com renda não superior a 2,5 (dois e meio) salários mínimos, e que estejam percebendo o benefício há mais de um ano.

XIV - de propriedade única de portadores de doença grave, contagiosa ou incurável;

XV - alugados para a Administração Direta ou Indireta do Município durante a vigência do respectivo contrato.

O § 3º, do mesmo artigo, estabelece, exaustivamente, as doenças que são consideradas graves para fins de isenção:

§ 3º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso XIV deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada comprovado através de laudo pericial, expedido por serviço médico oficial.

6. Em 2018, foi alterado o § 1º, do artigo 424, da Lei Complementar Municipal nº. 18/2002, bem como acrescido o § 4º, haja vista que houve a previsão da possibilidade de concessão de isenção para o exercício posterior ao requerimento, desde que realizada a prova de vida.

7. Segue a íntegra dos §§ 1º e 4º, do artigo 424, da Lei Complementar Municipal nº. 18/2002:

§ 1º As isenções previstas nos incisos II, V, VI, VII, VIII, IX e XIII serão requeridas mediante processo administrativo e serão concedidas para o exercício do protocolo e também para o exercício seguinte, ressalvados os casos de alienação ou alteração cadastral durante a vigência da isenção. (Redação dada pela Lei Complementar nº 262/2018)

[...]

§ 4º Para a concessão da isenção para o exercício seguinte em conformidade com o § 1º deste artigo, deverá o contribuinte realizar a prova de vida, através de requerimento, juntando cópia do RG, CPF e comprovante de seu endereço no mesmo processo administrativo de concessão, que será realizado junto a Secretaria Municipal de Fazenda, através de seus assistentes sociais. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 262/2018)

8. Pela leitura dos §§ acima mencionados, torna-se evidente que o Legislador apenas previu a possibilidade de prova para os casos de isenção previstos nos incisos II, V, VI, VII, VIII, IX e XIII, do artigo 424, da Lei Complementar Municipal nº. 18/2002, quais sejam:

II - pertencentes à ex-combatentes e respectivas viúvas;

V - pertencente a Funcionário Público Municipal, ainda que inativo, que tenha renda familiar igual ou inferior a 2,5 (dois e meio) salários mínimos, desde que utilizado como seu domicílio, e possua um único imóvel, neste ou noutro município.

VI - com edificação e valor venal do imóvel inferior a R\$ 5.320,00(cinco mil trezentos e vinte reais), desde que sirva de moradia para o sujeito passivo e não possua outro imóvel, neste ou noutro município.

VII - de propriedade do pescador ou produtor agropecuário, de valor venal inferior a R\$ 160.000,00(cento e sessenta mil reais) sem outra fonte de renda, bem como a viúva do mesmo, cuja única fonte de renda seja constituída pela pensão do cônjuge ou companheiro, enquanto ocupada como moradia própria, comprovado por laudo da Assistência Social do Município.

VIII - de propriedade de aposentados e pensionistas, por qualquer regime previdenciário, que comprove possuir renda familiar, inferiores ou iguais a 2,5 (dois e meio) salários mínimos, e cujo valor venal não ultrapasse a R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), comprovado por laudo da Assistência Social do Município.

IX - de propriedade única de Portadores de Necessidade Especial - PNE ou seus pais, tutores, ou curadores, desde que tenham renda familiar igual ou inferior a 2,5 (dois e meio) salários mínimos;

XIII - aos beneficiários de auxílio doença, com renda não superior a 2,5 (dois e meio) salários mínimos, e que estejam percebendo o benefício há mais de um ano.

9. Observa-se que o Legislador não permitiu a prova de vida aos casos de isenção concedida em razão de doença grave (inciso XIV).

10. Assim, o entendimento desta Procuradoria é no sentido de que, nos casos de isenção concedida em razão de doença grave, por expressa vedação legal, não é permitida a prova de vida para o exercício seguinte.

11. Logo, deve o contribuinte requerer anualmente a benesse, apresentado todos os documentos necessários e se submetendo à perícia médica.

12. Encaminhem-se para a Secretaria da Fazenda Municipal para conhecimento e providências.

Salvo melhor juízo, é o nosso parecer.

Palhoça (SC), 28 de maio de 2021.

LUCIANO DALLA POZZA	MAIARA MENDES DE SOUZA SILVA	ORLANDO MAZZOTA NETO
Procurador Geral do Município	Procuradora do Município	Subprocurador-Geral do Município
OAB/SC 29.416	OAB/SC 37.738	OAB/SC 26.923-B

RESULTADO - TP Nº 091/2021

Publicação Nº 3093172

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços nº 091/2021.

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração e aprovação de projeto básico de arquitetura para futura construção de um hospital dia e maternidade no município de Palhoça.

Empresa Vencedora: SANTINI E ROCHA ARQUITETOS SS LTDA

Valor: R\$ 149.460,00 (cento e quarenta e nove mil e quatrocentos e sessenta reais).

Palhoça, 11 de junho de 2021.

EDUARDO FRECCIA

Prefeito Municipal

RESULTADO PREGÃO Nº 140/2021

Publicação Nº 3093060

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DA8C823B7C3C4182838EC12D817220121C4CF124

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 140/2021

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2021, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para realizar o Transporte de Atletas do Município de Palhoça para competições esportivas no estado de Santa Catarina, realizado com ônibus de 42 lugares, com motorista e incluindo o combustível, através de Registro de Preços. No dia da abertura dos envelopes nenhuma empresa compareceu à sessão para apresentação dos envelopes. Diante disto, a pregoeira decide ARQUIVAR o presente processo e sugere a promoção de um novo certame. JOANA SCHMIDT – Pregoeira.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 104/2021**

Publicação Nº 3093709

**Câmara Municipal de Palhoça
Estado de Santa Catarina****PORTARIA 104, DE 11 DE JUNHO DE 2021.***Concede licença prêmio a pedido.*

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC**, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Regimento Interno desta Casa;

CONCEDE:

Art. 1º Fica concedido licença prêmio, a pedido, ao servidor **JOÃO NESTOR DE MATTOS**, pelo período de 15 (quinze) dias, iniciando em 14 de Junho de 2021, inclusive, terminando em 28 de Junho de 2021, inclusive, retornando o servidor ao trabalho em 29 de Junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

JOEL FILIPE GASPAR
Presidente

Rua: Joci José Martins, nº101 – Parque Residencial Pagani – Fone/Fax: 048 –3242.1501
e-mail- contato@cmp.sc.gov.br
Bairro: Passa Vinte – Palhoça- Santa Catarina – CEP 88.132-282.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2021**

Publicação Nº 3093147

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1AB629C8B83B0BC0FA4F7C885D605B8F13A5FDE9

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
 74/2021. Pregão Presencial 119/2021 - Partes: MUNICÍPIO
 DE PALHOÇA e a empresa: **SANIMED INDÚSTRIA E
 COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP.**
 OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem consumo
 para utilização nas Unidades de Saúde da Rede Municipal de
 Saúde de Palhoça, pelo Sistema de Registro de Preços, com
 entrega de forma parcelada..
 Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código:
 1AB629C8B83B0BC0FA4F7C885D605B8F13A5FDE9
 DATA: 11/06/2021 a 10/10/2021.

Nome da Empresa: SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP				CNPJ: 24.537.945/0001-05	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Abaixador de língua (espátula de madeira), descartável, formato convencional liso, superfície e bordas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 14 cm de comprimento; 1,4 cm de largura; 0,5 mm de espessura, embalado em pacote com 100 unidades					
1	300,00	PCT	ESTILO 1,4 CM X 0,5 MM	R\$3,5100	R\$1.053,0000
Especificação: Agulha hipodérmica descartável 20x5,5 caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.					
4	250,00	CX	SR 20X5,5	R\$9,3000	R\$2.325,0000
Especificação: Cateter venoso central, tamanho 5fr, 13 cm, duplo lumen, com as seguintes especificações mínimas: 1 cateter em poliuretano, hidrofílico centimetrado, 1 dilatador, 1 fio guia em J, 1 agulha, 1 seringa descartável, 1 bisturi descartável, 1 fixador do cateter tipo borboleta com trava. Tampas protetoras auto selantes. Cateteres hidrofílicos, facilitando o deslizamento ao contato com líquidos. O Kit deverá conter: cateter em poliuretano hidrofílico centimetrado, dilatador, fio guia em "J" e adiantador do fio guia, agulha de punção, seringa descartável, bisturi descartável com cabo, fixador de cateter tipo borboleta com trava e tampa protetora auto selante. Ponta soft, flexível. Válvula Luer Lock com câmara de látex.					
18	100,00	KIT	BIOMEDICAL 5FR	R\$96,1700	R\$9.617,0000
Especificação: Cobertor tipo manta em microfibr. Medidas aproximadas: 1.50x2.20m, dupla face, anti-alérgico, resistente a tração, não desbotável, cor azul marinho, para uso hospitalar.					
21	100,00	UN	ETRURIA 1.50X2.20M	R\$38,6200	R\$3.862,0000
Especificação: Scalp nº 25 - dispositivo intravenoso scalp, para punção venosa, curta duração, descartável, estéril, haste em aço inoxidável, parede fina, bisel curto, trifacetado, cortante com fácil introdução, siliconizado, sem colagem entre o tubo vinílico, transparente, atóxico e apirogenico, flexível, com protetor rígido de conectores de agulha e asas, asa de empunhadura flexível, com identificação do calibre na asa, proteção luer na porção distal, cor universal. embalagem individual, papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número do lote.					
58	10000,00	UN	GLOMED Nº 25	R\$0,3300	R\$3.300,0000
Valor Total (vinte mil e cento e cinquenta e sete reais)					R\$20.157,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2021

Publicação Nº 3093150

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1AB629C8B83B0BC0FA4F7C885D605B8F13A5FDE9

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
 75/2021. Pregão Presencial 119/2021 - Partes: MUNICÍPIO
 DE PALHOÇA e a empresa: **AGUAMED COMÉRCIO DE
 EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ONDOTOLÓGICOS LTDA.**
 OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem consumo
 para utilização nas Unidades de Saúde da Rede Municipal de
 Saúde de Palhoça, pelo Sistema de Registro de Preços, com
 entrega de forma parcelada.
 Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código:
 1AB629C8B83B0BC0FA4F7C885D605B8F13A5FDE9
 DATA: 11/06/2021 a 10/10/2021.

Nome da Empresa: AGUAMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ONDOTOLÓGICOS LTDA				CNPJ: 25.137.947/0001-70	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Máscara de O2 com reservatório, adulto, utilizada para fornecer O2 ao paciente. Possuir reservatório para oferecer oxigênio a 100% máscara de silicone e bolsa confeccionada em material transparente de vinil. Resistente à lavagem a glutaraldeído. Deverá possuir presilhas ajustáveis de nariz, para fixação confortável e faixa elástica ajustável à face do paciente. Abertura de segurança que permita a entrada de ar ambiente. Sistema completo, com bolsa reservatório de capacidade de 750 ml.					
49	100,00	UN	Headstar Medical	R\$23,7600	R\$2.376,0000
Especificação: Máscara de O2 com reservatório, infantil, utilizada para fornecer O2 ao paciente. Possuir reservatório para oferecer oxigênio a 100%. Máscara de silicone e bolsa confeccionada em material transparente de vinil. Resistente à lavagem a glutaraldeído. Deverá possuir presilhas ajustáveis de nariz, para fixação confortável e faixa elástica ajustável à face do paciente. Abertura de segurança que permita a entrada de ar ambiente. Sistema completo, com bolsa reservatório de capacidade de 750 ml.					
50	50,00	UN	Headstar Medical	R\$22,0200	R\$1.101,0000
Especificação: Papel para eletrocardiograma termosensível, milimetrado, compatível com Cardiotouch 3.000, Bionet, medindo 216mmx30metros, apresentação rolo.					
89	400,00	RL	CONTI	R\$22,4200	R\$8.968,0000
Especificação: Conjunto de oxigenação e aspiração rede canalizada de oxigênio, com as seguintes especificações mínimas: tomada dupla de oxigênio, aspirador compacto de 500 ml, fluxômetro de oxigênio de 0 a 15 litros, conjunto para umidificação.					
93	100,00	KIT	IFAB FLX117	R\$357,3500	R\$35.735,0000
Valor Total (quarenta e oito mil e cento e oitenta reais)					R\$48.180,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2021

Publicação Nº 3093152



Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1AB629C8B83B0BC0FA4F7C885D605B8F13A5FDE9
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Fundo Municipal de Saúde

Pág 1 / 2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.76/2021**Pregão Presencial Nº 119/2021**

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, o **Município de Palhoça**, através do(a) , situado na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.092.636/0001-90, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, senhor **ROSINEI DE SOUZA HORACIO**, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, nos termos do art.15 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações e nos termos do Decreto n.º 1.480/2004 do Regulamento de Registro de Preços do Município de Palhoça, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2021, PARA REGISTRO DE PREÇOS**, por deliberação da pregoeira, homologada em 07/06/2021 RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS das Empresas classificadas em primeiro lugar, observada as condições do Edital que rege o Pregão Presencial. A presente ata tem por objeto o registro dos preços cotados, relativamente aos produtos especificados no anexo I do referido pregão, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelos licitantes classificados em primeiro lugar, por item. Este instrumento não obriga o **MUNICÍPIO DE PALHOÇA**, através do , a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para a aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdades de condições. A Secretaria Municipal de Saúde designará um gerente para o acompanhamento dos preços registrados. Os preços ofertados, especificação, quantidade estimada, marcas, empresa e representante legal, encontram-se enunciados no anexo da presente ata. O presente registro de preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação. A assinatura da presente ata implicará plena aceitação, por parte do fornecedor, das condições estabelecidas no Edital de licitação e seus Anexos. A presente ata será publicada em forma de extrato no Diário Eletrônico do Município de Palhoça, conforme disposto no parágrafo único, do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93. Quaisquer alterações na presente ata somente poderão ser realizadas mediante termo aditivo formalizado entre as partes. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Palhoça, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas da presente Ata. E por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na Presente Ata.

Palhoça, 11 de Junho de 2021

MUNICÍPIO DE PALHOÇA
Contratante

SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE
EIRELI
Contratada

TESTEMUNHA: 01. _____
02. _____



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço - Fundo Municipal de Saúde

Pág 2 / 2

Anexo**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 76/2021****Pregão Presencial N° 119/2021**

OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem consumo para utilização nas Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Palhoça, pelo Sistema de Registro de Preços, com entrega de forma parcelada.

Nome da Empresa: SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELI				CNPJ: 33.154.286/0001-19	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Detergente enzimático desincrostante, com no mínimo 03 enzimas na formulação, galão com 05 litros. De acordo com a RDC 55 e normas da ANVISA.					
24	715,00	GL	Zymedet Gold Zymedt Gold	R\$79,1200	R\$56.570,8000
Especificação: Touca hospitalar, com elástico, descartável, em tecido não tecido, com elástico em toda volta, gramatura mínima 20grs/m², tamanho único, hipoalergênica, atóxica e inodora, cor branca. Pacote com 100 unidades.					
73	1500,00	PCT	NOBRE Nobre	R\$13,9000	R\$20.850,0000
Valor Total (setenta e sete mil, quatrocentos e vinte reais e oitenta centavos)					R\$77.420,80

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2021

Publicação Nº 3093154

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1AB629C8B83B0BC0FA4F7C885D605B8F13A5FDE9

ESTADO DE SANTA CATARINA
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
 77/2021. Pregão Presencial 119/2021 - Partes: MUNICÍPIO
 DE PALHOÇA e a empresa: **CIRÚRGICA NOSSA SENHORA
 EIRELI - EPP**. OBJETO: Aquisição de materiais de
 enfermagem consumo para utilização nas Unidades de Saúde
 da Rede Municipal de Saúde de Palhoça, pelo Sistema de
 Registro de Preços, com entrega de forma parcelada.
 Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código:
 1AB629C8B83B0BC0FA4F7C885D605B8F13A5FDE9
 DATA: 11/06/2021 a 10/10/2021.

Nome da Empresa: CIRÚRGICA NOSSA SENHORA EIRELI - EPP				CNPJ: 24.586.988/0001-80	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Água Oxigenada, 10 volumes, frs. com 1.000 ml.					
2	200,00	FRS	FARMAX	R\$3,7900	R\$758,0000
Especificação: Clorexidina gliconato, dosagem 0,5%, aplicação solução alcoólica, frasco com 1000ml.					
20	1000,00	FRS	FARMAX	R\$8,3400	R\$8.340,0000
Especificação: Intermediários de silicone 204 de 6 x 12mm, rolo com 15 metros.					
35	10,00	RL	KINNER	R\$139,8200	R\$1.398,2000
Especificação: Seringa descartável 60 ml, sem agulha com bico cateter indicada para cateteres e sondas de alimentação, aspiração, sonda foley e nasogástrica com as seguintes especificações mínimas: cilindro transparente e com anel de retenção que evita o desprendimento do êmbolo, confeccionada em TPE, atóxica, escala de graduação, embalagens com apropriada que garantam a integralidade e esterilidade do produto.					
64	5000,00	UN	SR	R\$1,8100	R\$9.050,0000
Especificação: Sonda de Aspiração traqueal nº. 06.					
66	20000,00	UN	MARK MED	R\$0,5700	R\$11.400,0000
Especificação: Vaselina líquida, uso hospitalar, frs c/ 1000 ml					
78	150,00	FRS	FACILIMPE	R\$19,9300	R\$2.989,5000
Especificação: Coletor para perfurocortantes 13 litros, com alça dupla para transporte. Contra-trava de segurança. Produzido de acordo com NBR 13853. Fácil montagem, possuir bocal aberto para facilitar o descarte dos materiais, sem necessidade de abrir e fechar tampa. Acompanhar saco plástico para o transporte do coletor antes da montagem e para revestimento interno do coletor. O saco plástico junto com o fundo rígido, a cinta e a bandeja, devem formar um espesso conjunto de revestimento interno, evitando perfurações e vazamentos. A trava e a contra-trava de segurança devem garantir que, após o fechamento do coletor, a tampa não se abra durante o transporte.					
86	5000,00	UN	DESCARBOX	R\$6,0200	R\$30.100,0000
Valor Total (sessenta e quatro mil, trinta e cinco reais e setenta centavos)					R\$64.035,70

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2021

Publicação Nº 3093155

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1AB629C8B83B0BC0FA4F7C885D605B8F13A5FDE9

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

78/2021. Pregão Presencial 119/2021 - Partes: MUNICÍPIO

DE PALHOÇA e a empresa: **DENTAL SHOW - COM. DE****PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI.**

OBJETO: Aquisição de materiais de enfermagem consumo para utilização nas Unidades de Saúde da Rede Municipal de Saúde de Palhoça, pelo Sistema de Registro de Preços, com entrega de forma parcelada.

Registrado no TCE/SC (e-Sfinge) sob o código:

1AB629C8B83B0BC0FA4F7C885D605B8F13A5FDE9

DATA: 11/06/2021 a 10/10/2021.

Nome da Empresa: DENTAL SHOW - COM. DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES EIRELI				CNPJ: 11.776.334/0001-78	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Agulha hipodérmica desc. 13x4,5, caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.					
3	1000,00	CX	DESCARPACK	R\$11,0000	R\$11.000,0000
Especificação: Agulha hipodérmica des 25x7, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.					
6	6000,00	CX	DESCARPACK	R\$11,0000	R\$66.000,0000
Especificação: Agulha hipodérmica des. 25x8, cx c/ 100 unid. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.					
7	1000,00	CX	DESCARPACK	R\$11,0000	R\$11.000,0000
Especificação: Agulha hipodérmica desc. 30x7, caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.					
8	1000,00	CX	DESCARPACK	R\$11,0000	R\$11.000,0000
Especificação: Cateter intravenoso nº 16 G, dispositivo de poliuretano para infusão de media duração, Calibre 16, flexível por fora, agulha com bisel curto e trifacetado de fácil introdução, garantia de integridade e ajuste adequado do dispositivo interno quando da retirada Da agulha, de extremidade lisa e cônica, camada transparente de refluxo, conector luer adaptável em qualquer equipo e seringa, com protetor de agulha, atóxico, estéril, embalagem individual em papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, Validade, lote, com dispositivo de segurança conforme NR 32.					
11	1500,00	UN	LABOR IMPORT	R\$2,0800	R\$3.120,0000
Especificação: Cateter intravenoso nº 18 G, dispositivo de poliuretano para infusão de media duração, Calibre 18, flexível por fora, agulha com bisel curto e trifacetado de fácil introdução, garantia de integridade e ajuste adequado do dispositivo interno quando da retirada Da agulha, de extremidade lisa e cônica, camada transparente de refluxo, conector luer adaptável em qualquer equipo e seringa, com protetor de agulha, atóxico, estéril, embalagem individual em papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, Validade, lote, com dispositivo de segurança, conforme NR 32.					
12	1500,00	UN	LABOR IMPORT	R\$2,1400	R\$3.210,0000
Especificação: Cateter intravenoso nº 20 G, dispositivo de poliuretano para infusão de media duração, Calibre 20, flexível por fora, agulha com bisel curto e trifacetado de fácil introdução, garantia de integridade e ajuste adequado do dispositivo interno quando da retirada Da agulha, de extremidade lisa e cônica, camada transparente de refluxo, conector luer adaptável em qualquer equipo e seringa, com protetor de agulha, atóxico, estéril, embalagem individual em papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, Validade, lote, com dispositivo de segurança conforme NR 32.					
13	40000,00	UN	LABOR IMPORT	R\$2,0800	R\$83.200,0000
Especificação: Cateter intravenoso nº 22 G, dispositivo de poliuretano para infusão de media duração, Calibre 22, flexível por fora, agulha com bisel curto e trifacetado de fácil introdução, garantia de integridade e ajuste adequado do dispositivo interno quando da retirada Da agulha, de extremidade lisa e cônica, camada transparente de refluxo, conector luer adaptável em qualquer equipo e seringa, com protetor de agulha, atóxico, estéril, embalagem individual em papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, Validade, lote, com dispositivo de segurança conforme NR 32.					
14	5000,00	UN	LABOR IMPORT	R\$2,0500	R\$10.250,0000
Especificação: Cateter para oxigênio nasal tipo óculos infantil					
17	1000,00	UN	BIOSANI	R\$1,1600	R\$1.160,0000
Especificação: Equipo duas vias (tipo polifix). Conexão duas vias p/ infusão parenteral, estéril, descartável, transparente, pinça corta fluxo nas 2 (duas) vias de vedação precisa, conectores macho e fêmea com tampa protetora.					
25	20000,00	UN	VITAL GOLD	R\$0,7100	R\$14.200,0000

Especificação: Equipo utilizado para nutrição enteral. Ponta perfurante adaptável com facilidade e segurança em qualquer tipo de frasco/ampola/bolsa, contendo protetor; Câmara de gotejamento flexível e transparente permitindo o monitoramento do fluxo da alimentação a ser administrada; Tubo flexível em P.V.C. de no mínimo 1,2m de comprimento. Regulador de fluxo (clamp e rolete) para controle de fluxo com segurança, conector escalonado para diferentes diâmetros de sonda, contendo protetor. Embalado individualmente em Papel Grau Cirúrgico e filme termoplástico, contendo os dados impressos de identificação, código, lote, data de fabricação e validade e registro no Ministério da Saúde.					
26	10000,00	UN	DESCARPACK	R\$1,1700	R\$11.700,0000
Especificação: Fita micropore hipoalérgica constituída de rayon de viscose com adesivo acrílico, medindo 2,5cm x 10,00m. Embalagem individual, contendo externamente dados de rotulagem conforme RDC 185 de 22/10/2001.					
29	5000,00	RL	MISSNER	R\$2,4600	R\$12.300,0000
Especificação: Frasco-diet para dieta enteral, transparente, capacidade 500ml, graduado nos dois lados a cada 50ml crescente e decrescente, atóxico, de uso único, embalado individualmente em saco plástico, constando externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação e validade, nr. do lote, registro no MS, identificação do fabricante e do farmacêutico responsável.					
33	1000,00	UN	BIOBASE	R\$1,1000	R\$1.100,0000
Especificação: Iodopovidona degermante antisepsia da pele, mãos e ante-braços, solução degermante contendo 1% de iodo ativo, frs com 1.000 ml.					
37	1000,00	FRS	VIC PHARMA	R\$20,0500	R\$20.050,0000
Especificação: Lâmina para bisturi nº. 10, cx com 50 unidades.					
38	100,00	CX	SOLIDOR	R\$17,0100	R\$1.701,0000
Especificação: Lâmina para bisturi nº. 11, cx com 50 unidades.					
39	100,00	CX	SOLIDOR	R\$17,0100	R\$1.701,0000
Especificação: Lâmina para bisturi nº. 12, cx com 50 unidades.					
40	50,00	CX	SOLIDOR	R\$17,0100	R\$850,5000
Especificação: Lâmina para bisturi nº. 15, cx com 50 unidades.					
41	100,00	CX	SOLIDOR	R\$17,0100	R\$1.701,0000
Especificação: Lâmina para bisturi nº. 21, cx com 50 unidades.					
42	100,00	CX	SOLIDOR	R\$17,0100	R\$1.701,0000
Especificação: Lençol descartável de papel para maca com picote, produzido com papel de alta qualidade, e com rigoroso controle de qualidade. Composição: 100% de fibras celulósicas. Resistente, extra branco, medindo 50mx70cm.					
45	3000,00	RL	PLUMAX PICOTADO	R\$14,9900	R\$44.970,0000
Especificação: Papel crepado 50x50 cm, embalagem descartável para esterilização de material crepado 100% celulose, com gramatura de aprox. 60g/m², que oferece barreira microbiana eficaz através de porosidade controlada, mantendo a esterilidade do artigo por prazo superior ao proporcionado pelo tecido de algodão. É hipo-repelente, maleável, resistente a ruptura e rasgo, biodegradável, atóxico e não irritante. Indicado para empacotamento de artigos hospitalares em geral, a serem esterilizados em autoclave a vapor ou óxido de etileno, e para esterilização industrial por radiação Gama e Beta. Caixa com 500 unidades. Deve atender as Normas da ABNT/NBR 14990-1.					
53	400,00	UN	POLAR FIX	R\$223,6000	R\$89.440,0000
Especificação: Scalp nº 23 - dispositivo intravenoso scalp, para punção venosa, curta duração, descartável, estéril, haste em aço inoxidável, parede fina, bisel curto, trifacetado, cortante com fácil introdução, siliconizado, sem colagem entre o tubo vinílico, transparente, atóxico e apirogenico, flexível, com protetor rígido de conectores de agulha e asas, asa de empunhadura flexível, com identificação do calibre na asa, proteção luer na porção distal, cor universal. embalagem individual, papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo externamente dados de identificação, procedência, tipo e data de esterilização, validade, número do lote.					
57	10000,00	UN	SOLIDOR	R\$0,2400	R\$2.400,0000
Especificação: Sonda uretral nº 08					
69	20000,00	UN	MEDSONDA	R\$0,5700	R\$11.400,0000
Especificação: Tubo Endotraqueal sem Balão 3,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.					
74	100,00	UN	SOLIDOR	R\$3,5300	R\$353,0000
Especificação: Tubo Endotraqueal sem Balão 3,5mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.					
75	100,00	UN	SOLIDOR	R\$3,6400	R\$364,0000
Especificação: Tubo Endotraqueal sem Balão 4,0mm. Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Balão piloto (Cuff), transparente, com conector universal para o encaixe da seringa; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.					
76	100,00	UN	SOLIDOR	R\$3,6400	R\$364,0000
Especificação: Tubo endotraqueal sem balão 4,5mm, Com as especificações mínimas: em PVC e silicone atóxico, com curvatura, translúcido e radiopaco; Utilizado para entubação/ intubação oral e nasal; Descartável; Tubo com identificação do tamanho e graduação de 2 em 2 cm impressos em sua extensão; Válvula de segurança em PVC, conexão universal na extremidade distal; Embalagem individual, esterilizado em Óxido de Etileno garantindo a validade por 5 anos.					
77	100,00	UN	SOLIDOR	R\$3,6400	R\$364,0000
Especificação: Micronebulizador com máscara, extensão e copinho para medicamentos, em PVC atóxico, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, sendo as conexões soldadas para evitar vazamento, tamanho adulto.					
87	80,00	UN	DARU	R\$10,0000	R\$800,0000
Especificação: Fraldas geriátricas, tamanho EG, marca Confort Master, pacote com 7 unidades					
96	400,00	PCT	SLIM GERIATRICS	R\$9,8700	R\$3.948,0000

Valor Total	(quatrocentos e vinte e um mil, trezentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos)	R\$421.347,50
-------------	-----------------------------------------------------------------------------------------	---------------

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO 182/2021

Publicação N° 3095543

Decreto 182/2021, de 11 de junho de 2021.
Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2082/2020, de 12 de novembro de 2020

Decreta:
Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) para fazer face às despesas em diversas Secretarias como segue:

06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
06.003 Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil
2078 Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de defesa Civil
01000100 Recursos Ordinários
3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA
99.099 Reserva de Contingência
2054 Reserva de Contingência
01000100 Recursos Ordinários
3.9.9.90.00.00.00.00.00 Reserva de Contingência R\$ 22.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola, 11 de junho de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto.
Secretária de Planejamento.

ATA DO PREGÃO Nº. 37/2021 - REGISTRO DE PREÇOS - MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E OUTROS

Publicação Nº 3092459

**MUNICÍPIO DE PALMA SOLA**Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 1 / 8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.24/2021**Processo Administrativo nº 60/2021****Pregão Presencial Nº 37/2021**

O , Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº , neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Cleomar José Mantelli, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 37/2021, homologadas no dia 11 de junho de 2021, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS - PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CORRELATOS PARA PEQUENOS REPAROS, REFORMAS E AMPLIAÇÕES DE BENS PÚBLICOS, conforme especificações abaixo.

1.2. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 28983 - K L COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
3	ADAPTADOR MANG. 3/4 X 1/2	UN	TUBOZAN	10,00000	R\$1,1800	R\$11,8000
4	ALONGADOR PARA TORNEIRA CROMADO 4 CM 1/2	UN	GARDEN	10,00000	R\$6,9000	R\$69,0000
5	AREIA LAVADA MEDIA	M3	DO PORTO	65,00000	R\$84,0000	R\$5.460,0000
8	BARRA DE CANO PVC - 100MM C/6M	UN	ILITALIA	20,00000	R\$34,0000	R\$680,0000
11	BRITA Nº 1	M3	P.SOLA	32,00000	R\$40,0000	R\$1.280,0000
12	BUCHA DE REDUÇÃO - SOLDÁVEL 25 X 20	UN	TUBOZAN	25,00000	R\$0,8000	R\$20,0000
20	CANO 200 MM - ESGOTO	UN	ILITALIA	25,00000	R\$283,0000	R\$7.075,0000
21	CANO 20MM - ÁGUA	UN	ILITALIA	35,00000	R\$12,8000	R\$448,0000
22	CANO 40 MM - ÁGUA	UN	ILITALIA	31,00000	R\$46,5000	R\$1.441,5000
16	CAIXAS DE DESCARGA	UN	LUMASA	10,00000	R\$21,5000	R\$215,0000
26	CILINDRO PARA FECHADURA	UN	SOPRANO	26,00000	R\$13,0000	R\$338,0000
27	CIMENTO 50 KG	SC	VOTORAN	135,00000	R\$23,0000	R\$3.105,0000
25	CHUVEIRO ELETRICO TIPO DUCHA	UN	ZAGONEL	15,00000	R\$35,0000	R\$525,0000
28	CORDA NYLON 8MM	M	3850 POLICORDA	100,00000	R\$0,7000	R\$70,0000
34	FECHADURA PARA PORTA EXTERNA	UN	SOPRANO	10,00000	R\$35,0000	R\$350,0000
35	FECHADURA PARA PORTA INTERNA	UN	SOPRANO	10,00000	R\$30,0000	R\$300,0000
37	FITA VEDA ROSCA 10 M	RL	BRASFORT	20,00000	R\$1,7500	R\$35,0000
40	GRELHA QUADRADA PARA RALO 100MM	UN	HERC	20,00000	R\$4,0000	R\$80,0000
52	LAVATORIO DE LOUCA BRANCA C/ COLUNA	UN	FIORI DECA	7,00000	R\$120,0000	R\$840,0000
38	FOLHAS DE LIXA Nº 180	UN	ALCAR	25,00000	R\$1,6500	R\$41,2500
53	LIXA ROLO G180 45M	UN	ALCAR	2,00000	R\$137,0000	R\$274,0000
54	LUVA ESGOTO 50MM	UN	TUBOZAN	50,00000	R\$1,9500	R\$97,5000
56	MANGUEIRA JARDIM SILICONADA 1/2"	M	PLASBON	200,00000	R\$1,9500	R\$390,0000
59	MASSA ACRILICA 3,6 L	UN	RESICOLOR	14,00000	R\$23,5000	R\$329,0000
63	MULTIMASSA TAPA TUDO COM N O MÍNIMO 340G	UN	INCOR	20,00000	R\$19,0000	R\$380,0000
68	PINCEL 5"	UN	ROMA	10,00000	R\$11,5000	R\$115,0000



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 2 / 8

Fornecedor: 28983 - K L COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
71	PO DE BRITA	M3	P.SOLA	20,00000	R\$39,0000	R\$780,0000
77	SIFÃO TIPO SANFONA 1 1/2	UN	BLUKIT	15,00000	R\$8,5000	R\$127,5000
79	SOLVENTE P/ ESMALTE C/ 5 LITROS	GL	FARBEN	12,00000	R\$50,0000	R\$600,0000
80	SOLVENTE PARA TINTA A OLEO E ESMALTE SINTETICO	L	FARBEN	15,00000	R\$10,0000	R\$150,0000
84	TELHA CUMEEIRA DE FIBROCIMENTO 110 X 42 CM 6MM	UN	ETERNIT	57,00000	R\$36,0000	R\$2.052,0000
88	TIJOLOS 6 FUROS TAMANHO MINIMO 24 X 9 14 CM.	MIL	SEACA	8,00000	R\$1.020,0000	R\$8.160,0000
93	TORNEIRA PLASTICA PARA COZINHA	UN	HERC	15,00000	R\$5,8000	R\$87,0000
94	VASO SANITÁRIO COMPLETO	UN	ONIX	12,00000	R\$180,0000	R\$2.160,0000
95	VIDRO COMUM	M	WAPEL	50,00000	R\$93,0000	R\$4.650,0000
90	TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM COM 3,6 LITROS, DE PRIMEIRA LINHA, DIVERSAS CORES	LTA	RENNER	56,00000	R\$59,5000	R\$3.332,0000
64	PARAFUSO AUTOBROCANTE 3/4	UN	JOMARC	500,00000	R\$0,4000	R\$200,0000
30	CUMEEIRA GALVANIZADA 1 MT	UN	WAPEL	20,00000	R\$35,0000	R\$700,0000
87	TELHA GALVANIZADA ALUZINCO	M2	TP 40	100,00000	R\$55,5000	R\$5.550,0000
33	EXTENSÃO 3METROS	UN	ILUME	10,00000	R\$15,0000	R\$150,0000
19	CANO 150MM ESGOTO	UN	ILITALIA	33,00000	R\$178,0000	R\$5.874,0000
86	TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM 2,44 X 1,10M	UN	ETERNIT	188,00000	R\$46,8000	R\$8.798,4000
85	TELHA DE FIBROCIMENTO 6MM 1,83 X 1,10M	UN	ETERNIT	60,00000	R\$35,5000	R\$2.130,0000
15	CAIXA DÁGUA DE FIBRA DE VIDRO C/ TAMPÁ 20.000 LCAIXA DÁGUA DE FIBRA DE VIDRO C/ TAMPÁ, CAPACIDADE PARA 20.000 L, DE ACORDO COM NORMA TÉCNICA VIGENTE.	UN	BAKOF	2,00000	R\$5.850,0000	R\$11.700,0000
46	JOELHO EM PVC 150 MM PARA ESGOTO	UN	TUBOZAN	2,00000	R\$38,0000	R\$76,0000
65	PARAFUSOS PARA FIXAR TELHAS 5/16"X11CM	UN	JOMARC	500,00000	R\$0,6000	R\$300,0000
41	IMPERMEABILIZANTE P/ PISO 3,6 L	GL	MAXTON	1,00000	R\$21,0000	R\$21,0000
Total do Fornecedor:						R\$81.567,9500

Fornecedor: 81914 - COM.DE MAT.ELETRICOS BRUNETTO LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	ABRAÇADEIRA 1/2 3/4 1/16 BORBOLETA	UN	MATRIX	100,00000	R\$1,7500	R\$175,0000
2	ABRAÇADEIRA NYLON 40 CM 7.6 MM	UN	G20	500,00000	R\$0,5200	R\$260,0000
7	ASSENTO SANITARIO BRANCO P/ VASO	UN	ALUMASA	21,00000	R\$16,0000	R\$336,0000
9	BOIA DE 1/2 POLEGADA	UN	VIQUA	9,00000	R\$7,0000	R\$63,0000
13	CADEADO 30MM	UN	GOLD	10,00000	R\$13,0000	R\$130,0000
14	CADEADO 50MM	UN	GOLD	10,00000	R\$31,0000	R\$310,0000
17	CANAleta AUTO ADESIVADA - 20 X 10 X 2M	BR.	ILUMI	50,00000	R\$4,8000	R\$240,0000
23	CANO PARA DESCARGA	UN	CIPLA	29,00000	R\$11,0000	R\$319,0000
31	ENGATE RÁPIDO PARA MANGUEIRAS FLEXÍVEL PARA ÁGUA	UN	HERC	20,00000	R\$5,0000	R\$100,0000
62	MTS DE FIO SOLIDO 2,5 MM	UN	COR FIO	50,00000	R\$1,9000	R\$95,0000
36	FITA CREPE 19 MM X 50 M	RL	ADERE	40,00000	R\$3,3000	R\$132,0000
42	INTERRUPTOR C/ TOMADA	UN	ILUMI	30,00000	R\$8,5000	R\$255,0000



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 3 / 8

Fornecedor: 81914 - COM.DE MAT.ELETRICOS BRUNETTO LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
47	JOELHO LL 25 MM	UN	KRONA	50,00000	R\$0,6500	R\$32,5000
49	KIT ACIONAMENTO PARA VALVULA DE DESCARGA 1.1/2"	UN	BLUKIT	33,00000	R\$42,0000	R\$1.386,0000
51	LÂMPADA TUBULAR LED 18W 6500K BIVOLT - 1,20M	UN	EMPALUX	50,00000	R\$10,5000	R\$525,0000
50	LAMPADA LED 18W	UN	LORENZETTI	50,00000	R\$13,5000	R\$675,0000
55	LUVA PVC SOLDAVEL 20 MM	UN	KRONA	50,00000	R\$0,6000	R\$30,0000
66	PINCEL 2 1/2"	UN	ROMA	10,00000	R\$5,9000	R\$59,0000
67	PINCEL 3"	UN	ROMA	10,00000	R\$8,9000	R\$89,0000
74	PREGOS 17 X 27	Kg	GERDAU	20,00000	R\$14,4000	R\$288,0000
73	PREGO COM CABEÇA 18 X 30	Kg	GERDAU	15,00000	R\$14,5000	R\$217,5000
78	SILICONE ACÉTICO BASIC BRANCO 280 ML	UN	POLIPLAS	20,00000	R\$13,0000	R\$260,0000
91	TORNEIRA DE JARDIM EM PVC DE 1/2"	UN	HERC	20,00000	R\$2,5000	R\$50,0000
32	ESPUMA POLIURETANA C/ 250 ML	UN	VILA	20,00000	R\$12,0000	R\$240,0000
18	CANAleta AUTO ADESIVADA - 20 X 10 X 2M	UN	ILUMI	40,00000	R\$4,8000	R\$192,0000
81	TE DE REDUCAO PVC P/ ESGOTO 100 X 75MM	UN	KRONA	2,00000	R\$11,0000	R\$22,0000
39	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTO DE EQUIPAMENTOS DESTINADO A ENTRADA DE ENERGIA DE UMA UNIDADE CONSUMIDORA, CONSTITUÍDO DE POSTE PADRÃO CELESC ("KIT POSTINHO"), MEDINDO 7 METROS, BIFÁSICO DOMICILIAR, ELETRODUTOS, CONDUTORES, DISJUNTOR, DPS E ACESSÓRIOS INCORPORADOS, PREPARADA DE FORMA A PERMITIR LIGAÇÃO DE UNIDADE CONSUMIDORA À REDE DE DISTRIBUIDORA. FAZEM PARTE DO FORNECIMENTO OS RAMAIS AÉREO DE ENTRADA E DE CARGA DO CLIENTE COM DISTANCIA DE ATÉ 30 METROS SUBTERRÂNEO E ATERRAMENTO ELÉTRICO COM UMA BASE PADRÃO CELESC PARA CADA POSTE. TODOS OS MATERIAIS DEVERÃO SER HOMOLOGADOS PELA CELESC OBSERVAÇÃO: O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E SERVIÇOS DEVERÃO OBEDECER RIGOROSAMENTE OS CRITÉRIOS E COMPATIBILIDADES VOLTADOS A TENSÃO DE 220 VOLTS DE VOLTAGEM DA REGIÃO.	UN	VITRA	5,00000	R\$3.050,0000	R\$15.250,0000

Total do Fornecedor: R\$21.731,0000

Fornecedor: 96156 - FERAZZO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	ARGAMASSA AC III BRANCA 20KG	UN	INKOR	25,00000	R\$19,0000	R\$475,0000
24	CHAPA DE COMPENSADO 10MM X 2,20 X 1,60	UN	PALMA SOLA	50,00000	R\$77,9000	R\$3.895,0000
44	JANELA BASCULANTE METALICA C/ BAG.ALUM.1,50X1,30	UN	STRIKE	10,00000	R\$600,0000	R\$6.000,0000
57	MANGUEIRA PARA LAVADORA JACTO	UN	JACTO	11,00000	R\$110,0000	R\$1.210,0000



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA

Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 4 / 8

Fornecedor: 96156 - FERAZZO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
60	MASSA CORRIDA 25KG	UN	BLASCOR	7,00000	R\$38,0000	R\$266,0000
61	MASSA PARA VIDRO ESTUCO	Kg		10,00000	R\$6,5000	R\$65,0000
69	PISO DE CERAMICA 40 X 40 - PEI 4 - 1ª QUALIDADE	M²	PISOFORTE	200,00000	R\$14,0000	R\$2.800,0000
72	PORTA EXTERNA DE ALUMÍNIO 0,90 X2,10 M COMPLETA	UN	STRIKE	15,00000	R\$571,0000	R\$8.565,0000
76	REJUNTE CINZA	Kg	CERAMFIX	30,00000	R\$2,5000	R\$75,0000
96	VIDRO INCOLOR 10MM	M		30,00000	R\$250,0000	R\$7.500,0000
45	JANELAS BASCULANTES 60 X 40	UN	STRIKE	10,00000	R\$80,0000	R\$800,0000
43	JANELA BASCULANTE 200 X 100	UN	STRIKE	10,00000	R\$750,0000	R\$7.500,0000
82	TE DE REDUÇÃO PVC P/ ESGOTO 150 X 100 MM	UN	PLASTILIT	2,00000	R\$12,5000	R\$25,0000
83	TELA MOEDA PARA SUPORTE FLUTUANTE	M²	MORLAN	2,00000	R\$99,0000	R\$198,0000
10	BOMBA DOSADORA, TIPO DIAFRAGMA PTFE, VAZÃO 01L/H, PRESSÃO 07 BAR, ACIONAMENTO ELETROMECAÂNICO.	UN	VONDER	2,00000	R\$830,0000	R\$1.660,0000

Total do Fornecedor: R\$41.034,0000

Fornecedor: 155802 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ZANARDI LTDA - ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
29	CORRENTE METÁLICA	M	TRAMONTINA	20,00000	R\$11,8000	R\$236,0000
48	JOELHO LL 50MM	UN	PLASTUBOS	50,00000	R\$4,0000	R\$200,0000
58	MANTAS ASFALTICA AUTOADESIVA 10M	UN	PRIMER	3,00000	R\$28,5000	R\$85,5000
75	PUXADOR PARA PORTA TIPO ALÇA 100MM	UN	FERCA	25,00000	R\$5,5000	R\$137,5000
92	TORNEIRA ELÉTRICA 220 W DE PAREDE E BANCADA DE PLÁSTICO BRANCA	UN	HYDRA	10,00000	R\$119,0000	R\$1.190,0000

Total do Fornecedor: R\$1.849,0000

Fornecedor: 163503 - JVC ARTEFATO DE CIMENTO LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
70	PISO INTERCALADO TIPO PAVER MEDINDO 20 X 10 X 4 CM	UN	JVC ARTEFATO DE CIMENTO	25.000,00000	R\$0,9900	R\$24.750,0000

Total do Fornecedor: R\$24.750,0000

Fornecedor: 165867 - SSM COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
89	TINTA ACRÍLICA PREMIUM FOSCA 18 LITROS, DE PRIMEIRA LINHA, DIVERSAS CORES	LTA	BELLCOLOR	46,00000	R\$160,0000	R\$7.360,0000

Total do Fornecedor: R\$7.360,0000

Total Geral dos Itens: R\$178.291,9500



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 5 / 8

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassará os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2 – DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

a) Edital de Processo Administrativo nº 60/2021 - Pregão Presencial nº 37/2021 e seus anexos;

b) Proposta da(s) Licitante(s);

c) Ata de Julgamento.

3. VIGÊNCIA

3.1. O Prazo de vigência desta ata é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

4. DA ENTREGA DOS BENS PERMANENTES

4.1. Os bens permanentes deverão ser entregues nas dependências das Secretarias Municipais, conforme solicitação, em dia de expediente normal.

4.2. Fornecer os equipamentos ora licitados, dentro de elevados padrões de qualidade, com os veículos e materiais apropriados.

4.3. Correrão por conta da licitante vencedora as despesas com frete, carga e descarregamento dos equipamentos até o local indicado pelo Município de Palma Sola/SC.

4.4. A licitante se obriga a fornecer os equipamentos num prazo de CONSECUTIVOS, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

4.5. A licitante, adjudicada no objeto do presente Edital, comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos materiais permanentes, aplicando-se no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

4.6. A não entrega do objeto conforme descrito neste edital, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

4.7. O objeto contratado deverá ser entregue a contratante pelo valor licitado, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado.

5 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS PERMANENTES



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 6 / 8

5.1. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o objeto desta licitação será recebido:

5.2. Provisoriamente, no ato da entrega do(s) bens permanente (s), para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado;

5.3. Definitivamente em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o (s) bens permanentes (s) adquirido (s) encontram-se em perfeitas condições de utilização, além de atender às especificações do objeto contratado.

5.4. O CONTRATADO deve efetuar a troca do(s) bens permanentes(s) que não atender (em) as especificações do objeto contratado no prazo de 03 (três) dias corridos após solicitação.

6 - DA GARANTIA TÉCNICA/ E DE FUNCIONAMENTO

6.1. Período de Garantia

6.1.1. O período de Garantia Técnica deverão ser de no mínimo 01 (hum) ano e será contado a partir da data do RECEBIMENTO DEFINITIVO DA NOTA FISCAL.

6.1.2. No caso de os bens permanentes apresentarem defeitos de fabricação até o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento definitivo da nota fiscal, a CONTRATADA obriga-se a substituir os bens por novos, sem ônus para a Administração Municipal.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega do material e o recebimento definitivo dos mesmos, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.

7.2. O Município de Palma Sola não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da empresa CONTRATADA não entregar os materiais de acordo com o solicitado, ou ainda não entregar a nota fiscal.

7.3. A Administração Municipal reserva-se ao direito de devolução da nota fiscal/fatura não aprovada, e em hipótese alguma servirá de pretexto para que a licitante suspenda o fornecimento dos bens permanentes não entregues ao município e realize a cobrança financeira dos que não tenham sido autorizados pelo responsável pela Secretaria.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Palma Sola/SC, por ação, programa, projeto atividade, fonte de recursos e elemento da despesa para este exercício e o exercício seguinte.

9. RESPONSABILIDADES

9.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

9.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

9.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA

9.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

9.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

10. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

10.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais/bens fornecidos;

b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 7 / 8

11. DA INEXEÇÃO, CANCELAMENTO E ALT. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

11.1.1. Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

11.2. A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada de pleno direito:

11.2.1. Pela autoridade administrativa competente, quando:

- a empresa não cumprir com as obrigações dela constantes;
- a empresa der causa para a rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no artigo 78 d, inciso I a XII, ou XVII da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;
- por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- o fornecedor não comparece ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.2.2. Pela empresa quando:

- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado;

11.2.2.1. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultado a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, caso não aceitas as razões do pedido.

12. PENALIDADES

12.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

12.2. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste termo, a Prefeitura Municipal de Palma Sola poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.4. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 8 / 8

da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.6. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pagado ou lhe seja relevada a multa imposta.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

13.2. Elegem as partes contratantes a Comarca de Dionísio Cerqueira-SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Palma Sola (SC), 11 de Junho de 2021

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
Prefeito Municipal

K L COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

COM.DE MAT.ELETRICOS BRUNETTO LTDA

FERAZZO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ZANARDI LTDA - ME

JVC ARTEFATO DE CIMENTO LTDA

SSM COMÉRCIO DE TINTAS LTDA ME

ATA DO PREGÃO Nº. 38/2021 - REGISTRO DE PREÇOS - MÃO DE OBRA PARA PEQUENOS REPAROS

Publicação Nº 3092465

**MUNICÍPIO DE PALMA SOLA**Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 1 / 5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.25/2021**Processo Administrativo nº 61/2021****Pregão Presencial Nº 38/2021**

O , Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº , neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Cleomar José Mantelli, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 38/2021, homologadas no dia 11 de junho de 2021, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS -PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA REPAROS E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS., conforme especificações abaixo.

1.2. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 96156 - FERAZZO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE MÃO DE OBRA EM GERAL CONTENDO: REPAROS EM PAREDES DE ALVENARIA, TROCA FORRO DE PVC, TROCA E REPAROS EM TELHADOS, ABAS E CALHAS, COLOCAÇÃO DE PAVERS, TROCA DE FECHADURAS, VIDROS, PINTURAS EM PISO E MUROS E MANUTENÇÃO EM GERAL.	HS.		800,00000	R\$45,5000	R\$36.400,0000
Total do Fornecedor:						R\$36.400,0000
Total Geral dos Itens:						R\$36.400,0000

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2 – DOCUMENTOS INTEGRANTES



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 2 / 5

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Processo Administrativo nº 61/2021 - Pregão Presencial nº 38/2021 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Ata de Julgamento.

3. VIGÊNCIA

3.1. O Prazo de vigência desta ata é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

4. DA ENTREGA DOS BENS PERMANENTES

- 4.1. Os bens permanentes deverão ser entregues nas dependências das Secretarias Municipais, conforme solicitação, em dia de expediente normal.
- 4.2. Fornecer os equipamentos ora licitados, dentro de elevados padrões de qualidade, com os veículos e materiais apropriados.
- 4.3. Correrão por conta da licitante vencedora as despesas com frete, carga e descarregamento dos equipamentos até o local indicado pelo Município de Palma Sola/SC.
- 4.4. A licitante se obriga a fornecer os equipamentos num prazo de CONSECUTIVOS, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.
- 4.5. A licitante, adjudicada no objeto do presente Edital, comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos materiais permanentes, aplicando-se no que couber o Código de Defesa do Consumidor.
- 4.6. A não entrega do objeto conforme descrito neste edital, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.
- 4.7. O objeto contratado deverá ser entregue a contratante pelo valor licitado, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado.

5 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS MATERIAIS PERMANENTES

- 5.1. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o objeto desta licitação será recebido:
- 5.2. Provisoriamente, no ato da entrega do(s) bens permanente (s), para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do objeto licitado;
- 5.3. Definitivamente em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o (s) bens permanentes (s) adquirido (s) encontram-se em perfeitas condições de utilização, além de atender às especificações do objeto contratado.
- 5.4. O CONTRATADO deve efetuar a troca do(s) bens permanentes(s) que não atender (em) as especificações do objeto contratado no prazo de 03 (três) dias corridos após solicitação.

6 - DA GARANTIA TÉCNICA/ E DE FUNCIONAMENTO

- 6.1. Período de Garantia
 - 6.1.1. O período de Garantia Técnica deverão ser de no mínimo 01 (hum) ano e será contado a partir da data do RECEBIMENTO DEFINITIVO DA NOTA FISCAL.
 - 6.1.2. No caso de os bens permanentes apresentarem defeitos de fabricação até o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento definitivo da nota fiscal, a CONTRATADA obriga-se a substituir os bens por novos, sem ônus para a Administração Municipal.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega do material e o recebimento definitivo dos mesmos, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.
- 7.2. O Município de Palma Sola não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da empresa CONTRATADA não entregar os materiais de acordo com o solicitado, ou ainda não entregar a nota fiscal.



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 3 / 5

7.3. A Administração Municipal reserva-se ao direito de devolução da nota fiscal/fatura não aprovada, e em hipótese alguma servirá de pretexto para que a licitante suspenda o fornecimento dos bens permanentes não entregues ao município e realize a cobrança financeira dos que não tenham sido autorizados pelo responsável pela Secretaria.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Palma Sola/SC, por ação, programa, projeto atividade, fonte de recursos e elemento da despesa para este exercício e o exercício seguinte.

9. RESPONSABILIDADES

9.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

9.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

9.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA

9.4. A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

9.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

10. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

10.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais/bens fornecidos;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

11. DA INEXECUÇÃO, CANCELAMENTO E ALT. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

11.1.1. Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

11.2. A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada de pleno direito:

11.2.1. Pela autoridade administrativa competente, quando:

- a empresa não cumprir com as obrigações dela constantes;
- a empresa der causa para a rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no artigo 78 d, inciso I a XII, ou XVII da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;
- por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- o fornecedor não comparece ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 4 / 5

- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;

- não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.2.2. Pela empresa quando:

- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado;

11.2.2.1. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultado a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, caso não aceitas as razões do pedido.

12. PENALIDADES

12.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

12.2. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

12.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste termo, a Prefeitura Municipal de Palma Sola poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.4. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.6. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

13.2. Elegem as partes contratantes a Comarca de Dionísio Cerqueira-SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Palma Sola (SC), 11 de Junho de 2021

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE PALMA SOLA
Compras e Contratos
Ata do Registro de Preço

Pág 5 / 5

FERAZZO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

DECRETO 183/2021

Publicação Nº 3092939



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palma Sola
Rua Francisco Zanotto, nº 600 – Centro – Palma Sola – Santa Catarina
Fone/Fax: (49) 3652-3200 planejamento@palmasola.sc.gov.br
www.palmasola.sc.gov.br

Decreto 183/2021, de 11 de junho de 2021.

Estabelece Novas Medidas Preventivas e Restritivas no Âmbito do Município de Palma Sola para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (Covid-19).

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam **PROIBIDAS**, em todo o território do Município de Palma Sola, **até as 08:00 horas do dia 21 de junho de 2021:**

- a) O Consumo de bebidas alcoólicas, em qualquer horário, em logradouros e vias públicas.
- b) Velórios com horário superior a 06 horas;
- c) Aglomerações, de qualquer natureza, em espaços públicos, de pessoas de fora do mesmo grupo familiar.
- d) Confraternizações antes e após partidas de futebol;

Art. 2º Fica **OBRIGATÓRIO** o uso de máscara de proteção individual, em espaços, logradouros e vias públicas, nos termos da Lei Federal nº 14.019/2020, em todo o território do Município de Palma Sola, **até as 08:00 horas do dia 21 de junho de 2021:**

Parágrafo Único: Sem prejuízo de eventual responsabilização penal, incorrerá o infrator, a pena administrativa de multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais), por infração;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, em 11 de junho de 2021.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto.
Secretária de Planejamento.



Palmeira

PREFEITURA

DECRETO Nº 1793_2021_REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO DE BARES E SIMILARES

Publicação Nº 3093826

DECRETO Nº 1.793, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

REGULAMENTA O FUNCIONAMENTO DE BARES E SIMILARES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 359 e seguintes do Código Tributário Municipal – Lei Complementar Municipal nº 19, de 16 de dezembro de 2005, e legislação pertinente;

CONSIDERANDO a proibição a perturbação do sossego público com ruídos e sons excessivos;

CONSIDERANDO a permissão, nas reincidências, a cassação da licença para funcionamento quando ocorrer desordens, algazarras ou barulhos excessivos nos estabelecimentos comerciais que vendam bebidas alcoólicas;

DECRETA

Art. 1º. Os bares ou similares localizados no Município terão os seguintes horários de funcionamento:

I – das 06:00 às 00:00 horas de domingo à sábado.

§ 1º. O horário mencionado no caput deste artigo poderá ser autorizado, mediante solicitação da licença de funcionamento.

§ 2º. A autorização do horário previsto no caput deverá observar, as peculiaridades do estabelecimento e do local onde se encontra instalado, o interesse público, as condições de higiene e de segurança do público e do prédio e, em especial, a prevenção à violência.

Art. 2º. Para os efeitos deste Decreto consideram-se bares ou similares os estabelecimentos nos quais, além da comercialização de produtos e gêneros específicos a esse tipo de atividade, haja venda de bebidas alcoólicas para consumo imediato no próprio local.

Art. 3º. Os bares ou similares em que a licença de funcionamento especifique a contratação de segurança particular deverão contratar profissionais de empresas especializadas e regularizadas junto aos órgãos competentes, de acordo com o disposto em legislação específica.

Art. 4º. Os bares e similares que oferecerem música por qualquer meio deverão providenciar isolamento acústico que impeça a propagação do som para fora do prédio, observando as normas técnicas acerca do assunto.

Art. 5º. O descumprimento do disposto neste Decreto acarretará aos estabelecimentos previstos no artigo 1º:

I - a redução nos horários de funcionamento especificados no artigo 1º deste Decreto;

II - o cancelamento da licença para funcionamento e a interrupção de suas atividades, segundo legislação pertinente.

Art. 6º. Os estabelecimentos previstos no artigo 1º estarão sujeitos ao disposto no artigo 6º deste Decreto, na hipótese de seus freq-entadores permanecerem com os automóveis estacionados em suas proximidades, com aparelhagem de som, interna ou externa, em alto volume. Parágrafo único. Caso os responsáveis pelos estabelecimentos acionem os órgãos competentes, visando coibir a prática descrita no caput deste artigo, os mesmos não estarão sujeitos às penalidades previstas neste Decreto.

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Finanças será o órgão competente pela aplicação do disposto neste Decreto.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em sentido contrário.

Palmeira, 11 de junho de 2021.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA
Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 11 de Junho de 2021.

Palmitos

PREFEITURA

CONTRATO 31/2021

Publicação N° 3092745

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A5DA6107AA8805B1D36FAA8BD350A2A3874110EF

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Contrato Administrativo: nº 031/2021. Objeto: AQUISIÇÃO DE JALECOS EM TECIDO SELETEL PARA OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL. Contratada: AKANÃ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA. Valor Total R\$ 11.582,00. Vigência: 30/07/2021. Palmitos-SC, 11/06/2021. Dair Jocely Enge – Prefeito.

PROCESSO 36/2021

Publicação N° 3092407

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8995875BCA803200CE731EC0031BD209DEDF5DDD

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 006/2021

PROCESSO N.º 036/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE JALECOS EM TECIDO SELETEL PARA OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL.

CONTRATADO: AKANÃ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 80.155.781/0001-22.

VALOR TOTAL: R\$ 11.582,00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 11/06/2021.

Palmitos, 11 de Junho de 2021. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

PROCESSO 37/2021

Publicação N° 3092409

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2B23466DA8CB735BE309AC4C3D7FCFFAF5A803B0

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 37/2021. Modalidade: Chamamento 02/2021. Objeto: FORMALIZAÇÃO DE PARCERIA, COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC) PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NO EXERCÍCIO DE 2021, OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS, ATRAVÉS DO ENTRETENIMENTO, LAZER E CULTURA. Data da entrega das propostas: 12/07/2021 até as 17:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 11 de Junho de 2021. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Paraíso

PREFEITURA

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO-LAO PROTOCOLO Nº 153/2021

Publicação Nº 3092440

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO-LAO
PROTOCOLO Nº 153/2021

O município de PARAÍSO - SC em parceria técnica com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº140, de 08 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 101, de 06 de julho de 2017, Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017 e Resoluções CONSEMA nº 98/17 e 99/17 e suas alterações, com base no Protocolo nº 153/2021 do CONDER, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO à: EMPREENDEDOR:

NOME: BARAZZETTI BRITAGEM LTDA ME - BAMIN		
ENDEREÇO: RODOVIA BR 282-KM 668 Bairro: INTERIOR		
CEP: 89906-000	MUNICÍPIO: PARAÍSO	ESTADO: SC
CNPJ: 22.333.696/0001-00		

PARA ATIVIDADE DE:

ATIVIDADE: 10.20.00 BENEFICIAMENTO DE MINERAIS COM COMINUIÇÃO (BRITADOR)
EMPREENHIMENTO: BRITADOR PARAÍSO - BARAZZETTI BRITAGEM LTDA ME - BAMIN
CNPJ: 22.333.696/0001-00

LOCALIZADA EM:

ENDEREÇO: RODOVIA BR 282-KM 668 Bairro: INTERIOR		
CEP: 89906-000	MUNICÍPIO: PARAÍSO	ESTADO: SC
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 26°37' 11.12"S e 53°38' 59.80"W		

DA VIABILIDADE:

Condições gerais:

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do Município.

II. O Município, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.

IV. Retificações e recurso administrativos relativos a presente licença devem ser encaminhados ao Município no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença. PRAZO DE VALIDADE:

48 meses, a contar da presente data. DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo a está licença encontra-se o parecer da equipe técnica do CONDER, o qual apresenta demais informações bem como as condicionantes e deverá obrigatoriamente ser vinculada a esta. Parecer anexado no Despacho, do Protocolo 153/2021. LOCAL, DATA E ASSINATURA:

PARAISO/SC, 10 de Junho de 2021. DANIELA APARECIDA BONDAN

MUNICÍPIO DE PARAÍSO SC

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO-LAO PROTOCOLO Nº 154/2021

Publicação Nº 3092442

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO-LAO
PROTOCOLO Nº 154/2021

O município de PARAÍSO - SC em parceria técnica com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional - CONDER, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº140, de 08 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 101, de 06 de julho de 2017, Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017 e Resoluções CONSEMA nº 98/17 e 99/17 e suas alterações, com base no Protocolo nº 154/2021 do CONDER, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO à: EMPREENDEDOR:

NOME: BARAZZETTI BRITAGEM LTDA ME - BAMIN		
ENDEREÇO: RODOVIA BR 282-KM 668 Bairro: INTERIOR		
CEP: 89906-000	MUNICÍPIO: PARAÍSO	ESTADO: SC
CNPJ: 22.333.696/0001-00		

PARA ATIVIDADE DE:

ATIVIDADE: 00.10.00 - LAVRA A CÉU ABERTO COM DESMONTE POR EXPLOSIVO.
EMPREENHIMENTO: PEDREIRA PARAÍSO - BARAZZETTI BRITAGEM LTDA ME - BAMIN
CNPJ: 22.333.696/0001-00

LOCALIZADA EM:

ENDEREÇO: RODOVIA BR 282-KM 668 Bairro: INTERIOR
CEP: 89906-000 MUNICÍPIO: PARAÍSO ESTADO: SC
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 26°37' 11.12" S e 53° 38' 59.80" W

DA VIABILIDADE:

Condições gerais:

I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do Município.

II. O Município, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.

IV. Retificações e recurso administrativos relativos a presente licença devem ser encaminhados ao Município no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença. PRAZO DE VALIDADE:

48 meses, a contar da presente data. DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo a esta licença encontra-se o parecer da equipe técnica do CONDER, o qual apresenta demais informações bem como as condicionantes e deverá obrigatoriamente ser vinculada a esta. Parecer anexado no Despacho, do Protocolo 154/2021. LOCAL, DATA E ASSINATURA:

PARAÍSO/SC, 10 de Junho de 2021. DANIELA APARECIDA BONDAN
MUNICÍPIO DE PARAÍSO SC

RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 15-2021- RETIFICAÇÃO Nº01

Publicação Nº 3092914

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1F00246A913695636B57715C77AA831F48BD36CD

MUNICIPIO DE PARAÍSO – SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2021

O MUNICIPIO DE PARAÍSO/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08h30min do dia 29 de junho de 2021, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paraíso/SC, localizada na Rua Alcides Zanin, nº 593, Centro, município de Paraíso/SC, o seguinte objeto abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E AÇÕES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GRUPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3627-0077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

O edital e seus anexos estarão disponíveis no site do município, < <https://paraíso.atende.net> >.

Paraíso/SC, 11 de junho de 2021.

MARLENE FURLAN GIACOMINI
PREFEITA MUNICIPAL.

RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2021-RETIFICAÇÃO Nº02

Publicação Nº 3093690



Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) FBDB0218409E24F3EED61A1EB656C4526968A879

MUNICÍPIO DE PARAÍSO

Compras e Contratos

Aviso de Licitação

Pág 1 / 1

Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número - Minuta - Licitação: 37 Entidade - Processo Administrativo -
Minuta - Licitação: 2176 Aviso de Licitação(1618) - Sequência: 3

AVISO DE LICITAÇÃO	Pregão Presencial - 17/2021
	Processo Administrativo: 37/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da MUNICÍPIO DE PARAÍSO, nomeada pelo(a) Decreto - 2349/2021, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 24 de junho de 2021, às 08:30:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO, Rua Alcides Zanin, Nº 593, Centro - Paraíso/SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 17/2021, na modalidade de Pregão Presencial.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93.

Finalidade:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA A SEREM UTILIZADOS NO

DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONSELHO TUTELAR E GRUPAMENTO DE POLICIA MILITAR

DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC

Paraíso - SC, 11 de junho de 2021

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 016/2021**

Publicação Nº 3092579

**CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO - SC****PORTARIA Nº 016/2021**

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. JOEL ANTONIO GEHLEN, usando de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Resolução Nº 004/2019 e Anexo I, **RESOLVE:**

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER diárias nos moldes e ditames legais, aos servidores e ou Vereadores do Poder Legislativo de Paraíso, conforme descrições expostas no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC EM 11 DE JUNHO DE 2021.

Joel Antonio Gehlen
Presidente da Câmara

**JOEL
ANTONIO
GEHLEN:
7967516699**
1

Assinado digitalmente por JOEL ANTONIO GEHLEN:79675166991
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, OU=AC SOLUTI, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=Certificado PF A3, CN=JOEL ANTONIO GEHLEN:79675166991
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Paraíso - SC
Data: 2021.06.11 09:55:15-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, 11 de junho de 2021.

Servidora Responsável

Maria Eduarda Ballico

Matrícula n. 74

**CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO - SC****Anexo da Portaria 016/2021**

Servidores/Vereadores com diárias concedidas:

Mat.	Servidor/Vereador	CPF
80	ROBERTA SCHEFFLER	089.268.209-47
31	VOLNEI PAULO BORTONCELLO	034.304.009-37

Período:

Dia saída Paraíso: 15/06/2021

Horário saída de Paraíso: 06:00 hs

Dia chegada Paraíso: 18/06/2021

Horário chegada de Paraíso: 23:30 hs

Destino: FLORIANOPOLIS**Meios de locomoção:** (X) Carro locado () Avião () Ônibus () Van**Evento:** Atualização do Regimento Interno**Quantidade diárias de direito:** 4,00**Quantidade diárias concedidas:** 4,00**Valor cada diária:** R\$ 429,27**Valor arbitrado por Matrícula:** R\$ 1.717,08**Valor total arbitrado:** R\$ 3.434,16**Lei que regra as diárias:** Resolução nº 004/2019.

Obs: Segue anexo Prospecto do evento

CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC EM 11 DE JUNHO DE 2021.

Joel Antonio Gehlen
Presidente da Câmara**JOEL
ANTONIO
GEHLEN:
79675166
991**

Assinado digitalmente por JOEL
ANTONIO GEHLEN:
79675166991
DN: C=BR, O=ICP-Brasil,
OU=Autoridade Certificadora
Raiz Brasileira v2, OU=AC
SOLUTI, OU=AC SOLUTI
Multipla, OU=Certificado PF A3,
CN=JOEL ANTONIO GEHLEN:
79675166991
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Paraíso - SC
Data: 2021.06.11 09:55:35-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1

PORTARIA N. 017/2021

Publicação Nº 3092589



CÂMARA MUNICIPAL DE PARAÍSO - SC



PORTARIA Nº 017 /2021

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE
ADIANTAMENTO PARA SERVIDOR E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores, Estado de Santa Catarina, Sr. Joel Antonio Gehlen, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Resolução Nº 004/2009 e demais legislação em vigor, **RESOLVE**:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao Sr. Volnei Paulo Bortoncello, inscrito no CPF sob nº 034.304.009-37, matrícula nº. 31, o qual ocupa o cargo p de vereador na Câmara Municipal de Paraíso **ADIANTAMENTO** no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para suprimento de despesas que podem vir acontecer durante deslocamento e estadia em Florianópolis, durante período de participação em Evento de atualização do regimento interno de 15 À 18 de abril.

- Gastos em combustível para veículo locado;
- Serviços emergenciais;
- Transporte interno (taxi e uber);
- Estacionamento.

Art. 2º As despesas provenientes do objeto desta portaria correrão pela dotação orçamentária Da Câmara Municipal de vereadores de Paraíso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Paraíso - SC em 11 de Junho de 2021.

Presidente da Câmara Municipal

JOEL
ANTONIO
GEHLEN:
79675166
991

Assinado digitalmente por JOEL
ANTONIO GEHLEN:
79675166991
DN: C=BR, O=ICP-Brasil,
OU=Autoridade Certificadora
Raiz Brasileira v2, OU=AC
SOLUTI, OU=AC SOLUTI
Multipla, OU=Certificado PF A3,
CN=JOEL ANTONIO GEHLEN:
79675166991
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localização: Paraíso - SC
Data: 2021.06.11 09:54:35-03'00'
Foxit Reader Versão: 10.1.1

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 11 de junho de 2021.

Rua Alcides Zanin, 603 - Centro - Paraíso (SC) CEP 89906-000 - Fone: (49) 36270066 - E-mail:
camara@paraíso.sc.gov.br - Site: <https://www.camaraparaíso.sc.gov.br/>

Passo de Torres

PREFEITURA

CONTRATO 52/2021

Publicação Nº 3095692

Extrato do Contrato: 052/2021

Contratante: Prefeitura Municipal De Passo De Torres

Contratada: COMEV Comércio de Materiais de escritório LTDA

Valor Global: R\$ 32.348,00 (trinta e dois mil, trezentos e quarenta e oito reais)

Vigência: Início: 17/05/2021 - Término: 31/12/2021

Modalidade da Licitação: Dispensa de Licitação p/ compras e serviços

Objeto: AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA AS ESCOLAS, SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICIPIO DE PASSO DE TORRES/SC

Dotação: 02.01.2.003.4.4.9.0 – 100 – 06/2021 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, VICE PREFEITO, E ASSESSORIAS

03.01.2.007.4.4.9.0 – 100 – 11/2021 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.02.2.010.4.4.9.0 – 0695 – 43/2021 MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR

08.01.2.034.4.4.9.9 – 100 – 98/2021 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Passo de Torres/SC, 17 de maio de 2021.

Valmir Augusto Rodrigues

Prefeito Municipal

CONTRATO 54/2021

Publicação Nº 3095697

Extrato do Contrato: 054/2021

Contratante: Prefeitura Municipal De Passo De Torres

Contratada: J.A. Machado Junior - ME

Valor Global: R\$ 7.333,28 (sete mil, trezentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos)

Vigência: Início: 25/05/2021 - Término: 31/12/2021

Modalidade da Licitação: Dispensa de Licitação p/ compras e serviços

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS E HIGIENIZAÇÃO DAS CAIXAS D'ÁGUAS NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC

Dotação: 04.02.2.010.3.3.90 – 695 – 40/2021 – MANUTENÇÃO DO ENSINO REGULAR

04.02.2.019.3.3.90 – 695 – 59/2021 – MANUTENÇÃO DAS CRECHES

Passo de Torres/SC, 25 de maio de 2021.

Valmir Augusto Rodrigues

Prefeito Municipal

PORTARIA 191/2021

Publicação Nº 3095595

PORTARIA Nº 191, DE 02 DE JUNHO DE 2021.

"EXONERA EDUARDO GONÇALVES DOS SANTOS ALVES DO CARGO DE PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Valmir Augusto Rodrigues, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1 – Exonerar o servidor EDUARDO GONÇALVES DOS SANTOS ALVES do cargo de PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO – DAS 1.

Art. 2º – As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 02 de junho de 2021.

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de junho de 2021.

Valmir Augusto Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de junho de 2021.

Antonio Scheffer Silveira
Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA 192/2021

Publicação Nº 3095598

PORTARIA Nº 192, DE 02 DE JUNHO DE 2021.

“EXONERA RAQUEL RODRIGUES SCHEFFER ABREU DO CARGO DE MONITOR (ACT), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Valmir Augusto Rodrigues, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1 – Exonerar a servidora RAQUEL RODRIGUES SCHEFFER ABREU do cargo de MONITOR - ACT.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 02 de junho de 2021.

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de junho de 2021.

Valmir Augusto Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de junho de 2021.

Antonio Scheffer Silveira
Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA 193/2021

Publicação Nº 3095599

PORTARIA Nº 193, DE 07 DE JUNHO DE 2021.

“NOMEIA SERVIDORES ACTs, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Valmir Augusto Rodrigues, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados, em caráter temporário, os servidores abaixo relacionados:

MONITOR
- KATIÚCIA DA SILVA BUENO

PROFESSOR DE SÉRIES INICIAIS
- FERNANDA AZEVEDO FAGUNDES DE LACERDA
- ELISIANE SOARES PALAGIO

- CLAUDIA GRÄBER

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

- VICTOR RIBEIRO PERES

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de junho de 2021.

Valmir Augusto Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 07 de junho de 2021.

Antonio Scheffer Silveira
Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA 194/2021

Publicação Nº 3095600

PORTARIA Nº 194, DE 07 DE JUNHO DE 2021.

“CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 183 DE 21 DE MAIO DE 2021 , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Valmir Augusto Rodrigues, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da Portaria 183/2021, que concedeu licença para tratamento de saúde da servidora pública municipal, CLAIRE LUCIANE MARTINS DOS SANTOS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de junho de 2021.

Valmir Augusto Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 07 de junho de 2021.

Antonio Scheffer Silveira
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 195/2021

Publicação Nº 3095601

PORTARIA Nº 195, DE 07 DE JUNHO DE 2021.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Valmir Augusto Rodrigues, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora, CLAIRE LUCIANE MARTINS DOS SANTOS, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora Pública Municipal, CLAIRE LUCIANE MARTINS DOS SANTOS, até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de junho de 2021.

Valmir Augusto Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 07 de junho de 2021.

Antonio Scheffer Silveira
Secretário de Administração e Finanças.

Passos Maia

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO 0048/2021

Publicação Nº 3092423

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC
ANULAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N. 0048/2021
ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 0027/2021

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, que fica cancelado o PROCESSO LICITATÓRIO N. 0048/2021 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0027/2021.

Objeto – A presente licitação tem por objeto o registro de preço para contratação de serviços de recapagens e vulcanização de pneus.

Passos Maia, 11 de junho de 2021.
OSMAR TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO 0052/2021

Publicação Nº 3092706

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0052/2021
PREGÃO ELETRÔNICO N. 0031/2021

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0052/2021, Modalidade de Pregão Eletrônico n.0031/2021 – Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total para os veículos da frota municipal. Conforme descrição dos itens no termo de referência, anexo I do edital. As propostas deverão ser anexadas no sistema do dia 14/06/2021 a partir das 08:00 Hs, até às 08:45 Hs do dia 25/06/2021, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 Hs, do mesmo dia. Retirada do Edital pelo site www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações". Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 11 de junho de 2021.
OSMAR TOZZO
Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - TP 03/2021 - PL 34/2021**

Publicação Nº 3095871

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2021
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2021

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade Tomada de Preço, do tipo Menor preço global. Objeto: Contratação de empresa especializada para Reforma e Construção do muro da Escola Isolada Ernestina Pereira Martins – Bairro Sorocaba neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e demais anexos do edital. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “DOCUMENTAÇÃO” e nº. 2 – “PROPOSTA” deverão ser protocolados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, 130, centro, Paulo Lopes/SC, até as 09h55min do dia 30/06/2021. A sessão se dará no mesmo dia a partir das 10h00min, no endereço acima especificado. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site <http://www.paulolopes.sc.gov.br>.

Paulo Lopes, 10 de junho de 2021.
LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO 41/2021

Publicação Nº 3095883

DECRETO Nº 41/2021

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES-SC AFETADAS POR TEMPESTADE LOCAL - CHUVAS E VENTOS INTENSOS OCORRIDOS NO DIA 09 DE JUNHO DO CORRENTE ANO 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela pelo Artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica de 1990 do Município de Paulo Lopes, bem como:

CONSIDERANDO como consequência das fortes chuvas e ventos ocorridos no dia 09 de Junho do corrente ano 2021, que resultaram em danos materiais em especial nas PONTES DO BAIRRO ESPRAIADO e no GINÁSIO POLIESPORTIVO DO BAIRRO PENHA conforme respectivos RELATÓRIOS DE VISTORIA nºs 09; 10; e 11 de 2021, de responsabilidade da Defesa Civil do Município de Paulo Lopes-SC;

CONSIDERANDO os critérios agravantes da situação de anormalidade, com restrição ao trânsito de veículos e pessoas devido à ruína e desabamento de pontes em vias públicas causando o isolamento de comunidades que ficaram sem acesso;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, III e art. 3º, I, ambos da Constituição Federal, concernentes à dignidade da pessoa humana e o objetivo fundamental da construção de uma sociedade livre justa e solidária e, portanto, é dever do Poder Público Municipal providenciar a imediata continuidade na prestação de serviços, realizada mediante um conjunto de medidas a ser tomado em consequência do desencadeamento de fatores anormais e adversos, inclusive nos assuntos concernentes à prevenção, recuperação e assistência nos casos de emergência, DECRETA:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência nas áreas do Município de Paulo Lopes contidas nos RELATÓRIOS DE VISTORIA nºs 09; 10; e 11 de 2021 de responsabilidade Defesa Civil, anexos a este DECRETO.

Parágrafo primeiro: A situação de emergência é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre.

Art. 2º Com base no Inciso IV do artigo 24 da LEI nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da LEI de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 3º Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com retroação de seus efeitos à data do evento, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único: O prazo de vigência deste DECRETO pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitante) dias.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 14 de Junho de 2021.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

4 ADITIVO 010/2021 FMEDUC

Publicação Nº 3095533

**PENHA**
GOVERNO MUNICIPALPREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**4º TERMO ADITIVO Nº 010/2021-FMEDUC
AO CONTRATO Nº 61/2017- PMP****LICITAÇÃO:** Processo Licitatório nº 23/2017 – PMP
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 17/2017 – PMP

OBJETO: Serviço de transporte escolar dos alunos da Rede Municipal e Rede Estadual de Ensino de acordo com itinerários e demais especificações do Anexo I - Projeto Básico, atendendo solicitação nº 276/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as especificações, quantidades e condições estabelecidas no edital.

Através do presente instrumento, o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PENHA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.747.548/0001-60, neste ato representado por sua Gestora Sra. **MARIA JURACI ALEXANDRINO**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG 255785 e inscrita no CPF/MF sob o nº 729.885.339-20, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, nº 689, Centro, Penha/SC – CEP: 88.385-000, nomeada pela Portaria nº 269/2021, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **COLETIVO TRANSPENHA LTDA EPP**, com sede na Rodovia SC 414, nº 205, Sala 01, Bairro Variante, telefone para contato (47) 3345-2789, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.974.974/0001-39, neste ato representada por sua bastante procuradora Senhora **CRISTIANE ELIZABETH DIAS**, inscrita no CPF sob nº 039.483.999-48, Sócia-Proprietária, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem entre si e na melhor forma de direito com amparo legal no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, prorrogar o Contrato Principal nº 061/2017, de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas:

Cláusula Primeira

A vigência constante na Cláusula Oitava do Contrato Principal 061/2017 PMP e da Cláusula Primeira do 3º Termo Aditivo nº 016/2020-FMEDUC, fica prorrogada para mais 12 (doze) meses, a contar de 12 de junho de 2021, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

Cláusula Segunda

O valor referente ao objeto do presente termo é de R\$ 1.467.873,79 (Um Milhão, Quatrocentos e Sessenta e Sete Mil, Oitocentos e Setenta e Três Reais e Setenta e Nove Centavos), atualizado pelo I.P.C conforme Cláusula Terceira do Contrato Principal nº 061/2017, conforme especificações e quantidades abaixo discriminadas:

Item	Especificação	Unidade de medida	Quantidade de KM	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	Locação de transporte escolar para rede de ensino no Município de Penha/SC.	KM	124.819,20	11,76	1.467.873,79
				TOTAL	1.467.873,79

Cláusula Terceira

As despesas referentes ao presente Termo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 80 – Fundo Municipal da Educação
Unidade: 01- Fundo Municipal da Educação
Proj. /Ativ.: 2.116 - Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental
Elemento: (14) 3.3.90.00.00.00.00 0101 - Aplicacoes Diretas

: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Quarta

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

Penha/SC, 12 de junho de 2020.

MARIA JURACI ALEXANDRINO
Gestora do Fundo Municipal da Educação
Contratante

COLETIVO TRANSPENHA LTDA EPP
Cristiane Elizabeth Dias
Contratado

TESTEMUNHAS

Nome:
C.P.F.

Nome:
C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

LUIZ EDUARDO BUENO
Controle interno

: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

APOSTILAMENTO A ATA Nº 004/2021FMS

Publicação Nº 3092847

**PENHA**
GOVERNO MUNICIPAL**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**1º TERMO DE APOSTILAMENTO**
REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2021-FMS**LICITAÇÃO:** Processo Licitatório nº 053/2020 – FMS – Pregão Eletrônico nº 021/2020- FMS**OBJETO:** Tem por objeto aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's) para serem fornecidos aos profissionais de saúde, objetivando atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC.**CONTRATADO: M.TESTA CONFECÇÕES**

Pelo presente instrumento de 1º Termo de Apostilamento à Ata de Registro de Preços nº 004/2021 FMS, o **MUNICÍPIO DE PENHA-SC**, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela Sra. **CAMILA LUCHTENBERG**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG 4562427 e inscrita no CPF/MF sob o nº 048.489.069-70, residente e domiciliada na Rua Gerhard Schmidt, 376 – Bairro Gravatá – Penha/SC, nomeada pela Portaria nº 282/2021, e a Empresa **M.TESTA CONFECÇÕES**, estabelecida à AV. Genei Uehara, nº 1263, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.829.339/0001-09, representada, neste ato pelo Sra. Marina Testarg, CPF sob o nº 064.458.499-89, Cargo/Função Representante Legal, Telefone (44) 3629-1275 ou (44) 99723-3337, E-mail, financeiro.odg@hotmail.com, doravante denominados **“FORNECEDORA”** ou **“BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO”**, resolvem modificar a Ata de Registro de Preços nº 004/2021 - FMS, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Instrumento de 1º Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação da Ata de Registro de Preços nº 004/2021-FMS, devidamente publicada por parte da Administração, visando o Reequilíbrio Econômico Financeiro referente ao fornecimento do item 2 - Máscaras descartáveis;

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor dos itens estava em:

- 2 **MÁSCARAS DESCARTÁVEIS.** Máscaras com elástico de não tecidos compostas com duas camadas 100% polipropileno e uma camada de filtro de retenção bacteriana. Embalagem: Caixa com 100 unidades. Embalagem deverá estar lacrada. Com registro no Ministério da Saúde e ANVISA.
MARCA: PROPRIA MASCARA - VALOR CAIXA R\$ 27,90
- No entanto, conforme solicitado pela empresa e o Parecer Jurídico nº 073/2021, os itens a partir da data de assinatura do presente Termo de Apostilamento passará a ser:
- 2 **MÁSCARAS DESCARTÁVEIS.** Máscaras com elástico de não tecidos compostas com duas camadas 100% polipropileno e uma camada de filtro de retenção bacteriana. Embalagem: Caixa com 100 unidades. Embalagem deverá estar lacrada. Com registro no Ministério da Saúde e ANVISA.
MARCA: PROPRIA MASCARA - VALOR CAIXA R\$ 38,58
- As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

Penha/SC, 20 de abril de 2021

CAMILA LUCHTENBERG
Gestora do Fundo Municipal da Saúde

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração**LUIZ EDUARDO BUENO**
Controle Interno

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

APOSTILAMENTO A ATA Nº 090/2020 FMS

Publicação Nº 3092821

**PENHA**
GOVERNO MUNICIPAL**PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA**
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**1º TERMO DE APOSTILAMENTO**
REFERENTE À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 090/2020-FMS**LICITAÇÃO:** Processo Licitatório nº 045/2020 – FMS – Pregão Eletrônico nº 016/2020- FMS**OBJETO:** Registro de Preços para a futura aquisição de materiais médicos hospitalares, para serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde, Núcleo de Atendimento a Mulher e a Criança e Pronto Atendimento 24 horas (P.A.) do Município de Penha/SC.**CONTRATADO: MEDEFE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA**

Pelo presente instrumento de 1º Termo de Apostilamento à Ata de Registro de Preços nº 090/2020 FMS, o **MUNICÍPIO DE PENHA-SC**, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede nesta Cidade, Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 311, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela Sra. **CAMILA LUCHTENBERG**, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG 4562427 e inscrita no CPF/MF sob o nº 048.489.069-70, residente e domiciliada na Rua Gerhard Schmidt, 376 – Bairro Gravatá – Penha/SC, nomeada pela Portaria nº 282/2021, e a Empresa **MEDEFE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA**, estabelecida à Rua Gouber Pinto Dionísio, nº 55, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.463.374/0001-74, representada, neste ato pela Sr. Claudio José dos Santos, CPF sob o nº 035.501.499-80, telefone (41) 3042-0996, Cargo/Função Representante Legal, doravante denominados **“FORNECEDORA”** ou **“BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO”**, resolvem modificar a Ata de Registro de Preços nº_090/2020 - FMS, que se regerá pela legislação pertinente, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Instrumento de 1º Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação da Ata de Registro de Preços nº 090/2020-FMS, devidamente publicada por parte da Administração, visando o Reequilíbrio Econômico Financeiro referente ao fornecimento dos itens: 38. 39 e 40.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor dos itens estava em:

ITEM 38 - FIO MONONYLON 2.0 AGULHADO 45 CM, AGULHA CUTICULAR 3/8 CIRC. 3,0, CAIXA COM 24 ENVELOPES, MONOFILAMENTO PRETO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, CLASSE II. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. – MARCA: DONATI 2.0: VALOR CAIXA R\$ 30,32

ITEM 39 - FIO MONONYLON 3.0 AGULHADO 45 CM, AGULHA CUTICULAR 3/8 CIRC. 3,0, CAIXA COM 24 ENVELOPES, MONOFILAMENTO PRETO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, CLASSE II. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. – MARCA: DONATI 3.0: VALOR CAIXA R\$ 30,50

ITEM 40 - FIO MONONYLON 4.0 AGULHADO 45 CM, AGULHA CUTICULAR 3/8 CIRC. 3,0, CAIXA COM 24 ENVELOPES, MONOFILAMENTO PRETO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, CLASSE II. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. – MARCA: DONATI 4.0: VALOR CAIXA R\$ 30,50

No entanto, conforme solicitado pela empresa e o Parecer Jurídico nº 077/2021, os itens a partir da data de assinatura do presente Termo de Apostilamento passará a ser:

ITEM 38 - FIO MONONYLON 2.0 AGULHADO 45 CM, AGULHA CUTICULAR 3/8 CIRC. 3,0, CAIXA COM 24 ENVELOPES, MONOFILAMENTO PRETO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, CLASSE II. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. – MARCA: DONATI 2.0: VALOR CAIXA R\$ 36,45

ITEM 39 - FIO MONONYLON 3.0 AGULHADO 45 CM, AGULHA CUTICULAR 3/8 CIRC. 3,0, CAIXA COM 24 ENVELOPES, MONOFILAMENTO PRETO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, CLASSE II. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. – MARCA: DONATI 3.0: VALOR CAIXA R\$ 36,45

ITEM 40 - FIO MONONYLON 4.0 AGULHADO 45 CM, AGULHA CUTICULAR 3/8 CIRC. 3,0, CAIXA COM 24 ENVELOPES, MONOFILAMENTO PRETO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, CLASSE II. COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. – MARCA: DONATI 4.0: VALOR CAIXA R\$ 36,45

As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

Penha/SC, 03 de maio de 2021

CAMILA LUCHTENBERG
Gestora do Fundo Municipal da Saúde

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração**LUIZ EDUARDO BUENO**
Controle Interno

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 011/2021 - FMEDUC

Publicação Nº 3093888

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021 – FMEDUC
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para a futura aquisição de materiais de construção para atender a demanda de reparos nas Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil de Penha, conforme solicitação nº 150/2021, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Início de Entrega das Propostas: 14/06/2021 às 16h.
Término do Recebimento das Propostas: 24/06/2021 às 13:25h.
Início da Sessão de Disputa de Preços: 24/06/2021 às 13:30h.

Coordenação do Processo: Pregoeira Rovená Rosa Prestini e equipe de apoio.

Sistema Eletrônico utilizado: www.comprasbr.com.br.

Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12 às 18h.

Penha/SC, 14 de junho de 2021.
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021 - FMEDUC

Publicação Nº 3093820

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obras de construção de quadra coberta da Escola Básica João Antônio Pinto, conforme solicitação nº 183/2021 do Fundo Municipal de Educação, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital, memoriais, planilhas e projetos em anexos, parte integrante do presente processo.

Cadastro: até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas (Art. 22, § 2º, Lei nº 8.666/93).

Entrega e Abertura dos Envelopes: 29/06/2021 às 14 h. Endereço: Rua Nilo Anastácio Vieira, nº.180, Centro, Penha/SC – Sala do Empreendedor.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite. O inteiro teor deste Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou pelo telefone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12h às 18h.

Penha/SC, 10 de junho de 2021.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA – Gestor da Secretaria da Administração

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 57/2021, PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2021

Publicação Nº 3093767

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação nº 57/2021 – Pregão Presencial nº 29/2021.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de profissional para ministrar aulas de artes marciais junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS, com crianças e adolescentes do Município de Peritiba, conforme relação de itens constantes no Anexo I do edital.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15 do dia 25/06/2021.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30 do dia 25/06/2021.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 11 de junho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 58/2021, CREDENCIAMENTO Nº 02/2021

Publicação Nº 3093772

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que está efetuando Credenciamento para contratação de serviços conforme especificado abaixo, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Processo de Licitação nº 58/2021, Credenciamento nº 02/2021.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o credenciamento contratação de emissora de rádio com difusão FM e com abrangência em todo o território do Município de Peritiba, para divulgação de publicidade de informativos, dos atos, programas, obras, serviços, avisos, notícias, matérias, roteiros e campanhas de interesse do Município de Peritiba, conforme especificados no Anexo I deste Edital.

As inscrições para o Credenciamento se darão a partir de 21 de junho de 2021, com data prevista para encerramento em 20 de dezembro de 2021.

Edital na íntegra está disponível no site do município <http://www.peritiba.sc.gov.br/> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122, site do município ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba – SC., 11 de junho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

DECRETO 133/2021

Publicação Nº 3095486

DECRETO Nº. 133/2021
EXONERA SERVIDOR EFETIVO PAULO CÉSAR SAATKAMP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido a partir do dia 11/06/2021 o Servidor PAULO CÉSAR SAATKAMP, ocupante do cargo efetivo de ASSESSOR JURÍDICO, Grupo 3, Nível 5, Classe "G", do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2.º Face o disposto neste ato, fica revogado o Decreto n.º 1960/02 de 01 de março de 2002.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 10 de junho de 2021

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 10/junho/2021	
----------------------------------------------------------------------------------------------------	--

IVETE FRANSCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 134/2021

Publicação Nº 3095489

DECRETO N.º 134/2021
NOMEIA EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE DE AMOSTRAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso X, art. 111, da Lei Orgânica do município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009.

Considerando o Processo Licitatório nº 51/2021, Pregão Eletrônico nº 03/2021, A aquisição de kits de higiene pessoal e limpeza destinados à população Peritibense.

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados para acompanhar os trabalhos de análise de amostras referentes ao Processo Licitatório acima citado, constituída pelos seguintes:

IZABEL CRISTINA BOURSCHIEDT
MARCELLY CRISTINA DEITOS VICINI
NÁDIA TEREZINHA KUHN PIASSA

Parágrafo Único: Os membros da equipe em conjunto ou individualmente terão poderes para aprovar ou rejeitar os produtos amostrados conforme critérios usuais de mercado e conhecimento do uso destes produtos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 11 de junho de 2021

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Em., 11/junho/2021.

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO Nº 90/2021

Publicação Nº 3093829

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Chamada Pública nº 03/2021 – Processo Licitatório nº 44/2021

Objeto: É objeto desta contratação é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural e Cooperativas da Agricultura Familiar para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino que ofertam a Educação Infantil (creche) e Ensino Fundamental para o 2º quadrimestre de 2021, de acordo com as prerrogativas do Programa Nacional de Alimentação

Escolar - PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Quinta, todos de acordo com a chamada pública nº 03/2021, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 90/2021

Contratado: COOPERATIVA DOS PRODUTORES AGROINDUSTRIAS DO MUNICIPIO DE IPIRA - CPAMI

CNPJ: 07.224.044/0001-44

Valor: R\$ 1.564,00 (Um mil, quinhentos e sessenta e quatro reais)

Data de Vigência: 02/06/2021 a 31/08/2021.

Município de Peritiba – SC., em 02 de junho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

PORTARIA 263/2021

Publicação Nº 3095467

PORTARIA Nº 263/2021

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor ADRIANO JOSÉ KRINDGES, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM INFORMÁTICA, Grupo 2, Nível 6, Classe "E", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no período vespertino do dia 08 de junho e no dia 09 de junho de 2021, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 08 de junho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 08/junho/2021.	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	--

IVETE FRANCISCA FINGER

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 264/2021

Publicação Nº 3095468

PORTARIA Nº 264/2021

REVOGA PORTARIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a partir de 09/06/2021, as Portarias nº 256/2021 da servidora SANDRA NISSOLA FINGER, a Portaria n.º 257/2021 do servidor LUIS ENRIQUE FINGER, e a Portaria nº 258/2021 do servidor ROQUE FINGER, que concedeu AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, conforme anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 09 de junho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 09/junho/2021.	
------------------------------------------------	--

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 265/2021

Publicação N° 3095470

PORTARIA N° 265/2021
CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder o Servidor ADRIANO NEI GASTMANN, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 15/06 a 14/07/2021, relativo ao período aquisitivo de 03/06/2020 a 02/06/2021, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 09 de junho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 09/junho/2021.	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	--

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 266/2021

Publicação N° 3095471

PORTARIA N° 266/2021
CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora ROSEMERI WEBER WELTER, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "C", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 01/07 a 30/07/2021, relativo ao período aquisitivo de 10/03/2020 a 09/03/2021, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 09 de junho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 09/junho/2021.	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	--

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 267/2021

Publicação N° 3095472

PORTARIA N° 267/2021
CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora LUCIA ENGEL ocupante do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 01/07 a 30/07/2021, relativo ao período aquisitivo de 10/01/2020 a 09/01/2021, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 09 de junho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 09/junho/2021	
----------------------------------------------------------------------------------------------------	--

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 268/2021

Publicação N° 3095474

PORTARIA N° 268/2021
CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder o Servidor ALEX RODRIGO BERTOTTI, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 07/06 a 06/07/2021, relativo ao período aquisitivo de 05/02/2020 a 04/02/2021, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 09 de junho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 09/junho/2021.	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	--

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 269/2021

Publicação Nº 3095476

PORTARIA Nº 269/2021
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora DAIANE MALTAURO ROOS, ocupante do cargo de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E SANEAMENTO, Nível CC-4, Afastamento Para Tratamento de Saúde no dia 10 de junho de 2021 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 11 de junho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 11/junho/2021	
----------------------------------------------------------------------------------------------------	--

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 270/2021

Publicação Nº 3095478

PORTARIA Nº 270/2021
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora KARIN ESTELA MULLER GNOATTO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SAÚDE Grupo 2, Nível 2, Classe "D", por determinação médica, afastamento nos dias 09 a 13 de junho de 2021, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 11 de junho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 11/junho/2021.	
------------------------------------------------	--

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 271/2021

Publicação N° 3095482

PORTARIA N° 271/2021
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ELAINE HACKBARDT DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, Grupo 1, Nível 7, Classe "B", afastamento no dia 08 de junho de 2021, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 11 de junho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 11/junho/2021.	
------------------------------------------------	--

IVETE FRANCISCA FINGER
Secretária de Administração e Finanças

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2021 - 2º ADITIVO A ATA Nº 10/2021 - FMS

Publicação Nº 3093792

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBAATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2021
SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA Nº 10/2021PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA**, Pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 11.391.279/0001-06, com sede à Rua Frei Bonifácio esquina com a Rua Senador Nereu Ramos, nº 187, Bairro Centro – Peritiba/SC, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu titular o Senhor **PAULO JOSÉ DEITOS**, Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 021.966.329-70, de acordo Lei Federal nº 8.666/93 e com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 09/2020, **RESOLVE**, registrar o preço da empresa **MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES S/A** Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua Norberto Otto Wild, nº 420, Bairro Imigrante, Vera Cruz, Rio Grande do Sul, CEP 96.880-000, inscrita no CNPJ nº 07.752.236/0001-23, neste ato representada pelo seu representante legal o Senhor **CÉSAR AUGUSTO GOMES NEUMANN**, portador da Carteira de Identidade nº 4110152107 SSP/SC e CPF nº 031.237.800-90, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Suprimir da ata de registro de preços original o item nº 182, a pedido da empresa, pela impossibilidade de fornecimento do item caso este seja solicitado pelo município, devido à falta do fármaco no mercado, conforme a tabela abaixo:

Item	Quant.	Und.	Especificação dos Produtos	Marca	R\$ Unt.	R\$ Total
182	72.000	Caps	18115 - Omeprazol 20mg em cartelas/blister	BELFAR	0,069	4.968,00
Total						4.968,00

1.2. Sendo que o valor suprimido ficou em **R\$ 4.968,00** (Quatro mil, novecentos e sessenta e oito reais).

2. DA FISCALIZAÇÃO

2.1. Designa o fiscal indicado no Decreto Municipal nº 127/2021 de 24 de maio de 2021, sendo a servidora **ALINE COLLING SCHNEIDER**, e no caso de seu impedimento, a servidora **MARCIANE DAÍSE WUADEN FINGER**, para acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento da prestação dos serviços, os quais ficarão responsáveis pelo encaminhamento da autorização de pagamento junto ao setor de contabilidade do Município.

3. DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

3.1. As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços nº 10/2021 permanecem inalteradas.

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA





Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba- SC., 27 de maio de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal
Contratante

MEDILAR IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO
HOSPITALARES S/A
Contratada

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL
Testemunha

REGINA INÊS BRAND LAZZARIN
Testemunha

ALINE COLLING SCHNEIDER
Fiscal de Contrato

MARCIANE DAÍSE WUADEN FINGER
Fiscal de Contrato

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2021 - 13º ADITIVO A ATA Nº 01/2021

Publicação Nº 3093786



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2021
DÉCIMO TERCEIRO ADITIVO À ATA Nº 01/2021**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2020**

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ sob nº 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **PAULO JOSÉ DEITOS**, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF nº 021.966.319-70 no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Federal nº 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº **55/2020**, **RESOLVE**, registrar o preço da empresa **POSTO DE ABASTECIMENTO MARALEX EIRELI**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua do Comércio, s/nº, Bairro Centro, Peritiba, Santa Catarina, CEP 89.750-000, inscrita no CNPJ nº 09.155.931/0001-33, neste ato representada pelo seu Representante Legal o Senhor **MARCELO BOLL**, portador da Carteira de Identidade nº 4.235.692 e CPF nº 058.916.299-33, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Aditar a ata de registro de preços nº 01/2021 o reajuste de preços provocado pelo aumento do valor dos combustíveis conforme justificativa e comprovantes (127054 01/06/2021 e 126393 de 14/05/2021) apresentados pela contratada e aceitos pelo Município, visando à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro previsto na lei nº 8.666/93 e no "item 14" da Ata original.

1.2. A partir de 10/06/2021, o preço por litro passa a ser conforme a tabela abaixo:

Item	Saldo Quant.	Und.	Especificação do Produto	Marca	R\$ Unt. Antes do Acréscimo	% do acréscimo/supressão	R\$ Unt. após o acréscimo	R\$ total após o reajuste
1	42.519	Lts	4437 - GASOLINA COMUM	Bandeira Branca	5,65	1,42%	5,73	243.633,87
Total								243.633,87

1.3. O valor total estimado para o saldo total desta ata é de R\$ 243.633,87 (Duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e sete centavos). Sendo que o valor aditado da ata original ficou em R\$ 3.401,52 (Três mil, quatrocentos e um reais e cinquenta e dois centavos).

2. DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

2.1. As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços nº 01/2021 permanecem inalteradas.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma e assinado pelas

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA





Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA

partes e testemunhas abaixo.

Município de Peritiba – SC., 09 de Junho de 2021.

PAULO JOSÉ DEITOS
Prefeito Municipal

POSTO DE ABASTECIMENTO MARALEX EIRELI
Contratada

MARIELE ANDRESSA AULER MACIEL
Testemunha

REGINA INÊS BRAND LAZZARIN
Testemunha

ADEMAR GRAVE
Fiscal do Contrato

CRISTIANE TURATTO
Fiscal do Contrato

EDILSON ROBERTO FRAUENDORF
Fiscal do Contrato

IVAN LUIZ SIMON
Fiscal do Contrato

LUCIANA NILSON
Fiscal do Contrato

MARCIANE DAÍSE WUADEN FINGER
Fiscal do Contrato

**MOISÉS JUNIOR HAUPPENTHAL
CERVELIN**
Fiscal do Contrato

NÁDIA TEREZINHA KUHN PIASSA
Fiscal do Contrato

NÉRCIA MERI SGANZERLA
Fiscal do Contrato

NESTOR JOSÉ BOLL
Fiscal do Contrato

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA



Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATO 27 2021 - ROCHA & ROCHA

Publicação N° 3092441

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO N° 27/2021

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a empresa ROCHA & ROCHA SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, inscrita no CNPJ: 24.192.133/0001-75. Objeto: SERVIÇOS DE APOIO NA COORDENAÇÃO DE COLETA DE SUGESTÕES ON-LINE PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2022/2025 COM UTILIZAÇÃO DE APLICATIVO WEB, DESTINADO A ORGANIZAÇÃO DAS SUGESTÕES RECEBIDAS POR SECRETARIA, LOCALIDADE E ASSUNTO. Data: 02/06/2021. Vigência: 02/12/21. Valor dos Serviços: R\$ 3.000,00. Petrolândia, 14 de junho de 2021. Ângela Adriana Krindges da Mota – Prefeita Municipal Interina.

PREGÃO PRESENCIAL 05 2021 - FMS - TESTES COVID-19

Publicação N° 3092720

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO N° 09/2021

PREGÃO PRESENCIAL N° 05/2021

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO N° 09/2021 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 05/2021, tendo por objetivo a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TESTES COVID-19 ANTÍGENO AG, PARA USO NO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 24/06/2021, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 14 de junho de 2021. ÂNGELA ADRIANA KRINDGES DA MOTA – Prefeita Municipal Interina

Pinhalzinho

PREFEITURA

ATA PL 075 - DL 034 - PMP

Publicação Nº 3092749

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2021

ATA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de Assessoria para Construção do Sistema Municipal de Educação e Gestão Democrática bem como seus adjacentes, em todas as unidades escolares do município de Pinhalzinho/SC.

Órgão solicitante: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Justificativa da necessidade de contratação: Justifica-se esta Assessoria em orientar e a elaboração e revisão dos documentos que norteia o Sistema Municipal de Ensino e a Gestão Democrática da rede municipal de Pinhalzinho. A demanda faz-se necessária por não termos uma equipe técnica para realizar estas duas ações que vão normatizar e regulamentar ações do Ensino do município. A equipe que hoje consiste na secretaria de Educação, não tem subsídios e disponibilidade para realizar estas atividades. E com as exigências e metas que deverão ser cumpridas salientamos a importância de contratar a assessoria para realização do Sistema de Educação e da Gestão Democrática. Cada um tem suas especificidades e sua importância do processo da realização das metas e ações a serem desenvolvidas na secretaria. Esta assessoria fará o atendimento a todas as Unidades de ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede pertencente a Secretaria de Educação.

Justificativa do Preço:

Justifica-se o preço acordado conforme levantamento de orçamento pela Secretaria de Educação.

Modalidade de licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamentação Legal: artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Artigo 24 - É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).

Contratado: ALEX LUIZ DA SILVA - ME

Valor Total: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

Condição de Pagamento: Mediante relatório de atividades executadas.

Prazo de execução: 60 (sessenta) dias

Dotação Orçamentária: 06.001.0012.0361.0025.2022.3.3.3.90.35.11.00.00; 06.001.0012.0365.0025.2027.3.3.3.90.35.11.00.00; 06.001.0012.0365.0025.2028.3.3.3.90.35.11.00.00.

Vigência: 15/06/2021 até 15/08/2021

Foram anexos ao processo os seguintes documentos:

- Solicitação de Serviços;
- Solicitação de Abertura de Licitação/dispensa;
- Parecer Contábil;
- Autorização para abertura de processo administrativo de licitação/dispensa;
- Parecer Jurídico;
- Termo de Homologação;
- Autorização de Fornecimento;
- Contrato administrativo 164/2021;
- Certidão Negativa Federal;
- Certidão Negativa Estadual;
- Certidão Negativa Municipal;
- Certidão Negativa FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Publicação (Mural Público e Web).

Pinhalzinho, SC, 11 de junho de 2021.

Fabricio Fontana
Secretaria de Educação

Ratifico nos termos da presente Ata.

Mario Afonso Woitexem
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO N° 025-2021 - FMEC

Publicação N° 3090455

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHALZINHO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°: 025/2021

Processo de Licitação n°: 008/2021

Modalidade de licitação: Dispensa de Licitação 004/2021 – FMEC

Objeto: O objeto do presente Termo é a Contratação de empresa, para que sejam atendidas as necessidades do departamento da Fundação Municipal de Esportes e Cultura de Pinhalzinho Profissional em lutas Muaythai.

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

Contratado: ADRIANE GRANELLA - MEI

CNPJ: 42.150.263/0001-27

Valor Total: R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais)

Vigência: 11/06/2021 à 11/12/2021

Assinatura: 11 de junho de 2021

Flavio Both
Diretor Geral - FMEC
Mário Afonso Woitexem
Prefeito municipal

EXTRATO CONTRATO N° 026-2021- FMEC

Publicação N° 3093703

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHALZINHO
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n°: 026/2021

Processo de Licitação n°: 009/2021

Modalidade de licitação: Dispensa de Licitação 005/2021 – FMEC

Objeto:

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

Contratado: Contratação de empresa para prestação de serviços de Consultoria e Assessoramento com a finalidade de potencializar os formadores de Cultura e Esporte do município de Pinhalzinho na elaboração de projeto artísticos culturais e esportivas para os participantes do Edital Concurso – 001/2021 - Seleção e premiação de projetos esportivos e artístico-culturais a fomentar e incentivar as associações culturais e esportivas do Município de Pinhalzinho/SC.

CNPJ: 35.996.888/0001-49

Valor Total: R\$ 7.350,00 (sete mil e trezentos e cinquenta reais)

Vigência: 14/06/2021 à 14/07/2021.

Assinatura: 14 de junho de 2021

Flavio Both
Diretor Geral - FMEC
Mário Afonso Woitexem
Prefeito municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 160-2021 - PMP

Publicação Nº 3090659

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHALZINHO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº: 160/2021
Processo de Licitação nº: 074/2021
Modalidade de licitação: Dispensa de Licitação nº 033/2021 – PMP
Objeto: A CONTRATADA obriga-se a Elaboração de Estudo Preliminar Arquitetônico do Centro Cultural no Parque Olaria, a ser implantado na área da antiga Cerâmica Drews, no município de Pinhalzinho/SC.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO
Contratado: MARCIA PILZ ARQUITETURA E URBANISMO – ME
CNPJ: 31.252.164/0001-30
Valor Total: R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)
Vigência: 14/06/2021 até 14/07/2021
Assinatura: 11 de junho de 2021

Pinhalzinho/SC
Mario Afonso Woitexem
Prefeito municipal

PORTARIA Nº 318 DE 01 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092950

PORTARIA Nº 318 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,
Resolve,
Artigo 1º NOMEAR, a Servidora DANIELE SELL PEZZINI, brasileira, inscrita no CPF sob n. 001.187.520-81, para ocupar o cargo de provimento em comissão de CONTADOR GERAL, com dedicação integral, lotada na Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico do Município de Pinhalzinho/SC, a partir de 01.06.2021.
Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 01 de junho de 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

NEURO FRANCISCO OZELAME
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 319 DE 01 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092951

PORTARIA Nº 319 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009 e 140/2012,
Resolve,
Artigo 1º REMOVER a Servidora Pública Municipal MAELI PRISCILA BRANDALISE, brasileira, inscrita no CPF n. 086.078.809-18, ocupante do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE PROJETOS/PROGRAMAS – CC 02, com dedicação integral, lotada atualmente na Secretaria de Educação para atuar no Setor de Compras junto à Secretaria de Administração e Planejamento do Município de Pinhalzinho/SC, a partir de 01.06.2021.
Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 01 de junho de 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

NEURO FRANCISCO OZELAME

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 320 DE 01 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092953

PORTARIA Nº 320 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º REMOVER o Servidor Público Municipal ADEMIR ARI GUBIANI, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 951.764.209-10, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01.06.2021.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 01 de junho de 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

NEURO FRANCISCO OZELAME

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 321 DE 01 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092954

PORTARIA Nº 321 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009, 140/2012 e 213/2019, bem como o Processo Seletivo de edital nº 001/2020 da Secretaria Municipal de Saúde,

Resolve,

Artigo 1º CONTRATAR, temporariamente, a Senhora BRUNA ELIZA ELY, brasileira, inscrita no CPF n. 093.645.359-10, para ocupar a função temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, lotada na Policlínica II Dr. Pedro Paulino Burigo, junto à Secretaria de Saúde do Município de Pinhalzinho/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01.06.2021, para, de acordo com o artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar n. 213/2019, e Decreto Municipal 60/2020 de situação de emergência, suprir profissionais afastados e que possam se afastar por motivo de saúde com atestados médicos ou por fazer parte do grupo de risco (via decretos, portaria, nota técnicas ou recomendações), e devido a Pandemia de corona vírus COVID-19, para desempenhar as atividades na Saúde Pública Municipal, para ter profissionais mínimos nas estruturas de atendimento a saúde pública, auxílio na vacinação COVID-19, bem como as ações relacionadas ao controle da COVID-19, podendo ser mantido o contrato para suprir licença maternidade de profissionais.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 01 de junho de 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

NEURO FRANCISCO OZELAME
Secretário Municipal de Administração e Planejamento
Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 322 DE 01 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092956

PORTARIA Nº 322 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER licença prêmio aos servidores públicos municipais abaixo mencionados, nos seguintes períodos:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO CONCESSIVO		DIAS DE GOZO
	Início	Final	Início	Final	
LIAMARA WAGNER CAVALHEIRO	31/01/2013	30/01/2018	01/06/2021	15/06/2021	15
MARINES MAROCO BASSOLI	09/04/2012	08/04/2017	07/06/2021	06/07/2021	30

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 01 de junho de 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

NEURO FRANCISCO OZELAME
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 323 DE 01 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092961

PORTARIA Nº 323 DE 01 DE JUNHO DE 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º CONCEDER férias aos servidores públicos municipais abaixo mencionados, nos seguintes períodos:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO CONCESSIVO		DIAS DE GOZO
	Início	Final	Início	Final	
ALINE PAULA GONZATTI	19/03/2020	18/03/2021	04/06/2021	04/06/2021	01
ANA MARIA DE GREGORI	17/12/2018	16/12/2019	21/06/2021	02/07/2021	12
DIANA LÚCIA PARISE	10/01/2020	09/01/2021	01/06/2021	15/06/2021	15
DIANE BASEI DE CONTO	10/03/2019	09/03/2020	14/06/2021	21/06/2021	08
ELOI ALBERTO GRELLMANN	18/06/2019	17/06/2020	07/06/2021	18/06/2021	12

ERIVANE DANIELA PIROVANO	22/02/2020	21/02/2021	08/06/2021	18/06/2021	11
ILSE MOTTER PRIOR	18/09/2019	17/09/2020	21/06/2021	30/06/2021	10
ISMARA REGINA KEMPKA	01/07/2018	30/06/2019	07/06/2021	11/06/2021	05
KELLY DE FATIMA KOPCHESKI FERONATO	01/02/2020	31/01/2021	04/06/2021	18/06/2021	15
LUCAS KIST	16/03/2019	15/03/2020	14/06/2021	28/06/2021	15
LUCIA TERESINHA NIEDERLE	15/02/2019	14/02/2020	16/06/2021	30/06/2021	15
LUCIANE RODRIGUES	16/12/2019	15/12/2020	07/06/2021	11/06/2021	05
MARGARETE DE ANDRADE	03/03/2019	02/03/2020	21/06/2021	10/07/2021	20
MARLON EDUARDO DE ALMEIDA	04/02/2020	03/02/2021	07/06/2021	21/06/2021	15
ROSI CARLETO ZANELLA	10/01/2020	09/01/2021	15/06/2021	29/06/2021	15
ROZANA LUCIA BIRCK	28/09/2019	27/09/2020	14/06/2021	28/06/2021	15
SUAMY AUDREA SACHETT	04/06/2019	03/06/2020	16/06/2021	15/07/2021	30

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 01 de junho de 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

NEURO FRANCISCO OZELAME

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 324 DE 02 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092963

PORTARIA Nº 324 DE 02 DE JUNHO DE 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009, 131/2009, 140/2012 e 213/2019, bem como o Processo Seletivo de edital n. 001/2018 da Secretaria Municipal de Educação,

Resolve,

Artigo 1º CONTRATAR, temporariamente, a Senhora NEIVA ADRIANA ASSMANN OTTO, brasileira, inscrita no CPF n. 030.451.569-83, para ocupar a função temporária de PROFESSOR MAG II – Educação Infantil – Creche, com atribuição de exercício na Secretaria Educação do Município de Pinhalzinho/SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, pelo período de 02.06.2021 a 17.12.2021, para, de acordo com o artigo 2º, inciso V, § 4º, da Lei Complementar n. 213/2019, para atuar em turma de Berçário II, 20 horas semanais em vaga excedente devido a abertura de nova turma por procura de matrículas.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 02 de junho de 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito

NEURO FRANCISCO OZELAME

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

PORTARIA Nº 325 DE 02 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092964

PORTARIA Nº 325 DE 02 DE JUNHO DE 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 130/2009 e 131/2009, 140/2012,

Resolve,
Artigo 1º CONCEDER adicional de titulação à Servidora NEIVA ADRIANA ASSMANN OTTO, brasileira, inscrita no CPF n. 030.451.569-83, ocupante da função temporária de PROFESSOR MAG II, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação do Município de Pinhalzinho-SC, na proporção de 10% devido à apresentação de diploma, registrado sob o n. 11501, conferido em face da conclusão de curso de pós-graduação, em nível de especialização, em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 02 de junho de 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

NEURO FRANCISCO OZELAME
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

PORTARIA Nº 326 DE 04 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092968

PORTARIA Nº 326 DE 04 DE JUNHO DE 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, em especial as Leis Complementares n. 131/2009 e 140/2012,

Resolve,

Artigo 1º DESIGNAR a Servidora ADRIELLE GEREMIAS ZIMMER, brasileira, inscrita no CPF nº 073.185.359-86, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria de Administração e Planejamento do Município de Pinhalzinho/SC, com carga horária de 40 horas semanais, como responsável pelo Setor de Recursos Humanos, pelo período de 04.06.2021 a 18.06.2021, em substituição à servidora Kelly de Fatima Kopcheski Feronato que se encontra em gozo de férias.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho/SC 04 de junho de 2021.

MARIO AFONSO WOITEXEM
Prefeito

NEURO FRANCISCO OZELAME
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig
Supervisora

RESOLUÇÃO COMDE 2021

Publicação Nº 3092881

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE PINHALZINHO - COMDE

Resolução COMDE n.º 001/2021

Dispõe sobre concessão de credencial para uso de vagas especiais em estacionamentos públicos.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDE, do Município de Pinhalzinho no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 2.064, de 21 de maio de 2009, em reunião ordinária realizada em 11 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º - Aprovar a concessão de credencial para vaga de estacionamento especial para pessoa com deficiência, a Elizete Saatkamp Floss.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor, na data de sua publicação.

Pinhalzinho, SC, 11 de junho de 2021.

DIANA CRISTINA DOS SANTOS
Presidente do COMDE
Pinhalzinho – SC

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N. 47/2021

Publicação Nº 3093801

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2021

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EF5EF1D7084EEE20BA494E7B22B9BF02A40ED505

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, torna público, que realizará através da plataforma eletrônica www.bll.org.br (Bolsa de Licitações do Brasil-BLL) certame licitatório, PREGÃO ELETRONICO N. 47/2021, PROCESSO LICITATÓRIO N. 67/2021 para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS "CARNES E DERIVADOS" DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR PARA ESCOLA E CRECHE MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, DURANTE ANO LETIVO DE 2021, POR MEIO DO FORNECIMENTO PARCELADO, conforme especificações junto ao Edital Convocatório e anexos.

Declara aberta o acolhimento das propostas comerciais até às 08:15h do dia 24/06/2021, início da sessão na mesma data a partir das 08:30h.

Maiores informações e entrega de editais no endereço eletrônico: www.bll.org.br (Bolsa Licitações do Brasil) ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br com Sede Administrativa em Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000

PINHEIRO PRETO-SC, 11 DE JUNHO DE 2021

GILBERTO CHIARANI

PREFEITO

DECRETO Nº 5485 DE 07 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093745

DECRETO Nº 5485 DE 07 DE JUNHO DE 2021.

"CONCEDE PENSÃO POR MORTE À ESPOSA DE APOSENTADO FALECIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto – SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003 e artigo 33 a 39 da Lei Complementar nº81/1999,

DECRETA:

Artigo 1º Fica concedida o benefício da Pensão por Morte, artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, para DULCI BOESING, brasileira, viúva, CPF nº. 765.180.609-30, RG nº. 10R-2.406.414, residente e domiciliada na Avenida Marechal Castelo Branco, 1660, Pinheiro Preto-SC, em decorrência do falecimento do esposo AUGUSTINHO COLLE, aposentado pelo Decreto nº. 3294/2010 e retificado pelo Decreto nº 5193/2020, de 04 de março de 2020.

Artigo 2º O valor do benefício ora concedido, corresponde à totalidade dos vencimentos que o aposentado falecido percebia na data do óbito, correspondente a R\$ 2.172,20 (Dois mil, cento e setenta e dois reais e vinte centavos), sendo que o valor dos proventos da pensão será reajustado nas mesmas datas e no mesmo índice do reajuste concedido aos servidores municipais na ativa.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução do presente DECRETO serão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto – IPREPI, vigente em cada exercício financeiro.

Artigo 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de junho de 2021, data do óbito.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 07 DE JUNHO DE 2021.

GILBERTO CHIARANI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 324, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093739

PORTARIA Nº 324, DE 10 DE JUNHO de 2021.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR dejair rodrigues.

GILBERTO CHIARANI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando o art. 136 da Lei Complementar nº 16, de 17 de novembro de 1992, e

Considerando o Protocolo 823/2021;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor dejair rodrigues, ocupante do cargo efetivo de Operário Braçal, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 02/05/2019 a 01/05/2020, cujo gozo se dará de 11/06/2021 a 10/07/2021, devendo retornar a suas atividades em

12/07/2021.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 1.321/2008, produzindo seus efeitos a partir de 11 de junho de 2021.

Centro Administrativo Municipal, 10 de junho de 2021.

GILBERTO CHIARANI
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 002/2021

Publicação Nº 3092392

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
Av. Mar. Arthur Costa e Silva, 111 – Pinheiro Preto – SC
CEP: 89570-000 Fone/fax: 49-3562 1451

RESOLUÇÃO Nº 002/2021 Pinheiro Preto, 02 de junho de 2021.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DAS PACTUAÇÕES INTERFEDERATIVAS DOS ANOS DE 2018, 2019, 2020 e 2021 INSERIDAS NO DIGISUS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 575/91 de 28 de maio de 1991 e Lei nº1652 de 5 de fevereiro de 2013 e cumprindo a deliberação do plenário em reunião realizada no dia 31 de agosto de 2017;

Considerando a decisão do Conselho Municipal da Saúde devidamente nomeado cuja decisão está consignada em ata;

Considerando que de acordo com § 2.º da Lei n.º 8.142/90, "O Conselho de Saúde, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, em caráter permanente e deliberativo, atua na formação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo".

RESOLVE

Artº 1º . Aprovar a PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – PERÍODO 2018, 2019, 2020 e 2021, conforme ata nº002/2021 do dia 02 de junho de 2021.

Artº 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a validade à publicação no DOM/SC, nos termos da lei 1321/2008, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário.

Pinheiro Preto, 02 de junho de 2021.

Jean Carlos Moreira da Veiga
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Pinheiro Preto -SC

RESOLUÇÃO Nº 003/2021

Publicação Nº 3092389

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
Av. Mar. Arthur Costa e Silva, 111 – Pinheiro Preto – SC
CEP: 89570-000 Fone/fax: 49-3562 1451

RESOLUÇÃO Nº 003/2021 Pinheiro Preto, 02 de junho de 2021.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DOS RELATÓRIOS QUADRIMESTRAIS DOS ANOS DE 2018, 2019, 2020 INSERIDAS NO DIGISUS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 575/91 de 28 de maio de 1991 e Lei nº1652 de 5 de fevereiro de 2013 e cumprindo a deliberação do plenário em reunião realizada no dia 31 de agosto de 2017;

Considerando a decisão do Conselho Municipal da Saúde devidamente nomeado cuja decisão está consignada em ata;

Considerando que de acordo com § 2.º da Lei n.º 8.142/90, "O Conselho de Saúde, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, em caráter permanente e deliberativo, atua na formação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo".

RESOLVE

Artº 1º . Aprovar os RELATÓRIOS QUADRIMESTRAIS DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – PERÍODOS :

2018 (1ºRDQA, 2ºRDQA, 3ºRDQA)

2019 (1ºRDQA, 2ºRDQA, 3ºRDQA)

2020 (1ºRDQA, 2ºRDQA, 3ºRDQA)

Conforme ata nº002/2021 do dia 02 de junho de 2021.

Artº 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a validade à publicação no DOM/SC, nos termos da lei 1321/2008, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário.

Pinheiro Preto, 02 de junho de 2021.

Jean Carlos Moreira da Veiga
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Pinheiro Preto -SC

RESOLUÇÃO Nº 004/2021

Publicação Nº 3092386

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
Av. Mar. Arthur Costa e Silva,111 – Pinheiro Preto –SC
CEP: 89570-000 Fone/fax: 49-3562 1451

RESOLUÇÃO Nº 004/2021 Pinheiro Preto, 02 de junho de 2021.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DO 1º RELATÓRIO QUADRIMESTRAL DO ANO DE 2021 – 1ºRDQA 2021.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 575/91 de 28 de maio de 1991 e Lei nº1652 de 5 de fevereiro de 2013 e cumprindo a deliberação do plenário em reunião realizada no dia 31 de agosto de 2017;

Considerando a decisão do Conselho Municipal da Saúde devidamente nomeado cuja decisão está consignada em ata;

Considerando que de acordo com § 2.º da Lei n.º 8.142/90, "O Conselho de Saúde, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, em caráter permanente e deliberativo, atua na formação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo".

RESOLVE

Artº 1º . Aprovar o 1º RELATÓRIO QUADRIMESTRAL – PERÍODO 2021 (1ºRDQA 2021) , conforme ata nº002/2021 do dia 02 de junho de 2021.

Artº 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a validade à publicação no DOM/SC, nos termos da lei 1321/2008, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário.

Pinheiro Preto, 02 de junho de 2021.

Jean Carlos Moreira da Veiga
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Pinheiro Preto -SC

RESOLUÇÃO Nº 005/2021

Publicação Nº 3092384

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
Av. Mar. Arthur Costa e Silva,111 – Pinheiro Preto –SC
CEP: 89570-000 Fone/fax: 49-3562 1451

RESOLUÇÃO Nº 005/2021 Pinheiro Preto, 02 de junho de 2021.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE DO ANO DE 2021 - PAS 2021.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 575/91 de 28 de maio de 1991 e Lei nº1652 de 5 de fevereiro de 2013 e cumprindo a deliberação do plenário em reunião realizada no dia 31 de agosto de 2017;

Considerando a decisão do Conselho Municipal da Saúde devidamente nomeado cuja decisão está consignada em ata;

Considerando que de acordo com § 2.º da Lei n.º 8.142/90, "O Conselho de Saúde, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, em caráter permanente e deliberativo, atua na formação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo".

RESOLVE

Artº 1º . Aprovar a PROGRAMAÇÃO ANUAL DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – PERÍODO 2021 (PAS 2021) , conforme ata nº002/2021 do dia 02 de junho de 2021.

Artº 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a validade à publicação no DOM/SC, nos termos da lei 1321/2008, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário.

Pinheiro Preto, 02 de junho de 2021.

Jean Carlos Moreira da Veiga
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Pinheiro Preto -SC

RESOLUÇÃO Nº 006/2021

Publicação Nº 3092383

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
Av. Mar. Arthur Costa e Silva,111 – Pinheiro Preto –SC
CEP: 89570-000 Fone/fax: 49-3562 1451

RESOLUÇÃO Nº 006/2021 Pinheiro Preto, 02 de junho de 2021.

DISCIPLINA A APROVAÇÃO DA REPROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE SALDOS FINANCEIROS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 575/91 de 28 de maio de 1991 e Lei nº1652 de 5 de fevereiro de 2013 e cumprindo a deliberação do plenário em reunião realizada no dia 31 de agosto de 2017;

Considerando a decisão do Conselho Municipal da Saúde devidamente nomeado cuja decisão está consignada em ata;

Considerando que de acordo com § 2.º da Lei n.º 8.142/90, "O Conselho de Saúde, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, em caráter permanente e deliberativo, atua na formação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera de governo".

RESOLVE

Artº 1º . Aprovar a REPROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE SALDOS FINANCEIROS REMANESCENTES DE CONTAS FEDERAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO POR MEIO DE TRANSPOSIÇÃO E TRANSFERÊNCIAS CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº181 DE 06 DE MAIO DE 2021 . A ata nº002/2021 do dia 02 de junho de 2021 detalha a decisão do Conselho Municipal de Saúde sobre a Re-programação.

Artº 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a validade à publicação no DOM/SC, nos termos da lei 1321/2008, produzindo seus efeitos, revogadas as disposições em contrário.

Pinheiro Preto, 02 de junho de 2021.

Jean Carlos Moreira da Veiga
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Pinheiro Preto -SC

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO 1560/2021

Publicação N° 3092607

DECRETO N° 1.560/2021, de 11 de Junho de 2.021

Aprova desmembramento com remembramento de Lote Urbano.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do § 2º do artigo 2º da Lei Federal nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO COM REMEMBRAMENTO dos imóveis de propriedade de Edorildo Petry, pessoa física, inscrita no CPF sob n.º 681.811.249-87, residente na Rua Itapema, n.º 13, Balneário – Piratuba – SC. Proprietário do imóvel, matrícula nº 4.810, situado na esquina da Rua Itapema com a Rua Argentina, com área de 384 m² (trezentos e oitenta e quatro metros quadrados). Registrado no do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal.

E imóvel de propriedade de Alfredo Teixeira, pessoa física, inscrito no CPF n.º 065.634.149-15, residente e domiciliado na Rua Itapema, n.º 68 – Piratuba – SC, proprietário do imóvel sob nº 4.811, situado na Rua Itapema na cidade de Piratuba - SC, Obteve seu Desmembramento com Remembramento aprovado pela Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, ficando assim caracterizado:

Situação Atual:

Imóvel matrícula nº 4.810 – Área: 384,00 m²

Imóvel matrícula nº 4.811 – Área: 360,00 m²

Situação Futura:

Imóvel matrícula nº 4.810 – Área: 372,86 m²

Situa-se na esquina das Rua Itapema e Argentina confrontando com a Rua Itapema na extensão de 22.70m, com a Rua Argentina na extensão 31.50m, com o lote 02 da mesma quadra, matrícula nº 4.811 nas extensões de 26.00m e 4.36m.

Imóvel matrícula nº 4.811 – Área: 371,14 m²

Situa-se a 22.70 m da esquina mais próxima confrontando:

Pela frente com a Rua Itapema na extensão de 12.00m.

Pelos fundos com o Lote 11 da mesma quadra, matrícula nº 4.820 na extensão de 13.20m.

Pela lateral esquerda, de quem está de costas para o terreno e de frente para Rua Itapema confronta com o lote 01 da mesma quadra matrícula nº 4.810 nas extensões de 4.36m e 26.00m, e com a Rua Argentina da extensão de 5.00m.

Pela lateral direita, de quem está de costas para o terreno e de frente para a Rua Itapema, confronta o Lote 03 da mesma quadra matrícula nº 4.812 na extensão de 30.00m.

Tudo em conformidade com a Planta Topográfica e Memorial Descritivo assinado por Lucas Picoli Silveira Engenheiro Agrônomo / CREA: 147.963-7.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 11 de Junho de 2021.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 11 de Junho de 2021.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 313/2021

Publicação Nº 3092525

PORTARIA Nº313/2021

DESIGNA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE RESPONSÁVEL PELO SETOR DE RECURSOS HUMANOS.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

DESIGNA

CAMILA APARECIDA PIRES BELOTTO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua 07 de Janeiro nº72, cidade e município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº5.159.262 e CPF sob o nº 066.585.959-76, ocupante do cargo efetivo de Escriturária, para exercer concomitantemente com a sua função de origem a função de RESPONSÁVEL PELO SETOR DE RECURSOS HUMANOS PESENCIALMENTE, com gratificação de função de 30% acrescido a sua remuneração, em substituição a titular Alciane Borges da Silva, afastada das atividades de trabalho presencial, durante a emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus conforme Lei nº14.151, de 12 de maio de 2021, Art. 1º Parágrafo único.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, até o retorno presencial da titular.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 08 de junho de 2021.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017
Em 08 de junho de 2021

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 314/2021

Publicação Nº 3092526

PORTARIA Nº314/2021

CONCEDE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES DE TRABALHO PRESENCIAL DURANTE A EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

GIRLAINE WEISSHEIMER PERTILE, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Colombo Machado Salles, nº 3081, no Município de Ipira, portadora da carteira de identidade nº7099779 e CPF sob o nº 071.311.819-94, servidora desta municipalidade no cargo efetivo de Professora de Matemática, AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES DE TRABALHO PRESENCIAL, durante a emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus conforme Lei nº14.151, de 12 de maio de 2021, Art. 1º Parágrafo único, a servidora ficará à disposição para exercer as atividades em seu domicílio, por meio de trabalho home office, conforme atestado médico anexo.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 09 de junho de 2021.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017
Em 09 de junho de 2021.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 315/2021

Publicação Nº 3092528

PORTARIA Nº315/2021

CONCEDE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES DE TRABALHO PRESENCIAL DURANTE A EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

LETÍCIA DA ROSA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na comunidade de Lageado Mariano, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.914.899 e CPF sob o nº082.205.929-07, servidora em caráter temporário no cargo de Professora Educação Infantil, AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES DE TRABALHO PRESENCIAL, durante a emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus conforme Lei nº14.151, de 12 de maio de 2021, Art. 1º Parágrafo único, a servidora ficará à disposição para exercer as atividades em seu domicílio, por meio de trabalho home office, conforme atestado médico anexo.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 09 de junho de 2021.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017
Em 09 de junho de 2021.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 316/2021

Publicação Nº 3092531

PORTARIA Nº316/2021

CONCEDE AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES DE TRABALHO PRESENCIAL DURANTE A EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

DANIELA CERUTTI DOS ANJOS, brasileira, casada, residente e domiciliada na Linha Serraria, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.341.734 e CPF sob o nº 057.800.849-12, servidora desta municipalidade no cargo efetivo de Auxiliar de Creche, AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES DE TRABALHO PRESENCIAL, durante a emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus conforme Lei nº14.151, de 12 de maio de 2021, Art. 1º Parágrafo único, a servidora ficará à disposição para exercer as atividades em seu domicílio, por meio de trabalho home office, conforme atestado médico anexo.

Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 09 de junho de 2021.

Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017
Em 09 de junho de 2021.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 318/2021

Publicação Nº 3092539

PORTARIA Nº318/2021

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 02/2019, resultado através do Decreto nº 1.175/2019, de 08 de agosto de 2019, prorrogado pelo Decreto nº 1.354/2020, de 14 de julho de 2020 e Ofício nº144/2021/SMEE.

CONTRATA

JOCINÉIA MARA TIBOLA SIMONETTI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Avenida 18 de Fevereiro, nº 1055, na cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº9087943495 e CPF sob o nº 015.897.530-89, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Básica Municipal Marechal Câmara, em Home Office, devido a mesma ser gestante.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2021.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 10 de junho de 2021.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017

Em 10 de junho de 2021

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2021 - FMS

Publicação Nº 3092879

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4F741BF16369C7E7BD95CAEBFB061EF25E60EFD

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2021 - FMS

Objeto: Registro de Preço para contratação de empresa para prestação de serviços especializado(s) na realização de exames de ultrassonografia, conforme especificações no Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 24/06/2021.

Abertura: às 08h30 do dia 24/06/2021.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 11 de junho de 2021.

RODRIGO ADRIANO CASAGRANDE

Gestor do FMS

Planalto Alegre

PREFEITURA

EDRP045_2021

Publicação Nº 3092767

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) CF0727E4B35B0D756ECCF8EC24B1BE6F429250A8

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 045/2021
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2021
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SEMENTE DE MELANCIA E MELÃO.
Entrega dos Envelopes: 07:45hs. do dia 29 de Junho de 2021.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 29 de Junho de 2021.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br.
PLANALTO ALEGRE, 11 de Junho de 2021.
SADI DALLACORTTE
Prefeito

EDRP046_2021

Publicação Nº 3092907

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2E8886DF6451837695D030951054234387621106

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 046/2021
Edital: PREGÃO PRESENCIAL 046/2021
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCERTOS E MONTAGENS DE PNEUS DA FROTA DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE.
Entrega dos Envelopes: 07:45hs. do dia 25 de Junho de 2021.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 25 de Junho de 2021.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br
Planalto Alegre, 11 de Junho de 2021.
SADI DALLACORTTE
Prefeito.

Pomerode

PREFEITURA

25º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 049 / 2018 - REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

Publicação Nº 3093877

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

25º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2018
VALOR EQUILIBRIO-FINANCEIRO

Processo Administrativo n.º 078 / 2018. Dispensa de Licitação n.º 008 / 2018. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: DIFATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONCLUSÃO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL TIPO 1 [PROINFÂNCIA / FNDE], INSTALADO NA RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º 10.285, BAIRRO TESTO CENTRAL, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE 1.510,23 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO PROCESSO LICITATÓRIO, COM RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO PAC2 10025/2014. Justificativa: Em conformidade com a Cláusula Quinta do Contrato Administrativo n. 049 / 2018 e de acordo com o Artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal 8.666/93, o presente contrato sofrerá um Reequilíbrio Econômico Financeiro, calculado com base nos valores da planilha da proposta apresentada na licitação, em razão do reajuste de preços unitários motivado pela pandemia causada pela COVID-19. Sendo assim, o contrato sofrerá um acréscimo de reequilíbrio econômico financeiro, o qual representa o valor de R\$ 110.002,15 (cento e dez mil e dois reais e quinze centavos), correspondente ao valor de Reequilíbrio do período de acordo com os demonstrativos apresentados. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode – Contratante / Fabio Barni, Responsável legal, Di Fatto Industria e Comércio Ltda – Contratada.

Pomerode / SC, 11 de Junho de 2021.

ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

PORTARIA 27.756

Publicação Nº 3093038

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA Nº 27.756

ALTERAR A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA DORLI KRAHN HENCHEL.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ALTERAR carga da servidora DORLI KRAHN HENCHEL, ocupante da função de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, passando a atuar em 30 (trinta) horas semanais, no CEIM Profº Rudolf Hornburg, vaga vinculada a matrícula, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 22 de abril de 2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 10 de maio de 2021.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 27.757

Publicação N° 3093043

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA N° 27.757

ALTERAR LOTAÇÃO DA SERVIDORA EDINEIA WACHHOLZ BORGES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ALTERAR lotação da servidora EDINEIA WACHHOLZ BORGES, ocupante da função de Professor Educação Infantil, passando a atuar em 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Profª Damaris Frahm, vaga vinculada a servidora Lucimara Soares Marcondes, pertencente ao grupo de risco, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 03 de maio de 2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 10 de maio de 2021.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 27.759

Publicação N° 3093022

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA N° 27.759

ALTERAR LOTAÇÃO DA SERVIDORA JOSIANI MAIOLI DE ANEVÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ALTERAR lotação da servidora JOSIANI MAIOLI DE ANEVÃO, ocupante da função de Professor Educação Infantil, passando a atuar em 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Profª Waltrut Siewerdt, vaga vinculada a servidora Elisete Jettcke, pertencente ao grupo de risco, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 03 de maio de 2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 10 de maio de 2021.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 27.760

Publicação N° 3092996

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA N° 27.760

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA NOEMI DA SILVA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 200 da Lei Complementar nº 269/2014, SUPLEMENTA a carga horária da servidora NOEMI DA SILVA, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, suplementando mais 20 (vinte) horas semanais, na EBM Hermann Guenther, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, no período de 04 a 14 de maio de 2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 10 de maio de 2021.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 27.761

Publicação N° 3093000

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA N° 27.761**ALTERAR CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PATRICIA MORENA DA COSTA BUSS.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ALTERAR carga horária da servidora PATRICIA MORENA DA COSTA BUSS, ocupante da função de Professor Disciplina Específica Não Habilitado- Língua Alemã, passando a atuar em 17 (dezessete) horas semanais, na EM Dr. Wunderwald e EEBM Duque de Caxias, vaga vinculada a matrícula e a servidora Rosimeri Knopf à disposição do AEE, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 01 de março de 2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 10 de maio de 2021.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 27.763

Publicação N° 3093046

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA N° 27.763**ALTERAR LOTAÇÃO DA SERVIDORA ELISE MARY SANTOS DA SILVA.**

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ALTERAR lotação da servidora ELISE MARY SANTOS DA SILVA, ocupante da função de Auxiliar de Educação Infantil, passando a atuar em 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Profª Waltrut Siewerdt - extensão, vaga vinculada a servidora Cristiane da Silva (em licença para tratamento de saúde), da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 13 de maio de 2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 13 de maio de 2021.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 27.764

Publicação N° 3092978

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA N° 27.764

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 065/2019) KAMILA BELCHIOR PINTO OLIVEIRA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, KAMILA BELCHIOR PINTO OLIVEIRA, para exercer a função de Professor Educação Infantil, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, no CEIM Profª Dorotea Hoeft Borhardt, vaga vinculada a matrícula e a servidora VANDERLEIA GRZYBOWSKI GESSNER em função gratificada na direção de unidade escolar, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 12 de abril de 2021, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo §1º do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 13 de maio de 2021.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 27.769

Publicação N° 3092974

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA N° 27.769

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 65/2019) MAIKO ENGEL PARA A FUNÇÃO DE SECRETÁRIO DE ESCOLA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, MAIKO ENGEL, para exercer a função de Secretário de Escola, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, vaga vinculada a servidora Evanir Pleger à disposição do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Pomerode, na EEBM Profª Noemi Vieira de Campos Schroeder, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 14 de abril de 2021, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo §1º do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 14 de maio de 2021.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 27.770

Publicação Nº 3092985

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA Nº 27.770

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 65/2019) LUI ASTON PEREIRA PICANÇO PARA A FUNÇÃO ZELADOR DE ESCOLA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, LUI ASTON PEREIRA PICANÇO, para exercer a função de Zelador de Escola, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, vaga vinculada ao servidor Mario Baar em readaptação, na EBM Olavo Bilac, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 11 de maio de 2021, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo §1º do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 14 de maio de 2021.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA 27.780

Publicação Nº 3093035

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA Nº 27.780

REMOVE POR CONCURSO A SERVIDORA MARIA HELENA PIUCO.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

REMOVE POR CONCURSO, de acordo com o artigo 52 da Lei Complementar de nº 269 de 05 de dezembro de 2014, a servidora MARIA

HELENA PIUCO, ocupante do cargo de Auxiliar de Classe, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, passando a atuar na EBM Dr. Amadeu da Luz, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora a partir do dia 17 de maio de 2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de maio de 2021.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 27.781

Publicação Nº 3093011

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA Nº 27.781

REMOVE POR CONCURSO A SERVIDORA STEPHANIE SOPHIA LESSMANN.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

REMOVE POR CONCURSO, de acordo com o artigo 52 da Lei Complementar de nº 269 de 05 de dezembro de 2014, a servidora STEPHANIE SOPHIA LESSMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Classe, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, passando a atuar na EBM Hermann Guenther, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora a partir do dia 17 de maio de 2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de maio de 2021.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 27.784

Publicação Nº 3092989

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA Nº 27.784

EXONERA A PEDIDO LUI ASTON PEREIRA PICANÇO DA FUNÇÃO DE ZELADOR DE ESCOLA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR a pedido LUI ASTON PEREIRA PICANÇO, da função de ZELADOR DE ESCOLA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Olavo Bilac, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 17 de maio de 2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de maio de 2021.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 27.785

Publicação N° 3092993

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA N° 27.785

EXONERA A PEDIDO NATÁLIA GABRIELA TONN DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CLASSE.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR a pedido NATÁLIA GABRIELA TONN, da função de AUXILIAR DE CLASSE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Hermann Guenther, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 17 de maio de 2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 17 de maio de 2021.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 27.800

Publicação N° 3093007

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA N° 27.800

ALTERAR LOTAÇÃO E CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA ROSANGELA PONSONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

ALTERAR lotação e carga horária da servidora ROSANGELA PONSONI, ocupante da função de Professor Educação Infantil, passando a atuar em 40 (quarenta) horas semanais, no CEIM Profª Reimar Ehlert, vaga vinculada a realização de concurso público, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir 18 de maio de 2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 18 de maio de 2021.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 27.829

Publicação Nº 3093065

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA Nº 27.829

EXONERA A PEDIDO SHAIENY CASARES DUTRA DA FUNÇÃO DE RECEPCIONISTA.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

EXONERAR a pedido SHAIENY CASARES DUTRA, da função de RECEPCIONISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 27 de maio de 2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 27 de maio de 2021.

LIGIA HOEPFNER
Secretaria de Saúde

PORTARIA 27.833

Publicação Nº 3092967

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA Nº 27.833

EXONERA A PEDIDO ANA PAULA PINHEIRO DA FUNÇÃO DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR a pedido ANA PAULA PINHEIRO, da função de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no CEIM Nora Krueger Dallmann, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 27 de maio de 2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 27 de maio de 2021.

JORGE LUIZ BUERGER
Educação e Formação Empreendedora

PORTARIA 27.844

Publicação N° 3092970

	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PORTARIA N° 27.844

EXONERA A PEDIDO FELIPE HENRIQUE MIRANDA DA SILVA DA FUNÇÃO DE ZELADOR DE ESCOLA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com a Lei nº 2819 de 17 de março de 2016, EXONERAR a pedido FELIPE HENRIQUE MIRANDA DA SILVA, da função de ZELADOR DE ESCOLA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipa Dr. Wunderwald, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 31 de maio de 2021.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 31 de maio de 2021.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

Ponte Alta

PREFEITURA

LICITAÇÃO Nº 07 - AQUISIÇÃO DE IMPLANTO AGRÍCOLA

Publicação Nº 3092766

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA

REPUBLICA PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2021.

EDSON JULIO WOLINGER Prefeito Municipal de Ponte Alta, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que a data da sessão pública para o credenciamento e o recebimento dos envelopes de proposta e habilitação no PREGÃO ELETRONICO nº 04/2021 Menor Preço, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA CONVÊNIO FEDERAL PROPOSTA nº 13669/2016. Abertura dos envelopes para o dia 25/06/2021 com início das disputas às 10:00h, e ocorrerá na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Ponte Alta, situada na rua Geremias Alves da Rocha, nº 130, Centro, Ponte Alta – SC. A íntegra do edital e anexos, pode ser obtida no horário de expediente da Prefeitura, das 08h às 13hs. Informações pelo fone:(049) 32480443ou Email:licitapmpa2009@hotmail.com ou WWW.comprasbr.com.br. Ponte Alta 11/06/2021

EDSON JULIO WOLINGER–Prefeito Municipal.

PORTARIA 096/2021

Publicação Nº 3092370

PORTARIA Nº 096/2021

CONTRATA FUNCIONÁRIO POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON JULIO WOLINGER, Prefeito Municipal de Ponte Alta, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Art. 79 VIII e XII da Lei Orgânica Municipal, e com o Art. 2º § 1º I da Lei nº 891, que disciplina a admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal, em conformidades com o Processo Seletivo 01/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Contratada ROSANE SOUZA DOS SANTOS TAVARES, para exercer o cargo de Professor III, símbolo PROF III, com carga horária de 20(vinte) horas semanais, devido a falta de professor titular na área de Língua Inglesa na Educação Infantil, com vencimento de Lei, expirando o prazo em 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 20 de abril do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta, 26 de abril de 2021.

EDSON JULIO WOLINGER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração e Finanças e no mural público da Prefeitura Municipal, aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e um.

JUNIOR CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 097/2021

Publicação Nº 3092372

PORTARIA Nº097/2021

CONTRATA FUNCIONÁRIO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDSON JULIO WOLINGER, Prefeito de Ponte Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidades com o Art.79 VIII da Lei Orgânica Municipal, com o Art.2º, V e Art.3º, § 5º da Lei nº1.370, e em conformidade com o Processo Seletivo nº 01/2021,

RESOLVE:

Art.1º- Fica contratada em caráter temporário a funcionária, DAIANE KUSTER VANDERLINDE, para exercer o cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ficando lotada na Secretaria de Educação, com vencimentos de Lei, a partir desta data, pelo período de 01(um) ano ou a realização de Concurso Público.

Art.2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 20 de abril do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta, 26 de abril de 2021.
EDSON JULIO WOLINGER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração e Finanças e no Mural Público da Prefeitura Municipal, aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e um.

JUNIOR CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e finanças

PORTARIA 098/2021

Publicação Nº 3092374

PORTARIA Nº098/2021
CONTRATA FUNCIONÁRIO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDSON JULIO WOLINGER, Prefeito de Ponte Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidades com o Art.79 VIII da Lei Orgânica Municipal, com o Art.2º, V e Art.3º, § 5º da Lei nº1.370, e em conformidade com o Processo Seletivo nº 01/2021,

RESOLVE:

Art.1º- Fica contratada em caráter temporário a funcionária, SARA SANTOS DIAS, para exercer o cargo de Servente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ficando lotada na Secretaria de Educação, com vencimentos de Lei, a partir desta data, pelo período de 01(um) ano ou a realização de Concurso Público.

Art.2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 20 de abril do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta, 26 de abril de 2021.

EDSON JULIO WOLINGER
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração e Finanças e no Mural Público da Prefeitura Municipal, aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte e um.

JUNIOR CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e finanças

PORTARIA 099/2021

Publicação Nº 3092375

PORTARIA Nº 099/2021
CONCEDE ADICIONAL NOTURNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDSON JULIO WOLINGER, Prefeito Municipal de Ponte Alta, no uso de suas atribuições legais, e com amparo nas determinações específicas constantes do Art. 79 VIII, da LOM, e o Art. 65 da LC nº 20,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Funcionário JAISON JARDUZIM MOURA, ocupante do cargo de Motorista I, um Adicional no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), a título de adicional noturno, à sua remuneração, por exercer suas funções em regime de plantão em horário noturno na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 16 de abril do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta, 26 de abril de 2021.

EDSON JULIO WOLINGER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração e Finanças e no mural público da Prefeitura Municipal, aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e vinte um.

JUNIOR CESAR DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

EXTRATO TP 1/2021

Publicação Nº 3092608

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 97F55DFCC4B9737055B41A0ED8F2E28AA25BE42F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE
DEPARTAMENTO DE COMPRAS LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2021
Processo Licitatório 35/2021

O MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria Nº 134/2020 de 11 de Julho de 2020, com a Devida autorização expedida pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ARI ALVES WOLINGER, exarada em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, no dia 30/06/2021, às 09:30 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL e forma de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE MUROS DE CONTENÇÃO NA RUA DELFINO MARCELO, COM MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA EM ANEXO.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 08h30min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min - site www.pmpn.sc.gov.br ou através do e-mail: licitacoes@pmpn.sc.gov.br

Ponte Alta do Norte, 11 de junho de 2021

ARI ALVES WOLINGER
Prefeito Municipal

Código TCE/SC: 97F55DFCC4B9737055B41A0ED8F2E28AA25BE42F

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 374/2021

Publicação Nº 3092997

DECRETO Nº 374/2021, DE 04 DE JUNHO DE 2021.

☐ DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ☐.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2418, de 01 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2021 no valor de R\$ 65.000,00 (Sessenta e Cinco Mil Reais), destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08.001 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

Unidade: 08.01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

26.782.2601.2027 - MANUT. DEPTO DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS

Modalidade de Aplicação: 44.90.00.00

Fonte de Recursos: 0.0.03.1300.00 – 89- 65.000,00

Art. 2º. Para abertura do crédito de R\$ 65.000,00 (Sessenta e Cinco Mil Reais), que trata o artigo 1º, serão utilizados recursos do superávit do exercício 2020.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 04 DE JUNHO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

DECRETO 376/2021

Publicação Nº 3092723

DECRETO Nº 0376/2021, DE 08 DE JUNHO DE 2021.

“FIXA PREÇOS PÚBLICOS REFERENTES AOS SERVIÇOS DE RAIOS-X PARA ENTIDADES E CLÍNICAS ESTABELECIDAS NO MUNICÍPIO”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 4º e artigo 352 da Lei Complementar nº 100/2009, de 23 de dezembro de 2009, que reformula o sistema tributário do Município.

DECRETA:

Art. 1º. – Ficam estabelecidos os preços públicos para o exercício de 2021, conforme tabela a seguir transcrita:

I – Secretaria Municipal de Saúde:

SERVIÇO	VALOR R\$
Raio x - Ante Braço	R\$ 30,00
Raio x - Braço	R\$ 30,00
Raio x - Calcâneo	R\$ 25,00
Raio x – Coluna Cervical	R\$ 40,00
Raio x – Coluna Lombar	R\$ 40,00
Raio x – Coluna Pa+P	R\$ 40,00
Raio x - Cotovelo	R\$ 25,00
Raio x – Coluna Lombo Sacra PA+P	R\$ 40,00

Raio x – Dedos das Mãos	R\$ 25,00
Raio x – Dedos dos Pés	R\$ 25,00
Raio x – Tórax PA+P	R\$ 40,00
Raio x - Joelho	R\$ 25,00
Raio x - Mão	R\$ 25,00
Raio x -Ombro	R\$ 30,00
Raio x - Pé	R\$ 25,00
Raio x - Perna	R\$ 30,00
Raio x - Punho	R\$ 25,00
Raio x – Seios da face	R\$ 25,00
Raio x – Tórax PA	R\$ 40,00
Raio x - Tornozelo	R\$ 25,00
Raio x – Coluna Lombar Sacra	R\$ 40,00
Raio x - Bacia	R\$ 40,00

Art. 2º – Estes serviços e os preços acima estabelecidos serão prestados exclusivamente para requisições médicas não encaminhadas pelo sistema municipal de saúde.

Art. 3º - Os pagamentos pelos serviços serão realizados através de guia própria retirada junto ao Departamento Municipal de Tributos.

Art. 4º - Os valores arrecadados pela prestação dos serviços de saúde serão investidos exclusivamente na manutenção da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 08 DE JUNHO DE 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

ERRATA AO EDITAL Nº 62/2021 PE

Publicação Nº 3092647

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 62/2021
PREGÃO PRESENCIAL N. 62/2021

ERRATA DE LICITAÇÃO

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que será realizada licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA COZINHA, MOBÍLIA E ELTODOMÉSTICOS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E RELAÇÃO DE ITENS CONSTANTES DO ANEXO I.

DO ANEXO 03 – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO ONDE SE LÊ:

Para comprovação da regularidade fiscal:

- a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Quanto à Dívida Ativa Da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, consiste na apresentação de: CRS (Certidão de Regularidade de Situação) do FGTS.

- e) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;
f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada).

LEIA – SE:

Para comprovação da regularidade fiscal:

- a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Quanto à Dívida Ativa Da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
b) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
c) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, consiste na apresentação de: CRS (Certidão de Regularidade de Situação) do FGTS.
e) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;
f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada);
g) Alvará de funcionamento;
h) Cédula de Identidade e CPF dos Sócios;
i) Certidão Específica da Junta Comercial;
j) Certidão Simplificada da Junta Comercial;
h) Documentos Complementares (Pós Disputa);
i) Outros documentos.

ASSIM, ALTERA-SE A DATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA O DIA:

24 DE JUNHO DE 2021.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 7h30min do dia 24/06/2021.

FIM DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: às 8h30 minutos do dia 24/06/2021.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: as 08h30min do dia 24/06/2021.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: as 08:30min do dia 24/06/2021

LOCAL: www.bll.org.br

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

As demais informações permanecem sem alteração.

Outras informações pelo fone (49) 3435- 6000, pelo site <http://www.ponteserrada.sc.gov.br>.

Ponte Serrada SC, 11 de junho de 2021.

Alceu Alberto Wrubel

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2021

Publicação Nº 3092639

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3D05DC409ECAE422A99BA177217B3068B5DF2D8C

PROCESSO LICITATÓRIO N. 62/2021

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. 62/2021

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Madre Maria Theodora, 264, Centro, Ponte Serrada, SC, através do Prefeito Municipal, Sr. ALCEU ALBERTO WRUBEL, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, em regime de menor valor UNITÁRIO.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e os Decretos Municipais n. 401 e 676 de 2016 e, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 7h30min do dia 21/06/2021.

FIM DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: às 8h30 minutos do dia 21/06/2021.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: as 08h30min do dia 21/06/2021.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: as 08:30min do dia 21/06/2021

LOCAL: www.bll.org.br

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

OBJETO – POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA COZINHA, MOBÍLIA E ELTRODOMÉSTICOS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E RELAÇÃO DE ITENS CONSTANTES DO ANEXO I.

Compõem este Edital os seguintes anexos:

ANEXO 01	Descrição do Objeto
ANEXO 02	Minuta da Ata
ANEXO 03	Exigências para Habilitação
ANEXO 04	Modelo de Declaração de Idoneidade
ANEXO 05	Modelo declaração de inexistência de fatos impeditivos
ANEXO 06	Modelo de declaração de inexistência de empregado menor no quadro da empresa empregadora
ANEXO 07	Modelo de carta proposta para fornecimento do objeto do Edital
ANEXO 08	Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP
ANEXO 09	Modelo declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista
ANEXO 10	Modelo de declaração de aceitação de normas do edital

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do órgão licitante, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo eletrônico de compras constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões, www.bll.org.br

2. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

2.1 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a inscrição, cadastramento e a abertura da proposta, atendendo também para a data e horário para início da disputa.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar desta Licitação qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja especializada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

3.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto ao sistema eletrônico de licitações adotado;

3.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas;

3.4 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

3.5 Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se junto ao sistema eletrônico, para então cadastrar sua proposta até horário fixado neste Edital. Para cadastrar-se junto ao sistema eletrônico o licitante deve entrar em contato com o site indicado no item 1.2 desse edital.

3.6 O provedor do sistema eletrônico poderá cobrar pelos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação nos termos do regulamento do sistema, de acordo com o artigo 5º, inciso III, da Lei n. 10.520/2002.

3.7 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 08 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar sua condição, para fazer valer o direito de prioridade do desempate.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- abrir as propostas de preços;
- analisar a aceitabilidade das propostas;
- desclassificar propostas indicando os motivos;
- conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- declarar o vencedor;
- receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
- encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES.

4.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão cadastrar operador devidamente credenciado junto ao sistema através do Termo de Adesão, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras;

4.3 A participação do licitante resulta no pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

- 4.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;
- 4.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do provedor do sistema;
- 4.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a plataforma eletrônica a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 4.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

PARTICIPAÇÃO

- 4.8 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento para participar do pregão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos;
- 4.9 Caberá ao fornecedor cadastrar propostas no sistema durante o período de recebimento e na data da disputa de lances acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;
- 4.10 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida junto ao provedor do sistema adotado pelo comprador;

ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 4.11 A partir do horário previsto no Edital e no sistema para cadastramento e encaminhamento da proposta inicial de preço, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas;
- 4.12 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;
- 4.13 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote;
- 4.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 4.15 Não serão aceitos propostas com valores superiores ao máximo fixado no Edital. O descumprimento desse requisito implicará na desclassificação do licitante;
- 4.16 Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, após o início da disputa de lances, observadas as regras do sistema;
- 4.17 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;
- 4.18 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;
- 4.19 Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão;
- 4.20 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo, em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances; (FECHAMENTO RANDÔMICO)
- 4.20.1 Devido a não previsão de tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil;
- 4.21 Facultativamente, o Pregoeiro poderá, antes de anunciar o vencedor, solicitar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação;
- 4.22 O sistema informará a proposta de menor preço (ou melhor proposta) imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;
- 4.23 Os documentos relativos à habilitação da empresa vencedora, deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas, e deverão ser entregues juntamente com a proposta de preços, para prefeitura de ponte serrada, setor de licitações na Rua Madre Maria Theodora, 264, centro, Ponte Serrada/SC, com prazo máximo de entrega física no local, de 04 (quatro) dias úteis. O não cumprimento do referido prazo acarretará a desclassificação da proposta vencedora, passando-se assim, para a segunda colocada. Após a conferência dos documentos enviados, se estiverem de acordo com o solicitado será declarada a empresa vencedora do item e aberto o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso (não será considerada data da postagem na contagem do prazo e sim da chegada).
- 4.24 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 4.23. Será informado no chat o horário e a data exata em que se continuarão os trabalhos;
- 4.25 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente;
- 4.26 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;
- 4.27 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação;
- 4.28 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço;
- 4.29 Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o

desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

5. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

5.1 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

5.2 Na ficha técnica deverá, obrigatoriamente, ser informado no campo próprio as especificações, marcas e quando for o caso, informar se a empresa é ME/EPP. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações e as marcas dos produtos neste campo, implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta;

5.3 O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no ANEXO 01;

5.4 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão;

5.5 Na hipótese do licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio da ficha técnica (anexo 8) sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar n. 123/2006;

6. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

6.1 A Empresa vencedora, deverá enviar em até três dias úteis, a documentação referente a habilitação e demais anexos, juntamente com a Proposta de Preços escrita, com os valores oferecidos após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e fax, número de agência de conta bancária, no prazo estipulado no item 4.23, deste Edital;

Na proposta escrita, deverá conter:

a) Os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto ou destacados;

b) O prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

c) Especificação completa do produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no ANEXO 01, deste Edital;

d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente;

6.3 Atendidos todos os requisitos, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) o MENOR PREÇO, NO REGIME DE MENOR PREÇO POR ITEM;

6.4 Os preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado neste Edital.

6.5 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor;

5.6 Serão desclassificadas as propostas que:

a) Contenham mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários;

b) Sejam incompletas, isto é, contenham informação(ões) insuficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do produto licitado;

c) Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do Pregoeiro;

d) Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

7. GARANTIA / CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

7.1 Informar prazo de garantia/validade de produtos, ou condições específicas ao objeto no anexo 07.

8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1 Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO, NO REGIME DE MENOR PREÇO POR ITEM, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital;

8.2 Encerrada a fase de lances, será verificada a hipótese de desempate às ME/EPPs, conforme Lei Complementar n. 123/06, ou seja, desde que o vencedor não tenha declarado condição de ME/EPP e exista proposta de ME/EPP dentro da margem de 5% da proposta vencedora, seguindo-se o trâmite com base nos artigos 44 e 45 da referida Lei Complementar. Caso não ocorra o empate ficto, ou as detentoras do direito de desempate não o exerçam, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

8.3 O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;

8.4 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital;

8.5 Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 4.26 e 4.27 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço;

8.6 Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

9. HABILITAÇÃO

9.1 Conforme ANEXO 03.

10. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

10.1 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;

10.2 Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando no sistema eletrônico sua intenção de recorrer, quando oportunizado pelo pregoeiro, no prazo de até 15 minutos, com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões

em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente;

10.3 A falta de manifestação imediata e motivada no momento e tempo estipulado durante a licitação importará a preclusão do direito de recurso;

10.4 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente;

10.5 Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo;

10.6 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7 Os recursos deverão ser enviados em duas vias: uma para o endereço da prefeitura e outra por via eletrônica no e-mail <comprasps01@gmail.com>, para encaminhamento aos interessados, por exemplo.

11. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 A contratada sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto licitado, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplida, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento).

b) Até 10% (dez) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

11.2 Ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município de Ponte Serrada pelo infrator:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

11.3 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

12. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

12.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, O comprador firmará contrato específico com o PROPONENTE VENCEDOR visando a execução do objeto desta licitação nos termos da minuta anexo 02 que integra este Edital;

12.2 O PROPONENTE VENCEDOR terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar a Ata, quando deverá comparecer à Prefeitura Municipal sito a Rua Madre Maria Theodora, 264, Centro, Ponte Serrada/SC OU realizar assinatura digital (Lei n. 14.063/20). O referido prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo comprador.

12.3 A recusa injustificada do concorrente vencedor em assinar a Minuta do Contrato dentro do prazo estabelecido no presente Instrumento, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas nos itens 11.1 e 11.2, deste Edital, podendo a CONTRATANTE convidar, sucessivamente por ordem de classificação as demais licitantes, após comprovação da sua compatibilidade de proposta e habilitação, com esta licitação, para celebração do Contrato;

13. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

12.1 A formalização do pedido de entrega do(s) produto(s) dar-se-á por intermédio do instrumento denominado autorização de fornecimento;

12.2 A empresa vencedora obrigará-se-á a entregar os itens dessa licitação, toda vez que solicitada, conforme a necessidade da Secretaria de Educação. Após a solicitação, a empresa terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para a entrega, a contar da data do envio da Autorização de Fornecimento, expedida pelo Setor de Compras e Licitações;

12.3 A rubrica no comprovante de entrega da Nota Fiscal/Conhecimento de Carga evidenciará, tão somente, que o produto foi entregue, não caracterizando sua aprovação ou aceitação;

12.4 Inicialmente será dado o recebimento provisório. Constatada qualquer irregularidade, a contratada, devidamente comunicada, por escrito, terá o prazo de 2 (dois) dias, a partir da notificação, para fazer a substituição/regularização necessária;

12.5 O aceite definitivo na Nota Fiscal/Fatura será dado somente após a contagem unitária e a verificação do atendimento das especificações do edital;

12.6 O prazo para substituição/regularização dos produtos de que trata o subitem anterior não interromperá a multa por atraso na entrega, prevista neste edital;

12.7 O período compreendido entre a entrega do objeto e a notificação para a troca, não será contabilizado para efeito de contagem dos prazos para entrega e substituição/regularização do mesmo;

12.8 O aceite definitivo na nota fiscal somente ocorrerá a partir de aposição de carimbo, com a respectiva rubrica do servidor responsável pelo recebimento, comprovando que os mesmos estão em conformidade com o licitado;

12.9 O(s) quantitativo(s) total(is) expresso(s) no edital é(são) estimado(s) e representa(m) a(s) previsão(ões) deste município para as compras durante o período de 12 (doze) meses;

12.10 Durante o prazo de validade da ata de registro de preços, sua detentora fica obrigada a fornecer o produto ofertado, nas quantidades indicadas por este município em cada autorização de fornecimento;

12.11 A existência do preço registrado não obriga este município a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurada à detentora da ata, preferência em igualdade de condições;

12.12 No caso de desistência de fornecimento, ocorrerá o cancelamento do registro da detentora da ata, sujeitando-se está às sanções administrativas pertinentes.

14. PAGAMENTO

14.1 O pagamento conforme liberação dos recursos da Dotação Orçamentária;

15. REAJUSTAMENTO

15.1 Os preços oferecidos serão irrecorríveis.

16 DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o promotor revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O promotor poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

16.2 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

16.3 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

16.4 É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

16.5 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

16.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

16.7 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

16.8 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado;

16.9 A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;

16.10 Não cabe à plataforma eletrônica qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

16.11 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da cidade de Ponte Serrada/SC, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro;

16.12 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados no horário de 7hs30min às 17 horas, de segunda a sexta-feira, no endereço Rua Madre Maria Theodora, 264, Centro, Ponte Serrada/SC, ou 49-34356021, para melhores esclarecimentos. Ressalta-se que mesmo durante o período de férias, haverá equipe de plantão para atendimento dos interessados;

16.13 A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente;

16.14 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

16.15 O valor máximo estimado para este Pregão é de R\$ 225.002,46 (duzentos e vinte e cinco reais mil, dois reais e quarenta e seis centavos).

16.16 Os casos omissos neste Edital, serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

Ponte Serrada/SC, 9 de junho de 2021.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

PREFEITO MUNICIPAL

Analisado e Aprovado

André Luiz Panizzi OAB/SC: 23.051

ANEXO I – DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**1 – OBJETO / JUSTIFICATIVA:**

1.1 O presente Pregão tem por objeto POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA COZINHA, MOBÍLIA E ELTODOMÉSTICOS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E RELAÇÃO DE ITENS CONSTANTES DO ANEXO I, conforme especificações constantes no Edital e neste Termo de Referência.

1.1.1 Em caso de divergência existente entre as especificações do item que compõem o objeto descritas no sistema eletrônico e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.

2 - ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS / PREÇO ESTIMADO:

POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA COZINHA, MOBÍLIA E ELTODOMÉSTICOS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E RELAÇÃO DE ITENS CONSTANTES DO ANEXO I.

PREÇO MÁXIMO: O valor máximo estimado para este Pregão é de R\$ 225.002,46 (duzentos e vinte e cinco reais mil, dois reais e quarenta e seis centavos).

ANEXO 02 - MINUTA DA ATA**MINUTA DA ATA DE FORNECIMENTO**

O comprador, qualificação, representado por fulano qualificação, e de outro lado como CONTRATADA a empresa pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º -----com endereço-----, neste ato representada pelo seu representante legal . -----, ,

portador do RG n.º ----- e CPF n.º-----, celebram entre si o presente contrato, decorrente do processo de licitação Pregão Eletrônico n.º---, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e cláusulas estipuladas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS PARA COZINHA, MOBÍLIA E ELTRODOMÉSTICOS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E RELAÇÃO DE ITENS CONSTANTES DO ANEXO I,

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de entrega de parte dos produtos será de imediato, e os demais no prazo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da ordem de compra e empenho.

O prazo de execução contratual poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas em lei quando houver necessidade e interesse do comprador, desde que preenchidos os requisitos legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

A CONTRATADA receberá o valor total de R\$, conforme liberação dos recursos da dotação orçamentária.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECURSO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta dos recursos financeiros da dotação orçamentária da Secretaria de Educação, Esporte e Lazer.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Responder por todos os ônus com as obrigações fiscais, comerciais, trabalhistas e demais encargos devidos sobre o presente contrato.

2. A empresa deverá fornecer produtos com garantia e condições conforme exigido no edital.

3. No caso de devolução de produtos defeituosos dentro do período da garantia, o frete correrá por conta do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Se a Contratada deixar de efetuar dentro dos prazos estipulados, sem justa causa, ou ainda se o fizer fora das especificações e condições aqui acordadas, ser-lhe-á aplicado, cumulativamente, as seguintes penalidades, sem prejuízo de eventual ação de perdas e danos.

A inexecução total ou parcial do presente contrato, por quaisquer dos motivos enumerados no Art. 78 da Lei federal 8.666/93, culminará na imediata rescisão do contrato com suspensão do pagamento, bem como as penalidades previstas nos incisos I, III, e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 a saber:

1- Advertência;

2- Multa de 1% (um por cento) sobre o valor do fornecimento por dia de atraso ao cumprimento das obrigações assumidas.

3- Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2(dois) anos;

4-Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O Contratante poderá rescindir o presente contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses prevista no art. 78, inciso I a XII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à contratada qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstraram cabíveis em processo administrativo regular.

CLÁUSULA OITAVA - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

A Contratada não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, ou subcontratar os serviços, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

CLÁUSULA NONA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre a Contratante e a Contratada será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Ponte Serrada para dirimir eventuais dúvidas que possam surgir do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados assinam o presente na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Representante legal do comprador

Contratada

TESTEMUNHAS:

ANEXO 03 – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

1. Para comprovação da habilitação jurídica:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

b) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

d) declaração de idoneidade apresentada de acordo com o modelo constante no Anexo 04.

Para comprovação da regularidade fiscal:

a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Quanto à Dívida Ativa Da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

b) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida

pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, consiste na apresentação de: CRS (Certidão de Regularidade de Situação) do FGTS.

e) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452/1943 (art. 29, V, da Lei 8.666/93 alterada).

3. Para comprovação da qualificação econômico-financeira:

a) Qualificação econômica financeira do último exercício social, mediante a apresentação dos seguintes documentos, na conformidade da Norma Brasileira de Contabilidade T2 e T3, devidamente protocolados na junta comercial:

a.1) balanço patrimonial;

b) O Balanço Patrimonial das Sociedades Anônimas ou por Ações deverá ser publicado em Diário oficial, sendo que as de Capital Aberto deverão, ainda, vir acompanhado de Parecer de Auditor(es) independente(s);

c) Certidão negativa dos cartórios de registros de falências e concordatas, expedida pelo cartório distribuidor do local da sede da proponente, há menos de 90 (noventa) dias da data de abertura do pregão.

4.1 A qualificação econômica financeira das empresas recém-constituídas que não disponham do primeiro balanço patrimonial poderá ser comprovada através do termo de abertura do balanço e os balanços mensais para que sua situação financeira seja avaliada.

4.2 A apresentação do Certificado de Registro Cadastral fornecido pelo órgão comprador, válido na data de abertura desta licitação, substituirá a apresentação dos documentos referentes aos itens: 1 alíneas "a, b, c"; 3 e 4 alínea "a, b".

Os documentos necessários à habilitação da proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos deverão estar em plena vigência, ficando, porém, a critério da Comissão solicitar as vias originais de quaisquer dos documentos, caso haja constatação de fatos supervenientes. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, ficam condicionadas à verificação de sua validade e dispensam a autenticação.

A PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

a) As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar n. 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

b) A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

c) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

d) Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadra em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

a.1) Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

a.2) A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

ANEXO 04 – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de Pregão Eletrônico N.62/2021, instaurado por este município, que não estamos impedidos de licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de ...

(Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente).

(apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

OBS.: 1) Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO 05 – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.62/2021

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº (000), sediada (Endereço Completo) , declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ANEXO 06 – DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE EMPREGADOS MENORES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal n. 9854, de 27.10.99, que altera a Lei n. 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: 1) Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

ANEXO 07 - CARTA-PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

Ao Órgão Comprador

Prezados Senhores,

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO n.62/2021 – Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Anexo 01, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

ENDEREÇO ELETRÔNICO

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total de cada item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

2.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

2.3 O objeto fornecido por este instrumento licitatório tem garantia de fábrica pelo prazo de

local e data

assinatura e carimbo da proponente

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

ANEXO 08 – Modelo de declaração de enquadramento em regime de tributação de Micro empresa ou empresa de pequeno porte.

(Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa) , CNPJ / MF nº , sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão , que estou (amos) sob o regime de ME/EPP , para efeito do disposto na LC 123/2006

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante

ANEXO 9 – Modelo de Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ nº, sediada na rua, cidade de,
por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
..... DECLARA que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública e
de sociedade de economia mista, parentesco com o Prefeito, o Vice-Prefeito, Assessores, Secretários e Diretores e as pessoas ligadas a
qualquer deles por matrimônio ou parentesco afim ou consangüíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como os Vereadores e as
pessoas ligadas a estes por matrimônio ou parentesco afim ou consangüíneo, ou por adoção, até o primeiro grau, não poderão contratar
com o Município.

....., de de

Representante legal

**ANEXO N. 10- MODELO DE DECLARAÇÃO DE
ACEITAÇÃO DE NORMAS DO EDITAL**

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ nº, neste ato representante legal o(a) Sr(a), porta-
dor(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para os devidos fins que
conhece e aceita todas as normas contidas no Pregão eletrônico n.62/2021 em especial os art. 54, 56 e 57 da Portaria Interministerial
424/2016, nada tendo a reclamar das regras estabelecidas para o certame tanto na esfera Administrativa como Judicial.

E por ser esta a mais pura expressão da verdade firmo a presente.

Assinatura do responsável legal

Identificação

Qualificação

Porto Belo

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2020 - PMPB

Publicação Nº 3093751

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 018/2020 - PMPB - 1º TERMO ADITIVO

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços com o fornecimento de material para construção de trecho da ciclovia com passeio na orla da Enseada Encantada, bairro Centro, no Município de Porto Belo, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro, parte integrante deste Edital, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e conforme Contrato de Repasse nº 869952/2018/MTUR/CAIXA.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: CANTO GRANDE ENGENHARIA EIRELI

CNPJ: 29.414.584/0001-23

SÓCIOS: MERILIN LOUIZE FUNK

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2021

DATA DE VENCIMENTO: 10/06/2022

Porto Belo, 10 de junho de 2021

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2021 - PMPB

Publicação Nº 3092929

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2021 – PMPB

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de publicidade e propaganda governamental de caráter institucional, destinada à divulgação de normas legais e regulares municipais, programas e campanhas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, esportes, cultura, lazer, obras, serviços, festividades municipais e outros eventos de qualquer natureza, de interesse do Município de Porto Belo que inclui todas suas unidades administrativas direta e indireta, desde que estiver presente o interesse público, o caráter educativo, informativo ou de orientação social, conforme as especificações constantes do anexo II do Edital da Chamada Pública nº 001/2021 - PMPB, parte integrantes deste contrato.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO TIJUCAS FM LTDA EPP

CNPJ: 03.859.878/0001-75

SÓCIOS: Roberto Carlos Castagnaro

VALOR: R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por inserção, referente ao bloco B

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

VIGÊNCIA: 08/06/2021 à 08/06/2022

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2021

Porto Belo, 08 de junho de 2021

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2021

Publicação Nº 3092945

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2021 – PMPB

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de publicidade e propaganda governamental de caráter institucional, destinada à

divulgação de normas legais e regulares municipais, programas e campanhas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, esportes, cultura, lazer, obras, serviços, festividades municipais e outros eventos de qualquer natureza, de interesse do Município de Porto Belo que inclui todas suas unidades administrativas direta e indireta, desde que estiver presente o interesse público, o caráter educativo, informativo ou de orientação social, conforme as especificações constantes do anexo II do Edital da Chamada Pública nº 001/2021 - PMPB, parte integrantes deste contrato.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: JORNAL A HORA EIRELI

CNPJ: 26.663.972/0001-50

SÓCIOS: Roberto Carlos Castagnaro

VALOR: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) por inserção, referente ao bloco C e R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) por inserção, referente ao bloco D.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

VIGÊNCIA: 08/06/2021 à 08/06/2022

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2021

Porto Belo, 08 de junho de 2021

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2021 - PMPB

Publicação Nº 3092966

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2021 – PMPB

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de publicidade e propaganda governamental de caráter institucional, destinada à divulgação de normas legais e regulares municipais, programas e campanhas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, esportes, cultura, lazer, obras, serviços, festividades municipais e outros eventos de qualquer natureza, de interesse do Município de Porto Belo que inclui todas suas unidades administrativas direta e indireta, desde que estiver presente o interesse público, o caráter educativo, informativo ou de orientação social, conforme as especificações constantes do anexo II do Edital da Chamada Pública nº 001/2021 - PMPB, parte integrantes deste contrato.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: EVERTON DE SOUZA PALAORO ME (VISOR COMUNICAÇÃO E MÍDIA)

CNPJ: 26.349.348/0001-82

SÓCIOS: Everton de Souza Palaoro

VALOR: R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) por inserção, referente ao bloco D.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

VIGÊNCIA: 08/06/2021 à 08/06/2022

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2021

Porto Belo, 08 de junho de 2021

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2021 - PMPB

Publicação Nº 3092981

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2021 – PMPB

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de publicidade e propaganda governamental de caráter institucional, destinada à divulgação de normas legais e regulares municipais, programas e campanhas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, esportes, cultura, lazer, obras, serviços, festividades municipais e outros eventos de qualquer natureza, de interesse do Município de Porto Belo que inclui todas suas unidades administrativas direta e indireta, desde que estiver presente o interesse público, o caráter educativo, informativo ou de orientação social, conforme as especificações constantes do anexo II do Edital da Chamada Pública nº 001/2021 - PMPB, parte integrantes deste contrato.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: Giga 7 Comunicação Ltda

CNPJ: 05.317.864/0001-55

SÓCIOS: Marilene Paimell

VALOR: R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) por inserção, referente ao bloco D.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

VIGÊNCIA: 08/06/2021 à 08/06/2022
DATA DA ASSINATURA: 08/06/2021

Porto Belo, 08 de junho de 2021
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2021 - PMPB

Publicação Nº 3093004

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2021 – PMPB

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de publicidade e propaganda governamental de caráter institucional, destinada à divulgação de normas legais e regulares municipais, programas e campanhas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, esportes, cultura, lazer, obras, serviços, festividades municipais e outros eventos de qualquer natureza, de interesse do Município de Porto Belo que inclui todas suas unidades administrativas direta e indireta, desde que estiver presente o interesse público, o caráter educativo, informativo ou de orientação social, conforme as especificações constantes do anexo II do Edital da Chamada Pública nº 001/2021 - PMPB, parte integrantes deste contrato.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: SAMUEL JEAZZI CUNHA (COSTA ESMERALDA ONLINE)

CNPJ: 20.015.769/0001-90

SÓCIOS: Samuel Jeazzi Cunha

VALOR: R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) por inserção, referente ao bloco D.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

VIGÊNCIA: 08/06/2021 à 08/06/2022

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2021

Porto Belo, 08 de junho de 2021
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2021 - PMPB

Publicação Nº 3093029

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2021 – PMPB

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de publicidade e propaganda governamental de caráter institucional, destinada à divulgação de normas legais e regulares municipais, programas e campanhas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, esportes, cultura, lazer, obras, serviços, festividades municipais e outros eventos de qualquer natureza, de interesse do Município de Porto Belo que inclui todas suas unidades administrativas direta e indireta, desde que estiver presente o interesse público, o caráter educativo, informativo ou de orientação social, conforme as especificações constantes do anexo II do Edital da Chamada Pública nº 001/2021 - PMPB, parte integrantes deste contrato.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: RADIO CIDADE MAR AZUL FM LTDA

CNPJ: 01.797.306/0001-83

SÓCIOS: Ivan Resner

VALOR: R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por inserção, referente ao bloco B.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

VIGÊNCIA: 08/06/2021 à 08/06/2022

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2021

Porto Belo, 08 de junho de 2021
Emerson Luciano Stein
Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 010/2021 - PMPB

Publicação Nº 3093068

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 010/2021 – PMPB

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de publicidade e propaganda governamental de caráter institucional, destinada à divulgação de normas legais e regulares municipais, programas e campanhas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, esportes, cultura, lazer, obras, serviços, festividades municipais e outros eventos de qualquer natureza, de interesse do Município de Porto Belo que inclui todas suas unidades administrativas direta e indireta, desde que estiver presente o interesse público, o caráter educativo, informativo ou de orientação social, conforme as especificações constantes do anexo II do Edital da Chamada Pública nº 001/2021 - PMPB, parte integrantes deste contrato.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: ARACI DA SILVA BARENTIN ME

CNPJ: 00.719.311/0001-05

SÓCIOS: Araci da Silva Barentin

VALOR: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) por inserção, referente ao bloco C e R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) por inserção, referente ao bloco D.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

VIGÊNCIA: 08/06/2021 à 08/06/2022

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2021

Porto Belo, 08 de junho de 2021

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2021 PMPB

Publicação Nº 3093083

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2021 – PMPB

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de publicidade e propaganda governamental de caráter institucional, destinada à divulgação de normas legais e regulares municipais, programas e campanhas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, esportes, cultura, lazer, obras, serviços, festividades municipais e outros eventos de qualquer natureza, de interesse do Município de Porto Belo que inclui todas suas unidades administrativas direta e indireta, desde que estiver presente o interesse público, o caráter educativo, informativo ou de orientação social, conforme as especificações constantes do anexo II do Edital da Chamada Pública nº 001/2021 - PMPB, parte integrantes deste contrato.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: FABIANO DA VEIGA 08156841930

CNPJ: 02.125.103.0001-95

SÓCIOS: Fabiano da Veiga

VALOR: R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) por inserção, referente ao bloco D.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

VIGÊNCIA: 08/06/2021 à 08/06/2022

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2021

Porto Belo, 08 de junho de 2021

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 012/2021 - PMPB

Publicação Nº 3093129

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 012/2021 – PMPB

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços de publicidade e propaganda governamental de caráter institucional, destinada à divulgação de normas legais e regulares municipais, programas e campanhas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, esportes, cultura, lazer, obras, serviços, festividades municipais e outros eventos de qualquer natureza, de interesse do Município de Porto Belo que

inclui todas suas unidades administrativas direta e indireta, desde que estiver presente o interesse público, o caráter educativo, informativo ou de orientação social, conforme as especificações constantes do anexo II do Edital da Chamada Pública nº 001/2021 - PMPB, parte integrantes deste contrato.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

CONTRATADA: TOPELEGANCE BR COMUNICAÇÃO E MIDIA LTDA

CNPJ: 34.825.790/0001-66

SÓCIOS: Elson Lopes Benevides

VALOR: R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) por inserção, referente ao bloco D.

VALIDADE DO CONTRATO: 12 meses

VIGÊNCIA: 08/06/2021 à 08/06/2022

DATA DA ASSINATURA: 08/06/2021

Porto Belo, 08 de junho de 2021

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 109 - PSS - EDUCAÇÃO INFANTIL

Publicação Nº 3092819

Edital de Convocação 109/2021

Processo Seletivo nº. 001/2019

Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União, SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionado (as), APROVADOS (as) no Processo Seletivo nº. 001/2019 a comparecer na Secretaria Municipal da Educação, no setor de Recursos Humanos, sito a Rua Frei Rogério, n.º 367, Centro, Porto União - SC, no dia 14 de junho de 2021, às 8h, para a escolha de vagas, apresentando as fotocópias e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Item 2.4 (Edital 001/2019), para assinatura do contrato temporário para o ano letivo de 2021:

- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- Comprovante de quitação militar (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
- Certidão de nascimento, casamento ou união estável;
- Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;
- Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei;
- Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013);
- Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda;
- Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe de Santa Catarina, quando for o caso;
- Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Todos os documentos deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação no setor de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à contratação temporária ou qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo.

PROFESSOR DOCENTE EDUCAÇÃO INFANTIL

POS	NOME	ASSINATURA	Data
81	JANETE GAIEVICZ CESCO		
82	LILIANE ELIANE DREYER		
83	ANDRESSA CARLA ALVES		

Porto União (SC), 11 de junho de 2021.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal de Porto União

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 048/2021 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3093080

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 204FC60AF7F22531C7236E0FDAE0F96EE999949E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 167/2021 – Registro de Preços

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 048/2021

Código registro TCE: 204FC60AF7F22531C7236E0FDAE0F96EE999949E

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo Eletrônico, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE TOLDOS, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h15min do dia 25 de junho de 2021, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.



Porto União - SC, 11 de junho de 2021.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 052/2021

Publicação Nº 3093564

PORTARIA Nº 052, de 07 de junho de 2021.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, referente ao Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 081, de 10 de novembro de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por mais 60 (sessenta) dias, sem ônus para o Município, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral referente ao Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 081, de 10 de novembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de junho de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 053/2021

Publicação Nº 3093634

PORTARIA Nº 053, de 11 de junho de 2021.

Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, referente ao Processo Sindicante Investigativo instaurado pela Portaria nº 080, de 29 de outubro de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, da Lei Orgânica do Município,

DETERMINA:

Art. 1º PRORROGA por mais 30 (trinta) dias, sem ônus para o Município, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar referente ao Processo Sindicante Investigativo instaurado pela Portaria nº 080, de 29 de outubro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 14 de junho de 2021, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 11 de junho de 2021.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 075/2021 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 3093087

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 18A0F51DEE1F8BDACC2450D7C3717FCDDDB5439E8

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 149/2021 – Exclusivo ME-EPP-MEI
Pregão Presencial 075/2021 – Registro de Preços
Código registro TCE: 18A0F51DEE1F8BDACC2450D7C3717FCDDDB5439E8
Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que se deu fracassada.

Porto União SC, 10 de junho de 2021.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

DECRETO Nº 076/2021 DE 08/06/2021 - INSTITUI O SISTEMA DE CREDENCIAMENTO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL PARA ATENDIMENTO DE ÓBITOS RESIDENCIAIS EM HORÁRIO QUE NÃO SEJA DE EXPEDIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 3093686

DECRETO Nº 076/2021 de 08/06/2021

Institui o Sistema de Credenciamento de Médico Clínico Geral para atendimento de óbitos residenciais em horário que não seja de expediente, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e Lei 8.666/93, de 21.06.1993.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Credenciamento de Médico Clínico Geral para atendimento de óbitos residenciais em horário que não seja de expediente no Município de Pouso Redondo.

§ 1º – Os Especialistas interessados em se credenciar junto ao Poder Público Municipal, deverão prestar os serviços obedecendo a Tabela de Preço - Anexo Único.

§ 2º - Para fins de inscrição ao credenciamento, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação em original ou cópias devidamente autenticadas:

I - DA HABILITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Cédula de identidade e CPF dos sócios gerentes ou diretores da empresa;
- c) Contrato Social; Declaração de Firma Individual.

II - DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

- a) Registro ou inscrição e prova de regularidade no Conselho Regional de Medicina - CRM;
- b) Certificado (s), currículo (s) de profissional (is).

III – DA HABILITAÇÃO FISCAL DE PESSOAS JURÍDICAS:

- a) Prova de inscrição no cadastro geral de contribuinte no Ministério da Fazenda;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual;
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal;
- d) Prova ou declaração do ramo de atividade da empresa;
- e) Certidão de regularidade com a fazenda federal e INSS, estadual e municipal da sede do requerente e com o fundo de garantia de tempo de serviço (FGTS);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- g) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;
- h) Certidão Negativa de Ações de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (sistemas eproc e SAJ).

IV - REQUERIMENTO E DECLARAÇÃO

- a) Requerimento manifestando o interesse em se credenciar com o Município, prestando serviço de acordo com o que consta do anexo.
- b) Declaração de que não existe fato impeditivo em contratar com o poder público e de que aceita as condições requeridas por este decreto e seu anexo.

§ 3º - Os documentos poderão ser apresentados por processo de cópia devidamente autenticados por Tabelião de Notas ou por Funcionário Público Municipal, não se admitindo emendas ou rasuras, sob pena de indeferir o pedido.

Art. 2º - Após o Credenciamento a Administração poderá exigir a qualquer momento a apresentação dos documentos de habilitação.

Art. 3º - A pessoa jurídica receberá o pagamento conforme a apresentação das cópias de declarações de óbitos residenciais emitidas pelos profissionais.

§ 1º - O presente credenciamento se destina ao atendimento de óbitos residenciais ocorridos fora do expediente da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º - Os atendimentos devem ser realizados no local do óbito residencial, em todo o Município de Pouso Redondo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo/SC, 08 de junho de 2021.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

VALOR	DESCRIÇÃO PROCEDIMENTO Quant. máx. mensal
R\$ 300,00	Declaração de Óbito 100

Pouso Redondo/SC, 08 de junho de 2021.

OSCAR GUTZ
Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 19/2021 - SAMAE

Publicação Nº 3092947

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2021

CONTRATO Nº 19/2021

CONTRATADA: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EXECUTADAS EM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC, CONFORME DESCRIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA.

DO VALOR: R\$ 30.262,54

DA VIGENCIA: 08/06/2021 À 31/12/2021.

PRAIA GRANDE, 08 DE JUNHO DE 2021.

JOÃO LUIZ CUSTÓDIO

DIRETOR DO SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS

PRAIA GRANDE

CONTRATO 20/2021 - SAMAE

Publicação Nº 3092955

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2021

CONTRATO Nº 20/2021

CONTRATADA: SUL PEÇAS E VEICULOS LTDA

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DO TIPO CAMINHONETA/PICAPÉ, NOVO, ZERO KM, ANO FABRICAÇÃO E MODELO NO MÍNIMO 2021/2021, DE COR BRANCA PARA USO EXCLUSIVO DO SAMAE AGUA DOS CANYONS DE PRAIA GRANDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERENCIA.

DO VALOR: R\$ 79.590,00

DA VIGENCIA: 10/06/2021 À 31/12/2021.

PRAIA GRANDE, 10 DE JUNHO DE 2021.

JOÃO LUIZ CUSTÓDIO

DIRETOR DO SAMAE – ÁGUA DOS CANYONS

PRAIA GRANDE

CONTRATO 21/2019 - PREFEITURA - 3º ADITIVO

Publicação Nº 3092918

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2019

CARTA CONVITE N.º 01/2021

CONTRATO Nº. 21/2019 – 03º ADITIVO

CONTRATADO: DIEGO DAMIANI CITADIN

DO OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO de 25% (Vinte e cinco por cento) ao valor do contrato firmado entre as partes, em 09/01/2019 nos termos previstos em sua Cláusula décima do contrato Nº 21/2019.

DO VALOR: 13.200,00

DA VIGENCIA: 19/05/2021 À 31/12/2021.

PRAIA GRANDE - SC, 19 DE MAIO DE 2021.

ELISANDRO PEREIRA MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 28/2021 - PREFEITURA - 1º ADITIVO

Publicação N° 3092927

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N° 25/2021
CARTA CONVITE N.º 07/2021
CONTRATO N.º. 28/2021 – 01º ADITIVO
CONTRATADA: HERCIDIO MARCIANO CARDOSO E CIA LTDA
DO OBJETO: ADITIVAR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 28/2021), AUMENTANDO 25% SOBRE A QUANTIDADE DO ITEM 20.
DO VALOR: 4.518,00
DA VIGENCIA: 31/05/2021 À 31/12/2021.
PRAIA GRANDE - SC, 31 DE MAIO DE 2021.
ELISANDRO PEREIRA MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 29/2021 - PREFEITURA - 1º ADITIVO

Publicação N° 3092934

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N° 25/2021
CARTA CONVITE N.º 07/2021
CONTRATO N.º. 29/2021 – 01º ADITIVO
CONTRATADA: DOUGLAS FRANKLIN DA ROSA PERDONA 06479730909
DO OBJETO: ADITIVAR O CONTRATO PRIMITIVO (CONTRATO N.º 29/2021), AUMENTANDO 25% SOBRE A QUANTIDADE DO ITEM 11.
DO VALOR: 2.997,00
DA VIGENCIA: 31/05/2021 À 31/12/2021.
PRAIA GRANDE - SC, 31 DE MAIO DE 2021.
ELISANDRO PEREIRA MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 57/2021 - PREFEITURA

Publicação N° 3092849

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 47/2021
CARTA CONVITE N.º 17/2021
CONTRATO N.º. 57/2021
CONTRATADA: T.G SERVIÇOS DE ENGENHARIA & TOPOGRAFIA LTDA
DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO (CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO URBANO) E ATUALIZAÇÃO DE PLANTA GENÉRICA DE VALORES, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA.
DO VALOR: R\$ 201.790,00
DA VIGENCIA: 31/05/2021 À 31/12/2021.
PRAIA GRANDE - SC, 31 DE MAIO DE 2021.
ELISANDRO PEREIRA MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 58/2021 - PREFEITURA

Publicação N° 3092873

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 48/2021
CARTA CONVITE N.º 18/2021
CONTRATO N.º. 58/2021
CONTRATADA: VULCANO SOLUÇÕES LTDA
DO OBJETO: O presente Contrato tem por objeto selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa para prestação de serviços para auxílio na elaboração de documentos para aplicação de recursos próprios e convênios, obedecendo os quantitativos, especificações e demais condições constantes no edital.
DO VALOR: R\$ 151.410,00
DA VIGENCIA: 31/05/2021 À 31/12/2021.
PRAIA GRANDE - SC, 31 DE MAIO DE 2021.

ELISANDRO PEREIRA MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 59/2021 - PREFEITURA

Publicação N° 3092875

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 52/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 16/2021
CONTRATO N.º. 59/2021
CONTRATADA: ENEU LEARCINO LUIZ
DO OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO SETOR DE TRIBUTOS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE, SITUADO NA RUA IRINEU BORNHAUSEN, SN, CENTRO, PRAIA GRANDE/SC.
DO VALOR: R\$ 5.600,00
DA VIGENCIA: 09/06/2021 À 31/12/2021.
PRAIA GRANDE - SC, 09 DE JUNHO DE 2021.
ELISANDRO PEREIRA MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 60/2021 - PREFEITURA

Publicação N° 3092895

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 53/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 17/2021
CONTRATO N.º. 60/2021
CONTRATADA: MICHEL SANTOS SCHEFFER 08033505974
DO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MENSAL DE AULAS DE VIOLÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA, VISANDO PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES MUSICAIS, BEM COMO PROPORCIONAR UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA DOS MUNICÍPIOS INTERESSADOS, CONFORME CRONOGRAMA APRESENTADO NO TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADO PELA SECRETARIA DE CULTURA.
DO VALOR: R\$ 12.600,00
DA VIGENCIA: 09/06/2021 À 31/12/2021.
PRAIA GRANDE - SC, 09 DE JUNHO DE 2021.
ELISANDRO PEREIRA MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 61/2021 - PREFEITURA

Publicação N° 3092897

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 55/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 18/2021
CONTRATO N.º. 61/2021
CONTRATADA: TETO TOPOGRAFIA LTDA
DO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA E AGRIMENSURA PARA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO E PARQUE MUNICIPAL POÇO BIRA, VISANDO EXECUTAR PROJETOS DE MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO.
DO VALOR: R\$ 17.380,00
DA VIGENCIA: 10/06/2021 À 31/07/2021.
PRAIA GRANDE - SC, 10 DE JUNHO DE 2021.
ELISANDRO PEREIRA MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL.

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2021

Publicação Nº 3092757

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2021

EXTRATO

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08 horas e 45 minutos (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 28 (vinte e oito) de junho de 2021, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a escolha mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para locação de trator de esteiras e escavadeira hidráulica com finalidade de abertura e conservação de estradas, acessos intrapropriedade e limpeza de terreno, destinadas aos produtores rurais sediados no município de Presidente Castello Branco/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 11 DE JUNHO DE 2021.

TARCILIO SECCO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2021

Publicação Nº 3092376

EXTRATO DE CONTRATO

Nº 56/2021

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADA:	TAPECARIA CHAPECOENSE LTDA ME
OBJETO:	O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de automatização da porta lateral e instalação de estribo no veículo micro-ônibus, marca Mercedes Benz, modelo 516, Sprinter A3, Placa: RDY1F71, ano 2020/2021, chassi 8AC907855ME190979, integrante da frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	O preço total ajustado para a prestação dos serviços é a importância de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais), sendo que o valor a ser pago será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal e atestado do Fiscal de Contrato nomeado pelo Município nesta nota que será feito através de crédito em conta na Instituição Financeira indicada pela empresa. O pagamento somente será efetuado após a aprovação dos serviços objeto deste instrumento, realizado pelo Fiscal de Contrato nomeado pelo Município.
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pela servidora municipal Sra. Marli Raaber, conforme Portaria nº P/0178/2021, de 11 de junho de 2021, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
VIGÊNCIA:	31/12/2021

Presidente Getúlio

PREFEITURA

DECRETO Nº 136, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093061

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 136, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Homologa a classificação definitiva dos inscritos no Edital de Chamada Pública nº 04/2021, referente ao quadro de vagas nº 22/2021/SECD, para a contratação de pessoal admitido em caráter temporário e dá outras providências.

O PREFEITO DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 80, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Torna-se público para o conhecimento dos interessados, a Homologação da Classificação Definitiva dos inscritos no Edital de Chamada Pública nº. 04/2021, referente ao Quadro de Vagas nº. 22/2021/SECD, para a contratação de pessoal admitido em caráter temporário, conforme Anexo deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Presidente Getúlio (SC), em 10 de junho de 2021.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

Praça Otto Muller, nº. 10 – Centro – Caixa Postal 64 – Inscr. CNPJ 83.102.434/0001-20 Fone: (47) 3352-5500

CEP 89.150-000 - PRES IDEN TE GE TÚ LIO - SANTA CATARINA

E-mail: gabinete@presidentegetulio.sc.gov.br Acesse: presidentegetulio.atende.net

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2021 QUADRO DE VAGAS Nº 22/2021/SECD

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

O Secretário de Educação, Cultura e Desporto de Presidente Getúlio, Sr. Paulo Cesar Longen, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município de Presidente Getúlio e a Portaria Municipal nº 007/2020, torna pública a classificação definitiva, após análise dos recursos, dos inscritos no Edital de Chamada Pública nº 04/2021, referente ao Quadro de Vagas nº 22/2021/SECD, para a contratação de pessoal admitido em caráter temporário, após análise das inscrições, de acordo com as normas previstas neste Edital.

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – NÃO HABILITADO

INSCRIÇÕES DEFERIDAS:

Erika Karolynne dos Santos da Silva

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – COZINHA

INSCRIÇÕES DEFERIDAS:

Edilaine Hersino

Presidente Getúlio, 10 de junho de 2021.

Assinado de forma
PAULO CESAR digital por PAULO
CESAR
LONGEN:03991072904

1072904
Dados: 2021.06.10
17:30:29 -03'00'

Secretário de Educação, Cultura e Desporto

EXTRATO DE ATA Nº 45 2021

Publicação Nº 3092569

EXTRATO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO HORA MÁQUINA COM O FORNECIMENTO DE OPERADOR E COMBUSTÍVEL- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 118/2021 – PARTES: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO - CNPJ 83.102.434/0001-20 E DR COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA- CNPJ 41.246.799/0001-88 – VALOR ESTIMADO R\$ 87.082,50– VIGÊNCIA ATÉ 11 DE JUNHO DE 2022 - DATA DE ASSINATURA 11 DE JUNHO DE 2021.

EXTRATO DE ATA Nº44 2021

Publicação Nº 3092568

EXTRATO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO HORA MÁQUINA COM O FORNECIMENTO DE OPERADOR E COMBUSTÍVEL- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 118/2021 – PARTES: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO - CNPJ 83.102.434/0001-20 E ALTO VALE TERRAPLANAGEM EIRELI ME- CNPJ 17.224.581/0001-48– VALOR ESTIMADO R\$ 73.750,00– VIGÊNCIA ATÉ 11 DE JUNHO DE 2022 - DATA DE ASSINATURA 11 DE JUNHO DE 2021.

PORTARIA Nº. 560/2021

Publicação Nº 3095032

PORTARIA Nº 560/2021
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2338/2013, e tendo em vista a homologação do resultado do Processo Seletivo nº 004/2021, Quadro de Vagas 22/2021, resolve,

ADMITIR:

A partir do dia 14 de junho de 2021, EDILAINE HERSING, para o cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível 16, Classe A, do Quadro de Cargos de Provimento Contratual da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, com designação para Secretaria de Educação, Cultura e Desporto - SECULDE, com designação para o EMEB Caminho Helvécia, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, vinculado a substituição da Sueli Steuck no aguardo de abertura de Concurso Público, com prazo máximo até 21 de dezembro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 11 de junho de 2021.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA
PRES. GETÚLIO, 11 DE JUNHO DE 2021
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PORTARIA Nº. 561/2021

Publicação Nº 3095121

PORTARIA Nº 561/2021
AMPLIA JORNADA DE TRABALHO DE PROFESSOR DO QUADRO DE SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 23 e 24 da Lei Complementar nº 2288/2008 de 28 de fevereiro de 2008, resolve,

AMPLIAR:

A partir do dia 14 de junho de 2021, a carga horária da servidora JULIA NATHALY KOEPEL, Professora de Educação Especial, do Quadro de Cargos de Provimento Temporário do Magistério Público Municipal de Presidente Getúlio, de 20 horas semanais para mais 20 horas semanais de trabalho, que serão exercidas no EMEB Tancredo Neves, totalizando a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas vinculada a vaga da exoneração da Jessica Luciane Pisa Machado, até 21 de dezembro de 2021.

Presidente Getúlio - SC em, 11 de junho de 2021.

NELSON VIRTUOSO
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA
PRESIDENTE GETÚLIO, 11 DE JUNHO DE 2021.
ATO OFICIAL DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

PUBLICACAO HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 118 2021

Publicação N° 3092573

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D832B47E61EE549EE8759EA3C3E2DD676D24E631

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 118/2021 – PREGÃO PRESENCIAL N° 59/2021

A Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio, por meio de seu Prefeito, torna público que Homologou a Adjudicação da PREGÃO PRESENCIAL N° 59/2021, para: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO HORA MÁQUINA COM O FORNECIMENTO DE OPERADOR E COMBUSTÍVEL. Com validade de até 11-06-2022 após a data da Homologação. EMPRESAS VENCEDORAS: ALTO VALE TERRAPLANAGEM EIRELI ME– CNPJ 17.224.581/0001-48– VALOR ESTIMADO R\$ 73.750,00 E DR COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA– CNPJ 41.246.799/0001-88 – VALOR ESTIMADO R\$ 87.082,50.

Presidente Getúlio, 11 de junho de 2021

NELSON VIRTUOSO – Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 62/2021

Publicação Nº 3092657

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
DISPENSA DE LICITAÇÃO 62/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA QUE PRECISAM SER ANALISADOS MINUCIOSAMENTE EM SEUS ASPECTOS PARA QUE SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DE USO.

CNPJ: 85.784.858/0001-47

CONTRATADO: ADERBAL JOÃO MACHADO DE SOUZA.

VALOR: R\$ 5.9815,90

(CINCO MIL NOVENCENTOS E QUINZE E NOVENTA CENTAVOS).

11 DE JUNHO DE 2021

PREFEITO,

CELSON AUGUSTO VIEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 63/2021

Publicação Nº 3093116

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0694520986DE30E1C34A01E475BF209DC5A52EDB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
DISPENSA DE LICITAÇÃO 63/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARGA DE GAS DE COZINHA (GLP) EM BOTIJÃO DE 13 KG EM BOA CONSERVAÇÃO, BEM LACRADO, E INTACTO, DEVENDO ESTAR DENTRO DAS NORMAS NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, A SEREM UTILIZADOS PELA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PREFEITURA E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS. COMPRA EM CARACTER EMERGENCIAL, POIS O PRAZO DE PUBLICAÇÃO PARA O PREGÃO 60/2021 E TRAMITES LEGAIS ULTRAPASSA O PRAZO DE RECARGA NAS UNIDADES DE ENSINO, SENDO QUE NO DIA 22/06/2021 SERÁ EXECUTADO O PREGÃO.

CNPJ:05.015.792.0001/91.

CONTRATADO: POSTO NEREUENSE.

VALOR: R\$ 1.164,00

(UM MIL CENTO E SESSENTA E QUATRO REAIS).

11 DE JUNHO DE 2021

PREFEITO,

CELSON AUGUSTO VIEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO NUMERO 56/2021 - CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO - REAJUSTE DE VALORES

Publicação Nº 3092635

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU
DISPENSA DE LICITAÇÃO 56/2021- CANCELAMENTO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA QUE PRECISAM SER ANALISADOS MINUCIOSAMENTE EM SEUS ASPECTOS PARA QUE SEJAM ATENDIDAS AS NECESSIDADES DE USO.

MOTIVO DO CANCELAMENTO: O FORNECEDOR DO SERVIÇO SOFREU ALTERAÇÕES DE VALOR.

CNPJ: 85.784.858/0001-47

CONTRATADO: ADERBAL JOÃO MACHADO DE SOUZA.

VALOR: R\$ 6.233,79

(SEIS MIL DEZENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS.).

02 DE JUNHO DE 2021

PREFEITO,

CELSON AUGUSTO VIEIRA

Princesa

PREFEITURA

NOTA DE ANULAÇÃO - DESERTO - PL 59.2021

Publicação Nº 3092496

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 545
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 18/2021 - PR

Processo Administrativo: 57/2021
Processo de Licitação: 59/2021
Data do Processo: 27/05/2021

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de realização e organização da Conferência Municipal de Assistência Social, com duração de 04 horas, turno vespertino, formato presencial, em data a ser definida pela Secretaria de Assistência Social do Município de Princesa/SC.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 8 / 2021

Motivo: Devido ao não comparecimento de proponentes ou interessados, bem como a inexistência de qualquer demonstração de interesse no objeto deste certame, o processo licitatório nº 59/2021-PM foi declarado DESERTO, conforme Ata da Comissão nº 35/2021.

Princesa, 11 de Junho de 2021

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 154 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092866

PORTARIA Nº. 154 DE 11 DE JUNHO DE 2021

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, combinada com o constante no Artigo 121 da Lei Complementar nº 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à servidora pública estável LIANE MARLICE ROHR BECKER, inscrita no CPF nº 050.409.599-40 e com matrícula funcional nº 1116, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo único. Sendo que a referida licença será usufruída com data inicial em 08 de junho de 2021 e data final em 04 de dezembro de 2021.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigência na data de sua publicação, com efeitos ex tunc à data de 08 de junho de 2021.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 11 de junho de 2021.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

PREFEITO MUNICIPAL

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Publicação no DOM/SC – Ato nº 3092866.

Data da Publicação: 11 de junho de 2021.

Sabrina Bonfante

DECRETO Nº 929, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092901

DECRETO Nº 000929/21 de 11 de Junho de 2021

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de PRINCESA e autorização contida na Lei Municipal nº 001074/20 de 2 de Dezembro de 2020.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 12.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA

05.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

81 - 05.01.12.306.0040.2.040-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 1400 - Recursos Ordinários

2.000,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS

07.01 - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO

155 - 07.01.15.782.0043.2.043-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 1400 - Recursos Ordinários

10.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação

Recurso: 1400 - Recursos Ordinários

12.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 11 de Junho de 2021

KELI FERNANDA MEOTTI

Contadora CRC/SC - 026787/O-2

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 930/2021, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092902

DECRETO Nº 000930/21 de 11 de Junho de 2021

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de PRINCESA e autorização contida na Lei Municipal nº 001074/20 de 2 de Dezembro de 2020.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 125.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

15 - 11.01.10.301.0024.2.024-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 1402 - Receitas e Transferências de Impostos- Saúde

125.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação

Recurso: 1402 - Receitas e Transferências de Impostos- Saúde

125.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 11 de Junho de 2021

KELI FERNANDA MEOTTI

Contadora CRC/SC - 026787/O-2

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

Quilombo

PREFEITURA

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS 31/2021

Publicação Nº 3093696

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E877BED1FAD1C387945C4926EC71D4A097AFFC92

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Cód. de Registro de Informação (e-sfinge) E877BED1FAD1C387945C4926EC71D4A097AFFC92
Processo Adm. Nº.: 31/2021
Edital: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 31/2021.
Forma de Julgamento: Menor Preço/Preço Global
Regime de Execução: Indireta Empreitada por Preço Global
Objeto: AQUISIÇÃO DE EMPREITADA GLOBAL P/EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES, NA LINHA VILA GAÚCHA DESTE MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC, COM ÁREA TOTAL DE 4.004m², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETO DO MUNICÍPIO EM ANEXO E EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº 909555/2020/MDR/CAIXA, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE QUILOMBO E O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POR INTERMÉDIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 30/06/2021.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 30/06/2021.
A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 13:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (49) 3346-3242 ou no site do Município de Quilombo, no seguinte endereço: http://www.quilombo.sc.gov.br
Quilombo, 11 de junho de 2021.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 183/2021 – DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093864

DECRETO Nº 183/2021 – DE 10 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o nível da Avaliação de Risco Potencial do Estado de Santa Catarina permanece em nível GRAVÍSSIMO (representado pela cor vermelha no mapa do Estado), e que o prognóstico é de que essa situação permaneça por longo período;

CONSIDERANDO a previsão de nova situação de colapso na rede de saúde pública e privada do Estado de Santa Catarina, haja vista a capacidade de ocupação das UTI's - Unidades de Terapia Intensiva e o do atendimento ambulatorial estar bastante comprometida;

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de preservar a vida dos cidadãos quilombenses e de, em contrapartida, manter a bem sucedida retomada gradual e segura do ensino escolar, cujas crianças/alunos permaneceram todo o ano de 2020 afastados do convívio escolar, com comprovado abalo psicológico e prejuízo pedagógico, e, manter as atividades econômicas e empresariais locais em funcionamento evitando o fechamento total (lockdown) já decretado em outras cidades próximas;

DECRETA:

Art. 1º Até 18 de junho do corrente ano, inclusive, sem prejuízo de reavaliação posterior, passam a vigorar as seguintes regras e definições para fins de enfrentamento da pandemia do Covid-19:

I - Os estabelecimentos identificados como pubs, boates, whiskerías, casas de show, bares, petiscarias, choperias, cervejarias, lojas de conveniências (anexas a postos de combustíveis ou não) e outros locais assemelhados, somente poderão funcionar em atenção à capacidade máxima de ocupação definida neste Decreto e com ingresso no local no máximo até às 21:00 horas, ficando proibido o ingresso após este horário de novos clientes, e o estabelecimento deverá cessar suas atividades de atendimento até às 22:00 horas.

II - Os estabelecimentos identificados como restaurantes, pizzarias, lanchonetes e food trucks, poderão exercer suas atividades econômicas respeitando a capacidade máxima de ocupação estabelecida neste Decreto e com ingresso no local no máximo até às 21:00 horas, ficando proibido o ingresso após este horário de novos clientes, e o estabelecimento deverá cessar suas atividades de atendimento até às 22:00 horas.

III - Fica vedada a prática, recreativa ou por meio de competições não oficiais, independentemente do número de participantes, de

atividades físicas ou esportivas coletivas, a exemplo de futebol, vôlei, futevôlei e outros, em quadras, campos ou ginásios de esportes, abertos ou fechados, públicos ou privados;

IV - Fica vedada a utilização de áreas comuns, quiosques, salões de festa e demais espaços físicos afins em clubes de campo e locais ou espaços de recreação (a exemplo de ranchos, recantos, etc.);

V - Fica vedada a utilização de propriedades particulares, na cidade e no interior (sítios, chácaras e afins), com o objetivo de realização de festas ou eventos que impliquem em aglomeração de pessoas;

VI - Fica vedada a realização de eventos por estabelecimentos comerciais, de qualquer natureza, destinadas ao chamamento de clientes;

VII - Fica vedada a realização de eventos sociais, recreativos e confraternizações, independentemente da quantidade de pessoas, de caráter público ou privado;

VIII - Ficam proibidas as atividades relacionadas a circos, shows, amostras e apresentações que importem em acesso generalizado de pessoas, a título gratuito ou mediante pagamento de ingresso ou entrada.

IX - Fica vedada a aglomeração de pessoas em vias públicas (calçadas e vias de circulação de veículos).

§ 1º Após os horários estabelecidos nos incisos I e II, os referidos estabelecimentos, desde que mantenham as portas fechadas, poderão, após às 22:00 horas vender produtos nos sistemas "drive thru", "delivery" ou "pega e leva", ficando expressamente proibidos o consumo no local e a aglomeração de pessoas no entorno do estabelecimento, inclusive nas vias públicas (calçadas e vias de circulação de veículos).

§ 2º Considera-se atividade de restaurante, pizzarias e lanchonetes, para os fins do inciso II deste Decreto, aquela destinada precipuamente a servir refeições no local do estabelecimento, desde que não enquadradas nas atividades do inciso I.

§ 3º No caso do inciso III permanece permitida a prática em quaisquer locais de exercícios ou esportes individuais que permitam o distanciamento físico.

§ 4º No caso do inciso VII fica autorizada a realização de eventos educacionais, palestras corporativas, reuniões associativas, assembleias e atividades semelhantes, desde que atendidas as demais normas em vigor e com as seguintes restrições:

I - limite de 25% (vinte e cinco por cento) da capacidade de ocupação do local;

II - aferição e controle de temperatura na entrada do ambiente;

III - disponibilização de álcool em gel 70%;

IV - uso obrigatório de máscara;

V - distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre os presentes;

VI - priorização da ventilação natural do ambiente;

VII - proibição de compartilhamento de objetos físicos entre os presentes.

§ 5º A realização presencial de missas, cultos e demais atividades religiosas ou de outras crenças que importem em uso comum de espaços de igrejas, templos, santuários, grutas e locais afins, seguirão as normas e determinações do Estado de Santa Catarina.

§ 6º Fica definida a capacidade máxima de ocupação dos estabelecimentos comerciais em geral e aos estabelecimentos referidos nos incisos I e II do Art. 1º deste Decreto, de acordo com os níveis da Avaliação de Risco Potencial do Estado de Santa Catarina para a região de Chapecó:

I - Risco potencial GRAVÍSSIMO (representado pela cor vermelha): capacidade de ocupação máxima de 30%;

II - Risco potencial GRAVE (representado pela cor laranja): capacidade de ocupação máxima de 50% do espaço;

III - Risco potencial ALTO (representado pela cor amarela): capacidade de ocupação máxima de 70% do espaço;

IV - Risco potencial MODERADO (representado pela cor azul): capacidade de ocupação máxima de 90% do espaço.

§ 7º Os estabelecimentos citados no parágrafo sexto deste artigo deverão manter o controle da quantidade de pessoas no interior do local de acordo com a capacidade autorizada, bem como informar aos órgãos fiscalizatórios o número exato de pessoas durante possíveis fiscalizações.

Art. 2º Em relação ao comércio ambulante no Município de Quilombo/SC, permanece em vigor as determinações elencadas no Decreto nº 124/2020 – de 14 maio de 2020.

Art. 3º Ficam proibidas as visitas aos pontos turísticos do Município de Quilombo, em qualquer de número de pessoas visitantes, em especial às Cataratas do Salto Saudades e na Praça Municipal de Quilombo, a partir da 00h do dia 12 de junho de 2021 até às 23h59min do dia 18 de junho de 2021.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 12 de junho de 2021, revogando todas as disposições em contrário.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito

Registrado e Publicado

Em ____/06/2021

Lei Municipal 1087/1993

Vanusa Maschio

Servidora Designada

DECRETO Nº 185/2021 – DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092363

DECRETO Nº 185/2021 – DE 10 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com as Leis Municipais nº 1.485/00 de 22 de agosto de 2000 e nº 2.187/11 de 19 de maio de 2011 e em conformidade com a Resolução CD/FNDE nº 26/2013 de 17 de junho de 2013,

CONSIDERANDO o Ofício SECE nº 41/2021 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, datado de 10 de junho de 2021;

CONSIDERANDO o Ofício nº 007/2021-SMAP, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, datado de 10 de maio de 2021;

CONSIDERANDO a Ata nº 02 da Assembleia dos Docentes, Discentes ou Trabalhadores da Educação indicados para composição do Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Município de Quilombo, datada de 10 de maio de 2021;

CONSIDERANDO a Ata 03/2021 da reunião de pais e alunos para eleição dos representantes do CAE do Município de Quilombo, datado de 11 de maio de 2021;

CONSIDERANDO o Ofício nº 014/2021 da Secretaria Municipal de Assistência Social, datado de 07 de maio de 2021;

CONSIDERANDO o Ofício nº 19/2021 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, datado de 13 de maio de 2021;

CONSIDERANDO o Ofício nº 06/2021 da Associação Empresarial de Quilombo e Região, datado de 01 de junho de 2021;

CONSIDERANDO o Ofício nº 03-2021 do LIONS Clube de Quilombo, datado de 20 de maio de 2021 e

CONSIDERANDO o Ofício nº 02/2021 da Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Quilombo, datado de 10 de junho de 2021.

DECRETA:

Art.1º Fica alterada a composição do Conselho de Alimentação Escolar – CAE, que passa a ser assim constituído:

I – Representantes do Poder Executivo:

- a) Titular: Rudinei Mantoani;
- b) Suplente: Aline Gentilini.

II – Representante dos Professores das Escolas Públicas do Município:

- a) Titular: Silvana de Mello de Micheli;
- b) Suplente: Geneci Picinini Cella;
- c) Titular: Margaret Roman Both;
- d) Suplente: Rosane Tubin.

III – Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas do Município:

- a) Titular: Micheli Cristian Maschio Chitolina;
- b) Suplente: Lucivanda Frizon;
- c) Titular: Fernanda Aparecida Lima Tadiotto;
- d) Suplente: Kauane Thairine Agnes Prestes.

IV) Representantes de Entidade Civis Organizadas do Município:

- a) Titular: Fabieli Rebelatto Garbin;
- b) Suplente: Micheli Cristina Dalssaso;
- c) Titular: Lilian Ruth Zardo;
- d) Suplente: Silvana Forcelini;
- e) Titular: Deivis Pelinson;
- f) Suplente: Noeli Fátima Calderan

Art. 2º Os membros integrantes do Conselho a que se refere o presente decreto, não receberão qualquer remuneração decorrente de suas atuações e participações, sendo considerado serviço de caráter público relevante ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 084/2017 – de 02 de maio de 2017.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de junho de 2021.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito

Registrado e Publicado

Em __/06/2021

Lei Municipal 1087/1993

Vanusa Maschio

Servidora Designada

DECRETO Nº 186/2021 - DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092513

DECRETO Nº 186/2021 – DE 10 DE JUNHO DE 2021.**DESIGNA OS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS PARA EFETUAR
AUTENTICAÇÕES DE DOCUMENTOS DO
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal, combinando com o Art. 32 da Lei Nº 8666/93 de 21 de junho de 1993,

DECRETA:

Art.1º Ficam designadas as Servidoras Públicas Municipais **Alini Cristina Hönh Copatti, Elis Regina Backes Grigol, Suelen Bigolin Barbosa e Ivanete Bison**, para efetuar Autenticações de Documentos para uso da Administração Pública.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 309/2019, de 06 de dezembro de 2019.

Gabinete do Executivo Municipal, em 10 de junho de 2021.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/06/2021
Lei Municipal 1087/1993

Vanusa Maschio
Servidora Designada

PORTARIA Nº. 0451/2021 - DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092483



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº. 0451/2021 - DE 10 DE JUNHO DE 2021.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES À
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL BEATRIZ
PASQUALOTTO SERAGLIO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, **Beatriz Pasqualotto Seraglio** (1059/20192), ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 11 de junho de 2021, no período matutino, para tratar de assuntos particulares, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 9340, de 09 de junho de 2021.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período não trabalhado será descontado das horas prestadas junto à Justiça Eleitoral da 78ª Zona Eleitoral nas eleições de 2018, ficando a partir desta um saldo de 12 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de junho de 2021.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Vanusa Maschio
Servidora Designada

PORTARIA Nº.0452/2020 - DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092491



Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
Setor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº.0452/2020 - DE 10 DE JUNHO DE 2021.

**CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA
TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES O
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JAIR
ANTONIO ROMANZINI E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017.

R E S O L V E:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, **Jair Antônio Romanzini** (1860), ocupante do cargo de Motorista, no dia 14 de junho de 2021, em período integral, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 9345, de 10 de junho de 2021.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no *caput* deste artigo o período será descontado do banco de horas da servidora, que ficará com um saldo de 59:34 horas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 10 de junho de 2021.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Vanusa Maschio
Servidora Designada

Rio das Antas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL (RP) 0014/2021 - AQUISIÇÃO DE TONER E CORRELATOS

Publicação Nº 3095579

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D228510142323C2B0E5BA909EE0238FC16A9B3A5

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2021 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0040/2021 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preços nº 0014/2021 – PMRA, tendo como Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM ENTREGAS PARCELADAS DE MATERIAIS ELETRONICOS (TONER) E CORRELATOS PARA MANUTENÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE RIO DAS ANTAS – SC. Conforme Edital completo.

O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, Até o dia 25/06/2021, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia.

TIPO: Menor Preço Unitário (por item).

RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs 32/2007, 13/2012 e nº 44/2021.

DEMAIS INFORMAÇÕES: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, em horario de expediente, ou pelo email licita@riodasantas.sc.gov.br ou Telefone (49) 3564-0125, Ramal 202.

Obs.: Para participação no presente processo será obrigatorio a utilização Máscara.

Rio das Antas (SC), 11 de Junho de 2021.

João Carlos Munaretto - Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 0013/2021 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁRIO

Publicação Nº 3093024

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9E6F817C933434B4DDE6226D96AA008DD5780818

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2021 – PMRA

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0039/2021 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preços nº 0013/2021 – PMRA, tendo como Objeto: Contratação de empresa especializada em radiodifusão com canais em amplitude modulada (AM) e com maior capacidade de recepção no município de Rio das Antas para Divulgação de no Mínimo 03 (três) comerciais diários de segunda a sábado em horarios a definir, com duração de no mínimo 30 segundos cada e programa semanal aos sábados com duração de no mínimo 10 minutos cada, referente a divulgação dos atos oficiais, divulgação de mensagens de interesse da administração pública, campanhas de saúde, avisos de interesse da coletividade Rioantense e outras divulgações de interesse Público, bem como publicidade institucional. para o período inicial de 12 (doze) meses. Conforme Edital completo.

O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 29/06/2021, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia.

TIPO: Menor Preço Unitário (por item).

RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs 32/2007 e nº 44/2021.

DEMAIS INFORMAÇÕES: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, em horario de expediente, ou pelo email licita@riodasantas.sc.gov.br ou Telefone (49) 3564-0125, Ramal 202.

Obs.: Para participação no presente processo será obrigatorio a utilização Máscara.

Rio das Antas (SC), 11 de Junho de 2021.

João Carlos Munaretto - Prefeito Municipal

Rio do Campo

PREFEITURA

384 PORTARIA Nº384 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MARIA ANGELICA LUCCA

Publicação Nº 3092726

Portaria nº. 384, de 11de Junho de 2021.

“Concede Férias a Servidora MARIA ANGELICA LUCCA”.

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora MARIA ANGELICA LUCCA, Matrícula 9200-01, 15 (quinze) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 23/03/2019 à 22/03/2020, tendo como período de gozo: 14 de Junho a 28 de Junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 11 de Junho de 2021.

Vidal Balak
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo
Secretária de Administração e Finanças

385 PORTARIA Nº385 CONCEDE GOZO DE FÉRIAS INTERROMPIDAS NA PORTARIA 115 DE 18 DE JANEIRO DE 2021 A SERVIDORA GISELI HACKBARTH RIBEIRO

Publicação Nº 3092776

Portaria nº. 385, de 11 de Junho de 2021.

“Concede Gozo de Férias interrompidas na portaria 115/2021 a Servidora GISELI HACKBARTH RIBEIRO”.

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora GISELI HACKBARTH RIBEIRO, matrícula 34240-13, gozo de 09 (nove) dias de férias interrompidos na portaria 115 de 18 de Janeiro de 2021, sendo o período de gozo: dia 14 de Junho de 2021 a 22 Junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 11 de Junho de 2021.

Vidal Balak
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo
Secretária de Administração e Finanças

386 PORTARIA Nº386 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA TAÂNI BRIZOLLA KAIPER

Publicação Nº 3092788

Portaria nº. 386, de 11de Junho de 2021.

“Concede Férias a Servidora TAÂNI BRIZOLLA KAIPER”.

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:



Art. 1º CONCEDER a servidora TAÂNI BRIZOLLA KAIPER, Matrícula 33376-04, 15 (quinze) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 04/09/2019 à 03/09/2020, tendo como período de gozo: 14 de Junho a 28 de Junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 11 de Junho de 2021.

Vidal Balak
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo
Secretária de Administração e Finanças

387 PORTARIA Nº387 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR HENRIQUE WEBER

Publicação Nº 3093086

Portaria nº. 387, de 11de Junho de 2021.

“Concede Férias a Servidora HENRIQUE WEBER”.

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor HENRIQUE WEBER, Matrícula 33386-01, 14 (quatorze) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 04/09/2019 à 03/09/2020, tendo como período de gozo: 14 de Junho a 27 de Junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 11 de Junho de 2021.

Vidal Balak
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo
Secretária de Administração e Finanças

388 PORTARIA Nº388 CONCEDE LICENÇA PREMIO EM GOZO AO SERVIDOR ALMIR BONMANN

Publicação Nº 3093708

Portaria nº. 388, de 11 de Junho de 2021.

“Concede Licença Premio em gozo ao Servidor ALMIR BONMANN”.

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor ALMIR BONMANN, Matrícula 33822-03, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Premio, referente ao período aquisitivo de 29/11/2013 à 28/11/2018, tendo como período de gozo: 14 de Junho a 28 de junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 11 de Junho de 2021.

Vidal Balak
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo
Secretária de Administração e Finanças

389 PORTARIA Nº 389 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MARIA DE LOURDES ROSA

Publicação Nº 3095574

Portaria nº. 389, de 11 de Junho de 2021.

"Concede licença para tratamento de saúde a servidora MARIA DE LOURDES ROSA".

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença para tratamento de saúde a servidora MARIA DE LOURDES ROSA, matrícula 33742-01, de acordo com atestado de incapacidade emitido pelo Dr. Vitor Rausis Lima – CRM 2294, pelo período de 07 de Junho de 2021 a 06 de Dezembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 07 de junho de 2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 11 de Junho de 2021.

Vidal Balak
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo
Secretária de Administração e Finanças

390 PORTARIA Nº390 CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA ANDRÉIA VAVASSORI ZANELLA

Publicação Nº 3095624

Portaria nº 390, de 11 de Junho de 2021.

"Concede gratificação a Servidora ANDRÉIA VAVASSORI ZANELLA".

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 54, da Lei nº 1.570, de 02 de janeiro de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gratificação de 10% - nível FG-1 a servidora ANDRÉIA VAVASSORI ZANELLA, matrícula 34173-1, efetivo no cargo TÉCNICA DE ENFERMAGEM, pelo desempenho da função extra-cargo de vacinadora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de Junho de 2021

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 11 de Junho de 2021.

Vidal Balak
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo
Secretaria de Administração e Finanças

391 PORTARIA Nº391 CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DEISI FELCZAK PEREIRA

Publicação Nº 3095625

Portaria nº 391, de 11 de Junho de 2021.

"Concede gratificação a Servidora DEISI FELCZAK PEREIRA".

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 54, da Lei nº 1.570, de 02 de janeiro de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gratificação de 10% - nível FG-1 a servidora DEISI FELCZAK PEREIRA, matrícula 34132-02, efetivo no cargo TÉCNICA DE ENFERMAGEM, pelo desempenho da função extra-cargo de vacinadora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de Junho de 2021

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 11 de Junho de 2021.

Vidal Balak
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo
Secretaria de Administração e Finanças

392 PORTARIA Nº392 CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA MENDINA SEMIANO ROCHA

Publicação Nº 3095627

Portaria nº 392, de 11 de Junho de 2021.

“Concede gratificação a Servidora MENDINA SEMIANO ROCHA”.

Vidal Balak, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 54, da Lei nº 1.570, de 02 de janeiro de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gratificação de 10% - nível FG-1 a servidora MENDINA SEMIANO ROCHA, matrícula 33425-04, efetivo no cargo TECNICA DE ENFERMAGEM, pelo desempenho da função extra-cargo de vacinadora.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de Junho de 2021


Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 11 de Junho de 2021.

Vidal Balak
Prefeito Municipal

Vânia Fabiane Kohut Baldo
Secretaria de Administração e Finanças

DECRETO Nº 4.313, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093791

	MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO			Pág 1 / 2
	Estado de Santa Catarina			
	CNPJ:	83.102.707/0001-36		
	Endereço:	Rua 29 de Dezembro - 70	CEP:	89.198-000
	Telefone:	(47) 3564-8100	Cidade:	Rio do Campo

DECRETO Nº 4313, de 11 de junho de 2021

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar por superávit financeiro e dá providências"

Vidal Balak, prefeito do município de Rio do Campo, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município e autorização contida na lei orçamentária 2.355 de 22 de dezembro de 2020:

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 48.653,30 (quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e três reais e trinta centavos).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Aquisição de Veículo	11.001.0010.0301.0014.1035.34490000000000000000.06880518	48.653,30

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		06880518	48.653,30

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Manutenção da Frota da Secretaria de Agricultura	09.001.0020.0606.0010.2058.33390000000000000000.03000400	20.000,00

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		03000400	20.000,00

Art. 5 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Construção e Reforma de Pontes	04.001.0026.0782.0003.1004.34490000000000000000.03000400	23.000,00

Art. 6 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 5 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		03000400	23.000,00

Art. 7 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Construção de Centro de Eventos.	07.002.0013.0695.0008.1048.34490000000000000000.03000400	47.000,00

**MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO**

Pág 2 / 2

Estado de Santa Catarina

CNPJ: 83.102.707/0001-36

Endereço: Rua 29 de Dezembro - 70

Telefone: (47) 3564-8100

CEP: 89.198-000

Cidade: Rio do Campo

Art. 8 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 7 decorrerão de superávit, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Superávit		03000400	47.000,00

Art. 9 – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio do Campo - Santa Catarina, 11 de junho de 2021

VIDAL BALAK

Prefeito Municipal de Rio do Campo

VANIA FANIANE KOHUT BALDO

Secretária de Administração e Finanças

Rio do Oeste

PREFEITURA

DECRETO_2717_SUPLEMENTA_SUPERAVIT_PMRO

Publicação N° 3092736

DECRETO N° 2717 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Suplementa dotações orçamentárias para o Poder Executivo utilizando o superavit financeiro do exercício de 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere o inciso II, cc § 2º, art. 5º da Lei nº 2311 de 09/12/2020.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias constantes no Anexo I do presente decreto no valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o superavit financeiro do exercício de 2020 no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste – SC, 11 de junho de 2021

ARNILDO FERRARI

Prefeito Municipal

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO N° 2717/2021		
Órgão:	GABINETE DO PREFEITO	2
Unidade Orçamentária:	GABINETE DO PREFEITO	201
Função:	SEGURANÇA PÚBLICA	6
Sub-função:	DEFESA CIVIL	182
Programa:	ATIVIDADE DE DEFESA CIVIL	202
Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COMPDEC-RO	2004
FONTE DOS RECURSOS		
3000006	Recursos Vinculados Legislativo	20.000,00
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3000	DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3300	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.000,00
3390	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
3000006	Recursos Vinculados Legislativo (Ref. 192)	10.000,00
4000	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4400	INVESTIMENTOS	10.000,00
4490	APLICAÇÕES DIRETAS	10.000,00
3000006	Recursos Vinculados Legislativo (Ref. 193)	10.000,00
TOTAL		20.000,00

ANEXO II
Superávit Financeiro de 2020
DECRETO N° 2717/2021

VÍNCULO	ESPECIFICAÇÃO	Saldo 2020
03000006	Recursos Vinculados Legislativo	20.000,00
SOMA		20.000,00

Rio do Sul

PREFEITURA

ADITIVO Nº 030/2021/FMS

Publicação Nº 3093761

1º TERMO ADITIVO Nº 030/2021/FMS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2020/FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2020/FMS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2020/FMS

OBJETO: MEDICAMENTOS

Aos dez (10) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, com sede na Rua Tuiuti, n. 154, Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 10.469.199/0001-55, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ROBERTA HOCHLEITNER, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, com sede na Rua Genuíno Piacentini, n. 59, bairro Santa Terezinha, Pato Branco/PR, CEP 85506-220, inscrita no CNPJ/MF sob n. 28.093.678/0001-85, doravante designada CONTRATADA, neste ato por seu representante legal, o Sr. Ricardo Caldart, RG n. 9.071.350-7, resolvem, nos termos facultados por lei, obedecidas as condições firmadas pelo Pregão Eletrônico nº 023/2020/FMS, celebrar o presente TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea "d", inciso II, do artigo 65, da Lei Federal n. 8.666/1993 e alterações posteriores e nas justificativas anexas aos autos, passando a vigência dos seguintes valores:

ITEM 36						
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO					
Carvedilol 6,25 mg, comprimido, em embalagem primária tipo blister e secundária com no máximo 600 comprimidos.	R\$ 0,125					

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

ROBERTA HOCHLEITNER

Contratante

F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

RICARDO CALDART

Contratada

ADITIVO Nº 066/2021

Publicação Nº 3092702

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 3836E61980697536F15CD363F53B80F081E53CB5

2º TERMO ADITIVO Nº 066/2021 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 001/2021, REFERENTE À RESTAURAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA RUA DOM PEDRO II - BAIRRO CANOAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

Aos dois (02) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A., estabelecida à Rua Francisco Martinhago, nº 258, Mina do Mato, no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, CEP 88.810-500, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.665.141/0001-50, ora denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. José Carlos de Souza, Diretor Comercial, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 150/2020, e no Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 001/2020, datado de 04 de janeiro de 2021, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Art. 57, §1º, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação da Secretaria de Infraestrutura, recebida em 28 de maio de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Quarta, Subitem 14.2 do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, a contar de 03 de junho de 2021 e se encerrando em 31 de agosto de 2021, conforme Memorando nº 048/2021/SEINFRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

SETEP CONSTRUÇÕES S.A
José Carlos de Souza
CONTRATADA

ADITIVO Nº 067/2021

Publicação Nº 3092711

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) A7360637EA88066105ABCEAFF72A3F52229EBB39
7º TERMO ADITIVO Nº 067/2021 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 145/2020, REFERENTE À EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE PRAÇA NO BAIRRO SANTA RITA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Aos dois (02) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, estabelecida na Avenida Evaldo Prim, nº 645, Distrito Industrial, no município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, CEP 88.400-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.624.323/0001-06, ora denominada CONTRATADA, representada por sua Representante Legal, Sra. Anelise Talita Kurtz, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 061/2020, e no Contrato original de Prestação de Serviço com Fornecimento de Materiais nº 145/2020, datado de 10 de agosto de 2020, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Art. 57, §1º, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação da Secretaria de Infraestrutura, recebida em 28 de maio de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Terceira, Subitem 13.2 do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 30 (trinta) dias, a contar de 07 de junho de 2021 e se encerrando em 06 de julho de 2021, conforme Memorando nº 049/2021/SEINFRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Anelise Talita Kurtz
CONTRATADA

DECRETO Nº 9986, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095568

DECRETO Nº 9986, de 11 de junho de 2021.

"NOMEIA A NOVA GESTÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMDPD"

O Prefeito Municipal de Rio do Sul/SC, no uso de suas atribuições previstas no inciso IV do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 4.903, de 12 de agosto de 2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica substituído os seguintes membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD devidamente indicados por sua secretaria ou entidade.

I- Representantes governamentais:

a) Secretaria Municipal de Infraestrutura.
Titular: Andreas Noerenberg.
Suplente: Fabio Momm.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO
11 de junho de 2021.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOME
Prefeito do Município de Rio do Sul

PORTARIA N. 0552/DGP

Publicação Nº 3093853

PORTARIA N. 0552/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Remover os seguintes servidores, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, por meio do Concurso Interno de Remoção N.001/2020 - Ano Letivo 2021, de acordo com o memorando SEDUC/GAB n.º 244/2021, e em conformidade com o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações:

Servidor	Cargo	Unidade Origem	Unidade Destino	A partir de
BERENICE CARDOSO ISAIAS	Professora de Anos Iniciais	40h na Secretaria Municipal de Educação	40h na Escola Modelo Ella Kurth	26/04/2021
KISIANE CORDOVA GARBIN	Professo de Arte	10h na Secretaria Municipal de Educação e 15h no Centro Educacional Ulrich Hubsch	25h no Centro Educacional Pedro dos Santos	19/04/2021
PATRICIA REGINA MENDES	Professora de Anos Iniciais	40h no Centro Educacional Infantil Raio de Luz	20h no Centro Educacional Willy Schleumer e 20h no Centro Educacional Aníbal de Barba	17/05/2021
REGIANI MARIA DA ROCHA GRAH	Professo de Arte	15h na Secretaria Municipal de Educação	15h no Centro Educacional Ulrich Hubsch	19/04/2021

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de junho 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Radom

PORTARIA Nº 0551/DGP

Publicação Nº 3095866

PORTARIA Nº 0551/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 04/06/2021, o servidor Alexandre Thibes Rauen, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de junho de 2021.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PREGÃO ELETRÔNICO 115/2021

Publicação Nº 3093067

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 940B3D2BF598FDAC5747AB37835D78CA6EEFC800

E D I T A L

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs), A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 15/06/2021.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08h00min do dia 25/06/2021.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h01min do dia 25/06/2021.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

VALOR TOTAL: 87.670,82

LOCAL: Portal de Licitações Bolsa Nacional de Compras - BNC, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Secretaria de Administração e Fazenda

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 82.02.2012.3390.3028 e demais dotações conforme orçamento vigente.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 10 de junho de 2021.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração e Fazenda

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2021

Publicação Nº 3092893

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9649783197823F162541E5E7DA4F088362636AAE

E D I T A L**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2021**

OBJETO: LOCAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE RASTREAMENTO, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 14/06/2021.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08h00min do dia 24/06/2021.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h01min do dia 24/06/2021.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R\$ 26.082,00

LOCAL: Portal de Licitações Bolsa Nacional de Compras - BNC, no endereço eletrônico: www.bnc.org.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Secretaria de Administração e Fazenda

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 82.02.2012.3390.3999 e demais dotações conforme orçamento vigente.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 11 de junho de 2021.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 9950, DE 26 DE MAIO DE 2021

Publicação Nº 3092451

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9DDD68F258563BCC3A7CFA344C6E08894AF93885

**DECRETO Nº 9950**, de 26 de maio de 2021.**"HOMOLOGA PROCESSO DE EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA Nº 068/2021, de 26/04/2021".**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o processo de Edital da Chamada Pública nº 068/2021, de 26/04/2021.

Parágrafo único - Dispensa de Processo Licitatório, com base no Art. 14, § 1º, da Lei nº 11.947/2009, para a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural. Destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Vencedores: Angelo Bonatto - Informal
Jeovane Momm – Informal
Selmo Schvambach – Individual
Associação de Produtores Orgânicos do Planalto, Vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Ecofrutas – Formal
Cooperação – Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão – Formal
Frutoz Indústria de Sucos de Frutas Eireli - Formal

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
26 de maio de 2021.

JOSE EDUARDO
ROTHBARTH

THOME:05421524957

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

Digitally signed by JOSE EDUARDO ROTHBARTH
THOME:05421524957
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=EM
BRANCO, ou=11825802000157, cn=JOSE EDUARDO
ROTHBARTH THOME:05421524957
Date: 2021.05.27 15:48:18 -03'00'

JAIRO
WEHMUTH
JUNIOR:85
110450900

Assinado de forma
digital por JAIRO
WEHMUTH
JUNIOR:85110450
900
Dados: 2021.05.27
15:38:17 -03'00'



Praça 25 de julho, 1, Centro, Rio do Sul, SC, 89160-900 | CNPJ: 83.102.574/0001-06
Telefone/Fax: (47) 3531-1200 | www.riodosul.sc.gov.br



PAUTA DE JULGAMENTO Nº 009/2021 - VIRTUAL

Publicação Nº 3092523

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES**PAUTA DE JULGAMENTO Nº 009/2021 - VIRTUAL**

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no Art 13 § 1º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia **23 de Junho de 2021**, às 08h00 através de **SESSÃO VIRTUAL**, nos termos da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEDAF Nº 65, de 22 de março de 2021, para julgamento do seguinte Recurso Ordinário:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 191045/2021

Número do Recurso Ordinário: Nº 002/2021

Nome do Recorrente: Mitra Diocesana de Rio do Sul

Nome do Relator: Conselheiro Ramiro de Liz e Souza

Rio do Sul, 11 de Junho de 2021.

LEONICE

WITTE:4756

5080900

LEONICE WITTE

Secretária geral do CMC

Assinado de forma
digital por LEONICE
WITTE:47565080900
Dados: 2021.06.11
09:37:00 -03'00'

PAUTA DE SORTEIO CONSULTA Nº 002/2021- VIRTUAL

Publicação Nº 3092554

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES**Pauta de Sorteio Consulta Nº 002/2021- VIRTUAL**

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 23 de Junho de 2021, às 08hs00 em Sessão VIRTUAL, para realização do sorteio de distribuição do seguinte processo de Consulta:

Número do protocolo: Protocolo Nº 193747/2021
Nome do Recorrente: SSA Imagens Diagnósticas Ltda
Nº do Processo-Consulta: 002/2021

Rio do Sul, 11 de Junho de 2021

.

LEONICE Assinado de forma
digital por LEONICE
WITTE:475 WITTE:47565080900
65080900 Dados: 2021.06.11
09:50:38 -03'00'

LEONICE WITTE
Secretaria Geral do CMC

PORTARIA N° 0511/DGP

Publicação N° 3095827

PORTARIA N° 0511/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor IDALICIO FRANCISCO ZUCATELLI, matrícula n.1899830-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Calceteiro, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 19/05/2021 até 10/06/2021, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde do servidor no Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de maio de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA:920984879
91

Assinado de forma digital
por ALEXANDRE MATOS
PEREIRA:92098487991
Dados: 2021.06.01 09:58:37
-03'00'

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA N° 0512/DGP

Publicação N° 3095828

PORTARIA N° 0512/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ROMI KUSTERKO, matrícula n.79740-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 13/05/2021 até 21/07/2021, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de maio de 2021.

ALEXANDRE MATOS
PEREIRA:920984879
91

Assinado de forma digital por
ALEXANDRE MATOS
PEREIRA:92098487991
Dados: 2021.06.01 09:59:15
-03'00'

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 0513/DGP

Publicação Nº 3095829

PORTARIA Nº 0513/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARCIA APARECIDA RIZZO, matrícula n.220965-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 11/05/2021 até 31/05/2021, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de maio de 2021.

ALEXANDRE MATOS
PEREIRA:920984879
91

Assinado de forma digital
por ALEXANDRE MATOS
PEREIRA:92098487991
Dados: 2021.06.01 09:59:51
-03'00'

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA N° 0514/DGP

Publicação N° 3095830

PORTARIA N°0514/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ELIS REGINA FELIPE SCHMITCKA, matrícula n.316284785-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, a Licença à Gestante, no período de 23/05/2021 até 19/09/2021, com fundamento no artigo 263, da Lei Complementar n. 309 de 01 dezembro de 2015 e atestado médico anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de maio de 2021.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Assinado de forma digital
por ALEXANDRE MATOS
PEREIRA:9209848791
91
Dados: 2021.06.02 08:22:38
-03'00'

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 0515/DGP

Publicação Nº 3095831

PORTARIA Nº 0515/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ELIS REGINA FELIPE SCHMITCKA, matrícula n.16284785-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais I, a Licença Especial à Gestante, no período de 20/09/2021 até 18/11/2021, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de maio de 2021.

ALEXANDRE
MATOS
PEREIRA:92098487
991

Assinado de forma digital
por ALEXANDRE MATOS
PEREIRA:92098487991
Dados: 2021.06.01
09:59:35 -03'00'

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 0516/DGP

Publicação Nº 3095832

PORTARIA Nº 0516/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SOLANIA KOHL, matrícula n.171980-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, pelo período de 21/05/2021 até 19/07/2021, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.0419/DGP, de 23/04/2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 29 de abril de 2021, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de maio de 2021.

ALEXANDRE MATOS
PEREIRA:920984879
91

Assinado de forma digital
por ALEXANDRE MATOS
PEREIRA:92098487991
Dados: 2021.06.01 10:00:03
-03'00'

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

Rio dos Cedros

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATORIO Nº 57/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MADEIRAS DE EUCALIPTO E PINUS PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DEMAIS SETORES

Publicação Nº 3093697

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7A09D6DD9A49E2D9ABBF4D3523BFC73D36E365D2

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 57/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2021

O Município de Rio dos Cedros – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MADEIRAS DE EUCALIPTO E PINUS PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DEMAIS SETORES. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09h do dia 24 de Junho de 2021. ABERTURA DAS PROPOSTAS E DISPUTA: a partir das 09h05min do dia 24 de Junho de 2021. ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://www.comprasbr.com.br>. Licitação regida pela lei 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Nereu Ramos, 205, Centro, Rio dos Cedros/SC pelo Fone/Fax: (47)3386-1050 R: 2006, nos sites: www.riodoscedros.sc.gov.br, <https://riodoscedros.atende.net/autoatendimento> e <http://www.comprasbr.com.br> e no e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros (SC), 11 de Junho de 2021.

Jorge Luiz Stolf
Prefeito

PORTARIA Nº 389, DE 28 DE MAIO DE 2021.. DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO COM A FINALIDADE DE ESCOLHA, PREMIAÇÃO E EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIAS ALUSIVAS AO TEMA: "TURISMO E CULTURA NOS 60 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLITICA DE RIO DOS CEDROS, ABRANGENDO AS ÁREAS DE GASTRONOMIA, NATUREZA, AR

Publicação Nº 3095547

PORTARIA Nº 389, DE 28 DE MAIO DE 2021..

DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO COM A FINALIDADE DE ESCOLHA, PREMIAÇÃO E EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIAS ALUSIVAS AO TEMA: "TURISMO E CULTURA NOS 60 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLITICA DE RIO DOS CEDROS, ABRANGENDO AS ÁREAS DE GASTRONOMIA, NATUREZA, ARQUITETURA FESTAS E ARTESANATO".

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Designar, na forma do artigo 51, §5º da Lei Nacional nº 8.666/93, os membros abaixo indicados dada sua reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame para integrar a COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO COM A FINALIDADE DE ESCOLHA, PREMIAÇÃO E EXPOSIÇÃO DE FOTOGRAFIAS ALUSIVAS AO TEMA: "TURISMO E CULTURA NOS 60 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLITICA DE RIO DOS CEDROS, ABRANGENDO AS ÁREAS DE GASTRONOMIA, NATUREZA, ARQUITETURA FESTAS E ARTESANATO", com competência para efetuar o julgamento dos trabalhos:

- ARLETE REGILENE SCOZ
- PAULO SALVADOR
- TAINÁ CLAUDINO DOS SANTOS

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art.3º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Município de Rio dos Cedros, em 28 de maio de 2021.

JORGE LUIZ STOLF
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar

em 28 de maio de 2021.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

PORTARIA Nº 393, DE 28 DE MAIO DE 2021. NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA OS CHAMAMENTOS PÚBLICOS PARA RECRUTAMENTO SUPLEMENTAR DE AGENTES PÚBLICOS VISANDO CADASTRO RESERVA PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES

Publicação Nº 3095549

PORTARIA Nº 393, DE 28 DE MAIO DE 2021.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA OS CHAMAMENTOS PÚBLICOS PARA RECRUTAMENTO SUPLEMENTAR DE AGENTES PÚBLICOS VISANDO CADASTRO RESERVA PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES.

JORGE LUIZ STOLF, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 70, inciso II, letra "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1990;

RESOLVE,

Art.1º. Designar os membros abaixo indicados para compor a COMISSÃO PERMANENTE PARA OS CHAMAMENTOS PÚBLICOS PARA RECRUTAMENTO SUPLEMENTAR DE AGENTES PÚBLICOS VISANDO CADASTRO RESERVA PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES:

- SAMUEL ANDRÉ LENZI - Presidente
- MAICON JOEL LACH
- PAULA WACKERNAGEL

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art.3º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, em 28 de maio de 2021.

JORGE LUIZ STOLF
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente portaria foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar em 28 de maio de 2021.

MARGARET SILVIA GRETTER
Diretora de Gabinete

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA SUPLEMENTAR Nº 001/2021 VINCULADO AO PROCESSO SELETIVO ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA Nº 003/2017

Publicação Nº 3093752

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS****ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL**

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA SUPLEMENTAR Nº 001/2021
VINCULADO AO PROCESSO SELETIVO ESTRATÉGIA
SAÚDE DA FAMÍLIA Nº 003/2017**

O **MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Nereu Ramos, nº 205, Bairro Centro, Rio dos Cedros/SC, CEP 89121-000, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social, Senhora Miria Eliete Schmid Floriani, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e considerando a ausência de candidatos aprovados face o esgotamento da listagem de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017 homologado em 18/12/2017 e com validade até 31/12/2021, torna público, pelo presente Edital de CHAMADA PÚBLICA para seleção, classificação e formação de cadastro reserva suplementar para futuras e eventuais contratações de pessoal por tempo determinado, através do regime jurídico administrativo especial, nos termos das Leis Municipais de Rio dos Cedros nº 1.577 de 27/05/2008, Lei nº 1.756 de 12/12/2012 Lei Complementar nº 91 de 31/03/2006 (em especial os artigos 18, 19, 20, 21 e seguintes), para as funções dos cargos consignados no presente edital complementar ao Processo Seletivo Estratégia Saúde da Família nº 003/2017 o que segue:

I – DAS FUNÇÕES DOS CARGOS, CARGA HORÁRIA, REQUISITOS, DESCRITIVO DE FUNÇÃO E VENCIMENTO:

1.1 - Os cargos, vencimentos, a carga horária semanal de trabalho e os requisitos para exercício das respectivas atribuições estão estabelecidos nos Anexos I do presente Edital de Chamada Pública nº 001/2021, vinculado ao Edital de Processo Seletivo Estratégia Saúde da Família nº 003/2017, conforme Anexo II do presente.

II – DO PROCESSO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO (DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS)

2.1 – Conforme a necessidade verificada durante a validade desta chamada pública para formação de cadastro reserva suplementar vinculado ao Processo Seletivo Estratégia Saúde da Família nº 003/2017, o Município de Rio Dos Cedros, através do Departamento de Recursos Humanos receberá as inscrições e documentos, sendo que a Comissão Permanente para Chamamento Público designada pela **Portaria nº 393, de 28 de maio de 2021**, analisará os documentos apresentados, sua consistência, o preenchimento dos requisitos neste Edital de Chamada Pública exigidos e promoverá as medidas necessárias para classificação (ou não) dos candidatos inscritos.

2.2 – Na forma do que disciplina o art. 24 da Lei Complementar Municipal nº 91 de 31/03/2006,

1

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050

www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



o presente Edital de Chamada Pública se dará com base na análise do *Curriculum vitae*, e demais documentos aqui exigidos, sendo que a eventual e futura contratação poderá ocorrer pelo período máximo de 12(doze) meses, podendo haver prorrogação contratual ou nova contratação nos mesmos moldes do estipulado para as contratações do Processo Seletivo Estratégia Saúde da Família nº 003/2017.

2.3 – A classificação se dará da seguinte forma:

- a) Primeiro critério de classificação será a maior média no ensino fundamental.
- b) Segundo critério de classificação, no caso de empate no primeiro, será a ordem de protocolo dos pedidos de inscrição, desde que preenchidos todos os requisitos sendo que o não preenchimento dos requisitos deste Edital de Chamada Pública nº 001/2021, vinculado ao Edital de Processo Seletivo Estratégia Saúde da Família nº 003/2017 acarretará a desclassificação do candidato que, para eventual correção dos vícios apontados deverá protocolar novo requerimento dentro do prazo de inscrição previsto neste Edital de Chamada Pública nº 001/2021, sendo cancelado o protocolo anterior.

2.4 – Em nenhuma hipótese será permitida a complementação de documentos e informações que deveriam constar originariamente do pedido de inscrição originário, sendo que, nestes casos, deverá o (a) interessado (a) promover novo protocolo de pedido de inscrição dentro do prazo de inscrição previsto neste Edital de Chamada Pública nº 001/2021, sendo cancelado o protocolo anterior.

2.5 – As inscrições, devidamente acompanhadas dos documentos comprobatórios exigidos na forma do presente Edital de Chamada Pública nº 001/2021, vinculado ao Edital de Processo Seletivo Estratégia Saúde da Família nº 003/2017 serão efetuadas no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio dos Cedros que está localizado na Rua Doutor Jorge Lacerda n. 545, Centro, Rio Dos Cedros-SC, no prazo consignado neste Edital, no período de segunda a sexta feira, das 08:00horas às 12:00horas e das 13:30horas às 17:00horas.

2.6 - Não serão recebidos protocolos após o prazo e horários contidos neste Edital.

2.7 - Não serão aceitos requerimentos, documentos e informações por e-mail, WhatsApp ou qualquer outro meio não previsto neste Edital.

2.8 - Serão desclassificados requerimentos condicionais, ilegíveis, incompletos, ou com divergência entre as exigências deste Edital de Chamada Pública, com borrões, rasuras e outras incongruências que impossibilitem ou dificultem a sua análise. O mesmo procedimento será aplicado quanto aos documentos apresentados.

2.9 - Os candidatos inscritos concordam plenamente com condições fixadas no presente Edital de Chamada Pública nº 001/2021, vinculado ao Edital de Processo Seletivo Estratégia Saúde da

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050

www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



Família nº 003/2017.

2.10 - Os candidatos são responsáveis única e exclusivamente por todos os custos necessários a realização de sua inscrição, não havendo, em qualquer hipótese ressarcimento ou indenização por parte do Poder Público.

2.11 - A classificação no presente Edital de Chamada Pública nº 001/2021 não gerará direito à contratação, mas apenas a figurar na lista de cadastro reserva de acordo com as condições consignadas no presente instrumento.

2.12 - No caso de eventuais divergências entre o presente Edital de Chamada Pública nº 001/2021 e o Edital de Processo Seletivo Estratégia Saúde da Família nº 003/2017, prevalecerão as informações do Edital de Chamada Pública nº 001/2021.

2.13 - Na interpretação deste Edital de Chamada Pública nº 001/2021, vinculado ao Edital de Processo Seletivo Estratégia Saúde da Família nº 003/2017, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da motivação, da vinculação ao edital, da razoabilidade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

III – DOS DOCUMENTOS MÍNIMOS PARA INSCRIÇÃO CADASTRO, CLASSIFICAÇÃO E SELEÇÃO:

3.1 - Os candidatos deverão comparecer, nas datas, local e horários designados neste Edital de Chamada Pública, com a ficha de inscrição constante do Anexo I e a Declaração de Aptidão para Exercício das Funções de Forma Presencial constante do Anexo III, devidamente preenchidas e assinadas, munidos de cópia autenticada da seguinte documentação:

1. Carteira de Identidade (frente e verso)
2. CPF;
3. Comprovante da escolaridade exigida para a função (ensino fundamental completo);
4. Histórico escolar;
5. Carteira de Trabalho – na parte de identificação (frente e verso) e todos os registros de contratos;
6. PIS/PASEP (frente e verso);
7. Comprovante de residir no endereço da área de atuação desde a data de publicação do presente Edital de Chamada Pública Suplementar nº 001/2021 (documentos em nome de terceiros deverão vir instruídos com a comprovação do vínculo demonstrando que efetivamente o candidato reside no local);
8. Carteira de Vacinação atualizada ou declaração de vacina (Retirar a declaração em alguma

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



Unidade de Saúde) – Os vacinados contra COVID-19 e que possuam comorbidades deverão apresentar o comprovante de vacinação;

9. Carteira Nacional de Habilitação (facultativo);
10. Título de eleitor;
11. Comprovante da última votação ou justificativa;
12. Carteira de Reservista ou equivalente;
13. Declaração de acumulação ou não de cargo público e ou recebimento de pensão e ou aposentadoria;
14. 1 (uma) foto 3 x 4;
15. Endereço eletrônico – e-mail e telefone de contato (com WhatsApp);
16. Declaração de não ter sofrido penalidades que impeçam a contratação com o Poder Público (Anexo IV);
17. Certidão de Antecedentes Criminais – FORUM e site www.dpf.gov.br.

3.2- O candidato poderá autenticar as cópias com os servidores públicos do município, necessitando para tanto a apresentação dos respectivos originais.

3.3- Não serão retiradas cópias na Prefeitura.

3.4- O candidato, por ocasião da inscrição, poderá se fazer representar por procurador devidamente constituído por instrumento público e ou particular com poderes específicos para tanto.

IV – DAS DATAS DE INSCRIÇÃO

4.1 Os candidatos interessados deverão comparecer no **Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio dos Cedros está localizado na Rua Doutor Jorge Lacerda n. 545, Centro, Rio Dos Cedros-SC, no prazo consignado neste Edital, no período de segunda a sexta feira, das 08:00horas às 12:00horas e das 13:30horas às 17:00horas**, devidamente munidos dos documentos e informações conforme previsto neste Edital de Chamada Pública nº 001/2021, no período abaixo mencionado:

PERÍODO DAS INSCRIÇÕES:

14/06/2021 à 18/06/2021.

V - DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS:

5.1 – A lista de classificação dos candidatos aprovados será divulgada no site do Município de Rio dos Cedros, no seguinte endereço: www.riodoscedros.sc.gov.br, bem como no Diário Oficial dos Municípios, cabendo aos candidatos o acompanhamento de todas as publicações.

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050

www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

**VI – DA VALIDADE DA CHAMADA PÚBLICA**

6.1 – Esta Chamada Pública tem validade vinculada à validade do Processo Seletivo Estratégia Saúde da Família nº 003/2017 homologado em 18/12/2017 e com validade até **31/12/2021**, limitada ao chamamento, uma única vez e seguindo a ordem classificatória dos aprovados.

6.2 – Esgotados o chamamento dos candidatos aprovados, serão realizadas tantas chamadas quantas forem necessárias à manutenção do interesse público.

6.3 – Na hipótese de ocorrência de Concurso Público e/ou Processo Seletivo, durante o prazo de validade deste edital, os aprovados nos referidos concurso e processo terão prioridade.

VII – DOS REQUISITOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO:

7.1 – Para a futura e eventual contratação com o Poder Público o candidato deverá manter os requisitos necessários para habilitação/classificação, na forma do contido neste Edital de Chamada Pública nº 001/2021, apresentar a documentação exigida pelo Departamento de Recursos Humanos no prazo que lhe for fixado, sob pena de exclusão do presente certame público, bem como assinar o contrato no prazo que lhe for fixado, aplicando-se o contido neste Edital de Chamada Pública nº 001/2021, no Processo Seletivo Estratégia Saúde da Família nº 003/2017 e nas legislações de regência.

7.2 – O não comparecimento, bem como o comparecimento intempestivo do candidato no prazo de sua convocação e nos demais prazos que lhe forem assinalados, bem como a não apresentação dos documentos, ou a sua apresentação incompleta ou tardia, acarretarão a sua exclusão do presente certame público.

VIII – DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

8.1 - A convocação do candidato para contratação, se dará por envio de mensagem via sistema eletrônico de comunicação informado pelo candidato em sua inscrição (telefone, e-mail, whatsapp, etc) ou outra forma ágil de comunicação que viabilize a celeridade que a natureza da contratação exige.

8.2 – É de responsabilidade do candidato a manutenção atualizada de seus dados.

8.3 – Remetida a convocação, o Departamento de Recursos Humanos certificará a data e horário, conteúdo e forma que a mesma foi expedida arquivando um comprovante de remessa da mesma, valendo-se, para todos os fins e efeitos como cientificação do candidato/convocado, sendo que os prazos terão seu início da data de expedição da mesma, independentemente de confirmação de recebimento.

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050

www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



8.4 - É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado perante o órgão, seus dados para contato, sob pena de ser desclassificado do cadastro.

8.5 - O candidato que deixar de comparecer nos prazos estabelecidos na convocação, perderá o direito à contratação, será excluído do cadastro.

8.6 - O candidato que declinar expressamente da vaga oferecida será excluído do cadastro em curso.

8.7 - Os candidatos classificados, serão submetidos a perícia/inspeção médica de caráter eliminatório, sendo excluído aqueles que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público para o qual se inscreveram, assim atestada pelo médico, bem como serão excluídos àqueles que se recusarem a realizar a perícia.

8.8 - Também serão excluídos do certame àqueles que descumprirem as normas do presente Edital de Chamada, na forma aqui prevista.

IX – DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO:

9.1 - Os contratados administrativos de regime especial firmados em decorrência deste chamamento terão validade limitada à necessidade da contratação e aos prazos, inclusive prorrogações, estabelecidos na legislação de regência, em especial as Leis nº 1.577 de 27/05/2008, Lei nº 1.756 de 12/12/2012, Lei Complementar nº 91 de 31/03/2006 e suas alterações.

X – DOS RECURSOS.

10.1 - Caberão recursos contra as normas deste Edital, o indeferimento da inscrição, resultados classificatórios e homologação do resultado final.

10.2 - Os recursos deverão ser interpostos até às 18 horas do primeiro dia útil posterior à publicação do ato em desfavor do qual quer o candidato recorrer.

10.3 - Os recursos deverão ser protocolados no Departamento de Recursos Humanos, no endereço mencionado neste Edital, de forma presencial não admitindo-se recursos por e-mail, WhatsApp, etc:

10.4 - Os recursos deverão ser motivados com argumentação clara, consistente e objetiva, podendo ser protocolados pessoalmente ou via procuração.

10.5 - Só serão analisados os requerimentos interpostos que preencherem todas as exigências do Edital e que forem entregues rigorosamente no prazo, findo o qual não serão aceitos.

10.6 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações.

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050

www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



10.7 - Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo para a função na qual se inscreveu, e identificação do presente processo (Edital de Chamada Pública nº 001/2021).

10.8 - Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

10.9 - Os recursos intempestivos e ilegíveis não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação, bem como os que forem considerados improcedentes pela **Comissão Permanente para Chamamento Público designada pela Portaria nº 393, de 28 de maio de 2021**, não serão providos.

10.10 - Recursos cujo teor despreze agentes públicos, à Administração, ou contenham palavras e/ou expressões de baixo calão, serão preliminarmente indeferidos.

10.11 - As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de publicação do site do Município (www.riodoscedros.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios, não serão enviadas respostas individuais aos candidatos.

10.12 - Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios, sua juntada é de responsabilidade do candidato.

10.13 - Não serão conhecidos recursos que dependam de instrução testemunhal, pericial ou outra, a qual deverá ser documentada e apresentada tempestivamente pelo candidato, às suas expensas, junto com as razões recursais.

10.14 - Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da classificação inicialmente obtida para classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, cumprido com as exigências do presente Edital.

10.15 - A decisão exarada nos recursos é irrecorrível na esfera administrativa.

10.16 - Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra o gabarito oficial definitivo.

XI – DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1 – O ato de inscrição importa no conhecimento das instruções e na aceitação total das condições desta chamada e do cadastro fixadas neste Edital e demais normas que o regulamentam.

11.2 - Será impedido de ingressar no serviço público municipal o candidato aprovado que por ocasião da posse exercer cargo, emprego ou função no serviço público federal, estadual ou

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050

www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



municipal, exceto nas hipóteses de acumulação previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais 19, de 04/06/1998, e 34, de 13/12/2001.

11.3 - O candidato deverá declarar no ato da contratação a existência ou não de outro vínculo de trabalho no serviço público federal, estadual ou municipal, identificando, se for o caso, o cargo, o emprego ou a função ocupada, o nome e esfera do órgão, bem como a carga horária correspondente.

11.4 - A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados pelo candidato, verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da sua admissão, acarretarão a nulidade da inscrição e a desclassificação dele do Cadastro no RH, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

11.5 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos, circunstância que será mencionada em errata, adendo ou aviso a ser publicado no site do Município (www.riodoscedros.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

11.6 - A classificação nesta Chamada Pública não assegura ao candidato o direito de contratação, sendo ciente de que o objetivo é a formação de cadastro reserva suplementar para futuras e eventuais contratações da Administração.

11.7 - A admissão é de competência da Municipalidade, dentro da validade da presente Chamada Pública, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

11.8 - É de responsabilidade do candidato acompanhar as chamadas e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos na através da Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros.

11.9 - O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes a presente Chamada Pública é de responsabilidade exclusiva do candidato.

11.10 Não serão prestadas informações por telefone relativas a número de inscritos por função ao resultado do Processo Seletivo e respostas de recursos. Informações que constam no edital não serão dadas via telefone, o candidato antes de inscrever-se deve ler atentamente o edital.

11.10 O candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma descrita neste edital.

11.11 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050

www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Rio dos Cedros, até que expire a validade da Chamada Pública, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

11.12 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Processo Seletivo, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

11.13 Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

11.14 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente para Chamamento Público designada pela **Portaria nº 393, de 28 de maio de 2021** os quais poderão solicitar apoio técnico ou jurídico quando necessário.

11.15 Para dirimir eventuais questões oriundas deste Chamamento fica eleito o Foro da Comarca de Timbó, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.16 Integram este Edital os seguintes Anexos:

- Anexo I - MODELO DE FICHA DE INSCRIÇÃO.
- Anexo II - DAS FUNÇÕES, DA CARGA HORÁRIA, DOS REQUISITOS, E DO VENCIMENTO.
- Anexo III – DECLARAÇÃO DE APTIDÃO PARA EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE FORMA PRESENCIAL.
- Anexo IV - Declaração de não ter sofrido penalidades que impeçam a contratação com o Poder Público.

Rio Dos Cedros, 10 de Junho de 2021.

MIRIA ELIETE SCHMID FLORIANI
Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social
de Rio dos Cedros

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

**ANEXO I****FICHA DE INSCRIÇÃO**

Nome Completo: _____

RG: _____ data de expedição: _____ órgão expedidor: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP.: _____

Telefone: _____ Celular: _____

E-mail: _____

Whatsapp: _____

Cargo Pleiteado: _____

Data: ____ / ____ /20____

ASSINATURA DO CANDIDATO



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050

www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



Anexo II
FUNÇÕES, VAGAS, CARGA HORÁRIA SEMANAL, SALÁRIO MENSAL E PRÉ-REQUISITOS

FUNÇÕES DO CARGO E ÁREAS	Cadastro Reserva	Carga Horária Semanal	VENCIMENTO	PRE-REQUISITOS
1. Agente Comunitário Saúde (Microárea 16) Rua Duque de Caxias a partir do cemitério: Rua Santo Antônio até a casa de Genor Dimas Carlini; Rua Vitório Pedron, Rua Ana Giovanella; Rua Horácio Giovanella; Rua Alexandre Mora; Rua Marcelo Alegri; RDC 080 até a casa de Claudio José Pedron.	Cadastro Reserva	40 horas	*R\$1.167,61	Ensino Fundamental Completo e residir no endereço da área de atuação desde a data de publicação do presente Edital de Chamada Pública (devendo manter estas condições – inclusive as demais necessárias a inscrição e exercício da função pública previstas neste edital e na legislação de regência - durante a vigência do contrato, sob pena de rescisão, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, civis e criminais cabíveis)

- O contratado ainda fará jus ao recebimento de abono no valor de R\$ 240,00 e complementação para atingimento do piso da categoria (valor do piso da categoria de R\$1.550,00), na forma da legislação de regência.
- Os valores poderão ser revisados e reajustados conforme a legislação.
- O exercício da função será presencial.

DESCRIPTIVO DAS FUNÇÕES

ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

Agente Comunitário De Saúde

Realizar mapeamento de sua área; Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050

www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC



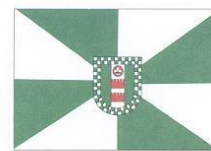
odontológico, quando necessário; Realizar ações e atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; Realizar, por meio da visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade de acordo com as necessidades definidas pela equipe no mínimo duas visitas mensais; Estar sempre bem informado e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; Promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; Traduzir para a Equipe de Saúde da Família a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe. Cabe ainda a responsabilidade de atender as necessidades do programa de agentes comunitários de saúde, criado pelo Ministério da Saúde, objetivando o atendimento preventivo na comunidade, entre outras atividades correlatas.



MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050
www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br
Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

**Anexo III – DECLARAÇÃO DE APTIDÃO PARA EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE
FORMA PRESENCIAL.****DECLARAÇÃO**

Eu, _____
devidamente qualificado abaixo, DECLARO, para os devidos fins, que:

() - ESTOU APTO a realização das funções **presenciais** para as quais fiz a inscrição no Edital de Chamada Pública nº 001/2021, vinculado ao Edital de Processo Seletivo Estratégia Saúde da Família nº 003/2017 e NÃO faço parte do grupo de Risco e que NÃO tenho comorbidades agravantes para COVID 19;

() - FAÇO parte do grupo de Risco e/ou possuo comorbidades ou agravantes da COVID 19, conforme indicado abaixo, mas fui devidamente Vacinado contra a COVID-19, estando APTO a realização das funções **presenciais** para as quais fiz a inscrição no Edital de Chamada Pública nº 01/2021, vinculado ao Edital de Processo Seletivo Estratégia Saúde da Família nº 003/2017.

Declaro, ainda, que estou ciente de que a inveracidade da informação contida neste documento, por mim firmado, constitui prática de infração, passível de punição na esfera cível, penal e/ou administrativa, na forma da lei.

Rio dos Cedros-SC, _____ de _____ de 2021.

Assinatura

Nome: _____

CPF: _____

Matrícula: _____

Cargo-Função: _____

Tem mais de sessenta anos? () Sim () Não

Tem doenças respiratórias? () Sim () Não

Tem diabetes? () Sim () Não

Sofre de alguma doença crônica? () Sim () Não

Quais: _____

Faz uso de imunossupressores? () Sim () Não Quais: _____

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - BRASIL

CNPJ 83.102.806/0001-18 - FONE/FAX: (47) 3386-1050

www.riodoscedros.sc.gov.br - E-mail: prefeitura@riodoscedros.sc.gov.br

Rua Nereu Ramos, 205 - 89121-000 - RIO DOS CEDROS - SC

**Anexo IV - Declaração de não ter sofrido penalidades que impeçam a contratação com o Poder Público****DECLARAÇÃO**

Eu, _____
devidamente qualificado abaixo, DECLARO, para os devidos fins, não de ter sofrido, tanto no exercício de função pública quanto em outras funções e atividades, penalidades disciplinares ou outras punições judiciais e administrativas que impeçam ou impossibilitem a contratação com o Poder Público.

Declaro, ainda, que estou ciente de que a inveracidade da informação contida neste documento, por mim firmado, constitui prática de infração, passível de punição na esfera cível, penal e/ou administrativa, na forma da lei.

Rio dos Cedros-SC, _____ de _____ de 2021.

Assinatura

Rio Negrinho

PREFEITURA

LEI Nº 3486 DE 1º DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092487

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 3459 DE 06 DE ABRIL DE 2021

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei nº 3459 de 06 de abril de 2021, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada de “ORÍDIA CASTILHO MACHADO”, a via que inicia na confluência da Travessa Pedro Belli na coordenada -26°14'325.68” e -49°30'261.63”, percorrendo 99 metros pelo eixo da via até a coordenada -26°14'15.99” e -49°30'261.36”, no loteamento Gabriel Ferreira Wishral, bairro Campo Lençol, município de Rio Negrinho”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
Rio Negrinho, 1º de junho de

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal

MARISTELA BRINIÁK – Secretária de Administração e Recursos Humanos

SÉRGIO IVAN PICCOLLI – Secretário de Educação

MARCELI KRUGER – Secretária de Assistência Social

GILSON LUIS KOLENEZ – Secretário de Desenvolvimento Econômico

LUIZ ALBERTO WIESE – Secretário de Finanças

VILSON VENSKE – Secretário de Infraestrutura

MÁRCIA TEREZINHA PSCHIEDT – Secretária de Planejamento e Meio Ambiente

RAFAEL SCHROEDER – Secretário de Saúde

IVO OLCY SOARES – Secretário de Ações Governamentais e Serviços Públicos

RONEI LOVEMBERGER - Secretário de Agricultura

MARCELO STREIT - Secretário de Habitação e Promoção Social

PORTARIA Nº 25335 DE 25 DE MAIO DE 2021

Publicação Nº 3092493

PRORROGA A READAPTAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
DA SERVIDORA QUE MENCIONA

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 2º do Decreto nº 9326, de 02 de abril de 2007, conforme o § 2º do art. 68 da Lei Complementar nº 59 de 14/12/2010, considerando o Laudo Médico nº 152/2021, do médico-perito do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Rio Negrinho – IPRERIO, o parecer jurídico nº 23/2021, conforme diagnóstico conclusivo, que recomenda readaptação funcional pelo período de 06 (seis) meses e o Ofício nº 264/2021, da Secretaria de Educação;

RESOLVE

PRORROGAR A READAPTAÇÃO em caráter temporário, nos termos da Lei Complementar nº 59/2010, à servidora MARILDA RIBAS MACHADO, matrícula nº 4245-5, ocupante do cargo de Professor I, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Direta Municipal, lotada no CMEI Mundo Encantado, do Departamento de Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação, sendo designada para exercer a função de recepcionista na Secretaria de Educação, percebendo a remuneração prevista em Lei, no período de 25/05/2021 a

24/11/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO,
EM 25 DE MAIO DE 2021.

MARISTELA BRINIAK – Secretária de Administração e Recursos Humanos

SÉRGIO IVAN PICCOLLI – Secretário de Educação

PORTARIA Nº 25337 DE 25 DE MAIO DE 2021

Publicação Nº 3092500

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE
À SERVIDORA QUE MENCIONA

A Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, de acordo com a delegação de competência conferida pelo art. 2º do Decreto nº 9326, de 02 de abril de 2007, conforme o art. 87 da Lei Complementar nº 59 de 14/12/2010, considerando o Laudo Médico da Junta Médica, designada pela Portaria nº 25296 de 06 de maio de 2021;

RESOLVE

CONCEDER nos termos da Lei Complementar nº 59/2010, licença para tratamento de saúde à servidora MERI JAQUELINE VARGAS CORREA, matrícula nº 9082-1, ocupante do cargo de Assessor de Docência, lotada no CMEI Clara Luz, do Departamento de Educação Infantil, da Secretaria Municipal de Educação, percebendo a remuneração prevista em Lei, no período de 10/05/2021 a 30/06/2021.

MARISTELA BRINIAK – Secretária de Administração e Recursos Humanos

SERGIO IVAN PICCOLLI – Secretário de Educação

Rodeio

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 38/2021

Publicação Nº 3095915

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DBC2D5081088EBC3A79D40F512935FEA0303F8A4

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio – Extrato de ata de registro de preço - Modalidade: Pregão Presencial - Registro de Preço 21/2021, Processo 27/2021. Órgão gerenciador: município de Rodeio - SC. Vigência: até 14/06/2022. Objeto: registro de preço para aquisição parcelada de meio fio de concreto e bloco de concreto intertravado para execução de obras e consertos nas estradas e ruas do município. Ata de registro de preço 38/2021 - Indaial Paver Fábrica de Artefatos de Cimento Eireli, Valor estimado: R\$ 150.348,00. Rodeio 14 de junho de 2021. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGAO PRESENCIAL 21/2021

Publicação Nº 3095898

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) DBC2D5081088EBC3A79D40F512935FEA0303F8A4

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo 27/2021 – pregão presencial 21/2021. Objeto: registro de preço para aquisição parcelada de meio fio de concreto e bloco de concreto intertravado para execução de obras e consertos nas estradas e ruas do município. Considerando a regularidade do procedimento, com base no inc. VI, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, Homologar e Adjudicar os itens do objeto licitado a empresa Indaial Paver Fábrica de Artefatos de Cimento Eireli. Rodeio 11 de junho de 2021. Valcir Ferrari - Prefeito Municipal.

Santa Cecília

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 2.133, DE 09 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092957

LEI MUNICIPAL Nº 2.133, DE 09 DE JUNHO DE 2021

“INSTITUI COMO ATIVIDADE ESSENCIAL AS ACADEMIAS DE ESPORTE, ESCOLAS DE DANÇA, PRÁTICAS DE FUTEBOL E MODALIDADES NOS DEMAIS ESTABELECIMENTOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DE PRÁTICAS DE ATIVIDADE FÍSICA NO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam reconhecidas no Município de Santa Cecília-SC, e instituídas como Atividade Essencial, as academias de esporte de todas as modalidades, as escolas de dança, escolas e práticas de futebol nas suas diferentes versões, quaisquer modalidades nos demais estabelecimentos de prestação de serviços de educação física e de prática de qualquer atividade física supervisionada por profissionais autônomos, em espaços públicos e privados, eu sejam praticadas em academias, estúdios, escolas, quadras, campos, pistas e ginásios, desde que neles ocorra a realização de atividade física supervisionada por profissional capacitado.

Parágrafo Único: Ficam estabelecidas como atividades essenciais à saúde, no Município de Santa Cecília-SC e são alcançados por esta lei, mesmo em período de calamidade pública, as seguintes atividades:

I – musculação, ginástica, pilates e práticas esportivas correlatas;

II – natação, hidroginástica, artes marciais, dança e afins;

III – atividades coletivas supervisionadas, tais como, escolas de futsal, futebol, vôlei, handebol, basquete;

IV – demais atividades realizadas em ambientes públicos, de prestação de serviços e de prática da atividade físicas supervisionadas por profissionais capacitados, em espaços públicos e privados que sejam desenvolvidas modalidades esportivas.

LEI MUNICIPAL Nº 2.133, DE 09 DE JUNHO DE 2021

FL. 02

Art. 2º. Poderá ser realizada a limitação do número de pessoas nas atividades de que trata esta lei, além de adotadas medidas de contenção sanitária, objetivando impedir a propagação de doenças de acordo com a gravidade da situação e desde que por decisão devidamente fundamentada em normas sanitárias e de segurança pública, a qual indicará extensão, motivos e critérios técnicos e científicos embasadores das restrições que eventualmente venham a ser apresentadas.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 09 de Junho de 2021.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada na data de 09 de Junho de 2021.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 2.134, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093027

LEI MUNICIPAL Nº 2.134, DE 10 DE JUNHO DE 2021

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal do Idoso – FMI, do Município de Santa Cecília, o qual será vinculado, administrado e gerido pela

Secretaria Municipal de Assistência Social, cujo órgão será o responsável pelo Plano de Aplicação dos recursos do FMI, sob orientação, controle e fiscalização do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 2º. O Fundo Municipal do Idoso, tem por finalidade apoiar financeiramente os programas, projetos, serviços e as ações das entidades e instituições juridicamente organizadas e inscritas no Conselho Municipal do Idoso, voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso, assim como o estudo, a pesquisa e garantia dos direitos prescritos na legislação própria.

Art. 3º. Os recursos do Fundo Municipal do Idoso, somente serão aplicados e utilizados sob controle e deliberação do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 4º. Os saldos financeiros do Fundo Municipal do Idoso, constantes do balanço geral anual, serão transferidos para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 5º. Constituem recursos do Fundo Municipal do Idoso:

I - dotação prevista e consignada anualmente no orçamento do Município e verbas adicionais que a Lei estabelecer no decurso de cada exercício financeiro;

II - doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais;

III - incentivos governamentais que venham a ser fixados em Lei;

LEI MUNICIPAL Nº 2.134, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Fl. 02

IV - produto das aplicações dos recursos disponíveis e das vendas de materiais, publicações e eventos realizados;

V - transferências do Fundo Nacional e Estadual de Assistência Social (FMAS) e/ou do Fundo Nacional e Estadual do Idoso, realizadas na forma da lei;

VI - doações de pessoas físicas e jurídicas em conformidade com a Lei Federal nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, que autoriza a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas nas doações efetuadas aos Fundos Estaduais e altera o art. 12, inciso I, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Art. 6º. Os recursos do Fundo Municipal do Idoso destinam-se a:

I - despesas com projetos, programas e serviços voltados para a promoção, proteção e defesa do idoso, especialmente aqueles em que o Estado constitucionalmente se obriga à cooperação com organizações não-governamentais;

II - despesas com programas de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos;

III - subvenção social para entidades ou instituições inscritas no Conselho Municipal do Idoso;

IV - aquisição de material permanente e de consumo, necessários ao desenvolvimento dos programas mencionados no Inciso I, ou para estrutura e funcionamento do Conselho Municipal do Idoso.

Parágrafo Único - Os recursos do Fundo Municipal do Idoso somente serão utilizados ou aplicados em programas, projetos, serviços e ações voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso, ficando vedada a sua utilização para outras finalidades.

Art. 7º. Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, a qual o Conselho Municipal do Idoso encontra-se vinculado:

I - realizar os repasses financeiros do Fundo, observando o disposto no art. 2º desta Lei, seu controle e contabilização, segundo programas de distribuição e consignações previamente aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso;

LEI MUNICIPAL Nº 2.134, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Fl. 03

II - captar recursos para o Fundo Municipal do Idoso;

III - assessorar o Conselho Municipal do Idoso na elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte e encaminhar para apreciação e aprovação pelo referido Conselho;

IV - movimentar os recursos do Fundo Municipal do Idoso, obedecidas as normas dos demais órgãos municipais;

V - prestar contas da movimentação financeira do Fundo Municipal do Idoso ao Conselho Municipal do Idoso, anualmente ou quando lhe for solicitado;

VI - submeter à apreciação e aprovação do Conselho Municipal do Idoso os atos normativos que se refiram à aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Idoso;

VII - proporcionar suporte de pessoal técnico para execução do Fundo Municipal do Idoso e a contabilização necessária; e

VIII - comunicar ao Conselho Municipal do Idoso toda e qualquer irregularidade detectada na utilização dos recursos repassados à entidades ou programas conveniados ou subvencionados pelo Fundo Municipal do Idoso.

Art. 8º. As deliberações do Conselho Municipal Idoso sobre as aplicações de recursos do Fundo Municipal do Idoso e a sua destinação às entidades públicas e privadas serão adotadas mediante Resoluções devidamente publicadas, objetivando:

I - fixar os critérios de distribuição e aplicação do Fundo Municipal do Idoso;

II - autorizar os repasses previstos no plano de aplicação do Fundo Municipal do Idoso, de acordo com a proposta orçamentária anual e plano plurianual;

III - estabelecer os mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações previstas no plano de aplicação, em conformidade com a política de atendimento ao idoso;

IV - examinar e aprovar as contas do Fundo;

LEI MUNICIPAL Nº 2.134, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Fl. 04

V - designar membros do Conselho Municipal do Idoso para acompanhar e fiscalizar a prática de atos concernentes às atividades operacionais do Fundo; e

VI - liberar sobre a liberação de recursos para Entidades e Programas comprovadamente inscritas no Conselho Municipal do Idoso.

Art. 9º. Os recursos financeiros para cobertura dos convênios, contratos e subvenções, aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso serão liberados após assinatura e publicação de extrato.

Parágrafo Único - As dívidas das entidades para com órgãos públicos ou concessionários de serviços públicos não são limitantes para recebimento de recursos destinados aos idosos em situação de vulnerabilidade pessoal.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 10 de Junho de 2021

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada na data de 10 de Junho de 2021.

ELIANI TERESINHA DUFFECK
Secretária de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 2.136, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093062

LEI MUNICIPAL Nº 2.136, DE 10 DE JUNHO DE 2021

"AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL NO ORÇAMENTO E ALTERA O PLANO PLURIANUAL PPA-2018/2021, ACRESCENTANDO UM NOVO PROJETO ATIVIDADE NO ANEXO DE PRIORIDADES E METAS DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2021; DENOMINADO INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE USINA GERADORA DE OXIGÊNIO NA ENTIDADE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CECÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescentado no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Santa Cecília, o Projeto Atividade denominado: Instalação e Montagem de Usina Geradora de Oxigênio, e seus elementos de despesa com as especificações abaixo discriminadas, e abre Crédito Suplementar Especial, no valor de R\$ 375.000,00 (Trezentos e Setenta e cinco mil reais), para o exercício de 2021 conforme abaixo especificado:

Órgão – 10.001– Fundo Municipal de Saúde
Unidade –100.01- Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ 1.060– Instalação e montagem de Usina Geradora de Oxigênio

Funcional: 10.0028.302.1.060

4.4.90.00.00.00.00.00.03020002 R\$ 375.000,00

Art. 2º. Para suporte do crédito que se trata o Artigo 1º deste projeto de lei, superávit financeiro do exercício anterior na fonte de recursos especificada acima.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 10 de Junho de 2021.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada na data de 10 de Junho de 2021.

ELIANI TERESINHA DUFFECK

Secretária de Administração

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 015/2021

Publicação N° 3093702

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 4AE6403D9D03CCB42F172D05D314431B44F24140

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N° 034/2021
PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra de pedreiro e servente de pedreiro para execução de trabalhos em alvenaria, concreto e outros materiais, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br, site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 13h30min do dia 28/06/2021.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 13h30min do dia 28/06/2021.

Santa Cecília, 11 de junho de 2021.

Alessandra Aparecida Garcia
Prefeita Municipal

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 124/2020

Publicação Nº 3093731

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 592754C67E44D6991527CE3BF4BB48089D58F19D

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA****QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 124/2020**

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. **ALESSANDRA APARECIDA GARCIA**, brasileira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CONSTRUTORA BRANGER LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.146.893/0001-52, com sede na Rua Jorge Neves Vieira, nº 125, Bairro São Luiz, na cidade de Lages-SC, neste ato por seu representante legal, Sr. **DIEFERSON BRANGER**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 48599557 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 008.974.499-32, com endereço profissional na Rua Jorge Neves Vieira, nº 125, Bairro São Luiz, na cidade de Lages-SC, de ora em diante simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 124/2020, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 124/2020, para até a data de 06/08/2021, tendo em vista as justificativas apresentadas pela CONTRATADA e em observância ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DO TERMO ADITIVO – As demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 124/2020, não dispendo de forma contrária ao presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 11 de junho de 2021.

ALESSANDRA
APARECIDA
GARCIA:84809485900

Assinado de forma digital por
ALESSANDRA APARECIDA
GARCIA:84809485900
Dados: 2021.06.11 15:35:18
+03'00'

MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA
Contratante

CONSTRUTORA BRANGER LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

Rua João Goetten Sobrinho, 555 - Centro - Santa Cecília - SC - Fone (49) 3244-2032

1 de 1

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 099/2020

Publicação Nº 3093763

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 862CFF9889487059C0F1BD3F11917B4BD05C8AA1

*Estado de Santa Catarina***MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA****SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 099/2020**

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. **ALESSANDRA APARECIDA GARCIA**, brasileira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CONSTRUTORA BRANGER LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.146.893/0001-52, com sede na Rua Jorge Neves Vieira, nº 125, Bairro São Luiz, na cidade de Lages-SC, neste ato por seu representante legal, Sr. **DIEFERSON BRANGER**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 48599557 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 008.974.499-32, com endereço profissional na Rua Jorge Neves Vieira, nº 125, Bairro São Luiz, na cidade de Lages-SC, de ora em diante simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 099/2020, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 099/2020, para até a data de 31/07/2021, tendo em vista as justificativas apresentadas pela CONTRATADA e em observância ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA DO TERMO ADITIVO – As demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 099/2020, não dispendo de forma contrária ao presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 11 de junho de 2021.

ALESSANDRA
APARECIDA
GARCIA:84809485900
Assinado de forma digital por
ALESSANDRA APARECIDA
GARCIA:84809485900
Dados: 2021.06.11 15:41:43
+03'00'

MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA
Contratante

CONSTRUTORA BRANGER LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

Rua João Goetten Sobrinho, 555 - Centro - Santa Cecília - SC - Fone (49) 3244-2032

1 de 1

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 49/2021 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 12/2021

Publicação N° 3094599

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BAE5E918E9EF3E6B024CF1B4FD0F6A7C2A31360E

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 49/2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 12/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para acompanhamento, elaboração de laudos, exames médicos e aplicação de demais programas relacionados a medicina, saúde e segurança no trabalho aos servidores públicos municipais do Município de Santa Helena - SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, art. 75, II.

CONTRATADO: CLINICA DE SAÚDE OCUPACIONAL DELANOY LTDA ME.

VALOR: R\$ 17.490,00 (dezesete mil quatrocentos e noventa reais).

AUTORIZAÇÃO: em 11/06/2021, por Marcelo Campagnaro, Secretário de Administração

RATIFICAÇÃO: em 11/06/2021, por Blasio Ivo Hickmann, Prefeito Municipal.

Santa Helena (SC), 11 de junho de 2021.

BLASIO IVO HICKMANN

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N° 0197/2021

Publicação N° 3092748

PORTARIA N° 0197/2021

RECONHECE ATESTADO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE VEREADOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner Luiz Giordano
Vereador

PORTARIA N° 0198/2021

Publicação N° 3092756

PORTARIA N° 0198/2021

RECONHECE A CERTIDÃO DE ÓBITO APRESENTADO PELO SERVIDOR(A), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 056 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092587

DECRETO Nº 056 DE 10 DE JUNHO DE 2021.

Declara em situação anormal, caracterizada como "Situação de Emergência", nas áreas do Município de Santa Rosa do Sul/SC afetadas por ENXURRADAS, CAUSADAS POR CHUVA PERCISTENTE E TEMPORAIS (COBRADE 1.2.2.0.0), conforme IN/MI nº 02/2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Dr. Almides Roberg Silva da Rosa, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 52, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012;

CONSIDERANDO que o Município de Santa Rosa do Sul, foi acometido pelo desastre natural Enxurrada, causado por chuvas persistentes de intensidade moderada e forte com registro de acúmulo na região de 135 mm em 24 horas, atingindo todos os bairros da cidade, inclusive localidades no interior, no dia 08 e 09 de junho de 2021;

CONSIDERANDO que em decorrência deste desastre, concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade resultando danos humanos e perdas consideráveis na agricultura e pecuária;

CONSIDERANDO que em decorrência desse evento houve sérios danos em prédios públicos, indústrias, residências, galpões, pontes e pontilhões;

CONSIDERANDO que como consequência desta enxurrada, resultaram principalmente os prejuízos econômicos e sociais constantes na FIDE (Formulário de informações de desastres);

CONSIDERANDO o parecer técnico da Assistência Social do Município;

CONSIDERANDO o Relatório de Estimativa de Perdas levantadas pela Secretaria Municipal de Obras e do SAMAE e

CONSIDERANDO que a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil é favorável a declaração Situação de Emergência,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do Município de Santa Rosa do Sul, com informações contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Enxurrada - COBRADE 1.2.2.0.0, conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, permitindo acesso as entidades federais e estaduais na busca de recursos para minimizar os prejuízos ocorridos, sob a coordenação do Coordenador da Defesa Civil Municipal,

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do art. 5º da Constituição Federal autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - Adentrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Com base no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10 de junho de 2021.

Almides Roberg Silva da Rosa

Prefeito Municipal

RGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer
Diretor Administração

LEI Nº 1188 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092597

LEI Nº 1185 DE 07 DE JUNHO DE 2021.

Dá denominação a Rua que especifica e dá outras providências.

ALMIDES ROBERG SILVA DA ROSA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos habitantes do Município que o Plenário aprovou e, ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Rua que especifica, atual Rua "F", localizada no Loteamento Parque Rosita entre as quadras de nº 13 e 15, denominar-se-á doravante de "Agnaldo Goulart Pereira".

Parágrafo único. A Rua mencionada neste artigo inicia no eixo da Avenida 4 de Janeiro, com declinação de 45º (quarenta e cinco graus) S/W (Sul/ Oeste), e se estende até onde se prolongar futuramente.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta de dotação própria do orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 07 de junho de 2021.

Almides Roberg Silva da Rosa
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer
Diretor de Administração

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO 122/2021

Publicação Nº 3092475

DECRETO Nº 122/2021

DISPÕE SOBRE ANÁLISE E JULGAMENTO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANITÁRIOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo, e especialmente aquelas de conformidade com o Art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e conforme os artigos 62 e 71 da Lei estadual nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º. O processo Administrativo Sanitário – PAS no âmbito do Município de Santa Terezinha do Progresso- SC terá rito disciplinado conforme as determinações da Lei estadual nº 6.320, de 1983.

Art. 2º. Para análise e julgamento do PAS ficam nomeados os seguintes membros:

I - 1ª Autoridade Julgadora:

- Titular: Secretário Municipal de Saúde.
- Suplente: Diretor de Saúde.

II – Autoridade responsável pelo Auto de Imposição de Penalidade:

- Titular: Secretário Municipal de Saúde.
- Suplente: Secretário Municipal de Gestão e Desenvolvimento Econômico.

III – 2ª Autoridade Julgadora:

- Composta por Comissão de Análise e Julgamento de Processos Administrativos Sanitários:

- a) Presidente: Fiscal de Tributos.
- b) Secretário: Assessor de Planejamento.
- c) Membro: Assessor Jurídico.

IV – 3ª Autoridade Julgadora:

- Titular: Prefeito Municipal.
- Suplente: Vice-Prefeito Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 11 de junho de 2021.

MARCIA DETOFOL

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA 149/2021

Publicação Nº 3092479

PORTARIA Nº 149/2021

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO EXCEPCIONAL DE SERVIDOR PARA REPONDER PELA CONTABILIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Designada a Servidora DEBORA BECKER BADIA, matrícula nº 13095/03 ocupante do cargo de Gerente de Administração, lotada na Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico, para responder cumulativamente pela contabilidade, enquanto perdurar as férias da Contadora.

Art. 2º. A remuneração a ser percebida pela Servidora permanecerá aquela fixada em Lei para o cargo de Gerente Administrativo, sem acumulação de subsídio pelo cargo de Contador.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Terezinha do Progresso/SC, em 11 de junho de 2021.

MARCIA DETOFOL

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra:

PP 34/2021

Publicação Nº 3093727

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5A0D20A27476EA4D536F69CDDFFB9619B5D5294D

ESTADO DE SANTA CATARNA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Aviso de Licitação

O Município de Santa Terezinha do Progresso – SC, torna público aos interessados que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 34/2021 – decorrente do PROCESSO 55/2021.

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA MECÂNICA (HORA/HOMEM) COM DIAGNÓSTICO SCANNERS (SE NECESSÁRIO) SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS NECESSÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO OU REVISÃO GERAL DE TODA FROTA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC

Disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 08:00MIN DO DIA 25 DE JUNHO DE 2021, no Setor de Licitações deste Município, sito a Avenida Tancredo Neves, 337, Centro do município de Santa Terezinha do Progresso - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08:15MIN DO DIA 25 DE JUNHO DE 2021, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3657-0223, ou diretamente no Setor Administrativo sito AV. Tancredo Neves nº 337, Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de junho de 2021. Marcia Detofol - Prefeita Municipal.

Santiago do Sul

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº.1021/2021 – 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092555

Dispõe sobre a alteração do PPA 2018/2021 - Lei Municipal N.868/2017, com as alterações das Leis 882/2017, 903/2018, 933/2019, 936/2019, 956/2019 e 1002/2020 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à alteração do anexo II que demonstra os Programas, Ações, Metas Físicas e Financeiras do Plano Plurianual 2018/2021, aprovado pela Lei Municipal N.868/2017, com as alterações das Leis 882/2017, 903/2018, 933/2019, 936/2019, 956/2019 e 1002/2020, alterando no Programa 0007 – Toda a Criança na Escola na Função: 12 – Educação, Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental incluindo a Meta Física de Aquisições de Imóveis para o ano de 2021, que passará a vigorar com atualização das receitas e despesas, ações, produtos, metas físicas e financeiras.

Art. 2º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de Crédito Especial no Orçamento da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinando a suprir o seguinte projeto/atividade e respectivo detalhamento / modalidade de aplicação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão		SEC. MUNIC. EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	04.00
Unidade		Sec. Munic. Educação, Cultura e Esportes	04.01
Função		Educação	12
Sub-função		Ensino Fundamental	361
Programa		Toda Criança Na Escola	0007
Atividade		AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS	1062
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
()	Aplicação Direta – 4.5.90	0.3.89 – Alienação de Bens destinados à outros Programas	64.279,73
()	Aplicação Direta – 4.5.90	03.36 – Salário Educação	85.720,27
Valor Total R\$:			150.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.89 – Alienação de Bens destinados à outros Programas no valor de R\$ 64.279,73 (Sessenta e quatro mil duzentos e setenta e nove reais e setenta e três centavos), e da fonte de Recursos 03.36 – Recursos Salário Educação/Exercícios Anteriores no valor de R\$ 85.720,27 (Oitenta e cinco mil setecentos e vinte reais e vinte e sete centavos).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 11 de junho de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
Prefeito Municipal
Registrada e publicada em data supra.

Edivan Mattiello
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

LEI MUNICIPAL Nº.1022/2021 – 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092557

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal nº. 1.011/2020, de 10 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 254.000,00 (Duzentos e cinquenta e quatro mil reais), conforme discriminação

abaixo:

Órgão: 05.00 - SEC. MUNIC. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Munic. Habitação de Interesse Social

Função: 16 – Habitação

Sub-Função: 482 – Habitação Urbana

Programa: 0019 – Habitações Urbanas

Ação: 1022 - AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS

Atividade: 1022 – AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS

Natureza de Despesa: 4590 – D.R.O.3.00 – Aplicações Diretas (214) R\$ 164.000,00

Órgão: 05.00 - SEC. MUNIC.DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 05.04 – Fundo Munic. Habitação de Interesse Social

Função: 16 – Habitação

Sub-Função: 482 – Habitação Urbana

Programa: 0019 – Habitações Urbanas

Ação: 1022 - AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS

Atividade: 1022 – AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS

Natureza de Despesa: 4590 – D.R.O.1.00 – Aplicações Diretas (122) R\$ 90.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários/Exercícios Anteriores e, da anulação de dotação do orçamento municipal vigente, conforme discriminação a seguir:

Órgão: 03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 03.01 – Secretaria Municipal de Adm. e Finanças

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0004 – Administração Geral

Ação: 2008 - FESTIVIDADES COMEMORAÇÃO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO

Atividade: 2008 – FESTIVIDADES COMEMORAÇÃO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO

Natureza de Despesa: 3390 – D.R.O.1.00 – Aplicações Diretas (22) R\$ 90.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 11 de junho de 2021.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Edivan Mattiello

Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

09-2021 - DISPENSA

Publicação Nº 3092941

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) E5FA056EA66F2366A9A7905740D0FEB1EEA1BB41

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2021

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS MÉDICOS, PARA ATENDER A DEMANDA DECORRENTE DA INFECÇÃO DA COVID-19

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou em 11 de março de 2020 a elevação do estado da contaminação para pandemia em mais de 115 países do COVID-2019, que infelizmente é uma doença que assolou o mundo e têm desencadeado números assustadores de infectados e de falecimentos;

CONSIDERANDO que o COVID-2019 causa doença respiratória em quadro que pode variar de leve a moderado, semelhante a uma gripe, mas que alguns casos podem ser mais graves, como a ocorrência de síndrome respiratória aguda grave e complicações e, em casos extremos, pode levar a óbito;

CONSIDERANDO que a rede municipal de saúde deve implementar planos de contingência a partir dos protocolos orientados pelo Ministério da Saúde e pela OMS, devendo estar preparada para prevenir a infecção e ao mesmo tempo para receber eventualmente os casos graves da doença, necessitando da contratação de serviços e compra de material e insumos em caráter emergencial;

CONSIDERANDO que o art. 37 da Constituição Federal de 1988, inciso XXI, admite a contratação de obras, serviços, compras e alienações com ressalvas em casos especificados na legislação;

CONSIDERANDO que em situações que demandam uma ação rápida e eficaz por parte da administração pública, a Lei nº 8.666/1993 permite ao gestor a contratação direta de bens e serviços sem a necessidade de prévio procedimento licitatório (artigo 24, inciso IV);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 que dispôs sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, bem como a Medida Provisória nº 926/2020, que altera a Lei Federal nº 13.979/2020, dispondo sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 515/2020, alterado pelo Decreto nº 525/2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, para prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 6.773/2020, que declara situação de Emergência em todo o território do município de Santo Amaro da Imperatriz, para prevenção à COVID-19;

CONSIDERANDO, ainda, que o Município de Santo Amaro da Imperatriz enfrenta uma situação anormal e excepcional que merece por óbvio tratamento diferenciado para a contratação de profissionais, materiais e insumos para o tratamento e a adoção de medidas profiláticas para a prevenção da COVID-19,

CONSIDERANDO, que o Setor Jurídico deu parecer jurídico favorável para tal contratação;

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Santo Amaro da Imperatriz, através do seu gestor, responsável pelas compras e serviços da Secretaria Municipal da Saúde, através da requisição de compras nº 161/2021 para contratação emergencial da pessoa jurídica para atendimento clínico para atuar como Centro de Triagem do COVID-19, no âmbito do Município de Santo Amaro da Imperatriz; com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93 e no art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, resolve dar PARECER FAVORÁVEL A DISPENSA DE LICITAÇÃO, para a contratação emergencial, imediata e temporária de pessoa jurídica para atendimento clínico para atuar como Centro de Triagem do COVID-19, com equipe médica 12h diárias, mediante o Processo Licitatório nº 09/2021 - Dispensa, diretamente da empresa ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRAÇÃO E ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, pelo valor mensal de R\$ 101.333,00 (cento e um mil, trezentos e trinta e três reais), conforme contrato a ser firmado.

Registra-se que em decorrência do aumento da demanda de atendimento, cuja equipe ordinária do Município não dispõe de condições para atender, até mesmo porquanto alguns profissionais tiveram que ser dispensados por estarem no grupo de risco da COVID-19, entendeu-se necessária a contratação dessa entidade para atender especificamente os pacientes com suspeita ou infectados com a COVID-19.

Face a isto, o Município tem adotado todas as medidas necessárias para avaliar os profissionais disponíveis, bem como o preço praticado, neste caso para averiguar se o valor praticado está dentro do preço de mercado ou não.

No presente caso, considerando que o valor praticado pela entidade supracitada se encontra dentro do valor de mercado, entende-se por justificável a sua contratação para o atendimento dos pacientes com suspeita ou infectados com a COVID-19, que deverá se dar nos prazos e condições estipulados pelo Município, para o atendimento emergencial de sua demanda.

Assim, dada a situação adversa ocasionada pela pandemia da COVID-19, que sem dúvidas configura emergência, presente está o nexo de causalidade entre a contratação e a situação de emergência, bem como a razoabilidade dos preços praticados.

Santo Amaro da Imperatriz, em 10 de junho de 2021.

DIONÍSIO CÉZAR MEDEIROS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

E5FA056EA66F2366A9A7905740D0FEB1EEA1BB41

DECRETO 7.263-2021-POSTERGA FERIADO

Publicação Nº 3092813

DECRETO Nº 7.263, 10 DE JUNHO DE 2.021.

POSTERGA FERIADO QUE ESPECIFICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 59, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Santo Amaro da Imperatriz,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.078, de 04 de janeiro de 2021, que aprova o calendário de feriados e pontos facultativos para o ano de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade adotar as medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19), mas, ao mesmo tempo, a necessidade de implementar medidas econômicas no âmbito do Município, a fim de não somente salvar o interesse público, mas a saúde financeira de todos aqueles que geram emprego e renda;

DECRETA:

Art. 1º O Feriado Municipal do dia 10/07/2021 (Emancipação Política), fica postergado para o dia 11/07/2021 (domingo).

Art. 2º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santo Amaro da Imperatriz - SC, 10 de junho de 2.021.

RICARDO LAURO DA COSTA
Prefeito Municipal

09/2021

Publicação Nº 3092948

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 37EEE6729779209ADCE9E21785A0B670520B2405

Página: 1 / 1

 ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL SAÚDE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ CNPJ: 02.307.876/0001-00 Telefone: (48) 3245-4300 Endereço: Rua Tereza Cristina, 306 - Centro CEP: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 9/2021
	Processo Adm.: 9/2021 Data do Processo: 10/06/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 9/2021
b) **Nr. Licitação:** 9/2021 - DL
c) **Modalidade:** Dispensa de licitação
d) **Data de Homologação:** 10/06/2021
e) **Objeto da Licitação:** *Contratação de empresa especializada em atendimento clínico com médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem para atuar como Centro de Triagem Covid-19.*

Participante: ASSOCIACAO CHC DE ADMINISTRACAO E ASSISTENCIA HOSPITALAR

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	contratação de empresa especializada em atendimento clínico	3,000	MES	101.333,00	303.999,00
Total do Participante:					303.999,00
Total Geral:					303.999,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - MAC	12.001.10.302.0004.2041.3.3.90.00.00	R\$ 303.999,00

10/06/2021

Santo Amaro da Imperatriz,

.....
DIONISIO CEZAR MEDEIROS

68/2021 - CONTRATO

Publicação Nº 3092979

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0B4DEEB324AD83909A08E0958A155A9266469483

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO****CONTRATO Nº 68, de 11 de junho de 2021.****QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A
ASSOCIAÇÃO CHC DE ADMINISTRAÇÃO E ASSISTÊNCIA
HOSPITALAR**

O Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, situada à Praça Governador Ivo Silveira, nº 306, Centro – Santo Amaro da Imperatriz – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.307.876/0001-00, situada à Rua Teresa Cristina, 181, Centro – Santo Amaro da Imperatriz – SC, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado, por seu Gestor, sr. Dionísio César Medeiros, portador do RG nº 2069877 - SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 767.449.579-53, e a Associação CHC de Administração e Assistência Hospitalar, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.041.334/0001-83, com sede a Rua 901, nº 431, sala 804, Centro, Balneário Camboriú/SC, neste ato representado por seu diretor geral Luis Fernando Pires, brasileiro, casado, médico, portador do CPF nº 326.087.978-14, residente e domiciliado à Rua Bruno Silva, 179, apto 702, Bairro Pioneiros, na cidade de Balneário Camboriú/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, resolvem firmar o presente contrato, decorrente do Edital de Dispensa nº 09/2021, cujo Edital fica fazendo parte integrante deste, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação emergencial, imediata e temporária de empresa especializada em atendimento clínico, com médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliar de serviços gerais e um administrativo, para atuar como Centro de Triagem COVID-19.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato será regido na íntegra pela Constituição Federal, art. 199; Lei 8.080/90, arts. 24 e seguintes; Lei nº 13.979/20 e Lei 8.666/93 e alterações e demais normas da legislação vigente aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Serviço descrito no objeto será executado no valor de R\$ 101.333,00 (cento e um mil, trezentos e trinta e três reais) mensais, pelo período de 03 meses.

A despesa decorrente deste contrato correrá por conta do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Santo Amaro da Imperatriz:

1201.2041. 3390-3950 (15)

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES, DO LOCAL E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços deverá ocorrer nas dependências do CATI, em caráter excepcional e temporário, para o acolhimento e atendimento de usuários com queixas relacionadas aos sintomas de Covi-19, com equipe de 2 médicos, 2 enfermeiros, 6 técnicos de enfermagem, 1 auxiliar de serviços gerais e 1 administrativo pelo período de 08:00 às 20:00 hs;

1. Identificar precocemente os casos suspeitos de infecção pelo Sars-COV-2, por meio da qualificação do processo de acolhimento com classificação de risco, visando a identificação da necessidade de tratamento imediato em sala específica para tal atividade;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

2. Realizar atendimento presencial para os casos que necessitem, utilizando método fasttrack de atendimento, para:
 - a) identificação tempestiva da necessidade de tratamento imediato;
 - b) estabelecimento do potencial de risco, presença de agravos à saúde ou grau de sofrimento;
 - c) estabilização e encaminhamentos necessários, seguindo os protocolos relacionados ao Sars-CoV-2, publicados no endereço eletrônico do Ministério da Saúde;
3. Realizar a testagem da população de risco, considerando os públicos alvo e respectivas indicações do Ministério da Saúde;
4. Notificar adequadamente os casos conforme protocolos do Ministério da Saúde e atuar em parceria com a equipe de vigilância local;
5. Orientar a população sobre as medidas a serem adotadas durante o isolamento domiciliar e sobre medidas de prevenção comunitária;
6. Articular com os demais níveis de atenção à saúde fluxos de referência e contrarreferência considerando o disposto nos planos de contingência de cada ente federativo;
7. Funcionar em locais de fácil acesso à população e possuir espaço físico mínimo exigido para os centros de atendimento ao enfrentamento, resguardadas as diretrizes básicas de biossegurança e privacidade necessárias a cada tipo de atendimento ofertado;
8. Atuar de modo complementar às equipes que atuam na Atenção Primária à Saúde, compartilhando o cuidado das pessoas assistidas pelas equipes e prestando assistência àquelas que apresentarem síndrome gripal;
9. Enviar informações aos sistemas de Informação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através da apresentação da Nota Fiscal, em reais, devidamente conferida e aceita pela CONTRATANTE, com apresentação do Relatório de Atendimentos, mediante depósito em conta bancária, correspondente aos serviços efetivamente prestados.

Parágrafo Único: A Nota Fiscal será emitida com o valor correspondente ao relatório de crítica emitido mensalmente pela CONTRATANTE, utilizando-se o Sistema SIA/SUS.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, sem prejuízo daquelas previstas no art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93:

- a) pelo atraso injustificado no fornecimento dos serviços, ficará a CONTRATADA sujeita a multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, do valor da obrigação, se o atraso for até 30(trinta) dias. Excedido este prazo, a multa será em dobro;
- b) pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, II e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos serviços não prestados;
- c) as multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;
- d) multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida;
- e) aplicadas as multas, a CONTRATANTE descontará do primeiro pagamento que fizer à CONTRATADA, após a sua imposição.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUSPENSÃO POR INTERESSE DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, suspender a prestação dos serviços, ou de parte deles, desde que notifique por escrito à CONTRATADA, conforme preceitua a Lei n.º 8.666/93 em seu artigo 78, inciso XIV.

CLÁUSULA OITAVA - GESTOR DO CONTRATO

A CONTRATANTE designa a Comissão de Contratualização dos Serviços de Saúde de Santo Amaro da Imperatriz, por intermédio do gestor Dionísio César Medeiros, para atuar como fiscal responsável pela execução do presente contrato, conforme determina o artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O prazo do contrato terá vigência a partir de 11/06/2021 e término em 10/09/2021.

Parágrafo Único: Este contrato poderá, a qualquer tempo, ser alterado e ou, mediante assinatura de Termo Aditivo, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo deverá ser publicado, no diário Oficial dos Municípios e sítio eletrônico do Município de Santo Amaro da Imperatriz.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado, exceto em seu objeto, nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, através de Termos Aditivos e por acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido nos casos previstos no artigo 78 da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se o disposto no seu artigo 77.

Parágrafo Único: Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões resultantes do presente contrato não resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato na data abaixo indicada, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Santo Amaro da Imperatriz, 11 de junho de 2021.

Fundo Municipal de Saúde
CONTRATANTE

Associação CHC de Adm. e Assist. Hospitalar
CONTRATADO

CONTRATO Nº 69/2021 - RUA JOÃO PAULO - PROPAV

Publicação Nº 3092876

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5BD89C36E178E194CE2B2A1B6692ACC4B05C4F8A



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO Nº 69, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 133/2020, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA – ME.

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Ricardo Lauro da Costa, brasileiro, divorciado, empresário, CPF nº 781.394.069-53, residente e domiciliado à Rua Frei Fidêncio Feldmann, nº 222, bloco 2 apto 304, Centro, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, doravante denominado simplesmente **Contratante**;

b) E a empresa **PROPAV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.310.754/0001-18, com sede empresarial na Rua Luiz Fagundes, nº 821, Bloco B, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José/SC, neste representada por seu procurador senhor Paulo Henrique Mattos, brasileiro, solteiro, empresário, portador da CI nº 2.060.819-5, inscrito no CPF sob o nº 638.959.439-91, residente e domiciliado à Rua Luiz Fagundes, nº 821, bairro Praia Comprida, na cidade de São José/SC, CEP 88.103-500, doravante denominado simplesmente **Contratado**, em decorrência do Processo Licitatório nº 55/2020 - TP, homologado em 14/12/2020, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Do Prazo de Execução das Obras:

Fica o prazo previsto na cláusula quarta, prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, passando a finalizar-se em 07/12/2021.

3. Da Vigência:

Fica o prazo previsto na cláusula décima, prorrogado até 07/12/2021.

6. Das demais cláusulas

O presente aditivo permanece inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e disposições nelas contidas. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Santo Amaro da Imperatriz, em 11 de junho de 2021.

Ricardo Lauro da Costa
Contratante

Paulo Henrique Mattos
Contratada

Testemunhas

1.....
Nome:

2.....
Nome:

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 113/2021

Publicação Nº 3093832

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8DB4211AD8497E6725DFD50B2E8868C8B0273D71

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 113/2021

A Secretaria de Educação torna público a homologação do EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 113/2021, tendo como objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a execução dos cardápios da alimentação escolar. Valor R\$ 358,30 (trezentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos). CONTRATADO: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA – ME. Para mais informações, acesse: saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 14 de junho de 2021

JOSIAS TERRES
Secretário de Educação

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2021

Publicação Nº 3093858

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8D3D402055BBA2C2F376ECDE2C87E17F454062A5

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2021

O Fundo Municipal de Saúde torna público a homologação do EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2021, tendo como objeto: Aquisição emergencial de aventais para uso nas unidades de saúde no combate a pandemia de Covid-19, totalizando R\$ 26.460,00 (vinte e seis mil, quatrocentos e sessenta reais). CONTRATADO: Protflex Produtos Industriais Eireli. Para mais informações, acesse: saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 14 de junho de 2021

Carmen Regina Binotto
Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 95/2021

Publicação Nº 3093720

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 1AF97C9897039455C58C923F72FB3C591DF24DD6

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 95/2021

O Gabinete do Prefeito e a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos torna público a homologação do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 95/2021, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E DE MAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A REFORMA DO CAMPO DE FUTEBOL DO 23º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR, LOCALIZADO NA AVENIDA DOS IMIGRANTES, 955 - BAIRRO PROGRESSO, SÃO BENTO DO SUL/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS ANEXOS, para a empresa: SÓ POR DEUS E FILHOS OBRAS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI, totalizando em R\$ 75.049,61 vencedora do item 01. Para mais informações, acesse: saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 10 de junho de 2021

MARCOS RODRIGO SCHUHMACHER
Chefe de Gabinete Interino

JAIRSON SABINO
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

AVISO DE REPUBLICAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2021 FMS

Publicação Nº 3093973

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 88C89EB6F24D0F769D80ADC83A0711CC5B539C3F

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2021

O Fundo Municipal de Saúde torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 e 8.666/93, a REPUBLICAÇÃO do Edital de Pregão Eletrônico nº 19/2021, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

Considerando os esclarecimentos prestados administrativamente e a retificação dos itens: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: 7.5.1 e 7.5.2 do Instrumento convocatório, desde já fica reaberto o prazo para envio das propostas de preços do pregão em epígrafe, onde a nova data para recebimento de propostas foi definida para o dia 24 de junho de 2021 até as 08h:30m e a abertura da sessão às 09h:00m, permanecendo inalterados os demais dispositivos esposados no instrumento convocatório.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

CARMEN REGINA BINOTTO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 025/2021

Publicação Nº 3093835

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 025/2021

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Equipamentos para Fornecimento de Fotocópias de nº 013/2018, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA EPP, em 08 de março de 2018, conforme Edital de Pregão Presencial nº 5/2018, de 20 de fevereiro de 2018.

Considerando o objeto de Contrato nº 013/2018, que consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de locação de impressoras/copiadoras com fornecimento de suprimentos/insumos, papel, assistência técnica/manutenção (com fornecimento de peças e componentes) para o Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul, conforme descritivo anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 5/2018.

Considerando o término de Contrato no dia 07 de junho de 2021 e a necessidade da continuação da prestação dos serviços para o Fundo Municipal de Saúde de São Bento do Sul, visto que os mesmos são contínuos e passíveis de prorrogação.

Diante do exposto, se faz necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, conforme Cláusula Quinta – Da Vigência do Contrato, com base no Art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 3 (três) meses, a contar de 08 de junho de 2021 e com término em 07 de setembro de 2021.

Permanece o custo unitário da cópia de R\$ 0,07, sendo a quantidade estimada para o período de 45.000 cópias, totalizando o valor de R\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais) para o período prorrogado, para pagamentos conforme contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 08 de março de 2018, Termo Aditivo nº 009/2019 de 06 de março de 2019, Termo Aditivo nº 007/2020 de 04 de março de 2020 e Termo Aditivo nº 017/2021 de 23 de fevereiro de 2021 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 01 de junho de 2021.

Ass: CARMEN REGINA BINOTTO, pelo Fundo Municipal de Saúde.

WEB SYSTEM INFORMÁTICA LTDA EPP, como Contratada.

PORTARIA Nº 1473/2021

Publicação Nº 3093146

PORTARIA Nº 1473, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Consolida Portaria nº 11597/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 11597, de 19 de outubro de 2020, que concedeu aposentadoria ao servidor ANTONIO JOAQUIM TOMAZINI FILHO, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº @APE 21/00153816, através da Decisão nº GAC/CFF – 576/2021, de 17 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN

Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

CLIFFORD JELINSKY
Diretor-Presidente do IPRESBS

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA N° 1474/2021

Publicação N° 3093171

PORTARIA N° 1474, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Retira Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso das atribuições legais e,

Considerando que o servidor RUI SCHIESSL encontra-se em tratamento de saúde pelo período de 180 (cento e oitenta) dias,

RESOLVE:

Art. 1º Retirar, a partir de 7 de junho de 2021, a gratificação de função concedida ao servidor RUI SCHIESSL, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PUBLICADO NO DOM N° _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA N° 1475/2021

Publicação N° 3093173

PORTARIA N° 1475, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Concede Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º A partir de 11 de junho de 2021, conceder à servidora ANDRESSA BRAZ DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, a Função Gratificada de Coordenação do Centro de Tecnologia e Informações, equivalente a 30% (trinta por cento) sobre seu vencimento de carreira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 1476/2021

Publicação Nº 3093174

PORTARIA Nº 1476, DE 11 DE JUNHO DE 2021.
Concede Gratificação de Função

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso das atribuições legais e nos termos da Lei nº 3853, de 7 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º A partir de 11 de junho de 2021, conceder à servidora SILMARA MARIA DIEDZITSCH STOPA, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, a gratificação de função FG 1 - Agente de Área de Atendimento ao Público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIAS Nº 1477/2021 A 1508/2021

Publicação Nº 3093210

PORTARIA Nº 1477, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 17 de fevereiro de 2021, SERGIO MARCOS GASTALDI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível IV, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe F para Classe G.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1478, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº

344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,
RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 2 de maio de 2021, ALCIRENE MARIA FERNANDES RUTHES, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, Grupo Ocupacional 05, Nível I, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, da Classe B para Classe C.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1479, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,
RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 2 de maio de 2021, LUIS MOREIRA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe F para Classe G.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1480, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,
RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 2 de maio de 2021, SHIRLEI PICKUSCH, ocupante do cargo efetivo de Fisioterapeuta, Grupo Ocupacional 05, Nível II, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe B para Classe C.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1481, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,
RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 2 de maio de 2021, SIMONE SCHROEDER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível III, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, da Classe I para Classe J.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1482, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 4 de maio de 2021, FERNANDO GROSSL PICKLER, ocupante do cargo efetivo de Motorista II - Extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe B para Classe C.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1483, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 5 de maio de 2021, DENISE FABIANE ROSA, ocupante do cargo efetivo de Terapeuta Ocupacional, Grupo Ocupacional 05, Nível I, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, da Classe C para Classe D.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1484, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 6 de maio de 2021, CIZETE LOBERMAYER, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico, Grupo Ocupacional 05, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe A para Classe B.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1485, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 13 de maio de 2021, DAYANE FELCHILCHER MENGARDA, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo, Grupo Ocupacional 07, Nível II, com carga horária de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe B para Classe C.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1486, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 13 de maio de 2021, MARIELLE SACHWEH, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo Pediatra, Grupo Ocupacional 07, Nível II, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe B para Classe C.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1487, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 15 de maio de 2021, ALCINDO ANTONIO BORGES, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe A para Classe B.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1488, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 15 de maio de 2021, FABIANE ANDRESSA GROSSL BARBOSA, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Saúde Bucal, Grupo Ocupacional 04, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe B para Classe C.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1489, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 16 de maio de 2021, ROSILEI TERESINHA WEISS BAADE, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, Grupo Ocupacional 05, Nível III, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe G para Classe H.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1490, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 16 de maio de 2021, LAERCIO FERREIRA CHAVES, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, Grupo Ocupacional 02, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe B para Classe C.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1491, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 20 de maio de 2021, ALBERTO MARCZAK NETO, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, Grupo Ocupacional 03, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe B para Classe C.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1492, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 21 de maio de 2021, ROSENILDA DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe B para Classe C.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1493, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 22 de maio de 2021, LUCIANA IARA DE LACERDA MUNHOZ, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, Grupo Ocupacional 03, Nível IV, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe G para Classe H.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1494, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 23 de maio de 2021, VILMAR MASSANEIRO, ocupante do cargo efetivo de Motorista II - Extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe G para Classe H.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1495, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 28 de maio de 2021, IVAN CLASEN SCHLINDWEIN, ocupante do cargo efetivo de Advogado, Grupo Ocupacional 05, Nível II, com carga horária de 20 horas semanais, na Procuradoria, da Classe B para Classe C.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1496, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 28 de maio de 2021, NAYANE SIMONE AZEVEDO ALONSO, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, Grupo Ocupacional 05, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe B para Classe C.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1497, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 30 de maio de 2021, FELIPE CORREA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível III, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da Classe B para Classe C.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN

Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI

Assessor de Governo

PATRICK VICENTE

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1498, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 1º de junho de 2021, CRISTIANE MOURA, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 04, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, da Classe H para Classe I.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN

Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI

Assessor de Governo

PATRICK VICENTE

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1499, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 1º de junho de 2021, MARIA APARECIDA DE SOUZA EICHENDORF, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 03, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe A para Classe B.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN

Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI

Assessor de Governo

PATRICK VICENTE

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1500, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 1º de junho de 2021, MIRIAM TEREZINHA ROIK LOTT, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, Grupo Ocupacional 05, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, da Classe F para Classe G.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN

Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI

Assessor de Governo

PATRICK VICENTE

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1501, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 344/1998 e Lei nº 2966/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 9 de junho de 2021, SERGIO RICARDO PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Contador, Grupo Ocupacional 05, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, da Classe C para Classe D.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN

Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI

Assessor de Governo

PATRICK VICENTE

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1502, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,

RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 16 de março de 2021, IRENE BATISTA FRAGOSO NIESPODZINSKI, ocupante do cargo efetivo de Professor Anos Iniciais, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe G para Classe H.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN

Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI

Assessor de Governo

PATRICK VICENTE

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1503, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,
RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 12 de abril de 2021, VIVIANE CRISTINA LEANDRO GONÇALVES HERBST, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, Ensino Médio, Nível I, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe A para Classe B.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1504, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,
RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 12 de abril de 2021, TATIANA PSCHIEDT, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, Ensino Médio, Nível I, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe A para Classe B.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1505, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,
RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 9 de maio de 2021, SIMONE PADILHA, ocupante do cargo efetivo de Atendente Educativo, Ensino Médio, Nível I, com carga horária de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe A para Classe B.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1506, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,
RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 15 de maio de 2021, CAROLINE PRISCILA MACHADO, ocupante do cargo efetivo de Professor de Anos Finais, Licenciatura Plena, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1507, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,
RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 18 de maio de 2021, CINTIA MARIA HORNICK, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe C para Classe D.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 1508, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Promove Servidor Público Municipal por avaliação de desempenho

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, em exercício, no uso de suas atribuições legais e nos termos das Leis Municipais de nº 945/2004 e Lei nº 2985/2012 e do Decreto nº 1210/2005,
RESOLVE:

Art. 1º Promover, a partir de 30 de maio de 2021, CLARICE FOLETTO SOARES, ocupante do cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Especialização, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, da Classe E para Classe F.

Art. 2º Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

TIRSO GLADIMIR HÜMMELGEN
Prefeito Municipal, em exercício

LUIZ ANTONIO NOVASKI
Assessor de Governo

PATRICK VICENTE
Assessor Jurídico

RETIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2021

Publicação Nº 3095886

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) BF02F5887146628B2A05B02668E086FD83190115

RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2021

O Município de São Bento do Sul – SC, com sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, Centro, cidade de São Bento do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 86.051.398/0001-00, uso de suas atribuições, vem a público RETIFICAR O EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2021, objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA E RECUPERAÇÃO DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS DAS UNIDADES ESCOLARES, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

No Item 7.5.4 e no Termo de Referência – letra E (Obrigações da Contratada), RETIRA-SE:

Apresentar documento comprobatório de que todos os funcionários realizaram o curso da NR-35 para trabalho em altura.

ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO E, PARA QUE ESTE PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, ALTERA-SE A DATA DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS PARA O DIA 24 DE JUNHO DE 2021 ATÉ ÀS 08:30 E INÍCIO DA SESSÃO ÀS 09:00 HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF.

SÃO BENTO DO SUL, 11 DE JUNHO DE 2021

JOSIAS TERRES
Secretário de Educação

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA
Pregoeira Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 035 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095884

PORTARIA Nº 035 DE 11 DE JUNHO DE 2021.

“Concede Gratificação de Função ao Servidor Efetivo Djoni Cleber Pinheiro”

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Função, FG-5, no valor de R\$ 600,00, ao servidor Djoni Cleber Pinheiro, ocupante do cargo efetivo Auxiliar Legislativo Nível IV, Grupo Operacional II, Letra D, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Lei nº 2.983, de 27 de março de 2012.

Parágrafo Único. A concessão da Função Gratificada dar-se-á para o mesmo ser auxiliar Técnico de suporte e manutenção de Informática, ficando a disposição dos servidores quando solicitado e realizar também alimentação e atualização das informações no site da Câmara Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 01 de junho de 2021.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2021.

CARLA ODETE HOFMANN
Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 079, DE 10 DE JUNHO DE 2021**

Publicação Nº 3092709

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 79, de 10 de junho de 2021.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER à servidora CLAUDETE STAWNY REDLICH, matrícula 341, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 14 de junho de 2021.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 080, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092710

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 80, de 10 de junho de 2021.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor MARCO RODRIGO REDLICH, matrícula 362, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento II, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 14 de junho de 2021.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 081, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092713

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 81, de 10 de junho de 2021.

"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pelo Decreto nº 013, de 1º de janeiro de 2021, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – CONCEDER ao servidor TERÉZIO KOASKI, matrícula 460, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, 20 (vinte) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º – As férias, a que se refere o Artigo 1º, contar-se-ão a partir de 15 de junho de 2021.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 103/2021

Publicação Nº 3092515

CONTRATO Nº 103/2021

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. DALVIR LUIZ LUDWIG, brasileiro, casado, residente e domiciliado no prolongamento da Rua Verônica Scheid s/n, neste Município, inscrito no CPF nº 961.204.109-10, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa CANAAN ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI, inscrita no CNPJ nº 35973224000164, localizada na RODOVIA ANTONIO HELI 800, KM 01 SALA 20, na Cidade Itajaí - SC, empresa devidamente credenciada, neste ato representada pela Sra. KEILA ALVES DE CAMARGO CANTU, brasileira, casada, residente e domiciliada na RODOVIA ANTONIO HELI 800, KM 01 SALA 20, na Cidade de Itajaí - SC, RODOVIA ANTONIO HELI 800, KM 01 SALA 20, inscrita no CPF sob nº 043.412.489-36, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS 185/65 R 14 PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO SETOR DE EDUCAÇÃO E AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE 10W30 PARA O SETOR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE..

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS 185/65 R 14 PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DO SETOR DE EDUCAÇÃO E AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE 10W30 PARA O SETOR DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, do aqui denominado Fornecedor, o qual foi vencedor do item "01", do Processo Licitatório nº 56/2021, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 56/2021, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

II – Da forma de execução e do valor:

Os materiais/produtos contratados, deverão ser fornecidos parceladamente, conforme necessidade do Município, sendo, que o valor dos mesmos, obedecerá à tabela abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
1	10,00	Und	PNEU 185/65 ARO 14 COM ÍNDICE DE CARGA MÍNIMA DE 86. ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	IRIS ECORIS	299,00	2.990,00
Total						2.990,00

O valor total do contrato é de R\$ 2.990,00 (dois mil novecentos e noventa reais), vinculado às Secretarias Municipais, conforme constante no 56/2021, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e emissão de autorização de fornecimento emitido pelo Município.

III - Da forma de pagamento:

A VISTA.

IV - Da vigência:

A vigência do presente Contrato é a partir desta data, ou seja, 10/06/2021 até o dia 31/12/2021, ficando sua eficácia condicionada a publicação no Mural Público Municipal. O presente Contrato poderá ser aditado mediante realização de aditivo, nos termos regulamentados no Art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993), além das hipóteses previstas na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Das compensações financeiras:

a) - O Município descontará o percentual de 1,0 % (um por cento) do valor a cada dia de atraso na entrega após emissão da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Entregar o produto/materiais nas quantidades solicitadas, durante os prazos de contratação.

II - Efetuar as entregas no perímetro urbano do Município e de acordo com as necessidades do Município.

III - Fornecer produtos de primeira qualidade, entregues parceladamente, mediante a requisição por parte do MUNICÍPIO.

IV - Assumir todos os custos operacionais, encargos sociais, impostos, trabalhistas, transporte, seguro, inclusive a segurança da área na hora da entrega.

V - É de responsabilidade da contratada possíveis danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução

do objeto contratado, bem como custo para a reparação dos mesmos.

VI - Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas.

VII – O Fornecedor declara ter examinado em detalhe a documentação objeto do presente contrato e possuir condições de executá-lo.

VIII – Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, em relação às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IX - Cumprir as condições de pagamento na forma deste contrato e Processo Licitatório nº 56/2021, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar a entrega do produto/materiais contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 56/2021, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos alocados no Orçamento de 2021 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, no Projeto Atividade 2.037.3390.00 - 1000 - 117/2021 - Manutenção da Agricultura 2.013.3390.00 - 1001 - 33/2021 - Manutenção do Órgão Central de Educação 2.016.3390.00 - 1001 - 40/2021 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 2.009.3390.00 - 1000 - 87/2021 - Manutenção do Setor de Esportes .

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 56/2021, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883 de 08 de Junho de 1994.

III – O Município unilateralmente poderá modificar o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público, além de promover a sua rescisão nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

IV - O presente contrato, a qualquer momento, poderá ser rescindido por mútuo consenso, ou conveniência administrativo, não lhe sendo devido qualquer valor, a título de indenização, ou qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

V – Fica por desde já, designado o Sr. ARCIONE RIBEIRO, portador CPF nº 046.522.709-09, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, 10 de Junho de 2021.

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal
Município

KEILA ALVES DE CAMARGO CANTU
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

Testemunhas: _____

DECRETO 215/2021

Publicação Nº 3092529

DECRETO Nº 215/2021 DE 11/06/2021

	DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	DALVIR LUIZ LUDWIG, Prefeito Municipal, de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o disposto nos Incisos V e IX do Art. 57 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora pública municipal, Sra. EDILAINE GOMES WERNER, matrícula 1452/01, ocupante do cargo efetivo de Zeladora, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 2º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, em 11 de junho de 2021.
--	---------------------------------------------------------------------------------

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
Sec. Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 289/2021

Publicação Nº 3092910

PORTARIA Nº 289/2021 DE 11/06/2021

	DESIGNA EQUIPE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2022/2025, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2022 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Complementar nº 001/2002 de 20/12/2002, Decreto nº 204/2004 de 03/06/2004;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a Equipe de Planejamento e Gestão, para elaboração, acompanhamento e execução da Lei do Plano Plurianual – PPA 2022/2025, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2022, da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC:

SERVIDOR RESPONSÁVEL	Nº CPF	UNIDADE ADMINISTRATIVA
Gilvani Melo	842.954.229-91	Sistema de Controle Interno
Adilson Franco Ribeiro	042.008.779-61	Contador
Fernanda Geremia Walker	059.108.239-06	Secretário de Educação Cultura e Esportes
Alceu Negri	019.753.099-01	Secretário da Saúde
Geslaine Negri Zanovello	070.788.189-70	Secretário do Desenvolvimento Social
Arcione Ribeiro	046.522.709-09	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
Raul Bender	051.664.819-50	Secretário da Infraestrutura
Taiza Carniel	056.589.639-31	Secretária da Administração e Fazenda

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 11 de Junho de 2021.
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------

DALVIR LUIZ LUDWIG
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

TAIZA CARNIEL
sec. Adm. e Fazenda

São Bonifácio

PREFEITURA

DECRETO Nº 024.2021 DESIGNA EQUIPE DE APOIO DO CONTROLE INTERNO

Publicação Nº 3095633

DECRETO Nº 024, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Designa Equipe de Apoio do Órgão Técnico Administrativo do Sistema de Controle Interno do município de São Bonifácio.

Laurino Peters, Prefeito Municipal de São Bonifácio, em atenção ao disposto na Lei nº 1103/2003 e Decreto nº 003/05 e no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

DESIGNAR:

Art. 1º Fica DESIGNADA a equipe de Apoio do Órgão Técnico Administrativo do Sistema de Controle Interno do município de São Bonifácio, a abaixo especificada:

SETOR	RESPONSÁVEL
Câmara Municipal	Presidente da Câmara
Contabilidade	Simone Maria Moenster Hawerth
Compras/Frotas	Caroline Aparecida Corrêa
Pessoal	Walzira Maria Buss Kraus
Saúde	Lucinéia Moenster K-hl
Educação	Osni Sérgio Scharf
Chefia de Gabinete/Administração	Luis Rohling
Garagem	Luis Huberto Degering
Tributação	Jorge Luis Catânio
Assistência Social	Nelsina Steffen Peters
Patrimônio	Elisangela Aparecida Schmoeller Nienkoetter
Agricultura	José Jerônimo Selhorst
Cultura e Turismo	Orlandy Orlandi

§ 1º. O representante setorial tem como missão dar suporte ao funcionamento do Sistema de Controle Interno – SCI em seu âmbito de atuação e serve de elo entre a unidade executora do Sistema e o Setor de Controle Interno, tendo como principais atribuições:

I – prestar apoio na identificação dos “pontos de controle” inerentes ao sistema administrativo ao qual a sua unidade está diretamente envolvida, assim como, no estabelecimento dos respectivos procedimentos de controle;

II – coordenar o processo de desenvolvimento, implementação, ou atualização das instruções normativas, às quais a unidade em que está vinculado atue como órgão central de qualquer sistema administrativo;

III – exercer o acompanhamento sobre a efetiva observância das instruções normativas a que a sua unidade está sujeita e propor o seu constante aprimoramento;

IV – encaminhar ao setor de Controle Interno, na forma documental, as situações de irregularidades ou ilegalidades que vierem a seu conhecimento mediante denúncias ou outros meios, juntamente com indícios de provas;

V – orientar providências para as questões relacionadas ao Tribunal de Contas do Estado afetas à sua unidade;

VI – prover o atendimento às solicitações de informações e de providências, encaminhadas pelo SCI, inclusive quanto à obtenção e encaminhamento das respostas do órgão setorial sobre as constatações e recomendações apresentadas nos relatórios de auditoria interna;

VII – reportar ao titular do órgão setorial e sua chefia superior, com cópia para o Setor de Controle Interno, as situações de ausência de providências para a apuração e/ou regularização de desconformidades.

Art. 2º Os relatórios, contendo irregularidades, deficiências e sugestões de que trata o inciso III do artigo 10 da Lei 1103/03 deverão ser elaborados em conformidade com o modelo constante no anexo I, do presente Decreto e remetidos ao setor de Controle Interno até o 5º dia útil do mês subsequente.

Art. 3º Os relatórios de consolidação das informações oriundas das Unidades de Apoio Técnico Administrativas, de que trata o artigo 4º, inciso VIII, e contendo as observações e constatações feitas, bem como a opinião conclusiva e sintética sobre as falhas, deficiências e áreas críticas que mereçam atenção e outras questões relevantes, tratados no artigo 5º. da Lei 1103/03, deverão ser elaborados conforme modelo constante no anexo II, do presente Decreto, e nos prazos estabelecidos em Lei.

Art. 4º - Se em decorrência dos trabalhos de auditoria interna ou de outros trabalhos ou averiguações executadas pelo SCI; ou ainda em função de denúncias encaminhadas através dos representantes dos órgãos setoriais, ou feitas diretamente ao SCI, forem constatadas irregularidades ou ilegalidades, a este caberá alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que adote as devidas providências.

§ 1º. Sempre que, em função de irregularidades ou ilegalidades for constatada a existência de dano ao erário, caberá ao SCI orientar o Prefeito Municipal no processo de instauração da tomada de contas especial, nos termos da Instrução Normativa nº TC 13/2012, do Tribunal de Contas do Estado e da instrução normativa interna que dispuser sobre o assunto; o que deverá ocorrer também nas demais situações onde este procedimento for aplicável.

§ 2º. Fica vedada a participação de servidores lotados no SCI em comissões inerentes a processos administrativos ou sindicâncias destinadas a apurar irregularidades ou ilegalidades, assim como, em comissões processantes de tomadas de contas especiais.

Art. 5º A comunicação ao Tribunal de Contas do Estado sobre as irregularidades ou ilegalidades apuradas, para as quais a Administração

não tomou as providências cabíveis visando a apuração de responsabilidades e o ressarcimento de eventuais danos ou prejuízos ao erário, será efetuada a qualquer tempo pelo SCI através do Relatório de Controle Interno estabelecido pela Instrução Normativa nº TC 20/2015 de 09 de setembro de 2015.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogadas as disposições em contrário, sobremaneira o Decreto nº 061/2019.

São Bonifácio, 11 de junho de 2021.

Laurino Peters
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Luis Rohling
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 025.2021 DESIGNA EQUIPE DO PATRIMONIO

Publicação Nº 3095635

DECRETO Nº 025, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Designa Comissão de Inventário para conferência do Patrimônio da Prefeitura Municipal de São Bonifácio e dá outras providências.

Laurino Peters, Prefeito Municipal de São Bonifácio, em atendimento ao disposto no Parágrafo único do Art. 81 da Lei Orgânica de São Bonifácio e no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Designar Luis Huberto Degering, Josieli Epping e Elisangela Aparecida Schmoeller Nienkoetter, sob a presidência do primeiro, para efetuarem a conferência do Inventário do Patrimônio da Prefeitura Municipal de São Bonifácio, bem como apontar eventuais irregularidades.

Art. 2º A Comissão designada no art. 1º. Deste Decreto, tem o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do presente instrumento, para apresentar o respectivo relatório final da conferência.

Art. 3º A comissão designada no art. 1º também deverá efetuar o levantamento da existência de bens inservíveis.

Art. 4º Após a realização da conferência, o responsável por cada setor assinará o Termo com todos os bens existentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bonifácio, 11 de junho de 2021.

Laurino Peters
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Luis Rohling
Chefe de Gabinete

LEI Nº 1.524.2021 - CUSTEAR DESPESAS

Publicação Nº 3095637

LEI Nº 1.524, DE 02 DE JUNHO DE 2021.

Autoriza custear despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO,

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a custear despesas de até o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados ao pagamento de despesas com alimentação nas oficinas/cursos para os Grupos do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), e/ou Grupos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), e/ou Grupos diversos em oficinas/cursos do público alvo da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de São Bonifácio.

Art. 2º As despesas decorrentes dessa Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bonifácio, 02 de junho de 2021.

Laurino Peters
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Luis Rohling
Chefe de Gabinete

LEI N° 1.525.2021 - AUTORIZA FIRMAR CONVENIO

Publicação N° 3095641

LEI N° 1.525, DE 09 DE JUNHO DE 2021.
Autoriza Efetuar Convênio

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO,

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do poder Executivo autorizado a efetuar convênios com o Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio do Instituto Geral de Perícias – IGP, visando descentralizar a atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da cédula individual de identificação.

Art. 2.º As despesas decorrentes da presente lei, correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

São Bonifácio, 09 de junho de 2021.

Laurino Peters
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Luis Rohling
Chefe de Gabinete

São Carlos

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº096/2021

Publicação Nº 3095914



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO

Nº

096/2021

Que entre si realizam, de um lado o Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina, Órgão de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 82.945.718/0001-15, com sede na Rua Demétrio Lorenz, nº 747, cidade de São Carlos - SC, representada neste ato pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. Fernando José Signori, brasileiro, agente político, residente e domiciliado nesta cidade de São Carlos - SC, portador do CPF Nº052.358.169-60, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado o(a) Sr(a): VANESSA BODIGHEIMER, residente na RUA BLUMENAU, 1137, CENTRO, Município de ÁGUAS DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, portador(a) do documento de Identidade Nº5.770.037 CPF nº: 085.790.209-13 doravante denominado de CONTRATADO(A), declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, ter justo e contratado entre si a prestação de serviços em caráter temporário, que serão descritos e caracterizados na Cláusula Primeira e o fazem através das seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O objeto do presente Contrato é a contratação de agente público acima qualificado(a), por prazo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação aplicável, para desempenhar as atribuições do Cargo de Psicóloga - COVID, com 40 horas semanais, junto ao Posto de Saúde – Unidade Centro, que o(a) contratado(a) se compromete a executar para o Município, sendo as atribuições inerentes a função de acordo com a Legislação Vigente.

Cláusula Segunda: O presente contrato, de caráter temporário, tem fundamentação legal no Art. 37, Inciso IX, da Constituição Federal, segundo regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais Lei Complementar nº 009/2013, e processo Seletivo nº: 009/2021.

Cláusula Terceira: A remuneração mensal do(a) contratado(a), bem como os demais direitos, são os que constam na Lei Municipal nº 002/2018 e suas alterações.

Cláusula Quarta: O presente contrato terá vigência de: 14/06/2021 até: 31/12/2021, improrrogável. Entretanto, é lícito o presente contrato ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, sem a necessidade de pré-aviso, não cabendo qualquer indenização pelo restante do prazo de duração do contrato.

Cláusula Quinta: O contratado compromete-se ao registro diário do ponto, a exemplo dos demais servidores do quadro geral da Prefeitura Municipal.

Cláusula Sexta: As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente e orçamentos futuros.

Cláusula Sétima: Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste instrumento de Contrato que não possam ser dirimidas pela intermediação administrativa fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos – SC, com expressa renúncia a Qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o Inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, sem emendas e rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Carlos SC, 14 de Junho de 2021.

VANESSA BODIGHEIMER
CPF: 085.790.209-13
Contratado(a)

FERNANDO JOSÉ SIGNORI
Prefeito em Exercício
Contratante

Testemunhas:

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2021 - ADM

Publicação Nº 3092832

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Nº do Registro	REGISTRO DE PREÇOS 022/2021 – ADM
Processo ADM. nº:	058/2021 - ADM
Licitação :	PREGÃO ELETRONICO Nº 005/2021 – ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratadas..:	A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI – ME; SCS COMERCIO LTDA – ME; ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA – ME; GO VENDAS ELETRONICAS EIRELI; MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA; NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME; LPK LTDA; LUCIANO DAMASIO DOS SANTOS EIRELI; VALLEJO NEGOCIOS EMPRESARIAIS; MC COMÉRCIO DE ALIMENTOS E TRASPORTES LTDA;
Objeto :	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE COPA E COZINHA, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDIMENTO DE TODOS OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E FUNDAÇÃO CULTURAL.
Valor :	R\$ 95.494,15 (noventa e cinco mil quatrocentos e noventa e quatro reais e quinze centavos)
Vigência :	13/06/2022
Recursos :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO ANUAL 2021/2022.
SAO CARLOS/SC, 11 DE JUNHO DE 2021.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 058/2021 - ADM

Publicação Nº 3092830

**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Compras e Contratos

Termo Homologação - Demais Modalidades

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 530 Ano - Minuta - Licitação: 2021 Número - Minuta - Licitação: 58 códigoCliente: 530 anoMinuta: 2021 cotaCredenciamento: 0

Pág 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**Pregão****Para Aquisição de Bens
5/2021****Processo Administrativo: 58/2021**

O(a) Prefeito(a), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

HOMOLOGAR

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 5/2021, o(s) participante(s):

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
377295 - A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI - ME	10, 16, 29, 30, 31, 32, 34, 37, 46, 54, 56, 60, 61, 63, 64, 69, 75, 78, 79, 84, 85, 88, 91, 93, 96, 97, 104, 105, 106, 109, 111, 114, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 130, 133, 138, 145, 146, 152, 153, 155, 156, 157, 159, 164, 167, 168, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 227, 228, 233, 236, 237, 238, 239, 241, 242	R\$ 34.868,75
445096 - SCS COMERCIO LTDA - ME	1, 2, 5, 7, 12, 26, 27, 33, 38, 42, 43, 44, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 59, 62, 65, 66, 67, 74, 87, 89, 94, 99, 101, 102, 107, 110, 112, 116, 117, 118, 125, 143, 147, 148, 149, 151, 154, 163, 169, 170, 173, 202, 209, 225, 226, 230, 235	R\$ 34.855,20
445045 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	4, 9, 11, 13, 14, 17, 18, 20, 28, 36, 39, 40, 45, 68, 80, 83, 90, 98, 100, 108, 115, 119, 126, 127, 139, 140, 161, 200, 234	R\$ 10.847,60
494437 - GO VENDAS ELETRONICAS EIRELI	198	R\$ 169,80
490490 - MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA	19, 25, 35, 81, 86, 158, 162, 217	R\$ 1.293,45
419931 - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	15, 21, 92, 103, 120, 141, 142, 144, 216, 232	R\$ 4.489,00
484075 - LPK LTDA	131, 134, 135	R\$ 1.758,00
494364 - LUCIANO DAMASIO DOS SANTOS EIRELI	70, 71, 72	R\$ 2.114,80
490997 - VALLEJO NEGOCIOS EMPRESARIAIS	47, 73	R\$ 2.314,00
490911 - MC COMÉRCIO DE ALIMENTOS E TRANSPORTES LTDA	6, 8, 22, 23, 24, 231	R\$ 2.783,55
Total Geral:		R\$ 95.494,15

São Carlos, 11 de junho de 2021.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 366 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092476

DECRETO Nº 366 DE 10 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; Lei 1906 de 20 de novembro de 2020 – Lei Orçamentária para o exercício de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Das Programações de despesas:

12.001 - Fundo Municipal Agropecuário Municipal

Projeto/Atividade n. 20.606.1010.2.014 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 33930000

Fonte de Recurso: 0.000 – Ordinários

Despesa: 96 – R\$ 30.000,00

12.001 - Fundo Municipal Agropecuário Municipal

Projeto/Atividade n. 20.606.1010.2.014 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 31930000

Fonte de Recurso: 0.000 – Ordinários

Despesa: 94 – R\$ 50.000,00

Para a Programação de despesa:

12.001 - Fundo Municipal Agropecuário Municipal

Projeto/Atividade n. 20.606.1010.2.014 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0.000 – Ordinários

Despesa: 95 – R\$ 80.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 10 de junho de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Gilvane Silvério

Responsável pelo Setor Pessoal e publicações

DECRETO Nº 367 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092481

DECRETO Nº 367, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada;

Considerando a necessidade da Secretaria de Administração e Fazenda.

Considerando que temos vagas em aberto no Quadro Geral de funcionários.

Considerando a realização do processo seletivo 001/2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica contratado em caráter temporário até 16 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado para o ano de 2022, a Auxiliar de Serviços Gerais, IZOLETE APARECIDA ZIOMKO DO AMARAL, aprovada no processo seletivo 001/2021, enquadrado no anexo I Grupo (SEGERI)

Cód 11.02.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de junho de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Gilvane Silverio
Responsável Setor Pessoal e Publicações

DECRETO Nº 368 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092844

DECRETO Nº 368 DE 11 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; Lei 1906 de 20 de novembro de 2020 – Lei Orçamentária para o exercício de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Da Programação de despesa:

11.00 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade n. 08.244.1007.2.075 – Manutenção do Bloco Coofinanciamento SUAS/União

Modalidade de Aplicação: 31900000

Fonte de Recurso: 0.3.3035 – Superávit Repasse SUAS/União

Despesa: 86 – R\$ 56.240,53

Para a Programação de despesa:

11.00 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade n. 08.244.1007.2.075 – Manutenção do Bloco Coofinanciamento SUAS/União

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 0.3.3035 – Superávit Repasse SUAS/União

Despesa: 87 – R\$ 56.240,53

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de junho de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Gilvane Silvério
Responsável pelo Setor Pessoal e publicações

DECRETO Nº 369 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092700

DECRETO Nº 369, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre exoneração de Cargo Emergencial do Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

- Considerando a realização do processo seletivo nº 001/2021;
- Considerando o chamamento dos aprovados classificados do processo seletivo nº 001/2021;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor público municipal ANTONIO ANTUNES DE LIMA, do cargo Emergencial 40 horas do Decreto nº 149 de 07 de abril de 2021 de (Motorista), deste Município de São Domingos (SC), a partir do dia 11 de junho de 2021.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de junho de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Gilvane Silvério
Responsável pelo Setor Pessoal e publicações

DECRETO Nº 370 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092719

DECRETO Nº 370, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre exoneração a pedido de Cargo Efetivo da Servidora Pública Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

- Considerando o requerimento nº 593/2021 a pedido da servidora;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal VALDIRENE DANTAS DEMARCO, do cargo Efetivo 40 horas do Decreto nº 593 de 24 de janeiro de 2019 de (Auxiliar de Serviços Gerais), deste Município de São Domingos (SC), a partir do dia 02 de junho de 2021.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de junho de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Gilvane Silvério
Responsável pelo Setor Pessoal e publicações

DECRETO Nº 371 DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092846

DECRETO Nº 371, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

Dispõe sobre exoneração de Cargo Emergencial da Servidora Pública Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

- Considerando a realização do processo seletivo 001/2021;

- Considerando o chamamento dos aprovado no processo seletivo 001/2021;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a servidora pública municipal IRIA NISZCZAK CAVALHEIRO, do cargo Emergencial 20 horas do Decreto nº 203 de 01 de abril de 2021 de (Professor PD/D-IV), deste Município de São Domingos (SC), a partir do dia 11 de junho de 2021.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de junho de 2021.

Marcio Luiz Bigolin Grosbelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Gilvane Silvério
Responsável pelo Setor Pessoal e publicações

São Francisco do Sul

PREFEITURA

EXTRATO CONT. 005-2021-FMS PE. 009-2021 JOHAN & STEFANI

Publicação Nº 3092612

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 005-2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: JOHAN & STEFANI LTDA.

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO 009/2021

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de fraldas descartáveis adulto de diversos tamanhos, para distribuição a pacientes da rede municipal de saúde, de acordo com a prescrição médica e mediante cadastro, para o período de 06 (seis) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 07 (sete) meses dias contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 e execução de 06 (seis) meses e a entrega 10 (dez) dias após a solicitação.

VALOR: R\$ 141.100,74 (cento e quarenta e um mil e cem reais com setenta e quatro centavos)

DATA: São Francisco do Sul, 13 de março de 2021.

JEFFERSON PACHECO DE MORAES

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO CONT. 006-2021-FMS PE. 006-2021 CIRURGICA NOSSA SENHORA

Publicação Nº 3092615

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 006-2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CIRURGICA NOSSA SENHORA EIRELI.

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO 010/2021

OBJETO: Aquisição de medicamentos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 07 (sete) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 06 {seis} meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

VALOR: R\$ 38.144,90 (trinta e oito mil, cento e quarenta e quatro reais e noventa centavos).

DATA: São Francisco do Sul, 20 de março de 2021.

JEFFERSON PACHECO DE MORAES

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO CONT. 007-2021-FMS PE. 010-2021 MEDMAX COM. DE MEDICAMENTOS

Publicação Nº 3092617

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 007-2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: MEDMAX COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO 010/2021

OBJETO: aquisição de medicamentos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 07 (sete) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 06 {seis} meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

VALOR: R\$ 1.860,00 (um mil oitocentos e sessenta reais).

DATA: São Francisco do Sul, 20 de março de 2021.

JEFFERSON PACHECO DE MORAES

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO CONT. 008-2021-FMS PE. 010-2021 ABC DISTRIB. DE MEDICAMENTOS

Publicação Nº 3092621

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 008-2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO 010/2021

OBJETO: aquisição de medicamentos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 07 (sete) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 06 {seis} meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

VALOR: R\$ 2.420,00 (dois mil quatrocentos e vinte reais).

DATA: São Francisco do Sul, 20 de março de 2021.

JEFFERSON PACHECO DE MORAES

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO CONT. 009-2021-FMS PE. 010-2021 FLYMED COM. DE PROD. HOSPITALARES

Publicação Nº 3092624

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 009-2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: FLYMED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO 010/2021

OBJETO: aquisição de medicamentos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 07 (sete) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 06 {seis} meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato

VALOR: R\$ 12.286,60 (doze mil duzentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos).

DATA: São Francisco do Sul, 20 de março de 2021.

JEFFERSON PACHECO DE MORAES

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO CONT. 010-2021-FMS PE. 010-2021 L FERREIRA DA COSTA DISTRIB. DE MEDICAMENTOS

Publicação Nº 3092630

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 010-2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: L FERREIRA DA COSTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO 010/2021

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de medicamentos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 07 (sete) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 06 {seis} meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

VALOR: R\$ 49.700,00 (quarenta e nove mil e setecentos reais).

DATA: São Francisco do Sul, 20 de março de 2021.

JEFFERSON PACHECO DE MORAES

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO CONT. 011-2021-FMS PE. 010-2021 MEDIC LIFE DISTRIB. DE MEDICAMENTOS

Publicação Nº 3092634

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 011-2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: MEDIC LIFE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI.

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO 010/2021

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de medicamentos, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 07 (sete) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 execução de 06 {seis} meses e a entrega em 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

VALOR: R\$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais).

DATA: São Francisco do Sul, 20 de março de 2021.

JEFFERSON PACHECO DE MORAES

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO CONT. 012-2021-FMS PP. 011-2021 CLARICE PORTELLA DE LIMA

Publicação Nº 3092636

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 012-2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CLARICE PORTELLA DE LIMA ME.

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 011/2021

OBJETO: Fornecimento de refeições para os motoristas plantonistas da ambulância e socorristas da Vila da Glória, plantonistas do SAMU, funcionários e servidores durante a participação das Campanhas de Vacinação e na realização de Serviços Extraordinários na unidade de saúde da Vila da Glória (lei nº146/95) para um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de assinatura pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

VALOR: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

DATA: São Francisco do Sul, 24 de março de 2021.

JEFFERSON PACHECO DE MORAES

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO CONT. 013-2021-FMS PP. 011-2021 FABIANO PEREIRA COSTA

Publicação Nº 3092637

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 013-2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: FABIANO PEREIRA COSTA

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 011/2021

OBJETO: Fornecimento de refeições para os motoristas plantonistas da ambulância e socorristas da Vila da Glória, plantonistas do SAMU, funcionários e servidores durante a participação das Campanhas de Vacinação e na realização de Serviços Extraordinários na unidade de saúde da Vila da Glória (lei nº146/95) para um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de assinatura pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

VALOR: R\$ 89.100,00 (oitenta e nove mil e cem reais).

DATA: São Francisco do Sul, 24 de março de 2021.

JEFFERSON PACHECO DE MORAES

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO CONT. 014-2021-FMS PE. 012-2021 CARLA MACHADO DE SOUZA

Publicação Nº 3092642

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 014-2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CARLA MACHADO DE SOUZA.

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO 012/2021

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de Fórmula para Nutrição Alimentar, para distribuição a pacientes que se encontram em tratamento na rede ambulatorial e no programa de combate a desnutrição, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 07 (sete) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 e a execução de 06 (seis) meses e entrega em 10 (dez) dias, após a assinatura do contrato.

VALOR: R\$ 53.577,00 (cinquenta e três mil e quinhentos e setenta e sete reais).

DATA: São Francisco do Sul, 25 de março de 2021.

JEFFERSON PACHECO DE MORAES

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO CONT. 015-2021-FMS PE. 012-2021 LIFECENTER COM. DE PROD. P/ SAÚDE

Publicação Nº 3092645

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 015-2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: LIFECENTER COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO 012/2021

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de Fórmula para Nutrição Alimentar, para distribuição a pacientes que se encontram em tratamento na rede ambulatorial e no programa de combate a desnutrição, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 07 (sete) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 e a execução de 06 (seis) meses e entrega em 10 (dez) dias, após a assinatura do contrato.

VALOR: R\$ 15.860,00 (quinze mil oitocentos e sessenta reais).

DATA: São Francisco do Sul, 25 de março de 2021.

JEFFERSON PACHECO DE MORAES

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO CONT. 016-2021-FMS PE. 012-2021 PRO VIDA COM. DE EQUIPAMENTOS

Publicação Nº 3092652

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 016-2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: PRO VIDA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO 012/2021

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de Fórmula para Nutrição Alimentar, para distribuição a pacientes que se encontram em tratamento na rede ambulatorial e no programa de combate a desnutrição, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 07 (sete) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 e a execução de 06 (seis) meses e entrega em 10 (dez) dias, após a assinatura do contrato.

VALOR: R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais).

DATA: São Francisco do Sul, 25 de março de 2021.

JEFFERSON PACHECO DE MORAES

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO CONT. 017-2021-FMS PE. 012-2021 SEBMED PROD. P/ SAÚDE

Publicação Nº 3092656

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: 017-2021

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: SEBMED PRODUTOS PARA A SAUDE EIRELI.

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO 012/2021

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de Fórmula para Nutrição Alimentar, para distribuição a pacientes que se encontram em tratamento na rede ambulatorial e no programa de combate a desnutrição, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de é de 07 (sete) meses contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993 e a execução de 06 (seis) meses e entrega em 10 (dez) dias, após a assinatura do contrato.

VALOR: R\$ 5.599,98 (cinco mil quinhentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

DATA: São Francisco do Sul, 25 de março de 2021.

JEFFERSON PACHECO DE MORAES

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 17.379/2021

Publicação Nº 3092638

PORTARIA nº 17.379, de 10 de junho de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme o art. 67 da Lei nº 8.666/93, e de acordo com a CI nº 102/2021, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Fiscais dos Contratos abaixo discriminados, para acompanhar e fiscalizar a execução dos referidos contratos, na forma e condições seguintes:

I - Contratos:

MODALIDADE PROCESSO	EMPRESA	CNPJ	OBJETO
Inexigibilidade de Licitação nº 001/2021	Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais (SC)	14.284.430/0001-97	"Publicações de atos oficiais (avisos de licitações, extratos, contratos e demais atos oficiais) no Diário Oficial do Estado, num total de 289 cm/col. Preto e branco, para um período de 12 (doze) meses."
MODALIDADE PROCESSO	EMPRESA	CNPJ	OBJETO
Inexigibilidade de Licitação nº 002/2021	Viação Verdes Mares Ltda	81.547.044/0001-38	"... fornecer 2.880 Vales Transportes Patamar Único, sendo: 2.400 passagens municipais e 480 Intermunicipal para funcionários da Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul, para o período de 12 (doze) meses.

II - Servidores Designados:

FISCAL TITULAR	
SERVIDOR:	Cristiane Fernandes
CARGO/FUNÇÃO:	Coordenadora de Patrimônio Imaterial
MATRÍCULA:	SAMAE - 95
SECRETARIA QUE ATUA:	Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul

PORTARIA nº 17.379, de 10 de junho de 2021.

FISCAL SUPLENTE	
SERVIDOR:	Thaís Helena de Almeida Monteiro
CARGO/FUNÇÃO:	Assistente Executivo
MATRÍCULA:	8093974-01
SECRETARIA QUE ATUA:	Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul

Art. 2º Os serviços de Fiscal de Contrato são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 10 de junho de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

	Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
--	--------------------------------------------------

PORTARIA Nº 17.380/2021

Publicação Nº 3092640

PORTARIA nº 17.380, de 11 de junho de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 1.702, de 12 de dezembro de 2014, e de acordo com o solicitado no Ofício nº 147/2021, da Fundação Cultural 'Ilha de São Francisco do Sul' – FUCISF, e considerando o Termo de Convênio para a cessão de servidores públicos celebrado com a FUCISF, firmado em 21 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder os servidores nominados no Anexo Único, desta Portaria, ocupantes de cargo de provimento efetivo, para exercerem suas funções junto a Fundação Cultural 'Ilha de São Francisco do Sul' – FUCISF.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 17.120, de 22 de janeiro de 2021.

São Francisco do Sul - SC, 11 de junho de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

ANEXO ÚNICO

PORTARIA nº 17.380, de 11 de junho de 2021.

	MATRÍCULA	NOME	CARGO	LOTAÇÃO
1	219509-0	ADAILTON LUIZ SCHETZ	CONTÍNUO	MUSEU HISTÓRICO
2	7940203-0	ADRIA HELENA BARBOSA DE ALMEIDA	AGENTE DE OBRAS E SERVIÇOS	MUSEU DE ARTES SACRAS
3	223689-0	ANTONIA SANTANA	AGENTE DE OBRAS E SERVIÇOS	SEDE DA FUNDAÇÃO
4	8093962-0	CARMEN ELIZIA DE AMORIM	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	BIBLIOTECA PÚBLICA
5	229695-0	DARTAGMANN JOSE DOS REIS	ASSISTENTE EXECUTIVO	MUSEU HISTÓRICO
6	463850-0	EUGENIA MARIA DOS SANTOS	AGENTE DE OBRAS E SERVIÇOS	CINE TEATRO
7	223549-0	EUNICE DA SILVA FRANÇA SCHETZ	AUXILIAR EXECUTIVO	CASA DE CULTURA
8	229725-4	GIOVANNI FRANCISCO DA SILVA LEMOS	MUSEOLOGO	MUSEU HISTÓRICO
9	223573-0	INARAO ROBERTO IZAURO	AGENTE EXECUTIVO	MUSEU HISTÓRICO
10	8093964-1	IZABEL CRISTINA DE ATAIDE	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	BIBLIOTECA PÚBLICA
11	133744-0	JULIO CESAR GORRIARAN	ASSISTENTE EXECUTIVO	MUSEU HISTÓRICO
12	8064806-1	LEILA JUVELINA DE LIMA	AGENTE DE OBRAS E SERVIÇOS	MUSEU HISTÓRICO
13	8034796-0	MARCIO LINHARES	AGENTE DE OBRAS E SERVIÇOS	PARQUE ECOLÓGICO
14	7940017-0	NIVEA MARIA DE OLIVEIRA	AGENTE DE OBRAS E SERVIÇOS	BIBLIOTECA PÚBLICA
15	7941099-0	ROSANGELA DE FREITAS MACHADO	AUXILIAR EXECUTIVO	CASA DE CULTURA
16	8093954-0	THAIS DE LIMA KUCEKI	AUXILIAR DE BIBLIOTECA	BIBLIOTECA PÚBLICA
17	8159432-0	THAIS HELENA ALMEIDA MONTEIRO	ASSISTENTE EXECUTIVO	SEDE DA FUNDAÇÃO
18	7962215-0	VANIA RAMOS REIS	ASSISTENTE EXECUTIVO	SEDE DA FUNDAÇÃO
19	7872127-1	VERA LUCIA DA SILVA	AGENTE DE OBRAS E SERVIÇOS	SEDE DA FUNDAÇÃO
20	8038627-2	WILLIAMS WERNER NICKEL	ASSISTENTE EXECUTIVO	SEDE DA FUNDAÇÃO

São Francisco do Sul - SC, 11 de junho de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 17.381/2021

Publicação Nº 3092644

PORTARIA nº 17.381, de 14 de junho de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, c/c art. 84, inciso II, alínea "a", todos da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015; conforme Requerimento n.º 011/2021/IPRESF,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com fundamento no art. 6º da EC n.º 41/2003; art. 45, da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015; c/c art. 20, §4º e art. 36, II, ambos da EC n.º 103/2019, a servidora CLAUDIA MUSSE, matrícula 480460, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Executivo – 40h, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, com proventos integrais correspondentes à última remuneração, com direito à paridade, que serão pagos pela Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar n.º 8/2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de junho de 2021.

São Francisco do Sul - SC, 14 de junho de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO

Prefeito Municipal

IDELSON ALVES PORTO
Diretor Presidente do IPRESF

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PORTARIA Nº 17.382/2021

Publicação Nº 3092646

PORTARIA nº 17.382, de 14 de junho de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, c/c art. 84, inciso II, alínea "a", todos da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015; conforme Requerimento n.º 017/2020/IPRESF;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com fundamento no art. 3º da EC n.º 47/2005; art. 45, c/c art. 47 da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015; c/c art. 20, §4º e art. 36, II, ambos da EC n.º 103/2019, à servidora MARILZA DE BRAGA CASTRO, matrícula 217450, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica Pedagógica – Supervisora Escolar – 40h, lotada na Secretaria Municipal de Educação do Município de São Francisco do Sul, com proventos integrais correspondentes à última remuneração, com direito à paridade, que serão pagos pela Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar n.º 8/2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de junho de 2021.

São Francisco do Sul - SC, 14 de junho de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

IDELSON ALVES PORTO
Diretor Presidente do IPRESF

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PORTARIA Nº 17.383/2021

Publicação Nº 3092649

PORTARIA nº 17.383, de 14 de junho de 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, c/c art. 84, inciso II, alínea "a", todos da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015; conforme Requerimento n.º 028/2019/IPRESF;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com fundamento no art. 6º da EC n.º 41/2003, c/c art. 40, §5º, da Constituição Federal de 1988; art. 45, c/c art. 23, §1º, da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015; c/c art. 20, §4º e art. 36, II, ambos da EC n.º 103/2019, à servidora SELMA ROSA DOS SANTOS LINS CALDAS, matrícula n.º 218260, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental I – 40h, lotada na Secretaria Municipal de Educação do Município de São Francisco do Sul, com proventos integrais correspondentes à última remuneração, com direito à paridade, que serão pagos pela Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 31, inciso V, da Lei Complementar n.º 8/2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de junho de 2021.

São Francisco do Sul - SC, 14 de junho de 2021.

GODOFREDO GOMES MOREIRA FILHO
Prefeito Municipal

IDELSON ALVES PORTO
Diretor Presidente do IPRESF

Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.

PUBLICAÇÃO NO BOLETIM OFICIAL - LT 919 - IMOBILIÁRIA BRASIL SUL - FISCAL JORGE ANTONIO SOARES

Publicação Nº 3092852

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

NOTIFICAÇÃO nº 426/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento no art. 35, inc. II da Lei nº 604 de 26.04.1976 e suas alterações, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele IMOBILIÁRIA BRASIL SUL que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda a limpeza de terreno de sua propriedade, lote situado na Rua Descanso, Ubatuba, de inscrição imobiliária 02.03.370.0098, nesta municipalidade, conteúdo do processo administrativo fiscal LT 919, conforme determina a Lei Municipal 1829/2016.

São Francisco do Sul, 11 de junho de 2021.

Tiago Furlan Lemos

Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

PUBLICAÇÃO NO BOLETIM OFICIAL - LT 920 - IMOBILIÁRIA BRASIL SUL - FISCAL JORGE ANTONIO SOARES

Publicação Nº 3092853

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

NOTIFICAÇÃO nº 427/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento no art. 35, inc. II da Lei nº 604 de 26.04.1976 e suas alterações, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele IMOBILIÁRIA BRASIL SUL que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda a limpeza de terreno de sua propriedade, lote situado na Rua Descanso, Ubatuba, de inscrição imobiliária 02.03.370.0133, nesta municipalidade, conteúdo do processo administrativo fiscal LT 920, conforme determina a Lei Municipal 1829/2016.

São Francisco do Sul, 11 de junho de 2021.

Tiago Furlan Lemos

Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

PUBLICAÇÃO NO BOLETIM OFICIAL - LT 921 - IMOBILIÁRIA BRASIL SUL - FISCAL JORGE ANTONIO SOARES

Publicação Nº 3092854

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

NOTIFICAÇÃO nº 428/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento no art. 35, inc. II da Lei nº 604 de 26.04.1976 e suas alterações, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele IMOBILIÁRIA BRASIL SUL que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda a limpeza de terreno de sua propriedade, lote situado na Rua Descanso, Ubatuba, de inscrição imobiliária 02.03.373.0198, nesta municipalidade, conteúdo do processo administrativo fiscal LT 921, conforme determina a Lei Municipal 1829/2016.

São Francisco do Sul, 11 de junho de 2021.

Tiago Furlan Lemos

Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

PUBLICAÇÃO NO BOLETIM OFICIAL - LT 922 - IMOBILIÁRIA BRASIL SUL - FISCAL JORGE ANTONIO SOARES

Publicação Nº 3092855

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

NOTIFICAÇÃO nº 429/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento no art. 35, inc. II da Lei nº 604 de 26.04.1976 e suas alterações, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele IMOBILIÁRIA BRASIL SUL que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda a limpeza de terreno de sua propriedade, lote situado na Rua Descanso, Ubatuba, de inscrição imobiliária 02.03.373.0161, nesta municipalidade, conteúdo do processo administrativo fiscal LT 922, conforme determina a Lei Municipal 1829/2016.

São Francisco do Sul, 11 de junho de 2021.

Tiago Furlan Lemos

Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

PUBLICAÇÃO NO BOLETIM OFICIAL - LT 923 - IMOBILIÁRIA BRASIL SUL - FISCAL JORGE ANTONIO SOARES

Publicação Nº 3092856

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

NOTIFICAÇÃO nº 430/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento no art. 35, inc. II da Lei nº 604 de 26.04.1976 e suas alterações, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele IMOBILIÁRIA BRASIL SUL que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda a limpeza de terreno de sua propriedade, lote situado na Rua Descanso, Ubatuba, de inscrição imobiliária 02.03.373.0286, nesta municipalidade, conteúdo do processo administrativo fiscal LT 923, conforme determina a Lei Municipal 1829/2016.

São Francisco do Sul, 11 de junho de 2021.

Tiago Furlan Lemos

Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

PUBLICAÇÃO NO BOLETIM OFICIAL - LT 924 - IMOBILIÁRIA BRASIL SUL - FISCAL JORGE ANTONIO SOARES

Publicação Nº 3092857

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

NOTIFICAÇÃO nº 431/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento no art. 35, inc. II da Lei nº 604 de 26.04.1976 e suas alterações, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele IMOBILIÁRIA BRASIL SUL que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda a limpeza de terreno de sua propriedade, lote situado na Rua Descanso, Ubatuba, de inscrição imobiliária 02.03.370.0074, nesta municipalidade, conteúdo do processo administrativo fiscal LT 924, conforme determina a Lei Municipal 1829/2016.

São Francisco do Sul, 11 de junho de 2021.

Tiago Furlan Lemos

Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

PUBLICAÇÃO NO BOLETIM OFICIAL - LT 925 - IMOBILIÁRIA BRASIL SUL - FISCAL JORGE ANTONIO SOARES

Publicação Nº 3092860

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

NOTIFICAÇÃO nº 432/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento no art. 35, inc. II da Lei nº 604 de 26.04.1976 e suas alterações, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele IMOBILIÁRIA BRASIL SUL que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda a limpeza de terreno de sua propriedade, lote situado na Rua Descanso, Ubatuba, de inscrição imobiliária 02.03.370.0026, nesta municipalidade, conteúdo do processo administrativo fiscal LT 925, conforme determina a Lei Municipal 1829/2016.

São Francisco do Sul, 11 de junho de 2021.

Tiago Furlan Lemos

Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

PUBLICAÇÃO NO BOLETIM OFICIAL - LT 926 - IMOBILIÁRIA BRASIL SUL - FISCAL JORGE ANTONIO SOARES

Publicação Nº 3092863

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

NOTIFICAÇÃO nº 433/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento no art. 35, inc. II da Lei nº 604 de 26.04.1976 e suas alterações, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele IMOBILIÁRIA BRASIL SUL que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda a limpeza de terreno de sua propriedade, lote situado na Rua Descanso, Ubatuba, de inscrição imobiliária 02.03.370.0086, nesta municipalidade, conteúdo do processo administrativo fiscal LT 926, conforme determina a Lei Municipal 1829/2016.

São Francisco do Sul, 11 de junho de 2021.

Tiago Furlan Lemos

Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

PUBLICAÇÃO NO BOLETIM OFICIAL - LT 927 - IMOBILIÁRIA BRASIL SUL - FISCAL JORGE ANTONIO SOARES

Publicação Nº 3092864

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

NOTIFICAÇÃO nº 434/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento no art. 35, inc. II da Lei nº 604 de 26.04.1976 e suas alterações, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele IMOBILIÁRIA BRASIL SUL que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda a limpeza de terreno de sua propriedade, lote situado na Rua Descanso, Ubatuba, de inscrição imobiliária 02.03.373.0234, nesta municipalidade, conteúdo do processo administrativo fiscal LT 927, conforme determina a Lei Municipal 1829/2016.

São Francisco do Sul, 11 de junho de 2021.

Tiago Furlan Lemos

Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

PUBLICAÇÃO NO BOLETIM OFICIAL - LT 928 - IMOBILIÁRIA BRASIL SUL - FISCAL JORGE ANTONIO SOARES

Publicação Nº 3092865

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

NOTIFICAÇÃO nº 435/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento no art. 35, inc. II da Lei nº 604 de 26.04.1976 e suas alterações, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele IMOBILIÁRIA BRASIL SUL que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda a limpeza de terreno de sua propriedade, lote situado na Rua Descanso, Ubatuba, de inscrição imobiliária 02.03.373.0246, nesta municipalidade, conteúdo do processo administrativo fiscal LT 928, conforme determina a Lei Municipal 1829/2016.

São Francisco do Sul, 11 de junho de 2021.

Tiago Furlan Lemos

Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

PUBLICAÇÃO NO BOLETIM OFICIAL - LT 929 - IMOBILIÁRIA BRASIL SUL - FISCAL JORGE ANTONIO SOARES

Publicação Nº 3092869

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

NOTIFICAÇÃO nº 436/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento no art. 35, inc. II da Lei nº 604 de 26.04.1976 e suas alterações, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele IMOBILIÁRIA BRASIL SUL que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda a limpeza de terreno de sua propriedade, lote situado na Rua Descanso, Ubatuba, de inscrição imobiliária 02.03.373.0258, nesta municipalidade, conteúdo do processo administrativo fiscal LT 929, conforme determina a Lei Municipal 1829/2016.

São Francisco do Sul, 11 de junho de 2021.

Tiago Furlan Lemos

Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

PUBLICAÇÃO NO BOLETIM OFICIAL - LT 930 - IMOBILIÁRIA BRASIL SUL - FISCAL JORGE ANTONIO SOARES

Publicação Nº 3092871

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

NOTIFICAÇÃO nº 425/2021

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, com fundamento no art. 35, inc. II da Lei nº 604 de 26.04.1976 e suas alterações, torna público e faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele IMOBILIÁRIA BRASIL SUL que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação deste, a fim de que proceda a limpeza de terreno de sua propriedade, lote situado na Rua Descanso, Ubatuba, de inscrição imobiliária 02.03.373.0274, nesta municipalidade, conteúdo do processo administrativo fiscal LT 930, conforme determina a Lei Municipal 1829/2016.

São Francisco do Sul, 11 de junho de 2021.

Tiago Furlan Lemos

Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

SUSPENSÃO CP 034-2021

Publicação N° 3092922

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

PROCESSO LICITATÓRIO N° 034/2021
CONCORRÊNCIA PÚBLICA
AVISO DE SUSPENSÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados que, em conformidade a Lei Complementar 8.666/93, e suas modificações, a abertura do certame licitatório, que estava prevista para 14/06/2021, cujo objeto é a concessão de serviço público para guarda, remoção e depósito de veículos apreendidos ou recolhidos em decorrência de infração de trânsito", está suspensa por tempo indeterminado.

São Francisco do Sul, 11 de junho de 2021.

Carlos Roberto Nunes
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

São João Batista

PREFEITURA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/PMSJB/2020

Publicação Nº 3092712

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) B889B695C1BA06AB41315195CB5130CEE9AFC163
Extrato do segundo termo aditivo ao Contrato nº 35/PMSJB/2020

Contratante: Município de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00;

Contratada: Construtora WDD Ltda, inscrita no CNPJ nº 07.256.305/0001-08;

Processo Licitatório 53/PMSJB/2020 – Tomada de Preços nº 8/PMSJB/2020;

Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Cláusula Nona, item 9.1 do Contrato nº 035/PMSJB/2020, que passa a ter a seguinte redação: 9.1. O prazo de vigência contratual fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, contados de 01/07/2021 a 30/08/2021”;

Data da assinatura: 11/06/2021.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018/SISAM/2018

Publicação Nº 3093872

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9136A27AA245E2B3D2E4E7453B7417894BCAF711
Extrato do terceiro termo aditivo ao Contrato nº 018/SISAM/2018

Contratante: Serviços de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista (SISAM), inscrito no CNPJ nº 07.585.406/0001-22;

Contratada: MKS Desenvolvimento de Sistemas LTDA, inscrita no CNPJ nº. 07.454.474/0001-52;

Processo Licitatório 018/SISAM/2018 – Pregão Presencial 016/SISAM/2018;

Objeto: O prazo contratual fica renovado por mais 12 (doze) meses, contados de 15/06/2021 a 14/06/2022;

Dotação orçamentária: (4) 3.3.90.39.05.00.00.00.00.00;

Data da assinatura: 11/06/2021.

PORTARIA Nº 413/2021

Publicação Nº 3095296

PORTARIA Nº 413/2021
Concede Licença Gestação

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4130/2021, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 2591/2021, resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO a servidora GABRIELA FIRMO, a contar de 30 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 10 de junho de 2021.

Rosane Sartori Rosa

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 414/2021

Publicação Nº 3095384

PORTARIA Nº 414/2021

Prorrogação de Contrato.

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4131/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 02/05/2021 a 05/09/2021, o contrato do (a) servidor (a) JESSICA PEREIRA DE SOUZA, admitido (a) para a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, junto a Secretaria Municipal de Educação, em substituição a Adriana Zimmer Saldanha, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 11 de junho de 2021.

Rosane Sartori Rosa

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 415/2021

Publicação Nº 3095434

PORTARIA Nº 415/2021

Prorrogação de Contrato.

A Secretária de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 4131/2021, considerando o interesse da Administração, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 03/06/2021 a 15/12/2021, o contrato do (a) servidor (a) RAQUELI RUSCH, admitido (a) para a função de PROFESSORA DE CRECHE, junto a Secretaria Municipal de Educação, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da prorrogação.

São João Batista, 11 de junho de 2021.

Rosane Sartori Rosa

Secretária Municipal de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/FUBE/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO 004/FUBE/2021 - DESERTO

Publicação Nº 3092464

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D863EACC37354405C92845380C6FF6BCD7A5E47A

Processo Licitatório nº 004/FUBE/2021 - Pregão Eletrônico 004/FUBE/2021 - DESERTO

O Departamento de Licitações, obedecendo ao que preconiza a legislação em vigor, comunica que o Processo Licitatório 004/FUBE/2021 – Pregão Eletrônico 004/FUBE/2021, foi considerado DESERTO. São João Batista, 11 de junho de 2021. Juliano Grime, Diretor de Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/PMSJB/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO 043/PMSJB/2021

Publicação Nº 3092765

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 24F725D2AF7B0F7BD90ECD3F059F7DDF4BF996F7

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/PMSJB/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO 043/PMSJB/2021

O Município de São João Batista (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Juliano Grime, Pregoeiro Municipal suplente, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 060/PMSJB/2021 - Pregão Eletrônico 043/PMSJB/2021, do tipo menor preço, modo de disputa: aberto, para AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO DE CARGA TIPO FURGÃO, ZERO KM, DESTINADO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 30/06/2021; Início da sessão: dia 30/06/2021, às 8h30min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.sjbatista.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do município de São João Batista, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 11 de junho de 2021.

Juliano Grime

Pregoeiro Municipal suplente

DECRETO N° 4219/2021

Publicação N° 3092870

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO N° 4219/21

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 004013/20 de 15 de Dezembro de 2020.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 52.950,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.361.0002.1.019 - Aquisição de Veículos e Onibus

4.4.90.00.00.00.00.00.0339 - Aplicacoes Diretas

Valor - 52.950,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do Superávit Financeiro Alienação de Bens-Educação.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 10 de Junho de 2021

ALMIR PEIXER

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em 10/06/2021

Assessoria de Comunicação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 027/PMSJB/2021

Publicação Nº 3092413

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 0D4B6049B439BEB12BC820C5821135CA1AD641B1

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA CNPJ: 82.925.652/0001-00 PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89 C.E.P.: 88240-000 - São João Batista - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 27/2021 - PE Processo Administrativo: 41/2021 Processo de Licitação: 41/2021 Data do Processo: 11/05/2021
	Folha: 1/6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Secretária De Administração, ROSANE SARTORI ROSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 41/2021
b) Licitação Nr.: 27/2021-PE
c) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
d) Data Homologação: 11/06/2021
e) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE TINTAS E MATERIAIS DE PINTURA DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDAÇÕES E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

JJB COMÉRCIO VAR. DE TINTAS E FERRAMENTAS LTDA (17600)

3	DILUENTE EPOXI. CARACTERÍSTICAS: SOLVENTE PARA PRODUTOS EPÓXI DE ALTA QUALIDADE, COR/ASPECTOS: INCOLOR, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 900ML. - Marca: FENIX	UN	180,00	0,0000	27,72	4.989,60
26	TINTA EPOXI COMPONENTE A E B, A BASE DE SOLVENTE, ACABAMENTO ACETINADO, CARACTERÍSTICAS: 1ª LINHA, USO INTERNO E EXTERNO, VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES, CORES VARIADAS (A SER DETERMINADA NO MOMENTO DO PEDIDO), ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 3,6 LITROS, CLASSIFICADO CONFORME NORMA ABNT 10990, CERTIFICADO PELO INMETRO, NORMATIZADA E APROVADA PELO PSQ - PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE ABRAFATI. - Marca: DACAR	UN	150,00	0,0000	230,00	34.500,00

Total do Fornecedor: 39.489,60

São João Batista, 11 de Junho de 2021.

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA CNPJ: 82.925.652/0001-00 PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89 C.E.P.: 88240-000 - São João Batista - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 27/2021 - PE Processo Administrativo: 41/2021 Processo de Licitação: 41/2021 Data do Processo: 11/05/2021
	Folha: 2/6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA (10287)

1	AGUARÁS MINERAL. EMBALAGEM DE 05 LITROS. COMPOSIÇÃO BÁSICA, A BASE DE SOLVENTES ALIFÁTICOS E AROMÁTICOS, ISENTOS DE ÁLCOOL, BENZENO OU QUEROSENE. INDICADO PARA DILUIÇÃO DE ESMALTES SINTÉTICOS, TINTA A ÓLEO, VERNIZES E COMPLEMENTOS A BASE DE RESINA ALQUÍDICA. CLASSIFICADO CONFORME NORMA ABNT NBR 14725-4. CERTIFICADO PELO INMETRO. NORMATIZADA E APROVADA PELO PSQ - PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE ABRAFATI. - Marca: GOL	UN	150,00	0,0000	47,00	7.050,00
2	BROXA RETANGULAR CORPO E CABO PLÁSTICO CERDAS SINTÉTICAS, DIMENSÕES APROXIMADAS 7X18 CM. - Marca: DTOOLS	UN	100,00	0,0000	6,80	680,00
4	DILUENTE TIPO THINNER. PRODUTO ORIGINÁRIO DO BALANCEAMENTO DE SOLVENTES AROMÁTICOS (TOLUOL, XILOL), ÁLCOOIS (ETANOL), ACETATOS (ETILA E BUTILA) E GLICÓIS (BUTILGLICOL), UTILIZADOS PARA DILUIÇÃO DE TINTAS DE BASE SINTÉTICA, DE ACORDO COM SUAS APLICAÇÕES, OU PARA LIMPEZA GERAL. ACONDICIONADO EM GALÃO DE 05 LITROS. CLASSIFICADO CONFORME NORMA ABNT 11702. CERTIFICADO PELO INMETRO. NORMATIZADA E APROVADA PELO PSQ - PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE ABRAFATI. - Marca: GOL	UN	250,00	0,0000	49,90	12.475,00
5	ESTOPA PARA LIMPEZA E POLIMENTO, BRANCA, PACOTE COI 1KG. - Marca: DTOOLS	PCT	100,00	0,0000	11,40	1.140,00
6	EXTENSOR TELESCÓPICO DE ALUMÍNIO COM 2M. PROLONGADORES PARA ROLO DE PINTURA EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO, EXTENSÍVEL E AJUSTÁVEL ATÉ 2 METROS. - Marca: DTOOLS	UN	80,00	0,0000	24,00	1.920,00
7	FITA CREPE PARA PINTURA, MEDINDO 24MM X 50METROS. - Marca: DTOOLS	UN	500,00	0,0000	5,20	2.600,00
8	FITA CREPE PARA PINTURA, MEDINDO 48MM X 50METROS. - Marca: DTOOLS	UN	500,00	0,0000	4,50	2.250,00
10	FUNDO SINTÉTICO NIVELADOR DE MADEIRA, ACABAMENTO FOSCO, (PRONTAS DE FÁBRICA). CARACTERÍSTICAS: INDICADO PARA MADEIRAS, RENDIMENTO DE 30 A 40 M2 GALÃO/DEMÃO, UTILIZADO EM AMBIENTE INTERNO E EXTERNO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES. CORES VARIADAS (A SER DETERMINADA NO MOMENTO DO PEDIDO). ACONDICIONADA EM LATA DE 3,6 LITROS. CLASSIFICADO CONFORME NORMA ABNT 11702. CERTIFICADO PELO INMETRO. NORMATIZADA E APROVADA PELO PSQ - PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE ABRAFATI. - Marca: HYDRONORTE	UN	200,00	0,0000	56,80	11.360,00
11	GESSO EM PÓ, SECAGEM RÁPIDA. CARACTERÍSTICAS: SECAGEM RÁPIDA; INDICADO PARA REVESTIMENTO PARA PAREDES DE ALVENARIA, BLOCOS CERÂMICOS OU DE CONCRETO, LAJES E PILARES. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 1KG. - Marca: HYDRONORTE	UM	80,00	0,0000	3,47	277,60

São João Batista, 11 de Junho de 2021.

Assinatura do Responsável

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA</p> <p>CNPJ: 82.925.652/0001-00 PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89 C.E.P.: 88240-000 - São João Batista - SC</p>	<p>PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 27/2021 - PE</p> <p>Processo Administrativo: 41/2021 Processo de Licitação: 41/2021 Data do Processo: 11/05/2021</p>
	Folha: 3/6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA (10287)

15	MASSA CORRIDA OU PVA. RENDIMENTO MÍNIMO DE 60 MTS ² POR DEMÃO. PRODUTO CLASSIFICADO CONFORME NORMA BRASILEIRA NBR 11702 DE NOV. DE 1991 TIPO 4.5.1. ESTE PRODUTO DEVERÁ ESTAR CLASSIFICADO CONFORME NORMA NBR 11702 DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS) TIPO 4.7.2 E CONFORME NBR 15348. ACONDICIONADA EM LATA DE 25 KG. CERTIFICADA PELO INMETRO. NORMATIZADA E APROVADA PELO PSQ - PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE ABRAFATI. - Marca: HYDRONORTE	UN	150,00	0,0000	45,00	6.750,00
16	PINCEL PARA PINTURA COM CERDAS GRIS LINGAS, TAMANHOS DIVERSOS. - Marca: DTOOLS	UN	200,00	0,0000	8,00	1.600,00
18	ROLO DE PINTURA ANTIGOTA PRIMEIRA LINHA, COM CABO. CARACTERÍSTICAS: MATERIAL TUBO PLÁSTICO, APLICAÇÃO SUPERFÍCIE LISA, PAREDE E MADEIRA, MATERIAL CABO PLÁSTICO RESISTENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA USO COM CABO/SUPORTE TIPO GAIOLA APROPRIADO, COM ARMAÇÃO EM AÇO GALVANIZADO E INCLUSIVE CABO PLÁSTICO CONECTÁVEL A CABO EXTENSOR. TAMNAHOS DIVEROS. - Marca: DTOOLS	UN	150,00	0,0000	11,20	1.680,00
19	ROLO DE PINTURA DE ESPUMA, 100% POLIÉSTER DE 15 CM, COM CABO. CARACTERÍSTICAS: PARA USO COM TINTAS ACRÍLICA, LÁTEX (PVA) E ESMALTE. RESISTENTE A AGUARRÁS E QUEROSENE. PARA USO COM CABO/SUPORTE TIPO GAIOLA APROPRIADO, COM ARMAÇÃO EM AÇO GALVANIZADO E INCLUSIVE CABO PLÁSTICO CONECTÁVEL A CABO EXTENSOR. TAMNAHOS DIVEROS. - Marca: DTOOLS	UN	150,00	0,0000	5,20	780,00
20	ROLO DE PINTURA DE LÃ CARNEIRO DE 15 CM, COM CABO. CARACTERÍSTICAS: MATERIAL TUBO PLÁSTICO, ALTURA 7, APLICAÇÃO SUPERFÍCIE LISA, PAREDE E MADEIRA, MATERIAL CABO PLÁSTICO RESISTENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA USO COM CABO/SUPORTE TIPO GAIOLA APROPRIADO, COM ARMAÇÃO EM AÇO GALVANIZADO E INCLUSIVE CABO PLÁSTICO CONECTÁVEL A CABO EXTENSOR. TAMANHOS DIVERSOS. - Marca: DTOOLS	UN	150,00	0,0000	5,20	780,00
21	SELADOR ACRÍLICO - GALÃO DE 18L - PARA SELAR E UNIFORMIZAR A ABSORÇÃO DE SUPERFÍCIES NOVAS EXTERNAS E INTERNAS DE REBOCO, BLOCO DE CONCRETO, CONCRETO, FIBROCIMENTO E MASSA FINA. ACABAMENTO: FOSCO. ANTIBÁCTÉRIA: NÃO. APLICAÇÃO: ROLO, PINCEL OU PISTOLA. CATEGORIA: LINHA IMOBILIÁRIA. DEMÃOS: 1 DEMÃO. DILUIÇÃO: ÁGUA. FUNGICIDA: NÃO. INDICAÇÃO: UTILIZADO EM SUPERFÍCIES NOVAS. LAVÁVEL: NÃO. LIMPEZA: ÁGUA. RENDIMENTO: ATÉ 100M ² . TEMPO DE SECAGEM: AO TOQUE 2 HORAS, TOTAL 24 HORAS. USO: ALVENARIA. ODOR: SEM CHEIRO. BASE: ÁGUA. ANTIMOFO: NÃO. CLASSIFICADO CONFORME NORMA ABNT 11702. CERTIFICADO PELO INMETRO. NORMATIZADA E APROVADA PELO PSQ - PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE ABRAFATI. - Marca: HYDRONORTE	UN	200,00	0,0000	63,00	12.600,00

São João Batista, 11 de Junho de 2021.

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA CNPJ: 82.925.652/0001-00 PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89 C.E.P.: 88240-000 - São João Batista - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 27/2021 - PE Processo Administrativo: 41/2021 Processo de Licitação: 41/2021 Data do Processo: 11/05/2021
	Folha: 4/6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA (10287)

23 TINTA ACRÍLICA FOSCA STANDART, PARA APLICAÇÃO INTERNA E EXTERNA COM ACABAMENTO AVELUDADO E RENDIMENTO NÃO INFERIOR A 200 M² POR DEMÃO. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR INMETRO E CLASSIFICAÇÃO DE QUALIDADE DE 2ª LINHA STANDART. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS DA ABNT NBR 11702/2010. CORES VARIADAS (A SER DETERMINADA NO MOMENTO DO PEDIDO). ACONDICIONADA EM LATA DE 18 LITROS. CERTIFICADO PELO INMETRO. NORMATIZADA E APROVADA PELO PSQ - PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE ABRAFATI. - Marca: HYDRONORTE	UN	410,00	0,0000	159,00	65.190,00
24 TINTA ACRÍLICA PARA PISOS PREMIUM, APLICAÇÃO EM PISOS CIMENTADOS, INTERNO E EXTERNO, MÍNIMO DE 200 M² POR DEMÃO. LAVÁVEL. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR INMETRO E CLASSIFICAÇÃO DE QUALIDADE DE 1ª LINHA PREMIUM. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS DA ABNT NBR 11702/2010. CORES VARIADAS (A SER DETERMINADA NO MOMENTO DO PEDIDO). ACONDICIONADA EM LATA DE 18 LITROS. CERTIFICADO PELO INMETRO. NORMATIZADA E APROVADA PELO PSQ - PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE ABRAFATI. - Marca: HYDRONORTE	UN	430,00	0,0000	157,00	67.510,00
25 TINTA ACRÍLICA, TIPO ACABAMENTO SEMI BRILHO, CARACTERÍSTICAS: COMPOSIÇÃO BÁSICA ÁGUA E PVA. ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, 1ª LINHA, COM ANTIFOFO, COM RENDIMENTO DE 200 A 250 M² LATA DE 18 L/DEMÃO; USO INTERNO E EXTERNO. MÉTODO DE APLICAÇÃO: ROLO E PINCEL. SUPERFÍCIE DE APLICAÇÃO: REBOCO, BLOCO, CONCRETO, GESSO, FIBROCIMENTO; APLICAÇÃO INTERNA E EXTERNA; VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES. CORES VARIADAS (A SER DETERMINADA NO MOMENTO DO PEDIDO). ACONDICIONADA EM GALÃO DE 18 LITROS. CERTIFICADO PELO INMETRO. NORMATIZADA E APROVADA PELO PSQ - PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE ABRAFATI. - Marca: HYDRONORTE	UN	250,00	0,0000	220,00	55.000,00
27 TINTA ESMALTE SINTÉTICO PREMIUM A BASE DE RESINA ALQUÍDICA, USO INTERNO E EXTERNO COM RENDIMENTO NÃO INFERIOR A 40 METROS POR DEMÃO. PARA APLICAÇÃO EM MADEIRAS E METAIS, ACABAMENTO BRILHANTE, COM ALTA PROTEÇÃO ÀS AÇÕES DO TEMPO. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR INMETRO E CLASSIFICAÇÃO DE QUALIDADE DE 1ª LINHA PREMIUM. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER AS NORMAS DA ABNT NBR 11702/2010. CORES VARIADAS (A SER DETERMINADA NO MOMENTO DO PEDIDO). ACONDICIONADA EM GALÃO DE 3,6 LITROS. CERTIFICADO PELO INMETRO. NORMATIZADA E APROVADA PELO PSQ - PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE ABRAFATI. - Marca: HYDRONORTE	UN	500,00	0,0000	60,00	30.000,00

São João Batista, 11 de Junho de 2021.

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA CNPJ: 82.925.652/0001-00 PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89 C.E.P.: 88240-000 - São João Batista - SC	PREGÃO ELETRÔNICO Nr.: 27/2021 - PE Processo Administrativo: 41/2021 Processo de Licitação: 41/2021 Data do Processo: 11/05/2021
	Folha: 5/6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

JOSÉ LUIZ GONÇALVES TED A (10287)

28 TINTA ESMALTE SINTÉTICO, ACABAMENTO BRILHO, A BASE DE ÁGUA, CARACTERÍSTICAS: TIPO SINTÉTICO; À BASE DE ÁGUA, DE 1ª LINHA, COM RENDIMENTO MÍNIMO DE 40 A 50 M² GALÃO/DEMÃO, USO INTERNO E EXTERNO; SUPERFÍCIE DE APLICAÇÃO: METAL, MADEIRA E ALVENARIA; MÉTODO DE APLICAÇÃO: ROLO/PINCEL E PISTOLA; VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES. CORES VARIADAS (A SER DETERMINADA NO MOMENTO DO PEDIDO). ACONDICIONADA EM GALÃO DE 3,6LITROS. CLASSIFICADO CONFORME NORMA ABNT 11702. CERTIFICADO PELO INMETRO. NORMATIZADA E APROVADA PELO PSQ - PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE ABRAFATI. - Marca: HYDRONORTE	UN	500,00	0,0000	84,60	42.300,00
29 TINTA PARA PISO ACRÍLICA, A BASE DE ÁGUA, CARACTERÍSTICAS: RESISTENTE À ABRASÃO E INTEMPÉRIES, COM RENDIMENTO MÍNIMO DE 40 A 50 M² GALÃO/DEMÃO; DE 1ª LINHA; MÉTODO DE APLICAÇÃO: ROLO OU PINCEL. APLICAÇÃO: MARCAÇÃO DE FAIXAS EM PISO, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO; VALIDADE DE NO MÍNIMO 12 MESES. CORES VARIADAS (A SER DETERMINADA NO MOMENTO DO PEDIDO). ACONDICIONADA EM GALÃO DE 3,6LITROS. CLASSIFICADO CONFORME NORMA ABNT 11702. CERTIFICADO PELO INMETRO. NORMATIZADA E APROVADA PELO PSQ - PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE ABRAFATI. - Marca: HYDRONORTE	UN	500,00	0,0000	40,00	20.000,00
30 TINTA SPRAY PARA USO GERAL. CORES VARIADAS (A SER DETERMINADA NO MOMENTO DO PEDIDO) ACONDICIONADA EM LATA DE 400 ML. - Marca: COLORGIM	UN	200,00	0,0000	10,50	2.100,00
31 VERNIZ MARÍTIMO INCOLOR PREMIUM MADEIRA, ACABAMENTO INCOLOR BRILHANTE, INDICADO PARA PROTEGER SUPERFÍCIES DE MADEIRA, MANTENDO SUA COR NATURAL. PROPORCIONA EXCELENTE DESEMPENHO EM EXTERIORES E INTERIORES. CLASSIFICADO CONFORME NBR 11.702 DE 07/2010. ACONDICIONADA EM GALÃO DE 3,6LITROS. CERTIFICADO PELO INMETRO. NORMATIZADA E APROVADA PELO PSQ - PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE ABRAFATI. - Marca: MONTANA	UN	150,00	0,0000	63,00	9.450,00

Total do Fornecedor: 355.492,60

SSM COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (17602)

9 FUNDO PREPARADOR ACRÍLICO DE PAREDES À BASE DE ÁGUA, CARACTERÍSTICAS: INDICADO PARA UNIFORMIZAR A ABSORÇÃO, SELAR E AUMENTAR A COESÃO DE SUPERFÍCIES POROSAS EXTERNAS E INTERNAS, COMO REBOCO FRACO, CONCRETO NOVO, PINTURAS DESCASCADAS, PAREDES CAÍDAS, GESSO E CIMENTO-AMIANTO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES. ACONDICIONADA EM GALÃO DE 18 LITROS. CLASSIFICADO CONFORME NORMA ABNT 11702. CERTIFICADO PELO INMETRO. NORMATIZADA E APROVADA PELO PSQ - PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE ABRAFATI. - Marca: FUTURA/FUTURA	UN	150,00	0,0000	98,00	14.700,00
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	--------	--------	-------	-----------

São João Batista, 11 de Junho de 2021.

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

CNPJ: 82.925.652/0001-00
 PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89
 C.E.P.: 88240-000 - São João Batista - SC

PREGÃO ELETRÔNICO

Nr.: 27/2021 - PE

Processo Administrativo: 41/2021
 Processo de Licitação: 41/2021
 Data do Processo: 11/05/2021

Folha: 6/6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

SSM COMÉRCIO DE TINTAS LTDA (17602)

14	MASSA ACRILICA, RENDIMENTO MÍNIMO DE 60 MTS² POR DEMÃO, PRODUTO CLASSIFICADO CONFORME NORMA BRASILEIRA NBR 11702 DE NOV. DE 1991 TIPO 4.5.1. ESTE PRODUTO DEVERÁ ESTAR CLASSIFICADO CONFORME NORMA NBR 11702 DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS) TIPO 4.7.2 E CONFORME NBR 15348. ACONDICIONADA EM LATA DE 25KG. CERTIFICADA PELO INMETRO. NORMATIZADA E APROVADA PELO PSQ - PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE ABRAFATI. - Marca: FUTURA/FUTURA	UN	200,00	0,0000	76,00	15.200,00
17	RESINA ACRÍLICA PREMIUM A BASE DE SOLVENTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 180 MTS² POR DEMÃO, INDICADOS PARA SUPERFÍCIES EXTERNAS E INTERNAS DE PEDRAS NATURAIS ARDÓSIA, PEDRA MINEIRA, SÃO TOMÉ, PEDRA GOIANA, ENTRE OUTRAS, CONCRETO APARENTE, FIBROCIMENTO, TELHAS E TIJOLOS DE BARRO, DE EXCELENTE RESISTÊNCIA E ACABAMENTO BRILHANTE, INCOLOR APÓS A SECAGEM. PRODUTO CLASSIFICADO CONFORME NORMA BRASILEIRA NBR 11702 DE NOV. DE 1991 TIPO 4.4.7. ESTE PRODUTO DEVERÁ ESTAR CLASSIFICADO CONFORME NORMA NBR 11702 DA ABNT (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS) TIPO -4.8.3 E 4.8.5, CORES VARIADAS (A SER DETERMINADA NO MOMENTO DO PEDIDO). ACONDICIONADA EM LATA DE 18 LITROS. CERTIFICADA PELO INMETRO. NORMATIZADA E APROVADA PELO PSQ - PROGRAMA SETORIAL DE QUALIDADE ABRAFATI. - Marca: FUTURA/FUTURA	UN	100,00	0,0000	245,00	24.500,00

Total do Fornecedor: 54.400,00

T. J. L. COMÉRCI & ATACADO EIRELI (17601)

12	LIXA DE PAREDE PARA MASSA Nº 150. CARACTERÍSTICAS: MATERIAL ÓXIDO ALUMÍNIO, TIPO LIXA MASSA, APRESENTAÇÃO FOLHA, TIPO GRÃO 150, DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIMENTO 4.500MM, LARGURA 150MM. - Marca: ALCAR	MT	2.000,00	0,0000	0,60	1.200,00
13	LIXA DE PAREDE PARA MASSA Nº 180. CARACTERÍSTICAS: MATERIAL ÓXIDO ALUMÍNIO, TIPO LIXA MASSA, APRESENTAÇÃO FOLHA, TIPO GRÃO 180, DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIMENTO 4.500, LARGURA 150MM - Marca: ALCAR	MT	2.000,00	0,0000	0,60	1.200,00

Total do Fornecedor: 2.400,00

Total Geral: 451.782,20

São João Batista, 11 de Junho de 2021.

Assinatura do Responsável

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 087 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE 220M² - GERALDO TELOEKEN

Publicação Nº 3092725

DECRETO Nº 087/21, DE 11/06/2021.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE 222,00 M² DE PARTE DO LOTE RURAL Nº 34-B, DA MATRÍCULA 17.298 DE PROPRIEDADE DO SR. GERALDO TELOEKEN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 73, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o contido no art. 5º, alínea 'h', do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de 222,00 m² (duzentos e vinte e dois metros quadrados) de parte do lote rural nº 34-B, da matrícula 17.298, do Registro de Imóveis de Itapiranga, de propriedade de Geraldo Teloeken.

Art. 2º. A área descrita no artigo 1º será destinada para instalação de sistema de reservação e de distribuição de água da rede pública municipal.

Art. 3º. Fica declarada de caráter urgente a desapropriação referida no artigo 1º, nos termos do artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941, e alterações posteriores.

Art. 4º. A área mencionada no artigo 1º está descrita na planta de localização e memorial descritivo em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 11 de junho de 2021.

GENÉSIO MARINO ANTON
Prefeito Municipal

DECRETO 088 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE 180M² - ADEMIR SCHWERTZ

Publicação Nº 3092727

DECRETO Nº 088/21 DE 11/06/2021.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE 180,00 M², DE PARTE DOS LOTES RURAIS Nº 26 E 29, DA MATRÍCULA 5.491, DE PROPRIEDADE DO SR. ADEMIR SCHWERTZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 73, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o contido no art. 5º, alínea 'h', do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de 180,00 m² (cento e oitenta metros quadrados) de parte dos lotes rurais nº 26 e 29, da matrícula 5.491, do Registro de Imóveis de Itapiranga, de propriedade de Ademir Schwertz.

Art. 2º. A área descrita no artigo 1º será destinada para instalação de sistema de reservação e de distribuição de água da rede pública municipal.

Art. 3º. Fica declarada de caráter urgente a desapropriação referida no artigo 1º, nos termos do artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941, e alterações posteriores.

Art. 4º. A área mencionada no artigo 1º está descrita na planta de localização e memorial descritivo em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 11 de junho de 2021.

GENÉSIO MARINO ANTON
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 19.2021

Publicação Nº 3092556

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 94A86C0F70664E0A327A50C5E6BCF3025890256C

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Gaia Rodovias LTDA

ORIGEM: Processo Licitatório 08/2020

OBJETO: "Contratação em regime de empreitada global, para pavimentação asfáltica das Ruas Adolfo Grasel, São Sebastião, Oscar Welter, Santa Maria e Paraná - Centro de São João do Oeste, com recursos da CAIXA, nos termos do Contrato de Repasse OGU nº 868028/2018 e Contrato de Repasse OGU nº 868027/2018 e ainda com recursos Próprios do município de São João do Oeste - SC". Este termo visa prorrogar o prazo de execução da obra até dia 13 de agosto de 2021.

PRAZO: 14.06.2021 até 13.08.2021

São João do Oeste – 14 de junho de 2021

Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATORIO Nº 12.2021 PE 03.2021

Publicação Nº 3095596

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2021

PARTES: Fundo Municipal de Educação de São João do Oeste e Thiago Stulp ME

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 03/2021

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste para os meses de julho a dezembro de 2021."

Valor: R\$ 40.309,00

Prazo: 14.06.2021 até 14.06.2022

São João do Oeste – 14 de junho de 2021

Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2021

PARTES: Fundo Municipal de Educação de São João do Oeste e Mercado Halmenschlager LTDA

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 03/2021

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste para os meses de julho a dezembro de 2021."

Valor: R\$ 125.439,63

Prazo: 14.06.2021 até 14.06.2022

São João do Oeste – 14 de junho de 2021

Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2021

PARTES: Fundo Municipal de Educação de São João do Oeste e A.E.M. Oeste Comercial LTDA ME

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 03/2021

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste para os meses de julho a dezembro de 2021."

Valor: R\$ 53.054,40

Prazo: 14.06.2021 até 14.06.2022

São João do Oeste – 14 de junho de 2021

Genésio Marino Anton– Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

PROCESSO 019-2021 - PE_SRP

Publicação Nº 3095537

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 80A50256F34800727CEB3F8842E612EF8C1DDD0D

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL – AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2021/SRP - Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para futura aquisição de materiais de proteção e segurança, matérias de higienização, conforme demanda, obedecidos as especificações mínimas constantes no Termo de Referência, bem como, as demais condições, constantes do Edital e demais Anexos. Entrega Parcelada. Tipo de julgamento: menor preço por item. Base Legal: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 151, de 12 de novembro de 2013, Lei complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2016, Lei Federal nº 8.078, de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e, demais legislações correlatas. Do Encaminhamento da Proposta, Documentos de Habilitação e da Sessão Pública: Exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá dia 28 de junho de 2021 às 09h30min, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, nos termos das condições descritas no Edital. Informações através do e-mail: licitacoes@saojoaosul.sc.gov.br ou telefone (48) 3539-0113. São João do Sul-SC, 11 de junho de 2021 – Moacir Francisco Teixeira- Prefeito Municipal.

São Joaquim

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 021/2021 CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 3092820

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 021/2021
CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
CONFORME LEIS MUNICIPAIS Nº 4.844/2021 E Nº 4.398/2016
DECRETO Nº 390/2018

AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conforme Leis nº 4.844/2021 e 4.398/2016, tornam pública a abertura de CHAMADA PÚBLICA Nº 021/2021, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para atuarem na Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Turismo, no Município de São Joaquim, conforme quadro abaixo.

Cabe ressaltar que as vagas pertinentes ao quadro da Secretaria Municipal de Educação são em razão da necessidade de suprir as demandas de serviço de Professor e Agente de Serviços Gerais nas Escolas da Rede Municipal do Município de São Joaquim, sendo estas vagas oriundas ou de chamadas de concursos, vacância por exonerações e vagas vinculadas devido a afastamentos. Na Secretaria Municipal de Turismo a vaga é de Agente de Serviços Gerais oriunda de remoção definitiva de servidor.

Salienta-se ainda, que no momento não há candidatos aprovados e em lista de espera no Concurso Público nº 02/2019 e/ou Processo Seletivo nº 01/2020, para tais cargos. Devido à urgência temporal, não há possibilidade para espera de realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo e em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa se impõe a presente CHAMADA PÚBLICA, objetivando a continuidade dos serviços públicos serem prestados a população.

A coordenação técnica administrativa da Chamada Pública nº 021/2021 será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Setor de Recursos Humanos, e Secretaria Municipal de Educação.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Chamada Pública tem por objetivo a contratação de pessoal por tempo determinado, para suprir a falta de profissionais quando não houver candidatos aprovados em Concurso Público e ou estiver esgotada a lista de vagas de Processo Seletivo.

1.2 A coordenação de todas as etapas da chamada pública será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração e Secretaria de Educação.

2. DOS CARGOS E REQUISITOS

2.1 Os cargos a serem providos são:

Secretaria Municipal de Educação Professores				
Nº de Vagas	Cargo	Habilitação Necessária	Carga Horária	Local
01	Professor de Educação Física	Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	10h/vesp.	EEBM Aristides Ribeiro de Medeiros
01	Professor de Educação Física	Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	20h/vesp.	EEBM Attilia Cechinel Nesi
01	Professor de Educação Física	Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	20h/mat.	EEBM José Saturnino de Souza e Oliveira
01	Professor de Anos Iniciais	Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia. Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Pedagogia ou Magistério Completo.	20h/mat.	EEBM João Paulo Carvalho
01	Professor de AEE	Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Especial. Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Educação Especial ou Pedagogia e/ou Magistério Completo.	10h/vesp.	EEBM CAIC Fúlvio Amarante Ferreira
01	Segundo Professor	Habilitado: Licenciatura Plena em Educação Especial. Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Educação Especial ou Pedagogia e/ou Magistério Completo.	20h/vesp.	EEBM Attilia Cechinel Nesi

01	Professor de Educação Infantil	Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia. Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Pedagogia ou Magistério Completo.	30h/mat.	EEIM Direitos Humanos
01	Professor de Educação Infantil	Habilitado: Licenciatura Plena em Pedagogia. Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Pedagogia ou Magistério Completo.	30h/mat.	EEIM Filomena Martorano Vieira Rodrigues

Secretaria Municipal de Turismo/Educação				
Nº de Vagas	Cargo	Habilitação Mínima	Carga Horária	Local
01	Agente de Serviços Gerais	Certificado de Conclusão do 1º grau (Ensino Fundamental Completo)	40hrs	EEBM Domingos Pereira Portela
01	Agente de Serviços Gerais (Braçal)	Certificado de Conclusão do 1º grau (Ensino Fundamental Completo)	40hrs	Secretaria Municipal de Turismo

Vencimentos cargo de Professor:

Professor habilitado 30hrs: R\$ 2.367,28

Professor não habilitado 30hrs: R\$ 2.164,62

Professor habilitado 20hrs: R\$ 1.578,20

Professor não habilitado 20hrs: R\$ 1.443,08

Professor habilitado 10hrs: R\$ 789,07

Professor não habilitado 10hrs: R\$ 721,54

Vencimentos cargo de Agente de Serviços Gerais:

Agente de Serviços Gerais 40hrs: R\$ 1.100,00.

2.2. Atribuições e competências:

As atribuições e competências estão nas Leis Federais e Municipais de Planos de Cargos e Carreiras.

2.3. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

2.3.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

2.3.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.3.3 - Ter aptidão física e mental;

2.3.4 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;

2.3.5 - Carteira de Identidade;

2.3.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

2.3.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

2.3.8 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino) até 45 anos de idade;

2.3.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

2.3.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

2.3.11 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;

2.3.12 - Certidão de casamento ou união estável;

2.3.13 - 01 foto 3x4

2.3.14 - PIS/PASEP (frente e verso);

2.3.15 - Declaração de bens e rendas que constituem seu patrimônio;

2.3.16 - Declaração de inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, emprego ou função pública nas esferas federal, estadual ou municipal;

2.3.17 - Certidão negativa de antecedentes criminais

2.3.18 - Documentos comprobatórios dos requisitos do cargo.

2.3.19 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.

2.4. O candidato deverá comprovar, por ocasião do contrato, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

3. DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

Os interessados deverão comparecer na CASA DA CULTURA, sito à Praça Cezário Amarante, Bairro Centro, dia 14 de Junho de 2021, onde das 08h30min ATÉ as 09hrs será permitido seu acesso no local acima elencado.

3.1 O início da seleção e classificação dos candidatos será as 09hrs no mesmo local.

3.1.1. Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos para Professor:

1º Títulos de Especialização;

2º Graduação na área;

3º Cursando na área;

4º Maior Idade;

5º Número de filhos;

3.1.2. Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos para Agente de Serviços Gerais:

1º Títulos de Especialização;

2º Graduação;

3º Ensino Médio;

4º Ensino Fundamental;

5º Maior tempo de serviço prestado na área de atuação;

6º Maior Idade;

7º Número de filhos;

3.2. No ato da chamada pública, o candidato deverá apresentar os documentos originais ou cópias autenticadas, necessários para comprovação dos critérios de seleção e classificação, (diploma, declaração e histórico escolar que comprovem sua habilitação na área).

3.3. Os candidatos deverão conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenchem todos os requisitos exigidos para o cargo e para a investidura de cargo no serviço público, conforme consta no item 2.3 deste edital, antes de participar da convocação.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Educação.

4.2 A participação dos candidatos interessados na vaga desta chamada pública apenas será permitida respeitando as orientações do uso de máscaras e distanciamento social.

GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

DANIELE HUGEN RODRIGUES
Secretária Municipal de Administração

FABIANO PADILHA
Secretário Municipal de Educação Cultura e Desporto

São José

PREFEITURA

DECRETO N° 15098/2021

Publicação N° 3092977

DECRETO N° 15098/2021

DESIGNA FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR ADJUNTO DE UNIDADE ESCOLAR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62 da Lei Orgânica Municipal e,

DECRETA:

Art 1º - Fica designada ZULMA MARIA DEITOS NEUMANN, para exercer a função gratificada de Diretor Adjunto do CEM Ceniro Martins, no valor de R\$ 1.699,22, com carga horária de 40 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059, de 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2021.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de junho de 2021.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PAULO ROBERTO FROES TONIAZZO
Secretário Adjunto da Educação

DECRETO N° 15099/2021

Publicação N° 3092982

DECRETO N° 15099/2021

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2019, datado de 08 de agosto de 2019 e o Primeiro Termo Aditivo;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2021 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ALINE CAROLINA PAHL STAMMER-JOHAN	Professor-M	20 horas	02/06/2021
DANIELLE DE MELLO MOREIRA	Professor-M	40 horas	02/06/2021
VIVIANE DA SILVA	Auxiliar de Ensino	40 horas	02/06/2021

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 02/06/2021.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de junho de 2021.

PAULO ROBERTO FROES TONIAZZO
Secretário Adjunto Municipal de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15111 /2021

Publicação Nº 3092987

DECRETO Nº 15111 /2021
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensadas, a pedido, as seguintes servidoras, admitidas por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
CARLA EGIDIA BOERES	Auxiliar de Ensino	01/06/2021
DULCIRENE LOBATO SANTOS ROSA	Professor-M	01/06/2021
GABRIELA LOURDES MARTINS DOS SANTOS	Auxiliar de Ensino	01/06/2021

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/06/2021.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de junho de 2021.

PAULO ROBERTO FROES TONIAZZO
Secretário Adjunto de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15112/2021

Publicação Nº 3095436

DECRETO Nº 15112/2021

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO DECRETO Nº 2.016, DE 14 DE JANEIRO DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE AS CONSIGNAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS, ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, ESTADO DE SANTA CATARINA no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas na LOM (Lei Orgânica Municipal);

CONSIDERANDO que cabe à Administração Pública Municipal zelar pelos interesses dos servidores;

CONSIDERANDO a necessidade de controle das informações pertinentes as empresas consignatárias;

CONSIDERANDO o grande número de descontos efetuados a título de consignação e que o salário tem natureza alimentar;

CONSIDERANDO a necessidade de reduzir os custos que a Administração tem com a viabilização das consignações em folha de pagamento;

DECRETA:

Art. 1º Acrescenta o inciso XI ao art. 3º do Decreto de nº 2.016, de 14 de janeiro de 2014, o qual passa a vigorar com o seguinte texto:

“Art. 3º

VII – Entidades administradoras de cartões de serviço destinados à aquisição de bens e compromissos financeiros e medicamentos.

XI – outras entidades consignatárias devidamente autorizadas pelo Município.”

Art. 2º - Altera caput e o §2º do art. 5º do Decreto de nº. 2.016, de 14 de janeiro de 2014, o qual passa a vigorar com o seguinte texto:

“Art. 5º As entidades referidas nos incisos I, II e III, do art. 3º deste Decreto possuirão, no máximo, 2(dois) códigos de desconto em folha de pagamento, sendo um para recolhimento de contribuição ou prêmio mensal, e outro para desconto de valores eventuais, com margem consignável limitada a 10% (dez por cento), vedada a utilização para empréstimos ou financiamentos”

(...)

§2º – As entidades referidas no inciso VII apenas 1 (um) código de desconto em “folha de pagamento” e .as entidades referidas no inciso XI possuirão até 6 (seis) código de desconto em “folha de pagamento sendo por servidor e entidades consignatárias”.

Art. 3º - Altera o caput do art. 6º do Decreto de nº. 2016, de 14 de janeiro de 2014, o qual passa a vigorar com o seguinte texto:

“Art. 6º Para cobertura dos custos com inclusão, processamento, geração de arquivos ou relatórios das consignações facultativas em folha de pagamento e dos custos de assessoramento técnico e atuarial de produtos securitários serão recolhidos mensalmente 0,65% (zero virgula sessenta e cinco por cento) do montante arrecadado mensalmente na folha de pagamento pelas entidades referidas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI do art. 3º do Decreto de nº. 2.016 de 14 de janeiro de 2014.”

Art. 4º Altera e acrescenta dispositivos ao art. 8º do Decreto de nº. 2.016, de 14 de janeiro de 2014, o qual passa a vigorar com o seguinte texto:

“Art. 8º A soma das consignações compulsórias com as facultativas não excederá, mensalmente, 70% (setenta por cento) da remuneração bruta do servidor ou pensionista, assim considerada a totalidade dos pagamentos que ordinariamente lhe são feitos, excluindo-se os de caráter extraordinário ou eventual.

(...)

§ 2º - As consignações facultativas deverão obedecer aos seguintes limites:

I – 10% (dez por cento) da remuneração do servidor para desconto de valores resultantes de convênios com instituições financeiras administradoras de cartão de crédito e decorrentes de convênios para aquisição de medicamentos;

II – 10% (dez por cento) da remuneração bruta do servidor destinados exclusivamente para cartão benefício consignado que consistirão em quantias devidas em razão das operações para o financiamento da contratação de bens e serviços, inclusive creditícios, saque emergencial e financeiros, através de cartão (sem anuidade, sem taxa de adesão e bandeirado) que vise apoiar, facilitar e fomentar a aquisição de bens e serviços no comércio, pelos servidores públicos civis, integrante da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, ativo, inativo ou beneficiário de pensão previdenciária da Autarquia São José Previdência.

III - 30% (trinta por cento) da remuneração líquida do servidor para empréstimo consignado, nos termos do §3º do art. 66 da Lei nº 2.248/1991;

§ 3º - Os compromissos financeiros decorrentes da utilização do cartão de benefício consignado previsto no inciso II do §2º deste artigo, serão distribuídos na proporção de 50% (cinquenta por cento) da sua respectiva margem de consignação para utilização em compras no comércio local e 50% (cinquenta por cento) para o financiamento de despesas decorrentes de serviços creditícios, financeiros, securitários e congêneres contratados por meio do referido cartão.

§4º - Os prazos das consignações facultativas não poderão exceder a 72 (setenta e duas) parcelas, com exceção do disposto no §2º do art. 9º deste Decreto.”

Art. 5º Altera o inciso VIII e o §2º do art. 9º do Decreto de nº. 2.016, de 14 de janeiro de 2014, o qual passa a vigorar com o seguinte texto:

“Art. 9º

[...]

VIII – entidades administradoras de cartões de serviço destinados à aquisição de medicamentos e entidades que ofereçam produtos e serviços de interesse dos servidores”.

§2º Em caráter excepcional, e somente na hipótese de ocorrência da perda de margem consignável no contracheque do servidor e de sua inadimplência, para fins de enquadramento de margem consignável, poderão as consignações facultativas previstas no §2º do art. 8º deste Decreto prolongarem-se até o limite de 120 (cento e vinte) meses, vedada a majoração dos encargos inicialmente pactuados.

Art. 6º Acrescenta o inciso V ao § 1º do art. 10 do Decreto de nº. 2.016, de 14 de janeiro de 2014, o qual passa a vigorar com o seguinte texto:

Art.10

§1º

V – no caso de entidades que ofereçam produtos e serviços de interesse dos servidores:

- escrituras e registros contábeis exigidos pela legislação específica, franqueáveis à Administração Pública o seu exame;
- cópia do documento de identidade e Cadastro de Pessoa Física - CPF dos seus representantes legais;

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições contrárias.

Paço Municipal de São José/SC, 04 de junho de 2021.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15113/2021

Publicação Nº 3092990

DECRETO Nº 15113/2021

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2019, datado de 08 de agosto de 2019 e o Primeiro Termo Aditivo;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2021 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ANA PAULA APOLINARIO DA SILVA	Professor-M	40 horas	07/06/2021
DIELA DE SOUZA	Professor-M	40 horas	07/06/2021
IZABEL SALM	Auxiliar de Ensino	40 horas	07/06/2021
KARIZIANE APARECIDA DO ROSARIO	Professor-M	40 horas	07/06/2021

NINFA FIDENCIO DA COSTA DA SILVA	Professor-M	20 horas	07/06/2021
----------------------------------	-------------	----------	------------

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 07/06/2021.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de junho de 2021.

PAULO ROBERTO FROES TONIAZZO
Secretário Adjunto de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15132/2021

Publicação Nº 3092995

DECRETO Nº 15132/2021
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2019, datado de 08 de agosto de 2019 e o Primeiro Termo Aditivo;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2021 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
BRUNA SCHMITZ DA SILVA	Professor-M	40 horas	08/06/2021
CRISTINA DE FATIMA WALTRICH	Auxiliar de Sala	40 horas	08/06/2021
KAROLLINI MACHADO	Auxiliar de Ensino	30 horas	08/06/2021
LETICIA DE SOUZA PEREIRA	Professor-M	40 horas	08/06/2021
LINDINALVA MAIA DE MATOS	Auxiliar de Sala	40 horas	08/06/2021
MARCIA SILVA	Auxiliar de Sala	40 horas	08/06/2021
TAINARA TAVARES DA SILVA MIGUEL	Auxiliar de Sala	40 horas	08/06/2021

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 08/06/2021.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de junho de 2021.

PAULO ROBERTO FROES TONIAZZO
Secretário Adjunto de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15141/2021

Publicação Nº 3093003

DECRETO Nº 15141/2021
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2019, datado de 08 de agosto de 2019 e o Primeiro Termo Aditivo;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratados para o ano letivo de 2021 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
DAGNER MACHADO CARDOZO	Professor-H	37 horas aulas	09/06/2021
MARLUCCI VIEIRA ZANINI	Professor-M	40 horas	09/06/2021

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 09/06/2021.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de junho de 2021.

PAULO ROBERTO FROES TONIAZZO
Secretário Adjunto de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15144 /2021

Publicação Nº 3093075

DECRETO Nº 15144 /2021
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º – Fica exonerada, a pedido, a servidora THAÍS KARINE AMARAL MANGRICH, matrícula 433916-9, concursada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Secretaria Escolar, com uma carga horária semanal correspondente a 40 horas, com exercício de suas funções junto ao Centro de Educação Infantil Professora Araci Olívia da Silva.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24/05/2021.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2021.

PAULO ROBERTO FROES TONIAZZO
Secretário Adjunto de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15145/2021

Publicação Nº 3093079

DECRETO Nº 15145/2021
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
MARILENE PRATES DE SOUZA	Professor-M	07/06/2021

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07/06/2021.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2021.

PAULO ROBERTO FROES TONIAZZO
Secretário Adjunto de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 15146/2021

Publicação Nº 3093082

DECRETO Nº 15146/2021
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2019, datado de 08 de agosto de 2019 e o Primeiro Termo Aditivo;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2021 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ANA PAULA FILISBINO	Professor-M	20 horas	10/06/2021
MARILZA DA SILVA KLOEPPPEL	Professor-M	40 horas	10/06/2021

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 10/06/2021.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de junho de 2021.

PAULO ROBERTO FROES TONIAZZO
Secretário Adjunto de Educação

ORVINO COELHO DE ÁVILA
Prefeito Municipal

P O R T A R I A – S A – Nº 0059/2021

Publicação Nº 3093014

PORTARIA- SA – Nº 0059/2021

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo de Licença Prêmio ao servidor abaixo relacionado lotado na Secretaria de Segurança;

Mat	Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Duração	Início
23404-4	Juarez Kalvelage Philippi	Guarda Municipal	2013/2018	30 dias	18/06/2021

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 18/06/2021.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José (SC), 10 de junho de 2021.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
Secretária de Administração

PORTARIA N° 007/2021

Publicação N° 3095495

PORTARIA N° 007/2021
Prorrogação da Portaria n° 002/2021

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto n° 30.431/2009, prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria n.º 002/2021/PGM, de 29 de janeiro de 2021 por mais 60 (sessenta) a contar do vencimento da Portaria anterior, em conformidade com o art. 182 da Lei n.º 2.248/1991.

São José, 05 de abril de 2021.
Francisco A. L. M. Campos
Procurador Municipal
Relator

Rodrigo João Machado
Procurador Geral do Município

PORTARIA SME/PMSJ N° 0983/2021

Publicação N° 3093118

PORTARIA SME/PMSJ n° 0983, de 09 de Junho de 2021.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei n° 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. n° 65, da Lei Ordinária n° 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Sr. Guilherme Albino, matrícula n° 28813-6, para efetuar a fiscalização da Ata de Registro de Preços n° 148-149/2021 decorrentes da Concorrência n° 002/2021, nos termos do art. 67 da Lei n° 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
 - II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
 - III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
 - IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
 - V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
 - VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
 - VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
 - VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
 - IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
 - X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
 - XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
 - XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
 - XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
 - XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
 - XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias
- Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designada a Servidora- Cleonice Maria Steimbach, matrícula n.º 13902-5/1, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Roberto Fróes Toniazzo
Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Educação

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2020-02

Publicação Nº 3095602

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 151/2020-02 – Proc. Adm. 1902/2021 – Contratado: IMPERATRIZ COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, nos termos previstos na Ata de Registro de Preços nº 151/2020 e nos demais documentos que instruem o processo administrativo em epígrafe. DOREEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Conforme justificativa apresentada pelo órgão gestor do registro de preços através do Memorando nº 400/2021/GAB/SAS de 21/05/2021, o valor unitário do produto passará para R\$ 114,95 (cento e quatorze reais e noventa e cinco centavos), resultando no acréscimo do valor de R\$ 21.997,38 (vinte e um mil novecentos e noventa e sete reais e trinta e oito centavos) ao saldo de 1.569 (um mil quinhentos e sessenta e nove) unidades do objeto. O reequilíbrio econômico-financeiro supramencionado altera o valor total da Ata de Registro de Preços de R\$ 1.147.012,20 (um milhão, cento e quarenta e sete mil, doze reais e vinte centavos) para R\$ 1.169.009,58 (um milhão, cento e sessenta e nove mil, reais e cinquenta e oito centavos). Data da assinatura: 31 de MAIO de 2021.

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 330/2020-01

Publicação Nº 3095545

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 330/2020-01 – Proc. Adm. 1383/2021 – Contratado: WMED EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: – O presente termo aditivo tem como objeto o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, nos termos previstos na Ata de Registro de Preços nº 330/2020 e nos demais documentos que instruem o processo administrativo em epígrafe. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Conforme justificativa apresentada pelo órgão gestor do registro de preços através do Memorando nº 196/2021/COMPRAS/SMS de 26/04/2021, o valor unitário do item 03 – Autoclave horizontal com capacidade entre 90 e 105 litros passará de R\$ 74.199,00 (setenta e quatro mil cento e noventa e nove reais) para R\$ 90.750,00 (noventa mil setecentos e cinquenta reais), referentes a 01 (uma) unidade, totalizando o acréscimo de R\$ 16.551,00 (dezesesseis mil quinhentos e cinquenta e um reais); O reequilíbrio supramencionado altera o valor total da Ata de Registro de Preços de R\$ 87.191,00 (oitenta e sete mil cento e noventa e um reais) para R\$ 103.742,00 (cento e três mil setecentos e quarenta e dois reais). Data da assinatura: 20 de MAIO de 2021.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 049/2020

Publicação Nº 3092943

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 049/2020 – Processo nº 564/2020 – Proc. Adm. 7811/2020. Fornecedor: FORMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DA RUA CHARLES FERRARI, KOBRASOL, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor: R\$ 505.503,51 (quinhentos e cinco mil quinhentos e três reais e cinquenta e um centavos). Data: 09 de junho de 2021.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 051/2020

Publicação Nº 3092818

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 051/2020 – Processo nº 570/2020 – Proc. Adm. 7996/2020. Fornecedor: ANDRADE & AMORIM ENGENHARIA LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DA RUA MANOEL TURÍBIO RODRIGUES, SERRARIA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor: R\$ 211.366,84 (duzentos e onze mil trezentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos). Data: 10 de junho de 2021.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº053/2020

Publicação Nº 3092825

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 053/2020 – Processo nº 572/2020 – Proc. Adm. 7993/2020. Fornecedor: AZIMUTE PAVIMENTAÇÃO EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DA RUA IANO, BELA VISTA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor: R\$ 687.708,94 (seiscentos e oitenta e sete mil setecentos e oito reais e noventa e quatro centavos). Data: 08 de junho de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL**PEDIDO DE ORÇAMENTO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/2021 (COPA E COZINHA)**

Publicação Nº 3095623

PEDIDO DE ORÇAMENTO

A Câmara Municipal de São José, inscrita sob o CNPJ nº 83.708.248/0001-39, com sede a Praça Arnaldo de Souza, 38, Bairro Centro, São José/SC, em conformidade com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação aplicável, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL), comunica que, diante da pretensão de contratar empresa especializada para aquisição de materiais de copa e cozinha, estará recebendo orçamentos até o dia 18/06/2021.

Item 1 - Garrafa térmica de pressão de 1 litro com corpo em polipropileno, alça na tampa para transporte, ampola de vidro, conservação térmica de, no mínimo, 6 horas quente e 12 horas frio, livre de BPA

Item 2 - Garrafa térmica de pressão de 1,8 a 2 litros com corpo em polipropileno, alça na tampa para transporte, ampola de vidro, conservação térmica de, no mínimo, 6 horas quente e 12 horas frio, livre de BPA

Item 3 - Jogo de 6 xícaras de café com pires, de porcelana, 100ML, branco

Item 4 - Jogo de 6 xícaras de café com pires, de porcelana, aproximadamente 180ML, branco

Item 5 - Jogo de 6 copos de vidro transparente, alto, 350ML, boca redonda. Modelo de referência: "Cairo" da marca "Nadir Figueiredo"

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no e-mail compras@cmsj.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3029 1301.

ANA LETÍCIA SOUSA DE OLIVEIRA
Presidente CPL/2021 - CMSJ

PEDIDO DE ORÇAMENTO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/2021 (EXPEDIENTE)

Publicação Nº 3095621

PEDIDO DE ORÇAMENTO

A Câmara Municipal de São José, inscrita sob o CNPJ nº 83.708.248/0001-39, com sede a Praça Arnaldo de Souza, 38, Bairro Centro, São José/SC, em conformidade com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação aplicável, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL), comunica que, diante da pretensão de contratar empresa especializada para aquisição de canetas e corretivos líquidos, estará recebendo orçamentos até o dia 18/06/2021.

Item 1 - Caneta esferográfica, com carga na cor azul, com corpo hexagonal transparente em poliestireno com respiradouro lateral para evitar vazamentos, tampa protetora removível e ventilada, esfera de tungstênio, ponta de bronze/prata niquelada, escrita fina, tinta atóxica com duração mínima de 2 quilômetros de escrita, embalada em caixa com 50 canetas.

Item 2 - Caneta esferográfica, com carga na cor preta, com corpo hexagonal transparente em poliestireno com respiradouro lateral para evitar vazamentos, tampa protetora removível e ventilada, esfera de tungstênio, ponta de bronze/prata niquelada, escrita fina, tinta atóxica com duração mínima de 2 quilômetros de escrita, embalada em caixa com 50 canetas.

Item 3 - Caneta esferográfica, com carga na cor vermelha, com corpo hexagonal transparente em poliestireno com respiradouro lateral para evitar vazamentos, tampa protetora removível e ventilada, esfera de tungstênio, ponta de bronze/prata niquelada, escrita fina, tinta atóxica com duração mínima de 2 quilômetros de escrita, embalada em caixa com 50 canetas.

Item 4 - Caneta esferográfica fixa para mesa, na cor prata, com carga de tinta na cor azul, escrita média, com corpo em alumínio ou metal, com suporte/base de metal em formato redondo com repouso na vertical e acabamento polido, com corrente de metal de 50 cm.

Item 5 - Corretivo líquido, branco, 18ml, homogêneo, material a base de água, não tóxico, com secagem rápida, solúvel em água, com tampa rosqueável com pincel para aplicação, pronto para uso. Uso para correção de textos impressos em geral e tintas esferográficas, deverá cobrir na primeira demão a escrita sem permitir a leitura do erro após a secagem e, aceitar nova escrita por cima.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no e-mail compras@cmsj.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3029 1301.

ANA LETÍCIA SOUSA DE OLIVEIRA
Presidente CPL/2021 - CMSJ

PEDIDO DE ORÇAMENTO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/2021 (LIMPEZA

Publicação Nº 3095622

PEDIDO DE ORÇAMENTO

A Câmara Municipal de São José, inscrita sob o CNPJ nº 83.708.248/0001-39, com sede a Praça Arnaldo de Souza, 38, Bairro Centro, São José/SC, em conformidade com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação aplicável, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL), comunica que, diante da pretensão de contratar empresa especializada para aquisição de materiais de limpeza, estará recebendo orçamentos até o dia 18/06/2021.

Item 1 - APARELHO DE AROMATIZADOR/ODORIZADOR EM SPRAY DE AMBIENTE, MODO AUTOMÁTICO COM 3 OPÇÕES DE TEMPO (TIMER) PARA INTENSIDADE DA FRAGRÂNCIA, A PILHA, ACOMPANHA 1 REFIL.

Item 2 - BALDE 20 LITROS - BALDE PLÁSTICO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTOS; PAREDES, FUNDO E ENCAIXE DA ALÇA REFORÇADOS, ALÇA EM AÇO 1010/20 ZINCADO, CAPACIDADE PARA 20 LITROS

Item 3 - COLETOR/LIXEIRA DUPLA DE COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS, COR BRANCA, PARA COPO DE ÁGUA E CAFÉ, BASE COM DUAS TORRES EM TUBO PLÁSTICO, TUBO PARA COPO DE ÁGUA COM APROXIMADAMENTE 85MM (DIÂMETRO), TUBO PARA COPO DE CAFÉ COM APROXIMADAMENTE 55MM (DIÂMETRO), MEDIDAS APROXIMADAS: 75CM DE ALTURA X 20 CM DE LARGURA X 12 CM DE PROFUNDIDADE

Item 4 - EMBALADOR PARA GUARDA-CHUVA EM AÇO INOX COM BASE, COM SUPORTE PARA SAQUINHOS, MEDIDAS APROXIMADAS: 75CM DE ALTURA X 15 CM DE LARGURA X 17 CM DE PROFUNDIDADE, BASE: 25 CM DE LARGURA X 27 CM DE PROFUNDIDADE (MEDIDAS APROXIMADAS)

Item 5 - ESCOVA DE VASO SANITÁRIO, COM SUPORTE, FORMATO REDONDO, COR BRANCA, CABO RESISTENTE EM PLÁSTICO, CERDAS DE NYLON, ESCOVA COM MEDIDAS APROXIMADAS: 35 CM DE ALTURA X 5 CM DE LARGURA X 10 CM DE PROFUNDIDADE

Item 6 - LIXEIRA DE PLÁSTICO, COR BRANCA, 60 LITROS, FORMATO RETANGULAR, COM ABERTURA DA TAMPA COM ACIONAMENTO POR PEDAL, MEDIDAS APROXIMADAS: 70 CM DE ALTURA X 45 CM DE LARGURA X 40 CM DE PROFUNDIDADE

Item 7- LIXEIRA PLÁSTICA, COR BRANCA, APROXIMADAMENTE 10 LITROS, FORMATO REDONDO, COM ABERTURA DA TAMPA COM ACIONAMENTO POR PEDAL, COM HASTE EM AÇO, CESTO REMOVÍVEL DE PLÁSTICO, MEDIDAS APROXIMADAS: 30CM DE ALTURA X 23 CM DE DIÂMETRO

Item 8 - MOP LIMPA VIDRO, MOP 2 EM 1 LAVA E SECA, COMBINADO COM BORRACHA PARA PUXAR A ÁGUA E SECAR A VIDRAÇA E ESPUMA OU

FLANELA PARA ESFREGAR A ÁGUA COM DETERGENTE NA SUJEIRA NA VIDRAÇA, COM CABO PROLONGADOR.

Item 9 - PULVERIZADOR DE ÁGUA, MANUAL, EM PLÁSTICO, TRANSPARENTE, CAPACIDADE MÍNIMA DE 500ML, ACIONAMENTO ESTILO GATILHO, BICO COM JATO REGULÁVEL SPRAY/JATO e OFF

Item 10 - REFIL PARA EMBALADOR DE GUARDA-CHUVA MOLHADO, FABRICADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, 100% RECICLÁVEL, CAIXA COM 1.000 UNIDADES, COMPATÍVEL COM O ITEM "EMBALADOR PARA GUARDA-CHUVA EM AÇO INOX COM BASE, COM SUPORTE PARA SAQUINHOS, MEDIDAS APROXIMADAS: 75CM DE ALTURA X 15 CM DE LARGURA X 17 CM DE PROFUNDIDADE, BASE: 25 CM DE LARGURA X 27 CM DE PROFUNDIDADE (MEDIDAS APROXIMADAS)"

Item 11 - RODO DE PIA, CABO DE PLÁSTICO, APROXIMADAMENTE 15 CM

Item 12 - RODO DUPLO DE ALUMÍNIO PARA LIMPEZA DE PISOS COM APROXIMADAMENTE 30CM - CABO DE AÇO/ALUMÍNIO COM APROXIMADAMENTE 1,40M

Item 13 - RODO DUPLO DE ALUMÍNIO PARA LIMPEZA DE PISOS COM 50CM A 60CM- CABO DE AÇO/ALUMÍNIO COM APROXIMADAMENTE 1,40M

Item 14 - REFIL SPRAY AROMATIZADOR/ODORIZADOR PARA APARELHO AUTOMÁTICO, FRAGRÂNCIA AROMAS LAVANDA OU CITRUS, REFIL, APROXIMADAMENTE 250 ML, DURAÇÃO MÍNIMA DE 30 DIAS, COMPATÍVEL COM O ITEM "APARELHO DE AROMATIZADOR/ODORIZADOR EM SPRAY DE AMBIENTE, MODO AUTOMÁTICO COM 3 OPÇÕES DE TEMPO (TIMER) PARA INTENSIDADE DA FRAGRÂNCIA, A PILHA, ACOMPANHA 1 REFIL".

Item 15 - SUPORTE PARA PAPEL PROTETOR DE ASSENTO SANITÁRIO, MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, COR BRANCA, PERMITE A RETIRADA DE APENAS UMA FOLHA POR VEZ, MEDIDAS APROXIMADAS: 16 CM DE ALTURA X 22 CM DE LARGURA X 3 CM DE PROFUNDIDADE

Item 16 - SUPORTE PARA SACO COLETOR DE ABSORVENTE, MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, COR BRANCA, MEDIDAS APROXIMADAS: 13 CM DE ALTURA X 9 CM DE LARGURA X 3 CM DE PROFUNDIDADE

Item 17 - SUPORTE/DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO INTERFOLHAS (CAI-CAI), MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, COR BRANCA, POSSUI JANELA/VISOR TRANSPARENTE PARA VISUALIZAR O NÍVEL DO PAPEL FACILITANDO O ABASTECIMENTO, ACOMPANHA KIT PARA FIXAÇÃO NA PAREDE CONTENDO PARAFUSOS E BUCHA, MEDIDAS APROXIMADAS: 25 CM DE ALTURA X 12 CM DE LARGURA X 12 CM DE PROFUNDIDADE

Item 18 - SUPORTE/DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHAS (CAI-CAI), MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, COR BRANCA, POSSUI JANELA/VISOR TRANSPARENTE PARA VISUALIZAR O NÍVEL DO PAPEL FACILITANDO O ABASTECIMENTO, SISTEMA DE FECHAMENTO INTELIGENTE. ACOMPANHA KIT PARA FIXAÇÃO NA PAREDE CONTENDO PARAFUSOS E BUCHA, MEDIDAS APROXIMADAS: 30 CM DE ALTURA X 25 CM DE LARGURA X 13 CM DE PROFUNDIDADE

Item 19 - SUPORTE/DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM RESERVATÓRIO, MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, COR BRANCA, CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO PARA APROXIMADAMENTE 800ML, RESERVATÓRIO COM TAMPA E MANGUEIRA, SISTEMA ANTIVAZAMENTO COM ACIONAMENTO POR MEIO DE TECLA APORTE COM LIMITE DE CURSO, POSSUI JANELA/VISOR TRANSPARENTE PARA VISUALIZAR O NÍVEL DO SABONETE LÍQUIDO FACILITANDO O ABASTECIMENTO, SISTEMA DE FECHAMENTO INTELIGENTE. POSSUI KIT PARA FIXAÇÃO NA PAREDE CONTENDO PARAFUSOS E BUCHAS. MEDIDAS APROXIMADAS: 25 CM DE ALTURA X 12 CM DE LARGURA X 12 CM DE PROFUNDIDADE

Item 20 - VASSOURA, CERDAS DE NYLON LONGAS COM PONTAS PLUMADAS, LARGURA APROXIMADA DE 32CM, CABO MADEIRA/ALUMÍNIO/AÇO,

ALTURA MÍNIMA 1,20M.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no e-mail compras@cmsj.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3029 1301.

ANA LETÍCIA SOUSA DE OLIVEIRA
Presidente CPL/2021 - CMSJ

PEDIDO DE ORÇAMENTO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128/2021

Publicação Nº 3095619

PEDIDO DE ORÇAMENTO

A Câmara Municipal de São José, inscrita sob o CNPJ nº 83.708.248/0001-39, com sede a Praça Arnaldo de Souza, 38, Bairro Centro, São José/SC, em conformidade com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação aplicável, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL), comunica que, diante da pretensão de contratar empresa especializada para aquisição de instrumentos para aferição de temperatura corporal, estará recebendo orçamentos até o dia 18/06/2021.

ITEM 1 - Termômetro Digital, Infravermelho, para aferição de temperatura corporal.

- 1.1 Deve ter gatilho acionador.
- 1.2 Deve aferir a temperatura corporal em uma distância de aferição entre 5 a 15cm, sem contato corpóreo.
- 1.3 Tempo máximo de 1 segundo para aferição da temperatura.
- 1.4 Deve ter bip indicativo (aproximadamente 1 segundo).
- 1.5 Deve ter display para mensuração da temperatura LCD retro iluminado.
- 1.6 Deve ter alarme sonoro em caso de detecção de febre.
- 1.7 Deve ter desligamento automático da bateria após o uso.
- 1.8 Deve ter faixa de medição de 32,0°C a 43°C para aferição de temperatura corporal.
- 1.9 Deve ter precisão na medição da temperatura na aferição de temperatura corporal.
- 1.10 Deve ter alimentação de 2 pilhas AAA (incluídas na entrega com o produto).
- 1.11 Deve ter no mínimo 90 dias de garantia.

ITEM 2 - Expedidor eletrônico de álcool com leitor de temperatura, para aferição de temperatura corporal.

- 2.1 Deve ter reservatório com capacidade de 1 litro para álcool/produto higienizador de mãos.
- 2.2 Deve ter dispenser automático.
- 2.3 Deve aferir a temperatura corporal em uma distância de aferição aproximada entre 5 a 10cm, sem contato corpóreo.
- 2.4 Deve ter alarme sonoro em caso de detecção de febre.
- 2.5 Deve ter faixa de medição de 32,0°C a 43°C para aferição de temperatura corporal.
- 2.6 Deve ter precisão na medição da temperatura na aferição de temperatura corporal.
- 2.7 Deve ser possível ser instalado na parede ou pedestal/suporte.
- 2.8 Deve ser entregue as peças (parafusos, buchas e qualquer outro item necessário) necessárias para instalação em parede ou pedestal/suporte.
- 2.9 Deve ter botão controlador de gotejamento.
- 2.10 Deve ter alimentação por bateria (incluída na entrega com o produto) ou por fonte de alimentação externa.
- 2.11 Deve ter potência mínima de 3W.
- 2.12 Deve ter no mínimo 90 dias de garantia.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no e-mail compras@cmsj.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3029 1301.

ANA LETÍCIA SOUSA DE OLIVEIRA
Presidente CPL/2021 - CMSJ

São José do Cerrito

PREFEITURA

DECRETO 037/2021

Publicação Nº 3092793

DECRETO Nº 037/2021

De 04 de maio de 2021

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2021"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 93, VIII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

19. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

22.05- SANEAMENTO BÁSICO

19.04.15.452.0103.2.027-3.3.90.00.00.00.00-Aplicações Diretas 3.000,00

Art.2 º- Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguintes(s) dotações orçamentária(s):

19. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

22.05- SANEAMENTO BÁSICO

19.04.15.452.0130.2.027-4.4.90.00.00.00.00-Aplicações Diretas 3.000,00

Art. 3º Este decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogada disposições em contrário.

São José do Cerrito, 04 de maio de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi registrado e publicado no Mural e no Diário Oficial dos Municípios - DOM consoante o disposto nos arts. 115 e 170 da Lei Orgânica do Município.

SJC em ____/____/2021		SJC em ____/____/2021
Câmara Municipal		Prefeitura Municipal

DECRETO 038/2021

Publicação Nº 3092782

DECRETO Nº 038/2021

De 04 de maio de 2021

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2021"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 93, VIII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 98.275,06 (noventa e oito mil duzentos e setenta e cinco reais e seis centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

22. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

22.05- SECRETARIA DE SAÚDE

22.05.10.301.0014.1.012-4.4.90.00.00.00.00-Aplicações Diretas 98.275,06

Art. 2º Este decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogada disposições em contrário.

São José do Cerrito, 04 de maio de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi registrado e publicado no Mural e no Diário Oficial dos Municípios - DOM consoante o disposto nos arts. 115 e 170 da Lei Orgânica do Município.

SJC em ____/____/2021

Câmara Municipal

SJC em ____/____/2021

Prefeitura Municipal

DECRETO 042/2021

Publicação N° 3092795

DECRETO N° 042/2021

De 24 de maio de 2021

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2021”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 93, VIII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

19. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

19.01- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

19.01.26.782.0129.2.023-3.3.90.00.00.00.00- Aplicações Diretas 200.000,00

Art.2º- Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 13.325,95 (treze mil trezentos e vinte e cinco reais e noventa e cinco centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

22. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

22.04- FUNDO DE SAUDE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

22.04.10.301.0014.2.072-3.3.90.00.00.00.00- Aplicações Diretas 13.325,95

Art.3º- Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 60.590,00 (sessenta mil quinhentos e noventa reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

24. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

24.03- FUNDO DE ASSISTENCIA-PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

24.03.08.244.0028.2.021-3.1.90.00.00.00.00- Aplicações Diretas 60.590,00

Art.4º- Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 230.000,00 (sessenta mil quinhentos e noventa reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

16. SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

16.02- EDUCAÇÃO INFANTIL

16.02.12.365.0005.2.005-4.4.90.00.00.00.00- Aplicações Diretas 30.000,00

19. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

19.01- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

19.01.26.782.0129.2.023-3.3.90.00.00.00.00- Aplicações Diretas 200.000,00

Art. 5º Este decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogada disposições em contrário.

São José do Cerrito, 24 de maio de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi registrado e publicado no Mural e no Diário Oficial dos Municípios - DOM consoante o disposto nos arts. 115 e 170 da Lei Orgânica do Município.

SJC em ____/____/2021

Câmara Municipal

SJC em ____/____/2021

Prefeitura Municipal

DECRETO 046/2021

Publicação Nº 3092798

DECRETO Nº 046/2021

De 07 de Junho de 2021

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2021"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 93, VIII, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

22. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

22.05- SECRETARIA DE SAÚDE

22.05.10.301.0014.2.053-3.3.90.00.00.00.00.00-Aplicações Diretas 100.000,00

Art.2º- Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

19. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

19.02- SERVIÇOS URBANOS

19.02.06.181.0118.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00-Aplicações Diretas 15.000,00

19.02.06.181.0118.2.022-4.4.90.00.00.00.00.00-Aplicações Diretas 10.000,00

Art. 3º Este decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogada disposições em contrário.

São José do Cerrito, 07 de junho de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi registrado e publicado no Mural e no Diário Oficial dos Municípios - DOM consoante o disposto nos arts. 115 e 170 da Lei Orgânica do Município.

SJC em ____/____/2021		SJC em ____/____/2021
Câmara Municipal		Prefeitura Municipal

PORTARIA 186/2021

Publicação Nº 3092734

PORTARIA nº 186/2021

De 08 de junho de 2021

"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR A RELAÇÃO PORMENORIZADA DOS BENS INSERVÍVEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO PARA POSTERIOR ALIENAÇÃO ATRAVÉS DE LEILÃO".

JOSÉ DIRCEU DA SILVA, Prefeito de São José do Cerrito, no uso de suas atribuições legais em acordo com os Incisos VIII e XI, do Artigo 93, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade do Município de alienar em leilão público oficial, bens móveis diversos e no estado em que se encontram, observando os princípios básicos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

CONSIDERANDO os termos do Artigo 53 da Lei nº 8.666/93 que trata das licitações e contratos administrativos;

CONSIDERANDO que a alienação de bens móveis inservíveis atende ao relevante interesse público municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear comissão de avaliação de bens móveis inservíveis do Município de São José do Cerrito para fins de posterior alienação através de processo licitatório na modalidade leilão, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Fernando Presotto de Souza

Secretário: José Volni Camargo de Oliveira

Membros:

- Antônio Carlos Paes de Oliveira – Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento;
- Antônio de Lourdes Albuquerque – Secretário Municipal de Obras e Rodovias;
- Edson Muniz Moraes – Secretário Municipal de Saúde;
- Alcione Donisete Mota – Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

- Ricardo Baggio Luersen – Procurador Adjunto;
- João Idalvino Kuster – Vereador;
- José Irineu Muniz – Vereador;
- Robson Roveda Neto – Autônomo;

Art. 2º - Compete à comissão especial ora designada realizar a relação pormenorizada dos bens, com a descrição tão completa quanto possível para correta e fidedignamente caracterizá-los.

Parágrafo único: Realizada a devida relação dos bens, a mesma deve ser submetida para análise do Prefeito Municipal, para que devidamente aprovada, seja submetida à avaliação da Comissão ora nomeada em conjunto com o Leiloeiro oficial a ser designado.

Art.3º A comissão especial para fins de realização da relação pormenorizada dos bens deve apresentar referida lista no prazo de trinta dias a contar da publicação desta portaria.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de São José do Cerrito/SC, 08 de junho de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA
Prefeito

SJC em ____/____/2021

Câmara Municipal SJC em ____/____/2021

Prefeitura Municipal

PORTARIA 187/2021

Publicação N° 3092735

PORTARIA N ° 187/2021
De 08 de junho de 2021.

“NOMEIA COMISSÃO DE ANÁLISE DOS INCENTIVOS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO/SC.”

JOSÉ DIRCEU DA SILVA, Prefeito de São José do Cerrito, no uso de suas atribuições legais em acordo com os Incisos VIII e XI, do Artigo 93, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o teor da Lei Complementar nº 011/2013, no tocante à necessidade de criação de comissão para análise de incentivos fiscais e econômicos do Município;

CONSIDERANDO que a criação da Comissão atende ao relevante interesse público municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear comissão de análise dos incentivos fiscais do Município de São José do Cerrito para fins de posterior análise dos requerimentos previstos na Lei Complementar nº 011/2013, composta pelos seguintes membros:

Membro: Habilitado em contabilidade; Terezinha Fatima Rodrigues Raiths

Membro: Com responsabilidade no setor de arrecadação; Joarez Colla

Membro: Da Secretaria Municipal de Assistência Social; Diva Rodrigues da Cruz Bastos

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Cerrito – SC, 08 de junho de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA
Prefeito

PORTARIA 188/2021

Publicação N° 3092739

PORTARIA nº 188/2021
De 10 Junho de 2021

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA OCUPANTE DO CARGO DE DIRETORA DE RH”

O Prefeito Municipal de São José do Cerrito JOSÉ DIRCEU DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 93, inciso I e art. 117 inciso II, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo 2019/2020, da servidora CELINA CONCEIÇÃO CORREA SASSO PINHEIRO, brasileira, portadora do CPF nº 037.935.739-90, ocupante do Cargo de Diretora de RH, do Município de São José do Cerrito/SC.

Art. 2º - O período do gozo de férias inicia-se no dia 10 de Junho de 2021 com término em 20/06/2021.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São José do Cerrito/SC, 10 de Junho de 2021.

JOSÉ DIRCEU DA SILVA

Prefeito Municipal

Certifico que esta Portaria foi registrado e publicado no Mural, consoante o disposto nos arts. 115 e 170 da Lei Orgânica do Município. SJC em ____/____/2021

Prefeitura Municipal

PROCESSO ESCOLHA DE VAGAS PARA PROFESSORES

Publicação Nº 3092431

PROCESSO DE ESCOLHA DE VAGA PARA PROFESSORES CONTRATADOS ANO LETIVO 2021

ÁREA 1 - EDITAL Nº 05/2019

EDUCAÇÃO INFANTIL

VAGA: 1 (uma) de 25 horas/semanais						
UNIDADE ESCOLAR	LOCALIDADE	Nº DE VAGAS	TURNO HORÁRIO	TURMA IDADE	MATRÍCULA TOTAL	ORGANIZAÇÃO DA TURMA/PANDEMIA
CEIM Adão Rosa *Vagas vinculadas a Professora Marenilda Paiva Pereira Gris	Bairro: Bela Vista	01	Vespertino 13h às 17h	Pré I (4 e 5 anos)	11	100 % presencial: 06 100% remoto: 05

*A vaga é vinculada a professora que está realizando suas atribuições através do trabalho remoto. A data fim da vaga estará atrelada ao término da concessão do trabalho remoto.

A chamada será realizada através dos contatos dos inscritos (telefone, whatsapp, e-mail e outros) registrados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Matrícula atualizada em 08/06/2021.

São José do Cerrito, 10 de junho de 2021

ALCIONE DONISETTE MOTA

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2021 -SRP-PR Nº 050/2021

Publicação Nº 3092928

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 62ADE8DCA82E847FF1F7BB047330667467F9B399

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 24/06/2021, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2021. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E DE CANTEIROS CENTRAIS E DE ESQUINAS, BEM COMO INSTALAÇÃO DE TACHAS E TACHÕES REFLETIVOS NAS VIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 11 de junho de 2021.

RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2021

Publicação Nº 3094027

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2021

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 065/2021 – Pregão Presencial Nº 048/2021.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA UTILIZAÇÃO NAS CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

FORNECEDOR: BRITALAJE PEDREIRA LTDA ME - CNPJ: 83.022.921/0001-82.

VALOR: R\$ 189.500,00 (cento e oitenta e nove mil e quinhentos reais).

TOTAL: R\$ 189.500,00 (cento e oitenta e nove mil e quinhentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 11/06/2021.

VIGÊNCIA: 11/06/2021 à 11/06/2022.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

PORTARIA Nº 930, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092632

PORTARIA Nº 930, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Processo Seletivo 04/2021, homologado pelo Decreto nº 7.065, de 24 de março de 2021,

CONSIDERANDO o Memorando nº 2.819/2021 do Sistema 1Doc,
CONSIDERANDO a necessidade excepcional de contratação temporária;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário, a partir de 14 de junho de 2021, a Senhora BRUNNA PEREIRA PEDROSO no cargo de Enfermeiro – ACT, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde, 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único: O período de contratação possui vigência de 18 meses, ou até o término da necessidade de controle da pandemia de COVID -19, podendo o Município, nesse caso a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art. 2º A remuneração para o cargo está prevista no Anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de Outubro de 2005.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de junho de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 931, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095582

PORTARIA Nº 931, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias a servidora pública municipal MARTA NOGUEIRA, matrícula nº 1830/01, ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, 40 (quarenta) horas semanais, no período de 01 a 30 de julho de 2021, referente ao período aquisitivo 2020/2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de junho de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 932, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093754

PORTARIA Nº 932, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem os Incisos V e IX, art. 55 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a partir do dia 14 de junho de 2021, o servidor público municipal DEIVID LUIS ALESSIO, matrícula 3691/01, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas atribuições na Secretaria Municipal de Saúde por tempo indeterminado.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de junho de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

PORTARIA Nº 933, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095580

PORTARIA Nº 933, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias ao servidor público municipal MAICON ADRIANO LAUTERIO, matrícula nº 3372/01, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, 40 (quarenta) horas semanais, no período de 14 de junho a 13 de julho de 2021, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 11 de junho de 2021.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2021.

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 065/2021

Publicação Nº 3094056

Página: 1 / 2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

CNPJ: 83.021.873/0001-08**Telefone:** (49) 3344-8500**Endereço:** Rua Duque de Caxias, 789 - Centro**CEP:** 89990-000 - São Lourenço do Oeste**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 48/2021****Processo Adm.:** 65/2021**Data do Processo:** 27/05/2021**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 65/2021
 b) **Nr. Licitação:** 48/2021 - PR
 c) **Modalidade:** Pregão presencial
 d) **Data de Homologação:** 11/06/2021
 e) **Objeto da Licitação:** AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA UTILIZAÇÃO NAS CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

Lote: 1

Participante: BRITALAJE PEDREIRA LTDA ME

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONCRETO USINADO FCK 20 MPA COM BRITA 1 - CONCRETO USINADO FCK 20 MPA COM BRITA 1	80,000	M3	370,00	29.600,00
2	CONCRETO USINADO FCK 25 MPA COM BRITA 1 - CONCRETO USINADO FCK 25 MPA COM BRITA 1	80,000	M3	390,00	31.200,00
3	CONCRETO USINADO FCK 25 COM BRITA 0 - CONCRETO USINADO FCK 25 COM BRITA 0	80,000	M3	400,00	32.000,00
4	CONCRETO USINADO FCK 30 MPA COM BRITA 1 - CONCRETO USINADO FCK 30 MPA COM BRITA 1	80,000	M3	410,00	32.800,00
5	CONCRETO USINADO FCK 30 MPA COM BRITA 0 - CONCRETO USINADO FCK 30 MPA COM BRITA 0	80,000	M3	420,00	33.600,00
6	TAXA DE BOMBEAMENTO ATÉ 14 M³ - TAXA DE BOMBEAMENTO ATÉ 14 M³	30,000	TAXA	490,00	14.700,00
7	TAXA DE BOMBEAMENTO ACIMA 14M3 - TAXA DE BOMBEAMENTO ACIMA 14M3	30,000	TAXA	520,00	15.600,00
Total do Participante:					189.500,00
Total Geral:					189.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutenção da Secretaria do Desenvolvimento Urbano	09.001.15.451.2034.3.3.90.00.00	R\$ 88.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
Manutencao da Secretaria de Agricultura e Aquicultura	10.001.20.606.4507.2025.3.3.90.00.00	R\$ 102.682,70

Página: 2 / 2

São Lourenço do Oeste, 11/06/2021

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Assinatura do Responsável

CÂMARA MUNICIPAL**ATO LEGISLATIVO N. 05/2021 - CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Publicação Nº 3092986

ATO LEGISLATIVO N. 05, DE 11 DE JUNHO DE 2021.
Edital de Convocação de Audiência Pública

Edilso Paulo Ranzan, Presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste - SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Considerando a desistência da Coordenação do Curso de Direito da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó, Unidade São Lourenço do Oeste, quanto ao Termo de Parceria para realização de audiência pública no dia 17 de junho de 2021; e Considerando que a temática é extrema relevância para o município e sua população,

Resolve:

Art. 1º Alterar as disposições do Ato Legislativo n. 04, de 07 de junho de 2021, passando a vigor seus artigos com as seguintes redações:

Art. 1º Convocar audiência pública para debater o movimento migratório, com o objetivo de mobilizar a sociedade para este tema emergencial em São Lourenço do Oeste, SC, assim como viabilizar estudos de políticas públicas para o atendimento às famílias migrantes.

Art. 2º A audiência pública será realizada no dia 17 de junho de 2021, às 19h, no Plenário da Câmara de Vereadores, localizado na Rua Duque de Caxias, 522, centro, município de São Lourenço do Oeste, SC. (NR)

Art. 3º O evento será organizado, desenvolvido e coordenado pela Câmara de Vereadores São Lourenço do Oeste, por meio da Mesa Diretora, Comissões Permanentes e equipe técnica. (NR)

Art. 4º Em razão das medidas editadas pelas autoridades nacional, estadual e municipal em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), a audiência pública será realizada de modo semipresencial, com convidados e debatedores presentes e transmissão por videoconferência pela rede social Facebook da Câmara de Vereadores, no endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/CamaraSLO>. (NR)

Art. 5º A audiência pública será presidida pelo Presidente da Câmara de Vereadores, ou seu substituto legal, e terá como mediador o presidente da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação, vereador Rennã Higor Fedrigo (autor do pré-projeto sobre o tema migração). (NR)

§ 1º A audiência pública terá duração máxima de 02h (duas horas), assim dividida:

- a) 20 minutos para composição da mesa, abertura, e breves pronunciamentos das autoridades;
- b) 45 minutos para exposições dos palestrantes;
- c) 45 minutos para debates e participação popular; e
- d) 10 minutos para encaminhamentos e encerramento.

§ 2º Ultrapassados os debates e encaminhamentos, será encerrada a audiência pública, lavrando-se ata circunstanciada, nos termos do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, que será assinada por representantes participantes da Câmara de Vereadores e demais interessados, com encaminhamento às instituições e autoridades competentes. (NR)

Art. 2º Este Ato Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, SC, 11 de junho de 2021.

Edilso Paulo Ranzan
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

PORTARIA N. 331/2021

Publicação Nº 3095672

PORTARIA n. 331, de 11 de junho de 2021.

Edilso Paulo Ranzan, Presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 43, III, "j" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, pelo período de 15 a 30 de junho de 2021, a servidora municipal Kelly Suzana Spenassato, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo e Parlamentar, matrícula n. 910, lotada na Câmara de Vereadores, referente ao período aquisitivo 02/05/2019 a 01/05/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correm por conta de dotações consignadas no Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 11 de junho de 2021.

Vereador Edilso Paulo Ranzan
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

32-2021 EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO - AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL PARA A CRECHE MUNICIPAL - PREGÃO ELETRÔNICO

Publicação N° 3092641

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9A341221B1495F4348BDD8E84DC9924B6F2CC65

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.
PROCESSO LICITATÓRIO N° 32/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

VANDERLEI BONALDO, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por item, o presente tem por finalidade AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL PARA A CRECHE MUNICIPAL, nas quantidades estimadas e no período de 12 meses, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 28/06/2021. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei n°. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 11 de junho de 2021.

VANDERLEI BONALDO – Prefeito Municipal.

33-2021 PROCESO LICITATÓRIO - TOMADA DE PREÇOS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÕES, VIA EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO, NAS RUAS DOS PIONEIROS E RUA 09 DE JANEIRO COM ÁREA DE 5.288,95 M², COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS

Publicação N° 3092697

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) C6327B55E44649306BCA8EB11F443E56F49B5F51

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.
PROCESSO LICITATÓRIO N° 33/2021
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS – EMPREITADA GLOBAL

VANDERLEI BONALDO, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo Tomada de Preços – Empreitada Global, o presente tem por finalidade CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÕES, VIA EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO, NAS RUAS DOS PIONEIROS E RUA 09 DE JANEIRO COM ÁREA DE 5.288,95 M², COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, nas quantidades estimadas e no período de 12 meses, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:00 horas do dia 19/07/2021. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei n°. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 11 de junho de 2021.

VANDERLEI BONALDO – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO_9_568_DESMEMBRAMENTO_E_REMEMBRAMENTO_ESCOLA_JUSCELINO

Publicação Nº 3092527

DECRETO Nº 9.568/2021

APROVA O DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO DA PARCELA A, MATRICULADA NO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC SOB Nº 18.715, DO LOTE URBANO Nº 04, MATRICULADO NO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC SOB Nº 27.911 E DE PARTE DA CHÁCARA Nº 25-G, MATRICULADA NO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC SOB Nº 49.463, TODOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e com base no artigo 3º, incisos III e IV e artigo 82, § 2º da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano), e

CONSIDERANDO o trâmite do memorando protocolado sob nº 2.806/2021, no qual é solicitado o desdobramento e remembramento dos imóveis onde está localizada a Escola Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira;

CONSIDERANDO a aprovação pelo setor técnico do Município, por meio da praxe de assinatura do requerimento e documentação.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento da Parcela A, com área de 4.325,50m², matriculada no Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste-SC sob nº 18.715, localizada no Bairro São Sebastião, perímetro urbano deste município, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste-SC, passando de ora em diante a ter as seguintes áreas e confrontações:

I - Desmembramento:

Parte da Parcela A, da subdivisão da Parte do Lote Rural nº 79, com área de 1.000m², confrontando em conjunto: ao Norte: com a Rua Hélio Wassun em uma extensão de 19,74 metros; ao Leste: com o Lote Urbano nº 02, matrícula nº 22.745, com o Lote Urbano nº 01, matrícula nº 34.580 e com o Lote Urbano J, matrícula nº 34.671, por linha seca de 50,05 metros; ao Sul: com a Rua Hélio Wassun na extensão de 19,95 metros; ao Oeste: com a área remanescente da Parcela A da subdivisão da Parte do Lote Rural nº 79, matrícula nº 18.715, por linha seca de 50,00 metros.

Parágrafo único. A área desmembrada deverá ser desafetada de uso para escola municipal, para uso comum público passando a fazer parte da Rua Hélio Wassun.

II - Remanescente:

Parte da Parcela A, da subdivisão da Parte do Lote Rural nº 79, com área de 3.325,50m², confrontando em conjunto: ao Norte: com Parte da Fração F, matrícula nº 15.987 e com Lote Urbano nº 04, matrícula nº 27.911, por linha seca de 67,64 metros; ao Leste: com a área desmembrada da mesma matrícula nº 18.715, com a Rua Hélio Wassun, em uma extensão de 50,00 metros; ao Sul: com Parte da Fração G, matrícula nº 13.067 e Parte da Chácara nº 25-G, matrícula nº 49.463, por linha seca de 65,71 metros; ao Oeste: com Parte da Fração F, matrícula nº 15.987, por linha seca de 50,00 metros.

Art. 2º Fica aprovado o remembramento da área constante no inciso II, do art. 1º, deste Decreto, com o Lote Urbano nº 04, com área de 435,43m², matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste-SC sob nº 27.911, localizado no Loteamento Olímpio Perin, perímetro urbano deste município e Parte da Chácara nº 25-G, com área de 705,19m², matriculada no Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste-SC sob nº 49.463, localizada na Rua General Osório, perímetro urbano deste município, todos de propriedade do Município de São Miguel do Oeste, passando de ora em diante a ter as seguintes áreas e confrontações:

I - Remembramento:

Parte da Parcela A, da subdivisão da Parte do Lote Rural nº 79, com área de 3.325,50m², Lote Urbano nº 04, com área de 435,43m² e Parte da Chácara nº 25-G, com área de 705,19m², perfazendo uma área total de 4.466,12m², confrontando em conjunto: ao Norte: com o Lote Urbano nº 5, matrícula nº 49.225, por linha seca de 43.716 metros; ao Leste: com a Rua Hélio Wassun na extensão de 60,01 metros; ao Sul: com Parte da Fração G, matrícula nº 13.067, por linha seca de 22,56 metros; Novamente ao Leste: com Parte da Fração G, matrícula nº 13.067, por linha seca de 17,33 metros; Novamente ao Sul: com a Rua General Osório na extensão de 42,45 metros; ao Oeste: com Parte da Fração F, matrícula nº 15.987, por linha seca de 65,64 metros; Novamente ao Norte: com Parte da Fração F, matrícula nº 15.987, por linha seca de 24,27 metros; Novamente ao Oeste: com Parte da Fração F, matrícula nº 15.987, por linha seca de 10,00 metros.

Art. 3º Fica a cargo do proprietário a execução de eventuais obras e registro no Ofício do Registro de Imóveis, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.
Em, 10 de junho de 2021.

[assinado digitalmente]
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]
ADRIANO STURMER
Secretário Municipal de Planejamento

[assinado digitalmente]
Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

DECRETO_9_569_NOMEIA_CONSELHO_MUNICIPAL_DE_DEFESA_DO_MEIO_AMBIENTE_COMDEMA

Publicação Nº 3095607

DECRETO Nº 9.569/2021

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e considerando as Leis Municipais nº 4.873 de 03 de outubro de 2001 e nº 7.573 de 19 de novembro de 2018, e,

CONSIDERANDO o trâmite do protocolo nº 6.898/2021, contendo a indicação de membros para compor o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, com a seguinte composição:

I - ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

a) Representantes da EPAGRI:
Simone Bianchini - Titular
Márcio Carlos Bender - Suplente

b) Representantes da Companhia de Abastecimento e Saneamento – CASAN:
Danusa Araldi – Titular
Emerson Adriano Tretto - Suplente

c) Representantes da Polícia Ambiental:
Alcenir Luis Minuscolli – Titular
Jean Francisco Canova de Quadros - Suplente

d) Representantes do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA:
Jacson Luiz Peres – Titular
Janaina Goerck - Suplente

e) Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável:
Valmor Adão Povala – Titular
Vardelídio Edenilson Zanardi - Suplente

f) Representantes da Vigilância Sanitária:
Sergion Klein – Titular
Rafaela Perondi - Suplente

g) Representantes do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC:
Dolores Wolschick – Titular
Priscila Flores Agirre - Suplente

h) Representantes as Secretaria Municipal de Urbanismo:
Claudio José Barp – Titular
Jeferson Rodrigo Pereira Dias – Suplente

II - ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:**a) Representantes da ACOMAR:**

Claudir Moreira da Silva – Titular

Carla Franciele Noll - Suplente

b) Representantes das Instituições de Ensino Superior com sede no município:

Jacson Preuss – Titular

Eliandra Mirlei Rossi - Suplente

c) Representantes do Instituto Catuetê:

Indianara Maria Herbert – Titular

Marcos Dalla Porta - Suplente

d) Representantes do Conselho das Entidades:

Gleice Gomes Koop – Titular

Deiwis Ludwig - Suplente

e) Representantes dos Clubes de Serviços:

Marcelo Fiório – Titular

Luciane Lippert - Suplente

f) Representantes do Sindicato dos Produtores Rurais:

Adair José Teixeira – Titular

Jandir Antonio Anzolin - Suplente

g) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Lirio Lino Wathier – Titular

Deoclides Dalla Rosa - Suplente

h) Representante do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio das Antas e Bacias Contíguas:

Clistenes Antonio Guadagnin – Titular

Valmir Agostinho Harttmann Caye – Suplente

Art. 2º Os membros do Conselho Gestor terão mandato de 02 (dois) anos, contados da nomeação pelo Presidente, permitida uma recondução.

Parágrafo único. Os membros substitutos atuarão até completar o período de seus antecessores.

Art. 3º Os membros do Conselho não receberão qualquer remuneração, considerando-se a atividade como função de serviço público relevante.

Art. 4º A expedição deste Decreto não se considera como renovação do mandato dos membros, mas tão somente como continuidade dos atos normativos antecedentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 9.117/2019.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 11 de junho de 2021.

[assinado digitalmente]

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

DECRETO_9_570_ALTERA_9_541_COMISSAO_PLANTA_GENERICA

Publicação Nº 3095609

DECRETO Nº 9.570/2021

ALTERA O DECRETO Nº 9.541, DE 05 DE MAIO DE 2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso V, do Art. 1º, do Decreto nº 9.541, de 05 de maio de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"V – Representante da Associação Empresarial de São Miguel do Oeste (ACISMO)."

Art. 2º Este Decreto entra vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,
Em, 11 de junho de 2021.

[assinado digitalmente]

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]

Duany Schenkel

Advogada Assessora

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

DECRETO_FINANCEIRO_21_EXCESSO_ARRECADACAO_E_SUPERAVIT_EDUCACAO_CRECHES

Publicação Nº 3095613

DECRETO FINANCEIRO Nº 21/2021

ALTERA O PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 1.950.000,00 (UM MILHÃO, NOVECIENTOS E CINQUENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais sob nº 7.729 de 22/05/2020, nº 7.780 e nº 7.781 de 17/12/2020, Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, Lei nº 7.790/2021, Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais.

DECRETA:

TÍTULO I CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 7.781, de 17 de dezembro de 2020, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2021, em conformidade com o disposto no presente ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 1.950.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias com a finalidade de execução de obras na área de educação de responsabilidade constitucional deste ente federado.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº 7.729, de 22 de maio de 2020 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2021, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.950.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias com a finalidade de execução de obras na área de educação de responsabilidade constitucional deste município.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº 7.780, de 17 de dezembro de 2020 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.950.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta mil reais), objetivando a reforçar dotações orçamentárias com a finalidade de execução de obras na área de educação de responsabilidade constitucional deste ente federado.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.950.000,00 (um milhão, novecentos e cinquenta mil reais), objetivando a incrementar dotações orçamentárias em execução, conforme abaixo discriminadas:

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

05.002 – SETOR DE ENSINO

12.365.0185.1.024 - CONSTR. AMPLIAÇ. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATER. PERMAN.-CRECHES

61 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0079 - APLICACOES DIRETAS R\$ 1.220.000,00

12.361.0188.1.025 - CONSTR., AMPL. E AQUIS. DE ÁREA DE TERRA, BEM COMO EQUIP E MOBIL. EM GERAL

67 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0019 - APLICACOES DIRETAS R\$ 400.000,00

67 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0079 - APLICACOES DIRETAS R\$ 330.000,00

TOTAL_____ R\$ 1.950.000,00

Art. 5º Para a cobertura parcial do Crédito aberto pelo presente ato fica utilizado o produto do Superávit Financeiro na importância de R\$ 1.550.000,00 (um milhão, quinhentos e cinquenta mil reais), oriundo de Saldo de Balanço Patrimonial do exercício anterior, mais propriamente da conta do BANCO DO BRASIL S/A-C/ 56540-7 – Emendas Parlamentares Impositivas recebidas do Governo do Estado de Santa Catarina em 23/12/2020, em conformidade com o disposto no Artigo 43, §1º, inciso I, § 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Municipal nº 7.780, de 17 de dezembro de 2020 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes.

Art. 6º Para a cobertura complementar do Crédito aberto pelo presente ato fica utilizado o produto do provável excesso de arrecadação dos recursos provenientes das transferências dos Recursos do FUNDEB repassados pelo GOVERNO DA UNIÃO ao Município, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), em conformidade com o disposto no Artigo 43, §1º, inciso II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Municipal nº 7.780, de 17 de dezembro de 2020 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 11 de junho 2021.

[assinado digitalmente]

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

[assinado digitalmente]

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]

Gibson Ibaê Borges Posser

Responsável

DEMOL_INDUSTRIA_E_COMERCIO_LTDA_PROTOCOLO_431_2021LICENCA_AMBIENTAL_DE_OPERACAO_LAO_RENOVACAO_2_

Publicação Nº 3092590

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SANTA CATARINA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DIRETORIA AMBIENTAL

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO - RENOVAÇÃO - PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 431/2021 CONDER

O município de São Miguel do Oeste - Santa Catarina SMO/CONDER, com endereço na Rua Marcílio Dias 1199, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (Art. 10, VIII), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017 e Resoluções CONSEMA nº 98/17, 99/17, 162/2019 e suas alterações, e na Lei Municipal n. 4.873/2001, Lei Complementar Municipal n. 0097/2019, Decretos Municipais nºs 9.201/2019, 9.202/2019, 9.203/2019 e 9.117/2019 torna público que o município concedeu LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO - RENOVAÇÃO, com prazo de validade 48 (quarenta e oito) meses para a empresa DEMOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CPF/CNPJ: 85.220.499/0001 - 03, localizada na Rua Arno Erich Schwambach, nº. 1000, Bairro Distrito Industrial na cidade de São Miguel do Oeste - SC, coordenadas geográficas: Latitude 26º44'38,0" S e Longitude 53º30'11,2" para a atividade: 11.60.01 - Serralheria, fabricação de tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos e de artigos de caldeireiro com tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão ou esmaltação ou imersão, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167 - Centro, São Miguel do Oeste, SC e no sítio eletrônico do Diário Oficial dos Municípios. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

São Miguel do Oeste, 25 de maio de 2021.

VALMOR ADÃO POVALA
DIRETOR AMBIENTAL/SMO - SC
MATRÍCULA 16160/01 - PORT. SGPT/DDP Nº. 1426/2019

EDEMAR_LUIZ_BALBINOT_E_TEREZINHA_AGOSTINI_BALBINOT_LOTEAMENTO_DA_FONTE_ **PROTOCOLO_296_2021_LICENCA_AMBIENTAL_PREVIA_LAP_2_**

Publicação Nº 3092594

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DIRETORIA AMBIENTAL

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP - PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 296/2021 CONDER. O município de São Miguel do Oeste - Santa Catarina SMO/CONDER, com endereço na Rua Marcílio Dias 1199, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (Art. 10, VIII), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017 e Resoluções CONSEMA nº 98/17, 99/17, 162/2019 e suas alterações, e na Lei Municipal n. 4.873/2001, Lei Complementar Municipal n. 0097/2019, Decretos Municipais nºs 9.201/2019, 9.202/2019, 9.203/2019 e 9.117/2019 torna público que o município concedeu LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP, com prazo de validade 12 (doze) meses para os empreendedores EDEMAR LUIZ BALBINOT E TEREZINHA AGOSTINI BALBINOT - LOTEAMENTO DA FONTE, CPF/CNPJ: 032.452.419 - 68/703.835.370 - 53, acesso pelas Ruas Marcos Davi Dalla Costa e Emilio Giovanaz, s/nº Bairro Estrela na cidade de São Miguel do Oeste - SC, coordenadas geográficas: Latitude 26º43'19,6" S e Longitude 53º32'12,8" para a atividade: 71.11.00 - Parcelamento de solo urbano, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167 - Centro, São Miguel do Oeste, SC e no sítio eletrônico do Diário Oficial dos Municípios. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

São Miguel do Oeste, 18 de maio de 2021.

VALMOR ADÃO POVALA
DIRETOR AMBIENTAL/SMO - SC
MATRÍCULA 16160/01 - PORT. SGPT/DDP Nº. 1426/2019

HOMOLOGACAO_005_2021

Publicação Nº 3092530

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste

O PREFEITO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. WILSON TREVISAN, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, aos interessados, a Homologação do Resultado Final, referente ao Processo Seletivo Simplificado nº 005/2021, conforme segue:

Professor de Língua Portuguesa

Classificação	Candidato	Qualificação Profissional	Tempo de Experiência	Data de Nascimento	Somatória
1º	Elisangela Ecker	3,0	6,0	10/05/1976	9,0
2º	Vilma Maria Schmitt	3,0	4,0	26/01/1962	7,0
3º	Paulo Ricardo Longhi	3,0	0,0	21/09/1974	3,0
4º	Edilana da Silva Gonçalves	2,0	0,0	29/10/1993	2,0
5º	Camila Scariot	2,0	0,0	23/06/1995	2,0
	Elis Marina Frigeri	Desclassificado nos termos do item 6.11 do Edital 005/2021.			

São Miguel do Oeste, 11 de junho de 2021.

(assinado digitalmente)
WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

(assinado digitalmente)
Abigail Lais Folmer Rochenbach
Membro da Comissão

(assinado digitalmente)

Marialice Brassiani
Presidente da Comissão

(assinado digitalmente)
Mônica Spiess
Membro da Comissão

JORGE ALFREDO ROMANO DE ARAUJO_EPP_PROTOCOLO_417_2021_LICENCA_AMBIENTAL_DE_OPERACAO_LAO_RENOVACAO_2_

Publicação Nº 3092596

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DIRETORIA AMBIENTAL

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO RENOVAÇÃO - PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 471/2021 CONDER

O município de São Miguel do Oeste - Santa Catarina SMO/CONDER, com endereço na Rua Marcílio Dias 1199, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (Art. 10, VIII), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017 e Resoluções CONSEMA nº 98/17, 99/17, 162/2019 e suas alterações, e na Lei Municipal n. 4.873/2001, Lei Complementar Municipal n. 0097/2019, Decretos Municipais nºs 9.201/2019, 9.202/2019, 9.203/2019 e 9.117/2019 torna público que o município concedeu LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO RENOVAÇÃO, com prazo de validade 48 (quarenta e oito) meses para a Empresa JORGE ALFREDO ROMANO DE ARAÚJO - EPP, CPF/CNPJ: 627.179.289 - 87 - 79305.439/0001 - 82 localizada na Rua Siva Jardim, nº. 960, Bairro Agostini na cidade de São Miguel do Oeste - SC, coordenadas geográficas: Latitude 26°43'16,1" S e Longitude 53°31'45,8" para a atividade: 20.81.00 - Fabricação de sabão, detergentes, desinfetantes, glicerina, preparados para limpeza e velas, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167 - Centro, São Miguel do Oeste, SC e no sítio eletrônico do Diário Oficial dos Municípios. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

São Miguel do Oeste, 05 de maio de 2021.

VALMOR ADÃO POVALA
DIRETOR AMBIENTAL/SMO - SC
MATRÍCULA 16160/01 - PORT. SGPT/DDP Nº. 1426/2019

JOSE LEONIR MULLER_E WILLIAN GREIK MULLER_PROTOCOLO_402_2021_LICENCA_AMBIENTAL_PREVIA_LAP_2_

Publicação Nº 3092598

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DIRETORIA AMBIENTAL

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP - PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 402/2021 CONDER

O município de São Miguel do Oeste - Santa Catarina SMO/CONDER, com endereço na Rua Marcílio Dias 1199, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (Art. 10, VIII), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017 e Resoluções CONSEMA nº 98/17, 99/17, 162/2019 e suas alterações, e na Lei Municipal n. 4.873/2001, Lei Complementar Municipal n. 0097/2019, Decretos Municipais nºs 9.201/2019, 9.202/2019, 9.203/2019 e 9.117/2019 torna público que o município concedeu LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP, com prazo de validade 12 (doze) meses para os empreendedores JOSÉ LEONIR MULLER/WILLIAN GREIK MULLER, CPF/CNPJ: 758.480.159 - 53 - 071.189.819 - 74, localizado na Linha Treze de Maio zona rural da cidade de São Miguel do Oeste - SC, coordenadas geográficas: Latitude 26°43'30,5" S e Longitude 53°25'32,6" para a atividade: 01.54.00 - GRANJA DE SUÍNOS - TERMINAÇÃO 1320 ANIMAIS, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167 - Centro, São Miguel do Oeste, SC e no sítio eletrônico do Diário Oficial dos Municípios. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

São Miguel do Oeste, 11 de maio de 2021.

VALMOR ADÃO POVALA
DIRETOR AMBIENTAL/SMO - SC
MATRÍCULA 16160/01 - PORT. SGPT/DDP Nº. 1426/2019

MADEBAL MADEIREIRA BALDISSERA LTDA PROTOCOLO 471 2021 LICENCA AMBIENTAL DE OPERACAO CORRETIVA LAO CORRETIVA 2

Publicação Nº 3092601

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DIRETORIA AMBIENTAL

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO CORRETIVA - LAO CORRETIVA - PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 471/2021 CONDER

O município de São Miguel do Oeste - Santa Catarina SMO/CONDER, com endereço na Rua Marcílio Dias 1199, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (Art. 10, VIII), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017 e Resoluções CONSEMA nº 98/17, 99/17, 162/2019 e suas alterações, e na Lei Municipal n. 4.873/2001, Lei Complementar Municipal n. 0097/2019, Decretos Municipais nºs 9.201/2019, 9.202/2019, 9.203/2019 e 9.117/2019 torna público que o município concedeu LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO CORRETIVA - LAO CORRETIVA, com prazo de validade 48 (quarenta e oito) meses para o Empresa MADEBAL MADEIREIRA BALDISSERA LTDA, CPF/CNPJ: 86.243.623/0001 - 00, localizado na Rodovia Leolino João Baldissera, 1641, Linha Cruzinhas zona rural da Cidade de São Miguel do Oeste - SC, coordenadas geográficas: Latitude 26°47'14,5" S e Longitude 53°31'20,6" para a atividade: 15.55.00 - Fabricação de molduras, esquadrias e casas pré-fabricadas, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167 - Centro, São Miguel do Oeste, SC e no sítio eletrônico do Diário Oficial dos Municípios. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

São Miguel do Oeste, 03 de maio de 2021.

VALMOR ADÃO POVALA
DIRETOR AMBIENTAL/SMO - SC
MATRÍCULA 16160/01 - PORT. SGPT/DDP Nº. 1426/2019

MARCON ADMINISTRACAO E INCORPORACAO IMOBILIARIA LTDA CONDOMINIO COMERCIAL HORIZONTAL PROTOCOLO 593 2021 LICENCA AMBIENTAL DE OPERACAO LAOF 2

Publicação Nº 3092603

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DIRETORIA AMBIENTAL

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO - PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 593/2021 CONDER

O município de São Miguel do Oeste - Santa Catarina SMO/CONDER, com endereço na Rua Marcílio Dias 1199, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (Art. 10, VIII), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017 e Resoluções CONSEMA nº 98/17, 99/17, 162/2019 e suas alterações, e na Lei Municipal n. 4.873/2001, Lei Complementar Municipal n. 0097/2019, Decretos Municipais nºs 9.201/2019, 9.202/2019, 9.203/2019 e 9.117/2019 torna público que o município concedeu LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO, com prazo de validade 48 (quarenta e oito) meses para a empresa MARCON ADMINISTRAÇÃO E INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CONDOMÍNIO COMERCIAL HORIZONTAL, CPF/CNPJ: 36.710.046/0001 - 41, localizado na Rua Waldemar Rangrab, Bairro São Luiz, na cidade de São Miguel do Oeste - SC, coordenadas geográficas: Latitude 26°44'28,8" S e Longitude 53°31'10,1" para a atividade: 71.11.06 - Condomínios comerciais horizontais ou verticais, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167 - Centro, São Miguel do Oeste, SC e no sítio eletrônico do Diário Oficial dos Municípios. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

São Miguel do Oeste, 12 de maio de 2021.

VALMOR ADÃO POVALA
DIRETOR AMBIENTAL/SMO - SC
MATRÍCULA 16160/01 - PORT. SGPT/DDP Nº. 1426/2019

METALURGICA_HAMMES_LTDA_PROTOCOLO_457_2021_LICENCA_AMBIENTAL_DE_OPERACAO_LAO_RENOVACAO_2_

Publicação Nº 3092604

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DIRETORIA AMBIENTAL

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO - RENOVAÇÃO - PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 457/2021 CONDER

O município de São Miguel do Oeste - Santa Catarina SMO/CONDER, com endereço na Rua Marcílio Dias 1199, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (Art. 10, VIII), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017 e Resoluções CONSEMA nº 98/17, 99/17, 162/2019 e suas alterações, e na Lei Municipal n. 4.873/2001, Lei Complementar Municipal n. 0097/2019, Decretos Municipais nºs 9.201/2019, 9.202/2019, 9.203/2019 e 9.117/2019 torna público que o município concedeu LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO - LAO - RENOVAÇÃO, com prazo de validade 48 (quarenta e oito) meses para a empresa METALÚRGICA HAMMES LTDA, CPF/CNPJ: 83.231.084/0001 - 00, localizada na Rua Itaberaba, nº. 1321, Bairro Sagrado Coração de Jesus na cidade de São Miguel do Oeste - SC, coordenadas geográficas: Latitude 26º44'02,5" S e Longitude 53º31'21,4" para a atividade: 11.30.01 - Fabricação de estruturas metálicas, com tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão, ou esmaltação ou imersão, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167 - Centro, São Miguel do Oeste, SC e no sítio eletrônico do Diário Oficial dos Municípios. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

São Miguel do Oeste, 25 de maio de 2021.

VALMOR ADÃO POVALA
DIRETOR AMBIENTAL/SMO - SC
MATRÍCULA 16160/01 - PORT. SGPT/DDP Nº. 1426/2019

OF_116_DEYSILANE_FREIRE_COSTA_SILVA

Publicação Nº 3093725

São Miguel do Oeste SC, 10 de junho de 2021.

OF. Nº 116/2021- SAFGP – DDP- SME

A(o) Senhor(a)

DEYSILANE FREIRE COSTA SILVA

Prezado (a) Senhor (a),

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir o cargo de AUXILIAR DE CRECHE 40h (quarenta horas) aprovado no Processo Seletivo nº 002/2020 de 21 de outubro de 2020, cujo resultado foi homologado em 29 de janeiro de 2021.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/processos-seletivos/159/002-2020>, Processo Seletivo Edital nº 002/2020, importara em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente.

(Assinatura Digital)
ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas Municipal.

3

Ciente, em/ /.....

OF_117_ROSIMAR_DO_CARMO_SOARES_PEDRASSANI

Publicação Nº 3093726

São Miguel do Oeste SC, 10 de junho de 2021.

OF. Nº 117/2021– SAFGP – DDP- SME

A(o) Senhor(a)

ROSIMAR DO CARMO SOARES PEDRASSANI

Prezado (a) Senhor (a),

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir o cargo de AUXILIAR DE CRECHE 40h (quarenta horas) aprovado no Processo Seletivo nº 002/2020 de 21 de outubro de 2020, cujo resultado foi homologado em 29 de janeiro de 2021.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/processos-seletivos/159/002-2020>, Processo Seletivo Edital nº 002/2020, importara em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente.

(Assinatura Digital)

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas Municipal.

3

Ciente, em/ /.....

OF_118_ADREANA_PERUZZO

Publicação Nº 3093729

São Miguel do Oeste SC, 10 de junho de 2021.

OF. Nº 118/2021– SAFGP – DDP- SME

A(o) Senhor(a)

ADREANA PERUZZO

Prezado (a) Senhor (a),

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir o cargo de COORDENADOR PEDAGÓGICO 40h (quarenta horas) aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2021 de 10 de maio de 2021, cujo resultado foi homologado em 08 de junho de 2021.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/processos-seletivos/188/pss-042021>, Processo Seletivo Simplificado Edital nº 004/2021, importara em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente.

(Assinatura Digital)

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas Municipal.

3

Ciente, em/ /.....

OF_119_ELIANE_MARISE_SIMON_WERNER

Publicação Nº 3093730

São Miguel do Oeste SC, 10 de junho de 2021.

OF. Nº 119/2021– SAFGP – DDP- SME

A(o) Senhor(a)

ELIANE MARISE SIMON WERNER

Prezado (a) Senhor (a),

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir o cargo de COORDENADOR PEDAGÓGICO 40h (quarenta horas) aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2021 de 10 de maio de 2021, cujo resultado foi homologado em 08 de junho de 2021.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/processos-seletivos/188/pss-042021>, Processo Seletivo Simplificado Edital nº 004/2021, importara em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente.

(Assinatura Digital)

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas Municipal.

3

Ciente, em/ /.....

OF_120_NILMAR_OLIVEIRA_DAS_NEVES_JUNIOR

Publicação Nº 3093732

São Miguel do Oeste SC, 11 de junho de 2021.

OF. Nº 120/2021– SAFGP – DDP- SME

A(o) Senhor(a)

NILMAR OLIVEIRA DAS NEVES JUNIOR

Prezado (a) Senhor (a),

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990; CONVOCA Vossa Senhoria, para assumir o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40h (quarenta horas) aprovado no Processo Seletivo nº 002/2020 de 21 de outubro de 2020, cujo resultado foi homologado em 29 de janeiro de 2021.

Igualmente, informamos que o não comparecimento no prazo de 48h (quarenta e oito horas) a partir da divulgação no site da Prefeitura, no endereço eletrônico: <https://www.saomiguel.sc.gov.br/processos-seletivos/159/002-2020>, Processo Seletivo Edital nº 002/2020, importara em renúncia tácita de Vossa Senhoria.

Atenciosamente.

(Assinatura Digital)

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas Municipal.

3

Ciente, em/ /.....

PORT_0614_VANESSA_CRISTINA_FACCIO_LICENCA_PARA_CUIDAR_FAMILIAR

Publicação Nº 3092537

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0614/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 87- A, da LCM 024/2013, e;

Considerado o artigo 103 do estatuto dos servidores públicos municipais que poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado ou dependente que viva a suas expensas e conste de seu assentamento funcional, mediante comprovação por junta médica oficial.

Considerando o inciso I do mesmo artigo que o prazo poderá ser por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor.

Considerando o memorando 17632/2021 com a solicitação de licença por motivo de doença em pessoa da família da servidora Vanessa Cristina Faccio, encaminhado para junta médica oficial do Município.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, a servidora VANESSA CRISTINA FACCIO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, do quadro efetivo de servidores da Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo prazo de 34 (trinta e quatro) dias, conforme Inciso II do § 2º do Art. 103 da Lei Complementar 009/2012 de 02 de Abril de 2012, no período de 25 de maio de 2021 a 27 de junho de 2021.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 26 de maio de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 09 de junho de 2021.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORT_0615_ROSANE_DOS_SANTOS_COUTO_READAPTAR

Publicação Nº 3092541

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0615/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 87- A, da LCM 024/2013, e;

Considerando os termos do "caput" do artigo 40, da Lei Complementar Municipal nº 009/2012 de 02 de abril de 2012, que a readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica oficial;

Considerando que a readaptação dependerá da prova de capacidade física ou mental, mediante inspeção médica oficial; e que o departamento pessoal de posse da perícia médica indicará os cargos a que pode ser o servidor readaptado no serviço público municipal, cabendo a decisão final ao Chefe do Executivo Municipal quando mais de um cargo for possível respeitadas as disposições aplicáveis;

Considerando os termos do artigo 41 da LCM 009/2012, que a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Considerando o memorando 18240/2021 com a informação de readaptação da servidora Rosane dos Santos Couto, com o parecer da junta médica oficial do Município, devendo a servidora evitar atividades relacionadas a carregar peso e/ou manter-se em períodos prolongados em ortostatismo

RESOLVE:

Art. 1º READAPTAR, a servidora pública municipal efetiva ROSANE DOS SANTOS COUTO, ocupante do cargo de Merendeira, 40 horas semanais, para atuar junto a cozinha da EMEIEF Atílio Luiz Calza, na Secretaria Municipal de Educação, respeitando as restrições do atestado médico e laudo exarado pela junta médica oficial do Município.

Parágrafo Único. Para efeitos da readaptação será respeitada a habilitação exigida e nível de escolaridade, observado o interesse da administração.

Art. 2º As atividades desenvolvidas deverão respeitar o atestado de incapacidade do servidor para o exercício do seu cargo originário, podendo exercer sem prejuízo de sua saúde, atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

Art. 3º A readaptação não acarretará redução salarial, mesmo que a atividade a ser desenvolvida seja de escolaridade inferior ao cargo originário da servidora.

Art. 4º A readaptação perdurará até 07 de dezembro de 2021, conforme atestado médico e laudo da junta médica oficial do município.

Art. 5º Esta portaria tem efeito retroativo a 08 de junho de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 09 de junho de 2021.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORT_0616_ELIESE_KARCZEWSKI_CONCEDER_LICENCA

Publicação Nº 3092542

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0616/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 87- A, da LCM 024/2013, e;

Considerado o §4º do artigo 110-A, da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 – Estatuto dos servidores municipais.

Considerando o §4º do artigo 101, alínea "h", da referida Lei Complementar.

Considerando o memorando 18007/2021 com o atestado médico da servidora Eliese Karczewski.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença conforme o §4º do artigo 110-A, da Lei Complementar Municipal n. 009/2012, a servidora ELIESE KARCZEWSKI, ocupante do cargo de Diretor de Unidade Escolar, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo prazo de 30 (trinta) dias, no período de 04 de junho de 2021 a 03 de julho de 2021.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 04 de junho de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de junho de 2021.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORT_0617_MARINA_CARLA_DE_CARLI_CONCEDER_PECUNIA

Publicação Nº 3093734

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0617/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 87- A, da LCM 024/2013, e;

Considerando o disposto no Art. 108 do Estatuto do Servidor que após cada quinquênio de efetivo exercício, ininterrupto ou intercalado, o servidor terá direito de afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por três meses.

Considerando que o § 5º do referido artigo dispõe que até 1/3 (um terço) da licença prêmio poderá ser convertida em pecúnia mediante a conveniência da administração pública

Considerando que a conversão em pecúnia de 1/3 da licença prêmio é ato discricionário da administração e que o município tem adotado como critério para a conversão em pecúnia de 1/3 da licença prêmio nos casos em que haja a necessidade de tratamento de saúde dos servidores e dependentes.

Considerando que a servidora Marina Carla de Carli, comprovou a necessidade de tratamento de saúde, conforme memorando 18118/2021.

Considerando que a Portaria nº 1240/2019 de 10 de setembro de 2019, indicou que a servidora Marina Carla de Carli, possui direito à licença prêmio referente ao período aquisitivo de 07 de abril de 2014 a 06 de abril de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONVERTER, em pecúnia 30(trinta) dias da 1ª Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 07 de abril de 2014 a 06 de abril de 2019, concedida conforme Portaria nº 1240/2019 de 10 de setembro de 2019, a servidora MARINA CARLA DE CARLI, ocupante do cargo de Recepcionista, com base no Art. 108, §5º da Lei Complementar Municipal 009/2012 de 02 de abril de 2012, concessão concedida por necessidade imperiosa dos serviços públicos.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de junho de 2021.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORT_0618_DAIANA_SCHNEIDER_CONCEDER_GOZO_DE_LICENCA_PREMIO

Publicação Nº 3093736

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0618/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 87- A, da LCM 024/2013, e;

Considerando o memorando 18217/2021, com a solicitação de gozo de licença prêmio da servidora pública municipal Daiana Schneider.

Considerando que a Portaria nº 0101/2015 de 04 de fevereiro de 2015, indicou que a servidora Daiana Schneider, possui direito à licença prêmio referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2010 a 31 de janeiro de 2015.

Considerando que tal medida não gerará aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER o gozo de 20(vinte) dias, da 1ª licença prêmio, nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor) a DAIANA SCHNEIDER, efetiva ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Postura, concedido o direito conforme Portaria nº 0101/2015 de 04 de fevereiro de 2015, referente ao período de 01 de fevereiro de 2010 a 31 de janeiro de 2015, a serem gozados de 05 de julho de 2021 a 24 de julho de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 10 de junho de 2021.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORT_0619_GLADIS_SCHOENHERR_DE_ROS_DESIGNAR

Publicação Nº 3093737

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0619/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 87- A, da LCM 024/2013, e;

Considerando o memorando 18507/2021 com a solicitação de designação da servidora Gladis Schoenherr de Ros, para passar a atuar junto ao órgão central de Administração do Município.

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva GLADIS SCHOENHERR DE ROS, ocupante do cargo de Telefonista, 30 horas semanais, para passar a atuar junto ao órgão central de Administração do Município, a partir de 11 de junho de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 11 de junho de 2021.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORT_0620_DAIANA_CARLA_PEROTTO_DESIGNAR

Publicação Nº 3093738

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0620/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 87- A, da LCM 024/2013, e;

Considerando o memorando 18507/2021 com a solicitação de designação da servidora Daiana Carla Perotto, para passar a atuar junto ao órgão central de Administração do Município.

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva DAIANA CARLA PEROTTO, ocupante do cargo de Telefonista, 30 horas semanais, para passar a atuar junto ao órgão central de Administração do Município, a partir de 11 de junho de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 11 de junho de 2021.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORT_0621_LUCIANA_DIAS_DESIGNAR

Publicação Nº 3093742

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 0621/2021

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto Municipal n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 87- A, da LCM 024/2013, e;

Considerando o memorando 18507/2021 com a solicitação de designação da servidora Luciana Dias, para passar a atuar junto ao órgão central de Administração do Município.

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva LUCIANA DIAS, ocupante do cargo de Telefonista, 30 horas semanais, para passar a atuar junto ao órgão central de Administração do Município, a partir de 21 de junho de 2021.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 11 de junho de 2021.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA_0135_COMISSAO_PLANTA_GENERICA

Publicação Nº 3095614

PORTARIA Nº 0135/2021

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE IMÓVEIS NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições do Inciso VIII, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 9.541/2021;

CONSIDERANDO o trâmite do memorando protocolado sob nº 13.819/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Análise e Revisão da Planta Genérica de Valores dos imóveis existentes no Município de São Miguel do Oeste, com finalidade de apurar o valor venal que servirá de base de cálculo para o lançamento do IPTU, do ITBI e da Contribuição de Melhoria, a partir do exercício de 2021, composta pelos seguintes membros:

I – Representante da Secretaria Municipal de Planejamento:

a) Adriano Sturmer

II – Representante da Procuradoria-Geral do Município:

a) Barbara Casales Giongo Rodrigues

III – Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

a) Ismael Gregory

IV– Representante do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Santa Catarina (CRECI/SC):

a) Sebastião Antunes Câmara

V – Representante da Associação Empresarial de São Miguel do Oeste (ACISMO):

a) Mauricio Giusti

VI – Representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos do Extremo Oeste de Santa Catarina (ASSENAR):

a) Eduardo Bedin

VII – Representante do Sindicato da Indústria da Construção e de Artefatos de Concreto Armado do Extremo Oeste de Santa Catarina (SINDUSCON):

a) Leonei Marcos Lucoti

VIII – Representante da União das Associações de Moradores de Bairros (UAMB):

a) Ruben Mueller

IX – Representante do Setor de Cadastro Imobiliário do Município:

a) Emerson Zanon

Art. 2º As atribuições da Comissão ora designada são aquelas constantes no artigo 2º, do Decreto Municipal nº 9.541/2021.

Art. 3º Os membros da Comissão, servidores do município, ficam dispensados de suas atividades normais durante os horários de trabalho dedicados ao exercício das funções designadas.

Art. 4º O exercício dos mandatos dos membros será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art. 5º Os servidores efetivos membros da Comissão ora designada, desde que não ocupantes de função gratificada, farão jus à gratificação contida no Art. 88 da Lei Complementar nº 009/2012, combinada com o Anexo IV da Lei Complementar nº 025/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.178/2014.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC,
Em, 11 de junho de 2021.

[assinado digitalmente]

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA_0136_NOMEACAO_AVALIADOR_ANDREIA

Publicação Nº 3095616

PORTARIA Nº 0136/2021

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MERCADO IMOBILIÁRIO PARA FINS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e considerando a Lei Municipal nº 6.155/2009, e com base na Lei Municipal nº 7.084/2014 e na Lei Municipal nº 7.099/2015, e,

CONSIDERANDO a tramitação do protocolo nº 6.041/2021;

CONSIDERANDO o memorando interno nº 022/2021 da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, o qual solicita nomeação de perito avaliador representante do mercado imobiliário.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear como Perito avaliador representante do Mercado Imobiliário, para compor a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis ANDREIA HERTES FUSIEGER, CRECI nº 29468, para aferição do valor de mercado do imóvel, para fins de desapropriação:

I – Parte do Lote Rural nº 02 com área de 66.022,00m², sem construções, sito no 8º Perímetro Rabo de Galo, Linha Vista Alta, no município

de São Miguel do Oeste, matriculado no CRISMO sob nº 20.426, de propriedade de Antonio Cenci e sua esposa Maria de Lurdes Bassani Cenci,

Parágrafo único. Ao final dos trabalhos o perito avaliador deverá emitir laudo técnico da avaliação.

Art. 2º O trabalho desempenhado pelo perito ora nomeado será remunerado mediante pagamento do valor de R\$ 517,86 (quinhentos e dezessete reais e oitenta e seis centavos).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 11 de junho de 2021.

[assinado digitalmente]

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

[assinado digitalmente]

Duany Schenkel

Advogada Assessora

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2021 - PREFEITURA

Publicação Nº 3092933

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5554F37066A5C964A943B51182A7268E5D115F54

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2021

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir do Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de empresa para fornecimento de marmitas prontas para subsidiar alimentação dos funcionários plantonistas, que não possam deixar seu posto de trabalho, dos detentos da Unidade Prisional Avançada (UPA), que prestam serviços ao município, e para o atendimento de famílias e indivíduos atendidos pela Secretaria de Assistência Social, que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica, do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 15 de junho até às 08h15min do dia 25 de junho de 2021.

Abertura da sessão pública: Às 08h30min do dia 25 de junho de 2021.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 11 de junho de 2021.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

PROCESSO Nº 120/2021 PREFEITURA

Publicação Nº 3093682

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) AE03CE0F1A6843AD8D49D8B6988BC2995C352224

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2021

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir do Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha destinados a atender as necessidades das Secretarias e Entidades do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com anexo I, termo de referência do edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 16 de junho até às 08h15min do dia 28 de junho de 2021.

Abertura da sessão pública: Às 08h30min do dia 28 de junho de 2021.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marclio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site www.saomiguel.sc.gov.br.

São Miguel do Oeste/SC, 11 de junho de 2021.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

RESULTADO_FINAL_PROCESSO_SELETIVO_001_2021_1

Publicação N° 3093824

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2021

RESULTADO FINAL

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. WILSON TREVISAN, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, aos interessados, o Resultado Final, referente ao Edital de Processo Seletivo nº 001/2021, e informa que:

1. Para os cargos de Advogado, Arquiteto, Assistente Social, Educador Social (Educação Artes), Educador Físico, Enfermeiro, Engenheiro Civil, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico (Clínico Geral, Infectologista e Psiquiatra), Médico Veterinário, Nutricionista, Odontólogo, Pedagogo, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Auxiliar de Consultório Dentário, Fiscal de Obras e Posturas, Motorista, Operador de Máquinas, Técnico em Enfermagem, Recepcionista, Técnico Administrativo, Agente Comunitário de Saúde e Agente Comunitário de Saúde – Controle de Endemias (Dengue), São considerados classificados todos os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro) pontos no conjunto das provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais.
2. Para o cargo de Orientador Social, São considerados classificados todos os candidatos que obtiveram a nota mínima de 3,00 (três) pontos no conjunto das provas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais.
3. A prova de títulos para o cargo de Orientador Social, somente será somada à média obtida pelos candidatos aprovados na prova objetiva.
4. O cartão de resposta de cada candidato que realizou a prova objetiva está disponível na área do candidato para conferência, basta acessar com CPF e senha própria.
5. Os desempates estão de acordo com o item 8 do referido Edital.
6. Seguem inalteradas as demais disposições e prazos previstos no Edital de Processo Seletivo nº 001/2021.

ADVOGADO							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
685	Déborah Rossi	25/01/1996	6,50	1,50	1,50	9,50	1º
961	Leonardo Silveira Longen	04/02/1989	7,00	0,50	1,50	9,00	2º
38	Fernanda Piovesan Lazaretti	23/03/1996	6,50	1,50	1,00	9,00	3º
1032	Dimitri Teixeira Moreira Dos Santos	28/10/1987	6,50	1,00	1,50	9,00	4º
8	Julio Cezar De Oliveira	30/07/1994	6,50	1,00	1,50	9,00	5º
173	Joao Rafael Dutra Muller	04/08/1979	6,00	1,50	1,50	9,00	6º
919	Renata Vanin De Toni	18/05/1996	6,00	1,50	1,50	9,00	7º
719	Vander Luis Méndez Wis-smann	18/04/1988	6,50	0,50	1,50	8,50	8º
1055	Pedro Do Couto Costa	01/10/1989	5,50	1,50	1,50	8,50	9º
243	Bruno Zilles Magno Nunes	08/07/1993	5,50	1,50	1,50	8,50	10º
547	Vanderley Jose Bolfe	02/09/1988	6,00	1,00	1,00	8,00	11º
1132	Cassiano Martins Gonçalves	01/12/1981	6,00	0,50	1,50	8,00	12º
264	Danilo Barros Sousa Rego	25/01/1988	6,00	0,50	1,50	8,00	13º
1116	Daniel Varella Dos Santos	09/10/1993	6,00	0,50	1,50	8,00	14º
1044	Poliana Madlene Schmitz	11/04/1995	6,00	0,50	1,50	8,00	15º
50	Mariana Ambrozini	26/06/1996	6,00	0,50	1,50	8,00	16º
1071	Luciano Dorochowicz	28/01/1992	5,50	1,00	1,50	8,00	17º
981	Naira Eliza Menegat	17/09/1997	5,50	1,00	1,50	8,00	18º
665	Stefany De Souza Rebequi	24/07/1998	5,50	1,00	1,50	8,00	19º
706	Larissa Fernanda Lermen	03/05/1994	5,00	1,50	1,50	8,00	20º
797	Igor Graeff Bohrer	20/09/1995	5,00	1,50	1,50	8,00	21º

1080	Marcio Schaker	05/07/1998	5,00	1,50	1,50	8,00	22º
233	Victória De Biazzi Ávila Soares	15/09/1996	5,50	0,50	1,50	7,50	23º
1176	Luíza Klein Haas	02/09/1999	5,00	1,50	1,00	7,50	24º
935	Eloise Alessandra Rodrigues	29/01/1997	5,00	1,00	1,50	7,50	25º
930	Rafaela Piovesan Barboza	12/11/1998	5,00	1,00	1,50	7,50	26º
366	Daiana Prado Kronbauer	09/09/1979	4,50	1,50	1,50	7,50	27º
699	Janaína Alessi	25/08/1993	4,50	1,50	1,50	7,50	28º
39	Maurício De Oliveira Bravo	20/01/1994	4,50	1,50	1,50	7,50	29º
729	Rafael Isidorio Bombazaro	14/03/1994	4,50	1,50	1,50	7,50	30º
1194	Gabriel Juvenardi Rodrigues	14/05/1996	6,00	0,00	1,00	7,00	31º
119	Fernanda Mara Wathier	11/12/1992	5,00	0,50	1,50	7,00	32º
1175	Márcia Dos Reis	14/11/1967	4,50	1,00	1,50	7,00	33º
928	Jéssica Dalila Sidloski Semeler	10/06/1998	4,50	1,00	1,50	7,00	34º
615	Sulani Irlete Felten Serpa	14/03/1982	4,50	1,00	1,00	6,50	35º
1121	Vanessa Spielmann	23/09/1998	4,50	1,00	1,00	6,50	36º
2	Kalinka Suelyn Casanova	17/04/1991	4,50	0,50	1,50	6,50	37º
456	Vinicius Pauly Galupo	10/11/1998	4,50	0,50	1,50	6,50	38º
386	Valéria Giongo Vargas	17/02/1999	4,50	0,50	1,50	6,50	39º
905	Rogerth Júnyor Lasta	03/04/1997	4,00	1,00	1,50	6,50	40º
1009	Karim Blanc Simões Sayegh	21/03/1998	4,00	1,00	1,50	6,50	41º
1204	Nill Douglas Navarro Do Prado	10/10/1955	3,50	1,00	1,50	6,00	42º
925	Gabrielle Furlan Franzoi	18/04/1995	4,00	0,50	1,50	6,00	43º
569	Caroline De Britto Boff	04/08/1990	3,50	1,00	1,50	6,00	44º
1006	Bruna Mazieri	07/01/1998	3,50	1,00	1,50	6,00	45º
255	Letícia Vincenzi Gava	29/04/1997	4,50	0,00	1,00	5,50	46º
598	Jonatan Walker	09/11/1985	4,00	0,50	1,00	5,50	47º
168	Saulo Thiago Oro Lima	14/09/1991	4,00	0,00	1,50	5,50	48º
1125	Katrina Tormem Tolotti	20/05/1987	3,50	1,00	1,00	5,50	49º
1022	Adriana Girardelo Trentin	08/09/1985	3,50	0,50	1,50	5,50	50º
457	Maurício Cleiton Dos Passos	10/03/1995	3,00	1,00	1,50	5,50	51º
1154	Carolina Paola Santos Menin	05/01/1992	4,00	0,50	0,50	5,00	52º
410	Eliane Arruda De Oliveira	19/09/1990	4,00	0,00	1,00	5,00	53º
942	Jessyca Gonçalves Vieira	24/01/1997	3,50	1,00	0,50	5,00	54º
1100	Kassiane Bruning	20/08/1987	3,50	0,50	1,00	5,00	55º
449	Simone Vieira	12/12/1992	3,50	0,50	1,00	5,00	56º
271	Mauro Do Carmo	09/09/1967	3,00	1,00	1,00	5,00	57º
376	Cicero Da Rocha	11/05/1970	3,00	1,00	1,00	5,00	58º
589	Lilian Maria Timóteo De Araújo	11/10/1981	3,00	0,50	1,50	5,00	59º
640	Marlon Henry Kirst	23/12/1992	3,00	0,50	1,50	5,00	60º
911	Elis Regina Rossi	12/10/1990	2,50	1,00	1,50	5,00	61º
548	Marília Andrade Lopes	08/08/1995	2,50	1,00	1,50	5,00	62º
929	Hellen Doris Pizzatto	02/01/1974	3,50	0,00	1,00	4,50	63º
561	Márcio Henrique Florencio	11/11/1985	3,00	0,50	1,00	4,50	64º
963	Eduardo Ferraz Kotsifas	08/09/1995	3,00	0,50	1,00	4,50	65º

231	Raquel Bertuol Frandoloso	16/09/1992	3,00	0,00	1,00	4,00	66º
838	Maicon Ismael Dos Santos	15/03/1993	2,50	0,50	1,00	4,00	67º
864	Larissa Machado Borges	15/02/1999	2,50	0,50	1,00	4,00	68º
693	Bruna Scalabrin Dos Anjos	12/10/2000	2,00	0,50	1,00	3,50	Desc.
1197	Marina Stocco	17/10/1992	1,50	0,50	1,00	3,00	Desc.
1202	Frederico Augusto Rodrigues De Almeida	Faltante					Desc.
1164	André Luiz Maia E Souza	Faltante					Desc.
884	Alandelon Cardoso Lima	Faltante					Desc.
1133	Clederson Galvan	Faltante					Desc.
437	Raul Hidetoci Mioshi Júnior	Faltante					Desc.
412	Fernando Cristyan Hanauer	Faltante					Desc.
490	Rafael Deniz De Amorim	Faltante					Desc.
978	Andrei Kossmann Homersch	Faltante					Desc.
222	Leonardo Signoretti Padilha Navas	Faltante					Desc.
438	Hiale Alves Lima	Faltante					Desc.
976	Gabriel Bezerra Da Silva	Faltante					Desc.
110	Elton Aparecido Campos Ferreira	Faltante					Desc.
31	Diogo Muller De Lara Quevedo	Faltante					Desc.
741	Cleyton Taffarel Gralha Dos Santos	Faltante					Desc.
1211	Sérgio Mendonça Dos Anjos	Faltante					Desc.
189	Bruna Casarotto	Faltante					Desc.
1201	Bruno Wolf Nóbrega	Faltante					Desc.
254	Tiago Steffenon	Faltante					Desc.
395	Lenieli Perinotto Furlanetto	Faltante					Desc.
801	Vitor Henrique Kollet	Faltante					Desc.
879	Deborah Aparecida Sereia	Faltante					Desc.
217	Gilvana Taffarel Dos Santos	Faltante					Desc.
1151	Guilherme Kroetz Fang	Faltante					Desc.
503	Rudimara Simone Albreisch	Faltante					Desc.
780	Jessyca Mara Gausmann Priebe	Faltante					Desc.
71	Marcus Vinícius Nunes Rodrigues Cruz	Faltante					Desc.
1123	Thais Cristal Bressan	Faltante					Desc.
114	Bruna De Amorim	Faltante					Desc.
471	Ecleziast De Paula Galvão Junior	Faltante					Desc.
20	Ana Carolina Guiesmann Krepsky	Faltante					Desc.
1179	Luiza Carla Beal	Faltante					Desc.
6	Henrique Antonio Gasperin	Faltante					Desc.
514	Beatriz Nunes Valim	Faltante					Desc.
546	Kelly Severo	Faltante					Desc.
591	Uriel Paranhos Loureiro	Faltante					Desc.
1004	Karina Ogrodoski Da Silva	Faltante					Desc.
645	Emerson Aldecir Giacomelli	Faltante					Desc.
430	Camila Da Silva Cunha	Faltante					Desc.

526	Victor Augusto Kondrat Da Silva	Faltante					Desc.
1087	Jordana Marasca	Faltante					Desc.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF AGOSTINI							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
369	Sandra Baratto	Faltante					Desc.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF PROGRESSO							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
494	Adriana Ivete Weizemann Pedrotti	22/02/1988	5,00	0,00	1,00	6,00	1º
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF SÃO GOTARDO							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
451	Julia Hemsing	25/05/2003	4,50	1,00	1,00	6,50	1º
187	Suelen Bonho	27/07/1997	3,50	0,00	1,00	4,50	2º
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF SÃO LUIZ							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
1103	Daniela Brito	16/03/1994	5,50	0,00	1,00	6,50	1º
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF SÃO SEBASTIÃO							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
987	Jocineia Kasper	23/11/1974	4,50	0,00	1,50	6,00	1º
431	Jociane Juchem	14/04/1989	3,50	0,50	1,50	5,50	2º
966	Luana Scapin	Faltante					Desc.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF: SÃO JORGE							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
401	Luísa Ellen Folmer	16/08/2002	6,00	1,00	1,50	8,50	1º
101	Adriana Catarina Zucco Tezzari	18/11/1976	5,00	1,50	1,50	8,00	2º
985	Ketlin Maiara Martins Camargo	01/07/1997	5,00	0,00	1,50	6,50	3º
1042	Gessica Gelci Rucks	08/12/1990	3,50	0,50	1,50	5,50	4º
1167	Rosemeri Delazari	22/12/1973	3,50	0,50	1,00	5,00	5º
1027	Vanessa Teresinha Braga Alban	Faltante					Desc.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – CONTROLE DE ENDEMIAS (DENGUE)							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
571	Tatiana Cristina De Souza	09/08/1985	5,50	0,50	1,00	7,00	1º
484	Lís Andréia Mucha Mikulski	06/05/1983	4,00	0,50	1,00	5,50	2º
920	Marivete Zaccaron	10/09/1966	3,50	1,00	1,00	5,50	3º
213	Aelcio De Farias Soares	01/12/1969	3,50	1,00	1,00	5,50	4º
826	Micheli Patricia Zappani	04/06/1984	3,00	1,00	1,50	5,50	5º
811	Alteir Fernandes	02/09/1984	2,50	0,00	1,50	4,00	6º
1117	Camilla Padilha Mottes	Faltante					Desc.

ARQUITETO							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
21	Luísa Coppini Balestrin	09/07/1994	6,00	1,00	1,50	8,50	1º
152	Lígia Dallagnol Andreis	03/03/1998	5,50	1,50	1,50	8,50	2º
151	Mariani Dan Taufner	01/10/1990	5,00	1,50	1,50	8,00	3º
562	Karine Vasconcelos Kogowski	05/04/1996	5,00	1,00	1,00	7,00	4º
670	Leticia Capoani	23/11/1997	4,00	1,50	1,50	7,00	5º
461	Rafael Fernando Falavigna	14/01/1995	4,50	0,50	1,50	6,50	6º
1111	Nubia Raquel Lyneburger	01/08/1992	4,00	1,00	1,50	6,50	7º
1174	João Pedro Da Silveira	29/11/1989	4,00	1,00	1,00	6,00	8º
33	Claudia Luisa Cofferi	30/01/1997	4,00	1,00	1,00	6,00	9º
583	Vanessa De Cesaro	21/08/1997	4,00	0,50	1,50	6,00	10º
761	Suély Thaís Bazzotti	15/01/1996	3,50	1,50	1,00	6,00	11º
1187	Precila Fernanda França	15/10/1990	3,50	1,00	1,50	6,00	12º
739	Monike Iaguczeski De Avila	13/03/1995	4,00	0,50	1,00	5,50	13º
750	Wellen Andreolla	18/04/1996	3,50	1,00	1,00	5,50	14º
14	Betina Ines Graff	04/12/1996	3,50	1,00	1,00	5,50	15º
30	Camilli Prestes Giongo	09/09/1997	3,50	1,00	1,00	5,50	16º
37	Luviane Pavan	02/04/1990	3,50	0,50	1,50	5,50	17º
57	Fernanda Caroline Santian Raimondi	15/10/1992	3,50	0,50	1,50	5,50	18º
858	Larissa Bavaresco	27/03/1997	3,50	0,50	1,50	5,50	19º
406	Vinicius Douglas Pinheiro	16/06/1991	4,00	0,50	0,50	5,00	20º
1005	Vanessa Lemke Israel	20/12/1989	3,50	1,00	0,50	5,00	21º
154	Brenda De Borba	15/01/1997	3,50	0,50	1,00	5,00	22º
784	Evelin Wagner Bender	17/05/1995	3,50	0,00	1,50	5,00	23º
626	Joceane Sapiezinski	29/04/1989	3,00	0,50	1,50	5,00	24º
442	Rudimar Carvalho	18/12/1982	2,50	1,00	1,50	5,00	25º
344	Willian Felipe Grando	26/10/1989	3,50	0,50	0,50	4,50	26º
1096	Lucas Baratto Leonardi	24/03/1992	3,50	0,00	1,00	4,50	27º
1218	Leomar Soares Da Rosa	16/06/1991	3,00	0,50	1,00	4,50	28º
839	Andréia Camini	10/09/1993	3,00	0,50	1,00	4,50	29º
912	Bruna De Carli Borba	10/02/1996	3,00	0,50	1,00	4,50	30º
857	Julia Gehrke	01/09/1998	3,00	0,00	1,50	4,50	31º
869	Francisco Dorochowicz Neto	22/07/1980	2,50	0,50	1,50	4,50	32º
1208	Willian Douglas Navarro Do Prado	22/07/1997	2,00	1,00	1,50	4,50	33º
328	Marciele Wilbert	14/10/1998	3,00	0,50	0,50	4,00	34º
1034	Fernanda Fátima Herbert	24/09/1995	3,00	0,00	1,00	4,00	35º
538	Felipe Bernardi Tavares Alves	27/06/1994	2,50	0,50	1,00	4,00	36º
330	Jéssica Luana Arcari	06/06/1996	2,50	0,50	1,00	4,00	37º
696	Suelen Alessio Previdi	03/01/1994	2,00	0,50	1,50	4,00	38º
19	Alisson Rolim Knies	10/09/1996	2,50	0,00	1,00	3,50	Desc.
600	Ramon Furtado Carneiro Da Cunha	Faltante					Desc.
480	Leticia De Cassia B-rgin	Faltante					Desc.
1038	Loana Kauana Marostica	Faltante					Desc.
982	Karla Carvalho De Almeida	Faltante					Desc.

601	Laismoira Chemin Gronler	Faltante					Desc.
1007	Amanda Bamberg Ertel	Faltante					Desc.
226	Dayse Da Silva Gonçalves	Faltante					Desc.
1219	Eloisa Roberta Oro Antoneiro	Faltante					Desc.
416	Eduardo Marmentini Calgaro	Faltante					Desc.

ASSISTENTE SOCIAL

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
136	Talita Paula Scandolara	06/06/1984	7,00	1,00	1,50	9,50	1º
844	Maiane Spessatto Grassioli	14/10/1983	6,50	0,50	1,00	8,00	2º
346	Marcia Bender	03/06/1990	6,00	1,00	1,00	8,00	3º
1074	Claire Inez Stratmann	26/06/1974	6,50	0,50	0,50	7,50	4º
303	Jaquelina Fatima Lolato	13/07/1983	5,50	0,50	1,50	7,50	5º
809	Márcia Besing	23/06/1979	5,50	1,00	0,50	7,00	6º
325	Edilaura Ana Steffens	19/10/1983	5,50	0,50	1,00	7,00	7º
277	Adriele Maiara Rodrigues	04/08/1994	5,00	1,00	1,00	7,00	8º
1190	Ana Paula De Quadros	15/12/1979	4,50	1,00	1,00	6,50	9º
841	Nádia Costacurta	02/12/1980	4,00	0,50	1,50	6,00	10º
126	Loreni Comel	08/05/1971	4,50	0,00	1,00	5,50	11º
507	Simone Carla Boito	30/10/1984	4,00	0,50	1,00	5,50	12º
268	Letícia Palaver	15/12/1996	3,50	0,50	1,00	5,00	13º
1184	Gesiane Vargas De Oliveira	16/05/1981	3,00	0,00	1,00	4,00	14º
937	Angelita Poletto	Faltante					Desc.
1207	Carina Fachineto	Faltante					Desc.
1086	Marilia Munerolli	Faltante					Desc.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
308	Laura Accadrolli Lolato	20/05/2000	6,50	1,00	1,50	9,00	1º
1064	Fernanda Andrea Ramos	10/02/1987	6,00	1,00	1,50	8,50	2º
393	Valéria De Lima Vaz	23/11/1995	6,00	1,00	1,50	8,50	3º
261	Raquel Dos Santos	29/03/1993	6,00	1,00	1,00	8,00	4º
534	Marise Correia De Alencar	19/08/1988	5,00	1,00	1,50	7,50	5º
396	Diana De Alencar	30/06/1993	5,50	0,50	1,00	7,00	6º
1136	Mariane Forgiarini	01/01/1996	4,50	0,50	1,50	6,50	7º
358	Erica Costa Ferreira Feronato	27/11/1996	4,00	0,50	1,00	5,50	8º
1200	Ana Paula Longhi	22/06/1996	4,00	0,00	1,00	5,00	9º
171	Priscila Ferreira Gomes	13/06/1986	2,50	0,50	1,50	4,50	10º

EDUCADOR FÍSICO

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
1209	Fábio Alex Rost	15/12/1993	6,00	0,50	1,50	8,00	1º
1088	Dayana Aparecida Von Dentz	21/11/1990	5,00	1,00	1,00	7,00	2º
1024	Keyti Luccheta	26/07/1989	5,00	0,50	1,50	7,00	3º
988	Vanessa Thibes	08/01/1994	4,50	1,00	1,50	7,00	4º
544	Marcel Aguiar Rodrigues	09/11/1982	4,50	0,50	1,00	6,00	5º

306	Tatiane Colombo	09/09/1991	4,00	0,50	1,50	6,00	6º
208	Ketlyn Aline De Paula	10/08/1998	4,00	0,00	1,00	5,00	7º
995	Pedro Paulo De Souza	Faltante					Desc.
EDUCADOR SOCIAL (ARTES)							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
435	Elonir Biondo	02/10/1978	4,00	0,00	0,50	4,50	1º
305	Paulo Roberto Socol	17/06/1977	3,00	0,00	1,00	4,00	2º
ENFERMEIRO							
Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
532	Indianara Korb Rosa	08/06/1996	7,00	1,00	1,50	9,50	1º
436	Nadia Vieira Da Silva Sousa	20/09/1978	7,00	0,50	1,50	9,00	2º
141	Endiara Bauer	06/06/1998	7,00	0,50	1,50	9,00	3º
628	Franciele Schwaab Simon	31/08/1989	6,50	1,50	1,00	9,00	4º
130	Vanessa Lolato	10/05/1999	7,00	0,50	1,00	8,50	5º
117	Gabriela Bertochi	09/10/1999	7,00	0,00	1,50	8,50	6º
248	Débora Alessandra Dellai	05/05/1998	6,50	1,00	1,00	8,50	7º
1130	Rafaela Fátima De Godoi	15/09/1998	6,50	0,50	1,50	8,50	8º
825	Natalia Geny Degasperin	02/12/1998	6,00	1,00	1,50	8,50	9º
382	Aline Bernardi Tomazelli	28/12/1995	6,50	1,00	0,50	8,00	10º
676	Arlete Reichert	27/04/1998	6,50	0,50	1,00	8,00	11º
407	Vanessa Luana Bergmann Schmidt	22/01/1996	6,50	0,00	1,50	8,00	12º
321	Camila Alessio	11/03/1993	6,00	1,00	1,00	8,00	13º
1001	Ana Julia Provin	15/11/1996	6,00	0,50	1,50	8,00	14º
641	Taissana Dezanetti	03/05/1991	5,50	1,00	1,50	8,00	15º
1046	Emanuelly Luize Martins	14/03/1997	5,50	1,00	1,50	8,00	16º
424	Samantha Samile Toillier	10/06/1997	5,50	1,00	1,50	8,00	17º
614	Mariana Deggerone Vieira Alves	04/07/1999	5,50	1,00	1,50	8,00	18º
1099	Jocieli Marizilda Scariot	14/06/1990	6,50	0,50	0,50	7,50	19º
4	Debora Calza	16/07/1993	6,00	0,00	1,50	7,50	20º
883	Simone Orth	27/05/1994	5,50	1,00	1,00	7,50	21º
266	Marceli Aline Guth	01/07/1997	5,50	1,00	1,00	7,50	22º
581	Tatiane Aparecida Dos Santos	17/12/1980	5,50	0,50	1,50	7,50	23º
853	Maria Luciana Fank Idalgo Fagundes	19/05/1977	5,00	1,00	1,50	7,50	24º
402	Jéssica Schaurich	29/03/1993	5,00	1,00	1,50	7,50	25º
812	Alini Amabil Balbinot	15/06/1995	5,00	1,00	1,50	7,50	26º
657	Ana Cristina Kertischka	21/12/1969	6,00	0,50	0,50	7,00	27º
1069	Rafaela Cordeiro Machado Florentino	18/10/1989	6,00	0,00	1,00	7,00	28º
65	Karine Theobald	22/08/1993	5,50	0,50	1,00	7,00	29º
597	Juliana Zanin	27/11/1983	5,50	0,00	1,50	7,00	30º
515	Stephanie De Paiva Costa	26/11/1999	5,00	0,50	1,50	7,00	31º
123	Pamela Karin Lazzaroto	13/07/1991	4,50	1,00	1,50	7,00	32º
552	Édina Zanette De Biasi	09/05/1991	5,50	0,50	0,50	6,50	33º
782	Noeli Fatima Pereira	05/08/1984	5,50	0,00	1,00	6,50	34º

1178	Alexsandra Aparecida De Oliveira	16/08/1984	5,00	0,50	1,00	6,50	35º
262	Lethielle Vanessa Goulart	06/01/1985	5,00	0,50	1,00	6,50	36º
867	Aionny Pikula	03/05/1991	5,00	0,50	1,00	6,50	37º
343	Aline Carla Martini Herbert	23/07/1997	4,50	1,00	1,00	6,50	38º
132	Vanusa Inez Rhoden Rodrigues Dias	26/12/1980	5,00	0,00	1,00	6,00	39º
926	Magna Maria Spielmann	06/05/1981	5,00	0,00	1,00	6,00	40º
405	Diovanna Sala Da Silva	13/05/1999	4,50	0,50	1,00	6,00	41º
317	Carla Maisa Fraporti	03/08/1997	4,50	0,50	0,50	5,50	42º
1101	Bernadete Flach	18/06/1967	4,00	0,50	1,00	5,50	43º
889	Marlene Stefanon Paganini	25/09/1981	4,00	0,50	1,00	5,50	44º
861	Enize Ereno	Faltante					Desc.
56	Carina Letícia Hiining Schneider	Faltante					Desc.
924	Anderson Luiz Stanga	Faltante					Desc.

ENGENHEIRO CIVIL

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
979	Maico Aléx Gambatto	20/08/1990	5,50	1,00	1,50	8,00	1º
682	Matheus Gottwald	13/05/1992	4,50	1,00	1,00	6,50	2º
1092	Daniela Andressa Saling	03/11/1993	4,50	1,00	1,00	6,50	3º
980	Julia Schorr	11/01/1997	4,50	0,50	1,00	6,00	4º
783	Ana Paula Grando	24/06/1997	4,00	1,00	1,00	6,00	5º
127	Alexssandro Raldi	01/07/1999	4,50	0,50	0,50	5,50	6º
936	David Luiz Kreuz	19/02/1993	3,50	1,00	1,00	5,50	7º
1058	André Dahmer	25/01/1987	3,00	1,50	1,00	5,50	8º
1059	Luis Antonio Aran	14/05/1985	3,00	1,00	1,50	5,50	9º
630	Lucas Luiz Fabris	01/07/1992	3,00	1,00	1,50	5,50	10º
921	Kelvyn Ritcher Lopes Rodrigues	26/03/1996	3,00	1,00	1,50	5,50	11º
1104	Gustavo Henrique Seibel	06/10/1996	4,00	0,00	1,00	5,00	12º
1107	Amanda Saraiva	09/05/1994	3,00	1,00	1,00	5,00	13º
235	Denise Patricia Dalmolin Kessler	23/11/1995	3,00	1,00	1,00	5,00	14º
677	Kassya Paula Vidor	26/02/1998	3,00	1,00	1,00	5,00	15º
459	Matheus Finco	26/05/1998	3,50	0,50	0,50	4,50	16º
1148	Giseli Cristina Primaz	15/11/1993	3,00	0,50	1,00	4,50	17º
448	André Luiz Moretto	21/11/1988	2,50	0,50	1,50	4,50	18º
970	Valdemar Batista Dos Santos	21/04/1994	2,00	0,00	0,50	2,50	Desc.
522	Cecilia Rita Franceschi	30/03/1998	1,00	0,50	1,00	2,50	Desc.
828	Eduardo Braun	Faltante					Desc.
646	Carlos Augusto Pretzel	Faltante					Desc.
483	Daiane Rodrigues Da Silva	Faltante					Desc.

FARMACÊUTICO

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
53	Cláudia Talita Lucca Da Cunha	24/04/1981	3,00	1,00	1,50	5,50	1º
770	Shaiane Ellen Tonietto	01/03/1999	2,50	1,00	1,00	4,50	2º

814	Lílian Laura Liberalesso	16/02/1988	2,00	1,00	1,50	4,50	3º
1065	Tália Prestes Muller	27/04/1998	2,50	0,50	1,00	4,00	4º
207	Samanda Cristina Ziani	12/10/1994	2,00	1,00	1,00	4,00	5º
977	Ana Paula Christ	04/12/1985	2,00	0,50	1,50	4,00	6º
1020	Igor Dos Santos Fao	24/10/1988	2,00	0,50	1,00	3,50	Desc.
833	Cibele Mueller	08/07/1995	1,00	0,50	1,50	3,00	Desc.

FISCAL DE OBRAS E POSTURA

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
1155	Simone Moretti Kemper	29/11/1977	4,50	1,50	1,50	7,50	1º
1134	Matheus Gose Sassi	16/12/1997	3,50	0,50	1,00	5,00	2º
983	Luciano Antônio Bianchi	21/09/1987	3,50	0,00	1,50	5,00	3º
491	Sandra Fontana	03/01/1984	2,50	1,00	1,50	5,00	4º
1160	Nivaldo Do Prado	01/03/1967	2,50	1,00	0,50	4,00	5º
1003	Cesar Augusto Luchini	28/07/1969	2,00	0,50	1,50	4,00	6º
623	Marcio Mezdari	12/05/2002	2,00	0,50	0,50	3,00	Desc.
1035	Edemar Luiz Persch	19/10/1977	1,00	0,50	1,00	2,50	Desc.

FISIOTERAPEUTA

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
1008	Denise Tapparello	18/08/1993	6,50	1,00	1,50	9,00	1º
169	Cleiton Alex Heinzen	31/05/1981	6,50	0,50	1,50	8,50	2º
648	Luana Busnello Moreira	06/10/1996	7,00	0,00	1,00	8,00	3º
289	Tamires Carolo	08/04/1996	6,00	0,50	1,50	8,00	4º
496	Bruna Márcia Fiorini	25/01/1999	6,00	0,50	1,00	7,50	5º
195	Tayná Christina Zappani	24/11/1997	6,00	0,00	1,50	7,50	6º
411	Dayane Amador Peloso	03/12/1993	5,50	1,00	1,00	7,50	7º
876	Mateus Capitaneo	22/01/1999	5,50	1,00	1,00	7,50	8º
584	Valéria Carine Cherobin	10/04/1997	5,50	0,50	1,50	7,50	9º
351	Patricia Aline Bianchi	13/07/1989	5,00	0,50	1,00	6,50	10º
1127	Danusa Manica	01/08/1984	5,00	0,00	1,00	6,00	11º
501	Bruna Terres Dalsotto	10/02/1999	4,50	0,50	0,50	5,50	12º
391	Karisa Amanda Almeida Kochem	Faltante					Desc.

FONOAUDIÓLOGO

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
1098	Simone Gonzaga Dos Santos	Faltante					Desc.

MÉDICO - CLÍNICO GERAL

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
284	Juliane Anschau	05/12/1995	6,00	1,00	1,50	8,50	1º
440	Leonardo Felix Corezzolla	06/06/1993	5,50	1,00	1,50	8,00	2º
1161	Abel Demar Céspedes Alcoba	19/09/1983	5,50	1,00	1,00	7,50	3º
916	Lais Dorigon Alba	21/05/1994	5,00	1,00	1,00	7,00	4º
717	Wanessa Klock Thiesen	13/07/1996	5,00	1,00	1,00	7,00	5º
896	Maicon Madureira	02/09/1994	4,00	1,00	1,50	6,50	6º

892	Mayane Pagel Brum Massa	09/02/1963	3,50	0,50	1,00	5,00	7º
250	Ana Helena Schwarz	12/08/1976	3,50	0,00	1,00	4,50	8º
319	Antônia Célia Moura Martins	Faltante					Desc.
800	Ricardo Kegler Lorentz	Faltante					Desc.
1108	Rafael Henrique Sulsbach	Faltante					Desc.
880	Isabela Rodrigues Basso	Faltante					Desc.
111	Alécia Degasperin Voigt	Faltante					Desc.
810	Thaís Giumbelli	Faltante					Desc.
1199	Rogger Elano Hoeltgebaum Rodrigues	Faltante					Desc.
143	Marina Thais Tosin	Faltante					Desc.
1029	Marcelo Tedesco Vidal Pinto	Faltante					Desc.

MÉDICO - PSQUIATRA

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
704	Suzenara Voltolini	Faltante					Desc.
108	Bruna Monteiro Aguiar	Faltante					Desc.
106	Felipe Branco Arcadepani	Faltante					Desc.
98	Manuela Seger Nervis	Faltante					Desc.

MÉDICO VETERINÁRIO

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
1215	Antonise Mariely Jaguezeski	02/09/1993	6,50	0,50	1,50	8,50	1º
157	Júlia Cristina Rossett	13/03/1992	5,50	1,00	1,00	7,50	2º
849	Adriana Alles	17/04/1990	5,50	0,50	1,50	7,50	3º
230	Jaqueline De Carli	11/01/1995	5,00	1,00	1,50	7,50	4º
1012	Talia Cristina Francescon Dahmer	13/05/1997	4,50	1,50	1,50	7,50	5º
1152	Katlin Greiciely Primel	19/11/1993	5,50	1,00	0,50	7,00	6º
1015	Lucas Maldaner Luchini	04/04/1996	5,50	1,00	0,50	7,00	7º
712	Ana Paula Siemer	28/08/1997	5,50	0,50	1,00	7,00	8º
690	Gabriel Trentin Frigeri	30/09/1996	4,50	1,00	1,50	7,00	9º
557	Manoely Raquel Welker Koch	11/03/1998	4,00	1,50	1,50	7,00	10º
945	Ionara Regina Anschau	15/11/1997	5,00	0,50	1,00	6,50	11º
1206	Viviana Tischer Schons	27/09/1986	5,00	0,00	1,50	6,50	12º
725	Christian Carpeggiani Giotto	01/09/1997	4,50	1,00	1,00	6,50	13º
707	Emeline Pizzolatto De Mello	18/04/1996	4,00	1,50	1,00	6,50	14º
1049	Cassiana Patricia Blau	23/09/1997	4,50	0,50	1,00	6,00	15º
746	Larissa Cristina Orso	05/09/1999	4,50	0,50	1,00	6,00	16º
389	Eliéze Stulp	04/04/1997	4,00	1,00	1,00	6,00	17º
441	Pâmela Trevisol De Bona	29/12/1997	4,00	1,00	1,00	6,00	18º
760	Jaqueline Mayer Bassetto	04/03/1999	4,00	1,00	1,00	6,00	19º
404	Alvaro Busatto	21/11/1977	3,50	1,50	1,00	6,00	20º
698	Daniela Andrighi	31/12/1995	4,00	1,00	0,50	5,50	21º
850	Daniela Hemsing	22/08/1993	4,00	0,50	1,00	5,50	22º
1131	Leonardo Miglioranza	01/10/1997	3,50	1,00	1,00	5,50	23º
551	Tais Paula Bazzo	05/08/1992	3,50	0,50	1,50	5,50	24º

612	Vivian Prado De Camargo Leão	12/09/1975	4,00	0,50	0,50	5,00	25º
1076	Marieli Karlise Paini	30/01/1994	4,00	0,50	0,50	5,00	26º
124	Simone Deveras	09/06/1988	3,50	0,50	1,00	5,00	27º
703	João Eduardo Hartmann Monte Blanco	14/04/1999	3,50	0,50	1,00	5,00	28º
671	Fernando Schmaedecke	25/05/1995	4,00	0,00	0,50	4,50	29º
855	Djeisson Ronan Schneider	24/07/1998	3,50	0,00	1,00	4,50	30º
813	Dandara Monique Schneider	Faltante					Desc.
64	Táila Patrícia Gabbiatti	Faltante					Desc.
1213	Junior Cláudio Capellari	Faltante					Desc.
443	Natália Prado Torres	Faltante					Desc.
566	Júlia Baumgarten	Faltante					Desc.
1181	Yuri Psiuk	Faltante					Desc.
415	Leticia Rech	Faltante					Desc.

MOTORISTA (CNH CATEGORIA C, D OU E)

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
58	Maicon Joel Mosená	20/12/1987	7,00	1,00	1,50	9,50	1º
201	Renan Daniel Fernandes	01/08/1990	7,00	1,00	1,50	9,50	2º
720	Carlito Eidt	10/12/1986	6,50	1,50	1,50	9,50	3º
1227	Gustavo Arnaldo Schreiner	26/04/1986	7,00	0,50	1,50	9,00	4º
588	Volmar Mocellin	05/10/1970	6,50	1,50	1,00	9,00	5º
1050	Dejanir Ribeiro Da Silva	23/08/1980	6,50	1,00	1,00	8,50	6º
694	Ricardo Lauri Rost	11/02/1977	6,50	0,50	1,50	8,50	7º
11	Fernando Benedetti	19/08/1990	6,50	0,50	1,50	8,50	8º
1165	Gilmar Antonio Sbardelotto	27/01/1966	6,00	1,00	1,00	8,00	9º
933	Sebastião Dilceu Pereira Dias	20/01/1962	6,00	0,50	1,50	8,00	10º
523	Douglas Zatti	12/02/1990	5,50	1,00	1,00	7,50	11º
1102	Éder Berndt	01/06/1979	5,50	0,50	1,50	7,50	12º
603	Álvaro Klein	01/09/1994	5,50	0,50	1,50	7,50	13º
1193	Matias Fusieger	08/02/1991	4,50	1,50	1,50	7,50	14º
429	Idesio Demarck	12/03/1978	6,00	0,00	1,00	7,00	15º
23	Rafael Borla	30/12/1988	5,50	1,00	0,50	7,00	16º
445	Rudinei Alexandre Noro	17/09/1980	5,50	0,50	1,00	7,00	17º
555	Jose Paulo Medeiros	14/01/1980	5,00	0,50	1,50	7,00	18º
958	Jorge Mesadri	10/11/1973	5,50	0,00	1,00	6,50	19º
74	Jardel Dinarte Pavan	03/03/1994	4,50	1,00	1,00	6,50	20º
513	Euclides Pinheiro	25/09/1975	4,50	0,50	1,50	6,50	21º
1052	Moacir Luiz Falavigna	19/07/1962	4,00	0,00	1,50	5,50	22º
1183	Ronaldo Souza	19/04/1985	4,50	0,50	0,00	5,00	23º
383	Silvio Weber	Faltante					Desc.
728	Marcio Jose Steffens	Faltante					Desc.
656	Joao Carlos Rossarolla	Faltante					Desc.

NUTRICIONISTA

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
894	Liziane Maria Paetzold	22/08/1989	5,00	1,00	1,50	7,50	1º

252	Ana Paula Bison Thesing	12/11/1998	4,50	1,00	1,00	6,50	2º
621	Antoniely Marlize Jaguezeski	22/08/1991	3,50	1,50	1,50	6,50	3º
387	Patricia Aline De Souza	26/09/1985	4,00	1,00	1,00	6,00	4º
1189	Beatriz Dos Santos Alves	17/07/1997	3,00	1,00	1,50	5,50	5º
790	Fernanda Semanski	21/08/1990	3,50	0,50	1,00	5,00	6º
727	Sara Pâmela Kapazi	17/12/1998	3,50	0,50	1,00	5,00	7º
1075	Nadynne Barbosa De Camargo	17/09/1995	3,00	0,50	1,50	5,00	8º
799	Laura Kettermann Kretzmann	Faltante					Desc.
596	Jordânia Guimaraes De Lima	Faltante					Desc.
1203	Nathália Gabriela Eduardo Rodrigues	Faltante					Desc.
881	Gabriela Teixeira Da Silva	Faltante					Desc.
788	Laura Vitória Grisotti Zeni	Faltante					Desc.
868	Allana Gabriely Luza Monteiro	Faltante					Desc.

ODONTÓLOGO

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
599	Leonardo Mottes	14/08/1997	5,50	1,50	1,50	8,50	1º
139	Rafaela Lasta	25/10/1996	6,00	1,00	1,00	8,00	2º
891	Ana Paula Klein	28/01/2000	6,00	0,50	1,00	7,50	3º
129	Paula Bienert	14/02/1997	5,00	1,50	1,00	7,50	4º
697	Táise Alessandra Hanzen	25/08/1991	4,50	1,50	1,50	7,50	5º
730	Grasieli Pietro Biasi	02/12/1996	5,00	1,50	0,50	7,00	6º
871	Tiago Kronbauer Biegelmeier	09/07/1988	5,00	0,50	1,50	7,00	7º
1039	Bruna Marina Slaviero	05/03/1997	5,00	0,50	1,50	7,00	8º
955	Náthaly De Mello Gai	23/04/1997	5,00	0,50	1,50	7,00	9º
973	Jordana Luísa Renck	18/09/1998	5,00	0,50	1,50	7,00	10º
186	Guilherme Patias Vescia	09/10/1997	5,50	0,00	1,00	6,50	11º
887	Dejoane Muraro Pommer	27/02/1986	5,00	0,50	1,00	6,50	12º
454	Thalia Dos Passos	29/12/1997	4,50	1,00	1,00	6,50	13º
702	Camila Bronstrup Eckert	20/05/1999	4,50	1,00	1,00	6,50	14º
1068	Mateus Garcia	22/03/1997	4,50	0,50	1,50	6,50	15º
1040	Ana Carolina Slaviero	20/05/1998	4,00	1,00	1,50	6,50	16º
992	Camila Schneider Altenhofen	10/01/1999	4,00	1,00	1,50	6,50	17º
206	Débora Manfio Imig	25/02/1998	4,50	0,50	1,00	6,00	18º
1185	Mylena De Medeiros Tonello	06/05/1998	4,50	0,50	1,00	6,00	19º
467	Karol Eduarda Bordignon Mohr	03/03/1999	4,50	0,50	1,00	6,00	20º
572	Lívia Aguiar Rodrigues Lage	17/09/1986	4,00	1,00	1,00	6,00	21º
256	Ana Carolina Giongo	21/07/1992	4,00	1,00	1,00	6,00	22º
529	Dionatan Castellani Zauza	10/06/1991	3,50	1,00	1,50	6,00	23º
586	Sabrina Fachin	08/07/1993	4,00	0,50	1,00	5,50	24º
214	Camila Liamara Dilli Ribeiro	06/06/1997	4,00	0,50	0,50	5,00	25º
112	Janaine Fátima De Paula Klafke	25/03/1999	4,00	0,00	1,00	5,00	26º
1159	Franciele Roberta Luchese	23/07/1990	3,50	0,50	1,00	5,00	27º

354	Larissa Paola Salerno	21/10/1999	3,50	0,50	1,00	5,00	28º
669	Cristina Regina Bastian Girolodi	10/09/1996	3,00	1,00	1,00	5,00	29º
860	Tanessa Dai Prai	19/03/1991	2,50	1,00	1,50	5,00	30º
51	Deivithi Kuhl	22/12/1998	3,00	1,00	0,50	4,50	31º
329	Augusto Cezar Pezzini	13/02/1998	3,00	0,00	1,50	4,50	32º
608	Eduarda Severo	02/08/1998	2,50	1,00	1,00	4,50	33º
1089	Amara Augusta Leandro De Assis	Faltante					Desc.
1137	Carlos Henrique Pauletti	Faltante					Desc.
97	Willian Silveira Da Costa	Faltante					Desc.
1112	Gabriela Guth Floss	Faltante					Desc.
829	Gabriela Bampi	Faltante					Desc.
188	Maisa Ricardi	Faltante					Desc.
1168	Andressa Agazzi	Faltante					Desc.
1091	Larissa Luane Soder Hentz	Faltante					Desc.
957	Casiano Bedin	Faltante					Desc.
984	Mauricio Naibo	Faltante					Desc.
140	Tais Fernanda Soster	Faltante					Desc.
687	Caroline Paula Ludwig	Faltante					Desc.
292	Luenia Vieira Cella	Faltante					Desc.
1109	Natalia Cerezoli	Faltante					Desc.
527	Renata Cordeiro Ramalho	Faltante					Desc.
827	Joana Savoldi Rossi	Faltante					Desc.
674	Milena Zancanaro	Faltante					Desc.
749	Lucas Zuse	Faltante					Desc.
830	Maria Luiza Lobler De Freitas De Oliveira	Faltante					Desc.
554	Kellen Zanata	Faltante					Desc.

OPERADOR DE MÁQUINAS (CNH - C, D OU E)

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
46	José De Oliveira	11/11/1982	6,50	1,00	1,00	8,50	1º
1010	Carlos Becker	28/05/1962	6,50	0,50	1,50	8,50	2º
356	Daniel Tiago Ferreira Da Silva	16/09/1995	6,00	1,00	1,50	8,50	3º
361	Adelmo Smaniotto	22/05/1957	0,00	0,00	0,00	0,00	Desc.
283	Mateus Daí Prai	Faltante					Desc.

PEDAGOGO

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
653	Fernanda Dos Anjos	01/10/1984	6,50	1,50	1,00	9,00	1º
508	Maria Luisa Kummer Mallmann	10/12/1963	6,00	0,50	1,50	8,00	2º
24	Janieli Prudente	03/08/1993	5,50	1,00	1,50	8,00	3º
901	Juliana Schneider Basso	21/02/1990	6,50	0,50	0,50	7,50	4º
497	Natália Costa Lima Aléssio	27/12/1993	6,50	0,00	1,00	7,50	5º
323	Fabiola Hanauer	29/05/1999	6,00	1,00	0,50	7,50	6º
414	Luciane Do Val Moraes	07/01/1977	5,50	0,50	1,50	7,50	7º
1138	Marciele Danhaia	28/01/1991	5,50	0,50	1,50	7,50	8º

748	Juliana Andressa Maggioni	01/12/1995	5,00	1,00	1,00	7,00	9º
545	Adriana Barbosa	17/05/1982	5,00	0,00	1,00	6,00	10º
792	Gabriela Dal Magro	20/10/1994	4,50	0,50	1,00	6,00	11º
80	Camila Dos Santos	10/04/1995	4,00	1,00	1,00	6,00	12º
1228	Davi Pereira Da Silva	14/02/1978	4,50	0,00	1,00	5,50	13º
1122	Elisa Paula Mariga	29/07/1980	4,50	0,00	1,00	5,50	14º
519	Glauca Dalla Longa	15/10/1985	4,00	0,00	1,00	5,00	15º
500	Ana Lucia Da Silva Da Rocha	Faltante					Desc.
1188	Adreana Peruzzo	Faltante					Desc.
433	Álida Rejane Da Silva Carvalho	Faltante					Desc.
288	Bruna Dallemole	Faltante					Desc.
150	Thalia Thais Kraemer	Faltante					Desc.

PSICÓLOGO

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
1030	Bruna Lunardi Belegante	25/07/1997	6,00	1,00	1,50	8,50	1º
968	Patrícia Gallon	01/03/1998	6,00	1,00	1,00	8,00	2º
192	Marcia Garlet	17/12/1995	5,50	1,00	1,00	7,50	3º
643	Fabiane Caroline Scheidt	01/10/1996	5,50	1,00	1,00	7,50	4º
485	Jaqueline Fabbi	20/06/1997	5,50	1,00	1,00	7,50	5º
1081	Edivan João Zaionc	29/07/1997	5,50	1,00	1,00	7,50	6º
1150	Andressa Antonioli	15/07/1998	5,50	1,00	1,00	7,50	7º
1192	Poliane Brunetto Carrasco	03/06/1992	5,00	1,00	1,50	7,50	8º
948	Eduarda Gabriela Malinski Còvolo	02/12/1994	6,00	0,00	1,00	7,00	9º
609	Gabriel Bacarol Kerber	20/07/1996	5,50	0,50	1,00	7,00	10º
81	Giovana Sandri	02/11/1998	5,50	0,50	1,00	7,00	11º
326	Kely Fernanda Deters	16/11/1997	5,00	1,00	1,00	7,00	12º
1078	Graciela Ritter	25/01/1994	5,00	0,50	1,50	7,00	13º
1057	Kelli De Amarante	12/12/1983	4,50	1,00	1,50	7,00	14º
721	Newton Gabriel De Andra-de Bervian	13/12/1998	4,50	1,00	1,50	7,00	15º
1097	Daniela Bueno	29/09/1973	5,00	0,50	1,00	6,50	16º
149	Paola Andressa Kohn	01/06/1995	5,00	0,00	1,50	6,50	17º
738	Rosiana Both	18/12/1991	4,50	1,00	1,00	6,50	18º
28	Angela Ludwig	14/06/1997	4,50	1,00	1,00	6,50	19º
25	Maiara Carvalho Trentin	10/01/1991	4,50	0,50	1,00	6,00	20º
765	Ingrid Maria Cielo	06/06/1998	4,50	0,50	1,00	6,00	21º
251	Ana Carolina Alberti	23/09/1996	4,50	0,00	1,50	6,00	22º
5	Gisele Eduarda Schneider	06/08/1999	4,00	1,00	1,00	6,00	23º
902	Eloisa Bido	22/02/1997	4,50	0,50	0,50	5,50	24º
632	Luciana Kayser	22/11/1988	4,50	0,00	1,00	5,50	25º
339	Caroline Gonçalves Pinheiro	08/10/1985	4,00	0,50	1,00	5,50	26º
524	Jessica Cristina Gayardo	12/01/1997	4,00	0,50	1,00	5,50	27º
349	Anahi De Almeida Viganó	26/10/1998	4,00	0,50	1,00	5,50	28º
193	Vânia Ghisleri	21/10/1993	4,00	0,00	1,00	5,00	29º
927	Alessandra Karine Massuda	30/08/1994	3,50	0,50	1,00	5,00	30º
724	Jéssica Machado Neumann	13/09/1996	2,50	0,50	1,00	4,00	31º

1014	Gustavo Pivatto Dos Santos	Faltante					Desc.
965	Sandro Ronei Gonçalves	Faltante					Desc.
795	Chaiane Ferreira De Souza	Faltante					Desc.
320	Cinara Aires Da Silva	Faltante					Desc.
579	Nathalie Antunes Carneiro	Faltante					Desc.
1224	João Vitor Perardt	Faltante					Desc.
1085	Debora Cristina Scapin	Faltante					Desc.
423	Andriele Recalcatti Dos Santos	Faltante					Desc.

RECEPCIONISTA

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
686	Eliana Luz Amaral Munds-tock	29/05/1988	7,00	1,00	1,50	9,50	1º
563	Andrenize Becker	19/09/1991	7,00	1,00	1,50	9,50	2º
590	Julia Finn	11/06/2003	7,00	1,00	1,00	9,00	3º
794	Hevelyn Karina Ropke	06/05/1989	6,50	1,00	1,50	9,00	4º
371	Júlia Odara Folmer	25/09/2000	6,50	1,00	1,50	9,00	5º
253	Thamires Rodrigues Da Silva	31/10/1995	6,00	1,50	1,50	9,00	6º
1191	Daiane Weinfortner	11/08/1998	6,00	1,50	1,50	9,00	7º
1153	Deise Cristiane Blasi Da Silva	02/09/1988	7,00	0,50	1,00	8,50	8º
798	Carla Claudia Dos Santos	13/04/1985	6,50	1,00	1,00	8,50	9º
846	Lilian De Ré	20/03/1997	6,50	1,00	1,00	8,50	10º
460	Renatha Zenaro	06/07/1999	6,50	1,00	1,00	8,50	11º
525	Andrieli Schneider De Mello	10/07/2002	6,50	1,00	1,00	8,50	12º
617	Francisca Da Silva Machado	17/03/2001	6,00	1,00	1,50	8,50	13º
510	Camila Maldaner Luchini	09/06/2001	5,50	1,00	1,50	8,00	14º
999	Rosane Aparecida Guth Darcortivo	06/04/1985	5,50	0,50	1,50	7,50	15º
294	Bruna Francielle Chernelha-que Pinheiro	01/11/2001	5,50	0,50	1,50	7,50	16º
1198	Margareth Navarro Do Prado	03/04/1969	6,50	0,00	0,50	7,00	17º
166	Carolini Dal Bosco Gon- çaves	09/04/1986	5,00	0,50	0,50	6,00	18º
380	Silvane Ferreira De Brito	Faltante					Desc.
990	Regina Célia Peniche Lima	Faltante					Desc.
629	Aline Joner	Faltante					Desc.
832	Jéssica Daisy Morawski Da Fonseca	Faltante					Desc.
1140	Daniele Mittmann Zanin	Faltante					Desc.
865	Ana Carolina Zappani	Faltante					Desc.
302	Débora Fernanda Cechet	Faltante					Desc.
373	Felipe Blank Santos	Faltante					Desc.
174	Thabata Laiane Konflanz Toral	Faltante					Desc.
36	Maisa Maslowski	Faltante					Desc.

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
570	Bruna Greggio	15/06/1994	6,50	1,50	1,50	9,50	1º

1157	Thaíza Regina Mix Visintainer	10/12/1997	6,50	1,50	1,50	9,50	2º
272	Melissa Francisco	27/07/1997	6,50	1,00	1,50	9,00	3º
1115	Nélio Marchesan Júnior	31/03/1998	6,50	1,00	1,50	9,00	4º
989	Gabriel Pinheiro Carneiro	14/05/1986	6,00	1,50	1,50	9,00	5º
1180	Elias De Oliveira Couto Neto	10/10/1996	6,50	1,00	1,00	8,50	6º
340	Emanuelly Cristina Dos Reis De Oliveira	20/07/2001	6,50	0,50	1,50	8,50	7º
843	Nilmar Oliveira Das Neves Junior	22/05/1990	6,00	1,00	1,50	8,50	8º
872	Larissa Cristiane Welter	03/12/1992	6,00	1,00	1,50	8,50	9º
1158	Felipe Gabellini Ribas	18/12/1986	6,50	1,00	0,50	8,00	10º
7	Rodrigo De Jesus Tigre	08/04/1998	6,50	1,00	0,50	8,00	11º
556	Renata Rinaldi Diesel	20/04/1993	6,00	1,00	1,00	8,00	12º
764	Karini Lauxen	26/07/1999	6,00	1,00	1,00	8,00	13º
1147	Gabriel Lohrann Sampaio De Sousa	20/01/2002	6,00	1,00	1,00	8,00	14º
1141	Sidiane Ruviano	24/03/1996	5,50	1,50	1,00	8,00	15º
888	Vanderlei Eloi Rasche	01/09/1973	5,50	1,00	1,50	8,00	16º
644	Luise Inês Teloeken	13/05/1987	5,50	1,00	1,50	8,00	17º
1043	Simone Francoski Barbieri	11/01/1991	5,50	1,00	1,50	8,00	18º
269	Roberta Caroline Benedito Lara De Camargo	01/03/1994	5,50	1,00	1,50	8,00	19º
619	Denilson Brescovit	25/11/1999	5,50	1,00	1,50	8,00	20º
917	Suelen Cristhine Kaisekamp	06/03/2002	5,50	1,00	1,50	8,00	21º
156	Franklin Antônio Mezzomo	12/04/1999	6,00	0,50	1,00	7,50	22º
1084	Renata Costa	18/06/1983	5,50	1,00	1,00	7,50	23º
575	Icore De Moraes Gomes	12/06/1989	5,50	1,00	1,00	7,50	24º
316	Marina Eduarda Alessio	06/07/1999	5,50	0,50	1,50	7,50	25º
775	Gabriel Augusto Barp De Oliveira	02/08/2000	5,50	0,50	1,50	7,50	26º
183	Fernanda Natália Ciríaco Silva	30/09/1983	5,00	1,00	1,50	7,50	27º
1170	Elisandra Karine Sebben	12/06/1987	5,00	1,00	1,50	7,50	28º
516	Leila Royer	16/11/1999	5,00	1,00	1,50	7,50	29º
1139	Guilherme Gose Sassi	18/08/2001	5,00	1,00	1,50	7,50	30º
1054	Rafael Gustavo Mocellin	19/07/2002	5,00	1,00	1,50	7,50	31º
258	Jéssica Stolarski	01/05/1991	6,00	0,00	1,00	7,00	32º
368	Carmen Maria Fiorini Goulart	20/09/1963	5,50	0,50	1,00	7,00	33º
462	Tailan Natan Canzi	18/04/1997	5,50	0,50	1,00	7,00	34º
847	Luciana Pagel Brum Massa	12/03/2000	5,50	0,50	1,00	7,00	35º
1118	Rodrigo Cezar Diesel Belló	06/07/1994	5,50	0,00	1,50	7,00	36º
962	Claudinei Jose Sturmer	23/02/1996	5,50	0,00	1,50	7,00	37º
482	Andressa Ghisleri	28/04/1994	5,00	1,00	1,00	7,00	38º
1182	Gisele Sebben	20/07/1984	5,00	0,50	1,50	7,00	39º
239	Adir Ferreira Ortiz	01/04/1991	5,00	0,50	1,50	7,00	40º
1	Camila Adriane Da Luz	20/01/1992	5,00	0,50	1,50	7,00	41º
817	Sandrieli Lemos Lucas	21/12/1997	5,00	0,50	1,50	7,00	42º
550	Maria Eduarda Faccio Hammes	17/02/2000	4,50	1,00	1,50	7,00	43º
394	Vitória Sarzi Villani	02/12/2002	4,50	1,00	1,50	7,00	44º

1026	Helena Silveira Thums	06/05/1977	4,00	1,50	1,50	7,00	45º
585	Gabriel De Lima Pereira	24/03/1995	6,00	0,50	0,00	6,50	46º
789	Jaqueline Regina Dariff	20/11/1999	5,00	1,00	0,50	6,50	47º
1051	Ivanici Veríssimo	19/03/1996	5,00	0,50	1,00	6,50	48º
1011	Caroline Ramos Barros Dalcin	26/01/1990	4,50	1,00	1,00	6,50	49º
210	Willian Roberto Menin Pereira	21/09/1999	4,50	1,00	1,00	6,50	50º
664	Marciane Vitória Motta	04/11/2001	4,50	1,00	1,00	6,50	51º
199	Patrícia Thais Teleken	21/12/1990	4,50	0,50	1,50	6,50	52º
1212	Adriana Da Silva Vieira	04/07/1996	4,50	0,50	1,00	6,00	53º
1094	Marina Bianchin	12/01/1999	4,50	0,50	1,00	6,00	54º
209	Micaela Herber	30/01/2001	4,50	0,50	1,00	6,00	55º
505	Josiane Pires Da Silva	10/06/1991	4,00	0,50	1,00	5,50	56º
381	Juarez Carlos Schreiner	01/06/1971	3,50	0,50	1,50	5,50	57º
716	Gabriela Zorzi	16/02/1995	3,50	0,50	1,50	5,50	58º
1230	Edimir Ricardo Laskoski	Faltante					Desc.
353	Daniela Jilmara De Oliveira	Faltante					Desc.
834	Sandra Beatriz Kreuzberg	Faltante					Desc.
1070	Sandra Iane Franco	Faltante					Desc.
488	Joao Paulo Goergen	Faltante					Desc.
232	Patrícia Lineima Saft Soares	Faltante					Desc.
622	Adriani Orth	Faltante					Desc.
181	Carla Micheli Dill Narciso	Faltante					Desc.
695	Stefany Reis Rodrigues	Faltante					Desc.
468	Andressa Campagnaro Campana	Faltante					Desc.
796	Bruna Letícia Lemes De Lima	Faltante					Desc.
710	Janaina Maria Thomé	Faltante					Desc.
559	Sandro Junior Rychcik	Faltante					Desc.
650	Pedro Henrique Casarin	Faltante					Desc.
752	Sabrina Fernanda Teixeira	Faltante					Desc.
249	Lilian Bernardi Tomazelli	Faltante					Desc.
511	Andriely Ferreira Campos	Faltante					Desc.
932	Thalia Vanessa Pessin	Faltante					Desc.
403	Manfredo Happke Junior	Faltante					Desc.
528	Maiara Cristina Gaiardo	Faltante					Desc.
18	Hisley Galarça Feilstrecker	Faltante					Desc.
607	Eduardo Rocha	Faltante					Desc.
96	Suelen Dassi	Faltante					Desc.
991	Abner Ryan Peniche Lima	Faltante					Desc.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
946	Leda Bertollo	10/07/1981	4,00	1,00	1,50	6,50	1º
1110	Luciane Ines Ludwig	02/02/1991	4,50	0,00	1,50	6,00	2º
805	Eliane Suzin Bulin	28/02/1984	3,50	1,50	1,00	6,00	3º
399	Lidiane Regina Machado	24/07/1984	3,50	1,00	1,50	6,00	4º
941	Nereide Filippin Stieven	08/03/1969	4,50	0,00	1,00	5,50	5º

95	Michelle Dayane Denardi	12/06/1990	4,00	1,00	0,50	5,50	6º
1083	Jarlete Beatriz Becker	30/05/1978	4,00	0,50	1,00	5,50	7º
48	Talita Eduarda Ledur	15/12/1993	3,50	0,50	1,50	5,50	8º
594	Vanessa Dickel	30/05/1996	3,50	0,50	1,50	5,50	9º
68	Lizete Lamb	05/05/1975	3,50	0,50	1,00	5,00	10º
419	Vanuzza De Fátima Rodrigues	23/03/1990	3,00	0,50	1,50	5,00	11º
1128	Rodrigo Pasqualotto	19/01/1994	3,00	1,00	0,50	4,50	12º
786	Cleci Da Silva	11/05/1975	3,50	0,00	0,50	4,00	13º
147	Silvia De Fatima Terres	21/05/1980	2,00	1,00	1,00	4,00	14º
85	Suzana Senger Dellazari	15/06/1977	2,00	0,50	1,00	3,50	Desc.
1066	Maristela Debastiani	06/01/1981	1,50	1,00	0,50	3,00	Desc.
633	Adriane Rogovski Soares	Faltante					Desc.
898	Andreia Pasinato Cardozo	Faltante					Desc.
662	Olize Da Silva	Faltante					Desc.
1216	Leticia Biazzi	Faltante					Desc.
1019	Fábia Pozza	Faltante					Desc.
1093	Danimar Antonio Santin	Faltante					Desc.

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
890	Flavia Luzia De Oliveira	04/12/1982	5,00	0,50	1,00	6,50	1º

ORIENTADOR SOCIAL

Insc.	Nome candidato(a)	Data Nasc.	CE	LP	CG	PT	Total	Class.
1000	Camila Ana De Lima	03/02/1989	2,40	0,40	0,80	1,50	5,10	1º
840	Evandro Radaeli	17/10/1982	2,40	0,40	0,40	1,81	5,01	2º
94	Karine Vincenzi	23/04/1988	2,40	0,80	0,80	0,48	4,48	3º
1186	Marcos Belló Caetano	Faltante						Desc.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC
Em, 11 de junho de 2021.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

RESULTADO_PRELIMINAR_003

Publicação Nº 3092533

EDITAL Nº 003/2021

RESULTADO PROVISÓRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS Nº 003/2021

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na legislação vigente, torna público o resultado provisório do Edital de Processo Seletivo Simplificado para seleção de Estagiários nº 003/2021.

Ensino Médio

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Série	Média das Notas
1º	Tania Regina Balke	03/03/2005	2º ano	9,17
2º	Lucas Gabriel Wandscheer Wagner	25/04/2004	2º ano	9,06
3º	Sabrina de Carli	24/09/2004	2º ano	8,97
4º	Yassana Vitória Paini de Oliveira	17/11/2004	2º ano	8,53
5º	Brendon Gritt Scandolar	19/08/2004	2º ano	8,06
6º	Eduardo Gabriel Fleck	01/12/2004	2º ano	7,97
7º	Maria Clara Kosmann	24/07/2004	2º ano	7,95



8°	Sebastian Jesus Caraballo Carvajal	03/04/2004	2° ano	7,90
9°	Ana Carolina Rizzo	19/12/2004	2° ano	7,85
10°	Luísa Scariot	21/05/2003	3° ano	7,80
11°	Guilherme Vinícius Bertol	11/03/2005	2° ano	7,53
12°	Barbara Batistella de Oliveira	30/12/2004	2° ano	7,22
13°	Juliana Laura da Silva Marcon	29/10/2004	2° ano	7,08
14°	Bruna Andressa Pilger	07/01/2004	3° ano	6,99
15°	Kauê Klein	29/11/2004	2° ano	6,94
16°	Jacieli Araújo Norbak	05/02/2005	3° ano	6,84
17°	Leander Angelo Grutzmann Encarnação	28/10/2004	2° ano	6,24
18°	Letícia Natália Remowicz da Silva	10/09/2001	3° ano	6,08
	Ana Vitória Ramon Barbosa	Desclassificado nos termos do item 4.1.2 do Edital 003/2021		
	Eduardo Augusto Romio Nofre	Desclassificado nos termos do item 4.1.2 do Edital 003/2021		
	Rubiane Mendes Brugnerotto	Desclassificado nos termos do item 3.2 e 4.1.2 do Edital 003/2021		

Curso: Administração

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Fase/ Período	Média das Notas
	não houve inscritos			

Curso: Ciência da Computação

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Fase/ Período	Média das Notas
1°	Darlan Guilherme Thiele	Desclassificado nos termos do item 4.1.1 e 7.1.1 do Edital 003/2021		

Curso: Ciências Contábeis

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Fase/ Período	Média das Notas
	não houve inscritos	-		

Curso: Educação Especial

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Fase/ Período	Média das Notas
1°	Vandressa Thaisa Gruber	27/06/1988 3° 8,65		

Curso: Direito

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Fase/ Período	Média das Notas
1°	Gabriel Lohrann Sampaio de Souza	20/01/2002	4°	9,36

Curso: Engenharia Civil

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Fase/ Período	Média das Notas
	não houve inscritos	-		

Curso: Pedagogia

Colocação	Candidato	Data de Nascimento	Fase/ Período	Média das Notas
1°	Susana Garlet Cavalheiro	27/06/1983 5° 9,95		
2°	Aline Minatti	13/08/1996	8°	8,72
	Laura Accadrolli Lolato	Desclassificado nos termos do item 4.1.1 do Edital 003/2021		
	Rejane Schons	Desclassificado nos termos do item 3.5 do Edital 003/2021		
	Siméia Miriã Pereira	Inscrição indeferida nos termos do item 6.5 do Edital 003/2021		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 11 de junho de 2021.

(assinado digitalmente)

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

(assinado digitalmente)

Ines Carla Persch Theobald

Membro da Comissão

(assinado digitalmente)

Marialice Brassiani

Presidente da Comissão

(assinado digitalmente)
Mônica Spiess
Membro da Comissão

WALDEMAR_SCHNEIDER_LOTEAMENTO_SCHNEIDER_PROTOCOLO_205_2021_LICENCA_AMBIENTAL_PREVIA_LAP_2_

Publicação Nº 3092605

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DIRETORIA AMBIENTAL

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP - PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 205/2021 CONDER
O município de São Miguel do Oeste - Santa Catarina SMO/CONDER, com endereço na Rua Marcílio Dias 1199, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (Art. 10, VIII), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009, Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017 e Resoluções CONSEMA nº 98/17, 99/17, 162/2019 e suas alterações, e na Lei Municipal n. 4.873/2001, Lei Complementar Municipal n. 0097/2019, Decretos Municipais nºs 9.201/2019, 9.202/2019, 9.203/2019 e 9.117/2019 torna público que o município concedeu LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - LAP, com prazo de validade 12 (doze) meses para o empreendedor WALDEMAR SCHNEIDER - LOTEAMENTO SCHNEIDER, CPF/CNPJ: 132980.209 - 82, localizado na Rua Cesar Domingos Filippini, Chácara nºs 46, 47 e 48 do Lote Rural nº 78, Bairro Estrela na cidade de São Miguel do Oeste - SC, coordenadas geográficas: Latitude 26°42'48,1" S e Longitude 53°31'44,2" para a atividade: 71.11.00 - PARCELAMENTO DE SOLO URBANO, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167 - Centro, São Miguel do Oeste, SC e no sítio eletrônico do Diário Oficial dos Municípios. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

São Miguel do Oeste, 14 de maio de 2021.

VALMOR ADÃO POVALA
DIRETOR AMBIENTAL/SMO - SC
MATRÍCULA 16160/01 - PORT. SGPT/DDP Nº. 1426/2019

CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO FINANCEIRO MAIO 2021

Publicação Nº 3092859

Página: 1 / 2
 Data de emissão: 11/06/2021
 Exercício de 2021
 Período de: Maio à Maio
 Despesa: Empenhada

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
 Balanço Financeiro - Anexo 13
 ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

RECEITAS	Exercício Atual		DESPESAS	Exercício Atual	
	TÍTULOS			TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIAS			0,00 ORÇAMENTÁRIAS		353.222,67
RECEITAS CORRENTES			0,00 DESPESAS CORRENTES		352.672,77
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		319.412,14
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES		33.260,63
RECEITAS DE CAPITAL			0,00 DESPESAS DE CAPITAL		549,90
			INVESTIMENTOS		549,90
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS			482.300,00 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL			482.300,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIAS			52.405,06 EXTRAORÇAMENTÁRIAS		70.214,18
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			-16.489,60 Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados			-431,26 Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			69.325,92 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		70.214,18
RENDIMENTO APLIC. FINANCEIRA			538,20		
I.N.S.S.			20.609,87 I.N.S.S.		21.581,98
SINDICATO DOS SERVIDORES			290,76 SINDICATO DOS SERVIDORES		290,76
CEF/EMPRESTIMO/COMV.			7.641,95 CEF/EMPRESTIMO/COMV.		7.641,95
I.R.F. SOBRE O TRABALHO A RECOLHER			25.433,22 I.R.F. SOBRE O TRABALHO A RECOLHER		25.887,57
CONSIGNAÇÃO SICOOB			9.227,46 CONSIGNAÇÃO SICOOB		9.227,46
ASSERMU DESCONTO			387,15 ASSERMU DESCONTO		387,15
SISME/UNIMED			2.816,00 SISME/UNIMED		2.816,00
ISS RETIDO A RECOLHER			36,87 ISS RETIDO A RECOLHER		36,87
INSS PENSIONISTA/APOSENTADORIA COMPLEMENTAR			1.617,71 INSS PENSIONISTA/APOSENTADORIA COMPLEMENTAR		1.617,71

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Balanço Financeiro - Anexo 13

ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Página: 2/ 2

Data de emissão: 11/06/2021

Exercício de 2021

Período de: Maio à Maio

Despesa: Empenhada

RECEITAS		DESPESAS	
TÍTULOS	Exercício Atual	TÍTULOS	Exercício Atual
ASSERMU MENSALIDADE	20,78	ASSERMU MENSALIDADE	20,78
DESCONTO PARTICIPAÇÃO UNIMED CONSULTAS	705,95	DESCONTO PARTICIPAÇÃO UNIMED CONSULTAS	705,95
SALDOS ANTERIORES	446.567,64	SALDOS ATUAIS	557.835,85
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
CONTAS CORRENTES	0,00	CONTAS CORRENTES	0,00
APLICAÇÕES	446.567,64	APLICAÇÕES	557.835,85
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00
TOTAL	981.272,70	TOTAL	981.272,70

ELIANE ALICE KUHN
CONTADORA

VANIRTO JOSÉ CONRAD
PRESIDENTE DA CÂMARA

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 33/2021-PMS

Publicação Nº 3092654

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 33/2021-PMS

Inexigibilidade nº. 02/2021-PMS

Processo nº. 80/2021-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE GUARAMIRIM, inscrita no CNPJ sob nº. 11.533.605/0001-64, estabelecida na R LI 28 de agosto nº 1918, sala 301, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a Emissão das certidões de matrículas atualizadas em nome do Município de Schroeder, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Emissão das certidões de matrículas atualizadas em nome do Município de Schroeder.	109	Unidade	23,34	2.544,06
TOTAL R\$					2.544,06

Valor do contrato: R\$ 2.544,06 (dois mil quinhentos e quarenta e quatro reais e seis centavos)

Data da Assinatura: 11/06/2021 Vigência: 31/12/2021

Felipe Voigt
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO Nº 001/2021 SMS

Publicação Nº 3093839

NOTIFICAÇÃO Nº 001/2021 SMS

Processo Licitatório nº. 54/2020

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 16/2020

Fica a empresa INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº. 12.889.035/0001-02, estabelecida na Rua Dr. João Caruso ,nº2115, no distrito industrial de Erechim, RS , CEP: 99706-250, NOTIFICADA do inadimplemento da Ata de Registro de Preços nº 19/2020 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 824, não efetuou a entrega de um dos produtos no prazo estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 5 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações.

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
824	Item 146 – NIMESULIDA 100MG (10.200 comprimidos)	22/04/2021	29/04/2021

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,
Schroeder, 11 de JUNHO de 2021.

Ingrit Eli Roweder
Secretária de Saúde

A INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ nº. 12.889.035/0001-02
(54) 2106-7930

PORTARIA Nº 8.957/2021, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092932

PORTARIA Nº 8.957/2021, DE 10 DE JUNHO DE 2021
CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO – EDITAL Nº 1/2021.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Seleção de Emprego Público – Edital nº 1/2021, integrada pelos seguintes membros: Nádia Cristiane Heftner Tambosi - Diretora de Saúde – CPF nº 022.876.719-94, Cleni Flores Pilar - Coordenadora da Atenção Básica – CPF nº 881.284.070-15 e Carla Belarmino Bitencourt - Assessora de Saúde – CPF nº 045.487.559-26, para sob a Presidência da primeira, coordenação da segunda e sendo secretariadas pela terceira, preparar, executar e julgar o Processo do Edital de Emprego Público nº 1/2021, destinado ao preenchimento de vagas para a Estratégia de Saúde da Família do Município de Schroeder.

Art. 2º A Comissão ora constituída atenderá às disposições legais em vigor, bem como tomará as providências necessárias à sua fiel execução.

Art. 3º A Comissão poderá contratar pessoa ou órgão estranho à Prefeitura Municipal para elaboração e execução do processo, correndo as despesas por conta de dotações específicas do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação do DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17 de junho de 2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 10 de junho de 2021.

FELIPE VOIGT INGRIT ELI ROWEDER
Prefeito Municipal Secretária da Saúde

Publicada por:

TÂNIA MARIA ZOZ
Secretária Executiva

TERMO ADITIVO Nº. A68/2021 – PMS

Publicação Nº 3093740

TERMO ADITIVO Nº. A68/2021 – PMS
7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 40/2020 – PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: WR ASSESSORIA E PLANEJAMENTO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 35.096.603/0001-13, estabelecida na Rua Avenida Brasil, 333, apt 704, Bairro Centro, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.330-040, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Raphael Alexandre de Paiva Bertacchini, inscrito no CPF sob o nº. 016.830.239-00.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 40/2020-PMS, celebrado em 25 de maio de 2020, Processo de licitação nº. 40/2020– PMS, Modalidade Tomada de Preços nº. 05/2020–PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para reforma do Portal de Entrada no Município de Schroeder/SC, conforme contrato de

repassa nº. 872011/2018/MTUR/CAIXA, de acordo com projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, inciso II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela empresa frente ao aditivo de reequilíbrio econômico financeiro conforme protocolo 2.2933/2021, o deferimento no valor de R\$ 51.303,69 (cinquenta e um mil trezentos e três reais e sessenta e nove centavos) conforme Parecer nº 138/2021-PROJUR com base nos valores apresentados no Parecer 59/2021 do Setor de Engenharia.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entre as partes, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditando o valor de R\$ 51.303,69 (cinquenta e um mil trezentos e três reais e sessenta e nove centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 187.297,92 (cento e oitenta e sete mil duzentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 40/2020-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 11 de junho de 2021.

CONTRATADA:

WR ASSESSORIA E PLANEJAMENTO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Raphael Alexandre de Paiva Bertacchini

CPF nº. 016.830.239-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Felipe Voigt

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Valquiria Heidorn Eing

CPF nº. 690.419.039-68

ATA PREGÃO PRESENCIAL 32/2021-PMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 3092521

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 32/2021 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 62/2021 Data do Processo: 21/05/2021

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 58/2021 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria de marketing, bem como de serviços de criação, edição de artes gráficas para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa GABRIELLE DERETTI DA SILVA 06199638913, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa GABRIELLE DERETTI DA SILVA 06199638913 está credenciados para a licitação. Pois apresentou documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa GABRIELLE DERETTI DA SILVA 06199638913. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa GABRIELLE DERETTI DA SILVA 06199638913, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa GABRIELLE DERETTI DA SILVA 06199638913 apresentou certidão de Falência e Concordata, entretanto não apresentou a Certidão Complementar que o próprio documento exige para que o mesmo seja válido, no Documento apresentado consta: "ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>", sendo que a empresa apresentou Certidão do Sistema EPROC de Ações Cíveis e não de Falência e Concordata, sendo assim o documento não foi apresentado de acordo com a exigência do edital, este documento é exigido no edital o item 7.1.13 sendo assim a empresa GABRIELLE DERETTI DA SILVA 06199638913 não apresentou a documentação de acordo com o edital, de acordo com o edital no item 9.21. "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993", no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 08 dias úteis, sendo até dia 23 de junho de 2021, às 16h30min, para apresentação de nova documentação de habilitação, dentro de novo envelope com toda a documentação de habilitação, de acordo com as exigências do edital, caso contrário será considerada inabilitada. A empresa participante declina do direito de recurso ao resultado deste pregão. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata à participante presente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 32/2021 - PR

Processo Administrativo: 62/2021
Processo de Licitação:
Data do Processo: 21/05/2021

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 58/2021 (Sequência: 1)

Schroeder, 11 de Junho de 2021

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Valderi Rocha de Camargo	- - EQUIPE DE APOIO
Ivandra de Souza	- - EQUIPE DE APOIO
Tânia Maria Zoz	- - EQUIPE DE APOIO
Valquiria Heidom Eing	- - EQUIPE DE APOIO
Rafaela Suzan Kienen	- - EQUIPE DE APOIO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

GABRIELLE DERETTI LOFY DA SILVA	- - Representante
LUANA MURARA RODRIGUES	- - Setor Solicitante

INEXIGIBILIDADE 02/2021-PMS

Publicação Nº 3092633

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 2/2021 - IL****Processo Nr.:** 80/2021
Data: 11/06/2021

Folha: 1/2

Fornecedor: OFICIO DO REGISTRO DE IMOVEIS DA COMARCA DE GUARAM

Código: 14590

Endereço: R LI 28 DE AGOSTO,1918 - SALA 301

Cidade: Guaramirim - SC

CNPJ: 11.533.605/0001-64

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Emissão das certidões de matriculas atualizadas em nome do Município de Schroeder.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	109,00	Emissão das certidões de matriculas atualizadas em nome do Município de Schroeder.	UN	23,34	2.544,06

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.**

I - para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

JUSTIFICATIVA

Devido somente o Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim ser detentor das emissões das Certidões.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 11 de Junho de 2021

FELIPE VOIGT
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 2/2021 - IL**Processo Nr.:** 80/2021
Data: 11/06/2021

Folha: 2/2

07/06/2021

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 7 de Junho de 2021

Valor da Despesa: 2.544,06 (dois mil quinhentos e quarenta e quatro reais e seis centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATO 008/2021**

Publicação Nº 3092524

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 008/2021
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 042/2021

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o no 83.539.676/0001-85, com endereço na Avenida dos Imigrantes, nº 2520, Município de Schroeder/SC.

Contratada: SANDRO MILBRATZ 07292241980 – AGILE SM, inscrita no CNPJ sob o no 36.134.012/0001-56, estabelecida na Rua Tufied Mahfud, 150, Sl 01, box 37 Bairro Centro, município de Jaraguá do Sul/Sc

Objeto: Contratação de empresa jornalística para publicação de Atos Oficiais e demais matérias de interesse público emanados do Poder Legislativo, através de jornal regular, com tiragem e circulação mínima de 2.000 (dois mil) exemplares semanais com abrangência neste município, com inserção semanal, conforme necessidade da Câmara Municipal, compreendendo ¼ de página (aproximadamente 12cm de altura por 17cm de largura) com redação, diagramação, impressão preto/branco e colorido, a ser publicado sempre na terceira página do jornal.

Valor Total do contrato: até R\$ 5.250,00 (Cinco mil duzentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 11/06/2021

Signatários:

Ildemar Zoz – Presidente

Sandro Milbratz - Proprietário

DISPENSA DE LICITAÇÃO N 042/21

Publicação Nº 3092522

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 42/2021 - DL**CNPJ: 83.539.676/0001-85
Avenida dos Imigrantes
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 44/2021
Data: 11/06/2021

Folha: 1/2

Fornecedor: SANDRO MILBRATZ
Endereço: TUFIE MAHFUD, 150, SALA 01 BOX 37
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 36.134.012/0001-56

Código: 795

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ATOS OFICIAIS E DEMAIS MATÉRIAS DE INTERESSE PÚBLICO EMANADOS PELO PODER LEGISLATIVO.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	70,00	PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E OUTROS MATÉRIAS DE INTERESSE PÚBLICO DO PODER LEGISLATIVO, COMPREENDENDO 1/4 DE PÁGINA (12 CM X 17 CM), COM REDAÇÃO DIAGRAMAÇÃO IMPRESSÃO COLORIDA E P&B, COM PUBLICAÇÃO MÍNIMA SEMANAL SOB DEMANDA DO CONTRATANTE, COM TIRAGEM DE 2000 EXEMPLARES.	UN	75,00	5.250,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

- AMPLA PUBLICIDADE DE ATOS PÚBLICOS EMANADOS PELO PODER LEGISLATIVO.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

- MENOR PREÇO GLOBAL.

Schroeder, 11 de Junho de 2021

MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES
Responsável pelo Setor Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 42/2021 - DL
CNPJ: 83.539.676/0001-85 Avenida dos Imigrantes		Processo Nr.: 44/2021 Data: 11/06/2021
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Folha: 2/2

11/06/2021**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 11 de Junho de 2021

SÉRGIO ROHDEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Valor da Despesa: 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais)

Pagamento.....: A PRAZO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85
Avenida dos Imigrantes
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 42/2021 - DL**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 44/2021
Data do Processo: 11/06/2021

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente Da Comissão De Licitação, SÉRGIO ROHDEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 44/2021
b) Licitação Nr.: 42/2021-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 11/06/2021
e) Data da Adjudicação: 11/06/2021 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ATOS OFICIAIS E DEMAIS MATÉRIAS DE INTERESSE PÚBLICO EMANADOS PELO PODER LEGISLATIVO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 000795 - SANDRO MILBRATZ	1	0,0000	5.250,00
	1		5.250,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.001.3.3.90.39.00.00.00.00 (14) Saldo: 16.358,26

Schroeder, 11 de Junho de 2021.

SÉRGIO ROHDEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Seara

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 101/2021

Publicação Nº 3095597

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 37097D1DB614B1DAA5DA024718886634CD65DA05

Processo Licitatório 101/2021.

Edital de Pregão Presencial nº. 041/2021 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 13h30min do dia 24/06/2021, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de pneus, câmaras e protetores novos. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., aos 11 dias do mês de junho do ano de 2021.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2021

Publicação Nº 3095526

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 2A459C3AE79B17D72DC520376372F4C58B11D431

Processo Licitatório nº 100/2021.

Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2021.

O Município de Seara, SC, torna público e para o conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico para contratação de serviços de transporte escolar de alunos do ensino infantil, fundamental, médio e especial da rede de ensino do município para o ano letivo de 2021, conforme linhas/percursos, identificados, constante no anexo I. A abertura da disputa ocorrerá às 8h30min do dia 24/06/2021 e será realizado através do site "https://www.gov.br/compras" da plataforma de compras governamentais COMPRASNET. O edital e seus anexos estarão disponíveis nos sites "www.seara.sc.gov.br" e "https://www.gov.br/compras" e demais informações poderão ser obtidas pelos e-mails "compras02@seara.sc.gov.br" e "licitacao@seara.sc.gov.br".

Seara, SC, 11 de junho de 2021.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESUMO CONTRATO N. 07/2021

Publicação Nº 3093054

Contrato nº 07/2021, de 11 de junho de 2021. Termo de Aditamento nº 01/2021 ao Contrato nº 03/2021. Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE SEARA - Contratante e a Arquiteta LAIANE KARINE DE CASTRO SGARBOSSA - Contratada. Objeto: prorroga prazo em 45(quarenta e cinco) dias, para a entrega dos projetos detalhados, a contar de 12 de junho, encerrando em 26 de julho de 2021. Prazo de vigência permanece até 31 de dezembro de 2021.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 183/2021 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092503

DECRETO Nº 183/2021 DE 10 JUNHO DE 2021

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1.157/2020 de 14/12/2020,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.157/2020 de 14/12/2020.

Entidade 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.600 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0089 – Alienações de Bens destinados a Outros Programas

Dotação: 29R\$ 110.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação verificado no Exercício 2021 no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), relativo a Receita de Alienações de Bens destinados a Outros Programas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura de Serra Alta SC, 10 de Junho de 2021.

RAFAEL MARIN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Chefe de Gabinete

CLAIR FÁTIMA ANDREIS

Contadora CRC/SC 23.683/0-4

LEI MUNICIPAL Nº 1.168, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093800

LEI MUNICIPAL Nº 1.168, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E GESTÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Criação e dos Objetivos

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal da Indústria, Comércio e Gestão, órgão de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador das ações direcionadas ao segmento industrial do município de Serra Alta.

Art. 2º O Conselho Municipal da Indústria, Comércio e Gestão de Serra Alta, tem por objetivo promover a participação democrática dos vários segmentos da sociedade que integram o setor da indústria no município de Serra Alta, visando a valorização do trabalho humano, a livre iniciativa e observando o princípio de justiça social.

CAPÍTULO II**Das Atribuições do Conselho**

Art. 3º O Conselho Municipal da Indústria, Comércio e Gestão de Serra Alta tem como atribuições:

I - planejar e propor políticas e programas de desenvolvimento socioeconômicos;

II - assessorar a gestão da Política Municipal para o setor, com o apoio dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal;

III - apreciar e sugerir proposta de orçamento dos recursos destinados ao programa PROINDUS;

IV - analisar e sugerir os estímulos econômicos para o setor;

V - fiscalizar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Planejamento, o cumprimento dos propósitos por parte do beneficiários e a correta aplicação dos benefícios concedidos;

VI - formar comissão interna para analisar e deliberar sobre projetos de desenvolvimento que beneficiem o setor de indústria;

VII - propor normas e diretrizes para celebração de convênios, acompanhar a elaboração de proposta orçamentária anual para investimentos no setor, como também para elaboração do projeto de lei sobre diretrizes orçamentárias;

VIII - elaborar, aprovar e alterar, se necessário, o seu Regimento Interno;

IX - opinar quando consultados sobre os investimentos do PROINDUS;

X - pronunciar-se, emitir pareceres, elaborar propostas e prestar informações sobre assuntos que digam respeito ao setor, quando solicitado pelo Poder Público, pela sociedade civil ou por iniciativa própria;

XI - atuar perante os diversos segmentos da sociedade, procurando sensibilizá-los para a importância de investimentos no setor;

XII - criar mecanismos que permitam sua comunicação com a comunidade, para que possa cumprir seu papel de mediador entre a sociedade civil e o governo municipal;

XIII - promover intercâmbio e propor a celebração de convênios com instituições políticas e privadas, nacionais e estrangeiras, com a finalidade de programar as medidas e ações que são objeto do conselho;

XIV - propor, para análise do Poder Executivo Municipal, legislação que propicie a captação de recursos para expansão e qualificação do setor;

XV - desenvolver outras atribuições inerentes ao contexto do setor de indústria no âmbito municipal;

XVI - fiscalizar e avaliar a gestão de recursos do PROINDUS.

Parágrafo único. Os processos de concessão, alteração dos incentivos e oferta dos estímulos, instruídos com o parecer do Conselho Municipal da Indústria, Comércio e Gestão deverão ser homologados pelo Prefeito Municipal, e suas cópias encaminhadas à Câmara Municipal para conhecimento do Poder Legislativo.

CAPÍTULO III**Da Constituição e da Composição**

Art. 4º O Conselho Municipal da Indústria, Comércio e Gestão será constituído por 7 (sete) conselheiros titulares e 3 (três) suplentes, com a seguinte composição:

I - o Secretário de Administração será membro nato do conselho;

II - dois representantes titulares e um suplente do Poder Executivo Municipal;

III - dois representantes titulares e um suplente de entidades de classe como CDL e ACISA;

IV - dois representantes titulares e um suplente de entidades sociais sem fins lucrativos.

§ 1º Fica impedido de compor o Conselho da Indústria, Comércio e Gestão:

I - quem estiver usufruindo dos incentivos de que trata esta lei, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio ou proprietário;

II - quem participar do processo de concessão de incentivos;

III - o beneficiário direto do processo de concessão de incentivo;

IV - cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, do beneficiário dos incentivos.

§ 1º Os representantes do Conselho Municipal da Indústria, Comércio e Gestão, assim como seus suplentes, serão nomeados através de Decreto Municipal.

§ 2º Os representantes dos órgãos e instituições constantes dos incisos I ao IV, assim como seus suplentes deverão ser indicados pelas mesmas e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 3º Os representantes referidos nos incisos bem como os seus suplentes, terão mandato com duração de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução.

§ 4º Dar-se-á a substituição dos representantes referidos nos incisos, fora do prazo de término de mandato, em caso de três faltas consecutivas e injustificadas nas reuniões ordinárias.

§ 5º No caso de renúncia ou impedimento do conselheiro titular, assumirá o suplente indicado pela instituição ou entidade que o mesmo representa.

Art. 5º A função de Conselheiro é considerada serviço público relevante e não será remunerada, sendo seu exercício prioritário e justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinado seu comparecimento às sessões do Conselho ou participação em diligências autorizadas por este.

CAPÍTULO IV**Da Estrutura e do Funcionamento**

Art. 6º O Conselho Municipal da Indústria, Comércio e Gestão de Serra Alta terá a seguinte estrutura:

I - diretoria composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário;

II - comissões de trabalho, constituídas por resolução do Conselho;

III - plenário.

§ 1º A diretoria será eleita até trinta dias após a posse dos membros do conselho, pela maioria de seus membros titulares.

§ 2º O Presidente poderá ser reconduzido para um mandato consecutivo.

CAPÍTULO V**Das Disposições Finais**

Art. 7º A organização, o funcionamento e o que mais for necessário ao Conselho Municipal da Indústria, Comércio e Gestão de Serra Alta serão disciplinados em Regimento Interno, que será elaborado em até 90 (noventa) dias após a posse de seus membros.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos do art. 3º, da Lei Municipal nº 958/2013, revogando a Lei Municipal nº 1.029, de 27 de maio de 2015 e o Art. 10 da Lei Municipal nº 1.131, de 27 de setembro de 2019, bem como as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 11 de junho de 2021.

RAFAEL MARIN
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

MARCONDES LEONARDO MULLER
Secretário de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 1.169, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093795

LEI MUNICIPAL Nº 1.169, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL ORDINÁRIA Nº 1.102, DE 30 DE MAIO DE 2018, QUE “DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE AUXÍLIO FINANCEIRO ESTUDANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RAFAEL MARIN, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Municipal Ordinária nº 1.102, de 30 de maio de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º. Fica criado o Programa Municipal de Auxílio Financeiro Estudantil – PMAFE, que destina-se a prestar auxílio aos estudantes comprovada e regularmente matriculados em instituições de ensino superior, tecnológico superior, em curso técnico profissionalizante ou ensino médio profissionalizante na área agrícola, que preencham as condições legais, aos quais serão concedidos recursos na forma e nos valores fixados por esta Lei, com a finalidade de prestar auxílio como forma de incentivo ao desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional (...).” (NR)

“Art. 2º. (...)

II – estar regularmente matriculado no Ensino Superior, Superior Tecnológico, em curso Técnico Profissionalizante ou Ensino Médio Profissionalizante na área agrícola.

(...)

IV - não ter completo nenhum curso superior, tecnológico superior, técnico profissionalizante e ensino médio profissionalizante na área agrícola;

(...)

§3º Somente terão direito ao auxílio financeiro os acadêmicos de cursos de ensino superior presencial, semipresencial, superior tecnológico, técnico profissionalizante e ensino médio profissionalizante na área agrícola devidamente autorizados ou reconhecidos pelo Ministério da Educação – MEC.

(...)”. (NR)

“Art. 4 O Município destinará, anualmente, o valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para auxiliar financeiramente os acadêmicos, sendo regulamentado por Decreto Municipal o percentual individualizado para curso superior, técnico profissionalizante ou tecnológico superior, presencial ou semipresencial, e ensino médio profissionalizante na área agrícola.

(...)” (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogando-se as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 11 de junho de 2021.

RAFAEL MARIN
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra

MARCONDES LEONARDO MULLER
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

43/2021 AVISO SUSPENSAO

Publicação N° 3093013

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 43/2021
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS N°. 22/2021
AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de Siderópolis comunica aos interessados, que a abertura da licitação designada para o dia 14/06/2021 às 09h00min, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na locação de equipamentos de impressão e fornecimento de serviços de impressoras multifuncionais, software para gerenciamento, monitoramento e controle de processos envolvidos com impressão de documentos, para atendimento das Secretarias Municipais e de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, encontra-se suspensa em virtude de problemas apontados no Termo de Referência. Desta feita, oportunamente, será designada nova data para abertura da licitação. Informações: Fone: (48) 3435 8900 ou e-mail: licitação@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 11 de julho de 2021.

FABIOLA CARDOSO COMIN

Pregoeira

Sul Brasil

PREFEITURA

PROCESSO Nº 53 PREGAO PRESENCIAL Nº 33 MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE

Publicação Nº 3092785

ESTADO DE SANTA CATARNA
MUNICIPIO DE SUL BRASIL

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) D4E9078B6D660D636BAF5270A7C53730EE53928E

Aviso de Licitação

Processo N.º 053/2021 – Pregão Presencial nº 033/2021

O Município de SUL BRASIL – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2021 – decorrente do PROCESSO 053/2021, visando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 13H30MIN DO DIA 25 DE JUNHO DE 2021, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Dr. José Leal Filho, 589, SUL BRASIL - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – HABILITAÇÃO, dar-se-á a partir das 13H35MIN DO DIA 25 DE JUNHO DE 2021, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Sul Brasil. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3367 0030, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Dr. José Leal Filho, 589, Sul Brasil - SC, 11 de Junho de 2021. Moacir Gotz - Prefeito Municipal

Taió

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.431/2021

Publicação Nº 3094740

DECRETO Nº 7.431, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Apura superávit financeiro do exercício de dois mil e vinte, abre crédito adicional suplementar no exercício de dois mil e vinte e um.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990, na forma do art. 7º, inciso I, da Lei nº 4.320 e de conformidade com o estabelecido no art. 11, inciso III, da Lei nº 4.220, de 08 de dezembro de 2020 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica apurado e demonstrado o saldo financeiro do exercício de dois mil e vinte a título de superávit financeiro, para abertura de crédito adicional suplementar no exercício de dois mil e vinte e um, conforme segue:

Tabela de Saldos de Recursos - B.B. Lei Aldir Blanc - Apoio Emergencial Cultural - Agência nº 0809 - Conta nº 24.270-5

SALDO BANCÁRIO EM 31/12/2020	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RECURSO UTILIZADO	RECURSO A UTILIZAR
R\$ 28.320,42	x-x-x-x-x-	R\$ 28.320,42	x-x-x-x-x-	R\$ 28.320,42

Art. 2º Com o recurso proveniente do artigo antecedente deste Decreto, fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 28.320,42 (vinte e oito mil, trezentos e vinte reais e quarenta e dois centavos), no Orçamento Anual do Município, conforme segue:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

03 - Casa da Cultura

2.025 - Manutenção das Ações Culturais

3.3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.42.0001 - Aplicações Diretas R\$ 28.320,42

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Taió, 11 de junho de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN MAURA ALVES DE MELO

Prefeito do Município de Taió Secretária de Educação, Cultura e Esportes

DECRETO Nº 7.432/2021

Publicação Nº 3094969

DECRETO Nº 7.432, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Apura superávit financeiro do exercício de dois mil e vinte, abre crédito adicional suplementar no exercício de dois mil e vinte e um.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990, na forma do art. 7º, inciso I, da Lei nº 4.320 e de conformidade com o estabelecido no art. 11, inciso III, da Lei nº 4.220, de 08 de dezembro de 2020 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica apurado e demonstrado o saldo financeiro do exercício de dois mil e vinte a título de superávit financeiro, para abertura de crédito adicional suplementar no exercício de dois mil e vinte e um, conforme segue:

C.E.F - Conta Movimento - Agência nº 2815 - Conta nº 1-4

SALDO BANCÁRIO EM 31/12/2020	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RECURSO UTILIZADO	RECURSO A UTILIZAR
R\$ 1.345.080,60	x-x-x-x-x-	R\$ 1.345.080,60	R\$ 195.161,36	R\$ 1.149.919,24

Art. 2º Com o recurso proveniente do artigo antecedente deste Decreto, fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), no Orçamento Anual do Município, permanecendo o saldo remanescente de R\$ 869.919,24 (oitocentos e sessenta e nove mil, novecentos e dezenove reais e vinte e quatro centavos), conforme segue:

04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 - Departamento de Administração, Finanças, Tributos e Fiscalização

44 - Pagamento da Dívida - FINISA

56 - 3.3.2.90.00.00.00.00.00.00.00.03.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 280.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Taió, 11 de junho de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN ELVES JOHNY SCHREIBER
Prefeito do Município de Taió Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7.433/2021

Publicação Nº 3095172

DECRETO Nº 7.433, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre anulações e suplementações de dotações orçamentárias.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990, na forma do art. 7º, inciso I, da Lei nº 4.320 e de conformidade com o estabelecido no art. 11, inciso II, da Lei nº 4.220, de 8 de dezembro de 2020 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Ficam anulados no Orçamento Anual do Município de Taió, relativo ao exercício de dois mil e vinte e um, nas dotações orçamentárias abaixo, o valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), conforme segue:

06 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
01 - Departamento de Serviços Urbanos
2.030 - Manutenção dos Serviços Urbanos
25 - 3.3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
06 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
02 - Departamento de Obras
2.034 - Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais
23 - 3.3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
07 - SECRETARIA DO DISTRITO DE PASSO MANSO
01 - Secretaria do Distrito de Passo Manso
2.036 - Manutenção da Secretaria do Distrito de Passo Manso
24 - 3.3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º Com os recursos orçamentários anulados no artigo anterior, ficam suplementados nas dotações orçamentárias abaixo, o valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), como segue:

06 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
01 - Departamento de Serviços Urbanos
2.030 - Manutenção dos Serviços Urbanos
98 - 3.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
06 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
02 - Departamento de Obras
2.034 - Manutenção e Conservação de Estradas Vicinais
93 - 3.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
07 - SECRETARIA DO DISTRITO DE PASSO MANSO
01 - Secretaria do Distrito de Passo Manso
2.036 - Manutenção da Secretaria do Distrito de Passo Manso
96 - 3.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Taió, 11 de junho de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN TOMAZ BERTO
Prefeito do Município de Taió Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

DECRETO Nº 7.434/2021

Publicação Nº 3095306

DECRETO Nº 7.434, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre anulação e suplementação de dotação orçamentária.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990, na forma do art. 7º, inciso I, da Lei nº 4.320 e de conformidade com o estabelecido no art. 11, inciso II, da Lei nº 4.220, de 8 de dezembro de 2020 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado no Orçamento Anual do Município de Taió, relativo ao exercício de dois mil e vinte e um, na dotação orçamentária abaixo, o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme segue:

06 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

01 - Departamento de Serviços Urbanos

2.031 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Urbana

26 - 3.3.1.90.00.00.00.00.00.01.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º Com o recurso orçamentário anulado no artigo anterior, fica suplementado na dotação orçamentária abaixo, o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme segue:

06 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

01 - Departamento de Serviços Urbanos

2.031 - Manutenção dos Serviços de Limpeza Urbana

99 - 3.3.3.90.00.00.00.00.00.01.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Taió, 11 de junho de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

Prefeito do Município de Taió

TOMAZ BERTO

Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

DECRETO Nº 7.435/2021

Publicação Nº 3095513

DECRETO Nº 7.435, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre a composição do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do município de Taió e, dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAIÓ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990, na forma do art. 7º, da Lei Complementar nº 246, de 13 de abril de 2021, alterada pela Lei Complementar nº 248, de 8 de junho de 2021,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, com as atribuições constantes da Lei Complementar nº 246, de 13 de abril de 2021, alterada pela Lei Complementar nº 248, de 8 de junho de 2021, as pessoas abaixo relacionadas, para compor o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial do Município de Taió para o mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período, uma única vez:

I - PODER EXECUTIVO ESTADUAL OU FEDERAL

a) CASAN

Titular: Fabiana Aparecida da Silva – CPF 062.202.429-98

Suplente: Paloma França Santos – CPF 086.767.749-00

b) CELESC

Titular: Marcos Rogério Jasper – CPF 950.546.269-72

Suplente: Edson Zanghelini – CPF 033.617.189-70

II - PODER PÚBLICO MUNICIPAL - EXECUTIVO

a) Secretaria de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio

Titular: Marcelo Grankow – CPF 094.374.259-57

Suplente: Marina do Nascimento – CPF 004.414.489-09

Titular: Rafael Busarello – CPF 053.899.879-26

Suplente: Marcos Oliveira Padilha – CPF 055.370.529-62

Titular: Daniel Uhlendorf – CPF 030.300.619-65

Suplente: Diego Marcos Feldhaus – CPF 054.013.429-50

Titular: François Ferdinand de Bem Urban – CPF 005.764.919-77

Suplente: Janine Berri – CPF 963.618.839-49

Titular: Alcides Ronchi – CPF 379.316.289-34

Suplente: Irineia de Lurdes Cardoso Baldessar – CPF 042.039.569-51

b) Secretaria de Saúde Pública

Titular: Cintia Eble Keske – CPF 016.856.859-43

Suplente: Rozi Terezinha de Souza – CPF – 796.265.119-91

c) Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Titular: Maura Alves de Melo – CPF 041.278.839-01

Suplente: Katia Erkmann Woelfer – CPF 794.266.469-49

d) Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Jeferson Kniess – CPF 072.474.049-06

Suplente: Bernadete Sieves Tavares – CPF 379.236.769-69

e) Secretaria de Administração e Finanças

Titular: Jonas Henrique Luz – CPF 059.466.159-55

Suplente: Elves Johny Schreiber – CPF 824.726.379-34

f) Secretaria do Distrito de Passo Manso

Titular: Volnei Zaniz – CPF 988.572.079-00

Suplente: Rosangela Minatti – CPF 022.086.869-77

g) Secretaria de Agricultura, Pecuária, Florestas e Meio Ambiente

Titular: João Ricardo Mees – CPF 848.601.549-91

Suplente: Dirceu Roberto Willwock – CPF 732.706.109-63

h) Departamento Jurídico

Titular: Samara Cristina Corrêa – CPF 079.396.579-91

Suplente: Jair Pedroso Junior – CPF 089.104.019-66

i) Vigilância Sanitária

Titular: Douglas Soares – CPF 050.453.419-01

Suplente: Alison Andre Marcolla – CPF 035.392.769-47

j) Vigilância Epidemiológica

Titular: Romana Raquel Ebele – CPF 025.037.069-51

Suplente: Virginia Blank do Prado – CPF 826.991.789-34

k) Defesa Civil

Titular: Jonata Petrowski Retke – CPF 035.685.279-28

Suplente: Sandra Regina Albano – CPF 714.798.999-68

III - PODER PÚBLICO MUNICIPAL - LEGISLATIVO

Titular: Wanderlei Salvador – CPF 494.393.169-34

Suplente: Sabrina Antunes Patrício – CPF 062.443.309-34

Titular: Aristides Eloí Valentini – CPF 292.712.589-91

Suplente: Silvio Bonin Junior – CPF 041.473.849-78

IV - ENTIDADES EMPRESARIAIS

a) CDL

Titular: Narciso José Broering – CPF 292.841.559-91

Suplente: Elenice Bridarolli – CPF 048.766.509-00

b) ACIAT

Titular: Gladimir Luiz Trentini – CPF 380.746.999-00

Suplente: Amilton Paulo Forster – CPF 380.755.639-72

V - CONSELHOS MUNICIPAIS

a) Conselho Municipal de Turismo

Titular: Jocelio Bonin – CPF 550.464.879-34

Suplente: Marina Feliciano Peicher – CPF 047.912.279-21

b) Conselho Municipal de Saúde

Titular: Debora Eliane Schafer Felizari – CPF 935.765.609-04

Suplente: James Stringari – CPF 047.653.069-50

c) Conselho Municipal de Educação

Titular: Carla Terezinha Jacinto Welhmuth Comper – CPF 033.857.799-25

Suplente: Micheli Petrowski Retke – CPF 046.079.079-01

d) Conselho Municipal de Esportes

Titular: Jean Charles Ronchi – CPF 848.594.159-49

Suplente: Laudemir Luchtenberg – CPF 055.769.419-18

e) Conselho Municipal de Agricultura

Titular: Gilmar Ramos Dalla Maria – CPF 059.333.299-75

Suplente: Evanir Demarchi Rorato – CPF 031.101.099-72

f) Conselho Municipal de Trânsito:

Titular: Aderbal Deeke – CPF 895.797.479-20

Suplente: Gilson Valentini – CPF 018.386.809-93

g) Conselho Municipal de Assistência Social

Titular: Gabriela Dalfovo – CPF 071.505.909-26

Suplente: Daiana Silmara Barbosa Batista – CPF 067.661.989-40

VI – SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

a) DEL

Titular: Marcus Keske – CPF 631.193.409-44

Suplente: João Carlos Kestring – CPF 034.159.319-27

b) AJAE – Associação de Jovens Agricultores

Titular: Maicon Bloemer – CPF 098.361.199-81

Suplente: Filipe Meyer – CPF 108.636.939-46

c) Rotary

Titular: Edson Bach – CPF 506.601.709-34

Suplente: Marcelo Mainhardt – CPF 018.883.009-54

d) Lions

Titular: Eliane Regina Fantin Betti – CPF 029.403.919-80
Suplente: Mateus Regis da Silva – CPF 072.110.839-30

VII – SOCIEDADE CIVIL NÃO ORGANIZADA

Titular: Natalino Bonin – CPF 458.413.819-20
Suplente: Fernando Gentil Andrioli – CPF 920.102.889-04
Titular: Rolando Martim Beck – CPF 247.526.659-72
Suplente: Carlos Alberto Fanton – CPF 086.123.199-60
Titular: Marcos Gabriel da Cruz – CPF 035.969.969-37
Suplente: Jorge Luis Schmitt – CPF 035.495.099-10

VIII - INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS E DE PESQUISA

a) UNIDAVI

Titular: Indiara Etelvina Gonçalves – CPF 007.975.019-24
Suplente: Juliana Cattoni – CPF 043.598.699-67

b) UNIASSELVI

Titular: Elizene Cassia Capistrano Salvador – CPF 593.703.869-04
Suplente: Daniela Aparecida Patricio – CPF 593.767.519-04

Art. 2º O exercício dos cargos a que alude este Decreto, é considerado serviço público relevante, sem ônus para os cofres públicos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 6.654, de 13.03.2019 e suas alterações.

Taió, 11 de junho de 2021
HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito do Município de Taió

MARCELO GRAMKOW
Secretário de Planejamento, Habitação, Turismo, Indústria e Comércio

PORTARIA Nº 15405/2021

Publicação Nº 3095588

PORTARIA No 15.405, de 11/06/2021
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR REALIZAÇÃO DE TRABALHO ESPECIAL A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990 e com fulcro no Art. 1º, inciso V, da Lei Complementar no 010/95, de 11 de julho de 1995.

CONSIDERANDO o Ofício nº SECE/210/2021, protocolado sob o nº 5588/2021;

CONSIDERANDO o Ofício nº SECE/212/2021, protocolado sob o nº 5589/2021;

RESOLVE:

conceder aos servidores públicos municipais LAERCIO DAY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (nível 3) e GILBERTO GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador de Escola, com exercício na secretaria de Educação, Cultura e Esportes, gratificação mensal equivalente a 10% (dez por cento) sobre o vencimento base.

P.R.I.

Taió, 11 de junho de 2021.
HORST ALEXANDRE PURNHAGEN
Prefeito

PORTARIA Nº 15406/2021

Publicação Nº 3095589

PORTARIA No 15.406, de 11/06/2021
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 70, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município LOM, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO o Art. 1º e o Art. 4º do Decreto nº 7.346, de 15 de fevereiro de 2021;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.352, de 03 de março de 2021;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob o nº 5473/2021.

RESOLVE:

conceder a servidora pública municipal abaixo relacionada, licença para tratamento de saúde com remuneração integral, conforme segue:

- Daiana Sonntag Amorim, a contar de 07/06/2021.

P.R.I.

Taió, 11 de junho de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

Prefeito

PORTARIA Nº 15407/2021

Publicação Nº 3095592

PORTARIA No 15.407, de 11/06/2021

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Taió, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VI e VII, do Art. 70, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23 de março de 1990.

CONSIDERANDO a solicitação contida no requerimento protocolado sob n.º 5639/2021.

RESOLVE:

conceder gozo de férias interrompidas através da Portaria n.º 15.025/2021, estabelecidas na Portaria n.º 14.926/2020, a servidora pública municipal ZENAIDE LEITZKE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e exercício na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, para então ser usufruída no dia 11/06/2021, ficando ainda 15 (quinze) dias de saldo de férias.

P.R.I.

Taió, 11 de junho de 2021.

HORST ALEXANDRE PURNHAGEN

Prefeito

Tangará

PREFEITURA

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37.2021

Publicação Nº 3095501

Página: 1 / 6

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ CNPJ: 82.827.999/0001-01 Telefone: (49) 3532-1522 Endereço: Av. Irmãos Piccoli, 267 - Centro CEP: 89642-000 - Tangará / null	Pregão presencial 37/2021
	Número Processo: 77/2021 Data do Processo: 10/05/2021

OBJETO DO PROCESSO

AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PRA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGERIO.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nº 1/2021

No dia 11/06/2021 às 14:01 horas, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria/Decreto Nº 47/2021, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório Nº 77/2021 na modalidade de Pregão presencial. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO

Participam deste certame as seguintes empresas:

1. BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS LTDA, representada neste ato por FABRICIO PEREIRA DA COSTA;
2. FISUL CONFECÇOES LTDA, representada neste ato por SEDENEI SILVESTRE CORRADI;
3. TOP BRASIL LTDA, representada neste ato por ANDRE ANTONIO TONON;
4. FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA, representada neste ato por EDSON FRANCISCO RITTER;
5. SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA, representada neste ato por GEAN DA SILVA MENA;
6. FRAI VEST INDUSTRIA E COMERCIO DE VESTUARIO LTDA, representada neste ato por FIORELO ADISON MAZUTTI;
7. CAVESTE COMÉRCIO E CONFECÇÃO DE VESTUÁRIO LTDA, representada neste ato por ANDERSON CORDEIRO PIROLI;
8. COR URBANA IND. E CONFECÇÕES, representada neste ato por PAULO ROBERTO COSER;
9. PONTOCOM BRINDES LTDA, representada neste ato por OTAVIO MONTEMEZZO;
10. ANDRE ANTONIO SABINO, representada neste ato por ANDRE ANTONIO SABINO;

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, analisado o credenciamento das empresas que estavam de acordo com o edital, sendo habilitadas para o certame. Após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontravam-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor dos lotes 8 e 9 a empresa ANDRE ANTONIO SABINO, sagrou-se vencedor dos lotes 4, 7 e 11 a empresa BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS LTDA, sagrou-se vencedor dos lotes 3 e 13 a empresa COR URBANA IND. E CONFECÇÕES, sagrou-se vencedor dos lotes 1 e 6 a empresa FISUL CONFECÇOES LTDA, sagrou-se vencedor do lote 2 a empresa PONTOCOM BRINDES LTDA, sagrou-se vencedor do lote 12 a empresa SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA, conforme valores constam abaixo. Após abertos os envelopes das documentações das empresas vencedoras, constatou-se que a empresa PONTOCOM BRINDES LTDA apresentou a documentação exigida no item 6.3.2 do edital vencida. No entanto, por tratar-se de uma Empresa de Pequeno Porte, conforme exposto no Art. 43 § 1º da Lei 123/2006, concede-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação da certidão válida. Constatou-se também que a empresa COR URBANA IND. E CONFECÇÕES não apresentou a declaração exigida no item 6.5.3 do edital de convocação, sendo inabilitada, passando os itens vencidos para a empresa classificada como segunda colocada. As demais empresas estavam de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado o certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 11/06/2021. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes.

Lote: 1

Fornecedor: FISUL CONFECÇOES LTDA

Nº Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
1	Camisa social masculino manga longa, tecido 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo/bolso. Cor e tamanho a definir. Camisa social masculino manga longa, tecido 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo/bolso. Cor e tamanho a definir.	UN	FISUL	148,00	63,5900	9.411,32

2	Camisa social masculino manga curta, tecido 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo/bolso. Cor e tamanho a definir. Camisa social masculino manga curta, tecido 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo/bolso. Cor e tamanho a definir.	UN	FISUL	173,00	61,0400	10.559,92
7	Camisete feminina manga longa, 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir. Camisete feminina manga longa, 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir.	UN	FISUL	246,00	61,0400	15.015,84
8	Camisete feminina manga curta, 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir. Camisete feminina manga curta, 56% de algodão e 44% de poliéster, gramatura 120g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir.	UN	FISUL	194,00	59,3500	11.513,90

Valor total do lote: 46.500,98

Lote: 2

Fornecedor: PONTOCOM BRINDES LTDA

N° Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
3	Camisa gola polo masculina manga longa, malha Piquet Inglês 53% de algodão e 47% de poliéster, gramatura 165g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir. Camisa gola polo masculina manga longa, malha Piquet Inglês 53% de algodão e 47% de poliéster, gramatura 165g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir.	UN	PONTO COM BRINDES	66,00	32,5200	2.146,32
4	Camisa gola polo masculina manga curta, malha Piquet Inglês 53% de algodão e 47% de poliéster, gramatura 165g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir. Camisa gola polo masculina manga curta, malha Piquet Inglês 53% de algodão e 47% de poliéster, gramatura 165g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir.	UN	PONTO COM BRINDES	180,00	28,5500	5.139,00
5	Camisa gola polo Baby Look feminina manga longa, malha Piquet Inglês 53% de algodão e 47% de poliéster, gramatura 165g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir. Camisa gola polo Baby Look feminina manga longa, malha Piquet Inglês 53% de algodão e 47% de poliéster, gramatura 165g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir.	UN	PONTO COM BRINDES	34,00	31,5300	1.072,02
6	Camisa gola polo Baby Look feminina manga curta, malha Piquet Inglês 53% de algodão e 47% de poliéster, gramatura 165g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir. Camisa gola polo Baby Look feminina manga curta, malha Piquet Inglês 53% de algodão e 47% de poliéster, gramatura 165g/m2. Inserção de bordado na frente, lado esquerdo. Cor e tamanho a definir.	UN	PONTO COM BRINDES	388,00	27,5600	10.693,28

Valor total do lote: 19.050,62

Lote: 3

Fornecedor: SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA

N° Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
9	Calça operacional, tecido Brim Pesado 100% de algodão gramatura 260g/m2. Cinto, dois bolsos na frente e um atrás, com serigrafia no lado esquerdo, na frente. Cor e tamanho a definir. Calça operacional, tecido Brim Pesado 100% de algodão gramatura 260g/m2. Cinto, dois bolsos na frente e um atrás, com serigrafia no lado esquerdo, na frente. Cor e tamanho a definir.	UN		80,00	41,6200	3.329,60

Valor total do lote: 3.329,60

Lote: 4

Fornecedor: BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS LTDA

N° Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
---------	-----------	----	-------	------------	-------------	-------------

10	Bonê, cor a definir, tingimento em cores firmes resistente ao uso e lavagens, em tecido 100% de algodão, com entretela, com regulador de tamanho, antiferrugem, com aplicação da logomarca bordada, a definir, bordado na parte frontal, medindo aproximadamente 6 cm de largura e 9 cm de altura, tamanho único, 5 gomos, com absorvedor de suor na parte interna. Bonê, cor a definir, tingimento em cores firmes resistente ao uso e lavagens, em tecido 100% de algodão, com entretela, com regulador de tamanho, antiferrugem, com aplicação da logomarca bordada, a definir, bordado na parte frontal, medindo aproximadamente 6 cm de largura e 9 cm de altura, tamanho único, 5 gomos, com absorvedor de suor na parte interna.	UN	FENIX TEXTIL	60,00	19,4200	1.165,20
11	Bonê, tipo Árabe com proteção no pescoço, de tecido 100% algodão, tratado para se tomar hidro-repelente ,que protege o couro cabeludo e o pescoço, preferencia cor azul ,verde ,tons mais escuros que a proteção se faz mais eficaz, tamanho único, com velcro ou fecho de plástico ,para a sua regulagem. Bonê, tipo Árabe com proteção no pescoço, de tecido 100% algodão, tratado para se tomar hidro-repelente ,que protege o couro cabeludo e o pescoço, preferencia cor azul ,verde ,tons mais escuros que a proteção se faz mais eficaz, tamanho único, com velcro ou fecho de plástico ,para a sua regulagem.	UN	FENIX TEXTIL	40,00	22,1000	884,00

Valor total do lote: 2.049,20

Lote: 6

Fornecedor: FISUL CONFECÇÕES LTDA

Nº Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
12	Macacão operacional manga longa, tecido Brim Pesado (100% algodão) gramatura 260 g/m². Elástico e cordão com dois bolsos na frente e um atrás, e na parte de cima um bolso, na Cor azul royal, fechamento em botões. Inserção de serigrafia no bolso de cima lado esquerdo, Brasão do Município e nas costas escrito em linha reta "Prefeitura de Tangará" na cor branca. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG. Macacão operacional manga longa, tecido Brim Pesado (100% algodão) gramatura 260 g/m². Elástico e cordão com dois bolsos na frente e um atrás, e na parte de cima um bolso, na Cor azul royal, fechamento em botões. Inserção de serigrafia no bolso de cima lado esquerdo, Brasão do Município e nas costas escrito em linha reta "Prefeitura de Tangará" na cor branca. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.	UN	FISUL	12,00	82,1100	985,32
13	Macacão operacional manga curta, tecido Brim Pesado (100% algodão) gramatura 260 g/m². Elástico e cordão com dois bolsos na frente e um atrás, e na parte de cima um bolso, na Cor azul royal, fechamento em botões. Inserção de serigrafia no bolso de cima lado esquerdo, Brasão do Município e nas costas escrito em linha reta "Prefeitura de Tangará" na cor branca. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG. Macacão operacional manga curta, tecido Brim Pesado (100% algodão) gramatura 260 g/m². Elástico e cordão com dois bolsos na frente e um atrás, e na parte de cima um bolso, na Cor azul royal, fechamento em botões. Inserção de serigrafia no bolso de cima lado esquerdo, Brasão do Município e nas costas escrito em linha reta "Prefeitura de Tangará" na cor branca. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.	UN	FISUL	12,00	80,3900	964,68

Valor total do lote: 1.950,00

Lote: 7

Fornecedor: BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS LTDA

Nº Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
14	Suéter feminino básico manga longa com ribana em tricot e modelagem slim. Composição 50% algodão + 50% acrílico, meia malha 2 cabos 2/30 nm. Confecção em tricô de algodão e acrílico, punhos ajustados e decote v em ribana. Cor a definir. Inserção de bordado na frente lado esquerdo, arte a definir. Suéter feminino básico manga longa com ribana em tricot e modelagem slim. Composição 50% algodão + 50% acrílico, meia malha 2 cabos 2/30 nm. Confecção em tricô de algodão e acrílico, punhos ajustados e decote v em ribana. Cor a definir. Inserção de bordado na frente lado esquerdo, arte a definir.	UN	FENIX TEXTIL	50,00	83,7000	4.185,00
15	Suéter masculino básico manga longa com ribana em tricot e modelagem reta. Composição 50% algodão + 50% acrílico, meia malha 2 cabos 2/30 nm. Confecção em tricô de algodão e acrílico, punhos ajustados e decote v em ribana. Cor a definir. Inserção de bordado na frente lado	UN	FENIX TEXTIL	10,00	86,5100	865,10

esquerdo, arte a definir.

Suéter masculino básico manga longa com ribana em tricô e modelagem reta. Composição 50% algodão + 50% acrílico, meia malha 2 cabos 2/30 nm. Confeção em tricô de algodão e acrílico, punhos ajustados e decote v em ribana. Cor a definir. Inserção de bordado na frente lado esquerdo, arte a definir.

Valor total do lote: 5.050,10

Lote: 8

Fornecedor: ANDRE ANTONIO SABINO

N° Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
19	Guarda pó masculino manga longa tecido Gabardine (100% poliéster) Gramatura 173 g/m², cor branco, com três bolsos na frente e abertura na parte de trás, fechamento com botões transparentes. Inserção de bordado no bolso em cima do lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG. Guarda pó masculino manga longa tecido Gabardine (100% poliéster) Gramatura 173 g/m², cor branco, com três bolsos na frente e abertura na parte de trás, fechamento com botões transparentes. Inserção de bordado no bolso em cima do lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.	UN	PRÓPRIA	32,00	44,0600	1.409,92
20	Guarda pó feminino acinturado manga longa tecido Gabardine (100% poliéster) Gramatura 173 g/m², cor branco, com três bolsos na frente, abertura e faixa na parte de trás, fechamento com botões UNtransparentes. Inserção de bordado no bolso em cima do lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG. Guarda pó feminino acinturado manga longa tecido Gabardine (100% poliéster) Gramatura 173 g/m², cor branco, com três bolsos na frente, abertura e faixa na parte de trás, fechamento com botões UNtransparentes. Inserção de bordado no bolso em cima do lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.	UN	PRÓPRIA	170,00	44,0600	7.490,20

Valor total do lote: 8.900,12

Lote: 9

Fornecedor: ANDRE ANTONIO SABINO

N° Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
21	Colete feminino acinturado sem mangas tecido Tactel (100% poliéster) Gramatura 110 g/m², cor a definir, com bolsos modelo canguru na frente, abertura e faixa na parte de trás, fechamento com zíper até final da gola. Inserção de bordado na frente lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG. Colete feminino acinturado sem mangas tecido Tactel (100% poliéster) Gramatura 110 g/m², cor a definir, com bolsos modelo canguru na frente, abertura e faixa na parte de trás, fechamento com zíper até final da gola. Inserção de bordado na frente lado esquerdo, Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função e Nome" do Colaborador. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.	UN	PRÓPRIA	176,00	33,5200	5.899,52

Valor total do lote: 5.899,52

Lote: 11

Fornecedor: BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS LTDA

N° Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
16	Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de bordado na frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde + Função". Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG. Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de bordado na frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde + Função". Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.	UN	FENIX TEXTIL	199,00	12,6100	2.509,39
22	Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de serigrafia em policromia frente e costas e mangas. Arte a ser	UN	FENIX TEXTIL	2.000,00	12,6500	25.300,00

definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA)
Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.

Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de serigrafia em policromia frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.

24	Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção Sublimação frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.	UN	FENIX TEXTIL	1.800,00	13,0300	23.454,00
----	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	--------------	----------	---------	-----------

Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção Sublimação frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.

25	Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de serigrafia em policromia frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos Infantil: 02,04,06,08,10,12,14,16.	UN	FENIX TEXTIL	1.100,00	12,2800	13.508,00
----	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	--------------	----------	---------	-----------

Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de serigrafia em policromia frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos Infantil: 02,04,06,08,10,12,14,16.

26	Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de Sublimação frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos Infantil: 02,04,06,08,10,12,14,16.	UN	FENIX TEXTIL	1.000,00	12,7300	12.730,00
----	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----	--------------	----------	---------	-----------

Camiseta manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de Sublimação frente e costas e mangas. Arte a ser definida pela Secretaria de Saúde. (CAMPANHA) Tamanhos Infantil: 02,04,06,08,10,12,14,16.

Valor total do lote: 77.501,39

Lote: 12

Fornecedor: SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA

N° Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
17	Baby look manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de bordado na frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde + Função". Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.	UN		182,00	17,2900	3.146,78
	Baby look manga curta malha PV (67% poliéster 33% viscose) Gramatura 160 g/m², cor a Definir, com gola modelo "V". Inserção de bordado na frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde + Função". Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.					
18	Camisa pólo/Baby look malha Piquet Inglês (53% algodão 47% poliéster) Gramatura 165 g/m², cor a definir, com bolso e filetes nas mangas. Inserção de bordado no bolso/ frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função" do Colaborador. (Masculina e Feminina). Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.	UN		244,00	23,5800	5.753,52
	Camisa pólo/Baby look malha Piquet Inglês (53% algodão 47% poliéster) Gramatura 165 g/m², cor a definir, com bolso e filetes nas mangas. Inserção de bordado no bolso/ frente lado esquerdo Brasão da Prefeitura e Abaixo escrito "Secretaria de Saúde" e mais a "Função" do Colaborador. (Masculina e Feminina). Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.					

Valor total do lote: 8.900,30

Lote: 13

Fornecedor: SUPERA UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA

N° Item	Descrição	UN	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
23	Jaqueta Masculina e Feminina em Tecido Lito Active (100% poliéster) Gramatura 145g/m², com forro madelassê quadriculado, gramatura 8/0 g/m², cor a definir. Com filetes na frete / costas e mangas na cor branca, bolsos modelo faca nas laterais e um bolso interno, fechamento com zíper e lapela sobreposta em cima, com botão de pressão. Inserção de bordado do Município e escrita nas costas a ser definida na cor branca.	UN		651,00	89,0800	57.991,08

Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.

Jaqueta Masulina e Feminina em Tecido Lito Active (100% poliéster) Gramatura 145g/m², com forro madelassê quadrículado, gramatura 8/0 g/m², cor a definir. Com filetes na frete / costas e mangas na cor branca, bolsos modelo faca nas laterais e um bolso interno, fechamento com zíper e lapela sobreposta em cima, com botão de pressão. Inserção de bordado do Município e escrita nas costas a ser definida na cor branca. Tamanhos adultos; PP, P, M, G, GG, XG, XGG.

Valor total do lote: 57.991,08


Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Tangará, 11/06/2021

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 005.2021

Publicação Nº 3092543

Página: 1 / 2

 ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ CNPJ: 82.827.999/0001-01 Telefone: (49) 3532-1522 Endereço: Av. Irmãos Piccoli, 267 - Centro CEP: 89642-000 - Tangará	Tomada de preços 5/2021
	Número Processo: 76/2021 Data do Processo: 10/05/2021

OBJETO DO PROCESSO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EDIFICAÇÃO MODULAR OU CONTAINER ADAPTADO PARA LANCHONETE

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nº 1/2021

Reuniram-se no dia 11/06/2021, às 09:24 os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria/Decreto Nº 48/2021, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório Nº 76/2021 na modalidade de Tomada de preços. Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO

Participa deste certame a seguinte empresa:

1. ECCO PRAX SOLUCOES SUSTENTAVEIS LTDA, representada neste ato por RODRIGO ALAN DE OLIVEIRA. Iniciou-se a reunião com as vistas e rubricas nos envelopes "documentação" e "proposta" pela Comissão Permanente de Licitações seguindo-se para a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação da empresa, passando para vistas e rubricas dos presentes. Constatou-se que a empresa participante encontra-se HABILITADA para a segunda fase do prélio. A empresa ECCO PRAX SOLUCOES SUSTENTAVEIS LTDA declarou, através de seu representante, renunciar o direito a interposição de recursos referentes à fase de habilitação e a fase de abertura das propostas do referido processo licitatório, passando assim para a segunda fase do prélio, abertura das propostas, sendo os conteúdos vistos e analisados. Após análise, à vista das exigências constantes no edital, as propostas obedeceram às exigências do edital, dando prosseguimento. A Comissão constatou a apresentação da proposta no seguinte valor: ECCO PRAX SOLUCOES SUSTENTAVEIS LTDA com o valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Dando continuidade, sendo o critério para julgamento e classificação o de menor preço global, a Comissão de Licitações declara a empresa ECCO PRAX SOLUCOES SUSTENTAVEIS LTDA vencedora, com o valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 11/06/2021. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes.

Participante: ECCO PRAX SOLUCOES SUSTENTAVEIS LTDA

Item	Especificação	Qtd.	Unidade	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Edificação modular com platibanda ou container adaptado para utilização como lanchonete. Dimensões de 6,00 x 2,44m e altura mínima de 2,44m. Com divisórias internas, sendo dois banheiros (ambos com janela 30x30cm), onde um deve ser adaptado pra PCD, inclusive com as barras de apoio instaladas. As paredes externas devem estar pintadas na cor preta e na parte interna, na cor branca, sobre revestimento de drywall impermeabilizado. As instalações elétricas e hidráulicas internas devem estar prontas para o uso, inclusive torneiras, lavatório, vaso sanitário, quadro de distribuição de energia, lâmpadas, tomadas e interruptores conforme croqui anexo (exclusive a ligação das redes elétricas e hidrossanitárias). Deve haver uma janela de 1,00 x 2,00m com abertura para cima, para atendimento de clientes e uma porta de 80cm de largura no acesso da área principal. O revestimento do piso deve ser cerâmico PEI IV ou PEI V em todos os ambientes. O transporte e o descarregamento do container/edificação modular na praça Darcy Casagrande devem estar inclusos. - Edificação modular com platibanda ou container	1,000	UND		50.000,00	50.000,00

Página: 2 / 2

adaptado para utilização como lanchonete. Dimensões de 6,00 x 2,44m e altura mínima de 2,44m. Com divisórias internas, sendo dois banheiros (ambos com janela 30x30cm), onde um deve ser adaptado pra PCD, inclusive com as barras de apoio instaladas. As paredes externas devem estar pintadas na cor preta e na parte interna, na cor branca, sobre revestimento de drywall impermeabilizado. As instalações elétricas e hidráulicas internas devem estar prontas para o uso, inclusive torneiras, lavatório, vaso sanitário, quadro de distribuição de energia, lâmpadas, tomadas e interruptores conforme croqui anexo (exclusive a ligação das redes elétricas e hidrossanitárias). Deve haver uma janela de 1,00 x 2,00m com abertura para cima, para atendimento de clientes e uma porta de 80cm de largura no acesso da área principal. O revestimento do piso deve ser cerâmico PEI IV ou PEI V em todos os ambientes. O transporte e o descarregamento do container/edificação modular na praça Darcy Casagrande devem estar inclusos.

Total do Participante: 50.000,00

Total Geral: 50.000,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Tangará, 11/06/2021

CRISTIANE PICCININ

PRESIDENTE

DAIANE NEIS ALVES DOS SANTOS

MEMBRO

LARISSA VENDRUSCOLO

MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ECCO PRAX SOLUCOES SUSTENTAVEIS LTDA

RODRIGO ALAN DE OLIVEIRA

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 218/2021

Publicação Nº 3093762

PORTARIA Nº. 218/2021, DE 11 DE JUNHO DE 2021.
EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA MUNICIPAL OCUPANTE DO CARGO TEMPORÁRIO DE PSICÓLOGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonera A PEDIDO da Servidora Pública Municipal, a Sra. LETÍCIA MARIA BOTH, portadora do CPF nº. 098.558.149-24, do cargo temporário de PSICÓLOGA, cadastrada sob na matrícula nº. 730/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 11 de Junho de 2021, conforme requerimento da mesma e seu deferimento pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 11 DE JUNHO DE 2021.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em onze de junho de dois mil e vinte um.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração
e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/PMT/2021 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 054/PMT/2021

Publicação Nº 3092472

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE SUSPENSÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/PMT/2021
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 054/PMT/2021

A Prefeitura Municipal de Tijucas, por meio de sua Pregoeira, comunica a SUSPENSÃO do Processo Licitatório nº 087/PMT/21 – Pregão Presencial Registro de Preço nº 054/PMT/2021, para readequação do referido edital.

AVISO EXTRATO DE ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO APÓS PRAZO DE RECURSO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/PMT/2021 DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 045/PMT/2021

Publicação Nº 3092606

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/PMT/2021
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 045/PMT/2021

EXTRATO ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO APÓS PRAZO DE RECURSO

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às nove horas, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Tijucas - SC, reuniram-se a Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria nº 180/2021, para julgar a Documentação após prazo de recurso do Processo Licitatório nº 076/PMT/2021 – Pregão Presencial Registro de Preço nº 045/PMT/2021, Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Mão de Obra visando a Pavimentação em Lajotas Sextavadas, Colocação de Meio Fio e boca de lobo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas - SC. Ficou aberto aos interessados presentes entre outros quanto ao prazo do disposto no inciso. XVIII, art. 4º. Lei 10.520/2002, no qual ninguém apresentou tempestivamente até a data prevista, conforme determinações e especificações previstas no edital em epígrafe, passou-se para fase de homologação. Nada mais havendo a declarar, a Pregoeira e Equipe de Apoio encerra a sessão. Publique-se para os fins e efeitos legais. Tijucas, 11 de junho de 2021.

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 112/2021 EXONERA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Publicação Nº 3091123

DECRETO Nº. 112, DE 09 DE JUNHO DE 2021
EXONERA SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Nº 01/2011 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, VILMA PELIZZARI GHELERE, matrícula nº 3161, do cargo de Secretária de Assistência Social e Habitação, Quadro de Pessoal do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 09 de junho de 2021.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

CELSO DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

Timbó**PREFEITURA****ATO CONVOCATÓRIO 030- 2021 - CHAMADA PÚBLICA - SEMED - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Publicação Nº 3092801

ATO CONVOCATÓRIO N. 030 DO EDITAL CHAMADA PÚBLICA SUPLEMENTAR SEMED Nº 002/2020 VINCULADO AO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO N.º 004/2019
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS

A COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PESSOAL DA SEMED, designada pela Portaria nº 26 de 20 de janeiro de 2021, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, CONVOCA os candidatos interessados, nas vagas constantes da tabela do ANEXO I desta convocação, para comparecerem nos respectivos dias e horários constantes da referida tabela, na sede da Secretaria Municipal de Educação de Timbó, situado no centro de Timbó, Rua Rolando Muller, nº 316.

Os candidatos precisam estar cientes e de acordo com o que dispõe o Edital de Chamada Pública SEMED n. 02/2020.

Os candidatos devem comparecer na data e horário determinados, munidos dos documentos abaixo:

- Ficha de Inscrição devidamente preenchida (Modelo Constante no Anexo II deste Instrumento);
- Cópia do(s) documento (s) comprobatório (s) do Grau de Escolaridade exigido para o cargo;
- Cópia do(s) documento(s) comprobatório(s) dos Títulos (Graduação/PósGraduação/Mestrado/Doutorado), se houver
- Cópia do(s) documento (s) comprobatório (s) de experiência na área de atuação – certidões e/ou carteira de trabalho.
- Cópia do RG ou CNH

O processo de classificação dos candidatos iniciará, impreterivelmente, no horário indicado no ato convocatório, com os candidatos que apresentarem a documentação solicitada.

Não será permitido o preenchimento do formulário constante do ANEXO II no local. Não haverá disponibilidade para realização de fotocópia de documentos no local.

SERÁ LIMINARMENTE DESCLASSIFICADO O CANDIDATO QUE NÃO COMPARECER MUNIDO DA DOCUMENTAÇÃO SOLICITADA OU COMPARECER APÓS HORÁRIO FIXADO NO ATO CONVOCATÓRIO.

OS CANDIDATOS DEVERÃO ESTAR CIENTES DE QUE AS ATIVIDADES DEVERÃO SER REALIZADAS NA MODALIDADE PRESENCIAL

Timbó, 11 de junho de 2021.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PESSOAL DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ANEXO I
QUADRO DE CARGO/VAGAS, DATA E HORÁRIO PARA COMPARECIMENTO

Cargo	Numero de vagas	CARGA HORÁRIA	Prazo de duração do contrato**	DATA E HORÁRIO PARA COMPARECIMENTO NA SEMED
Professor - Língua Portuguesa - Para Ensino Fundamental (Habilitado)	De acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação	De acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação	30 dias	18/06/2021 das 08:30 às 12:00 e 14:00 às 17:00 horas
Professor - Língua Portuguesa - Para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	De acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação	De acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação	30 dias	18/06/2021 das 08:30 às 12:00 e 14:00 às 17:00 horas

*O descritivo de função do cargo, e requisitos para exercício das respectivas atribuições estão estabelecidos no Anexo III deste ato convocatório.

**Prazo inicial poderá ser prorrogado, limitado ao ano letivo em que se der a chamada, nos termos do art. 11 da Lei nº 3.012/2018.

Timbó, 11 de junho de 2021.

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PESSOAL DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome Completo: _____
 RG: _____ data de expedição: _____ órgão expedidor: _____
 CPF: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____ Cidade: _____ CEP.: _____
 Telefone: _____ Celular: _____
 E-mail: _____
 Whatsapp: _____
 Cargo Pleiteado: _____

Data: ____/____/20__

ASSINATURA DO CANDIDATO

Para preenchimento exclusivo da Administração Pública:

Assinalar os documentos apresentados no ato da inscrição:

- ☐ Documento de identificação;
☐ CPF;
☐ Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
☐ comprovação do tempo de serviço (não obrigatório, exclusivo para pontuação);
☐ Títulos de especialização na área (não obrigatório, exclusivo para pontuação):
☐ especialização;
☐ mestrado;
☐ doutorado.

ANEXO III

Cargo	Requisitos Mínimos	Descrevo Sintético das funções / atribuições	Vencimentos •
Professor - Língua Portuguesa - Para Ensino Fundamental (Habilitado)	Diploma de conclusão do Ensino Superior com licenciatura plena em Letras.	Orientar a aprendizagem do aluno, participar no processo de planejamento das atividades da escola, organizar as operações inerentes ao processo de ensino aprendizagem, contribuir para aprimoramento da qualidade do ensino, e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.	R\$ 17,24/h
Professor - Língua Portuguesa - Para Ensino Fundamental (Não Habilitado)	Atestado comprovando cursar no mínimo a 5ª fase do curso de nível superior em licenciatura plena em Letras.	Orientar a aprendizagem do aluno, participar no processo de planejamento das atividades da escola, organizar as operações inerentes ao processo de ensino aprendizagem, contribuir para aprimoramento da qualidade do ensino, e demais serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.	R\$ 13,31/h

AVISO DE CONCORRÊNCIA N.º 05 2020 FUMTUR

Publicação N° 3093869

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 655923FF0E387DE3613FED1DC7FABDA4765503A6

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE CONCORRÊNCIA N° 05/2021 FUMTUR

OBJETO: concorrência pública para a concessão administrativa onerosa de uso de bem público para fins de exploração econômica no ramo alimentício, bem como os serviços correlatos de suporte, tal como venda de produtos da região do Vale Europeu, em conformidade com as especificações e demais anexos integrantes do Edital (Cafeteria Essen & Garten). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços até às 09h00min do dia 15 de julho de 2021. ABERTURA: dia 15 de julho de 2021 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3380-7000, ramal 7035.

Timbó (SC), 11/06/2021
 CAROLINE LAÍS REINICKE
 Assessora Técnica Institucional de Turismo

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CRF

Publicação Nº 3093784

CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CRF

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 83.102.764/0001-15, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, representado por sua Secretária de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, Sra. **BRUNA DE ANDRADE** (conforme atribuições estabelecidas no art. 12 da Lei Complementar nº. 196/2000 e Decreto nº. 4309/2016), doravante denominado **MUNICÍPIO**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº. 13.465, de 2017, Decreto nº. 9.310, de 15 de março de 2018, Decreto Municipal nº. 4.909, de 24 de agosto de 2018 e Decreto Municipal nº. 5.798, de 25 de novembro de 2020, considerando que de acordo com o art. 16, §2º do Decreto nº 9.310/2018, a legitimação fundiária constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade, conferido por ato do poder público, por meio do qual o ocupante adquire a unidade imobiliária com destinação urbana livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, vem por meio desta, **CERTIFICAR A APROVAÇÃO DA REURB COLETIVA DE INTERESSE ESPECÍFICO** no núcleo urbano informal denominado Loteamento **"STREY"**, situado no lado par da Rua Tiroleses, distando pelo lado esquerdo do imóvel (ponto PP), em 204,50 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Palmas, nesta cidade de Timbó e Comarca, contendo a área de **20.574,76m²** (vinte mil, quinhentos e setenta e quatro metros e setenta e seis decímetros quadrados), de acordo com o projeto de Regularização Fundiária aprovado em 12/04/2021, implementado sobre o imóvel objeto da matrícula nº 20.486, livro 2, registrada no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, de titularidade de **ARNOLDO STREY JUNIOR (+)**, CPF nº 311.517.449-72, neste ato representado pelo seu procurador/inventariante Sr. **FLAVIO LUIZ STREY**, CPF nº 803.035.109-78, o qual possui ciência, bem como os confrontantes, os quais manifestaram anuência ao procedimento, sendo que, em razão disso, concordaram tacitamente, conforme art. 31, §1º, da Lei 13.465/2017 e art. 10, do Decreto 4.909/2018, cujas unidades e seus ocupantes se encontram abaixo identificados:

LOTE 01

Número do Lote: 01

Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Ponta Grossa, esquina formada com o lado par da rua Tiroleses.

Destinação: Urbano

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:Nome Completo: **FERNANDO LUIZ DELABENETA**

CPF: 559.899.509-34

CI: 1.672.738

Profissão: Auxiliar de Produção

Data de Nascimento: 23/08/1961

Filiação: Luiz Delabeneta e Alvira Vitorino Delabeneta

Estado Civil: Viúvo

Endereço Completo dos ocupantes: Rua Tiroleses, nº 2394, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.

Inscrição imobiliária: **01.13.002.0756****LOTE 02**

Número do Lote: 02

Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Tiroleses, distante pelo lado direito, em 14,84 metros da esquina formada com o lado par da rua Ponta Grossa.

1 - CRF LOTEAMENTO STREY

Destinação: Urbano

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:

Nome Completo: **REALDINA VICENZI**

CPF: 381.177.709-20

CI: 1.249.129

Profissão: Balconista

Data de Nascimento: 26/01/1958

Filiação: Aquilino Vicenzi e Helena Vicenzi

Estado Civil: Separada Judicialmente

Endereço Completo do ocupante: Rua Tiroleses, n° 2.376, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.

Inscrição imobiliária: **01.13.002.0720**

LOTE 03

Número do Lote: 03

Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Ponta Grossa, distante pelo lado esquerdo, em 24,58 metros da esquina formada com o lado par da rua Tiroleses.

Destinação: Urbano

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:

Nome Completo: **VILONS RIBEIRO**

CPF: 421.610.619-68

CI: 2.481.689

Profissão: Pedreiro Autônomo

Data de Nascimento: 20/07/1971

Filiação: Valmor Ribeiro e Waltraut Schlup

Estado Civil: Solteiro

Endereço Completo do ocupante: Rua Ponta Grossa, n° 30, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.

Inscrição imobiliária: **01.13.002.0771**

LOTE 04

Número do Lote: 04

Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Ponta Grossa, distante pelo lado direito, em 14,89 metros da esquina formada com o lado par da rua Morretes.

Destinação: Urbano

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:

Nome Completo: **JOÃO AMARILDO DA SILVA**

CPF: 444.992.489-49

CI: 1.487.320

Profissão: Pedreiro

Data de Nascimento: 24/06/1962

Filiação: Gonçalo Caetano da Silva e Francisca da Silva

Estado Civil: Casado

Regime de bens adotado no Casamento: Comunhão Parcial de Bens

Data do Registro do Casamento: 09/09/1983

Nome Completo do Cônjuge: ODETE DA SILVA

CPF: 806.914.129-87

CI: 4.054.883

Profissão: Costureira

2 - CRF LOTEAMENTO STREY

Data de Nascimento: 08/06/1963
Filiação: Ozires da Silva e Vitoria da Silva
Estado Civil: Casada
Endereço Completo do ocupante: Rua Ponta Grossa, n° 48, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.
Inscrição imobiliária: **01.13.002.0786**

LOTE 05

Número do Lote: 05
Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Morretes, esquina formada com o lado par da rua Ponta Grossa.
Destinação: Urbano
Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:

Nome Completo: **MARCOS JOSÉ DALLABONA**

CPF: 003.535.859-98

CI: 2.965.064-0

Profissão: Empresário

Data de Nascimento: 11/09/1979

Filiação: José Dallabona e Elília Dallabona

Estado Civil: Casado

Regime de bens adotado no Casamento: Comunhão Parcial de Bens

Data do Registro do Casamento: 02/06/2010

Nome Completo do Cônjuge: FABIANA BERTOLDI DALLABONA

CPF: 053.823.699-09

CI: 4.682.490

Profissão: Bancária

Data de Nascimento: 15/06/1986

Filiação: Lauriano Bertoldi e Maria Lúcia Venturi Bertoldi

Estado Civil: Casada

Endereço Completo do ocupante: Rua Expedicionário Pedro João Silva, n° 477, Bairro das Capitais, Timbó/SC.

Inscrição imobiliária: **01.13.002.0829**

LOTE 06

Número do Lote: 06
Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Morretes, distante pelo lado esquerdo, em 29,87 metros da esquina formada com o lado par da rua Ponta Grossa.
Destinação: Urbano
Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:

Nome Completo: **HERCILIA MARIA BRANDT**

CPF: 806.930.409-04

CI: 1.728.363-9

Profissão: Aposentada

Data de Nascimento: 23/07/1940

Filiação: Manoel Vicente e Angelina Vicente

Estado Civil: Casada

Regime de bens adotado no Casamento: Comunhão de Bens

Data do Registro do Casamento: 24/03/1962

Nome Completo do Cônjuge: ALFRED WILHELM LUIZ BRANDT

3 - CRF LOTEAMENTO STREY

CPF: 443.643.779-53
CI: 1.248.408
Profissão: Aposentado
Data de Nascimento: 13/03/1939
Filiação: Otto Brandt e Mathilde Brandt
Estado Civil: Casado
Endereço Completo do ocupante: rua Morretes, s/n, lote 06 do Loteamento Strey, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.
Inscrição imobiliária: **01.13.002.0844**

LOTE 07

Número do Lote: 07
Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Morretes, distante pelo lado esquerdo, em 44,87 metros da esquina formada com o lado par da rua Ponta Grossa.
Destinação: Urbano
Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária
Ocupantes:
Nome Completo: **LILIAN VANESSA KRIECK**
CPF: 004.727.489-12
CI: 3.946.529
Profissão: Auxiliar Administrativo
Data de Nascimento: 09/06/1981
Filiação: Ciro Kriek e Lori Marli Kriek
Estado Civil: Solteira
Endereço Completo do ocupante: Rua Morretes, s/n, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.
Inscrição imobiliária: **01.13.002.0859**

LOTE 08

Número do Lote: 08
Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Morretes, distante pelo lado esquerdo, em 59,87 metros da esquina formada com o lado par da rua Ponta Grossa.
Destinação: Urbano
Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária
Ocupantes:
Nome Completo: **LORI MARLI BELL**
CPF: 003.565.749-97
CI: 984.618
Profissão: Aposentada
Data de Nascimento: 19/03/1950
Filiação: Rudolfo Bell e Elfrida Bell
Estado Civil: Separada Judicialmente
Endereço Completo do ocupante: Rua Morretes, s/n, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.
Inscrição imobiliária: **01.13.002.0874**

LOTE 09

Número do Lote: 09
Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Morretes, distante pelo lado esquerdo, em 74,87 metros da esquina formada com o lado par da rua Ponta Grossa.
Destinação: Urbano
Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

4 - CRF LOTEAMENTO STREY

Ocupantes:Nome Completo: **LAERCIO SILVIO TISO**

CPF: 725.660.789-04

CI: 2.618.325-0

Profissão: Auxiliar de Encanador

Data de Nascimento: 01/01/1970

Filiação: Mario Tiso e Silvia Tiso

Estado Civil: Casado

Regime de bens adotado no Casamento: Comunhão Universal de Bens

Data do Registro do Casamento: 23/06/1995

Nome Completo do Cônjuge: ISOLETE DALLABONA TISO

CPF: 725.664.349-72

CI: 2.489.606-3

Profissão: Costureira

Data de Nascimento: 30/04/1972

Filiação: Calisto Dallabona e Maria Dallabona

Estado Civil: Casada

Endereço Completo do ocupante: Rua Morretes, s/n, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.

Inscrição imobiliária: **01.13.002.0888****LOTE 10**

Número do Lote: 10

Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Morretes, distante pelo lado esquerdo, em 89,69 metros da esquina formada com o lado par da rua Ponta Grossa.

Destinação: Urbano

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:Nome Completo: **LAERCIO SILVIO TISO**

CPF: 725.660.789-04

CI: 2.618.325-0

Profissão: Auxiliar de Encanador

Data de Nascimento: 01/01/1970

Filiação: Mario Tiso e Silvia Tiso

Estado Civil: Casado

Regime de bens adotado no Casamento: Comunhão Universal de Bens

Data do Registro do Casamento: 23/06/1995

Nome Completo do Cônjuge: ISOLETE DALLABONA TISO

CPF: 725.664.349-72

CI: 2.489.606-3

Profissão: Costureira

Data de Nascimento: 30/04/1972

Filiação: Calisto Dallabona e Maria Dallabona

Estado Civil: Casada

Endereço Completo do ocupante: Rua Morretes, s/n, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.

Inscrição imobiliária: **01.13.002.0914****LOTE 11**

Número do Lote: 11

Localização: Terreno urbano, situado no lado ímpar da rua Morretes, esquina formada com o lado par da rua Ponta Grossa.

5 - CRF LOTEAMENTO STREY

Destinação: Urbano

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:

Nome Completo: **ADRIANA KLEINSCHMIDT**

CPF: 034.803.039-86

CI: 5.921.664

Profissão: Balconista

Data de Nascimento: 28/10/1981

Filiação: Norberto Kleinschmidt e Edelgart Kleinschmidt

Estado Civil: Divorciada

Endereço Completo do ocupante: rua Egito, n° 298, Bairro das Nações, Timbó/SC.

Inscrição imobiliária: **01.13.004.0098**

LOTE 12

Número do Lote: 12

Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Ponta Grossa, distante pelo lado esquerdo, em 14,19 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Morretes.

Destinação: Urbano

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:

Nome Completo: **AQUILINO TOMASELLI**

CPF: 248.429.589-87

CI: 1.292.351

Profissão: Aposentado

Data de Nascimento: 21/05/1956

Filiação: Hilario Tomaselli e Veronica Tomaselli

Estado Civil: Casado

Regime de bens adotado no Casamento: Comunhão Universal de Bens

Data do Registro do Casamento: 19/07/2008

Nome Completo do Cônjuge: RELINDES LENZ TOMASELLI

CPF: 632.870.219-15

CI: 796.705

Profissão: Aposentada

Data de Nascimento: 29/09/1960

Filiação: Curt Lenz e Renilda Lenz

Estado Civil: Casada

Endereço Completo do ocupante: Rua Ponta Grossa, n° 102, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.

Inscrição imobiliária: **01.13.004.0056**

LOTE 13

Número do Lote: 13

Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Ponta Grossa, distante pelo lado esquerdo, em 29,20 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Morretes.

Destinação: Urbano

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:

Nome Completo: **LUCIA LOPPNOW**

CPF: 293.251.029-00

CI: 984.357

Profissão: Aposentada

6 - CRF LOTEAMENTO STREY

Data de Nascimento: 18/08/1950
Filiação: Erich Loppnow e Elvira Loppnow
Estado Civil: Solteira
Endereço Completo do ocupante: rua Ponta Grossa, n° 118, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.
Inscrição imobiliária: **01.13.004.0041**

LOTE 14

Número do Lote: 14
Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Ponta Grossa, distante pelo lado esquerdo, em 55,20 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Morretes.
Destinação: Urbano
Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:

Nome Completo: **LADEHOFF INCORPORADORA LTDA**
CNPJ: 14.629.849/0001-33
Sede: rua Pomeranos, n° 2507-A, Bairro Pomeranos, Timbó/SC.
Inscrição imobiliária: **01.13.004.0015**

LOTE 15

Número do Lote: 15
Localização: Terreno urbano, situado no lado ímpar da rua Rio Negro, distante pelo lado direito, em 44,40 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Morretes.
Destinação: Urbano
Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:

Nome Completo: **ALEXANDRE MAURICIO HABECK**
CPF: 890.052.109-82
CI: 228.552-5
Profissão: Empresário
Data de Nascimento: 07/12/1970
Filiação: Nelso Habeck e Teresinha Habeck
Estado Civil: Solteiro e vive em união estável
Nome Completo do Cônjuge: **PATRÍCIA CONTI**
CPF: 004.249.179-71
CI: 2.965.067
Profissão: Empresária
Data de Nascimento: 19/08/1979
Filiação: Paulo Conti e Anita Conti
Estado Civil: Solteira e vive em união estável
Endereço Completo do ocupante: Terceira Avenida, n° 555, apto 04, Edifício Marlu, Bairro Centro, Balneário Camboriú/SC.
Inscrição imobiliária: **01.13.004.0198**

LOTE 16

Número do Lote: 16
Localização: Terreno urbano, situado no lado ímpar da rua Rio Negro, distante pelo lado direito, em 29,40 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Morretes.
Destinação: Urbano
Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:

7 - CRF LOTEAMENTO STREY

Nome Completo: **ANA MARIA ADONA HIRT**

CPF: 605.370.359-15

CI: 1.692.552

Profissão: Aposentada

Data de Nascimento: 15/09/1954

Filiação: Alcides Adona e Augusta Barbosa Adona

Estado Civil: Viúva

Endereço Completo do ocupante: Rua Rio Negro, s/n, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.

Inscrição imobiliária: **01.13.004.0172**

LOTE 17

Número do Lote: 17

Localização: Terreno urbano, situado no lado ímpar da rua Morretes, distante pelo lado esquerdo, em 16,83 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Rio Negro.

Destinação: Urbano

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:

Nome Completo: **LODAIR ANTONIO SCHIOCHET**

CPF: 623.915.349-49

CI: 2.175.389

Profissão: Conferente de Carga

Data de Nascimento: 12/05/1966

Filiação: Alirio Schiochet e Clelia Schiochet

Estado Civil: Casado

Regime de bens adotado no Casamento: Comunhão Parcial de Bens

Data do Registro do Casamento: 30/11/2007

Nome Completo do Cônjuge: ROSIMERI APARECIDA DA ROCHA SCHIOCHET

CPF: 004.740.509-04

CI: 4.020.518

Profissão: Doméstica

Data de Nascimento: 12/11/1981

Filiação: Venceslau da Rocha Filho e Iracema da Rocha

Estado Civil: Casada

Endereço Completo do ocupante: Rua Morretes, s/n, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.

Inscrição imobiliária: **01.13.004.0113**

LOTE 18

Número do Lote: 18

Localização: Terreno urbano, situado no lado ímpar da rua Rio Negro, esquina formada com o lado ímpar da rua Morretes.

Destinação: Urbano

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:

Nome Completo: **LAERCIO SILVIO TISO**

CPF: 725.660.789-04

CI: 2.618.325-0

Profissão: Auxiliar de Encanador

Data de Nascimento: 01/01/1970

Filiação: Mario Tiso e Silvia Tiso

Estado Civil: Casado

Regime de bens adotado no Casamento: Comunhão Universal de Bens

8 - CRF LOTEAMENTO STREY

Data do Registro do Casamento: 23/06/1995
Nome Completo do Cônjuge: ISOLETE DALLABONA TISO
CPF: 725.664.349-72
CI: 2.489.606-3
Profissão: Costureira
Data de Nascimento: 30/04/1972
Filiação: Calisto Dallabona e Maria Dallabona
Estado Civil: Casada
Endereço Completo do ocupante: Rua Morretes, s/n, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.
Inscrição imobiliária: **01.13.004.0157**

LOTE 19

Número do Lote: 19
Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Rio Negro, esquina formada com o lado ímpar da rua Morretes.
Destinação: Urbano
Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:

Nome Completo: **LAERCIO SILVIO TISO**
CPF: 725.660.789-04
CI: 2.618.325-0
Profissão: Auxiliar de Encanador
Data de Nascimento: 01/01/1970
Filiação: Mario Tiso e Silvia Tiso
Estado Civil: Casado
Regime de bens adotado no Casamento: Comunhão Universal de Bens
Data do Registro do Casamento: 23/06/1995
Nome Completo do Cônjuge: ISOLETE DALLABONA TISO
CPF: 725.664.349-72
CI: 2.489.606-3
Profissão: Costureira
Data de Nascimento: 30/04/1972
Filiação: Calisto Dallabona e Maria Dallabona
Estado Civil: Casada
Endereço Completo do ocupante: Rua Morretes, s/n, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.
Inscrição imobiliária: **01.13.003.0074**

LOTE 20

Número do Lote: 20
Localização: Terreno urbano, situado no lado ímpar da rua Morretes, distante pelo lado direito, em 17,00 metros da esquina formada com o lado par da rua Rio Negro.
Destinação: Urbano
Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:

Nome Completo: **LAERCIO SILVIO TISO**
CPF: 725.660.789-04
CI: 2.618.325-0
Profissão: Auxiliar de Encanador
Data de Nascimento: 01/01/1970
Filiação: Mario Tiso e Silvia Tiso

9 - CRF LOTEAMENTO STREY

Estado Civil: Casado
Regime de bens adotado no Casamento: Comunhão Universal de Bens
Data do Registro do Casamento: 23/06/1995
Nome Completo do Cônjuge: ISOLETE DALLABONA TISO
CPF: 725.664.349-72
CI: 2.489.606-3
Profissão: Costureira
Data de Nascimento: 30/04/1972
Filiação: Calisto Dallabona e Maria Dallabona
Estado Civil: Casada
Endereço Completo do ocupante: Rua Morretes, s/n, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.
Inscrição imobiliária: **01.13.003.0030**

LOTE 21

Número do Lote: 21
Localização: Terreno urbano, situado no lado ímpar da rua Morretes, distante pelo lado direito, em 34,00 metros da esquina formada com o lado par da rua Rio Negro.
Destinação: Urbano
Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária
Ocupantes:
Nome Completo: **GERCINO DA SILVA**
CPF: 383.195.789-49
CI: 419.900
Profissão: Aposentado
Data de Nascimento: 08/11/1944
Filiação: João Francisco da Silva e Ana Ferreira
Estado Civil: Solteiro
Endereço Completo do ocupante: Rua Morretes, s/n, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.
Inscrição imobiliária: **01.13.003.0013**

LOTE 23

Número do Lote: 23
Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Rio Negro, distante pelo lado esquerdo, em 42,02 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Morretes.
Destinação: Urbano
Ocupantes:
Nome Completo: **ARNOLDO STREY JUNIOR (+)**
CPF: 311.517.449-72
CI: 1.247.761
Profissão: Aposentado
Data de Nascimento: 24/04/1947
Filiação: Arnaldo Strey e Maria Strey
Estado Civil: Separado Judicialmente
Endereço Completo do ocupante: era residente e domiciliado na Rua Tiroleses, s/n, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.
Inscrição imobiliária: **01.13.003.0101**

10 - CRF LOTEAMENTO STREY

LOTE 24

Número do Lote: 24

Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Rio Negro, distante pelo lado esquerdo, em 57,02 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Morretes.

Destinação: Urbano

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:

Nome Completo: **LOURDES CALDATTO**

CPF: 472.614.479-00

CI: 2.070.651

Profissão: Aposentada

Data de Nascimento: 30/01/1960

Filiação: Avelino Caldatto e Edilia Caldatto

Estado Civil: Divorciada

Endereço Completo do ocupante: Rua Rio Negro, s/n, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.

Inscrição imobiliária: **01.13.003.0116**

LOTE 25

Número do Lote: 25

Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Rio Negro, esquina formada com o lado ímpar da rua Pinhais.

Destinação: Urbano

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupantes:

Nome Completo: **DARCI HENSEL**

CPF: 428.343.250-49

CI: 1.033.866.201

Profissão: Borracheiro

Data de Nascimento: 21/03/1966

Filiação: Nicolau Erio Hensel e Sonia Hensel

Estado Civil: Casado

Regime de bens adotado no Casamento: Comunhão Universal de Bens

Data do Registro do Casamento: 27/12/1989

Nome Completo do Cônjuge: VANISE APARECIDA HENSEL

CPF: 948.582.170-00

CI: 7.505.326

Profissão: Costureira

Data de Nascimento: 21/08/1967

Filiação: Apolinário Borges Lima e Tereza de Moura Lima

Estado Civil: Casada

Endereço Completo do ocupante: Rua Rio Negro, s/n, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.

Inscrição imobiliária: **01.13.003.0161**

LOTE 26

Número do Lote: 26

Localização: Terreno urbano, situado no lado ímpar da rua Pinhais, distante pelo lado esquerdo, em 15,98 metros da esquina formada com o lado par da rua Rio Negro.

Destinação: Urbano

Ocupantes:

Nome Completo: **ARNOLDO STREY JUNIOR (+)**

11 - CRF LOTEAMENTO STREY

CPF: 311.517.449-72

CI: 1.247.761

Profissão: Aposentado

Data de Nascimento: 24/04/1947

Filiação: Arnaldo Strey e Maria Strey

Estado Civil: Separado Judicialmente

Endereço Completo do ocupante: era residente e domiciliado na Rua Tiroleses, s/n, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.

Inscrição imobiliária: **01.13.003.0177**

ÁREA REMANESCENTE

Número do Lote: Área Remanescente

Localização:

Destinação: Urbano

Ocupantes: Terreno urbano, situado no lado par da rua Tiroleses, distante pelo lado direito, em 54,95 metros da esquina formada com o lado par da rua Ponta Grossa.

Nome Completo: **ARNOLDO STREY JUNIOR (+)**

CPF: 311.517.449-72

CI: 1.247.761

Profissão: Aposentado

Data de Nascimento: 24/04/1947

Filiação: Arnaldo Strey e Maria Strey

Estado Civil: Separado Judicialmente

Endereço Completo do ocupante: era residente e domiciliado na Rua Tiroleses, s/n, Bairro Tiroleses, Timbó/SC.

Inscrição imobiliária: **01.13.002.0680**

ÁREA VERDE

Número do Lote: 22 - Área Verde

Localização: Terreno urbano, situado no lado par da rua Rio Negro, distante pelo lado esquerdo, em 30,02 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Morretes.

Destinação: Área Verde

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupante

Nome Completo: **MUNICÍPIO DE TIMBÓ**

CNPJ: 83.102.764/0001-15

Endereço Completo dos ocupantes: Avenida Getúlio Vargas, 700, Bairro Centro, Timbó/SC.

Inscrição imobiliária: **01.13.003.0086**

RUA PONTA GROSSA

Localização: situado no lado par da rua Tiroleses, distante pelo lado esquerdo, em 279,04 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Palmas.

Destinação: Logradouro público

Legislação: Lei nº 2.745 de 24 de novembro de 2014

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupante

Nome Completo: **MUNICÍPIO DE TIMBÓ**

CNPJ: 83.102.764/0001-15

Endereço Completo dos ocupantes: Avenida Getúlio Vargas, 700, Bairro Centro, Timbó/SC.

12 - CRF LOTEAMENTO STREY

RUA MORRETES

Localização: situado no lado par da rua Ponta Grossa, distante pelo lado esquerdo, em 63,56 metros da esquina formada com o lado par da rua Tiroleses.

Destinação: Logradouro público

Legislação: Lei nº 2.745 de 24 de novembro de 2014

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupante

Nome Completo: **MUNICÍPIO DE TIMBÓ**

CNPJ: 83.102.764/0001-15

Endereço Completo dos ocupantes: Avenida Getúlio Vargas, 700, Bairro Centro, Timbó/SC.

RUA RIO NEGRO

Localização: situado no lado ímpar da rua Morretes, distante pelo lado direito, em 56,14 metros da esquina formada com o lado par da rua Ponta Grossa.

Destinação: Logradouro público

Legislação: Lei nº 2.745 de 24 de novembro de 2014

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupante

Nome Completo: **MUNICÍPIO DE TIMBÓ**

CNPJ: 83.102.764/0001-15

Endereço Completo dos ocupantes: Avenida Getúlio Vargas, 700, Bairro Centro, Timbó/SC.

RUA PINHAIS

Localização: situado nos fundos da rua Rio Negro, distante pelo lado direito, em 103,38 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Morretes.

Destinação: Logradouro público

Legislação: Lei nº 2.745 de 24 de novembro de 2014

Direito Real Conferido ao Ocupante: Legitimação Fundiária

Ocupante

Nome Completo: **MUNICÍPIO DE TIMBÓ**

CNPJ: 83.102.764/0001-15

Endereço Completo dos ocupantes: Avenida Getúlio Vargas, 700, Bairro Centro, Timbó/SC.

Em observância ao art. 6º e 7º, do Decreto nº 4.909/2018, alterado pelo Decreto nº 5.798/2020, o imóvel possui infraestrutura essencial mínima parcialmente implantada (energia elétrica, saneamento básico e água potável), definida no Art. 8º, inciso V do Decreto nº 4.909/2018, tendo ainda, obras e serviços a serem executados, conforme Termo de Compromisso - TC nº 01/2011 firmado entre o proprietário e o Município em 28 de maio de 2021, anexo a esta CRF, ficando o proprietário responsável em cumprir o Cronograma Físico abaixo indicado:

CRONOGRAMA FÍSICO

ITEM	INFRAESTRUTURA ESSENCIAL MÍNIMA	PRAZO
1. Rua Pinhais (trecho completo)	1.1. Projeto aprovado pela respectiva concessionária da Rede extensão da Drenagem Pluvial.	02 anos, a partir da emissão da CRF.
	1.2. Projeto aprovado pela respectiva concessionária da extensão da Rede de Energia Elétrica e Iluminação Pública.	

13 - CRF LOTEAMENTO STREY

	1.3. Projeto aprovado pela respectiva concessionária da extensão da Rede de Água Potável.	04 anos, a partir da emissão da CRF.
	1.4. Abertura e demarcação da Via.	
	1.5. Execução da Rede de Drenagem Pluvial, conforme projeto aprovado.	
	1.6. Execução da Rede de Energia Elétrica e Iluminação Pública, conforme projeto aprovado.	
	1.7. Execução da Rede de Água Potável, conforme projeto aprovado.	
2. Rua Ponta Grossa (trecho defronte aos lotes 13 e 14)	2.1. Projeto aprovado pela respectiva concessionária da extensão da Rede de Energia Elétrica e Iluminação Pública.	02 anos, a partir da emissão da CRF.
	2.2. Projeto aprovado pela respectiva concessionária da extensão da Rede de Água Potável.	
	2.3. Projeto aprovado pela respectiva concessionária da Rede extensão da Drenagem Pluvial.	
	2.4. Execução da Rede de Energia Elétrica e Iluminação Pública, conforme projeto aprovado.	04 anos, a partir da emissão da CRF.
	2.5. Execução da Rede de Água Potável, conforme projeto aprovado.	
	2.6. Execução da Rede de Drenagem pluvial, conforme projeto aprovado.	
3. Demarcação dos lotes 25 e 26	3.1. Demarcação dos lotes 25 e 26 conforme projeto de divisão física aprovado.	02 anos, a partir da emissão da CRF.
4. Entrega de via pública	4.1. Limpeza da via pública (rua Pinhais).	02 anos, a partir da emissão da CRF.
	4.2. Demolição dos ranchos, caso houver, sobre a via pública.	03 meses, a partir da emissão da CRF.

A **REURB COLETIVA DE INTERESSE ESPECÍFICO** foi realizada no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 20.486, livro 2.

Município de Timbó, 10 de junho de 2021.

BRUNA DE ANDRADE

Secretária de Planejamento, Trânsito,
Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

VIVIAN LUCIANE MAAS BARBOSA

Arquiteta e Urbanista
CAU A41829-3

14 - CRF LOTEAMENTO STREY

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 06.2021 FMDE

Publicação Nº 3093882

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2021 FMDE

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa JOSE NEI KOCH, CNPJ n.º 09.166.805/0001-84, a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações.

DATA: até 21/06/2021

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 11 de junho de 2021.

PATRICIA CONZATTI ARNDT

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DÉCIMO NONO E VIGÉSIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118.2017 PMT

Publicação Nº 3093885

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2017 PMT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, COPY LINE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ nº. 04.724.655/0001-63, a comparecer para assinatura do Décimo Nono e do Vigésimo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 118/2017, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 21/06/2021.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 11 de junho de 2021.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DÉCIMO NONO E VIGÉSIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118.2017 PMT

Publicação Nº 3093886

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2017 PMT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, COPY LINE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ nº. 04.724.655/0001-63, a comparecer para assinatura do Décimo Nono e do Vigésimo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 118/2017, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 21/06/2021.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 11 de junho de 2021.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43-04.2020 PMT - CLEYBSON EDINEI VILA NOVA

Publicação Nº 3093887

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43-04/2020 PMT
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 43/2020

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, CLEYBSON EDINEI VILA NOVA 14360279850

(MEI), CNPJ Nº 27.750.707/0001-71 a comparecer para assinatura do Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 43-04/2020, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 21/06/2021.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 11 de junho de 2021.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SÉTIMO E OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 125.2020 PMT

Publicação Nº 3093890

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SÉTIMO E OITAVO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 125/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa GENTE SEGURADORA S.A, CNPJ nº. 90.180.605/0001-02, a comparecer para assinatura dos respectivos termos aditivos ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 21/06/2021.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 11 de junho de 2021.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 61.2020 FCT

Publicação Nº 3095642

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 61/2020

CONCORRÊNCIA Nº 35/2019 FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP, CNPJ nº. 02.448.659/0001-30, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 21/06/2021.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 11 de junho de 2021.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

DECRETO Nº 6013, DE 14 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3092625

DECRETO Nº 6013, DE 14 DE JUNHO DE 2021

Abre Crédito Suplementar por conta do Provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 3.085.533,74.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 3.189, de 10 de dezembro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2021, no valor de R\$ 3.085.533,74 (três milhões, oitenta e cinco mil, quinhentos e trinta e três reais e setenta e quatro centavos), mediante a utilização dos recursos assim indicados:

REFERÊNCIA	08.02.0026.0451.0261.1565	VIAS PÚBLICAS COM PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E CICLOVIAS	
	400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
	440000.00	INVESTIMENTOS	
	449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
450	0.183000	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.085.533,74
		TOTAL	3.085.533,74

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Provável Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de junho de 2021; 151º ano de Fundação; 87º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 06.2021 FMDE

Publicação Nº 3094624

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2021 FMDE

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Educação.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRUTAS, VERDURAS, PÃES E MANTEIGA DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FMDE (NEIS, UPES E ESCOLAS) PARA O CALENDÁRIO DE 2021.

EMPRESA FORNECEDORA: JOSE NEI KOCH.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 251.674,05 (Duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e setenta e quatro reais e cinco centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 13/06/2022.

Timbó, 14/06/2021
ALFROH POSTAI
Secretário de Educação

EXTRATO CONTRATO 45.2021 FMS

Publicação Nº 3093895

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 45/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2021

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: SANDERS DO BRASIL LTDA.

OBJETO: Fornecimento pela CONTRATADA de equipamentos diversos destinados a utilização no enfrentamento ao COVID 19, conforme condições constantes do Anexo I do edital, demais anexos e o instrumento - Item 02.

VALOR TOTAL: R\$ 219.890,00 (duzentos e dezenove mil e oitocentos e noventa reais).

DATA DA ASSINATURA: 04/06/2021.

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde e Assistência Social

LEI Nº 3225, DE 14 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3094754

LEI Nº 3225, DE 14 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social (CACS), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em conformidade com o artigo 212-A da Constituição Federal e regulamentado na forma da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e revoga a Lei Municipal nº 2347, de 17 de maio de 2007.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, nos termos dispostos nesta Lei, o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social (CACS) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no Município (Fundeb) nos termos do Art. 212 da Constituição Federal e regulamentado pela Lei Federal nº 14.113/2020.

Art. 2º O CACS, com organização e funcionamento independentes, mas em harmonia com o Poder Executivo Municipal de Timbó, tem por finalidade acompanhar receitas do Fundeb e outras especificadas nesta Lei e controlar suas aplicações.

Art. 3º A fiscalização e o controle do cumprimento do disposto no artigo 212-A da Constituição Federal e nesta Lei, especialmente em relação à aplicação da totalidade dos recursos do Fundeb, serão exercidos pelo CACS.

Art. 4º Compete especificamente ao CACS, sem prejuízo do disposto no Artigo 33 da Lei Federal nº 14.113/2020:

I - elaborar parecer sobre as prestações de contas, conforme previsto no parágrafo único do artigo 31 da Lei Federal nº 14.113, de 2020;

II - supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, com o objetivo de assegurar o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundeb;

III - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA);

IV- acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta dos programas nacionais do governo federal em andamento no Município;

V - receber e analisar as prestações de contas referentes aos programas referidos nos incisos III e IV deste artigo, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE;

VI - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados à conta do Fundeb;

VII - atualizar o regimento interno, observado o disposto nesta lei.

Art. 5º O CACS deverá elaborar e apresentar ao Poder Executivo parecer referente à prestação de contas dos recursos do Fundeb.

§ 1º O parecer deve ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo de apresentação da prestação de contas pelo Poder Executivo junto ao Tribunal de Contas.

§ 2º A análise da aplicação dos recursos mencionados nos incisos III e IV do artigo 4º deverá respeitar os respectivos prazos definidos em legislação específica ou termos dos convênios celebrados pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 6º O CACS poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo e aos órgãos de controle interno e externo, manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II - convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Dirigente da Educação Pública Municipal ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, com prazo para fornecimento não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

- a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;
- b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, com a discriminação dos servidores em efetivo exercício na Rede Municipal de Ensino e a indicação do respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que se encontrarem vinculados;
- c) convênios/parcerias com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos;
- d) outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas para verificar, in loco, entre outras questões pertinentes:

- a) o desenvolvimento regular de obras e serviços realizados pelas instituições escolares com recursos do Fundeb;
- b) a adequação do serviço de transporte escolar;
- c) a utilização, em benefício da Rede Municipal de Ensino, de bens adquiridos com recursos do Fundeb para esse fim.

Art. 7º O CACS será constituído por:

I - membros titulares, na seguinte conformidade:

- a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo, sendo pelo menos 1 (um) deles da Secretaria Municipal de Educação;

- b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública que atuam na Rede Municipal de Ensino;
- c) 1 (um) representante dos diretores das escolas públicas da Rede Municipal de Ensino;
- d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas da Rede Municipal de Ensino;
- e) 2 (dois) representantes dos pais ou responsáveis de estudantes da Rede Municipal de Ensino;
- f) 2 (dois) representantes dos estudantes da Rede Municipal de Ensino, quando houver estudantes emancipados ou com mais de 18 anos de idade;
- g) 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação (CME);
- h) 1 (um) representante do Conselho Tutelar, previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, indicado por seus pares;
- i) 2 (dois) representantes de organizações da sociedade civil;
- j) 1 (um) representante das escolas do campo, quando houver;
- k) 1 (um) representante das escolas indígenas, quando houver;
- l) 1 (um) representante das escolas quilombolas, quando houver;

II - membros suplentes: para cada membro titular, será nomeado um suplente, representante da mesma categoria ou segmento social com assento no Conselho, que substituirá o titular em seus impedimentos temporários, provisórios e em seus afastamentos definitivos, ocorridos antes do fim do mandato.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de estudantes emancipados, a representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do conselho, com direito a voz.

Art. 8º Para fins da representação disposta na alínea “i”, do inciso I deste artigo, as organizações da sociedade civil deverão atender as seguintes condições:

I - ser pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - desenvolver atividades direcionadas ao Município;

III - estar em funcionamento há, no mínimo, 1 (um) ano da data de publicação do edital de escolha dos representantes;

IV - desenvolver atividades relacionadas à educação ou ao controle social dos gastos públicos;

V - não figurar como beneficiária de recursos fiscalizados pelo CACS ou como contratada pelo Poder Executivo Municipal ou seus órgãos, a título oneroso.

Art. 9º Ficam impedidos de integrar o CACS:

I - o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, bem como seus cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - o tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou ao controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins desses profissionais, até o terceiro grau;

III - estudantes que não sejam emancipados;

IV - responsáveis por alunos ou representantes da sociedade civil que:

- a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo;
- b) prestem serviços terceirizados no âmbito do Poder Executivo.

Art. 10. Os membros do CACS, observados os impedimentos previstos no artigo 9º desta Lei, serão indicados na seguinte conformidade:

I - pelo Prefeito, quando se tratar de representantes do Poder Executivo;

II - pelo conjunto dos estabelecimentos ou entidades de âmbito municipal, quando se tratar dos representantes dos diretores, pais de alunos e estudantes, conforme o caso, em processo eletivo organizado para esse fim, pelos respectivos pares;

III - pelas entidades sindicais da respectiva categoria, quando se tratar dos representantes de professores e servidores administrativos;

IV - pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de processo eletivo amplamente divulgado e observadas as condições previstas nos §§ 1º e 2º do artigo 6º desta Lei, quando se tratar de organizações da sociedade civil e, se necessário, do segmento de estudantes e seus responsáveis.

Parágrafo único. As indicações dos Conselheiros ocorrerão com antecedência de, no mínimo, 20 (vinte) dias do término do mandato dos conselheiros já designados.

Art. 11. Compete ao Poder Executivo designar, por meio de ato legal específico, os integrantes dos CACS, em conformidade com as indicações referidas no artigo 7º desta Lei.

Art. 12. O Presidente e o Vice-Presidente do CACS serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, nos termos previstos no seu regimento interno.

Parágrafo único. Ficam impedidos de ocupar as funções de Presidente e de Vice-Presidente qualquer representante do Poder Executivo no colegiado.

Art. 13. A atuação dos membros do CACS:

I - não será remunerada;

II - será considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;

IV - será considerada dia de efetivo exercício dos representantes de professores, diretores e servidores das escolas públicas em atividade no Conselho;

V - veda, no caso dos conselheiros representantes de professores, diretores ou servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) a exoneração de ofício, demissão do cargo ou emprego sem justa causa ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) o afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado;

VI - veda, no caso dos conselheiros representantes dos estudantes em atividade no Conselho, no curso do mandato, a atribuição de falta injustificada nas atividades escolares, sendo-lhes assegurados os direitos pedagógicos.

Art. 14. O mandato dos conselheiros no CACS terá duração de quatro anos sendo vedada a recondução.

§ 1º Excepcionalmente, o primeiro mandato dos Conselheiros do CACS, nomeados nos termos desta Lei terá início em até 31 de dezembro de 2022.

§ 2º Caberá aos atuais membros do CACS exercer as funções acompanhamento e de controle previstas na legislação até a assunção dos novos membros do colegiado nomeados nos termos desta Lei.

Art. 15. As reuniões do CACS serão realizadas, ordinariamente, a cada bimestre, ou em caráter extraordinário por convocação do Presidente e nos termos definidos no Regimento Interno.

§ 1º As reuniões serão realizadas em primeira convocação, com a maioria simples dos membros do CACS ou, em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após, com os membros presentes.

§ 2º As deliberações serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 16. Deverá o Poder Executivo Municipal manter permanentemente, em sítio na internet, informações atualizadas sobre a composição e o funcionamento do CACS, contendo ainda as seguintes informações:

I - dos nomes dos Conselheiros e das entidades ou segmentos que representam;

II - do correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o Conselho;

III - das atas de reuniões;

IV - dos relatórios e pareceres;

V - outros documentos produzidos pelo Conselho.

Art. 17. Caberá ao Poder Executivo Municipal, com vistas à execução plena das competências do CACS, assegurar:

I - infraestrutura, condições materiais e equipamentos adequados e local para realização das reuniões;

II - profissional de apoio para secretariar, em especial, as reuniões do colegiado.

Art. 18. O regimento interno do CACS deverá ser atualizado e aprovado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a posse dos Conselheiros.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Fica revogada a Lei Municipal nº 2347 de 17 de maio de 2007.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de junho de 2021; 151º ano de Fundação; 87º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 322/2021, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093873

DECRETO Nº 322/2021, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

NOMEIA CAIO AMARO BOTINI PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado, a partir de 14 de junho de 2021, CAIO AMARO BOTINI para exercer o cargo comissionado de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, vinculado ao Departamento de Saúde, da Secretaria de Saúde.

Parágrafo Único. A remuneração do servidor acima especificado será de acordo com os valores constantes na Lei nº 468/07, de 18 de dezembro de 2007 e alterações posteriores.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 11 de junho de 2021.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de junho de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 323/2021, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093880

DECRETO Nº 323/2021, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

CONTRATA E NOMEIA, POR TEMPO DETERMINADO, VANESSA APARECIDA MACIEL, PARA EXERCER AS FUNÇÕES DO EMPREGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM - COVID 19 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 948/2020, de 09 de setembro de 2020 e o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada e nomeada na data de 14 de junho de 2021, por tempo determinado, VANESSA APARECIDA MACIEL, para exercer as funções do emprego de TÉCNICO DE ENFERMAGEM – COVID 19, vinculada ao Departamento de Enfrentamento ao COVID 19, da Secretaria de Saúde, dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Parágrafo 1º. A referida contratação faz-se necessária para as ações de enfrentando ao COVID 19.

Parágrafo 2º. O período determinado, constante no caput deste Artigo, será por 2 (dois) meses, renovável se necessário.

Parágrafo 3º. A carga horária a ser executada por esta profissional será de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. O vencimento e/ou remuneração da servidora acima especificada será de acordo com os valores constantes na Lei nº 948/2020, de 09 de setembro de 2020.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC
Em, 11 de junho de 2021.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de junho de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 317/2021, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093861

PORTARIA Nº 317/2021, DE 10 DE JUNHO DE 2021.

CONCEDE FÉRIAS E PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA MILENE SCUSSEL DOS SANTOS.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; Art. 129 e 130 da CLT e Art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 608/12 de 14 de março de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar de 14 de junho de 2021, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 02 de julho de 2019 a 01 de julho de 2020, a servidora MILENE SCUSSEL DOS SANTOS, ocupante do emprego de AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 10 de junho de 2021.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de junho de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 318/2021, DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093865

PORTARIA Nº 318/2021, DE 10 DE JUNHO DE 2021.

CONCEDE PAGAMENTO DE 30 DIAS DE FÉRIAS E PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS, COM GOZO DE 19 DIAS DE FOLGAS A SERVIDORA CLAUDILENE EVA DA SILVA.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; Art. 129 e 130 da CLT e Art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 608/12 de 14 de março de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder pagamento de 30 (trinta) dias de férias e pagamento de 1/3 de férias, com gozo de 19 (dezenove) dias de folgas, conforme a Portaria nº 294/2020, a partir de 14 de junho de 2021, referente ao período aquisitivo de 03 de julho de 2019 a 02 de julho de 2020, a servidora CLAUDILENE EVA DA SILVA, ocupante do emprego de RECEPCIONISTA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 10 de junho de 2021.

VALERIO MORETTI
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de junho de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

PORTARIA Nº 319/2021, DE 11 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093866

PORTARIA Nº 319/2021, DE 11 DE JUNHO DE 2021.

CONCEDE FÉRIAS E PAGAMENTO DE 1/3 DE FÉRIAS A SERVIDORA MARILAINE DA SILVA SILVEIRA.

VALERIO MORETTI, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 14 de junho de 2021, e pagamento de 1/3 de férias referente ao período aquisitivo de 03 de fevereiro de 2020 a 02 de fevereiro de 2021, a servidora MARILAINE DA SILVA SILVEIRA, ocupante do emprego de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS INTERNOS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 11 de junho de 2021.

VALERIO MORETTI

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de junho de 2021.

ERNANY DA SILVA MORETI Secretário de Administração e Finanças.

Treze de Maio

PREFEITURA

LEI 1.442 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095647



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO

LEI 1.442 de 10 de junho de 2021

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE DE MAIO DO EXERCÍCIO DE 2021, POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor **JAILSO BARDINI**, Prefeito Municipal de Treze de Maio;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Treze de Maio do Exercício de 2021 na importância de R\$ 320.000,00 (Trezentos e Vinte Mil Reais), nas Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas:

0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0901 – Fundo Municipal de saúde

10.301.0020 – Saúde Sempre Mais

2.050 – Manutenção de Ações da Saúde – Unidades Básicas

3.3.90.30.00.00.00.00 0.01.02 (22) – Material de consumo R\$ 180.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 0.01.02 (29) – Outros Serviços Terceiros
Pessoa Jurídica R\$ 140.000,00

TOTAL GERAL R\$ 320.000,00

Artigo 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta de anulações totais das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0901 – Fundo Municipal de saúde

10.301.0020 – Saúde Sempre Mais

1.050 – Construção, Ampliação, Reforma e Adequação de unidades de saúde

4.4.90.51.00.00.00.00 01.02 (3) – Obras e Instalações R\$ 180.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE DE MAIO

Soma R\$ 180.000,00

1.051 – Aquisição de veículos e Ambulâncias

4.4.90.52.00.00.00.00 01.02 (7) – Equipamentos e Material

Permanente R\$ 140.000,00

Soma R\$ 140.000,00

SOMA GERAL R\$ 320.000,00

Artigo 3º - Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2018/2021 – Lei Municipal nº. 1267/2017 de 22 de Agosto de 2017, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2021 – Lei Municipal nº. 1409/2020 de 25 de Agosto de 2020 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2021– Lei Municipal nº. 1411/2020 de 27 de Outubro de 2020, que se fizerem necessários em função da abertura do Crédito Adicional Suplementar.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Treze de Maio, 10 de junho de 2021.

JAILSO BARDINI
Prefeito Municipal

Publicação:

Publicada nesta Secretaria na data supra.

Camila Nandi Zanela
Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.439 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095638

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.439 de 10 de junho de 2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER EM COMODATO, PARA POSTERIOR DOAÇÃO, O IMÓVEL LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL DO DISTRITO DE SÃO GABRIEL, MEDIANTE CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor JAILSO BARDINI, Prefeito Municipal de Treze de Maio;

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores de Treze de Maio aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar;

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a ceder em comodato, para posterior doação, à empresa EME Metalúrgica Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº. 39.281.091/0001-16, o imóvel localizado na Área Industrial do Distrito de São Gabriel – Matrícula 23.368 – CRI JG, conforme as descrições abaixo:

· Um terreno urbano localizado na área industrial do Distrito de São Gabriel, Município de Treze de Maio – SC, constituído pela área A-4, com área de 840,00 m² (oitocentos e quarenta metros quadrados) com as seguintes medidas e confrontações: frente, - ao Oeste, na extensão de 30,00 m faz com a Rua Projetada-2 da área industrial; fundos, - ao Leste na extensão de 30,00 m faz com a área A-2; Norte na extensão de 28,00 m faz com a área industrial A-3; e, ao Sul na extensão de 28,00 m faz com a área A-5, conforme planta anexa.

Parágrafo único: A área acima descrita destina-se à implantação de uma unidade da empresa qualificada no caput deste artigo, que possui como atividade: Serviços de metalurgia em manutenção e fabricação de máquinas e equipamentos.

Artigo 2º. O instrumento de comodato será firmado a título gratuito pelo prazo de 12 (doze) anos, com expressa autorização para doação ao final do prazo estabelecido no referido contrato, respeitando o cumprimento do disposto no art. 3º desta Lei.

Parágrafo único: Fica aprovado e determinado ao então Chefe do Poder Executivo Municipal, assinar a competente escritura pública de doação à empresa comodatária após decorrido o prazo estabelecido no caput, desde que cumpridas as demais exigências desta Lei.

Artigo 3º. No instrumento de comodato, objeto da presente autorização, deverá constar, obrigatoriamente, as seguintes condições, sem embargo de outras exigências necessárias à preservação do interesse público:

I - As edificações devem ter início em até 12 (doze) meses e estarem concluídas em, no máximo, 50 (cinquenta) meses, contados da assinatura do citado instrumento de comodato;

II - Destinar a área exclusivamente para a atividade proposta, mantendo-se a natureza jurídica da empresa que solicitou a doação;

III - Comprovar que promoveu a regularização de seus atos constitutivos para atuação no município de Treze de Maio/SC;

IV - Zelar pela preservação do meio ambiente em suas atividades, atendendo legislação vigente e apresentando os licenciamentos ambientais exigidos por normas específicas, com o compromisso formal de recuperação de danos que vierem a ser causados pela atividade desenvolvida;

V - Gerar de 05 (cinco) a 15 (quinze) novos empregos, absorvendo, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de mão-de-obra local;

VI - Agregar retorno no ICMS mensal para o Município de Treze de Maio, com movimento econômico anual, não inferior à R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), a ser apurado a cada 12 (doze) meses, exceto no período de acordo com o descrito nos itens VII e VIII abaixo, a partir do início do efetivo funcionamento da empresa;

VII – Em casos fortuitos e de força maior, como por exemplo vendavais, raios, incêndio, tempestades, enchentes, greves e outros, com prejuízos que sejam impactantes e impossibilitem o pleno funcionamento da empresa (de acordo com o item VIII), fica o período do ocorrido suspenso do cálculo do movimento anual mínimo estabelecido no item VI;

VIII – Fica excluído da contabilização do movimento econômico mínimo anual estabelecido no item VI, o período entre, a ocorrência algum caso fortuito e de força maior (de acordo como descrito no item VII acima) até o mês de retomada de faturamento mínimo de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por mês;

IX - Divulgar o Município de Treze de Maio entre seus parceiros e fornecedores, sempre que possível.

§ 1º. Durante o prazo estabelecido no contrato de comodato, a empresa não poderá dispor, a qualquer título, do imóvel cuja concessão ora se processa, isto é, não poderá alienar, alugar, arrendar ou transferir a posse do imóvel a terceiros, sem autorização da Prefeitura Municipal de Treze de Maio.

§ 2º. A Prefeitura Municipal de Treze de Maio só autorizará a transferência da posse do referido imóvel a terceiros quando ocorrer motivo de força maior que impeça a empresa de continuar exercendo suas atividades no imóvel concedido, o que deverá ser devidamente comprovado e analisado por uma comissão composta de 03 (três) funcionários designados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 3º. Em caso de alienação, aluguel, arrendamento ou transferência da posse do imóvel a terceiros, sem autorização da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, ficará a empresa impedida de receber, através de escritura pública de doação, o domínio do respectivo imóvel, acarretando, ainda, a rescisão unilateral do contrato de comodato e a retrocessão da posse do imóvel ao Município de Treze de Maio.

§ 4º. Fica assegurado ao Município de Treze de Maio, a preempção ou preferência dos imóveis ora concedidos, devendo o município ser notificado por escrito, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, para exercer o seu direito de prelação, nos termos do artigo 513, parágrafo único, do Código Civil.

Artigo 4º. A empresa comodatária ou seus sucessores não poderão mudar o fim a que se destina, isto é, não poderão alterar o uso prometido, ou desviarem-no de sua finalidade contratual.

Artigo 5º. A área relativa ao imóvel objeto desta Lei somente passará ao patrimônio da empresa comodatária após o prazo estabelecido no art. 2º desta Lei, e desde que:

I - Tenha cumprido todas as cláusulas e condições a que se refere o artigo 3º desta Lei;

II - A doação seja feita sob condição de a comodatária e ou seus sucessores continuar exercendo sua atividade-finalidade pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, cujo compromisso deverá ser reduzido a termo ao final do prazo do comodato;

III - A doação seja feita com as cláusulas de preempção ou preferência, as quais perdurarão apenas pelo prazo expresso no inciso anterior

e deverão constar na escritura pública, sob pena de nulidade, cujo não cumprimento acarretará na retrocessão do imóvel ao patrimônio da Municipalidade.

Artigo 6º. Será considerada nula de pleno direito a concessão autorizada por esta lei, revertendo o imóvel ao patrimônio municipal, com todas as benfeitorias nele existentes, independentemente de qualquer interpelação se, no prazo de 60 (sessenta) meses, contados da data da lavratura do contrato de comodato, o prédio não estiver regularmente construído, a empresa comodatária não estiver em pleno funcionamento, ou desviar de sua atividade-finalidade prevista no respectivo contrato, isto é, mudar a destinação da área ora concedida para fins diversos do autorizado.

Artigo 7º. Na hipótese de transferência da empresa comodatária para outro município ou no caso de sua alienação, ou ainda, no caso de deixar de exercer suas atividades no imóvel, abandonando o prédio ou encerrando suas atividades em razão da extinção da pessoa jurídica, a área concedida retornará ao patrimônio municipal, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas pela empresa comodatária.

I - No caso de alienação da empresa ou alteração de controle acionário, mas com a continuidade da atividade-finalidade prevista no instrumento de comodato, a transferência do imóvel concedido pela Prefeitura Municipal de Treze de Maio será concretizada, desde que não ocorra desobediência às normas contidas na presente lei;

II - A alienação, pela empresa comodatária, do imóvel objeto desta Lei sem observância ao nela contido é nula de pleno direito;

Artigo 8º. A empresa comodatária fruirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos no instrumento de comodato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas.

Parágrafo único: As despesas decorrentes da instalação e consumo de energia elétrica, água e linha telefônica, bem como de eventual transferência do imóvel, ficarão sob responsabilidade da empresa comodatária.

Artigo 9º. Em caso de que a empresa não tenha realizado o cumprimento de algum item disposto no art. 3º desta Lei, fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para que o Município de Treze de Maio realize um laudo pericial circunstanciado e elaborado por uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros designados pelo Prefeito Municipal, de forma a comprovar que a empresa comodatária não cumpriu as condições estabelecidas nessa lei. Em caso de não cumprimento, a posse do imóvel reverterá ao patrimônio público, com todas as benfeitorias nela existentes, independentemente de qualquer indenização pelas benfeitorias realizadas.

Artigo 10º. Do instrumento de comodato deverão constar cláusulas e condições que assegurem a efetiva utilização do imóvel para a atividade-finalidade a que se destina e que impeçam a sua transferência a qualquer título, bem como o encargo a que se obriga a empresa comodatária, estipulando-se que, em caso de descumprimento, rescindir-se-á o contrato, independentemente de indenização por eventuais benfeitorias realizadas no imóvel, as quais, de pleno direito, passarão a integrar ao patrimônio do município.

Artigo 11. A presente concessão de direito real de uso é autorizada independentemente de licitação, tendo em vista o interesse público que reveste a matéria.

Artigo 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Treze de Maio, 10 de junho de 2021.

JAILSO BARDINI
Prefeito Municipal

Publicação:
Publicada nesta Secretaria na data supra.

Camila Nandi Zanela
Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.440 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095639

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.440 de 10 de junho de 2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER EM COMODATO, PARA POSTERIOR DOAÇÃO, O IMÓVEL LOCALIZADO NA ÁREA INDUSTRIAL DO DISTRITO DE SÃO GABRIEL, MEDIANTE CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor JAILSO BARDINI, Prefeito Municipal de Treze de Maio;

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores de Treze de Maio aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar;

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a ceder em comodato, para posterior doação, à empresa RKM Atacadista ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 37.997.633/0001-26, o imóvel localizado na Área Industrial do Distrito de São Gabriel – Matrícula 23.368 – CRI JG, conforme as descrições abaixo:

· Um terreno urbano localizado na área industrial do Distrito de São Gabriel, Município de Treze de Maio – SC, constituído pela área A-5, com

área de 840,00 m² (oitocentos e quarenta metros quadrados) com as seguintes medidas e confrontações: frente, - ao Oeste, na extensão de 30,00 m faz com a Rua Projetada-2 da área industrial; fundos, - ao Leste na extensão de 30,00 m faz com a área A-2; Norte na extensão de 28,00 m faz com a área industrial A-4; e, ao Sul na extensão de 28,00 m faz com terras de Arvelino Fragnani Modolon, conforme planta anexa.

Parágrafo único: A área acima descrita destina-se à implantação de uma unidade da empresa qualificada no caput deste artigo, que possui como atividade: Comercialização e distribuição de alimentos.

Artigo 2º. O instrumento de comodato será firmado a título gratuito pelo prazo de 12 (doze) anos, com expressa autorização para doação ao final do prazo estabelecido no referido contrato, respeitando o cumprimento do disposto no art. 3º desta Lei.

Parágrafo único: Fica aprovado e determinado ao então Chefe do Poder Executivo Municipal, assinar a competente escritura pública de doação à empresa comodatária após decorrido o prazo estabelecido no caput, desde que cumpridas as demais exigências desta Lei.

Artigo 3º. No instrumento de comodato, objeto da presente autorização, deverá constar, obrigatoriamente, as seguintes condições, sem embargo de outras exigências necessárias à preservação do interesse público:

I - As edificações devem ter início em até 12 (doze) meses e estarem concluídas em, no máximo, 50 (cinquenta) meses, contados da assinatura do citado instrumento de comodato;

II - Destinar a área exclusivamente para a atividade proposta, mantendo-se a natureza jurídica da empresa que solicitou a doação;

III - Comprovar que promoveu a regularização de seus atos constitutivos para atuação no município de Treze de Maio/SC;

IV - Zelar pela preservação do meio ambiente em suas atividades, atendendo legislação vigente e apresentando os licenciamentos ambientais exigidos por normas específicas, com o compromisso formal de recuperação de danos que vierem a ser causados pela atividade desenvolvida;

V - Gerar de 05(cinco) a 15 (quinze) novos empregos, absorvendo, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de mão-de-obra local;

VI - Agregar retorno no ICMS mensal para o Município de Treze de Maio, com movimento econômico anual, não inferior à R\$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais), a ser apurado a cada 12 (doze) meses, exceto no período de acordo com o descrito nos itens VII e VIII abaixo, a partir do início do efetivo funcionamento da empresa;

VII – Em casos fortuitos e de força maior, como por exemplo vendavais, raios, incêndio, tempestades, enchentes, greves e outros, com prejuízos que sejam impactantes e impossibilitem o pleno funcionamento da empresa (de acordo com o item VIII), fica o período do ocorrido suspenso do cálculo do movimento anual mínimo estabelecido no item VI;

VIII – Fica excluído da contabilização do movimento econômico mínimo anual estabelecido no item VI, o período entre, a ocorrência algum caso fortuito e de força maior (de acordo como descrito no item VII acima) até o mês de retomada de faturamento mínimo de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais) por mês;

IX - Divulgar o Município de Treze de Maio entre seus parceiros e fornecedores, sempre que possível.

§ 1º. Durante o prazo estabelecido no contrato de comodato, a empresa não poderá dispor, a qualquer título, do imóvel cuja concessão ora se processa, isto é, não poderá alienar, alugar, arrendar ou transferir a posse do imóvel a terceiros, sem autorização da Prefeitura Municipal de Treze de Maio.

§ 2º. A Prefeitura Municipal de Treze de Maio só autorizará a transferência da posse do referido imóvel a terceiros quando ocorrer motivo de força maior que impeça a empresa de continuar exercendo suas atividades no imóvel concedido, o que deverá ser devidamente comprovado e analisado por uma comissão composta de 03 (três) funcionários designados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 3º. Em caso de alienação, aluguel, arrendamento ou transferência da posse do imóvel a terceiros, sem autorização da Prefeitura Municipal de Treze de Maio, ficará a empresa impedida de receber, através de escritura pública de doação, o domínio do respectivo imóvel, acarretando, ainda, a rescisão unilateral do contrato de comodato e a retrocessão da posse do imóvel ao Município de Treze de Maio.

§ 4º. Fica assegurado ao Município de Treze de Maio, a preempção ou preferência dos imóveis ora concedidos, devendo o município ser notificado por escrito, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, para exercer o seu direito de prelação, nos termos do artigo 513, parágrafo único, do Código Civil.

Artigo 4º. A empresa comodatária ou seus sucessores não poderão mudar o fim a que se destina, isto é, não poderão alterar o uso prometido, ou desviarem-no de sua finalidade contratual.

Artigo 5º. A área relativa ao imóvel objeto desta Lei somente passará ao patrimônio da empresa comodatária após o prazo estabelecido no art. 2º desta Lei, e desde que:

I - Tenha cumprido todas as cláusulas e condições a que se refere o artigo 3º desta Lei;

II - A doação seja feita sob condição de a comodatária e ou seus sucessores continuar exercendo sua atividade-finalidade pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, cujo compromisso deverá ser reduzido a termo ao final do prazo do comodato;

III - A doação seja feita com as cláusulas de preempção ou preferência, as quais perdurarão apenas pelo prazo expresso no inciso anterior e deverão constar na escritura pública, sob pena de nulidade, cujo não cumprimento acarretará na retrocessão do imóvel ao patrimônio da Municipalidade.

Artigo 6º. Será considerada nula de pleno direito a concessão autorizada por esta lei, revertendo o imóvel ao patrimônio municipal, com todas as benfeitorias nele existentes, independentemente de qualquer interpelação se, no prazo de 60 (sessenta) meses, contados da data da lavratura do contrato de comodato, o prédio não estiver regularmente construído, a empresa comodatária não estiver em pleno funcionamento, ou desviar de sua atividade-finalidade prevista no respectivo contrato, isto é, mudar a destinação da área ora concedida para fins diversos do autorizado.

Artigo 7º. Na hipótese de transferência da empresa comodatária para outro município ou no caso de sua alienação, ou ainda, no caso de deixar de exercer suas atividades no imóvel, abandonando o prédio ou encerrando suas atividades em razão da extinção da pessoa jurídica, a área concedida retornará ao patrimônio municipal, independentemente de qualquer indenização por benfeitorias realizadas pela empresa comodatária.

I - No caso de alienação da empresa ou alteração de controle acionário, mas com a continuidade da atividade-finalidade prevista no instrumento de comodato, a transferência do imóvel concedido pela Prefeitura Municipal de Treze de Maio será concretizada, desde que não

ocorra desobediência às normas contidas na presente lei;

II - A alienação, pela empresa comodatária, do imóvel objeto desta Lei sem observância ao nela contido é nula de pleno direito;

Artigo 8º. A empresa comodatária fruirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos no instrumento de comodato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas.

Parágrafo único: As despesas decorrentes da instalação e consumo de energia elétrica, água e linha telefônica, bem como de eventual transferência do imóvel, ficarão sob responsabilidade da empresa comodatária.

Artigo 9º. Em caso de que a empresa não tenha realizado o cumprimento de algum item disposto no art. 3º desta Lei, fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para que o Município de Treze de Maio realize um laudo pericial circunstanciado e elaborado por uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros designados pelo Prefeito Municipal, de forma a comprovar que a empresa comodatária não cumpriu as condições estabelecidas nessa lei. Em caso de não cumprimento, a posse do imóvel reverterá ao patrimônio público, com todas as benfeitorias nela existentes, independentemente de qualquer indenização pelas benfeitorias realizadas.

Artigo 10º. Do instrumento de comodato deverão constar cláusulas e condições que assegurem a efetiva utilização do imóvel para a atividade-finalidade a que se destina e que impeçam a sua transferência a qualquer título, bem como o encargo a que se obriga a empresa comodatária, estipulando-se que, em caso de descumprimento, rescindir-se-á o contrato, independentemente de indenização por eventuais benfeitorias realizadas no imóvel, as quais, de pleno direito, passarão a integrar ao patrimônio do município.

Artigo 11. A presente concessão de direito real de uso é autorizada independentemente de licitação, tendo em vista o interesse público que reveste a matéria.

Artigo 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Treze de Maio, 10 de junho de 2021.

JAILSO BARDINI

Prefeito Municipal

Publicação:

Publicada nesta Secretaria na data supra.

Camila Nandi Zanela

Secretária Municipal de Administração e Finanças

LEI Nº 1.441 DE 10 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3095645

LEI Nº 1.441 de 10 de junho de 2021

“Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com o Estado de Santa Catarina através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando à aquisição de armamentos para a Subunidade da Polícia Militar de Treze de Maio/SC.”

O Excelentíssimo Senhor JAILSO BARDINI, Prefeito Municipal de Treze de Maio; Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.931.550/0001-51, objetivando o repasse de recursos financeiros para aquisição de armamentos a serem utilizados pela Polícia Militar deste Município.

Art. 2º. O recurso para execução da presente Lei será no valor de R\$ 12.936,88 (doze mil novecentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos) que correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º. A Conveniada beneficiada por esta Lei terá que apresentar, obrigatoriamente, prestação de contas em até 30 (trinta) dias subsequente ao repasse.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Treze de Maio, em 10 de junho de 2021.

JAILSO BARDINI

Prefeito Municipal

Publicação:

Publicada nesta Secretaria na data supra.

Camila Nandi Zanela

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA N° 145/21

Publicação N° 3093723

PORTARIA N° 145/21 DE 11 DE MAIO DE 2021

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Leonir Kayser	09/02/2020 à 08/02/2021	14/06/2021 à 28/06/2021	15

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 11 DE JUNHO DE 2021.

RUDI OHLWEILER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

IARA DE ROSS
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE. AVISO DE CREDENCIAMENTO N.03/2021

Publicação Nº 3092611

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) EDA631108AFAB706E3C5D08F369362F1321AB2D0

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.
AVISO DE CREDENCIAMENTO N.03/2021

O Município de Tunápolis - SC, através do Fundo Municipal de Saúde torna público para ciência dos interessados que iniciará, a partir da publicação deste, o processo de credenciamento a partir do dia 15 de Junho de 2021 de EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL DE ANÁLISE ANATOMOPATOLÓGICO E CITÓ PATOLÓGICO A PACIENTES DO SUS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, para efeitos do artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal 1872/2017 de 17 de janeiro de 2017, cujo procedimento obedecerá às seguintes condições regulamentares:

O objeto do presente edital consiste no credenciamento de EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL DE ANÁLISE ANATOMOPATOLÓGICO E CITÓ PATOLÓGICO A PACIENTES DO SUS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, conforme segue:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTOS	
				Unitário	Global
1	02.03.01.001-9 - EXAME CITOPATOLOGICO CERVICO-VAGINAL/MICROFLORA	UNID.	300	13,72	4.116,00
2	02.03.01.008-6 - EXAME CITOPATOLÓGICO CERVICO VAGINAL/MICROFLORA-RASTREAMENTO	UNID.	400	14,37	5.748,00
3	02.03.02.002-2 - EXAME ANATOMO-PATOLOGICO DO COLO UTERINO - PEÇA CIRURGICA	UNID.	30	61,77	1.853,10
4	02.03.02.003-0 - EXAME ANATOMO-PATOLÓGICO PARA CONGELAMENTO / PARAFINA POR PEÇA CIRURGICA OU POR BIOPSIA (EXCETO COLO UTERINO E MAMA)	UNID.	300	40,78	12.234,00
5	02.03.02.006-5 - EXAME ANATOMOPATOLOGICO DE MAMA - BIOPSIA	UNID.	50	45,83	2.291,50
6	02.03.02.008-1 - EXAME ANATOMO-PATOLOGICO DO COLO UTERINO - BIOPSIA	UNID.	100	40,78	4.078,00
TOTAL				30.320,60	

Os documentos da habilitação poderão ser remetidos via postal, com Aviso de Recebimento (AR), ou ainda entregues diretamente na Prefeitura Municipal Tunápolis – SC., na Rua João Castilho, 111, no setor de compras e licitação, no horário das 07:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:15 hrs às 17:15 hrs, de segunda a sexta-feira, a partir do dia 15 de junho de 2021.

Tunápolis, SC, 11/06/2021

ROSELI GABRIEL BONAIVIGO
GESTORA DO FUNDO

PROCESSO 120.2021.INEX.11.2021

Publicação Nº 3093680

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) F5892AB8CC4A41BECC0BB71FD19A0DFA01A69EB7

PROCESSO DE COMPRA Nº 120/2021

Dispensa de Licitação por Inexigibilidade N. 11/2021.

Assunto: A presente Dispensa de Licitação por Inexigibilidade tem por objeto a Prestação de serviço com Mão de Obra Especializada, para realizar diagnostico e conserto de mola de patim de freio, jogo de lona de freio, retentor, mola de retenção, rebites de lona de freio, cola, retirar, desmontar e montar a carcaça do eixo traseiro, que está trincada ,sendo também necessário a retirada para fazer os reparos para eliminar o vazamento de óleo que existe no caminhão Ford 3133 placa QID 1997 do DMER, considerando que a empresa FOROESTE VEÍCULOS LTDA é concessionária autorizada a prestar esses serviços, conforme carta de exclusividade que segue em anexo. F5892AB8C-C4A41BECC0BB71FD19A0DFA01A69EB7

RELATÓRIO

Com base no assunto acima apresentado, sobreveio a esta Assessoria Jurídica, pedido de Parecer no sentido de a administração pública municipal optar pela melhor escolha de processo legal para a aquisição da peça acima descrita.



Juntado a requisição ofertada pelo Chefe do executivo municipal, fez acompanhar toda a documentação necessária para instruir o presente processo e servir de base para a fundamentação do parecer.

Assim passaremos a análise do caso em comento no sentido de buscar o melhor enquadramento na norma legal que rege o processo licitatório.

DA ANÁLISE JURIDICA QUE CERCA O CASO

Presentes as justificativas para a escolha do fornecedor e do preço, em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei de Licitações, conforme precedentes da legislação atinente a matéria.

Trata-se de expediente administrativo, encaminhado a esta Assessoria, em cumprimento ao previsto na Lei de Licitações, para exame da viabilidade dos serviços descritos no orçamento que servirão para conserto do caminhão Ford 3133 placa QID 1997, com fundamento legal no art. 25, da Lei nº 8.666/93, pelo valor total estimado de R\$ 4.292,48 (Quatro mil duzentos e noventa e dois reais e quarenta centavos). Instruem o expediente administrativo os seguintes documentos: parecer da contabilidade acerca da existência de orçamento, parecer do Controlador Interno do município, assim como do ordenador da despesa, aliado ainda a carta de exclusividade da empresa representante da marca, orçamento, justificativas dentre outros que se mostram necessários.

A empresa FOROESTE VEÍCULOS LTDA é a única detentora dos direitos correlatos à comercialização, representação, distribuição e serviços técnicos, inclusive de manutenção, revisão e suporte da marca FORD.

Conforme disciplina a Lei nº 8.666/93, o processo licitatório é inexigível quando houver inviabilidade de competição, enumerando algumas situações expressas, como é o caso do inciso I de seu art. 25:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Anote-se que o art. 25 da Lei nº 8.666/93, muito embora especifique três hipóteses de inexigibilidade em seus incisos, ostenta função normativa autônoma no caput, de modo que o rol de hipóteses possui natureza meramente exemplificativa.

Para configuração da inexigibilidade basta, portanto, que esteja suficientemente caracterizada a inviabilidade de competição.

Nesse sentido, é precisa a lição de Marçal Justen Filho:

Deve-se ressaltar que o caput do art. 25 apresenta função normativa autônoma, de modo que uma contratação direta poderá nele se fundar direta e exclusivamente. Não se impõe que a hipótese seja enquadrada em um dos incisos do referido art. 25, os quais apresentam natureza exemplificativa.

(...)

A redação do art. 25 determina, de modo inquestionável, que as hipóteses referidas nos incisos são meramente exemplificativas. Portanto, pode haver inviabilidade de competição que não se enquadre em nenhuma das situações referidas nos três incisos do art. 25. Um exemplo seria a contratação de um determinado fornecedor de serviços ou produtos dotados de elevada complexidade e grande sofisticação, relativamente a atividades dotadas de grande potencial nocivo em caso de falha. Configurando-se inviabilidade de competição numa situação que não se enquadra nos três incisos do art. 25, a contratação será alicerçada diretamente no caput do dispositivo. (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 15.ed. São Paulo: Dialética, 2012. p. 409)

Além da exigência prevista no art. 25, impõe a Lei nº 8.666/93, em seu artigo 26, parágrafo único, incisos II e III, que sejam justificados a escolha da contratante e o preço do contrato:

“Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.” Grifou-se.

A inviabilidade de competição por exclusividade do fornecedor está suficientemente caracterizada pela concentração dos direitos decorrentes da marca Ford. Com efeito, a Declaração juntada aos autos indica que, como concessionária a empresa FOROESTE VEÍCULOS LTDA detém a exclusividade de comercialização de peças e mecânica em geral além da manutenção e reparos de suas máquinas.

Assim, tratando-se de peças exclusivas da marca como é o caso em apresso, tem-se que a empresa em questão é a fornecedora exclusiva das mesmas.

Por esse mesmo motivo, está presente e justificada a razão da escolha do fornecedor, que é a única passível de contratação (art. 26, § único, II).

Tratando-se de aquisição dos serviços especializados referidos a marca e tendo a empresa em questão exclusividade para atendimento, não

restam dúvidas de que somente a empresa FOROESTE VEÍCULOS LTDA possui a gestão técnica da sua propriedade, justificando suficientemente a escolha.

No que diz respeito à justificativa do preço, cumpre observar que os atos que antecedem qualquer hipótese de contratação direta não recebem um tratamento diferenciado, nem simplificador, daqueles que precedem a contratação mediante o procedimento licitatório. O agente público está obrigado a seguir um procedimento administrativo destinado a assegurar a prevalência dos princípios jurídicos fundamentais aplicáveis a toda contratação pública. Permanece o dever de buscar e concretizar a melhor contratação possível.

Todos os meios possíveis e idôneos devem ser considerados pelo agente público para demonstrar que o preço cobrado do fornecedor escolhido é razoável. Cumpre-se, assim, o princípio administrativo da motivação necessária e confere-se segurança ao negócio jurídico que se formalizará, sobretudo em relação à norma do art. 113 da Lei nº 8.666/93, que determina incumbir aos órgãos e entidades públicos a demonstração da legalidade e regularidade da despesa e da execução, constituindo clara inversão do ônus probatório que afeta a presunção de legalidade e legitimidade atribuída aos atos administrativos em geral.

Vale observar que a jurisprudência do TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade (2.742/2017-1ª Câmara, 1.022/2013-Plenário, 3.506/2009-1ª Câmara, 1.379/2007-Plenário).

Em 2015, o Tribunal foi ainda mais específico em apontar diferenças entre o procedimento de justificação de preços na inexigibilidade e na dispensa de licitação:

“Quanto ao preço, é certo que, mesmo nos casos de contratações diretas, deve ser justificado, a teor do art. 26, III, da Lei 8.666/93. Resalte-se que este Tribunal tem entendido que a apresentação de cotações junto ao mercado é a forma preferencial de se justificar o preço em contratações sem licitação (dispensa de licitação), devendo ser cotadas, no mínimo, 3 propostas válidas de empresas do ramo; ou, caso não seja viável obter esse número de cotações, deve-se apresentar justificativa circunstanciada (Informativo TCU 188/2014). E, nos casos de inviabilidade de licitação, este Plenário se manifestou, conforme subitem 9.1.3 do Acórdão 819/2005, no sentido de que, para atender o disposto no inciso III do art. 26 da Lei de Licitações, poder-se-ia fazer uma comparação entre os preços praticados pelo fornecedor exclusivo junto a outras instituições públicas ou privadas.”

Portanto, a justificativa do preço em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os preços praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas (AC 1565/15 – Plenário).

Por outro lado, não é desconhecido que por diversas vezes a pesquisa de preços é inviável ou mesmo torna-se muito morosa, haja vista o reiterado desinteresse das empresas em elaborar propostas sem qualquer garantia de contratação.

Nesses casos, a atividade administrativa não deve ficar à mercê de circunstâncias de mercado, retardando uma contratação direta e até causando eventuais prejuízos ao órgão, por dificuldades na pesquisa de preços.

Sendo este o caso, recomenda-se, portanto, que o setor responsável pela pesquisa de preços demonstre as dificuldades encontradas na prática, como forma de justificar, por exemplo, a não obtenção do mínimo de três propostas.

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de contratação. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa de preços, basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de contratação se arraste no tempo (acórdão n.º 2.203/2005 1ª Câmara).

Cabe destacar ainda que a realização de pesquisa de preços não obriga, necessariamente, a Administração a contratar a proposta de menor preço, podendo e devendo levar em consideração outros critérios, como a experiência e qualidade do serviço prestado em outras ocasiões. A conduta da Administração de eventualmente eleger a melhor proposta técnica em detrimento do menor preço possui respaldo em balizada jurisprudência, conforme os trechos das obras dos ilustres administrativistas Marçal Justen Filho e Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, a saber: “O dispositivo abrange contratações que não se orientam exclusivamente pelo princípio da vantajosidade. Muitas vezes, afirma-se que a contratação fundada no inc. XIII deve ser realizada pelo menor preço possível. Essa formulação não pode ser admitida, eis que tornaria inútil o dispositivo. Se a instituição dispusesse de condições de ofertar o menor preço possível, então bastaria realizar licitação com a participação inclusive de outras entidades que não preenchessem os requisitos previstos no dispositivo.” (Marçal Justen Filho, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Ed. Dialética, 14ª ed., 2010).

“Ao ensejo, cabe antecipar, porém, que o inciso [art. 24, XIII] não exige que o preço seja compatível com o de mercado, aceitando-se justificativa para o descompasso entre o preço contratado e o praticado no comércio. Às vezes a vantagem auferida com a contratação direta não está no preço, mas em algum fator. (Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, in Contratação Direta sem Licitação, Ed. Fórum, 6ª ed., 2007)

A Orientação Normativa nº 17 da Advocacia-Geral da União, de 01/04/09, estatui o seguinte:

“É obrigatória a justificativa de preço na inexigibilidade de licitação, que deverá ser realizada mediante a comparação da proposta apresentada com preços praticados pela futura contratada junto a outros órgãos públicos ou pessoas privadas”.

Na hipótese vertente, há justificativas nos autos que permitem concluir pela adequação da proposta formulada pela empresa aos valores praticados no mercado, na peculiar situação de exclusividade, por parte de uma empresa, dos direitos decorrentes da propriedade e fabricação de peças exclusivas de determinada marca utilizadas pelo poder público para reparação de outras danificadas.

De toda sorte, tal como ocorre em relação às razões da escolha do fornecedor, o exame da adequação do preço e a formalização da justificativa competem exclusivamente ao administrador.

Por fim, devem ser verificadas todas as condições habilitatórias da empresa (habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista), renovando-se eventuais documentos vencidos antes da assinatura do instrumento contratual.

EM CONCLUSÃO.

Diante do exposto, em atenção à consulta formulada, não se identificam óbices ao prosseguimento da contratação sobre a qual versa o presente processo administrativo, desde que atendidas as recomendações ora formuladas.

O presente exame se deu a pedido da Administração, enfocando-se apenas aspectos legais, com base nos elementos fornecidos pelo gestor, dentro dos limites de competência desta Assessoria Jurídica do município.

Não foram analisados aspectos técnicos referentes à contratação, orçamentos, metas e planilhas, assim como aspectos contábeis, financeiros e orçamentários, pois desbordam do âmbito de competência desta Assessoria, sendo a presente manifestação, portanto, de caráter estritamente jurídico, não tendo o condão de cancelar opções técnicas eleitas pela Administração, nem de emitir juízo de conveniência e oportunidade sobre a aquisição a ser firmada.

É o parecer.
Tunápolis, 11 de junho de 2021.

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO
OAB/SC 31.520
Assessor Jurídico

COMUNICAÇÃO INTERNA

Do: Gabinete do Prefeito
Para: Assessoria Jurídica

Senhor Assessor Jurídico

Tendo em vista a necessidade de Aquisição de Mão de Obra Especializada, mola de patim de freio, jogo de lona de freio, retentor, mola de retenção, rebites de lona de freio, cola, para retirar, desmontar e montar a carcaça do eixo traseiro, que está trincada e precisa ser retirada para fazer os reparos necessários para eliminar o vazamento de óleo que existe no caminhão FORD 3133 PLACA QID 1997 DO DMER, sendo a FOROESTE VEÍCULOS LTDA concessionária autorizada a prestar esses serviços conforme carta de exclusividade que segue em anexo, conforme carta de exclusividade em anexo, ocasião em que, o município busca respeitar devidamente os princípios legais é que nos dirigimos a este departamento.

Diante da necessidade constatada pelo responsável, mostra imprescindível a contratação do citado serviço.

Assim submeto a documentação em anexo (Orçamentos, previsão orçamentária e justificativas) para análise e parecer acerca da modalidade de Licitação a ser adotada no presente caso.

Atenciosamente,

Tunápolis, 11 de junho de 2021

MARINO JOSÉ FREY
Prefeito Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

Do: Prefeito Municipal
Para: Setor de Licitações

Com o presente, solicito de Vossa Senhoria os bons préstimos no sentido de realizar Processo Licitatório de Dispensa de Licitação por Inexigibilidade com fulcro no artigo 25 da Lei n. 8.666/93, para Aquisição de Mão de Obra Especializada, mola de patim de freio, jogo de lona de freio, retentor, mola de retenção, rebites de lona de freio, cola, para retirar, desmontar e montar a carcaça do eixo traseiro, que está trincada e precisa ser retirada para fazer os reparos necessários para eliminar o vazamento de óleo que existe no veículo FORD 3133 PLACA QID 1997 DO DMER, sendo a FOROESTE VEÍCULOS LTDA concessionária autorizada a prestar esses serviços conforme carta de exclusividade que segue em anexo, conforme carta de exclusividade em anexo da forma apresentada pela documentação que segue em anexo.

Atenciosamente,

Tunápolis, 11 de junho de 2021.

MARINO FREY
Prefeito Municipal

COMUNICAÇÃO INTERNA

Da: Assessoria Jurídica Municipal
Para: Gabinete do Prefeito Municipal

Senhor Prefeito.

Em atenção a solicitação recebida deste gabinete para expedição de parecer jurídico para Aquisição de Mão de Obra Especializada, mola de patim de freio, jogo de lona de freio, retentor, mola de retenção, rebites de lona de freio, cola, para retirar, desmontar e montar a carcaça do eixo traseiro, que está trincada e precisa ser retirada para fazer os reparos necessários para eliminar o vazamento de óleo que existe no caminhão FORD 3133 PLACA QID 1997 DO DMER, sendo a FOROESTE VEÍCULOS LTDA concessionária autorizada a prestar esses serviços conforme carta de exclusividade que segue em anexo, conforme carta de exclusividade em anexo, informamos que segue em anexo nossas considerações.

Informamos ainda que somos de parecer favorável pela dispensa de licitação da forma melhor fundamentada no parecer que ora se junta aos presentes autos.

Respeitosamente.

Tunápolis, 11 de junho de 2021

FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO

OAB/SC 31.520
Assessor Jurídico

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

A Comissão de licitação verificou somente que a empresa supramencionada esta com a regularidade fiscal em dia, de acordo com negativas que se encontram anexo ao processo.

Jackson Scherer Sheila Inês Bieger Elisandro Both
Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o relevante interesse público municipal em questão, com base no inciso fundamento legal no art. 25, da Lei nº 8.666/93, inciso I, pelo valor total estimado de R\$ 4.292,48 (Quatro mil duzentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), ratifico este processo de Inexigibilidade de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados. Publique-se de acordo com o artigo 26, da Lei nº 8.666/93.

DO CONTRATO:

Será dispensada a celebração de termo Específico de Contrato entre as partes, na forma do disposto no artigo 62 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passando a substituí-lo os seguintes instrumentos:

- a) O edital da Inexigibilidade
- b) A Proposta Escrita
- c) A Nota de Empenho;
- d) Autorização de Fornecimento.

DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

Fica homologado e Adjudicado o presente processo de Inexigibilidade de Licitação em favor da empresa FOROESTE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 86.242.252/0001-42, estabelecida na Rua Waldemar Rangrab,1640, Bairro Jardim Peperi, no Município de São Miguel do Oeste/SC, CEP : 89900-000.

Assim, por conseq-ência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, com subseq-ente empenho, nos moldes deste documento, depois de cumpridas todas as exigências impostas pela Lei Federal nº. 8.666/93 para a efetivação do mesmo.

Tunápolis,SC., 11 de Junho de 2021

MARINO JOSÉ FREY	
Prefeito Municipal	

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 94.2021

Publicação Nº 3095583

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8A04031E7C7DD35A8AB3995BE108D87B912F62B9

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS - PREFEITURA CNPJ: 78.486.198/0001-52 Rua João Castilho, 111 C.E.P.: 89898-000 - Tunápolis - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 21/2021 - DL
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 94/2021 Data do Processo: 30/04/2021

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Marino José Frey, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 94/2021
b) Licitação Nr.: 21/2021-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 11/06/2021
e) Objeto da Licitação: A presente dispensa de licitação tem por objeto a Contratação de empresa de Prestação de serviços para realização de processo seletivo.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
- 006133 - Ameosc	1	0,0000	11.400,00
	1		11.400,00

Tunápolis, 11 de Junho de 2021.

.....
PREFEITO MUNICIPAL MARINO JOSÉ FREY

PROCESSO 120.2021 HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 3093691

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 8A04031E7C7DD35A8AB3995BE108D87B912F62B9

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE TUNAPOLIS - PREFEITURA CNPJ: 78.486.198/0001-52 Rua João Castilho, 111 C.E.P.: 89898-000 - Tunápolis - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 11/2021 - IL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 120/2021 Data do Processo: 11/06/2021
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Marino José Frey, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 120/2021
b) Licitação Nr.: 11/2021-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 11/06/2021
e) Objeto da Licitação A presente Dispensa de Licitação por Inexigibilidade tem por objeto a Prestação de serviço com Mão de Obra Especializada, para realizar diagnóstico e conserto de mola de patim de freio, jogo de lona de freio, retentor, mola de retenção, rebites de lona de freio, cola, retirar, desmontar e montar a carcaça do eixo traseiro, que está trincada, sendo também necessário a retirada para fazer os reparos para eliminar o vazamento de óleo que existe no caminhão Ford 3133 placa QID 1997 do DMER, consid

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 009256 - FOROESTE VEICULOS LTDA	12	0.0000	4.292,48
	12		4.292,48

Tunápolis, 11 de Junho de 2021.

PREFEITO MUNICIPAL MARINO JOSÉ FREY

União do Oeste

PREFEITURA

4 TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM Nº 30/2020

Publicação Nº 3095521

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 30/2020

Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 30/2020, que fazem de um lado o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 78.505.591/0001-46, com sede na Av. São Luiz, 531 - Centro CEP: 89845-000 – União do Oeste - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor VALMOR GOLO, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa PAULO ADALBERTO FUCKS DA VEIGA JUNIOR EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 16.491.457/0001-86, com sede na Rodovia RS-344, bairro Moscon nº 8510, Santo Ângelo/RS, representada neste ato pelo seu Administrador Sr. PAULO ADALBERTO FUCKS DA VEIGA JUNIOR, CPF nº 003.816.360-89, denominada doravante simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula terceira do contrato principal e Art. 57, parágrafo primeiro, inciso II e parágrafo segundo da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado para mais 30 (trinta) dias, passando a vigor até 14 de julho de 2021.

Cláusula Segunda. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 30/2020 permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, SC, 11 de junho de 2021.
VALMOR GOLO
PREFEITO MUNICIPAL

PAULO ADALBERTO FUCKS DA
VEIGA JUNIOR EIRELI
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: Andressa Gregolin Donzelli
CPF: 090.534.369-79

02. _____
Nome: Suélem Dal Santo Tessaro
CPF: 586.929.799-91

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 39/2021 - PREGÃO Nº 22/2021

Publicação Nº 3093063

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 5FFFA14D72BF09E2816CEE3B380BD2674A333214

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 39/2021
Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 22/2021
Tipo: Menor Preço/global
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, VISANDO CÓPIAS/IMPRESSÕES, OBJETIVANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS.
Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 24 de junho de 2021.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 24 de junho de 2021.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: www.uniaodoeste.sc.gov.br , ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br .
CÓDIGO DE REGISTRO TCE/SC: 5FFFA14D72BF09E2816CEE3B380BD2674A333214
União do Oeste - SC, 11 de junho de 2021.
VALMOR GOLO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO ADM. DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 024/2021

Publicação Nº 3092705

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO N.º 024/2021.
CONTRATA SERVIDORA PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

Em conformidade ao inciso VIII, do artigo 2º da Lei Municipal n. 957, de 18 de março de 2013, Lei Municipal n.º 090/2015 e alterações posteriores, o MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, centro, inscrito no CNPJ sob o n. 78.505.591/0001-46, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. VALMOR GOLO, doravante denominado CONTRATANTE e MAYLIN CRISTINA CREMONINI, brasileira, solteira, portadora do RG n. 5.957.241 SSP/SC e do CPF n. 091.095.919-66, residente e domiciliado sito Av. Getulio Vargas, Centro, Jardinópolis - SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Tem por objeto o presente Contrato Administrativo, a contratação por prazo determinado, da Contratada acima qualificada, para desempenhar as atribuições do Cargo de FISIOTERAPEUTA, descrito na Lei Municipal N.º 090/2015 e alterações posteriores, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DISCIPLINAR: A Contratante e a Contratada sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e quando omissa a legislação local, à Constituição Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME: A relação de emprego entre a Contratante e a Contratada, reger-se-á pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no art. 39 da Constituição Federal.

CLÁUSULA QUARTA - DO HORÁRIO DE TRABALHO: A Contratada cumprirá a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com horário compreendido entre as 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda as sextas-feiras.

CLÁUSULA QUINTA - DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA: Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará à Contratada o vencimento constante no nível 56 do Plano de Cargos e Salários dos servidores públicos municipais, correspondendo, atualmente, a R\$ 6.012,37 (seis mil e doze reais e trinta e sete centavos).

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente Contrato terá vigência a partir de 14 de junho de 2021 à 27 de abril de 2022. Improrrogável.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CARACTERIZAÇÃO: A contratação se faz necessária para suprir o Serviço na modalidade home office e posterior licença maternidade da Servidora Publica Municipal Sra. KALINE TASCA em virtude de sua gestação, considerando os riscos da Pandemia de COVID-19, pelo que se justifica a contratação na necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme ampara o paragrafo único, do art. 3º, da Lei Municipal n.º 957/2013.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONTRIBUIÇÕES: A Contratante descontará na folha de pagamento do Contratado, mensalmente, a importância correspondente às contribuições para o INSS.

CLÁUSULA NONA - DO TEMPO DE SERVIÇO: A Contratante, a pedido do Contratado, fornecerá certidão de tempo de serviço, conforme estabelece a Constituição Federal.

CLÁUSULA DECIMA - DA REVOGAÇÃO: Este Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES: O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo autoriza a parte ofendida a distratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DO FORO: Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS: Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

União do Oeste, SC, 11 de junho de 2021.

MAYLIN CRISTINA CREMONINI
Contratada

VALMOR GOLO
Prefeito Municipal
P/ Contratante

Testemunhas:

01. _____
Nome: Giane Smaniotto
CPF: 060.416.089-55

02. _____
Nome: Andressa Gregolin Donzelli
CPF: 090.534.369-79

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

DECRETO MUNICIPAL N° 4.870/2021

Publicação N° 3092703

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.870, de 11 de junho de 2021.
Dispõe sobre contratação de servidora em caráter temporário e dá outras providências.

VALMOR GOLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Complementar Municipal N.º 090/2015 e alterações posteriores, Lei Municipal n.º 957/2013, Lei Municipal 1047/2016, Lei Municipal n.º 1056/2016 e considerando:

O resultado do Processo Seletivo para contratação temporária realizado a partir do Edital n.º 03/2021;
O contrato administrativo de trabalho por prazo determinado n.º 024/2021;

DECRETA:

Art.1º Fica contratada MAYLIN CRISTINA CREMONINI – brasileira, solteira, portadora do RG n.º 5.957.241/SSPSC e do CPF n.º 091.095.919-66, para desempenhar as atribuições do cargo de FISIOTERAPEUTA, com vencimento, lotação, jornada de trabalho e vigência descritos no contrato de trabalho temporário, obedecendo-se o que estabelece a legislação municipal.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 11 de junho de 2021.
VALMOR GOLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme Lei Municipal N. 1010/2014.

DECRETO MUNICIPAL N° 4.871/2021

Publicação N° 3093169

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.871, de 11 de junho de 2021.
Concede Licença Gestante à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

VALMOR GOLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto na Constituição Federal no seu art. 7º, Inciso XVIII e documentos em anexo,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida LICENÇA GESTANTE pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias à servidora pública Municipal ELIZANGELA ZANOTTO, ocupante do cargo de FARMACEUTICA, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ser gozada no período de 07 de junho de 2021 à 04 de outubro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de junho de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 11 de junho de 2021.
VALMOR GOLO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urussanga

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - PMU Nº 29/2021

Publicação Nº 3092714

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º 29/2021/PMU

A Prefeitura Municipal de URUSSANGA torna público, para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU O EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2021/PMU, que tem por objetivo a aquisição de insumos para pavimentação da rua: Atilio Damiani, no bairro Rio Salto, de boa qualidade, de acordo com o edital e seus anexos. Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado de Infraestrutura. SGPe SEF 5307/2019. Proposta transferência 22188. EMENDA IMPOSITIVA Nº 1066. Convênio 2019TR001461. Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM em 11/05/2021.

Motivo: Alteração na data de abertura do referido certame.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 08h30min do dia 24/06/2021 no setor de licitações desta Prefeitura Municipal, localizada na Praça da Bandeira, n.º 12, Urussanga – SC, somente em dias úteis.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 09h00 do dia 24/06/2021, no mesmo local da entrega dos envelopes.

Jair Nandi – Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 08/2021, 09/2021, 10/2021, 11/2021, 12/2021, 13/2021, 14/2021

Publicação Nº 3093719

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 07/2021 Pregão Presencial 04/2021 - Ata de Registro de Preços nº 08/2021, 09/2021, 10/2021, 11/2021, 12/2021, 13/2021 E 14/2021, visando registrar preços com o objetivo de aquisição parcelada de material de limpeza, higienização, copa e equipamentos de trabalho para limpeza, novos e de boa qualidade, de acordo com o edital e seus Anexos, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3427 de 02/03/2021, Pág. nº 1940, 1941, 1942, 1943 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 28/02/2022
2ª Publicação

PORTARIA GP/Nº 148/2021

Publicação Nº 3092992

PORTARIA GP/Nº 148, DE 2 DE ABRIL DE 2021.

Exonera, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora efetiva SANDRA MARIA MARGOTTI BAGGIO, ocupante do cargo de Professor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por pedido de demissão sem justa causa, a servidora efetiva SANDRA MARIA MARGOTTI BAGGIO, ocupante do cargo de Professor, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 2 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 2 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos dois dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 149/2021

Publicação Nº 3092991

PORTARIA GP/Nº 149, DE 5 DE ABRIL DE 2021.

Exonera, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora MILENE FRENHANI, ocupante da vaga de Professor – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria GP/Nº 60, de 10 de fevereiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora MILENE FRENHANI, ocupante da vaga de Professor – ACT, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 5 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 5 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos cinco dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 150/2021

Publicação Nº 3092940

PORTARIA GP/Nº 150, DE 5 DE ABRIL DE 2021.

Contrata a servidora IZABELA DOS SANTOS, ocupante da vaga de Técnico em Enfermagem – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 2.777, de 27 de setembro de 2016 c/c a Lei nº 2.680, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar a servidora IZABELA DOS SANTOS, ocupante da vaga de Técnico em Enfermagem – ACT, na Secretaria de Saúde, atuando 40hs/semanais, a partir de 5 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 5 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANALLETO
Secretária Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos cinco dias de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 151/2021

Publicação Nº 3092994

PORTARIA GP/Nº 151, DE 5 DE ABRIL DE 2021.

Contratar JOACIR DA SILVA para atuar na vaga de Professor – ACT, na disciplina de Ensino Religioso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 1.763/2000, 2.680/2014 e conforme Edital nº 001/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar a servidora abaixo relacionada, para exercer a função de Professor – ACT na área de Ensino Fundamental – disciplina de Ensino Religioso (Departamento de Ensino Fundamental - FUNDEB 60%), na Secretaria de Educação, conforme quadro abaixo:

Titular da Vaga	Carga Horária	Motivo do afastamento	Profissional Substituto	Unidade Escolar	Classificação	Período
Ieda Maria Albino Mazzuhetti	20	Direção de Escola	JOACIR DA SILVA	CEP Lydio de Brida e EM Rosalino de Nez	3	05/04/2021 a 17/12/2021

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 5 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos cinco dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 152/2021

Publicação Nº 3092938

PORTARIA GP/Nº 152, DE 5 DE ABRIL DE 2021.

Contrata a servidora ARIANA ISMAEL DA SILVA, ocupante da vaga de Agente Administrativo – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 2.777, de 27 de setembro de 2016 c/c a Lei nº 2.680, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar a servidora ARIANA ISMAEL DA SILVA, ocupante da vaga de Agente Administrativo – ACT, na Secretaria de Saúde, atuando 40hs/semanais, a partir de 5 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 5 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANALLETO
Secretária Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos cinco dias de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 153/2021

Publicação Nº 3092998

PORTARIA GP/Nº 153, DE 6 DE ABRIL DE 2021.

Exonera, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora LUZIETE IZAIAS, ocupante da vaga de Professor – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria GP/Nº 60, de 10 de fevereiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora LUZIETE IZAIAS, ocupante da vaga de Professor – ACT, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 6 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 6 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEAPARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos seis dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 154/2021

Publicação Nº 3092937

PORTARIA GP/Nº 154, DE 6 DE ABRIL DE 2021.

Exonera, por dispensa sem justa causa/término de contrato, a servidora RAIAT DIAS CANDIDO, ocupante da vaga de Odontólogo/ESF - ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, com base na Portaria GP/Nº 232, de 15 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por dispensa sem justa causa/término de contrato, a servidora RAIAT DIAS CANDIDO, ocupante da vaga de Odontólogo/ESF - ACT, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 6 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 6 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos seis dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 155/2021

Publicação Nº 3093002

PORTARIA GP/Nº 155, DE 7 DE ABRIL DE 2021.

Exonera, por término de contrato, a servidora LUANA REIMER, ocupante da vaga de Monitor Escolar – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria GP/Nº 69, de 29 de fevereiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera, por término de contrato, a servidora LUANA REIMER, ocupante da vaga de Monitor Escolar – ACT, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 7 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 7 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEAPARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos sete dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 156/2021

Publicação Nº 3093005

PORTARIA GP/Nº 156, DE 8 DE ABRIL DE 2021.

Exonera, por término de contrato antecipado pelo órgão, a servidora JANAINA LOPES, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria GP/Nº 44, de 1º de fevereiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera, por término de contrato antecipado pelo órgão, a servidora JANAINA LOPES, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais – ACT, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 8 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 8 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI

Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos oito dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 157/2021

Publicação Nº 3093008

PORTARIA GP/Nº 157, DE 9 DE ABRIL DE 2021.

Concede afastamento para tratamento de saúde a servidora CARLA MADEIRA RIBEIRO MASIERO, ocupante da vaga de Professor - ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 6º da Lei 2.680, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento para tratamento de saúde a servidora CARLA MADEIRA RIBEIRO MASIERO, ocupante da vaga de Professor - ACT, na Secretaria de Educação, a partir de 11 de abril de 2021.

Art. 2º Ao retorno do servidor as suas atividades, cessam os efeitos da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 9 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI

Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos nove dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 158/2021

Publicação Nº 3093009

PORTARIA GP/Nº 158, DE 9 DE ABRIL DE 2021.

Concede afastamento para tratamento de saúde a servidora efetiva JANICE APARECIDA RODRIGUES GOMES, ocupante do cargo de Professor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 109 da Lei Complementar nº 14, de 27 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento para tratamento de saúde a servidora efetiva JANICE APARECIDA RODRIGUES GOMES, ocupante do cargo

de Professor, a partir de 10 de abril de 2021.

Art. 2º Ao retorno do servidor as suas atividades, cessam os efeitos da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 9 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos nove dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 159/2021

Publicação Nº 3092906

PORTARIA GP/Nº 159, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

Concede afastamento para tratamento de saúde a servidora EVA DAMÁSIO, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais - ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 6º da Lei 2.680, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento para tratamento de saúde a servidora EVA DAMÁSIO, ocupante da vaga de Agente de Serviços Gerais - ACT, na Secretaria de Infraestrutura, a partir de 12 de abril de 2021.

Art. 2º Ao retorno do servidor as suas atividades, cessam os efeitos da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 12 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JUCEMAR SANGALETTI
Secretária Municipal de Infraestrutura

Registrada na Secretaria de Administração, aos doze dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 160/2021

Publicação Nº 3093012

PORTARIA GP/Nº 160, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

Contratar profissionais para atuarem como Professor – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 1.763/2000, 2.680/2014 e conforme Edital nº 001/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar aa servidoras abaixo relacionadas, para exercerem a função de Professor – ACT na área de Ensino Infantil (Departamento de Ensino Infantil - FUNDEB 60%), na Secretaria de Educação, conforme quadro abaixo:

Titular da Vaga	Motivo do afastamento	Carga Horária	Profissional Substituto	Unidade Escolar	Classificação	Período
Carla Madeira Ribeiro Masiero	Tratamento de saúde	20	ELAINE DAGOSTIN LAURINDO	CMEI Erotides Borges	176	12/04/2021 até o retorno da titular
Vaga transitória	-	20	ALECKSANDRA VIVIAN DOS SANTOS	CMEI Erotides Borges	192	12/04/2021 a 22/12/2021

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 12 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEAPARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos doze dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 161/2021

Publicação Nº 3093051

PORTARIA GP/Nº 161, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

Contratar MARINE FREITAS PETROSKI para atuar na vaga de Professor – ACT, no Ensino Fundamental.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 1.763/2000, 2.680/2014 e conforme Edital nº 001/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar a servidora abaixo relacionada, para exercer a função de Professor – ACT na área de Ensino Fundamental – séries iniciais (Departamento de Ensino Fundamental - FUNDEB 60%), na Secretaria de Educação, conforme quadro abaixo:

Titular da Vaga	Carga Horária	Motivo do afastamento	Profissional Substituto	Unidade Escolar	Classificação	Período
Vaga Transitória	20	-	MARINE FREITAS PETROSKI	CEP Lydio de Brida	125	12/04/2021 a 14/04/2021

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 12 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEAPARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos doze dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 162/2021

Publicação Nº 3093052

PORTARIA GP/Nº 162, DE 12 DE ABRIL DE 2020.

Contratar LUANA REIMER para atuar como Professor – ACT, na Educação Inclusiva.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 2.233/2007, 2.680/2014 e conforme Edital nº 001/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente os servidores abaixo relacionados, para exercerem a função de Professor – ACT na área de Educação Inclusiva, na Secretaria de Educação, em virtude da necessidade imperiosa de compor o quadro funcional de professores, conforme quadro abaixo:

Titular da Vaga	Motivo do afastamento	Carga Horária	Profissional Substituto	Unidade Escolar	Classificação	Período
Vaga Transitória	-	20	LUANA REIMER	EM Alda Brognoli Marcon Atendimento Domiciliar	-	12/04/2021 a 17/12/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 12 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEAPARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos doze dias do mês de fevereiro de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 163/2021

Publicação Nº 3092935

PORTARIA GP/Nº 163, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

Contrata a servidora ROSELI TEREZINHA DE JESUS PESSOA, ocupante da vaga de Técnico em Enfermagem/CAPS – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 2.776, de 27 de setembro de 2016 c/c a Lei nº 2.680, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar a servidora ROSELI TEREZINHA DE JESUS PESSOA, ocupante da vaga de Técnico em Enfermagem/CAPS – ACT, na Secretaria de Saúde, atuando 40hs/semanais, a partir de 12 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 12 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANALLETO
Secretária Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos doze dias de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 164/2021

Publicação Nº 3093042

PORTARIA GP/Nº 164, DE 12 DE ABRIL DE 2021.

Altera a carga horária da servidora ELIZABETH MARIA ASSUNTA DIAS DA SILVA, ocupante da vaga de Professor – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com o Informação nº 45/2021, da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

Art.1º Alterar a carga horária da servidora ELIZABETH MARIA ASSUNTA DIAS DA SILVA, ocupante da vaga de Professor – ACT, de 20hs/semanais para 30hs/semanais, na Secretaria de Educação, a partir de 12 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 12 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEAPARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos doze dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 165/2021

Publicação Nº 3093045

PORTARIA GP/Nº 165, DE 12 DE ABRIL DE 2020.

Contratar MARINES FLORÊNCIO DA SILVA para atuar como Agente de Serviços Gerais – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 2.777/2016 e 2.680/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente a servidora abaixo relacionada, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais – ACT, na Secretaria de Educação, em virtude da necessidade imperiosa de compor o quadro funcional de professores, conforme quadro abaixo:

Titular da Vaga	Motivo do afastamento	Carga Horária	Profissional Substituto	Unidade Escolar	Classificação	Período
Vaga Transitória	-	40	MARINES FLORÊNCIO DA SILVA	CEI Erotides Borges	-	12/04/2021 a 22/12/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 12 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito MunicipalJANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos doze dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 166/2021

Publicação Nº 3092909

PORTARIA GP/Nº 166, DE 13 DE ABRIL DE 2020.

Contratar ADÃO JOSÉ IRINEU para atuar como Agente de Serviços Gerais – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 2.777/2016 e 2.680/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar ADÃO JOSÉ IRINEU para atuar como Agente de Serviços Gerais – ACT, na Secretaria de Infraestrutura, a partir de 13 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 13 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito MunicipalJUCEMAR SANGALETTI
Secretária Municipal de Infraestrutura

Registrada na Secretaria de Administração, aos treze dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 167/2021

Publicação Nº 3092916

PORTARIA GP/Nº 167, DE 14 DE ABRIL DE 2021.

Contrata a servidora LUIZA MARIA MARTINS, ocupante da vaga de Agente Administrativo – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 2.777, de 27 de setembro de 2016 c/c a Lei nº 2.680, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar a servidora LUIZA MARIA MARTINS, ocupante da vaga de Agente Administrativo – ACT, na Secretaria de Saúde, atuando 40hs/semanais, a partir de 14 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 14 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANALLETO
Secretária Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos catorze dias de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 168/2021

Publicação Nº 3093044

PORTARIA GP/Nº 168, DE 15 DE ABRIL DE 2021.

Exonera, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora FRANCIELE LEMOS MARTINELLO FORMANSKI, ocupante da vaga de Professor – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria GP/Nº 124, de 15 de março de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora FRANCIELE LEMOS MARTINELLO FORMANSKI, ocupante da vaga de Professor – ACT, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 15 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos quinze dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 169/2021

Publicação Nº 3093047

PORTARIA GP/Nº 169, DE 15 DE ABRIL DE 2021.

Exonera, por término de contrato, a servidora ANA CAROLINA CUCKE, ocupante da vaga de Monitor Escolar – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria GP/Nº 12, de 6 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera, por término de contrato, a servidora ANA CAROLINA CUCKE, ocupante da vaga de Monitor Escolar – ACT, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 15 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos quinze dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 170/2021

Publicação Nº 3092915

PORTARIA GP/Nº 170, DE 16 DE ABRIL DE 2021.

Concede afastamento para tratamento de saúde a servidora MARIA APARECIDA DE SOUZA, ocupante da vaga de Agente Comunitária de Saúde - ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 6º da Lei 2.680, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento para tratamento de saúde a servidora MARIA APARECIDA DE SOUZA, ocupante da vaga de Agente Comunitária de Saúde - ACT, na Secretaria de Saúde, a partir de 16 de abril de 2021.

Art. 2º Ao retorno do servidor as suas atividades, cessam os efeitos da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANALLETO
Secretária Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 171/2021

Publicação Nº 3093048

PORTARIA GP/Nº 171, DE 16 DE ABRIL DE 2021.

Exonera, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora INGRID CANCELLIER DA LUZ ANTUNES, ocupante da vaga de Professor – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria GP/Nº 60, de 10 de fevereiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera, por término de contrato antecipado pelo contratado, a servidora INGRID CANCELLIER DA LUZ ANTUNES, ocupante da vaga de Professor – ACT, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 16 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 172/2021

Publicação Nº 3093037

PORTARIA GP/Nº 172, DE 19 DE ABRIL DE 2021.

Contratar DAIANE PACHECO CÂNDIDO para atuar na vaga de Professor – ACT, no Ensino Fundamental.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 1.763/2000, 2.680/2014 e conforme Edital nº 001/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar a servidora abaixo relacionada, para exercer a função de Professor – ACT na área de Ensino Fundamental – séries iniciais (Departamento de Ensino Fundamental - FUNDEB 60%), na Secretaria de Educação, conforme quadro abaixo:

Titular da Vaga	Carga Horária	Motivo do afastamento	Profissional Substituto	Unidade Escolar	Classificação	Período
Vaga Transitória	20	-	DAIANE PACHECO CÂNDIDO	CEP Lydio de Brida	126	19/04/2021 a 17/12/2021

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 19 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI

Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos dezenove dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 173/2021

Publicação Nº 3092913

PORTARIA GP/Nº 173, DE 20 DE ABRIL DE 2021.

Contrata a servidora MARILETE PEREIRA DUTRA, ocupante da vaga de Agente Comunitário de Saúde – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 2.776, de 27 de setembro de 2016 c/c a Lei nº 2.680, de 12 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar a servidora MARILETE PEREIRA DUTRA, ocupante da vaga de Agente Comunitário de Saúde – ACT, na Secretaria de Saúde, atuando 40hs/semanais, a partir de 20 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 20 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

INGRID ZANALLETO

Secretária Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte dias de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 174/2021

Publicação Nº 3093016

PORTARIA GP/Nº 174, DE 20 DE ABRIL DE 2020.

Contratar MARIA NAZARÉ FERRARES para atuar como Agente de Serviços Gerais – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 2.777/2016 e 2.680/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar temporariamente a servidora abaixo relacionada, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais – ACT, na Secretaria

de Educação, em virtude da necessidade imperiosa de compor o quadro funcional de professores, conforme quadro abaixo:

Titular da Vaga	Motivo do afastamento	Carga Horária	Profissional Substituto	Unidade Escolar	Classificação	Período
Vaga Transitória	-	40	MARIA NAZARÉ FERRARES	CEI Agenir Nichele	-	20/04/2021 a 22/12/2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 20 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI

Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 175/2021

Publicação Nº 3093017

PORTARIA GP/Nº 175, DE 20 DE ABRIL DE 2021.

Exonera, por término de contrato antecipado pelo contratado, o servidor WILLIAN MARCOS MACHADO, ocupante da vaga de Professor – ACT, na disciplina de Artes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria GP/Nº 55, de 8 de fevereiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera, por término de contrato antecipado pelo contratado, o servidor WILLIAN MARCOS MACHADO, ocupante da vaga de Professor – ACT, na disciplina de Artes T, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 20 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI

Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 176/2021

Publicação Nº 3092983

PORTARIA GP/Nº 176, DE 22 DE ABRIL DE 2021.

Exonera, por rescisão contratual, o servidor CLÉZIO FRÉCCIA, ocupante do cargo comissionado de Diretor Municipal de Serviços Urbanos I.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais, com base na Portaria GP/Nº 13, de 19 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por rescisão contratual, o servidor CLÉZIO FRÉCCIA, ocupante do cargo comissionado de Diretor Municipal de Serviços Urbanos I, vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir de 22 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 22 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e dois dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 177/2021

Publicação Nº 3092946

PORTARIA GP/Nº 177, DE 22 DE ABRIL DE 2021.

Designa o diretor FILIPE CATANEO MARCELLO, para responder interinamente como Coordenador do Conselho Municipal do Bem-Estar Animal de Urussanga - COMBEA, por tempo indeterminado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Portaria nº 264, de 20 de novembro de 2020 e com base na Lei Municipal nº 2.918, de 19 de dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado o diretor FILIPE CATANEO MARCELLO, nomeado no cargo de Diretor Administrativo, na Secretaria de Infraestrutura, para responder interinamente como Coordenador do Conselho Municipal do Bem-Estar Animal de Urussanga - COMBEA, a partir de 22 de abril de 2021, por tempo indeterminado, sem ônus para o Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e dois dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 178/2021

Publicação Nº 3092980

PORTARIA GP/Nº 178, DE 22 DE ABRIL DE 2021.

Nomeia o servidor EDSON SAVI MONDO para o cargo de Diretor de Serviços Urbanos II, na Secretaria de Infraestrutura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2.777, de 27 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor EDSON SAVI MONDO para o cargo de Diretor de Serviços Urbanos II – GDA-52, vinculado a Secretaria de Infraestrutura, a partir de 22 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 22 de abril de 2021.
LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e dois dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 179/2021

Publicação Nº 3092942

PORTARIA GP/Nº 179, DE 23 DE ABRIL DE 2021.

Concede afastamento para tratamento de saúde a servidora OLÍRIA MEURA, ocupante da vaga Técnica em Enfermagem.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições no uso de suas atribuições, de acordo com o §1º do art. 2º da Lei 2.776, de 27 de setembro de 2016 c/c o art. 71 e ss. Do Decreto Federal nº 3.048, de 6 de maio de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento para tratamento de saúde a servidora OLÍRIA MEURA, ocupante da vaga Técnica em Enfermagem, na Secretaria de Saúde, a partir de 23 de abril de 2021.

Art. 2º Ao retorno do servidor as suas atividades, cessam os efeitos da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 23 de abril de 2021.
LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO
Secretário Municipal de Saúde

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e três dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 180/2021

Publicação Nº 3093019

PORTARIA GP/Nº 180, DE 26 DE ABRIL DE 2021.

Contratar profissionais para atuarem como Professor – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 1.763/2000, 2.680/2014 e conforme Edital nº 001/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar aa servidoras abaixo relacionadas, para exercerem a função de Professor – ACT na área de Ensino Infantil (Departamento de Ensino Infantil - FUNDEB 60%), na Secretaria de Educação, conforme quadro abaixo:

Titular da Vaga	Motivo do afastamento	Carga Horária	Profissional Substituto	Unidade Escolar	Classificação	Período
Suelen Jung Pedro	Tratamento de saúde	20	PAMELA JULIANI MAGAGNIN	CMEI Magnólia Branca	177	26/04/2021 até o retorno da titular
Vaga transitória	-	20	ADRIANA DA SILVA	CMEI Erotides Borges	203	26/04/2021 a 22/12/2021

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 26 de abril de 2021.
LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e seis dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 181/2021

Publicação Nº 3093039

PORTARIA GP/Nº 181, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Contratar EDILSON JOSÉ DA SILVA para atuar na vaga de Professor – ACT, na disciplina de Artes

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis nºs 1.763/2000, 2.680/2014 e conforme Edital nº 001/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar a servidora abaixo relacionada, para exercer a função de Professor – ACT na área de Ensino Fundamental, na disciplina de Artes (Departamento de Ensino Fundamental - FUNDEB 60%), na Secretaria de Educação, conforme quadro abaixo:

Titular da Vaga	Carga Horária	Motivo do afastamento	Profissional Substituto	Unidade Escolar	Classificação	Período
Francine dos Santos Rodrigues	20	Gestante -grupo de risco COVID	EDILSON JOSÉ DA SILVA	EM Alda B. Marcon + EM Ernesto C. Mariot + EM Rosalino Damiani	1º não habilitado	27/04/2021 a 17/12/2021

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 27 de abril de 2021.
LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e sete dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 182/2021

Publicação Nº 3092988

PORTARIA GP/Nº 182, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Concede afastamento para tratamento de saúde a servidora efetiva JANETE DA SILVA, ocupante do cargo de Professor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 109 da Lei Complementar nº 14, de 27 de setembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento para tratamento de saúde a servidora efetiva JANETE DA SILVA, ocupante do cargo de Professor, a partir de 27 de abril de 2021.

Art. 2º Ao retorno do servidor as suas atividades, cessam os efeitos da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 27 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e sete dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

PORTARIA GP/Nº 183/2021

Publicação Nº 3092984

PORTARIA GP/Nº 183, DE 28 DE ABRIL DE 2021.

Altera a carga horária da servidora VERA LUCIA SABINO, ocupante da vaga de Professor – ACT.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com o Informação nº 54/2021, da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

Art.1º Alterar a carga horária da servidora VERA LUCIA SABINO, ocupante da vaga de Professor – ACT, de 20hs/semanais para 30hs/semanais, na Secretaria de Educação, a partir de 28 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 28 de abril de 2021.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

JANEIA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Administração, aos vinte e oito dias do mês de abril de 2021 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

CÂMARA MUNICIPAL**ATO Nº 33, DE 14 DE JUNHO DE 2021**

Publicação Nº 3089370

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Odivaldo Bonetti, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determina o art. 15, inciso II, da Lei Orgânica do Município; c/c art. 38, incisos II, V, VIII e XXIII, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 33, DE 14 DE JUNHO DE 2021.

NOMEIA MAGALY BONETTI MAZZUCCO AO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSORA PARLAMENTAR DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Art. 1º Nomeia MAGALY BONETTI MAZZUCCO, portadora do RG nº 3.361.999, inscrita no CPF sob o nº 024.391.019-31, ao cargo de provimento em comissão de ASSESSORA PARLAMENTAR (Símbolo PC-02) do Partido Social Democrático com representatividade na Câmara Municipal de Urussanga, em 14 de junho de 2021.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 14 de junho de 2021.

Vereador Odivaldo Bonetti
Presidente

Vereador Rozemar Sebastião
Vice-Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

Vereador Thiago Mutini
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br em 14 de junho de 2021.

Vereador Elson Roberto Ramos
Primeiro Secretário

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 031/2021

Publicação N° 3095868

Extrato de Contrato n° 031/2021

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: LUCIENE DE BRITO VITORINO DE SOUZA JOKOSKI

CNPJ: 29.083.822./0001-65

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de Sessões de Terapia Ocupacional, com atendimento individualizado de pacientes de todas as faixas etárias, encaminhados através da Secretaria Municipal de Saúde, cuja capacidade de desempenhar as atividades cotidianas estejam ameaçadas ou interrompidas por incapacidade temporária ou permanente, com duração de no mínimo 45 minutos por sessão. Quantidades fica por conta da demanda mensal, não ultrapassando o quantitativo de 150 sessões por ano.

Valor: R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações, Contrato n° 031/2021.

Vargeão, SC, 11 de junho de 2021.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

Vidal Ramos**PREFEITURA****DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 06/2021**

Publicação Nº 3095563

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 08/2021
Dispensa de Licitação nº. 06/2021

O Presidente da Comissão de Licitação do Fundo Municipal de Assistência Social de Vidal Ramos informa que o presente processo de Dispensa de Licitação é referente aquisição de leite para compor a cesta básica – Benefício Eventual concedido através da Lei Municipal nº. 1.969/2017 de 06 de dezembro de 2017 Assistência Social de Vidal Ramos.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Compra de leite para compor a cesta básica – Benefício Eventual concedido através da Lei Municipal nº. 1.969/2017 de 06 de dezembro de 2017 Assistência Social de Vidal Ramos.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Nota-se, pelas razões fáticas acima apresentadas, que a contratação, conforme programação do Município ocorreria via licitação. Contudo, em razão do valor, tempo para conclusão do procedimento licitatório, isto não se mostrou viável no momento. Tendo que garantir os serviços essenciais em comento, abrimos mão do que dispõe o art. 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações:

DO PREÇO

O valor previsto para pagamento das peças é de R\$ 1.723,20 (mil setecentos e vinte e três reais e vinte centavos), o preço está baseado no menor valor dos orçamentos que conseguimos que foi no valor citado acima para o fornecimento das peças solicitadas.

QTD	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
480	und	Leite Integral, caixa com 1000 ml	3,59	1.723,20
Valor total			1.723,20	

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para a realização da presente dispensa de licitação foi verificada a existência de suficiência de recursos orçamentários, como segue:
3.3.9.0.0.0.0.0.00.00.00.00

DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA

O prazo para a entrega será imediato, após a autorização de fornecimento.

DA DOCUMENTAÇÃO

Poderão participar desta licitação quaisquer interessados, desde que:

Para habilitação entreguem os seguintes documentos:

Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou ainda, inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Regularidade Fiscal:

Prova de regularidade fiscal com as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da empresa;

Prova de regularidade fiscal perante o FGTS, do domicílio ou sede da empresa;

Prova de regularidade relativo à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

Declarações.

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Eduardo Thechrin, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta deste processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, em favor da empresa: ELIANA DALSENTER E CIA LTDA EPP, AVENIDA JORGE LACERDA, CNPJ: 04.859.535/0001-73, CENTRO DE VIDAL RAMOS/SC, CEP: 88443-000.

Assim, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, vem comunicar ao Exmo. Sr. Marcelo Francisco Becker, Prefeito em Exercício, todo teor da presente declaração, para que proceda, se de acordo, com a devida ratificação.

Vidal Ramos, 14 de junho de 2021.

Eduardo Thechrin
Presidente da Comissão de Licitação

EDITAL PREGÃO Nº. 01/2021 - ASSISTÊNCIA

Publicação Nº 3095536

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) ED8E2600D3115F797A8B89AD11268FA77C5B2A8F

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 07/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

DATA DA REALIZAÇÃO: 25 de junho de 2021

HORÁRIO: a partir das 09:00 horas

LOCAL: Avenida Jorge Lacerda, 1180 –Sede da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos – Bairro Centro, Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, Brasil.

O FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS, Estado de Santa Catarina, localizado a AVENIDA JORGE LACERDA, nº 1180, torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO – sob o critério de aceitabilidade de menor preço GLOBAL, objetiva-se a contratação de empresa especializada para realização de cursos de música, com carga horária de 8 horas semanais, para atender as crianças e jovens que participam de oficinas de fortalecimento de vínculos e atividades sócio-educativas no Município de Vidal Ramos, conforme Anexo I, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013, Decreto Federal nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do pregão será realizada a Avenida Jorge Lacerda, nº 1180 – Edifício Sede da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos – Bairro Centro, Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, Brasil, iniciando-se no dia 25/06/2021, às 09h00min e será conduzido pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

I - DO OBJETO

1 - Contratação de empresa especializada para realização de cursos de música, com carga horária de 8 horas semanais, para atender as crianças e jovens que participam de oficinas de fortalecimento de vínculos e atividades sócio-educativas no Município de Vidal Ramos, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 01/2021.

A despesa decorrente desta licitação correrá por conta de recursos previstos no orçamento fiscal vigente.

Vidal Ramos, 14 de junho de 2021

NELSON BACK
Prefeito Municipal

EDITAL PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/2021

Publicação Nº 3095556

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 46879EA157E97D0D318DE0AEF697239696857300

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos - Setor de Compras, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 55/2021 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 34/2021-OBJETO: Constitui objeto do presente certame a aquisição de: Distribuidor de Calçário, Plantadeira Adubadeira de 4 linhas, Balança Agropecuária, a ser fornecido pela Proponente vencedor, de acordo com as especificações seguintes no anexo Termo de Referência. REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 005/2019 de 08 de janeiro de 2019, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 55/2021- PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº. 34/2021, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14:00 hrs do dia 25 de junho de 2021. CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 14:00 hrs do dia 25 de junho de 2021, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Departamento de Compras e Licitações. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@vidalramos.sc.gov.br ou licitacoes@vidalramos.sc.gov.br Vidal Ramos (SC), 11 de junho de 2021. NELSON BACK - Prefeito Municipal

LC Nº 076/2021, DE 09 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093034

LEI COMPLEMENTAR Nº 076/2021, DE 09 DE JUNHO DE 2021

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2005.

AMBRÓSIO RUBICK, Prefeito em Exercício do Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas:

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera caput e §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 023, de 08 de dezembro de 2005, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 3º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXVI, quando o imposto será devido no local:

...

§ 4º - Na hipótese de descumprimento das alíquotas mínimas dispostas no art. 8º-A da Lei Complementar nº 116/2003 o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

Art. 2º. Acrescenta o parágrafo único no artigo 4º da Lei Complementar nº 023, de 08 de dezembro de 2005, com a seguinte redação:

Art. 4º...

Parágrafo Único: Considera-se ainda como estabelecimento prestador o local, edificado ou não, próprio ou de terceiros, onde sejam executadas atividades sujeitas à incidência do imposto, mediante a utilização de empregados, ainda que sob a forma de cessão de mão de obra, com ou sem o concurso de máquinas, equipamentos, ferramentas ou quaisquer outros utensílios.

Art. 3º. Altera o III do parágrafo 2º do artigo 6º da Lei Complementar nº 023, de 08 de dezembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º...

Parágrafo 2º ...

...

III - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora dos serviços realizados no território deste Município, descritos no inciso XXIV do art. 3º desta Lei.

Art. 4º. Altera o artigo 8º-C da Lei Complementar nº 023, de 08 de dezembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º-C. Os profissionais liberais regulamentados, não domiciliado neste ente, atuantes na área da construção civil que prestarem serviços de execução, assessoria ou administração de obras no Município de Vidal Ramos, deverão recolher o ISS pelo valor apurado nos registros de responsabilidade técnica e notas de prestação de serviços, não podendo este ser inferior ao disposto na Tabela VIII.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Vidal Ramos, 09 de junho de 2021.

AMBRÓSIO RUBICK
Prefeito em Exercício

LEI COMPLEMENTAR Nº 076/2021, DE 09 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093032

LEI COMPLEMENTAR Nº 076/2021, DE 09 DE JUNHO DE 2021

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2005.

AMBRÓSIO RUBICK, Prefeito em Exercício do Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas:

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera caput e §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 023, de 08 de dezembro de 2005, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 3º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXVI, quando o imposto será devido no local:

...

§ 4º - Na hipótese de descumprimento das alíquotas mínimas dispostas no art. 8º-A da Lei Complementar nº 116/2003 o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

Art. 2º. Acrescenta o parágrafo único no artigo 4º da Lei Complementar nº 023, de 08 de dezembro de 2005, com a seguinte redação:

Art. 4º...
Parágrafo Único: Considera-se ainda como estabelecimento prestador o local, edificado ou não, próprio ou de terceiros, onde sejam executadas atividades sujeitas à incidência do imposto, mediante a utilização de empregados, ainda que sob a forma de cessão de mão de obra, com ou sem o concurso de máquinas, equipamentos, ferramentas ou quaisquer outros utensílios.

Art. 3º. Altera o III do parágrafo 2º do artigo 6º da Lei Complementar nº 023, de 08 de dezembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º...
Parágrafo 2º ...

...
III - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora dos serviços realizados no território deste Município, descritos no inciso XXIV do art. 3º desta Lei.

Art. 4º. Altera o artigo 8º-C da Lei Complementar nº 023, de 08 de dezembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º-C. Os profissionais liberais regulamentados, não domiciliado neste ente, atuantes na área da construção civil que prestarem serviços de execução, assessoria ou administração de obras no Município de Vidal Ramos, deverão recolher o ISS pelo valor apurado nos registros de responsabilidade técnica e notas de prestação de serviços, não podendo este ser inferior ao disposto na Tabela VIII.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Vidal Ramos, 09 de junho de 2021.

AMBRÓSIO RUBICK
Prefeito em Exercício

LEI COMPLEMENTAR Nº 076/2021, DE 09 DE JUNHO DE 2021

Publicação Nº 3093026

LEI COMPLEMENTAR Nº 076/2021, DE 09 DE JUNHO DE 2021

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 023, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2005.

AMBRÓSIO RUBICK, Prefeito em Exercício do Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas:

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera caput e §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 023, de 08 de dezembro de 2005, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 3º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXVI, quando o imposto será devido no local:

...
§ 4º - Na hipótese de descumprimento das alíquotas mínimas dispostas no art. 8º-A da Lei Complementar nº 116/2003 o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

Art. 2º. Acrescenta o parágrafo único no artigo 4º da Lei Complementar nº 023, de 08 de dezembro de 2005, com a seguinte redação:

Art. 4º...
Parágrafo Único: Considera-se ainda como estabelecimento prestador o local, edificado ou não, próprio ou de terceiros, onde sejam executadas atividades sujeitas à incidência do imposto, mediante a utilização de empregados, ainda que sob a forma de cessão de mão de obra, com ou sem o concurso de máquinas, equipamentos, ferramentas ou quaisquer outros utensílios.

Art. 3º. Altera o III do parágrafo 2º do artigo 6º da Lei Complementar nº 023, de 08 de dezembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º...
Parágrafo 2º ...

...
III - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora dos serviços realizados no território deste Município, descritos no inciso XXIV do art. 3º desta Lei.

Art. 4º. Altera o artigo 8º-C da Lei Complementar nº 023, de 08 de dezembro de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º-C. Os profissionais liberais regulamentados, não domiciliado neste ente, atuantes na área da construção civil que prestarem serviços de execução, assessoria ou administração de obras no Município de Vidal Ramos, deverão recolher o ISS pelo valor apurado nos registros de responsabilidade técnica e notas de prestação de serviços, não podendo este ser inferior ao disposto na Tabela VIII.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Vidal Ramos, 09 de junho de 2021.

AMBRÓSIO RUBICK
Prefeito em Exercício

PORTARIA N. 001/2021, DE 01 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 3093785

PORTARIA n. 001/2021, de 01 de janeiro de 2021.
CONCEDE RETORNO AO SERVIDOR PARA CARGO DE ORIGEM
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando que o Senhor Odilmar de Souza não exerce mais a função de Prefeito Municipal,
Considerando que o Senhor Odilmar de Souza é servidor efetivo e estável na função de Motorista

RESOLVE:

Art. 01º - Conceder o retorno a função de Motorista, ao servidor ODILMAR DE SOUZA, a conta de 01 de janeiro de 2021

Parágrafo Único: O servidor retorna a função de origem exercendo as atribuições do cargo conforme Lei do Plano de Cargos e Salários, com vencimento correspondente ao Nível V- 05 e carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Art. 02º - Revogar a portaria municipal n.202/2018, 12 de novembro de 2018, que colocava o servidor em Licença Sem Vencimento.

Art. 03º - Revogar as portarias municipais n.246/2002 de 03 de maio de 2002, n. 147/2003 de 15 de abril de 2003 e n. 062/2014 de 28 de fevereiro de 2014 que concediam e alteravam a Gratificação Especial, conforme artigo 102 da LC n. 036/2010 de 01 de dezembro de 2010.

Art. 04º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 05º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 01 de janeiro de 2021.
NELSON BACK
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 01 de janeiro de 2021.

Marcelo Francisco Becher
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA N. 002/2021, DE 01 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 3093787

PORTARIA n. 002/2021, de 01 de janeiro de 2021.
NOMEIA AGENTE POLITICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º - NOMEAR para função de Agente Político, o senhor JAISON BOING, para exercer o cargo de COORDENADOR GERAL DA ADMINISTRAÇÃO, a contar de 01 de janeiro de 2021.

Parágrafo Único – Para o exercício da função, o servidor fará jus ao nível de vencimento CG-I.

Art. 02º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 03º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 01 de janeiro de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 01 de janeiro de 2021.

MARCELO FRANCISCO BECHER
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA N. 003/2021, DE 01 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 3093788

PORTARIA n. 003/2021, de 01 de janeiro de 2021.
NOMEIA ASSESSOR JURIDICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º - NOMEAR para de Cargo Comissionado, senhora JULIANE MACHADO LAURENTINO, com registro no Conselho da OAB sob o n. 57340-SC, para exercer o cargo de ASSESSOR JURÍDICO do município de Vidal Ramos a contar de 01 de janeiro de 2021

Parágrafo Único – Para o exercício da função, a servidora fará jus ao nível de vencimento CC-III, correspondente a 20 (vinte horas semanais) horas semanais, conforme Lei Complementar Municipal n. 071/2019 de 19 de Dezembro de 2019.

Art. 02º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 03º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 01 de janeiro de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 01 de janeiro de 2021.

MARCELO FRANCISCO BECHER
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA N. 004/2021, DE 01 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 3093790

PORTARIA n. 004/2021, de 01 de janeiro de 2021.

DESIGNA ASSESSORIA JURIDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º - DESIGNAR a Assessora Jurídica Juliane Machado Laurentino, nomeada pela Portaria nº 003/2021 de 01 de janeiro de 2021, para responder como Procuradora do Município de Vidal Ramos, representando e assistindo o Município em Juízo, além de assessorar o Prefeito e os demais órgãos da administração, em assuntos de ordem legislativa, administrativa, fiscal, trabalhista e jurídica e acompanhar todos os feitos contenciosos em que for parte o Município, inclusive na área administrativa.

Art. 02º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 03º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 01 de janeiro de 2021.
NELSON BACK
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 01 de janeiro de 2021.

MARCELO FRANCISCO BECHER
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA N. 005/2021, DE 01 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 3093794

PORTARIA n. 005/2021, de 01 de janeiro de 2021.
NOMEIA AGENTE POLITICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º - NOMEAR para função de Agente Politico, a senhora SHIRLEY GERVASI KUHNEN, para exercer o cargo de SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, a contar de 01 de janeiro de 2021.

Parágrafo Único – Para o exercício da função, a servidora fará jus ao nível de vencimento CC-I.

Art. 02º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 03º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 01 de janeiro de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 01 de janeiro de 2021.

MARCELO FRANCISCO BECHER
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA N. 006/2021, DE 01 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 3093796

PORTARIA n. 006/2021, de 01 de janeiro de 2021.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELA TESOUREARIA
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º - DESIGNAR a servidora SHIRLEY GERVASI KUHNEN, nomeada para o cargo de Secretária Municipal de Administração e Finanças, para juntamente com o Prefeito Municipal NELSON BACK, responderem pela tesouraria da Prefeitura e demais fundos relacionados abaixo:

NOME ENTIDADE	CNPJ
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos	83.102.376/0001-34
Fundo de Saúde de Vidal Ramos	14.164.340/0001-62
Fundo de Assistência Social de Vidal Ramos	14.567.169/0001-32
Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social	19.094.585/0001-84
Fundo da Infância e Adolescência de Vidal Ramos - FIA	19.098.312/0001-08

Art. 02º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 03º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 01 de janeiro de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 01 de janeiro de 2021.

MARCELO FRANCISCO BECHER
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA N. 007/2021, DE 01 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 3093797

PORTARIA n. 007/2021, de 01 de janeiro de 2021.
NOMEIA AGENTE POLITICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º - NOMEAR para função de Agente Politico, o senhor RODRIGO TABARELLI, para exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, a contar de 04 de janeiro de 2021.

Parágrafo Único – Para o exercício da função, o servidor fará jus ao nível de vencimento CG-I.

Art. 02º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a contar de 04 de janeiro de 2021.

Art. 03º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 01 de janeiro de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 01 de janeiro de 2021.

MARCELO FRANCISCO BECHER
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA N. 008/2021, DE 01 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 3093799

PORTARIA n. 008/2021, de 01 de janeiro de 2021.
NOMEIA AGENTE POLITICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º - NOMEAR para função de Agente Politico, o senhor JUAREZ KUHNEN, para exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, a contar de 01 de janeiro de 2021.

Parágrafo Único – Para o exercício da função, o servidor fará jus ao nível de vencimento CG-I.

Art. 02º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 03º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 01 de janeiro de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 01 de janeiro de 2021.

MARCELO FRANCISCO BECHER
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA N. 009/2021, DE 01 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 3093803

PORTARIA n. 009/2021, de 01 de janeiro de 2021.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELA TESOUREARIA
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º - DESIGNAR o servidor JUAREZ KUHNEN, nomeado para o cargo de Secretário de Educação e Cultura, para assinar em conjunto com o Prefeito Municipal Senhor NELSON BACK, pela tesouraria da Secretaria de Educação de Vidal Ramos, inscrita no CNPJ: 30.889.822/0001-36, dando-lhes poderes para abrir contas correntes, emitir cheques, movimentar contas correntes, efetuar pagamentos e transferências por qualquer meio, encerrar contas bancárias, utilizar crédito aberto, assinar instrumento de crédito, assinar propostas de empréstimos e contratos de abertura de crédito, tirar extratos, enviar, receber e liberar arquivos de pagamentos e enviar OBN.

Art. 02º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 03º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 01 de janeiro de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 01 de janeiro de 2021.

MARCELO FRANCISCO BECHER
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA N. 010/2021, DE 01 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 3093806

PORTARIA n. 010/2021, de 01 de janeiro de 2021.

NOMEIA AGENTE POLITICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º - NOMEAR para função de Agente Politico, o senhor FLAVIO JOSE MAJOLO, para exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO, a contar de 01 de janeiro de 2021.

Parágrafo Único – Para o exercício da função, o servidor fará jus ao nível de vencimento CG-I.

Art. 02º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 03º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 01 de janeiro de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 01 de janeiro de 2021.

MARCELO FRANCISCO BECHER
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA N. 011/2021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 3093808

PORTARIA n. 011/2021, de 04 de janeiro de 2021.
NOMEIA AGENTE POLITICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º - NOMEAR para função de Agente Politico, o senhor JOSE GERALDO RUBICK, para exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, a contar de 04 de janeiro de 2021.

Parágrafo Único – Para o exercício da função, o servidor fará jus ao nível de vencimento CG-I.

Art. 02º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 03º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 04 de janeiro de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 04 de janeiro de 2021.

MARCELO FRANCISCO BECHER
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA N. 012/2021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 3093810

PORTARIA n. 012/2021, de 04 de janeiro de 2021.
NOMEIA AGENTE POLITICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º - NOMEAR para função de Agente Politico, o senhor FABIO ADELINO FACHI para exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, a contar de 04 de janeiro de 2021.

Parágrafo Único – Para o exercício da função, o servidor fará jus ao nível de vencimento CG-I.

Art. 02º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 03º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 04 de janeiro de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 04 de janeiro de 2021.

MARCELO FRANCISCO BECHER
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA N. 013/2021, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 3093812

PORTARIA n. 013/2021, de 04 de janeiro de 2021.
NOMEIA AGENTE POLITICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º - NOMEAR para função de Agente Politico, o senhor THIAGO DALPRÁ para exercer o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DES-PORTO E LAZER, a contar de 04 de janeiro de 2021.

Parágrafo Único – Para o exercício da função, o servidor fará jus ao nível de vencimento CG-I.

Art. 02º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 03º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 04 de janeiro de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 04 de janeiro de 2021.

MARCELO FRANCISCO BECHER
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA N. 014/2021, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 3093813

PORTARIA n. 014/2021, de 05 de janeiro de 2021.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER POR SECRETARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º - DESIGNAR o servidor MARCELO FRANCISCO BECHER, efetivo na função de Gerente Administrativo, para responder pela Secretaria Municipal de Assistência Social a contar de 05 de Janeiro de 2021.

Parágrafo Único – Para o exercício da função, o servidor fará jus a uma FG de 50% (cinquenta por cento) do valor do respectivo cargo que irá responder, conforme artigo 93 da LC n. 036/2010 de 01 de Dezembro de 2010.

Art. 02º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 03º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 05 de janeiro de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 05 de janeiro de 2021.

JAISON BOING
Coordenador Geral

PORTARIA N. 015/2021, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 3093817

PORTARIA n. 015/2021, de 05 de janeiro de 2021.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER COMO FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º - DISIGNA o servidor RODRIGO TABARELLI, nomeado para o cargo de Secretário Municipal de Saúde, para responder como Fiscal de Contrato junto a Secretaria Municipal de Saúde do município de Vidal Ramos.

Art. 02º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 03º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 05 de janeiro de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 05 de janeiro de 2021.

MARCELO FRANCISCO BECHER
Responsável pelo Setor de RH

PORTARIA N. 016/2021, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 3093879

PORTARIA n. 016/2021, de 05 de janeiro de 2021.
NOMEIA AGENTE POLITICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º - NOMEAR para função de Agente Politico, a senhora ZENIR SCHMITZ BOING para exercer o cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO, a contar de 18 de janeiro de 2021.

Parágrafo Único – Para o exercício da função, a servidora fará jus ao nível de vencimento CG-I.

Art. 02º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18 de janeiro de 2021.

Art. 03º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 05 de janeiro de 2021.

NELSON BACK JAISON BOING
Prefeito Municipal Coordenador Geral

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 05 de janeiro de 2021.

Resp. pela publicação

PORTARIA N. 017/2021, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

Publicação N° 3093881

PORTARIA n. 017/2021, de 05 de janeiro de 2021.

DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER POR SECRETARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º - DESIGNAR a servidora PRICILA BUSS, efetiva na função de Professora de Educação Física, para responder pela Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente a contar de 20 de Janeiro de 2021.

Parágrafo Único – Para o exercício da função, o servidor fará jus a uma FG de 50% (cinquenta por cento) do valor do respectivo cargo que irá responder, conforme artigo 93 da LC n. 036/2010 de 01 de Dezembro de 2010.

Art. 02º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos contar de 20 de Janeiro de 2021.

Art. 03º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 05 de janeiro de 2021.

NELSON BACK JAISON BOING
Prefeito Municipal Coordenador Geral

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 05 de janeiro de 2021.

Resp. pela publicação

PORTARIA N. 018/2021, DE 05 DE JANEIRO DE 2021

Publicação Nº 3093883

PORTARIA n. 018/2021, de 05 de janeiro de 2021.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELA TESOUREARIA
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON BACK, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 01º - DESIGNAR a servidora PRICILA BUSS, nomeada para o cargo de Secretária Municipal de Turismo e Meio Ambiente, para assinar em conjunto com a servidora SHIRLEY GERVASI KUHNEN, pela tesouraria do FUNDEMA – Fundo Municipal do Meio Ambiente de Vidal Ramos, inscrito no CNPJ: 11.099.537/0001-77, dando-lhes poderes para abrir contas correntes, emitir cheques, movimentar contas correntes, efetuar pagamentos e transferências por qualquer meio, encerrar contas bancárias, utilizar crédito aberto, assinar instrumento de crédito, assinar propostas de empréstimos e contratos de abertura de crédito, tirar extratos, enviar, receber e liberar arquivos de pagamentos e enviar OBN.

Art. 02º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 03º - Registra-se e Publica-se.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 05 de janeiro de 2021.

NELSON BACK JAISON BOING
Prefeito Municipal Coordenador Geral

Registrada e publicada a presente Portaria no Mural Público em 05 de janeiro de 2021.

Resp. pela publicação

PREGÃO PRESENCIAL 05/2021 - FUNDERURAL

Publicação Nº 3095538

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 9CEDD679B8E3A3A9B8058F83C38B01E23F960CF1

PREFEITURA DE VIDAL RAMOS
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO LICITATÓRIO 08/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2021

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a aquisição de um veículo utilitário fechado (furgão) automotor novo, 0 km, fabricação ano e modelo mínimo 2021/2021, 02 lugares, 03 portas, motor mínimo 1.4, potência mínima 85 cv, movido à gasolina, etanol ou bicomustível, ar condicionado, Direção hidráulica, capacidade de carga mínima de 650kg.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, através de seu Prefeito Municipal, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 05/2021, do tipo MENOR LANCE POR ITEM tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto Federal nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 28/06/2021, às 09:00 hrs.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: No dia 28/06/2021, às 09:01 hrs., na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br ou licitacao@vidalramos.sc.gov.br. Vidal Ramos (SC), 14 de junho de 2021.

NELSON BACK
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0184/2021

Publicação Nº 3092435

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 184/2021
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019 – PMV

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionado para comparecerem no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2019 - PMV:

CONVOCADOS	CARGO
1.FLAVIA HOFFMANN MORTARI	MÉDICO UROLOGISTA
2.VANESSA CRISTINA BRUNETTO	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL
3.JORGE JAIR ALVES JUNIOR	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

O convocado deverá apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 09 de junho de 2021.

EURO VIECELI
Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE INTIMAÇÃO N. 002/2021

Publicação Nº 3092613

EDITAL DE INTIMAÇÃO n. 002/2021

Intimada:

FALVANE COVOLO DE CARVALHO DE SA BRITTO, portadora do R.G. nº 7041397758, inscrita no CPF nº 464.310.550-04. Filiação: Flavia Covolo de Carvalho.

Por intermédio do presente, a pessoa acima identificada, atualmente em local incerto ou não sabido, fica INTIMADA da convocação para assumir o cargo de Agente Social, no qual logrou aprovação no Concurso Público nº 001/2018 PMV. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será publicado 02 vezes, com intervalo de 07 dias.

Videira, 04 de junho de 2021.

Dorival Carlos Borga
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N. 0188/2021

Publicação Nº 3092421

Extrato do Contrato n. 0188/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

CONTRATADA: TATIANA APARECIDA MORAES

CPF: 036.265.159-07

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender criança com necessidades especiais (P. H. C.), conforme capítulo V. da LDB/1996 e conforme Resolução 001/2009 do Conselho Municipal de Educação de Videira. (Processo Seletivo: 001/2020 - PMV; Classificação da Contratada: 32º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 07 de dezembro de 2022, conforme Decreto nº 17.683/2020).

VIGÊNCIA: de 02 de março de 2021 a 30 de junho de 2021

FUNÇÃO: Auxiliar Educacional

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.726,99 (um mil, setecentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0283/2021

Publicação Nº 3092398

Extrato do Contrato n. 0283/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

CONTRATADA: EUCILENE TERESINHA TEIXEIRA DO VALE

CPF: 018.423.089-63

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender crianças com necessidades especiais (M. E. L. F. S. e J. G. dos S.), conforme capítulo V. da LDB/1996 e conforme Resolução 001/2009 do Conselho Municipal de Educação de Videira. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 98º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19).

VIGÊNCIA: de 05 de abril de 2021 a 30 de junho de 2021

FUNÇÃO: Auxiliar Educacional

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.726,99 (um mil, setecentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0284/2021

Publicação Nº 3092408

Extrato do Contrato n. 0284/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIANA DOS SANTOS

CPF: 079.935.099-04

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender crianças com necessidades especiais (A. M. de O. C.), conforme capítulo V. da LDB/1996 e conforme Resolução 001/2009 do Conselho Municipal de Educação de Videira. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 31º lugar (Reposicionamento); Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19).

VIGÊNCIA: de 05 de abril de 2021 a 30 de junho de 2021

FUNÇÃO: Auxiliar Educacional

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.726,99 (um mil, setecentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0285/2021

Publicação Nº 3092405

Extrato do Contrato n. 0285/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

CONTRATADA: LARISA DE MELO

CPF: 115.291.939-31

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, para atender crianças com necessidades especiais (P. G. R.), conforme capítulo V. da LDB/1996 e conforme Resolução 001/2009 do Conselho Municipal de Educação de Videira. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 94º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19).

VIGÊNCIA: de 05 de abril de 2021 a 30 de junho de 2021

FUNÇÃO: Auxiliar Educacional

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.726,99 (um mil, setecentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0287/2021

Publicação Nº 3092411

Extrato do Contrato n. 0287/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIANA MANGOLT VIEIRA

CPF: 893.396.819-91

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 95º lugar (Reposicionamento); Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19).

VIGÊNCIA: de 08 de abril de 2021 a 30 de junho de 2021

FUNÇÃO: Auxiliar Educacional

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.726,99 (um mil, setecentos e vinte e seis reais e noventa e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0291/2021

Publicação Nº 3092414

Extrato do Contrato n. 0291/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

CONTRATADA: JANETE DE BASTOS

CPF: 019.025.899-39

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de substituição a vacância de cargos em razão de exoneração ou demissão, falecimento ou aposentadoria; conforme previsto no art. 1º, III da Lei nº 2369/10 e suas alterações. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 29º lugar (Reposicionamento); Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19).

VIGÊNCIA: de 08 de abril de 2021 a 30 de junho de 2021

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.131,56 (um mil e cento e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0292/2021

Publicação Nº 3092417

Extrato do Contrato n. 0292/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

CONTRATADA: LILIAN REGINA CORDEIRO

CPF: 005.203.119-57

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de substituição a vacância de cargos em razão de exoneração ou demissão, falecimento ou aposentadoria; conforme previsto no art. 1º, III da Lei nº 2369/10 e suas alterações. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 167º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19).

VIGÊNCIA: de 12 de abril de 2021 a 30 de junho de 2021

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.131,56 (um mil e cento e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0336/2021

Publicação Nº 3092427

Extrato do Contrato n. 0336/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANA DOS SANTOS SILVEIRA

CPF: 061.802.679-79

OBJETO: Admissão para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Videira, em virtude de substituição a vacância de cargos em razão de exoneração ou demissão, falecimento ou aposentadoria; conforme previsto no art. 1º, III da Lei nº 2369/10 e suas alterações. (Processo Seletivo: 001/2019 - PMV; Classificação da Contratada: 194º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 09 de dezembro de 2021, conforme Decreto nº 17.130/19).

VIGÊNCIA: de 03 de maio de 2021 a 31 de dezembro de 2021

FUNÇÃO: Auxiliar de Serviços Gerais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.131,56 (um mil, cento e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos)

TERMO ADITIVO Nº 119/2021 - FMS

Publicação Nº 3095586

Termo Aditivo nº 119/2021

Contrato/CT nº 50/2021

Processo: TP 02/2021 FMS

Contratado: **OPUS CONSTRUÇÃO E PARTICIPAÇÕES EIRELI**

Objeto: As partes acima identificadas acordam aditar o Contrato de Prestação de Serviços nº 50/2021, com o fim de prorrogar o prazo de execução de 11/06/2021 até 10/08/2021 para o item 02 e de 11/07/2021 até 09/10/2021 para o item 01.

Data: 11/06/2021.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO EDITAL DO PR 03/2021 - CMV**

Publicação Nº 3095646

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 75F215551AF33AC3FB3B8BE6B0171850CBE24CAE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA**PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2021 – CMV**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 03/2021 - CMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DOIS LINKS DE INTERNET BANDA LARGA, VIA FIBRA ÓPTICA PARA A CÂMARA DE VEREADORES DE VIDEIRA: a partir das 14:00 horas do dia 25 de junho de 2021, na Câmara de Vereadores de Videira, na Avenida Manoel Roque, nº 99, segundo andar, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:00 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.camaravideira.sc.gov.br ou na Câmara Municipal de Vereadores, na Avenida Manoel Roque, nº 99, Videira/SC, no horário das 13:00 às 19:00h. 6. INFORMAÇÕES: Através do e-mail: assessoria@camaravideira.sc.gov.br. Videira/SC, 11 de maio de 2021.

WILMAR ANTUNES PEREIRA - Presidente

Vitor Meireles**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 036/2021**

Publicação N° 3093718

Processo de Licitação 036/2021
Modalidade: Pregão 029/2021
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 533FA5480C9EB4A6107076A9E7B1DE763C065EDE

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA DE MAQUINAS PESADAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 25 de junho de 2021 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 14 de junho de 2021.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N° 01/2021

Publicação N° 3092890

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

N° 01/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 046, de 03 de dezembro de 2009 e Lei Complementar 097 de 28 de setembro de 2017; TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra de pavimentação nas vias públicas da cidade.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóveis dos contribuintes em razão da obra pública de pavimentação, conforme consta da Lei Complementar n. 097/2017, estando a cobrança limitada a 50% (cinquenta por cento) do custo da obra.

2. DA DESCRIÇÃO E FINALIDADES DA OBRA:

Trata-se de pavimentação com Lajota hexagonal, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária, a ser realizada em parte da Rua Itália.

3. DA DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS OU ZONAS DE INFLUÊNCIAS BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS COMPREENDIDOS:

A pavimentação com Lajota será realizado no trecho compreendido entre os lotes de Junglos Adm. de Bens até o lote de Luis de Oliveira em 44,99 metros.

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas, ou seja, dos imóveis confrontantes com a parte a ser pavimentada da Rua Itália que serão valorizados com a execução da obra, conforme avaliações efetuadas anteriormente ao início da obra por comissão constituída para esse fim. Abaixo, relação dos imóveis compreendidos na zona de influência beneficiada, a saber:

Cadastro	Inscrição Imobiliária	Nome proprietário	Testada	Área imóvel	Valor imóvel antes da obra	Valor imóvel depois da obra
45560	01.02.002.0358	LUIS OLIVEIRA	18,00m	449,09m²	50.000,00	61.000,00
45578	01.02.002.0344	LUIS OLIVEIRA	7,00m	400,58m²	45.000,00	55.000,00
45543	01.02.002.0412	JUNGLOS ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	14,81m	432,79m²	45.000,00	55.000,00
45551	01.02.002.0382	FRANCISCO DECARLI	26,45m	1.436,94m²	85.000,00	102.000,00

4. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

O memorial estabelece parâmetros fundamentais para a elaboração do projeto de engenharia, para a pavimentação com Lajota hexagonal,

drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária da Rua Itália. O aludido memorial relata as atividades levadas a termo, bem como as soluções e metodologias adotadas para a elaboração do Projeto.

5 DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA:

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com processo licitatório nº005/2019- tomada de preço 1/2019 e o contrato de execução nº24/2019.

NOME DA RUA	LARG. PISTA	EXTENSÃO	ÁREA PAV. LAJOTAS	ÁREA PASSEIO PAVER	TOTAL	VALOR/M²	50%
Rua Italia	12,00m	44,99m	498,29m²	190,90m²	R\$43.238,81	R\$62,74	31,37 p/m²

6. DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:

A Contribuição de Melhoria terá como limite individual o valor equivalente à diferença da avaliação do respectivo imóvel antes da realização da obra e a avaliação após a realização da obra, que reflete a exata valorização do imóvel em decorrência da obra pública.

A Contribuição de Melhoria terá como limite global o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo total da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

7. FORMA E OPÇÃO DE PAGAMENTO:

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo a formula prevista nos Artigos 23, 24 e 25 da Lei Complementar 046/2009.

O valor da Contribuição de Melhoria poderá ser pago integralmente, concedendo-se o desconto de 20 % (vinte por cento), se feito em parcela única até a data do vencimento, na conclusão da obra.

Caso o contribuinte opte pelo parcelamento da Contribuição de Melhoria, poderá proceder a quitação integral das parcelas vincendas, com desconto de 15% (quinze por cento) do valor remanescente, desde que esteja com o parcelamento em dia.

Em caso de opção por pagamento parcelado, este deverá ser formalizado junto à repartição competente.

A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, no prazo fixado, implicará cobrança de:

I - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados da data do vencimento;

II - multa moratória;

III – correção monetária:

a) Tratando-se de recolhimento espontâneo, no percentual de 0,20% (zero vírgula vinte por cento) do valor do crédito tributário por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento);

b) Havendo ação fiscal, 20% (vinte por cento) do valor do crédito tributário.

8. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO DO BENEFÍCIO DA VALORIZAÇÃO NA ZONA BENEFICIADA:

O fator de absorção do benefício, em face da valorização imobiliária ocorrida posteriormente à execução da obra pública, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento), tendo como limite máximo 50% (cinquenta por cento) do custo da obra o custo dela e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

A base de cálculo da Contribuição de Melhoria será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início da obra e o segundo, após o seu término.

Os laudos serão elaborados por comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

9. PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES DOS ELEMENTOS CONSTANTES DESTE EDITAL E REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA RESPONSÁVEL PELO JULGAMENTO:

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra pública de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, na Rua Santa Catarina, 2.266, Centro, Vitor Meireles/SC, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

10. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA OBRA E DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA QUE DEVERÁ RECEBER AS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:

O órgão responsável pela obra, objeto do presente Edital, é a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

As eventuais impugnações não prejudicarão nem obstarão a prática dos atos necessários ao lançamento da Contribuição de Melhoria.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

O presente Edital, bem como, quaisquer outras informações atinentes ao mesmo, poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças ou através do site www.vitormeireles.sc.gov.br ou ainda pelo fone (047)3258 0211.

Vitor Meireles, 10 de junho de 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY JOICE B. S. WATRAS
Prefeito Municipal Fiscal de Tributos

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 02/2021

Publicação Nº 3092894

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Nº 02/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 046, de 03 de dezembro de 2009, e Lei Complementar 096 de 28 de setembro de 2017; ; TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra de pavimentação nas vias públicas da cidade.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóveis dos contribuintes em razão da obra pública de pavimentação, conforme consta da Lei Complementar n. 096 de 28 de setembro de 2017, estando a cobrança limitada a 50% (cinquenta por cento) do custo da obra

2. DA DESCRIÇÃO E FINALIDADES DA OBRA:

Trata-se de pavimentação com Lajota hexagonal, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária, a ser realizada na Rua Afonso Rinaldi.

3. DA DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS OU ZONAS DE INFLUÊNCIAS BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS COMPREENDIDOS:

A pavimentação com Lajota, será realizado no trecho compreendido entre o entroncamento da rua Dona Romana Fistarol com a rua João Francisco Coser (antiga Rio Preso) em 118,30 metros .

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas, ou seja, dos imóveis confrontantes com a parte a ser pavimentada da Rua Afonso Rinaldi que serão valorizados com a execução da obra, conforme avaliações efetuadas anteriormente ao início da obra por comissão constituída para esse fim. Abaixo, relação dos imóveis compreendidos na zona de influência beneficiada, a saber:

Cadastro	Inscrição Imobiliária	Nome proprietário	Testada	Área imóvel	Valor imóvel antes da obra	Valor imóvel depois da obra
43494	01.02.004.0332	AIDE KRUEGER	15,00m	450,00m²	79.978,33	98.000,00
52914	01.02.004.0303	JOEL ANCINI	17,00m	510,00m²	89.134,23	108.000,00
52841	01.02.004.0015	LUCIANE BACK CAPISTRANO	15,00m	450,00m²	69.309,26	85.000,00
43389	01.02.003.0157	WILLIAN ANCINI	23,00m	952,34m²	65.000,00	79.000,00
43370	01.02.003.0115	JORGE G.M. NETO	15,07m	528,75m²	50.000,00	61.000,00
52760	01.02.003.0100	CHARLES MAIBERG	15,07m	507,97m²	77.347,92	95.000,00
52949	01.02.004.0362	MORGANA DE SENA ANDRÉ	24,00m	450,00m²	77.228,19	95.000,00
52779	01.02.003.0197	VILMAR KUSKOSKI	22,84m	469,74m²	106.809,06	130.000,00
52906	01.02.004.0286	CLAUDIA TORQUATO RINALDI	30,76m	924,72m²	169.952,26	207.000,00
59170	01.02.004.0295	CLAUDIA TORQUATO RINALDI	14,24m	425,28m²	31.900,00	38.000,00
58809	01.02.003.0326	JOSE ANCINI	19,47m	1.303,75m²	205.204,23	250.000,00
43354	01.02.003.0084	IVAN MENEGHELLI	13,00m	672,97m²	84.907,80	102.000,00

4. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

O memorial estabelece parâmetros fundamentais para a elaboração do projeto de engenharia, para a pavimentação com Lajota hexagonal, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária da Rua Afonso Rinaldi. O aludido memorial relata as atividades levadas a termo, bem como as soluções e metodologias adotadas para a elaboração do Projeto.

5. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA:

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com processo licitatório nº005/2019- tomada de preço 1/2019 e o contrato de execução nº24/2019.

NOME DA RUA	LARG. PISTA	EXTENSÃO	ÁREA PAV. LAJOTAS	ÁREA PASSEIO PAVER	TOTAL	VALOR/M²	50%
Rua Afonso Rinaldi	12,00m	118,30m	951,78m²	467,68M²	R\$ 107.066,17 R\$ 808,11	R\$ 76,00	38,00 p/m²

6. DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:

A Contribuição de Melhoria terá como limite individual o valor equivalente à diferença da avaliação do respectivo imóvel antes da realização da obra e a avaliação após a realização da obra, que reflete a exata valorização do imóvel em decorrência da obra pública.

A Contribuição de Melhoria terá como limite global o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo total da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

7. FORMA E OPÇÃO DE PAGAMENTO:

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo a fórmula prevista nos Artigos 23, 24 e 25 da Lei Complementar 046/2009.

O valor da Contribuição de Melhoria poderá ser pago integralmente, concedendo-se o desconto de 20 % (vinte por cento), se feito em parcela única até a data do vencimento, na conclusão da obra.

Caso o contribuinte opte pelo parcelamento da Contribuição de Melhoria, poderá proceder a quitação integral das parcelas vincendas, com desconto de 15% (quinze por cento) do valor remanescente, desde que esteja com o parcelamento em dia.

Em caso de opção por pagamento parcelado, este deverá ser formalizado junto à repartição competente.

A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, no prazo fixado, implicará cobrança de:

I - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados da data do vencimento;

II - multa moratória;

III – correção monetária:

a) Tratando-se de recolhimento espontâneo, no percentual de 0,20% (zero vírgula vinte por cento) do valor do crédito tributário por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento);

b) Havendo ação fiscal, 20% (vinte por cento) do valor do crédito tributário.

8. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO DO BENEFÍCIO DA VALORIZAÇÃO NA ZONA BENEFICIADA:

O fator de absorção do benefício, em face da valorização imobiliária ocorrida posteriormente à execução da obra pública, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo dela e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

9. PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES DOS ELEMENTOS CONSTANTES DESTA EDITAL E REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA RESPONSÁVEL PELO JULGAMENTO:

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra pública de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, na Rua Santa Catarina, 2.266, Centro, Vitor Meireles/SC, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

10. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA OBRA E DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA QUE DEVERÁ RECEBER AS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:

O órgão responsável pela obra, objeto do presente Edital, é a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

As eventuais impugnações não prejudicarão nem obstarão a prática dos atos necessários ao lançamento da Contribuição de Melhoria.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

O presente Edital, bem como, quaisquer outras informações atinentes ao mesmo, poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças ou através do site www.vitormeireles.sc.gov.br ou ainda pelo fone (047)3258 0211.

Vitor Meireles, 10 de junho de 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY JOICE B. S. WATRAS
Prefeito Municipal Fiscal de Tributos

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 03/2021

Publicação Nº 3092896

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Nº 03/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 046, de 03 de dezembro de 2009 e Lei Complementar 098 de 28 de setembro de 2017; TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra de pavimentação nas vias públicas da cidade.

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóveis dos contribuintes em razão da obra pública de pavimentação, conforme consta da Lei Complementar n. 098/2017, estando a cobrança limitada a 50% (cinquenta por cento) do custo da obra.

2. DA DESCRIÇÃO E FINALIDADES DA OBRA:

Trata-se de pavimentação com Lajota hexagonal, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária, a ser realizada

na Rua Pascoale Comper.

3. DA DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS OU ZONAS DE INFLUÊNCIAS BENEFICIADAS E RELAÇÃO DOS IMÓVEIS COMPREENDIDOS:

A pavimentação com Lajota da rua Pascoale Comper , será realizado no trecho compreendido entre o entroncamento da rua Dona Romana Fistarol com a rua João Francisco Coser (antiga Rio Preso) em 116,73 metros.

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas, ou seja, dos imóveis confrontantes com a parte a ser pavimentada da Rua Pascoale Comper, que serão valorizados com a execução da obra, conforme avaliações efetuadas anteriormente ao início da obra por comissão constituída para esse fim. Abaixo, relação dos imóveis compreendidos na zona de influência beneficiada, a saber:

Cadastro	Inscrição Imobiliária	Nome proprietário	Testada	Área imóvel	Valor imóvel antes da obra	Valor imóvel depois da obra
43621	01020050359	MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES	24m	1.800,00 m²	R\$106.385,00	R\$130.000,00
52850	01020040105	ANDRIEL S. GONÇALVES	7,5m	225,00m²	R\$84.263,28	R\$130.000,00
52868	01020040106	OSNILDO J.DE OLIVEIRA	7,5m	225,00m²	R\$84.263,28	R\$130.000,00
52876	01020040120	JULIANA ARNDT	15m	450,00m²	R\$84.974,23	R\$102.000,00
52884	01020040137	CLESIO G. PINHEIRO	17m	510,00m²	R\$103.884,16	R\$127.000,00
43532	01020050060	FRANCISCO CAETANO	15m	450,00m²	R\$45.000,00	R\$55.000,00
52981	01020050222	CLAUDIR ALVES	15m	510,00m²	R\$88.489,66	R\$107.000,00
52892	01020040211	VOLNEI SCHOTTEN	45m	1.350,00m²	R\$140.897,44	R\$170.000,00
52973	01020050207	JORGE G.M. NETO	30m	450,00m²	R\$89.116,81	R\$108.000,00
43613	01020050224	VALDELI JOSE SEBASTIÃO	15m	450,00m²	R\$45.000,00	R\$150.000,00
53007	01020050269	ANILDO FRANCISCO	15m	450,00m²	R\$82.814,41	R\$102.000,00
58386	01020040090	OSNILDO J.DE OLIVEIRA	24m	450,00m²	R\$85.000,00	R\$102.000,00

4. MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

O memorial estabelece parâmetros fundamentais para a elaboração do projeto de engenharia, para a pavimentação com Lajota hexagonal, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária da Rua Pascoale Comper . O aludido memorial relata as atividades levadas a termo, bem como as soluções e metodologias adotadas para a elaboração do Projeto.

5. DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA:

O custo unitário e total para a realização da obra, de acordo com processo licitatório nº005/2019 tomada de preço 1/2019 e o contrato de execução nº24/2019.

NOME DA RUA	LARG. PISTA	EXTENSÃO	ÁREA PAV. LAJOTAS	ÁREA PASSEIO PAVER	TOTAL	VALOR/M²	50%
Rua Pascoale Comper	12,00m	116,73m	934,74m²	459,70m²	R\$81.811,84 R\$ 5.631,77	R\$62,71	31,35 p/m²
					R\$ 87.443,61		

6. DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA:

A Contribuição de Melhoria terá como limite individual o valor equivalente à diferença da avaliação do respectivo imóvel antes da realização da obra e a avaliação após a realização da obra, que reflete a exata valorização do imóvel em decorrência da obra pública.

A Contribuição de Melhoria terá como limite global o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do custo total da obra, computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

7. FORMA E OPÇÃO DE PAGAMENTO:

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo a formula prevista nos Artigos 23, 24 e 25 da Lei Complementar 046/2009.

O valor da Contribuição de Melhoria poderá ser pago integralmente, concedendo-se o desconto de 20 % (vinte por cento), se feito em parcela única até a data do vencimento, na conclusão da obra.

Caso o contribuinte opte pelo parcelamento da Contribuição de Melhoria, poderá proceder a quitação integral das parcelas vincendas, com desconto de 15% (quinze por cento) do valor remanescente, desde que esteja com o parcelamento em dia.

Em caso de opção por pagamento parcelado, este deverá ser formalizado junto à repartição competente.

A falta de pagamento da Contribuição de Melhoria, no prazo fixado, implicará cobrança de:

I - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados da data do vencimento;

II - multa moratória;

III – correção monetária:

a) Tratando-se de recolhimento espontâneo, no percentual de 0,20% (zero vírgula vinte por cento) do valor do crédito tributário por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento);

b) Havendo ação fiscal, 20% (vinte por cento) do valor do crédito tributário.

8. DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO DO BENEFÍCIO DA VALORIZAÇÃO NA ZONA BENEFICIADA:

O fator de absorção do benefício, em face da valorização imobiliária ocorrida posteriormente à execução da obra pública, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de 100% (cem por cento), tendo como limite máximo 50% (cinquenta por cento) do custo da obra o custo dela e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

A base de cálculo da Contribuição de Melhoria será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início da obra e o segundo, após o seu término.

Os laudos serão elaborados por comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

9. PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES DOS ELEMENTOS CONSTANTES DESTA EDITAL E REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA RESPONSÁVEL PELO JULGAMENTO:

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra pública de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, na Rua Santa Catarina, 2.266, Centro, Vitor Meireles/SC, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

10. DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA OBRA E DA REPARTIÇÃO FAZENDÁRIA QUE DEVERÁ RECEBER AS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:

O órgão responsável pela obra, objeto do presente Edital, é a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

As eventuais impugnações não prejudicarão nem obstarão a prática dos atos necessários ao lançamento da Contribuição de Melhoria.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

O presente Edital, bem como, quaisquer outras informações atinentes ao mesmo, poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças ou através do site www.vitormeireles.sc.gov.br ou ainda pelo fone (047)3258 0211.

Vitor Meireles, 10 de junho de 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY JOICE B. S. WATRAS
Prefeito Municipal Fiscal de Tributos

PORTARIA Nº 131/2021

Publicação Nº 3092559

PORTARIANº 131/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009, nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, e nº 022/2006, de 18 de julho de 2006, tendo em vista o resultado da Chamada Pública Municipal, Edital nº 002/2021, homologado no dia 27 de maio de 2021,

Nome: TAIS PEREIRA ALVES

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de junho de 2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 11 DE JUNHO DE 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 132/2021

Publicação Nº 3092658

PORTARIANº 132/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009, nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, e nº 022/2006, de 18 de julho de 2006, tendo em vista o resultado da Chamada Pública Municipal, Edital nº 002/2021, homologado no dia 27 de maio de 2021,

Nome: JANICE MERIZ CANI

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de junho de 2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 11 DE JUNHO DE 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 133/2021

Publicação Nº 3092787

PORTARIANº 133/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JAISON VIEIRA

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, sem justa causa por iniciativa do empregador, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratado pela Portaria nº 055/2020, de 05 de fevereiro de 2020, a partir de 20 de fevereiro de 2020, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerado a partir de 11 de junho de 2021.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 11 de junho de 2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 11 DE JUNHO DE 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 134/2021

Publicação Nº 3092805

PORTARIANº 134/2021

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ANGELICA DA SILVA

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, sem justa causa por iniciativa do empregador, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratada pela Portaria nº 040/2018, de 14 de fevereiro de 2018, a partir de 19 de fevereiro de 2018, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 11 de junho de 2021.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 11 de junho de 2021, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 11 DE JUNHO DE 2021.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0154/2019

Publicação Nº 3092424

Extrato 2º Aditivo do Contrato nº 0154/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Contratado: CLEAR PROTESE DENTÁRIA EIRELI

Objeto: Que tem por objeto a Prestação de Serviços de Confecção, Conserto e Reembasamento de Próteses Dentárias para o atendimento dos pacientes da Rede Básica de Saúde do Município de Xanxerê e pelo Art. 65, § 8º da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98.

Fica aditado o percentual de 25% na quantidade dos Itens nº 01, 02, 03, 04, 05 e 06, do Pregão nº 0037/2019, de acordo com o Parecer do Jurídico da Prefeitura Municipal, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quanti. a Aditar (25%)	Valor Unt.	Valor Total
01	Confecção de próteses dentária total superior (PTS), ou Inferior (PTI), Caracterizada sistema STG frantins, Dentes dupla prensagem e palato incolor termopolimerizável	54 und	R\$ 230,00	R\$ 12.420,00
02	Confecção de próteses dentárias parcial removível superior (PPRS), ou Inferior (PPRI), dentes dupla prensagem, resina termopolimerizável, metal COCR	49 und	R\$ 280,00	R\$ 13.720,00
03	Conserto prótese total superior ou inferior, rachaduras e trinca e troca de 03 elementos, consertados autopolimerizável	25 und	R\$ 80,00	R\$ 2.000,00
04	Reembasamento de prótese total inferior ou superior	17 und	R\$ 90,00	R\$ 1.530,00
05	Confecção de dente contraplacado por elemento	12 und	R\$ 12,00	R\$ 144,00
06	Confecção de grade metálica fundida para reforço de PTS e PTI	12 und	R\$ 83,00	R\$ 996,00
TOTAL:				R\$ 30.810,00

Xanxerê-SC, 11 de junho de 2021. Oscar Martarello - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 450/2021

Publicação Nº 3092406

PORTARIA Nº 450/2021

REVOGAR INSALUBRIDADE DE 40 %.

AUTORIZAR EXCEPCIONALMENTE O TRABALHO REMOTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91, e Portaria Nº 058/2020.

Considerando o Decreto nº 630, de 1º de junho de 2020, do Governador do Estado de Santa Catarina, que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº1.5.1.1.0- doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências; e

Considerando a Recomendação nº 8021/2020, expedida pelo Ministério Público do Trabalho da 12ª Região, referente ao afastamento das gestantes do trabalho presencial em razão da pandemia provocada pela COVID-19, acatada pela Portaria Municipal Nº 058/2020.

RESOLVE

REVOGAR INSALUBRIDADE DE 40 %.

AUTORIZAR, excepcionalmente trabalho remoto a partir de 01.06.2021 a Servidora Pública Municipal Sra. DAIANE LUCIANO CURTARELLI, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, portadora da CI nº 3.720.281 e CPF nº 023.624.079-00 nomeada pelo Decreto Municipal Nº AJG 184/2016 para o cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 01 de Junho de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 451/2021

Publicação N° 3092786

**PORTARIA N° 451/2021****ESTABELECEER HORÁRIOS DE TRABALHO DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE
PRESTAM SERVIÇOS PROFISSIONAIS NO CAPS****OSCAR MARTARELLO**

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Portaria N° 336, de 19 de fevereiro de 2002, no artigo 4º, item 4.1, alínea G;

Considerando que CAPS – Centro de Atenção Psicossocial é um espaço de referência no tratamento de pessoas que sofrem de transtornos mentais;

Considerando que o horário de funcionamento do CAPS – Vida Integrada de Xanxerê, é de Segunda Feira a Sexta feira das 07:30 hs às 17:00 hs;

Considerando a Portaria N° 336, de 19 de fevereiro de 2002, no artigo 4º, item 4.1, alínea G, estabelece que os pacientes assistidos em um turno (04 horas) receberão uma refeição diária, os assistidos em dois turnos (08 horas) receberão duas refeições diárias.

R E S O L V E:

ESTABELECEER horário de trabalho a partir de 01 de Junho de 2021 aos servidores que atuam no CAPS, de Segunda Feira à Sexta Feira das 07h30 hs às 17:00 hs conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 01 de Junho de 2021.

OSCAR MARTARELLO
Prefeito Municipal



HORÁRIOS DOS PROFISSIONAIS

CAPS JUNHO 2021

Profissionais	Carga Horária	SEGUNDA-FEIRA		TERÇA-FEIRA		QUARTA-FEIRA		QUINTA-FEIRA		SEXTA-FEIRA	
		Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde
Anna Alice Debiasi (Psicóloga)	20 h semanais	07:30h as 11:30h	_____	07:30h as 11:30h	_____	07:30h as 11:30h	_____	07:30h as 11:30h	_____	07:30h as 11:30h	_____
Adriana dos Santos Telles de Lima (Serviços Gerais)	40 h semanais	07:30h as 11:30h	13:00h as 17:00h	07:30h as 11:30h	13:00h as 17:00h	07:30h as 11:30h	13:00h as 17:00h	07:30h as 11:30h	13:00h as 17:00h	07:30h as 11:30h	13:00h as 17:00h
Camila Pasin (Assistente Social)	30 h semanais	07:30h as 11:30h	13:00h as 17:00h	07:30h as 11:30h	13:00h as 17:00h	_____	_____	07:30h as 11:30h	13:00h as 17:00h	07:30h as 13:30h	_____
Claudete Janete Breier (Enfermeira)	40 h semanais	07:30h as 11:30h	13:00h as 17:00h	07:30h as 11:00h	12:00h as 16:30h	07:30h as 11:30h	13:00h as 17:00h	07:30h as 11:30h	13:00h as 17:00h	07:30h as 11:00h	12:00h as 16:30h
Daniela Zamora Romero (Terapeuta Ocupacional)	30 h semanais	07:45h as 12:00h	13:00h as 17:00h	_____	_____	08:30h as 12:00h	13:00h as 17:00h	11:30h as 13:00h	14:00h as 16:00h	_____	13:00h as 17:00h
Elisângela Pegoraro Bottega	40 h semanais	07:30h as 12:00h	13:30h as 17:00h	07:30h as 12:00h	13:30h as 17:00h	07:30h as 12:00h	13:30h as 17:00h	07:30h as 12:00h	13:30h as 17:00h	07:30h as 12:00h	13:30h as 17:00h

[illegible]

PORTARIA N° 452/2021

Publicação N° 3092796

PORTARIA N° 452/2021
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto n° AJG n° 186/2016.

RESOLVE

CONCEDE férias aos Servidores Públicos Municipais nos seguintes termos:

A Sra. REGINA AMALIA GALLON TONIAL pelo período de 04.06.2021 a 13.06.2021, totalizando 10 (dez) dias, referente ao período aquisitivo de: 11. 12.2019 a 10.12.2020;

A Sra. SONIA SIVIEIRO MARQUARDT pelo período de 09.06.2021 a 18.06.2021, totalizando 10 (dez) dias, referente ao período aquisitivo de: 21.07.2019 a 20.07.2020;

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 02 de Junho de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 453/2021

Publicação N° 3092810

PORTARIA N° 453/2021
CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69 incisos VI , Lei HW 1.775/91 e Lei Complementar AM 2907/06 Artigo 237 Parágrafo Único.

RESOLVE:

CONCEDER a pedido, Licença Sem Vencimentos por um período 90 (noventa) dias a partir de 02.06.2021 a 30.08.2021 ao Servidor Público Municipal o Sr. VALMOR JOSÉ MORESCHI, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador da CI n.º 2.871.340 e CPF n.º 788.928.059-91 nomeado conforme Decreto Municipal JB n° 278/94 no Cargo de MOTORISTA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n° 0001616/2021 datado de 29.04.2021, deferido pelo Memorando ADFIN n° 013/2021.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 02 de Junho de 2021.

OSCAR MARTARELLO

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 0038/2021

Publicação Nº 3094185

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 910E8DFDAB1256756CAB53CD09BD3C97ADBC6F8D

O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica o presente Pregão Presencial, a saber:

Processo Licitatório n. 0066/2021

Edital: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 0038/2021.

Objeto: Registro de Preços para a futura e eventual contratação de empresa de rádio, com comprovação de abrangência em todo município de Xaxim – SC. Para divulgação de boletim informativo de atos oficiais, administrativos, legais e institucionais da Prefeitura Municipal e seus respectivos departamentos.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 24 de junho de 2021.

Abertura dos Envelopes: às 09h00min do dia 24 de junho de 2021.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda a Sexta, das 07:30h às 11:00h e das 13:30 às 17h00min, ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim – SC, 11 de junho de 2021.

Edilson Antônio Folle - Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO 0040/2021

Publicação Nº 3093006

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 08EBB4E6DED5071EEEC9DB30BF9B1A2081F4B559

O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica o presente Pregão Presencial, a saber:

Processo Licitatório n. 0072/2021

Edital: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 0040/2021.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de bica corrida, paver, areia, madeira e pedras irregulares, para uso junto as atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais Xaxim

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 28 de junho de 2021.

Abertura dos Envelopes: às 09h00min do dia 28 de junho de 2021.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda a Sexta, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim – SC, 11 de junho de 2021.

Edilson Antônio Folle - Prefeito Municipal

DECRETO 258/2021

Publicação Nº 3095460

DECRETO Nº 258/2021

Concede Pensão por Morte ao Sr. LEO BATISTELLA devido ao falecimento de sua esposa, a servidora municipal aposentada Sra. ROSA BOSCHETTI BATISTELLA e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; § 7º, I, do Art. 40 da CF/88; Decreto Nº 198/98 e Decreto Nº 354/2005 e Considerando a Homologação do Processo de Aposentadoria SPE – 02/06166605, pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 4 de junho de 2021, pensão por morte ao Sr. LEO BATISTELLA, CPF 436.998.989-20, com proventos integrais, devido ao falecimento de sua esposa, a servidora pública municipal aposentada ROSA BOSCHETTI BATISTELLA.

Art. 2º A referida pensão é custeada pelo Tesouro Municipal e fica automaticamente suspensa quando o beneficiário vier a falecer.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de junho de 2021.

EDILSON ANTONIO FOLLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra e no local de costume.

Willian Batista Casal
Procurador-Geral do Município

DECRETO 259/2021

Publicação N° 3095461

DECRETO N° 259/2021

ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE MÉDICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei N° 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações; e com base na solicitação emitida pela Secretaria Municipal da Saúde, datada de 30 de maio de 2021.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada, a partir de 01 de junho de 2021, a carga horária do servidor municipal EDIMAR ROMANO, matrícula 9372, ocupante da função de MÉDICO, por contratação emergencial, na Secretaria Municipal de Saúde, de 20 (vinte) horas semanais para 10 (dez) horas semanais.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de junho de 2021.

Edilson Antonio Folle
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra e em local de costume

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 0006/2021

Publicação N° 3092925

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 6C67E868ADBD7379D54B6543F7E902B4FA73C03B

MUNICIPIO DE XAXIM**AVISO INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO****Processo. N° 0071/2021****Edital:** Inexigibilidade N° 0006/2021**Fundamento:** Art. **art. 24 e art.35, I**

Objeto: Termo de Fomento com a finalidade de realizar transferência de recursos para a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde de Xaxim em concordância com as Leis Federais nº 8142 de 28 de dezembro de 1990, nº 13019 de 31 de julho de 2014, 13204 de 14 de dezembro de 2015 e Lei Municipal 4.478 de 07 de maio de 2021.

Valor total: 81.209,28 (oitenta e um mil duzentos nove reais e vinte oito centavos).

Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Dotações: 3.3.90.00.00.00.00.00 (10/2021). Xaxim - SC, 07 de junho de 2021.

Edilson Antônio Folle - Prefeito Municipal

Consórcios

CIS/AMOSC

EXTRATOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 2021

Publicação Nº 3095836

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CISAMOSC

EXTRATOS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 2021

MÊS DE JUNHO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2021

PRESTADOR: CLMP PEDIATRIA LTDA.

OBJETO: Nefrologia.

VIGÊNCIA: A partir de 08 de junho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

TERMO ADITIVO Nº 05 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 26/2019

PRESTADOR: CLÍNICA INTEGRADA OESTE LTDA.

OBJETO: Inclusão de profissional.

VIGÊNCIA: A partir de 09 de junho de 2021 até 23 de janeiro de 2024.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2021

PRESTADOR: LUIZ AFFONSO PENSIN EIRELI.

OBJETO: Psiquiatria.

VIGÊNCIA: A partir de 11 de junho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

EXTRATOS TERMOS ADITIVOS 2021

Publicação Nº 3095835

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 30/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE AGUAS FRIAS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 2.714,00

VIGENCIA: 10/06/2021 a 31/12/2021

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 42/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 6.785,00

VIGENCIA: 10/06/2021 a 31/12/2021

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 45/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUATAMBU

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 13.570,00

VIGENCIA: 10/06/2021 a 31/12/2021

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 05/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE MAREMA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 2.714,00

VIGENCIA: 10/06/2021 a 31/12/2021

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 29/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE AGUAS DE CHAPECÓ

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 6.785,00

VIGENCIA: 10/06/2021 a 31/12/2021

º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 30/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE AGUAS FRIAS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 4.071,00

VIGENCIA: 10/06/2021 a 31/12/2021

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 46/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUACU

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 8.142,00

VIGENCIA: 10/06/2021 a 31/12/2021

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 57/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA ITABERABA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 2.714,00

VIGENCIA: 10/06/2021 a 31/12/2021

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 07/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE UNIAO DO OESTE

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 2.714,00

VIGENCIA: 10/06/2021 a 31/12/2021

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 76/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VARGEAO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 20.355,00

VIGENCIA: 10/06/2021 a 31/12/2021